

XIV SEMANA DE HISTÓRIA POLÍTICA

*Res Publica: caminhos e descaminhos
da cidadania brasileira*

XI SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA: POLÍTICA, CULTURA E SOCIEDADE

07 a 11 de Outubro de 2019



ISSN: 2175-831X

**ANAIS
2019**

A Semana de História Política é um evento organizado pelos discentes do Programa de Pós-graduação em História da UERJ

ISSN: 2175-831X

**XIV SEMANA DE HISTÓRIA POLÍTICA
XI SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA: POLÍTICA, CULTURA E
SOCIEDADE**

***RES PUBLICA*: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira**

ANAIS

Rio de Janeiro, 2019



Semana de História Política / Seminário Nacional de História: Política, Cultura e Sociedade (IX: 2019: Rio de Janeiro)

ANAIS da XIV Semana de História Política: *Res Publica*: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira / XI Seminário Nacional de História: Política, Cultura e Sociedade. Organização: Aimée Schneider Duarte, Isadora de Mélo Costa, Maíra Moraes dos Santos Villares Vianna, Mariana Franco Teixeira e Thaís Silva Félix Dias. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2019.

p. 1.111

Texto em português
ISSN 2175-831X

1. História Política – Congresso 2. Cultura – Sociedade 3. Relações Internacionais

XIV SEMANA DE HISTÓRIA POLÍTICA

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

XI SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA: POLÍTICA, CULTURA E SOCIEDADE

Comissão Organizadora

Aimée Schneider Duarte
Isadora de Mélo Costa
Maíra Moraes dos Santos Villares Vianna
Mariana Franco Teixeira
Thaís Silva Félix Dias

Realização

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Apoio

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ)
Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)
Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR)
Associação Nacional de História Seção Rio de Janeiro (ANPUH-RJ)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)
Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ (IFCH)
Laboratório de Estudos das Diferenças e Desigualdades Sociais (LEDES)
Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI)
Núcleo de Estudos da Antiguidade (NEA)
Núcleo de Estudos das Américas (NUCLEAS)
Núcleo de Estudos sobre Biografia, História, Ensino e Subjetividade (NUBHES)
Núcleo de Identidade Brasileira e Historiografia Contemporânea (NIBRAHAC)
Redes de Poder e Relações Culturais (REDES)
Revista Acesso Livre da Associação dos Servidores do Arquivo Nacional (ASSAN)
Sub-Reitoria de Extensão e Cultura da UERJ (SR-3)
Sub-Reitoria de Pós-Graduação da UERJ (SR-2)

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que chegamos à XIV Semana de História Política, evento organizado pelos alunos do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Nesta edição, que se realizará entre os dias 07 e 11 de outubro de 2019, tendo como tema *Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira*, buscaremos, dando seguimento às questões abordadas nos encontros anteriores, discutir articulações entre os tempos passado e presente, sobretudo diante dos diversos e variados acontecimentos políticos e sociais, com a finalidade de promover a pesquisa histórica e o diálogo entre pesquisadores, professores e alunos.

A partir de tal temática, procuramos aproximar os níveis acadêmicos dos pressupostos teórico-metodológicos que compõem o âmbito da História Política, sem deixarmos de lado suas conexões com a História Cultural e Social. Soma-se a isso o incentivo ao intercâmbio de ideias entre pesquisadores, com vistas à solidificação dos Programas de Pós-Graduação e suas Universidades. Por um lado, é evidente o intuito de se celebrar os 130 anos da Proclamação da República, completos em 15 de novembro do corrente ano; por outro, evidenciando a importância de pensarmos tal marco sob a lente de acontecimentos expressivos, como os conflitos regionais e os golpes de Estado, elegem-se por centrais os valores democrático-republicanos.

A importância de se pensar a história republicana do nosso país se reveste de camadas que transcendem a mera data redonda, de um teor quase que automaticamente comemorativo. A partir desta constatação, revelam-se os contornos que definem esta efeméride, um marco do ano de 2019: na reação aos símbolos festejados, encontra-se a via do não-esquecimento. Quando o próprio episódio de rememoração tem reconhecido o seu *status* de *lugar de memória*, resta evidente a multidimensionalidade da *res publica*, do pensar público, do preocupar-se com tais questões. Todo prisma se articula nas escolhas, na subversão e na perpetuação delas.

Comissão Organizadora

XIV Semana de História Política

XI Seminário Nacional de História: Política, Cultura e Sociedade.

www.semanahistoriauerj.net

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

SUMÁRIO

Resistência escrava: fugas no *Jornal do Commercio* (1827-1850) --- 15

Alice Regina Maciel de Moura

Entre orações e disciplinas: uma investigação da identidade batista carioca na cidade do Rio de Janeiro (1920-1930) --- 27

Álvaro Ramon Ramos Oliveira

As homossexualidades nas Comissões da Verdade no Brasil --- 37

Ana Cecília Pereira Batista

Manutenção da moda em meio ao luto: análise do *Jornal das Senhoras* (1852 – 1855) --- 51

Ana Paula Dessupoio Chaves

O apoio das massas à defesa nacional: o concurso de frases e de cartazes patrióticos do DNP --- 64

André Barbosa Fraga

As projeções intelectuais de Joãozinho da Gomeia (1929-1949) --- 78

Andréa Nascimento

Wax print: a estética da re-africanização dos candomblés ---96

Aymê Okasaki

A *Plaza de Bolívar* como espaço de arte e memória na obra de Doris Salcedo ---109

Barbara Manguiera do Nascimento

Vestir-se negra: construção ou consequência? --- 123

Beatrice Rossotti

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

Festival Cinematográfico do Distrito Federal (1953-1959): a paisagem imaginada --- 139

Carlos Eduardo Pinto de Pinto

A guerra Árabe-Israelense: entre a tragédia e a independência ---151

Carolline Cardoso de Mello

A resistência do ser mãe – a maternidade e a luta como meio de sobrevivência ---168

Caroline Rios Costa

Do pictorialismo à fotopintura: a fotografia brasileira entre o erudito e o popular --- 185

Catia Silva Herzog

Gênero e crise: a expectativa do Terceiro Reinado em meio à linguagem republicana --- 199

Cibele Camargos Pereira

Leão I e as estratégias de expansão político-eclesiásticas no século V --- 213

Claudio Mota da Silva

O poder bélico das palavras: o discurso vencedor dos republicanos liberais na queda da Monarquia no Brasil (1870-1891) ---225

Daiane Lopes Elias

Gases venenosos na Primeira Guerra Mundial: Da corrida tecnológica ao terror nas trincheiras ---240

Dandriel Henrique da Silva Borges

Uma análise do corpo dos mortos em Agostinho de Hipona --- 255

Daniel Ferreira Dias

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

Neoliberalismo e Mercado de Trabalho: uma análise através das lentes da Folha de S. Paulo (1995 - 1998) --- 267

Dara da Silva Lopes

A resistência cultural do movimento estudantil sob a mira da repressão (São Paulo - 1968-1973) --- 280

Dayane Soares da Silva

A incindível relação entre obras sacras e comunidade ---294

Denismara Eugênia de Oliveira Nascimento

A retórica da revolução para além do Manifesto do Centro e do programa do Clube Radical: Saldanha Marinho em O Rei e o Partido Liberal (1869) --- 310

Dievani Lopes Vital

Imprensa e crise: a modificação do vocabulário do Partido Liberal e a desconstrução do Regime Imperial --- 327

Driely Neves Coutinho

Os pleitos eleitorais na primeira década do Império: Minas Gerais (1824-1828) --- 341

Érica da Cruz Rosa

Um engenheiro militar do Império em cartas (1850-1880) ---353

Eveline Almeida de Sousa

A corte joanina e os novos hábitos: alimentos e artefatos nos anúncios da Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821) --- 366

Fernando Santa Clara Viana Junior

As produções científicas sobre os herbários elaboradas por Joaquim Monteiro Caminhoá --- 382

Gabriel de Oliveira Vieira

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

Fazer história na Igreja da Memória --- 394

Gustavo Pereira

Possíveis impactos do pensamento higienista na educação das mulheres surdas nas décadas de 20 e 30 do século XX --- 412

Helena Alves Rossi

A performance docente e a produção de presença nas aulas de História --- 425

Hosana do Nascimento Ramôa

Distintas defesas da emancipação feminina em periódicos femininos da segunda metade do XIX --- 441

Isadora de Mélo Costa

Associações entre literatura e história para uma análise do imaginário sobre o Rio de Janeiro no século XIX--- 457

Jéssica Ramalho Crispiniano

"A apropriação dos signos: Produção, circulação e consumo da moda em Nova Friburgo (1920 a 1951)" --- 471

Joyce da Costa Peixoto

Espetáculo e violência na abordagem midiática: usos do torcer da torcida organizada Raça Rubro-Negra no processo de modernização do futebol --- 487

Juliana Nascimento da Silva

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

Relações interprovinciais durante o segundo governo de Juan Manuel de Rosas: coerção, discurso e poder --- 501

Juliana Sabatinelli

Pelos olhos do general: o pensamento e prática política de Nelson Werneck Sodré --- 511

Laura dos Santos Paiva

A moda no folhetim *A emancipação da mulher* --- 526

Laura Junqueira de Mello Reis

Explorar juntos: desafios contemporâneos da história em tempos de terraplanismo e outras bravatas --- 539

Leandro Rosetti de Almeida

O vice-reinado do 2º marquês do Lavradio e o governo da capitania subalterna de Santa Catarina (1770-1779): notas de pesquisa --- 553

Leonardo Guedes Soares

O ganho de cada dia: as atividades de trabalho exercidas pelos negros nas ruas cariocas dos oitocentos --- 568

Leila Cristina Gibin Coutinho

Política e imprensa no Brasil: a eleição de 1998 no jornal "O Estado de S. Paulo" --- 584

Letícia Crespo Bomfim

Percepção sociocultural do século XIX através da análise do vestuário de época --- 600

Lilian Patricia Soares Filocreão

Latino-americana de Organizações da sociedade Civil pela Educação: atuação e composição --- 613

Lívia Vitória Cavadas Herdade

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

Sede Vacante. As dificuldades dos embaixadores portugueses em Roma. 1640- 1671 --- 626

Luciano Cesar da Costa

A aporia democrática: entre liberdade e autoridade --- 642

Luiz Maurício Bentim da Rocha Menezes

As conveniências do vestuário ficcional: a representação da indumentária feminina nos romances *Cinco Minutos* (1856) e *A viúvinha* (1857), de José de Alencar ---655

Marcelle Lopes de Souza

A análise do discurso crítica de Norman Fairclough como uma possível ferramenta para abordagem de textos historiográficos --- 671

Márcia Cristina de Oliveira Santos Matheus

De Carlos Gomes à Sociedade dos Músicos: o apagar da memória do mito gomesiano --- 683

Mariana Franco Teixeira

O Grão-Pará pré-cabanagem e as diversas formas de liberalismos --- 694

Marco Túlio Freire Baptista

Uma família, muitos (as) protagonistas: o caso dos Azeredo na Iguaçu do século XX --- 710

Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre

A peculiaridade da década de 1920 para a imigração alemã --- 726

Marília Luíza Ramos da Cruz

A Escrava Isaura (1875) e a representação feminina ---739

Marllon Alves

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

Por um olhar arqueológico sobre a história de Araruama --- 753

Marlon Barcelos Ferreira

**As possibilidades do ensino da História da África medieval através dos livros didáticos --
- 776**

Marta de Carvalho Silveira

**Rua das Ninfas e não da Imaculada Conceição: os protestos contra as homenagens
póstumas feitas ao propagandista republicano Silva Jardim. (Recife, 1889) --- 781**

Marta Lúcia Lopes Fittipaldi

**A simbologia do comportamento feminino: um estudo sobre processos de defloramento
em Juiz de Fora/MG --- 795**

Mônica Euzébio da Costa

O lugar das mulheres no Estado Novo ---808

Natália Cabral dos Santos

**Polêmica religiosa e regalismo na reforma de ensino de Frei Manuel do Cenáculo para a
Ordem Terceira da Penitência na segunda metade do século XVIII (1769-1780) --- 820**

Natália de Fátima de Carvalho Lacerda

**Israel Imaginário: Narrativas da esquerda brasileira sobre o conflito palestino-
israelense --- 834**

Olga Christina de Oliveira Zunino

**O Fazendeiro do *Brazil*: política ilustrada e produção de alimentos na divulgação
científica do Império Luso em finais do século XVIII --- 849**

Patrícia M. S. Merlo

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

A representação dos Estados Unidos nas páginas do *Jornal do Comércio* entre 1827 e 1834 --- 862

Paulo Vitor Soares da Silva

Os Monteiro de Barros: família, política e poder na província de Minas Gerais --- 874

Pedro de Almeida Freitas Soares

O trabalhismo e o nacionalismo nas telas de João Carriço. Uma biografia do amigo do povo --- 889

Renata Venise Vargas Pereira

Considerações acerca do determinismo religioso na análise histórica --- 905

Rhuan Reis do Nascimento

O casamento civil e a condição jurídica da mulher nos debates sobre o Código Civil Brasileiro de 1916: Clóvis Beviláqua e o direito de família --- 917

Roberta Alcântara Gomes da Silva

Fazendo eleitores e fazendo campanha: uma análise da competição partidária em São Paulo durante terceira república brasileira (1946 - 1964) --- 931

Rodney da Silva Amador

Estado novo, raça nova: eugenia, médicos e psiquiatras no Governo de Vargas (1930-1945) --- 948

Rodrigo Maia Monteiro

“Reflexões sobre Edmund Burke por Silva Lisboa: nem tudo é o que parece ser” --- 962

Rosemary Saraiva da Silva

A paisagem como artefato: estudo da morfologia urbana da Vila de Ilhéus através da cultura material (séculos XVII-XIX) --- 975

Ruana Oliveira

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

Biografia como problema, humor levado a sério: Belmiro Braga, um trovador popular na *Belle Époque* tropical --- 987

Sérgio Augusto Vicente

O anticomunismo na atual conjuntura brasileira (2013-2018) --- 1000

Talles de Almeida Oliveira

História e Literatura: um diálogo em prol da representatividade negra no ambiente escolar ---1014

Thaís Silva Félix Dias

Sociedade Musical de Beneficência e Cultura 22 de Maio: uma análise sobre as práticas e representações --- 1026

Thamyres Alves Rodrigues

Lá no Estado do Rio..., a fusão em questão 44 anos depois --- 1040

Tiago Lopes da Silva

Manoel da Cunha: a trajetória do inquisidor, comissário do Tribunal da Bula da Cruzada e vassalo do rei em Portugal, no Seiscentos --- 1055

Veronica de Jesus Gomes

Entre a literatura e cultura popular: a contribuição de Mario de Andrade na formação dos estudos do folclore brasileiro (1920-1930) --- 1069

Veronica Rocha da Silva

Educação, direitos humanos e cidadania: eixos de um projeto de extensão entre 2018 e 2019 --- 1085

Walace Ferreira

A Revolução Farroupilha e a construção da identidade do gaúcho, através do discurso histórico na narrativa fílmica --- 1099

Wanderson Oliveira dos Santos

Resistência escrava: fugas no *Jornal do Commercio* (1827-1850)

Alice Regina Maciel de Moura¹

Resumo: Pretendemos no presente artigo, analisar a seção de escravos fugidos presente no *Jornal do Commercio*, relevante periódico do século XIX. Devido sua grande circulação e longevidade, acompanhou momentos decisivos do Império. Além disso, podemos perceber a resistência de escravizados a partir de publicações que os tinham como protagonistas e anúncios de fuga. Nesse sentido, nos inserimos nas novas abordagens sobre as formas de resistência dos indivíduos escravizados e suas visões de mundo.

Palavras-chave: escravidão; fugas; *Jornal do Commercio*

Abstract: We intend in this article to analyze the section of runaway slaves present in *Jornal do Commercio*, relevant periodical of the nineteenth century. Due to its great circulation and longevity, it accompanied decisive moments of the Empire. In addition, we can perceive the resistance of enslaved people from publications that had them as protagonists and escape ads. In this sense, we insert ourselves in the new approaches about the forms of resistance of the enslaved individuals and their worldviews.

Keywords: slavery; runaway slaves; *Jornal do Commercio*

Introdução

Pretendemos trabalhar com a imprensa do século XIX, mais especificamente da fundação do *Jornal do Commercio*² em 1827, até abolição do tráfico em 1850 no Rio de Janeiro. Periódicos de grande circulação - como o *Jornal do Commercio* - acompanharam momentos decisivos do Império. Apesar de tentar se distanciar do debate político,

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UNIRIO). Email: alicemmoura@live.com

² Fundado em 1º de outubro de 1827, cinco anos após a Independência do Brasil, tendo sua duração até o dia 29 de abril de 2016. É considerado o jornal mais antigo da América Latina. C.f: MARTINS, A. & LUCA, T. (org.). (2008). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto.

representava o pensamento da elite mercantil e acabava lucrando com a instituição escravista, já que tinha uma extensa seção de anúncios de venda e captura de escravos.³

Nossa intenção nesse artigo é mostrar alguns casos de fugas de escravizados e suas possíveis estratégias. É preciso deixar claro que temos total noção de que o periódico e especialmente os anúncios de fugas, mostram a visão dos autores das publicações, nesse caso, os senhores de escravizados ou pessoas que denunciavam as fugas.

Jornal do Commercio

Por muito tempo, os jornais foram considerados inadequados para a construção de uma pesquisa histórica. Acreditava-se que forneciam imagens parciais e subjetivas de determinado evento. Nos anos 1950 e 1960 no Brasil, a imprensa passou a ser utilizada por diversos pesquisadores como Gilberto Freyre, Nelson Werneck Sodré, Fernando Henrique Cardoso, Emília Viotti da Costa, entre outros.

A imprensa nos permite obter dados de natureza econômica, cultural, a vida social e política, entendendo as diversas formas de pensamento de determinado grupo social. É importante analisar a partir de determinados aspectos como a área de difusão, a tiragem, relações desse jornal com determinados grupos políticos e econômicos, principalmente quem escreve e qual seu público alvo.

Apesar da alta taxa de analfabetismo da população no século XIX, conseqüentemente com um diminuto número de leitores, não significava que as pessoas não eram influenciadas pelas ideias defendidas nos periódicos, já que as informações podiam ser lidas e repassadas, tornando-as conhecidas. É possível ver o papel relevante da imprensa em momentos decisivos como na Independência, Abdicação de D. Pedro I, Abolição e a instauração da República.⁴

Segundo a historiadora Tânia Regina de Luca

A alfabetização era escassa, mas o rótulo de “elitismo” para a imprensa que surgia deve ser visto com cautela. Mesmo no Brasil escravista. Havia cruzamentos e intersecções entre as expressões orais e escritas, entre as culturas letradas e iletradas. E a leitura, como nos tempos recentes do Antigo Regime, não se limitava a uma atitude individual e privada, mas ostentava contornos coletivos. Nesse sentido, a circulação do debate político

³ C.f. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Mauad, 1999, p.189-190; KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.507 e FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 4ª edição revista. São Paulo: Editora Global, 2010.

⁴ SANTOS, Cláudia. "Imprensa" in MOTTA, Márcia (org.) *Propriedades e Disputas*. Fontes para a história do oitocentos. Niterói: EDUFF, 2011.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

ultrapassava o público estritamente leitor, embora sua produção impressa fosse monopolizada por um grupo restrito de redatores heterogêneos.⁵

Duas concepções de imprensa são preponderantes no século XIX: uma representa o periódico como um ator político formador de opinião, por isso seu caráter é episódico, pois é feito para se posicionar diante de um determinado evento. Outra, tendo o objetivo de se manter por mais tempo em circulação, é caracterizada por seu discurso mais imparcial, apenas informativo, por isso seu público costumava ser maior. Podemos encaixar o periódico em destaque nesse segundo grupo.

Nesse período que o *Jornal do Commercio* se consolida, aumentando suas assinaturas. Suas características principais são: linha mercantil, conservadora e de caráter impessoal, pois as publicações em sua grande maioria não tinham assinaturas. Além disso, os editores tentavam manter-se fora do debate político, embora nem sempre conseguissem.

Em sua primeira publicação, o periódico deixa claro seu objetivo estritamente comercial.⁶ Para muitos autores, esse seria o motivo para a aceitação e longevidade do jornal.⁷ Além disso, metade de seu conteúdo era formado por anúncios, sendo fundamental para que período se mantivesse em circulação⁸, sendo possível perceber a diferença entre a linguagem das notícias e a dos anúncios, já que podiam ser escritos por iletrados que queriam vender seus produtos, procurar algum tipo de serviço e até mesmo proferir ou responder alguma ofensa.”⁹

No *Jornal do Commercio*, os escravizados estão em posição privilegiada nos anúncios de compra, venda, leilão, arrematação, empréstimos, testamentos, fugas, doação, entre outros.

⁵ Martins, A. & De Luca, T. (org.). (2008). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, p.39.

⁶ “Exclusivamente dedicada aos negociantes, contendo tudo que diz respeito ao comércio, tanto em anúncios, como em preços correntes exatos de importação e exportação, entrada e saída de embarcações, etc. (...)”. *Jornal do Commercio*, 01/10/1827, p.1.

⁷ Segundo Matias Molina: “a abundância e qualidade de suas informações comerciais úteis”, “notícias extraídas dos jornais estrangeiros” e “comentários sobre a vida política”. MOLINA, Matias. *História dos jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500-1840)* v.1. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p.256. Alcindo Guanabara também definiu o periódico: “Esse alheamento das paixões em convulsão, essa inalterável tranquilidade, num meio tão agitado, valeu ao *Jornal do Commercio* a força e o prestígio com que, no princípio do segundo reinado, ele agia e reagia sobre a sociedade. (...) Como sempre, o *Jornal do Commercio* não é partidário, mas pesa deliberadamente na concha das instituições. É conservador, nesse sentido; é moderado, em todos os sentidos”. Alcindo Guanabara apud SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Op. cit..p.189

⁸ O preço cobrado por linha nos anúncios variava entre 80 e 120 réis no *Jornal do Commercio* no período estudado.

⁹ Para Molina, “Um dos pilares que sustentavam a empresa, foram os classificados de escravos, informando sobre os navios que chegavam da África com uma nova carga humana ou oferecendo recompensa para capturar servos fugitivos.”. MOLINA, Matias. *História dos jornais no Brasil...* Op.cit..p.239.

Os anúncios de fuga não tinham uma seção específica¹⁰, os que possuíam um desenho de um escravo com uma trouxa, que se destacavam ao meio de tantos outros. Normalmente, os jornais possuíam 3 ou 4 páginas. No caso do *Jornal do Commercio*, eram 4 chegando a 8 páginas no fim da segunda metade do século XIX, justamente aumentando para comportar a grande quantidade de anúncios dos mais variados tipos.

Diferente dos anúncios de venda e aluguel que tentavam mostrar as qualidades dos cativos para atrair compradores, as publicações de fugas, normalmente, mostravam todos os considerados “defeitos” tanto na aparência, quanto no comportamento do cativo. Também era comum o dono do escravizado anunciar a fuga três dias ou mais do desaparecimento, podendo ser o caso de uma *fuga-reivindicatória*¹¹.

A fuga como resistência

O tema da resistência escrava na historiografia recente inspirou diversas interpretações e este trabalho se estrutura em torno da questão de resgatar o pioneirismo dos cativos como sujeitos de sua própria vida. A resistência podia ser através de diversos atos como; “corpo mole” para o trabalho, reclamações nas delegacias de polícia, rebeliões, assassinatos de senhores, feitores, formação de quilombos, roubos, sabotagens, abortos, suicídio e fugas, foco principal deste trabalho.

Existem diversas formas de pesquisar a resistência dos escravizados, uma delas é a análise de anúncios de escravos fugidos publicados nos diferentes jornais do Império. Esses anúncios foram objeto de análise de Gilberto Freyre¹², sendo pouco valorizados na época. A “Anunciologia” tinha como objetivo principal reconstituir as características dos escravos fugitivos e conhecer o cotidiano escravista. Segundo Alberto da Costa e Silva ninguém no Brasil, nem nos Estados Unidos ou na Europa havia se debruçado para esse tipo de fonte.¹³

A proposta de pesquisar anúncios de escravos fugidos foi retomada em diversos trabalhos¹⁴ posteriores a Freyre. Grande parte da historiografia sobre esse tipo de anúncios

¹⁰ Apenas no ano de 1828 houve uma seção específica chamada “Escravos fugidos”.

¹¹ REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociações e Conflito*; a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

¹² Ver FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 4ª edição revista. São Paulo: Editora Global, 2010.

¹³ FREYRE, p.11.

¹⁴ GEBARA, Ademir. Escravos: Fugas e Fugas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 6, n.12, mar./ago.1986, pp. 89-100; GOMES, Flávio. “Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista”. *Tempo: Revista do Departamento de História da UFF*, n. 1, 1996, pp. 67-93; FLORENTINO, Manolo. De escravos, forros e fujões no Rio de Janeiro Imperial. *Revista USP*, n. 58, 2003, pp. 104-115;

tem como objetivo fornecer elementos sobre as condições de vida dos escravos; identificar etnias a partir de suas “marcas tribais” e arcada dentária; as deformações decorrentes de excesso de trabalho, dos castigos ou doenças causadas pela má-higiene e alimentação. Além disso, são apresentadas as variadas profissões, faixa etária, gênero e possíveis articulações sociais dos escravizados.

Quando os escravizados escolhiam buscar a liberdade através fuga, existiam diversas opções. Podiam esconder-se na cidade ou com bandos de fugitivos nas florestas dos morros, escapar de barco e buscar refúgio na baía ou ao longo da costa do Atlântico, ou ir para o interior, onde poderiam passar por libertos. Os escravos que queriam fugir totalmente do Brasil tentavam até velejar para a África, às vezes também cometiam suicídio, acreditando que pela morte retornariam à terra natal.¹⁵ Os anúncios de jornais registram uma grande quantidade de fugitivos, deixando os estrangeiros impressionados com o número de escravizados circulando pelas ruas.

Em relação ao comportamento dos escravizados e suas próprias perspectivas, há um consenso entre os historiadores de que grande parte das revoltas e fugas não previa o fim do regime escravista, salvo exceções, mas sim preservar “direitos” já reconhecidos anteriormente¹⁶. Um caso apresentado no *Jornal do Commercio* mostra uma situação parecida

A casa de João Nepomuceno Lisboa, atual Alcaide da Intendência Geral da Polícia, morador na rua da Lapa do Desterro n.67, foram três escravos a pedir-lhe o anunciante os vendesse para fora da terra, e ficasse com o dinheiro, pois que eles diriam serem cativos do anunciante, visto **estarem resolvidos a fugirem sem falta pela razão do muito castigo** que seus Srs. lhes dava; a honra e probidade do anunciante a benefício dos Srs. dos pretos por nomes João Calabar, Antonio Cabinda e Joaquim Cabinda, permitiu que os segurasse ao Calabouço do Castelo, para onde logo os mandou por

SOARES, Geraldo Antonio. Quando os escravos fugiam: Províncias do Espírito Santo, última década da escravidão. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v.XXIX, n.1, 2003; AMANTINO, Márcia. As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no *Jornal do Commercio* (RJ) em 1850. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1377-1399, out.-dez. 2007; AMANTINO, Márcia. Os escravos fugitivos em Minas Gerais os anúncios do *Jornal O Universal* – 1825 a 1832. *Lócus: Revista de História*. Juiz de Fora, v. 12, n° 2, pp.59-74, 2006; MACHADO, Geosiane Mendes. *Com vistas à liberdade: fugas escravas e estratégias de inserção social do fugido nos últimos decênios do século XIX em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FAFICH/ UFMG, 2010. (Dissertação de mestrado); FLORENTINO, Manolo e AMANTINO, Marcia. Fugas, quilombos e fujões nas Américas (séculos XVI-XIX). *Análise Social*, Vol. XLVII (2.º), 2012 (n.º 203), pp. 236-267.

¹⁵ Esse caso deve ser analisado com bastante cautela. Ver: FERREIRA, Jackson. “Por hoje se acaba a lida”: suicídio escravo na Bahia 1850-1888); Afro-Ásia 2004 e OLIVEIRA, Saulo Veiga; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. O suicídio de escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.371-388, abr.-jun. 2008.

¹⁶ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.67 e CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.173.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

soldados da mesma polícia, a ordem do Ilustríssimo Sr. Conselheiro Intendente Geral da Polícia.¹⁷ (grifo nosso)

O principal interesse seria uma “reforma da escravidão”, corrigindo excessos de violência, exigindo mais liberdade de negociar sua venda ou garantia de interesses específicos. É possível perceber isso no seguinte anúncio

Quem quiser comprar um preto de nação Congo ainda rapaz, é muito robusto, muito sadio, bom cozinheiro, menos de massas, muito curioso, tanto quanto vê fazer faz, é ágil para todo o serviço de uma casa; a circunstância **porque se vende é de vez em quando querer ir passear e não lhe dando licença foge**, mas para dentro da cidade, quem dele precisar pode procurar na rua de S. Pedro Largo do Rocio armazém n.22 lá achará com quem tratar. (grifo nosso)¹⁸

Em algumas publicações há uma tentativa dos senhores de afirmar sua autoridade e seu direito enquanto proprietário

Desapareceram, no dia 15 do corrente da praia dos Mineiros, dois pretos da casa da Valla do Porto da Estrela, um com os sinais seguintes: de nome Affonso, nação Congo, estatura regular, **tem um dedo de uma das mão machucados e falta de unha; foi a pouco tempo surrado**, e ainda tem os sinais; levou vestido calças e camisa de algodão já usadas; e o outro, de nome João, Congo, alto, cheio de corpo, cara alegre, com **uma manilha de ferro no pé e também com sinais de surra**: os Srs. pedestres, ou contra qualquer pessoa que souber dos ditos pretos, podem dirigir-se à rua da Direita n. 92, que receberão boas alvissaras; **assim como se protesta desde já com todo o rigor da lei contra quem os tiver seduzido**. (grifo nosso)¹⁹

Nesse caso, o senhor está protestando contra alguém que supostamente tivesse acoitado o escravizado e mostrando como a lei estava ao seu lado ao falar de sua propriedade. Além disso, vemos que os dois escravizados tinham sinais de maus tratos, podendo ser isso que motivou a fuga, algo muito comum no corpo dos anúncios.

Apesar dos objetivos que os senhores tinham ao detalhar as características físicas para facilitar a captura, é possível encontrar outras descrições dadas ao comportamento dos fugitivos. Tais adjetivos costumavam ser: “mentiroso”, “bêbado”, “fingido de humilde” ou “espantado”, como vemos nos anúncios

Fugiu, no dia 17 de setembro presente, um preto de nome João, crioulo, de idade 20 anos, cheio do corpo, sem barba, tendo um braço e uma perna aleijados do ar, quando anda manca, é muito capadócio, **finge-se mais aleijado do que é** e passa por forro em canoas de pescaria.²⁰ (grifo nosso).

¹⁷ *Jornal do Commercio*, 10/01/1828. p.4

¹⁸ *Jornal do Commercio*, 10/11/1827. p.4.

¹⁹ *Jornal do Commercio*, 19/02/1840, p.4.

²⁰ *Jornal do Commercio*, 06/10/1842, p.4.

Fugiu no dia 5 do corrente mês de novembro, da fazenda dos Palmares do Visconde de Mirandella, um escravo pardo, por nome Ignacio, oficial de sapateiro, com calos nas mãos e os sinais seguintes: claro acaboclado, estatura ordinária, olhos pretos, vivos e algum tanto encovados, orelhas grandes, cabelos pouco crespos e pretos, pernas finas, pés grandes e secos ; toca clarineta e **é bastante bêbado e mentiroso (...)**.²¹ (grifo nosso)

Outro discurso interessante, é quando o senhor acredita que o escravizado não havia fugido por conta própria e sim seduzido, termo muito usado em anúncios de fugas de mulheres, crianças ou escravizados que aparentavam bom comportamento. O seguinte anúncio exemplifica a situação

Desapareceu, no dia 4 do corrente mês, um escravo de nome José, nação Benguela, idade 28 anos, mais ou menos, com os sinais seguintes: alto, descarnado de corpo e bem descanelado, cor preta, rosto alegre e com sinais de bexigas; tem em um dos lados do peito a marca do senhor que o trouxe de sua terra, não é civilizado nem perfeito na língua dos brancos, mas inteligível de cheio da voz à proporção do corpo: este escravo há 3 para 4 meses que anda ao ganho nesta cidade, onde tem muito pouca prática por ter vindo de Minas, e **é amigo de seu senhor; julga-se, portanto, ter sido desencaminhado ou seduzido por alguém** que o tem seguro, em prejuízo de seu senhor.²² (grifo nosso)

Nesse caso, o escravizado aparentava ser obediente e gostar do tratamento que recebia, além de ser “amigo do senhor”. É possível perceber a decepção do anunciante, que ao expor o outro, o senhor expõe a si.

Isso nos mostra que mesmo que os proprietários acreditem que mantêm o controle total sobre os cativos, não é possível ter certeza. O antropólogo James Scott nos apresenta a possibilidade de que mesmo que o subalterno esteja em conflito com o dominante, costuma agir com deferência. Seria uma forma de manipular a aparência em situações de desvantagem, no qual o dominado tenta interpretar o que o dominante espera.²³

Porém quando essa manipulação e deferência por parte dos escravizados não surtia o efeito esperado para obter ganhos, as fugas eram uma alternativa essencial. Se as fugas eram frequentes, percebemos que nem sempre havia disposição dos senhores em aceitar as reivindicações dos escravos por meio de suplício e do discurso oculto. Robert Conrad afirma que a fuga era uma alternativa muito comum para a liberdade, além de desgastar os

²¹ *Jornal do Commercio*, 08/11/1836, p.4.

²² *Jornal do Commercio*, 08/03/1841, p.3.

²³ Segundo o autor “quando mais forte o poder, mais espessa é a máscara”. C.f: SCOTT, James C. *A Dominação e a Arte da Resistência*; discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 2013. p.130.

proprietários com os prejuízos na procura, na captura e nos anúncios. O pesquisador em seu livro *Os últimos anos da escravatura no Brasil* trata do assunto

Os anúncios e as recompensas pela sua captura, à devolução, os salários dos policiais, dos caçadores de escravos e dos juizes pagos pelos fundos públicos, os honorários pelo castigo e a cura ou o alojamento na prisão local, os gastos com armas, a perda de animais e de outros bens nos assaltos por bandos de fugitivos e um imenso tributo em insegurança e vidas humanas era um constante sorvedouro de bens, paciência e conforto da classe proprietária de escravos. Poucos eram os proprietários ricos que não tinham fugitivos assinalados no rol de seus escravos e até mesmo os escravos do Estado e da Família Imperial, presumivelmente em melhor situação do que a maioria, procuravam a salvação na fuga.²⁴

Análise dos anúncios

O presente artigo atém-se a apresentar algumas questões que nos atentamos ao analisar um anúncio de escravo fugido. O levantamento das fontes²⁵ ainda está em andamento e por isso não é possível chegar a uma conclusão. Nos detemos apenas a apresentar o modelo de análise da pesquisa.

Primeiramente, são informações importantes para pensar o protagonismo e o impacto do periódico: a tiragem, a periodicidade, o valor da assinatura, dos anúncios e das demais publicações, as linhas editoriais, a assinatura ou anonimato dos redatores e a quantidade de páginas em cada ano. Em seguida, as coletas de dados dos anúncios são mais detalhadas e a partir de perguntas-padrão no nosso banco de dados. São as seguintes:

- **Data:** quando o anúncio foi publicado e a sua edição.
- **Nome:** nome dos escravizados fugidos. Normalmente quando são recém-chegados ainda não tem nome.
- **Idade:** entre 10 a 24 anos.
- **Sexo:** masculino em maior quantidade. As mulheres costumam ficar confinadas a serviços domésticos, já as que tinham acesso a cidade, possuíam maior chance de fugir. Além disso, quando aparecem anúncios de mulheres escravizadas fugindo é comum que fujam com filhos pequenos.
- **Data da fuga:** normalmente os anúncios são publicados de 3 a 7 dias após a fuga.

²⁴ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. p.20.

²⁵ O *Jornal do Commercio* encontra-se na integra na hemeroteca da Biblioteca Nacional.

- **Local da fuga:** se o anúncio diz a localização.
- **Nome do senhor:** nem sempre aparece.
- **Gratificação:** quase não aparece o valor, apenas informam o endereço para a entrega do cativo e que será bem recompensado quem entregar.
- **O que levou?** É comum que os escravizados levem apenas a roupa do corpo quando fogem.
- **Características físicas:** se apresentam escarificações, marcas de castigos, falta de dentes, etc.
- **Personalidade:** traços de personalidade dados pelo senhor, por exemplo: muito vivo, esperto, inteligente, mentiroso.
- **Nação:** lugar de origem dos escravizados.
- **Ofício:** qual ofício o escravizado ocupava, se era especializado.
- **Fugiu com quem?** Se a fuga foi coletiva ou individual.
- **Doenças:** é comum aparecer o “vício de beber” e “marcas de bexiga” (varíola).

- **Cor:** qual a cor usada para descrever o escravizado.
- **Termo que começa o anúncio:** fugiu, desapareceu ou foi seduzido.
- **Página em que aparece o anúncio:** normalmente na última página, na 4.
- **Onde buscar gratificação?** Localização.
- **Outras informações:** essa categoria apareceu porque começa a aparecer anúncios de fugas de africanos livres²⁶.

Considerações finais

Através de uma análise qualitativa, procura identificar os diferentes tipos de fuga. Já na abordagem quantitativa a partir do banco de dados, podemos nos ater as repetições e padrões das fugas, discutindo as relações entre o aumento de fugas e os contextos sócio-políticos.

²⁶ Africanos livres são cativos resgatados do tráfico ilegal que ganharam no Brasil essa denominação. Porém, eram submetidos a regime de trabalho compulsório, com o suposto objetivo de educa-los para a liberdade, sendo considerados como juridicamente incapazes. O período de “educação” desses africanos era de 14 anos, em tese. Para mais detalhes: MAMIGONIAN, Beatriz. *Africanos Livres: A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Acreditamos que apesar da violência constante, os escravizados conseguiam pensar em diversas formas de resistência, fazendo com que os senhores tivessem também que se adequar a essa relação. Assim, mesmo com a violência sendo o alicerce do sistema escravista, haveria espaços para uma atuação autônoma, interferindo nas estratégias de dominação para sua perpetuação. Este trabalho diz à ideia de que nas relações entre dominantes e dominados, o dominante não consegue anular o dominado, ainda que haja um desequilíbrio de forças.

Referências:

Jornal do Commercio: 1827-1850.

<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

Bibliografia:

AMANTINO, Márcia. As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no *Jornal do Commercio* (RJ) em 1850. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1377-1399, out.-dez. 2007.

AMANTINO, Márcia. Os escravos fugitivos em Minas Gerais os anúncios do *Jornal O Universal – 1825 a 1832*. *Lócus: Revista de História*. Juiz de Fora, v. 12, nº 2, pp.59-74, 2006.

BASILE, Marcello. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos. In: José Murilo de Carvalho e Lucia Maria Bastos P. Neves. (Org.). *Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos*. 1ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, v. 1, p. 37-62.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república*. São Paulo: UNESP, 2010.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

FERREIRA, Jackson. “Por hoje se acaba a lida”: suicídio escravo na Bahia 1850-1888); *Afro-Ásia* 2004.

FLORENTINO, Manolo. De escravos, forros e fujões no Rio de Janeiro Imperial. *Revista USP*, n. 58, 2003, pp. 104-115.

FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Marcia. Fugas, quilombos e fujões nas Américas (séculos XVI-XIX). *Análise Social*, Vol. XLVII (2.º), 2012 (n.º 203), pp. 236-267.

FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 4º edição revista. São Paulo: Editora Global, 2010.

GEBARA, Ademir. “Escravos: Fugas e Fugas”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 6, n.12, mar./ago.1986, pp. 89-100.

GOMES, Flávio. “Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista”. *Tempo: Revista do Departamento de História da UFF*, n. 1, 1996, pp. 67-93.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LIMA, Lana Lage. *Rebeldia negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos (1a ed. 2005; 2a ed. 2006, 2a ed. 1a reimpressão 2008). In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes Históricas*. 2aed. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 111-153.

MACHADO, Geosiane Mendes. *Com vistas à liberdade: fugas escravas e estratégias de inserção social do fugido nos últimos decênios do século XIX em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FAFICH/ UFMG, 2010. (Dissertação de mestrado)

MARIA HELENA MACHADO. “Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão”. In: Grinberg, Keila; Salles, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, V. III, 1870-1889.

MARIA HELENA MACHADO, CASTILHO, Celso Thomas. (orgs.) *Tornando-se livres: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo: EDUSP, 2015.

MAMIGONIAN, Beatriz. *Africanos Livres: A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARTINS, A. & LUCA, T. (org.). (2008). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto.

MOLINA, Matias. *História dos jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500-1840)* v.1. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MOREL Marco. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. Editora Hucitec: São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, Saulo Veiga; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. O suicídio de escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.371-388, abr.-jun. 2008.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. In *Revista da USP*. São Paulo (28): 14-39. Dezembro/Fevereiro 95/96.

REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: cia. das Letras, 1996.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009

SANTOS, Cláudia. "Imprensa" in MOTTA, Márcia (org.) *Propriedades e Disputas*. Fontes para a história do oitocentos. Niterói: EDUFF, 2011.

SANTOS, Cláudia. Os relatos de viagem e o mito de democracia racial. In: Cláudia Regina Andrade dos Santos; Nelson de Sena Filho. (Org.). *Estudos de Política e Cultura: Novos olhares*. Goiânia: Vieira, 2006.

SCHWARTZ, Stuart. Mocambos, quilombos e palmares: a resistência escrava no Brasil colonial. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE-USP, v.17, número especial, 1987, p.61-88.

SCOTT, James C. *A Dominação e a Arte da Resistência; discursos ocultos*. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SOARES, Geraldo Antonio. Quando os escravos fugiam: Províncias do Espírito Santo, última década da escravidão. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v.XXIX, n.1, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 1999.

Entre orações e disciplinas: uma investigação da identidade batista carioca na cidade do Rio de Janeiro (1920-1930).

Álvaro Ramon Ramos Oliveira²⁷

Resumo: A Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro foi implantada por norte-americanos em 1884. Após 44 anos, a comunidade situada na Rua do Santana, muda-se para a Rua Frei Caneca. Sob novo endereço, a PIBRJ passou a receber em sua membresia um novo estrato social. Analisando as documentações referentes ao período da mudança, foi encontrado um número de 188 casos de disciplinas entre 1928 a 1936. Maior parte deles, novos fies oriundos de periferias. O fenômeno sugere crises da igreja frente a um novo recorte. Dessa forma, pretende-se neste trabalho refletir a identidade batista carioca através dos registros de exclusões sob o horizonte da história social.

Palavras-chave: Protestantismo; Igreja Batista; Rio de Janeiro.

Abstract: The First Baptist Church of Rio de Janeiro was established by Americans in 1884. After 44 years, the community located at Rua do Santana moves to Rua Frei Caneca. Under a new address, PIBRJ now receives a new social stratum in its membership. Analyzing the documentation of the period of change, we found a number of 188 subject cases from 1928 to 1936. Most of them, new sections from peripheries. The phenomenon suggests church crises facing a new cut. Thus, this paper intends to reflect the Rio de Janeiro Baptist identity through the records of exclusions under the horizon of social history.

Keywords: Protestantism; Baptist Church; Rio de Janeiro.

A Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro nasceu no dia 24 de agosto de 1884. Implantada a partir dos esforços de pastores e missionários norte americanos, esta comunidade religiosa teve um importante lugar no processo de inserção do protestantismo de

²⁷Bolsista CAPES e mestrando em História Social da Cultura pela PUC-RIO. E-mail: ramonhistor@hotmail.com

missão no Brasil. Ao dispor de recursos humanos e financeiros, a PIBRJ foi responsável pela implantação de mais de 20 igrejas batistas só na cidade do Rio de Janeiro²⁸.

Inicialmente estabelecida na Rua do Santana, esta instituição era composta majoritariamente por pessoas elitizadas. Todavia, ao se deslocar para o bairro do Estácio, ao pé do atual morro do São Carlos, essa realidade começou a sofrer alterações. A mudança ocorrida em 1928 possibilitou a entrada de um novo estrato social na igreja. Logo, a igreja que contava com figuras ilustres, como o diácono e senador Joaquim Nogueira Paranaguá e o pastor e diretor do Hospital Evangélico Fluminense, F. F. Soren²⁹, passou também a receber moradores de subúrbios e favelas³⁰.

Os encontros promovidos por essa pluralidade social produziram certos estranhamentos. Por um lado se encontravam os primeiros missionários norte-americanos que traziam consigo uma bagagem teológica conservadora³¹ do Sul dos EUA, visões de mundo e práticas sociais próprias de sua cultura. Por outro, tínhamos uma massa de imigrantes pobres e negros em contexto de pós-abolição que estão começando a ocupar os morros cariocas. As conseqüências diretas dessas interlocuções foram as tensões, os conflitos e os estranhamentos entre o código de ética protestante frente à vida cotidiana de uma sociedade católica e afro-brasileira³².

Olhando para os conflitos internos gerados entre as lideranças protestantes e a população brasileira na República Velha, Rubem Alves, Antônio Mendonça e Lyndon de

²⁸Fundada pelo norte americano William Buck Bagby, foi a segunda igreja batista em território nacional. Podemos observar dados que evidenciam a importância da PIB Rio para o crescimento dos batistas na cidade. Até o ano de 1927, a PIB do Rio já havia organizado 11 igrejas no estado e disponibilizado 318 membros para implantação e manutenção dessas novas congregações. Só na capital, foram implantadas igrejas em Engenho de Dentro, Ilha do Governador, Catumbi, Madureira, Laranjeiras, São Cristóvão, Bonsucesso, Tijuca e Ricardo de Albuquerque. Fora do município tínhamos Niterói e Barra do Piraí. Atualmente, existem mais de 480 igrejas organizadas em solo carioca e mais de 1.600 igrejas no campo fluminense. Para mais informações ver: AZEVEDO, Israel Belo. *Coluna e Firmeza: História da Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro* – Rio de Janeiro, PIB RIO, 1988. 207p.

²⁹O Hospital Evangélico Fluminense foi uma iniciativa dos segmentos protestantes inseridos no Rio de Janeiro. Construído com os recursos financeiros da Fábrica de Chapéu Mangueira, propriedade da família protestante Fernandes Braga, o hospital foi administrado por evangélicos e contou com o auxílio material das igrejas. O pastor da Pib do Rio, F. F. Soren, foi um dos coordenadores do hospital e a mesma igreja foi uma das principais mantenedoras da instituição. Para saber mais sobre o Hospital Evangélico, ver: SANTOS, Lyndon de Araújo. *Os mascates da fé: história dos evangélicos no Brasil (1855-1900)*. Curitiba, Editora CRV, 2017.

³⁰Em nossa documentação também observamos membros da PibRj de outras comunidades como o Morro da Providência e o Morro da Mangueira.

³¹Abordagem teológica calvinista, conservadora e ascética com ênfase para a conversão do indivíduo. Para saber mais ver: MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O Celeste Porvir: A Inserção do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Ed. USP, 2008.

³² Para saber mais sobre essas tensões ver: _____ *O Celeste Porvir: A Inserção do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Ed. USP, 2008.

Araújo Santos sinalizaram um comportamento rigorosamente conservador, compartilhado entre as primeiras comunidades evangélicas. Segundo Alves, o protestantismo, em sua fase de inserção, foi “caracterizado pelo estabelecimento de mecanismos institucionais de controle que se encarregavam de eliminar as formas desviantes de pensamento e comportamento”³³.

A Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro não fugiu a regra. Analisando documentações inéditas, observei que a constituição de mecanismos de controle também se fez presente na instituição. Lendo os registros da igreja, constatei um significativo aumento do número de disciplinas entre 1928 a 1936, ou seja, nos anos de adaptação mediante ao novo endereço e recorte social. Neste período, encontrei 188 sujeitos excluídos por comportamentos desviantes em uma igreja que até o então contava 899 membros³⁴.

A historiadora Marli Geralda Teixeira em sua tese “...nós, os batistas...”: *um estudo de história das mentalidades*, abordou alguns casos de disciplinas aplicados por igrejas batistas no estado da Bahia. Seu recorte temporal se inicia com a organização da Primeira Igreja Batista em Salvador –também primeira igreja batista do país- em 1882 e se encerra com a renovação carismática (1986). Para ela, dentro da mentalidade desta denominação evangélica, as exclusões de membros ocorriam devido a quebra do compromisso e da responsabilidade pessoal que cada fiel assumiu diante da sua congregação no momento de sua entrada³⁵.

[...] Responsabilidade significa frequentar regularmente a igreja e participar das suas atividades; contribuir sistematicamente para a manutenção financeira da instituição; cumprir com as obrigações e compromissos estabelecidos nos Estatutos e no Pacto da Igreja, solenemente jurados após o batismo; interessar-se pelas atividades da igreja e a ela se dedicar-se; dar bom testemunho; não macular com a sua conduta a imagem e a reputação da igreja; não se “bandear” para o lado de igrejas de outras denominações protestantes; zelar pela conduta moral dos outros cristãos³⁶.

Infelizmente as documentações que dão conta dos casos de disciplinas ainda são pouco exploradas na historiografia. Isso ocorre devido as intenções que tradicionalmente nortearam essa produção. Como os trabalhos sobre o evangelicalismo brasileiro ainda se voltam para pronunciamentos e estratégias missionárias, documentações que alcançam sujeitos com

³³ ALVES, Rubens. *Protestantismo e Repressão*. São Paulo: Ática, 1979, p. 21.

³⁴ Os processos de exclusões eram mecanismos institucionais de controle da PIB do Rio. Dessa forma, essa prática era utilizada para reprimir pensamentos divergentes e conter determinadas práticas e costumes culturais e sociais. Ao analisar a coluna de observações do Rol de Membros, constatamos que 21,17% da membresia da igreja foi excluída por desvios entre 1924-1930.

³⁵ TEIXEIRA, Marli Geralda. *Nós Batistas... Um Estudo de História das Mentalidades*. Tese de doutorado, São Paulo: USP, 1983.

³⁶ TEIXEIRA, Marli Geralda. *Nós Batistas... Um Estudo de História das Mentalidades*. Tese de doutorado, São Paulo: USP, 1983. p 39

menos prestígios na comunidade religiosa são menos privilegiadas em detrimento de outras. Um panorama dos modos de se fazer história neste campo torna isso bem evidente.

O perfil das publicações sobre o movimento evangélico brasileiro atravessou diferentes momentos historiográficos no decorrer do século XX. Os primeiros trabalhos encontram-se datados nos primeiros anos da República Velha. Como foram escritos por pastores e missionários empenhados na implantação da fé reformada, essas obras na maioria das vezes eram elaboradas a partir de objetivos apologéticos. Para além do enfoque factual, esses trabalhos reproduziam histórias heróicas, onde se registravam acontecimentos positivos que enobreciam os pioneiros norte-americanos e as lideranças nacionais, mas omitiam-se os problemas³⁷.

Uma segunda abordagem sobre a temática foi apresentada por um grupo de historiadores nos meados do século XX. Entre eles, poderíamos citar o professor da USP Émile G. Léonard que olhando para a comunidade protestante, aplicou metodologias e teorias populares em uma clássica história social³⁸. Como os primeiros a levarem estes temas para as academias brasileiras, este agrupamento de historiadores buscou compreender as condições sociais que possibilitaram a inserção da fé evangélica no Brasil.

A partir da década de 1990, outra agremiação de pesquisadores procurou ir além de análises pautadas em políticas oficiais e índices econômicos. Influenciados por um novo modo de se fazer história social, o grupo se inspirou em correntes efervescentes do seu tempo³⁹. Escolas como a nova escola marxista inglesa e dos estudos das mentalidades foram referências fundamentais para o surgimento de trabalhos mais satisfatórios sobre experiência evangélica nacional.

Por mais que essa historiografia tenha passado por diferentes fases no século XX, certas insatisfações ainda permanecem. Uma delas é que ainda hoje, a história do protestantismo brasileiro ainda é fortemente centralizada em grandes feitos de líderes, ou seja, é uma história eclesiástica. É justamente em cima desta lacuna que pretendo articular as possibilidades levantadas pela interlocução entre E. P. Thompson e Carlos Ginzburg, visando renovar os olhares para o tema.

³⁷ WATANEBE, T. H. B. *Escrito nas fronteiras: os Livros de História do Protestantismo Brasileiro (1928-1982)*. 2011. Tese (Doutorado) – UNESP, Assis, SP, 2011.

³⁸ LÉONARD, Émile G. *O protestantismo brasileiro*. São Paulo: ASTE, 2006.

³⁹ SANTOS, Lyndon de Araújo. *As outras faces do sagrado: protestantismo e cultura na Primeira República brasileira*. 2004. Tese (doutorado em História) Universidade Estadual Paulista, Assis/SP.

O historiador E. P. Thompson é um dos maiores nomes da historiografia inglesa. Militante pelo Partido Comunista Britânico, ainda muito jovem o historiador iniciou um grupo de estudos voltados para a história marxista, reunindo figuras como Christopher Hill, Eric Hobsbawm, Perry Anderson entre outros. Sua escola deu origem a uma tradição historiográfica conhecida como New Left⁴⁰.

Percorrendo um caminho diferente dos marxistas ortodoxos de sua época, Thompson se dedicou ao estudo das tradições, dos costumes e das categorias de vida. Consequentemente foi acusado de culturalista por aqueles pelos seus críticos. É verdade que o historiador fugiu de compreensões de cultura no seu sentido mais abstrato e deslocado da materialidade histórica. Contudo, decidiu privilegiar o estudo empírico e atentando-se para os sujeitos que vivenciaram os processos culturais, articulando-os com o movimento real da sociedade. Tudo isto, sem perder de vista a análise mais ampla da base marxista⁴¹.

Partindo deste horizonte, Thompson compilou a sua consagrada obra *Costumes em Comum*, revisitando as interpretações sobre os motins de fome na Inglaterra. Ao dar voz para a agência de meeiros, costureiras, camponeses e narrar fenômenos inusitados como as vendas de esposas, o historiador provocou um modo singular de se contar a história vista de baixo⁴². Em meu trabalho pretendo percorrer caminhos próximos aos trabalhados pelo marxista inglês. Ao invés de investigar os pronunciamentos de grandes pastores e missionários através dos documentos oficiais da igreja, pretendo dar voz a vendedores, domésticas, operários entre outros que participavam dos cultos dominicalmente.

Outra contribuição teórico-metodológica do historiador é a sua reflexão sobre o conceito de classe trabalhadora. Ao criticar o uso da terminologia como coisa, Thompson assume a classe como um sujeito. Neste sentido, a classe seria uma relação histórica, ou seja, um fenômeno que se torna visível apenas no processo. É justamente seguindo essas orientações que o inglês escreve o livro *A Formação da Classe Operária Inglesa*.

⁴⁰ Quando atuou no magistério na Universidade de Leeds, Thompson dedicou-se na elaboração de cursos para a classe trabalhadora. É justamente neste período que surgem as raízes teóricas dos seus estudos culturais. Em meio a essa experiência ele escreve a sua obra de referência *"The Making of de English Class"*.

⁴¹ E. P. Thompson revisitou abordagens tradicionalmente estabelecidas por historiadores marxistas ortodoxos. A primeira dela foi direcionada a corrente Fabiana que concebia os trabalhadores como vítimas passivas a exploração com exceção de alguns líderes que tinham visão a longo alcance. A segunda relacionava-se com a ortodoxia econômica que olhava para as classes apenas como força de trabalho ou dados estatísticos. Já a última e não menos importante se volta para a ortodoxia de militantes sociais democratas que concebiam os trabalhadores como os precursores da social democracia ou progenitores de uma comunidade socialista. Para ver mais: THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*, v. I, *A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁴² THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Thompson assume que o título do seu livro é um tanto desajeitado, mas ao mesmo tempo afirma que é adequado, tendo em vista a observação que ele pretende fazer. Originalmente referenciado como *The Making of the English Class*, o historiador chama atenção para a palavra “*making*”. Ao pé da letra, este termo poderia ser traduzido como fazer-se. Com isto, o historiador nos faz a pensar no *fazer-se* da classe operária, pois deseja estudar um processo ativo que se dá tanto pelas ações humanas, como também aos condicionamentos. Para ele, a classe não surgiu de maneira espontânea, mas sempre esteve presente no seu próprio fazer-se⁴³.

Visto isto, classe para o autor é um fenômeno histórico que unifica uma série de acontecimentos aparentemente desconectados naquilo que se refere à experiência e consciência. Thompson não concebe a classe como estrutura ou categoria, mas como algo que ocorre efetivamente nas ações humanas. Desse modo, a noção de classe traz consigo uma relação histórica e como qualquer outra relação é “algo fluido que escapa a análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura⁴⁴”. Em suma, para Thompson a classe precisa necessariamente estar encarnada em pessoas ou contextos reais. Em síntese, a cultura e seus valores da classe operária possuem um papel ativo no seu próprio processo de formação.

Segundo o historiador, a “classe” acontece quando alguns homens herdaram ou compartilham experiências comuns, articulam a identidade de seus interesses entre si e se colocam em oposição a outros homens cujos interesses se opõem aos seus. Essa “experiência” seria aquilo que determina a classe. Algo que está condicionada pelas relações de produção em que os homens nasceram ou entraram involuntariamente. Já essa “consciência” seria a forma pelas quais essas experiências são tratadas em termos culturais: encaradas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais.

Cabe destacar que se por um lado a experiência aparece determinada, por outro, o mesmo já não acontece com a consciência de classe. Por mais que possamos observar uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes, que vivem experiências parecidas, não podemos aplicar nenhuma lei. Isso significa que a consciência de classe surge em tempos e lugares diferentes, mas nunca da mesma forma⁴⁵.

⁴³ _____ . A formação da classe operária inglesa, v. I, A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p 16.

⁴⁴ Ibidem, p 11.

⁴⁵ THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa, v. I, A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p 10.

Thompson procurou de maneira muito clara mostrar que está menos preocupado em ver a classe como construção teórica e mais como algo que se torna visível na história. Guardando as devidas proporções, almejo lidar com meu conteúdo de investigação, inspirando-me no historiador inglês. Em outras palavras, assim como Thompson vê a classe como um processo que se faz por meio das ações de indivíduos, pretendo observar como que os próprios fiéis, no decorrer de suas trajetórias, elaboram seus próprios espaços de sociabilidade religiosa.

Ao pensar uma classe que se faz a partir de si mesma, E. P. Thompson foi muito criticado, sobretudo pelos pós-colonialistas. Muitos deles apontaram que o historiador marginalizou as agências de africanos, escoceses, irlandeses e outros indivíduos, imprescindíveis para a acumulação do capital que possibilitou o fortalecimento da elite industrial. A crítica mais popular ao marxista inglês encontra-se no livro *Rethinking Working-Class History: Bengal 1890 to 1940*⁴⁶, onde o indiano, Dipesh Chakrabarty, argumenta que Thompson concebeu uma classe operária sem cor, idade, gênero etc. No entanto, é justamente por conta dessas questões que pretendo levantar o historiador italiano Carlos Ginzburg para reconstituir narrativas e trajetórias de indivíduos silenciados ao longo da história⁴⁷.

Lançando-se, desde o início da sua trajetória, para o diálogo com a ciência antropológica, as bases conceituais e narrativas de Ginzburg tornaram-se claras de forma lenta e gradual. Na obra *Os fios e os rastros. Verdadeiro, falso e fictício*⁴⁸, o historiador assume que esse amadurecimento ocorreu entre a escrita dos *Os andarilhos do bem*⁴⁹ de 1966 e de *História Noturna*⁵⁰ de 1989.

Entre esses dois trabalhos, o historiador começou a investigar processos inquisitoriais, encontrando desta maneira, o caso do moleiro Menocchio. Buscando restabelecer as ideias e atitudes de juízes frente à defesa do réu, Ginzburg escreveu a obra *O Queijo e os Germes*, abordando um camponês do século XVI processado e condenado a morte pelo regime inquisitorial. Neste livro, o historiador analisou de perto uma documentação ligada a um

⁴⁶ CHAKRABARTY, D. *Rethinking Working Class History: Bengal 1890-1940*. Princeton: Princeton University Press, 1989.

⁴⁷ A partir da década de 1970, o clima intelectual entre os *Annales* passou por uma sensível mudança. Questões que tradicionalmente foram vistas como periféricas, progressivamente se deslocaram para o centro da disciplina. Neste período, temas indicados por Le Goff como a família, corpo, ralações de gênero, classes de idade, facções e carismas invadiram a revista dos *Annales*. Em paralelo a esse ambiente, análises históricas pautadas em dados estatísticos, paulatinamente passaram começaram a cair

⁴⁸ GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁴⁹ _____. *Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988

⁵⁰ _____. *História noturna: decifrando o Sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

indivíduo totalmente desconhecido⁵¹. Ao reduzir a escala de investigação, ele transformou em livro aquilo que outros historiadores tiveram como nota de rodapé. Naturalmente, o historiador se deu conta que um grande volume de acontecimentos e conexões ignorados por diversos historiadores são imprescindíveis para as agências que anteriormente eram concebidas como naturais.

Ginzburg não se limita em reconstruir uma história individual, mas decide investir seus recursos em contá-la. Antes de começar a escrever a obra citada anteriormente, o historiador estudou as relações entre hipóteses de pesquisa e estratégias de narrativas. Dessa forma, lançou um desafio para si mesmo, isto é, reconstituir o mundo intelectual, moral e fantástico do moleiro Menocchio por meio da documentação produzida por aqueles que o julgaram. Neste projeto, Ginzburg elaborou uma história capaz de transformar as lacunas da documentação em peças integrantes da narrativa. É por isso que o historiador afirma que os obstáculos postos a pesquisa eram elementos constitutivos da documentação e por conta disso, *“deveriam se tornar parte do relato, assim como hesitações e os silêncios dos protagonistas diante de seus perseguidores⁵²”*.

As contribuições metodológicas de Carlos Ginzburg são essenciais para enfatizar as particularidades do protestantismo batista carioca. Investindo nas técnicas de micro análise utilizada pelo italiano e na história vista de baixo defendida por E. P. Thompson, desejo romper com o modo tradicional de se fazer história do protestantismo no Brasil. Superando os grandes nomes e feitos, pretendo fabricar uma história das costureiras, donas de casa, operários, vendedores e estudantes que frequentavam o culto domingo após domingo. Para realizar tal tarefa estabelecerei a técnica *“o nome e o como⁵³”* da micro-história italiana com o objetivo de elaborar prosopografias de indivíduos marginalizados pela história oficial.

[...] As duas investigações que delineávamos têm, na sua dissemelhança, dois elementos comuns: serem referidas a estratos subalternos da sociedade e terem o nome como fio condutor. Há alguns anos, traçando um balanço das investigações prosopográficas, Lawrence Stone distinguiu duas correntes: uma, qualitativa, centrada sobre o estudo das elites (políticas, culturais, etc.);

⁵¹Na introdução da obra, Ginzburg polemizou um ensaio da Escola dos Annales onde Furet sustentou a ideia em que a história das classes subalternas nas sociedades pré-industriais só poderia ser feita numa perspectiva estatística. Para ver mais: GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁵²GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁵³Carlos Ginzburg aplica determinadas técnicas de pesquisa a partir do nome do ator social. Em *O Nome e o Como*, o historiador sugere o cruzamentos de fontes, uma catalogação dos dados e a construção de uma teia informações a partir de fontes internas e externas. Desse modo, pretendo usar cruzar as fontes da PIBRJ com documentações externas como jornais, almanak Laemmert entre outros.

a outra, quantitativa, virada para a inquirição de agregados sociais mais amplos. A nossa proposta pretende combinar a óptica não elitista da segunda corrente com a análise particularizada da primeira – uma prosopografia a partir de baixo (análoga à proposta por E. P. Thompson), que deveria portanto desembocar numa série de *case studies*, embora sem excluir, como já se disse, investigações de tipo serial. Que uma prosopografia a partir de baixo se atribua como objetivo uma série de *case studies* é coisa óbvia: uma investigação que seja ao mesmo tempo qualitativa e exaustiva apenas poderá tomar para exame entidades numericamente circunscritas – elites, precisamente. O problema será então o de selecionar, na massa dos dados disponíveis, casos relevantes e significativos⁵⁴.

Para selecionar os casos relevantes e significativos citados acima, analiso uma série de documentações internas e externas da Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro. Pensando em construir prosopografias vistas de baixo investigarei as fichas de membros, atas, fotografias, livro da tesouraria entre outras que são fontes que já se encontram digitalizadas e que contém uma surpreendente riqueza de informações sobre os leigos da igreja⁵⁵.

Acredito que a inclusão de novos atores sociais e a preocupação por identificar as suas ações, escolhas e interesses na dinâmica de suas trajetórias acentuarão a desconstrução de visões generalizantes e inaugurarão cada vez mais outras possibilidades interpretativas sobre a experiência evangélica brasileira. Em síntese, pretendo usar a micro-história italiana para reconstituir trajetórias de vidas a partir do cruzamento das informações vistas nos múltiplos documentos. Visto isto, desejo mostrar os sujeitos selecionados como agentes construtores dos seus próprios mundos de crenças.

Referências bibliográficas:

ALVES, Rubens. *Protestantismo e Repressão*. São Paulo: Ática, 1979

⁵⁴ GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178

⁵⁵ As fichas de membros foram elaboradas em 1928 com o objetivo de levantar os dados sobre os fiéis na mudança de endereço fixo da instituição. Neste livro constam informações como nome completo, sexo, idade, nacionalidade, estado civil, endereço, religião a que pertencia, forma/data da recepção na igreja atual, ministro que realizou o batismo/data e uma seção de observações a respeito de cada indivíduo. Nesse último campo se encontram as informações referentes a falecimento, casamento, pedidos de transferência e exclusões. As Atas são registros oficiais das reuniões deliberativas que ocorriam mensalmente com a participação dos fiéis arrolados no *rol de membros*. Esses documentos retratavam a vida cotidiana dessas pessoas dentro e fora da instituição religiosa. Os *Relatórios da Tesouraria* e a *Caixa de Socorro* também são documentos imprescindíveis para a pesquisa, pois dizem a respeito da vida financeira da igreja. No primeiro constam informações como o valor do dízimo de cada fiel, notas de compras de para a instituição e pagamento de salários. Já o segundo se refere a assistência social. Em outras palavras, doações concedidas aos membros com menor poder aquisitivo ou a pessoas da comunidade que procuravam por auxílio.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

AZEVEDO, Israel Belo. *Coluna e Firmeza: História da Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro* – Rio de Janeiro, PIB RIO, 1988.

CHAKRABARTY, D. *Rethinking Working Class History: Bengal 1890-1940*. Princeton: Princeton University Press, 1989.

GINZBURG, Carlo. *História noturna: decifrando o Sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988

_____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico*. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178

SANTOS, Lyndon de Araújo. *As outras faces do sagrado: protestantismo e cultura na Primeira República brasileira*. 2004. Tese (doutorado em História) Universidade Estadual Paulista, Assis/SP.

_____. *Os mascates da fé: história dos evangélicos no Brasil (1855-1900)*. Curitiba, Editora CRV, 2017

LÉONARD, Émile G. *O protestantismo brasileiro*. São Paulo: ASTE, 2006.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O Celeste Porvir: A Inserção do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Ed. USP, 2008.

TEIXEIRA, Marli Geralda. *Nós Batistas... Um Estudo de História das Mentalidades*. Tese de doutorado, São Paulo: USP, 1983.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*, v. I, A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

_____. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WATANEBE, T. H. B. *Escrito nas fronteiras: os Livros de História do Protestantismo Brasileiro (1928-1982)*. 2011. Tese (Doutorado) – UNESP, Assis, SP, 2011.

As homossexualidades nas Comissões da Verdade no Brasil

Ana Cecília Pereira Batista⁵⁶

Resumo: Esta pesquisa propõe-se a analisar o processo de construção de narrativas sobre a repressão dirigida pela ditadura militar a pessoas LGBT na Comissão Nacional da Verdade. Por ser um espaço de institucionalização de memórias coletivas, a comissão esteve sujeita a conflitos e disputas entre narrativas de diversos setores sociais, o que implicou em seleções e silenciamentos. A presença do tema das homossexualidades refletiu mudanças sociais positivas que ocorreram desde aquele período, mas sua incorporação aos trabalhos das comissões não ocorreu sem que houvesse alguma resistência. Assim, por meio da análise do relatório final produzido pela CNV, objetiva-se identificar essas resistências e investigar como os trabalhos da comissão sobre a questão LGBT foram afetados pelos enquadramentos de memória realizados no decorrer do processo.

Palavras-chave: Homossexualidades; Comissão Nacional da Verdade; Memória.

Abstract: This research aims to analyze the process of narrative construction of the repression managed by the military dictatorship to LGBT people in the Brazil's Truth Commission (BTC). As a space for institutionalization of collective memories, the Commission faced up to conflicts and disputes between narratives from various social sectors, which implied selections and silences. The presence of the theme of homosexuality reflected positive social changes that have occurred since that period, but its incorporation into committee work has not occurred without resistance. Thus, through the analysis of the final report produced by BTC, the intention is to identify these resistances and to investigate how the Commission's work on the LGBT issue was affected by the memory frames made during the process.

Keywords: Homosexualities; Brazil's Truth Commission; Memory.

⁵⁶ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista CAPES. E-mail: ceciliapbt@gmail.com.

Instituída em novembro de 2011, por meio da Lei nº 12.528/2011, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) teve como finalidade apurar os crimes de violação aos direitos humanos cometidos pelo Estado entre 1946 e 1988, esclarecer as circunstâncias e identificar as estruturas e locais onde os delitos ocorreram. Para empreender essas tarefas, sete conselheiros foram indicados pela então presidenta, Dilma Rousseff⁵⁷. Além deles, a comissão também contou com o auxílio de consultores e pesquisadores de diversas áreas de conhecimento e com o suporte de outras comissões (municipais, estaduais, entre outros) instaladas durante os trabalhos da CNV.

Buscando descentralizar e garantir a autonomia das pesquisas, foram organizados treze grupos de trabalho que, sob coordenação dos conselheiros, se dedicaram a diversas temáticas⁵⁸. Visando divulgar as investigações, a comissão também foi encarregada de produzir um relatório sintetizando todas as suas atividades. Esse material foi apresentado ao público em dezembro de 2014, em uma cerimônia que marcou o encerramento dos trabalhos.

A Comissão Nacional da Verdade pode ser entendida como uma resposta do Estado a uma demanda da sociedade brasileira por memória, verdade e justiça. Nesse último aspecto, sua atuação foi muito limitada em razão das disposições da Lei da Anistia, que impedem que os responsáveis pelos crimes de violação aos direitos humanos sejam punidos judicialmente. Ainda assim, tratou-se de um esforço importante visto que essa foi a primeira vez que o Estado assumiu para si a responsabilidade de investigar os crimes da ditadura e, a partir disso, produzir uma narrativa oficial sobre o período.

Por definição, comissões da verdade podem ser entendidas como “investigações oficiais temporárias, estabelecidas para determinar fatos, causas e consequências de violações de direitos humanos ocorridas no passado”⁵⁹. Mecanismos como esses, que fazem parte de um conjunto de práticas concernentes a justiça de transição, alicerçam-se à noção de direito à memória e se propõem a construir uma memória nacional acerca de eventos traumáticos. Assim, se configuram como um espaço para a disputa de interpretações sobre o passado e

⁵⁷ Originalmente, os indicados pela presidenta foram: Claudio Fonteles, Gilson Dipp, José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro e Rosa Maria Cardoso da Cunha.

⁵⁸ Os grupos foram: 1) ditadura e gênero; 2) Araguaia; 3) contextualização, fundamentos e razões do golpe civilmilitar de 1964; 4) ditadura e sistema de Justiça; 5) ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical; 6) estrutura de repressão; 7) mortos e desaparecidos políticos; 8) graves violações de direitos humanos no campo ou contra indígenas; 9) Operação Condor; 10) papel das igrejas durante a ditadura; 11) perseguições a militares; 12) violações de direitos humanos de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil; e 13) o Estado ditatorial-militar.

⁵⁹ BRASIL. Centro Internacional pela Justiça de Transição. Comissão de Anistia do Ministério da Justiça (Ed.). “O que são comissões da verdade”. Comissões da verdade: estudos temáticos. Brasília, n. 2, p. 1-6, 2012.

estão sujeitos ao “trabalho de enquadramento de memória”, ao qual recorrem conforme realizam seleções e priorizam determinados elementos em lugar de outros considerados menos relevantes.

A noção de enquadramento de memória foi introduzida pelo sociólogo Michael Pollak⁶⁰. Segundo ele, trata-se de um processo que se alimenta da história e que é, em grande medida, feito pelos historiadores. Para Pollak, a memória é seletiva, algumas coisas são registradas e outras não. O que determina o que será lembrado ou esquecido são as preocupações pessoais e políticas do presente. Isso significa que a memória é um fenômeno construído e, portanto, pode ser negociada a partir de disputas que ocorrem entre a memória individual e a memória coletiva ou entre a memória de grupos distintos⁶¹.

No caso da Comissão Nacional da Verdade, essa disputa de narrativas sobre o passado se manifestou em momentos diferentes por meio de conflitos externos e internos. Desde o começo, a comissão foi acusada de revanchismo por grupos conservadores, que recuperaram a “teoria dos dois demônios” a fim de desqualificá-la. Concomitantemente, setores militares mobilizaram a retórica da “unidade nacional” para questionar a imparcialidade e as intenções da comissão⁶². Paralelamente, grupos relacionados a verdade e justiça denunciavam as concessões e negociações feitas pela comissão acusando-a de ceder às pressões de militares e conservadores⁶³.

Além dos conflitos externos, algumas pesquisas já demonstraram que as disputas narrativas também ocorreram no interior da comissão, levando a um processo de hierarquia de memórias. Por dispor de tempo e recursos limitados para abarcar assuntos diversos, alguns temas foram acolhidos pela comissão de forma mais exígua, especialmente aqueles voltados para a repressão dirigida contra grupos específicos, como o caso da violência de gênero⁶⁴ e o de pessoas LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transsexuais e transgêneros).

Em decorrência disso, é possível observar que os enquadramentos realizados pela Comissão Nacional da Verdade resultaram na marginalização de determinados atores

⁶⁰ POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 1989, p. 3-15.

⁶¹ Idem, 1992.

⁶² HOLLANDA; PERLATTO. “Entre a reconciliação e a justiça: a Lei da Anistia diante das Comissões da Verdade”. In: Democratização, memória e justiça de transição nos países lusófonos. Pernambuco: Editora Universitária de Pernambuco, 2017, p.16-30.

⁶³ PAIVA, Marcelo Rubens. Comissão da ½ verdade. O Estado de São Paulo. 20 de nov. 2011. Disponível em: <<<https://cultura.estadao.com.br/blogs/marcelo-rubens-paiva/comissao-da-12-verdade/>>>. Acesso em: 21 de out. 2019.

⁶⁴ TELES, Maria Amélia de Almeida. “A construção da memória e da verdade numa perspectiva de gênero”. Revista Direito GV. São Paulo, 2015, p. 507.

históricos e secundarizaram temas como gênero, raça e sexualidade⁶⁵. Como pode ser observado no relatório, esse processo favoreceu a projeção de algumas memórias por meio do silenciamento de outras, prevalecendo aquelas de militantes de esquerda que, em sua maioria, eram homens e heterossexuais⁶⁶.

Homossexualidades, memória e justiça de transição

Olhando mais atentamente para o caso das homossexualidades⁶⁷, além dos embates próprios dos processos de construção de memórias coletivas, existem também limitações referentes ao caráter conservador dos mecanismos da justiça de transição. Da forma como foram concebidos, esses instrumentos tendem a valorizar as vítimas e os perpetradores de violência física e negligenciar os danos sociais e econômicos de natureza mais subjetiva, impedindo que sejam reconhecidos e, assim, que possam ser reparados⁶⁸.

Visto isso e considerando que existem inúmeros exemplos históricos em que minorias sexuais e de gênero foram consideradas ameaças para a ordem e reprimidas junto a outros inimigos do regime político vigente (como no caso da Alemanha nazista e das ditaduras latino-americanas), algumas pesquisas já avaliaram os benefícios de considerar o marcador social da sexualidade como um elemento distintivo para caracterizar formas específicas de violência e repressão.

Ao incluir em suas narrativas as vozes dos marginalizados e prezar pela centralidade das vítimas, as comissões da verdade têm a capacidade de “democratizar” a história. Assim, se puderem criar um ambiente livre e seguro para que lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais possam falar sobre o passado de repressão, elas ajudam a romper com barreiras estruturais e simbólicas que permitem a manutenção da violência e da discriminação no

⁶⁵ GALLAHGER, Jennifer. De muitas verdades a uma: histórias enredadas, memórias tuteladas e a Comissão Nacional da Verdade (1979-2014). 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

⁶⁶ FRANCO, Paula. A escuta que produz fala: O lugar do gênero nas comissões estaduais e na Comissão Nacional da Verdade. 2017. 254 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

⁶⁷ O termo “homossexualidades” também é utilizado para englobar travestis, transsexuais e transgêneros. No livro *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*, de autoria de James Green e Renan Quinalha, os mesmos que assinam o texto da CNV, o uso da expressão é justificado para evitar anacronismos usando termos de percepção de identidades que eram alheios à época, visto que tanto a travestilidade quanto a transgêneridade eram vistas como formas de homossexualidades.

⁶⁸ QUINALHA, Renan. “A questão LGBT no trabalho de memória e justiça após a ditadura brasileira”. In: *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2015. p. 265-257.

presente⁶⁹.

Ao mesmo tempo, a incorporação desses sujeitos nas políticas de memória torna possível identificar quais são os padrões de violência que emergem em momentos de conflito e se direcionam a esse grupo, observar sua continuidade no presente e, a partir disso, construir políticas de reparação. Conforme observado por Katherine Fobear, notar esses padrões contribui também para a análise sobre os mecanismos que amparam essas violações e as ideologias sociais, religiosas, econômicas e nacionais que sustentam e justificam essa violência⁷⁰.

Apesar disso, a incorporação dessas narrativas ainda esbarra em muitas resistências, que vão desde o não reconhecimento da relevância da questão até o medo da repercussão negativa em função da natureza controversa da temática. No entanto, ainda segundo Fobear, grupos como o Centro Internacional para a Justiça de Transição (ICTJ) e a Comissão Internacional de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas pressionam para que os Estados em vias de realizar comissões da verdade ou iniciativas de memória e reparação levem em consideração o marcador social da sexualidade⁷¹.

Na América Latina, os países que amargaram experiências ditatoriais e lançaram mão de comissões da verdade para enfrentar esse passado, em sua maioria, não incluíram em seus trabalhos a violência dirigida pelo Estado contra lésbicas, gays, travestis e transsexuais. No caso da Argentina e do Uruguai, a ausência da percepção da sexualidade como um direito humano fez com que os movimentos progressistas reorganizados na esteira da redemocratização tivessem dificuldade de incorporar essa violência voltada aos homossexuais às lutas por memória, verdade e justiça⁷².

Algo semelhante parece ter ocorrido no Brasil. No contexto da ditadura civil-militar, mesmo os setores progressistas tinham uma visão negativa sobre a homossexualidade. Entre os grupos revolucionários que aderiram à luta armada, havia a interpretação da homossexualidade como uma prática contrarrevolucionária⁷³. O mesmo ocorria entre os

⁶⁹ FOBEAR, Katherine. “Queering Truth Commissions”. *Journal of Human Rights Practice*. Oxford, 2014, p. 53-54.

⁷⁰ FOBEAR, Katherine. *Op.cit.*, p. 54.

⁷¹ *Ibid.*, p. 58.

⁷² SEMPOL, Diego. “Autoritarismos morais, dissidência sexual e memória: ditaduras civil-militares na Argentina e no Uruguai e organizações LGTTBIQ”. In: *História e Memória das Ditaduras do Século XX*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 162-196.

⁷³ GREEN, James. “‘Quem é o macho que quer me matar?’: Homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970”. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. Brasília: Ministério da Justiça, 2012, p. 58-93.

segmentos mais moderados, conforme é possível perceber no caso do jornalista Chrysóstomo⁷⁴. Demorou algum tempo para que o tratamento dado ao tema se modificasse e, de certo modo, esse atraso teve um reflexo nas organizações dedicadas a luta pelos direitos humanos e por memória, verdade e justiça que foram construídas no curso da redemocratização.

Ao reconstruir a trajetória de Herbert Daniel, um militante revolucionário e homossexual, o historiador James Green recupera situações em que esses conflitos ocorreram. Um deles envolvia diretamente o movimento pela Anistia e um episódio em que uma carta aberta escrita por Herbert Daniel no exílio não foi lida na reunião nacional do Comitê Brasileiro pela Anistia porque alguns membros não concordavam em apoiá-lo em razão de sua homossexualidade⁷⁵.

Anos mais tarde, durante uma reunião da Comissão Nacional da Verdade, houve uma discussão entre comissionados em que um deles questionou de forma agressiva a necessidade de que o tema das homossexualidades constasse no relatório, demonstrando, no mínimo, falta de sensibilidade para o tratamento da questão⁷⁶.

Os casos mencionados ocorreram em momentos históricos distintos e devem ser interpretados em seus determinados contextos. No entanto, são sintomáticos das dificuldades que setores progressistas encontraram para entender a sexualidade como um direito humano e as demandas de pessoas LGBT como pautas legítimas a serem incorporadas em suas agendas.

Apesar disso, os esforços dos pesquisadores que se dedicaram a investigar as violações direcionadas aos homossexuais, travestis e transsexuais possibilitou que um capítulo sobre o tema fosse produzido e incorporado ao relatório da Comissão Nacional da Verdade. Diante do que foi exposto, a iniciativa se torna ainda mais relevante não somente por incluir esses sujeitos em uma narrativa oficial, mas por tornar mais complexo o debate sobre os direitos humanos no Brasil ao demonstrar que a homofobia, a lesbofobia e a transfobia não se manifestam apenas nas práticas de um único espectro político.

Ao incluir essa dimensão do terrorismo de Estado em sua narrativa, a CNV rompeu com o silenciamento em torno da participação desses indivíduos na resistência contra a

⁷⁴ TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018, p. 199.

⁷⁵ GREEN, James. *Revolucionário e Gay: a vida extraordinária de Herbert Daniel – pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão*. Tradução de Marília Sette Câmara, 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a, p. 247.

⁷⁶ GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2018, p. 18.

ditadura. Assim como outros movimentos sociais emergentes naquele contexto, o então chamado Movimento Homossexual Brasileiro também data daquele período e fez parte daquele processo histórico. Já foi amplamente documentado que o grupo se organizou para participar de passeatas e atos públicos, produzir manifestos e buscar construir ações de resistência junto a outros coletivos. Minimizar ou ignorar o papel desses sujeitos no processo de redemocratização diz de um enquadramento e tem consequências para a construção da memória sobre esse período.

Além disso, a incorporação do capítulo também parece ter impulsionado a difusão de pesquisas sobre o tema e aberto caminhos para que isso fosse discutido em outras duas comissões estaduais, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Diferente do que ocorreu em outros países que lançaram mão de mecanismos de justiça de transição, o Brasil não contou com apenas uma comissão da verdade, mas com uma rede de comissões (municipais, estaduais, universitárias etc.) que colaboraram com o trabalho da Comissão Nacional da Verdade⁷⁷. Tratando especificamente da questão LGBT, ainda é preciso uma pesquisa que investigue em que medida essas comissões se complementaram no tratamento desse tema.

Portanto, a investigação do processo de construção de narrativas sobre as homossexualidades no interior da Comissão Nacional da Verdade ajuda a compreender a dinâmica das disputas e limitações que atravessam processos de institucionalização de memórias coletivas. Ao mesmo tempo, provoca questionamentos sobre o modo como a memória de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transsexuais e transgêneros ocupam nas narrativas sobre a história do Brasil.

São necessárias outras estratégias de pesquisa para desvendar todo o processo de construção de narrativas sobre as homossexualidades, desde a introdução do tema aos trabalhos da CNV (assim como das demais comissões), até a elaboração do texto final. Entretanto, o relatório da comissão oferece alguns indícios das limitações e dos conflitos encontrados.

O capítulo “Ditadura e homossexualidades” na Comissão Nacional da Verdade

No relatório da Comissão Nacional da Verdade, a repressão do Estado a pessoas LGBT consta no capítulo “Ditadura e homossexualidades”, que integra o segundo volume do

⁷⁷ SEIXAS, Ivan.; SOUZA, Silvana. “Comissão Nacional da Verdade e a rede de comissões estaduais, municipais e setoriais: a trajetória do Brasil”. Revista Estudos de Sociologia. Araraquara, 2015, p. 355.

relatório, em uma seção intitulada “Textos temáticos”. Assim como os demais, ele foi elaborado sobre responsabilidade de um dos conselheiros. Nesse caso, o encarregado foi Paulo Sérgio Pinheiro, que também foi o responsável pelo quarto texto da seção, “Violações de direitos humanos nas igrejas cristãs”.

Como um grupo de trabalho não foi designado especificamente para a questão, o texto é assinado por dois pesquisadores externos: James Green, historiador brasileiro e militante histórico do movimento LGBT, e Renan Quinalha, professor de direito da Unifesp e integrante da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. Não há indicação de que o material tenha sido produzido em parceria com outras comissões ou entidades, como universidade e sindicatos.

Ao longo do capítulo, nas notas de rodapé, são mencionados alguns dos trabalhos com base nos quais os autores produziram o texto. Os artigos em questão foram publicados em um livro chamado *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*, que foi lançado um pouco antes da cerimônia de entrega do relatório final da comissão. O livro, que conta com 10 capítulos, reúne textos de pesquisadores que se dedicaram a investigar o modo como a população LGBT foi atingida pelas práticas de violência e repressão da ditadura militar. Todos eles oferecem uma análise mais completa sobre os episódios comentados no relatório.

No caso do relatório da CNV, é possível observar que o capítulo “Ditadura e homossexualidades” tem um tamanho modesto em relação aos demais que compõem o conjunto de textos temáticos. Ao longo de treze páginas, que se dividem em 6 seções, incluindo uma breve introdução e uma lista de recomendações, os autores discutem questões importantes para compreender o modo como a repressão atingia pessoas LGBT.

De modo geral, eles analisam as relações entre a homofobia e a ideologia que sustentava a ditadura militar (que envolvia os esforços do regime para associar o movimento de gays e lésbicas ao Movimento Comunista Internacional). Em sequência, partem do caso das demissões em massa do Itamaraty⁷⁸ para avaliar as relações entre discriminação e trabalho e discutem o modo como a censura afetou escritores, compositores, jornalistas e artistas em geral que eram homossexuais ou produziam obras com essa temática.

Os autores também discorrem sobre operações policiais em bares e locais frequentados por gays e lésbicas e os casos de prisões arbitrárias de travestis e transsexuais, situações que

⁷⁸ Trata-se do episódio em que o governo militar expulsou quinze diplomatas do Itamaraty, sete deles sob alegação de “prática de homossexualismo, incontinência pública escandalosa”.

resultavam em violência e extorsão. Por fim, também mencionam os esforços do incipiente movimento homossexual brasileiro para se articular junto a outros movimentos sociais e organizar uma mobilização contra todas essas violações.

Em meio a esses apontamentos, uma questão importante discutida no texto é a relação conflituosa que os setores progressistas estabeleceram com a homossexualidade naquele contexto. Em dado momento, parece haver uma crítica sutil a própria comissão. Ao falar sobre o atraso da Anistia Internacional para incorporar às suas lutas as demandas de pessoas LGBT, os autores consideram que “A Comissão Nacional da Verdade (CNV) tem que aprender com esse passado e ser parte da transformação que ainda hoje se espera da democracia brasileira no sentido de prestigiar a diversidade e o respeito dos direitos humanos”⁷⁹.

A existência desse parágrafo, que é seguido por uma crítica ao uso do termo “minorias” para se referir a mulheres, pessoas negras e homossexuais, é interessante considerando que, segundo um dos autores, o lançamento do livro *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade* foi planejado para uma data anterior a cerimônia de entrega do relatório visando pressionar a CNV para que o capítulo não fosse removido do documento⁸⁰. Somando isso ao episódio previamente mencionado, em que um dos comissionados questionou de forma grosseira a necessidade do tema, é possível imaginar que para que o capítulo se concretizasse houve, no mínimo, uma certa tensão no interior da comissão.

O capítulo termina com uma lista de recomendações. São elas: (1) Criminalização da homolesbotransfobia; (2) Aprovação de lei garantindo a livre identidade de gênero; (3) Construção de lugares de memória dos segmentos LGBT ligados à repressão e à resistência durante a ditadura (ex. Delegacia Seccional do Centro na rua Aurora, Departamento Jurídico XI de Agosto, Teatro Ruth Escobar, Presídio do Hipódromo; Ferro’s Bar; escadaria do Teatro, Municipal etc.); (4) Pedidos de desculpas oficiais do Estado pelas violências, cassações e expurgos cometidos contra homossexuais em ato público construído junto ao movimento LGBT; (5) Reparação às pessoas LGBT perseguidas e prejudicadas pelas violências do Estado; (6) Convocação dos agentes públicos mencionados para prestarem esclarecimentos sobre os fatos narrados no presente relatório; (7) Revogação da denominação de “Dr. José

⁷⁹ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório CNV. Brasília: CNV, 2014, p. 301.

⁸⁰ FRANCO, Paula. Op. cit., p. 135.

Wilson Richetti” dada à Delegacia Seccional de Polícia Centro, do departamento das Delegacias Regionais de Polícia da Grande São Paulo pela Lei 7.076 de 30 de abril de 1991.

Com exceção aos dois primeiros itens, a maioria das recomendações segue sem respostas satisfatórias. No dia 13 de julho desse ano, não sem controvérsias, o Supremo Tribunal Federal criminalizou a homofobia e a transfobia, equiparando-as ao crime de racismo. Já o Decreto nº 8.727/16, expedido pela então presidenta Dilma Rousseff, garantiu “o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”⁸¹.

Em relação ao terceiro item, a disputa em torno do destino do Palacete Franco de Mello, em São Paulo, é um dos casos que demonstram que a questão está longe de ser resolvida⁸². É interessante observar que os lugares mencionados se localizam no Rio de Janeiro e em São Paulo. De certa forma, isso é sintomático do modo como todo o capítulo se estrutura. Ainda que o livro *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade* faça menção ao Grupo Gay da Bahia (GGB) e traga um capítulo sobre a repressão a gays e travestis em Belo Horizonte, escrito pelo pesquisador Luiz Morando, os episódios e os locais mencionados ao longo do texto se concentram nessas duas cidades.

Para construir o relatório, os autores partiram dos trabalhos já mencionados e utilizaram fontes diversas, que vão desde jornais tradicionais – como a Folha de São Paulo e o Estado de São Paulo –, até publicações militares e mídias alternativas dirigidas por homossexuais, como a revista Defesa Nacional e o jornal Lâmpião da Esquina, respectivamente. Eles também fizeram uso de documentos oficiais produzidos pelos órgãos de repressão, como memorandos do Serviço Nacional de Informações, entre outros.

É interessante notar que os autores conseguiram contornar um problema comumente mencionado por aqueles que se dedicam a história e memória LGBT, que envolve a dificuldade em localizar e acessar documentos que remetam ao tema. Não se trata de uma questão exclusiva, visto que a própria comissão teve dificuldades semelhantes em vários

⁸¹ BRASIL. Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm>>. Acesso em: 21 de out. 2019.

⁸² Cf. MENGUE, Priscila. Estado desiste de Museu LGBT na Paulista e estuda conceder casarão de 1905. O Estado de São Paulo. 04. nov. 2019. Disponível em: <<<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,estado-desiste-de-museu-lgbt-na-paulista-e-estuda-conceder-casarao-de-1905,70002996234>>>. Acesso em: 30 de out. de 2019.

momentos que não envolviam essa questão. No entanto, por uma série de razões específicas⁸³, o problema é ainda maior para aqueles que desejam reconstituir o passado por meio dessas lentes.

A despeito dos problemas previamente mencionados, a presença de um capítulo sobre o tema das homossexualidades em um relatório dessa natureza é muito positiva. Além de incluir na narrativa oficial sobre o período a repressão que o Estado dirigiu a pessoas LGBT e, assim, contribuir com a identificação da continuidade de padrões de violência que remontam a ditadura militar, o relatório também pode ser entendido como um passo inicial em direção a um novo olhar para questões de memória, verdade e justiça mais plural e democrático.

Conclusão

Ainda são necessárias outras pesquisas que investiguem de forma mais detalhada os trabalhos da CNV, as relações entre a justiça de transição e a violência contra pessoas LGBT e, nesse caso, o modo como o tema das homossexualidades foi incorporado e desenvolvido durante as atividades da Comissão Nacional da Verdade.

No entanto, por meio da análise do relatório e do resultado apresentado por pesquisas que se dedicaram a questões de natureza semelhante, é possível observar que, a despeito das mudanças sociais no tratamento da homossexualidade, ainda há uma dificuldade de entender pessoas LGBT como sujeitos de direitos humanos. Esse fenômeno, que não é exclusividade da Comissão da Verdade, se manifesta de forma ainda mais dramática nas estatísticas a respeito da violência e da discriminação contra esse segmento.

Por um lado, é sintomático que a Comissão Nacional da Verdade tenha organizado seus trabalhos (e seu relatório) de modo que as narrativas sobre as homossexualidades fossem secundarizadas. Seja pela ausência de um grupo de trabalho, pelo pouco espaço dedicado ao tema ou pela composição do relatório como um todo, é possível observar que existiram limitações no acolhimento da questão e as narrativas predominantes eram aquelas de homens brancos, militantes de esquerda e heterossexuais.

Em contrapartida, a despeito desses problemas, foi fundamental que a comissão tenha considerado o marcador social da sexualidade e garantido espaço a essa pauta. Apesar das limitações da CNV, várias pesquisas já haviam se dedicado a estudar a violência que o Estado

⁸³ Cf. GREEN, James. “Como a história pública pode se comprometer com a diversidade LGBT?”. In: *Que história pública queremos?*. 1. ed. São Paulo: Letra e Voz, 2018b, p. 249-254.

dirigiu a pessoas LGBT durante a ditadura. Assim, reconhecer esse passado foi uma iniciativa importante por incorporar a questão a uma narrativa oficial sobre esse período.

Além disso, a partir do que foi exposto no relatório, é possível identificar padrões de violência e elementos de continuidade entre as práticas empregadas pela repressão naquele contexto e aquelas que se manifestam hoje. Alguns elementos citados no texto, como o abuso policial e a censura, por exemplo, ainda são parte do cotidiano de pessoas LGBT. Observar essas conexões é fundamental para interrompê-las e promover condições mais saudáveis para a consolidação da democracia, especialmente no contexto pós-golpe de 2016.

Também é importante observar que o debate sobre a questão iniciado na Comissão Nacional da Verdade teve continuidade nas comissões estaduais de São Paulo e do Rio de Janeiro. Embora tenha sido organizado externamente às comissões, o lançamento do livro *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*, que reuniu trabalhos importantes sobre a repressão aos homossexuais, também permitiu que a temática fosse mais explorada.

Em síntese, é necessário observar essas limitações da comissão para identificar as interdições que estão relacionadas a dimensão das homossexualidades e envolvem a dificuldade de vincular pessoas LGBT às acepções universais de direitos humanos, criando as condições para a manutenção da homofobia, da lesbofobia e da transfobia no presente. Em razão da potência dessa iniciativa, podemos esperar que a Comissão Nacional da Verdade tenha sido um passo importante rumo a uma outra atitude em relação à história e a memória LGBT no Brasil.

Fontes:

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório CNV. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm>>. Acesso em: 21 de out. 2019.

MENGUE, Priscila. Estado desiste de Museu LGBT na Paulista e estuda conceder casarão de 1905. *O Estado de São Paulo*. 04. nov. 2019. Disponível em: <<[48](https://sao-</p></div><div data-bbox=)

paulo.estadao.com.br/noticias/geral,estado-desiste-de-museu-lgbt-na-paulista-e-estuda-conceder-casarao-de-1905,70002996234>>. Acesso em: 30 de out. de 2019.

PAIVA, Marcelo Rubens. Comissão da ½ verdade. *O Estado de São Paulo*. 20 de nov. 2011. Disponível em: <<<https://cultura.estadao.com.br/blogs/marcelo-rubens-paiva/comissao-da-12-verdade/>>>. Acesso em: 21 de out. 2019.

RIO DE JANEIRO (Estado). Comissão da Verdade do Rio. Relatório. Rio de Janeiro: CEV Rio, 2015.

SÃO PAULO (Estado). Comissão Estadual da Verdade de São Paulo Rubens Paiva. Relatório. São Paulo: ALESP, 2015.

Referências bibliográficas:

BRASIL. Centro Internacional pela Justiça de Transição. Comissão de Anistia do Ministério da Justiça (Ed.). “O que são comissões da verdade”. *Comissões da verdade: estudos temáticos*. Brasília, n. 2, p. 1-6, 2012.

FOBEAR, Katherine. “Queering Truth Commissions”. *Journal of Human Rights Practice*. Oxford, 2014, p. 51-68.

FRANCO, Paula. *A escuta que produz fala: O lugar do gênero nas comissões estaduais e na Comissão Nacional da Verdade*. 2017. 254 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

GALLAHGER, Jennifer. *De muitas verdades a uma: histórias enredadas, memórias tuteladas e a Comissão Nacional da Verdade (1979-2014)*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GREEN, James. “‘Quem é o macho que quer me matar?’: Homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970”. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. Brasília: Ministério da Justiça, 2012, p. 58-93.

GREEN, James; QUINALHA, Renan (orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2015.

GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2018, 534 p.

GREEN, James. *Revolucionário e Gay: a vida extraordinária de Herbert Daniel – pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão*. Tradução de Marília Sette Câmara, 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018^a, 378 p.

GREEN, James. “Como a história pública pode se comprometer com a diversidade LGBT?”. In: *Que história pública queremos?*. 1. ed. São Paulo: Letra e Voz, 2018b, p. 249-254.

HOLLANDA, Cristina Buarque; PERLATTO, Fernando. “Entre a reconciliação e a justiça: a Lei da Anistia diante das Comissões da Verdade”. In: *Democratização, memória e justiça de transição nos países lusófonos*. Pernambuco: Editora Universitária de Pernambuco, 2017, p.16-30.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1989, p. 3-15.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1992, p. 200-210.

QUINALHA, Renan. “A questão LGBT no trabalho de memória e justiça após a ditadura brasileira”. In: *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2015. p. 245 – 271.

SEIXAS, Ivan.; SOUZA, Silvana. “Comissão Nacional da Verdade e a rede de comissões estaduais, municipais e setoriais: a trajetória do Brasil”. *Revista Estudos de Sociologia*. Araraquara, 2015, p. 347-364.

SEMPOL, Diego. “Autoritarismos morais, dissidência sexual e memória: ditaduras civil-militares na Argentina e no Uruguai e organizações LGTTBIQ”. In: *História e Memória das Ditaduras do Século XX*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 162-196.

TELES, Maria Amélia de Almeida. “A construção da memória e da verdade numa perspectiva de gênero”. *Revista Direito GV*. São Paulo, 2015, p. 505-522.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018, 725p.

Manutenção da moda em meio ao luto: análise do *Jornal das Senhoras* (1852 – 1855)

Ana Paula Dessupoio Chaves⁸⁴

Resumo: Este artigo discute os textos da coluna *Modas*, inseridos no *Jornal das Senhoras* que abordaram o vestuário de luto no contexto brasileiro. O objetivo é debater como era descrita a etiqueta do luto nas páginas desse impresso. Para isso, foi utilizada a metodologia de blocos temáticos de análise, de Tania Regina de Luca, a fim de investigar a lógica formada pela leitura sequencial das publicações das edições desse recorte temporal. A proposta aponta para a importância de se entender de que maneira os jornalistas apresentavam o tema para seus leitores; e como essas apresentações contribuem para a interpretação historiográfica do luto a partir de revistas brasileiras ilustradas do século XIX. Veremos que a coluna *Modas* se aproxima muito com a linguagem dos códigos de etiqueta, que circulavam nesse período, afinal trazia orientações sobre como era o comportamento civilizado diante da situação do luto.

Palavras-chave: *Jornal das Senhoras*. Luto. Moda.

Abstract: This article discusses the texts of the *Modas* column, inserted in the *Jornal das Senhoras*, which deal with mourning clothing in the Brazilian context. The goal is to discuss what the label was like on printed pages. For this, we used the methodology of thematic blocks of analysis, by Tania Regina de Luca, in order to investigate the logical logic by sequential reading of the publications of the editions of this time frame. One proposal indicates the importance of understanding how journalists present the topic to their readers; and how these presentations contribute to the historiographical interpretation of mourning from illustrated Brazilian magazines of the nineteenth century. He notes that the *Modas* column is very close to the language of etiquette codes, which circulates during this period, provides guidance on how civilized behavior was in the face of grief.

Keywords: *Jornal das Senhoras*. Mourning. Fashion.

⁸⁴ Jornalista. Especialista em Moda, Cultura de Moda e Arte e Mestra em Artes, Cultura e Linguagens. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: anadessupoio@gmail.com.

Introdução – A etiqueta do luto no século XIX

No período vitoriano o luto teve grande destaque e importância. Esse período recebe tal denominação devido ao longo reinado da Rainha Vitória, de 1837 a 1901. A monarca fora, provavelmente, a grande responsável por tamanha importância simbólica na imagem do luto feminino. Seus 64 anos de reinado foram marcados por sua conduta rígida enquanto governante e pela tragédia pessoal que enfrentou com a morte de seu marido e primo, Albert. Assim, o período vitoriano exerceu grande influência sobre boa parte do mundo ocidental, desde o estilo de vida até a arte e a indústria.

A possibilidade de expor o sofrimento da perda de um ente querido por meio da indumentária fez então do século XIX, talvez, o último período em que o luto foi tão rigorosamente seguido. Para a pesquisadora Juliana Luiza de Melo Schmitt: “fosse de acordo com regras sociais, manuais de etiqueta ou pelo exemplo de figuras importantes, como a rainha Vitória da Inglaterra, o luto vestimentar tornou-se a expressão máxima da virtude feminina e do apego dos vivos pelos seus mortos”⁸⁵. Schmitt ainda completa dizendo que nesse período vitoriano a morte era extremamente apaixonante e dramatizada, por isso a indumentária no pós-morte era duramente seguida e utilizada.

A moda foi pródiga em valorizar esse sentimento de luto que assolou a sociedade vitoriana. Foi durante a Inglaterra vitoriana que o preto tornou-se a cor tradicionalmente associada ao luto. Ainda na perspectiva de Juliana Schmitt:

Em sua vida, o vitoriano frequentemente presenciava a morte. Considera-se que, no século XIX, a cada vinte crianças, três morriam antes de seu primeiro ano e a expectativa de vida era de somente 43 anos. As maneiras simples de prevenção de doenças, muitas delas baseadas no controle básico da higiene na preparação de alimentos ou nos partos não eram uma praxe, assim como a frequente utilização de medicamentos duvidosos de origem caseira aumentavam as chances de falecimento prematuro. Não era nada incomum que se estendesse de um período de luto para outro, os indivíduos passavam um bom tempo de suas vidas cobertos de negro⁸⁶.

Durante o século XIX, o sentimento de luto provocou modificações nos costumes – implicando na criação de hábitos próprios e que deveriam estar dentro dos padrões estabelecidos. Um dos lutos mais rígidos era o feminino, “no sentido de modificar por completo o hábito vestimentar das vitorianas. Exigia que as mulheres tivessem um guarda-

⁸⁵ SCHMITT, 2009, p. 76.

⁸⁶ SCHMITT, 2008, p. 77.

roupa completo em tom negro, incluindo acessórios como, sombrinhas, bolsas e lenços, no mesmo tom e sem ornamentos”⁸⁷.

Para Schmitt, nenhuma manifestação do luto era mais emblemática do que o luto vestimentar:

Por meio dele, expressava-se imediatamente o apego ao morto e a tristeza pela perda: a dor pessoal tornada pública e visível, formando uma barreira simbólica entre o indivíduo e o seu meio – a imagem de austeridade que cobra distanciamento da mundanidade. Normalmente contava com dois estágios: luto fechado e meio-luto, cada um com suas regras próprias. Sua cor oficial era o preto, reconhecidamente a cor da ausência de luz e de vida. Porém, não era a única. Mesmo no luto fechado, o branco poderia ser utilizado em punhos e colarinhos, já que a roupa branca, de baixo, sempre carregou consigo os significados da alvura da alma. Os tecidos deveriam ser discretos como os de algodão ou lã, nunca brilhantes ou chamativos como o cetim, a seda e o veludo⁸⁸.

A autora ainda aponta que o luto da viúva deveria ser eterno – pois demonstrava afeição pelo marido, caso contrário, era mal visto por representar certo desprezo. A sociedade avaliava tais comportamentos que podiam soar como ofensivos por não estarem dentro dos padrões. Assim, o luto fechado da viúva deveria ser utilizado por dois anos, durante esse período além de vestir preto, era necessário evitar o uso de joias e deveriam usar um “véu cobrindo o rosto ao sair de casa, não sendo apropriado que arrumassem demasiadamente os cabelos ou usassem perfumes. Nesses meses, suas atividades sociais deveriam ser as mínimas possíveis, preferencialmente restritas aos serviços da igreja”⁸⁹.

O luto mais longo era da esposa, afinal, era considerado o membro da família que mais iria sofrer. De acordo com Schmitt, no fim do segundo ano, caso a viúva não possuísse meios para se sustentar e ainda tivesse filhos pequenos, era permitido que se casasse novamente, para evitar a necessidade de trabalhar. Sobre o meio luto a pesquisadora descreve alguns costumes:

No meio-luto, era aceitável usar matizes como cinza, malva, roxo, lavanda, lilás, além do branco combinado com essas cores. Também o vermelho, em seus tons mais escuros, era adequado. Ao suavizar o negro, o uso de jóias também era liberado, porém estas deveriam ser limitadas e discretíssimas, em tons sóbrios ou ainda em formato de camafeus, nos quais se colocavam mementos mori, como mechas de cabelo ou fotos do morto. O meio-luto, adotado após o período de luto profundo, era flexível em sua duração,

⁸⁷ SCHMITT, 2009, p. 78.

⁸⁸ SCHMITT, 2009, p. 78.

⁸⁹ SCHMITT, 2009, p. 78.

normalmente alguns meses apenas. Após no máximo um ano, era então possível voltar a vestir todas as cores⁹⁰.

Manter o traje da morte durante o máximo de tempo possível garantia reputação de respeito à viúva. Ainda segundo a autora, a rainha Vitória também foi responsável pela adoção do luto por parte da corte e influenciou as mulheres que passaram a exigir que seus empregados se vestissem assim na morte de seus senhores. O que, conseqüentemente virou uma verdadeira obsessão pelas mulheres vitorianas, o vestuário de luto passou a ser vestuário de moda.

A sociedade era guiada pelos códigos de etiqueta, assim, a morte também era regulamentada. Essas informações podiam ser encontradas tanto em jornais que abordavam temas de costumes e manuais de etiqueta, quanto naqueles que traziam dicas a serem seguidas nesses momentos. O Brasil também foi influenciado por essa etiqueta do luto no século XIX. Ao digitar “luto” na busca no site da Biblioteca Nacional, por exemplo, temos a recorrência da palavra por 53 vezes no *Jornal das Senhoras* (1852 a 1855) – sendo que algumas vezes o tema aparece na coluna *Modas*. Assim, a investigação de tais recorrências se torna relevante para se pensar o vestuário e a cultura da moda do luto no contexto nacional.

Por isso, o foco deste artigo é entender como o vestuário durante a celebração da morte era tratado na coluna *Modas* – inserida no *Jornal das Senhoras*. A metodologia aplicada na análise dos textos da coluna tem por base o pensamento da estudiosa Tania Regina de Luca⁹¹. A autora apresenta dois princípios que devem ser levados em conta: a diacronia e a sequência. Para a pesquisadora, é crucial identificar na história de uma revista suas fases de publicação, as quais apontam demandas variadas, interesses ligados a um específico contexto social e diferentes agentes que se mobilizam para sua publicação. O objetivo é utilizar esses dois aspectos: sincronia, ou seja, que ideias debatidas em um texto estão sintonizadas com os demais textos daquela edição, juntamente com a ordem cronológica em que esses textos foram publicados. De acordo com Guilherme Elias de Figueiredo, a ideia dos blocos temáticos de análise está embasada nos princípios da fase, da sequência e da sincronia dentro de um projeto editorial e em um contexto histórico linguístico. O autor ainda complementa:

⁹⁰ SCHMITT, 2009, p. 78.

⁹¹ LUCA, 2011.

[...] primeiro os sentidos apreensíveis de uma imagem ou texto e suas relações com outras imagens e textos próximos entre si, ou seja, que circulavam em determinado contexto. Segundo as apropriações contextuais de ideias, símbolos e linguagens, que devem levar em conta os significados lexicológicos, a semântica dos conceitos e as diferentes forças que influenciaram a elaboração de, por exemplo, os discursos políticos⁹².

A metodologia descrita ajudará na compreensão e na análise da coluna *Modas*, com foco na questão do luto. E antes de adentrar no objeto, faremos uma recapitulação da trajetória do *Jornal das Senhoras*, que circulou de 1852 a 1855. Nosso objetivo, nesse caso, está em debater o posicionamento com relação a moda e o luto no periódico.

O Jornal das Senhoras

O *Jornal das Senhoras* foi um periódico semanal, publicado nos anos de 1852 a 1855, escrito por mulheres na Corte Imperial. É considerado pela historiografia o primeiro periódico redigido por mulheres no Brasil. Incluía seções de moda, belas artes, teatro e crítica, romances e música.

O periódico reflete a vida mais cosmopolita que a cidade do Rio de Janeiro adquire após a implantação de esgotos, de iluminação a gás e ainda após a extinção do tráfico de escravos. Com as alterações no contexto urbano foram possíveis não só a inserção da mulher no espaço público, como também o surgimento de novas formas de sociabilidade para mulheres e crianças⁹³.

O jornal era produzido no Rio de Janeiro, capital do império pela tipografia Parisiense, localizada na Rua Nova do Ouvidor. Excetuado a primeira edição, saía aos domingos e o primeiro número de cada mês trazia “um lin brasileira, romances francezes em música, moldes e riscos de bordados”⁹⁴. O preço da assinatura para o trimestre era 3\$000 rs. na corte e 4\$000 rs. para as províncias.

Através da tese de Joelma Varão Lima⁹⁵ é possível perceber as mudanças sofridas no Corte no período que o *Jornal das Senhoras* esteve em circulação e como o periódico se encarregou de situar suas leitoras nesse período de transformação. Nesse sentido, o periódico procurava ensinar às suas leitoras como viver e se comportar na sociedade daquela época, produzindo assim, segundo Lima, um discurso pedagógico.

⁹² FIGUEIREDO, 2015, p. 77.

⁹³ CAMPOS; LUCENA, 2010, p. 12.

⁹⁴ JORNAL DAS SENHORAS, 01 de janeiro de 1852, p. 08.

⁹⁵ LIMA, 2012.

Tudo era produzido sobre o ideal de bom tom parisiense, pois como o nome do jornal diz, ele era direcionado às Senhoras da Corte Brasileira, ou seja, para mulheres de boa condição social. O jornal possuía um público alvo: as mulheres letradas da Corte, que poderiam encontrar no *Jornal das Senhoras* um meio para aprenderem como se portar na sociedade.

Ao mesmo tempo, a redatora chefe permite o entendimento de que eram as leitoras que desejavam ser ilustradas, sendo assim, o jornal também colaborava para que elas descobrissem o seu papel social. Percebe-se que o semanário tentava mesclar em sua produção os dois planos defendidos por Sullerot⁹⁶. O plano dos deveres e o plano dos direitos, possivelmente, para tentar atrair dois públicos diferentes e conseguir se manter tanto financeiramente, através das vendas, quanto por ser uma leitura permitida às senhoras de família do Brasil imperial.

Perceberemos que a coluna *Modas* tinha uma linguagem muito parecida com a dos manuais de etiqueta, que aliás tinham grande relevância no século XIX. De acordo com Lilia Moritz Schwarcz, “na corte, em nome da “etiqueta” e da “civilidade”, começou-se a normatizar dos grandes aos pequenos detalhes da vida social cotidiana”⁹⁷. Era uma maneira de distinguir quem eram os nobres do resto da população. Como também aponta Nobert Elias, em *O processo civilizador*⁹⁸, nesses ambientes a etiqueta não era um adereço – e sim um instrumento fundamental. Essa regulamentação está ligada tanto à questão do comportamento quanto ao vestuário, como veremos na coluna *Modas*.

Coluna *Modas*

A coluna *Modas* abria o *Jornal das Senhoras*, geralmente era inserida na primeira página, com artigos sobre moda. Da primeira edição até a do dia 4 de abril de 1852, a coluna era assinada por Catete. Na edição do dia 25 de abril de 1852, a coluna recebe nova assinatura, Christina. Do ponto de vista de Gonçalves, “apesar da mudança, a coluna se mantém muito fiel a sua proposta original que era informar a última moda do mundo elegante parisiense, orientar nas melhores combinações de *toilettes*, cores e tecidos e as melhores casas

⁹⁶ SULLEROT, 1963 apud BUITONI, 1990.

⁹⁷ SCHWARCZ, 1997, p. 7.

⁹⁸ ELIAS, 1994.

para comprar as fazendas e os acessórios”⁹⁹. A colunista, na edição do dia 25 de janeiro de 1852, tenta pela última vez esclarecer qual seria a função da coluna:

Porque minhas queridas Leitoras não esta só em dizerse:- a moda é assim; em Paris usa-se assado; as cores são estas; as fazendas são aquellas; não, taes artigos de modas só servem para trazer as senhoras em continua confusão, e acabão por ninguem os acreditar como tal, mas assim como artigos espirituosos e bem feitos unicamente. É necessário indicar a moda, inculcar as fazendas, designar a modistas, e em fim preparar o prato para ser trinchado ao gosto de cada um. Dest’arte persuado-me poder alcançar-se ao menos, que andemos a par das modas, e não aconteça usarmos dois e três annos depois aquilo que em Paris já enjoa de tão usado¹⁰⁰.

Segundo a colunista, escrever artigos de modas não a fechava em um círculo único, a seção era mais do que simplesmente descrever *toilettes* de bom gosto para suas leitoras, era um espaço de propagação das ideias defendidas pelo semanário. A moda representava para o sexo feminino uma forma de afirmação na sociedade, e como aponta a historiadora Maria do Carmo Teixeira Rainho¹⁰¹ após a leitura de jornais da época, a “moda aparecia para a mulher como algo indispensável, um elemento que, além de reforçar seus atributos naturais, distinguiria aquela da ‘boa sociedade’ pela elegância e pelo bom-tom.”.

Como discorre Joelma Varão Lima, o modelo de moda francesa simbolizava elegância e as colunistas devotadas a esse tema no *Jornal das Senhoras* “além de divulgar um padrão de moda, também ensinavam a fazer os modelos e traziam moldes de peças consideradas elegantes e discretas”¹⁰². Para além de mostrar as peças de roupas e como combiná-las, a coluna encarregava-se de mostrar à suas leitoras todo o mecanismo existente por detrás de uma elegante *toilette*. O *Jornal* defendia certa autonomia feminina para realizar as compras. A colunista sugere para suas leitoras irem aos primeiros armazéns de moda para conversarem e se familiarizarem com as modistas brasileiras.

O periódico utilizou-se do elemento que talvez tenha sido o assunto mais característico do universo feminino nesse período: a moda. Por isso, a moda era descrita na coluna para diversos momentos da vida e um dos assuntos recorrentes na coluna era a questão do luto. Veremos que saber conviver com o luto era importante para as mulheres se sentirem parte da etiqueta da sociedade do século XIX.

⁹⁹ GONÇALES, 2014, p. 28.

¹⁰⁰ JORNAL DAS SENHORAS, 25 de janeiro de 1852, p. 03.

¹⁰¹ RAINHO, 2002, p. 138.

¹⁰² LIMA, 2012, p. 169.

Coluna *Modas* e a questão do luto

Para Santana e Senko¹⁰³, dois conceitos se aproximam e se inter-relacionam no vestuário da sociedade vitoriana: pudor (individual) e decência (social). Esses dois aspectos estão em boa parte dos trajes de luto descritos pela coluna. A primeira publicação em que o tema aparece foi na coluna intitulada “*Toilettes da Imperatriz*” que traz a descrição do *toilettes* de meio luto assinada por Christina:

Chapéu de velludo e renda preta com enfeites de velludo bordado de vidrilhos, e uma pluma enroscada, assente ao lado esquerdo da cópa. Por dentro é guarnecido de lírios e margaridas brancas. As bridas, que prendem as abas em laço de pontas caídas, são de fita de setim raiada de velludo. Vestido com corpinho de basquine em tafetá preto. Renda preta e pequenos bordados de vidrilhos. Saia lisa de tafetá de listas avelludadas. Collarinho e sub-mangas de renda branca. O corpinho, afogado e mui ajustado, forma um talhe comprido com uma basquine bem arredondada e guarnecida de uma sucessiva ordem de vidrilhos em forma de alamares de cima a baixo. As mangas largas e á pagode são feitas em duas largas pregas guarnecidas de vidrilhos, terminando por dous volantes bordados também de vidrilhos. A renda do collarinho e das sub-mangas é de Veneza. O chale é de finíssima cachemira, quadrado, fundo azul, barra e franja de cores variadas¹⁰⁴.

Como já foi dito, o período em que a mulher deveria se vestir completamente de lã preta e punhos de crêpe com um véu tinha a duração de um ano. Nos primeiros seis meses do segundo ano, a mulher já poderia usar collarinhos e mangas de renda preta, crêpe e um véu curto. Apenas nos últimos seis meses do segundo ano que o crêpe poderia ser removido: isso era chamado de “desprezar o luto”. A pessoa iria então para um período de meio-luto, usando cores que iam do cinza, ao lilás e ao branco. Ao ler o trecho do jornal analisamos a sobriedade do traje, mesmo sendo no meio luto – em que era permitido um pouco mais de liberdade com relação a cores e o aparecimento de mais detalhes na roupa, como por exemplo bordados de vidrilhos, que ao ser introduzido no tecido produzia o efeito de brilho. Também é descrito o uso de um chale com franja o que trazia um outro movimento para a roupa – o que demonstrava um luto mais brando.

Podemos perceber a questão da inclusão de outros acessórios no meio luto também na coluna do dia 10 de julho de 1853, em que a autora descreve dois *toilettes* para a ocasião: “Vestido de tafetá preto com tres ordens de franja larga de seda na saia. Corpo afogado, espartilhado, aberto em coração adiante e enfeitado também de franja. Chapéu de seda côr de

¹⁰³ SANTANA; SENKO, 2016.

¹⁰⁴ JORNAL DAS SENHORAS, 1853, p. 210.

flor de alecrim, ornado de guarnições de renda preta.”¹⁰⁵. Temos a sugestão do uso do chapéu que é um tom de azul, o que ajuda a dar uma outra opção de cor em meio ao preto. Na mesma coluna, Christina descreve outro vestuário de meio luto, dessa vez o chapéu vem com vidrilhos formando flores, o que mostra a presença do brilho novamente:

Vestido de tafetá ou setim preto, com tres folhos de renda guipure ornada de vidrilho. Corpo afogado, aberto e espartilhado, guarnecido da mesma renda. Chapéu imperial de renda guipure preta com flores de vidrilho. Mantelete-manta de tafetá ou setim, como o vestido, enfeitado da mesma renda¹⁰⁶.

A descrição dos trajes apresentada na coluna também era feita através de gravuras trazidas pelo jornal e de senhoras da corte. Em um trecho a Christina discorre que depois de falar de quatro toilettes, ela iria comentar sobre a gravura. Ainda complementa dizendo que “todos eles de summa elegancia e de mui delicado gosto, para serem escolhidos indistinctamente pela mais caprichosa rigorista”¹⁰⁷.

A Christina conta na coluna do dia 04 de setembro de 1853 seu interesse na descrição dos trajes, por conta do espaço reduzido precisa selecionar apenas alguns toilettes: “Descreverei alguns desses toilettes, poucos, porque não me dão espaço para mais ao meu artigo; e não me accuseis, pois, não é por falta de bons desejos, que muitos são elles: confesso-vos que gosto muito de descrever toilettes”¹⁰⁸. No mesmo texto vemos a semelhança com uma coluna social. Em que a colunista descreve o vestuário de algumas pessoas importantes da sociedade, como podemos ver no exemplo a seguir:

Da Sra, D. - M. G. M. - Vestido de meio luto, de nobreza grisperle. A sala com duas ordens de renda verdadeira preta. Sobre o pregado da ultima renda, um lindo enfeite de perolas de veludo preto, figurando um pendão, cahindo sobre a renda – Corpo decotado, de bico, com cabeção, feitio Lavalière, de renda preta, enfeitado das mesmas perolas de veludo preto¹⁰⁹.

Ao analisar as colunas é possível encontrar a influência sobre o vestuário feminino do movimento romântico. A silhueta delgada e, por que não dizer, frágil, associava as mulheres às figuras das heroínas em perigo, à espera do herói salvador. A aparência delicada era reforçada pela palidez do rosto, sempre protegido por chapéus e sombrinhas. Não só o vestuário foi influenciado pelo romantismo, podemos ver que a linguagem rebuscada também

¹⁰⁵ JORNAL DAS SENHORAS, 10 de julho de 1853, p. 28.

¹⁰⁶ JORNAL DAS SENHORAS, 10 de julho de 1853, p. 28.

¹⁰⁷ JORNAL DAS SENHORAS, 10 de julho de 1853, p. 218.

¹⁰⁸ JORNAL DAS SENHORAS, 04 de setembro de 1853, p. 36.

¹⁰⁹ JORNAL DAS SENHORAS, 04 de setembro de 1853, p. 36.

reforçava o estilo na coluna, como podemos observar na coluna que faz menção à semana do dia dos mortos:8282

Pouco tenho a dizer-vos hoje, querida leitora. A primeira semana do mez de Novembro é geralmente a semana de luto, de saudades e de pranto. A comemoração dos mortos que a nossa igreja solemnisa logo no segundo dia do mez; essa visita grave e saudosa que azemos á campa dos nossos mais intimos amigos, daqueles por quem tudo dariamos em troca de sua prezada existencia; nos deixa ficar em silencio, em concentrada reflexão por horas prolongadas no pensamentear do nada deste mundo! É pois uma semana geralmente tida por tristonha e pesada: e realmente assim é¹¹⁰.

Uma linguagem subjetiva, melodiosa, idealizada e repleta de lirismo. Assim como a morte também era tratada nesse período de maneira dramática e de certo ponto exagerada. Através do texto também podemos ver que a morte era um período sombrio e de tristeza. Quanto mais tempo o luto permanecia maior a demonstração de respeito pela pessoa falecida.

O luto não era presente apenas no vestuário, a cidade também entrava no clima da morte. Se ela remetia ao sentimento de tristeza, não havia porque os estabelecimentos, principalmente de entretenimento, permanecessem abertos. Em uma das colunas Christina remete às “nossas assignates” e diz:

As modistas occupão-se do luto para a Còrte, que acompanha por seis mezes Suas Magestades Imperiaes em seu pezar. O ministro de Portugal convidou aos súbditos da sua Nação que tambem tomassem luto por espaço de seis mezes, sendo tres de luto pesado, e ter aliviado. Os theatros fecharão-se e os divertimentos públicos cessarão por oito dias¹¹¹.

O luto era realmente vivido pelas pessoas, cada uma de suas etapas. A morte de certa forma movimentava a economia, afinal, o vestuário deveria ser adaptado. A decoração as vezes era também coberta por tons escuros, ou seja, a rotina era modificada. Na moda, a roupa além de ser preta, tinha que estar atualizada com as novidades, principalmente advindas de Paris: era usado um modelo de vestido que estava na moda para ser usado no dia-a-dia ou em uma festa, e ele era replicado em diferentes cores e materiais.

No Jornal de janeiro de 1854, Christina assina a coluna *Modas* trazendo as principais novidades e reforça no texto que uma das peças descritas é a preferida pelo Bom-tom, ou seja, ela está de acordo com a etiqueta idealizada pela sociedade.

Os chales de ponto de malha, os de filó bordados de matiz, os de caça guarnecidos de renda são de muito sucesso nesta ocasião. O tafetá fino, escocez, listrado, de cores vivas, tem sido totalmente preferido pelo Bom-

¹¹⁰ JORNAL DAS SENHORAS, 6 de novembro de 1853, p. 45.

¹¹¹ JORNAL DAS SENHORAS, 25 de dezembro de 1853, p. 410.

tom. Vi neste genero alguns vestidos para Petropolis, de lindissimos padrões. O luto porêem é o crepe negro que parece ter vencido a moda sobre os balcoes das nossas primeiras modistas; volteia talhado em vestidos de dó, cujos enfeites tem sido da mesma fazenda: o corpo afogado nas costas e aberto adiante: saia guarnecida de duas e tres ordens de bainhas ou pregas largas¹¹².

É importante também notar que o luto não pede cores abertas e coloridas que remetam a alegria. Inclusive, a modelagem tem recortes retos, com muitas camadas de tecidos e que dão a sensação de algo pesado – assim como o sentimento de tristeza que é carregado por quem perdeu o ente querido. As mulheres podiam ter acesso não só ao vestuário e aos acessórios indicados para o luto, mas também ao penteado mais adequado – sem muitos detalhes e exagero. É importante observar a descrição minuciosa das peças, o que facilita para a mulher que prefere costurar sua própria roupa ou pedir a uma costureira:

Penteado de cabelos ondedos formando cachos á inglesa: traça em volta amarrado. Vestido de nobreza preta lisa. Saia enfeitada com seus folgos estreitos da mesma fazenda é um filó preto, largo, dispostos da maneira seguinte: Tres ordens de folhos estreitos em cima, orlados de fita estreita de veludo acompanhada de renda guipure, tambem estreita. No meio, um só folho da largura dos tres de cima, de filó preto, todo coberto em distancias iguaes de fitinha estrita de veludo, á maneira de listras. Em baixo, formando a barra desta guarnição, outros tres folhos justamente iguaes aos tres de cima. Corpo afogado, liso, de cintura redonda, cefeitado em todo o peito até á cintura de uma guarnição á guisa de alamares progressivos de fitinha de veludo, e uma ordem de lacinhos no meio. Mangas largas, presas abaixo do cotovello por um punho enfeitado de um folho de tafetá, e laços. Sub-mangas e colarinho de ponto d' Alençon¹¹³.

Na coluna *Modas* o luto mais descrito era o meio luto, talvez porque ele permitisse um pouco mais de modificações: uso de outras cores, inserção de detalhes nas peças. Dessa forma, era mais fácil a colunista ter novidades para atualizar as leitoras, em algumas colunas era inclusive indicada a marca das peças ou dos tecidos:

Conserva-se a moda do meio luto. Por toda a parte o preto une-se ao branco: tem-se mesmo fabricado de proposito para os chapéos fitas sombreadas pretas e brancas. Sobre os chapéos de escomilha ou palha de arroz põem-se uma multidão de pequenos veludos pretos, diversamente dispostos, que casão casquilhamente com as flores e a blonde: é original, é capricho, é novidade, e seduz sempre¹¹⁴.

¹¹² JORNAL DAS SENHORAS 15 de janeiro de 1854, p. 02.

¹¹³ JORNAL DAS SENHORAS, 15 de janeiro de 1854, p. 18.

¹¹⁴ JORNAL DAS SENHORAS, 28 de outubro de 1855, p. 338.

Independente de qual era o estágio do luto a moda era mantida. Havia um mercado específico para esse momento da vida e com isso surgiam novidades dentro desse vestuário. E a coluna *Modas* trazia tais aspectos de acordo com as estações e as inovações vindas principalmente de Paris – prova de que todas as coisas podiam assumir novas conformações e que nada era estável, imutável, absoluto, nem os mais arraigados conceitos e definições.

Considerações Finais

Durante as pesquisas realizadas no *Jornal das Senhoras*, especificamente na coluna *Modas* – e na análise que a partir dela gerou esse artigo, foi possível considerar que o luto era um assunto recorrente no periódico, principalmente na questão do vestuário.

Ao nos depararmos com a presença do luto no *Jornal das Senhoras*, seja através de imagens ou textos inseridos na coluna *Modas*, surgem diversos elementos que nos ajudam a entender a prática da divulgação de como se portar diante da morte durante o século XIX, no Brasil. Ou seja: o luto é parte da cultura no sentido mais amplo e é constitutivo da visão de mundo da sociedade.

Essa tendência de abordar situações de modo a caracterizá-las como típicas de povos civilizados era muito frequente nas representações brasileiras, sobretudo na imprensa. Os textos da coluna frisam a questão da possibilidade de que, mesmo em meio ao luto, as pessoas deveriam se pautar por um modelo europeu civilizado, afastando-se definitivamente do antigo modelo português. A pesquisa do luto através de uma revista torna-se importante por demonstrar como o comportamento trazido pela revista era reflexo daquela sociedade.

Referências

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Ática, 1990.

CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza; LUCENA, Célia Regina de Toledo. Dossiê: fontes e técnicas qualitativas em pesquisas em ciências humanas. *Cadernos Ceru*, São Paulo, v. 21, n. 2, 2010.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FIGUEIREDO, Guilherme Elias de. Como ler uma revista ilustrada? Uma proposta metodológica para o estudo de periódicos ilustrados publicados no Brasil oitocentista. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 16, p. 77-107, 2015.

GONÇALES, Guilherme Domingues. *Moda e emancipação feminina: um estudo do Jornal das Senhoras – Rio de Janeiro, 1852*. 2014. Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

JORNAL DAS SENHORAS: modas, literatura, belas-artes, teatros e crítica. Rio de Janeiro: Typ. Parisiense, 1852-1855.

LIMA, Joelma Varão. *O Jornal das Senhoras, um projeto pedagógico: mulher, educação, maternidade e corpo (Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX)*. São Paulo: PUC-SP, 2012.

LUCA, Tania Regina de. *Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: UNESP, 2011.

RAINHO, Maria Teixeira do Carmo. *A cidade e a moda: novas pretensões, novas distinções – Rio de Janeiro, século XIX*. Brasília: UNB, 2002.

SANTANA, Luciana Wolff Apolloni; SENKO, Elaine Cristina. Perspectivas da era Vitoriana: sociedade, vestuário, literatura e arte entre os séculos XIX e XX. *Revista Diálogos Mediterrânicos*, n. 10, jun. 2016.

SCHMITT, Juliana Luiza de Melo. A dor manifesta: vestuário de luto no século XIX. *Revista dObras*, São Paulo, v. 3, n. 5, 2009.

_____. *Mortes Vitorianas: Corpos e Lutos no Século XIX*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário SENAC/ SP, São Paulo, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Introdução. In: ROQUETTE, José Inácio. *Código do Bom-Tom, ou, regras de civilidade e de bem viver no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

O apoio das massas à defesa nacional: o concurso de frases e de cartazes patrióticos do DNP

André Barbosa Fraga¹¹⁵

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar as estratégias desenvolvidas pelo governo Vargas para difundir entre a população o conteúdo da nova Lei do Serviço Militar, instituída pelo Decreto-lei n.º. 1187, de 4 de abril de 1939. A principal delas consistiu em um concurso elaborado pelo Departamento Nacional de Propaganda (DNP) de frases e de cartazes patrióticos que melhor servissem para a propagação e a exaltação dos ensinamentos militares. Tal concurso procurou estimular o interesse popular em torno dos dispositivos da lei em questão, ampliando o alcance da importância atribuída pelo Estado Novo ao recrutamento e à defesa nacional. Essa iniciativa do diretor do DNP, Lourival Fontes, foi considerada um sucesso, tendo o órgão de propaganda da ditadura recebido cerca de cento e trinta cartazes e de vinte mil frases.

Palavras-chave: Lei do Serviço Militar; Governo Vargas; Departamento Nacional de Propaganda.

Abstract: This paper aims to analyze the strategies developed by the Vargas government to disseminate among the population the content of the new Military Service Law, established by Decree-Law no. 1187, April 4, 1939. The main one was a contest drawn up by the National Department of Propaganda (DNP) for patriotic phrases and posters that best served the propagation and exaltation of military teachings. This contest sought to stimulate popular interest around the provisions of the law in question, expanding the scope of the importance attached by the Estado Novo to recruitment and national defense. This initiative by DNP director Lourival Fontes was considered a success, and the dictatorship's propaganda body received about one hundred and thirty posters and twenty thousand sentences.

Keywords: Military Service Law; Government Vargas; National Department of Propaganda.

¹¹⁵ Doutor e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Bacharel e licenciado em história pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: <andrebraga@yahoo.com.br>.

Os órgãos de propaganda criados ao longo do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) apresentaram gradativamente uma produção político-cultural intensa e diversificada. O início se deu com o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), inaugurado em 1931 e submetido ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Ele fornecia informações à imprensa e atuava principalmente no setor de radiodifusão. Em 1934, ocorreu a sua reformulação, vindo a se chamar Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC). Nesse momento, a sua direção passou para as mãos do jornalista e escritor sergipano Lourival Fontes. O órgão abarcou o cinema, além de manter a atuação na área de imprensa e de radiodifusão. Em 1938, nova reformulação, sendo transformado no Departamento Nacional de Propaganda (DNP). Continuava submetido ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e sob o comando de Lourival Fontes. Finalmente, em dezembro de 1939, é fundado o órgão mais conhecido deles, o famigerado Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Diferentemente dos demais, este passou a ser submetido diretamente à Presidência da República e não mais ao Ministério da Justiça, embora continuasse sendo dirigido por Lourival Fontes.

Analisando a produção advinda desses órgãos, é possível concluir que uma parte dela já se encontra relativamente bem catalogada, como, por exemplo, os cine jornais brasileiros do DNP e do DIP, cujo inventário foi produzido pela Cinemateca Brasileira.¹¹⁶ No entanto, ainda se sabe muito pouco sobre a maior parte das políticas culturais desenvolvidas no interior desses órgãos. É o caso das publicações de livros e de cartilhas. Apenas recentemente se passou a estudar o DNP e o DIP em seus papéis de editores, buscando mapear os títulos, os autores e a quantidade dos impressos produzidos.¹¹⁷ Inserido nessa discussão a respeito das políticas culturais elaboradas pelo regime Vargas, o presente artigo, com base em jornais e revistas publicados na época, analisará um concurso de frases e de cartazes patrióticos criado em 1939 pelo DNP, demonstrando como ele foi uma parte significativa das estratégias desenvolvidas pelo regime Vargas para difundir entre a população o conteúdo da nova lei do

¹¹⁶ GALVÃO, M. R. (Coord.). *Cine Jornal Brasileiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1938-1946*. São Paulo: Fundação Cinemateca Brasileira, 1982.

¹¹⁷ Ver as seguintes pesquisas: LUCA, Tânia Regina de. “A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 61, 2011. Pp. 271-296; e VIEIRA, Ana Paula Leite. *O Departamento de Imprensa e Propaganda e a política editorial do Estado Novo (1937-1945)*. Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

serviço militar, instituída pelo Decreto-lei nº. 1187, de 4 de abril de 1939. Na verdade, competições culturais como essa foram comuns e recorrentemente empregadas ao logo da presidência de Getúlio Vargas. O próprio DNP havia patrocinado, no Rio de Janeiro, entre dezembro de 1938 e janeiro de 1939, três concursos durante a Exposição Nacional do Estado Novo: bandas de música militares; melhores cantor e cantora de rádio; e música popular brasileira, samba e marcha, de maior sucesso no momento.¹¹⁸

A questão da defesa nacional, interna e externa, mobilizou significativamente os integrantes do governo Vargas. A principal contribuição para isso foi a aproximação do regime com os militares, ocorrida desde a chamada Revolução de 1930. Com ela, membros do Exército começaram a se tornar eficientes atores políticos. Tal aliança acabou fortalecida especialmente no período do Estado Novo (1937-1945). No contexto de existência de um regime autoritário no Brasil, o Exército obteve um aumento de poder no interior do Estado, colocando em prática seu projeto de reconstruir as Forças Armadas brasileiras, capazes de preservar a soberania do país. Sendo assim, durante a ditadura, foi possível garantir a profissionalização das instituições militares, profundamente desorganizadas e fragmentadas na Primeira República.¹¹⁹

Em conferência ministrada no Palácio Tiradentes, no dia 10 de novembro de 1940, Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, analisou os benefícios que o apoio à chegada de Vargas ao poder trouxe para o desenvolvimento do Exército brasileiro. Ela acabou publicada em livro pelo DIP em 1941, com o título de *O Exército em dez anos de governo do presidente Vargas*. Nele, o general detalhou em números o teor da reorganização empreendida, abordando temas diversos como o aparelhamento da instituição, as obras empreendidas, o ensino e os serviços de saúde. Além desses, um dos resultados apresentados pelo ministro da Guerra mais significativos dessa união e comemorados pelos militares foi a reestruturação da legislação militar:

Só com o advento do Estado Novo consegue o Exército refundir e completar sua legislação militar, dando-lhe nova e profunda organização. E são postas em execução leis de capital importância para o Exército, entre as quais podemos enumerar: a de Organização do Ministério da Guerra; a de

¹¹⁸ FRAGA, André Barbosa. *O Brasil tem asas: a construção de uma mentalidade aeronáutica no governo Vargas*. Tese de doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2017. P. 43 e 44.

¹¹⁹ Para informações sobre essa aliança entre Vargas e as Forças Armadas, ver: CARVALHO, José Murilo de. “Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro”. In: *Forças Armadas e política no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. Pp. 102-117; e PINTO, Sérgio Murillo. “A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo”. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. Pp. 291-307.

Organização do Exército; a de Organização dos Quadros e Efetivos do Exército; do Serviço Militar; do Magistério; de Promoções; de Inatividades; do Montepio; do Ensino; Código de Justiça Militar, etc., além de numerosos regulamentos, como o novo Regulamento Interno de Serviços Gerais do Exército, o Regulamento Disciplinar e Instruções atinentes ao funcionamento de Repartições e Serviços Militares. O Exército colaborou ainda na elaboração do Estatuto dos Militares, prestes a ser aprovado.¹²⁰

No que diz respeito especificamente à Lei do Serviço Militar, a introdução do Decreto-Lei que lhe deu origem, nº. 1.187, de 4 de abril de 1939, justificou a necessidade de criação de uma nova lei do serviço militar porque o governo considerou que a lei então vigente era anterior à constituição de 10 de novembro de 1937 e que desde então várias leis já haviam sido decretadas com dispositivos que deveriam ser levados em consideração. Com base no decreto, é possível apresentar aqui sucintamente as principais características dos dispositivos da nova lei. Todo brasileiro do sexo masculino ao completar 21 anos estava a princípio obrigado ao serviço militar, sendo convocado a fim de instruir-se e preparar-se para qualquer exigência da defesa nacional. O governo fixou uma lei de disposições penais mais rígida para todos aqueles que faltassem ao seu cumprimento, como refratários, insubmissos ou que dela procurassem eximir-se pela fraude ou falsidade, ficando eles sujeitos ao pagamento de multas ou até mesmo à prisão. Para divulgar o conteúdo da nova lei, o DNP criou um concurso de frases e de cartazes patrióticos que melhor servissem para estimular o interesse popular em torno dos dispositivos da lei em questão, ampliando o alcance da importância atribuída pelo Estado Novo ao recrutamento e à defesa do país.

Alguns dias após a publicação do decreto de instauração da nova lei do serviço militar, o DNP, em associação com o Exército, divulgou o concurso de cartazes patrióticos, com o objetivo de disseminar entre a população o conteúdo da legislação recém-implantada. O regulamento do concurso foi divulgado a partir de 7 de abril, em jornais de grande circulação no país, e definia que os cartazes aprovados seriam largamente distribuídos pelo território nacional, visando “mobilizar a opinião pública brasileira em torno dos altos interesses da defesa do país”.¹²¹ Segundo o edital, o concurso seria encerrado no prazo de um mês. Os candidatos teriam de mandar os cartazes em envelopes lacrados para o seguinte endereço: Agência Nacional – Palácio Tiradentes, Rio de Janeiro. No espaço do remetente, o autor

¹²⁰ DUTRA, Eurico Gaspar. *O Exército em dez anos de governo do presidente Vargas*. Rio de Janeiro: DIP, 1941. P. 36.

¹²¹ *O RADICAL*. “Estimulando o entusiasmo popular pela nova lei do Serviço Militar”. Rio de Janeiro, sexta-feira, 7 de abril de 1939. P. 2.

precisava inserir um pseudônimo, sendo o nome verdadeiro enviado em um envelope separado, de modo a garantir a idoneidade do processo e a revelação do resultado apenas após a escolha final. O cartaz deveria respeitar a dimensão de 112 por 75 centímetros e o seu conteúdo ser de inspiração patriótica, de exaltação do serviço militar e da defesa armada do Brasil.¹²²

As bases do concurso previam também a constituição de uma comissão para julgar os trabalhos apresentados, a qual faria a escolha dos primeiros lugares e das menções honrosas a receberem prêmios em dinheiro. Faziam parte dela Lourival Fontes, diretor do Departamento Nacional de Propaganda; major Affonso de Carvalho, Oficial de Gabinete do ministro da Guerra; coronel Lourival Duarte do Carmo, diretor do Serviço de Recrutamento do Exército; Herbert Moses, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI); Attila de Carvalho, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais; Oswaldo Teixeira, diretor do Museu de Belas Artes; Almerio Ramos, diretor da Associação Brasileira de Propaganda; e Alberto Lima, ilustrador.¹²³

Essa iniciativa de Lourival Fontes foi considerada um sucesso, tendo o órgão de propaganda da ditadura recebido cerca de cento e trinta cartazes, advindos de todas as regiões do país. Desses, a comissão separou apenas trinta. Depois, foram selecionados onze trabalhos. Entre os finalistas, o júri resolveu conceder prêmios aos cinco primeiros colocados, além de seis menções honrosas. O último colocado entre os cinco vencedores foi Ary Fagundes. Em seu trabalho, é possível ver uma figura que se aproxima da representação de um cavaleiro medieval, vestido com sua armadura. O guerreiro posiciona-se à frente da bandeira do Brasil, para defender o país.

¹²² A *BATALHA*. “Estimulando o entusiasmo popular pela nova lei do Serviço Militar”. Rio de Janeiro, sexta-feira, 7 de abril de 1939. P. 2.

¹²³ A *NOITE*. “Encerram-se amanhã os concursos de cartazes e da frase patriótica”. Rio de Janeiro, domingo, 14 de maio de 1939. P. 5.



Fonte: *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, 10 de junho de 1939. P. 47.

Já o cartaz escolhido para a quarta posição foi desenhado por Cadmo Fausto de Souza. A imagem apresenta uma parada militar. Liderando o ato, um soldado carrega uma arma à frente da parada. Atrás dele, outro soldado, pertencente à banda de música do Exército, toca um tambor e, ao fundo, um terceiro carrega e agita a bandeira do Brasil.



Fonte: *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, 10 de junho de 1939. P. 47.

Por sua vez, o terceiro colocado foi Murillo de Andrade. No desenho dele, o mapa do Brasil, em alusão a um militar, carrega, junto ao que seria o seu ombro, uma espingarda, como que a postos para se defender dos inimigos.



Fonte: *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, 10 de junho de 1939. P. 47.

Por sua vez, o premiado em segundo lugar foi Elmano Henrique. A composição dele ilustra o mapa coberto pela bandeira do Brasil. Uma espada posicionada sobre o mapa, e perpassando-o por completo, sugere a necessidade da união de todos pela defesa nacional, ideia ratificada pela frase “Brasileiros! Guardemos o que é nosso com todas as nossas forças”.



Fonte: *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, 10 de junho de 1939. P. 47.

Por fim, o primeiro lugar foi concedido ao trabalho de Edgard Koetz. Nele, é possível observar dois soldados, de uniforme e capacete, erguendo e mantendo sustentado acima de suas cabeças o mapa do Brasil. Em baixo, a representação escrita da mensagem que o autor do cartaz procurou passar por meio da imagem: “O Exército é o alicerce da nacionalidade”. De fato, a escala métrica utilizada no desenho para representar os dois militares que erguem o Brasil favorece a percepção de uma grandiosidade deles. Simbolicamente, tal estratégia serviu para explicitar a própria grandeza atribuída ao Exército.



Fonte: *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, 10 de junho de 1939. P. 47.

O critério de escolha apresentado no item III do edital do concurso (“Todos os motivos deverão ser de inspiração patriótica e de exaltação do serviço militar e da defesa armada do Brasil”) mostrou-se bastante subjetivo. Ainda assim, refletindo sobre as diretrizes do Estado Novo, é possível sugerir explicações para a escolha do cartaz escolhido para o primeiro lugar. Todos os desenhos vencedores de fato cumpriram as determinações contidas no edital do concurso, retratando imagens de estética e conteúdo voltados à exaltação da defesa nacional e do serviço militar. Contudo, o elemento que parece ter sido decisivo na escolha da composição que ficou em primeiro lugar é o papel de protagonismo reservado aos membros do Exército na proteção do território. Afinal, o objetivo primordial dos cartazes, que seriam

impressos e espalhados pelas diversas cidades do país, era convencer os jovens brasileiros a se identificarem com as carreiras militares e almejem tornarem-se soldados, alistando-se nos prazos devidos para servirem à pátria. Como cada cartaz apresentou especificamente a figura desse profissional? Aquele que ficou em quinto lugar trouxe a representação de um cavaleiro de armadura, muito distante e descolada da estética do militar moderno. Já o trabalho premiado com a quarta posição, apresentou soldados contemporâneos do Exército brasileiro, mas não a postos para defender o Brasil, e sim descontraídos em um ambiente festivo da parada militar.

Por sua vez, as obras que alcançaram a 3ª e a 2ª colocações não exibiram diretamente a figura dos membros das Forças Armadas. Na primeira delas, os militares são representados pelo próprio mapa do Brasil, quando este carrega uma espingarda. Na segunda, a referência à presença dos militares se dá por intermédio da espada, símbolo do Exército e de sua virtude. Portanto, apenas o cartaz consagrado com o grande prêmio do concurso apresentou a imagem do soldado do Exército em ação na defesa e na sustentação do Brasil.

Em complemento ao concurso de cartazes, o DNP instituiu outro, chamado “Concurso de Frases Populares”. Da mesma maneira que o primeiro, este também objetivava despertar o entusiasmo das massas populares em torno dos altos interesses da defesa nacional. O edital, divulgado nos jornais junto com o anterior, apresentou estrutura semelhante: prêmios em dinheiro; obrigatoriedade da utilização de pseudônimos; constituição de uma comissão de júri a ser divulgada posteriormente; e envio das frases por meio de envelopes postados nos correios com destino ao Palácio Tiradentes. Além disso, o item II das regras estabelecia o seguinte direcionamento que se esperava dos autores na elaboração de suas composições: “O concorrente enviará uma frase curta, patriótica, incisiva, de efeito psicológico imediato no espírito do leitor e de propaganda do serviço militar”.¹²⁴

A comissão avaliadora foi formada por cinco pessoas, três que já integravam o júri do concurso de cartazes (Lourival Fontes, major Affonso de Carvalho e coronel Lourival Duarte do Carmo) e duas novas (Oswaldo Orico, membro da Academia Brasileira de Letras; e Ozéas Motta, presidente do Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas).¹²⁵ Essa iniciativa também foi considerada um estrondoso sucesso, tendo o órgão de propaganda da ditadura

¹²⁴ A *BATALHA*. “Estimulando o entusiasmo popular pela nova lei do Serviço Militar”. Rio de Janeiro, sexta-feira, 7 de abril de 1939. P. 2.

¹²⁵ A *NOITE*. “Encerram-se amanhã os concursos de cartazes e da frase patriótica”. Rio de Janeiro, domingo, 14 de maio de 1939. P. 5.

recebido o número expressivo de cerca de vinte mil frases, enviadas de todos os estados do Brasil. Após as análises da comissão do júri, as frases vencedoras foram: 1º lugar (dois contos de réis) – “Defende para teus filhos o Brasil dos teus avós” (Francisco G. Romano, do Rio de Janeiro); 2º lugar (um conto de réis) – “Se não és reservista, ainda não és brasileiro” (Roberto Lago Diniz Junqueira, do Rio de Janeiro); 3º lugar (quinhentos mil réis) – “As pátrias desarmadas sucumbem: o Brasil conta contigo, soldado” (José Joaquim de Almeida, do Rio de Janeiro).¹²⁶

Uma matéria de jornal a respeito da frase vencedora possibilita a elaboração de uma explicação da motivação da comissão julgadora para o resultado apresentado. Segundo o *Diário Carioca*, a frase “Defende para teus filhos o Brasil dos teus avós” alcançou o primeiro lugar porque demonstrou um sentido patriótico “de afirmação de confiança na perenidade do Brasil”, constituindo, “por isso mesmo, uma eloquente e decidida resposta às expressões pessimistas que estávamos acostumados a ouvir”. Dando mais detalhes, o periódico concluiu com as seguintes palavras: “Em vez de um país à beira do abismo, uma nação que se impõe corajosamente, inabalável na decisão de transmitir intacto às gerações futuras o patrimônio moral e material herdado dos antepassados”.¹²⁷ A frase vencedora foi a que, para o júri, melhor apresentou uma simbiose entre o patriotismo e a propaganda do serviço militar, transmitida de forma incisiva, “causando efeito psicológico imediato no espírito do leitor”.

Depois de encerrado o concurso, a comissão julgadora fez um balanço do resultado, avaliando principalmente se os esforços do DNP na organização de tal competição alcançaram o objetivo de propagar entre a população os dispositivos da nova lei do serviço militar. Para os membros do júri, algumas constatações feitas por eles, após a leitura das vinte mil cartas enviadas, indicavam um resultado bastante positivo: a) “demonstração de um grande interesse pelas coisas cívicas, uma vez que milhares de cidadãos se preocuparam com o serviço militar vendo nele uma das grandes necessidades da defesa nacional”, b) “evidência do maior respeito e da mais justa admiração pelas nossas classes armadas, tantas lhes foram as elogiosas referências, na maioria do que foi presente ao exame da comissão” e c) “revelação de acendrado espírito cívico por parte do público e de acordo com os objetivos do concurso”.¹²⁸

¹²⁶ *O ESTADO*. “Os vencedores do concurso de frases do DNP”. Florianópolis, quarta-feira, 24 de maio de 1939. P. 1.

¹²⁷ *DIÁRIO CARIOCA*. “Defende para os teus filhos...”. Rio de Janeiro, terça-feira, 23 de maio de 1939. P. 5.

¹²⁸ *DIÁRIO CARIOCA*. “Os vencedores dos concursos de cartazes e de frases”. Rio de Janeiro, terça-feira, 23 de maio de 1939. P. 12.

Referências bibliográficas:

- A *BATALHA*. “Estimulando o entusiasmo popular pela nova lei do Serviço Militar”. Rio de Janeiro, sexta-feira, 7 de abril de 1939. P. 2.
- A *NOITE*. “Encerram-se amanhã os concursos de cartazes e da frase patriótica”. Rio de Janeiro, domingo, 14 de maio de 1939. P. 5.
- CARVALHO, José Murilo de. “Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro”. In: *Forças Armadas e política no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. Pp. 102-117.
- DIÁRIO CARIOCA*. “Defende para os teus filhos...”. Rio de Janeiro, terça-feira, 23 de maio de 1939. P. 5.
- DIÁRIO CARIOCA*. “Os vencedores dos concursos de cartazes e de frases”. Rio de Janeiro, terça-feira, 23 de maio de 1939. P. 12.
- DUTRA, Eurico Gaspar. *O Exército em dez anos de governo do presidente Vargas*. Rio de Janeiro: DIP, 1941.
- FON-FON*. “O grande concurso de cartazes de propaganda de serviço militar”. Rio de Janeiro, 10 de junho de 1939, n.º. 46. P. 48.
- FRAGA, André Barbosa. *O Brasil tem asas: a construção de uma mentalidade aeronáutica no governo Vargas*. Tese de doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2017.
- GALVÃO, M. R. (Coord.). *Cine Jornal Brasileiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1938-1946*. São Paulo: Fundação Cinemateca Brasileira, 1982.
- LUCA, Tânia Regina de. “A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, n.º 61, 2011. Pp. 271-296.
- O ESTADO*. “Os vencedores do concurso de frases do DNP”. Florianópolis, quarta-feira, 24 de maio de 1939. P. 1.
- O RADICAL*. “Estimulando o entusiasmo popular pela nova lei do Serviço Militar”. Rio de Janeiro, sexta-feira, 7 de abril de 1939. P. 2.
- PINTO, Sérgio Murillo. “A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo”. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. Pp. 291-307.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

VIEIRA, Ana Paula Leite. *O Departamento de Imprensa e Propaganda e a política editorial do Estado Novo (1937-1945)*. Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

As projeções intelectuais de Joãozinho da Goméia (1929-1949)

Andréa Nascimento¹²⁹

Resumo: Joãozinho da Goméia (João Alves Torres Filho, 1914-1971) foi um pai de santo que ficou muito conhecido como Rei do Candomblé no período de 1940 a 1971. Construiu prestígio, status e poder dentro e fora do sagrado graças às negociações que estreitou inicialmente (1937) com os intelectuais que frequentavam seu terreiro no bairro de São Caetano em Salvador. Graças a intelectuais como Donald Pierson, Edson Carneiro, Jorge Amado, Pierre Verger, Ruth Landes e Roger Bastide foi divulgado, projetado e entronado à condição de Realeza do panteão das religiões afro-brasileiras. As negociações do pai de santo da Goméia trazem novas reflexões sobre o universo do candomblé da primeira metade do século XX, e também nos ajudam a pensar sobre como o negro no pós-abolição criou estratégias de negociações para ser inserido em uma sociedade que lhe negou acesso à cidadania e à dignidade.

Palavras-chave: Joãozinho da Goméia; projeções intelectuais; negociações no candomblé.

Abstract: Joaozinho da Gomeia (João Alves Torres Filho, 1914-1971) was a saintly father who became well known as king of Candomblé from 1940 to 1971. He built prestige, status and power inside and outside the sacred thanks to the negotiations that initially narrowed (1937) with the intellectuals who frequented his terreiro in the neighborhood of São Caetano in Salvador. Thanks to intellectuals such as Donald Pierson, Edson Carneiro, Jorge Amado, Pierre Verger, Ruth Landes and Roger Bastide, it has been publicized, designed, and enthroned to the condition of the pantheon of Afro-Brazilian religions. The negotiations of Santo Goméia father bring new reflections on the candomblé universe of the first half of the twentieth century, and also help us to think about how post-abolition black man created negotiation strategies to be inserted in a society that denied him.

Keywords: Joãozinho da Goméia; intellectual projections; negotiations in candomblé.

¹²⁹ Andréa Nascimento é mestranda no programa de História –Universidade Federal Fluminense. E-mail: deyanascimento.9@gmail.com

Iniciei minhas pesquisas sobre Joãozinho da Goméia em 2000, quando fazia o curso de Graduação em História pela UERJ. Na minha monografia analisei a trajetória do pai de santo de 1949 à 1971 para compreender o crescimento repentino de terreiros de candomblé e de umbanda na Baixada Fluminense a partir da chegada do pai de santo em Duque de Caxias. Trabalhei com o material de imprensa coletado na seção de periódicos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e com fontes estatísticas do IBGE que apontaram o crescimento à partir do ano de 1951, que é quando o terreiro da Goméia duque-caxiense é finalmente instalado. Também contei com o auxílio de narrativas orais sobre a trajetória do pai de santo, o que compõem um rico acervo oral que dá conta de questões inéditas principalmente sobre a prisão de Joãozinho em 1942 no Rio de Janeiro. Contei com testemunhos do já falecido Olwo Agenor Miranda Rocha, e das afro-religiosas também já falecidas Ileci da Oxum, Sinavuru e a mãe francesa da Goméia, a Ialorixá Gisele Binon-Cossard ou simplesmente Gisele Omindarewa. Esses testemunhos foram fundamentais naquele momento e ainda o são até hoje, rendendo muito material inédito a ser publicado.

Concluí a graduação em 2004, e em 2005 publiquei¹³⁰ a monografia na internet na revista digital MNEME- revista de humanidades da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Foi a primeira publicação digital sobre Joãozinho da Goméia, tendo aberto caminhos para outros trabalhos acadêmicos que usaram as informações trazidas pela monografia em seus estudos. Já existiam outros escritos sobre Joãozinho, cito os livros *As Religiões Negras*¹³¹ e *Negros bantos*¹³² do etnólogo e folclorista baiano Edson Carneiro¹³³, onde ele escreve sobre o Candomblé de Caboclo que existia na Goméia. Inclusive ele apresenta fotos do arquivo pessoal de Joãozinho. Este arquivo não é composto por fotografias,

¹³⁰ NASCIMENTO, Andréa. *Salve Pai Pedra Preta: uma contribuição singela à trajetória do Babalorixá Joãozinho da Goméia*. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. V. 05. N. 11, jul./set. de 2004. – Semestral ISSN -1518-3394 Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme.

¹³¹ CARNEIRO, Edson. *Religiões Negras*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1936.

¹³² CARNEIRO, Edson. *Negros Bantos*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1937.

¹³³ Edison de Souza Carneiro (Salvador, 12 de agosto de 1912 — Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1972) foi um escritor brasileiro, especializado em temas afro-brasileiros. Edison Carneiro foi um dos maiores etnólogos brasileiros, comprometido com os estudos sobre a cultura afro-brasileira. Foi através de Edson Carneiro que os antropólogos norte-americanos (Donald Pierson, Ruth Landes) a partir de 1937 tiveram acesso aos candomblés baianos. Carneiro conhecia pais e mães de santo do Jeje-nagô e dos Bantos, onde estava imerso Joãozinho da Goméia. Carneiro escreveu os livros *Negros bantos* e *Religiões Negras* entre 1936 e 1937; livros estes que dialogaram diretamente com o Candomblé de Joãozinho da Goméia. Os livros são contemporâneos do II Congresso afro-brasileiro que aconteceu na Bahia em 1937, evento este que inseriu em definitivo Joãozinho no seu diálogo estreitíssimo com o Folclore. Este Congresso foi a primeira projeção intelectual de Joãozinho da Goméia pra dentro e pra fora do sagrado. Aqui foi construído como um bailarino afro-folclórico e um importante informante dos ritos e da liturgia do candomblé, construindo também sua identidade como um intelectual mediador no contexto do Atlântico Negro.

correspondências, e sim por imagens do caboclo Pedra Preta e de outros orixás como Ogum, Oxossi e Iansã. Talvez seja o único registro de como era o Caboclo pedra preta. Mais tarde, em 1949, Pierre Verger em uma ida à Goméia baiana fotografa para a revista A Cigarra¹³⁴ o assentamento do Caboclo- reforçando aspectos das negociações por prestígio e por status que o pai de santo estabelece com a intelectualidade.

Os livros de Edison Carneiro inserem Joãozinho na Imprensa já que foi contratado pelo jornal Estado da Bahia em 1936, onde escrevia sobre os ritos e festas dos candomblés baianos, defendendo a liberdade do culto já nos periódicos. Agradou tanto os leitores que foi contratado como colaborador a redator efetivo do periódico. Segundo Lúcia Gaspar, bibliotecária da Fundação Joaquim Nabuco¹³⁵, Carneiro foi colaborador ainda, em diferentes épocas, dos periódicos A Luva, O Momento, Revista Flama, Boletim de Ariel, Seiva, Diretrizes. Esta ampla participação na imprensa baiana torna a Goméia e seu dirigente conhecido em todo o país, o que provoca cada vez mais a ira das matriarcas nagôs como Menininha do Gantois que já em 1939 no jornal A Manhã confirmava a sua repudia ao modelo de candomblé caboclo:

Que cachorro! Seus avós , que é que eles sabiam? Foram educados na seita? Será que deixaram o cargo para ele? Nada! Ele veio do sertão e quer fundar um terreiro. Aprendeu um pouco de gêge, um pouco de nagô, um pouco de congo, um pouco dessas coisas de índio e assim por diante. Abriu os braços e cuspiu forte: Que mistura desgrassada! Em meu terreiro tudo é nagô puro . não há nada no meu candomblé da mistura que esses lugares novos tem hoje em dia, meu filho. Há gente que dá a essa bobagem o nome de caboclo o nome de candomblé. Ora eles não sabem exatamente nada como se fazia lá na África dos meus avós.

Outro texto que fala de Joãozinho da Goméia é escrito em 1945 pelo regionalista baiano Jorge Amado, que escreve o Guia de ruas e mistérios: Bahia de todos os santos, que traz uma visita de Jorge ao terreiro da Goméia baiana. Nesta estadia de Jorge Amado na Goméia o autor descreve o terreiro como espetacular e demonstra um fascínio maior que demonstrou pelo Gantois e pelo Engenho Velho da Casa Branca. Ele ficou encantado com o talento do bailado de Joãozinho e se descreveu como ogã da Goméia, quando todos que se interessam por Jorge Amado sabem muito bem que ele foi Ogan do Gantois. Jorge Amado ainda

¹³⁴ A Cigarra, 16 de junho de 1949. A mesma reportagem foi publicada pela Revista O Cruzeiro anteriormente, em 1948. O que resolve a problemática de responder a presença de Joãozinho da Goméia em Salvador no ano de 1949, já que em 1948 ele se despede de Salvador com festa folclórica no Teatro Jandaia. Ou seja, o ano certo da migração definitiva de Joãozinho para ao Rio de Janeiro é 1948, o que não tenha descartado as suas idas e vindas entre Rio e Bahia, já que a Goméia baiana continuava funcionando a todo vapor no bairro soteropolitano de São Caetano.

¹³⁵

Ver:

http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=759&Itemid=184

confirma no seu livro que a Goméia baiana foi percorrida por diversos escritores , artistas e sábios que visitavam Salvador. Outro intelectual que tem a identidade associada a família de santo da Goméia é o sociólogo Frances Roger Bastide¹³⁶ que foi orientador de Gisele Omindarewa nos anos 1960.

O que fica perceptível é que as associações feitas por Jorge Amado , se relacionando editorialmente a Goméia faz parte das negociações por status, poder e prestígio traçadas por Joãozinho da Goméia por toda sua trajetória no candomblé de 1929(ano em que assume o seu primeiro terreiro) à 1971(ano da sua morte). Quando no livro Guia de ruas e misterios Jorge Amado afirma ser a Goméia o mais importante candomblé do bairro de São Caetano, ele de certa forma apresenta o terreiro e seu pai de santo a todos os interessados nos aspectos afro-culturais baianos. Como nunca encontrei nenhum referencial nem por parte de Agenor Miranda Rocha, nem pelos membros da Goméia, nem qualquer documentação que comprovasse ser Jorge Amado e Roger Bastide pertencentes à família de santo Goméia, preciso afirmar aqui que existe a possibilidade que estes intelectuais possam ter recebido tais títulos, já que ajudaram na projeção intelectual tanto de Joãozinho quanto do seu terreiro; projetando ambos e desbancando os tradicionais candomblés nagôs da Bahia que afirmavam aos sete ventos que Joãozinho não era uma liderança religiosa séria por não ser feito. Sigo esta pista pelo fato das confirmações de ogans e de Obá de Xangô ou Ministros de Xangô¹³⁷, serem altos cargos ligados ao prestígio e ao status de qualquer terreiro até nos dias de hoje.

Quando a antropóloga norte-americana Ruth Landes conhece em fevereiro de 1939 o folclorista Edison Carneiro entende a necessidade de estudar aspectos das religiões afro-baianas. O seu contrato de pesquisa firmado em 1938 era para estudar as relações raciais entre brancos e negros no Brasil. o resultado deste contato com Edison Carneiro foi o livro Cidade das mulheres¹³⁸ publicado em 1947. Um livro que divulga Edson Carneiro como um especialista em candomblé e também nas minúcias das relações raciais entre brancos e negros na Bahia.

Mesmo questionado pela Columbia University que contratou uma pesquisa não para discutir homossexualismo, feminismo ou como Ruth Landes realçou Matriarcado e

¹³⁶ Roger Bastide foi um sociólogo francês. Em 1938 veio, com outros professores europeus, à recém-criada Universidade de São Paulo para ocupar a cátedra de sociologia. No Brasil, estudou durante muitos anos as religiões afro-brasileiras, tornando-se um iniciado no candomblé da Bahia.

¹³⁷ Obá de **Xangô** - Título honorífico do Candomblé criado no Axé Opó Afonjá por Mãe Aninha em 1936, esses títulos honoríficos de doze Obás de **Xangô**, reis ou **ministros** da região de Oyo, concedidos aos amigos e protetores do Terreiro.

¹³⁸ LANDES, Ruth. *A Cidade das Mulheres*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

homossexualidade, Landes apresentou aos outros pesquisadores norte-americanos que o candomblé era um campo fértil para observação das relações raciais entre brancos e negros, já que estamos falando de um universo de circularidades raciais, com suas lideranças religiosas negras e seus consulentes brancos. Sem falar dos políticos, dos intelectuais, dos chefes de polícia, dos artistas, e das pessoas da alta sociedade de cor branca que frequentam os terreiros e as festas afro-religiosas como a procissão de Iemanjá no Rio vermelho.

Landes inseriu Joãozinho da Goméia tanto no emergente candomblé nagô, quanto no Folclore. Isto acontece quando ela avista o pai de santo ao meio dia na ladeira do Bonfim em festejo de lavagem da escadaria:

“no topo da Ladeira , onde havia ar fresco , um jovem e bonito mulato enxugava constantemente o suor do rosto de oito mulheres em trajes de sacerdotisas, cada qual com um jarro dourado ou prateado na cabeça e uma vassoura nova na mão. É o João da Pedra Preta!!!! Exclamou Edison . espicha o cabelo e dança no templo, exclamou Manuel em tom soleno. Observei com interesse o jovem pai ... tinha fama de ser um dançarino maravilhoso e eu podia imagina-lo pela sua figura leve e graciosa. O rosto era bonito e agradável , mas não frágil, e a sua pele de mulato claro contrastava bem com a camisa esporte azul marinho que usava aberta ao peito. Atendia com solicitude as filhas , todas aparentando mais idade que ele.”¹³⁹

A descrição de Joãozinho por Ruth Landes em 1939 apresentou o pai de santo como objeto de estudo para outros estudiosos do negro que vianham de fora do Brasil. isso aconteceu com Donald Pierson que escreveu o livro *Branco e Pretos na Bahia*¹⁴⁰ fruto das pesquisas feitas em terreiros baianos, inclusive retrata uma passagem pela Goméia:

“os candomblés de caboclo realizavam suas cerimônias principalmente em português , incluindo certas frases de origem africana , geralmente muito corrompidas , tomadas por seitas gêge-nagô ou congo-angola e algumas palavras de derivação tupi. Penas, arcos e flechas e outros elementos culturais indígenas faziam parte de seu ritual”¹⁴¹.

Aponto para um fato curiosíssimo no livro de Donald Pierson. A fala de Menininha do Gantois que repudia o candomblé de caboclo, publicada no jornal *A Manhã* de 1939(citada aqui) é republicada por Pierson no livro *Branco e Pretos*:

esse sujeito , Francisco da Roça Branca! Que cachorro! Seus avós, que é que eles sabiam? Foram educados na seita? Será que deixaram o cargo para ele? Não! Ele veio do sertão e quer fundar um candomblé. Aprendeu um pouco

¹³⁹ LANDES, Ruth. *Cidade das mulheres*, pp. 266.

¹⁴⁰ PIERSON, David. *Branco e Pretos na Bahia: estudo de contacto racial; introdução de Arthur Ramos e Robert E. Park*. 2ª edição. SP, Editora Nacional , 1971.

¹⁴¹ PIERRSON, Donald. *O CANDOMBLÉ*, pp. 305. IN: idem

de gêge, um pouco de nagô, um pouco de congo, um pouco dessas coisas de índio e assim por diante. Que mistura desgraçada!¹⁴²

O mesmo Pierson comenta sem citar nomes que uma “mãe de santo ortodoxa” vangloriva-se da sua seita “ Tudo é nagô puro”, o que nos remete a identificar a fala como sendo da prestigiosa Ilorixá Menininha do Gantois. A dúvida que nos paira agora é se Pierson o famoso antropólogo fez pesquisas etnográficas e recolheu narrativas orais das sacerdotisas baianas ou se consultou arquivos de jornais e bibliografias especializadas no candomblé. Afinal os I e II Congresso Afro-brasileiros organizados por Edson Carneiro tinham lhe presenteado com dezenas de artigos e livros que pensavam o negro no que tange as relações raciais; e também escritos que falavam estritamente do campo afro-religioso nordestino. Concluindo-se que o contato com Edson Carneiro pode ter dado a Pierson diferentes formas de acesso: o presencial nos terreiros; nas redações de jornais, e na aquisição de uma preciosa bibliografia.

Não há possibilidade de entender o pai de santo em questão, sem pensar nas negociações e nas estratégias por ele construídas para se legitimar no panteão das religiões afro-brasileiras. As projeções intelectuais são o ponto crucial de percepção do próprio pai de santo para se perceber as possibilidades que tinha em mãos para concretizar seu projeto de ascensão social dentro e fora do sagrado. E falar de Joãozinho, nesta perspectiva é ampliar o leque de diálogos, que inicialmente seriam apenas com o candomblé como acontece com as demais lideranças femininas do gêge-nagô dos anos de 1920 a 1930. É fundamental contextualizar essas estratégias: estamos falando, aqui de 1929 à 1949(espaco temporal proposto por este artigo). Localizar o debate que aqui propomos nesta temporalidade é chamar atenção para o próprio processo de autoconstrução de Joãozinho como líder religioso. o período escolhido engloba apenas as projeções intelectuais de Salvador feitas por Edson Carneiro, Jorge Amado, Roger Bastide e Ruth Landes no terreiro da Goméia de São Caetano, em Salvador.

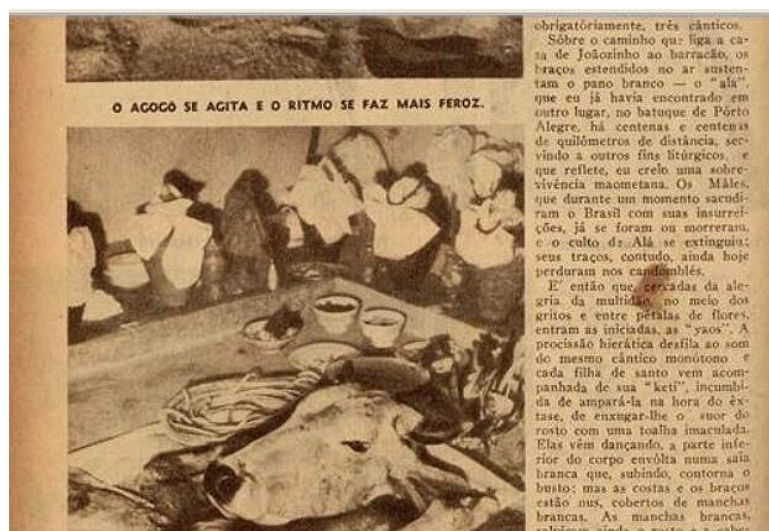
Todos que desejam estudar a Goméia e seu pai de santo precisam entender que é fundamental compreender as redes de sociabilidades que Joãozinho da Goméia constrói no inicio da sua trajetória em Salvador. Tanto as estabelecidas no bairro da Estrada da Liberdade que é um bairro encruzilhada entre seus dois terreiros baianos- o da Ladeira da Pedra e o de São Caetano. A Estrada da Liberdade é um importante pulsar da construção da consciência a

¹⁴² PIERSON, David. *Ídidem*, pp. 306

cerca da negritude de Salvador desde o século XIX. E foi ali que Joãozinho da Goméia se construiu como líder religioso com todos referências políticos e culturais. Seu contato com as festas do Senhor do Bonfim, o Afoxé, as rodas de capoeira, etc. Pierre Verger apresenta na revista *O Cruzeiro* em fins dos anos de 1940 importantes reportagens sobre manifestações folclóricas no bairro da Liberdade, como o Cavalo Marinho, Bumba meu boi, procissões de Afochés, Congadas, etc. São reportagens que pela importância cultural o levam até o terreiro da Goméia em 1948 e em 1949.

Pierre Verger leva em sua companhia o antropólogo africanista Roger Bastide. Ali ele conhece o terreiro, é apresentado a espaços sagrados e secretos pela importância intelectual de Verger e de Bastide que são conhecidos já na Bahia pelo seus interesses culturais perante o estudo do Candomblé. De fato, Verger projetou Joãozinho da Goméia. Era preciso desconstruir a visão deixada pelo velho Nina Rodrigues que mostrava o negro no pós-abolição, não o considerando como produtor de uma cultura sobre sua própria identidade.

Abaixo temos a foto do assentamento do Caboclo Pedra Preta feita para a Revista *A Cigarra*¹⁴³ em 1949, como já foi citado anteriormente. O quarto do caboclo era secreto e não podia ser fotografado para obter prestígio e status Joãozinho aceitou revelar um segredo do seu candomblé:



Assim como aconteceu com Edson Carneiro em 1936, quando visitou a Goméia e fotografou o busto do Caboclo Pedra Preta que pertencia a coleção de objetos sacros de Joãozinho. A foto foi publicada no livro *Religiões Negras*¹⁴⁴:

¹⁴³ A Cigarra, 16 de junho de 1949

¹⁴⁴ CARNEIRO, Edson. *Religiões Negras: notas de etnografias religiosas*. Biblioteca de divulgação científica dirigida por Arthur Ramos. RJ: volume II: Civilização brasileira, 1936.



FIG. 7 — O caboclo ôGÛN da Pedra Preta (foto E. Carneiro)

Joãozinho tinha esta consciência a cerca do que associavam ao afro-religioso. Sabia que tinha que fugir de estereótipos relegados a ele por personalidades afro-religiosas como Menininha do Gantois e Martiniano Eliseu do Bonfim- um africano com cargo de santo de Olwô e muito prestigiado nos candomblés tradicionais. Martiniano foi o responsável por construir os modelos de letimidade e ilegitimidade; de pureza e impureza ritual que contrapôs por décadas Nagôs(puro/legítimo) e Bantos(impuro/ilegítimo), já que ele era o informante de Nina Rodrigues, o médico legista que foi intelectualizado se transformando em etnólogo, antropólogo higienista. Nina foi precursor nos estudos afro-brasileiros e com as informações dadas por Martiniano criou o excludente e classificatório modelo nagô. Um modelo que criou

uma perseguição aos cultos afros internamente. Não bastasse a perseguição aos candomblés promovidas pelo Estado, ainda havia o tal modelo nagô para segregar os seguidores do candomblé de caboclo e o congo-angola.

Revisitar a trajetória do homem afro-baiano João Alves Torres Filho é compreender o poder do SER NEGRO em um contexto pós-abolição da escravatura. É tentar compreender que as projeções intelectuais criam redes/teias de sociabilidades intelectuais fundamentais para que a inserção do negro que não foi inserido nesta sociedade republicana recém-nascida. Desconstruir estereótipos negativos sobre a população negra foi uma forma que Joãozinho da Goméia encontrou para tecer sua afirmação cidadã na Bahia dos anos 1930 e 1940. As negociações foram estratégias de inserção social desde o setecentos para afro-religiosos como Juca Rosa¹⁴⁵ pesquisado pela historiadora Gabriela Sampaio, assim como os outros personagens negros do historiador João José Reis, cito, por exemplo, o sacerdote africano Domingos Sodr ¹⁴⁶. Joãozinho da Goméia foi uma espécie de Exu simbólico: negociador, articulador e divulgador fundamental das religiões afro-brasileiras de 1929 a 1971.

Retomei em março de 2019 minhas pesquisas agora como mestranda em História pela UFF. Estou ingressa no programa de p s-gradua o desde março de 2019, com o propósito de analisar as negocia es de status, poder e prestígio do pai de santo como pressupostos para explicar seus diálogos com o Folclore de 1937   1967. Meu marco inicial está na primeira proje o intelectual feita por Edson Carneiro através do II Congresso Afro-brasileiro, quando ele se torna em um referencial folclórico. Chamo a aten o para um fato: por conta do caboclo pedra preta e das exibi es de dança da Companhia de balé afro-folclórico Oxum Mar . Por conta desta companhia folclórica Joãozinho vira referencia performática de outros agentes sociais negros: Mercedes Batista, Solano Trindade.

Essa rede de sociabilidades estabelecida entre Joãozinho e esses agentes sociais da arte performática negra que acontece entre os anos 40 e 50, não apenas reafirma a importância da análise das estratégias e das negocia es do pai de santo, como aponta também a inser o de novos elementos dentro do universo do candomblé: a estética das roupas, o homem líder religioso quebrando a visão de uma masculinidade hegemônica e frágil e a desconstru o da tese de Nina Rodrigues sobre a inferioridade da na o banto e as contradi es expressas por

¹⁴⁵ SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *A história do feiticeiro Juca Rosa: cultura e rela es sociais no Rio de Janeiro Imperial*. SP: UNICAMP, Tese de Doutorado, 2000.

¹⁴⁶ REIS, João José. Domingos Sodré. Um sacerdote africano. *Escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

Edson Carneiro em Os negros bantos e As religiões negras acerca de afirmar nos escritos a tese de Nina Rodrigues sobre a superioridade dos nagôs e eleger elementos da cultura banto como formativos de traços da identidade social dos baianos.

A historiadora Elaine Cristina Ventura Ferreira¹⁴⁷, cita que Edson Carneiro tanto no II Congresso Afro-brasileiro como nos livros já citados por diversas vezes retoma o debate de Nina Rodrigues quanto o discurso da pureza nagô. Inclusive é a Nina Rodrigues que Edson Carneiro dedica o II Congresso, quando constrói o evento todo com elementos da cultura banto, como o samba de roda, a capoeira Angola, visita ao terreiro da Goméia e Exibição da companhia de balé de Joãozinho da Goméia na Cachoeira de São Bartolomeu. Inclusive, Carneiro escolhe Joãozinho para falar da importância do II Congresso para debater a Liberdade de culto dos terreiros em uma reportagem¹⁴⁸ intitulada Pai de santo aos quinze anos: Caboclo Pedra Preta quer liberdade de culto.



Outra reportagem foi publicada pelo jornal Correio Paulistano um mês antes para afirmar o prestígio de Joãozinho da Goméia como pai de santo, nos dando a sensação de que Edison Carneiro usou o prestígio de Joãozinho para promover o II Congresso. Pensar que o folclorista usou o pai de santo como uma bandeira pela liberdade de culto dos candomblés sugere que sua fama já estava solidificada em 1936 em Salvador.

¹⁴⁷ VENTURA FERREIRA, Elaine Cristina. *Poder e narrativa : as abordagens intelectuais acerca do candomblé nagô e as formas de apropriações religiosas na década de 1930*. IN: Anais do 5º Seminário Fluminense de Pós-graduandos em Historia, 2017

¹⁴⁸ Diário da noite, de 9 de setembro de 1936.



Encerro este breve ensaio com uma galeria de fotos-reportagens feitas por diversos jornais brasileiros de 1937 a 1967. Informo que a escolha de análise do mestrado se concluiu com o ano de 1967, por conta de ser o ano da desfolclorização de Joãozinho da Goméia. Acho importante fechar este ensaio com esta informação porque é através dela que tenho buscado elementos de análise para a minha pesquisa de mestrado. Aqui reitero a necessidade de considerar as negociações e as estratégias que o pai de santo faz com diversos sujeitos sociais, pois é em 1967, que ele é refeito no terreiro do Gantois.

Segundo o jornalista Carlos Nobre¹⁴⁹, o que acontece é que Joãozinho faz um acordo com a Ialorixá Menininha do Gantois para refazer seu santo na tradição Nagô para enfim obter o respeito dos terreiros tradicionais. A revista O Cruzeiro de 1967 traz duas fotoreportagens: uma em outubro com a pergunta Quem é você?¹⁵⁰ Apresentando um novo pai de santo, com questões novas, reconfigurando sua identidade que agora é de um Rei Nagô feito no Gantois por Mãe Menininha. Sua ligação com o candomblé de Caboclo havia ficado no passado. Já a segunda fotoreportagem de setembro apresenta não mais um artista folclórico, nem mais o cavalo do caboclo Pedra Preta, nem mais a necessidade de usar o linguajar quimbundo dos bantos. A segunda fotoreportagem intitulada como A Ronda misteriosa dos Orixás¹⁵¹ traz um pai de santo repaginado apresentando sua corte de filhas de santo com a pompa de uma comunidade de terreiro tradicional-nagô.



A partir de 1967 os interesses de Joãozinho são outros, já que ele em 1967 começa a se preocupar em criar novas negociações com o Candomblé nagô. A sua refeitura em 1967 no Gantois, divulgada pela revista O Cruzeiro insere o pai de santo em outras esferas de negociação com o candomblé. Em 1967 ele começa a desconstruir sua identidade folclorizada para construir uma identidade de candomblé tradicional. A aliança com candomblés tradicionais baianos exigiram a partir de 1967 outra postura do pai de santo, e a sua identidade folclorizada era algo mal visto pelo candomblé tradicional baiano que penava com os “malefícios” que a associação do candomblé com o folclore trouxe para os terreiros. Folclore+ candomblé=TURISMO. Essa equação perseguida por Joãozinho desde 1929 quando se tornou pai de santo já não era a solução dos seus problemas, já que ele em fins dos

¹⁴⁹ NOBRE, Carlos. *Gomeia, João: a arte de tecer o invisível*. RJ: Centro Portal Cultural, 2017.

¹⁵⁰ Quem é você?. IN: Revista O Cruzeiro, 21 de outubro de 1967.

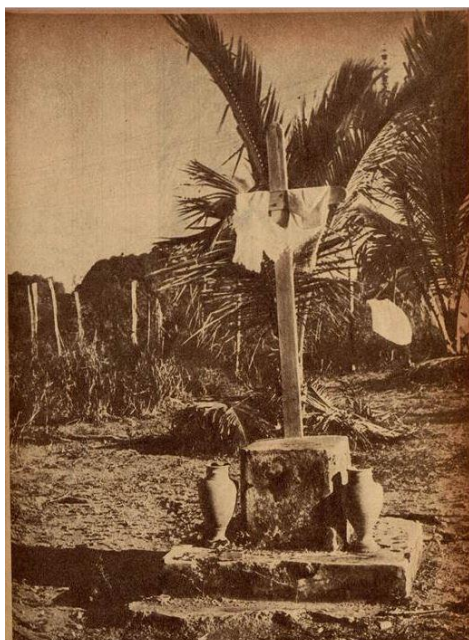
¹⁵¹ A ronda misteriosa dos Orixás IN: O Cruzeiro de 23 de setembro de 1967.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

anos 60 já era o Rei do Candomblé com filhos de santo em Portugal, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Galeria de fotos





O CANDOMBLÉ DO TEMPO

DOIS REPORTEIRES PASSAM 20 HORAS NO TERREIRO DO "BARALOUSEIRA" JOAQUINHO DA GOMEIA. — SA CRIFICÍCIOS DE "AKIKO" E DE "AGUTJAN" A ARVISES SAGRADA TEMPO — AS DANÇAS FETICHISTAS DE OXOSSÍ — A HISTÓRIA DE UM CANDOMBLÉ NA BAHIA

Foto de JOSÉ BRITO

Texto de CLÁUDIO TULIUTI TAVARES

Em uma manhã de domingo, no bairro de São Paulo, dois repórteres passam 20 horas no terreiro do "Baralouseira" Joaquim da Gomeia. Lá, os dois observam os rituais sagrados do Candomblé, desde os sacrifícios de "Akiko" e de "Agutjan" até as danças feticheiras de Oxossí. O texto narra a história de um Candomblé na Bahia, com descrições detalhadas dos rituais e da vida dentro do terreiro.



VISITA AO CANDOMBLÉ NA BAHIA

Um texto curto que descreve a visita dos repórteres ao terreiro, mencionando o nome do terreiro e o nome do jornalista responsável pela reportagem.



Um texto curto que descreve a visita dos repórteres ao terreiro, mencionando o nome do terreiro e o nome do jornalista responsável pela reportagem.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

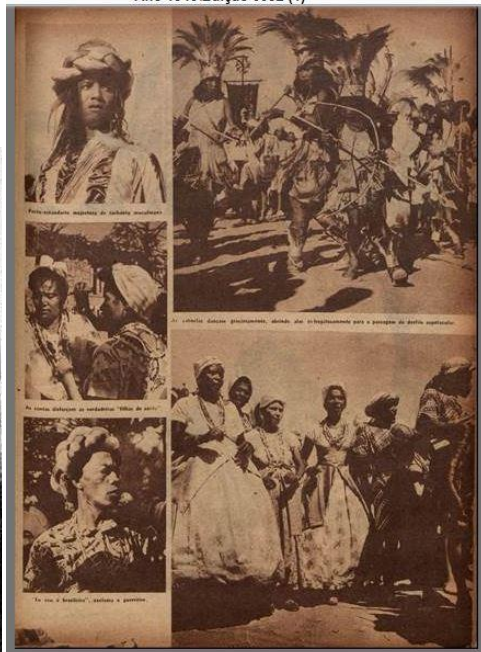
Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira



Ano 1949/Edição 00183 (1)



Ano 1948/Edição 0032 (1)



Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

Fotos:

Revista da Semana de 1949

Anúncios de apresentações artísticas da companhia folclórica de Joãozinho da Goméia

Fotorreportagem Pierre Verger e Roger Bastide para as revistas A Cigarra/O Cruzeiro de 1949

O Babalaô e a Mexicanita. Revista Scena Muda de 1949

Foto do beija mão: acervo pessoal colhido no facebook

Joãozinho na Goméia baiana: Revista A Semana 1949

Casa da viúva Costa: Jornal Ultima Hora de 1953

Fotorreportagem de Pierre Verger e Roger Bastide para as revistas A Cigarra/O Cruzeiro de 1949

As fotos amareladas são da autoria de Pierre Verger para a Revista O Cruzeiro de 1949. Elas comprovam a ligação do bairro da Estrada da Liberdade com as manifestações folclóricas e o interesse de Verger pelo tema Candomblé e Folclore o que justifica o interesse dele pela Goméia, e a folclorização de Joãozinho da Goméia.

Fontes:

A Cigarra, 16 de junho de 1949

Sobre a Fundação Joaquim Nabuco:
http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=759&Itemid=184

Diário da noite, de 9 de setembro de 1936.

Correio de São Paulo, de 18 de agosto de 1936.

Foto reportagem *Quem é você?* O Cruzeiro, 21 de outubro de 1967

Foto reportagem *A Ronda misteriosa dos Orixas* : O Cruzeiro de 23 de setembro de 1967.

Bibliografia:

CARNEIRO, Edson. *Religiões Negras*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1936.

----- . *Negros Bantos*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1937.

LANDES, Ruth. *A Cidade das Mulheres*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

NASCIMENTO, Andréa. *Salve Pai Pedra Preta: uma contribuição singela à trajetória do Babalorixá Joãozinho da Goméa*. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. V. 05. N. 11, jul./set. de 2004. – Semestral ISSN -1518-3394 Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme.

NOBRE, Carlos. *gomeia, João- a arte de tecer o invisível*. RJ: 1ª edição, 2017.

PIERSON, David. *Branços e Prêtos na Bahia: estudo de contacto racial; introdução de Arthur Ramos e Robert E. Park*. 2ª edição. SP, Editora Nacional, 1971.

REIS, João José. Domingos Sodré. Um sacerdote africano. Escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *A história do feiticeiro Juca Rosa: cultura e relações sociais no Rio de Janeiro Imperial*. SP: UNICAMP, Tese de Doutorado, 2000.

VENTURA FERREIRA, Elaine Cristina. *Poder e narrative : as abordagens intelectuais acerca do candomblé nagô e as formas de apropriações religiosas na década de 1930*. IN: Anais do 5º Seminário Fluminense de Pós-graduandos em História, 2017.

Wax print: a estética da re-africanização dos candomblés

Aymê Okasaki¹⁵²

Resumo: Esta pesquisa discute acerca dos tecidos estampados wax print sendo utilizados como

ferramentas de afirmação identitária no movimento de re-africanização dos candomblés. Este movimento toma a estética do culto dos orixás e culto de Ifá da Nigéria e do Benim e busca eliminar os elementos marcadores coloniais católicos e europeus. Se analisará a origem deste tecido no séc. XIX derivada do batik javanês, sua produção holandesa, seguida da popularização no continente africano e atual importação para o Brasil como elemento estético de identidade afro-brasileira. Busca-se compreender a utilização desta memória têxtil nas roupas do chamado “estilo africano” do candomblé, como forma de conexão com uma ancestralidade nigeriana.

Palavras-Chave: Candomblé; indumentária religiosa afro-brasileira; *Wax Print*.

Abstract: This research discusses wax print fabrics being used as tools of identity affirmation in the re-Africanization movement of candomblés. This movement takes the aesthetics of the Orisha cult and the Ifá cult of Nigeria and Benin and seeks to eliminate the Catholic and European colonial marker elements. It will analyze the origin of this fabric in the 19th century derived from Javanese batik, its Dutch production, followed by its popularization on the African continent and current importation into Brazil as an aesthetic element of Afro-Brazilian identity. It seeks to understand the use of this textile memory in the so-called “African style” of candomblé clothing, as a way of connecting with a Nigerian ancestry.

Keywords: Candomblé; afro-brazilian religious clothing; Wax Print.

Introdução

Este artigo se trata de um recorte da pesquisa de doutorado em História Social “Axé nos Axós”, sob orientação da professora Marina de Mello e Souza, que investiga a história da

¹⁵² Doutoranda em História Social – USP, mestra e bacharela em Têxtil e Moda – USP. Professora curso de Moda da Universidade de Sorocaba e da ESAMC Sorocaba. E-mail: ayme.okasaki@usp.br

indumentária do candomblé paulista, buscando compreender os sistemas de moda neste vestuário. Tratar sobre as estéticas dos candomblés atualmente é buscar sempre um equilíbrio entre tradição e modas. Importante entender que, apesar de diversos autores excluirmos os trajes religiosos do sistema da moda, por considerarem que suas significações religiosas e sociais impediriam constantes mudanças¹⁵³, é visível as características de uma produção de moda nestes mercados. A criação constante de novos modelos (por vezes, um traje novo a cada festa do terreiro), o sistema de cópias com tecidos iguais ou muito semelhantes (seguindo um complexo jogo de copiar as roupas de uma pessoa dentro da sua hierarquia no candomblé e, por vezes, do mesmo orixá e qualidade), elementos de estilo que individualizem e integrem ao grupo (brincos, pulseiras, estampas de tecidos, variações de tecidos), um calendário de lançamentos por parte dos produtores (muitas vezes ligados ao calendário de festas dos terreiros e aos orixás daquele período), a presença de indivíduos de vanguarda de lançam “tendências”(pessoas que apresentam alguma inovação copiada pelos demais, seja em tecidos, acessórios, combinação de tecidos em uma peça, acabamentos, corte, etc.) e, até mesmo, digital influencers (com evidência para a campanha nas redes sociais #blémoney, tratando de produtos vendidos para candomblecistas). Destaco as tendências com aspas pois aqui reside a grande diferença na moda casual para uma moda religiosa, no caso das roupas de candomblés: a diferença de velocidade de tempo. Enquanto as tendências de moda, em geral, seguem um cronograma muito efêmero (a exemplo da indústria do *fast fashion* que trabalha com novas coleções quinzenais) e de acordo com as estações primavera/verão e outono/inverno; as roupas de candomblés possui mudanças mais lentas e se restringe à determinados elementos passíveis de serem alterados sem nenhum prejuízo litúrgico. Grande parte da modelagem destas roupas se mantém quase inalterada até hoje¹⁵⁴, desde o século XIX, com os trajes das negras crioulas / negras de ganho. Contudo, nos tecidos encontramos sutis alterações que demonstram as mudanças do mercado de moda influenciando nestes trajes.

Dentre os tecidos muito utilizados na moda europeia, ainda do Brasil colônia, muitos se mantiveram no vestuário do candomblé, como o Richelieu, as rendas dos mais diversos

¹⁵³ A autora Gilda de Mello e Souza, na primeira pesquisa acadêmica sobre moda realizada no Brasil, e posteriormente publicada como livro *O Espírito das Roupas*, em 1987; aponta que “talvez a grande significação religiosa e social atribuída à roupa e aos enfeites represente um empecilho às manifestações de mudanças”, ao tratar de indumentárias de povos antigos, ainda do período pré-histórico.

¹⁵⁴ Com exceção dos cultos tradicionais, cultos de Ifá e candomblés (re)-africanizados que possuem uma modelagem sem volume, para homens e mulheres, aproximando a estética aos trajes utilizados atualmente no culto ao Ifá na Nigéria e Benin.

tipos, ademais das bases de tecidos de algodão produzidos no Brasil, como o morim e a chita brasileira. Contudo, no mercado contemporâneo destas roupas, os tecidos mais valorizados são os chamados “tecidos africanos”. Quais tecidos seriam estes? De onde, exatamente eles veem? Seriam estes tecidos elementos fundantes da estética dos candomblés brasileiros ou inovações das trocas mais recentes entre brasileiros e africanos?

Com base nestas questões, me detive na análise de quais “tecidos africanos” estavam presentes nos terreiros de candomblé que observei pessoalmente (Axé Ilê Obá – São Paulo, de 2017 à 2019; Ilê Oxumarê – Salvador, em 2019; Centro Cultural Eyin Osun – São Paulo, em 2019; Ilê Odé Lorecy – Embú das Artes, em 2019) e nas bibliografias. Além dos Richelieu africano, guipure africano e rendas africanas; os tecidos que estavam presentes em quase todos estes terreiros eram os *Wax Print*. Outros tecidos artesanais africanos por vezes apareciam como inspiração de estampas de tecidos industriais, como os *wax print*. Enquanto os estampados tecidos wax print estavam presentes em diversas peças. Vamos nos ater um pouco nos processos históricos destes dois tecidos para compreender os motivos de escolha da utilização destes, nestes trajes de candomblés.

Por isso o presente artigo visa traçar uma breve historiografia do tecido *Wax Print*, para compreender o motivo deste ter sido adotado pelos candomblés brasileiros, como símbolo de uma ancestralidade africana. Para isto, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a história do *wax print*, com destaque para obras de dois pesquisadores brasileiros que muito se debruçaram sobre a temática desta estamparia, o designer Celso Lima (por meio de suas publicações e cursos) e a mestra em Artes Visuais pela UFRJ, Dandara Maia; além de entrevistas com ateliês de indumentária de candomblé, como o ateliê *Asó Lewá, Odó Iná* e *Patuá*, em São Paulo, a fim de identificar o uso destes tecidos neste vestuário da contemporaneidade. Este levantamento historiográfico do tecido se mostra importante na atualidade para questionar os símbolos identitários culturais. Diferentes antropólogos africanistas se debruçam sobre a noção de identidade africana e afro-americana, e como essa se expressa na cultura e na religião (como Anthony Appiah¹⁵⁵, James Sweet¹⁵⁶, Sidney Mintz e Richard Price), porém os tecidos e seus processos históricos (com encontros com as transformações do artesanal ao fabril, do consumo local às importações e exportações mundiais) ainda precisam de maior aprofundamento.

¹⁵⁵ Com destaque para seu livro *Na casa de meu Pai*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

¹⁵⁶ Com destaque para a obra *Recriar África. Cultura: parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770)*. Lisboa: Edições 70. 2007.

Origem no Batik javanês

As estampas *wax print*, também conhecidas como *Dutch wax*, *wax hollandais*, *fancy print* (Inglaterra), *capulana* (Moçambique), *pagne* (Togo), *mummy cloth* (Gana) ou *ankara* (Angola), são comercializadas no Brasil como tecidos africanos e muito utilizadas como meio estético de afirmação e construção da imagem de uma identidade afro-brasileira¹⁵⁷. Por isso, é comum encontrar estes tecidos em marcas que trabalham com moda afro-brasileira e, principalmente, nas indumentárias de religiões de matrizes africanas, como o candomblé. Assim como estas religiões e as culturas brasileiras, este têxtil estampado também é uma materialização do encontro de culturas e influências distintas, unidas por processos históricos por vezes violentos, mas que também se modificaram e se adaptaram com o passar do tempo.

O *wax print* possui este nome devido ao processo de estamparia por reserva do qual ele deriva. Sua origem vem do processo de estamparia *batik*, das ilhas de Java. Os javaneses impermeabilizavam as áreas do tecido que não gostariam que recebesse a cor, com cera quente derretida, distribuída com um carimbo de cobre chamado *tjap*, ou com uma espécie de caneta de metal, o *tjanting*. Feita a padronagem com a cera, o tecido era tingido e, por fim a cera derretida era retirada revelando o desenho, na cor do tecido, e o fundo tinto. Os *batiks* foram exportados e comercializados para a Europa, a ponto de se formarem escolas de *batik* em Amsterdam, no século XVIII. No final do século XIX, empresas inglesas, suíças, belgas e holandesas, buscaram adaptar o *batik tuli* javanês em um processo semi-fábril, com cilindros de cobre para aplicar a cera¹⁵⁸.

O processo fábril consistia em estampar o tecido com resina, aplicado com cilindros de cobre. Depois o tecido era imerso em um banho de tingimento em índigo. Parte da resina era removida mecanicamente e posteriormente a segunda camada de cor era adicionada nessas áreas (as demais cores, quando realizadas, poderiam ser aplicadas à quadros, como em uma serigrafia). Uma segunda parte da resina era removida quimicamente (o que gerava algumas bolhas irregulares brancas) e as cores adicionais eram aplicadas nas áreas no qual a resina havia acabado de ser removida, finalizando a estamparia.

¹⁵⁷ MAIA, Dandara. "O vestir político: as estampas wax hollandais como ferramentas de afirmação da identidade afro-brasileira". *dObra[s]* – Revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda, 2019, São Paulo, v. 12, n. 25, p. 144-163, abr. 2019. Disponível em <<https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/858/534>>. Acessos em 09 set. 2019.

¹⁵⁸ LIMA, Celso. "Fancy-print: o pano da África". 25 jul. 2013. *Celso Lima Estamparia*. Disponível em <http://celsolima.zip.net/arch2013-07-21_2013-07-27.html>. Acessos em 09 set. 2019.

Em 1854 uma máquina belga da *Haarlem Katonen Maatschappij (Haarlem Cotton Company)* foi patenteada, a máquina *La javanaise*, com rolo duplo para aplicação da cera. Após uma visita às ilhas de Java em 1852, Frederik 'Frits' Hendrik Fentener van Vlissingen, da empresa *PF van Vlissingen & Co.* (atual Vlisco), também buscou mecanizar seu processo para a produção de *batik*. A *PF van Vlissingen & Co.* compraria a *La javanaise* em 1906, aumentando a concorrência e produção dos tecidos estampados¹⁵⁹.

A produção do *Royal dutch wax* ou *Real dutch wax*, era feita trabalhando apenas com uma cor, o azul índigo (ou por vezes com o alizarina, também conhecido como vermelho da Turquia), ou seja, corantes naturais, e estampando nas duas faces do tecido¹⁶⁰.

Contudo, os holandeses e demais europeus tiveram uma dura resistência do próprio mercado da Indonésia por volta de 1870, que não aceitava o produto holandês, tido como uma cópia de baixa qualidade do processo artesanal milenar nativo. O público local considerava que as rachaduras que apareciam, devido à quebra da cera, sujavam a estampas visualmente. Existem diversas explicações para a queda das vendas dos tecidos holandeses nas Índias Orientais. Uma delas era de que a impressão com o *tjap* (carimbo de cobre), que era mais rápida que a impressão com o *tjanting*, passou a ser mais empregada, aumentando a velocidade da estamparia artesanal de *batik*. Em 1872 também houve a abolição do sistema de tarifas diferenciais, sistema no qual os produtos holandeses eram isentos de direitos de importação. Ademais da grande depressão de 1873, que culminou em uma recessão econômica mundial, fazendo com que empresas como a *Vlissingen & Co.* encontrassem grandes problemas financeiros na década de 1870^{8:7}.

Buscando soluções para a rejeição do mercado das colônias das ilhas, as empresas holandesas passaram a exportar para a África, primeiramente para as colônias belgas, e posteriormente para as inglesas e alemãs. A escolha pelo mercado africano não foi aleatória. O *merchant* Ebenezer Brown Fleming, levou os tecidos da *Haarlem Cotton Company*, para a África Ocidental, devido esta já consumir um produto muito semelhante. Este mercado já consumia o também tecido de algodão estampado *chintz*¹⁶¹, que vinha da Índia, e possuía

¹⁵⁹ VLISCO. "World of Vlisco". 2019. Disponível em <https://www.vlisco.com/fabric_story/the-eye-of-my-rival/>. Acesso em 09 set. 2019.

¹⁶⁰ MAIA, Dandara. "A estampa wax holandais como objeto de etnicidade". In: 13º Colóquio de Moda, 2017, Bauru. Anais Colóquio de Moda, 2017. Disponível em <http://www.coloquiomoda.com.br/coloquio2017/anais/anais/13-Coloquio-de-Moda_2017/CO/co_3/co_3_A_estampa_wax_hollandais.pdf>. Acesso em 09 set. 2019.

¹⁶¹ Importante lembrar que o *chintz*, dá origem para a chita brasileira, que também seria utilizada em festividades populares e nas religiões de matrizes afro-brasileiras.

motivos florais e arabescos coloridos; isto porque devido aos preceitos do hinduísmo e islamismo, as figuras humanas eram proibidas; isto influencia também muitos motivos do *wax print*^{162:9}. Da Índia também veio o primeiro contato com o *batik*, no século XVI, com a primeira grande onda migração para a costa oriental africana. Ademais, soldados ganeses que estavam em Java, para proteção da colônia holandesa, já haviam transportado alguns tecidos *batik* para a Gana⁷.

Entre as elites da África Ocidental e Central, a *Wax Print* obteve grande sucesso. Nos anos de 1940, passaram a estampar apenas um lado do tecido e aumentaram as cores para estampas policromáticas, tornando o tecido mais popular às demais camadas sociais africanas⁷.

Os motivos começaram a incorporar releituras de padronagens nativas africanas, mas com o desenho craquelado no fundo de todas as estampas, remetendo à quebra da cera que por vezes ocorria no processo artesanal do *batik* javanês. É certo que as primeiras estampas revelavam muito das inspirações de correntes estilísticas europeias da época, com inspirações também das artes africanas expostas nos museus europeus⁹.

Em uma busca de criar laços afetivos entre os produtos e o público feminino, muitas padronagens eram batizadas com nomes como “a mais amada”, “mulher trabalhadora”, “mãe de muitos filhos” etc. Os próprios consumidores destes tecidos, atribuíam simbologias e histórias, que não passaram despercebidas pelas industriais que os produziam⁶.

Empresas holandesas e inglesas, comercializavam estes tecidos a baixo custo para toda a África Ocidental. Como a técnica industrial já não utilizava mais a cera como máscara para fazer a estamparia, as empresas inglesas passaram a chamar o tecido de *fancy print*, a partir da década de 1980, quando o tecido se tornou tendência na Europa⁷.

Este tecido se popularizou por toda a África Ocidental, a ponto de ser produzido também por empresas chinesas, a custos ainda mais baixos. As empresas passaram a produzir em unidades fabris na Costa do Marfim e Nigéria, expandindo sua produção pelo continente africano, desde o final do século XIX⁹.

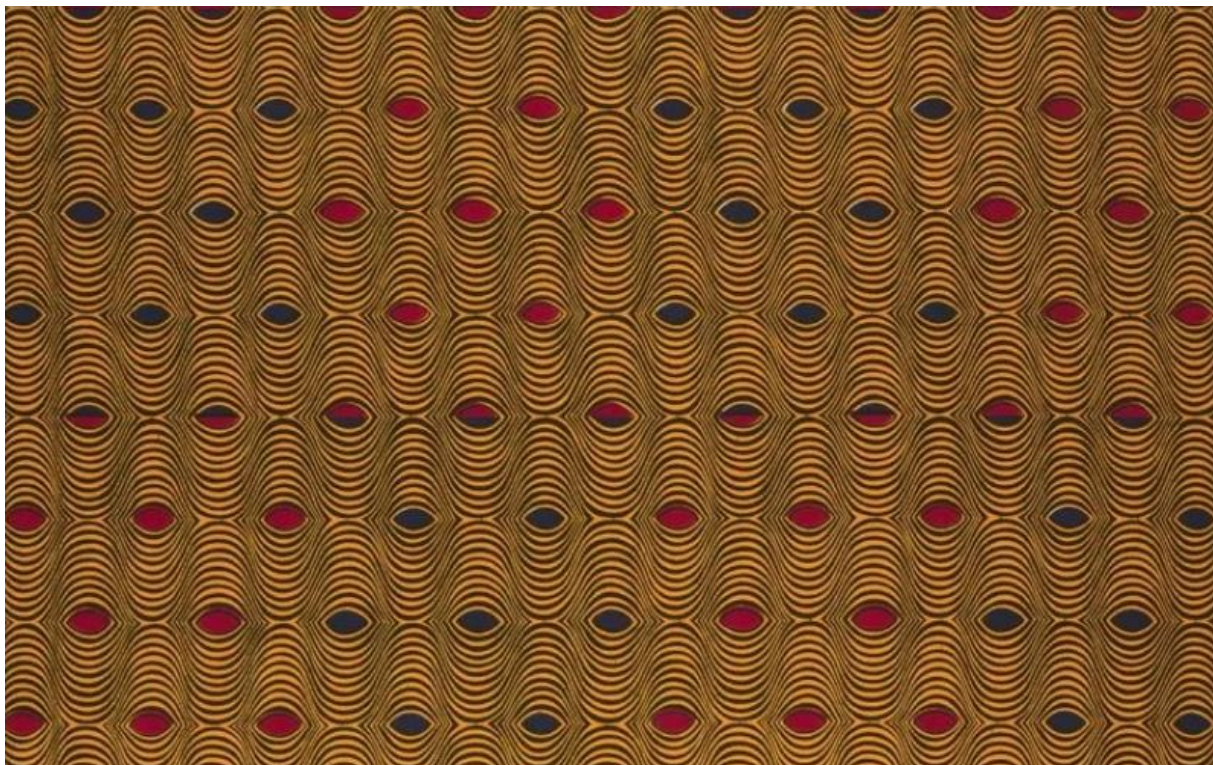
Em alguns países como Togo e Gana, o tecido era comercializado pelas *Nana Benz*, mulheres que possuíam a licença hereditária de venda dos tecidos e que alcançaram tal poder aquisitivo com a venda de tecidos da empresa Vlisco, que normalmente compravam carros da

¹⁶² KUBRUSLY, Maria Emilia. *Que chita bacana*. São Paulo: A casa Museu do objeto brasileiro, 2005.

Mercedes Benz. Estas mulheres também se tornaram uma marca identitária de tecidos com histórias e simbologias associadas às culturas africanas⁸.

Na década de 1960 e 1970, os ganeses rebatizavam estas estampas segundo suas crenças, ritos culturais e para transmitir mensagens muito diretas: declarações de amor, insultos, provocações ou intenções. No Togo e Costa do Marfim, muitas estampas *wax print* estão associadas à provérbios, como é o caso da estampa “Olhos da minha Rival”, que trata das tensões familiares entre esposas e o marido, e que funciona como uma solicitação de reunião familiar para tratar da questão exposta no tecido (Figura 1). As diferentes estampas estão presentes em momentos sociais marcantes, como a primeira menstruação, o casamento, o nascimento de um filho ou a morte de uma pessoa próxima. Mas as estampas também marcam a vida moderna no continente, com motivos de celulares, computadores e eletrodomésticos (associando às mais diversas referências, como a estampa com desenhos de ventiladores que os senegaleses atribuíram a mensagem de riqueza e bem-estar, por associá-la a dança *ventilateur*), tênis e produtos de consumo, estampas sobre a Aids e outras epidemias, e política local (com presidentes e datas de comemorações públicas como independências destes países), além dos padrões florais clássicos africanos^{8;9}.

Fig. 1: Estampa *The eye of my rival*, *Moran's Eyes* ou *Oiel de ma rivale's*, da empresa Vlisco.



Fonte: Vlisco, 2019⁸.

O caminho desses tecidos até o Brasil marca uma ponte comercial de vendedores autônomos especialmente da Angola, Costa do Marfim, Benin, Senegal e Nigéria, onde grande parte desses tecidos são comprados para vir ao Brasil. Alguns *wax print* que vem para o Brasil são comprados nesses países, mas possuem sua produção em outros países africanos, na Holanda e grande parte na China. No Brasil, estes tecidos costumam ser vendidos com a nomenclatura de “tecido africano”, independente se sua produção é ou não no continente africano. Além dos vendedores autônomos, lojas de tecidos e roupas africanas, o tecido também é vendido em lojas de artigos religiosos afro-brasileiros.

Na cidade de São Paulo, era comum os candomblecistas que queriam confeccionar suas roupas com os *wax print* buscarem por vendedores autônomos, muitas vezes imigrantes africanos, no bairro da República.

Da chita ao *wax print*

O primeiro contato do Brasil com o comércio têxtil internacional se deu com os tecidos indianos que eram utilizados como moeda de troca no tráfico de escravizados. Estes tecidos eram o *chintz* indiano e inglês. Estas estampas florais foram tão fortes no século XVIII, que influenciaram a produção de tecidos estampados na África (onde o tecido era recepcionado pela troca de escravizados), resultando na “chita africana” (figura 2). Muito parecida com o *wax print*, com cores saturadas, contornos pretos, porém sem o desenho craquelado no fundo¹¹. Pode-se dizer que houve uma troca de influências entre a chita e o *wax print*.

Fig. 2: Chita africana, com forte inspiração nas chitas indianas e brasileiras (esquerda); *Wax print Rolls Royce*, da empresa Vlisco (direita).



Fonte: Kubrusly, 2005, p.52.¹¹ / Vlisco, 2019⁸.

Ademais, a chita indiana e inglesa, comercializada por Portugal, no período colonial, era um tecido ainda caro (que precisavam de 12 à 24 matrizes/cores para estampar), utilizados apenas por pessoas ricas, especialmente após 1785, quando a rainha Dona Maria I proibiu a manufatura de tecidos no país. Isto fez com que o país se tornasse dependente da produção externa. Apenas as negras crioulas ou negras de ganho, que trabalhavam na dentro da casa grande ou comercializando produtos, que utilizavam tecidos mais caros e importados. Estas

mulheres, mesmo as ainda escravizadas, tinham vestuário distinto dos demais (bem como uma posição social também distinta). O uso de tecidos caros pelas escravizadas, como as rendas e sedas, chegou a ser uma preocupação até mesmo para o rei João V, em 1749, quando regulamentou a Lei Extravagante, denominada Pragmática, proibindo aos negros escravizados ou forros da colônia, de vestirem sedas, lãs finas, linhos, esguiões, algodões finos ou holandas. Demais escravizados dependiam da produção nacional de tecidos rústicos, para sacaria e os chamados “pano para negros”, tecidos de juta ou algodão, de trama aberta, que resultariam no tecido morim^{163;11}.

Assim, após a liberação dos portos brasileiros, com a vinda da corte portuguesa ao país, em 1808, a produção têxtil de estampados de algodão se amplia e a chita brasileira passa a ser o “tecido do povo”, se popularizando entre ex-escravizados e população mais pobre. A chita brasileira era um tecido mais simples, com, no máximo 4 cores, e base de morim. Esta relação com a chita é importante para entender que os espaços ocupados por este tecido, especialmente do Brasil colonial, Império e início de República, pois isto irá se relacionar com a entrada dos *wax print* em terras brasileiras¹².

Wax print nos candomblés

Durante a Primeira Guerra Mundial, Inglaterra e Holanda exportam seus *wax print* para Portugal e Brasil. Os *wax print* só chegaram ao Brasil em 1914 em Recife e Salvador, justamente devido sua similaridade com a chita. E um dos espaços intensamente ocupados pela chita, no qual o *wax print* é recepcionado, são os terreiros de candomblé, dividindo espaço com tecidos ocidentais, muitos de origem européia como o guipure, laise, richelieu, jacquard.

Associado à um movimento recente dentro do candomblé, a reafricanização, que vem desde os anos 1960 na região Sudeste do país, fez com que os tecidos vindos da África ganhassem um status de legitimação de uma estética identitária africana, no candomblé¹⁶⁴. Neste movimento de reafricanização foram formulados documentos, como o *Manifesto das*

¹⁶³ LIMA, Celso. “Uma chita brasileira?” 23 fev. 2016. *Celso Lima Estamparia*. Disponível em <http://celsolima.zip.net/arch2016-02-21_2016-02-27.html>. Acessos em 09 set. 2019.

¹⁶⁴ PRANDI, Reginaldo. “Referências sociais das religiões afro-brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização”. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 151-167, jun. 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71831998000100151&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 09 set. 2019.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

Ialorixás de 1983¹⁶⁵, negando o sincretismo com o catolicismo, e o surgimento de terreiros que buscavam eliminar elementos tidos como ocidentais (no vestuário, a troca das saias volumosas por boubous/batas longas, por exemplo), como o *Ilê Axé Oduduwa*, também criado nos anos 1980, em São Paulo¹⁶⁶. Com maior ou menor influência, o movimento de reafricanização inseriu não apenas ideologia de maior resgate das tradições africanas na religião, como elementos estéticos também.

Os *wax print* foram inseridos no vestuário de candomblé, de maneira mais intensa há poucos anos - em entrevista com confecções desta indumentária, como a Patuá Confecções e *Odó Iná* (Figura 3), em São Paulo, estas apontam maior uso dos *ankaras* há menos de três anos atrás. Isto foi impulsionado, entre outros fatores, pelos imigrantes angolanos, senegaleses e de outros países africanos que revendiam os tecidos no Brasil. Importante salientar a diferença de preços entre os *wax print* comprados aqui no Brasil, por meio desses revendedores autônomos - entre R\$80,00 e R\$120,00 peças de 5,5 metros por 1,15 metros¹⁶⁷ - e o preço pago nos mercados africanos, que é muito mais baixo. Por esta razão, muitos produtores de vestuário e sacerdotes de candomblé viajam com regularidade ao continente africano e trazem diversos produtos ao Brasil, inclusive tecidos.

¹⁶⁵ CONSORTE, Josildeth G. “Em torno de um Manifesto de Ialorixás Baianas contra o Sincretismo”. In: CAROSO, Carlos & BACELAR, Jéferson (orgs). *Faces da Tradição afro-brasileira: Religiosidade, Sincretismo, Anti-Sincretismo, Reafricanização, Práticas terapêuticas, Etnobotânica e Comida*. Rio de Janeiro, Pallas; Salvador, CEAO, 2ed., 2006, p.71-92.

¹⁶⁶ PEREIRA, Elizabeth Firmino. “Ilê Axé Oduduwa: o processo de reafricanização do candomblé no Brasil. Um estudo dos elementos formais e estéticos”. In: *7º CIEA - Congresso Ibérico de Estudos Africanos*, 2010, Lisboa. CIEA 7. Livro do 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos. Lisboa: Centro de Estudos Africanos - Instituto Universitário de Lisboa (CEA - IUL)., 2010. v. 01. p. 203-204.

¹⁶⁷ Preço médio entre revendedores no bairro da República, em São Paulo.

Fig. 3: Saia de *wax print*, confeccionada pelo ateliê *Odó Iná*, utilizada por ebômi em 2019, fotografada por Eduardo Cancissu no terreiro paulista Axé Ilê Obá.



Fonte: Instagram *Odó Iná*¹⁶⁸.

Considerações Finais

É certo que existem tecidos africanos que são associados ao culto aos orixás na Nigéria e culto ao Ifá na Nigéria e Benin, há séculos, muito antes da existência do *wax print*, como os tecidos *adires*¹⁶⁹, dos iorubás; ou as tecelagens em faixas, feitas em tear estreito, os *asó oke*¹⁷⁰. Porém, estes tecidos cada vez mais se reservaram à usos menores ou mesmo à venda para galerias europeias, devido ao alto custo e baixa produção, frente aos tecidos

¹⁶⁸ PRADO, Georgia. 5 ago. 2019. *Odó Iná*. Disponível em <<https://www.instagram.com/atelier.odoina/>>. Acessos em 09 set. 2019.

¹⁶⁹ Tecidos estampados por reserva, por meio de amarrações, costuras, dobras ou máscaras com pasta de amido, tintas em índigo (*lonchocarpus cyanescens*) formando padronagens utilizadas na Nigéria, Senegal, Mali, Benim e Gana.

¹⁷⁰ *Aso Oke* é o termo abreviado de *Aso Ilu Oke*, que é a roupa de cima. Também vendido no comércio como *Aso Ofi*, o tecido era produzido na região montanhosa da Nigéria. Esta tecelagem está mais presente nas culturas iorubás do Sudoeste da Nigéria: Oyo, Iseyin, Saki, Okeho, Ibadan, Lagos, Osogbo, Ijebu Ode, Abeokuta, Owo e Ado Ekiti.

industrializados *wax*. Importar um tecido *wax print* comparado à um *adire*, *kente*¹⁷¹, *bogolan*¹⁷², *kuba*¹⁷³ ou outro tecido manual da África ocidental ou central possui diferenças cruciais quanto à custos e quantidades¹⁷⁴. Por esta razão, é possível encontrar tecidos artesanais africanos em pequenas peças mais decorativas (como é possível encontrar no terreiro de Oxumaré, em Salvador, um tecido congolês *kuba* exposto na parede do salão principal), mas para as roupas que demandam mais tecido, a escolha acaba se direcionando para os tecidos industrializados, como o *wax print*.

No candomblé brasileiro, os significados associados aos *wax print* em África se modificam. Cada estampa relaciona seu uso aos orixás que cada candomblecista incorpora pelas cores do tecido. Na figura 3, por exemplo, a estampa amarela é associada à orixá Oxum. Apesar do *wax print* não ser derivado da ancestralidade iorubá, jeje ou fon¹⁷⁵ - nações com relações diretas aos candomblés -, por seu processo fabril e por sua origem de encontros de múltiplas culturas, dentro da religião do candomblé este tecido ganhou significados de proximidade às culturas africanas não por seu passado ancestral, mas pela África contemporânea.

Isto reforça as afirmações dos antropólogos Mintz e Price¹⁷⁶ de que as similaridades formais estéticas entre África ocidental e as Américas são inovações recentíssimas, e fruto de trocas de influências que modificam as duas culturas de encontro, gerando uma nova.

Por isso, encerro este texto propondo uma nova visão de análise dos tecidos *wax print*, não como um tecido holandês em uma cultura negra (em África ou no candomblé brasileiro) ou como um tecido africano por seu uso e simbologias, mas como um tecido miscigenado, mestiço, tramado com fios indianos, holandeses, ingleses, ganeses, moçambicanos, angolanos, togolês, brasileiros entre tantas culturas que estamparam suas marcas neste tecido.

¹⁷¹ Na língua Fante, *kenten* significa cesto, nos remetendo à trama da tecelagem dos tecidos *kente*. Tecido de algodão e seda da cultura ashanti, feito em tear estreito, com fios de coloração amarelo, azul, verde, vermelho e utilizados, principalmente, pela corte dos ashanti.

¹⁷² *Bogolan* ou *bogoloanifi*, na língua bambara significa “feito com terra”. Tecido produzido no Mali, Guiné, Burkina Faso, Senegal e adjacências, de estamparia com óxido ferroso, retirado dos minérios encontrados no solo, folhas, frutos e casacas de árvores.

¹⁷³ Tecido em ráfia produzido com recortes e costuras de figuras geométricas, em tons terrosos, produzido pelos Kasai no Congo.

¹⁷⁴ GILLOW, John. *African textiles: color and creativity across a continent*. Londres: Thames & Hudson, 2003.

¹⁷⁵ Etnias de onde advém o culto dos orixás, voduns e nkises, que fundamenta a formação do candomblé brasileiro.

¹⁷⁶ MINTZ, Sidnei; PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

A Plaza de Bolívar como espaço de arte e memória na obra de Doris Salcedo

Barbara Mangueira do Nascimento¹⁷⁷

Resumo: Este trabalho discute a relação entre arte e memória do conflito armado colombiano a partir de três intervenções urbanas de Doris Salcedo realizadas na *Plaza de Bolívar*, em Bogotá. Em 2007, membros do parlamento do departamento de *Valle del Cauca* foram assassinados pelas FARC após cinco anos na condição de reféns. Salcedo organizou um ato coletivo na praça preenchendo o espaço com velas acesas pela população. Em 2016, realizou a obra *Sumando Ausencias*, que constituiu na reunião de pessoas na praça para costurar um tecido com nome das vítimas do conflito, mobilizando a população acerca do tema dos acordos de paz. Em 2019, outra obra foi realizada na praça, desta vez em parceria com a *Comisión de la Verdad: Quebrantos*, que constituiu na escrita ao longo de toda a praça de nomes de líderes sociais assassinados desde a assinatura dos *Acuerdos de Paz* de 2016.

Palavras-chave: arte contemporânea; memória; Colômbia.

Abstract: This paper discusses the relation between art and memory of the Colombian armed conflict from Doris Salcedo's three urban interventions at the *Plaza de Bolívar* in Bogota. In 2007, members of the Valle del Cauca department parliament were assassinated by the FARC after five years as hostages. Salcedo organized a collective act in the square filling the space with candles lit by the population. In 2016, she made the work *Sumando Ausencias*, which constituted the gathering of people in the square to sew a fabric named with the victims of the conflict, mobilizing the population on the theme of peace agreements. In 2019, another work was done in the square, this time in partnership with the *Comisión de la Verdad: Quebrantos*, which has written throughout the square names of social leaders murdered since the signing of the 2016 *Acuerdos de Paz*.

Keywords: contemporary art; memory, Colombia.

177 Doutoranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro com orientação da Prof^a. Dr^a Maria Paula Nascimento Araujo e bolsista do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq. E-mail para contato: barbaramanguieran@gmail.com

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

O conflito armado colombiano, ainda que tenha sido reduzido de forma considerável desde a assinatura dos Acordos de Paz entre o governo e as FARC em 2016, segue mobilizando esforços sociais e políticos acerca da leitura do passado e dos possíveis projetos futuros com intensa disputa no presente. Trabalhar com a memória deste conflito significa posicionar-se em um campo extremamente complexo e muitas vezes delicado. A artista colombiana Doris Salcedo, nascida em Bogotá em 1958, trabalha desde os anos 1980 com a temática. Utilizando como tema central em seu trabalho uma reflexão sobre a violência política (não apenas da história colombiana, mas também de outras histórias e por vezes de forma mais conceitual que estritamente narrativa), a artista hoje é considerada uma das principais expoentes da arte contemporânea latino-americana. Ainda que possua muitos trabalhos realizados para espaços fechados de galerias e museus, também é profícua sua produção para espaços públicos. Para este presente artigo será realizada a análise de três obras realizadas na *Plaza de Bolívar*, importante praça pública em Bogotá: *Acción de Duelo*, realizada em 2007; *Sumando Ausencias*, de 2016 e *Quebrantos*, de 2019.

Imagem 1: *Plaza de Bolívar*



Fonte: wikicommons

O local, no centro da cidade, concentra alguns dos principais edifícios do país, como o Palácio de Justiça, o Capitólio Nacional, o Palácio Liévano e a Catedral Basílica Metropolitana da Colômbia. O local, além disso, também foi marcado por um dos episódios mais marcantes do conflito: a tomada do Palácio de Justiça pela guerrilha M-19 em 1985 e a consequente ação violenta do exército para retomar o edifício. O massacre ocorrido nos dois dias de conflito também foi tema de outra obra de Doris Salcedo, *Noviembre 6 y 7*. Ainda que esta obra tenha sido realizada na praça (a artista fez uma intervenção no próprio Palácio, suspendendo cadeiras na parede externa do edifício), não contou com a intervenção direta da população na execução da mesma. As três obras apresentadas neste trabalho foram executadas por inúmeras pessoas que se encontravam no local. Esse elemento aponta um importante diferencial, pois marca a intenção da artista em transformar o trabalho de memória, e como veremos adiante, de luto, em uma ação coletiva, e não meramente fruto de um desejo individual. O contexto de realização de cada uma delas ainda aponta para o caráter de ação política das obras, pois em todos os casos havia uma pauta específica que a artista buscava mobilizar.

Andreas Huyssen considera que os trabalhos de Salcedo são como Esculturas da Memória, ou seja, obras que não estão centradas apenas em uma configuração espacial, mas também se inscrevem em uma dimensão de uma memória localizável e até mesmo corporal¹⁷⁸. Huyssen sublinha a distinção da prática de Salcedo em relação aos monumentos e memoriais, sobretudo pelo público ao qual se direcionam. De acordo com sua leitura, monumentos estão fadados a tornarem-se invisíveis, ou serem derrubados. Também existe a característica de que são feitos para articular a memória oficial. Já a memória vivida, escreve o autor, é sempre localizada nos corpos individuais, mesmo quando envolvem memórias coletivas, políticas ou geracionais. Andreas Huyssen escreve que os trabalhos de Salcedo se inserem em uma problemática mais ampla que é a reestruturação do senso de espaço e tempo em nossa época, vinculando o apagamento do passado à materialidade das coisas e dos corpos no tempo e no espaço. Segundo o autor, o trabalho de Salcedo desafia a crescente espetacularização da cultura da memória e sua obsessão com lugares públicos de comemoração, monumentos e memoriais. O autor escreve que o trabalho de Salcedo expressa uma desconfiança em relação aos mecanismos de memória pública que, por buscarem uma excessiva estetização ou críticas políticas diretas, muitas vezes estão também fadados ao esquecimento. Entretanto, essa crítica não se dá pelo abandono da busca por um trabalho

178 HUYSSSEN, Andreas. *Present Pasts – Urban Palimpsests and the Politics of Memory*. Stanford: Stanford University Press, 2003.

crítico com a memória, mas é justamente o contrário, uma tentativa de superação dessas falhas e de localizar isso também na esfera pública.

Em um país assolado por mais de cinco décadas de conflito, com um número exorbitante de mortos, torturados e desaparecidos¹⁷⁹, as disputas por narrativas de memória são muito intensas e mobilizam diversos setores da sociedade. Ainda em curso, esse período pode ser caracterizado por aquilo que se convencionou chamar por História do Tempo Presente. Ainda que seja possível identificar interesses sociais e políticos em trabalhos com períodos mais longínquos na história, é nesse campo que esses problemas se tornam mais intensos e exacerbados. Essa categoria, segundo Marieta de Moraes Ferreira¹⁸⁰, tem como pressuposto a existência de testemunhos vivos que podem a qualquer momento questionar e disputar as narrativas construídas pelos historiadores. Fruto de intenso debate sobre a relação entre história e memória, testemunho e historiografia, a história do tempo presente evidencia a “construção dos atores de sua própria identidade e reequaciona as relações entre passado e presente ao reconhecer, de forma inequívoca, que o passado é construído segundo as necessidades do presente, chamando a atenção para os usos políticos do passado”¹⁸¹. Como escreve Henry Rousso¹⁸², a relação que as sociedades contemporâneas estabelecem com o passado recente é marcado pela conflituosidade que acaba levando o trabalho com este à condição de “problemas a ‘gerir’”, como um campo da ação pública que transforma os próprios historiadores em atores de uma história que está se fazendo¹⁸³. Sabemos que os modos como a memória e a história são articulados, principalmente quando trata-se de espaços públicos e institucionais, muitas vezes servem a objetivos específicos.

Imagem 2: *Acción de Duelo*

179 Em 2013 o Centro Nacional de Memoria Histórica publicou um importante informe fruto de extensa pesquisa documental, chamado “¡Basta ya ! Colombia: memorias de guerra y dignidad”. Neste documento é possível encontrar dados por períodos, tipos de violência, por grupo armado e etc. GMH. *¡Basta ya ! Colombia: memorias de guerra y dignidad*. Bogotá: Imprenta Nacional, 2013.

180 FERREIRA, Marieta de Moraes. “Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil”. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, . 10, n. 23, p. 80 – 108, jan/mar. 2018.

181 Ibidem.

182 ROUSSO, Henry. *A última catástrofe*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

183 Ibidem. p. 30.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira



Fonte: Museum of Contemporary Art of Chicago

Salcedo não busca se posicionar nesse campo de tensões de forma supostamente neutra ou impessoal. Sem receio em advogar por um projeto específico de paz, que muito tem de proximidade com o governo de Juan Manuel Santos (presidente entre 2010 e 2018), a

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

artista se utilizou muitas vezes de parcerias institucionais e se manifestou defensora de medidas políticas do governo, tal qual os esforços para construção e assinatura dos acordos de paz com as FARC em 2016. É notória a adesão de Salcedo a um projeto que se centra no processo de paz na reparação e escuta das vítimas. A atuação da artista foi impulsionada durante o governo de Santos, bem como dependeu em várias obras da parceria com o Estado para sua realização. Na leitura de cada obra individualmente, será possível identificar essas aproximações entre arte e ação política proposta pela artista.

Imagem 3: *Quebrantos*



Fonte: El País

Acción de duelo

No dia 29 de junho de 2007, onze deputados do departamento de Valle del Cauca, mantidos reféns pelas FARC desde 11 de abril de 2002, foram assassinados. Logo após a notícia ser divulgada, Doris Salcedo começou a organizar uma ação coletiva que veio a se realizar no dia 3 de julho. A obra, chamada *Acción de Duelo*, consistiu em uma ação coletiva de luto executada na Plaza de Bolívar, local onde a equipe da artista espalhou cerca de 24.000 velas, acendidas pela população que passava no local durante as seis horas em que transcorreu

a ação. Esta não foi a primeira obra da artista que buscou mobilizar a população em uma tarefa de luto. Em 1999, quando o jornalista e humorista Jaime Garzón foi assassinado por paramilitares, Salcedo organizou uma ação coletiva que consistiu em recobrir o muro da casa de Garzón com flores e transformando momentaneamente o local em um lugar de memória.

Em diversas entrevistas, Doris Salcedo reforça que o problema fundamental que pretende apresentar com sua obra, mais do que detalhar os eventos ocorridos, é a questão espacial das memórias. Compreendendo que os impactos da violência do conflito resultaram muitas vezes no apagamento de um lugar social para as vítimas, a artista ressalta a importância da arte como um espaço de levar tais memórias para um espaço coletivo, oferecendo, ainda que de forma simbólica, esses espaços que lhes foram negados¹⁸⁴. Salcedo centraliza essa atitude na importância da realização de tarefas de luto coletivo:

Trato de que mi obra sea una oración fúnebre y, a través de diferentes formas y materiales, articular una poética del duelo. Porque la estética que tiene la muerte refleja la ética que tenemos sobre la vida. Si las personas están muriendo sin que nos importe, ni sepamos sus nombres ni lo que han sufrido en ese trayecto horrible, eso denota una falta de ética enorme de nuestra sociedad. El duelo es lo que humaniza. Al hacer un ritual funerario, ganamos esa dignidad perdida¹⁸⁵.

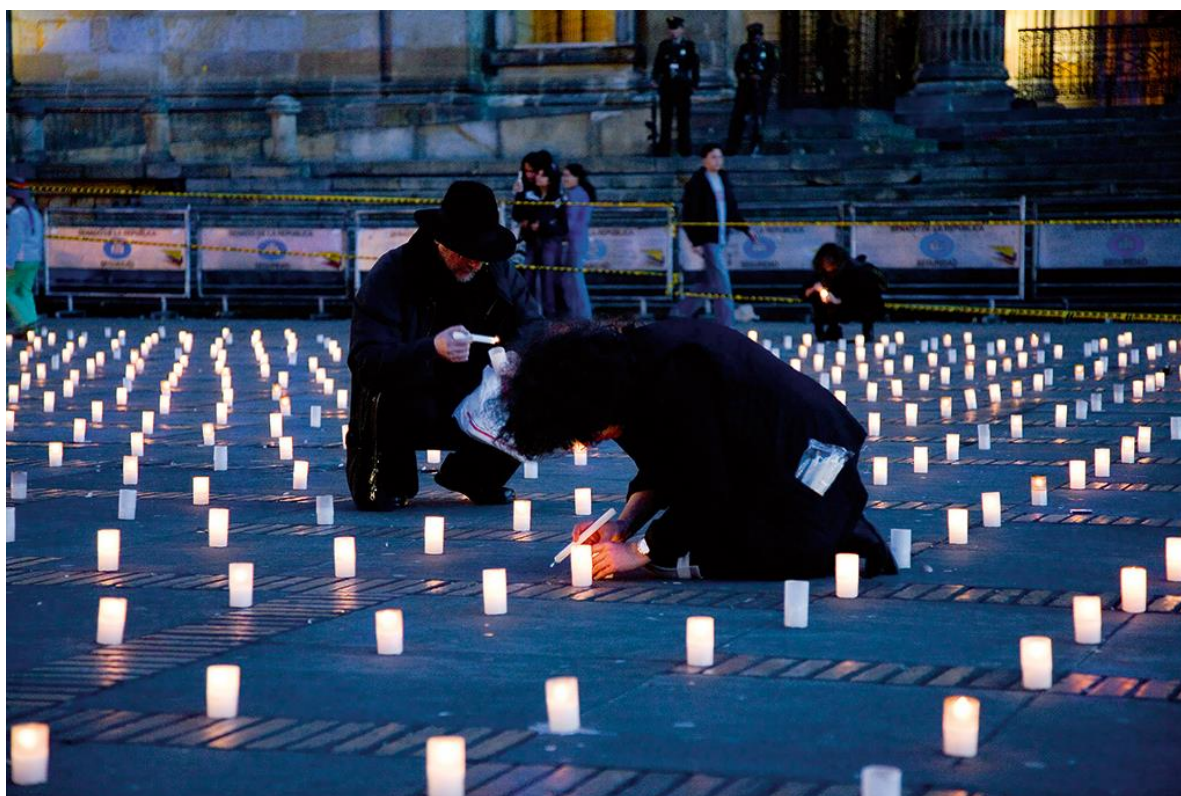
Ainda na mesma entrevista, Salcedo demarca a importância de que o luto seja pensado como algo político e social, e não restrito ao âmbito privado. Desta forma, a percepção de Salcedo sobre os processos de violência carrega uma forte marca da relação das pessoas com os espaços, observando como essas histórias de violência criam fluxos de deslocamentos, exílios e fraturas no tecido do convívio social. Ao colocar seus trabalhos em relação com o público, sua preocupação está nos meios de dar espaço social a esse debate. A busca por um espaço de comunidade e comunicação após o reconhecimento de uma violência política, segundo Madaleine Grynstejn, foi a motivação que levou o trabalho de Salcedo para a esfera

184 Ver BASUALDO, Carlos; SALCEDO, Doris. "Interview." In: BASUALDO, Carlos; HUYSEN, Andreas; PRINCENTHAL, Nancy. *Doris Salcedo*. Londres: Phaidon Press Limited, 2000; MEREWETHER, Charles. "An Interview with Doris Salcedo". In: *Unland: Doris Salcedo*. São Francisco: New Work/San Francisco Museum of Modern Art, 1999.

185 "Trato de que minha obra seja uma oração fúnebre e, através de diferentes formas e materiais, articular uma poética do luto. Porque a estética que tem a morte reflete a ética que temos sobre a vida. Se as pessoas estão morrendo sem que nos importe, nem saibamos seus nomes nem o que sofreram neste trajeto horrível, isso denota uma falta de ética enorme da nossa sociedade. O luto é o que humaniza. Ao realizar um ritual funerário, ganhamos essa dignidade perdida". Tradução da autora. SALCEDO, Doris. In: EL PAÍS. *El Duelo Colectivo de Doris Salcedo*. Disponível em: https://elpais.com/cultura/2017/09/24/actualidad/1506279543_990680.html.

pública¹⁸⁶. A questão passa a ser a de uma formulação de ações públicas, lidando com um questionamento sobre as possibilidades de realizar tais ações. Sem desconsiderar a importância de outras ações relacionadas à memória e reparação das vítimas (como os memoriais oficiais – mesmo quando criticados, os julgamentos, acordos e etc.), Salcedo destaca a importância da arte nesse debate para colocar questões e instigar a discussão no âmbito social.

Imagem 4: *Acción de Duelo*



Fonte: Museum of Contemporary Art of Chicago

Portanto, ao relacionar arte e memória, Salcedo propõe um debate público sobre os processos de luto e esquecimento, a partir da compreensão de que a história de tal violência deve ser confrontada com um exercício coletivo e não apenas cristalizada pelas narrativas oficiais ou encerradas em memórias privadas. A eleição da *Plaza de Bolívar* como local privilegiado para desenvolver esse trabalho apenas reforça a intenção em avançar esse debate para além dos círculos estritos da arte de galerias e museus.

186 GRYSZTEJN, Madaleine. “Introduction”. In: GRYSZTEJN, Madaleine; WIDHOLM, Julie. *Doris Salcedo*. Chicago: Museum of Contemporary Art / The University of Chicago Press, 2015.

Sumando Ausencias

No dia 11 de outubro 2016, outra ação de luto se chamou *Sumando ausencias*, na qual milhares de pessoas se reuniram, também na *Plaza de Bolívar*, para costurar 2.000 pedaços de tecidos com nomes das vítimas de violência do conflito armado. A obra foi executada logo após o resultado do plebiscito realizado pelo governo sobre a proposta de Acordo de Paz com as FARC. A resposta negativa levou Salcedo a organizar a obra, visando mobilizar a população acerca da importância em estabelecer os diálogos para a paz. O resultado dessa construção delicada e trabalhosa foi uma grande mortalha branca que cobriu toda a extensão da praça.

Imagem 5: *Sumando Ausencias*



Fonte: *El Espectador*

Imagem 6: *Sumando Ausencias*



Fonte: *El País*

Quebrantos

Em junho de 2019, por ocasião da inauguração dos trabalhos do programa *Diálogos para la No Repetición* da Comissão da Verdade colombiana, Salcedo realizou na Plaza de Bolívar a obra *Quebrantos*. Desta vez, a obra consistiu na escrita dos nomes de 165 líderes

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

sociais assassinados desde a assinatura dos Acordos de Paz de 2016. Estes nomes foram selecionados de uma longa lista: mais de 470 nestes três anos. A artista também compõe o Conselho Assessor da Comissão da Verdade e convidou para a realização desta obra outros líderes sociais ameaçados para a confecção dos nomes.

Imagem 7: *Quebrantos*



Fonte: El Espectador

Considerações finais

A partir da análise da obra de Doris Salcedo, e também a partir de suas próprias declarações, podemos observar como a artista coloca em cena com sua produção a discussão dos exercícios sociais e coletivos da memória, do luto e do esquecimento, colocando também em evidência, ao oferecer com sua prática um contraponto crítico às demais formas de espacialização na esfera pública do exercício da memória, como os memoriais e monumentos, uma indagação sobre os limites e as possibilidades de reparação simbólica ou de restituição (ou instituição) de um lugar social para as vítimas, anteriormente negado ou extinto pelos atos de violência.

A violência política na América Latina é uma das problemáticas que marcam grande parte das dinâmicas sociais bem como as experiências dos sujeitos e constituição de suas subjetividades na história recente do continente. As características desse contexto também colocaram problemas específicos para as relações entre história, memória e as construções sociais acerca de ambas, seja pelo viés institucional, artístico e até mesmo educacional¹⁸⁷. Em entrevista, a artista define a Colômbia como um país onde a vida é constantemente interrompida pela violência¹⁸⁸, razão pela qual vê tanta importância em dedicar extensa parte de sua obra ao tema.

A dimensão coletiva da memória é o que marca o direcionamento público dos trabalhos de Salcedo. A artista diz que, ao colocar em cena memórias individuais de uma maneira coletivizada, é possível articular a memória individual com uma noção de memória pública e, sobretudo, destacar a importância de uma tarefa coletiva acerca da questão. Questionada em entrevista sobre a possibilidade de uma ética da memória quando muitas vezes há também uma necessidade de esquecimento (por parte da vítima ou da sociedade), Salcedo responde que lida com a ideia de memória a partir de suas contradições e aporias: a luta pelo direito a memória não é inseparável da necessidade de superação de um luto, na visão da artista. Em suma, diz que a maneira como busca confrontar a memória é começando justamente pela constatação tanto de sua necessidade quanto de seu fracasso¹⁸⁹.

Esse paradoxo localiza o trabalho de Salcedo em uma crítica ao lugar dos monumentos públicos no trabalho coletivo com a memória. A artista diz na mesma entrevista que considera os monumentos como locais que paradoxalmente condenam a memória ao esquecimento. Sabemos que os modos como a memória e a história são articulados, principalmente quando trata-se de espaços públicos e institucionais, muitas vezes servem a objetivos específicos. Todas as formas de lidar com o passado envolvem interesse, poder e exclusões¹⁹⁰. É preciso saber questionar a quem e a que interessa uma configuração ou outra, pois isso condiciona o modo como a memória da violência se coloca no tempo presente. Não estabelecer uma postura ingênua em relação ao processo de construção de espaços públicos de memória é

187 HERRERA, Martha Cecilia. "Narrativa testimonial, políticas de la memoria y subjetividad en América Latina. Perspectivas teórico-metodológicas". In: ECHANDÍA, Claudia P.; GÓMEZ, Álvaro Díaz; VOMMARO, Pablo (org.). *Acercamientos metodológicos a la subjetivación política: debates latinoamericanos*. Bogotá: Universidad Distrital Francisco José de Caldas: Clasco, 2013.

188 BASUALDO, Carlos. op. cit.

189 MEREWETHER, Charles. op. cit.

190 ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda. *História, memória e esquecimento: implicações políticas*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 79, 2007.

levar em consideração que, assim como o esquecimento, a memória também é muitas vezes utilizada como instrumento de poder por parte daqueles que visam estabelecer um controle político sobre forças antagônicas¹⁹¹. Em diversas entrevistas, Salcedo diz ser essa uma de suas preocupações ao produzir seus trabalhos: oferecer uma alternativa aos locais de memória oficiais e institucionais, sem desconsiderar, no entanto, que para as vítimas estes também sejam importantes. Como contraponto, Salcedo busca elaborar atos e gestos coletivos de luto e memória, como um sepultamento público no qual os corpos se recusam a desaparecer por completo¹⁹².

Essa intenção está em acordo com a percepção de que a condição para o trabalho de luto envolve a construção de espaços coletivos. Trabalhando com as memórias individuais de uma maneira coletivizada, Salcedo permite trazer para o debate social o fato de que, ao lidar com o contexto das vítimas de violência política, estas geralmente veem negado seu direito ao espaço coletivo de luto e memória. A artista busca com seu trabalho oferecer esse lugar, como um espaço crítico de interpretação e aberto à possibilidade de comunicação. Esse trabalho parte da compreensão de que a dimensão temporal das experiências passadas ocorre a partir de uma presença espacial no presente, colocando como uma relação indissolúvel aquela entre espaço, memória e experiência corpórea. Entretanto, diferente de uma leitura recorrente que simplifica o trabalho de Salcedo com certezas acerca da efetividade de tais práticas, é possível defender a hipótese, reforçada pelos questionamentos provenientes do campo da historiografia, de que mais do que tentar apaziguar tais memórias, o trabalho de Salcedo mira o constante questionamento e reatualização das mesmas, não como uma tentativa de ponto final, e sim de manter vivas as tensões.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda. “História, memória e esquecimento: implicações políticas”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 79, 2007.

BASUALDO, Carlos; SALCEDO, Doris. “Interview”. In: BASUALDO, Carlos; HUYSSSEN, Andreas; PRINCENTHAL, Nancy. *Doris Salcedo*. Londres: Phaidon Press Limited, 2000.

191 Ibidem.

192 PRINCENTHAL, Nancy. “Silent Seen”. In: BASUALDO, Carlos; HUYSSSEN, Andreas; PRINCENTHAL, Nancy. *Doris Salcedo*. Londres: Phaidon Press Limited, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes. “Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil”. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, . 10, n. 23, p. 80 – 108, jan/mar. 2018.

GRYNSZTEJN, Madaleine. “Introduction”. In: GRYNSZTEJN, Madaleine; WIDHOLM, Julie. *Doris Salcedo*. Chicago: Museum of Contemporary Art / The University of Chicago Press, 2015.

GMH. *¡Basta ya! Colombia: memorias de guerra y dignidad*. Bogotá: Imprenta Nacional, 2013. Disponível em

<http://www.centrodememoriahistorica.gov.co/descargas/informes2013/bastaYa/basta-ya-colombia-memorias-de-guerra-y-dignidad-2016.pdf> (acesso 26/07/19).

HERRERA, Martha Cecilia. “Narrativa testimonial, políticas de la memoria y subjetividad en América Latina. Perspectivas teórico-metodológicas”. In: ECHANDÍA, Claudia P.; GÓMEZ, Álvaro Díaz; VOMMARO, Pablo (org.). *Acercamientos metodológicos a la subjetivación política: debates latinoamericanos*. Bogotá: Universidad Distrital Francisco José de Caldas: Clacso, 2013.

HUYSEN, Andreas. *Present Pasts – Urban Palimpsests and the Politics of Memory*. Stanford: Stanford University Press, 2003.

MEREWETHER, Charles. “An Interview with Doris Salcedo”. In: *Unland: Doris Salcedo*. São Francisco: New Work/San Francisco Museum of Modern Art, 1999.

PRINCENTHAL, Nancy. “Silent Seen”. In: BASUALDO, Carlos; HUYSEN, Andreas; PRINCENTHAL, Nancy. *Doris Salcedo*. Londres: Phaidon Press Limited, 2000.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SALCEDO, Doris. In: EL PAÍS. *El Duelo Colectivo de Doris Salcedo*. Disponível em: https://elpais.com/cultura/2017/09/24/actualidad/1506279543_990680.html.

Vestir-se negra: construção ou consequência?

Beatrice Rossotti¹⁹³

Resumo: Este trabalho pretende apresentar algumas hipóteses da minha dissertação de mestrado. Na produção analisamos as vestes e adornos de mulheres negras na segunda metade do século XIX, no Rio de Janeiro e Bahia. Para tal montamos um *corpus* documental com 104 fotografias do período oitocentista, as quais aplicamos o método semiótico. Como resultado, mapeamos os aparecimentos de trajes e adornos na seleção de retratos e paisagens que contém mulheres negras e examinamos quais peças são registradas na série fotográfica. Partindo desse pressuposto construímos conclusões acerca do que seria o que intitulamos como “vestir-se negra” no período, não associando apenas aos ditames do que trajar, mas, também, às práticas das mulheres negras com as quais articulamos.

Palavras-chave: Mulheres negras, vestes, século XIX

Abstract: This paper intends to present some hypotheses of my master’s dissertation. In this production we analyzed the garments and adornments of black women in the second half of the nineteenth century, in Rio de Janeiro and Bahia. For this work we set up a documental corpus with 104 photographs from the nineteenth century, which we applied the semiotic method. As a result, we mapped out the appearances of costumes and adornments in the selection of portraits and landscapes that contain black women and examined which pieces of clothing are recorded in the photographic series. Based on this analysis we develop a term that we called “dressing-black” in the period, associating not only with the dictates of what to wear, but also with the practices of black women with whom they articulate.

Keywords: Black women, Clothes, Nineteenth Century

O presente artigo surge da apresentação na XIV Semana de História Política, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Evento no qual articulei algumas conclusões da

¹⁹³ Mestranda pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Bolsista CAPES. E-mail: rossottibeatrice@gmail.com

minha dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Ao longo da minha pesquisa para o desenvolvimento deste trabalho, me propus a analisar as vestes e adornos que as mulheres negras usavam ao longo do período do século XIX. Para tal, iniciei o meu trabalho montando um *corpus* documental, fruto de uma série com 104 fotografias que selecionei buscando articular os meus anseios sobre investigar como estariam vestidas as mulheres negras nas imagens do século XIX.

A cultura fotográfica no Brasil oitocentista se forma em diálogo com o modismo fotográfico advindo do continente europeu. No Brasil, o consumo se intensificou a ponto da historiadora Ana Maria Mauad¹⁹⁴ propor o título de “Império do Retrato,” ao país. Esse anseio pela novidade fica ainda mais latente pelo Brasil ter sido um dos primeiros territórios onde a notícia da invenção chegou (por volta de 1839, anunciada no *Jornal do Commercio*), onde houve uma grande disseminação da prática fotográfica¹⁹⁵ e o uso constante de grandes somas de dinheiro com recursos voltados para o universo da imagem instantânea, como uma grande quantidade de fotografias, aulas para membros da família imperial e mesmo um maquinário para D. Pedro II.

O consumo de fotografias não se restringia ao campo do pessoal. O recurso do registro de lugares longínquos e desconhecidos atendia também aos interesses dos governantes, que enxergavam naquelas imagens uma forma de divulgação de suas nações. No caso brasileiro, a exibição das imagens do país também se tornava uma artimanha da proposta de construir uma educação do olhar nacional e estrangeiro em relação ao Império. Visão esta que buscava valorizar suas belezas naturais em espaços internacionais de modo a construir a imagem de um Império tropical. No entanto, havia também espaço para exibir os principais centros urbanos do Império, dando enfoque nas construções arquitetônicas e associando-as ao avanço civilizatório que tais monumentos poderiam articular.

Outra modalidade de fotografias seria a dos retratos. Produção gerada em maior quantidade e que acabava por garantir o sustento cotidiano da maior dos fotógrafos, pois era a

¹⁹⁴ MAUAD, Ana Maria. Entre retratos e paisagens: as imagens do Brasil oitocentista. In: Marcondes, Neide e Belloto, Manoel (orgs.). *Turbulência cultural em cenários de transição: o século XIX ibero-americano*. São Paulo: Edusp, 2005.

¹⁹⁵ MAUAD, Ana Maria; MUAZE, Mariana; LOPES, Marcos Felipe de Brum. Práticas fotográfica en el Brasil moderno: siglos XIX y XX. In: MRAZ, John; MAUAD, Ana Maria (orgs.). *Fotografía e História en América Latina*. Montevideo: Intendencia de Montevideo/ Centro de Fotografia de Montevideo, 2015, p. 77-122.

mais consumida pelo público em geral. Segundo Turazzi¹⁹⁶, o retrato carregava a necessidade de singularidade pautado na representação individual e teve um consumo amplo no Oitocentos. Com a invenção do carte-de-visite que fazia com o que fotógrafo pudesse produzir até oito cópias da imagem ao mesmo tempo e rapidez de produção, houve um barateamento do produto e, conseqüentemente, o seu consumo por diferentes classes sociais.

No caso da modalidade do retrato, houve variações de usos, funções e formas de consumo. Os retratos voltados para a construção de sociabilidades e memórias individuais e familiares, eram, em geral, tirados em estúdios, pagas pelo próprio retratado ou sua família, que se apresentavam como clientes diretos, e tinham como destino os álbuns e coleções de família. Os retratos denominados de “typos humanos” eram produzidos por profissionais e ateliês consagrados para serem vendidos ao público interessado nos “tipos exóticos” do Brasil. Em sua maioria, retratando homens e mulheres escravizados e libertos com vestimentas e objetos que denotassem suas funções e profissões, bem como trajes assimilados à sociedades africanas. Dentro dessa classificação também contamos com os retratos denominados antropológicos, que geralmente apresentavam corpos desnudados ou *seminus* de homens e mulheres negros. Sua circulação era entre os chamados homens de ciência da época e foram produzidos no contexto comprobatório das teorias evolucionistas e raciais.

Tomando como partida a ideia de que as fotografias de paisagens nos trariam cenas do cotidiano urbano, conseqüentemente, a presença de mulheres negras em seu dia a dia, para o *corpus* documental da dissertação, selecionamos esse tipo de imagem em conjunto com os retratos, em maior quantidade os produzidos nos estúdios fotográficos. Para o recorte espacial optamos por selecionar os territórios urbanos de Salvador e Rio de Janeiro. Espaços que compreendemos enquanto fundamentais nas esferas política, econômica e social do Brasil oitocentista. Dentre os aspectos que lhe conferem importância apontamos para o fato de serem as maiores cidades de população majoritariamente negra no Império.

Em nossa perspectiva, tal formação populacional é uma consequência da acentuada inserção de diferentes povos africanos nas Américas, entre os séculos XVI e XIX, através da diáspora e do tráfico transatlântico. Esse fenômeno intensificou as relações costa a costa entre o Brasil e o continente africano, em especial a região centro ocidental da África, sendo as matrizes haussás e iorubas mais fortes na Bahia e as banto no Rio de Janeiro. Desta forma,

¹⁹⁶ TURAZZI, Maria Inez. Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1899). Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

intitular esses espaços como cidades negras, segundo Sidney Challoub¹⁹⁷ é afirmar seu papel tanto como protagonista no recebimento dos escravizados advindos do continente africano (Araújo, 2006, p. 12), quanto da resistência negra frente ao sistema escravagista. Já que pensaremos esse quantitativo populacional para além de observadores passivos desse cotidiano histórico.

Para pensarmos as práticas fotográficas em seu apanhado geral devemos considerar também os seus contextos de produção, circulação, consumo, agenciamento (Fabris, 1998; Ulpiano, 2003). Pois assim, as compreendemos não somente como fontes, mas também como parte fundamental da problemática de nossa pesquisa. Esses espaços reunidos formam o que entendemos como o circuito social da fotografia. Logo, para além de uma questão conteudista perante as fontes históricas que trabalhamos, está a relação metodológica de como buscamos analisar essas imagens a partir destes aspectos.

Para este curto espaço de escrita trazemos como exemplificação o caso da necessidade de levar em consideração o contexto de produção. Ao Trabalhar com os profissionais que executam as produções fotográficas, Mauad¹⁹⁸ analisa o fotógrafo como um mediador atuante nas memórias sociais, por trazer uma parte do que incorporou de suas vivências aos espaços que circula. A seu ver, o resultado de uma foto não é simplesmente uma captura de uma fração do tempo, mas a soma de muitos olhares sobre esse espaço temporal e suas interferências sociais. Ao “mediar” essa memória social, o fotógrafo acaba sendo também um intérprete de códigos sociais. Ele se preocupa com o resultado material de seu trabalho e um deles é garantir que o público consumidor compartilhe dos mesmos códigos sociais que os registrados, para que a imagem seja socialmente inteligível e consumida.

O fotógrafo também tem a preocupação com a parte prática do manuseio e controle de uma máquina fotográfica, o que requer conhecimentos específicos em relação à mecânica do aparelho. Sem tais técnicas, as fotografias se tornariam imagens incapazes de serem entendidas em suas propostas e objetivos de produção. Ao não serem “entendidas”, deixariam de ser consumidas como produtos; e não seriam vendidas, o que é o objetivo primordial tanto dos ateliês fotográficos, quanto dos produtores por demanda. Logo, o uso destes códigos sociais é algo fundamental de ser apreendido e transmitido nas fotografias. Códigos estes de

¹⁹⁷ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2011.

¹⁹⁸ MAUAD, Ana Maria. *Entre retratos e paisagens: as imagens do Brasil oitocentista*. In: Marcondes, Neide e Belloto, Manoel (orgs.). *Turbulência cultural em cenários de transição: o século XIX ibero-americano*. São Paulo: Edusp, 2005.

padrões estéticos, temas, qualidade técnica, além de comportamentos, vestes, utensílios e paisagens articulados ao mundo ocidental, assim como ao ideário coletivo construído. O acesso a esses códigos se intensifica a medida em que há mais contato com os espaços que são interpretados enquanto centros de civilidade. Essa construção da fotografia como uma proximidade da esfera de assimilação ao “mundo civilizado” no caso das sociedades brasileiras oitocentistas busca parâmetros no Europa colonial.

No caso das fotografias que selecionamos a presença de mulheres negras se diferencia conforme o tipo de imagem. No caso das paisagens, o fotógrafo nem sempre tinha o interesse em retratá-las, o que as tornava elementos comuns junto à outros personagens. Diferente do caso dos retratos, tipo que tem a intencionalidade do ato de posar para o retratista como um elemento que o define enquanto categoria. Logo, a relação entre estes dois tipos nos apresenta um viés para analisarmos quais peças são encontradas em cada um desses espaços. O que na dissertação se mostrou como uma possibilidade para mapearmos estas aparições.

Analisamos esse diferencial proposital da aparição de mulheres negras nas fotografias como consequência das condições de marginalização que sofriam na sociedade imperial. O que tinha relação não somente com suas condições financeiras, mas também com a questão racial que procurava relegá-las à condição de subalternidade legitimada pelo sistema escravagista. Tais circunstâncias nos permite questionar quais os limites que essas mulheres enfrentavam no que competia à autonomia de suas escolhas sobre as formas de vestir-se no espaço de figuração da foto, seja no estúdio, seja nas ruas. Com base nessa reflexão, para esta pesquisa, defendemos que, mesmo que, no estúdio fotográfico, houvesse uma “estilização” ou “caricaturização” de como eram as indumentárias de mulheres negras no cotidiano, com o intuito de agradar ao mercado consumidor desse tipo de imagem, o mesmo não poderia se basear em algo totalmente fantasioso e fora de uma prática social. Era preciso de um referencial possivelmente comprovável, que se encaixasse no, já citado, código visual, e que fosse tangível à realidade social. Daí a opção metodológica deste trabalho de contrastar retratos de “tipos humanos” (que tinham como objetivo caracterizar determinado personagem do cotidiano escravista imperial para suprir uma demanda estrangeira pelo exótico, o diferente, da sociedade ocidental europeizada) com as paisagens e vistas das principais cidades negras do Império.

No estúdio, os retratos contavam com toda uma construção da *mise-en-scène*. Nele, a encenação dos sujeitos fotografados, bem como os padrões preestabelecidos, era fundamental

para uma boa produção fotográfica. Dentre os elementos que compõem as cenas das imagens de “tipos humanos”, podemos lidar com alguns aspectos interpretados enquanto exóticos por um público consumidor estrangeiro. Se tomamos a ideia de Mauad¹⁹⁹ de que “independente da modalidade do registro, foi o olhar do estrangeiro que nos enquadrrou, ao mesmo tempo em que educava o nosso olhar, para que nós mesmos pudéssemos nos mirar nos espelhos da cultura importada de seus países de origem”, a ideia de exótico, dialoga com a definição de Filipe Vicente, na qual o autor associa o elemento exótico à “artigos específicos ou ações que traduzem a veracidade etnográfica que atuam como marcadores culturais, que por sua vez, funcionam como metáforas.” O consumo desse exótico ficava por parte da necessidade de suprir as demandas por elementos “curiosos”, inusitados, perante o que os consumidores poderiam entender como comuns.

Logo, o que poderia ser interpretado de um modo mais comum aos que aqui moravam e conviviam com escravizados em seu cotidiano, passou a fazer parte de um universo do exótico para os estrangeiros que passavam por aqui ou que residiam na Europa e consumiam, a distância, informações de nossos territórios.

E o *locus* desse consumo de excentricidades estava ligada diretamente a retratação de tipos humanos. No caso das mulheres negras, encontramos muitas imagens que buscavam remetê-las aos trabalhos braçais, outras que as traziam com vestes e adornos suntuosos, indicando uma dada opulência, condição social e proximidade à práticas religiosas.

No entanto, ainda que seja para um consumo estrangeiro em sua maioria, apresentamos anteriormente a necessidade de pensarmos a fotografia na totalidade de suas práticas sociais. Sendo assim, ao analisarmos uma fotografia também devemos levar em conta a dinâmica da ida de uma mulher negra ao estúdio fotográfico que une diversos atos; desde a cooptação anterior do fotógrafo para casos de modelos para fotografias de tipos humanos, até a montagem do cenário de trabalho para o ápice do click da imagem. Assim como também contamos como se pensarmos na dinâmica da ida de uma mulher negra ao estúdio desde o contato prévio com o fotógrafo para a sua presença como modelo das fotografias de tipos humanos, até a busca da mesma para se retratar através de uma imagem que se relacionassem com o seu dia-a-dia de trabalho, todos esses trâmites estão atrelados ao entendimento da mesma como um objeto a ser exposto.

¹⁹⁹ MAUAD, Ana Maria. Entre retratos e paisagens: as imagens do Brasil oitocentista. In: Marcondes, Neide e Belloto, Manoel (orgs.). Turbulência cultural em cenários de transição: o século XIX ibero-americano. São Paulo: Edusp, 2005.

Ou seja, desde a orquestração da pose, até o tempo de espera, a opção dos objetos ou vestes/adornos que seriam usados nas imagens, tudo tinha um grau de escolha, por menor que fosse, daquelas mulheres pagas (para si ou para seus senhores) para serem referenciais nos retratos. Ainda que seus corpos estivessem lá para serem consumidos por terceiros. Por isso, no âmbito das vestes, mesmo que as roupas e adereços fossem dos estúdios, a posse e as escolhas vestimentais delas demonstrava a intencionalidade dos fotógrafos em retratar essas mulheres negras com a proximidade do que queria identificar enquanto costumeiro, sendo um corriqueiro que remetesse tanto aos dias de festividades quanto aos de trabalho cotidiano.

Ao longo de toda a nossa série fotográfica, encontramos objetos, padronagens de tecidos, formas de uso de roupas e acessórios que destoam do universo da moda ocidental, baseado em códigos europeus, assim como esses elementos europeus também aparecem, vestidos por estas mulheres negras, mas com adaptações ao serem incorporados por elas. Os modos e elementos que entravam em voga para a camada social abastada circulava pelos espaços também em meios de comunicação impresso, como jornais e revistas. No entanto, ao lidarmos com a parcela social feminina negra, essas regras não são seguidas à risca como se pretendia pelas demais agentes sociais brancas.

Inicialmente entendemos esse distanciamento como uma ausência de poder aquisitivo para consumir determinadas roupas e adornos. Porém, segundo Sheila de Castro Faria²⁰⁰ as mulheres negras forras eram a segunda parcela social que mais produzia testamentos. O que denota uma possibilidade monetária e, conseqüentemente, alguma margem de escolha sobre o que consumir e adornar seus corpos. Se isso era possível, como muitas delas, ao invés de copiarem os padrões abastados de demonstrativo de riqueza passavam a adaptar o que estava disponível ou gerar um mercado de consumo específico?

Um exemplo dessa construção mais específica fica a cargo do ideário da relação de mulheres negras com a caracterização de “baianas”. Imaginário perpetuado ainda hoje em manifestações culturais populares como desfiles de escola e afins. Partindo desse pressuposto modelar de um exemplo de olhar para a leitura destas mulheres negras, acabamos trazendo a tona também o intuito de homogeneizar a relação da imagem da mulher negra mais velhas às vestes de religiosidades de matrizes africanas e vendedoras de alimentos. Gerando assim um padrão único relacionado à uma baianidade socialmente forjada como unilateral. Aspecto este que é rompido quando trazemos as imagens das mulheres negras que comercializavam no Rio

²⁰⁰ FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras – riqueza e estigma social. *Tempo*, Niterói, v. 5, n. 9, p. 65-92, jul. 2000. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167018237005>. Acesso em: 17 set. 2017.

de Janeiro. Ainda que muitas delas, que mercadejavam nos territórios baianos, tenham participado de movimentos migratórios para a capital, principalmente, na segunda metade do século XIX, as imagens relacionadas ao Rio de Janeiro lidam com vestimentas menos carregadas de adornos e relações religiosas explícitas se compararmos com as retratadas na Bahia.

Por isso, em nossa análise identificamos essas formas de vestir nas fotografias e questionamos seus padrões, confecções, usos e funções. Da mesma forma, percebemos que o “vestir-se negra” se altera quando reproduzido nos retratos e nas paisagens, e em territórios distintos. Assim, apontamos que havia um diálogo das agentes estudadas com o universo de consumo e de valorização material das sociedades que participavam. Elas seriam como o elemento de veracidade para a produção das fotografias, o que abria mais um espaço de negociação para as suas atuações. Os fotógrafos precisavam de personagens negros para compor as suas imagens, assim como precisavam seguir os códigos visuais que estas mulheres negras acabam consolidando por meio de seus usos no dia a dia.

No momento inicial de nossa pesquisa, a nossa hipótese de que haveria um específico trajar de mulheres negras nos territórios do Rio de Janeiro e Bahia perpassava pela ideia de que seriam elementos distantes dos usos de mulheres branca, o que não se mostrou ao longo das análises. Desta forma, passamos a questionar quais eram os limites que as fotografias que selecionamos nos apresentam, dando direcionamento para refletirmos o que passamos a entender enquanto “vestir-se negra”. Para isso, fez-se fundamental o cruzamento entre as fotografias internas e externas, assim como as leituras que nos apresentaram as percepções do vestir-se como um ato de apresentação pública no circuito social da fotografia. O que também carrega as escolhas embasadas em anseios pela aquisição dessas imagens, inculcando, assim, as expectativas de demonstração, consumo e aprovação dos trabalhos fotográficos gerados.

Após o mapeamento, no qual levantamos os quantitativos e variantes das aparições de vestes e adornos na nossa série fotográfica, ainda que a hipótese inicial de encontrar um “vestir-se negra com um padrão inédito tenha sido corrompida. A proposta do uso de um modelo inicial de duas peças se perpetua, sendo rompida somente em 4 fotografias de estúdios, todas como retratos de amas de leite. Essas condições ilustram a possibilidade de aproximação intencional dos modos de vestes europeizados, ao interagirem mais estritamente com o universo abastado embranquecido. O investimento na roupa da ama que segurava a criança branca se justificava por seu possível lugar no álbum de família.

Ainda que o distanciamento das pessoas seja um obstáculo para análises mais detalhadas nas fotografias de paisagens, estas imagens demonstram a repetição da aparição do uso de vestidos em situações cotidianas. Como não podemos identificar as mulheres enquanto negras ou não, trazemos o uso do vestido no cotidiano como uma possibilidade reflexiva de consolidar a ideia desse uso pela parcela social abastada das mulheres brancas, mas que não necessariamente se repete nos casos de mulheres negras. Já que ao transpormos a nossa análise aos estúdios fotográficos, o uso de vestido por parte das mulheres brancas é geral, ou seja, diferente de algumas mulheres negras que fazem uso do vestido, as mulheres brancas não são registradas em uso público de duas peças. Sendo assim, ainda que não demos enfoque a análise e seleção de mulheres brancas na montagem de nosso *corpus* documental, ao longo da nossa pesquisa, ao ter contato com fotografias de mulheres brancas abastadas, não encontramos as mesmas usando duas peças, o que acaba consolidando a hipótese desse padrão como um modelo básico relacionado à mulheres negras.

Além da saia e blusa, o padrão diretamente relacionado às mulheres negras continha ainda os panos da costa e os turbantes, nesse mesmo esquema de uso unicamente por parte das mulheres negras. No entanto, ainda que estes itens tenham uma marcante presença, não os colocamos como básicos, pois seu uso variava quantitativamente, ou seja, não apareciam em todas as imagens. Entre os retratos, no caso dos panos da costa, percebemos que aparecem em 55 imagens, o que representa 53% do total. Já os turbantes foram encontrados em 50 fotografias, ou seja, 49% no montante dos retratos. Contudo, mesmo que com frequência menor do que das saias e blusas, denotamos estes itens como marcantes num padrão do “vestir-se negra” consolidado ao longo do Oitocentos por seu aspecto de uso exclusivo das mulheres negras. As variantes de confecções e usos dos turbantes e dos panos da costa também confirmam essa ideia de uma maior preocupação e leitura deles enquanto itens principais. Seja pelas múltiplas possibilidades de uso atribuídas às peças no trabalho, ou para fins de ornamentação, esses artigos estiveram forte presença em nossas fotografias, tanto pela demarcação social que traziam como pelo quantitativo de uso.

Além desse distanciamento entre os modos de vestir decorrentes dos padrões que circulavam nos espaços de determinação das modas, como revistas, modistas e demais círculos sociais, as diferenciações também ocorriam entre os itens e modos de vestir das próprias mulheres negras. O que poderia causar estranhamento se não tivéssemos a proposta de lidarmos com o protagonismo feminino negro. Logo, a variação dos modos e utensílios é

algo comum no cenário do vestuário, em todas as esferas e por que seria diferente desse estudo? Mesmo que lidemos com uma possível busca pela padronização quando tratamos de outros cenários de História e Moda, ao menos no período oitocentista, as roupas ou adornos não se repetiam inteiramente; o diferencial poderia ocorrer tanto pelo seu material, quanto pelo seu uso.

A caráter de análise, para a nossa pesquisa, optamos por fracionar, principalmente os retratos em duas categorias, que intitulamos sobriedade e opulência. No caso da categoria sobriedade, há a reprodução de cenas relacionadas às práticas de trabalhos majoritariamente comerciais, o que as aproxima das fotografias externas. Isso se repete em ambas províncias. As peças agregadas ao modelo básico, mais simples, possuem menos elementos que podemos identificar com maior investimento pecuniário, o que observamos também nas externas relacionadas ao cotidiano das mulheres negras. Ainda que os itens presentes nas fotografias se assimilem, o diferencial entre as províncias se apresenta na preservação das roupas que são relacionadas por essas mulheres.

Mesmo que seja um aspecto que não desenvolvemos ao longo da dissertação, vale uma observação de que a qualidade de preservação das vestes das mulheres representadas nas internas da categoria sobriedade no Rio de Janeiro é pior e, nos casos das imagens que associamos à representação dos tipos humanos, por trazerem legendas que identificam suas origens territoriais africanas,¹⁷⁰ essa condição se acentua, sendo uma exemplificação mais extrema desse dado que apontamos. Identificamos esse aspecto a escolha de retratá-las enquanto subalternas, sem maiores investimentos e preocupações com suas vestes. Na província baiana, a condição de preservação das roupas é mais aparente, os tecidos aparecem mais conservados, além de trazerem alguns aspectos que, em conjunto, podem ser articulados a opulência.

Na categoria opulência, iniciamos a análise dando destaque aos tecidos. A discrepância se constrói nas formas de confecção que se atribuem a cada província. Para o Rio de Janeiro, identificamos turbantes volumosos e estampados, panos da costa intencionalmente em destaque, saias volumosas e estampadas. Na Bahia, os destaques são as blusas de bordados mais trabalhados, panos da costa também marcantes, mas, principalmente, se prolonga e se diferencia com o conjunto de vestes que associamos às práticas religiosas da irmandade da Boa Morte.

Essas fotografias que demarcam a distinção da categoria de opulência na província baiana, têm não somente os tecidos como diferencial, mas, também, a presença de joias mais vistosas em conjunto com saias e panos da costa escuros, com tecidos volumosos e mais requintados. Mesmo não sendo um padrão que se repete em todas as fotografias dessa categoria, o maior diferencial quando equiparado à categoria opulência do Rio de Janeiro, fica por conta dessas imagens. Logo, a distinção baiana se apresenta principalmente nos adornos, bastante presentes na categoria, principalmente na relação com às chamadas joias de crioulas. Adornos que ilustram a ideia de construção de consumo exclusivo por parte de mulheres negras, como citado anteriormente. No entanto, esse comparativo com as vestes da Boa Morte são elementos que identificamos com fotografias que não fazem parte da nossa série fotográfica, por conta de sua contemporaneidade. E quando relacionamos os retratos internos com paisagens do período, a repetição do uso de joias de crioulas não se perpetua, com exceção da aparição de um colar em grande escala, em uma fotografada na praça Castro Alves, em Salvador, que praticava a venda de alimentos. Ao descolarmos para os estúdios, a presença dessas grandes joias fica a cargo exclusivo dos retratos que identificamos como similares à confraria da Boa Morte. Tal aparição religiosa não se repete no estado do Rio de Janeiro.

Nesse âmbito identificamos uma importante limitação de nosso trabalho, que seria a ausência de fotografias externas que não focassem em retratar somente as mulheres negras em seus momentos de trabalho. Tal falta nos impossibilitou averiguar as montagens de vestes e adornos da opulência, para além das relacionadas à religiosidade católica. Em contrapartida, esse intuito de retratar as mulheres negras em suas atividades comerciais nos concedeu confirmações sobre a categoria sobriedade.

Pois essas ausências direcionadas, sendo contrapostas com a abundância da presença de representações de práticas comerciais, apontam para confirmar a necessidade de uma verossimilhança com as vivências cotidianas. Já que a presença de mulheres negras nas práticas comerciais de sociedades brasileiras oitocentistas é expressiva. Ou seja, o caso de proximidade com usos opulentos de tecidos e joias volumosas faz também parte da ideia do consumo do exótico, diferente dos casos de sobriedades que em sua maioria registram práticas cotidianas. Seria uma espécie de estratégia para agradar a todos os públicos. Sendo assim, a referência no cotidiano existe, mesmo que no caso da categoria de opulência em ambas as províncias, haja um maior distanciamento por parte de elementos mais avantajados.

O que vem ratificar a nossa ideia de compreender os registros de estúdio também como mecanismos de atuação dessas mulheres sobre suas imagens. Portanto, o vestir-se negra ultrapassa a ideia de um modelo pré-definido que se repetiria de forma homogênea. O trajar nessa condição do feminino negro nos é apresentado como algo de maior validação e essas mulheres, por partilharem dos valores oitocentistas, tinham noção do que a fotografia representava em suas sociedades. Faziam do clique uma apresentação pública e, com isso, possivelmente uma proposta de interferência pessoal sobre seus corpos.

Contudo, o vestir-se negra foi se desenvolvendo ao longo da pesquisa como um modo prático e ainda mais mutável que os modos de vestir de outras parcelas sociais. Pois reúne vestes e adornos que ao mesmo tempo que tem seu modelo básico tangenciando o universo das mulheres brancas, também se distancia conforme os elementos variantes que são aglutinados e reinventados pelas mulheres negras. Duas peças, turbantes, panos da costa, bordados de richelieu, crivo, joias volumosas, fios de contas, rodilhas e outras peças se mesclam unicamente nesses corpos negros por escolhas que refletem práticas sociais do cotidiano dessas mulheres e tornam o “vestir-se negra” uma leitura possível, tanto para o período da segunda metade do século XIX, quanto para estereótipos subsistentes a posteriori.

Ao analisarmos as vestes e adornos que os corpos negros carregam ao serem fotografados, devemos ter em mente a ideia de Philippe Perrot de que o corpo biológico transmuta-se em corpo social, ou seja, estas pessoas também devem ser lidas como parte do contingente de mulheres, sem perder de vista a dupla coisificação de si. Estas não são somente mulheres, mas também negras, o que as obriga ao que Mary Helen Washington²⁰¹ identifica como a necessidade de “forjar uma identidade maior do que aquela que a sociedade lhe impõe”. Ou seja, a partir do momento em que identificamos os usos de vestes e adornos como escolhas que repercutem em possíveis interferências pessoais no modo como serão vistas pela sociedade, a ação do vestir-se torna-se um recurso de disputa. Também traçando a ideia de que essas mulheres ornavam seus corpos negros para e por disputarem as posses da construção de suas auto interferências.

Partindo da ideia de Patricia Hill Collins²⁰² do “poder da autodefinição”. Conceito com o qual a autora propõe a ideia de que as mulheres negras, enquanto grupo social,

²⁰¹ COLLINS, Patrícia Hill. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. In: HOLLANDA, Heloisa B. (org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 271-312.

²⁰² COLLINS, Patrícia Hill. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. In: HOLLANDA, Heloisa B. (org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 271-312.

acabavam por construir as suas identidades a partir de si mesmas. Ou seja, ainda que estejam inseridas em sociedades em que o poder de legitimidade esteja nas mãos da elite branca, perpetuam-se na proposta de autodefinição. Contudo, propor essa análise de autodefinição deve ser lida também com suas limitações. Pois tratamos de uma estrutura social escravagista, patriarcal e colonialista, que tinha como um de seus mecanismos de perpetuação a supressão das liberdades, e o corpo é um dos elementos materiais inseridos nesta lógica. Para isso, podemos pensar que as escolhas de suas vestes e adornos cotidianas teriam outros parâmetros femininos negros para serem escolhidas. O que se estende ao campo da história e moda com a proposta de auto definição como uma ruptura com a ideia de que os elementos vestuais não poderiam ser adaptados por elas em função de suas inserções pessoais nas sociedades existentes.

A proposta de pensar a autodefinição destas mulheres se relaciona com as novas alternativas que buscam refletir sobre a necessidade de a história da moda abordar em suas análises os vários componentes sociais e buscar mecanismos de heterogeneizar os agentes históricos com que trabalha. Mas para que haja essa ampliação faz-se necessário mostrar novas possibilidades documentais e metodológicas e acredito que o meu trabalho possa ser lido como uma alternativa dentro dessa proposta de inclusão de agentes sociais antes marginalizados.

Para isso, entendemos a necessidade, também, de ressignificar a participação dessas mulheres negras na construção do espaço social em que são inseridas. Não pensarmos mais como a ideia de uma cultura que seja acoplada a um universo americano formado, mas sim uma percepção de concomitância sociocultural. Sendo assim, utilizamos o conceito formulado por Lélia Gonzalez²⁰³, de *Amefricanidade*. Por compreendamos o uso do conceito afro Brasil como uma tentativa de englobar elementos lidos como africanos, a uma determinada “cultura brasileira”, optamos pelo conceito de amefricanidades buscando incorporar elementos diversos em novos modelos socioculturais que se desenvolvem nos territórios americanos dando respaldo para pensarmos as releituras que culminaram nas identidades desses territórios.

Lidando com novas possibilidades, acabamos finalizando a nossa pesquisa de mestrado deixando em aberto alguns questionamentos que também apontaremos nesse espaço. Com relação ao conceito de “vestir-se negra”, quais os demais padrões que se

²⁰³ GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da Amefricanidade. In: HOLLANDA, Heloisa B. (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Ed. Bazar do Tempo, 2019. p. 341-357.

formulam em outros espaços que receberam as escravizadas africanas? Poderíamos ampliar esse conceito de amefricanidade para outros territórios americanos, baseados nas leituras de vestes e adornos que desenvolvemos nos territórios baiano e carioca? Assim, podemos identificar essas variantes do trajar e a preocupação em representá-las ornamentadas com vestes e adornos característicos de mulheres negras como algo sintomático dos sistemas escravagistas de outros territórios? A reprodução de uma baianidade luxuosa relacionada à práticas religiosas se repete em outros espaços? Estaríamos aptos a articular uma rota de influências de modos do vestir-se que se relacionassem entre territórios dos continentes africano, asiático e europeu, trazendo suas contribuições a esse “vestir-se negra” nas Américas? Essas influências se repetiram em outros espaços para além dos americanos?

Essas e outras reflexões deixadas em aberto nos confirmam a ideia de que não podemos desarticular a reflexão sobre a História do Brasil das práticas relacionadas à diáspora africana. E isso incorpora quais vestes e adornos são escolhidos e utilizados por mulheres negras como uma forma de intervenção e presença de seus corpos em espaços que lhes eram intencionalmente renegados. Por isso o “vestir-se negra” deve ser analisado como uma possibilidade de leitura de práticas sociais dentro do sistema escravagista brasileiro, que nos permita questionar protagonismos unilateralmente eurocêntricos e trazer à tona outros possíveis espaços de atuação que mulheres negras precisaram construir.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira (et al.). *Cidades Negras: Africanos crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2006.

COLLINS, Patrícia Hill. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. In: HOLLANDA, Heloisa B. (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 271-312.

FABRIS, Anateresa (org.). *Fotografia: usos e funções no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998.

FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras – riqueza e estigma social. *Tempo*, Niterói, v. 5, n. 9, p. 65-92, jul. 2000. Disponível em: [em:<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167018237005>](http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167018237005). Acesso em: 17 set. 2017.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da Amefricanidade. In: HOLLANDA, Heloisa B. (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Ed. Bazar do Tempo, 2019. p. 341-357.

MAUAD, Ana Maria. Entre retratos e paisagens: as imagens do Brasil oitocentista. In: Marcondes, Neide e Belloto, Manoel (orgs.). *Turbulência cultural em cenários de transição: o século XIX ibero-americano*. São Paulo: Edusp, 2005.

MAUAD, Ana Maria; MUAZE, Mariana; LOPES, Marcos Felipe de Brum. Práticas fotográfica en el Brasil moderno: siglos XIX y XX. In: MRAZ, John; MAUAD, Ana Maria (orgs.). *Fotografía e História en América Latina*. Montevideo: Intendencia de Montevideo/Centro de Fotografia de Montevideo, 2015, p. 77-122.

SANT'ANNA, Mara Rúbia. *Teoria de Moda: sociedade, imagem e consumo*. São Paulo, 2016.

TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1899)*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira (et al.). *Cidades Negras: Africanos crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2006.

CARMO, Sura Souza. *Balangandãs: joias de crioulas dos séculos XVIII e XIX e suas ressignificações na contemporaneidade*. 2012. 83f. Monografia (Graduação em Museologia) - Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2012.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 oct. 2018.

CASTRO, Danielle Ribeiro de. *Photographos da Casa Imperial: A Nobreza da Fotografia no Brasil do Século XIX*. Londrina, Paraná. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DA IMAGEM, 4., 2013 2013, Londrina. Anais do IV Encontro nacional de estudos da imagem. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2013, p. 823-843.

_____. *Photographos da casa imperial: a nobreza da fotografia no brasil do século XIX*. 2010. 127 p. Monografia (Pós-Graduação Latu Sensu em história da Arte) - Fundação Armando Alvares Penteado - FAAP, Ribeirão Preto, 2010.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2011.

CIDREIRA, Renata Pitombo. *Boa Morte: imagens e simbologia*. In: _____ (org.). *As vestes da Boa Morte*. Bahia: Editora UFRB, 2015, p. 13-28.

CUNHA, Laura; MILZ, Thomas. *Jóias de Crioula*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

CUSTÓDIO, Ana Carolina de Santana. *Vestir e Marcar: A Construção visual da vestimenta das mulheres escravizadas no Brasil Imperial - Século XIX*. 2015. 174 f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2015.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder: em São Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ESCOREL, Silvia. *Vestir poder e poder vestir: o tecido social e a trama cultural nas imagens do traje negro (Rio de Janeiro – século XVIII)*. 2000. 206 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

FABRIS, Anateresa (org.). *Fotografia: usos e funções no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998.

FACTUM, Ana. Beatriz Simon. *Joalheria escrava baiana: a construção histórica do design de jóias brasileiro*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FARIA, Sheila de Castro. *Mulheres forras – riqueza e estigma social*. *Tempo*, Niterói, v. 5, n. 9, p. 65-92, jul. 2000. Disponível em: [em:<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167018237005>](http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167018237005). Acesso em: 17 set. 2017.

Festival Cinematográfico do Distrito Federal (1953-1959): a paisagem imaginada

Carlos Eduardo Pinto de Pinto²⁰⁴

Resumo: Entre 1953 e 1959, o Festival Cinematográfico do Distrito Federal foi gerido pelo Departamento de Turismo da prefeitura do Rio de Janeiro, visando incentivar atividades cinematográficas e turísticas na capital do Brasil e premiando produções cariocas que exibissem imagens da cidade. Porém, não eram apenas as películas que ajudavam a “vender” o Rio como destino turístico, sendo o festival acompanhado de intensa programação social, espalhada por bairros diversos. A proposta deste trabalho é listar e analisar as localidades privilegiadas pelos programas das sete edições do concurso, questionando-se sobre o modo como foram apresentadas pela imprensa durante a divulgação do evento. O conceito de *imaginação geográfica* é fulcral, permitindo compreender como se dava a (re)construção da urbe pela lógica dos imaginários.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; Festival Cinematográfico do Distrito Federal; imaginação geográfica; turismo;

Abstract: Between 1953 and 1959, the Festival Cinematográfico do Distrito Federal (Federal District Film Festival) was generated by the Rio de Janeiro’s Department of Tourism, encouraging film and tourist activities in the Brazilian capital, awarding carioca productions showing images of the city. However, it was not just the films that helped to “sell” Rio as a tourist destination, and the festival was accompanied by intense social programming, spread across diverse neighborhoods. My proposal is to list and analyze the privileged locations by the programs of the seven editions of the contest, questioning how they were used by the press during the publicizing of the event. The concept of geographical imagination is crucial, allowing us to understand how the (re) construction of the city occurred through the logic of the imaginary.

²⁰⁴ Doutor em História pela UFF (2013), é professor adjunto do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UERJ e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da UERJ (PPGH-UERJ). E-mail: dudachacon@gmail.com. A pesquisa que originou esse trabalho conta com bolsas de Iniciação Científica da FAPERJ e do CETREINA/UERJ.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

Keywords: Rio de Janeiro; Federal District Film Festival; geographical imagination; tourism;

O Festival Cinematográfico do Distrito Federal foi criado pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, durante a gestão do prefeito João Carlos Vital, por meio da lei n. 598, de 13 de agosto de 1951²⁰⁵, de autoria do vereador Raimundo Magalhães Jr. Os principais objetivos eram o incentivo ao desenvolvimento da indústria cinematográfica em solo carioca e o fomento da atividade turística na capital do país, motivo pelo qual a organização do Festival ficou a cargo do Departamento de Turismo do Distrito Federal. O parecer emitido pela Comissão de Educação e Cultura, composta pelos vereadores Raphael Quintanilha, Paschoal Carlos Magno, Anibal Espinheira e Mourão Filho, enfatizava o primeiro objetivo, afirmando que o cinema brasileiro vivia “sua hora mais difícil: a do desenvolvimento”²⁰⁶, o que justificava a decisão favorável à criação do Festival, concebido como uma iniciativa para estimular a produção nacional. Já a Comissão de Economia e Finanças, formada por Castro Menezes, Carlos Frias, Couto Souza, Índio do Brasil e Moura Filho, louvava o segundo objetivo, ao apostar que a iniciativa atrairia mais visitas para a cidade, uma vez que “um festival cinematográfico é ponto fixo de qualquer bom programa turístico”²⁰⁷.

Os Prêmios Municipais de Cinema, que deveriam ser entregues ao fim de cada edição do Festival, totalizariam Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros)²⁰⁸, distribuídos entre o melhor longa-metragem de ficção produzido no Distrito Federal (CR\$ 200 mil), o melhor diretor, ator, diretor de fotografia, argumentista, a melhor atriz e o melhor curta-metragem documentário (CR\$ 50 mil, para cada). Para garantir que os objetivos do Festival fossem alcançados, além de exigir que o local de produção dos filmes concorrentes fosse o Rio²⁰⁹, a lei também postulava que as obras deveriam ter algum apelo turístico. Por exemplo, precisariam tratar de “aspectos da vida carioca, de preferência os que suscitem a vontade de conhecer a Cidade ou debatam seus problemas com elevação e espírito construtivo”, conforme adendo ao prêmio a ser entregue na categoria de curta documentário. Ou, ainda, de acordo com o artigo 4º:

²⁰⁵ Derivada do projeto de lei n. 120, apresentado no mesmo ano.

²⁰⁶ Parecer sobre o Projeto de lei n.120, emitido em 25 de junho de 1951. Cópia disponível na pasta “Festival de Cinema do Distrito Federal”, da Biblioteca da Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

²⁰⁷ Idem.

²⁰⁸ Com fins de comparação, um exemplar do jornal *O Estado de São Paulo* custava CR\$ 1,00; o salário mínimo estava em CR\$ 1.200,00 e um filme médio brasileiro, como *Este mundo é um pandeiro* (Watson Macedo, 1947), dispndia em torno de CR\$ 800.000, 00.

²⁰⁹ Filmes produzidos fora do Rio ou do Brasil poderiam concorrer a menções honrosas.

É igualmente necessário que pelo menos 25% das cenas da película tenham sido filmadas no Distrito Federal ao ar livre ou em locais autênticos, de interesse turístico, tais como o Museu Histórico, o Museu Nacional, o Jardim Zoológico, o Aeroporto Santos Dumont, o Museu de Belas Artes, o Teatro Municipal, os grandes Hotéis, boites, piscinas, clubes esportivos, hipódromos, estádios, os quais devem ser identificados pelos seus próprios nomes.

A lei postulava ainda que a Comissão Julgadora deveria ser composta por um crítico de cinema, indicado pelo órgão de classe, e representantes da Academia Brasileira de Letras (ABL), da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT), do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), da Casa dos Artistas (CA), da Câmara de Vereadores e do Departamento de Turismo e Certames do Distrito Federal (DTCDF) – todos designados, em portaria, pelo Prefeito.

O período estipulado para a realização do I Festival era entre 1º e 15 de outubro do ano seguinte, 1952, o que não ocorreu. Em 10 de novembro desse ano, *O Globo* apresentou numa nota anunciando que o dia do cinema não seria comemorado, devido ao falecimento de Carmem Santos (atriz e diretora portuguesa, atuante no Brasil) e a um incêndio nos estúdios da Atlântida, a principal produtora de cinema do Rio naquele momento. Embora não sejam apresentados como causas do cancelamento do I Festival Cinematográfico do Distrito Federal (anunciado para dezembro), tais dados são pistas para compreender por que a primeira edição só ocorreria em 1953, após modificação de alguns pontos da lei de 1951.

A lei 773, de 5 de agosto de 1953, decretada na gestão do prefeito Dulcídio Espírito Santo Cardoso, trouxe algumas alterações pontuais, como o acréscimo de um membro do Departamento de Difusão Cultural do Distrito Federal à comissão julgadora, e outras que alteravam mais significativamente sua dinâmica. A principal, por certo, foi a que modificou o artigo 4ª, retirando a obrigatoriedade dos 25% de cenas com apelo turístico realizadas no Rio de Janeiro. A partir de então, esse percentual contaria pontos, mas sua ausência não impediria um filme de concorrer. Outro item modificado foi o período de realização, que passou a ser o último trimestre de cada ano, terminando preferencialmente em 5 de novembro, “Dia do Cinema Brasileiro”²¹⁰. A despeito de constar na lei, esta determinação nunca seria obedecida durante as sete edições de Festival.

²¹⁰ Atualmente, o Dia do Cinema Brasileiro é celebrado em 19 de junho, data da primeira filmagem realizada no Brasil, por Afonso Segreto, em 1898. A data de 5 de novembro marcaria a primeira exibição pública de cinema no país, além de ser o dia do nascimento de Moacyr Fenelon, cineasta brasileiro, conforme a reportagem Festival Cinematográfico do Distrito Federal, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 ago. 1953. Segundo Caderno, capa.

Concurso realizado “no afã de atrair turistas nacionais e estrangeiros”²¹¹, o Festival também se esmerou em criar ou alimentar imaginários sobre o Rio, por meio das atividades sociais programadas para suas edições, que complementavam as leituras da cidade plasmadas nas películas concorrentes. A abordagem dos edifícios e bairros, bem como das funções e adjetivos associados a eles, permite notar como se estruturava o conjunto de imagens associadas à cidade que acabavam por emergir dessas opções.

O conceito de *imaginação geográfica* é basal para a construção das reflexões apresentadas aqui. Os lugares podem ser apreendidos por meio de mecanismos objetivos e racionalistas, mas também são (re)construídos com base em imagens as mais diversas:

... de modo geral, interpretamos a imaginação geográfica como o mecanismo pelo qual as pessoas vêm a conhecer o mundo e se situam no espaço e no tempo. Ela consiste, em essência, de uma cadeia de práticas e processos pelos quais fatos geográficos são ordenados e geografias imaginárias são construídas²¹².

Embora os autores da citação estivessem pensando especificamente a respeito dos registros fotográficos, o conceito pode sem esforço ser estendido para outras formas de produção de imagem. O audiovisual, por exemplo, alia à potencialidade da imagem fixa a eloquência do movimento (ênfaticada pela montagem) e dos sons. De modo análogo, os textos jornalísticos, ao procederem a uma ordenação da cidade em sintonia com os programadores do Festival, terminavam por redesenhá-la, de modo a estabelecer associações entre lugares e ideias. Em ambos os casos, ocorria a interlocução com imaginários já constituídos, que poderiam ser reforçados ou combatidos.

Todas as edições do Festival foram abertas por visitas aos governantes do país e da capital, nas residências oficiais ou nas sedes administrativas. Os presidentes Getúlio Vargas, Café Filho e Nereu Ramos receberam empresários do ramo cinematográfico, técnicos e artistas no Palácio do Catete. Juscelino Kubitschek, que preferiu não continuar a usar o Catete, por conta da memória do suicídio de Vargas, recebia no Palácio Laranjeiras. Já os prefeitos do Distrito Federal acolhiam os mesmos grupos no Palácio Guanabara, no bairro de Laranjeiras. Alguns eventos ligados ao Festival ocorreram na sede da Associação Brasileira

²¹¹ As comemorações do cinema brasileiro. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 8 nov. 1953. Segundo Caderno. p.3

²¹² Schwartz, Joan; Ryan, James (eds.) *Picturing place: photography and the geographical imagination*. London: I.B. Tauris, 2003, p. 6. Livre tradução de: “...we have interpreted the geographical imagination broadly to be the mechanism by which people come to know the world and situate themselves in space and time. It consists, in essence, of a chain of practices and processes by which geographical facts are ordered and imaginative geographies are constructed”.

de Imprensa (ABI), que abrigava o Departamento de Turismo do Distrito Federal, e no Palácio Pedro Ernesto, sede da Câmara dos Vereadores, ambos na Cinelândia, Centro do Rio.

Nas descrições das atividades realizadas nos palácios, por vezes era reforçado o caráter oficial do evento, com discursos de políticos e figuras proeminentes associadas à indústria cinematográfica. Havia ocasiões, contudo, em que se reiterava o tom descontraído dos encontros. Ainda nesses casos, prevaleciam a política e os negócios, mesmo que realizadas em clima ameno. A repetição do termo “palácio” na nomenclatura dessas localidades já reforçava tal dimensão, ao mobilizar o sentido de “sede do poder” presente em suas origens etimológicas.

Outro sentido atinente ao termo “palácio” é o de fausto e monumentalidade. Embora também associado aos palácios listados acima, era no encerramento das programações do Festival que tal noção se fazia mais corrente. Afinal, as cerimônias de entrega dos prêmios foram realizadas em cinemas vulgarmente conhecidos como “palácios”: Cine Palácio, Pathé, Império, Metro, São Luiz e Azteca.

O Cine Palácio é apontado por Alice Gonzaga como o primeiro a ser digno da denominação que carregava no nome. Era uma das salas de Francisco Serrador, o empresário que, na década de 1920, iniciara a transformação da Praça Marechal Floriano, antigo Largo da Ajuda²¹³, no complexo de lazer que viria a ser apelidado como Cinelândia. Embora concentrado na praça, o empreendimento abarcava uma região mais ampla, se estendendo até o vizinho Passeio Público, justamente onde estava o Palácio-Teatro, antiga sala de espetáculos inaugurada no fim do século XIX. Adquirida por Serrador, passara por uma reforma para adequá-la às exigências técnicas do fim dos anos 1920, que englobavam sistema de som, ar-condicionado, alta capacidade de público e suntuosidade na decoração²¹⁴. Na década de 1950, a sala já era propriedade de outro empresário do ramo, intimamente associado ao Festival Cinematográfico do Distrito Federal: Luís Severiano Ribeiro Jr.

²¹³ A construção dos cinemas da região que viria a ficar conhecida como Cinelândia se deu no terreno deixado pelo Convento da Ajuda, edifício do século XVIII que sobrevivera ao “Bota Abaixo” de Pereira Passos no limiar do século XX, sendo incorporado pela Avenida Central, atual Rio Branco, e ali funcionando até 1911, quando foi transferido para o bairro de Vila Isabel, na Zona Norte do Rio. Na década de 1920, o empresário Francisco Serrador investiu na construção de um complexo de lazer no vasto terreno antes ocupado pelo convento, sobretudo voltado às atividades cinematográficas. Embora já fossem suntuosas nesse momento, as salas só receberiam o apelido de “palácios” na década seguinte, quando se consolidaria tal noção. Cf. GONZAGA, Alice. *Palácios e poeiras: 100 anos de cinemas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Record/FUNARTE, 1996.

²¹⁴ GONZAGA, Alice. *Palácios e poeiras: 100 anos de cinemas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Record/FUNARTE, 1996. p. 141

O Cine Império também era um dos empreendimentos de Serrador (construído por ele na Cinelândia e inaugurado em 1925) e o Pathé Palace, de 1928, havia sido construído pela família Ferrez, passando ao grupo Severiano Ribeiro na década de 1940²¹⁵. O São Luiz foi um investimento do Severiano Ribeiro para tentar descentralizar o circuito exibidor, sobretudo os “lançadores” – cinemas onde eram realizadas as grandes estreias. Considerada uma das salas mais modernas do Rio de Janeiro quando inaugurada em 1937, era uma resposta ao Metro, sala da na Cinelândia, empreendimento da M.G.M., um dos maiores estúdios norte-americanos, no circuito exibidor do Rio de Janeiro²¹⁶.

Além de utilizar o circuito da Cinelândia, o Festival reconheceu sua importância como lugar de memória da atividade cinematográfica na geografia imaginária da capital. Essa “cidadela do cinema” incrustada no Centro do Rio, foi reverenciada, tanto por conta de seu protagonismo nas cerimônias de premiação (descontadas inserções de salas da Zona Sul, como o Cine São Luiz e o Cine Azteca), como pela homenagem rendida a seu “arquiteto”, Francisco Serrador, na edição de 1958²¹⁷. Outra atividade associada à Cinelândia foi a visita ao recém-inaugurado Museu Carmem Miranda²¹⁸, embora sua localização²¹⁹ não fosse exatamente a Cinelândia, mas suas mediações, na Praça do Congresso. Construída dois anos antes para receber o 36º Congresso Eucarístico, por meio de um aterro que ia da Igreja de Santa Luzia ao Passeio Público, a Praça fora o destino da primeira exposição do acervo de Carmen Miranda, após uma negociação frustrada em prol da utilização de uma parte do edifício Mesbla, no Passeio Público²²⁰.

Junto às dimensões política e histórica (memorialística), o circuito social do Festival foi marcado pelo esforço de glamourização da atividade cinematográfica, por meio da associação com espaços e regiões muitas vezes identificadas com adjetivos que enfatizam suas características refinadas. Em menor número e intensidade, houve promoção de atividades

²¹⁵ MÁXIMO, João. *Cinelândia: breve história de um sonho*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1997. p. 77

²¹⁶ GONZAGA, Alice. *Palácios e poeiras: 100 anos de cinemas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Record/FUNARTE, 1996. p. 182

²¹⁷ VI Festival de Cinema do DF começou ontem: 11 filmes disputam 500 mil cruzeiros. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 nov. 1958. Segundo Caderno, p.5

²¹⁸ V Festival Cinematográfico do Distrito Federal/De 18 a 25 deste mês, a realização do certame, patrocinado pelo DTC. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 5 nov. 1957. p.8

²¹⁹ Na década seguinte, o Museu Carmen Miranda receberia uma nova sede no Parque do Flamengo, onde ainda está localizado.

²²⁰ Conforme cobertura do *Jornal do Brasil*, até um período próximo da inauguração ainda era esperado que o centro de memória fosse instalado no Edifício Mesbla. Pioneiras Sociais providenciam uma lei para objetos de Carmem. **Jornal do Brasil**, 24 ago. 1954, Primeiro Caderno. p. 11. A notícia da inauguração pode ser encontrada em Inaugurado ontem o “Museu Carmem Miranda”. **Jornal do Brasil**, 20 out. 1957, Primeiro Caderno. p. 8

populares, gratuitamente abertas ao público, em regiões menos valorizadas da cidade, como a Zona Norte.

No primeiro caso, vale destacar os bailes de gala, como o oferecido no Hotel Glória na primeira edição do Festival, em 1953, e o que teve lugar no salão nobre da Câmara do Vereadores, em 1958²²¹. Em matéria do *Jornal do Brasil*, o Hotel Glória foi descrito como o responsável por imprimir um cunho “aristocrático” e “elegante” ao festival²²². Por sua vez, o salão nobre da Câmara, além de igualmente refinada, ainda funcionava como um caso de cruzamento entre política e lazer, conforme comentando acima.

Havia também encontros em restaurantes e boates da moda, como o almoço oferecido pelas revistas *Cinelândia* e *Filmelândia* no Restaurante d'O Globo²²³ e o organizado pela Associação do Cinema Estrangeiro, na boate Au bon Gourmet²²⁴. Podem ser lidas, ainda, referências a uma festa no Clube da Chave e ao jantar de abertura da segunda edição do Festival, no Clube do Cinema, festa irradiada por diversas emissoras, “que prestam assim a sua cooperação ao maior brilhantismo do certame”²²⁵. Seguindo a mesma linha, uma das festas de encerramento ocorreu no “luxuoso Clube Monte Líbano”²²⁶. Por vezes, a descrição era inespecífica, como em uma nota sobre um evento no Clube Naval, abordado como uma “tarde de elegância na sede esportiva da ilha do Piraquê”²²⁷, o mesmo valendo para uma visita a lugares pitorescos do Rio, anunciada sem que as paradas do roteiro fossem precisadas²²⁸.

Outras atividades comuns nos programas do Festival era o páreo disputado no Jockey Club, batizado de “Prêmio Festival Cinematográfico do Distrito Federal”²²⁹. Em 1956, além do páreo, foi relatada também a recepção às candidatas ao posto de Miss Cinelândia, concurso

²²¹ VI Festival de Cinema do DF começou ontem: 11 filmes disputam 500 mil cruzeiros. **Jornal do Brasil**, 23 nov. 1958, Segundo Caderno, p.5

²²² As comemorações do cinema brasileiro. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 8 nov. 1953, Segundo Caderno, p.3

²²³ ANDRÉA, Zenaide, Fora de Foco. **Revista Cinelândia**, Rio de Janeiro, 1957. p. 75

²²⁴ Foi iniciado ontem o Festival de cinema do Rio de Janeiro. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 23 de nov. 1958. p. 10

²²⁵ O II Festival do Cinema do Distrito Federal. **A Noite**, Rio de Janeiro, 11 dez. 1954. p. 6. O Clube da Chave foi uma boate criada por Manoel Barcelos, radialista, e Humberto Teixeira, compositor, no Posto 6 de Copacabana. A ideia original era ser um clube fechado para 50 sócios, cada um com uma chave para acessar sua garrafa de whisky, o que inspirou o nome do estabelecimento. O sucesso foi tão grande que a ideia original não se sustentou e o clube passou a ser aberto e frequentado por muitos músicos, sendo um dos preferidos de Tom Jobim. Cf. CABRAL, Sérgio. *Antonio Carlos Jobim: uma biografia*. São Paulo: IBEP Nacional, 2008.

²²⁶ **Luta Democrática**, 29 nov. 1959. p. 6

²²⁷ A Marinha e o I Festival Cinematográfico. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 4 nov. 1953. p.7

²²⁸ VI Festival de Cinema do DF começou ontem: 11 filmes disputam 500 mil cruzeiros. **Jornal do Brasil**, 23 nov. 1958. Segundo Caderno, p. 5

²²⁹ Turf, Jockey Club Brasileiro. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 8 nov. 1953. p.11

organizado desde 1953 pela revista *Cinelândia* e pela produtora Atlântida, “visando a descobrir vocações e valores para o cinema nacional”²³⁰.

As “atividades elegantes” também ocorreram fora da capital, se estendendo a endereços refinados do estado do Rio. Há menções a um piquenique na praia do Anil, em Angra dos Reis²³¹, a um baile em Petrópolis oferecido pelos Servidores Cíveis do Brasil²³² e a uma viagem a Nova Friburgo²³³.

Tais eventos tinham o propósito de gerar bônus para seus promotores e para os estabelecimentos, simultaneamente. Entre os casos apontados, a parceria entre a Associação do Cinema Estrangeiro e Au bon Gourmet dá a dimensão exata desse arranjo, com a publicidade equitativamente distribuída entre a agência e a boate. Havia, porém, casos mais complexos, como o almoço no Restaurante d’O Globo, que, além de garantir propaganda para o estabelecimento e as revistas que propiciaram a confraternização, ainda beneficiava o jornal a que o local pertencia. Por fim, há o caso do Clube de Cinema, boate frequentada por “gente do cinema brasileiro, rádio e teatro”²³⁴, em que nem todos os beneficiados ficavam evidentes. Em sua coluna d’*O Globo*, Ibrahim Sued fez menção rápida ao baile de inauguração do II Festival no Clube do Cinema, afirmando que Orencio Tinoco, o proprietário, estava “muito eufórico”²³⁵. O mesmo personagem foi referenciado, na edição do Festival de 1958, como sócio e representante da Atlântida e de Severiano Ribeiro Jr²³⁶. Logo, ainda que a empresa não estivesse claramente citada, é ao menos provável que a indicação do Clube do Cinema como local do baile tivesse alguma conexão com esse fato.

Conforme apontado, nem só de *soirées* elegantes vivia o Festival. Embora em menor escala, algumas atividades descritas como “populares” eram previstas em suas programações. Como exemplo, vale citar o apoio da Associação de Cronistas Carnavalescos e do Cordão do Bola Preta, por meio da realização de uma domingueira com baile dançante em prol do Festival²³⁷. Ainda, um show na Quinta da Boa Vista, com a participação de Oscarito, Grande Otelo, Ivon Curi, Blackout, Risadinha, José Lewgoy, Marlene, Paulo Gracindo e Angela

²³⁰ O Jockey Club brasileiro homenageia as candidatas do concurso “Miss Cinelândia” de 1956. **Revista Cinelândia**, Rio de Janeiro, dez. 1956, 2ª quinzena. p. 64

²³¹ **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, 28 nov. 1958. p. 4

²³² Foi iniciado ontem o Festival de cinema do Rio de Janeiro. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 23 nov. 1958. p. 10

²³³ O estranho Festival. **Mundo ilustrado**, Rio de Janeiro, 12 dez. 1959, n. 103. pp. 49 a 53

²³⁴ DIAS, Gilmar. A verdade sobre o Clube do Cinema. **A Cena Muda**, Rio de Janeiro, dez. 1954, n.35/36. p. 63

²³⁵ SUED, Ibrahim. **O Globo**. 13 dez. 1954. p. 4

²³⁶ Organizadores do Festival de Cinema do Rio serão acusados por produtores. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 9 nov. 1958, Primeiro Caderno. p. 7

²³⁷ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 7 nov. 1953. p.8

Maria, entre outros. Embora não tenha sido localizada a programação do evento (não havendo um *setlist* de canções, por exemplo), nem matérias comentando sua realização, é fácil notar a escalação de um elenco composto por comediantes, atores e cantoras de rádio. A orquestra de Napoleão Tavares e seus “soldados musicais”, que havia participado de muitas gravações de sambas populares nas últimas décadas²³⁸, animaria o show²³⁹. Outra atividade popular foi um desfile no Maracanã, com carros (exibindo propagandas de filmes e produtoras), artistas e músicos, antes de uma partida entre Flamengo e Botafogo no Campeonato Carioca de Futebol²⁴⁰. Outra nota do mesmo jornal anunciava o evento, mas previa apenas um desfile com as atrizes que disputavam o prêmio de melhor atriz: Eliana, Mara Rúbia, Renata Fronzi e Virgínia Lane²⁴¹. Impossível não perceber o paralelismo desse evento com o desfile de “beldades” no Jockey Clube – o que os distingue seria, sobretudo, o caráter mais popular do estádio e do esporte a que dava abrigo.

Essa divisão entre atividades elegantes e populares reforça a geografia imaginária do Rio de Janeiro na década de 1950. Fica evidente que as regiões privilegiadas nas programações do Festival são o Centro e a Zona Sul. No primeiro caso, há destaque para as sedes do poder e para a Cinelândia. No segundo, são referenciados hotéis, clubes e restaurantes (e as residências oficiais, palácios do Catete, Guanabara e Laranjeiras). Na Zona Norte, prevalecem atividades associadas às camadas menos favorecidas economicamente, com destaque para o futebol, no Maracanã. Ainda que São Cristóvão seja considerado um dos bairros do Centro do Rio, está na entrada da Zona Norte e, mais que isso, “contribui” ao Festival com a Quinta da Boa Vista, reconhecido local de lazer popular, desde sua abertura à população em 1910 e, sobretudo, a partir da inauguração do Jardim Zoológico, na década de 1940²⁴². Aqui, não há utilização de adjetivos como “elegante” ou “glamuroso”: em seu lugar, está a ênfase na gratuidade das atividades. Ainda, é digno de nota o fato de que nenhum dos cinemas dessa região do Rio tenham sido utilizadas nas edições do Festival, o que deslegitima os bairros mais pobres como detentores de um circuito cinematográfico, apesar da abundância de salas de projeção.

²³⁸ NAPOLEÃO Tavares. In: DICIONÁRIO Cravo Alvin da Música Brasileira. Rio de Janeiro: Instituto Cultura Cravo Alvin, 2019. Disponível em: <http://dicionariompb.com.br/napoleao-tavares/dados-artisticos>. Acesso em: 11 nov. 2019.

²³⁹ Domingo, na Quinta da Boa Vista. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 nov. 1953. p. 10

²⁴⁰ V Festival Cinematográfico do Distrito Federal/De 18 a 25 deste mês, a realização do certame, patrocinado pelo DTC. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 5 nov. 1957. p.8

²⁴¹ **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 10 nov. 1957, 5º Caderno. p.5

²⁴² BRASIL, Hélio. *São Cristóvão: memória e esperança*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Prefeitura, 2004. p.110.

Ainda que a categoria “subúrbio” não seja mobilizada pelos periódicos, está subjacente a essas escolhas. Vale notar que, na cultura local, o termo “subúrbio” assumiu sentido diverso do que lhe é comumente atribuído na Europa e na América do Norte. Enquanto nessas regiões o subúrbio remete a uma vida confortável em casas espaçosas sem muros e cercadas por jardins, no Rio ele foi cunhado como oposição ao Centro e à Zona Sul, sendo empregado sobretudo para se referir aos bairros que margeiam a linha de trem da Leopoldina, mas não somente. Numa acepção mais ampliada, o subúrbio carioca está atrelado às Zonas Norte e Oeste (sobretudo, Jacarepaguá, Campo Grande e Zona Sul), e carrega uma série de estigmas:

As representações sobre o subúrbio carioca no jornalismo, na literatura, na dramaturgia mostram essa parte da cidade como um lugar de pobres sem a *finesse* dos bem-nascidos. As mulheres suburbanas são invariavelmente manicuras, cabeleireiras, babás, cozinheiras, operárias de fábricas; seus companheiros, machões grosseiros, malandros e ciumentos²⁴³.

Já na Zona Sul, ainda que haja pontos destacados na Glória, no Catete e no Largo do Machado (Hotel Glória, Cine Azteca e Cine São Luiz), na Lagoa Rodrigo de Freitas (Monte Líbano, Clube Naval) e na Gávea (Jockey Club), é Copacabana o bairro que ocupa a maior parte dos esforços de construção de um circuito elegante pelo Festival. Au bon Gourmet, Clube da Chave e Clube do Cinema, boates e restaurantes apontados como lugares refinados, ficavam no bairro. Desse modo, Copacabana era associada ao lazer elegante, excludente (diferente do lazer da Zona Norte) e nada “cultural”²⁴⁴, como bem sintetizou uma nota direcionada às moças interessadas nos convidados estrangeiros do Festival:

Atenção, garotas caçadoras de autógrafos. Dentro de mais alguns dias, para o Festival de Cinema do Distrito Federal, chegarão ao Rio algumas dezenas de artistas famosos no cinema do mundo inteiro. Onde encontrá-los? Praia de Copacabana, é claro. Não se arrisquem a esperá-los nos salões de exposições e conferências do Festival. Essa gente toda virá para conhecer o que lhes dizem ser a “wonderful beach”, afirmar que o filme tal é bom... e só²⁴⁵.

²⁴³ SOUZA, Ralf Ribeiro de. “As representações subalternas dos homens suburbanos”. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon; FERNANDES, Néilson da Nóbrega (orgs.). *150 anos de subúrbio carioca*. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj/ EdUFF, 2010. p. 226

²⁴⁴ As aspas indicam que o termo está referindo-se ao senso comum e, não, ao conceito de cultura. Claro que, a partir de uma perspectiva conceitual, atividades como festas, bailes e confraternizações poderiam ser tomadas como “culturais”, mas aqui desejo enfatizar o sentido mais divulgado, que remete às atividades capazes de agregarem lustro intelectual a seus praticantes – e que é uma das concepções possíveis a respeito das atividades cinematográficas.

²⁴⁵ Eles vêm aí. **Revista do Rádio**, Rio de Janeiro, 8 set. 1953. p. 18

Essa praia – e bairro – do Rio de Janeiro é, ainda nos anos 2010, reconhecida internacionalmente, atraindo um fluxo significativo de turistas, responsáveis por parte de sua circulação monetária. Embora hoje tenha perdido para Ipanema o posto de “a praia” por excelência no imaginário brasileiro e internacional, vivia, nos anos 1950, o seu auge como bairro onde se harmonizavam “modernidade e prazer de viver”²⁴⁶. Durante muito tempo, ditou ao resto do país “as novas modas do consumo: primeiro *fast-food* (1952), primeiro supermercado (1955), primeiras lojas de eletrodomésticos...”²⁴⁷.

Assim, esse que também foi o primeiro espaço a ser apropriado pelos habitantes da cidade como balneário, após sua intensa ocupação – catalisada pela especulação imobiliária nas décadas de 1940 e 1950²⁴⁸ – imprimiu ao estilo de vida carioca muitos dos adjetivos que lhe são aplicados até hoje e que podem ser ouvidos na célebre canção de Dorival Caymmi: “um bom lugar pra encontrar” e “passear à beira-mar”²⁴⁹.

De volta ao debate que abriu essas reflexões, baseadas na ideia de imaginação geográfica, vale se ater às palavras de Pierre Bourdieu:

O bairro chique, como o clube baseado na exclusão ativa de pessoas indesejáveis, consagra simbolicamente cada um de seus habitantes, permite-lhes participar do capital acumulado pelo conjunto dos residentes: ao contrário, o bairro estigmatizado desagrade simbolicamente os que o habitam, e estando privados de todos os trunfos necessários para participar dos diferentes jogos sociais, eles não têm em comum senão a excomunhão²⁵⁰.

Embora o “desenho” observado por meio da leitura das atividades relacionadas ao Festival, e do modo como foram apresentadas por periódicos diversos, não chegasse ao extremo de indicar uma “excomunhão”, como coloca Bourdieu, é certo que definia uma hierarquia. Centro e Zona Sul eram diretamente associados às atividades políticas e culturais cinematográficas, além de propiciarem o deleite com um lazer “refinado”, que distinguiria o Festival como uma celebração faustosa do cinema carioca; a Zona Norte, por sua vez, era representada como *locus* de atividades populares ligadas ao cinema, mas não propriamente “cinematográficas”, como a música e o desfile de atrizes antes de uma partida de futebol.

²⁴⁶ ENDERS, Armelle. *A história do Rio de Janeiro*. Tradução de Joana Angélica d’Ávila Melo, 2.ed. Rio de Janeiro: Gryphus, 2009. p. 261

²⁴⁷ Ibidem.

²⁴⁸ O’DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

²⁴⁹ *Sábado em Copacabana* (Dorival Caymmi).

²⁵⁰ BOURDIEU, Pierre. “Efeitos de lugar”. In: *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 166

Bibliografia

- BOURDIEU, Pierre. “Efeitos de lugar”. In: *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRASIL, Hélio. *São Cristóvão: memória e esperança*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Prefeitura, 2004.
- CABRAL, Sérgio. *Antonio Carlos Jobim: uma biografia*. São Paulo: IBEP Nacional, 2008.
- DICIONÁRIO Cravo Alvin da Música Brasileira. Rio de Janeiro: Instituto Cultura Cravo Alvin, 2019.
- ENDERS, Armelle. *A história do Rio de Janeiro*. Tradução de Joana Angélica d’Ávila Melo, 2.ed. Rio de Janeiro: Gryphus, 2009.
- GONZAGA, Alice. *Palácios e poeiras: 100 anos de cinemas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Record/FUNARTE, 1996.
- MÁXIMO, João. *Cinelândia: breve história de um sonho*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1997.
- O’DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- SCHWARTZ, Joan; RYAN, James (eds.) *Picturing place: photography and the geographical imagination*. London: I.B. Tauris, 2003.
- SOUZA, Ralf Ribeiro de. “As representações subalternas dos homens suburbanos”. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon; FERNANDES, Nélon da Nóbrega (orgs.). *150 anos de subúrbio carioca*. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj/ EdUFF, 2010.

A guerra Árabe-Israelense: entre a tragédia e a independência

Carolline Cardoso de Mello²⁵¹

Resumo: Duas são as narrativas de um mesmo evento: para os judeus, a Guerra Árabe-Israelense emerge como a Guerra de Independência, que tem seu início com a criação do Estado de Israel em maio de 1948, já para os palestinos, se apresenta como um diferente evento em sua história – *Al-Nakba*, a grande tragédia sob a qual foram submetidos. A fim de apresentar de que formas os processos de ruptura são por uns comemorados, e por outros rememorados, serão identificadas as relações e contrapontos entre a propaganda ocidental, a mídia israelense, as políticas do Censor Militar de Israel, as práticas militares e o desenvolvido serviço de inteligência israelense se opõem aos relatos individuais e coletivos de palestinos e à emergente mídia alternativa que vem noticiando os acontecimentos nos territórios palestinos ocupados como ferramenta contra-hegemônica, com o intuito de evidenciar a realidade dos acontecimentos, noticiando a história palestina e enfrentando o mito fundador e os abusos da memória.

Palavras-chave: Palestina; Israel; Memória.

Abstract: There are two narratives of the same event: for the Jews, the Arab-Israeli War emerges as the War of Independence, which begins with the creation of the State of Israel in May 1948, while for the Palestinians it presents itself as a different event in the palestinian history – *Al-Nakba*, the catastrophe that they were subjected. In order to present in what ways the disruption processes are both celebrated and recollected, this article will identify how the relations and counterpoints between the Western propaganda, the Israeli media, the Israeli Military Censor policies, the military practices and the developed Israeli intelligence service opposes to the individual and collective Palestinian reports and the emerging alternative media reporting on events in the occupied Palestinian territories as a counter-hegemonic tool, in order to highlight the reality of the events, reporting Palestinian history and confronting the founding myth and the abuses of memory.

²⁵¹ Graduanda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail para contato: carollinemello@id.uff.br

Keywords: Palestine; Israel; Memory.

Memórias, identidades e narrativas

Os movimentos de apropriação do passado como ferramenta política permite aos historiadores reflexões quanto às relações entre história e memória, fomentando a chamada história do tempo presente, isto é, o estudo dos discursos e usos do passado. Na presente análise, serão verificadas de que formas um mesmo evento histórico é responsável por fundar duas diferentes narrativas e, nesse caso, a própria ocorrência de falsificações, desvios e ocultações não resulta na desconsideração da memória e do testemunho, mas se apresenta como um conteúdo adicional à pesquisa, com os questionamentos sobre “o porquê das falsificações e dos usos políticos do passado no presente.”²⁵²

Os debates entre memória e história são responsáveis por oferecer novos meios de inteligibilidade do passado. Dessa forma, o passado é construído segundo as necessidades do presente, a fim de suprir os anseios de determinado grupo, coletividade ou sociedade como um todo. São os desejos do presente que definirão a releitura e perspectivas sobre o passado e a projeção do futuro, como retrata Menezes (1992), ao definir a memória como filha do presente.

A história, os fatos históricos, e a memória ocupam um lugar importante na formação das identidades individuais e coletivas, que não se se apresentam como categoria ociosa: são socialmente construídas através de inúmeros processos, muitas vezes colocando pessoas e grupos em conflito, ou pelo contrário, justificando conflitos já existentes. Assim, têm-se a necessidade de analisar as identidades e seus processos de formação como um movimento político e cultural que não é neutro, mas imbuído em questões políticas e ideológicas, estruturais, simbólicas, religiosas, e outros. A memória apresenta-se, ainda, como legitimadora da identidade. No contemporaneidade o Estado atua como maior produtor de memória, seja para construir a memória da nação, para legitimar o seu poder ou para dar sentido à vida dos cidadãos – aqui, apresenta-se a problemática da história oficial, ou das elites, que geralmente é responsável por causar confrontos entre diferentes grupos de interesse

²⁵² FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente: desafios*. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000. p. 11.

pela disputa de determinada narrativa histórica, ou seja, a memória coletiva depende do poder social do grupo que a detém.

De acordo com Ferreira (2002), a preocupação na utilização de testemunhos e memórias na construção de novas – ou na reconstrução de velhas – narrativas, representa o que seria uma expressão da contra-história, que procura “dar voz aos excluídos, recuperar as trajetórias dos grupos dominados e tirar do esquecimento o que a história oficial sufocara durante tanto tempo”²⁵³. Na recuperação da história dos excluídos a história assume papel contra-hegemônico, a partir do momento em que a memória atua como instrumento na construção de novas identidades e mudanças sociais.

Antecedentes

Não se pode falar em território, especialmente no contexto do Oriente Médio, sem falar sobre as disputas por terras. Aqui, o território será entendido como um espaço geográfico “dominado e/ou apropriado, cujas práticas sociais são focalizadas enquanto relações de poder”²⁵⁴. Assim, pode-se configurar a Palestina como um território em constante conflito, ocupada por diferentes povos que, ao longo dos milênios, instauraram uma contínua conjuntura de inquietações sociais, políticas e religiosas. Devido ao fato de ser uma região em posição estratégica e local de intenso tráfico, tanto comercial quanto militar, o território palestino é palco de grandes conquistas, que podem representar processos de resistência ou podem fazer parte de longas dinâmicas de expropriação e expulsão.

A propriedade territorial da Palestina, compreendida como sendo parte da Terra Prometida, suscita diversos debates relacionados à sua formação político-territorial, sem que haja unidade de pensamentos e teorias. Acerca desses, fica a contribuição de Spohr:

Mas então, de quem é a Terra Prometida, afinal? Os judeus se fixaram primeiro em Jerusalém, antiga cidade de Canaã, há pelo menos 4 mil anos. A invasão egípcia os obrigou ao exílio, de onde retornaram sob a liderança de Moisés. Durante a dominação romana, eles se dispersaram pelo mundo – a chamada diáspora. Em 635 d.C., com a expansão islâmica, os muçulmanos chegaram à região e lá permanecem até hoje. Somente em 1917, com a

²⁵³ FERREIRA, Marieta de Moraes. *História, tempo presente e história oral*. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002. p. 322.

²⁵⁴ HAESBAERT, R. *Territórios em disputa: desafios da lógica espacial zonal na luta política*. CAMPO - TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 9, n. 18, 11 jul. 2014. p.01.

Declaração Balfour, e posteriormente após a Segunda Guerra Mundial, os judeus de todo o mundo começaram a retornar ao Oriente Médio.²⁵⁵

Sob conjuntura da Palestina Otomana, no decorrer do século XIX, o Império Otomano introduziu uma série de mudanças e reformas políticas, burocráticas e administrativas em vários domínios, incluindo o educacional e judiciário. O objetivo dessas reformas era unificar e centralizar o governo em Istambul sob as forças locais e regionais nas províncias otomanas e para limitar o envolvimento de estados estrangeiros e seus cidadãos nos interesses internos do Império²⁵⁶.

Assim, em adição ao Código Fundiário de 1858 se encontra a Lei de 10 de junho de 1867, emitida sob pressão de potências europeias e que abre a possibilidade do investimento na Palestina, permitindo a aquisição de terras urbanas e rurais por parte dos cidadãos estrangeiros sob condição de igualdade para com as populações nos domínios do Império, e sob sujeição à jurisdição das leis otomanas em todas as questões referentes à propriedade. O período entre 1871 e 1922 é marcado por um fluxo intenso de migração e criação dos assentamentos judaicos na Palestina que é muito bem-sucedido, lançando bases para a expansão posterior. Assim, a agitação das compras de terra por parte dos judeus ocorre após a chamada “abertura para o Ocidente” possibilitada em 1867, e culminando na construção da relação entre árabes e judeus, que no momento estavam lado-a-lado, vivendo em terras quase comuns – pontua-se por muitos que é logo nesse momento que começam os conflitos modernos entre os dois expoentes grupos.

É necessário entender, portanto, quais são os motivos dos esforços e investimentos do povo judeu em terras palestinas. Como aqui já pontuado, o território palestino é marcado por disputas seculares que ao longo dos milênios vêm empreendendo conflitos pelo território, e o povo judeu não está à parte desta discussão. Muitos dos judeus dispersos para outros territórios durante a dominação romana e cristianização do território palestino alimentaram, ao longo de suas gerações, o desejo de retornar à Palestina – desejo esse concretizado, gradualmente, com a evolução do sionismo político. O sionismo político com sua concepção moderna nasce na Europa, nos finais do século XIX, num cenário de perseguições e

²⁵⁵ SPOHR, Eduardo. *O conflito árabe-israelense – ideologia, nacionalismo e cidadania no Oriente Médio*. Comunicação Social – Jornalismo. Pontifícia Universidade Católica - PUC-Rio de Janeiro – Departamento De Comunicação Social. Rio de Janeiro: 2002. p. 42.

²⁵⁶ SOLOMONOVICH, N., KARK. R., *Land Privatization in Nineteenth-century Ottoman Palestine*. Islamic Law and Society. 22-3, 2015. p. 222. (tradução nossa)

antissemitismo, tendo como líder fundador Theodor Herzl, famoso jornalista judeu, e possuindo como base o entendimento de que os judeus ao redor do mundo, através de ligações religiosas, étnicas, culturais e ancestrais formariam uma única nação, e como tal precisariam de um Estado para onde essa nação pudesse convergir para escapar do antissemitismo e preservar a cultura judaica²⁵⁷. A ferramenta utilizada para tal propósito seria, então, a migração e o povoamento da Palestina.

Para pensar a questão territorial e as relações com a terra durante a passagem do século XIX para o XX, num contexto das consequências da Lei de 10 de junho de 1867 e da transição da Palestina Otomana para a Palestina Mandatária, entram em questão a conjuntura da Primeira Guerra Mundial. Ainda durante a guerra, Inglaterra e França, considerando o nacionalismo árabe cada vez mais significativo no Oriente Médio, prometem a líderes locais que se entrassem na guerra, lutando aos seus lados contra o Império Otomano, lhes garantiam a independência imediatamente após o fim dos combates. Assim, em correspondências trocadas entre Henry MacMahon, alto comissário Britânico no Egito, e Hussein, Xerife e Emir de Meca, fica acordado a independência das terras árabes, estando a Palestina incluída entre os territórios discutidos no conteúdo das cartas, e em uma declaração conjunta, em 7 de novembro de 1918, as duas potências ratificam o acordo, afirmando que apoiariam a “completa e definitiva emancipação dos povos árabes e o estabelecimento de governos nacionais e administrações nas quais a autoridade deriva da iniciativa e da livre escolha das populações nativas.”²⁵⁸

Todavia, o acordo é desconsiderado. Em novembro de 1917, ou seja, em meio às promessas de independência dos territórios árabes, é lançada a Declaração Balfour, em correspondência onde Arthur Balfour, secretário britânico de Assuntos Exteriores, assegura ao Lorde Rotschild, banqueiro judeu inglês, o apoio britânico à causa sionista, afirmando que “o Governo de Sua Majestade se vê favorável ao estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu, e empreenderá seus melhores esforços para facilitar a conquista desse objetivo.”²⁵⁹

²⁵⁷ HOUAT, Stephan Fernandes. *A criação do Estado de Israel e um Estado único como solução dos conflitos*. Belém Centro Universitário do Pará. Belém/PA: CESUPA, 2006. p. 17.

²⁵⁸ *Anglo-French declaration*. 7 November 1918. apud UNITED NATIONS. *The Origins and Evolution Of The Palestinian Problem*. (tradução nossa)

²⁵⁹ *Balfour Declaration*. 2 November 1917. apud UNITED NATIONS. *The Origins and Evolution Of The Palestinian Problem*. (tradução nossa)

Assim, com a dissolução do Império Otomano ao fim da Primeira Guerra Mundial, a promessa de independência árabe é desconsiderada, e o período Mandatário na Palestina é estabelecido segundo o sistema de mandatos das Nações Unidas como um arranjo provisório, com o intuito de desenvolver o território sobre a tutela de uma “nação mais desenvolvida”, até que alcancem um estágio de desenvolvimento em que sua existência enquanto nação independente pudesse ser plenamente reconhecida, estando sujeita à administração da potência mandatária, no caso palestino, a britânica, até que estivessem em condições de se reproduzirem sozinhos.

O Mandato da Palestina foi estabelecido oficialmente em 24 de julho de 1922, sancionando a Declaração Balfour e incorporando a mesma à sua política. E assim como determinado pelo sistema das Nações Unidas, o período possui caráter temporário, desenvolvendo uma espécie de paisagem de “mudança através do tempo”, com ações de impacto, ainda que iniciais e reguladoras. No entanto, esse sistema de transição viria a ser responsável, mais tarde, por alterar profunda e talvez definitivamente importantes aspectos territoriais da paisagem palestina, com a criação do Estado de Israel, projeto sionista que se torna real, ocupando terras palestinas e dando um novo aspecto para o território.

Em 1947, após diversas tentativas de conciliação entre árabes palestinos e judeus, empreendidas pela administração mandatária, o governo Inglês chega à conclusão de que não haveria perspectiva de solução do conflito através de negociação entre as partes árabe e judaica, visto os decorrentes embates violentos e rejeições de propostas administrativas. Perante essa situação, a Inglaterra decide abdicar o seu papel enquanto potência mandatária, e entregar o problema da Palestina – criado ao longo de três décadas pela Declaração Balfour e pelo Mandato – para as Nações Unidas, sendo a Palestina, de todos os territórios árabes sob mandato britânico, o único que não obteve sua independência, devido ao comprometimento com o movimento sionista.

Entregue a questão às Nações Unidas, é formado o Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina, em maio de 1947, com a presença de diversos países e marcado pela discussão dos dois principais projetos de resolução: a partilha da Palestina em dois Estados economicamente unidos, mas politicamente independentes, e a formação de um Estado único, que oferecesse direitos e obrigações iguais a todos os seus cidadãos. Obtendo maioria dos votos, é decidido levar à Assembleia Geral da ONU a proposta da partilha, que tinha como objetivo formar dois Estados na Palestina. Em 27 de novembro de 1947, o Plano de Partilha é

aprovado, entregando 57% do território para 30% de uma população vinda de outro continente, e os 43% restantes do território para os 70% da população nativa²⁶⁰. É importante também ressaltar que os judeus eram proprietários de 5,6% das terras da Palestina e os árabes de 47,7%²⁶¹, sendo o restante constituído de terras públicas, ficando claro a parcialidade e incoerência da decisão.

Dessa forma, a Palestina era dividida em um “Estado Judeu” não-nomeado e um “Estado Árabe” não-nomeado. A Inglaterra recebe um prazo para se retirar do território, e durante o período de transição iniciado em novembro de 1947, as Nações Unidas assumiriam progressivamente a administração em todo o território, a ser exercida por meio de uma Comissão, permitindo uma gradual autoadministração até que o poder fosse entregue aos dois Estados no dia da independência, marcado como 1º de outubro de 1948.

Fica, portanto, a questão: ficaria o movimento sionista satisfeito com essa solução? O sionismo possuía como intenção a formação do Estado Judeu abrangendo toda a Palestina histórica, e contava com um conjunto de ideias, alianças internacionais, capital e força militar para o fazer, e assim o faz. Ao mesmo tempo, e levando em consideração a força com que vinha tomando o nacionalismo árabe no Oriente Médio, os árabes palestinos não aceitam a partilha, fazendo com que logo após a decisão fossem iniciados uma série de conflitos violentos em desacordo à proposta e às políticas de imigração, responsáveis por dar espécies de “avisos” aos palestinos para que saíssem de seu território, a fim de ceder lugar aos judeus que estavam migrando em massa para a Palestina.

A criação do Estado de Israel e a eclosão da guerra

Em 14 de maio de 1948, o Conselho do Povo Judeu – *Moetzet HaAm*, formado por representantes da Comunidade Judaica e do Movimento Sionista – reuniu-se e aprovou uma proclamação que declarou o estabelecimento do Estado Judeu em Eretz-Israel, como chamavam a Palestina, a ser conhecido como Estado de Israel. Um dia após o ato, o Alto Comissário Britânico na Palestina deixa o território, sinalizando oficialmente o fim do período Mandatário.

Israel é fundado e reconhecido pelos Estados Unidos de imediato. Na Declaração de Independência ficaria determinado que:

²⁶⁰ CATTAN, Henry. *Palestina e o Direito Internacional – Aspecto Legal do Conflito Árabe-Israelense*. Porto Alegre: Grafipar, p. 55.

²⁶¹ *Ibid.* p. 54

o Estado de Israel será aberto para imigração judaica e para a o recebimento de exilados; patrocinará o desenvolvimento do país para o benefício de todos os seus habitantes; será baseado na liberdade, justiça e paz como imaginado pelos profetas de Israel; garantirá liberdade de religião, consciência, língua, educação e cultura; respeitará os lugares sagrados de todas as religiões; e será fiel aos princípios da Ata das Nações Unidas.²⁶²

Um dia após sua criação, em 15 de maio, os exércitos do Egito, Jordânia, Síria, Iraque e Líbano, junto a voluntários da Arábia Saudita e Líbia, chegam ao território, juntando-se às forças palestinas contra as forças judaico-israelenses. No entanto, os governos árabes não estavam organizados ou preparados para se envolver na guerra, tendo em vista que muitos desses haviam há pouco adquirido sua independência, resultando em problemas de desestruturação, falta de recursos e armamentos e inexistência de uma força de comando, oferecendo vantagens às forças israelenses.

A primeira Guerra Árabe-Israelense, que ocorre entre maio de 1948 ao início de 1949 foi, na realidade, uma continuação das guerras civis entre palestinos e judeus que marcaram o domínio Mandatário, e que assumiram caráter mais intenso após a votação e aprovação do plano de partilha da Palestina, recusado pelos árabes palestinos. O fato de que os judeus aceitaram as condições da Resolução 181 não se faz, aqui, um argumento que corrobore sua carta de Independência, ao afirmar o compromisso de defender o “desenvolvimento do país para o benefício de todos os seus habitantes”²⁶³, visto que Israel é planejado e moldado segundo ideologia colonialista e de defesa de um estado etnocrático, no qual o grande objetivo era a restauração do Eretz-Israel.

O conflito se deu em três fases, cada uma seguida por tréguas²⁶⁴. Na primeira fase, período entre 14 de maio a 11 de junho de 1948, os árabes reivindicam Jerusalém, mas as forças israelenses obtiveram sucesso na defesa de seus assentamentos coloniais. Folke Bernadotte sob o cargo de mediador da ONU declara a trégua em 29 de maio, sendo esta acatada em 11 de junho e durando apenas 28 dias, até o início da segunda fase do conflito. Entre 8 e 18 de julho de 1948, as forças israelenses garantiram e ampliaram os territórios no

²⁶² *The Declaration of the Establishment of the State of Israel*. Official Gazette, No. 1 of the 5th, Iyar, 5708. (14 de maio de 1948) apud UNITED NATIONS. *The Origins and Evolution Of The Palestinian Problem*. (tradução nossa).

²⁶³ *The Declaration of the Establishment of the State of Israel*. Official Gazette, No. 1 of the 5th, Iyar, 5708. (14 de maio de 1948) apud UNITED NATIONS. *The Origins and Evolution Of The Palestinian Problem*. (tradução nossa).

²⁶⁴ BICKERTON, Ian J. *The Arab-Israeli Conflict: A History*. London: Reaktion Books, 2009. p. 80. (tradução nossa)

corredor entre Jerusalém e Tel Aviv, anexando ainda territórios ao norte, entre Haifa e o mar da Galiléia. A terceira fase, última e mais longa delas, ocorre de 15 de outubro de 1948 a 7 de janeiro de 1949, sendo marcada principalmente pela expulsão dos exércitos árabes e demarcação das fronteiras de Israel.

A Guerra Árabe-Israelense foi concluída com a assinatura de acordos de armistício entre Israel e os Estados árabes vizinhos que participaram do conflito. Israel ficou no controle de 78% da Palestina histórica – cerca de 50% a mais do que havia sido determinado pelas Nações Unidas durante o plano de partilha. Os 22% restantes foram divididos entre a Jordânia, que anexou a Cisjordânia, e o Egito, ocupando a Faixa de Gaza, ou seja, ao final da guerra, nenhum território fica sob governo palestino. Um território Palestino independente nunca foi estabelecida como previsto em 1947, e nenhum estado árabe reconheceu a existência de Israel.

A Guerra Árabe-Israelense recebe a nomenclatura de Guerra de Independência, se vista pelo lado judeu, que estabelece seu Estado e dá início ao processo de expulsão da população nativa, ou, para os palestinos, *al-Nakba*, a tragédia palestina, marcada pela forma sistêmica e oficializada de violência promovida por Israel, sendo contabilizados cerca de 750.000 refugiados palestinos ao final da guerra. O primeiro presidente de Israel, Chaim Weizmann, classificou o êxodo como uma “limpeza milagrosa da terra”, já que as tarefas de de Israel foram “simplificadas” com o evento – ou seja, o êxodo palestino como um adiantamento aos objetivos de líderes sionistas: ter o mínimo possível de árabes no estado judeu recém fundado.

Como apresenta Ian J. Bickerton, a guerra de 1948 consolidou a criação do Estado Judeu na Palestina, mas não resolve a luta entre ambos os grupos pelo domínio e posse da terra, pelo contrário, torna os enfrentamentos ainda mais espinhosos, sem resultados de paz satisfatórios. O êxodo palestino marca o início do problema dos refugiados, um dos principais elementos que se apresentam como resultado do conflito. Ainda hoje, muitos são os embates político-ideológicos motivados pela disputa da narrativa e memória da guerra, sendo esse o foco da seguinte discussão.

Descolonizando a tragédia

O campo da memória é peça central e indispensável para o entendimento dos motivos, projetos e intenções por trás dos diferentes sentidos depositados em um mesmo processo. Para os dois povos marcados por contínuos sistemas de opressão, ocupação e apagamento, cada processo com suas especificidades, o evento da Guerra Árabe-Israelense é elemento fundante e transformador da nova identidade palestina e judaica-israelense que surge em 1948, ano determinante para ambos grupos.

Para pensar sobre nacionalismos e memória através da relação entre território, povo, nação e etnia faz-se necessário observar os dois discursos – árabe e judeu – sobre a legitimidade do território. A premissa judaica pela defesa do território palestino como único e exclusivamente do povo judeu baseia-se na tradição, promessas e valores antigos, já que a diáspora significou, na visão dos israelitas, apenas um período de dispersão temporária, já que possuíam planos e projetos de retorno ao território.

Com os judeus dispersos pelo mundo, e introduzindo a presença árabe na palestina sob o contexto da expansão islâmica, pode-se verificar que não ocorreu a substituição entre populações diferentes, já que os conquistadores árabes-muçulmanos não expulsaram os habitantes nativos, nem mesmo ocorre a migração em massa de árabes para a Palestina, verificando-se, no entanto, uma troca cultural entre ambos povos nativos e conquistadores. Diferente dos judeus, que recuperam a história bíblica de milênios anteriores, os palestinos reivindicam a terra de seus pais, avós e bisavós, isto é, terras palestinas por diversas gerações até a ocorrência do início dos processos de expulsão.

Para os árabes palestinos, os judeus são um povo “que residia em suas terras em tempos imemoriais, e que agora voltaram de muito longe para tirar-lhes a casa e o sustento”²⁶⁵, iniciando uma guerra sem que os palestinos os tivessem lesado.

A guerra de 1948 potencializa o que Schiocchet conceitua como “palestinidade”, segundo o mesmo:

o evento marcado pelo termo é mais forte e sólido referente informando um senso de palestinidade e assim definindo parte de uma noção de tempo palestina... A palestinidade é gerada, mantida e transformada em grande medida em relação ao processo político que envolve a disputa territorial entre palestinos e Israel. Assim, a nação palestina é hoje produzida e articulada tanto nos escritórios dos partidos e movimentos políticos, quanto o é nos escritórios de movimentos sociais populares, escritórios de organizações humanitaristas internacionais, nas ruas dos Territórios Ocupados ou dos

²⁶⁵ SPOHR, Eduardo. *O conflito árabe-israelense – ideologia, nacionalismo e cidadania no Oriente Médio*. Comunicação Social – Jornalismo. Pontifícia Universidade Católica - PUC-Rio de Janeiro – Departamento De Comunicação Social. Rio de Janeiro: 2002. p. 34.

campos de refugiados do Líbano da Síria e da Jordânia, ou ainda de onde quer que estejam aqueles que se veem como parte da nação palestina.²⁶⁶

Ou seja, a partir da guerra, a identidade palestina passa a se desenvolver em torno de questões referentes ao território, nação, etnia e martirização. Potencializada pelo êxodo palestino, o sentimento de pertencimento nacional é fomentado pela reivindicação ao direito da terra e ao direito pelo retorno, como determinado pela resolução 194 das Nações Unidas.

Al-Nakba ressignifica diversos objetos, situações e processos na Palestina, entre tantos, as chaves de casa emergem como símbolos do retorno, representando, para os refugiados, aquilo que os conecta à sua terra na sua forma material. A guerra gera um contingente de 750 mil palestinos expulsos do território, e as consequências do êxodo ainda estão em vigor: com seus filhos e netos, os refugiados palestinos de então se apresentam hoje em números superiores à 5 milhões de indivíduos.

A “palestinidade” se desenvolve, principalmente, no campo da memória, já que a situação acaba por fazer com que os testemunhos de tragédia e de trauma sejam resgatadas e passem a dar sentido à luta contra a expropriação de terras, expulsão de palestinos e ocupação sionista. Projetos de história oral como os promovidos pelo Voice of Palestine, estação de rádio da Autoridade Nacional Palestina na Cisjordânia; pelos eventos no Centro Cultural Sakakini em Ramallah; em projetos de entrevistas patrocinados por BADIL (Belém) e o Centro de Refugiados (Ramallah), entre tantos outros, são responsáveis por apresentar os palestinos diaspóricos e suas histórias.

A Guerra Árabe-Israelense, a *Al-Nakba* para os palestinos, é encarada como um processo em continuidade: o eterno presente, ou seja, o passado que não passa. Essa atribuição de permanência de um processo histórico deve-se ao fato de que até os dias atuais o povo palestino ainda se encontra sob subjugação israelense, o que pode ser percebido pelos contínuos processos de expropriação e desenraizamento desde o século XX, já que a tragédia consolida, para os palestinos, “a narrativa de que a sociedade passou por um processo de esvaziamento e destruição”²⁶⁷.

Na defesa pela “Guerra de Independência, e entre as justificativas desenvolvidas pelo sionismo político que posteriormente seriam responsáveis por fundamentar o discurso judeu-

²⁶⁶ SCHIOCCHET, Leonardo. 2015. Por uma Antropologia Assimétrica da Palestinidade. In Schiocchet, Leonardo (Org.). 2015. *Entre o Velho e o Novo Mundo: A Diáspora Palestina desde o Oriente Médio à América Latina*. Lisboa: Chiado Editora. p. 08.

²⁶⁷ HERMAN, Michel. *Entre a Nakba e a Shoá: catástrofes e narrativas nacionais*. História, Franca, v. 33, n. 2, p. 104-121, 2014. p. 112.

israelense se encontram aqueles baseados nos supostos direitos legítimos sobre o território da Palestina: o direito histórico, o direito religioso, a homogeneidade árabe como sugestão de que os palestinos poderiam migrar para outro local, e o direito da autodeterminação como povo único, o que demandava a criação do Estado Judeu como a única forma na qual os judeus pudessem viver e se desenvolver enquanto nação livre do antissemitismo.

Assim, e utilizando-se da memória da Shoá – o Holocausto – para fortalecer a necessidade de criação de um estado-nação para os judeus na palestina, a propaganda sionista defendia que só a partir da autodeterminação do povo judeu seria possível se defender dos ataques antissemitas, e para isso se direcionaram à Palestina, com o objetivo de efetivar o processo de povoação. Segundo Ahmad H. Sa’di, *al-Nakba* ocupa lugar às sombras do Holocausto, de modo com que “os palestinos parecem ter sido considerados vítimas residuais insignificantes dessa grande história, e o sofrimento deles parece contar pouco em comparação com a calma da consciência ocidental”²⁶⁸ ao apoiar o estabelecimento de Israel na Palestina como um gesto de arrependimento em relação aos crimes antissemitas.

Pontua-se, ainda, que grandes nomes para o sionismo político, tais como Ben Gurion, não eram religiosos, mas ainda assim utilizavam-se da questão religiosa como instrumento do resgate da memória, tradição e anseios que justificasse os objetivos do sionismo. A respeito do desejo judeu pela formação de um estado, defende Hobsbawm:

Enquanto os judeus espalhados pelo mundo por alguns milênios, nunca deixaram de se identificar a si mesmos, onde estivessem, como membros de um povo especial e distinto dos vários ramos de não crentes entre os quais viviam, em momento nenhum, ao menos desde o retorno do cativo babilônico, isto implicou uma aspiração séria por um estado político judeu – para não falar de um estado territorial – até que o nacionalismo judeu foi inventado no final do século XIX por analogia com o recém formado nacionalismo ocidental.²⁶⁹

Dessa forma, o nacionalismo étnico judeu desenvolvido pelos sionistas, tal qual o modelo europeu ocidental moderno dos estados pós-coloniais, surge baseando-se na ideia da tradição e nos chamados mitos de reivindicação ao solo palestino que tem início com o desenvolvimento do sionismo político nas décadas finais do século XIX.

O domínio da narrativa israelense sobre a guerra de 1948 ocorre, ainda, por via do que Said (1978) conceituou como “orientalismo”, o que, segundo o autor, seria o estilo Ocidental

²⁶⁸ ABU-LUGHOD, Lila; SA’DI, Ahmad. *Palestine, 1948 and The Claims of Memory*. Nova York: Columbia Press, 2007. p. 298.

²⁶⁹ HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Saraiva, 2011. p. 59-60.

para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente, moldando um pensamento baseado na distinção ontológica e epistemológica entre ambos os povos. A relação entre Oriente e Ocidente apresenta-se como uma relação de poder marcada pelas ideias de dominação e hegemonia, a partir do momento em que o esse é “orientalizado”, isto é, transformado em oriental. Nas palavras de Said:

[...] o Orientalismo é sobretudo um discurso que não está absolutamente em relação correspondente direta com o poder político ao natural, mas é antes produzido e existe num intercâmbio desigual com vários tipos de poder, modelado em certa medida pelo intercâmbio com o poder político (como um regime imperial ou colonial), o poder intelectual (como as ciências dominantes, por exemplo, a linguística ou a anatomia comparadas, ou qualquer uma das modernas ciências políticas), o poder cultural (como as ortodoxias e os cânones de gosto, texto e valores), o poder moral (como as ideias sobre o que “nós” fazemos e o que “eles” não podem fazer ou compreender como “nós” fazemos e compreendemos.²⁷⁰

Assim, o Orientalismo seria uma dimensão da cultura-política intelectual que tem menos a ver com o Oriente do que com o Ocidente, já que ao inventar o Oriente o Ocidente fala muito mais sobre si mesmo do que sobre o “outro”.

Fairclough (1992), por sua vez, ao analisar o discurso, as práticas discursivas e as práticas sociais – que se relacionam como as três dimensões de sua análise – a partir da perspectiva política da linguagem, apresenta a prática social do discurso como o campo da luta e do embate ideológico, e a partir do qual um discurso é construído e contribui para a produção, reprodução, reestruturação ou transformação das relações de dominação.

À vista disso, e à luz da relação entre a prática discursiva e a prática social dentro de uma conceituação de poder e luta por poder em termos de ideologia e hegemonia, de forma a possibilitar a compreensão de que significações e/ou construções da realidade são identificáveis no discurso, e até que ponto tais construções de sentido contribuem para processos de manutenção dos status quo social ou para a transformação da sociedade²⁷¹, pode-se identificar no discurso e narrativa da propaganda ocidental e da mídia israelense sobre a guerra traços que recuperam a noção de orientalismo como instrumento de dominação.

O discurso predominante atual acerca da memória da guerra e direito à terra é de que oriental, aqui, ou palestinos, seriam os não-civilizados, diferentes e necessitados de governança, já o ocidental, sob forma dos judeus-israelenses, aqueles desenvolvidos. Como

²⁷⁰ SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 24.

²⁷¹ MAIA, Angélica. *Discurso e Mudança Social*. ESPAÇO DO CURRÍCULO, v.3, n.2, pp.661-662, Setembro/2010. p. 662.

fomenta a propaganda ocidental, com destaque para os esforços norte-americanos, Israel seria o que chamam de “única democracia no Oriente-Médio”, como um “pequeno posto judaico avançado em um imenso mar hostil de árabes, destinado a destruí-lo desde o momento de sua criação”²⁷².

Elementos como a mídia israelense, as políticas do Censor Militar de Israel, as práticas militares e os serviço de inteligência – instrumentos do IDF – entram em questão como ferramentas de legitimação da narrativa de Israel sob os relatos palestinos. O Censor Militar atua como órgão mediador de publicações, ou seja, todos os meios de comunicação de Israel são legalmente obrigados a submeter seus textos relativos à segurança e relações internacionais para análise antes da publicação, podendo ser posteriormente censuradas e aplicados processos criminais. Dessa forma, narrativas diferentes da israelense, ou seja, da história oficial sobre a “Guerra de Independência”, são consideradas ameaças ao projeto de um estado-nação exclusivamente judeu como planejado pelos líderes intelectuais sionistas que demarcaram os objetivos, métodos e práticas das ações do Estado, ainda no século XIX.

Pode-se pontuar, portanto, que a censura está embutida na sociedade israelense desde a criação do Estado em 1948, seja para com jornais, programas de rádio e TV, imprensa ou livros. Obras como do autor Edward Said, intelectual e ativista palestino, se encontram na lista de obras proibidas e censuradas, já que são responsáveis, segundo o governo israelense, por encorajar o nacionalismo árabe palestino, sendo necessária sua proibição para manter a “ordem pública” e a segurança nos territórios palestinos ocupados militarmente por Israel em 1967 como a Faixa de Gaza e a Cisjordânia.

Considerações finais

A Guerra Árabe-Israelense de 1948 produz como resultado o fortalecimento de dois nacionalismos concorrentes e concomitantes, que continuamente se chocam nas esferas política, econômica, cultural, simbólica e religiosa. Da mesma forma com que os judeus desenvolveram a narrativa da Guerra de Independência, os palestinos começaram a utilizar *al-Nakba* como um ponto de referência temporal, ressignificando-a como o início da atual

²⁷² BICKERTON, Ian J. *The Arab-Israeli Conflict: A History*. London: Reaktion Books, 2009. p. 83. (tradução nossa)

história da Palestina, e responsável por fundar o novo “sujeito palestino”, agora movido por laços que os conectavam enquanto nação diaspórica sob dominação fundamentada em premissas étnicas.

O domínio israelense, seja sobre a guerra de 1948, aqui em análise, ou sobre outros aspectos da vida palestina, se dá por meio dos discursos e narrativas que se tornam hegemônicas no mundo Ocidental, sendo essas responsáveis, conseqüentemente, por marginalizar as narrativas palestinas e seus testemunhos de diáspora, opressão e limpeza étnica. O uso da linguagem em Israel, assim como a ideologia dominante sionista, conecta a história judaica no território de forma com que sejam ignorados os 2 mil anos de lacuna em que os judeus estiveram ausentes do território, e momento esse em que, segundo os sionistas, a terra foi habitada por pessoas que não existiram, vivendo em assentamentos também inexistentes, e num espaço de tempo que deve ser completamente ignorado.

A crise no presente se apresenta como influência ao resgate do passado, se analisada a realidade dos árabes palestinos nos territórios palestinos ocupados por Israel, e tendo em vista os esforços dos movimentos sociais e organizações políticas no que se têm a busca pela valorização e disseminação dos discursos de memória palestina, a fim de contrapor as narrativas que inviabilizam a simples humanização desses, que são quase sempre retratados como violentos e autoritários. O público mais resistente à memória palestina emergente sobre a guerra é composto por judeus israelenses, que parecem, oficial e coletivamente, não estarem dispostos a lidar com a responsabilidade moral que culminou na *al-Nakba*, diferente, por exemplo, dos alemães, que assumiram suas responsabilidades após a Segunda Guerra Mundial, sob a lição do “*Never Again!*”. Para que isso ocorresse no caso árabe-israelense, seria necessário uma completa crítica ao sionismo e a denúncia dos objetivos propostos pelos “pais fundadores” do Estado – exercício esse que se esbarra em ainda mais resistência por parte dos judeus israelenses.

No mais, e tendo em vista os aspectos aqui apresentados, mostra-se evidente a necessidade de construção de uma ponte de conhecimento e diálogo entre o Ocidente e o Oriente, de recuperação da história dos excluídos como uma contra-história, operando uma inversão radical nas normas e pensamentos consagrados, bem como da emergência do processo descolonizador da Palestina, tanto no aspecto territorial, quanto no aspecto ideológico do discurso.

Referências bibliográficas

- ABU-LUGHOD, L. ; SA'DI, A. (org.). *Nakba: Palestine, 1948, and the Claims of Memory*. New York: Columbia University Press, 2007
- BICKERTON, Ian J. *The Arab-Israeli Conflict: A History*. London: Reaktion Books, 2009.
- CARAMURU, B. *Al-Nakba e a Construção da Palestinidade*. Cadernos de Clio, v. 6, 2015.
- CATTAN, Henry. *Palestina e o Direito Internacional – Aspecto Legal do Conflito Árabe-Israelense*. Porto Alegre: Grafipar.
- COHEN, Hillel. *Good Arabs: The Israeli Security Agencies and the Israeli Arabs, 1948–1967*. University of California Press, 2010.
- FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *História, tempo presente e história oral*. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 314-332.
- _____. *História do tempo presente: desafios*. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.
- GOMES, Aura. *A questão da Palestina e a Fundação de Israel*. 2001. 142f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Departamento de Ciência Política.
- HERMAN, Michel. *Entre a Nakba e a Shoá: catástrofes e narrativas nacionais*. História, Franca, v. 33, n. 2, p. 104-121, 2014.
- HOBBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Saraiva, 2011.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HOUAT, Stephan Fernandes. *A criação do Estado de Israel e um Estado único como solução dos conflitos*. Belém Centro Universitário do Pará. Belém/PA: CESUPA, 2006.
- MAIA, Angélica. *Discurso e Mudança Social*. ESPAÇO DO CURRÍCULO, v.3, n.2, pp.661-662, Setembro/2010.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais*. Ver. Inst. Est. Bras., SP, 34:9-24, 1992.
- SA'DI, Ahmad H. *Catastrophe, Memory and Identity: Al-Nakbah as a Component of Palestinian Identity*. Israel Studies, Vol. 7, No. 2, Memory and Identity in Israel: New Directions.

SCHIOCCHET, Leonardo. 2015. Por uma Antropologia Assimétrica da Palestinidade. In Schiocchet, Leonardo (Org.). 2015. Entre o Velho e o Novo Mundo: A Diáspora Palestina desde o Oriente Médio à América Latina. Lisboa: Chiado Editora.

SOLOMONOVICH, N., KARK. R., *Land Privatization in Nineteenth-century Ottoman Palestine*. Islamic Law and Society, 2015.

SPOHR, Eduardo. *O conflito árabe-israelense – ideologia, nacionalismo e cidadania no Oriente Médio*. Comunicação Social – Jornalismo. Pontifícia Universidade Católica - PUC-Rio de Janeiro – Departamento De Comunicação Social. Rio de Janeiro: 2002.

The Declaration of the Establishment of the State of Israel. Official Gazette, No. 1. 5th, Iyar, 5708 (14 de maio de 1948).

UNITED NATIONS. *The Origins and Evolution Of The Palestinian Problem*. Disponível em: <un.org/unispal/history/origins-and-evolution-of-the-palestine-problem>. Acesso em: 19 jun. 2019.

A resistência do ser mãe –a maternidade e a luta como meio de sobrevivência

Caroline Rios Costa²⁷³

Resumo: A imagem coletiva da militância em geral não tem rosto de mulher, mas não é por isso que outros atores sociais não sejam relevantes e com feitos. Mesmo poucas, a presença feminina durante a ditadura foi expressiva, significativa e diversa. Mas resta uma questão: se a imagem da mulher militante é pouco vista, o que dizer de quem uniu militância e maternidade? Ou das que usaram a maternidade como afronta política? Formalmente engajadas ou não, se lançaram às ruas tanto pelo direito de serem mães de filhos vivos e saudáveis, quanto pelo direito à vida e à memória deles. É mister perceber tais elementos, especialmente em uma estrutura patriarcal que a relegava ao mundo privado, e não via com bons olhos suas aspirações e participações políticas.

Palavras-chave: Maternidade, Militância, Ditadura militar brasileira

Abstract: The collective image of militancy in general has no female face, but that is not why other social actors are not relevant and accomplished. Even few, the female presence during the dictatorship was expressive, significant and diverse. But one question remains: if the image of the militant woman is little seen, what about who united militancy and motherhood? Or those who used motherhood as a political affront? Formally engaged or not, they took the streets for the right to be mothers of healthy and living children, and for the right to life and their memory. It is necessary to perceive such elements, especially in a patriarchal structure that relegated it to the private world, and did not welcome its aspirations and political participation.

Keywords: Motherhood; Militancy; Brazilian Military Dictatorship

Os anos 1960 foram marcados por uma forte efervescência cultural e política, não só no Brasil, como em diversas partes do mundo. Desejando participar dos rumos de seus países, inúmeras pessoas decidiram se engajar na luta política. Para as mulheres, não foi diferente. A

²⁷³ Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: carolriosc@gmail.com.

segunda onda feminista, a revolução sexual e o crescimento do número de mulheres em postos de trabalho foram fatores que marcaram esta década, e também a seguinte, como um forte período para as lutas femininas. Com a instauração de uma ditadura militar no Brasil, e seu acirramento no final dos anos 1960, diversas mulheres decidiram participar de organizações e coletivos políticos de oposição ao regime, e inclusive participar da luta armada. “Ao ingressarem na política, elas tiveram que enfrentar preconceitos nas próprias famílias e nas organizações de esquerda onde atuavam.”²⁷⁴

Tal campo, muito acostumado à figura masculina, teve reações dúbias quanto à presença de mulheres. Apesar de reconhecerem a importância da participação feminina, ainda era possível perceber certas estruturas de uma sociedade patriarcal dentro destes grupos, visto que

As mulheres militantes participavam igualmente da concretização das tarefas políticas e militares, o que talvez tenha sido a grande novidade da época. De qualquer forma, as atividades domésticas recaíam mais sobre as mulheres. O comando era sempre dos homens, mesmo que as mulheres tivessem desempenho igual ao dos homens. Eram eles que estavam nas direções das organizações, com raríssimas exceções, mas as mulheres agiram com coragem e criatividade. [...] numa sociedade machista em que a mulher não era reconhecida e considerada, uma guerrilheira teria mais facilidade de sair de uma ação militar e se confundir na multidão. [...] Muitas chegaram a ser citadas pelos agentes da repressão, que eram pegos de surpresa ao se defrontarem com mulheres dispostas a enfrentar o inimigo com tanta ousadia e destreza.²⁷⁵

Ao mesmo tempo em que as mulheres se engajavam politicamente, e movimentos feministas eclodiam pelo mundo, intelectuais passaram a pensar, de um prisma historiográfico e epistemológico, uma história das mulheres, tendo seu ápice nos anos 1980. Antes apartadas ou silenciadas das ruas e da História, nas décadas seguintes o feminino se recolocou nos debates sociais, dentro e fora de muros. A possibilidade de estudos sobre a mulher, a feminilidade, a sexualidade, e até mesmo a maternidade e o aborto são resultados dessas ações. Dentro de um panorama em que “ainda [não] tínhamos uma bagagem a ser transmitida para as mais jovens, tamanha a ausência das mulheres nos registros históricos da vida política social e sobretudo cultural do país”²⁷⁶, a criação de uma epistemologia feminista permitiu que

²⁷⁴ RIO DE JANEIRO (Estado). *Comissão da Verdade do Rio de Janeiro – Relatório final*. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015. P.138.

²⁷⁵ SÃO PAULO (Estado). *Infância roubada, crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: ALESP, 2014b. P. 17.

²⁷⁶ RAGO, Margareth. *Feminismos e História: um encontro com o passado*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. P. 2-3.

intelectuais e militantes se tornassem “as próprias produtoras do conhecimento histórico de suas lutas e experiências”²⁷⁷. Tal virada do conhecimento foi fundamental para que tais vivências e manifestações da vida coletiva viessem a público, e que as especificidades das histórias das mulheres fossem encaradas como campo de produção.

Quando da redemocratização brasileira, durante os anos 1980, e das políticas transicionais de memória e reparação das décadas seguintes, os relatos das militantes da ditadura encontram apoio em uma nova tradição historiográfica e modos de produção de conhecimento. Muitas delas se utilizaram de tais ferramentas para expressar o que foram aqueles anos para elas, inclusive trazendo elementos como suas sexualidades em meio à repressão, à maternidade e ao aborto. Elas não só ressignificaram o papel da mulher na política e no social nos anos 1960, mas também nas disputas de memória dos vários anos por vir.

A repressão que as militantes femininas sofreram nos porões era diferente da que seus companheiros homens sofriam. “As mulheres foram alvo sistemático de violações sexuais. A prática de estupro e abortamentos forçados foi corriqueira, nas sessões de tortura, quando se tratou de repressão política violenta contra as militantes de esquerda.”²⁷⁸. Para elas, a violência, e principalmente a tortura, era dupla: por se colocar de maneira frontal ao governo imposto e por subverter o lugar social da mulher. “A violência física e simbólica supracitada na relação torturador e torturada, quando se trata de mulheres, assume o contorno da relação patriarca e mulher [...] a condição feminina era motivo para punição neste contexto de dupla subversão.”²⁷⁹. Para aquelas que eram mães durante o período da militância e clandestinidade, uma nova camada de violência e punição era adicionada.

Maria Amélia de Almeida Teles, mais conhecida como Amelinha, foi militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e teve dois filhos durante sua militância dos anos 1960. Quando em 1972, foi presa em São Paulo e levada para a sede do DOI-CODI junto a seu marido, Amelinha foi surpreendida por seus filhos dentro da sala em que estava sendo torturada.

Na tarde desse dia, por volta das 7 horas, foram trazidos sequestrados, também para a OBAN, meus dois filhos, Janaina de Almeida Teles, de 5

²⁷⁷ CARNEIRO apud *Ibidem*, p. 4.

²⁷⁸ TELES, Maria Amélia. O protagonismo das mulheres na ditadura militar. IN: *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*. São Paulo: OEDH/UNESP, 2014. V. 2, n.º. 2, jun. 2014. P. 14.

²⁷⁹ MONAY, Ana Carolina. *SobreViver: a reelaboração da identidade de mulheres que passaram pela experiência da tortura na Ditadura Militar brasileira*. Rio de Janeiro, 2017. Monografia – Departamento de História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. P. 54-55.

anos, e Edson Luiz de Almeida Teles, de 4 anos, quando fomos mostrados a eles com as vestes rasgadas, sujos pálidos, cobertos de hematomas. (...) Sofremos ameaças por algumas horas de que nossos filhos seriam molestados.²⁸⁰

Mas com certeza a pior tortura foi ver meus filhos entrando na sala quando eu estava na cadeira do dragão. Eu estava nua, toda urinada por conta dos choques. Quando me viu, a Janaína perguntou: 'Mãe, por que você está azul e o pai verde?'. O Edson disse: 'Ah, mãe, aqui a gente fica azul, né?'. Eles também me diziam que iam matar as crianças. Chegaram a falar que a Janaína já estava morta dentro de um caixão.²⁸¹

Para Amelinha, assim como tantas outras, o fato de ser mãe foi mais um elemento tipificador da violência que sofreu. A construção social da mãe como o principal laço afetivo para as crianças, a voluntariedade da maternidade, o ímpeto de que uma mãe é capaz de qualquer coisa por um filho foram usadas contra estas mulheres nos porões da ditadura. “A idealizada relação mãe/filho, tão valorizada no imaginário brasileiro, provocava impacto sobre os guardiões das prisões e não apenas neles”²⁸².

Se ao pensar em mulher, é possível dizer que foi violência dupla, para o caso das mães podemos ir além e falar de uma violência tripla: por ser militante, por ser mulher e por ser mãe. “A capacidade de procriar, de carregar uma vida em seu próprio ventre, de dar à luz e de nutrir crianças frequentemente constituiu carga extra de sofrimento”²⁸³. Cada um destes fatores foi usado de forma específica para causar maior grau de dor e dessubjetivação de quem se queria aniquilar. Se as experiências das opositoras já eram diferentes das de seus companheiros, as vivências de quem passa pela maternidade é ainda mais particular e complexa. “A agressão ao útero, associado à possibilidade de gerar vida, é sentida como extremo de invasão íntima.”²⁸⁴.

Pouco comentadas aqui, e mais conhecidas em casos de países vizinhos, as políticas repressivas ditatoriais sobre as mães e as crianças atingidas não se diferenciavam muito. Apesar de numericamente inferiores, é impossível negar a existência de uma política de Estado, truculenta e paralisante, para com estes setores da sociedade. A gravidez, a

²⁸⁰ TELES apud ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985. 15ª ed. P. 45.

²⁸¹ TELES apud MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (orgs.). *Luta, substantivo feminino: mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010. P. 162.

²⁸² BLAY, Eva Alterman. Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas: o caso brasileiro. IN: AVELAR, Lúcia; BLAY, Eva Alterman (orgs.). *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2017. P. 77.

²⁸³ BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade, Relatório final (volume I)*. Brasília: CNV, 2014a. P. 407.

²⁸⁴ GINZBURG, Jaime. Escritas da tortura. IN: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. P. 147.

maternidade ou a infância não eram considerados fatores relevantes o suficiente para um tratamento menos brutal, e em muitos casos, o resultado era o extremo oposto. Com as presas políticas “a maternidade foi outro elemento utilizado pelos torturadores para desestabilizar [...], sendo comuns ameaças que envolvessem seus filhos ou que afirmassem que as mesmas se tornariam estéreis.”²⁸⁵.

Ao se depararem com mães, havia uma distinção entre o tipo de mãe, se estava grávida ou se seus filhos já eram nascidos, pois tal fato mudava a postura encontrada nos porões. Para as grávidas, o tratamento era uma tortura específica cujo objetivo final era provocar um aborto, enquanto mães de crianças já nascidas viam seus filhos serem usados como ferramentas de tortura psicológica. De acordo com relatos recolhidos de inúmeras ex-presas políticas, há como perceber que a tortura foi usada como uma forma instrumentalizada particular para a mulher e tinha como um de seus propósitos alterar o panorama da maternidade, em que eram atingidas “particularmente aos órgãos genitais e reprodutores, choques elétricos na vagina para torná-las estéreis, mutilação dos seios e golpes no abdômen com o objetivo explícito de impedir a reprodução biológica do ‘inimigo’, o nascimento de ‘mais um comunista’ no mundo.”²⁸⁶.

Muitas das militantes que estavam grávidas quando foram presas pela repressão, passaram por sessões de tortura e sofreram sevícias com métodos e locais específicos em seus corpos e, como resultado, acabaram abortando dentro das instalações de detenção²⁸⁷. Como se só a agressividade da indução de um aborto não fosse suficiente, a maioria não recebia qualquer assistência médica após o fato. Para algumas, a tortura e o aborto se tornaram marcas definitivas em seus corpos e subjetividades, pois o não tratamento terminou por gerar sequelas, incluindo a impossibilidade de uma maternidade futura através da gestação. As torturas podem ter sequelas de ordem física, biológica, psicológica e doenças psicossomáticas, combinadas ou não, que afetam não só a maternidade, mas também a vida sexual e pessoal de quem sobrevive. “Estupros e empalamentos determinaram o relacionamento afetivo e a vida sexual [...]. Mutilações nos seios privaram mães de amamentar [...] Úteros queimados com choques elétricos tornaram muitas mulheres incapazes de engravidar ou de levar adiante uma

²⁸⁵ RIO DE JANEIRO (Estado). *Comissão da Verdade do Rio de Janeiro – Relatório final*. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015. P.292.

²⁸⁶ *Ibidem*, P.143.

²⁸⁷ Há também relatos de mulheres que abortaram em centros de repressão sem passarem pela tortura física, em que o que provocou o aborto foi uma tortura psicológica. Tal realidade é relatada em “Brasil: Nunca mais”, pp. 49-50.

gestação.”²⁸⁸. Para ilustrar, temos o caso de Maria Helena Guimarães. Ao ser presa em 1972, estava grávida e sofreu um aborto forçado em decorrência de tortura nas dependências do Departamento de Ordem Política e Social/GB (DOPS), não recebendo qualquer assistência médica. Já liberta, engravidou de novo, mas teve complicações na gestação. “ Eu tive que ter um parto normal porque o bebê já estava grande e o bebê nasceu morto. Depois disso eu resolvi tirar as trompas para nunca mais ter filhos. Eu tirei, eu não liguei, eu tirei as trompas, eu tinha 32 anos.”²⁸⁹.

Questões resgatadas recentemente, as investigações empreendidas pela CNV

mostram perícia distinta na tortura de grávidas, com a utilização de técnicas e cuidados específicos quando se pretendia evitar que abortassem ou quando pretendiam efetivar o aborto, ou mesmo quando esterilizar uma mulher era o objetivo. Não importava a vida que estava sendo gestada, tampouco o impacto que tamanha violência causaria à vida futura dos bebês que eventualmente conseguissem sobreviver.²⁹⁰

Para militantes com filhos já nascidos, cair nas garras da repressão significava também que, em virtude disto, seus bebês e crianças poderiam cair. Não incomum, filhos de militantes eram usados nas sessões de tortura psicológica, podendo ou não serem levados até estes lugares. Ameaças, ou mentiras contadas, por parte de militares já era o suficiente para desestabilizar quem que estava sob interrogatório. Quando a criança em questão se encontrava, de alguma forma, sob a tutela da repressão, e principalmente, nos centros de detenção, a desestabilização era ainda maior. “São pungentes as histórias da dor infligida às mães, por ameaças feitas aos seus filhos, durante sessões de tortura, ou pela separação compulsória das crianças”²⁹¹.

Como exemplo das políticas de Estado para os diferentes tipos de mães, temos o caso de Rosalina Santa Cruz. Presa em 1974, tinha um bebê de 5 meses em fase de amamentação e descobriu que estava grávida durante as sessões de tortura. A tortura de Rosalina foi dupla.

Nesse momento, o cara de Niterói me chama e me leva para uma sala e diz para mim e para o Geraldo: ‘Você está grávida?’, ‘Eu não sei.’ Então, começou a vir na minha cabeça: ‘Eu atrasei minha menstruação, eu estou grávida.’ (...) Aí o cara resistia, [mas] o pessoal do DOI-CODI chegou me pendurou numa parede e me dava murro, pontapé, só na minha barriga.

²⁸⁸ BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade, Relatório final (volume I)*. Brasília: CNV, 2014a. P. 422.

²⁸⁹ RIO DE JANEIRO (Estado), *op. cit.*, P.144.

²⁹⁰ BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade, Relatório final (volume I)*. Brasília: CNV, 2014a. P. 411.

²⁹¹ *Ibidem*, P. 40.

Geraldo algemado, no chão, só olhando, até que eu sangrei de descer, assim, e eles disseram: ‘Ah, está vendo? Comunista não é para ter filho.’²⁹²

Entretanto a pior tortura nessa segunda prisão foi o fato de ter um bebê de cinco meses, [...] que ficou por três dias em poder dos policiais, trancado no nosso apartamento. [...] Sem poder mamar e acostumado a ter a mãe por perto, [...] [os] torturadores pegaram o André e ameaçaram jogá-lo pela janela.²⁹³

Uma das abordagens utilizadas para extrair informações era usar parentes e amigos do prisioneiro em questão, seja com ameaça, sequestro ou tortura. Quando se descobria a condição da maternidade, este se tornava o viés preferencial para manipulação. Para ela, era dito que seus filhos poderiam ser sequestrados, desaparecidos, dados para adoção, torturados e até mesmo mortos. Não é incomum a cena de levar a criança até os pais e fazer a ameaça com ela presente²⁹⁴.

A militância política e repressão vivida por Amelinha foram fortemente marcadas pela maternidade, em que a dor sofrida não estava presente apenas nas marcas em seu corpo, mas também nas marcas invisíveis a olho nu da violência psicológica feita com e nos seus filhos.

Meus filhos Janaína e Edson foram usados pelos bárbaros e boçais opressores, como instrumentos de tortura psicológica, pois a todo tempo os “militares” diziam a mim e ao César que nossas crianças também seriam torturadas e mortas. [...] Era muito doloroso para mim e para o César saber que nossas crianças eram obrigadas a não só assistir os horrores das torturas cometidos nos porões da ditadura contra os pais e contra todos os presos políticos, mas também eram obrigadas a ficar confinadas/presas numa delegacia de polícia atípica, que serviu de aparelho político repressor.²⁹⁵

A forma como mães e crianças eram afetadas está fortemente interligada, visto que não há como pensar uma sem considerar a outra. “A vida de uma mulher-mãe não é mais somente sua. A partir deste momento, cada passo, atitude e decisão dependem desta condição.

292 RIO DE JANEIRO (Estado). *Comissão da Verdade do Rio de Janeiro – Relatório final*. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015. P.143.

293 SÃO PAULO (Estado). *Comissão Estadual da Verdade – Rubens Paiva, relatório final (tomo I)*. São Paulo: Alesp, 2014a. P. 1102.

²⁹⁴ A título de contemplação, temos o depoimento da ex-ministra Eleonora Menicucci: “Lá estava a minha filha de um ano e dez meses, só de fralda, no frio. Eles a colocaram na minha frente, gritando, chorando, e ameaçavam dar choque nela. [...] Até depois de sair da cadeia, quase três anos depois, eu convivi com o medo de que a minha filha fosse pega. Até que eu cumprisse a minha pena, eu não tinha segurança de que a Maria estava salva. Hoje, na minha compreensão feminista, eu entendo que eles torturavam as crianças na frente das mulheres achando que nos desmontaríamos por causa da maternidade.” BRASIL, *op. cit.*, p.409.

²⁹⁵ TELES apud SÃO PAULO (Estado). *Infância roubada, crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: ALESP, 2014b. P. 269.

A liberdade está definitivamente modificada.”²⁹⁶. Era justamente ao se valer deste fato que oficiais e torturadores agiam de forma específica em interrogatórios e torturas psicológicas.

Edson e Janaina foram testemunhas dos gritos de dor dos presos políticos sendo torturados e, principalmente, do meu rosto transfigurado, de tal modo que só fui reconhecida pelo Edson quando ele me ouviu chamá-lo, identificando-me pela voz, uma vez que eu estava deformada em função das equimoses provocadas pelas torturas.²⁹⁷

Em muitas das vezes, as violências psicológicas e sexuais eram concomitantes, mas a consciência disso nem sempre é fácil ou instantânea. Permeando tais agressões, xingamentos e insultos eram feitos na intenção de colocá-las “no lugar dela”, inferiorizando e questionando seus modos de vida, tanto que “durante as agressões, as mulheres eram frequentemente rotuladas pelos torturadores como prostitutas, adúlteras e esposas ou mães desvirtuadas, cujo papel social deveria permanecer restrito às funções do lar e longe da esfera política”²⁹⁸.

Ao resgatar tais acontecimentos, há a retomada da dor e do trauma²⁹⁹, mas também a elaboração e publicização de práticas inaceitáveis, e este é o apoio encontrado por muitas ex-militantes, inclusive Amelinha.

Eu não gosto de falar disso, mas eu vejo a importância desse momento de tratar a verdade e gênero pensando nessas desigualdades entre homens e mulheres, em que os agentes do Estado, os repressores usaram dessa desigualdade para nos torturar mais, de certa forma. De usar essa condição nossa. Nós fomos torturadas com violência sexual, usaram a maternidade contra nós. [...] Nós sabemos o quanto a maternidade, o ônus da maternidade, que nós carregamos³⁰⁰

Neste sentido, é possível perceber que, tanto para Amelinha como inúmeros outros atingidos dos anos da ditadura militar, a memória sobre estes tempos é difícil, dolorosa e complexa, além de demonstrar a truculência e o silenciamento provocados pelo Estado. Por mais que este mesmo Estado demore a lidar com seu passado autoritário, suas práticas violentas sistemáticas e sua postura diante de tais fatos, a memória e a elaboração do trauma

²⁹⁶ EVANGELISTA, Marcela Boni. Ser mãe ou não ser, qual é a questão? A história oral desvendando o mito do amor materno. IN: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.) *História oral e história das mulheres: Rompendo silenciamentos*. São Paulo: Letra e Voz, 2017. P. 134.

²⁹⁷ TELES apud SÃO PAULO (Estado), *op. cit.*, P. 269.

²⁹⁸ RIO DE JANEIRO (Estado). *Comissão da Verdade do Rio de Janeiro – Relatório final*. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015. P.292.

²⁹⁹ O conceito de trauma é lido como “sequela produzida por um evento desorganizador das defesas psíquicas. Os sobreviventes [...] não conseguem superar o terror dessas experiências porque elas não se enquadram nas estruturas simbólicas que permitem a elaboração psíquica. Assim, as marcas do sofrimento traumático tendem a se atualizar durante a vida dessas vítimas e são transmitidas inconscientemente a seus descendentes. [...] O trauma representa uma forma de sofrimento continuado que, no limite, leva ao emudecimento.” IN: BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade, Relatório final (volume I)*. Brasília: CNV 2014a, p. 426-427.

³⁰⁰ TELES apud BRASIL, *ibidem*, p. 407-408.

dos sobreviventes é pautada por um curso próprio e particular, que independe do esforço público³⁰¹. Para tanto, “a memória efetiva não se deixa controlar [...] Ela não se deixa controlar nem pelas ordens do eu consciente, nem pelos mandos do soberano [...] as lembranças são como bichos selvagens que voltam a nos atormentar quando menos queremos.”³⁰². Seja para quem trata suas memórias no plano público, ou para quem tenta se esquecer, ou até quem não aparenta, as memórias permanecem lá, podendo emergir a qualquer momento.

No Brasil, os opositores do regime militar que sobreviveram à tortura, embora circulem normalmente entre nós, vivem em um universo a parte [...] A sensação de *irrealidade* que acomete aqueles que passaram por formas extremas de sofrimento [...] fica então como que *confirmada* pela indiferença dos que se recusam a testemunhar o trauma. [...] Não há reação mais nefasta diante de um trauma social do que a política do silêncio e do esquecimento”³⁰³

Nos grupos de resistência e oposição existentes durante os mais de 20 anos de governos ditatoriais houve não só militantes organizados, mas também indivíduos da sociedade que decidiram que engajar de alguma forma. Durante os anos de chumbo, uma parcela da sociedade que passou a atuar politicamente de forma orgânica foram as mães e esposas de dissidentes. Elas em si não se enquadravam no modelo tradicional do militante partidário, e nem estavam na resistência através de uma escolha ideária própria, mas quando seus filhos e maridos eram atingidos, passavam a carregar também a luta deles. E principalmente, quando eles se tornavam mortos ou desaparecidos, era esta mulher que passava a portar a luta daquele que se foi.

É sabido que a repressão não atingia apenas quem lutava de forma consciente e direta contra ela, mas atingia também familiares (que poderiam ou não ter conhecimento da atuação de seus parentes), amigos, conhecidos e instituições. Ninguém estava livre de ser preso,

³⁰¹ Vale citar o caso família Teles X Ustra. Em 2006, Amelinha, o marido Cesar, os filhos Janaina e Edson, e a irmã Crimeia, entraram com uma ação civil declaratória contra Carlos Alberto Brilhante Ustra, então chefe do DOI-CODI no período em que foram presos. Em 2008, a família teve resultado favorável, conseguindo que Ustra fosse reconhecido publicamente como torturador, fato inédito na justiça brasileira. “A família se tornou uma espécie de símbolo da resistência dos parentes dos mortos e desaparecidos políticos.” (BRASIL, 2009, p. 66). Para mais, ver https://www.conjur.com.br/2008-out-09/coronel_brilhante_ustra_responsabilizado_torturas_e_TELES_Janaina. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por verdade e justiça no Brasil. IN: *O que resta da ditadura*. Pp. 295-296.

³⁰² GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. IN: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. P 183.

³⁰³ KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. IN: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. Pp. 126.

torturado ou assassinado. Nestes casos, mesmo sem o traço pessoal de oposição, a sexualidade feminina e a maternidade eram usadas contra aquelas que caíam nas mãos dos militares.

Havia quase que um padrão para a mulher mãe de um preso, e principalmente, de um desaparecido político. Elas peregrinavam entre os “locais da morte”, como hospitais, quartéis, delegacias, institutos médicos, cadeias e outros locais para onde presos políticos eram levados. Durante suas andanças, “seu estatuto social enquanto mães e mulheres mais velhas as protegera das violências mais brutais que seus filhos e filhas haviam sido vítimas.”³⁰⁴. De certa forma, o estatuto social da mãe era respeitado, mesmo dentro de locais conhecidos por serem violentos, mas isto não impediu que também pudessem vir a se tornar vítimas ou sobreviventes do regime.

Durante os anos 1960 e nos primeiros anos da década de 1970, Esmeraldina de Carvalho Cunha, baiana, mãe de cinco filhas, viu sua rotina ser completamente transformada quando várias delas ingressaram em organizações de oposição e passaram a lutar contra a ditadura. Mãe dedicada e divorciada, fez de sua condição de mãe uma luta política, em defesa da vida e da segurança de suas filhas. Quando sua filha mais nova, Nilda, foi presa e torturada na chamada “Operação Pajussara”³⁰⁵, em Salvador, Esmeraldina iniciou uma peregrinação pelos locais ligados ao regime e pessoas que pudessem ajudá-la a descobrir seu paradeiro e o que tinha acontecido. Quando finalmente a encontrou, meses depois, sua condição era precária em decorrência das torturas realizadas, das quais a menina nunca se recuperou. Em dado momento, a liberdade da filha foi usada pelos militares como uma estratégia de colocar Esmeraldina no papel de mulher do lar e casada, quando foi ameaçada de que, se não voltasse a viver com seu ex-marido, a menor de idade poderia permanecer presa. Poucos meses depois, Nilda veio a falecer, em consequência do grande trauma causado pela tortura.

A perda da filha mais nova causou em Esmeraldina uma depressão profunda e uma dificuldade em aceitar sua morte, chegando inclusive a ser internada em hospitais psiquiátricos. Sua busca por verdade e justiça continuou procurando por pessoas e entidades que pudessem saber o que realmente havia ocorrido quando sua filha ficou presa. Passou a fazer da ruas e praças da Bahia um local público de luto e de denúncia do que fizeram com

³⁰⁴ BEVERNAGE, Berber. *História, memória e violência de Estado: tempo e justiça*. Serra: Editora Milfontes / Mariana: SBTHH, 2018. P. 79.

³⁰⁵ A Operação Pajussara aconteceu entre agosto e setembro de 1971, na cidade de Salvador. O objetivo era capturar o guerrilheiro Carlos Lamarca. Nilda foi presa em uma ação decorrente da operação Pajussara, que desejava capturar Iara Iavelberg, a quem Nilda abrigou em sua casa. Seu nome consta nos registros oficiais da operação. Ver relatório completo em <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/upload/001-relatorio-operacao-pajussara.pdf>.

Nilda, despertando a atenção de militares para as suas ações. Em virtude da exposição de sua angústia e da violência sofrida por sua filha, foi presa e novamente ameaçada, quando “recebeu uma ameaça de um homem desconhecido que teria sido enviada pelo major Nilton de Albuquerque Cerqueira, [...] um dos comandantes da “Operação Pajussara”, informando-a de que se ela não interrompesse as denúncias, ele a faria parar. Não se calou.”³⁰⁶. Pouco tempo depois, em 1972, Esmeraldina foi encontrada morta dentro de sua casa, pendurada por um fio elétrico, mas sem sinais de enforcamento. A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) considerou que sua morte foi resultado de suas denúncias e declarou o Estado como culpado.

Mesmo a figura da mãe sendo vista quase como sagrada, tal condição não as absolvía do risco de serem atingidas pela repressão, independentemente do fato de que elas e seus filhos pudessem estar desvinculados da luta de resistência. Mesmo a Igreja sendo tida como um dos pilares da sociedade brasileira, isto não impedia que uma mulher destes espaços fosse atingida. Tanto membros da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) quanto da Igreja Protestante se viram alvo do regime, que por sua orientação de fé e teologias libertárias, “não isentou esses cristãos de perseguições, pelo contrário, considerava-os inimigos da segurança nacional.”³⁰⁷.

O tratamento que recebiam nas prisões para onde eram enviadas, sem condições de higiene, saúde, muitas delas grávidas ou carregando seus bebês era degradante. Mais ainda o eram os abusos sexuais infringidos da parte de agentes da repressão e seus superiores. As religiosas católicas, particularmente, foram duplamente violadas, por sua condição de mulheres e de cristãs comprometidas com a castidade. Muitas de todas essas mulheres perseguidas não constam neste relatório, pois são anônimas: a vergonha e os traumas da violência sofrida as impediram de denunciar, de se evidenciar.³⁰⁸

Se a repressão foi quase indiscriminada nos meios urbanos, é possível afirmar que nas zonas rurais e no interior, inclusive em função da distância dos grandes centros e de uma lógica comunitária diferente, a repressão foi igualmente desmedida, especialmente com pessoas não ligadas à uma luta oposicionista. Diversas violações cometidas contra camponeses, ribeirinhos, indígenas e outros grupos que vivem à margem das estruturas de controle não são conhecidas, ou reconhecidas, justamente pelo modo brutal como se deu. Se muitas pessoas “não existem” perante um sistema burocrático, como ter certidão de

³⁰⁶ BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade, Relatório final (volume III)*. Brasília: CNV, 2014c. P. 1065.

³⁰⁷ BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade, Relatório final (volume II)*. Brasília: CNV, 2014b. P. 195.

³⁰⁸ *Ibidem*, p. 196.

nascimento, possuir registros oficiais e sua existência reconhecida pelo ao aparato estatal, é como se essas violações não existissem; tanto as pessoas quanto as violências sofridas permanecem em uma espécie de limbo.

Na primeira metade da década de 1970, se organizou uma guerrilha em território indígena próximo ao rio Araguaia, no Pará, feita por militantes do PCdoB. Durante os anos de 1972 e 1974, o Exército brasileiro fez diversas investidas, chegando a contar inclusive com um destacamento de dez mil homens, cujo objetivo era acabar com a chamada Guerrilha do Araguaia. Como aquela localidade era povoada por camponeses e indígenas, um sem número deles foram atingidos durante as investidas, inclusive crianças, mulheres grávidas e idosos.

No caso dos indígenas, um dos atingidos nessa localidade foi o povo Aikewara. Os homens adultos, por conhecerem a floresta e a área, foram obrigados a auxiliar os militares, fazendo expedições no meio da mata para guiá-los e ainda para acharem os locais onde os guerrilheiros ficavam. Já as mulheres se tornaram reféns, obrigadas a ficarem dentro de suas casas, numa espécie de “prisão domiciliar”. Sem poderem saber onde e como estavam os homens, conviviam com a pressão psicológica do confinamento, da presença militar e dos sons de batalha, além de serem impedidas de circularem para plantar ou colher alimentos, caçar, e até fazer suas necessidades biológicas. Tal situação gerou inúmeras privações e consequências como “desorganização social e cultural profundas, fome intensa e, sobretudo, medo da morte [...], com sequelas físicas e psicológicas como abortos [espontâneos], tuberculose pulmonar, surdez, pesadelos recorrentes, insônia, entre outros.”³⁰⁹.

Não sei o quê que foi que aconteceu? Eu num sei. Mas eu acho que tanto susto aí que nós pegava, né? Porque toda hora era tiro!! Toda hora!! Vento num podia balançar um matinho que eles atiravam! É! [...] Porque eu acho que por conta de tudo isso que aconteceu que eu tive assim... quase aborto, né? As crianças num viveram porque tanto medo que a gente passava, dos tiros, né? Então aconteceu isso com a gente, eu num gosto de me lembrar, sabe? Eu estou contando aqui pra vocês porque as pessoas assim... pode ser assim os povos do Brasil, do mundo todo, pra saber direito que aconteceu mesmo esse horrível acontecimento. É “guerra” né? No tempo da guerrilha, né? É por isso que eu estou contando aqui um pouco...³¹⁰

As violações cometidas contra indígenas e camponeses eram realizadas de forma semelhante, inclusive o fato de que mulheres grávidas e mães com filhos, mais uma vez, viam sua maternidade utilizada ou afrontada como uma forma de atingi-las física e

³⁰⁹ BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade, Relatório final (volume II)*. Brasília: CNV, 2014b. P. 246.

³¹⁰ *Ibidem*, p. 246.

psicologicamente. Independente da condição da mulher, se era ou não militante, se tinha filhos politicamente engajados ou não, se tinha conhecimento de ações de oposição ou não, se uma mulher viesse a cair nas garras da ditadura sendo mãe, a maternidade poderia, e com bastante frequência seria, utilizada contra ela. Seja no curto ou no longo prazo, a dor que a maternidade na adversidade poderia causar não se restringia ao período em que a violação ocorria.

O que marca a “militância tardia” destas mulheres quase sempre é a mesma: ao verem seus filhos sofrendo e sendo atingidos, elas passam a carregar suas bandeiras como delas próprias, e em muitos casos, perante a ausência dos filhos, se tornam as porta-vozes das lutas deles. Seu condicionante é primeiramente e principalmente a maternidade. Muitas delas, antes restritas ao mundo privado, da casa e da domesticidade, passaram a tomar as ruas e os espaços públicos mobilizadas politicamente em torno de uma pauta similar: queremos nossos filhos. Inicialmente, a busca era pelo aparecimento com vida³¹¹, mas com o passar do tempo e a diminuição das chances de achá-los vivos, a busca retornou para o que havia acontecido com eles, onde e como se deram suas mortes, onde estavam seus corpos e quem eram os responsáveis pelos crimes. A militância materna, especialmente aquela que continua até os dias de hoje, é marcada pelo “estatuto quase espectral [dado] aos *desaparecidos*”³¹², pelo fantasma daqueles que se foram, mas para os quais não há uma materialização.

Os sequestrados permanecem privados de qualquer identidade, não se sabe se estão mortos ou vivos, e no último caso se estão detidos e onde. Isso gera ambiguidades de todos os tipos, dos quais as lesões psicológicas são os resultados mais graves. Os parentes acabam se relacionando com as ausências que se convertem em “fantasmas”. [...] Temos que enfrentar a ausência, que, por sua extrema dor, não é um processo comum de luto. Trata-se de um “luto sem objeto”. É o vazio, é a perda absoluta, a morte sem cadáver e sem o enterro [...] Todas essas relações distorcidas são causadas

³¹¹ A busca por aparecimento com vida pelos quais as mães brasileiras lutavam, apesar de foneticamente parecido, difere do *aparición con vida* das mães argentinas da Praça de Maio. As mães brasileiras buscam pela presença com vida, e após suas mortes, lutam para terem seus restos mortais, e saberem onde, como e o que ocorreu com seus filhos, mas em grande parte reconhecem os desaparecidos como mortos. Já as mães argentinas, através do polêmico lema *aparición con vida*, “significa que, embora a maioria deles esteja morta, ninguém se responsabilizou por suas mortes, porque ninguém disse quem os matou, quem deu a ordem.” IN: BEVERNAGE, Berber. *História, memória e violência de Estado: tempo e justiça*. Serra: Editora Milfontes / Mariana: SBTHH, 2018. P. 100. Para Hebe de Bonafini, presidenta das *Madres de Plaza De Mayo*, “*aparición con vida* é um lema ético em princípio. Enquanto um único assassino permanecer nas ruas, nossos filhos viverão para condená-los.” BONAFINI apud BEVERNAGE, *ibidem*, p. 101. A postura das mães brasileiras se aproxima mais da verdade das *Madres de Plaza De Mayo – Línea Fundadora*, pois são favoráveis às políticas de Estado, o uso do termo “desaparecido” e exumação e localização dos corpos de desaparecidos.

³¹² *Ibidem*, p. 84.

por este ato bárbaro de sequestro. As famílias pedem a verdade para poder enfrentá-la.³¹³

Prova disso é Elzita Santa Cruz. Pernambucana, mãe de dez filhos, viu alguns deles serem atingidos pela ditadura militar³¹⁴. Sempre lutando por eles, foi a partir do sequestro, assassinato e desaparecimento forçado de Fernando, o quinto filho, que dona Elzita se engajou politicamente e iniciou uma caminhada em quartéis e cadeias, entre o Rio de Janeiro, cidade onde foi visto pela última vez, São Paulo, cidade onde ele morava, e Recife, cidade de origem da família. Nome bastante conhecido e importante dentro da luta pelos desaparecidos políticos no Brasil, sua dor se tornou um livro chamado *Onde está meu filho? – História de um desaparecido político*, de 1985. Participou da luta pela anistia, pela redemocratização e da Comissão Estadual da Verdade de Pernambuco. Até o momento de sua morte, aos 105 anos, e mais de 40 anos passados desde o desaparecimento, dona Elzita lutou e esperou descobrir o que aconteceu com Fernando e enterrar seu corpo.³¹⁵ “Hei de vê-lo voltar; ela dizia, meu doce consolo, meu filhinho; passam os anos, o véu do esquecimento; baixando sobre as coisas tudo apaga; menos da mãe o triste isolamento; a saudade que o coração lhe esmaga”³¹⁶.

Tanto por serem afetadas quanto por se verem confrontadas com uma militância quando seus filhos são atingidos, a potencialidade de resistência e de luta da maternidade se tornam algo que talvez a ditadura não tenha previsto. Ao mexer com os filhos, a ditadura automaticamente mexeu com as mães. Ao relegarem as mulheres como seres do lar, do mundo privado, da bondade e da amorosidade, se esqueceram (ou mesmo não consideraram) que a força que a mulher-mãe pode ter extrapola os limites da casa e dá impulso mais do que suficiente para se tornarem importantes agentes públicas e sociais de manifestação e questionamento.

A vivência da maternidade adversa teve desdobramentos. Estas mulheres, antes absorvidas pelas tarefas domésticas, passaram a se voltar para o espaço público. A apropriação dos conhecimentos adquiridos, em alguns casos, resultou em engajamento que ultrapassou a internação dos próprios filhos e se tornou parte de seus cotidianos. Gradativamente, os espaços passaram a se ampliar, assim como as lutas que começaram com seus filhos.³¹⁷

³¹³ *Ibidem*, p. 85.

³¹⁴ Um destes filhos atingidos é Rosalina Santa Cruz, citada anteriormente.

³¹⁵ SÃO PAULO (Estado). *Comissão Estadual da Verdade – Rubens Paiva, relatório final (tomo I)*. São Paulo: Alesp, 2014a. P. 226-227.

³¹⁶ SANTA CRUZ apud MEMÓRIAS REVELADAS. *Vídeo de divulgação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Elzita Santa Cruz Oliveira*. 2009. 1 minuto. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/galeria-de-videos/youtubegallery?videoid=5ZJe341uoAQ>. 01” – 20”

³¹⁷ EVANGELISTA, Marcela Boni. Ser mãe ou não ser, qual é a questão? A história oral desvendando o mito do amor materno. IN: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). *História oral e história das mulheres: Rompendo silenciamentos*. São Paulo: Letra e Voz, 2017. P. 133.

Considerações finais

Os avanços empreendidos no país, mediante lutas cotidianas e uma política de justiça de transição e reparação, são resultados da presença incansável de mulheres e mães para terem suas vozes ouvidas. Se hoje as conhecemos, é graças ao esforço para que suas dores e seus mortos fossem reconhecidos pela sociedade e pelo Estado. Igualmente, se hoje há a possibilidade de a sociedade conhecer melhor suas histórias e vivências, é através tanto da ação dos movimentos sociais quanto das políticas de memória implementadas pelo Estado. Apesar de parecer uma via de mão dupla, este encontro foi marcado por lentidão, apagamentos, diversas disputas e marcas do passado.

As fraturas na memória coletiva e na democracia brasileiras atual é resultado de um projeto de democracia sem povo, sem um projeto de consolidação democrática, afastada daqueles para quem deveria governar e tentando (mesmo que falho) impor uma versão oficial da história. Por mais que se tente silenciar e produzir esquecimentos, a memória não pode ser controlada ou forçada para encaixar em algo, pois “impor um esquecimento significa, paradoxalmente, impor uma única maneira de lembrar”³¹⁸.

O traço que une essas mães dos outros milhares de atingidos pelo regime ditatorial é que poderia ser qualquer um de nós. A gravidez não foi poupada, assim como seus filhos, pequenos ou grandes, também não foram. Por motivos que mudam de época para época, a ameaça escolhida para o momento não tem rosto, tem apenas alvos indistintos. Para elas, o gênero foi um marcador decisivo em suas experiências públicas e políticas. Ao não se contentarem com o lugar imposto pela repressão ou pelo patriarcado, elas nos mostram que a rua é lugar de mulher sim, e que se deve lutar como uma garota. Suas histórias ensinam que a força existente dentro do corpo feminino é grande, e é capaz de abalar estruturas sólidas.

Dentro das múltiplas violências que uma mãe poderia sofrer nos porões da ditadura militar, é possível pensar que uma política de intimidação ou ameaças se configurava como um dos mais angustiantes sofrimentos não causados em si. Por perceberem que suas ações e/ou militância poderiam acabar envolvendo seus filhos, quando se recebe uma ameaça ou se é intimidada por ser mãe o sofrimento é agudizado. É bastante comum em relatos de mães militantes, ou mesmo não militantes, estas mulheres dizerem que a maior violência, o maior sofrimento, o pior momento vivido foram os momentos em que seus filhos passaram a sofrer de alguma forma, ou em que receberam ameaças de que algo poderia ser feito a seus filhos.

³¹⁸ GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. IN: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. P. 179.

Suas memórias dizem que uma nova construção de sociedade e futuro é possível, e que para cada defensor da ditadura existente no Brasil de 2019, haverá um/a resistente pronto para combater o retrocesso e lutar por melhores condições, memória, verdade, justiça e reparação.

Bibliografia

BEVERNAGE, Berber. *História, memória e violência de Estado: tempo e justiça*. Serra: Editora Milfontes / Mariana: SBTHH, 2018.

BLAY, Eva Alterman. Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas: o caso brasileiro. IN: AVELAR, Lúcia; BLAY, Eva Alterman (orgs.). *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2017. Pp. 65-97.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade, Relatório final (volume I)*. Brasília: CNV, 2014a.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade, Relatório final (volume II)*. Brasília: CNV, 2014b.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade, Relatório final (volume III)*. Brasília: CNV, 2014c.

BRASIL. *Direito à Memória e à Verdade: história de meninas e meninos marcados pela ditadura*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

EVANGELISTA, Marcela Boni. Ser mãe ou não ser, qual é a questão? A história oral desvendando o mito do amor materno. IN: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). *História oral e história das mulheres: Rompendo silenciamentos*. São Paulo: Letra e Voz, 2017. Pp. 125-141.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. IN: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. Pp. 177-186.

GINZBURG, Jaime. Escritas da tortura. IN: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. Pp. 133-149.

KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. IN: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. Pp. 123-132.

LUCENA, Damaris. *Tomada de testemunho de Damaris Lucena para a Comissão Nacional da Verdade*. São Paulo, 1 de agosto de 2014. Responsáveis pela tomada de depoimento: Raíssa Wihby Ventura e Camila Braga. Disponível em:

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo10/Nota%2029%20-%2000092.001717_2014-09%20%E2%80%93%20Damaris%20Lucena.pdf. Acessado em: junho de 2019.

MEMÓRIAS REVELADAS. *Vídeo de divulgação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Elzita Santa Cruz Oliveira*. 2009. 1 minuto. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/galeria-de-videos/youtubegallery?videoid=5ZJe341uoAQ>. Acessado em 09 de junho de 2019.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (orgs.). *Luta, substantivo feminino: mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

MONAY, Ana Carolina. *SobreViver: a reelaboração da identidade de mulheres que passaram pela experiência da tortura na Ditadura Militar brasileira*. Rio de Janeiro, 2017. Monografia – Departamento de História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

RAGO, Margareth. *Feminismos e História: um encontro com o passado*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011, pp.1-8.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Comissão da Verdade do Rio de Janeiro – Relatório final*. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *História oral e história das mulheres: rompendo silenciamentos*. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

SÃO PAULO (Estado). *Comissão Estadual da Verdade – Rubens Paiva, relatório final (tomo I)*. São Paulo: Alesp, 2014a.

SÃO PAULO (Estado). *Infância roubada, crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: ALESP, 2014b.

TELES, Maria Amélia. O protagonismo das mulheres na ditadura militar. IN: *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*. São Paulo: OEDH/UNESP, 2014. V. 2, nº. 2, pp. 9-18, jun. 2014

Do pictorialismo à fotopintura: a fotografia brasileira entre o erudito e o popular

Catia Silva Herzog³¹⁹

Resumo: A fotopintura é uma prática popular disseminada no sertão nordestino, sobretudo nos anos 1950 e 1990, e um indício forte da cultura visual de determinados grupos. Muitas destas imagens são de pessoas mortas ou desaparecidas e foram revividas pelo fotopintor, que com sua técnica, pinta os olhos do morto, abertos, propiciando à família uma última imagem “viva” do defunto. A pose frontal, recorrente nestas imagens, remete aos retratos 3x4 de identificação civil, que em algumas fotopinturas são ampliados e atualizados com ornamentos, vestimentas e símbolos religiosos. A técnica da fotopintura cria múltiplos anacronismos na imagem e aponta para a sobrevivência do movimento pictorialista acadêmico e de caráter erudito, que vigorou no Brasil nas primeiras décadas do século XX.

Palavras chave: fotografia; pictorialismo; fotopintura

Abstract: Photopainting is a widespread popular practice in the northeastern backlands, especially in the 1950s and 1990s, and a strong indication of the visual culture of certain groups. Many of these images are of dead or missing people and were revived by the photopainter, who uses his technique to paint the eyes of the deceased, giving the family a last "living" image of the deceased. The frontal pose, recurrent in these images, refers to the 3x4 portraits of civil identification, which in some photopaintings are enlarged and updated with ornaments, clothing and religious symbols. The photopainting technique creates multiple anachronisms in the image and points to the survival of the academic and scholarly pictorial movement that prevailed in Brazil in the early decades of the twentieth century.

Keywords: photography; pictorialism; photopainting

O movimento pictorialista, de orientação academicista³²⁰, surgiu em fins do século XIX, inicialmente na França e Inglaterra, paralelamente ao barateamento da produção

³¹⁹ Catia S. Herzog é mestre em História pela PUC-Rio e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da UERJ, com financiamento da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Estudos Superiores (CAPES). Email: herzogcatia@gmail.com

fotográfica e ao auge de sua industrialização. Neste período, a fotografia pictorialista se utilizou de inúmeras experiências técnicas, dentre as quais se destacavam o bromóleo³²¹, as viragens³²², a goma bicromatada³²³, a sobreposição de negativos e o *flou*³²⁴ para fazer frente à sua crescente industrialização. Estas técnicas geravam imagens com leves colorações ou com altíssimo contraste em preto e branco, causando a impressão de pinturas ou desenhos aparentemente liberados do realismo naturalista da fotografia, tal como era exercida por aqueles que se ocupavam do registro de eventos políticos, sociais e científicos – os “batedores de chapa”. Os fotógrafos pictorialistas, livres de determinações econômicas³²⁵, eram, em geral, oriundos de associações, grupos e clubes de amadores³²⁶ da fotografia e, através destes processos técnicos pré-industriais, procuravam dotar a fotografia de um caráter artesanal ou artístico, revestindo sua prática de valores da pintura e, muitas vezes, transformando a cópia fotográfica em obra única.



VECCHIO, José del. Árvores Nuas. 1927. Fotografia feita com goma bicromatada.

³²⁰ Os principais estilos que inspiraram o pictorialismo foram o neoclassicismo, romantismo, naturalismo e impressionismo. Sonia Gomes Pereira, em seu livro *Arte brasileira no século XIX*, ressalta o equívoco cometido por alguns críticos e historiadores da arte em traduzir o academicismo como neoclassicismo. Pereira define o academicismo como uma visão da arte pautada nas normas das academias de belas artes e não como um estilo.

³²¹ Processo de pigmentação de fotografias.

³²² Alteração cromática da imagem em preto e branco, a mais comum é a viragem para a tonalidade sépia, que confere às fotos uma aparência de antiguidade.

³²³ Processo de pigmentação de fotografias a partir do uso de goma arábica.

³²⁴ Efeito de difusão da fotografia, que provoca uma ligeira perda de nitidez. Maria Teresa Bandeira de Mello propôs um glossário destas técnicas fotográficas (Mello, 1988, p. 200).

³²⁵ Classificados por autores como Helouise Costa e Michel Poivert como membros da elite, aqui nos referimos àqueles que podiam prescindir da fotografia como modo de subsistência.

³²⁶ Vale ressaltar que a categoria de amador da fotografia aqui se refere ao praticante especializado e amante da fotografia.

Para Stuart Hall, “não existem inícios absolutos e poucas são as continuidades inquebrantadas”³²⁷. Desta forma, não se deve tentar determinar um início absoluto para o movimento pictorialista senão desvelar as condições de sua emergência, o contexto político-social e cultural em que se manifesta, suas implicações e estratégias de permanência como movimento. Tal estratégia parte da premissa que o pictorialismo é um movimento, tal como o cubismo, surrealismo ou dadaísmo são movimentos artísticos da modernidade. No entanto, segundo a hipótese desta investigação, a sua atualização na sociedade contemporânea, leva à questão da natureza do pictorialismo, como estilo ou como movimento. No sentido de melhor esclarecer o percurso desta investigação, vale ressaltar que a conclusão desta tese aponta para o pictorialismo como estilo ou atitude, que perdura ainda hoje na sociedade brasileira. No entanto, desde um ponto de vista retrospectivo, é possível compreender o pictorialismo enquanto uma tendência, que em um determinado período histórico (na década de 1890) se consolida como um movimento, logo abandonado em nome da modernidade fotográfica e hoje, dada a sua permanência no imaginário visual, se apresenta mais como uma atitude diante da imagem. Assim, deve-se tomar o pictorialismo como movimento e como estilo ou atitude diante da imagem, no intuito de desviscerar sua sobrevivência na sociedade brasileira.

Apesar das inúmeras críticas ao aspecto “xaroposo” das imagens do pictorialismo em sua forma mais anedótica, o desenvolvimento da tecnologia (como, por exemplo, a alta definição) na cultura de massas, fundamentalmente nas mídias sociais, promove uma verdadeira enxurrada de imagens de alta qualidade técnica, manipuladas e que reproduzem a estética realista acrescida de ferramentas que dotam a imagem de uma qualidade falsamente artesanal. No contratempo da facilidade de manipulação da imagem, há certa perplexidade e resistência aos novos modos da imagem por parte de artistas e críticos. Estes resistem adotando técnicas artesanais na produção de fotografias, como o grande formato e a serialização (própria da gravura), para distinguir seu trabalho da massa de imagens, tecnicamente agradáveis, que invadem produções audiovisuais, planos de fundos, paisagens, retratos e autorretratos em redes sociais, descansos de tela, etc.

Os rumos recentes da crítica contemporânea procuram assinalar duas tendências na produção artística contemporânea, que diante da revolução tecnológica digital (numérica), se tornam imediatamente visíveis: de um lado, uma tendência leva artistas a adotarem técnicas artesanais de produção de imagens, no sentido de uma desaceleração da produção artística,

³²⁷ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p.31.

especialmente a fotográfica. De outro lado, um crescente número de artistas utiliza tecnologias de ponta, no sentido de desestabilizar noções que outrora foram definidoras tanto da fotografia quanto do cinema, como tempo e espaço.

A sobrevivência do pictorialismo, como estilo ou atitude, denota que artistas e fotógrafos seguem buscando reencontrar o valor de culto da obra de arte, perdido na no advento da fotografia industrial³²⁸, agora em uma escala própria da cultura de massas. Assim, críticos, fotógrafos e artistas se defendem da tecnologia por meios que remetem esteticamente – na sua vulgaridade –, ou conceitualmente – na experimentação artística –, aos princípios do pictorialismo novecentista.

Para desvendar a atualização de um movimento tão menosprezado ao longo da história da fotografia nos hábitos e na produção artística contemporânea, seria necessária a realização de uma arqueologia dos cruzamentos entre o moderno e o contemporâneo, e mais, entre o erudito e o popular.

A dificuldade em percorrer este caminho é a da possibilidade de perda da solidez científica diante do trânsito/movimento como objeto. A inevitabilidade do anacronismo deve ser considerada na formulação dos argumentos que fundamentam esta discussão.

Da relação entre fotografia e pintura, emergiu um movimento, o pictorialismo. A pintura traz em si uma história longeva de modelos estéticos e formais. Naturalmente, ao se espelhar na pintura para se legitimar como arte, a fotografia adotou uma boa parte desta tradição. Contudo, no Brasil, através da colaboração dos fotógrafos pictorialistas na imprensa nacional, como a revista *O Cruzeiro*, este modelo pictórico fotográfico, que já reverberava uma tradição literária romântica, adentrou as camadas mais populares que, diante da pobreza de meios materiais e distante dos grandes centros urbanos, reinventou a relação entre fotografia e pintura de modo criativo e muitas vezes mórbido, na tradição das fotopinturas.

Desta forma, o pictorialismo, entendido pelo princípio da relação entre fotografia e pintura³²⁹, ultrapassa sua origem de movimento artístico, datado historicamente e permanece ao longo do século XX, latente em formas da tradição erudita e popular.

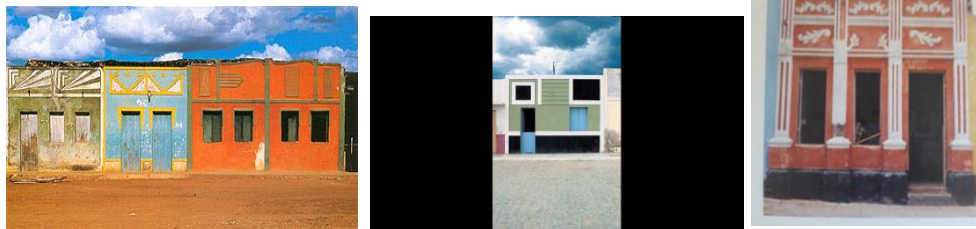
Não se deve esquecer, entretanto que o trânsito do erudito para o popular não é unilateral. Como se pode observar no trabalho de Ana Mariani, *Pinturas e platibandas*³³⁰, há

³²⁸ Conforme a formulação de Walter Benjamin. Ver BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

³²⁹ O movimento pictorialista pode ser compreendido sob diversos pontos de vista, como o adotado por Ângela Magalhães e Nadja Peregrino, do amadorismo, em seu livro sobre o fotoclubismo e a Sociedade Fluminense de Fotografia.

uma clara apropriação da cultura arquitetônica popular que visa a transformação destas imagens de fachadas de casas populares em obras de arte. Neste sentido, o trabalho de Mariani, remete e usa as estratégias de pintores como Tarsila do Amaral e Alfredo Volpi.

Em *Pinturas e Platibandas*, Mariani percorreu mais de oitenta municípios e vilarejos nordestinos, reunindo em torno de quinhentas fotografias de casas que registrou ao longo de dez anos, o trabalho dos moradores de pequenos vilarejos do sertão nordestino nas fachadas de suas casas. Estes trabalhos eram denominados “pinturas” pela população local, daí o título do seu trabalho. As platibandas se referem a parte superior da fachada que, escondendo o telhado, escondem também uma calha, que impede o gotejamento da chuva no meio da calçada. Segundo Mariani, as platibandas substituem os beirais portugueses. O colorido destas fachadas é resultado da mistura de cal com pó xadrez. Habitualmente, os moradores caiam suas casas, e as platibandas atendem, ao menos inicialmente, a uma demanda municipal. A ausência de tratamento, a frontalidade, a luz chapada que acentua a bidimensionalidade das imagens pode, à primeira vista, situar o trabalho de Mariani no escopo da fotografia realista. No entanto, através do conjunto das fachadas se percebe a dimensão cinética das suas pinturas e platibandas. O movimento e a noção de conjunto realçam as cores e formas da arquitetura popular em sua criatividade sem fim.



MARIANI, Anna. *Pinturas e Platibandas*, 1987.

A fotógrafa menciona as sobrevivências e apropriações de estilos como o *art-deco*, o neoclassicismo (pode-se observar até mesmo o construtivismo abstrato de Mondrian) pelos moradores/artistas, apontando para o movimento entre fórmulas artísticas. Pode-se observar nas suas imagens a pregnância destes estilos no imaginário popular.

As fotopinturas são aqui representadas pelas imagens da coleção do pesquisador Titus Riedl e pelo trabalho do mestre Júlio Santos.

³³⁰ O trabalho *Pinturas e Platibandas* foi exposto na França e no Brasil, onde foi publicado no catálogo *Façades: maisons populaires du Nordeste* (Catálogo). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.

Annateresa Fabris atribui à fotografia grande parte da produção de retratos no século XIX e separa uma produção fotográfica que está na raiz do pictorialismo através do trabalho de Julia Margareth Cameron ou Davis Octavius Hill, de outra, representada por Eugene Disderi, que com seu cartão de visita populariza o retrato fotográfico³³¹. Com Disderi, seria aberto um caminho em que a fotografia se entendeu, sobretudo, como identificação, jurídica ou social do indivíduo, acentuando sua qualidade de índice, até o surgimento do pictorialismo, primeiro golpe no caráter de objetividade já assimilado pela fotografia. Da colorização de fotografias, também atribuída a Disdéri³³², aos fotopintores da região do Cariri da segunda metade do século XX, em primeiro lugar mantém-se a polarização entre uma prática erudita e outra de caráter popular, já apontando para a cultura de massas.

A partir da segunda metade do século XX, especialmente nos rincões mais pobres do Brasil, popularizou-se o hábito das fotopinturas. Por fotopintura entende-se a imagem

(...) obtida a partir de uma base fotográfica em baixo contraste - que tanto pode ser uma tela quanto uma imagem sobre papel - sobre a qual o pintor aplica as tintas de sua preferência, geralmente guache, para o papel, e óleo, para as telas. Essa técnica apresenta a vantagem de dispensar a exigência de grande talento do pintor para o difícil gênero do retrato, transformando-o na maior parte dos casos num mero colorista, ao mesmo tempo que libera o cliente das fastidiosas sessões de pose exigidas pela pintura tradicional. Já em 1866 encontramos os primeiros praticantes deste processo no Brasil (...) ³³³.

No catálogo da exposição “Estes Outros: fotopinturas da coleção Titus Riedl”, Eder Chiodetto relata que

Antigamente, um retrato pintado era privilégio da elite. Nesse sentido a fotopintura chegou para democratizar o acesso ao retrato. Ao reforçar a hierarquia existente, realçando a serenidade e seriedade do retratado, reafirmavam-se valores patriarcais. É nessa busca - consciente ou não - da autoridade que eram acrescentados paletó e gravata, por exemplo, vestimentas que os retratados em geral não possuíam ³³⁴.

Praticada em regiões afastadas dos grandes centros urbanos a fotopintura pode ser compreendida como reminiscência do pictorialismo por aquilo que ela toma da pintura, isto é, pela intervenção direta das técnicas pictóricas (óleo, aquarela) na própria fotografia, abalando

³³¹ FABRIS, Annateresa. *Identidades virtuais: uma leitura do retrato fotográfico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 15/16.

³³² CHIODETTO, Eder. *Estes outros: fotopinturas da coleção Titus Riedl (catálogo)*. São Paulo: Terra Virgem, 2016, s.p.

³³³ ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras, 2019.

³³⁴ CHIODETTO, Eder. *Estes outros: fotopinturas da coleção Titus Riedl (catálogo)*. São Paulo: Terra Virgem, 2016, s.p.

o caráter reprodutível da imagem fotográfica. Certa estética fotográfica, também herdada da pintura, como a frontalidade dos rostos e os adornos do vestuário, subsistem na fotopintura. Contudo, todo um dispositivo próprio é engendrado a partir da fotopintura: desde a comercialização do trabalho, feita por mascates, à construção da memória e da identidade, coletiva e individual.

A colorização é uma prática realizada desde a invenção da fotografia³³⁵. A fotopintura no Brasil começa já nas fotografias feitas pelo exímio fotógrafo Geoges Leuzinger e se estende, como prática popular, até o final do século XX.

Eder Chiodetto observa que

De Disdéri aos fotopintores da região cearense do Cariri, na segunda metade do século XX, pouca coisa mudou sob o ponto de vista conceitual. De um lado, tem-se a pintura apresentando uma visualidade que tende a ser mais criativa e idealizada, e de outro, a base fotográfica servindo como parâmetro, como limitador da criatividade excessiva do fotopintor – dado que a semelhança com o retratado deveria ser mantida, sob pena do trabalho ser devolvido e não pago. Uma fotopintura, portanto, traz nas suas duplas camadas o embate histórico da representação que tem pintura e fotografia como protagonistas.³³⁶

Valdir Machado Guimarães, em sua dissertação sobre a fotopintura no interior do Paraná resalta como ela serviu de instrumento de transformação étnica de retratados que queriam esconder ou mascarar traços fisionômicos indígenas e/ou afro-brasileiros. Guimarães também destaca a possibilidade de realização das encomendas de retratos sem que o retratado estivesse presente: sua imagem poderia chegar às mãos do foto-pintor provinda de diferentes meios e muitas vezes em condições materiais precárias³³⁷.

A fotopintura comprova o deslocamento do pictorialismo do seu período histórico e possibilita sua analogia com as práticas artesanais e tecnológicas da cultura contemporânea. Neste caso, esta analogia só é válida se o anacronismo for considerado mais que uma ferramenta metodológica que possibilita a comparação entre objetos de natureza espaço-temporal diferentes, uma condição do conhecimento histórico³³⁸..

³³⁵ NAKAGAWA, Rosely. In: Júlio Santos: mestre da fotopintura (Catálogo). Fortaleza, CE: Tempo D'Imagem, 2010, p. 8/9.

³³⁶ CHIODETTO, Eder. Estes outros: fotopinturas da coleção Titus Riedl (catálogo). São Paulo: Terra Virgem, 2016, s.p.

³³⁷ GUIMARÃES, Valdir. *A história social da fotopintura cabocla no sertão de Pitanga, 1950 a 1975*. Dissertação de mestrado em História. Irati, PR: Universidade Estadual do Centro-Oeste, 2014, p.55.

³³⁸ LORAUX, Nicole. "Elogio do anacronismo". In: NOVAES, Adauto. *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

Com uma proposta e uma prática singular, o pictorialismo como movimento artístico da fotografia - Barthes diz que o “pictorialismo é apenas um exagero do que a Foto pensa de si mesma”³³⁹ – é distinto da fotopintura popular. Consideradas as condições socioeconômicas do sertão nordestino, é compreensível o anacronismo da fotopintura. O anacronismo do pictorialismo “erudito” é de outra ordem e remete a uma pretensão estética passadista e autoritária.

Tanto o pictorialismo erudito quanto o popular abrem as possibilidades de compreensão da imagem fotográfica além da categorização histórica e da crítica artística, ressaltando o papel da fotografia como suporte da memória e do afeto.

As fotopinturas oferecem uma

(...) diversidade de estilos, na riqueza contida na recriação do povo nordestino, nos laços de afetividade visíveis, nos detalhes do vestuário e das texturas, nos contrastes de cores saturadas e no embate entre reprodução fisionômica e ciração artística que repousa um testemunho popular, belo e pulsante sobre nossa identidade.³⁴⁰

A prática da fotopintura é uma tradição em meio a população mais desfavorecida da sociedade brasileira, ao menos até o final dos anos 1990.

Em especial no sertão do Nordeste, desde a segunda metade do século XX, desenvolveu-se o hábito das fotografias mortuárias. Imagens de pessoas mortas eram revividas através da pintura à mão feita em estúdios ou por fotógrafos viajantes. A pose frontal, recorrente nestas imagens, remete aos retratos 3x4 de identificação civil, que em algumas fotopinturas são ampliados e atualizados.

O pesquisador Titus Riedl dedica-se à pesquisa e restauração destas fotopinturas, agora em vias de desaparecimento, mas ressurgindo sob outra forma na fotografia digital. Seu âmbito de atuação é o sertão nordestino, mais especificamente a região do Cariri. Não obstante, o pesquisador também possui exemplares de fotopinturas realizadas em outros lugares do Nordeste e América Latina.

Nas fotopinturas da coleção Titus Riedl, “sem que nos apercebamos, estamos diante de retratos de pessoas mortas fotografadas no seu leito mortuário. Eles retornam à vida por meio

³³⁹ BARTHES, R. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p.52.

³⁴⁰ CHIODETTO, Eder. *Estes outros: fotopinturas da coleção Titus Riedl (catálogo)*. São Paulo: Terra Virgem, 2016, s.p.

da destreza de alguns fotopintores que habilmente reabrem seus olhos. A pintura ressuscita aquilo que a fotografia atestou como morto”.³⁴¹

Nesta coleção,

(...) mulheres finalmente vestem o sonhado vestido de noiva, famílias inteiras se reúnem pela primeira vez mesmo que os vivos nunca tenham encontrado os mais velhos nesta terra, homens que nunca vestiram ou vestirão terno e gravata aparecem trajando esses símbolos de ascensão social, assim como suas mulheres aparecem ao lado deles em belos vestidos, adornados com joias e pedras preciosas, e até o Padre Cícero e Frei Damião materializam-se ao lado das pessoas³⁴².

A transformação da imagem fotográfica em fotopintura, na prática sertaneja do Nordeste, revive o morto. Mas por mais retocadas ou até distorcidas que estejam estas imagens, para que possam ser atualizadas e revividas, precisam ser fotográficas. Como já foi dito antes, nelas o referente adere. O que persiste neste longo caminho é a abertura da imagem para a memória, que transmuta a ausência em presença.

Em dois dos catálogos das exposições de fotopintura, prática que na atualidade adentra o circuito da arte contemporânea precisamente por seu anacronismo e caráter popular, Rosely Nakagawa, curadora em ambos os casos, se refere aos retratos de Fayum, no Egito do século IV ao século II a.C., “feitos para perpetuar a imagem de um ente falecido”³⁴³.

Ao longo da história e, sobretudo na atualidade, os indivíduos criaram ferramentas ou dispositivos para lidar com a ausência provocada pela morte. Para os antigos egípcios a morte era apenas a passagem para a vida. Imagens, inscrições, objetos como joias, vasos, imagens pintadas, figuras de argila e até mesmo servos, poderiam ser enterrados junto à múmia. Neste universo de relíquias, a imagem é eloquente quando a escrita é hieroglífica e também em sua configuração como representação.

No Brasil do século XX, observa-se também a tradição de pinturas mortuárias, que ganhou a base fotográfica, agregando à imagem a característica própria da fotografia e da qual, para muitos autores, ela não pode se livrar: o referente. A presença do referente, acrescido de toda a fantasia que a imaginação pode criar com a pintura, torna estas fotopinturas, objetos de culto, além de se tornarem não apenas uma prática popular, mas também um indício da cultura visual de determinados grupos.

³⁴¹ Idem.

³⁴² Idem.

³⁴³ NAKAGAWA, Rosely. In: Interior Profundo – Mestre Júlio Santos, fotopintura (Catálogo). Fortaleza, CE: Tempo D’Imagem, 2012, p. 13.

A distância espaço-temporal entre estes dois universos é imensa: os separa praticamente toda a história da civilização ocidental. O fio condutor que une estes dois momentos da sociedade é a atitude humana perante a morte e as estratégias de amenização da dor ou de preservação da memória através dos ritos mortuários e da imagem visual, hábitos que parecem não perder sua atualidade.



Fotopinturas anônimas da coleção Titus Riedl.

A revolução tecnológica representou um grande desafio para a sobrevivência da fotopintura em um primeiro momento. Surpreendentemente, a força da tecnologia não representou seu fim, ao contrário. Desde a sobrevivência de fotopintores que migraram do analógico para o digital, como o mestre Júlio Santos, ao uso disseminado de ferramentas digitais que convertem fotografias em gravuras, baixo-relevos, pintura a óleo, aquarela ou grafite, a fotopintura sobrevive como gênero na cultura digital. No entanto, Júlio Santos, em seu depoimento no filme *Câmara Viajante* (2007), relata seu processo de mudança do analógico para o digital como uma morte, um “passamento”, a “perda de um ente querido”.

O pictorialismo parece ter assim alguma sobrevivência mesmo no universo digital. As diferentes técnicas de impressão possibilitam a sobrevivência da fotopintura em imagens que uma vez tratadas, podem ser impressas em canecas, pastas, como adesivos, em tela ou tecido. Ou seja, com a tecnologia digital, ao contrário de parecer, o pictorialismo se naturaliza. Subsiste como prática, atitude ou hábito, ainda que em outros suportes, como estes objetos ou a tela do telefone celular. Contudo, se a técnica não é a mesma, nem da pintura nem da fotografia, assim como o suporte da imagem também é outro, cabe questionar-se sobre o que

faz com que o pictorialismo, por meios distintos se reforce, se reinvente? A prática disseminada de *selfies*, que cada vez mais rende notícias, *memes*, críticas, estudos e até acidentes seria um sintoma desta magia que a fotografia ainda produz?

As fotopinturas revelam um caráter popular, uma espécie de pictorialismo de pobre, que para olhos treinados pela alta definição e pasteurização da qualidade da imagem visual, podem mostrar-se toscas, cafonas ou até mesmo assustadoras – muitas são, de fato, de pessoas mortas, encomendadas por familiares; mas mesmo quando há vivacidade no retratado, estas imagens soam a morte.

O circuito que envolvia a fotopintura se iniciava com a oferta das fotografias junto de tecidos que iriam servir para fabricar as roupas com que os clientes desejariam ser fotografados. Os mascates também levavam encomendas em que o cliente definia o que esperava da imagem a ser adquirida.

Estes comerciantes são chamados “bonequeiros”, espécie de “vendedores ambulantes que saíam pelo interior do Brasil com a tarefa de convencer viúvas a colorizar antigas fotos do marido morto – muitas vezes gerando, enfim, um retrato inédito do casal junto (...)”³⁴⁴..

Valdir Machado Guimarães se refere aos bonequeiros como criadores de uma tradição ou arte:

A arte ‘bonequeira’ tem em sua origem a região do Nordeste brasileiro, na recuperação de memórias muitas vezes quase perdidas e fotografias apagadas ou estragadas pelo tempo, buscando perpetuar nos retratados uma busca pela ascensão dentro de uma sociedade local, onde estes retratos eram preenchidos com roupas e acessórios, que permitisse uma estética mais apresentável, eliminando muitas vezes desde marcas de uma vida rural até mudanças de traços étnicos³⁴⁵.

Pelo viés afetivo, de construção da memória, nas fotopinturas o referente adere à imagem ao ponto de se tornar uma espécie de relíquia. Estas relíquias possuem uma singularidade: são fotografias, o referente está, ou esteve ali. Mas muitas destas imagens resultam de ampliações de retratos 3x4, restaurações de fotografias danificadas ou apagadas. São, portanto, únicas, por vezes reverenciadas em altares domésticos. Estas imagens desconcertam porque ressaltam e atacam a fotografia. O “está” ou “esteve” ali é um pressuposto da eficácia destas imagens como objetos de fetiche ou adoração. No entanto,

³⁴⁴ GUIMARÃES, Valdir. *A história social da fotopintura cabocla no sertão de Pitanga, 1950 a 1975*. Dissertação de mestrado em História.. Irati, PR: Universidade Estadual do Centro-Oeste, 2014. p. 64..

³⁴⁵ Idem.

diferentes tratamentos atenuam os efeitos do realismo fotográfico e reinventam a história daquela fotografia como objeto sobre o qual incidu o desgaste e fragilidade do papel fotográfico, e mais que restauram, fazem reviver aquela imagem duplamente morta, pela ação do tempo e pela própria fotografia, sempre denotando a ausência e a presença do referente.

Finalmente, pode-se concluir que em distintos contextos históricos e, portanto, sob distintas formas, há traços de continuidade e permanência do pictorialismo na cultura contemporânea. Estes traços se revelam não apenas pela atualização de técnicas artesanais da fotografia, mas pela necessidade de dotar a imagem visual da aura da obra de arte, tornando-a objeto de culto em museus ou lares.

Bibliografia:

AMAR, Pierre-Jean. *História da fotografia*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARTHES, R. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FABRIS, A. *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

_____. *Identidades virtuais: uma leitura do retrato fotográfico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

FATORELLI, Antonio. *Fotografia contemporânea: entre o cinema, o vídeo e as novas mídias*. Rio de Janeiro: SENAC, 2013.

FOTOPINTURAS. Coleção Titus Riedl (catálogo). São Paulo: Galeria Estação, 2011.

GUIMARÃES, Valdir. *A história social da fotopintura cabocla no sertão de Pitanga, 1950 a 1975*. Dissertação de mestrado em História.. Irati, PR: Universidade Estadual do Centro-Oeste, 2014.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Interior Profundo – Mestre Júlio Santos, fotopintura (Catálogo). Fortaleza, CE: Tempo D’Imagem, 2012.

LORAUX, Nicole. “Elogio do anacronismo”. In: NOVAES, Adauto. *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

MAGALHÃES, Angela PEREGRINO, Nadja. *Fotoclubismo no Brasil: o legado da Sociedade Fluminense de Fotografia*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2012.

MARIANI, Anna. *Façades: maisons populaires du Nordeste* (Catálogo). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.

MAUAD, A. M. (Janeiro – Junho 2008). “O Olhar engajado: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual” [versão eletrônica]. In: *ArtCultura 10* (16), 33-50. Uberlândia: Unibersidade Federal de Uberlândia.

MELLO, M. *Artesania Fotográfica – Catálogo*. Rio de Janeiro: Espaço Cultural BNDES, 2017.

MELLO, M. T. B. *Arte e fotografia: o movimento pictorialista no Brasil*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1988.

PEREGRINO, N. (1991). “O Cruzeiro”: a revolução da fotorreportagem. Rio de Janeiro: Dazibao, 1991.

PEREIRA, Sônia Gomes. *Arte brasileira no século XIX*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2008.

PIMENTEL, Leandro, FATORELLI, Antonio e CARVALHO, Victa (orgs). *Fotografia contemporânea: desafios e tendências*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

PHOTOGRAMMA. (1926-1931). Rio de Janeiro: Photo Club Brasileiro.

POIVERT, M. (janeiro – junho, 2008). “A fotografia francesa em 1900: o fracasso do pictorialismo” [versão eletrônica]. *Revista ArtCultura 10* (16), 9-18, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia.

RIEDL, Titus. *Ultimas lembranças: retratos da morte no Cariri, região do Nordeste brasileiro*. São Paulo: Annablume, Fortaleza: Secult, 2002.

SANTOS, Júlio (catálogo). *Júlio Santos: o mestre da fopintura*. Fortaleza, CE: Tempo D’Imagem, 2010.

_____. *Interior Profundo: Júlio Santos* (catálogo). Fortaleza, CE: Tempo d’Imagem, 2012.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte: UFMG, 2007.

Filmografia:

BUÑUEL, Luis e DALÍ, Salvador. *Um Cão Andaluz*. 1928

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

_____. A Idade de Ouro. 1930.

MARKER, Chris. La Jetée. 1962.

PIMENTEL, Joe. Câmara Viajante. 2007.

_____. Retrato Pintado, 2000.

Gênero e crise: a expectativa do Terceiro Reinado em meio à linguagem republicana

Cibele Camargos Pereira³⁴⁶

Resumo: A década de 1880 no contexto brasileiro é marcada pela crise das instituições políticas imperiais. A partir da análise das páginas do jornal "O Paiz", reconhecemos em meio a linguagem emitida pelo republicanismo uma tentativa de deslegitimar a possibilidade do Terceiro Reinado e a representação da sucessora, a Princesa Isabel de Bragança. Ademais, notamos que o vocabulário linguístico de contestação à perpetuação da monarquia fora orientado a partir da perspectiva de gênero. Sendo assim, verificamos uma cultura política patriarcal influenciando o processo de descaracterização simbólica da ordem imperial.

Palavras-chave: Crise do Império; Terceiro Reinado; Republicanismo.

Abstract: The decade of 1880 the brazilian context is marked by Brazil's Imperial State's crisis. We analyzed the O Paiz newspaper's pages, and observed in the republicanism language a decharacterization of the possible Third Reign and the representation of the successors, Princess Isabel de Bragança. In addition, the vocabulary of contestation to perpetuation the monarchy finded the genre. Therefore, the symbolic representation of the Empire was influenced by the patriarchal political culture.

Keywords: Empire Crisis; Third Reign; Republicanism.

Os anos finais do século XIX brasileiro são marcados pela emergência de uma nova cultura política de crítica à ordem imperial. A linguagem de contestação do regime propagada pelos grupos daquele contexto atingiu também a figura da sucessora do trono, a Princesa Isabel de Bragança. O movimento republicano, que se consolidou na década de 1870, atuou fortemente deslegitimando o futuro monárquico do país a partir da reprovação de um possível Terceiro Reinado. Conjecturamos se o gênero da princesa imperial tornou-se um artifício do

³⁴⁶ Graduanda em História pela Faculdade Saberes. E-mail: cibelescamargosp@gmail.com.

vocabulário linguístico republicano de crítica à herdeira da Coroa, sendo determinante para o sucesso da propaganda republicana e para o ocaso do império.

O contexto de deterioração do regime é expresso por Angela Alonso³⁴⁷ como gerado pelas desavenças no interior da elite e pela interrupção da agenda da modernização conservadora. Destaca também as modificações no âmbito econômico a partir da Lei Eusébio de Queiroz e das reformas de Rio Branco. Além disso, os meios de expressar opiniões tornaram-se mais acessíveis, como também o ingresso no ensino superior. Deste modo possibilitou-se a estruturação de um espaço público de discussão política nas áreas urbanas. Nesse ambiente compôs-se a contestação de elementos como a escravidão e a própria monarquia, assim emergia a crise.

A partir desta perspectiva, o surgimento de setores da elite imperial, descontentes com a ordem estabelecida relacionava-se à ocorrência de transformações no interior da própria elite imperial. Salientamos a incidência de uma nova geração política.

Assim, para Milene Ribas da Costa, a elite tradicional afeita e privilegiada pela ordem monárquica estabelecida, contrária às reformas, passou a conviver com um grupo ligado a novas experiências econômicas e proveniente de outros setores sociais, excluídos do sistema político e interessados em ocupar estes espaços³⁴⁸.

No campo das ideias, Karulliny Silverol Siqueira salienta que, o final do oitocentos brasileiro fora permeado pelo fluxo contínuo de teorias estrangeiras de caráter cientificista, evolucionista e progressista, assim conjuga-se uma nova linguagem e cultura política. A historiadora evidencia que, a crise definiu-se a partir do repertório de rechaço ao Estado monárquico, entendido como ineficaz, e pela exaltação da República, modelo do progresso.³⁴⁹

Compreendemos que os impulsos da contestação eram orientados pelos desejos dos marginalizados politicamente em construir a sua participação. Não se tratava apenas de republicanos visando impugnar a manutenção do sistema monárquico, as vozes dos liberais radicais também questionavam as formas como os caminhos do império eram conduzidos. A conjuntura que ensejou a formação dos novos grupos de intelectuais, bem como a oportunidade de seus posicionamentos serem expostos, foi responsável pela constituição da crise.

³⁴⁷ ALONSO, 2002.

³⁴⁸ RIBAS DA COSTA, 2006.

³⁴⁹ SIQUEIRA, 2016.

“Que é que pode ser o rei?” A linguagem republicana de contestação à ordem imperial

O Partido Republicano emerge no Rio de Janeiro, em 1870, composto por antigos membros do Partido Liberal. Karulliny Silverol Siqueira afirma que “mesmo alguns anos após a divulgação do Manifesto do Partido Republicano em 1870, ainda não havia indícios de consolidação do movimento republicano na província fluminense”.³⁵⁰ Para José Murilo de Carvalho “o partido teve vida irregular e muito diversificada geograficamente”.³⁵¹

Almejando compreender o processo de deslegitimação da ordem monárquica, investigamos as páginas do jornal “O Paiz”. Para tal fato, consideramos as indicações metodológicas de Pocock³⁵² e Skinner³⁵³, principais expoentes da Metodologia das Linguagens Políticas.

O periódico “O Paiz” possuía como redator chefe um dos mais engajados membros do Partido Republicano na corte. A folha era redigida por Quintino Bocaiúva e seus colaboradores, sua redação localizava-se na Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, sendo propriedade de João José dos Reis Júnior. Circulava de segunda a segunda e seus escritos misturavam questões políticas, culturais, econômicas, jurídicas, criminais, entretenimento, além das propagandas, que ocupavam, tradicionalmente, as duas últimas páginas.

O valor da assinatura anual da folha, na Corte e em Niterói, era de 12\$000, ao passo que nas demais províncias cobrava-se 16\$000, para aquisição do número avulso, investia-se 40 RS. Declaradamente neutro em relação às querelas dos partidos políticos, apresentando-se como espaço de articulação de ambos os grupos veicularem seus posicionamentos e propostas³⁵⁴.

Entretanto, o periódico propagava severas críticas à ordem estabelecida, direcionada aos membros do governo representativo, ao próprio monarca e seus familiares, ao Poder

³⁵⁰ Idem.

³⁵¹ CARVALHO, 2011.

³⁵² POCOCK, 2003.

³⁵³ SKINNER, 1996.

³⁵⁴ “Como é sabido, a nossa folha é neutra nas contendas dos partidos políticos que entre si disputam a preponderância no governo do Estado.” O Paiz, 26/06/1888, n°1358.

Moderador, ao parlamentarismo. Ademais, acusavam o governo de corrupção, além de rechaçar as tradicionais cerimônias e festas imperiais.

Em 28 de agosto de 1888, a folha dedicou-se a questionar os privilégios do regime monárquico e a inutilidade de um imperador, utilizando aspectos linguísticos que caracterizavam a busca por progresso, evidenciando a ordem estabelecida como arcaica.

Que do campo senhores, para o **governo de todos**, sobretudo para o **governo republicano, da pátria**, em vez da **exploração** de tudo e de todos para um e os seus, para a **monarquia, ociosa e privilegiada**. Se no **passado a ideia da pátria casava-se a ideia de rei**, é que o rei era o braço da pátria. Hoje, porém, **que é que pode ser o rei?** Alimento à árvore, sombra à ramagem, ou parasita dela? **Parasita [...]**³⁵⁵

De acordo com o vocabulário acima, percebemos um artifício linguístico republicano que almejava tornar sinônimos os termos democracia e república. Visto que, a República é caracterizada como “governo de todos”. Em contrapartida, a monarquia é associada aos vocábulos: “exploração”; “ociosa”; “privilegiada”.

Ademais, o jornalista propõe que o governo de um rei representa o passado. Notamos o uso de metáforas como recurso retórico. Sendo assim, o imperador é acusado de “parasita”.

A linguagem orientada pelo ideário progressista expõe a impossibilidade e a inutilidade de promover reformas na ordem vigente. É exposto que a monarquia é o passado, neste sentido, publica-se: “A monarquia é esterilização do passado, a leviana dissipação do presente e seria a catástrofe medonha do futuro nacional, se pudesse perdurar”.³⁵⁶

A linguagem republicana de deslegitimação do governo imperial também atingia a futura imperatriz, sucessora de D. Pedro II. Isabel de Bragança representava o futuro monárquico, sendo assim, sua imagem também foi alvo de descaracterização simbólica.

“Vai começar o Império das Missões”: a linguagem republicana de rechaço ao Terceiro Reinado

Considerando o contexto de crise do regime monárquico, é necessário analisar o vocabulário linguístico da elite política imperial republicana, que repudiava a instalação do Terceiro Reinado, considerado por eles como perpetuador dos privilégios monárquicos.

A historiografia tradicional acerca da Princesa Isabel e do seu envolvimento na crise do império é unânime em apontar três questões determinantes no processo. As teses de Pedro

³⁵⁵ O Paiz, 28/08/1888, n°1421.

³⁵⁶ O Paiz, 31/07/1888 n°1393

Calmon³⁵⁷, Mary Del Priore³⁵⁸ e Roderick Barman³⁵⁹ expressam a Questão Religiosa, Militar e da Abolição em associação às figuras do casal herdeiro do trono.

A linguagem de rechaço à herdeira da coroa que era difundida na imprensa republicana, parece ter sido corroborada nos escritos dos historiadores tradicionais. A explicação fornecida acerca da participação da Condessa d'Eu na crise do Império é um prolongamento das concepções tradicionais a respeito do ocaso da monarquia brasileira.

Além disso, observamos que os historiadores Robert Daibert Júnior³⁶⁰, Lucas Nachtigall³⁶¹ e Maria Luiza Mesquita³⁶², prosseguem traçando a representação de Isabel corroborando a argumentação tradicional.

Sendo assim, asseveramos que compreendemos o percurso da crise do Brasil Imperial segundo a perspectiva de Angela Alonso³⁶³. Neste sentido, ressaltamos que a finalização da ordem monárquica corresponde à emergência de uma nova geração de intelectuais em situação de exclusão do poder, que almejavam participação política. Desse modo, a nova geração compôs uma linguagem de contestação aos símbolos do regime imperial.

Nesta perspectiva, de acordo com Maria Luiza de Carvalho Mesquita, “na segunda metade da década de 1880, o problema da sucessão do trono do Império Brasileiro era um dos principais assuntos dos jornais”.³⁶⁴ Para Lucas Nachtigall, Isabel enfrentava ferrenha oposição das elites políticas em relação ao seu futuro como imperatriz. A figura do marido, Gastão d'Orleans, recebia ainda mais rejeição. Nesse sentido, o casal imperial convivia com as severas críticas da imprensa.³⁶⁵

A análise das páginas do periódico “O Paiz” fornece compreensão acerca dos vocábulos utilizados na composição da rejeição ao Terceiro Reinado e à figura da Princesa Isabel.

O republicano Aristides Lobo publicou um texto na coluna Partido Republicano da folha, acerca dos ataques sofridos pelo movimento. O jornalista denuncia, o que na sua visão, é um projeto de reparar o passado por meio da implantação do Reinado de Isabel.

³⁵⁷ CALMON, 1941.

³⁵⁸ DEL PRIORE, 2013.

³⁵⁹ BARMAN, 2005.

³⁶⁰ DAIBERT, 2001

³⁶¹ NACHTIGALL, 2015

³⁶² MESQUITA, 2009.

³⁶³ ALONSO, 2002.

³⁶⁴ MESQUITA, 2009.

³⁶⁵ NACHTIGALL, 2015.

É o **açamo do terror** que se lança **sobre a boca do país**, é o **silêncio e a submissão** que se exige em penhor do **ingresso sobranceiro do Terceiro do odioso reinado**, que os **áulicos famélicos** pretendem impor a este **povo americano**.

Os dias da **violência** estão iminentes **sobre a cabeça da nação**, e todos os cidadãos devem congrega-se em torno da ideia republicana, em nome de seus direitos e de seus brios ostentadamente afrontados.³⁶⁶

Notamos que o periodista faz uso de metáforas como artifício linguístico, através dos termos “açamo do terror”, “boca do país”, “áulicos famélicos” e “cabeça da nação”. Ademais, expõe através dos vocábulos “silêncio”, “submissão” e “violência” a situação que acredita ser a do país perante a possibilidade do Terceiro Reinado. Destacamos o termo “odioso” sendo utilizado para caracterizar o Terceiro Reinado.

Destacamos, a partir das fontes, que o vocabulário linguístico republicano do jornal direcionou suas críticas ao envolvimento de Isabel com a Igreja. A participação da Princesa em eventos religiosos é intensamente divulgada pela folha. Neste sentido, conjecturamos que o objetivo de tal fato residia em construir a representação de uma herdeira do trono monárquico controlada pela religião e incapaz de gerir o país.

A cerimônia religiosa de entrega da Rosa de Ouro à Princesa Imperial, por um sacerdote da Igreja, ocorreu no dia 28 de setembro de 1888. O evento realizou-se em honra da Princesa devido ao seu envolvimento na lei que aboliu a escravidão. Ademais, a construção simbólica da data residia no fato de que fora aniversário da Lei do Ventre Livre, também assinada por Isabel.³⁶⁷

Nessa perspectiva, nota-se que a cerimônia provocou indignação por parte dos republicanos, que utilizaram o evento para questionar o fervor religioso de Isabel. Os jornalistas d’O Paiz apontavam a intromissão eclesiástica nos assuntos de Estado, e afirmavam temer o futuro governo de Isabel. Na coluna “Partido Republicano” publicou-se o artigo denominado “A Rosa de Ouro”.

Vinte e oito de setembro, a data em que Rio Branco, após tremenda luta, conseguiu estancar para sempre a nascente da cauda monstruosa e perene da escravidão [...], essa data acaba de ser vergonhosamente **usurpada pela atual herdeira presuntiva da Coroa e, segundo a carta, futura imperatriz do Brasil**.

O presente da Rosa de ouro, inspirado pelos **conselhos do beatério**, símbolo da aliança jesuítica do Vaticano com o **conhecido e jesuítico fanatismo religioso e mundano da futura imperante**, essa **distinção quase**

³⁶⁶ O Paiz, 26/06/1888 n°1358.

³⁶⁷ O Paiz, 28/08/1888 n°1421; O Paiz, 28/09/1888 n°1452

doméstica, essa **graciosidade particular e íntima**, destinada, quando muito, ao testemunho e a **comemoração privada** de um suposto **esforço de piedade** para com uma raça desgraçada e oprimida.³⁶⁸

O artigo questiona o protagonismo da herdeira do trono na promulgação da lei que libertava os filhos das escravas. Utilizando o termo “vergonhosamente usurpada” denuncia o apagamento da atuação de Rio Branco no processo. Em seguida, notamos os vocábulos que eram atribuídos à Princesa Isabel a fim de evocar o controle da Igreja sobre sua mente e atitudes: “conselhos do beatério e jesuítico fanatismo religioso e mundano”.

Destacamos ainda que ao advogarem pela incapacidade de Isabel em gerir a nação, os republicanos questionavam o seu pertencimento ao âmbito privado, à vida domiciliar, às obrigações e à pureza do ambiente do lar. Evidenciamos que a cultura política imperial era patriarcal e delimitava as funções e ambientes pertencentes a cada gênero.

Sendo assim, identificamos um evento do âmbito público sendo associado aos sentimentos da vida privada de Isabel. No artigo referenciado são veiculados os vocábulos: “doméstica”; “graciosidade”; “particular”; “íntima”; “privada”, “piedade”.

A entrega da Rosa de Ouro prosseguiu sendo assunto nas páginas do periódico. No mês de outubro publicou-se um artigo editorial da Província de São Paulo, sob a justificativa de que “É tão justa e elevadamente acentuada neste artigo a situação do Brasil depois da **submissão da princesa ao chefe da Igreja** na Cerimônia da Rosa de Ouro que o transcrevemos para essas colunas”.³⁶⁹ Notem o uso do vocábulo “submissão” reforçando a linguagem republicana de associar a concretização do Terceiro Reinado ao domínio da Igreja sobre a nação.

No decorrer do artigo, o jornalista defende que a cerimônia de entrega da Rosa de Ouro à Princesa não contribuiu para melhorar a imagem da sucessora. Ao contrário, a solenidade afastou as simpatias nacionais da futura imperante, comprometendo a questão sucessória. O periodista advoga que a herdeira da Coroa falhará no juramento de obediência à Igreja ou à nação.

A **princesa católica**, obediente **ao chefe da Igreja Romana**, há de ser conhecida por **Isabel, a perjura**.

Como aceitou sem reservas a distinção pontifícia para a princesa obrigada ao juramento de obediência ao papa?

Espírito fraco, fanatizada pela educação, mal preparada cientificamente para corrigir os vícios dessa educação e antes predisposta a ser o

³⁶⁸ *O Paiz*, 28/09/1888 n°1452.

³⁶⁹ *O Paiz*, 08/08/1888 n°1462.

instrumento consciente nas mãos do jesuítismo, a futura imperatriz há de **sacrificar o seu juramento à nação ou obediência ao papa**, cuja autoridade é ilimitada, absoluta e indiscutível.

Não é uma imperatriz brasileira que nos preparam, é uma **confessada de jesuíta, escrava do dever para com a sua Ordem, serve humilde e obediente a uma autoridade estrangeira**.

Para a **fanática – os gozos mundanos e as glórias do céu**; para a **nação – as vergonhas e o progresso de Paraguai**.

Vai começar o **Império das Missões**.

Em guarda cidadãos!³⁷⁰

A tentativa dos republicanos residia em propor uma associação jocosa do nome de Isabel à sua aproximação com a Igreja. Sendo assim, veicula-se a alcunha: “Isabel, a perjura”. O artigo acima nos permite traçar o vocabulário linguístico que permeava a representação da herdeira do trono. Os termos “princesa católica”; “instrumento nas mãos do jesuítismo”; “confessada de jesuíta”; “escrava do dever para com a sua Ordem”; “serve humilde e obediente”; “fanática”, compõe a linguagem contrária ao governo da princesa. Destacamos que o Terceiro Reinado recebe a alcunha “Império das Missões”.

Os questionamentos do artigo atingem a educação da herdeira da coroa. Barman expõe que, o programa de estudos organizado por D. Pedro visava preparar Isabel para o papel que assumiria no futuro. Sendo assim, a partir do auxílio da aia Condessa de Barral, que fora escolhida atentamente pelo imperante, a moça mantinha-se ocupada, na sala de aula, nove horas e meia por dia, seis dias por semana³⁷¹. Contudo, esse ponto também é alvo do rechaço republicano, por meio dos termos: “fanatizada pela educação”, “mal preparada cientificamente”. Provavelmente, os conhecimentos de Isabel eram ricos. Entretanto, o jornalista possivelmente compreendia a eficácia na descaracterização da herdeira, ao esboçar que a sucessora não se destacava intelectualmente.

Ademais, o periódico expõe a intensa atuação do governo imperial e dos propagandistas do Terceiro Reinado em construir a representação de D. Isabel como redentora dos escravos. Contudo, a linguagem republicana explicitava discordâncias ao fato, afirmando que a abolição era “uma glória que não pertence [...] a regente”. O artigo da Gazeta do Povo de São Paulo, escrito por Muniz de Souza, é republicado n’O Paiz.³⁷²

Sendo assim, é abordado que “a lei do 13 de maio surgiu no coração fervente dos revolucionários”. E valendo-se da linguagem que atribui à princesa Isabel o fanatismo

³⁷⁰ Ibidem.

³⁷¹ BARMAN, 2005.

³⁷² O Paiz, 08/10/188 n°1462.

religioso, expõe que o ímpeto da Lei Áurea não surgiu no “coração da mulher que preferia o instrumento do Sr. White e o **sacrossanto cordão dos capuchinhos** a escutar as impertinentes conferências dos abolicionistas”. Para além, a ameaça do Terceiro Reinado é esboçada como o preparo da “família inimiga do povo” para “o predomínio clerical”.³⁷³

Neste contexto de ameaça à possibilidade de concretização do Terceiro Reinado, Joaquim Nabuco e André Rebouças defendem a instauração de uma Monarquia democrática popular.³⁷⁴ Entretanto, O Paiz expõe os pontos considerados discordantes no projeto. Alega-se que federação e monarquia são incompatíveis e que o requisito de aprovação do governo para instalação da proposta geraria duas respostas: “caso aceitasse, seria seu próprio suicídio; caso repudiasse, geraria reação popular democrática”.³⁷⁵

Averiguamos ainda que a linguagem de crítica à instalação do Terceiro Reinado é permeada pelas ideias evolucionistas e progressistas, em voga em fins do século XIX. Visto que, o repúdio ao plano dos abolicionistas e automaticamente ao Terceiro Reinado é justificado pela incompatibilidade com a “evolução”. O vocábulo “evolução” é associado à instalação, através de uma revolução, do sistema republicano federativo.³⁷⁶

Entre os artifícios linguísticos dos republicanos, identificamos a tentativa de afirmar que o Terceiro Reinado seria conduzido pelo esposo da futura imperante, o Conde d’Eu. Asseveramos a eficiência dessa linguagem em uma sociedade que compreende a mulher como submissa e obediente ao marido. Ademais, o pouco prestígio do príncipe francês também endossou essa opção no vocabulário de contestação.³⁷⁷

A associação do Gastão de Orléans ao futuro monárquico da nação é recorrente nas páginas d’O Paiz. Naquele contexto, o republicano Saldanha Marinho publica um artigo no

³⁷³ Idem.

³⁷⁴ Segundo Mesquita, o projeto da Monarquia Democrática popular ligava-se às estratégias dos defensores do futuro reinado de Isabel. A proposta residia na ideia de que reformas mais profundas na ordem estabelecida poderiam ser efetivadas a partir do governo de um monarca, e não de proprietários rurais. Outro ponto era o fato de que o Terceiro Reinado funcionaria como um período de transição para o governo republicano, evitando uma revolução: MESQUITA, 2009.

³⁷⁵ *O Paiz*, 25/06/1889 n°1722.

³⁷⁶ Idem.

³⁷⁷ O envolvimento de Gastão d’Orleans na Guerra do Paraguai atuou como munição para a linguagem republicana contestatória. “Não há no país quem desconheça as veleidades guerreiras do Sr. Conde d’Eu, que ama a guerra pela guerra ou pelos proventos que ela traz. O seu passado justifica esse juízo.

O marido da herdeira presuntiva do trono [...] lançou-se na guerra contra o Paraguai, guerra que ele fez prosseguir contra a opinião dos velhos generais brasileiros, contra os interesses e o bom nome do nosso povo e contra as sugestões da humanidade.

De tal sorte foi esse monstruoso crime cometido pelo Sr. Conde d’Eu, contra a tradição política internacional brasileira, que fazia do Paraguai o anteparo às ambições dos aventureiros, que quisessem restaurar o vice-reinado de Buenos-Aires [...]”: *O Paiz*, 04/11/1889 n°1854.

periódico convocando o povo em prol da implantação do novo governo republicano. O membro da maçonaria estabelece um ultimato: “Sim ou não pela monarquia. O **Paço** ou o **povo**. O Conde d’Eu ou a **liberdade**, a **indignidade** ou o **amor a pátria**”.³⁷⁸

Saldanha Marinho expõe uma linguagem que polariza o futuro da nação. Enquanto o Terceiro Reinado, governado pelo orleanismo francês, representaria o governo dos privilégios (esboçado pelo vocábulo “paço”), a república significaria democracia (evidenciada pelo vocábulo “povo”). Os termos “liberdade” e “amor a pátria” definem a ordem republicana, e são expressados em contraposição ao domínio de Gastão d’Orleans. O vocábulo “indignidade” vigora como sinônimo de Terceiro Reinado.

A fonte expõe o Conde d’Eu como ambicioso em assumir a coroa.³⁷⁹ Ademais, a linguagem evolucionista e progressista nomeia o regime imperial de “múmia política, que tem de esboroar-se ao sopro ardente e incessante das ideias novas”.³⁸⁰

Os termos “espantelho”; “nódoa negra”; “sombra”; “ridículo”; “aleijão”; “trave [...] ao progresso”; “destruição da pátria” compõe o arcabouço linguístico de deslegitimação da ordem monárquica. Ao Terceiro Reinado atribuí-se os vocábulos destacados: “é a véspera do **despotismo agiota, atrabiliário e jesuíta**”. De acordo com a linguagem evidenciada, notamos que a religiosidade da princesa e a melancolia imputada ao seu gênero configuram-se como munição para a descaracterização do futuro do regime imperial.³⁸¹

A folha prossegue expondo as inconsistências do Terceiro Reinado e propagandeando a república.

De um lado o **velho rei**, que, ao cabo de sua tarefa lenta e persistente de corrupção do caráter nacional, abandonado do povo a quem não quis, não soube ou não pôde servir, e dos áulicos que se voltam para o sol nascente, – apenas sofre a vida – **enfermo, desmemoriado, louco**; de outro lado – eles – a **princesa beata e ignorante** e o **marido estrangeiro, avaro, vingativo, déspota e inepto**.

Do **reinado da corrupção** vamos passar para o **reinado da vergonha... Vamos passar?**

– Não; **ele aí está, o aventureiro escondido na sombra do cadáver vivo do sogro**, garras afiadas, atirando seus botes contra o mísero leão adormecido – Os Loyos – a concussão oficial, a demissão de Moreira Pinto – vingança vil, a expedição de Mato Grosso, – a punição do pundonor militar, a Guarda Negra da redentora – o ódio de raças, os exército de titulares – o deslragamento da corrupção, a dádiva de 1:000\$ e o passeio principesco a

³⁷⁸ *O Paiz*, 13/06/1889 n°1710.

³⁷⁹ “O Conde d’Eu só abandonará o trono quando tiver contra si uma maioria verificada pelo Sr. Candido de Oliveira”: *O Paiz*, 22/08/1889 n°1780.

³⁸⁰ *O Paiz*, 09/09/1889 n°1798.

³⁸¹ *Idem*.

Santos flagelada – a **estupidez governamental**, – eis o conde que se apresenta em campo, eis o **Terceiro Reinado que inaugura ominosa, depravadamente**.

Não; **ele não vingará. O leão adormecido desperta** de um letárgico semi-secular e, sacudindo a juba violentamente, aguarda o abutre que se aproxima, para calcá-lo aos pés, sugá-lo, vencê-lo, e, livre então, sorver a longos tragos **o ar purríssimo da livre América**.

Não, o povo brasileiro não perdeu de todo a noção do caráter e do brio; – o **Terceiro Reinado não vingará**.³⁸²

Dentre suas características negativas, a Princesa é caracterizada como “beata” e “ignorante”. E Gastão recebe os adjetivos: “estrangeiro”, “avarento”, “vingativo”, “déspota”, “inepto”. As metáforas permeiam o vocabulário da folha. Neste caso, o povo fora o “leão adormecido”, que acordara para por fim ao Terceiro Reinado e proclamar a república.

A linguagem de contestação à possibilidade de sucessão de D. Pedro II obtém novos contornos, principalmente após a Terceira Regência de D. Isabel. Possivelmente sustentados na enfermidade do imperador, propaga-se que o chamado “reinado da vergonha” já se iniciou.³⁸³ Não é necessário depor Pedro II, a doença que o abateu já resolveu tal fato. O governo do casal d’Eu é temido, e é este que deve ser posto a baixo.

Nesse sentido, ressaltamos que o retorno do monarca da Europa (em 22 de agosto de 1888) provocou debates acerca da sua saúde mental e da gestão do governo. Em novembro daquele ano já se debatia a incapacidade de Pedro para administrar a nação. A folha *O Paiz*, publicou um artigo da Província de São Paulo acusando a existência de um acordo “entre o governo, os grandes do império e a Princesa Imperial” para esconder a enfermidade do Imperador.³⁸⁴

Utilizando o conceito de anarquia denunciavam que o casal d’Eu estaria regendo o país: “ele reina, mas outros que não os ministros e as câmaras governam por ele”. Ademais, o jornalista ironiza “Que boa escola para o Terceiro Reinado”.³⁸⁵ O republicanismo acusava que o Terceiro Reinado já havia começado.

Poucos dias antes da proclamação da República a linguagem d’*O Paiz* vociferava críticas a Gastão. Prossegue o idioma que denuncia que o governo já fora assumido pelos

³⁸² *O Paiz*, 09/09/1889 n°1798.

³⁸³ “Não aceitar o Terceiro Reinado, quer dizer passar recibo dos dois já encerrados, e liquidar o resto das instituições”.

“Porque é preciso compreender que o Terceiro Reinado é isto que já começou com a regência e que continuará, mal grado a chegada do Congo”: *O Paiz*, 16/08/1888 n°1409.

³⁸⁴ *O Paiz*, 02/11/1888 n°1487.

³⁸⁵ *Idem*.

príncipes imperiais. “Sabe-se que não é já Sua Majestade o Imperador quem dirige a política do Brasil; antes na consciência pública está a convicção de que Sua Alteza o Sr. Conde d’Eu é quem nos governa, inspirando direta ou indiretamente o ministério [...]”.³⁸⁶

O argumento de que o príncipe estrangeiro, que não possuía afeição popular, governava o Império tornou-se decisivo para a linguagem de rechaço à Monarquia. Não criticava-se o inválido imperador, que nascera para servir e governara o Brasil por tantos anos.³⁸⁷ A contestação seria mais facilmente aceita atingindo a figura do estrangeiro Gastão, e possivelmente mais eficaz para conferir legitimidade ao golpe republicano.

“A princesa beata e ignorante”: o gênero da sucessora na linguagem republicana

Consideramos que as críticas que afligiram o projeto do Terceiro Reinado estiveram estreitamente associadas à cultura política patriarcal da conjuntura imperial. A princesa Isabel de Bragança, primeira na linha de sucessão do trono, enfrentou sugestões da elite política para abdicar ao seu direito de sucessão em favor do seu filho mais velho ou de seu sobrinho, primeiro neto de D. Pedro II. O gênero de D. Isabel era determinante naquele contexto, e a pressão era clara para que uma mulher renunciasse em favor do governo de um homem.

É notável a influência do gênero da herdeira da coroa na linguagem republicana, que a estampa como fanática religiosa. O espírito fraco da mulher que é consenso para sociedade brasileira oitocentista, justifica a representação de Isabel como controlada pela Igreja. Nesse sentido, a sucessora é pintada como incapaz de governar, já que os eclesiásticos determinariam suas decisões.

A concepção patriarcal faz inúmeras críticas visando atingir também a capacidade intelectual de Isabel. Mesmo com o intenso programa de estudos imposto por seu pai, a ideia de que mulheres não possuem a mesma inteligência que os homens interfere na imagem da herdeira de Pedro II. Ademais, divulga-se o pertencimento de Isabel ao ambiente do domicílio como impedimento para seu reinado. Sendo assim não possui as características necessárias para atuar na política, no mundo público, como imperatriz.

³⁸⁶ *O Paiz*, 04/11/1889 n°1854.

³⁸⁷ “O sentimento geral da nação é de estima e respeito pelo chefe de estado, cuja pessoa hoje, sobretudo, que ele se acha enfermo e envelhecido, desperta a benevolência pública: *O Paiz*, 13/06/1889 n°1710.

Observamos que ao expressarem que o Conde d'Eu controlaria a nação, atuam por meio de uma noção vigente em que mulheres devem ser submissas ao marido. Nesse caso, a inferioridade de Isabel em relação ao homem comprometeria o sucesso de sua administração.

Notamos que o gênero da Princesa Imperial D. Isabel de Bragança foi um dos principais fatores que influenciaram diretamente a sua representação formulada e propagada pelo republicanismo.

Considerações finais

Consideramos que a linguagem republicana em seu percurso de dissolução dos símbolos imperiais, atingiu a representação da Princesa Isabel de Bragança. A sucessora de D. Pedro II correspondia à figura decisiva no prolongamento da instituição monárquica. Portanto, é importante verificar o vocabulário linguístico que compunha seu espelhamento, a fim de depreender a crise do Brasil Imperial.

Foi possível observar que o gênero de Isabel determinou a linguagem exposta a seu respeito. Evidenciamos que a excepcionalidade de uma mulher operando no âmbito público promoveu aviltantes representações de sua imagem.

As composições acerca da herdeira da coroa brasileira pautaram-se em uma cultura política constituída sob elementos patriarcais, indicando desqualificação da figura feminina. Neste sentido, a linguagem em voga na sociedade imperial acerca do feminino, determinou o vocabulário de contestação à perpetuação do regime.

Bibliografia:

ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento: A geração 1870 na Crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BARMAM, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

CALMON, Pedro. *A Princesa Isabel, "a redentora"*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

CARVALHO, José Murilo de. "República, democracia e federalismo". *Varia História*. Belo Horizonte: 2011, p.141-157.

DAIBERT JÚNIOR, Robert. *Isabel, a “Redentora dos escravos”*: um estudo das representações sobre a princesa. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2001

DEL PRIORE, Mary. *O Castelo de Papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, o conde d’Eu*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

MESQUITA, Maria Luiza de Carvalho. *O Terceiro Reinado: Isabel de Bragança, a imperatriz que não foi*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra, 2009.

NACHTIGALL, Lucas Suzigan. “Mas, e depois?”: *O Terceiro Reinado nos horizontes de expectativa do final do império (1888-1893)*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciência e Letras de Assis, 2015.

POCOCK, John G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

RIBAS da COSTA, Milene. *A implosão da ordem: a crise final do Império e o Movimento Republicano Paulista*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, 2006.

SIQUEIRA, Karulliny Silverol. *O Império das Repúblicas: Projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

SKINNER, Quentin. *As fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Leão I e as estratégias de expansão político-elesiásticas no século V

Claudio Mota da Silva³⁸⁸

Resumo: No século V, através de seus representantes, o movimento cristão buscou alternativas para se organizar em seu espaço de uso e pertença. Tal esforço engendrou um processo de interação entre os grupos de contatos eclesiásticos constituindo gradativamente uma relação de poder por meio de proponentes eclesiásticos de referência. A partir desse processo de construção observamos que a representação do bispo de Roma figurou um protagonismo de situação-final. O percurso que apresentamos recorta-se em dois sentidos. O primeiro nas estratégias de expansão do raio de atuação eclesiástico. O segundo nos modelos hierárquicos da Igreja. Questões que em parte escaparam à competência do bispo de Roma.

Palavras-chave: Igreja. Política. Eclesiásticos.

Abstract: In the fifth century, through its representatives, the Christian movement sought alternatives to organize itself in its space of use and belonging. This effort engendered a process of interaction between ecclesiastical contact groups, gradually constituting a power relationship through ecclesiastical reference proponents. From this process of construction we observe that the representation of the bishop of Rome figured in a leading role. The path we present is cut in two directions. The first in the strategies of expansion of the ecclesiastical radius of action. The second in the hierarchical models of the Church. Issues that partly escaped the competence of the bishop of Rome.

Keywords: Church. Politics. Ecclesiastics.

³⁸⁸Mestrando em História Política no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/UERJ). Especialista em História Antiga e Medieval: Cultura e Religião pela Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro (2016). Membro do Núcleo de Estudos de Cristianismos no Oriente (NECO, GT-HR/ANPUH-Rio) e do Grupo de Pesquisa do CNPq: Memória e Culto na Literatura Bíblica. E mail: claudiomotadasilva@gmail.com

Introdução

O itinerário percorrido nesse trabalho se dedica a um estudo sobre a construção representativa de personagens eclesiásticos no período tardo-antigo através de documentos de cartas remetidas aos grupos de contatos cristãos específicos e fixados em lugares distintos. O acesso às informações proporcionou um horizonte historiográfico voltado para a organização doutrinária, aplicação disciplinar e o exercício administrativo eclesiástico no século V.

A proposta em curso delimitou-se a utilização das cartas trocadas entre o bispo de Roma, Leão I (440-461), e outros grupos cristãos a partir de um processo de interação e ampliação eclesiásticas. O movimento de produção de epístolas eclesiásticas e a interlocução entre os proponentes, os quais protagonizaram as demandas nucleares das questões intrínsecas que perturbavam a estrutura da Igreja, servem a reflexão e análise pontuais dos fenômenos ligados à organização do pensamento cristão ocidental.

Segundo Juan Gonzales, as estratégias do bispo Leão se articularam sob a pressão dos povos germânicos nas fronteiras, as inflexões culturais e sociopolíticas, e a preocupação com os grupos cristãos que se insurgiam na estrutura eclesiástica. E que esses elementos lhe levaram a uma mobilização mais intensa na sua administração ampliando o seu raio de atuação e jurisdição eclesiástica.³⁸⁹

Ao identificarmos uma dada realidade político-eclesiástica que subsistiu através de um sistema de poder que se manteve mediante às hierarquias definidas, escolhemos trabalhar com o conceito de representação esboçado por Roger Chartier, o qual foi considerado um utensílio importante para a História Cultural. Para o historiador francês as práticas e as representações, através de uma rede de sociabilidade, são construídas e determinadas pelos grupos que detêm o poder de um discurso despido de neutralidade, o que gera, sem dúvida, sentimento de disputa pela dominação mediante as hierarquias.³⁹⁰

Daí, consideramos três circunstâncias importantes em nosso estudo sobre as formas de interlocuções através de epístolas: (1) a da múltipla configuração intelectual constituída através dos diversos grupos sociais: palacianos, eclesiásticos, e fiéis; (2) a do modo de

³⁸⁹ GONZALES, Juan Carlos Mateos. *As Cartas Cristológicas*. LEÃO, Papa de Roma. Editorial Ciudad Nueva. Espanha: Madrid, 1999., p.16-17.

³⁹⁰ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Garlhardo. 2ª edição. DIFEL. 2002a.p. 17-28.

interação social por meio das práticas humanas e da construção de uma dada identidade sociorreligiosa, num cenário de incidências dogmáticas, cismáticas, e das trocas de poder; (3) por fim, a da representação da forma institucionalizada do poder político-religioso e do uso da força, que busca legitimar e perpetuar um determinado domínio das ideias entre os grupos cristãos.

O trabalho consiste em três pontos que consideramos importantes na trajetória da produção de regulamentos da vida cristã e dos desdobramentos da articulação político-eclesiástica entre os personagens eclesiásticos de referência. O primeiro na relação do bispo de Roma com os bispos das igrejas que estão nas regiões periféricas ou adjacentes latinas. Buscou-se aí apresentar um quadro onde há um esforço da parte de Leão para aproximar esses líderes sua forma de governo criando mecanismos de regulamentação das práticas eclesiásticas disciplinadas. O segundo retrata a realidade que está para além da vida eclesiástica suburbicária romana, a documentação de epístola denota o problema ocasionado em regiões gaulesas. O bispado de Roma atuou como juiz nas questões de deposição irregular dos bispos da Gália. O terceiro demonstra a atuação de Leão nas regiões da África. Os sacerdotes africanos de Maurítânia reclamaram sobre as ordenações desordenadas, a invasão dos vândalos e as desordens administrativas e disciplinares nas coisas da Igreja.

Leão e as questões eclesiásticas suburbicárias

Ao considerar a proposição de Gonzales e o uso da epistolografia eclesiástica observou-se, através de uma carta enviada por Leão ao bispo da igreja de Aquileia, que as notícias que chegavam à Roma denunciavam que um grupo de eclesiásticos pelagianos foram acomodados pacificamente em comunhão sem uma prévia investigação. Aí, de acordo com a narrativa epistolar, as denúncias feitas evidenciavam o mal governo eclesiástico do bispo metropolitano. Para o remetente (Leão) esse fenômeno de acomodação pacífica colaborou para o crescimento de um pensamento cristão estranho entre os fiéis.

A orientação direcionada ao bispo de Aquileia consistiu na convocação urgente de um sínodo que levasse os denunciados a confessar em público o abandono das práticas pelagianas, a condenação dos que tais doutrinas praticavam e a declaração de total adesão aos

decretos que a autoridade da Sé Apostólica sancionou contra as doutrinas consideradas heréticas, o que incluía os ensinamentos de Pelágio.³⁹¹

Pelágio (350–425 d.C.) foi um monge natural da Grã-Bretanha, ou da Irlanda, que difundiu o ensinamento de que o homem possuía absoluta liberdade ou autossuficiência, e que, por isso, podia viver sem pecado e acessar, assim, a sua salvação. Ignorava toda a retórica contida na doutrina do pecado original, a qual foi defendida por grandes padres da Igreja, dentre os quais ele encontrou maior oposição nas ideias de Agostinho (354 - 430 d.C.) de Hipona.³⁹²

Em outro documento de carta encontramos problemas eclesiásticos e sociais ocorrendo nas províncias italianas de Campania, Picenum, Etrúria e outras. Quanto ao relacionamento de Leão com essas igrejas suburbicárias tem-se a seguinte informação:

As igrejas suburbicárias em território romano, que dependiam do vigário de Roma, estreitaram suas relações com o Pontífice, e isso resultou em “reformas disciplinares, canônicas e de governo pastoral”. A reforma leonina engendrou normas aos bispos suburbicários num primeiro momento e noutro nas sedes episcopais que estavam sob a jurisdição eclesiástica da Igreja de Roma. Segundo o Papa Leão, as dioceses deveriam atentar para as novas regras eclesiásticas: (1) a proibição do batismo em dias santos ordinários, como no Natal e nos dias dos mártires; (2) a permissão da realização do batismo na Vigília da Páscoa e de Pentecostes, desde que houvesse uma boa preparação catequética; (3) a delegação de poderes aos bispos para convocarem um conselho na admissão de sacerdotes que foram influenciados pelas heresias pelagianas, os quais ao serem admitidos deveriam seguir os decretos sinodais promulgados pela Sé Apostólica; (4) que os sacerdotes e diáconos que se afastaram da Igreja de Roma por aderirem às heresias, antes de serem incorporados ao quadro eclesiástico, deveriam, contudo, provar a sua conversão e fidelidade, não esperando qualquer tipo de oneração; e (5) que a violação das normas ocasionaria rigorosas disciplinas, como, por exemplo, a da deposição do bispo responsável pela diocese.³⁹³

Nessas igrejas provincianas estavam sagrando escravos para a função de sacerdote. Esse modo de administração do crescimento do corpo clerical gerou conflito hermenêutico das leis canônicas - se havia ou não precedente para esse tipo de prática - e desordem social, porque os senhores reclamavam à autoridade sobre os escravos ordenados sem autorização.

³⁹¹ LEÃO, Papa de Roma. *The letters and sermons of Leo, the Great, bishop of Rome*. Tradução, introdução e notas de Charles Lett Feltoe. Nova Iorque/Londres: The Christian Literature Company/Parker & Company, 1895. Col. A select library of Nicene and Post-nicene Fathers of the Christian Church, s. 2, n. 12. Ep. 1, p. 15-17.

³⁹² MONDONI, Danilo. *História da Igreja na Antiguidade*. 2ª edição. Edições Loyola, São Paulo, 2000, p.163.

³⁹³ SILVA, Claudio Mota. *O Papa Leão e o Concílio de Calcedônia: Dogma, Cisma e Poder, em 451*. Editora Prisma- RJ, 2018, p. 34.

Além desse problema, temos o da prática do matrimônio entre o clero. Na narrativa epistolar há uma denúncia de que homens que se casaram com viúvas ou mais de uma vez estavam sendo ordenados ao sacerdócio, o que era proibido segundo uma antiga lei canônica.

A contextualização dos fatos exigiu a deposição dos sacerdotes que não atendiam às exigências canônica. Nas mesmas regiões foram denunciadas e proibidas as práticas usurárias. Esse movimento epistolar nas regiões italianas evidencia um grande esforço por parte do bispo de Roma para se organizar em seu raio de ação e atuar como centro da representação da autoridade petrina.

Leão escreveu a Anastácio, bispo de Tessalônica e metropolitano do Ilírio, orientando sobre a administração relacionada ao exercício de funções coordenativas (atos voltados aos presbíteros e diáconos que estavam sendo consagrados qualquer dia da semana, enquanto os bispos só aos domingos) e disciplinares (delimitação do espaço de ação do metropolitano e da sua obrigação a igreja de Roma).³⁹⁴ No processo de organização e administração das igrejas nas regiões do Ilírio, Leão I orientou de seguinte forma ao metropolitano:

Deixe serem ordenados sacerdotes por todas essas igrejas inconsideravelmente, para que seja feito um justo julgamento sobre aqueles que serão eleitos, se o seu escrutínio, irmão, for temido. Mas que há alguns bispos contrários à nossa ordem, os quais estão sendo ordenados em sua metrópole sem o seu conhecimento, agora eles não têm uma posição segura conosco, os quais tomando em si mesmos essa responsabilidade prestarão conta de suas presunções. Contudo, a cada metropolitano está concedido o poder de ter o direito de ser ordenado na sua província, então desejamos que esses metropolitanos sejam sagrados, mas não sem um justo julgamento. Pois, embora pareça que todos os que são sacerdotes consagrados devam ser aprovados e agradáveis a Deus, ainda assim desejamos que tenham uma excelência peculiar, os quais sabemos que presidirão os irmãos sacerdotes que a eles forem designados. E nós o admoestamos, amado, a fazer com que isso seja feito com mais diligência, para que seja provado que você mantém este preceito ensinado pelos apóstolos: “Não imponha as mãos a ninguém precipitadamente”.³⁹⁵

Não só há uma tentativa de aproximação do bispo de Roma às igrejas suburbicárias e à metrópole do Ilírio, como também em outras regiões, onde encontramos um movimento de interação entre os protagonistas eclesiásticos ocidentais e o enquadramento da construção de um discurso de dependência em situação-final circunscrito à decisão da corte eclesiástica romana.

Leão e as demandas religiosas gaulês

³⁹⁴Cf. LEÃO, Ep 6,3-6.

³⁹⁵Idem.

Na epístola enviada aos bispos gauleses temos uma denúncia do surgimento de conflitos existentes entre os bispos da região da Gália, que atualmente corresponde a França. De acordo com a narrativa epistolar havia uma tradição mantida entre os sacerdotes e outros personagens provincianos dessa região de enviar cartas à corte eclesiástica romana sobre eventuais desajustes correlacionados à prática cristã. Conforme o bispo de Roma relatou, foram inúmeros os casos de apelação resolvidos com o propósito de manter-se “a unidade da paz” entre os sacerdotes. Segundo Gonzales, esse tipo de consulta era feito geralmente quando os problemas eram complexos ou insolúveis, o que incluía aquelas de apelações de bispos importantes que foram depostos.³⁹⁶

A nova denúncia feita pelos sacerdotes dessa região a Roma tratava de um tema voltado para o desarranjo eclesiástico promovido pelo bispo Hilário. O registro epistolar consiste na centralização do poder religioso e na relativa insubmissão ao simbolismo representado na figura do trono de Pedro. Esses fenômenos expressos denotam um ambiente de contraste nos modos de operação da hierarquia eclesiástica. A prática de ordenação em todas as províncias da Gália transferida para Hilário ensejou uma autoridade que se colocava acima dos sacerdotes metropolitanos e diminuía certa intensidade religiosa impregnada na imagem de São Pedro.

Hilário reclamou o direito de episcopo superior das igrejas em regiões gaulesas e para que o seu projeto desse certo não hesitou em depor o bispo Celedônio da região de Arles. Com essa atitude ocasionou uma desordem entre os sacerdotes provincianos e metropolitanos gauleses.

Percebendo que um grupo de sacerdotes insatisfeitos contra a sua atitude está administrando igrejas em sua jurisdição decide promover uma incursão acompanhado por uma escolta de soldados armados para retirá-los a força de suas funções. Sobre isso Leão relatou:

Chegou ao nosso conhecimento que um grupo de soldados armados acompanham os padres pelas províncias ajudando a invadir agressivamente as igrejas, as quais perderam seus próprios sacerdotes. Perante esse tribunal são colocados para as cidades a ordenação de homens desconhecidos. Pois, aquele que é conhecido e aprovado é procurado em paz, mas o que é desconhecido ao se apresentar deve ser estabelecido pela violência³⁹⁷

³⁹⁶ GONZALES, Op. Cit., p.22.

³⁹⁷ C.f LEÃO. Ep. 10.

A sua intervenção de Caledônio para substituir os bispos contrários ignorou a opinião eclesiástica e dos fiéis. Daí, Leão considerou que tal prática religiosa, por negar a autoridade representativa do bispo primaz de Roma, deve ser considerada ilegítima não devendo ser absorvida pelo cristão da Gália.³⁹⁸

O bispo Celedônio recorreu à Sé da cidade de Roma, onde uma investigação feita por Leão sobre o assunto apontou irregularidades nas ações eclesiásticas de Hilário. Isso invalidou a deposição de Celedônio, e reabilitou a sua posição no bispado de Arles.³⁹⁹

Hilário, mesmo recorrendo à corte romana, foi deposto e condenado à prisão pelo bispo de Roma. Esse modelo de aplicação da lei canônica nas regiões da Gália evidencia uma intenção de impedir o surgimento de um governo eclesiástico mais independente e manter as sedes episcopais dessa região sob a hierarquia de Leão intensificando as relações com o corpo episcopal gaulês.⁴⁰⁰

Leão e as demandas cristãs nas Astúrias

A epístola leonina de número 15 é conhecida como antiprisciliana. Por meio desta Leão respondeu aos aspectos cristológicos considerados heréticos denunciados pelo bispo Toríbio. A sua preocupação estava relacionada com um movimento religioso complexo chamado de prisciliano, mas a sua percepção não focou exclusivamente as questões cristológicas. Ele tratou de outros temas relevantes como trinitários, antropológicos, morais e ascéticos, dando um alto valor as questões teológicas e históricas.

No ano 380 d.C., na região da atual Espanha, surgiu um movimento religioso liderado por um leigo asceta chamado Prisciliano, que foi sagrado ao bispado da região de Ávila por um grupo de bispos defensores das suas ideias. Com práticas ascetas diferentes das normalmente praticadas, ou coordenadas, pela Igreja no Ocidente, foi acusado de bruxaria e maniqueísmo, e condenado à execução em 385 d.C. pelo imperador Máximo (335–388 d.C.).⁴⁰¹

Tal movimento de ideias e práticas teve a sua circulação durante o século V, perdendo no final deste século a sua expressão por causa do seu envolvimento na acusação de

³⁹⁸ Ibidem.

³⁹⁹ Ibidem.

⁴⁰⁰ C.f LEÃO. Ep. 10, 3–6

⁴⁰¹ GONZALES. Op. Cit., p.81-109.

maniqueísmo. As suas ideias foram tiradas de circulação e os seus escritos destruídos. No final do século XIX foram encontrados dez tratados atribuídos a Prisciliano, junto a uma documentação relativa à sua condenação, os manuscritos são datados dos séculos V-VI.⁴⁰²

Toríbio foi feito bispo de Artoga próximo aos anos de 440-445. Percebeu que na Galícia tinha crescido a influência das ideias prisciliana nas igrejas. Vários bispos apoiavam esse tipo de pensamento religioso. Diante de tal situação preparou um documento resumitivo de suas posições, comparando as fontes distintas e classificando suas doutrinas sob os diversos argumentos as registrou. Para efeito de sua performance bispal sobre essa demanda religiosa em sua administração eclesiástica escreveu uma epístola ao papa Leão com dezesseis proposição.⁴⁰³

Segundo Gonzales, o termo epístola pode denotar pelo menos dois sentidos. O primeiro voltado ao conceito de *carta privada* (*litterae*). Esse gênero possui um tom pessoal e alinhado ao estilo convencional que lhe é próprio. O segundo pode ser compreendido através de *carta pública*. Esse modelo compõe uma finalidade de fazer-se conhecer a um público direcionado. Ele assume uma elaboração em conformidade aos cânones literários. Esta distinção já era utilizada de modo definitivo no epistolário de Cícero, e que tal operação epistolográfica perfilou em muito a literatura cristã.⁴⁰⁴

Partindo dessa orientação de gênero literário voltado a produção de epístolas, afirma que o documento de carta enviado ao bispo Toríbio empenhava ambos sentidos. Quando o documento se refere ao informe oficial atua como função de epístola. Quando alude um tipo de resenha enviada aos coobispos espanhóis, então aí possui sentido de relação privada, isto é, *littereas*.⁴⁰⁵ O relacionamento de Leão com os bispos espanhóis segue um modelo fronteiro entre o público e o privado. Questões que não deixam escapar ao estilo de sua forma própria de escrever aos grupos de interlocuções e consolidações da organização eclesiástica e da definição de seu lugar como representante do trono de Pedro.

Que admiravelmente lhe ver comovido em defesa da verdadeira fé católica e com a qual oferecete a consagração de seu ministério pastoral em ajudar o rebanho do senhor!, como mostram-me os escritos de tua irmandade, o qual seu diácono nos tem entregado, que, em vossa região, a enfermidade do erro tem se espalhado através de uma antiga epidemia. Na exposição de tua carta

⁴⁰² Todos se encontram conservados na Biblioteca Universitária de Wurzburg, na Alemanha. MORESCHI, Claudio & NORELLI, Enrico. *História da Literatura Cristã Antiga e Latina II: Do Concílio de Niceia ao início da Idade Média*. Tomo I. Tradução de Marcos Bagno. Edições Loyola, São Paulo, 2000, p. 366–367.

⁴⁰³ GONZALES, Op. Cit., p. 82.

⁴⁰⁴ Ibidem, p. 86.5.

⁴⁰⁵ Ibidem.

há uma série de instruções e os textos de teu opúsculo falam de que o odor ruim dos priscilianistas voltou a brotar entre vós. Pois não há imundícia alguma no pensamento de qualquer dos ímpios que não conflua neste princípio: mesclaram muitos despojos procedentes de todo a imundícia de opiniões mundanas, de modo que alguns bebiam de tudo e outros saboreavam algo.⁴⁰⁶

Um outro caso que notamos sobre preocupação de Leão ocorreu com as ocupações das regiões espanholas através das invasões germânicas, e isso interrompeu parcialmente a aplicação das leis canônicas em alguns territórios espanhóis.

Vejo que desapareceria toda preocupação pela honra, romperia-se todo vínculo conjugal e destruiria o direito humano e divino ao mesmo tempo, se se seguir permitindo a estes homens viver desta maneira e com esta ocupação em qualquer lugar. Ainda que esta disposição se prorrogue durante algum tempo mais, devido a mansidão da Igreja que, embora satisfeita pela sentença sacerdotal, evita os castigos cruéis, ainda ajudando nas severas disposições do príncipe dos cristãos. Os que temem o suplício corporal com frequência recorrem a um remédio espiritual. Devido a isto, a invasão do inimigo se estendeu a muitas províncias e condicionamentos próprios da guerra impediram a promulgação da lei.⁴⁰⁷

Segundo Gonzales, Leão tinha conhecimento do processo de invasão que está acontecendo na Europa. Os vândalos, alanos e suevos cruzaram Reno iniciando a conquista dos territórios da Gália. Ocuparam os espaços sem defesa dos Pirineus. Com isso as províncias espanholas se encontraram a mercês dos invasores. Os saques e assassinatos nas zonas rurais se agravaram com a fome e a arrecadação de impostos nas cidades.⁴⁰⁸

A maioria dos bispos espanhóis - como é o caso de Toríbio- permaneceram em suas sedes para atender os fiéis, embora alguns, abandonando suas dioceses, se uniram ao número de refugiados. Nesse ambiente político-social os priscilianos gozaram de plena liberdade para propagar-se rápido e facilmente, sem medo dos editos imperiais, pois não havia nenhuma autoridade civil que os podia fazer cumprir.⁴⁰⁹

⁴⁰⁶ Cf. LEÃO, Ep. 15.

⁴⁰⁷ Ibidem.

⁴⁰⁸ Segundo Baschet, o primeiro contato dos povos germânicos com o Império Romano Ocidental ocorreu de modo pacífico e migratório, através do relacionamento de trocas de produtos, mão de obra qualificada, e do serviço militar, que se desenvolveu a partir das fronteiras. O termo “bárbaro”, segundo o autor referido, carrega em si um reducionismo e, portanto, um juízo de valor ao padrão de homem ideal, ou seja, o que faz uma comparação entre romanos e germânicos, civilizados e não civilizados; portanto, seria inapropriado desconsiderar a importância da cultura germânica nesse contexto, uma vez que os próprios romanos sentiram a necessidade de se apropriarem dela. BASCHET, Jerome. *A Civilização Feudal: do Ano Mil à Colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006, p.49-50.

⁴⁰⁹ GONZALES, Op. Cit., p. 84.

Em resposta ao pedido de ajuda de do bispo Toríbio, o bispo Leão destacou os problemas ligados as ideias priscilianas. Apesar de o ambiente entre as cidades espanholas não ser nada favorável, o bispo espanhol foi orientado a convocar um sínodo geral, mas, que em último caso, se a presença dos bispos fosse inviável por causa dos conflitos entre romanos e germânicos, que, ao menos, os padres comparecessem para ouvirem em voz alta na assembleia a leitura de sua epístola, onde consta a informação de que o bispo Idácio⁴¹⁰ figuraria um personagem importante nas decisões do conselho.⁴¹¹

Leão e as igrejas africanas

O raio de atuação de Leão se estendeu, também, às igrejas em regiões da África ocidental. Potentius escreveu à Roma sobre os problemas litúrgicos, morais e disciplinares, que estavam ocorrendo em Maurîtânia.

O clero africano atravessou no seu meio uma ruptura hierárquica. Um grupo de sacerdotes protestou às nomeações consideradas desordenadas a função de bispo. Os leigos estavam sendo promovidos ao alto escalão eclesiástico, e isso gerou divergências entre os que há muito tempo prestavam serviços eclesiásticos e esperavam as suas ascensões promocionais, os inexperientes candidatos ordenados, que agora ocupavam a função de bispos entre igrejas africanas. Tem-se ainda notícia de homens casados duas vezes, ou com viúvas, sendo ordenados ao sacerdócio, e a exoneração irregular de bispos.

Naturalmente, o que diz respeito à dignidade sacerdotal, observamos que ,de acordo com todos os estatutos dos cânones, a saber, os bispos não devem ser consagrados em nenhum lugar, aldeia, ou onde não se tenha consagrado antes; pois onde os rebanhos e as congregações são pequenos, os cuidados dos presbíteros podem ser suficientes, enquanto isso a autoridade episcopal deve presidir apenas rebanhos maiores como das cidades amontoadas, a menos que contrário aos decretos de inspiração divina dos santos Padres, o ofício sacerdotal seja designado as aldeias e propriedades rurais ou regiões desconhecidas e pouco povoadas, e a posição de honra, para a qual apenas os encargos mais importantes devem ser dados e mantidos baixos, a partir do número exato deles. O bispo Restitutus relatou que essas coisas aconteceram em sua própria diocese, e com razão solicitou que, que aos bispos que foram ordenados no lugar indevido quando morressem naturalmente, os próprios

⁴¹⁰ Pesquisadores que trabalham com a Crônica de Idácio (400-468 a.C.), bispo espanhol, afirmaram que a invasão dos bárbaros, termo utilizado pelo cronista, na Península Hispânica, exigiu o uso da violência armada e da pilhagem, coisas que faziam parte da cultura dos suevos, vândalos e alanos, mas, também de tratados políticos de paz. SILVA, Leila Rodrigues de. DINIZ, Rita de Cássia Damil. *Suevos na Crônica de Idácio e nas Histórias de Isidoro de Sevilha*. Brathair - Revista de Estudos Celtas e Germânicos v. 10, n. 2 (2010), p.16-18.

⁴¹¹ Ibidem.

lugares deveriam voltar a jurisdição do mesmo responsável a quem esses pertenciam anteriormente e estavam ligados. De fato, é inútil que a dignidade sacerdotal seja diminuída pelas multiplicações supérfluas do ofício por meio da complacente consideração do ordenador.⁴¹²

Com as invasões dos vândalos em regiões da África, surgiu, também, um problema sociorreligioso, o do voto de castidade das virgens que foram estupradas pelos germânicos: quais seriam os seus lugares na Igreja? O bispo Leão dá o seguinte parecer aos sacerdotes africanos:

Agora, as que têm feito voto sagrado de virgindade [como dissemos acima, cap. viii.] e sofreram a violência dos bárbaros perdendo sua castidade não no espírito, mas no corpo, consideramos que tal situação deve levar em conta que elas não devem ser colocadas na categoria de viúvas e nem ainda contadas no número das virgens santas e imaculadas: se perseverarem na vida virgem, no coração, e na mente guardarem a realidade de castidade, não devem negar lhes a participação nos sacramentos, porque é injusto que sejam acusadas ou marcadas pelo que seus desejos não se renderam, mas que foram roubadas pela violência.⁴¹³

O documento epistolar indica que os bispos africanos agiam arbitrariamente, ou com quase nenhuma dependência da Sé Apostólica de Roma⁴¹⁴. Talvez porque considerassem os concílios africanos uma autoridade maior.⁴¹⁵

Através de seus representantes, o movimento cristão buscou alternativas para se organizar em seu espaço de uso e pertença. Tal esforço engendrou um processo de interação entre os grupos de contatos eclesiais constituindo gradativamente uma relação de poder por meio de proponentes de referência.

Portanto, a partir do processo de construção da administração eclesial em estudo, observamos que a representação do bispo de Roma figurou um protagonismo de situação-final recortado a um esforço para implementação de estratégias de ampliação de seu raio de ação e da aplicação de um modelo hierárquico eclesial em regiões distintas.

Referências:

BASCHET, Jerome. *A Civilização Feudal: do Ano Mil à Colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006.

⁴¹² C.f LEÃO. Ep. 12

⁴¹³ Ibidem.

⁴¹⁴ Ibidem.

⁴¹⁵ PASTOR, Don Francisco Perez. *Diccionario Portatil de los Concílios*. Madrid: En la Imprenta de Antonio Perez de Soto, 1772, p.42-43.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Garlhardo. 2ª edição. DIFEL. 2002a.

CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: A história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre. 1ª edição. Universidade/ UFRS, 2002b.

GONZÁLES, Juan Carlos Mateos. *Cartas Cristológicas*. Espanha: Madri. Editorial Ciudad Nueva, 2010.

LEÃO, Papa de Roma. *As Cartas Cristológicas*. Tradução, introdução e notas de Juan Carlos Mateos Gonzáles. Editorial Ciudad Nueva. Espanha: Madrid, 1999.

LEÃO, Papa de Roma. *The letters and sermons of Leo, the Great, bishop of Rome*. Tradução, introdução e notas de Charles Lett Feltoe. Nova Iorque/Londres: The Christian Literature Company/Parker & Company, 1895. Col. A select library of Nicene and Post-nicene Fathers of the Christian Church, s. 2, n. 12.

PASTOR, Don Francisco Perez. *Diccionario Portatil de los Concílios*. Quien la dedica al limo. Sr. D.Pedro Rodríguez Campomá nes, Fiscal del Real, y Supremo Consejo de Castilla, y de la Cámara, Director de la Real Academia de la Historia, &c. En Madrid : : En la Imprenta de Antonio Perez de Soto. Ano de MDCCLXXII (1772),

SEABRA F., J. EPISTOLOGIA – CÍCERO E SÊNECA. *PRINCIPIA*, Revista do Departamento de Letras Clássicas e Orientais do Instituto de Letras - LECO - INSTITUTO DE LETRAS - CEH – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ano 14, Nº. XXIII, 2011. ISSN 1415-6881. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/principia/issue/view/491>>. Acessado em: 09/04/2016.

SILVA, Leila Rodrigues de. DINIZ, Rita de Cássia Damil. *Suevos na Crônica de Idácio e nas Histórias de Isidoro de Sevilha*. Brathair - Revista de Estudos Celtas e Germânicos v. 10, n. 2 (2010), p.16-18.

SILVA, Claudio Mota. *O Papa Leão e o Concílio de Calcedônia: Dogma, Cisma e Poder, em 451*. Editora Prismas- RJ, 2018.

VASCONCELLOS, LAURA. “AS CARTAS DE HELOÍSA A ABELARDO. QUE MODELOS?.” *Universidade do Porto. Modelo: actas*. (2005). Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/site/geral.aspx?id=3&tp=6>>. Acessado em: 20/04/2016.

O poder bélico das palavras: o discurso vencedor dos republicanos liberais na queda da Monarquia no Brasil (1870-1891)

Daiane Lopes Elias*

Resumo: Com a adoção do vocabulário da política científica pelos republicanos liberais para questionar a monarquia brasileira, estabeleceu-se uma guerra discursiva que construiu imagens opostas entre os regimes de governo. A Monarquia passou a ser lida como sistema arcaico e de privilégios, enquanto que a República foi associada ao progresso e ao governo de si. Assim, procurou-se compreender como a construção discursiva dos republicanos liberais venceu a disputa política, a partir do estudo de seus atos de fala, principalmente, ao adaptarem e ressignificarem termos que permitiram o surgimento de um novo contexto linguístico eficaz na mudança de regime político do Brasil.

Palavras-chave: Republicanos liberais; Discursos políticos; Sistemas de governo.

Abstract: As liberal republicans adopted the lexicon of scientific politics to question the Brazilian monarchy, a discourse war took place, one which created opposing images for each form of government. Monarchy would be seen as an archaic privilege-based system, while the republic became associated with progress and self-governance. Therefore, we aim to understand how the discourse constructed by liberal republicans won the political dispute, drawing from their speech acts, in particular where they adapted and attributed new meaning to terms that would usher the emergence of an effective new linguistic context for the shift in political regime in Brazil.

Keywords: Liberal republicans; Political speeches; Government systems.

Com a crescente insatisfação de alguns grupos sociais em relação ao Império, a partir da segunda metade do século XIX, vê-se surgir na sociedade de então contestadores políticos

* Daiane Lopes Elias é pós-doutoranda do Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: daiane_elias@yahoo.com.br

que tentavam implantar a ideia de crise do regime monárquico, com a eclosão de intensas críticas, propagadas nos mais variados meios, como, por exemplo, imprensa, *meetings*, clubes, conferências e partidos. A intenção dos contestadores era, primeiramente, instaurar um ambiente hostil à permanência da monarquia em um possível Terceiro Reinado, para depois se apresentarem como nova alternativa política para a condução do país. O ataque viria de diferentes frentes, que acusavam a monarquia e os Bragança de não conseguirem resolver as principais questões que convulsionavam a sociedade nos novos tempos, tais como o centralismo político, federalismo, escravidão, imigração, entre outras do período. Assim, muitos desses insatisfeitos setores da sociedade se uniram em um movimento contestador, com objetivo de promover a reforma social que pudesse dar conta das importantes demandas surgidas na Modernidade.

O debate de ideias ficava cada vez mais acalorado e dentre as soluções possíveis estava a mudança de regime político. Não por acaso, a terceira força partidária surge no ano de 1870, o Partido Republicano irrompe no cenário político defendendo a substituição do sistema de governo, acentuando a diferença entre os regimes, no qual a monarquia era lida como arcaica e a república entendida como a garantia de futuro promissor ao país, sendo ela a modernidade e o progresso. Contudo, seria necessário ao grupo dos republicanos liberais criar uma argumentação própria e combativa para ir de encontro à sólida tradição imperial, dessacralizá-la e, com isso, garantir o protagonismo da cena política nacional, vencendo a disputa pelos postos de mando do país. Não bastava destituir a monarquia, era preciso também sair vitorioso da disputa travada com as demais correntes contestadoras e concorrentes (tais como os republicanos positivistas e jacobinos, ambos de inspiração francesa) aos cargos de mando à época.

As palavras foram entendidas como arma política contra o Império e o vencerem ao conseguirem contradizer a narrativa oficial. Assim, a corrente republicana liberal tinha através das falas de Alberto Sales, em São Paulo, Quintino Bocaiúva, na Corte, e Assis Brasil, no Rio Grande do Sul, importantes contra-argumentos aos pilares da narrativa imperial, debate decisivo para implementar uma nova realidade política ao Brasil. A tríade republicana-liberal não apenas dessacraliza a Monarquia como também instala a república liberal a partir de 1889, tendo no texto da Constituição de 1891 a consagração da vitória de seu viés liberal. Optou-se assim por investigar a ação desse trio de forma mais minuciosa, não apenas por serem eles alguns dos mais importantes expoentes da corrente contestadora que

representavam, mas também porque devido à localização geográfica em áreas distintas do território nacional, conseguiram um maior alcance na propagação das ideias de seu grupo de forma a solidificar uma linguagem unificadora e coesa que fez frente aos valores imperiais e os venceram.

Como fora dito, a insatisfação em relação ao regime monárquico foi o motor necessário para que as várias propostas políticas contrárias ao *status quo* surgissem e se intensificassem no debate, a partir da segunda metade do século XIX, dentre elas se destacam as que hasteavam a bandeira republicana para que a mudança de regime se desse o quanto antes. Contudo, embora as correntes possuíssem significados próprios atrelados ao conceito de república e, por isso mesmo, guardassem consigo suas especificidades, formavam no conjunto um movimento contestador capaz de gerar críticas intensas que originaram um ambiente político desfavorável à permanência da Monarquia.

Desse modo, fizeram escolhas para criar uma linguagem eficaz ao intervir e instaurar o novo regime que poria fim à falta de protagonismo político dos contestadores. Por meio da linguagem combativa não apenas criavam o novo, mas o constituíam a partir da crítica aos valores, práticas e instituições monárquicas. A deslegitimação do Império se deu pela inversão discursiva, tudo aquilo que se referia à monarquia encontrava seu pleno oposto no vocabulário contestador republicano. Invertia-se o espelho para criar um ambiente favorável para que a nova linguagem instaurasse também uma realidade inédita: a república brasileira. Foi devido à insatisfação com o regime monárquico, visto a impossibilidade deste de solucionar as tensões e demandas existentes na sociedade, bem como a busca de maior inserção nos círculos de poder, que se intensificou a batalha política pela organização do país. Os contestadores então se dividiram pelas correntes republicanas positivista, jacobina e liberal do período. O embate discursivo colocava em oposição os conceitos antitéticos de monarquia e república. A monarquia identificada pelos republicanos como sendo um regime de privilégios, de corrupção dinástica, despótico e de atraso, enquanto que a república era, por excelência, associada ao governo de si, à plena soberania popular, ao bem comum, ao talento e ao progresso. O recurso aos pares de antônimos era muito usado na retórica dos grupos contestadores para denegrir a imagem monárquica, ao mesmo tempo em que se fortalecia a imagem da república.

Fator que contribuiu foi ser o século XIX intensamente marcado pelas teorias científicas de reforma como, por exemplo, positivismo, evolucionismo, cientificismo e

darwinismo social.⁴¹⁶ O diálogo dos contestadores com essas teorias possibilitou a formação de uma nova linguagem política republicana que, feita a seu modo, para fins práticos e não de mera divagação, optou por entender a república brasileira como a forma de governo do progresso, como último estágio da evolução social, ou ainda, como o desvelar do estado positivo. Assim, observa Maria Tereza Chaves de Mello em relação aos grupos contestadores do período:

Essa cultura democrática e científica penetrou profundamente na sociedade brasileira do final do Império. Ela renovou o vocabulário e a semântica. Sob suas premissas passaram a se pensar as “questões” nacionais. O mais importante, é que ela configurou um novo sistema simbólico que colocou em cheque os modelos montados pelos construtores do Império, trazendo para a arena pública a percepção da crise de direção que vivia o regime.⁴¹⁷

A necessidade de superar a fase monárquica, que passara a ser sinônimo de atraso e crise no discurso republicano, tornara-se a ordem do dia. A crença no progresso a fez anacrônica e o choque entre os dois conceitos de velho (monarquia) e novo (república) ocorreu.

Cada grupo político desenvolveu um significado próprio para a república que almejava implantar, o que demonstrou a grande mobilização de recursos semânticos não apenas para mudar a realidade do Brasil, mas para que, ao se alterar essa realidade, se garantisse os postos de comando aos “líderes” dos grupos contestadores. A busca pela inserção no campo político fora o elo comum dos opositores do Império. Sendo assim,

Meetings, imagens, efeitos de retórica, formações discursivas, ilustrações e até mesmo a repressão policial foram elementos ótimos para afetar os olhos, os ouvidos e a emoção, sendo, por isso, fatores eficazes na desintegração do

416 É importante destacar que as obras de teoria científica não se situaram temporalmente tão somente no Oitocentos, mas, de acordo com Tânia Bessone, houve “Registros e comentários a respeito de obras mais lidas ou muito ‘faladas’ na primeira década do século XX”, dentre as quais estavam a dos principais autores utilizados no Oitocentos quando se tratava de teorias científicas tais como: Spencer, Darwin, Comte, Haeckel, etc. Ver FERREIRA, Tânia Maria T. Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. p. 142. Vale sublinhar ainda que a doutrina positivista, por exemplo, infiltrou-se tanto na sociedade brasileira, adentrando pelo século XX, que chegou a ser tema de música popular brasileira, intitulada “Positivismo” e cantada por Noel Rosa, que também tinha parceria na letra com o jornalista Orestes Barbosa. O trecho seguinte é emblemático: “o amor vem por princípio, a ordem por base, o progresso é que deve vir por fim. Desprezaste esta lei de Augusto Comte e fostes ser feliz longe de mim”. A referida música nasceu no famoso Café Nice, como conta MÁXIMO, João; DIDIER, Carlos. *Noel Rosa: uma biografia*. Brasília: Editora UnB, 1990. p. 246-247.

417 Ver MELLO, Maria Tereza Chaves de. “A República e o Sonho”. In: *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG, vol. 27, n°45, jan-jun 2011. p. 124.

regime, graças à instauração de um novo clima, que impregnou as mentes num simbolismo renovado.⁴¹⁸

Dessa maneira, a guerra discursiva fez uso dos mais variados recursos e episódios na tentativa de construir atos de fala eficazes ao combate e, assim, instaurar um clima desfavorável à permanência do império no Brasil. Com o estudo das enunciações dos principais representantes republicanos é que se torna inteligível o período de contestação do Brasil-Império, visto que se permite uma melhor compreensão das particularidades, motivações e interesses dos contestadores, sobretudo dos liberais, vitoriosos na disputa pelo poder.

Como observou Maria Tereza Chaves de Mello, em relação à oratória, o grupo de propagandistas da república “buscava [...] seduzir a platéia, ávida de discursos grandiloqüentes e predisposta à submissão pela palavra e pela teatralização gesticulatória”.⁴¹⁹ Por isso, a propaganda se tornou uma das maiores e melhores armas para deslegitimar o *status quo* monárquico. Fora desse modo que os seus discursos se tornaram arma contra o Império e instrumento de caráter pedagógico na disputa pela organização do país, o que era facilitado pela formação de base retórica do período compartilhada pelos contestadores.⁴²⁰ Assim, explica-se a importância dada à propaganda feita na imprensa,⁴²¹ *Meetings* e/ou Clubes, que,

418 MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007. p. 11.

419 *Ibidem*, p. 52.

⁴²⁰ Nesse sentido, um bom exemplo é o curso anexo à Faculdade de Direito de São Paulo e a própria instituição de ensino superior em si que permitiram uma formação comum na arte retórica, como destaca Sérgio Adorno em seu livro *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. Sobre a Faculdade de Direito é importante destacar que seu espaço ia além da formação de bacharéis, visto que a instituição extrapolava o ambiente da sala de aula e o compartilhamento de seu universo pelos alunos era também voltado para a aprendizagem/atuação na esfera política. Os estudantes tinham como prática a escrita em jornais, na literatura e em peças de teatro. Para isso, contavam com o mesmo treinamento de retórica, como destacou Sérgio Adorno sobre a prática que visava envolver emotivamente seus ouvintes e/ou leitores. O domínio da retórica e a atuação na política caminhavam juntas. Por isso, é importante ressaltar a formação retórica comum no ambiente educacional de São Paulo, haja vista que muitos dos futuros contestadores do Império passaram pela instituição quando estudantes. Essa mesma base de ensino também gerava uma visão de mundo compartilhada, através do contato com ideias, autores e obras de cunho filosófico-político em voga no século XIX, já que a vida acadêmica permitiu a criação de um espaço social comum e possível para o envolvimento e participação dos estudantes nas lutas políticas. Essa mesma formação em São Paulo também contribuiu para que, *a posteriori*, a propaganda política tivesse características semelhantes. Exemplo disso foi a própria construção da campanha republicana, tanto através de seus escritos políticos, quanto de seus discursos, com argumentos, jogos de palavras e estratégias linguísticas comuns. É desse modo que o curso anexo à Faculdade de Direito e a própria instituição de ensino superior constituem fator fundamental à formação das ideias políticas compartilhadas e críticas do Império, na segunda metade do século XIX.

⁴²¹ A propaganda era feita, sobretudo, via imprensa que, em fins do Oitocentos, serviu de espaço possível para a batalha discursiva entre os ideais republicanos contra a monarquia, afinal a imprensa muitas vezes ao longo da

como forma primordial de intervenção no debate da época, intensificou a disputa no campo linguístico, sendo capaz de criar uma linguagem política republicana que fora eficaz ao deslegitimar o Império e ao justificar o “novo”. Assim, a república passava a ser “o regime das oportunidades para todos os letrados alijados das oportunidades públicas na quadra final da Monarquia”.⁴²² Apresentada como a

expressão do progresso material, do triunfo da liberdade, do advento da democracia e da instauração de uma ordem mais racional. A República, enfim, como progresso e como ordem; como um ponto de chegada inevitável e como ponto de partida de um novo processo que se procura ter sob controle.⁴²³

Afinal, com o estabelecimento de um novo regime as esperanças de oportunidades e de um maior espaço político se renovaram. E por ser a sociedade brasileira oitocentista fragmentada, a proposta apresentada pelos republicanos liberais foi a que melhor se adequou às circunstâncias nacionais, já que o coletivo era entendido como o somatório de interesses particulares. O discurso liberal centrado na valorização do interesse pessoal se adequou à sociedade brasileira que tinha como uma de suas principais marcas a inexistência da nação.

Todavia, os anos iniciais do novo regime mostraram que o ideal republicano liberal, pensado antes de sua implantação, não correspondeu à realidade de então, pois o que prevaleceu foi o espírito predatório, sem comprometimento com a virtude republicana. O problema de equilibrar o público e o privado se manteve, embora a corrente vitoriosa pregasse o não patrimonialismo, o não apadrinhamento de cargos e a seleção pelo mérito individual. As velhas práticas continuaram, inclusive com a “nova elite política” que entre o público e o privado optou por satisfazer seus interesses pessoais, algo típico em uma sociedade fragmentada sem um forte sentimento de pertencimento, a nação não fora construída pelo Império e os elos sociais ficaram inconclusos na República que deixara de ser dos sonhos para cair num real de corrupção já conhecido há tempos. Desse modo, explica-se o estado de frustração que se instalou nos anos seguintes a 1889.

Com a proclamação da República, realizada pelos adeptos de um viés liberal de republicanismo, surge o entusiasmo por mudanças e por maior participação política,

história se desenvolveu “como um dos meios de transformação, de incitamento à transformação”. Ver PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história: nove entrevistas*. São Paulo: Editora Unesp, 2000. p. 170-171.

422 Ver MELLO, Maria Tereza Chaves de. “A República e o Sonho”. In: *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG, vol. 27, nº45, jan-jun 2011. p. 130.

423 Ver MATTOS, Ilmar Rohrloff de. “Do Império à República”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 2, n. 4, 1989, p. 165.

principalmente dos setores que não se sentiam protagonistas no cenário político do país. No entanto, esse entusiasmo vivido no momento da proclamação logo viraria sentimento de frustração, sobretudo pela impossibilidade de mudanças efetivas quanto a maior participação política. Desse modo, notou José Murilo de Carvalho,

a mudança de regime político despertava em vários setores da população a expectativa de expansão dos direitos políticos, de redefinição de seu papel na sociedade política, razões ideológicas e as próprias condições sociais do país fizeram com que as expectativas se orientassem em direções distintas e afinal se frustrassem. O setor vitorioso da elite civil republicana ateve-se estritamente ao conceito liberal de cidadania, ou mesmo ficou aquém dele, criando todos os obstáculos à democratização.⁴²⁴

O autor ressalta também que “o liberalismo foi utilizado pelos vitoriosos como instrumento de consolidação do poder, desvinculado da preocupação de ampliação das bases deste poder”.⁴²⁵ Percebe-se assim a permanência, ou mesmo, a construção de mecanismos capazes de afastar a intervenção dos “cidadãos” na cena política, o que se tem é uma briga de elites que, para se manterem no poder, afastam a grande parcela da população das decisões políticas do país.

Contudo, da chegada ao poder até sua permanência no protagonismo político do país, os republicanos liberais fizeram vasto uso de recursos retóricos para convencer e mover à ação um maior número de adeptos aos seus ideais. Desse modo, vale destacar que desde a Antiguidade Clássica, passando à Idade Média, com sua tradição escolástica, e chegando à Modernidade a arte retórica permaneceu ativa, haja vista, por exemplo, os estudos oferecidos na Universidade de Coimbra (instituição que recebeu grande parte dos filhos da elite brasileira). O estudo de retórica chegou ao Brasil e fez parte da formação estudantil da maioria dos pensadores oitocentistas, inclusive, do trio de republicanos liberais aqui estudados, sobretudo durante a estada no curso anexo e/ou na Faculdade de Direito de São Paulo.

O conhecimento da arte retórica é identificado, principalmente, pelas características discursivas adotadas e pela importância dada à palavra, seja através dos registros das falas proferidas durante as participações em *meetings* e conferências, ou ainda em seu vasto uso na imprensa da época. Assim, apenas para destacar alguns pontos comuns existentes na tríade de

424 Ver CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 64.

425 *Ibidem*, p. 65.

republicanos liberais, pode-se começar pelo que seria a consciência do valor conferido ao orador, sua importância e prestígio, em uma sociedade de forte tradição oral sua figura célebre era percebida e explorada, algo evidente nas publicações em jornais, ou mesmo em obras de cunho teórico, ou ainda nos discursos proferidos, tanto por Alberto Sales, quanto Quintino Bocaiúva e Assis Brasil nas mais diferentes regiões do país. O trio de republicanos contava com conhecimento no meio político e da imprensa e eram respeitados e debatidos nos espaços destinados à discussão política. Várias são, por exemplo, as notas elogiosas ou de debate dos argumentos na cena política nacional, publicadas nos jornais de época sobre a atuação dos três como importantes oradores. Além do valor e prestígio atribuídos à figura de cada orador, sabiam também da importância da palavra bem dita e articulada para um auditório, ou mesmo leitores, previamente conhecidos, no qual direcionavam suas falas. O conhecimento prévio dos ouvintes e/ou leitores orientava à boa construção discursiva e auxiliava à sedução pela palavra e criação de imagens mentais, visando posterior adesão à causa apresentada. Não à toa, Quintino Bocaiúva, por exemplo, dirigia-se aos militares tendo como um dos temas centrais a necessidade de uma maior valorização e participação política dos mesmos. A tentativa de cooptá-los à causa republicana era evidente.

Outra característica importante era a escolha precisa de quem citar para dotar o texto de autoridade necessária ao convencimento. O trio republicano possui em comum o empréstimo do vocabulário da política científica⁴²⁶ e, obviamente, esse fato traz consigo nomes de peso dos considerados grandes pensadores do século XIX. As citações a Comte, Spencer, Darwin, por exemplo, são presentes e recorrentes em suas narrativas. Mas não só, pois iam para além das citações de autoridades do período, já que mesclavam ainda aos nomes expressões de época, retiradas das obras desses pensadores. A grande presença, por exemplo, dos *slogans* positivistas é uma marca e dá a dimensão das técnicas retóricas utilizadas conscientemente pelos republicanos liberais.

Deve-se destacar também outra característica discursiva importante que era a escolha de uma linguagem por vezes direta e violenta, sobretudo, nos manifestos, pronunciamentos e em jornais de época, dando claro tom de ataque à família real, atribuindo-lhe ofensas através de ironias, sarcasmos, hipérboles e pela inversão dos significados de uma dada palavra de seu sentido original. Assim, garantiam a agressão verbal e a contínua deslegitimação da imagem real, com o intuito evidente de minar a permanência do governo imperial. A construção de

⁴²⁶ Sobre a adoção da linguagem da “política científica” ver ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.176.

imagens antagônicas dos regimes, pela adoção de conceitos políticos antitéticos no texto, foi fundamental para a inversão discursiva e para contradizer a narrativa oficial até então vigente. O recurso aos pares de opostos no meio político nacional, via batalha discursiva, permitiu, por meio da crítica, a criação e propagação da ideia de “crise do regime imperial”, estratégia que aprofundou e demarcou o antagonismo com o choque entre as linguagens, antiga e nova, do período.

Maculava-se a imagem monárquica, simultaneamente, fortalecia-se a ideia de um Brasil republicano, reforçando a tensão entre tradição *versus* modernidade. O embate se dava na arena da palavra bem usada e ressignificada para a obtenção de um fim prático: a proclamação da República e a ocupação pelos republicanos liberais dos postos de mando do país. Para isso, renovaram e adaptaram o vocabulário da política científica que tinham pego de empréstimo, assim colaram à imagem da monarquia o signo da decadência e, desse modo, criaram uma nova visão de mundo para o cenário nacional, colocando à prova a tradição e sua perpetuação frente à possibilidade do novo.

A guerra discursiva inaugurou um novo entendimento sobre o cenário político nacional, e, com isso, foi capaz também de ressignificar o entrelaçar do tempo, pois passado, presente e futuro passaram a ser reorganizados e percebidos sob outra ótica. O passado fornecido pela narrativa oficial era substituído através de uma nova escrita da história, que exaltava os episódios nacionais de experiências republicanas pontuais, destacando, muitas vezes, através de biografias elogiosas, os heróis republicanos construídos nos textos e que não vinham a público por ainda estarem “sob o domínio de um governo tirânico e opressor”, que, de maneira arcaica, freava o desvelar do país na “marcha da História” própria da Modernidade. Assim, o tempo presente não poderia mais aceitar a manutenção da ordem imperial vigente, mas com a tomada de consciência da necessidade de superação dessa estrutura arcaica, equivocadamente deixada até a contemporaneidade, deveria preparar para instaurar o novo, a república. O futuro então se abria à expectativa da realização prática do discurso republicano quando de sua proclamação, um novo regime, com outra história de fundação, valores e horizontes.

Alberto Sales, representante de São Paulo, Quintino Bocaiúva, na Corte, e Assis Brasil, no Rio Grande do Sul, contribuíram imensamente no processo de troca de regime político, eram alguns dos principais agentes republicanos liberais das referidas regiões, atores políticos bastante ativos e hábeis no uso, adaptação e ressignificação das palavras no discurso

contestador da Monarquia. De forma semelhante e interativa, disseminaram uma fala muito próxima e coesa de república liberal e extrapolaram as fronteiras geográficas das regiões que representavam. À medida que o grupo ganhava magnitude e saía dos círculos próprios alcançava cada vez mais espaço e seguidores. Desse modo, do discurso de grupo, formaram uma linguagem republicana liberal de caráter contextual, que fez frente à linguagem monárquica e, por fim, a venceu. A vitória foi contra o Império e também contra os outros projetos concorrentes de república para o país.

Por isso, almejou-se descortinar e caracterizar essa linguagem particular, construída em um dado tempo-espaço e transmitida de forma ampla, sobretudo, nas referidas regiões de seus expoentes, bem como entender, a partir da relação dos textos, intertexto e contexto, os argumentos e recursos de construção das novas significações e seus usos, tendo em mente a busca pela compreensão de quais eram os sentidos para seus atores políticos em seu tempo-espaço e com qual finalidade construíam suas falas.

A escolha dos três republicanos liberais, Alberto Sales (SP), Quintino Bocaiúva (RJ) e Assis Brasil (RS), deu-se pela identificação de similaridades entres eles e também pela visibilidade que garantiu uma vasta produção de escritos políticos aos agentes históricos. A visão de mundo compartilhada e formada a partir dos estudos iniciados ainda no curso anexo à Faculdade de Direito de São Paulo, no caso específico de Quintino Bocaiúva, bem como o efetivo ingresso de Alberto Sales e Assis Brasil no próprio curso de Direito da referida instituição fez com que tivessem, em alguma medida, uma formação comum e, conseqüentemente, compartilhassem uma mesma visão de mundo, pautada em ideias, obras e autores de cunho político-filosófico iguais. Fator que mais tarde permitiu uma propaganda republicana de mesmo viés.

A tríade republicana passou a atuar intensamente no cenário político do período, identificando na monarquia a causa de todos os males sociais, e, a partir disso, inicia-se a formulação discursiva deslegitimadora dos pilares da tradição monárquica. Proclamavam-se “excluídos” dos círculos de privilégios dinásticos e também sem grandes oportunidades na sociedade de então, mas fato é que não se encontravam à margem da sociedade, buscavam, sim, um maior protagonismo político, através da ascensão aos postos de poder do país. Para isso, fortaleceram as críticas ao império, com o intuito de criar, conscientemente, a ideia de “crise” das instituições, forjada pelos contestadores republicanos para ruir a imagem

monárquica nacional. Partiram das críticas à venda da ideia de “crise” do regime imperial, lido e apresentado como atrasado.

Desse modo, passaram a explicar a permanência da monarquia como estrutura arcaica que se manteve por um erro na “marcha civilizacional”. Optaram por ler a sociedade brasileira oitocentista pela chave interpretativa do decadentismo, fizeram então empréstimos do vocabulário da política científica, para justificar a necessidade de urgência na implementação das reformas sociais e criaram um discurso com artifícios retóricos, argumentos e contra-argumentos semelhantes, centralizando a discussão, sobretudo, na escolha de regime político. Para isso, elegeram dentre os pensadores oitocentistas, aqueles que serviriam como instrumento para a construção da narrativa republicana liberal. Vale destacar que, embora cada representante republicano escolhido fosse proveniente de uma região do país, partiam de questões específicas de cada área para então criar um discurso mais amplo e unificador, não se restringindo tão somente às necessidades locais. Manobra adotada para alterar, de forma efetiva, a vida política nacional. Assim, leram os mesmos autores, ou seja, aqueles que propiciavam uma mudança prática ao país, os interpretaram de maneira similar, o que quer dizer instituir o embate entre tradição e o novo, e compartilhavam também o mesmo objetivo, adquirir maior poder, através da obtenção de um protagonismo na cena política. Construía-se assim o discurso republicano liberal coeso, a partir do uso dos mesmos autores, com interpretação similar e para um mesmo fim prático de tomada do poder, respondendo dessa forma as questões do quem, como e o porquê, ou seja, quem foram os autores lidos pelo grupo republicano liberal, como esses mesmos autores foram interpretados/apresentados e com qual finalidade.

Vale novamente sublinhar também que durante o Oitocentos, os campos político e intelectual não eram independentes, o que fazia com que todo o arcabouço ideológico servisse à intervenção na vida cotidiana. Fazia-se uso dos pensadores do século XIX e suas respectivas doutrinas para agir politicamente e chamar à causa republicana liberal.

Assim fizeram Alberto Sales, Quintino Bocaiúva e Assis Brasil, entendidos como agentes de seu tempo, imersos no jogo político, através dos usos e *performances* próprias que construía no dia a dia do debate da vida nacional um contexto linguístico vitorioso, pois agiram e reagiram no interior das linguagens existentes, no contexto específico de transição do império à república, e então, foram capazes de emprestar significados próprios aos

conceitos políticos à época, sobretudo os de república, federalismo e democracia,⁴²⁷ e, a partir disso, transformaram seus discursos em uma linguagem republicana liberal singular e eficaz na queda da monarquia e implantação da república que disseminavam nos tempos de propaganda. A criação de um contexto linguístico próprio foi o mote necessário para fincar a ideia de “crise” do império e abrir caminho à instauração de novas práticas, instituições e valores ligados à experiência republicana.

Obviamente, a construção discursiva e manutenção de uma linguagem republicana liberal singular só foram possíveis porque houve um intercâmbio que propiciou a unificação e coesão para o estabelecimento do contexto linguístico, identificado a partir dos seus textos, intertextos e contexto, oriundos dos fenômenos da linguagem, das palavras e de seus usos, percebidos de forma sincrônica e diacrônica. Assim, o referido intercâmbio e construção linguística se deram a partir da intervenção na vida nacional, com a participação ativa através da colaboração em jornais, *meetings*, Clubes, Partido, conferências e obras de cunho teórico-político, discutidas e apresentadas nos meios acadêmicos, partidário e da imprensa, ou seja, em seus veículos de produção e disseminação.

A ação do trio republicano só pode ser entendida em meio ao contexto que atuavam, assim ao compartilharem a mesma visão de mundo, os mesmos usos de autores e leituras é que se torna inteligível a guerra das palavras, durante a virada da monarquia à república. A participação no jogo político originou a criação de uma linguagem republicana eficaz na tomada de protagonismo dessa parcela de propagandistas que, ao cair no real, encontrou as circunstâncias adequadas para vencerem a disputa de poder político, haja vista as características da sociedade brasileira oitocentista, como, por exemplo, a da fragmentação social. Circunstância essa que permitiu ao discurso republicano-liberal sua acomodação de forma prática e, com isso, garantiu-lhe a vitória frente às demais propostas republicanas concorrentes do período.

As palavras usadas de maneira própria e acrescidas de novos significados transformaram-se em conceitos que traziam consigo a experiência e a multiplicidade que permitia a dinâmica de uma nova constituição de ideias para instaurar uma realidade inédita. As palavras foram tomadas como armas políticas contra o império e o vencerem. Certamente, em meio à guerra das palavras se poderia fazer um novo uso da antiga expressão francesa: Às

427 Ver CARVALHO, José Murilo de. [et al.]. “República, democracia e federalismo: Brasil (1870-1891)”. In: CARVALHO, José Murilo de; PEREIRA, Miriam H.; RIBEIRO, Gladys S.; VAZ, Maria João. (Orgs). *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 15-35.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

palavras, cidadãos! Afinal, foi através das metamorfoses discursivas que se venceu a guerra no campo linguístico e se obteve por fim o protagonismo político ao assumirem os postos de mando do país.

Referências bibliográficas

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BOCAIÚVA, Quintino. *O antigo regime. Obras completas*. São Paulo: Instituto Progresso, 1949.

BOEHRER, George C. A. *Da monarquia à república: história do Partido Republicano do Brasil: 1870-1889*. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 2000.

BONAVIDES, Paulo; VIEIRA, R. A. Amaral. “Manifesto Republicano de 1870”. In: *Textos Políticos da História do Brasil: Independência – Império (I)*. Fortaleza: Biblioteca de cultura série A – documentário, s/d., p. 533-55.

BRASIL, Joaquim Francisco Assis. *A República Federal*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1881.

_____. *Democracia representativa. Do voto e do modo de votar*. Rio de Janeiro: Typ. De J. Leuzinger & Filhos, 1931.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. “Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos: a República no Brasil”. In: *Dados. Revista de Ciências Sociais*, v. 32, n. 3, 1989. p. 265-280.

_____. “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, setembro de 2000. p. 123-152.

_____.; [et al.]. *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *Pecado original da república: debates, personagens e eventos para compreender o Brasil*. Rio de Janeiro (RJ): Bazar do Tempo, 2017.

_____.; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

COMTE, Auguste. *Catecismo positivista*. Rio de Janeiro: Templo da Humanidade, 1934.

_____. *Cours de Philosophie Positive*. Paris: Garnier, 1949.

_____. “Discurso sobre o Espírito Positivo”. In: *Comte*. São Paulo: Abril. Col. Os Pensadores, 1844.

ELIAS, Daiane Lopes. “Embates discursivos: os escritos políticos dos republicanos liberais na queda do Brasil-Império (1870-1891)”. In: FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (Org.); RIBEIRO, Gladys Sabino. (Org.); GONÇALVES, Monique Siqueira. (Org.); MOMESSO, Beatriz Piva (Org.). *Cultura escrita e circulação de impressos no Oitocentos*. 1ª ed. São Paulo: Alameda Editorial, vol. 1, 2016.

FERES JÚNIOR, João. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

FERREIRA, Tânia Maria T. Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

JASMIN, Marcelo Gantus.; FERES JÚNIOR, João (Orgs.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LESSA, Renato. *A invenção da República: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Do Império à República”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 2, n. 4, 1989.

MÁXIMO, João; DIDIER, Carlos. *Noel Rosa: uma biografia*. Brasília: Editora UnB, 1990.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007.

_____. “A República e o Sonho”. In: *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG, vol. 27, nº45, jan-jun 2011.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história: nove entrevistas*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

POCOCK, John G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

SALES, João Alberto. *A pátria paulista*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

_____. *Sciencia política*. São Paulo: Teixeira & Irmão, 1891. Edição fac-similar: Brasília: Senado Federal, 1997.

_____. *Política republicana*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger & Filhos, 1882, 2v.

_____. *Catechismo republicano*. São Paulo, 1885.

SPENCER, Herbert. *Principles of Sociology*. New York: Appleton, 1882.

Gases venenosos na Primeira Guerra Mundial: Da corrida tecnológica ao terror nas trincheiras

Dandriel Henrique da Silva Borges⁴²⁸

Resumo: Fruto dos processos de expansão das potências imperialistas, as disputas de poder, territórios e mercados, muitas vezes fatores quase sinônimos, culminaram em confrontos, como a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O conflito, inicialmente idelizado como algo rápido, estendera-se. O perdurar, as trincheiras e a busca pela vitória incentivaram uma exponencial corrida tecnológica que afetara diversos setores das nações que dela participaram. Os gases tóxicos foram usados pela primeira vez em larga escala por soldados alemães em 1915. Dali até o fim do conflito o terror dos gases tornara-se constante desde as linhas de produção até as trincheiras de batalha. Esse artigo pretende analisar, num âmbito introdutório, diferentes consequências que a produção e a utilização de gases venenosos causaram perante a aqueles que tiveram de alguma forma a vida por eles afetada.

Palavras-chave: Primeira Guerra Mundial – Guerra Química – Armas Químicas

Abstract: As a result of the expansion of the imperialist powers, disputes, territories and markets, often near-synonymous, culminated in clashes, such as the First World War (1914-1918). The conflict, initially idle as fast, had spread. The enduring, the trenches and the quest for victory spurred an exponential technological race that had affected many sectors of the nations that participated in it. Toxic gases were used for the first time on a large scale by German soldiers in 1915. By the end of the conflict the terror of the gases had become constant from the production lines to the battle trenches. This article intends to analyze, in an introductory scope, different consequences that the production and the use of poisonous gases caused before those who had in some way the life affected by them.

Keywords: First World War – Chemical Warfare – Chemical Weapons

428 Graduando em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8508-7114>. E-mail: dandriel.henrique@gmail.com

Introdução

Segundo Hobsbawn, com o desenvolvimento do capitalismo o mundo fora alçado para uma realidade de rivalidade entre Estados, cujo expansionismo imperialista contribuiria para o aflorar de conflitos, de alguns dos quais culminariam guerras⁴²⁹. Para o autor, as competições e disputas por mercado entre cada vez mais países industrializados teriam um papel fundamental para a ocorrência de tais eventos.

Nesse sentido temos então, iniciada em 1914 a Primeira Guerra Mundial. Um conflito envolvendo diversos países, dentre os quais valem ser mencionados os principais atores: de uma lado, Inglaterra, França, Rússia (até 1917) e EUA (entrando em 1917 e continuando até o fim do conflito) e, do outro, Alemanha⁴³⁰.

Alimentada pelos diferentes complexos militares e industriais de seus países a, também chamada, Grande Guerra acabou por estender-se muito além das expectativas iniciais de seus participantes. Além de custar uma grande quantidade de vidas humanas (a maioria ainda em idade produtiva). Dividida em duas frentes, um ocidental e um oriental, o conflito fora marcado pela ampla corrida tecnológica e industrial. Diferentes maquinários que seriam mais amplamente utilizados na Segunda Guerra Mundial, já durante esse período fizeram suas primeiras aparições, como os tanques e os submarinos. Duramente marcada pelas trincheiras, nesse confronto os usuais ambientes em péssimas condições, grandes responsáveis pelo desenrolar lento dos avanços, tornaram mero sonho as ideias de uma guerra rápida⁴³¹.

Marcada pela já descrita industrialização, foi na Primeira Guerra Mundial que acenderam, como nunca antes, em primeiro plano os cientistas e a ciência em si enquanto possibilidade de vantagem em conflitos. Nesse sentido tivemos não apenas o desenvolver de explosivos⁴³², como principalmente, o investimento em armas químicas. Agentes como o gás

429 HOBBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)*. Tradução: Marcos Santarrita, 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.436-439.

430 MOTTA, Marcia. A Primeira Guerra Mundial. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. et al. *O século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, 2º Vol., p.235.

431 MOTTA, Marcia. A Primeira Guerra Mundial. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. et al. *O século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, 2º Vol., p.244-248; FITZGERALD, Gerard J. Chemical Warfare and Medical Response During World War I. *American Journal of Public Health*. Washington, vol.98, fascículo 4, p. 612, 2008.

432 LE COUTEUR, Penny e BURRESON, Jay. *Os botões de Napoleão: as 17 moléculas que mudaram a história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 70-71.

cloro, o fosgênio e o gás mostarda foram responsáveis por levar a guerra a níveis e padrões nunca antes vistos, assim como também foram responsáveis por milhares de fatalidades⁴³³.

O artigo aqui apresentado busca fazer uma análise introdutória de algumas das consequências da utilização de diferentes gases tóxicos, empregados como armas na Primeira Guerra Mundial, na vida daqueles que por eles foram afetados de alguma forma. O desenvolvimento do mesmo apresenta-se dividido em quatro subtópicos: “Início da guerra de gases”, onde é apresentada uma breve contextualização histórica referente as primeiras utilizações desses gases e a conseqüente ascensão da utilização dos mesmos em batalhas; Em “Corrida tecnológica e industrial, dos acidentes às armas” é trazido a associação entre as pesquisas e o desenvolvimento científico e a citada ascensão da utilização das armas químicas, além de alguns dos impactos internos sofridos por aquelas nações que se propunham a desenvolverem-nas; “Avanço ou barbárie?” apresenta o pensamento polarizado das sociedades do início do século XX no que tangia a utilização de gases venenosos, dando atenção especial a realidade estadunidense e em “Terror psicológico e problemas disciplinares” são abordadas conseqüências, principalmente psicológicas, da utilização de gases na realidade insalubre permeada pelo medo constante vivida pelos soldados em trincheiras da Primeira Guerra Mundial, além de problemas disciplinares decorrentes dessa realidade aterrorizante.

Início da guerra de gases

A Primeira Guerra Mundial fora marcada por, dentre uma ampla diversidade de outros fatores, pelo desenvolvimento de novas tecnologias, muitas das quais seriam aprimoradas para o uso na Segunda Guerra Mundial. Nem sempre inovadoras, mas muitas vezes surgindo enquanto reapropriações de substâncias ou armas que já existiam designadas para outras funções. Quando trazemos a tona o assunto da utilização de gases venenosos é curioso pensar que já se encontrava na literatura, como em livros de Julio Verne e Arthur Conan Doyle⁴³⁴.

433 ECKART, Wolfgang U. The Soldier's Body in Gas Warfare: Trauma, Illness, Rentenot, 1915-1933. In: 4. FRIEDRICH, B. et al (Eds.). *One Hundred Years of Chemical Warfare: Research, Deployment, Consequences*. Online: Springer International Publishing, 2017, p.213-214. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-319-51664-6.pdf>. Acessado em 10/12/2018.

434 ECKART, Wolfgang U. The Soldier's Body in Gas Warfare: Trauma, Illness, Rentenot, 1915-1933. In: 4. FRIEDRICH, B. et al (Eds.). *One Hundred Years of Chemical Warfare: Research, Deployment, Consequences*. Online: Springer International Publishing, 2017, p.214. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-319-51664-6.pdf>. Acessado em 10/12/2018.

Durante aquela que ficaria conhecida como a primeira guerra com características técnicas e industriais⁴³⁵, fora introduzida pela primeira vez a utilização de gases venenos em larga escala, inaugurando uma nova forma de matar⁴³⁶.

Autorizados por meteorologistas que avaliaram as condições propícias (ou não) do tempo, uma unidade especial do exército alemão, ao longo das trincheiras localizadas em Ypres, Bélgica, abriu mais de 6.000 cilindros de metal que continham gás cloro pressurizado, levado então pelo vento em direção aqueles que eram então seus inimigos. No final de tarde do dia 22 de abril de 1915, passado um intervalo de 10 minutos, 160 toneladas do gás teriam atingido as posições francesas. O gás cloro possui uma coloração amarelo-esverdeada e um cheiro característico de alvejantes, causava irritação nos olhos, narizes, pulmões e gargantas, além de em concentrações suficientemente altas e/ou longas exposições, culmina em morte por asfixia. Como nada desse tipo havia acontecido antes naquela magnitude, as tropas encontravam-se completamente despreparadas ao receber tal ataque. Os aliados reportariam quase 5.000 mortes de soldados, franceses e argelinos, por asfixia, "afogados" pelos fluidos de seus próprios pulmões. Por outro lado, o "sucesso" do ataque foi uma surpresa até para os próprios alemães. Não se aproveitaram do pânico e do caos causado tanto quanto poderiam, ainda sim, romperam as linhas aliadas e avançaram por 6 quilômetros⁴³⁷.

O gás cloro não foi a única arma química usada na primeira guerra. A primeira utilização de uma delas na Primeira Guerra Mundial é atribuída a França que, desde 1914, já teria usufruído de granadas de gás lacrimogêneo⁴³⁸. Mesmo antes de a Grande Guerra há quem defenda que já haviam sido utilizadas antes. Sobre utilizações de armas químicas prévias ao conflito aqui estudado, Fitzgerald esclarece:

435 ECKART, Wolfgang U. The Soldier's Body in Gas Warfare: Trauma, Illness, Rentenot, 1915-1933. In: 4. FRIEDRICH, B. et al (Eds.). *One Hundred Years of Chemical Warfare: Research, Deployment, Consequences*. Online: Springer International Publishing, 2017, p.213. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-319-51664-6.pdf>. Acessado em 10/12/2018.

436 SLOTTEN, Hugh R. Humane Chemistry or Scientific Barbarism? American Responses to World War I Poison Gas, 1915– 1930. *The Journal of American History*. vol.77, fascículo 2, p. 476, 1990.

437 SPIERS, Edward M. *Chemical Warfare*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire e London: Palgrave Macmillan UK, 1986, p. 15-16; SLOTTEN, Hugh R. Humane Chemistry or Scientific Barbarism? American Responses to World War I Poison Gas, 1915– 1930. *The Journal of American History*. vol.77, fascículo 2, p. 476, 1990.; MOTTA, Marcia. A Primeira Guerra Mundial. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. et al. *O século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, 2º Vol., p. 246; FITZGERALD, Gerard J. Chemical Warfare and Medical Response During World War I. *American Journal of Public Health*. Washington, vol.98, fascículo 4, p. 611-612, 2008. ; EVERTS, Sarah. A Brief History of Chemical War. *Science History Institute*, online, 11 mai. 2015. Disponível em: <https://www.sciencehistory.org/distillations/magazine/a-brief-history-of-chemical-war>. Acessado em 10/12/2018.

438 FITZGERALD, Gerard J. Chemical Warfare and Medical Response During World War I. *American Journal of Public Health*. Washington, vol.98, fascículo 4, p. 615, 2008.

Embora se possa argumentar que formas primitivas de armas químicas foram usadas em conflitos anteriores, não foi até o século XX que cientistas, engenheiros e médicos poderiam produzir de forma previsível e consistente essas armas para infligir casualidades em massa (Tradução nossa)⁴³⁹.

Após a utilização do gás cloro em larga escala pela Alemanha também surgiram diferentes outros gases. Nesse sentido valem serem enfatizados principalmente dois, amplamente utilizados, sendo o primeiro o fosgênio e o segundo o gás mostarda.

Usado primeiramente pelos alemães e depois tornado-se a principal arma química dos aliados, o fosgênio é um gás incolor, seis vezes mais mortal que o gás cloro, com um cheiro definido como de "feno molhado". Assim como o cloro, ele também fazia com que os pulmões daqueles expostos a certas concentrações enchessem-se de líquido, fazendo suas vítimas morrerem, lentamente, sufocadas⁴⁴⁰.

Também chamado de Cruz Amarela ou Rei dos Gases de Batalha, o gás mostarda, introduzido na primavera de 1917, fora responsável por levar a "guerra química" para outro patamar. Caracterizado como um agente vesicante, em contato com a pele e as mucosas eram responsável por desenvolver grandes bolhas onde tivesse contato. Em contato com os olhos causava irritações que poderiam transformarem-se em cegueiras temporárias. Os soldados expostos tinham meia hora para, com auxílio de água e sabão quentes, limparem-se antes de bolhas se formarem. Exposições a esse gás em grandes concentrações e/ou por longos períodos causavam danos permanentes em certas partes do corpo⁴⁴¹. Nas situações em que ocorreriam contato superficial da pele em grande extensão ou ainda a exposição duradoura ao gás em aerossol, tal substância tóxica poderia revelar-se rapidamente fatal⁴⁴². Embora não tenha sido responsável por tantas mortes diretas quanto outros gases, o gás mostarda fora

439 FITZGERALD, Gerard J. Chemical Warfare and Medical Response During World War I. *American Journal of Public Health*. Washington, vol.98, fascículo 4, p. 612, 2008.

440 EVERTS, Sarah. A Brief History of Chemical War. *Science History Institute*, online, 11 mai. 2015. Disponível em: <https://www.sciencehistory.org/distillations/magazine/a-brief-history-of-chemical-war>. Acessado em 10/12/2018.

441 MOTTA, Marcia. A Primeira Guerra Mundial. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. et al. *O século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, 2º Vol., p. 248; EVERTS, Sarah. A Brief History of Chemical War. *Science History Institute*, online, 11 mai. 2015. Disponível em: <https://www.sciencehistory.org/distillations/magazine/a-brief-history-of-chemical-war>. Acessado em 10/12/2018.; FITZGERALD, Gerard J. Chemical Warfare and Medical Response During World War I. *American Journal of Public Health*. Washington, vol.98, fascículo 4, p. 617-618, 2008.

442 ECKART, Wolfgang U. The Soldier's Body in Gas Warfare: Trauma, Illness, Rentenot, 1915-1933. In: 4. FRIEDRICH, B. et al (Eds.). *One Hundred Years of Chemical Warfare: Research, Deployment, Consequences*. Online: Springer International Publishing, 2017, p.217. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-319-51664-6.pdf>. Acessado em 10/12/2018.

responsabilizado por um grande número de casualidades, cujas estimativas chegam em até 120.000 pessoas⁴⁴³.

Os gases venenosos têm como característica, mesmo quando não causavam diretamente a morte, deixarem machucados e provocarem debilidades nos soldados afligidos. Como resultado, poderia significar tanto uma morte "gradual", quanto que tais indivíduos ficassem incapazes de poderem continuar lutando⁴⁴⁴.

Ao longo da Primeira Guerra Mundial ambos os lados do conflito acabaram por utilizar de armas químicas⁴⁴⁵, não atoa ocorrera durante toda a guerra uma ampla corrida pela superioridade técnica e científica entre os diferentes países participantes.

Corrida tecnológica e industrial, dos acidentes às armas

Entre os séculos XIX e XX os cientistas emergiram como um novo forte grupo social e a ciência moderna veria acrescida sua força de influência sobre os diferentes aspectos das sociedades. Particularmente em períodos de conflitos os cientistas teriam o reconhecimento de seu poder e autoridade desenvolvidos, ocupando lugares que antes lhes eram negados⁴⁴⁶.

A importância das ciências, principalmente da química, na Primeira Guerra Mundial fora algo nunca antes visto em tal proporção. No início do confronto a Alemanha encontrava-se em vantagem sobre todas as demais nações no que tangia sua capacidade tecnológica e de produção industrial e acadêmica⁴⁴⁷. Esse fato demonstrava-se em diferentes formas, como na utilização de munições baseadas em TNT enquanto os Aliados ainda faziam uso do ácido

443 EVERTS, Sarah. A Brief History of Chemical War. *Science History Institute*, online, 11 mai. 2015. Disponível em: <https://www.sciencehistory.org/distillations/magazine/a-brief-history-of-chemical-war>. Acessado em 10/12/2018.

444 ECKART, Wolfgang U. The Soldier's Body in Gas Warfare: Trauma, Illness, Rentennot, 1915-1933. In: 4. FRIEDRICH, B. et al (Eds.). *One Hundred Years of Chemical Warfare: Research, Deployment, Consequences*. Online: Springer International Publishing, 2017, p.215. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-319-51664-6.pdf>. Acessado em 10/12/2018.

445 SPIERS, Edward M. *Chemical Warfare*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire e London: Palgrave Macmillan UK, 1986, p.18; FITZGERALD, Gerard J. Chemical Warfare and Medical Response During World War I. *American Journal of Public Health*. Washington, vol.98, fascículo 4, p. 617, 2008.

446 SLOTTEN, Hugh R. Humane Chemistry or Scientific Barbarism? American Responses to World War I Poison Gas, 1915– 1930. *The Journal of American History*. vol.77, fascículo 2, p. 477, 1990.

447 FITZGERALD, Gerard J. Chemical Warfare and Medical Response During World War I. *American Journal of Public Health*. Washington, vol.98, fascículo 4, p. 613, 2008. ; ECKART, Wolfgang U. The Soldier's Body in Gas Warfare: Trauma, Illness, Rentennot, 1915-1933. In: 4. FRIEDRICH, B. et al (Eds.). *One Hundred Years of Chemical Warfare: Research, Deployment, Consequences*. Online: Springer International Publishing, 2017, p.214. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-319-51664-6.pdf>. Acessado em 10/12/2018.

pírico⁴⁴⁸. Com o bloqueio naval britânico, durante a guerra, que impedia a Alemanha de importar o salitre chileno, essencial para a manufaturação de seus explosivos, outras possibilidades necessitaram ser avaliadas, principalmente tendo em vista a guerra de trincheiras que construiu-se frustrando planos iniciais de um confronto curto⁴⁴⁹.

Para a produção dos gases tóxicos almejados como produto final havia a necessidade da construção de todo um processo de síntese de vários precursores necessários para que os agentes químicos ficassem completos e em condições para sua utilização eficiente em campo. Isso significava todo uma ampla e complexa cadeia de indústrias. Não seria então de surpreender-se que durante a Primeira Guerra Mundial a escala de produção industrial alcançara patamares nunca vistos na história até então⁴⁵⁰.

A ampla indústria química alemã "ajudava" muito também no agregar de conhecimentos práticos, mesmo que não exatamente intencionais. Isso porque boa parte dos efeitos físicos e psicológicos dos gases tóxicos já eram conhecidos antes mesmo do início da guerra, devido aos, bastante comuns, acidentes nas fábricas⁴⁵¹.

Os já mencionados acidentes industriais produziram nas fábricas, assim como no campo de batalha, fatalidades. As quais, embora indiretamente agregassem os conhecimentos técnicos sobre os gases, acabavam por culminar em altas taxas de faltas e a necessidade de afastamentos dos funcionários. O trabalho mais perigoso em tal realidade fora o que envolvia a produção de projeteis de gás para artilharia⁴⁵². A qual era essencial devido às limitações da utilização dos gases, tal qual nos primeiros ataques, dispersos diretamente de cilindros pressurizados dependiam completamente do vento para chegarem ao inimigo, além de, em

448 LE COUTEUR, Penny e BURRESON, Jay. *Os botões de Napoleão: as 17 moléculas que mudaram a história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 70-72

449 MOTTA, Marcia. A Primeira Guerra Mundial. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. et al. *O século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, 2º Vol., p. 240; ECKART, Wolfgang U. The Soldier's Body in Gas Warfare: Trauma, Illness, Rentennot, 1915-1933. In: 4. FRIEDRICH, B. et al (Eds.). *One Hundred Years of Chemical Warfare: Research, Deployment, Consequences*. Online: Springer International Publishing, 2017, p.216. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-319-51664-6.pdf>. Acessado em 10/12/2018.

450 FITZGERALD, Gerard J. Chemical Warfare and Medical Response During World War I. *American Journal of Public Health*. Washington, vol.98, fascículo 4, p. 619, 2008.

451 ECKART, Wolfgang U. The Soldier's Body in Gas Warfare: Trauma, Illness, Rentennot, 1915-1933. In: 4. FRIEDRICH, B. et al (Eds.). *One Hundred Years of Chemical Warfare: Research, Deployment, Consequences*. Online: Springer International Publishing, 2017, p.214. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-319-51664-6.pdf>. Acessado em 10/12/2018.

452 FITZGERALD, Gerard J. Chemical Warfare and Medical Response During World War I. *American Journal of Public Health*. Washington, vol.98, fascículo 4, p. 619, 2008.

caso de bruscas e inesperadas mudanças do mesmo, poderiam "voltar" e causar danos aqueles mesmos que estavam a utilizá-los⁴⁵³.

Além do já ilustrado, os conhecimentos médicos e farmacológicos foram essenciais nesse processo, de fato a tecnologia militar e a médica eram intrinsecamente interligadas. No contexto do início da guerra, a nação mais avançada nessa questões também era a Alemanha. Como consequência, ela não estava só a frente nas pesquisas sobre os gases, mas também sobre os cuidados médicos em relação aos mesmos⁴⁵⁴.

Pesquisas e os avanços eram realizados em ambos os lados do conflito. As composições químicas dos gases acabavam sendo facilmente reproduzidas. Tendo isso em vista, entende-se a importância da constante necessidade de desenvolvimento e aprimoramento das máscaras e, principalmente após o acréscimo de agente que afetavam a pele, de roupas eficazes na proteção dos soldados⁴⁵⁵. A exemplo, máscaras ineficazes, por mais que bloqueassem os gases tóxicos em alguma medida, caso permitissem a entrada de uma quantidade e/ou concentração capaz de causar irritações, náuseas e/ou desconfortos, poderiam fazer os soldados tirarem as máscaras, expondo-lhes a uma intoxicação ainda mais grave ou, até mesmo, a morte⁴⁵⁶.

Os Aliados diminuiram muito suas baixas com o desenvolvimento de máscaras de gás e, depois, com capacetes de pano impregnados de substâncias químicas que protegiam os soldados dos gases venenosos⁴⁵⁷.

Quando os Estados Unidos da América (EUA) entraram na guerra os conflitos com armas químicas já estavam bastante avançados⁴⁵⁸. Com temores em relação a ataques de gases às forças estadunidenses, assumiram inicialmente um foco em pesquisa no que poderia lhes agregar na defesa perante agentes toxicológicos. Faltando um mês para a entrada dos

453 ECKART, Wolfgang U. The Soldier's Body in Gas Warfare: Trauma, Illness, Rentenot, 1915-1933. In: 4. FRIEDRICH, B. et al (Eds.). *One Hundred Years of Chemical Warfare: Research, Deployment, Consequences*. Online: Springer International Publishing, 2017, p.218. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-319-51664-6.pdf>. Acessado em 10/12/2018.

454 ECKART, Wolfgang U. The Soldier's Body in Gas Warfare: Trauma, Illness, Rentenot, 1915-1933. In: 4. FRIEDRICH, B. et al (Eds.). *One Hundred Years of Chemical Warfare: Research, Deployment, Consequences*. Online: Springer International Publishing, 2017, p.214-215. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-319-51664-6.pdf>. Acessado em 10/12/2018.

455 SPIERS, Edward M. *Chemical Warfare*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire e London: Palgrave Macmillan UK, 1986, p. 16

456 SLOTTEN, Hugh R. Humane Chemistry or Scientific Barbarism? American Responses to World War I Poison Gas, 1915– 1930. *The Journal of American History*. vol.77, fascículo 2, p. 485, 1990.

457 SPIERS, Edward M. *Chemical Warfare*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire e London: Palgrave Macmillan UK, 1986, p. 17

458 SLOTTEN, Hugh R. Humane Chemistry or Scientific Barbarism? American Responses to World War I Poison Gas, 1915– 1930. *The Journal of American History*. vol.77, fascículo 2, p. 485, 1990.

EUA no conflito o Secretário de Guerra do país ordenara a produção de 1 milhão de máscaras de gás, além de outros aparatos defensivos para a conservação da saúde dos soldados⁴⁵⁹. Fitzgerald contribui para ilustração desse pensamento na seguinte passagem:

O medo de ataques a gás contra esses membros da Força Expedicionária Americana (American Expeditionary Force - AEF), que embarca para a frente européia, inicialmente concentrou a pesquisa nos Estados Unidos em medidas defensivas, com prioridade para o design e a produção de máscaras de gás (tradução nossa)⁴⁶⁰.

Os gases tóxicos faziam parte da estratégia essencial da Primeira Guerra Mundial, sendo considerado irrealista a não utilização dos mesmos naquele contexto. Todas as principais potências desse conflito, como já explicitado, acabaram por utilizar de gases venenosos em batalhas. Com o desenrolar da guerra e com o desenvolvimento de pesquisas os EUA não foram exceção e, após muitas perdas, passaram a usar dos mesmos.

Os investimentos estadunidenses em armas químicas não foram pequenos. Com mais de 1.900 cientistas e técnicos atuando em pesquisas relacionadas a esse tema, tornaram o mesmo o maior programa de pesquisa do governo estadunidense até aquele momento da história⁴⁶¹. Ao final da Primeira Guerra Mundial os EUA estabeleceram-se enquanto líderes em tecnologia e produção no que dizia respeito às armas químicas, como relata Slotten:

Graças aos esforços dos químicos norte-americanos, os Estados Unidos superaram rapidamente seu despreparo original e tornaram-se líderes em ciência, tecnologia e produção no que tangia a guerra química até o final da guerra (tradução nossa)⁴⁶².

Estimativas chegam a afirmar que até o fim da guerra, considerando ambos os lados do conflito, mais 5.500 cientistas e técnicos treinados em universidades, além de dezenas de milhares de funcionários das indústrias teriam pesquisado, desenvolvido e produzido armas químicas⁴⁶³.

Avanço ou barbárie?

459 FITZGERALD, Gerard J. Chemical Warfare and Medical Response During World War I. *American Journal of Public Health*. Washington, vol.98, fascículo 4, p. 614-616, 2008.

460 FITZGERALD, Gerard J. Chemical Warfare and Medical Response During World War I. *American Journal of Public Health*. Washington, vol.98, fascículo 4, p. 614, 2008.

461 FITZGERALD, Gerard J. Chemical Warfare and Medical Response During World War I. *American Journal of Public Health*. Washington, vol.98, fascículo 4, p. 614, 2008.

462 SLOTTEN, Hugh R. Humane Chemistry or Scientific Barbarism? American Responses to World War I Poison Gas, 1915–1930. *The Journal of American History*. vol.77, fascículo 2, p. 485, 1990.

463 FITZGERALD, Gerard J. Chemical Warfare and Medical Response During World War I. *American Journal of Public Health*. Washington, vol.98, fascículo 4, p. 614, 2008.

No contexto histórico do início do século XX onde ocorrera a Primeira Guerra Mundial as interpretações sobre as armas químicas foram variadas. Enquanto para alguns os gases tóxicos eram armas de um terror inumano, outros os enxergavam como equivalentes as outras armas de guerra, ou até mesmo, mais humanas que essas. Seja como for, independentemente do "lado", todos tendiam a reconhecer o papel da ciência no desenvolvimento das guerras de gases⁴⁶⁴.

Sendo a ciência moderna, graças ao já mencionado status que vinha ganhando, constantemente ligada a ideia de civilização e de progressos, os gases tóxicos usados na guerra tornavam-se símbolos das mais altas realizações daquelas que eram então consideradas culturas mais civilizadas⁴⁶⁵.

Nos EUA, bombardeados por propagandas contrárias (assim como o resto dos Aliados) sobre utilização desses gases em suas mídias, existiam certas contradições de pensamento⁴⁶⁶. De um lado havia a ideia da guerra moderna como algo mais humano puramente por ter um caráter mais científico, do outro existia o pensamento de que os gases venenosos, produtos da tal ciência moderna, eram interpretados como armas “bárbaras”, usadas apenas por países “menos civilizados”. Quando os EUA começaram a usar de gases tóxicos suas propagandas começaram a enfatizar que essa medida teria sido tomado em um caráter de pura retaliação⁴⁶⁷.

“Vítimas” também dessa “dualidade” de ideias, os cientistas estadunidenses pareciam acreditar que as pesquisas sobre gases tóxicos poderiam trazer avanços econômicos, sociais e culturais para seu país após o fim dos confrontos⁴⁶⁸.

Terror psicológico e problemas disciplinares

464 SLOTTEN, Hugh R. Humane Chemistry or Scientific Barbarism? American Responses to World War I Poison Gas, 1915– 1930. *The Journal of American History*. vol.77, fascículo 2, p. 478-479, 1990.

465 SLOTTEN, Hugh R. Humane Chemistry or Scientific Barbarism? American Responses to World War I Poison Gas, 1915– 1930. *The Journal of American History*. vol.77, fascículo 2, p. 480, 1990.

466 SPIERS, Edward M. *Chemical Warfare*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire e London: Palgrave Macmillan UK, 1986, p.18

467 SLOTTEN, Hugh R. Humane Chemistry or Scientific Barbarism? American Responses to World War I Poison Gas, 1915– 1930. *The Journal of American History*. vol.77, fascículo 2, p. 480, 1990.

468 SLOTTEN, Hugh R. Humane Chemistry or Scientific Barbarism? American Responses to World War I Poison Gas, 1915– 1930. *The Journal of American History*. vol.77, fascículo 2, p. 486, 1990.

Devido à incerteza de quando chegariam (se é que viriam) os ataques de gases tóxicos e a imprevisibilidade da forma como eles dispersar-se-iam no campo de batalha, além da imprevisibilidade da efetividade das máscaras de gás e do resto dos aparatos de proteção, que não eram sinônimo de sobrevivência, o estado de terror psicológico era constante nas trincheiras de batalha⁴⁶⁹, como defendem, respectivamente, Fitzgerald e Eckart:

O medo de ser intoxicado por gás, juntamente com o assédio de ataques periódicos de gás, mantinha os soldados em ambas as frentes [de batalha] no limite e poderia levar a anomia, pavor de gás e, em alguns casos, colapsos mentais (tradução nossa)⁴⁷⁰.

[...] o horror do gás, para o qual contribuiu não apenas o dano esperado, mas também a possibilidade onipresente de seu uso, a maneira ubíqua como se espalhou na área de batalha e a percepção de que nem máscaras de gás e roupas de proteção poderiam garantir sobrevivência do homem e da fera [...] O gás venenoso feria a parte exposta do corpo de forma limitada a princípio, mas poderia gradualmente destruir o corpo de um soldado em questão de horas, dias ou semanas (tradução nossa)⁴⁷¹.

As incertezas sobre o comportamento dos gases, como também afirma Fitzgerald, custaram não apenas a vida daqueles que estavam diretamente no campo de batalha, mas também as de civis que se encontravam nas redondezas dos territórios onde foram utilizadas tais armas:

Os perigos na frente [de batalha] afetaram todos aqueles que viviam e trabalhavam lá. Além de afetar as populações militares, as nuvens de gás causaram baixas civis porque o vento soprava frequentemente através de aldeias e cidades próximas à frente. Ao contrário dos soldados, os civis não tinham necessariamente acesso a máscaras de gás ou ao treinamento para garantir que as máscaras fossem usadas adequadamente. Embora o número oficial de vítimas civis fosse de cerca de 5200, os números eram, sem dúvida, muito mais altos (tradução nossa)⁴⁷².

Soma-se isso ao fato dos soldados nas trincheiras terem vivido (e morrido) em condições completamente degradantes, que por si só já tenderiam a fragilizar o psicológico dos soldados. Lá conviviam com ratos e insetos transmissores de doenças. Faltavam

469 ECKART, Wolfgang U. The Soldier's Body in Gas Warfare: Trauma, Illness, Rentennot, 1915-1933. In: 4. FRIEDRICH, B. et al (Eds.). *One Hundred Years of Chemical Warfare: Research, Deployment, Consequences*. Online: Springer International Publishing, 2017, p.215. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-319-51664-6.pdf>. Acessado em 10/12/2018.

470 FITZGERALD, Gerard J. Chemical Warfare and Medical Response During World War I. *American Journal of Public Health*. Washington, vol.98, fascículo 4, p. 617, 2008.

471 ECKART, Wolfgang U. The Soldier's Body in Gas Warfare: Trauma, Illness, Rentennot, 1915-1933. In: 4. FRIEDRICH, B. et al (Eds.). *One Hundred Years of Chemical Warfare: Research, Deployment, Consequences*. Online: Springer International Publishing, 2017, p.215. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-319-51664-6.pdf>. Acessado em 10/12/2018.

472 FITZGERALD, Gerard J. Chemical Warfare and Medical Response During World War I. *American Journal of Public Health*. Washington, vol.98, fascículo 4, p. 616, 2008.

alimentos, água e remédios. O acúmulo de lixo, detritos e corpos facilitavam ainda mais a proliferação de enfermidades. Além de conviverem com a todo momento com possibilidades de bombardeiros ou de serem alvos da artilharia inimiga⁴⁷³.

Nesse contexto não era incomum que soldados buscassem encenar os efeitos de contaminação por esses gases buscando serem dispensados dos campos de batalha. A exemplo, os diagnósticos de contaminação por gás mostarda em campo eram quase sempre revelados por fatores externos do corpo. Seus sintomas podiam ser reproduzidos com uso de sabão duro e ácido acético. Mesmo desconsiderando as encenações intencionais, o medo da contaminação era tão presente que distinguir o real do falso era extremamente problemático. Esse contexto fazia com que pensassem que, mesmo vítimas reais, pudessem ser suspeitas de imitar ou agravar seus próprios sintomas buscando a dispensa. Essa descrença acarretava atraso do tratamento daqueles que realmente necessitavam⁴⁷⁴, como ilustra os escritos de um filho entrincheirado para sua mãe em 20 de agosto de 1917:

Minha querida mãe! (...) Ontem à noite, às 2 horas, enquanto eu estava em pé no meu posto, os ingleses realizaram um forte ataque de gás, três metros de mim, 3 granadas de gás explodiram. No momento em que eu tinha colocado minha máscara de gás e tinha alarmado aqueles abaixo de mim, eu tinha engolido um pouco do gás. Então eu falei com o médico, porque toda vez que eles diziam, se você acha que engoliu um pouco, vá ao médico imediatamente (...) Ele me deu uma bronca como nunca ninguém havia feito, chamando-me de covarde e preguiçoso, é disso que ele me chamou (tradução nossa)⁴⁷⁵.

Os indivíduos que sofreram danos psicológicos tiveram sofrimentos para o resto de suas vidas. Na Alemanha do pós guerra, os veteranos considerados “doentes mentais” eram vítimas de preconceito e eram vistos como seres que prejudicavam a reputação das “verdadeiras” vítimas da guerra. Nos anos que precederam aquela que seria a Segunda Guerra Mundial (e durante a mesma) muitos desses ex-combatentes foram privados de suas pensões

473 MOTTA, Marcia. A Primeira Guerra Mundial. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. et al. *O século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, 2º Vol., p.245

474 ECKART, Wolfgang U. The Soldier's Body in Gas Warfare: Trauma, Illness, Rentennot, 1915-1933. In: 4. FRIEDRICH, B. et al (Eds.). *One Hundred Years of Chemical Warfare: Research, Deployment, Consequences*. Online: Springer International Publishing, 2017, p.219-221. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-319-51664-6.pdf>. Acessado em 10/12/2018.

475 ULRICH, Bernd; ZIEMANN, Benjamin (Ed.). Frontalltag im Ersten Weltkrieg: Wahn und Wirklichkeit. Quellen und Dokumente. Apud: ECKART, Wolfgang U. The Soldier's Body in Gas Warfare: Trauma, Illness, Rentennot, 1915-1933. In: 4. FRIEDRICH, B. et al (Eds.). *One Hundred Years of Chemical Warfare: Research, Deployment, Consequences*. Online: Springer International Publishing, 2017, p.219-221. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-319-51664-6.pdf>. Acessado em 10/12/2018.

e/ou foram esterilizados e alguns teriam ainda sido vítima do que fora descrito como “eutanasia”⁴⁷⁶.

Considerações finais

Não há de se negar os avanços tecnológicos, científicos, acadêmicos, militares, médicos e outros mais ainda, decorrentes das pesquisas motivadas pela corrida pela hegemonia alçada no contexto da Primeira Guerra Mundial. Numa produção industrial nunca antes vista na história foram produzidas 124.200 toneladas de distintos gases venenosos⁴⁷⁷.

Mesmo avaliando que o país que entrou mais tardiamente no conflito, os EUA, tornara-se um dos principais atores históricos no tangia a pesquisa, desenvolvimento e produção de armas químicas. Os Estados Unidos da América, chegaram em meados de 1918, produzindo 30 toneladas de gás mostarda por dia. Arma química essa, assim como outras, cuja forma de destruição dos estoques nunca utilizados ainda se apresentava como uma problemática já em pleno século XXI⁴⁷⁸. Aliás, foram acordos após o fim da guerra que culminaram no fim da produção de certos agentes toxicológicos e na destruição de arsenais químicos, não só dos EUA, como dos demais países que os possuíam. Ainda sim, infelizmente, denúncias sobre utilização de agentes químicos em conflitos pelo globo persistem até hoje⁴⁷⁹.

Estimativas atribuem o número de mortos por gases venenosos em ambos os lados do conflito entre 90.000 e 100.000 pessoas. E, avaliando um conjunto de soldados feridos, permanentemente ou não, de 25 milhões, os gases tóxicos teriam sido responsáveis por “apenas” 1 milhão desses casos. Embora as armas químicas possam não terem sido as armas

476 ECKART, Wolfgang U. The Soldier's Body in Gas Warfare: Trauma, Illness, Rentenot, 1915-1933. In: 4. FRIEDRICH, B. et al (Eds.). *One Hundred Years of Chemical Warfare: Research, Deployment, Consequences*. Online: Springer International Publishing, 2017, p.225. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-319-51664-6.pdf>. Acessado em 10/12/2018.

477 SPIERS, Edward M. *Chemical Warfare*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire e London: Palgrave Macmillan UK, 1986, p.13; FITZGERALD, Gerard J. Chemical Warfare and Medical Response During World War I. *American Journal of Public Health*. Washington, vol.98, fascículo 4, p. 619, 2008.

478 GREENBERG, Michael R. Public Health, Law, and Local Control: Destruction of the US Chemical Weapons Stockpile. *American Journal of Public Health*. Washington, vol.93, fascículo 8, p. 1222-1225, 2003.

479 CHARLEAUX, João Paulo. Como armas químicas são usadas na Síria e ao longo da história, segundo esta especialista. *Nexo*, online, 05 abr. 2017. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/entrevista/2017/04/05/Como-armas-qu%C3%ADmicas-s%C3%A3o-usadas-na-S%C3%ADria-e-ao-longo-da-hist%C3%B3ria-segundo-esta-especialista>. Acesso em 30/07/2019.; BUNKER, Robert. *Contemporary Chemical Weapons Use in Syria and Iraq by the Assad Regime and the Islamic State*. Online: The United States Army War College, 2019. Disponível em: <https://ssi.armywarcollege.edu/pubs/display.cfm?pubID=1400>. Acesso em 30/07/2019.

mais mortíferas da guerra, tiveram sua marca deixada na história, e seu trauma incrustado não só em incontáveis daqueles que participaram do conflito⁴⁸⁰, mas até em outros que nem no conflito lutaram, como os trabalhadores industriais que as produziram. Os horrores e o pânico das trincheiras reverberam até a atualidade, pela memória, por livros, filmes e pelas artes⁴⁸¹.

Bibliografia

BUNKER, Robert. *Contemporary Chemical Weapons Use in Syria and Iraq by the Assad Regime and the Islamic State*. Online: The United States Army War College, 2019. Disponível em: <https://ssi.armywarcollege.edu/pubs/display.cfm?pubID=1400>. Acesso em 30/07/2019.

CHARLEAUX, João Paulo. Como armas químicas são usadas na Síria e ao longo da história, segundo esta especialista. *Nexo*, online, 05 abr. 2017. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/entrevista/2017/04/05/Como-armas-qu%C3%ADmicas-s%C3%A3o-usadas-na-S%C3%ADria-e-ao-longo-da-hist%C3%B3ria-segundo-esta-especialista>. Acesso em 30/07/2019.

ECKART, Wolfgang U. The Soldier's Body in Gas Warfare: Trauma, Illness, *Rentennot*, 1915-1933. In: 4. FRIEDRICH, B. et al (Eds.). *One Hundred Years of Chemical Warfare: Research, Deployment, Consequences*. Online: Springer International Publishing, 2017. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-319-51664-6.pdf>. Acessado em 10/12/2018.

EVERTS, Sarah. A Brief History of Chemical War. *Science History Institute*, online, 11 mai. 2015. Disponível em: <https://www.sciencehistory.org/distillations/magazine/a-brief-history-of-chemical-war>. Acessado em 10/12/2018.

FITZGERALD, Gerard J. Chemical Warfare and Medical Response During World War I. *American Journal of Public Health*. Washington, vol.98, fascículo 4, p. 611-626, 2008.

480 ECKART, Wolfgang U. The Soldier's Body in Gas Warfare: Trauma, Illness, *Rentennot*, 1915-1933. In: 4. FRIEDRICH, B. et al (Eds.). *One Hundred Years of Chemical Warfare: Research, Deployment, Consequences*. Online: Springer International Publishing, 2017, p.214-215,221. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-319-51664-6.pdf>. Acessado em 10/12/2018.

481 Sobre o reflexo da utilização dos gases venenosos nas artes visuais e na literatura ver: KAUFMANN, Doris. "Gas, Gas, Gaas!" he Poison Gas War in the Literature and Visual Arts of Interwar Europe. In: 4. FRIEDRICH, B. et al (Eds.). *One Hundred Years of Chemical Warfare*. Research, Deployment, Consequences. Online: Springer International Publishing, 2017. Disponível em <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-319-51664-6.pdf>. Acesso em 10/12/2018

GREENBERG, Michael R. Public Health, Law, and Local Control: Destruction of the US Chemical Weapons Stockpile. *American Journal of Public Health*. Washington, vol.93, fascículo 8, p. 1222-1226, 2003.

HOBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)*. Tradução: Marcos Santarrita, 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LE COUTEUR, Penny e BURRESON, Jay. *Os botões de Napoleão: as 17 moléculas que mudaram a história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

MOTTA, Marcia. A Primeira Guerra Mundial. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. et al. *O século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, 2º Vol.

SLOTTEN, Hugh R. Humane Chemistry or Scientific Barbarism? American Responses to World War I Poison Gas, 1915– 1930. *The Journal of American History*. vol.77, fascículo 2, p. 476-498, 1990.

SPIERS, Edward M. *Chemical Warfare*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire e London: Palgrave Macmillan UK, 1986.

Uma análise do corpo dos mortos em Agostinho de Hipona

Daniel Ferreira Dias⁴⁸²

Resumo: O presente trabalho busca refletir sobre a questão do corpo dos mortos em Agostinho de Hipona ou Santo Agostinho, que foi bispo da cidade de Hipona e um dos principais teólogos e filósofos do período patrístico da Igreja, sendo um dos principais nomes para o desenvolvimento do Cristianismo, Filosofia Medieval e Ocidental. Influenciado por Santo Ambrósio e pela sua mãe, Mônica, decide converter-se ao Cristianismo em 386. Passa a escrever sobre diversos temas e formular teorias importantes para o Cristianismo Ocidental, como o Livre-arbítrio, a concepção do casamento cristão e a Guerra Justa. Agostinho escreveu sobre o tratado que devia de dar aos mortos e a relação estabelecida entre mortos e vivos, no ano de 421, após ser questionado se havia vantagem em um cristão, após a morte, ter seu corpo inumado junto ao túmulo de um santo.

Palavras-chave: Agostinho, Corpo e Mortos.

Abstract: This paper seeks to reflect on the issue of the body of the dead in Augustine of Hippo or St. Augustine, who was bishop of the city of Hippo and one of the leading theologians and philosophers of the patristic period of the church, being one of the main names for the development of Christianity, Medieval and Western Philosophy. Influenced by Saint Ambrose and his mother, Monica, decides to convert to Christianity in 386. He writes on various topics and formulates important theories for Western Christianity, such as Free Will, the conception of Christian marriage and the Just War. Augustine wrote of the treaty he was to give to the dead and the relationship between the dead and the living in 421, after being questioned whether it was advantageous for a Christian after death to have his body smothered at the tomb of a saint.

Key words: Augustine, Body and Dead.

⁴⁸² Mestrando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista Capes. E-mail: daniel-dias12@hotmail.com

Introdução

Durante os séculos IV e V, a sociedade romana encontrava-se em crise, as referências de mundo que os indivíduos possuíam passavam por uma série de transformações. Dentro desse cenário de crise, o cristianismo foi se expandindo, reproduzindo discursos doutrinários, crenças e ideias que compunham uma visão de mundo, sociedade e sentido de vida. Transmitidas pela tradição, algumas características estão presentes até os dias atuais nas sociedades contemporâneas que têm o cristianismo como religião predominante.

O período patrístico da Igreja, inserido no contexto dos séculos IV e V, foi marcado pelo estabelecimento, organização e expansão do cristianismo e suas concepções filosóficas. Sendo possível ressaltar que durante a Antiguidade Tardia ainda numa sociedade onde o cristianismo não se difundiu plenamente, conforme expressado por Peter Brown:

Entretanto, convém lembrar que vimos acompanhando os destinos de uma pequena e clamorosa minoria, numa sociedade antiga que se modificava com muita lentidão. Até essa minoria estava dividida em suas opiniões. A Igreja Primitiva teve toda sua criatividade, sobretudo, porque seus membros mais expressivos discordavam com muita frequência uns dos outros. Como na história de todas as grandes revoluções promovidas por uma minoria militante, também é preciso, em qualquer história de renúncia sexual na Igreja Primitiva, abrir espaço para a tragédia, a desilusão e o simples tédio por parte da maioria não-heróica de fiéis.⁴⁸³

Os “Padres da Igreja”, portanto, são todos aqueles homens que contribuíram de modo determinante para construir o edifício doutrinário do cristianismo, que a Igreja acolheu e sancionou. Apontamos como um de seus principais nomes, Agostinho de Hipona, que nasceu no dia 13 de novembro de 354, em Tagaste, Numídia. Em 372, com 18 anos, conheceu sua concubina, com quem conviveu durante 13 anos. Trabalhava como professor de retórica. Desde 373, passa a ser “ouvinte” dos cultos maniqueístas da igreja de Mani, em Cartago, que mais tarde, passou a considerar como hereges. No fim de 384, com 30 anos, foi a Milão e conseguiu acesso à residência imperial. Decidiu romper com sua concubina em 385 e viveu

⁴⁸³ BROWN, Peter. *Corpo e Sociedade: o Homem, a Mulher e a Renúncia Sexual no Início do Cristianismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. P. 311.

uma fase melancólica em sua vida até 386. Influenciado pelos estudos de Santo Ambrósio, decidiu se converter ao cristianismo em 386. Tornou-se padre em 391, na cidade de Hipona, onde se tornou Bispo no ano de 401. Agostinho tornou-se um dos principais teólogos e filósofos do período patrístico da Igreja Cristã, sendo um dos nomes fundamentais para o desenvolvimento do cristianismo e Filosofia Medieval. Atuou como um “árbitro” do cristianismo, discutindo e formulando teorias importantes, como o Dogma da Trindade, a concepção do casamento cristão e a Guerra Justa. Agostinho faleceu aos 75 anos, no dia 28 de agosto de 430, em Hipona, Numídia, atual Argélia.⁴⁸⁴

Dentro desse cenário, Agostinho estabelece um debate com diversas vertentes do cristianismo, para ressaltar suas concepções religiosas, como o Maniqueísmo, que defendia as teses da existência de dois princípios - um princípio do bem e outro do mal - que presidiam cada ser. Para os maniqueístas, o mal era metafísico e ontológico, ou seja, imposto ao indivíduo independente de sua vontade de cometê-lo. A vertente do cristianismo de Joviano, por sua vez, defendia a equivalência do matrimônio, da viuvez e da virgindade. Por seu turno, os Pelagianos defendiam a tese de que não havia nenhuma relação entre a graça de Deus e a sua necessidade para realizarmos o bem.

No cenário da Antiguidade Tardia, era comum membros da sociedade romana celebrarem a Lemúria, que era um ritual funerário doméstico, que tinha intenso impacto em toda a sociedade, ocorrido nos dias 9, 11 e 13 de maio, à meia noite começava a cerimônia, em que eram realizados sacrifícios para os mortos, ou seja, no escuro tal como o mundo subterrâneo. Era de responsabilidade do pai ou do filho enterrar os corpos dos seus familiares, esse cerimonial era compartilhado por todas as famílias que levavam os corpos dos mortos até o cemitério fora da cidade. Como não havia um ritual comum a todas as famílias, cabia ao Pontífice Maximus assegurar a tranquilidade pública. Acreditava-se no período que tal ritual restabelecia a harmonia entre vivos e mortos⁴⁸⁵.

Portanto, a adoração aos mortos e o cuidado que tinham em relação aos seus corpos já era uma preocupação da sociedade romana. E é nesse contexto de expansão do cristianismo, que Agostinho de Hipona refletira sobre o assunto por meio da epistola escrita no ano de 421, denominada “O Cuidado Devido aos Mortos”, destinada a Paulino, Bispo de Nola da

⁴⁸⁴ BROWN, Peter. *Corpo e Sociedade: o Homem, a Mulher e a Renúncia Sexual no Início do Cristianismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, pp. 318 – 327.

⁴⁸⁵ BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. *Festa das Lemuria: os mortos e a religiosidade na Roma Antiga*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. ANPUH: São Paulo, julho 2011. Passim.

Campânia, da península itálica, sobre a vantagem de um cristão ter seu corpo inumado junto ao túmulo de um santo. A ocasião da consulta deriva-se da solicitação feita por uma viúva de Hipona, chamada Flora, que tinha acabado de perder seu único filho, em Nola, e tinha obtido a permissão de enterrar seu filho junto ao túmulo de São Félix. É por meio dessa carta que agostinho refletira sobre o cuidado que deve ser dado aos corpos dos mortos e analisa a relação entre mortos e vivos, para estabelecer sua visão de mundo perante os cristãos.

Vivos x Mortos

Agostinho inicia a sua resposta ao Paulino, apoiando-se no apóstolo Paulo, para determinar que todos terão que passar pelo julgamento final, para receber a retribuição feita durante sua vida. Em suas considerações o Bispo de Hipona ressalta que “todos nós teremos de comparecer manifestamente perante o tribunal de Cristo, a fim de que cada um receba a retribuição do que tiver feito durante sua vida no corpo, seja para o bem, seja para o mal.”⁴⁸⁶

Com base em Paulo, o bispo de Hipona adverte aos cristãos que é antes da morte que se deve buscar uma conduta e utilizar o seu corpo de modo a conseguir a sua salvação, pois após a morte há pouco a ser feito. Agostinho destaca que a ajuda que os vivos podem dar aos mortos é proporcional ao bem que cada um tiver cumprido durante sua vida. De tal modo, que para alguns essa ajuda é inútil, pois sua conduta foi tão má que se tornaram indignos. Em suas palavras reflete que “Portanto, é o gênero de vida que cada qual levou durante a existência corpórea, que determina a utilidade ou inutilidade desses auxílios que lhe são tributados piedosamente após a morte.”⁴⁸⁷

Agostinho ressalta que somente três atos feitos pelos vivos têm efeito para ajudar os mortos a conseguirem sua salvação. Primeiramente, ressalta a importância da oração para salvar a alma do morto, uma vez que orar para os mortos é uma forma dos parentes testemunharem sua ternura por ele, em que a oração faz com que os mortos sejam protegidos pelos santos protetores. O Bispo de Hipona destaca que para aqueles que não tem mais parentes, a oração fica a cargo da Igreja, que é a grande mãe de todos. Em suas reflexões:

A Igreja tomou a si o encargo de orar por todos os que morreram dentro da comunhão cristã e católica. Ainda que sem conhecer-lhes o nome, ela os inclui numa comemoração geral de todos eles. Desse modo, aqueles que não

⁴⁸⁶ AGOSTINHO, Santo. *A verdadeira religião, O cuidado devido aos mortos*. São Paulo: Paulus Editora, 2002. p. 155.

⁴⁸⁷ *Ibid.*, p. 156.

mais possuem pais, filhos ou outros parentes e amigos, para auxiliá-los nesse mister, são amparados pelo sufrágio dessa piedosa mãe comum.⁴⁸⁸

O segundo elemento apontado por Agostinho é o sacrifício que os vivos fazem no altar para os mortos, tal sacrifício pode ser por meio de missas ou até mesmo no ato da oração, uma vez que nos ajoelhamos ao chão para pedir pela alma do morto. Em suas Palavras:

Acontece que aqueles que oram impõem a seus membros uma posição condizente com a oração: põem-se de joelhos, estendem as mãos, prostram-se no chão e executam muitos outros gestos do mesmo gênero. Sem dúvida, Deus conhece-lhes a vontade oculta e a intenção do coração. Ele não tem necessidade desses sinais sensíveis para penetrar no recôndito da consciência humana. Contudo por essas demonstrações, a pessoa estimula-se a si mesma a orar e a gemer com mais humildade e fervor. E ainda que os gestos corporais não possam se produzir sem movimento interior da alma, esses atos exteriores e invisíveis amplificam, não sei como, o ato interior e invisível que os suscitará.⁴⁸⁹

O Terceiro elemento destacado por Agostinho é a importância das esmolas, o Bispo ressalta que os vivos devem buscar ajudar os mais necessitados e que tal ação sucessivamente contribui para a salvação da alma do ente querido.

Portanto, conforme expressado por Agostinho, aos mortos “só lhes serão proveitosas as suplicas oferecidas de modo conveniente por eles, no sacrifício do altar, no de nossas orações e esmolas”.⁴⁹⁰

São exatamente esses três elementos supracitados anteriormente, que Jacques Le Goff aponta com primordiais para colocar Agostinho de Hipona como pai do Purgatório, em seus estudos ressaltou o seguinte sobre a epistola escrita pelo Hiponense:

A conclusão geral do opúsculo insiste na utilidade dos sufrágios pelos mortos, com a restrição de que só aqueles que mereceram a salvação podem beneficiar com eles. Mas na incerteza da, sorte que Deus lhes reserva, mais vale fazer de mais do que de menos. a reafirmação da triologia auxiliar dos mortos que reencontraremos com o Purgatório: as missas, as orações, as esmolas.⁴⁹¹

⁴⁸⁸ AGOSTINHO, Santo. *A verdadeira religião, O cuidado devido aos mortos*. São Paulo: Paulus Editora, 2002. pp. 163 e 164.

⁴⁸⁹ Ibid., p. 164 e 165.

⁴⁹⁰ Ibid., p. 190.

⁴⁹¹ LE GOFF, Jacques. Os pais do Purgatório. In: *O Nascimento do Purgatório*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. p. 102.

Apesar desses três elementos serem encontrados na triologia para auxiliar os mortos quando o Purgatório surgir no século XII, Agostinho em seu texto não menciona em nenhum momento a existência de um Purgatório, sua intenção o tempo todo era tratar da relação entre vivos e mortos e falar aos cristãos sobre o corpo e a morte.

O Corpo Sem Sepultura

Agostinho destaca que apesar de responder à questão que foi proposta, aproveita para tratar de outros assuntos relacionados aos corpos dos mortos, assim expressa sua tese acerca dos corpos que ficaram sem sepultamento.

O Bispo de Hipona argumenta com base na Bíblia que não há problema de um corpo ficar sem sepultamento, destacando os versículos que “Afirma que não se perderá nem um só cabelo de sua cabeça (Mt 10.30)”⁴⁹² e “Exorta-os a não temer os que matam o corpo e depois disso nada mais podem fazer (Lc 12,4)”⁴⁹³.

Agostinho deixa claro que seu objetivo ao tratar desse assunto é refutar os pagãos que imputavam aos cristãos as devastações cometidas pelos “bárbaros”, sobretudo em relação às “invasões barbaras” ocorridas recentemente, em que destacam o fato de Cristo não ter socorrido seus filhos e terem deixado seus corpos sem sepultamento. Para refutar tais ideias, Agostinho cita parte do seu livro “A Cidade de Deus”, composto por vinte e dois livros, obra literária do final do Império Romano do Ocidente, da qual os pensadores medievais tiraram grande parte do que sabiam sobre o mundo antigo romano, Agostinho usou recursos tanto da filosofia pagã e da doutrina cristã para estabelecer uma distinção entre a cidade terrena e a sua contrapartida divina, a Cidade de Deus. O Hiponense destaca o seguinte trecho:

Naquela espantosa messe de cadáveres, quantos fiéis devem ter ficado privados de sepultura? Trata-se, porém, de infortúnio pouco temido pela fé viva, que tem por certo a sanha dos animais nos que nada podem contra a ressurreição dos corpos de suas vítimas, das quais não perecerá um só cabelo da cabeça (Lc 21,18). Teria afirmado a Verdade: ‘Não temais, em absoluto, quem mata o corpo e não pode matar a alma’ (Mt 10,28), se a engenhosa crueldade dos assassinos pudesse sufocar nos cadáveres inimigos o germe da vida futura? Salvo se houver alguém bastante insensato para pretender não deverem os assassinos do corpo serem temidos antes de o matarem, mas só depois da morte, por pode rem privá-lo de sepultura. Se assim fosse possível fazer algum mal a cadáveres, seriam falsas as palavras de Cristo: ‘Não

⁴⁹² AGOSTINHO, Santo. *A verdadeira religião, O cuidado devido aos mortos*. São Paulo: Paulus Editora, 2002. p.157.

⁴⁹³ *Ibid.*, p. 158.

temais quem mata o corpo e nada mais pode'. Quê?! Falsas as palavras da Verdade?!

Longe de nós semelhante blasfêmia! Está escrito disporem os assassinos de certo poder no momento de matarem, por ser o corpo sensível ao golpe que o mata, mas, em seguida nada mais poderem, por ser o cadáver desprovido de sensibilidade. A terra, é verdade, não recebeu o corpo de grande número de cristãos, mas, em tal caso, ninguém separou a terra do céu, porque ela está toda cheia da presença daquele que sabe de onde chamar à vida tudo aquilo que criou. Diz bem um salmo: 'Deram os cadáveres dos teus servos como pasto às aves do céu, as carnes dos teus santos aos animais da terra. Derramaram o seu sangue como água à roda de Jerusalém e não havia quem os sepultasse' (Sl 78, 2.3). Mas o salmista fala assim, mais para exagerar a crueldade dos carrascos do que para deplorar a infelicidade das vítimas.

'É preciosa aos olhos do Senhor a morte dos seus santos' (Sl 115.15).

Com efeito, o restante: providências relativas aos funerais, escolha da sepultura, pompa do enterro, tudo isso é mais consolo dos vivos do que alívio dos mortos.

Quê?! Honras fúnebres aproveitariam ao ímpio? Então, para o justo seria verdadeiro infortúnio possuir sepultura pobre ou até não a possuir de todo. Numeroso cortejo de escravos fez ao rico e pulão exéquias magníficas aos olhos dos homens (Lc 16,22).

Muito mais brilhantes, porém, aos olhos de Deus, as que o ministério dos anjos ofereceu ao pobre Lázaro coberto de úlceras. Não lhe ergueram aos restos mortais túmulo de mármore, mas levaram-no para o seio de Abraão. Vejo rirem aqueles contra quem defendo a cidade de Deus. Entretanto, seus próprios filósofos menosprezaram a preocupação com o sepultamento e, freqüentemente, exércitos inteiros pouco se incomodaram, ao morrerem pela pátria terrena, com o lugar em que seus cadáveres haveriam de jazer e que animais se serviriam deles, como de pasto.

Assim, puderam dizer os poetas, com aplausos: 'A quem faltou o sepulcro, o céu serve de proteção'.

Portanto, que loucura essa, de ultrajar os cristãos por causa de cadáveres deixados insepultos, se aos fiéis foi prometido que a própria carne e todos os membros, deixados sobre a terra e até dispersos no seio secretíssimo de outros elementos, hão de, num abrir e fechar de olhos, tornar à vida e serem restituídos à primitiva integridade, como foi prometido por Deus?" (1Cor 15.52).⁴⁹⁴

Portanto, o corpo ficar sem sepultamento não interfere na salvação do indivíduo, uma vez que a alma ao deixar este mundo, leva a consciência do indivíduo que determinará se ele conseguirá a salvação ou não. Esse apego que os indivíduos teriam em sepultar os mortos e cuidar de seus corpos segundo Agostinho, é um instinto natural, pois "há no coração humano um sentimento natural que leva a que ninguém odeie sua própria carne" (Ef 5,29).⁴⁹⁵

⁴⁹⁴ AGOSTINHO, Santo. *A verdadeira religião, O cuidado devido aos mortos*. São Paulo: Paulus Editora, 2002. pp.158 - 160.

⁴⁹⁵ *Ibid.*, p. 167.

Agostinho defende que esse apego natural é algo que deve ser evitado uma vez que não traz benefícios, os cristãos devem segundo ele, seguir os exemplos dos mártires que conseguiram superar esse instinto, em suas considerações:

Esse apego, porém, ao próprio corpo, os mártires venceram-no, em sua luta pela verdade. Não é surpreendente que eles tenham desprezado as honras reservadas a seus despojos. Só podiam estar insensíveis a elas após a morte, pois enquanto vivos e sensíveis não se tinham deixado vencer pelo suplício.⁴⁹⁶

Assim, o hiponense concluí suas considerações em relação sobre como os vivos poderiam vir a ajudar os mortos.

Mortos x Vivos

Agostinho ao refletir se os mortos poderiam interferir na vida dos vivos, inicia as suas considerações a respeito das visões produzidas durante o sono, uma vez que reconhece a grande quantidade de pessoas que dizem terem visto os mortos durante o ato de dormir. O Hiponense esclarece que:

Essas aparições podem ter sua utilidade, seja para o consolo dos vivos, que vêem a imagem dos mortos que lhes são caros, seja para lembrar aos homens o dever de humanidade que é o sepultamento dos falecidos. Isso não traz nenhum socorro para os mortos, mas negligenciá-lo seria impiedade culposa.⁴⁹⁷

O Bispo de Hipona ressalta que por muitas vezes essas visões são falsas e que podem levar até mesmo a erros grosseiros, pois a fraqueza humana é tão grande, que se vê um morto durante um sono, crer ter visto sua alma. Ele destaca que essas visões em sua maioria ocorrem somente com indivíduos cujo os sentidos estão perturbados, tais como os frenéticos e os doidos:

Algumas visões, sentidas no estado de vigília, assemelham-se a sonhos. Acontecem com pessoas cujos sentidos estão conturbados, tais os frenéticos e os doidos de toda espécie. Conversam consigo mesmos, como se falassem com outras pessoas presentes ou ausentes, vivas ou defuntas, das quais eles percebem a imagem diante dos olhos. Mas os vivos não sabem que esses imaginários imaginam vê-los e conversar com eles — visto que na realidade

⁴⁹⁶ Ibid., p. 169.

⁴⁹⁷ AGOSTINHO, Santo. *A verdadeira religião, O cuidado devido aos mortos*. São Paulo: Paulus Editora, 2002. p. 173.

não se encontram lá, e nem dizem nada. Essas visões imaginárias nascem de perturbação dos sentidos. Da mesma forma, os que já deixaram esta vida aparecem a pessoas cujo cérebro está perturbado, como se estivessem presentes, ao passo que na realidade estão longe de lá, e que nem supõem alguém ter percebido sua imagem em visão imaginária.⁴⁹⁸

Agostinho ao defender que os mortos não podem intervir na vida dos vivos, apoia-se em sua mãe, Mônica, argumenta que se caso os que aqui não mais estão pudessem intervir em nossas vidas, ela não o abandonaria uma única noite:

Tomem como quiserem o que vou dizer. Se deveras as almas dos mortos intervissem nos problemas dos vivos, aparecessem e nos falassem durante nosso sono, minha piedosa mãe — para não falar sobre outras pessoas — não me abandonaria uma única noite, ela que me seguiu por terra e por mar, a fim de partilhar comigo minha vida. Longe de mim crer, com efeito, que uma vida mais feliz a tornou indiferente, a ponto de não vir consolar em suas tristezas um filho que, em sua vida, foi seu grande amor.⁴⁹⁹

Deste modo, Agostinho argumenta que a alma dos mortos está em um local, no qual não é permitido ver o que acontece na Terra. Os mortos não compartilham das misérias dos vivos, uma vez que já estão suportando suas próprias penas, caso tenham merecido, ou estão repousando em paz.

Porém, Agostinho destaca o fato de os mortos tomarem conhecimento de alguns fatos ocorridos na Terra. O bispo de Hipona argumenta que eles poderiam vir a conhecê-los depois, mas somente aquilo que fosse autorizado de ser revelado e o que necessitam saber. Em suas considerações:

Convenhamos, pois, que os mortos ignoram os acontecimentos daqui da terra, pelo menos no momento mesmo em que eles se realizam. Podem vir a conhecê-los mais tarde, por aqueles que vão ao seu encontro, uma vez mortos. Por certo, não ficam conhecendo tudo, mas somente aquilo que lhes for autorizado de ser revelado e que eles têm necessidade de conhecer.⁵⁰⁰

Agostinho expõe que existem dois meios dos mortos tomarem conhecimento dos fatos ocorridos, o primeiro é quando uma pessoa que acabou de falecer vai até o encontro dos mortos. O outro meio, é através dos anjos que fazem a interligação entre a Terra e onde estão os mortos, em suas palavras:

⁴⁹⁸ Ibid., p. 175 – 176.

⁴⁹⁹ Ibid., p. 179.

⁵⁰⁰ AGOSTINHO, Santo. *A verdadeira religião, O cuidado devido aos mortos*. São Paulo: Paulus Editora, 2002. p. 182.

Os anjos, que velam sobre as coisas deste mundo, podem também lhes revelar alguns pontos julgados convenientes a cada um por aquele que tudo governa. Pois se os anjos não tivessem o poder de estarem presentes na morada dos vivos como na dos mortos, o Senhor Jesus não teria dito: “Aconteceu que o pobre morreu e foi levado pelos anjos ao seio de Abraão” (Lc 16.22). Eles estão ora na terra ora no céu, visto que foi da terra que levaram aquele homem que Deus quis lhes confiar.⁵⁰¹

Portanto, na concepção de Agostinho de Hipona, os mortos não podem intervir nas decisões tomadas pelas vivos, mesmo que eles venham saber sobre fatos ocorridos no nosso mundo.

Com efeito podemos compreender conforme analisado por Jean-Claude Schmitt sobre os fantasmas na Idade Média, que são os vivos por meios de seus relatos, imagens, sentimentos e cupidez que atribuem aos defuntos existência após sua morte.⁵⁰²

Considerações

Portanto, fica constatado no discurso de Agostinho a influência da Bíblia e do Apóstolo Paulo para ele determinar que não há vantagem de um corpo ser inumado junto ao de um Santo, uma vez que o sepultamento digno dos mortos não é para obter a sua salvação, mas para cumprir um dever de humanidade. Por sua vez, não há problema de um corpo não ser enterrado, já que é a alma a responsável por responder em relações as nossas atitudes tomadas pelo corpo. É necessário ter um cuidado com o corpo do morto, uma vez que ele não pode mais dar ao deixar esta vida.

Constata-se que a Bíblia e sua mãe, Mônica, foram fundamentais para determinar que os mortos não são capazes de intervir na vida dos vivos, e que grande parte das visões ocorridas durante o sono são frutos de pessoas que estão com problemas mentais.

Identifica-se que somente as orações, a caridade e os sacrifícios no altar podem ajudar os mortos, uma vez que as decisões tomadas em vida que são fundamentais para determinar se o indivíduo será salvo ou não. Porém, averigua-se que apesar de nenhum momento afirmar a existência de um Purgatório, Agostinho é relido séculos depois e colocado como o pai do Purgatório, conforme analisado por Jacques Le Goff. Uma vez que ao escrever o “Cuidado

⁵⁰¹ Ibid., p. 182.

⁵⁰² SCHMITT, Jean-Claude. Figurar os Fantasmas. In: *Os Vivos e os Mortos na Sociedade Medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 243.

Devido aos Mortos” tinha como objetivo falar para a sociedade o cuidado que deve ser dado aos mortos, as relações entre vivos e mortes, defendendo quais são os valores corretos em sua concepção para obter a salvação.

Referências Bibliográficas:

AGOSTINHO, Santo. *A verdadeira religião, O cuidado devido aos mortos*. Tradução de Nair de Assis Oliveira. 1ª edição. São Paulo: Paulus Editora, 2002.

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Tradução de Maria Luiza Jardim Amarante. 1ª edição. São Paulo: Paulus Editora, 1997.

AGOSTINHO, Santo. *Dos bens do matrimônio, A Santa Virgindade, Dos Bens da Viuvez: Cartas a Proba e a Juliana*. Tradução de Nair de Assis Oliveira. 1ª edição. São Paulo: Paulus Editora, 2001.

AGOSTINHO, Santo. *O Livre-arbítrio*. Tradução de Nair de Assis Oliveira. 1ª edição. São Paulo: Paulus Editora, 1997.

AGOSTINHO, Santo. *Solilóquios e A Vida Feliz*. Tradução de Adaury Fiorotti. 1ª edição. São Paulo: Paulus Editora, 1998.

BASCHET, Jérôme. *A Civilização Feudal: Do Ano Mil À Colonização da América*. Tradução de Marcelo Rede. 4ª edição. Rio de Janeiro: Globo Editora, 2006.

BÍBLIA. Português. *Bíblia de Jerusalém*. Tradução da Paulus Editora. São Paulo: Paulus, 2002.

BROWN, Peter. *Corpo e Sociedade: o Homem, a Mulher e a Renúncia Sexual no Início do Cristianismo*. Tradução de Vera Ribeiro. 1ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. Festa das Lemuria: os mortos e a religiosidade na Roma Antiga. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, julho 2011, pp. 1 – 18.

BROWN, Peter. *Santo Agostinho, uma biografia*. Tradução de Vera Ribeiro. 10ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2017.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. *Uma História do Corpo na Idade Média*. Tradução de Marcos Flamínio Peres. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

LE GOFF, Jacques. Os pais do Purgatório. In: *O Nascimento do Purgatório*. Tradução de Maria Fernanda Gonçalves de Azevedo. 2ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, pp. 75 – 120.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da filosofia: Antiguidade e Idade Média*. Tradução da Paulus Editora. 3ª edição. São Paulo: Paulus Editora, 1990.

SCHMITT, Jean-Claude. Figurar os Fantasmas. In: *Os Vivos e os Mortos na Sociedade Medieval*. Tradução de Maria Lucia Machado. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp. 217 – 249.

VESSEY, Mark. *A Companion to Augustine*. UK: Blackwell Publishing Ltd, 2012.

Neoliberalismo e Mercado de Trabalho: uma análise através das lentes da Folha de S. Paulo (1995 - 1998)

Dara da Silva Lopes⁵⁰³

Resumo: No Brasil, durante a década de 1990, ocorreu um amplo processo de abertura comercial, privatizações e propostas de reformas que visavam reduzir a intervenção do Estado na economia. Estas políticas impactaram profundamente o mercado de trabalho no país e, conseqüentemente, as condições de reprodução da classe trabalhadora. Considerando a importante atuação da imprensa frente a estas transformações, esta pesquisa, que se inicia, tem como proposta analisar as reportagens do jornal de maior circulação nacional, a Folha de S. Paulo, durante o primeiro governo FHC. Pretende-se, então, analisar o posicionamento do jornal em relação à implementação do neoliberalismo no Brasil, destacando seus desdobramentos e impactos no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Folha de S. Paulo; Mercado de Trabalho; Neoliberalismo

Abstract: In Brazil, during the 1990s, there was a broad process of trade liberalization, privatization and reform proposals aimed at reducing state intervention in the economy. These policies profoundly impacted the job market in the country and, consequently, as conditions of reproduction of the working class. Developing an important role of the press in the face of these transformations, this research, which begins, aims to analyze how reports of the largest national newspaper, Folha de S. Paulo, during the first FHC government. Therefore, we intend to analyze or position the newspaper in relation to the implementation of neoliberalism in Brazil, highlighting its consequences and impacts on the job market.

Keywords: Folha de S. Paulo; Job market, Neoliberalism

⁵⁰³ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: darawf_09@hotmail.com

Globalização e Neoliberalismo

Partindo do pressuposto de que existe uma profunda relação entre globalização e neoliberalismo, consideramos relevante iniciarmos este item destacando o papel fundamental da globalização no processo de difusão da doutrina neoliberal em diferentes partes do globo a partir da segunda metade do século XX.

A globalização caracteriza o atual período de evolução do sistema capitalista. Representa a continuação da expansão mundializante originalmente inerente ao capitalismo. Continuação que é, contudo, acentuação e aceleração, com manifestações na economia, na política, nas atividades culturais e nos comportamentos sociais.

Através do trecho acima, Gorender⁵⁰⁴ nos indica algumas importantes ponderações que devem, inicialmente, nortear nossa análise acerca do processo de evolução do capitalismo a fim de entendermos a atual fase marcada pelo domínio do neoliberalismo. A chamada globalização, ao nos remeter a um gradativo movimento de integração no globo, possibilitado, em grande medida, pela evolução nos meios de transporte e comunicação, sinaliza que seu início está longe de se restringir às últimas décadas do século XX. Porém, ao utilizarmos o termo, em consonância com Santos⁵⁰⁵, Gorender⁵⁰⁶, entre outros, estaremos nos referindo ao citado momento de acentuação e aceleração dessa integração, que caracteriza a atual etapa do capitalismo, marcada, de um lado, pelo domínio das tecnologias da informação e, do outro, pela expansão do capital financeiro, associada à implementação do neoliberalismo.

Nesse sentido, entendida como processo capitalista, não é de se estranhar que a globalização neoliberal tenha sido acompanhada por uma elevação nas desigualdades entre, e no interior dos Estados Nacionais, desnudando alguns mitos difundidos pelos meios hegemônicos que sinalizam a transformação do mundo em uma aldeia global, o encurtamento das distâncias e a, conseqüente, noção de espaço e tempo contraídos, o mercado global capaz de homogeneizar as diferenças, além da perda de importância dos Estados. Ao contrário, observamos uma elevação nos índices de desemprego, aumento da pobreza e da fome, o

⁵⁰⁴ GORENDER, Jacob. Estratégias dos Estados nacionais diante do processo de globalização. *Estud. av.* vol.9 no.25., São Paulo. 1995, p. 93.

⁵⁰⁵ SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Editora Record, 6ª edição. 2001.

⁵⁰⁶ GORENDER, Jacob. *Op. Cit.*

surgimento de novas enfermidades, entre outros pontos que permitem afirmar, conforme Santos⁵⁰⁷, que a globalização “está se impondo como uma fábrica de perversidades”.

A citada ideologia de supressão dos Estados, apoia-se na doutrina econômica neoliberal que, na verdade, apenas o afasta das políticas sociais, o transformando em parceiro do capital e, assim, revelando sua perspectiva de classe⁵⁰⁸.

O processo de globalização altera e, sob alguns aspectos, reduz os atributos de soberania dos Estados nacionais. É preciso, porém, considerar as reações destes diante das questões propostas pela própria globalização. Os Estados nacionais posicionam-se diante do processo de globalização conforme interesses de classe que expressam, empregando os meios de pressão e persuasão de que dispõem⁵⁰⁹.

Esse contexto de consolidação da noção de pleno enfraquecimento dos Estados nacionais, apoiada na doutrina neoliberal, que acompanha “a aceleração do ritmo de avanço da globalização e da revolução tecnológica relaciona-se com os fatores depressivos em curso no sistema econômico capitalista, a partir de 1973”⁵¹⁰.

Nessa conjuntura, o esgotamento da rigidez que caracterizava o modelo fordista abriu espaço para a implementação de novas práticas e tecnologias que acabaram por estruturar e difundir pelo mundo o modo de organização da produção Toyotista. Em um movimento paralelo, tem início, nos países desenvolvidos, uma campanha voltada à redução dos gastos sociais e desregulamentação dos mercados de bens, serviços e do trabalho, estruturando, assim, a ideologia neoliberal.

Harvey⁵¹¹ nos mostra que as origens do neoliberalismo remontam à primeira metade do século XX, através dos escritos de pensadores como Friedrich von Hayek, Ludwig von Mises e Milton Friedman. Entre 1960 e 1970 estes teóricos receberam subsídios de corporações que eram simpáticas a essa doutrina e realizaram a divulgação de ampla produção teórica. No entanto, esse movimento:

[...] ainda era considerado amplamente irrelevante e mesmo desdenhado pela corrente principal de pensamento político-econômico. Só depois de a crise geral de sobreacumulação ter-se tornado aguda veio o movimento a ser levado a sério como alternativa ao arcabouço keynesiano e a outras estruturas mais centradas no Estado de formulação de políticas.⁵¹²

⁵⁰⁷ SANTOS, Milton. Op. Cit, p. 19.

⁵⁰⁸ HARVEY, David. “As capitais do capitalismo: entrevista com David Harvey”. Esquerda.net. São Paulo, 2015.

⁵⁰⁹ GORENDER, Jacob. Op. Cit, p. 98.

⁵¹⁰ GORENDER, Jacob. Op. Cit, p. 94.

⁵¹¹ HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

⁵¹² HARVEY, DAVID. Op. Cit., p. 130.

As primeiras experiências marcam o início do neoliberalismo em 1979 e 1980, com a liderança política de Margaret Thatcher no Reino Unido, e Ronald Reagan nos Estados Unidos, respectivamente. Os governos de Thatcher e Reagan agiram no sentido da intervenção mínima do Estado na economia. Logo, “em poucos anos a doutrina neoliberal fizera uma curta e vitoriosa marcha por sobre as instituições e passara a dominar a política, primeiramente no mundo anglo-saxão porém mais tarde em boa parte da Europa e do mundo”⁵¹³.

Na década de 80, a América Latina estava imersa em uma conjuntura de crise e foi então que John Williamson, reunido com oito representantes de países latino-americanos, apresentou, no Consenso de Washington⁵¹⁴, uma série de propostas de reformas mobilizando o discurso de que as mesmas seriam a estratégia fundamental para alcançar o fim dos problemas econômicos que a AL enfrentava. Dentre as principais medidas que o Consenso defendia podemos citar a liberalização do comércio, o fim das restrições aos investimentos estrangeiros e a desregulamentação das atividades econômicas⁵¹⁵.

No entanto, consideramos importante lembrar que a implementação de algumas políticas neoliberais em países da América Latina foram anteriores ao Consenso. No Chile, por exemplo, estas políticas surgiram antes mesmo de serem adotadas na Inglaterra. A partir da década de 70, “o Chile começou a ser um “laboratório” para a aplicação da ortodoxia neoliberal”⁵¹⁶. Neste contexto, o país sofria alguns prejuízos devido ao processo de estatização que havia afastado investimentos estrangeiros. O cenário de insatisfação popular com o aumento da inflação e a retração do PIB geraram diversos conflitos que favoreceram o golpe militar liderado por Augusto Pinochet contra o governo de Salvador Allende em 1973.

No mais, o neoliberalismo começou a ser adotado como doutrina econômica por outros países da AL a partir da década de 80, dentre eles, podemos citar o México em 1982, a Bolívia em 1982 e a Venezuela em 1989. Na década de 90, através da disseminação do receituário proposto pelo Consenso de Washington, esta doutrina política e econômica aportou no território brasileiro, dando seus primeiros passos com o governo de Fernando Collor de Mello.

⁵¹³ HARVEY, DAVID. Op. Cit., p. 130.

⁵¹⁴ O Consenso de Washington foi o nome pelo qual ficou popularmente um encontro realizado nessa mesma cidade e que resultou em um receituário de medidas econômicas de preceito neoliberal que vieram a ser implementadas em países da América Latina como o Brasil.

⁵¹⁵ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. Rev. bras. polít. int. [online]. 2002, vol.45, n.2, p.135-146.

⁵¹⁶ BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. Reformas Neoliberais na América Latina, 2017, p. 35.

Para reduzir o déficit público, o objetivo de Collor era adotar políticas de cunho neoliberal, como a privatização de empresas estatais e o incentivo à entrada de produtos estrangeiros, para alavancar a modernização capitalista no Brasil. Estas políticas agravaram os problemas sociais, uma vez que incrementaram a desindustrialização do país e, conseqüentemente, lançaram ao desemprego milhares de trabalhadores que vendiam sua força de trabalho nas indústrias nacionais. No mais, a desconfiança do capital estrangeiro para com a estabilização da economia brasileira, que se encontrava em uma profunda crise, era grande e isto impediu, em grande medida, o incentivo de investimentos internacionais e conseqüentemente a concretude do plano de Collor⁵¹⁷.

O governo de Itamar Franco, iniciado após o impeachment de Collor, segundo Antunes⁵¹⁸, caracteriza-se por intensas ambigüidades, pois sua trajetória política de viés reformista se chocava com a “necessidade” do cumprimento de uma agenda neoliberal. Além disso, consideramos importante destacar que um traço marcante de seu mandato foi o lançamento do Plano Real, encaminhado pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, que havia sido gestado com o objetivo de estabilizar a economia freando a inflação.

Posteriormente, o neoliberalismo veio a se implantar de forma efetiva com os governos Fernando Henrique Cardoso. Nestes, além do Plano Real, várias outras ações foram desenvolvidas no sentido de aprofundar o modelo, como um amplo processo de privatizações e propostas de reformas que visavam enxugar o papel do Estado e aumentar ainda mais o poder do mercado.

Nesse contexto, Fernando Henrique Cardoso “aprofundou o processo de abertura comercial iniciado por Collor”⁵¹⁹ e, conseqüentemente, contribuiu para o enfraquecimento da indústria nacional. Os efeitos disto para o mercado de trabalho foram devastadores, aumentando vertiginosamente o índice de desemprego e do crescimento do trabalho informal⁵²⁰. Assim, constatamos que os governos FHC mantiveram um vínculo bastante sólido com os interesses do capital e, portanto, contribuíram para acentuar o desequilíbrio na relação capital-trabalho, em benefício do primeiro.

⁵¹⁷ ANTUNES, Ricardo. A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula). Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

⁵¹⁸ ANTUNES, Ricardo. Op. Cit.

⁵¹⁹ LOBO, Valéria Marques. Fronteiras da Cidadania: sindicatos e (des)mercantilização do trabalho no Brasil (1950 – 2000). Belo Horizonte: Argvmentvm Editora Ltda, 2010, p. 177.

⁵²⁰ Aquele caracterizado pela ausência de vínculos empregatícios e garantias sociais.

Capital e Trabalho

Sabemos que a relação capital-trabalho ocupa centralidade na dinâmica do capitalismo, sendo que esta, constantemente, se depara com barreiras que tendem a gerar as inevitáveis e necessárias crises, nas quais o sistema se reorganiza, geralmente, às custas do ataque sobre a classe trabalhadora. O trabalho, ao mesmo tempo em que é imprescindível ao sistema, pode funcionar como barreira, ou seja, pode estar na origem das crises.

Não é novidade, e já apontamos isso aqui, que uma vez que o dinheiro a ser empregado no processo produtivo está disponível, uma das condições fundamentais para que a acumulação aconteça de forma constante e perpétua, é a disponibilidade suficiente oferta de força de trabalho, o exército industrial de reserva, nas palavras de Marx. Se essa condição não existe de forma satisfatória, um obstáculo à reprodução capitalista tende a se materializar.

Harvey⁵²¹ nos indica alguns mecanismos com os quais o capital costuma flertar a fim de contornar os limites potenciais da oferta de trabalho. O crescimento populacional aparece como uma possibilidade quando, por exemplo, a redução da mortalidade infantil nos anos de governo de Mao gerou, mais tarde, um enorme contingente de jovens trabalhadores clamando por emprego, que foi fundamental para o crescimento econômico chinês que sucedeu a década de 80.

A tecnologia, também citada pelo autor, tem sido usada largamente nesse sentido e adquire destaque em nossa discussão, já que o neoliberalismo veio atrelado à transição da rigidez do modelo fordista para o novo padrão de acumulação flexível, Toyotismo. Este, altamente apoiado na robotização e automatização dos processos produtivos, tem sido capaz de jogar para fora do mercado de trabalho uma ampla camada de trabalhadores contribuindo, assim para uma queda nos salários.

Outra estratégia, segundo Harvey⁵²², utilizada é a mobilização de setores da população ainda não proletarizados. Nesse caso, os exemplos mais óbvios seriam os camponeses e, no caso de países de capitalismo central nos quais essa classe quase desapareceu, como na Inglaterra, a entrada das mulheres no mercado de trabalho é outra possibilidade.

Levando em conta que a escassez de trabalho tende a ser localizada, a mobilidade geográfica, dado nível atual de evolução dos meios de transporte e comunicação, se torna uma

⁵²¹ HARVEY, David. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

⁵²² HARVEY, David. Op. Cit.

estratégia comumente empregada⁵²³. Novamente, o neoliberalismo, ao estimular a abertura dos mercados e a circulação do capital, aprofunda essa possibilidade.

Entendemos que a transição ao neoliberalismo representou um mecanismo para contornar a barreira criada pela organização e fortalecimento do trabalho que se desenvolveram durante a partir de meados do século XX.

A eclosão da Segunda Revolução Industrial e, a partir desta, o surgimento de uma nova rodada industrializante baseada em novas tecnologias, aliada a crescente competição internacional estimulada pelo crescimento da economia norte americana, iniciaram um processo de questionamentos ao modelo liberal que vigorava até então. A partir da primeira grande crise capitalista (1873-96) esses questionamentos começam a se materializar em medidas protecionistas e políticas nacionais que visavam romper com o livre-cambismo nos países de capitalismo central, a exceção da Inglaterra⁵²⁴.

Porém, segundo Mattoso⁵²⁵, esse movimento de resistência ao liberalismo, que se inicia com a Segunda Revolução Industrial, não conseguiu se consolidar como um novo padrão de desenvolvimento, permanecendo como um processo lento e instável até as primeiras décadas do século XX. Foi necessário que à nova estrutura produtiva e tecnológica se aliasse um novo modelo de gestão econômica por parte do Estado e, para isso, foi fundamental o fortalecimento dos sindicatos dos trabalhadores e o aprofundamento das lutas políticas, contribuindo para mudanças nas relações sociais e no padrão de consumo.

Dessa forma, embora com intensidades diferenciadas segundo as especificidades nacionais e distintos *timings* na articulação do padrão de desenvolvimento norte-americano, gerou-se uma maior homogeneidade do trabalho e das sociedades sujeitas a este padrão de desenvolvimento, generalizou-se a conformação de normas de trabalho e emprego relativamente padronizadas, aumentaram-se diferentes formas de defesa ou segurança do trabalho e deslocaram-se partes do custo de reprodução da força de trabalho para o Estado, através de políticas destinadas aos transportes urbanos, habitação, saneamento, urbanização, educação, saúde, etc⁵²⁶.

Se pensarmos que o processo de reprodução ampliada do capital depende da geração de mais-valia, e que está representa a diferença entre o valor da força de trabalho, pago na forma de salário, e o valor da mercadoria, não há dúvidas de que uma elevação nos salários e no poder da classe trabalhadora pode se configurar em uma barreira à manutenção e aumento

⁵²³ HARVEY, David. Op. Cit.

⁵²⁴ MATTOSO, Jorge. A Desordem do Trabalho. Editora Página Aberta LTDA, 1ª reimpressão, 1996.

⁵²⁵ MATTOSO, Jorge. Op. Cit.

⁵²⁶ MATTOSO, Jorge. Op. Cit., p. 29.

das taxas de lucro do capital. O neoliberalismo veio a afastar essa ameaça no mundo e, a partir da década de 90, no Brasil.

Dessa forma, não é de se estranhar que o ataque aos direitos trabalhistas e o enfraquecimento dos sindicatos tenham sido pautas prioritárias no processo de implementação da doutrina neoliberal. No âmbito da política nacional, o projeto de flexibilização das relações trabalhistas foi apresentado por Cardoso como solução para os problemas sociais que o país enfrentava. Assim, através de medidas como a aprovação da Lei no 9.601 de 1998 que criava novas possibilidades para contratos por prazo determinado, FHC buscou promover a desregulamentação do trabalho no país. Em tese, foi entre 1995 e 1998 que este projeto teve mais sucesso. Surgiram, então, novas formas de exploração e precarização do trabalho que, por exemplo, se expressam na legalidade de vínculos empregatícios instáveis, submetendo a “classe-que-vive-do-trabalho”⁵²⁷ a condições cada vez mais deterioradas.

Imprensa e Neoliberalismo

As transformações provocadas pela adesão da doutrina neoliberal não ocorreram apenas nos âmbitos da política e da economia, mas repercutiram, também, em outras esferas da sociedade, como a imprensa. Como debate Melo⁵²⁸, no Brasil, as grandes empresas jornalísticas recorrem a determinadas estratégias linguísticas com o anseio de transmitir uma imagem de imparcialidade e neutralidade ideológica para os leitores. Dessa maneira, tentam se consolidar como veículos de divulgação de informações e fatos isentos de quaisquer interesses e posicionamentos. Assim, Melo⁵²⁹ conclui que, na realidade, o que se constata é a absoluta parcialidade da imprensa mascarada por meio de um discurso que se apresenta como neutro para conquistar a credibilidade do público.

Para denunciar o caráter tendencioso da imprensa, Puliti⁵³⁰ discute que, a partir de 1960, houve uma transformação substancial no conteúdo que era divulgado pela grande imprensa no Brasil. Com a ditadura civil-militar, e o conseqüente esforço a fim de abafar o debate político através da censura e da repressão, a centralidade dos assuntos voltados ao

⁵²⁷ Conceito elaborado por Ricardo Antunes a fim de caracterizar e discutir a realidade atual da classe trabalhadora.

⁵²⁸ MELO, Sandra Helena Dias de. O discurso de neutralidade da imprensa. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, v. 5, n.1, p. 29-40, jul./dez. 2004.

⁵²⁹ MELO, Sandra Helena Dias de. *Op. Cit.*

⁵³⁰ PULITI, Paula. *A Financeirização do Noticiário Econômico no Brasil (1989 – 2002)*. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

universo da política foi, gradativamente, sendo substituída pela predominância de questões voltadas ao universo da economia. Cumpria-se assim, também, o papel de exaltar o crescimento da economia através do chamado Milagre Econômico. Neste cenário, foram introduzidos na imprensa

temas inspirados nas teses neoliberais norte-americanas, como a necessidade de reestruturação das relações trabalhistas, que acabou levando a demissões em massa e a recessão de 1964-1966, sob o pretexto de domar a escalada da inflação⁵³¹.

A evolução das estratégias e da intencionalidade embutidas nessa transformação dos conteúdos foi de fundamental importância para a difusão dos preceitos econômicos do Consenso de Washington no território brasileiro. Diante disto, ainda que o neoliberalismo e a financeirização do noticiário econômico tenham se consolidado no país na década de 1990, é perceptível que desde o período da ditadura civil-militar o debate acerca da relação entre economia e mercado de trabalho já era pautado pela imprensa. Buscamos, então, colaborar para a compreensão da mesma como instrumento de legitimação ou deslegitimação de ações políticas que, em um contexto neoliberal, tendem a vincular-se a interesses de classe⁵³². Reconhecemos, portanto, que o exercício de analisar os noticiários de um jornal deve ser realizado com criticidade, descartando a possibilidade de neutralidade e/ou imparcialidade dos documentos.

No mais, Puliti⁵³³ argumenta que, a partir de 1994, o processo de financeirização do noticiário econômico brasileiro tornou-se mais evidente. Este processo foi marcado pela ampla inserção do economista do mercado financeiro no corpo editorial dos grandes jornais nacionais, pretendendo, assim, elaborar conteúdos alinhados à agenda neoliberal. Destarte, Puliti⁵³⁴ nos indica que:

Com o governo Fernando Henrique Cardoso buscando adotar os princípios para levar o Brasil a se beneficiar do enorme fluxo de dinheiro que buscava rendimentos altos pela via do mercado financeiro, muitos bancos adotaram – e outros apenas reforçaram – uma série de estratégias comunicacionais para conquistar os jornalistas, também pressionando por meio do noticiário o governo e o legislativo a assumir a agenda do neoliberalismo financeiro, com defesa da redução do tamanho do Estado, o fim da intervenção estatal nos processos econômicos, as privatizações, as reformas e a abertura comercial e dos serviços financeiros.

⁵³¹ PULITI, Paula. Op. Cit., p. 87.

⁵³² CARVALHO, Vanderlei Souza. Imprensa e neoliberalismo no Brasil (1995-1998): o posicionamento da revista Veja no primeiro governo FHC. Campinas. 2014.

⁵³³ PULITI, Paula. Op. Cit.

⁵³⁴ PULITI, Paula. Op. Cit., s/p.

Ao discutir as transformações ocorridas no Brasil e no mundo com o advento do neoliberalismo, consideramos de extrema importância ressaltar que a imprensa foi um ator fundamental para a disseminação e aceitação da ideologia neoliberal. Assim, entendemos que:

[...] a imprensa não é abstratamente um veículo de informações, opiniões e ideologias ou visões de mundo. Ela está subordinada à economia de mercado e às leis da circulação. Nas sociedades capitalistas contemporâneas, a informação é instrumento do capital. Ademais, as empresas jornalísticas são agentes com interesses de classes ou frações de classe e inserem-se no jogo de disputas políticas, operando na formulação de consenso em torno dos projetos políticos em questão⁵³⁵.

Portanto, nessa pesquisa, partimos do pressuposto de que a imprensa deve ser entendida como uma força ativa do capitalismo e, portanto, diz respeito a um espaço de disputa de discursos que, muitas vezes, agem no processo de formação da consciência histórica.

Conclusão

Em concordância com Puliti⁵³⁶ atestamos que o mercado financeiro recorre aos jornais de grande circulação “para definir a agenda nacional e atrair clientes do varejo, além de ter acesso mais amplo a fornecedores de opinião para além do círculo econômico”. Nesse movimento, em detrimento das publicações específicas de economia, que tem como leitores um restrito público dotado de um certo conhecimento sobre o tema e posições já previamente construídas, esses veículos se concentram em atingir as camadas populares, que representam a grande maioria da população no país, buscando conquistar consciências e opiniões em prol de projetos que atendam aos interesses do mercado.

Dadas as limitações de uma pesquisa de mestrado, não seria possível que nos propussemos a analisar todos os grandes jornais que circulavam no contexto de implementação do neoliberalismo no Brasil. Portanto, nos restringimos a explorar o de maior circulação neste período, a Folha de S. Paulo. Investigaremos, especificamente, quais estratégias a “Folha” utilizou para pautar o debate sobre as dinâmicas do mercado de trabalho brasileiro na conjuntura em questão, além de averiguar como o projeto de flexibilização das relações de trabalho foi apresentado enquanto solução para problemas socioeconômicos como

⁵³⁵ CARVALHO, Vanderlei Souza. Op. Cit., p. 9.

⁵³⁶ PULITI, Paula. Op. Cit., p. 35.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

as altas taxas de desemprego. Assim, refletiremos sobre quais eram os possíveis interesses do jornal e quais interpretações acerca do tema buscou mobilizar na opinião pública.

Levantamos, então, alguns questionamentos específicos a serem observados. O jornal deu voz aos sindicatos? As afirmações, feitas nas reportagens e editoriais, apresentam fontes? Quem eram os jornalistas e quais foram suas trajetórias políticas e/ou acadêmicas? Os resultados profetizados pelas publicações foram alcançados ou ao menos rediscutidos posteriormente? A disposição gráfica das reportagens obedece a algum critério? É possível constatar intencionalidades na forma como as estatísticas são utilizadas? Se sim, quais são?

Essa intencionalidade já é passível de ser constada em nossas consultas prévias às publicações dos jornais de grande circulação, restando, porém, entender e analisar quais são os recursos utilizados por esses veículos na disputa de consciências que tem como objetivo, ao gerar manipulações ideológicas, preparar terreno para as transformações econômicas, estabelecendo, assim, uma interessante relação dialética entre infraestrutura e superestrutura que merece ser melhor analisada.

Em tese, consideramos que a realização desta pesquisa poderá contribuir não só para a compreensão da relação entre neoliberalismo e mercado de trabalho no primeiro governo FHC, mas também para adensar o debate pautado nas relações e capacidades de influenciar que se estabelecem entre os conteúdos da infraestrutura (formada pela base econômica) e a superestrutura, na qual se inclui a imprensa. Consideramos ainda possível que através de nossas constatações possamos estabelecer relações entre a década de 1990 e a atual conjuntura brasileira, na qual as medidas neoliberais ganham força e impactam de forma severa o mercado de trabalho e, conseqüentemente, as possibilidades de reprodução dos trabalhadores.

Fontes:

Folha de S. Paulo

Referências bibliográficas:

ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *As políticas neoliberais e a crise na América do Sul*. Rev. bras. polít. int. [online]. 2002, vol.45, n.2, pp.135-146. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)

73292002000200007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 27 abril 2018

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Reformas Neoliberais na América Latina*, 2017.

CARDOSO, Adalberto Moreira. *A década neoliberal (e a crise dos sindicatos no Brasil)*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARVALHO, Vanderlei Souza. *Imprensa e neoliberalismo no Brasil (1995-1998): o posicionamento da revista Veja no primeiro governo FHC*. Campinas. 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-24042009-160355/pt-br.php> > Acesso em: 29 jun 2018

GORENDER, Jacob. *Estratégias dos Estados nacionais diante do processo de globalização*. Estud. av. vol.9 no.25., São Paulo. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000300007 > Acesso em: 29 jun 2018

HARVEY, David. “*As capitais do capitalismo: entrevista com David Harvey*”. *Esquerda.net*. São Paulo, 2015.

HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

KREIN, José Dari. *A Reforma Trabalhista de FHC: Análise de sua efetividade*. Revista do TRT da 15ª Região. 2004. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/106754/2004_krein_jose_reforma_trabalhista.pdf?sequence=1&isAllowed=y > Acesso em: 08 set 2018

LOBO, Valéria Marques. *Fronteiras da Cidadania: sindicatos e (des)mercantilização do trabalho no Brasil (1950 – 2000)*. Belo Horizonte: Argumentvm Editora Ltda, 2010.

LUCA, Tânia Regina. *A história dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi(org.). *Fontes Históricas*. 2.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008

MARX, Karl. *O Capital*, Livro I, volume I. Civilização Brasileira. 2014.

MATTOSO, Jorge. *A Desordem do Trabalho*. Editora Página Aberta LTDA, 1ª reimpressão, 1996.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

MELO, Sandra Helena Dias de. *O discurso de neutralidade da imprensa*. Linguagem em (Dis)curso - LemD, Tubarão, v. 5, n.1, p. 29-40, jul./dez. 2004. Disponível em: < http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/300/316 > Acesso em: 17 jul 2019

NASSIF, Luís. *O jornalismo dos anos 90*. São Paulo: Editora Futura, 2003.

NEGRÃO, J. J. O. *O governo FHC e o neoliberalismo*. Lutas Sociais (PUCSP), São Paulo, v. 1, p.103-112,1996. Disponível em:

< http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v1_artigo_negrao.pdf > Acesso em: 27 abri 2018

PULITI, Paula. *A Financeirização do Noticiário Econômico no Brasil (1989 – 2002)*. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. Disponível em: < <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-26112009-153158/publico/pulititese.pdf> > Acesso em: 17 jul 2019

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Editora Record, 6ª edição. 2001.

A resistência cultural do movimento estudantil sob a mira da repressão (São Paulo - 1968-1973)

Dayane Soares da Silva*

Resumo: A suspeição e repressão sobre qualquer forma de produção cultural, sobretudo as que apresentavam cunho político, foram práticas corriqueiras ao longo da ditadura civil-militar brasileira. O Estado militar utilizou-se de diferentes mecanismos visando impedir a circulação de ideias. O movimento da categoria estudantil não escaparia a esse processo. Apesar da intensa criminalização, a opção pelo campo cultural, através da produção de impressos, cineclubes e peças teatrais, foi uma ferramenta de luta abraçada pelo estudantado, sobretudo após o ano de 1968. Tais atividades não passariam despercebidas aos olhos da polícia política. Este trabalho tem como objetivo central discorrer, a partir da documentação *oficial*, acerca da espionagem e da repressão investida sobre as atividades culturais empreendidas pelo ME, evidenciando, também, estas últimas enquanto forma de resistência.

Palavras chave: Ditadura civil-militar; Movimento Estudantil; Repressão Política.

Abstract: The suspicion under any form of cultural production, especially those of a political nature, was a common practice throughout the Brazilian civil-military dictatorship. The military state used different mechanisms to prevent the circulation of ideas. The student category movement would not escape this process. Despite the intense criminalization, the choice of the cultural field, through the production of printed materials, film clubs and plays, was a tool of struggle embraced by the student movement, especially after 1968. Such activities would not go unnoticed in the eyes of the political police. This paper aims to discuss, from the official documentation, about espionage and repression invested in the cultural activities undertaken by the student movement, also highlighting the latter as a form of resistance.

* Mestranda em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Contato: ss_dayane@outlook.com.

Keywords: Civil-military dictatorship; Student Movement; Political repression.

Introdução

No decurso da ditadura civil-militar brasileira⁵³⁷, os governos militares e suas bases de apoio buscaram, de diferentes maneiras, impedir a circulação das ideias que se opunham à base ideológica e ao projeto de desenvolvimento econômico adotados. As produções culturais e artísticas estiveram entre os alvos que compuseram esse processo. Dentre os instrumentos adotados para o silenciamento da oposição ao regime ditatorial foram utilizados diferentes instrumentos, como o Poder Legislativo para promulgação de leis e decretos em seu favor, a prática da censura – seja através da censura prévia ou ocasionando a autocensura⁵³⁸ –, e, também, a realização de ações diretas por seu aparato repressivo, como de apreensão de documentos e do maquinário de gráficas que funcionavam na clandestinidade. Além disso, para controlar e impedir a difusão de ideias divergentes ao Estado militar, a espionagem também se configurou enquanto um instrumento repressivo e, desse modo, o olhar vigilante dos órgãos de informação e segurança do Estado brasileiro esteve direcionado a todas as formas de produção cultural ou artística.

Assim como todos os setores da sociedade brasileira, a categoria estudantil foi intensamente posta sob suspeita e classificada, pelo Estado e seus órgãos de segurança e informação, como antro de subversão e ameaça à ordem instituída, de modo que, da mesma maneira que as outras atividades realizadas pela mesma, a preocupação com a produção cultural também se direcionou ao meio estudantil universitário. Porém, apesar da atenção permanente e da dura repressão estatal lançada sobre o estudantado, este último continuou em constante atividade ao longo de toda a ditadura, mesmo que tenha passado nitidamente por uma série de mudanças de estratégias e táticas de atuação.

⁵³⁷ Objetivando destacar o caráter de classe do golpe de 1964 no Brasil e da ditadura subsequente, optamos por utilizar o termo “civil-militar”. Embora que os anos que se sucederam ao Golpe tenham sido marcados, sobretudo, pela presença da força e domínio da comunidade militar, é importante lembrar que uma parcela significativa da sociedade civil, incluindo o empresariado, desempenhou papel ativo no período em questão. No entanto, cabe destacar que embora adotemos “ditadura civil-militar”, utilizaremos, por vezes, apenas o termo “ditadura”, de modo a corroborar com a fluidez do texto. Para maiores detalhes acerca do debate em torno dessas, e de outras, nomeações, Cf. RIDENTI, Marcelo. The Debate over Military (or Civilian-Military?) Dictatorship in Brazil in Historiographical Context. In: *Bulletin of Latin American Research*, v. 35, n. 4, 2016, p.32-42. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/blr.12519/abstract>. Acesso em: 28 set. 2018.

⁵³⁸ Para mais detalhes acerca da definição de censura prévia e autocensura Cf.: SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 10, vol. 4, 1989.

Logo, apesar de as produções culturais ou artísticas de cunho político, assim como atividades de caráter semelhante, tenham sido expressamente proibidas pelo regime ditatorial, assim como já destacaram alguns estudiosos que se dedicaram ao movimento estudantil universitário, como Mirza Baffi Pellicciotta e Angélica Müller, a opção pelo campo cultural foi abraçada pelo movimento estudantil através de meios variados, como foi o caso da produção de impressos de diferentes formatos, da realização de cineclubes e de peças de teatro.⁵³⁹

Embora que alguns trabalhos dedicados ao movimento estudantil universitário já tenham tratado, mesmo que de maneira sucinta, da atuação política estudantil através do campo cultural, e mesmo que outros trabalhos tenham perpassado pela repressão empreendida sobre a categoria, cabe ainda uma visita detida aos mecanismos repressivos lançados a esse tipo de mobilização pelo setor de estudantes. Postas tais colocações, as páginas seguintes deste trabalho terão por objetivo central evidenciar as práticas de suspeição e repressão sobre a resistência cultural do movimento estudantil, com foco na cidade de São Paulo.⁵⁴⁰ Para tanto, a partir do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo, o Deops/SP⁵⁴¹, que integra os *arquivos da repressão*⁵⁴², trataremos, primeiro, acerca do processo de controle lançado sobre o estudantado, destacando os principais agentes e espaços da repressão, e, posteriormente, a respeito da atuação da repressão sobre as práticas culturais e artísticas empreendidas por aquela juventude.

O olhar vigilante sobre a categoria estudantil⁵⁴³

⁵³⁹ PELLICCIOTTA, 1997; MÜLLER, 2010.

⁵⁴⁰ Compreendemos que a atuação estudantil se deu para além do eixo sudeste do Brasil, contudo, dada a numerosidade das fontes sobre o assunto e visando uma investigação mais apurada sobre a repressão dopsiana ao ME, optamos como recorte temporal o Estado de São Paulo.

⁵⁴¹ Os Departamentos Estaduais de Ordem Política e Social receberam diferentes nomenclaturas ao longo de sua história (1924-1983). A variação de sigla entre “DOPS” e “DEOPS” ainda se faz recorrente entre os que o mencionaram de alguma maneira, opção que não interfere no sentido de seu uso. Considerando que o último nome recebido pela Delegacia foi “Deops”, optamos pela utilização do mesmo ao longo deste trabalho. Cf. ARQUIVO Público do Estado de São Paulo, BR_SP_APESP_DEOPS_SSBI237_1971; AQUINO, Maria Aparecida de. DEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária. In: AQUINO, M.; MATTOS, M.; SWENSSON, JR.; LONGHI, C. O Deops/SP em busca do crime político. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 20.

⁵⁴² Os *arquivos da repressão*, que muitos contributos têm trazido para a construção do saber histórico à respeito da ditadura civil-militar, correspondem aos “[...] conjuntos documentais produzidos pelos órgãos de informação e seguranças em ações repressivas durante a vigência das ditaduras civil-militares de segurança nacional”. Cf. BAUER, 2012, p. 259, apud LOPES; KONRAD, 2013, p. 10.

⁵⁴³ O Conteúdo desta e da próxima sessão consiste em uma parcela dos resultados obtidos na pesquisa que resulta na dissertação de mestrado desta autora, na qual podem ser encontrados maiores detalhes sobre o assunto. Cf. SILVA, Dayane Soares da. “Informar para prevenir. Agir para reprimir”: A repressão política dopsiana ao

A atenção às universidades por parte do Deops/SP e sua consequente atividade nas mesmas, com destaque ao meio estudantil, que já se dava anteriormente ao Golpe deflagrado em 1964,⁵⁴⁴ passou a se intensificar progressivamente após aquele ano e teve prosseguimento até a extinção daquele departamento policial no ano de 1983.⁵⁴⁵ Durante essa atividade foi produzida, coletada e acumulada uma vasta quantidade de documentos sobre o movimento estudantil e seus componentes, resultando em centenas de dossiês a respeito dos mesmos, fato que evidencia a preocupação policial com as mobilizações partidas deste setor em momentos distintos.⁵⁴⁶ Neste sentido, um informe policial, datado de julho de 1966, traz um bom retrato a respeito da visão dos agentes da polícia política sobre a categoria estudantil e suas entidades representativas. Dentre as linhas do documento consta que: “a Revolução de 31 de março de 1964 proporcionou às autoridades aquilatar o grau de infiltração comunista nos meios estudantis brasileiros, especialmente no âmbito universitário”.⁵⁴⁷ Ademais, destacar o caráter “subversivo” da UNE, o documento referido enfatizou que:

A participação da UNE nos movimentos subversivos que eclodiam, seguidamente, em nossa Pátria, ficara exuberante provada em consequência dos inúmeros inquéritos policiais instaurados após a revolução de 31 de março: o número de documentos, livros, revistas, cartazes, panfletos e outros materiais de propaganda subversiva apreendidos nas sedes dos grêmios universitários, foi estarrecedor [...] Em decorrência desse quadro temerário, em que nossos estudantes caminhavam iludidos para a vereda do credo vermelho, é que foi sancionada pelo Exmo. Sr. Presidente da República a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, a qual extinguiu a UNE e dispôs as atividades estudantis no país.⁵⁴⁸

movimento estudantil universitário de São Paulo na ditadura civil-militar brasileira (1968 - 1978). Dissertação (Pós-Graduação em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

⁵⁴⁴ A título de exemplo é possível destacar os documentos produzidos pelo Deops/SP sobre o Diretório Acadêmico João Mendes Jr. – Mackenzie, ainda em 1962. Cf. ARQUIVO Público do Estado de São Paulo, DEOPS, OP 1230.

⁵⁴⁵ Mesmo com a criação das Assessorias Especiais de Segurança e Informação na década de 1970, o Deops continuou participando do processo informativo sobre o movimento estudantil. Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o regime militar – cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014; COMISSÃO da verdade da Universidade de São Paulo. Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) na Universidade de São Paulo, Volume I. São Paulo, 2018.

⁵⁴⁶ ARQUIVO Público do Estado de São Paulo, Catálogo da Delegacia de Ordem Especializada em Política e Catálogo da Delegacia Especializada em Ordem Social. Para acessá-los, Cf: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/acervo/deops/manual_deops_apesp.pdf

⁵⁴⁷ ARQUIVO Público do Estado de São Paulo, BR_SP_APESP_DEOPS_SS50Z013_005, Documento datado a 15/07/1966, pág. 08-13.

⁵⁴⁸ *Ibidem*, itálico nosso.

Essa leitura sobre o movimento da categoria estudantil foi frequente, da mesma maneira que as tentativas de silenciá-lo. À vista disto, no que diz respeito às práticas repressivas empreendidas sobre a categoria estudantil universitária, sobretudo as que foram encabeçadas pelo Deops paulista, a espionagem se fez um instrumento essencial. Variados foram espaços versados e os agentes que integraram o processo de obtenção de informações. Dentre os modos de obtenção dessas informações podemos mencionar: a infiltração dos agentes de segurança à paisana (ou não) no meio universitário; a colaboração de membros da sociedade civil e estudantes delatores; a difusão de informações por parte do corpo universitário, com destaque às reitorias e diretorias, mas sem ignorar os funcionários e docentes – tanto pela solicitação dos órgãos de segurança, como de modo espontaneísta –; e a participação colaborativa de vários órgãos do Estado.⁵⁴⁹ Dessa maneira, a coleta de documentos e informes diversos no espaço universitário e sua transmissão direta ao Deops/SP se fez uma prática corriqueira.

Alguns assuntos obtiveram evidência na documentação oficial à respeito do movimento estudantil como a aliança com outros setores da sociedade, partidos e agrupamentos políticos ligados à esquerda e a relação dos estudantes com questões tidas como um atentado à moral e aos bons costumes. Já no que diz respeito aos espaços em que a vigilância se fez frequente, podemos ressaltar tanto todos os espaços das instituições de ensino superior, quanto às atividades estudantis realizadas nas ruas e, até mesmo, os espaços extra acadêmicos, como nos que sucederam os bailes de formatura, refeições de grau e churrascos de turmas.

Da mesma maneira, diversas instituições de ensino foram visadas. Em um dos relatórios de observação Deops/SP acerca do movimento estudantil no estado de São Paulo, ao final da década de 1960, os principais focos de agitação, conforme a polícia, foram: o grêmio da faculdade de Filosofia da USP; o Conjunto Residencial da USP, definido como o “principal centro de toda a atividade esquerdista”; a PUC; a Faculdade de Direito da USP; e os teatros universitários da PUC e da USP.⁵⁵⁰ Porém, além destes espaços, a categoria estudantil de São Paulo também exerceu atividades de oposição em outros espaços, incluso

⁵⁴⁹ No que diz respeito às formas de espionagem da polícia política, especificamente, sobre a categoria estudantil universitária, tal como sobre alguns dos desdobramentos acerca do tema do presente texto, Cf. SILVA, *op.cit.*, 2019.

⁵⁵⁰ Cf. ARQUIVO Público do Estado de São Paulo, DEOPS, OP 1225. Movimento Estudantil no Estado de São Paulo - *Líderes estudantis*. O documento não está datado, mas seu conteúdo remonta a década de 1960, mais proximamente o ano de 1968.

em instituições privadas, dentre as quais a PUC é mais comumente lembrada, mas outras como a Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), a Faculdade Cásper Líbero, a Faculdade de Belas Artes de São Paulo (FEBASP),⁵⁵¹ as Faculdades Objetivo e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), também foram espaços da atuação do movimento estudantil. Por conseguinte, as atividades da polícia política também se deram sob todos esses espaços.

Como mencionamos, no decurso do processo de vigilância, tanto a repressão quanto os estudantes tentaram se adaptar as mudanças impostas em cada cenário. Especialmente após o ano de 1968, quando se deu a inauguração do novo ciclo repressivo⁵⁵² marcado pelo recrudesimento da repressão, o estudantado passou por um refluxo de suas atividades, sobretudo as de massas. Se até o segundo semestre daquele ano o movimento da categoria se dava de forma massiva, com amplas mobilizações por demandas político-nacionais, tomando diversas ruas do país e traçando diálogos outros setores da sociedade civil, a partir da desmobilização do Congresso de Ibiúna⁵⁵³ e, posteriormente, da deflagração do Ato Institucional nº5⁵⁵⁴ e do Decreto-Lei 477⁵⁵⁵, o movimento estudantil passou a se deslocar para as instituições de ensino e a atuar distintamente dos momentos anteriores, passando a atribuir ênfase às suas pautas específicas à categoria.⁵⁵⁶

⁵⁵¹ “Faculdade de Belas Artes de São Paulo”, ou “FEBASP”, concerne à antiga denominação do atual Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.

⁵⁵² O primeiro ciclo teve início em 1964 e foi marcado pelo expurgo de pessoas politicamente ligadas aos governos populistas anteriores, ademais, nesse ciclo “a repressão física direta limitara-se aos trabalhadores e camponeses, numa estratégia de classe destinada a eliminar a resistência setores da população”. O segundo ciclo (1965-1966), se deu após a promulgação do AI-2, dando continuidade nos expurgos, dessa vez, voltados para a burocracia de Estado e para os cargos eleitorais, além do “[...] emprego direto e generalizado da violência”. Por sua vez, o terceiro ciclo, iniciado em 1968, trouxe algumas mudanças no cenário político brasileiro, ocasionando alterações nas ações tanto do aparato repressivo, como dos movimentos empreendidos pela oposição. Cf. ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). São Paulo: EDUSC, 2005, p. 172 *et seq.*

⁵⁵³ O 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), mais conhecido como Congresso de Ibiúna, cidade de sua realização, realizado no dia 12 de outubro de 1968, marcou o início do refluxo do movimento estudantil. O Congresso foi desmobilizado pelas forças repressivas do Estado e levou a centenas de prisões, inclusive de suas lideranças mais atuantes.

⁵⁵⁴ Baixado em 13 de dezembro de 1968, o AI-5 deu início aos que seriam denominados “anos de chumbo”. Além do aumento do poder executivo, estava estabelecida a possibilidade de suspensão de direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos, a cassação de mandados efetivos de cargos públicos e estava suspensa a garantia de *habeas corpus*.

⁵⁵⁵ Editado em 26 de fevereiro de 1969, o Decreto-lei nº 477, visou definir “infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares”, instaurando penalidades as ações criminalizadas.

⁵⁵⁶ Cf. MÜLLER, Angélica. A resistência do Movimento Estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública. Dissertação (Pós-Graduação em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010, *passim*. Note-se que mesmo que as demandas específicas tenham tido foco dos estudantes após 1968, as relacionadas às questões nacionais não foram desconsideradas

Dessa maneira, assim como a oposição estudantil, a repressão estatal se daria continuamente. Como já evidenciou Müller, no cenário pós-1968, “o movimento estudantil universitário organizou pequenas ações, buscando diferentes formas de atuação [...] que variaram de acordo com a realidade local”.⁵⁵⁷ No que concerne à cidade de São Paulo, assim como nos anos anteriores, tanto atividades do movimento estudantil, quanto da vigilância praticada sobre as mesmas, deteve especificidades conforme cada instituição de ensino. Em contrapartida, ao traçar a análise das atividades estudantis após o ano de 1968, especialmente após o insucesso das guerrilhas, a polícia política paulista já assinalava as mudanças evidentes na atuação estudantil e já proferiam suas previsões para os anos posteriores. Assim, mesmo que o movimento estudantil tenha readequado suas formas de luta ao longo dos anos, não tardaria para que os agentes da repressão identificassem as alterações e, igualmente, se adequassem. Assim, em conformidade com a atuação do ME ao final da década de 1960, as práticas de policiais se deslocaram para o local de maior atuação do estudantado a partir de então: as universidades.⁵⁵⁸

O campo cultural sob o foco da repressão

No que concerne aos impressos produzidos e distribuídos pelos estudantes universitários, os “jornais, murais, cartazes e panfletos refletiam a própria estrutura que estava ao alcance das entidades estudantis”, o que pode ser visualizado através de sua “periodicidade incerta [...], a falta de recursos e o teor político, que variava conforme o grupo”,⁵⁵⁹ e, igualmente, de acordo cada conjuntura vivenciada. Variadas foram as demandas que se sobressaíram entre as produções culturais, dentre as quais: os casos de prisões e de torturas, em especial aos estudantes; questões relativas à qualidade de ensino e à autonomia universitária; o apoio às lutas realizadas por outros setores sociais; a luta pela anistia e pelas liberdades democráticas, entre outros. Também se fizeram presentes no meio estudantil os espetáculos de música, no teatro e em exposições de filmes.⁵⁶⁰ As atividades desse caráter se

⁵⁵⁷ MÜLLER, *op.cit.*, p. 26.

⁵⁵⁸ Cf. ARQUIVO Público do Estado de São Paulo, DEOPS, Dossiê: “O movimento estudantil”, OP 1194.

⁵⁵⁹ MÜLLER, *op.cit.*, p. 75.

⁵⁶⁰ Impressos de vários tipos, como jornais, boletins ou panfletos, se apresentam em grandes quantidades, tanto nos acervos de documentos oriundos do meio estudantil, como entre os documentos oficiais do acervo da polícia política. No caso do acervo do Deops paulista se destacam os jornais e boletins dos centros acadêmicos, como é o caso, por exemplo, do boletim do CEGE/USP e do jornal *Porandubás* da PUC.

fizeram inteiramente contrárias à ditadura e não passaram despercebidas aos olhos da polícia política.

No início do ano de 1969, mesmo com o recente recrudescimento da repressão, a apreensão de documentos produzidos pelo estudantado, que vinham sendo expostos em murais ou distribuídos nas universidades, se deu de modo numeroso. Como já destacou Müller, uma das funções dos jornais estudantis, naquele período, foi a de “criar uma identidade coletiva, de organização e ação na luta clandestina”.⁵⁶¹ A continuidade dessas atividades não seria ignorada pelo olhar atento da repressão.⁵⁶² Todos os tipos de produções documentais originada do meio estudantil foram apreendidos em diferentes espaços e circunstâncias, seja no ato de distribuição nas universidades e nas ruas, seja os que foram arrancados de murais por investigadores e informantes, ou mesmo nas próprias gráficas clandestinas, junto aos mimeógrafos, devido as invasões policiais.

Nos relatórios de observações gerados pelos agentes da polícia política sobre o meio universitário ressaltou-se alguns focos centrais, tais como: situação das aulas, da atuação do movimento estudantil, dos murais e das panfletagens. É notável a busca constante por ações e conteúdos com teor político que, sempre que encontrados, eram apreendidos ou descritos e encaminhados ao Departamento. Quando os observadores não encontravam questões de interesse repassavam o seguinte: “Quanto aos murais, não havia nada mais que o de costume. Era o que tínhamos a relatar”.⁵⁶³ Enquanto resultado da apreensão de documentos podemos destacar, para além da existência de milhares de informes, a existência de dossiês específicos para a produção textual de origem estudantil.

É podemos afirmar, conforme a análise dos relatórios de observação policiais, que a apreensão e difusão dos impressos, por parte dos agentes da polícia política, apresentaram os seguintes objetivos: (1) obter conhecimento dos ideais que eram propagados pelo meio estudantil através do conteúdo daqueles materiais; (2) impedir a circulação dos impressos, logo, das ideias; (3) obter informações acerca da agenda de atividades do ME; (4) identificar

⁵⁶¹ MÜLLER, *op.cit.*, p. 77.

⁵⁶² Entre os documentos do Deops/SP, dedicados ao movimento estudantil, podemos destacar uma cópia do Jornal “*Avante*”, da faculdade de direito da USP, apreendida em maio de 1969, pouco depois da promulgação do Decreto-Lei 477. Esta edição do jornal apresentava críticas à ditadura, em especial ao AI-5 e a “universidade arcaica” Cf. ARQUIVO Público do Estado de São Paulo, DEOPS, SS 50Z013_005. Anexo do Jornal da faculdade de direito da USP, “*Avante*”. Documento datado a 28/05/1969. Cit. SILVA, Dayane Soares. Entre continuidades e reconfigurações: A resistência do movimento estudantil universitário sob a ótica da repressão (São Paulo - 1968-1975). In. ANPUH-SP: História e democracia, precisamos falar sobre isso. São Paulo, *Anais do XXIV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP*, 2018.

⁵⁶³ Cf. ARQUIVO Público do Estado de São Paulo, DEOPS, OP 1225. Documento datado a 02 de abril 1973.

os responsáveis pela produção dos mesmos, considerando a classificação desses enquanto subversivos. A partir dos dados obtidos no decurso do processo de apreensão e investigação, observa-se que a polícia política buscou mapear a os responsáveis pela produção e divulgação do material e, também, localização dos mimeógrafos, que, por sua vez, foram classificados enquanto focos de urgência para ação repressiva. Desse modo, além da apreensão de documentos, esse processo levou, por vezes, ao desmantelamento de gráficas clandestinas e na prisão e indiciamento de estudantes.⁵⁶⁴

Algumas das instituições de ensino pouco abordadas nos estudos que se dedicaram ao movimento estudantil universitário, sobretudo as faculdades privadas, também foram espaços de movimentação estudantil e, conseqüentemente, se fizeram alvo da vigilância e repressão política. A título de exemplo, podemos mencionar um caso do dia 13 de junho de 1969, quando um investigador do Deops/SP tomou nota de que: “diariamente, pela manhã, estudantes esquerdistas vem se reunindo no Diretório Acadêmico na Escola de Jornalismo “Cásper Libero” e “a portas fechadas””,⁵⁶⁵ ressaltando o fato de que aquele Diretório Acadêmico possuía um mimeógrafo no qual vinham sendo impressos “boletins subversivos”. O investigador listou nominalmente os participantes das reuniões, destacando que naquela ocasião “um bedel da Faculdade deteve dois alunos distribuindo boletins subversivos nas salas de aula”, e que, após a apreensão dos boletins, o Diretor daquela instituição de ensino instaurou uma sindicância voltada para a expulsão dos alunos com base no Decreto-Lei nº 477.⁵⁶⁶

Outro documento, datado de outubro de 1969, discorreu sobre a distribuição de boletins e da realização de uma reunião de estudantes na Faculdade de Direito da USP. No que diz respeito aos boletins, o investigador responsável destacou que distribuição foi realizada por uma aluna daquela instituição de ensino e por outro aluno da faculdade de filosofia da USP, ressaltando que a primeira já havia sido detida naquele Departamento por “se mostrar de grande atividade” e ser ligada ao VPR.⁵⁶⁷ No tocante a reunião, o investigador responsável informou que a esta “estava sendo realizada na sala dos estudantes, sendo permitida apenas a entrada dos alunos”, que não constatou “nada anormal”, e que “o

⁵⁶⁴ Cf. ARQUIVO Público do Estado de São Paulo, DEOPS, OP 1386. Documento datado a 03/1975.

⁵⁶⁵ Grifo original do documento.

⁵⁶⁶ Cf. ARQUIVO Público do Estado de São Paulo, DEOPS, OP1257. Para além desse documento, os alunos punidos pelo Decreto 477 também se encontram presentes na relação de alunos punidos pelo mesmo em 1969, expedido pela DSI-MEC. Cf.: AESI-UFMG, caixa 10, 1969.

⁵⁶⁷ Cf. ARQUIVO Público do Estado de São Paulo, DEOPS, OP1257. Documento datado a 10 de outubro de 1969.

movimento de alunos mínimo, não havendo distribuição de panfletos, discursos ou cartazes”. Note-se a ênfase atribuída à distribuição de impressos entre as observações policiais. Não foram raros os casos.

A exibição de filmes, normalmente através dos “cineclubes” realizados pelas entidades estudantis de cada instituição, foi outra forma de luta adotada pelos estudantes por meio do campo cultural. Nos cineclubes eram exibidos filmes de conteúdos distintos, embora tenham dado destaque aos que traziam questões políticas. Conforme destacou Angélica Müller, entre os universitários “era forte a ideia e que o cinema deveria estar ligado à política e, como tal, deveria colaborar na resistência contra a ditadura militar”, de modo que “a realização de ciclos de cinema, dos cineclubes e cinematecas instalados nas universidades fugiam ao esquema comercial que predominava no circuito cinematográfico em geral”.⁵⁶⁸

Semelhantemente as demais atividades realizadas pelo estudantado, as exibições de filmes se fizeram alvo da vigilância policial, de modo que os relatórios de observações sobre as sessões ressaltaram, de modo geral, os seguintes pontos de observação: (1) o resumo dos filmes; (2) a descrição dos aspectos técnicos dos filmes, como a nacionalidade, duração e a paleta de cores; (3) dados sobre a seção, como local e horário, e (4) a movimentação durante a exibição, destacando a existência ou não de manifestações ou debates acerca dos filmes e a quantidade de alunos presentes, ressaltando, quando possível, o nome dos estudantes que se sobressaíram no espaço. Tais pontos de observação evidenciam a preocupação com o possível caráter político dessas atividades e seu alcance no meio estudantil.

No mais, vale ressaltar que mesmo com a maior abertura para mobilização da oposição a partir da segunda metade da década de 1970, os registros das observações sobre os cineclubes datam com maior frequência o ano de 1976, com sessões de filmes em instituições como a FAAP, a FVG, a PUC e a USP. Dentre os filmes é possível citar: *A Caminho da Felicidade*, *O Milagre de Malaquias*, *O Caso Matei*, *Mama Roma*, *Investigação Sobre um Cidadão*⁵⁶⁹, *Terra em transe*, *Um cidadão acima de qualquer suspeita*. Uma exibição de *Macunaíma*, em abril de 1976, pelo Cine Clube C.A.A.E da FGV, por exemplo, concentrou aproximadamente 400 estudantes. Para o filme *Terra em Transe*, somou-se mais de 150 espectadores. Já na PUC de São Paulo, uma exibição de *Um cidadão acima de qualquer suspeita*, também reuniu cerca de 150 alunos. A numerosidade do público em tempos de

⁵⁶⁸ MÜLLER, op.cit., p. 70.

⁵⁶⁹ Cf. ARQUIVO Público do Estado de São Paulo, DEOPS, OP 1408.

ditadura demonstra o peso da atividade para o movimento da categoria estudantil do período, assim como um fator agravante aos olhos da repressão.⁵⁷⁰

De maneira semelhante aos cineclubes, também é possível destacar a realização de peças de teatro por parte dos estudantes, por vezes vinculadas aos centros acadêmicos. No que concerne às peças teatrais e os participantes dos grupos de teatro, observações também foram feitas. Um dos pontos de análise do relatório policial intitulado *Líderes Estudantis*, foi o “teatro universitário”. O texto destaca que desde 1965, quando foi inaugurado o Teatro da Universidade Católica (TUCA), o Serviço Secreto do Deops/SP acompanhava a atuação dos “elementos” que integravam os grupos teatrais do meio universitário. O texto destacou a atuação do então diretor do TUCA, Henrique Suster, que, conforme as informações recebidas pelo Departamento, tratava-se de um “elemento ativíssimo nas esquerdas, identificado com as lideranças do movimento estudantil em São Paulo”. Já no que diz respeito ao Teatro da USP (TUSP), o relator destacou que o mesmo tinha sido igualmente “infiltrado por outros elementos esquerdistas”, como os estudantes Carlos Takaoka e Cláudio Arantes. A conclusão do documento foi que: “através do teatro, pretendem os esquerdistas propagar a ideologia comunista entre os estudantes universitários, que, em conformidade com a tese marxista-leninista, são um meio propício para a disseminação de sua propaganda”.⁵⁷¹ Novamente, reafirma-se que a polícia política procurou manter em evidência os locais nos quais a esquerda pudesse atuar e difundir suas ideias.

É interessante destacar que, semelhantemente aos Cineclubes, a realização de peças teatrais, tal como a investigação sobre as mesmas, continuou a ocorrer após os “anos de chumbo”. Em abril de 1976 foi apresentada, pelo *Grupo Evolução*, na PUC, a peça *Vida e Morte Severina* e, também, *Os Fuzis da Senhora Carrar*, do alemão Bertold Brecht, pela cultural do CA XI de Agosto, da FADUSP.⁵⁷² Em um relatório dedicado as atividades estudantis realizadas em maio de 1976 consta: “Está sendo apresentada no anfiteatro da História (USP) a peça “Diário de um Louco”, de Gogol, do dia 8 ao dia 16, às 20h30hrs. Muitas vezes após esse tipo de palestras ocorrem “debates” e reuniões esquerdistas. Pode ser

⁵⁷⁰ Cf. ARQUIVO Público do Estado de São Paulo, DEOPS, OP 1324.

Cf. ARQUIVO Público do Estado de São Paulo APESP, DEOPS, OP 1225. Movimento Estudantil no Estado de São Paulo - *Líderes estudantis*. s/data, folha 6.

⁵⁷² Cf. ARQUIVO Público do Estado de São Paulo, DEOPS, OP1324.

interessante verificar”⁵⁷³. Casos como estes são passíveis de encontrados em outros documentos *oficiais*

Considerações finais

Durante todo seu período de atuação no decurso da ditadura civil-militar brasileira, o Deops paulista, um dos órgãos que se tornaram essenciais para o silenciamento da oposição objetivado pelo Estado militar, manteve o meio estudantil entre os seus alvos centrais de suspeição e buscou manter em evidência os espaços e atividades que pudessem apresentar qualquer caráter político que divergisse dos ideais e dos projetos adotados pelos governos militares, atribuindo ênfase à atuação da esquerda e à difusão de suas ideias. Posto isto, pudemos destacar o intenso olhar vigilante sobre as mobilizações no meio estudantil e a consequente produção de informações sobre as mesmas, inclusive sobre as atividades que detiveram caráter cultural ou artístico, o que atesta a busca incessante por atividades de caráter político e, igualmente, por indivíduos politicamente ativos.

Vale, no entanto, reforçar que apesar de diversos sujeitos e órgãos terem atuado no processo repressivo a partir da vigilância, contribuindo para com a realização de ofensivas investidas sobre as mobilizações da categoria estudantil, e para com a punibilização de seus componentes sob a responsabilidade da polícia política, nem sempre foram lançadas ofensivas imediatas. O acompanhamento passo-a-passo das movimentações empreendidas pela categoria estudantil e seus componentes, e, no que diz respeito ao presente trabalho, à luta pelo campo cultural, corroboraria para a realização de processos desmobilizadores em médio prazo, como os desmontes de gráficas clandestinas e de atividades de maior dimensão, e, até mesmo, no indiciamento e penalização de estudantes politicamente ativos, práticas que foram fundamentais na tentativa de silenciamento do meio estudantil.

Referências bibliográficas:

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: EDUSC, 2005.

⁵⁷³ Cf. ARQUIVO Público do Estado de São Paulo, DEOPS, OP 1408. Relatório PUC. Documento datado a 06 e 07/05/1976.

AQUINO, Maria Aparecida de. DEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária. In: AQUINO, M.; MATTOS, M.; SWENSSON, JR.; LONGHI, C. O Deops/SP em busca do crime político. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

COMISSÃO da verdade da Universidade de São Paulo. *Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) na Universidade de São Paulo*, Volume I. São Paulo, 2018.

RIDENTI, Marcelo. “The Debate over Military (or Civilian-Military?) Dictatorship in Brazil in Historiographical Context”. In: *Bulletin of Latin American Research*, v. 35, n. 4, 2016, p.32-42.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. “A censura durante o regime autoritário”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 10, vol. 4, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MÜLLER, Angélica. *A resistência do Movimento Estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública*. Dissertação (Pós-Graduação em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

PELLICCIOTTA, Mirza B. *Uma aventura política: as movimentações estudantis nos anos 70*. Dissertação (Mestrado em História Social). Campinas: Universidade Estadual de Campina, 1997.

SILVA, Dayane Soares da. “*Informar para prevenir. Agir para reprimir*”: A repressão política dopsiana ao movimento estudantil universitário de São Paulo na ditadura civil-militar brasileira (1968 - 1978). Dissertação (História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

Referências documentais:

Arquivo da Assessoria Especial de Segurança e Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (AESI/UFMG):

Caixa 10, 1969. Disponível em:

<http://www.comissaodaverdade.mg.gov.br/bitstream/handle/123456789/1156/Arquivo%20AESI-UFMG.%20Caixa%2010.%20Ma%C3%A7o%2023%20->

[%20Ano%201969.PDF?sequence=1&isAllowed=y](http://www.comissaodaverdade.mg.gov.br/bitstream/handle/123456789/1156/Arquivo%20AESI-UFMG.%20Caixa%2010.%20Ma%C3%A7o%2023%20-%20Ano%201969.PDF?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 10 jan. 2019.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP):

APESP, DEOPS, SS 50Z013_005. Anexo do Jornal da faculdade de direito da USP, “*Avante*”.

Documento datado a 28/05/1969.

_____. OP 1225. (Conjunto Residencial da USP - Cidade Universitária)

_____. OP 1230. Diretório Acadêmico João Mendes Jr. – Mackenzie.

_____. OP 1257 (Estudantes).

_____. OP 1324 (Fundação Getúlio Vargas - FGV)

_____. OP 1386 (PUC)

_____. OP 1408.

_____. OP 1410.

A incidível relação entre obras sacras e comunidade

Denismara Eugênia de Oliveira Nascimento*

Resumo: O presente trabalho analisa a evasão de obras sacras em edificações religiosas mineiras. Pretende-se demonstrar como a ausência destas obras repercutiu e ainda repercute na memória das pessoas, identificando a relação estabelecida entre significados dos símbolos e suas representações na coletividade. Importando-nos o fato de que se trata de uma prática consolidada a partir de uma identidade, fruto da vivência de grupos que participam dessa cultura. Por isso, o trabalho não admite um recorte temporal rígido, especialmente em função da principal metodologia a ser adotada: a história oral.

Palavras-chave: evasão; obras sacra; patrimônio.

Abstract: The present paper analyzes the vanishing of sacred works of art in religious buildings in the state of Minas Gerais. It aims to demonstrate how the absence of such works of art reverberated and still echoes in the memory of people, pointing to the relation established between the meaning of the symbols and their representations in the collectivity. Regarding us the fact that it is a consolidated practice based on an identity, fruit of the participation of the groups in a particular culture. Therefore, the paper does not allow for a rigid time frame, especially due to the main methodology to be used: the oral history.

Key Words: vanishing; sacred works of art; patrimony.

Agressões e atentados ao patrimônio cultural e devocional

O pensamento preservacionista no Brasil se inicia de forma mais sistematizada a partir da década de 1920, com o debate sobre a identidade nacional colocado naquele período. Destaca-se nesse momento uma questão que, de acordo com esta pesquisa, mobilizou a

* Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) orientada pelo Prof. Dr. Rodrigo Christofoletti. E-mail: denismara.nascimento@gmail.com.

opinião pública: a venda de objetos artísticos brasileiros a estrangeiros de maneira ilícita.⁵⁷⁴

Tal valorização dos objetos artísticos admite várias explicações, cabendo destacar “o valor intrínseco, por serem geralmente executados em matérias nobres e caros, como metais preciosos e madeiras de lei”⁵⁷⁵. O interesse no valor intrínseco das obras de arte, contudo, não era algo novo naquele período. A partir de um levantamento feito sobre casos de furto de igrejas na região da antiga comarca do Rio das Mortes, em Minas Gerais, percebemos que a prática remete ao século XIX. Segundo o processo-crime do *Arquivo Histórico do IPHAN- Seção SJDR*:

Já no ano de 1865 em Prados, freguesia de São José del Rei; em que na noite suposta do crime, foi furtado da Igreja Matriz uma peça sacra de prata do altar. Tal peça sacra foi roubada por Joaquim Nery Ferreira e repassada para Raimundo Januário de Almeida que a destruiu e procurou vender os pedaços em São José del Rei. No auto de prisão e julgamento do réu Joaquim Néri Ferreira, preso quando tentava vender um vaso de prata roubado na Matriz de Prados. Foi preso por uma escolta de pedestres quando fugia no Arraial de Matosinhos. O documento de execução de sentença do réu Joaquim Néri Ferreira é datado em outubro de 1865 pelo roubo feito.⁵⁷⁶

As obras citadas não tinham valor comercial, mas por serem executados em materiais caros ou feitos com alfaías de prata e acompanhadas por joias, despertava a cobiça dos ladrões⁵⁷⁷. Por outro lado, era a privatização dos objetos, que gerou uma mistura de interesses pecuniários, culturais e sociais que redundam na valorização desses objetos. Passando a incorporar e servir de adorno em residências particulares. A preocupação com a evasão de obras de arte é assunto oportuno, pois a notícia sobre o roubo de peças artísticas tem sido constante, inclusive em anos recentes. Visto que, “documentos de organismos internacionais estimam que o tráfico de arte e patrimônios se situe no topo da lista dos maiores tráficos do mundo, estando atrás apenas do contrabando de drogas, armas e seres humanos”⁵⁷⁸. Considerando principalmente o número assustador de bens subtraídos nas cidades coloniais mineiras. De acordo com o Ministério Público de Minas Gerais - MPMG⁵⁷⁹, cerca de 60% do

⁵⁷⁴PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. *Neocolonial, Modernismo e Preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2011.

⁵⁷⁵Idem, *ibid.*

⁵⁷⁶Ver em: Processo Crime cx: PC 25-07, no Arquivo Histórico do IPHAN-Seção SJDR.

⁵⁷⁷ETZEL, Eduardo. *Imagem Sacra Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979, p. 134.

⁵⁷⁸CHRISTOFOLETTI, Rodrigo (Org.). *Bens culturais e relações internacionais: o patrimônio como espelho do soft power*. Santos: leopoldianum, 2017, p. 113.

⁵⁷⁹MIRANDA, Marcos Paulo Souza, *Atuação do Ministério Público na defesa do Patrimônio Cultural*. Disponível em: <<https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1149/13%20R%20MJ%20->

patrimônio cultural sacro mineiro não está mais em seu local de origem. Tendo em vista o alto valor atribuído a esses bens no mercado negro, bem como a falta de segurança e a vulnerabilidade dos templos e museus mineiros, esse patrimônio passou a ser alvo de quadrilhas altamente especializadas.

Através da análise do processo que envolve a defesa do patrimônio histórico e artístico nacional, a evasão de obras sacras, contudo, pode ser entendida principalmente como uma agressão à devoção e ao sentimento de uma comunidade, ligadas tradicionalmente às suas manifestações de fé. Cabe aqui ressaltar que, o termo evasão, neste caso, compreende o furto das peças e o deslocamento ou transferência das mesmas para outras localidades inadvertidamente. A partir disso, este trabalho objetiva abordar como os membros da comunidade se veem privados da imagem do seu padroeiro ou santo de devoção e como registram em suas memórias esta ausência. Essa compreensão ajuda a perceber como essa prática prejudica a construção e a manutenção da identidade de comunidades onde essas obras encontravam-se.

Para tal, toma-se como análise duas localidades mineiras, uma capela no Distrito do Espírito Santo, da cidade de São Vicente de Minas, localizada no sul de Minas e a Igreja Matriz de São José da Lagoa de Nova Era, localizada a leste de Belo Horizonte. Em relação à primeira houve a transferência e o furto de elementos sacros para outra cidade e da segunda, a recuperação de parte dos bens roubados. A metodologia utilizada para apreender o objeto e dar conta de responder a questão principal da pesquisa se deu pela realização de entrevistas com membros da comunidade local e os fiéis das capelas em que aconteceram os furtos. O intuito foi analisar como a memória dessas comunidades está ligada às imagens e outros objetos sagrados que outrora lhes pertenceram e colaboraram na formação da sua identidade.

Esta concepção sobre os processos da memória se baseiam nos escritos de Maurice Halbwachs; e Michael Pollack. O primeiro deles, Halbwachs, tem a memória formação na interação entre os indivíduos. Segundo o autor, "cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva"⁵⁸⁰ assegurando certa plausibilidade na memória de outros, permitindo a construção de uma base comum para a lembrança. Para tanto, é essencial manter

[%20Atuacao%20MP%20defesa%20patrimonio%20-%20marcos%20paulo.pdf?sequence=1](#)>. Acesso em: 18 Fev. 2016.

⁵⁸⁰ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução: Laís Teles Benoir, São Paulo: Centauro, 2004, p. 69.

os laços sociais entre os grupos que compartilham certas memórias, formando um patrimônio comum de recordações ⁵⁸¹

As rememorações vêm de acordo com a vivência que o tempo presente suscita. Este procedimento inspira-se em outro importante artifício dos estudos sobre memória de Michael Pollak. Definindo-a também como uma construção social, existindo, portanto, seguimentos importantes na comparação das obras desses autores. Segundo Pollak, as memórias individuais ou coletivas abarcam três elementos: acontecimentos, pessoas (ou personagens) e lugares. Os acontecimentos a pessoa pode ter participado diretamente ou não, ou seja, podem ter sido vivenciados “por tabela”, a partir do pertencimento da pessoa a um determinado grupo. Desta forma, personagens podem ter ou não participado do convívio, integrando assim lembranças por ter-se tornado conhecidas devido a sua relevância como figuras públicas. Já, os lugares de memória enquadram o desenvolvimento onde o indivíduo pode ter participado durante certo tempo, ou pode ter sido incorporado de modo indireto às suas experiências. ⁵⁸²

Depois do exposto, acredita-se ser necessário compreender os conceitos referentes ao uso das obras sacras e sua relevância como lugares de memória. Tendo em vista um sistema de relação social e simbólica capaz de operar uma mediação sensível entre o passado, o presente e o futuro. ⁵⁸³ Sendo constantemente reconstruída e revista, como valor identitário reconhecido por um grupo como algo que lhe é próprio, associado à sua história, portanto capaz de definir sua identidade. ⁵⁸⁴

A perda devocional

É notório que a evasão carrega em si algo mais vasto e abrangente do que peças com valor comercial, ela está impregnada de valores espirituais e afetivos da comunidade. Visando abarcar essas formas de percepção em relação as obras e, por meio delas, a construção de identidade, fundamentamos primeiramente no exemplo da capela do Divino Espírito Santo, na cidade de São Vicente de Minas/MG. Esta, conserva em sua tradição a vivência da comunidade, desde a sua construção até os dias de hoje.

⁵⁸¹Idem, p.71.

⁵⁸² POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. In: Estudos Históricos, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992, p. 200-202.

⁵⁸³MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e cultura material – documentos pessoais no espaço público. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Revista Estudos Históricos. V.11, n 21 (1998). P.89-103.

⁵⁸⁴GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro. V. 28, n 55, p. 211-228, set 2015. ISSN 2178-1494.

O município de São Vicente de Minas, fundado em 1799 e emancipado em 17 de dezembro de 1938, está localizado na região Sul do estado de Minas Gerais. A denominação atual do município tem origem no catolicismo devocional vivenciado pela população brasileira. À paróquia da cidade - São Vicente Ferrer - pertence também à antiga capela do Espírito Santo, situada na área rural. De acordo com o livro de Escritura de compra de escravos, “a capela do Espírito Santo foi Distrito”, pois nas páginas 90^a e 111^a e verso existem procurações, cuja testemunha teria sido um morador do Distrito do Espírito Santo, que não existia mais⁵⁸⁵. A Capela do Espírito Santo localiza-se na estrada de ligação entre os municípios de São Vicente de Minas e Carrancas, à 18km da paróquia de São Vicente Ferrer, nas proximidades da Covaca. Foi construída em meados da década de 1760⁵⁸⁶.

A capela do Espírito Santo foi edificada nas terras pertencentes à Sesmaria das Pitangueiras, que possuía meia légua de extensão de terras compreendidas entre os atuais municípios de São Vicente de Minas e Carrancas. Tal sesmaria pertenceu inicialmente à Manoel machado Toledo. Em 1766, Toledo vendeu o Sítio das Pitangueiras para a Sra. Julia Maria da Caridade, viúva do Capitão Diogo Garcia, que já havia anexado às suas terras os sítios vizinhos pertencentes a João Correya Pinto e Manoel de Moraes. Com a morte de D. Julia o Sítio das Pitangueiras passou, como herança para os seus filhos, que o venderam ao tenente Manoel Joaquim de Andrade que o rebatizou de “Fazenda do Espírito Santo”. O primeiro registro de realização de cerimônias na Capela, encontrado até o momento, trata-se de um casamento em 1800. Após o falecimento de Manoel Joaquim, em 1828, seus herdeiros desmembraram e venderam parte do patrimônio adquirido, sendo que parcela do terreno onde se localizava a Capela foi vendida para o comendador Severino Denuciano dos Reis. (...) As terras onde encontrava-se a Capela permaneceram na família de Severino chegando, em meados do séc. XX à Virgílio de Andrade Reis, casado com Maria Amélia Ribeiro Reis, descendente, ela também, de outra tradicional família de fazendeiros da região. Ele faleceu em 1964 e sua esposa, em 1970, tendo sido enterrada no interior da capela, próximo à escada de acesso ao altar. Após o falecimento desta, a Fazenda do Porto foi dividida entre os herdeiros e coube a seu filho Osvaldo de Andrade Reis a parte que assumiu o nome de Fazenda do Espírito Santo, na qual se localiza a dita capela de mesmo nome.⁵⁸⁷

A Capela do Espírito Santo apresenta herança das tipologias do período colonial. No início do século XIX, foi providenciada a decoração interna da mesma pelo pintor Joaquim José da Natividade. Artista revelado como sendo um “homem branco, solteiro, natural da

⁵⁸⁵A LUZ. Matriz. São Vicente Ferrer, 10 fev. 1913, anno I, nº 2, p.1.

⁵⁸⁶Pasta sobre a Festa do Divino Espírito Santo, encontrada no acervo da Secret. de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, p. 14.

⁵⁸⁷Idem, p. 14.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

Comarca de Sabará, morador nesta Vila, que vive de sua Arte de Pintura.”⁵⁸⁸ Suas obras encontram-se na região dos Campos das Vertentes e no Sul de Minas, antiga comarca do Rio das Mortes⁵⁸⁹.

O trabalho de Natividade, segundo o pesquisador Olinto Rodrigues⁵⁹⁰, é de grande relevância, pois o pintor “estava no mesmo nível artístico de Manuel da Costa Ataíde (1762–1830) e outros contemporâneos”⁵⁹¹. É notável o reconhecimento de sua pintura, como também relata Azevedo (2013):

A reconstituição do conjunto decorativo da capela do Divino Espírito Santo permitiu a identificação de um exemplar único de forro tridimensional que possui uma coroa de madeira em relevo projetando-se além da pintura (...). Uma obra inédita é uma pista relevante para pensar sobre a qualidade e singularidade do trabalho artístico, sobre os encomendantes e os recursos disponibilizados para a obra.⁵⁹²

A Capela do Espírito Santo tem seu uso na tradição e vivência da comunidade, desde a sua construção até os dias de hoje. Como exemplo ocorre a festa do Divino Espírito Santo que é a mais antiga da região e se realiza em data móvel – Dia de Pentecostes – cinquenta dias após a Páscoa⁵⁹³. O festejo é marcado por fieis da região e diversas cidades, muitos com objetivo de cumprir promessas. Durante todo ano, a capela é visitada pelos moradores da região que organizam-se para rezarem o terço e para a realização de novenas. Nos dias atuais, a festa caracteriza-se pela representatividade que tem para a comunidade regional a partir de suas tradições.

Mesmo com todo investimento e riqueza ornamental, em 1980 a capela estava em estado de abandono, tornando-se alvo de vandalismo e roubos. Em vista disso, Dom Carlos

⁵⁸⁸As informações acerca deste artista encontra-se no arquivo histórico do IPHAN de São João del-Rei, livro de querelas: 1820, caixa 76-05, folha 38, testemunha 13.

⁵⁸⁹AZEVEDO, Maria C. *Arte sacra, hierarquia e distinção social*. In: 7º Seminário Brasileiro de História da Historiografia – Teoria da história e história da historiografia: diálogos Brasil-Alemanha. Ouro Preto: EdUFOP, 2013, p. 1 – 10. Disponível em: <http://www.seminariodehistoria.ufop.br/7snhh/snhh7/media/arquivos/sistema/trabalhos/Arte_sacra_hierarquia_e_distincao_social.pdf> Acesso em: 20 Abril 2016.

p.2. Acesso em: 20 Abril 2016.

⁵⁹⁰Pesquisador do IPHAN-Tiradentes

⁵⁹¹WERNECK, Gustavo. *Celebração do divino em São João del-Rei com capela restaurada: Saqueada por ladrões em fazenda de São Vicente de Minas e com acervo remontado em São João del-Rei, capela em estilo rococó vai ser sagrada amanhã na Festa do Espírito Santo*. Disponível na internet em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/05/26/interna_gerais,296558/celebracao-do-divino-em-sao-joao-del-rei-com-capela-restaurada.shtml>. Acesso em: 7 de maio de 2009.

⁵⁹²AZEVEDO, Maria. *op. cit.* 2013, p.3.

⁵⁹³Esta festa é realizada na Capela do Espírito Santo, filial da Matriz de São Vicente, localizada na povoação da Fazenda Espírito Santo. SINOPSES DAS FESTAS NA ESTRADA REAL. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/coloniais/sao_vicente_de_minas.php>. Acesso em: 20 Abril 2017.

Mesquita, bispo da Diocese de São João del-Rei/MG e o Padre Luiz Eustáquio do Nascimento, então pároco de São Vicente de Minas tomaram conhecimento do fato, recorreram para um possível salvamento dos elementos artísticos. A mobilização para a retirada das obras para a restauração ocorreu em setembro de 1985. E só em 2008, que criaram um o projeto de mobilização e execução da construção de uma capela em São João del-Rei para abrigar as obras, justificado pelo fato do Museu de Arte Sacra da cidade não comportar os tais elementos artísticos.

Em 2012, com a finalização da nova capela do Espírito Santo, houve a sua inauguração, contendo as obras restauradas e réplicas das outras⁵⁹⁴. Foram restauradas as obras de talha dourada e policromada, o teto pintado e a imagem de Nossa Senhora de Pentecostes. As imagens de Santa Rita de Cássia e de São José são réplicas das imagens furtadas, e as demais imagens não são do contexto da antiga capela.

Comunidade e o patrimônio

As agressões e atentados contra o patrimônio histórico artístico e devocional, através de evasão de bens culturais em edificações religiosas, não são frutos dos dias de hoje. De acordo com o Jornal *Estado de Minas*⁵⁹⁵, foi identificado um aumento dos atentados contra o patrimônio nos últimos anos. Estas evasões evidenciavam o desfalque no acervo cultural/sacro brasileiro e principalmente nos grupos que as vivenciavam. Nestes últimos há um impacto na relação afetiva com estes objetos sagrados levando-os a se ressentirem pela perda da identidade provocada pela evasão.

Para tratar da situação em que os membros da comunidade se veem privados da imagem do seu padroeiro ou santo de devoção, foi tomado como objeto um acontecimento na cidade de São Vicente de Minas-MG, na qual foram realizadas entrevistas com pessoas que trabalham na Secretaria da Cultura e também com alguns dos moradores da cidade, para fim

⁵⁹⁴Sinopses das Festas na estrada Real. Disponível em: http://www.ufsj.edu.br/coloniais/sao_vicente_de_minas.php. Acesso em: 20 Abril 2017.

⁵⁹⁵Destaca-se aqui, o roubo que ocorreu no ano de 2008. “Susto e desolação em Patápolis, no Sul de Minas, a 386 quilômetros de Belo Horizonte. Ladrões arrombaram a porta principal da Matriz do Divino Espírito santo, no Centro, e furtaram a pela com a imagem que simboliza o padroeiro, com um metro de altura, 30 cm de diâmetro e 30 quilos (...) O último furto de imagens em Minas ocorreu em 3 de agosto, quando foram levadas, de madrugada, três imagens de madeira do século 17 pertencentes à Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Matias Cardoso, na Região Norte de Minas, a 680 quilômetros de Belo Horizonte.” WERNECK, Gustavo. *Polícia não tem pistas do autor do roubo, ocorrido em Patápolis, no Sul de Minas, na semana passada. Relíquia será inscrita no cadastro de obras desaparecidas do Iphan*. Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte, p.25, 14 out. 2008.

de obter diversos pontos de vista. Em todas essas ocasiões foi inevitável empreender diálogos sobre o deslocamento dos objetos artísticos da Capela do Espírito Santo para a cidade de São João del-Rei/MG, o que se apresentou como um campo riquíssimo de narrativa. O propósito é justamente obter material para entender como a evasão de obras sacras podem ser uma agressão à devoção e ao sentimento de uma comunidade.

Conforme mencionado por Pollack, só se recolhe memórias através de entrevistas, o vivido só sobrevive se lembrados e contados.⁵⁹⁶ É através da linguagem, portanto, uma das principais maneiras de preservar e transmitir as tradições. A partir disso, será apresentado a seguir, um consulente da capela, baseada na entrevista⁵⁹⁷ feita em junho de 2017, com o Senhor Gustavo Carvalho Perez, da cidade de São Vicente de Minas. Em ambos os casos a entrevista foi de história de vida, voltadas essencialmente para seu contato com a capela, além de questões mais específicas a respeito da mudança do acervo artístico da capela.

Nascido na cidade de Belo Horizonte-MG, em 1983, Gustavo Carvalho Perez é secretário da cultura, esporte, lazer e turismo, é frequentador da capela desde a infância, criou laços de fé e admiração pela capela com o estímulo dos avôs. Desde o princípio mostrou-se muito paciente e solícito; esclarecendo todas as dúvidas e fatos. No início da entrevista, ao ser perguntado sobre os roubos da capela, Gustavo responde:

Desde que cheguei aqui, isso é bastante comentado no município. E esse impacto que eu tive de ver lá sem nada. Primeira coisa que se pergunta é: Cadê as coisas que estavam aqui? E vem a história que na época, a igreja católica levou toda para São João del-Rei e montou lá. Além de boa parte... E o motivo deles terem feito isso, seria os roubos constantes. Então, para evitar que houvesse mais roubo, levou para São João del-Rei e fizeram uma réplica da capela lá.

A lembrança estaria relacionada com todos os lugares, a vida material e a moral das sociedades da qual o indivíduo fez ou faz parte. Pollack explica que os "locais muito longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem construir lugar importante para a memória do grupo, e por conseguinte da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo".⁵⁹⁸ Percebe-se o impacto que geralmente as pessoas têm ao chegar na capela e não encontrar suas obras e elementos artísticos.

⁵⁹⁶POLLAK, Michael. *op. cit.* 1992, p. 201.

⁵⁹⁷PEREZ, Gustavo. Entrevista concedida a Denismara Eugênia de Oliveira Nascimento. São Vicente de Minas, 26 jun. 2017.

⁵⁹⁸"Lugares de memória: existem lugares de memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico" POLLAK, Michael. *op. cit.* 1992, p. 202

Dessa forma, prossigo a entrevista questionando se houve resistência da população durante a retirada dos bens da capela:

A população sempre tentou, e ainda tenta trazer. E quando eu cheguei (à 7 anos atrás) para morar mesmo, entrei no conselho de patrimônio. Me contaram casos de que houve inclusive reunião da população com o bispo, querendo saber porque levou e porque não trazia de volta, mas não houve nenhum tipo de acordo.

Prossigo indagando um fato que ouvi de um antigo morador da cidade:

Ouvi falar também que houve resistência da comunidade durante a retirada dos elementos artísticos da capela, e que tiveram de acionar o exército de São João del-Rei para barrar as pessoas que estava impedindo a retirada, é verídico esse fato?

Com uma análise superficial do fato, mas de extrema importância, Gustavo relata um acontecimento “vivido por tabela”⁵⁹⁹, do qual a pessoa nem sempre participou, mas que gerou grande importância e identificação com determinado passado, podendo ser chamada de memória quase herdada.⁶⁰⁰

Essa história também tem, mas eu não vivenciei ela. Mas, parece que na época sim, quando começou a tirar, a própria família que cuidava de lá e administrava fez um alerta na população e houve sim. A população ficou exaltada com a notícia e questionou, precisou do exército vir pra poder tirar. Foi uma decisão unilateral, o bispo ordenou, o padre acatou, não houve uma consulta pública, não houve nada. E tanto que depois surgiu essas reuniões com o bispo, houve abaixo assinado, toda uma história da população.

Após conversas particulares com outros consulentes da capela, é possível perceber, ainda, que a comunidade também ficou abalada com essa mudança. A vivência de uma memória individual assegura certa plausibilidade na memória de outros, permitindo a construção de uma base comum para a lembrança.⁶⁰¹ Para tanto, é essencial manter os laços sociais entre os grupos que compartilham certas memórias, formando um patrimônio comum de recordações.⁶⁰²

O círculo de memória aqui é um espaço de troca, na qual a lembrança é reconhecimento e reconstrução.⁶⁰³ É reconhecimento, na medida em que vivenciamos um momento na qual vamos a um determinado lugar e diante de alguns objetos, os reconhecemos e imediatamente à sensação de familiaridade é percebida. Esse tipo de impressão é chamado

⁵⁹⁹“Ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer.” Idem, p. 201.

⁶⁰⁰Idem, *ibidem*.

⁶⁰¹HALBWACHS, Maurice. *op. cit.* 2015, p 29.

⁶⁰²Idem, p.71.

⁶⁰³Idem, p. 30-33.

de “reconhecimento por imagem” é reencontrar as ligações desse objeto com outros que podem ser também pensamentos ou sentimentos.⁶⁰⁴ É a reconstrução, principalmente por ocorrer um resgate de vivências do passado que se realiza no presente. A ausência explícita dessas obras gera um abalo entre gerações nas famílias e redes de sociabilidade específicas.

A memória nestes casos envolve a reelaboração de um passado comum, principalmente por ocorrer um resgate de vivências do passado que se realizam no presente.⁶⁰⁵ Novamente, envolvendo o seguimento da identidade no sentido de um fato que se reporta em referência aos outros e que na sua ausência sua essência, vão se fragmentando. Ou seja, levando a perda da tradição, memória e identidade dos grupos.

Reencontro devocional

A memória sustenta a tradição na vida de grupos, estando muito ligados à religião, e, portanto, torna-se norteadora da vida comunitária. Por isso é necessário compreender também, como o retorno das obras dá seguimento a uma prática consolidada a partir de uma identidade, fruto da vivência de grupos que participam dessa cultura. A representatividade desses objetos exerce uma função concreta na experiência dos grupos sociais quanto a própria materialidade desses objetos simbólicos. Neste sentido, abordamos o exemplo ocorrido na cidade de Nova Era em Minas Gerais. Nela, fieis e comunidade comemoram a volta de algumas peças sacras. Faz-se necessário analisar o jornal *Estado de Minas* de 20 de novembro de 2003, na qual relata o retorno de obras sacras e o sentimento de alegria ao voltar para seu lugar de origem.

A Igreja Mariz de São José da Lagoa, pertencente a cidade de Nova Era, localizada a 140 quilômetros a Leste de Belo Horizonte (MG). Construída no período colonial, construída por volta de 1766 e com o passar dos anos foi redecorada em estilo rococó, sendo um trabalho do final do século XVIII.⁶⁰⁶ A importância histórico-cultural do monumento levou no decorrer do ano de 1953, um passo significativo: a tombado pelo *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN*. Desde então, a preocupação em conservar e manter a igreja íntegra, despertou um olhar da Casa da Cultura, que logo lançou um projeto de reforma da Igreja Matriz. Durante o processo descobriram que:

⁶⁰⁴Idem, p. 55.

⁶⁰⁵Idem, p. 30-35.

⁶⁰⁶Site da prefeitura de Nova Era. Disponível em < <http://www.novaera.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/igreja-matriz-sao-jose-da-lagoa/26886>> Acesso em jun. de 2017.

Na época de sua construção, o piso da igreja era feito em um sistema de “campa” (retângulos de madeira removível), pois os moradores da localidade eram enterrados dentro da Igreja, e os escravos, em seu Adro, por isso, durante a reforma do piso, foram encontradas várias ossadas e vestígios humanos (cabelos, dentes, etc.). Uma das grandes surpresas encontradas durante a restauração, foram os fragmentos de dois painéis, todo em tons de azuis, que existiram nas laterais do Altar – Mor, de pintura em estilo rococó e de alta qualidade. Há exemplos desse tipo de obras em outras igrejas, dentro do mesmo padrão e que ainda conservam o estilo original dos painéis, que é uma imitação de azulejos, como se fosse uma história em quadrinhos. Um dos painéis encontrados fala sobre o Antigo Testamento, e o outro, sobre os Sacramentos. No início do século XX, por modismo e com a ampliação da construção, em vez de manter as laterais do Altar – Mor fechadas, abriram arcadas para que dessem visibilidade aos corredores laterais, pois poderiam, assim, serem usados para que as pessoas assistissem à missa, ampliando o espaço útil da Igreja. Era onde ficavam os painéis.⁶⁰⁷

Referindo-se a decoração interna, destacamos a atribuição dada ao artista Francisco Vieira Servas (1720-1811) no retábulo-mor em estilo rococó da Igreja. A contribuição de Servas segundo Adriano Ramo é para o patrimônio brasileiro é de enorme significado, sobretudo nos dois últimos períodos do barroco. Era nascido em Portugal, mas passou quase toda sua vida em Minas Gerais e “foi um dos artistas mais importantes da fase áurea dos retábulos e imagens religiosas da Capitania das Minas Gerais, em meados do século XVIII.”⁶⁰⁸ Suas obras mais conhecidas é o altar-mor do Rosário de Mariana (1775), o altar-mor e os 4 anjos do santuário de Congonhas (1777) fez a talha do altar-mor e altares laterais do Carmo de Sabará (1778-1806)⁶⁰⁹.

Com arsenal incrível de belas artes, a Igreja Mariz de São José da Lagoa sofreu o desfalque de aproximadamente 60 peças sacras, incluindo imagens e outros elementos materiais de devoção.⁶¹⁰ Os roubos teriam sido feitos por volta de 50 anos atrás, causando comoção na população da cidade.

Compreendendo a maneira que se dá a apropriação dessas obras sagradas para o grupo que as vivencia, pode-se analisar através do sentimento de júbilo a volta de obras ao seu lugar

⁶⁰⁷Idem, *ibid.*

⁶⁰⁸RAMOS, Adriano. *Francisco Vieira Servas e o ofício da escultura na capitania das minas do ouro*. Coordenação editorial: Angela Gutierrez, p. 07. Disponível em: <<https://icfg.org.br/wp-content/uploads/2018/05/livro-Francisco-Vieira-Servas-parte-1.pdf>> Acesso em: 04 Set. 2017.

⁶⁰⁹Lista dos 57 artistas coloniais mineiros feita por Dom Clemente MARIA DA Silva-Nigra, O. S. B. Disponível em <<file:///C:/Users/User/Downloads/35006-Texto%20do%20artigo-41074-1-10-20120725.pdf>> Acesso em: 22 Out. 2017.

⁶¹⁰Site da prefeitura de Nova Era. Disponível em < <http://www.novaera.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/igreja-matriz-sao-jose-da-lagoa/26886>> Acesso em jun. de 2017.

de origem. O jornal relatou o retorno da imagem de Nossa Senhora do Rosário (de origem portuguesa do séc. XVIII), três coroas de prata, uma salva, uma custódia e seis resplendores.⁶¹¹ Ao reencontrar as peças, houve uma manifestação comunitária, na cidade, como relata o fragmento a seguir:

Alegria e muito ritmo para saudar a volta da imagem de Nossa Senhora do Rosário (de origem portuguesa, do século XVIII) e outras 11 peças furtadas, em abril desde ano, da Igreja Matriz de São José e recuperadas, em agosto, pela Polícia Federal. Na tarde de ontem, os moradores de Nova Era (18 mil habitantes), 140 quilômetros a Leste de Belo Horizonte, fizeram festa singela desde a entrada da cidade, no trevo da BR-262/381, até o centro Histórico (...) Quando alguém gritou que a carreta chegou à matriz, ninguém mais conseguiu ficar parado. E o ritmo contagiante dos congadeiros, vestidos de branco e fitas coloridas, encheu o adro e o interior da igreja de harmonia⁶¹².

O significado de toda essa alegria vai além de sua concretude, ela gera a compreensão desses grupos⁶¹³, principalmente pela construção de sua memória identitária. A memória, bem como afirma Pollack “é como o sentimento de identidade nessa continuidade herdada, constitui ponto importante na disputa pelos valores familiares ou grupo, um ponto focal na vida das pessoas.”⁶¹⁴ Assim como relata Maria Efigênia Dias Domingues, de 64 anos: “Nossa Senhora do Rosário fica no Altar dedicado aos santos negros. Ela é muito importante para o congado, que aqui em Nova Era, data o séc. XVI-XVII. A nossa irmandade é antiga e tem tradição na região.”⁶¹⁵ Dessa forma, por terem elementos constitutivos comuns em suas vidas, devem-se sentir como pertencentes ao mesmo grupo de destino, à mesma memória.⁶¹⁶

Quando a carreta chega a matriz, o ritmo contagiante dos congadeiros encheu o adro e o interior da igreja de harmonia. E a fala de José Martins da Silva, de 82 anos é exaltada “Graças a Deus, a santa está de volta à nossa cidade”⁶¹⁷. Nesse sentido, é nessa construção e continuidade da identidade dos grupos, que as memórias vão sendo reelaboradas. Os grupos que mais se convivem estruturam sua memória. A recuperação das obras é motivo de felicidade para a comunidade de Nova Era, mas é inevitável notar como essa prática lesa os

⁶¹¹Idem, *ibid.*

⁶¹²WERNECK, Gustavo. Senhora do Rosário volta à Matriz. *Jornal Estado de Minas*. Belo Horizonte, p.21, 20 nov. 2003.

⁶¹³MENESES, José Newton Coelho. *Os elementos materiais da cultura e a percepção do banal e do óbvio. Ou, de como render-se ao óbvio. Palestra. I Simpósio de Arqueologia dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina*, maio de 2017. Manuscrito.

⁶¹⁴POLLAK, Michael. *op. cit.* 1992, p. 202.

⁶¹⁵WERNECK, Gustavo. Senhora do Rosário volta à Matriz. *Jornal Estado de Minas*. Belo Horizonte, p.21, 20 nov. 2003.

⁶¹⁶POLLAK, Michael. *op. cit.* 1992, p. 202.

⁶¹⁷WERNECK, Gustavo. Senhora do Rosário volta à Matriz. *Jornal Estado de Minas*. Belo Horizonte, p.21, 20 nov. 2003.

fiéis. O responsável pela Igreja Matriz, Euvécio Eustáquio da Silva expressa a ausência dessas obras como “um vazio no altar e outro no coração.”⁶¹⁸ Vejamos, que ao se verem privados desses bens, surgem fragmentos da vivência de um cotidiano de fé, de rituais e de festas populares. Esse “vazio” gera impacto na relação afetiva com estes objetos sagrados levando-os a se ressentirem pela perda da identidade provocada pela evasão.

Conforme mencionado nas entrevistas do jornal, a preocupação com a proteção e a preservação dos bens culturais tem sido tema constante de discussão ente os integrantes das comunidades. Neste sentido, torna-se essencial analisar elemento constituinte do sentimento de identidade “na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.”⁶¹⁹ Percebe-se aí, que a cultura proporciona a identificação das singularidades de uma determinada sociedade, em qualquer época. Dessa forma, a sociedade deve sem dúvidas lutar para preservar sua história e sua cultura, pois entende-se que delas provem a atual identidade de seu povo.

Considerações Finais

O presente trabalho, ao propor uma análise sobre a evasão de obras de arte da Capela do Espírito Santo e da Igreja Mariz de São José da Lagoa, abordou questões sobre usos e práticas dos templos abordados. Para a reconstrução de memória e identidade, e a participação maciça da população na salvaguarda desses bens. O crescente interesse em questão, é tentar expor a incindível relação entre patrimônio e comunidade, sendo ela a detentora e a maior força para a preservação da cultura de sua região. A ocorrência da evasão de obras sacras como agressão à comunidade, e, especificamente, à memória daqueles que conviveram com a mesma se relacionando com a imagem e seus usos e funções na comunidade. Inicialmente, tratamos da perda que a comunidade tem quando uma obra é roubada e transferida de seu lugar de origem. Tratando-se da análise do roubo a qual acreditamos influenciar na identidade da comunidade, em que “o ladrão leva algo mais vasto e abrangente do que peças com valor comercial. Na verdade, ele está carregando os valores espirituais e afetivos da comunidade”⁶²⁰.

⁶¹⁸Idem, *ibid.*

⁶¹⁹POLLAK, Michael. *op. cit.* 1992, p. 204.

⁶²⁰OLIVEIRA, Junia. *Projeto português inspira ação em MG*. Jornal Estado de Minas, 7 de maio de 2009, p. 22.

O fato de não terem superado a “perda” é visível nas conversas e entrevistas. É claro, que durante o processo de apropriação dos bens, a comunidade esteve sempre resistindo. Nesse sentido, é interessante observar a preocupação da comunidade em ter resistido na retirada das obras, pois era justamente esse o medo da perda de seus bens. Conclui-se, que ao recriar a memória da vivência dessa comunidade com as obras sacras, buscaram reafirmar os sentidos sociais, neste sentido, as obras representam um fato sócio-histórico. Estudar a forma como a reconstrução da memória sobre a evasão de obras sacras ocorre e a influência que exerce sobre um grupo de pessoas permite que contextos históricos sejam revisitados. Sob uma lente inusitada, buscando um conhecimento que comunga a história do tempo presente com a do passado. Interconectam-se esses dois momentos históricos e lançam-se as bases para uma análise que permite compreender um pouco mais sobre a sociedade brasileira de maneira geral.

Fontes documentais e Referências

Fontes Impressas

ACERVO DA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO, DA CIDADE DE SÃO VICENTE DE MINAS. São Vicente de Minas, MG. Pasta: “*Festa do Divino Espírito Santo*”.

JORNAL ESTADO DE MINAS. 290 edições. Arquivo pessoal do pesquisador Olinto Rodrigues. Tiradentes, Minas Gerais.

OLIVEIRA, Junia. *Projeto português inspira ação em MG*. Jornal Estado de Minas. 7 de maio de 2009, p. 22.

WERNECK, Gustavo. *Senhora do Rosário volta à Matriz*. Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte, p.21, 20 nov. 2003.

WERNECK, Gustavo. *Polícia não tem pistas do autor do roubo, ocorrido em Pratápolis, no Sul de Minas, na semana passada. Relíquia será inscrita no cadastro de obras desaparecidas do Iphan*. Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte, p.25, 14 out. 2008.

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei (AHETII/IPHAN/SJDR). São João del-Rei, MG.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

Referências Bibliográficas

- ALBERTI, Verena. Manual de história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- AZEVEDO, Maria C. *Arte sacra, hierarquia e distinção social*. In: 7º Seminário Brasileiro de História da Historiografia – Teoria da história e história da historiografia: diálogos Brasil-Alemanha. Ouro Preto: EdUFOP, 2013, p. 1 – 10. Disponível em: <http://www.seminariodehistoria.ufop.br/7snhh/snhh7/media/arquivos/sistema/trabalhos/Arte_sacra_hierarquia_e_distincao_social.pdf> Acesso em: 20 Abril 2016.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora da Unesp: Estação Liberdade, 2006.
- CHRISTOFOLETTI, Rodrigo (Org.). *Bens culturais e relações internacionais: o patrimônio como espelho do soft power*. Santos: leopoldianum, 2017.
- ETZEL, Eduardo. *Imagem Sacra Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução: Laís Teles Benoir, São Paulo: Centauro, 2004. Lista dos 57 artista coloniais mineiros feita por Dom Clemente MARIA DA Silva-Nigra, O. S. B. Disponível em < <file:///C:/Users/User/Downloads/35006-Texto%20do%20artigo-41074-1-10-20120725.pdf>> Acesso em: 22 Out. 2017.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Os “usos culturais” da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais*. In: YAZIGI, Eduardo ET AL. Turismo, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MENESES, José Newton Coelho. *Os elementos materiais da cultura e a percepção do banal e do óbvio. Ou, de como render-se ao óbvio*. Palestra. I Simpósio de Arqueologia dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, maio de 2017. Manuscrito.
- MIRANDA, Marcos Paulo Souza, *Atuação do Ministério Público na defesa do Patrimônio Cultural*. Disponível em: <<https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1149/13%20R%20MJ%20-%20Atuacao%20MP%20defesa%20patrimonio%20-%20marcos%20paulo.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 18 Fev. 2016.
- PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. *Neocolonial, Modernismo e Preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2011.
- POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. In: Estudos Históricas, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

SACRAMENTO, José A. de A. *A capela do Divino Espírito Santo de São João del-Rei*. Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte, edição nº 257, p.2, de 19 a 25/06/2015, p. 2. Disponível: [http://patriamineira.com.br/imagens/img_noticias/170254260615_Capela do Divino Espirio Santo - Rua das Flores - Sao Joao del-Rei - MG](http://patriamineira.com.br/imagens/img_noticias/170254260615_Capela_do_Divino_Espirio_Santo_-_Rua_das_Flores_-_Sao_Joao_del-Rei_-_MG). Acesso em: 15 Out. 2016.

RAMOS, Adriano. *Francisco Vieira Servas e o ofício da escultura na capitania das minas do ouro*. Coordenação editorial: Ângela Gutierrez. Disponível em: <<https://icfg.org.br/wp-content/uploads/2018/05/livro-Francisco-Vieira-Servas-parte-1.pdf>> Acesso em: 04 Set. 2017

SANTOS, Antônio F. B. *O tráfico e o comércio ilícito dos bens culturais*. Belo Horizonte: IPHAN, 2003.

Site da prefeitura de Nova Era. Disponível em < <http://www.novaera.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/igreja-matriz-sao-jose-da-lagoa/26886>> Acessada em Junho de 2017.

TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. *Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. Estudo introdutório Ronald Polito de Oliveira. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

WERNECK, Gustavo. *Senhora do Rosário volta à Matriz*. Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte, p.21, 20 nov. 2003.

WERNECK, Gustavo. *Celebração do divino em São João del-Rei com capela restaurada: Saqueada por ladrões em fazenda de São Vicente de Minas e com acervo remontado em São João del-Rei, capela em estilo rococó vai ser sagrada amanhã na Festa do Espírito Santo*. Disponível na internet em: < http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/05/26/interna_gerais,296558/celebracao-do-divino-em-sao-joao-del-rei-com-capela-restaurada.shtml> Acesso em: 7 de maio de 2009.

A retórica da revolução para além do *Manifesto do Centro* e do programa do *Clube Radical: Saldanha Marinho em O Rei e o Partido Liberal* (1869)

Dievani Lopes Vital⁶²¹

Resumo: O trabalho analisa *O Rei e o Partido Liberal* de autoria de Joaquim Saldanha Marinho. Na imprensa Corte do Rio de Janeiro, apareceu anonimamente sob na forma de dois panfletos homônimos, o primeiro publicado a 30 de junho e o segundo, a 15 de agosto de 1869. Expressão de um tempo em que o líder maçônico e futuro republicano encontrava-se fora do Parlamento imperial, ela sinaliza mudança de trajetória rumo à radicalização política. Interpretada enquanto antessala do *Manifesto Republicano de 1870*, corrobora para asseverarmos que a opção por reformas pretendida pelos liberais do *Centro*, pelos liberais radicais e pelos próprios republicanos, não inviabilizaram a escolha pela via revolucionária para resolverem a “questão do regime” no Brasil. No meio político dissidente, a revolução no plano da retórica seguiu invicta apesar da escolha reformista.

Palavras-chaves: Saldanha Marinho; Revolução; O Rei e o Partido Liberal.

Abstract: The work analyzes *The King and the Liberal Party* authored by Joaquim Saldanha Marinho. It appeared anonymously in the Rio de Janeiro court press in the form of two pamphlets of the same name, the first published on June 30 and the second on August 15, 1869. An expression of a time when the Masonic leader and future Republican was outside the imperial Parliament, it signals a change in trajectory towards political radicalization. Interpreted as a forerunner of the *Republican Manifest of 1870*, it corroborates to assert that the option for reforms intended by the liberals of the *Center*, by the radical liberals and by the republicans themselves, did not make the choice of the revolutionary way to solve the "question of the regime" in Brazil unfeasible. In the dissident political milieu, the rhetorical revolution remained undefeated despite the reformist choice.

Keywords: Saldanha Marinho; Revolution; the King and the Liberal Party.

⁶²¹ Mestre e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da *Universidade Federal de Juiz de Fora*, na Linha de Pesquisa *Poder, Mercado e Trabalho*. E-mail: dievanilopesvital@yahoo.com.br. Bolsista da *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (CAPES).

Breve consideração acerca da biografia de Joaquim Saldanha marinho: origem, formação e atuação política

Filho do Capitão de Artilharia Pantaleão Ferreira dos Santos com Ágata Joaquina de Saldanha, Joaquim Saldanha Marinho nasceu em Olinda a 4 de maio de 1816. Um ano depois, perdeu o pai vitimado durante a Revolução Pernambucana de 1817. Temos poucas informações acerca de sua juventude. Contudo, sabemos que aos 16 anos de idade, em 1832, ele entrou para o curso de Ciências Sociais e Jurídicas da Faculdade de Direito, da cidade em que nasceu. O título de Bacharel na área foi obtido em 15 de novembro de 1835⁶²².

Após formar-se, em decorrência de uma nomeação recebida para ocupar cargo na Promotoria de Icó, foi viver na Província do Ceará. Ali residiu por doze anos, passando a considerá-la sua segunda pátria. Nessa oportunidade também exerceu atividade na Promotoria Pública da cidade de Crato. Atuou no magistério como professor de matemática no liceu estadual. Foi Secretário de Governo, Curador de Órfãos e Juiz dos Feitos da Fazenda da capital da província, Fortaleza. Foi ainda no Ceará que o futuro líder republicano ingressou na política. Filiando-se ao Partido Liberal, tornou-se Deputado Provincial por três Legislaturas seguidas.

Ao eclodir a “Revolução Praieira”, um movimento que prometia arrastar consigo outras províncias do Nordeste, ele decidiu migrar do Ceará para o sul do país e se estabelecer em Valença, na Província do Rio de Janeiro, onde passaria a desfrutar de grande prestígio. Ainda em 1848, foi eleito Deputado Geral pelo Ceará. Exerceu o mandato por apenas doze meses devido ao fechamento da Câmara naquele ano, com a saída dos liberais do poder⁶²³.

Sem o cargo de Deputado, o letrado pernambucano passou a dedicar-se tão-somente à advocacia, situação que permaneceu até a década de 1860. Em março daquele ano, mudou-se

⁶²² Diferentes referências biográficas foram consultadas para a reconstituição, em texto próprio, de aspectos da vida de Saldanha Marinho. Tal reconstituição se baseou no confronto dos dados extraídos. No que diz respeito às obras biográficas consultadas ver:

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MARINHO,%20Saldanha.pdf>.

Ver também: <http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/AcademiaPML/Patro-46.htm>.

Ver mais: <https://blog.msmacon.com.br/saldanha-marinho/>.

⁶²³ Acerca das diferentes fontes que usamos para reconstruir aspectos da vida de Saldanha Marinho ver:

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MARINHO,%20Saldanha.pdf>.

Ver também: <http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/AcademiaPML/Patro-46.htm>.

Ver mais: <https://blog.msmacon.com.br/saldanha-marinho/>.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

para a capital do Império e assumiu a redação do *Diário do Rio de Janeiro* ao lado de seu futuro correligionário republicano, Quintino Bocaiúva (1836-1912).

O exercício da carreira política e das atividades de homem de letras lhe rendeu prestígio. Atestadamente a década de 1860 foi extraordinária para a vida pública desempenhada. Para além do próprio Quintino Bocaiúva, ele se acercou de nomes como Machado de Assis. Ao lado de Teófilo Otoni, Francisco Octaviano, Martinho Campos, venceu as disputadas eleições do período. Em 1861 foi eleito Deputado Geral pelo Rio de Janeiro. A reeleição veio em 1863⁶²⁴.

Articulado a essa crescente militância política na década de 1860, encontramos um Saldanha Marinho fortemente enleado à Maçonaria. Ele estava incumbido do cargo de Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil já em 1863. Nessa ocasião, a mais antiga potência maçônica, atuante no país a datar de 17 de junho de 1822, o Grande Oriente do Brasil (GOB), encontrava-se dividido. De um lado havia surgido o Grande Oriente do Lavradio, sob direção do Grão-Mestre Bento da Silva Lisboa, o segundo Barão de Cairu⁶²⁵. Este havia sucedido o Marquês de Abrantes na condução daquele ramo da instituição entre 25 de agosto e 26 de dezembro de 1863. Em primórdios da década de 1870, a direção dessa Obediência maçônica ficou sob a custódia de José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco⁶²⁶.

Em contrapartida, havia formado o Grande Oriente do Brasil ao Valle dos Benedictinos, composto por quarenta e cinco maçons, entre os quais estava Saldanha Marinho, encarregado da função de Grão-Mestre. As duas novas Obediências maçônicas foram denominadas conforme suas respectivas localizações na cidade sede da Corte imperial.

O envolvimento protagonizante de Saldanha Marinho com o universo maçom da década de 1860, bem como no da seguinte, explica o porquê de *Ganganelli* – pseudônimo por ele usado na imprensa – ter se tornado a alma do movimento de resistência maçônica em luta

⁶²⁴ Saldanha foi Deputado Geral pelo Ceará em 1848. Deputado Geral pelo Rio de Janeiro entre 1861-1865. Presidentes de Minas: 1865-1867. Deputado Geral por Pernambuco: 1867-1869. Presidente de São Paulo 1867-1868. Deputado Geral pelo Amazonas: 1878-1881. Foi um dos constituintes de 1891. Na República veio a ser Deputado Federal para a Legislatura de 1891-1895. Sobre esses dados ver:

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MARINHO,%20Saldanha.pdf>.

⁶²⁵ Trata-se do filho de Bento da Silva Lisboa (1756-1835), primeiro Barão de Cairu, com Ana Benedita de Figueiredo Lisboa. Nascido em Salvador em 1793 e falecido no Rio em 1864, o segundo Barão de Cairu tem seu nome entre os vinte e sete sócios-fundadores do IHGB. Para mais informações sobre a vida e as obras do referido brasileiro ver: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/BSLisboa.html>.

Ver também: <https://www.gob.org.br/bento-da-silva-lisboa-barao-de-cayru/>.

⁶²⁶ Acerca das diferentes fontes que usamos para reconstruir aspectos da vida de Saldanha Marinho ver notas 2 e 3.

contra as pretensões da Igreja Católica do Concílio Vaticano I, na chamada “Questão Religiosa” do Império do Brasil (1872-1875).

Ele seria ainda a principal liderança responsável pela unificação da família maçônica brasileira, o que aconteceu em 20 de maio de 1872 como reação da instituição ao grave conflito epíscopo-maçônico, no qual se opôs à ação dos Bispos ultramontanos da Igreja Católica. No ano de 1865, ele foi nomeado Presidente de Minas Gerais. Nessa província ele atuou agenciando voluntários para a Guerra do Paraguai (1865-1870). No plano cultural, procurou reabilitar o nome de Tiradentes, construindo monumentos de homenagem na cidade de Ouro Preto.

Sua passagem pela província durou até 1867, quando tornou a reeleger-se Deputado, mas desta vez por Pernambuco. Atuou no desenvolvimento da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Em 1868, foi eleito Senador pela Província do Ceará, porém a eleição não foi reconhecida. A eleição foi anulada e a escolha da Coroa acabou por ficar sem resultado. Voltaria ao Parlamento apenas na Décima Sétima Legislatura, eleito Deputado pelo Amazonas⁶²⁷.

Ainda em 1868 ocorreu a fratura no meio liberal motivada pela demissão do terceiro Gabinete de Zacarias de Góis, com a reascensão dos conservadores ao poder em torno do Gabinete do Visconde de Itaboraá. Lembramos que, como resultado desse evento, intrinsecamente relacionado com a política imperial direcionada ao conflito na região do Prata, a Câmara baixa, de maioria liberal, foi dissolvida em 18 de julho. Ou seja, Deputados Gerais como Tavares Bastos e o próprio Saldanha Marinho foram despojados do Parlamento. Nas eleições daquele ano para o Senado imperial, ele não havia sido admitido.

A retórica da revolução na análise de O Rei e o Partido Liberal

Mesmo fora das instituições deliberativas, Saldanha Marinho não deixou de fazer política. A imprensa na época se tornou o meio extraparlamentar para alcance de seus propósitos. Os dois panfletos *O Rei e o Partido Liberal* surgem num momento em que autor era bastante conhecido. Morando na Corte, já havia atingido um elevado grau de notabilidade política. Trata-se de uma fase em que o experiente letrado pernambucano se encontrava em processo de radicalização, por conta da Cisão Liberal de 68. A agitada situação política lhe

⁶²⁷Ver: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MARINHO,%20Saldanha.pdf>.

levou a participar da organização da agremiação republicana da qual surgiu, em 1870, o partido defensor das ideias republicanas no Brasil.

Os dois panfletos mencionados foram publicados pela Tipografia e Litografia Franco Americana. O primeiro está datado de 30 de junho e o segundo, de 15 de agosto de 1869. Na publicação original, o primeiro apresentava sessenta e uma páginas e o segundo, sessenta e quatro. Ambos ganharam reimpressão em 1885, em um só volume, com o título *A Monarquia e a Política do Rei*, contabilizando ao todo cento e cinquenta e três páginas. Nessa edição reimpressa, mais dois artigos foram acrescentados: *O Elemento Servil* e *O Partido Liberal em 1885*⁶²⁸.

Nossa atenção recai sobre a edição de 1869, visto que foi escrita em meio aos acontecimentos da repercutida crise política ocorrida um ano antes. A publicação é contemporânea aos eventos que levaram ao grande “racha” do Partido Liberal. Tal feito promoveu o aparecimento do *Clube Radical*, para o qual confluíram liberais da antiga *Liga Progressista*, em recusa à adesão ao *Centro Liberal*. Fundado em meados de 1868, a 3 de novembro de 1870 tornou-se *Clube Republicano*. Um mês depois lançou o *Manifesto de 03 de Dezembro*, tornando-se decididamente *Partido Republicano*⁶²⁹.

A edição de 1869 encontra-se organizada em três partes: *Ao Povo*, *Primeiro Panfleto* e *Segundo Panfleto*. *Ao Povo* funciona como uma espécie de introdução. O *Primeiro Panfleto* e o *Segundo Panfleto* se subdividem em três e cinco capítulos, respectivamente, numerados em romano.

Ao resgatar a linguagem política de Saldanha Marinho através da obra, perseguimos quatro objetivos. Em consonância com a linha de argumentação apresentada na obra, procuramos evidenciar que a retórica da Revolução extrapola os limites que lhe estagnaram no *Manifesto do Centro Liberal de 31 de Março de 1869*, haja vista que Saldanha Marinho não estava entre os elaboradores do referido documento político. Nessa perspectiva, lhe encontramos em aparente dissonância com o programa do próprio *Clube Radical*. Esse último por meio de seus dois órgãos precursores na imprensa, a *Opinião Liberal* (1866) e, principalmente, o *Correio Nacional* (1869), também já havia declarado opção por reformas

⁶²⁸ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: imprensa Nacional, 1898, v. 4, p. 238.

⁶²⁹ Acerca do processo de formação do *Clube Radical* e sua conformação em *Clube Republicano* ver: ALMEIDA, Felipe. **Partidos Políticos**. 2016. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/297-partidos-politicos-no-periodo-imperial>. Acesso em: 05 out. 2019.

profundas e sistematizadas sem recorrer à revolução armada⁶³⁰. À contramão do que sustenta Sérgio Buarque de Holanda, vemos no uso retórico da “revolução” mais do que simples “força de expressão”⁶³¹. Tratou-se de uma hábil estratégia discursiva em consonância com a atmosfera de cisão no interior das elites, com propósito de não apenas incitar as reformas, como também de reivindicar qual grupo de interesse deveria conduzi-las à frente do governo.

O segundo objetivo é outro ponto a ser destacado, complementar ao primeiro: a obra parece anunciar mudança na trajetória política do agente, rumo a um liberalismo que renunciava a defesa da forma monárquica de governo. Esse aspecto é sintomático posto que, enquanto produto do seu tempo, ela foi elaborada num momento em que a ala moderada do Partido Liberal se aglutinou para formar a agremiação do *Centro*. Saldanha Marinho optou por aderir às ideias da outra ala dissidente, o *Clube Radical*, que em novembro de 1870 se tornou *Clube Republicano*⁶³².

Um terceiro propósito consiste em expor o liame que existe entre a obra e o *Manifesto Republicano de 03 de Dezembro*. Esse aspecto nos parece não ter sido ainda explorado pela historiografia com devida atenção. Como extensão desse propósito indicamos o quarto e último intento, o qual reflete sobre o significado que “Revolução” tinha para o país em 1869, na opinião de Saldanha Marinho.

Pensamos que a resposta para esse quarto propósito esclarece o vínculo da obra com o *Manifesto* dos republicanos, especialmente nas partes “Exposição dos Motivos” e “Processo Histórico”⁶³³. Observamos que em *O Rei e o Partido Liberal* a “Revolução” seria a restituição dos poderes soberanos da nação, o que poderia somente ser conquistada pela atuação enérgica de um Partido Liberal pouco propenso a ser lubrificado pelo Rei e pelos seus apoiadores.

Expandindo esse sentido, entende-se que a “Revolução” seria o equivalente a um movimento de retomada pelo “povo” da soberania que lhe foi usurpada pelos Reis brasileiros, desde os alvares da Independência. Essa é indicada como uma espécie de revolução

⁶³⁰ BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império*. São Paulo: Tipografia Jorge Seckler, 1878, pp.23-28.

⁶³¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Manifesto de 1870. In: _____ *História Geral da Civilização Brasileira*; T. 2 (O Brasil Monárquico); v. 7 (Do Império à República). 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, Livro Quarto, cap. 3, p. 302.

⁶³² Sobre a formação e constituição do *Clube Radical* e sua mudança de nome para Clube Republicano ver: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CLUBE%20REPUBLICANO.pdf>.

Ver também: GOMES, Amanda Muzzi. *Fragilidade Monarquista: das dissidências políticas de fins do Império às reações nas primeiras décadas republicanas (1860-1900)*. 2012. 373f. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2012, pp. 78-81.

⁶³³ Sobre essas partes no Manifesto de 1870 ver: PESSOA, Reynaldo Carneiro (org.). *A Ideia Republicana no Brasil através de documentos*. SP: Alfa-Ômega, 1973, pp. 40-45.

continuada, promovida pelo “Partido Liberal da Independência” e interrompida em 1840. Por conseguinte, subentende-se esse movimento enquanto garantidor da harmonização entre a “Autoridade” e “Liberdade” no país. Particularmente no *Segundo Panfleto*, encontramos ainda uma definição clara, da qual partilhava Saldanha Marinho, quanto à ideia de Revolução: mudança de governo, substituição de um governo por outro através de um ato de insurreição.

Percebemos que não é possível fazer uma análise de *O Rei o Partido Liberal*, sob o prisma dos referidos objetivos, sem expor a releitura da história brasileira inerente à obra. Assim procedemos pois é possível encontrá-la integralmente manifesta nas páginas, desde as rebeliões coloniais até os fatos marcantes da década de 1860 no Brasil. Essa releitura é feita numa perspectiva predominantemente linear em ambos os panfletos constituintes. O ataque é direcionado à historiografia oficial da Independência, no intuito de reverter a posição desfavorável da soberania da nação frente às prerrogativas da realeza. Na tese em elaboração intitulada “*A Ideia de Revolução e a Construção da República no Brasil (1869-1889)*”, da qual deriva este artigo, para expormos essa releitura da história nacional optamos por seguir os rastros do processo de escrita, através da recomposição enunciativa⁶³⁴. No presente artigo apresentamos esse processo de modo resumido.

No centro do esforço de releitura histórica, encontramos a mobilização da retórica da revolução por parte de um liberal brasileiro cujas perspectivas indicam radicalização, numa tumultuada conjuntura de dissídio político, no interior das elites dirigentes. Ao instrumentalizar essa retórica, em momentos precisos da obra, Saldanha Marinho aparece reapropriando os repertórios da França republicana revolucionária do período moderno e aplicando os mesmos na releitura das experiências brasileiras. Entendemos que a escolha desses repertórios estava em estreita consonância com os referenciais da máxima “Ou a reforma, Ou a revolução”, lançada pelos liberais moderados.

Expor e interpretar essa releitura do passado nacional brasileiro foi indispensável para tratarmos o discurso de outros correligionários do movimento republicano inaugurado na

⁶³⁴ Para isso também estivemos atento às discussões sobre a chamada “crítica genética” voltada para análise textual. Para maiores detalhes ver: HAY, Louis. *Essais de critique génétique*. Paris: Flammarion, 1979, pp. 23-35; 227-236. A respeito do *métier* do historiador na produção de uma História do Discurso Político, Jonh Pocock levanta indispensáveis considerações acerca das práticas a serem adotadas. No desenvolvimento desse ofício, Pocock sustenta que o historiador parafraseia o autor do texto. Ele repensa os pensamentos do autor e os expressa em sua própria linguagem, o que dá margem ao distanciamento crítico e histórico de tal modo que ele passa a dispor de recursos para interpretar o discurso do autor e como esse discurso estava sendo desenvolvido no contexto linguístico ao qual pertence. Acerca desses apontamentos ver: POCOOCK, J. G.A. O Conceito de linguagem e o “*métier d'historien*”. In: _____ *Linguagens do Ideário político*. Sergio Micelli (org); Tradução Fábio Fernandez. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, cap. II, p. 71.

Corte e de seus homólogos provinciais. Relevamos o fato de Saldanha Marinho ter sido um líder experiente, de influente envergadura política, esteve por longos anos envolvidos com a administração imperial. Sua biografia perpassa quase todo o século XIX. Foi um dos colaboradores na criação do *Manifesto de 03 de Dezembro*. Atuante também na Maçonaria brasileira, arregimentou instrutivamente nomes da corrente republicana revolucionária, como é caso de Silva Jardim⁶³⁵. Sua marca ficou distintivamente cravada no movimento.

Detectamos alguns trabalhos que interpretam *O Rei e o Partido Liberal*, ainda que sem minuciosidade. Em 1970, no Centenário do lançamento do *Manifesto Republicano*, em uma nota de rodapé, Reynaldo Pessoa se limita a apontar como certas partes do documento político haviam sido quase literalmente transcritas de *O Rei e o Partido Liberal*. Entretanto, não explora a constatação feita⁶³⁶.

Alexandre Mansur Barata discorre sobre a obra partir da edição reimpressa em 1885. Sob uma perspectiva que reabilita a posição de alinhamento da Maçonaria em relação à vida política do país, destaca que as considerações contidas na mesma estiveram em sintonia com a necessidade de construção de um projeto político, cujo propósito era de consolidação de uma identidade nacional⁶³⁷. Com devido cuidado, nos encontramos temporalmente afastados desse ponto de vista. Nos debruçamos sobre a edição publicada em 1869, dezesseis anos antes da segunda reimpressão, um momento em que Saldanha Marinho não havia ainda declarado explicitamente adesão à República.

Se há a indicação da necessidade de construção de um projeto de identidade nacional, pensamos que os termos empregados para o exame desse projeto não podem estar dissociados da problemática pormenorizada pelo próprio Saldanha Marinho. Em outras palavras, entendemos que o autor explora a problemática, com que trabalha, sob um âmbito político e constitucional mais denso e preciso, expressamente definido por um confronto entre duas concepções de soberanias distintas.

Por último, no conjunto de ensaios históricos cuja perspectiva tenta aproximar as histórias de Brasil e Portugal após o processo da Independência brasileira, observamos que

⁶³⁵ Sobre isso ver: LIMA, Heitor Ferreira. *Perfil Político de Silva Jardim*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1987, p. 66.

⁶³⁶ PESSOA, Reynaldo Carneiro. O primeiro centenário do manifesto republicano de 1870. *Revista de História da USP*. São Paulo, v. 41, n. 84 (1970), p. 418

⁶³⁷ BARATA, Alexandre Mansur. *Os Maçons e o Movimento Republicano (1870-1910) – 3ª Parte*. O Ponto dentro do Círculo, 2017, p. 3-5. Disponível em: [4 04America/Sao Paulo outubro 04America/Sao Paulo 2017](#). Acesso em: 24 jun. 2019.

José Murilo de Carvalho, em *O Rei e a Representação da nação*, se retém tão-somente a sublinhar o caráter antimonarquista da obra de Saldanha Marinho⁶³⁸.

O objetivo de *O Rei e o Partido Liberal* consiste no desejo de “recordar ao povo sua história até hoje, para fazê-lo compreender os erros cometidos”. As linhas escritas servem para “pôr em relevo as tristes consequências desses erros”⁶³⁹. A tópica da exemplaridade histórica consiste no eixo transversal da retórica. Outra marca sobressaliente é a constante busca pela verdade dos fatos: “Dessas mesmas linhas a verdade é o seu único mérito”⁶⁴⁰.

Em *Ao Povo*, a revolução inaugura o discurso. Ela é compreendida como um meio de alcançar o equilíbrio entre princípios correlacionados na interação entre povos e governos: “Toda revolução na constituição e no governo dos povos tem por fim harmonizar a autoridade e a liberdade, o direito com o fato, condição eterna de ordem e prosperidade”⁶⁴¹.

É interessante notar a quem a fala é remetida: ao “Povo”⁶⁴². Numa primeira leitura, o discurso aproxima o autor da condição de um adepto do pensamento liberal clássico. Direcionada ao “Povo”, sua fala expõe o significado que a revolução tinha para si⁶⁴³ – a harmonia entre a “Autoridade” e a “Liberdade”. O autor sustenta esse significado para o conceito num ambiente em que a ala moderada do Partido Liberal dividido havia indicado à Monarquia: “Ou a reforma, Ou a revolução!”.

Ao longo da análise, constatamos que o “Povo”, ao qual se dirige, ganha uma identidade trans-histórica coletiva mais definida: o “Partido Liberal”. A crítica é direcionada aos contemporâneos ainda correligionários. Desde o *Manifesto do Centro*, no meio liberal moderado havia tornado praxe levantar as bandeiras das reformas como se elas fossem

⁶³⁸ CARVALHO, J. M. O Rei e a Representação da nação. In: CARVALHO, J.M.; DA SILVA, Isabel Correa; RAMOS, Rui (Coords). *A Monarquia Constitucional dos Braganças em Portugal e no Brasil (1822-1910): uma história de Portugal e do Brasil depois da independência brasileira*. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2018, p. 123-146.

⁶³⁹ MARINHO, Joaquim de Saldanha. *O Rei e o Partido Liberal*. (Fonte digital/ Digitalização de edição em papel Tipografia e Litografia Franco-Americana, 1869). [S. I.]: ebook Brasil, 1999-2006p. 10.

⁶⁴⁰ Ibidem.

⁶⁴¹ Ibidem, p. 7.

⁶⁴² Para nós, é o conceito de povo cidadão soberano que Saldanha Marinho operacionaliza quando trata da tópica revolucionária. Contudo, não se trata de cidadãos comuns. O “povo” em Saldanha Marinho atende pelo coletivo trans-histórico “Partido Liberal”. Sobre o conceito de “povo” no Brasil e nas demais regiões do mundo ibero-americano e ibero-europeu, ver: FERREIRA, Fátima de Sá e Melo. Entre viejos e nuevos sentidos: “Pueblo” y “pueblos” en el mundo iberoamericano entre 1850 y 1850. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández. (Dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la era de las revoluciones, 1750-1850*. Madrid: Fundación Carolina, 2009, p. 1117-1118. Ver também: PEREIRA, Luiza Rauter. Brasil: Pueblo. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández. (Dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la era de las revoluciones, 1750-1850*. Madrid: Fundación Carolina, 2009, p. 1151-1162.

⁶⁴³ MARINHO, op. cit., p. 4-5.

demandas do povo⁶⁴⁴. A obra de Saldanha Marinho emprega esse mesmo estratagema, porém no âmbito de um sensível movimento de afastamento da linha de ação política do círculo do Centro Liberal. Rumo a uma radicalização mais acentuada das críticas à Monarquia.

Ainda em *Ao Povo* é criado um quadro no qual demonstra o que acontece quando os interesses do “Povo” deixam de ser atendidos. Para Saldanha Marinho, na constituição e no regime imperial do Brasil dominou a prescrição. Os interesses do “Povo” foram esquecidos. A alegada situação de anormalidade e de desastre que abatia o país era decorrência desse esquecimento⁶⁴⁵.

O sentido da fala apresenta ao Brasil da época um chamado ao que o autor entende por “revolução na constituição e no governo dos povos”. Analisemos em quais termos é construído o trecho a seguir: “É, pois, indispensável que volvamos ao princípio. Harmonizemos a liberdade com a ordem, o direito com o fato. Nos meios ordinários que temos não há salvação possível com eles, não chegaremos a nenhum resultado benéfico perfeito e duradouro”⁶⁴⁶.

Consideramos esse trecho uma insinuação para a necessidade de uma revolução “na constituição e no governo dos povos” no Brasil. Subentende-se que para Saldanha Marinho o Império do Brasil precisava dessa revolução, diante do delatado quadro de “anormalidade” e de “desastre” em que se encontrava. Uma situação provocada sobretudo pelo esquecimento dos interesses do “povo” na lei constituinte que o regia⁶⁴⁷.

O político liberal maçom chama de “Partido Liberal” o defensor da Independência, ator no momento da separação de Portugal. Ele o responsabiliza pelo estado de coisas descrito, no qual o país se encontrava. Afirma que “o partido liberal da independência consentiu a prevalência da vontade dos que queriam um rei para poupar sacrifícios e chegar a seu fim com maior segurança”⁶⁴⁸. A intenção desse partido era a de evitar possíveis perturbações decorrentes da oposição portuguesa.

Ele julga o “Partido Liberal”, que observa existir e atuar no momento da Independência: “[...] a dolorosa experiência de 48 anos, o terá sobejamente convencido de que errou”. Convoca esse partido “a pôr termo à fase perdida [...] para começar a que lhe deve trazer [...] a liberdade a que lhe aspira”. À constituição de 1824 é apontada uma “origem

⁶⁴⁴ GOMES, op. cit., p. 42.

⁶⁴⁵ MARINHO, op. cit., p. 7.

⁶⁴⁶ Ibidem, p. 8

⁶⁴⁷ Ibidem.

⁶⁴⁸ Ibidem, Ibidem, p. 9.

irregular”, “suas imperfeições” e “violações que constantemente sofre”. Ela não podia convir ao Brasil. O autor é irônico: “Só com irrisão é ela já invocada”. Ele reafirma que o Partido Liberal estava trilhando um caminho errado: “decepção sobre decepção tem sido a sua vida”⁶⁴⁹.

Para um partido que se encontrava desde 16 de julho de 1868 despojado do poder, “quando a ditadura [...] não procuraram encobrir-se sob qualquer forma”, Saldanha Marinho lhe recomenda “máxima energia, guiada pelo verdadeiro patriotismo, e com refletido plano político”⁶⁵⁰.

O *Primeiro Panfleto* é homônimo do livro – *O Rei e o Partido Liberal* – e foi publicado em 30 de junho de 1869 no Rio de Janeiro, passados treze dias da Sessão de 17 de junho no Senado⁶⁵¹. Ele compõe-se de três capítulos enumerados em romano. Cada qual aborda, em sequência, os três momentos nos quais se divide a história do período monárquico no Brasil: A Independência e, por extensão, o Primeiro Reinado (capítulo *I*); as Regências (capítulo *II*); e o Segundo Reinado, até 1869 (capítulo *III*).

Dois aspectos notados estruturam transversalmente o eixo da retórica de Saldanha Marinho nessa parte: o fato de ele conceber a existência de um “Partido Liberal no momento da emancipação brasileira, que atuará como um ente quase trans-histórico no curso de 48 anos de existência do país, e o fato de tratar o movimento independentista como uma revolução em processo até 1840.

Para o público que conhecia os meandros da política nacional do Rio de Janeiro do ano de 1869, a estratégia de argumentação do autor estava em estreita conformidade com o cenário político da época. Nada mais plausível, num contexto em que os liberais escreveram “Ou a reforma, Ou a revolução”, no encerramento do *Manifesto do Centro*, do que trazer para o cerne do debate a imagem do Partido Liberal e o evocativo da “Revolução”, ambos lado a lado. Esse indicador corrobora para uma percepção: a possibilidade de Saldanha Marinho ter escrito a obra tendo como destinatários os membros do Centro Liberal, em particular Nabuco de Araújo⁶⁵².

⁶⁴⁹ Ibidem, p. 9.

⁶⁵⁰ Ibidem.

⁶⁵¹ A esse respeito ver: *Anais do Senado do Império do Brasil*: primeira sessão em 1869 da Décima Quarta Legislatura de 1 a 30 de junho, Rio Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1869, vol. II.

⁶⁵² Sabemos que Saldanha Marinho provavelmente leu o conteúdo dos discursos proferidos na Sessão de 17 de junho de 1869, no Senado imperial. Para o capítulo III do *Primeiro Panfleto* de *O Rei e o Partido Liberal*, ele transcreveu o trecho final do discurso do Senador baiano Nabuco de Araújo, proferido na sessão mencionada. A fala do Senador recorreu aos anais da história francesa para descrever a reação popular contra o despotismo. Para

O *Segundo Panfleto*, o qual também é homônimo da obra – *O Rei e o Partido Liberal* – data de 15 de agosto de 1869 e encontra-se dividido em cinco capítulos enumerados em romano. Ele é uma flagrante constatação de época acerca da existência de um discurso da situação, que tachava os liberais de atuarem como “revolucionários”, antes ainda da conversão ao republicanismo de parcelas de seus quadros. Temos a reação do autor às críticas lhe endereçadas pelos adversários em decorrência da publicação do *Primeiro Panfleto*, passado um mês e meio. Essa situação é melhor constatável no capítulo III do *Segundo Panfleto*, em que o autor retorna a ironizar a Abdicação do primeiro Imperador⁶⁵³.

Vasculhando as entrelinhas desse *Segundo Panfleto*, vemos nele uma obra pré-republicana a confirmar nossa perspectiva. A indicação para uma saída revolucionária para resolver a crise política e institucional aberta em 1868 extrapolou o marco cronológico indicado no *Manifesto do Centro Liberal 31 de março de 1868*. O propósito de reformar sem a necessidade de revolucionar, inicialmente presente no programa do *Clube Radical*, também não pôs termo à decisão. A revolução continuou presente nos discursos de liberais em via de radicalização política, como é o caso de Saldanha Marinho.

Não falta alusões à história das revoluções francesas quando ele trata do assunto. A escolha dos fatos ligados a essa história serve como fonte de argumentos para a interpretação da história da jovem nação sul-americana emancipada. Por outro lado, incrementa e incorpora o discurso da revolução⁶⁵⁴. No projeto de reformas reivindicado pelos liberais, o povo brasileiro aparece identificado com o próprio Partido Liberal. É ele próprio a “nação inteira”, em outros termos, o agente promotor de uma revolução continuada desde os primórdios da Independência nacional.

No capítulo II do *Segundo Panfleto* há de modo mais incisivo a pretensão de inserir no universo narrativo, através do qual nos reconta a Independência nacional, o dado da revolução⁶⁵⁵. Três referências são empregadas para reconstituir essa história e sustentar o argumento de que a via revolucionária, para resolução dos impasses, foi abertamente tomada não só na Colônia como também no contexto mundial. Joaquim Manoel de Macedo, John

maiores detalhes ver: MARINHO, op. cit., p. 67. Ver também: *Anais do Senado do Império do Brasil: primeira sessão em 1869 da Décima Quarta Legislatura de 1 a 30 de junho*, Rio Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1869, vol. II, p. 229

⁶⁵³ Ibidem, p. 99.

⁶⁵⁴ Ibidem, pp. 35, 43, 119.

⁶⁵⁵ MARINHO, op. cit., p. 78.

Armitage e José de Alencar⁶⁵⁶ são os nomes citados. O capítulo III do *Segundo Panfleto* mantém a narrativa para os acontecimentos da Independência⁶⁵⁷.

No encaminhamento final do capítulo IV do *Segundo Panfleto*, o questionamento à tradição historiográfica oficial é sobrepesado. Ele acusa seus contestadores, não identificados, de terem recorrido a ela para enaltecerem a pessoa de D. Pedro I. Ao colocar em relevo a via revolucionária e popular para resolução de problemas em momentos de impasse, desde 1822, ao reescrever essa história como uma luta entre os anseios despótico da realeza brasileira e os representantes do povo – no caso os liberais –, ele questiona a legitimidade dos próprios letrados do IHGB. Em outros termos, ele adota questionar a legitimidade da história oficial como estratégia para intervir no conflito entre duas concepções de soberania, de modo a dar resposta à crise política realimentada em 1868⁶⁵⁸.

O último capítulo (V) do *Segundo Panfleto* indica o estado no qual se encontrava a vida política brasileira em 1869, na opinião de quem escreve. Alguns dos textos citados foram literalmente transcritos para o *Manifesto de 03 de Dezembro de 1870*. Podemos dizer que a parte “Consenso Unanime” desse documento político foi quase em sua totalidade literalmente transcrita de *O Rei e o Partido Liberal*⁶⁵⁹.

Considerações finais

Acreditamos que em 1869 estamos diante de um Saldanha Marinho, político liberal e líder maçom, no caminho da radicalização. De um liberal em distanciamento relativo dos liberais moderados. O indicativo está na constituição de *O Rei e o Partido Liberal*. Uma produção elaborada no calor dos eventos marcantes da dissidência do partido, enquanto decorrência da demissão do terceiro Gabinete de Zacarias de Góis (julho de 1868).

Em forma de panfletos anônimos, a obra apareceu ao público havia pouco mais de dois meses e meio do lançamento do *Manifesto do Centro de 31 de Março de 1869* e passados treze dias do discurso do Senador Nabuco de Araújo, na Sessão de 17 de junho daquele mesmo ano no Senado. Nela há um esforço de releitura da história desde os primórdios da Independência, com propósito claro e definido de inserção pontual no debate político.

⁶⁵⁶ Apenas *História do Brasil* (1836) de Jonh Armitage e *História do Brasil* (1861) de Joaquim Manuel de Macedo são citadas em nota de fim de página com precisão.

⁶⁵⁷ MARINHO, op. cit., pp. 91-109.

⁶⁵⁸ Ibidem, p. 109.

⁶⁵⁹ Ibidem, pp.111-119,120-121.

A retórica da revolução alicerça a história brasileira reinterpretada. A emancipação política é chamada de “revolução”. Uma “revolução” marcadamente continuada até 1840, num prolongamento temporal em que teve destaque a ação do seu principal agente: o “Partido Liberal”, observado em atuação desde 1822, em sua generosidade e também em seus “graves erros” de ação política. Um ator ora iludido pela astúcia do Rei e de seus aliados conservadores, ora permissivo à ilusão. Nos pontos mais altos do discurso, o “Partido Liberal”, ente quase trans-histórico e coletivo da nova narrativa, identifica-se com a própria nação, com o povo e com os interesses dos brasileiros. Há um momento em que o autor apresenta-se em conformidade com a norma lexical da época, no que diz respeito ao conceito de “Revolução” operacionalizado: “derrubar, mudar, modificar o governo”.

O dispositivo metódico empregado, uma espécie de “passo a passo”, transparece ao longo da construção da narratividade. Como meio de inserção no debate político, os fatos do passado brasileiro são interpretados face aos acontecimentos relacionados à crise político-institucional, em curso na década de 1860. Saldanha Marinho fala de acontecimentos do tempo passado à luz dos acontecimentos do tempo presente, se dedicando a captar o tempo futuro.

Interna ao método temos a estratégia de confrontar a versão da história brasileira criada pela historiografia oficial da época, produzida e reproduzida pelos homens alocados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Uma história cujo sentido denunciado apontava para a Independência política como uma concessão do Príncipe Regente, à revelia da ação popular.

Através da historiografia oficial, ele observou uma versão dos fatos do passado nacional em que a vontade da soberania popular teria sido anulada em benefício da vontade do Rei. Nesse sentido, é sintomática a aposta na Independência como uma “revolução” sob perspectiva continuada, ainda que interrompida em 1840. Trazer a revolução para o cenário político dentro da história nacional, é sinônimo de restituir ao “Povo” o protagonismo da ação na cena, de reabilitá-lo enquanto fonte da qual emana os poderes políticos da nação. Ele faz isso oportunamente identificando o “Povo” brasileiro, em seus desejos e aspirações, com o “Partido Liberal”. Ao mesmo tempo, convida este à ação.

Aventamos a possibilidade de Saldanha Marinho ter escrito a obra tendo por destinatários os liberais do *Centro*, em particular Nabuco de Araújo. Na sessão de 17 de junho de 1869 no Senado, foi de autoria do Senador baiano a seguinte afirmativa: “a revolução

depende da nação” (grifo nosso)⁶⁶⁰. Na provável perspectiva de incitar seus correligionários a agirem, coube a Saldanha Marinho apenas a tarefa de dizer, através de seus panfletos, que a nação era o Partido Liberal.

No que diz respeito ao campo narrativo, acreditamos que houve um esforço do autor em estabelecer uma luta de representatividade, cujo propósito era a desconstrução, não apenas do discurso histórico oficial, mas da própria legitimidade do poder do monarca brasileiro, em benefício da soberania popular.

Antes do aparecimento do *Manifesto de 03 de Dezembro*, a narrativa criada em *O Rei e o Partido Liberal*, para deslegitimar os fundamentos da historiografia do IHGB, põe em rota de colisão duas noções de soberania: a soberania do direito divino dos reis contra a soberania do povo. Esse conflito está velado quando trata do “Golpe da Maioridade”. Ele vislumbrou na data de 1840 o momento adequado para que os liberais da época, uma vez identificados com o povo, tivessem promovido uma revolução ideologicamente nos moldes da francesa e da índole americana⁶⁶¹. Teriam assim extirpado a possibilidade de um Segundo Reinado no Brasil. Era o “Povo” encarnado no “Partido Liberal” quem deveria ter assumido o governo.

Em várias passagens da obra, a retórica revolucionária desenvolvida recorre a repertórios da política francesa, especialmente a episódios de 1848, para sustentar o ponto de vista. Ele não hesitou de tirar da fala dos próprios conservadores menções a essas referências, na tática de driblar a acusação que seus adversários faziam aos liberais, lhes tachando de “sediciosos”, “anárquicos”, revolucionários”, “desordeiros”.

O Rei e o Partido Liberal é uma inspiração do tempo. Foi uma tentativa de leitura crítica e interessada do momento, da parte de um político liberal em radicalização que, em breve, se tornaria um líder de ação destacada no movimento republicano, inaugurado na Corte, a pouco mais de um ano. Por se situar no intervalo temporal contido entre o lançamento do *Manifesto do Centro de 31 de Março de 1869* e o *Manifesto Republicano de 03 de Dezembro de 1870*, a obra confirma a nossa assertiva quanto à opção reformista reivindicada por aqueles dois documentos políticos na imprensa. Da mesma forma procede quanto à opção por reformas sem necessidade de revolução, defendida no programa do *Clube Radical*.

⁶⁶⁰ *Anais do Senado do Império do Brasil*: primeira sessão em 1869 da Décima Quarta Legislatura de 1 a 30 de junho, Rio Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1869, vol. II, p. 226.

⁶⁶¹ MARINHO, op. cit., p. 35.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

O discurso ensejado na obra revela que a opção pela reforma, feita por liberais moderados, liberais radicais e, posteriormente, por republicanos, expressa nos seus respectivos programas publicados na imprensa, não esgotou e/ou anulou a possibilidade dos agentes da época de cogitarem o emprego de meios radicais para promoverem as reformas reivindicadas por parcelas insatisfeitas da sociedade política brasileira coeva, inclusive a substituição da Monarquia por um regime republicano. Assim procede o argumento ainda que a ação tenha se restringido, por ora, ao universo do discurso. Afinal, a opção pela via reformista também estava no discurso.

Nos parece que para Saldanha Marinho havia uma crescente certeza em relação às ideias defendidas pelo *Centro Liberal*, qual seja: a de que o caminho progressivo das reformas só seria possível sem a Monarquia.

Fontes primárias

Anais do Senado do Império do Brasil: primeira sessão em 1869 da Décima Quarta Legislatura de 1 a 30 de junho, Rio Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1869, vol. II.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: imprensa Nacional, 1898, v. 4.

MARINHO, Joaquim de Saldanha. *O Rei e o Partido Liberal*. (Fonte digital/ Digitalização de edição em papel Tipografia e Litografia Franco-Americana, 1869). [S. I.]: ebook Brasil, 1999-2006.

Referências bibliográficas

BARATA, Alexandre Mansur. *Os Maçons e o Movimento Republicano (1870-1910) – 3ª Parte*. O Ponto dentro do Círculo, 2017. Disponível em: [4 04America/Sao Paulo outubro 04America/Sao Paulo 2017](#). Acesso em: 24 jun. 2019.

CARVALHO, J. M. O Rei e a Representação da nação. In: CARVALHO, J.M.; DA SILVA, Isabel Correa; RAMOS, Rui (Coords). *A Monarquia Constitucional dos Braganças em Portugal e no Brasil (1822-1910): uma história de Portugal e do Brasil depois da independência brasileira*. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2018.

GOMES, Amanda Muzzi. *Fragilidade Monarquista: das dissidências políticas de fins do Império às reações nas primeiras décadas republicanas (1860-1900)*. 2012. 373f. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*; T. 2 (O Brasil Monárquico); v. 7 (Do Império à República). 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

LIMA, Heitor Ferreira. *Perfil Político de Silva Jardim*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1987.

PESSOA, Reynaldo Carneiro. O primeiro centenário do manifesto republicano de 1870. *Revista de História da USP*. São Paulo, v. 41, n. 84 (1970).

Imprensa e crise: a modificação do vocabulário do Partido Liberal e a desconstrução do Regime Imperial

Driely Neves Coutinho⁶⁶²

Resumo: Este trabalho busca demonstrar o repertório linguístico da ala radical do Partido Liberal nos fins da década de 1860 através da análise do periódico *Opinião Liberal*. Dessa forma, verificamos que os redatores elaboraram e difundiram conceitos que foram de encontro a política do Império. Assim, identificamos, por meio da análise das linguagens políticas, que mediante a utilização do jogo linguístico os propagandistas buscavam pôr fim ao Regime imperial.

Palavras-chave: Imprensa; Partido Liberal; radicalismo.

Abstract: This paper search demonstrate the radical group linguistic repertoire of Liberal Party in the late 1860s through the analysis of the journal *Opinião Liberal*. Therefore, we verified that the writers elaborated and spread concepts that were against the politics of the Empire. Thus, we identified, through the analysis of political languages, that through the use of the linguistic game the propagandists sought to end the imperial Regime.

Keywords: Press; Liberal Party; radicalism.

Durante o Segundo Reinado brasileiro, a política do Império fora organizada por meio de dois partidos políticos. O Partido Liberal, consolidado através da maioria de D. Pedro II, foi o primeiro a comandar um ministério neste período. Já o Partido Conservador, derrotado no início do reinado de D. Pedro, comandou o Parlamento do Império na maioria dos anos. Sendo assim, em quase meio século de Segundo Reinado, a disputa destes partidos foram atenuantes.⁶⁶³

Deste modo, a primeira década do Segundo Reinado foi marcada pelo acirramento dos partidos políticos e a construção identitária dos seus atuantes. A política em vigor nos anos de

⁶⁶² Graduação em História pela Faculdade Saberes. E-mail: drielynevescoutinho@gmail.com

⁶⁶³ CARVALHO, 2008.

1850 apaziguou questões do período regencial que ainda se conflagrava nos anos 40, mas, deu margem para que nos anos 60 reascendesse o liberalismo e divisões em seu seio ainda mais extremadas. A conjuntura não só redefiniria a prática das agremiações como também o lugar de seus integrantes. O Partido Liberal, renovado, ascendera ao poder nos anos sessenta. No entanto, as novas pautas não correspondiam mais aos interesses dos liberais históricos, provocando, dissensões no seio do próprio partido.⁶⁶⁴

No fim da década de 1860 o quadro da situação da elite no Império foi transformada significativamente. Considerando que mudanças políticas, são também mudanças linguísticas⁶⁶⁵, é necessário destacar, que o momento aqui exposto, abre caminho para uma nova cultura política instalada no Império. Neste cenário em diante, a estabilidade monárquica deixa de ser realidade. Portanto, dá-se a relevância em compreender o discurso emitido no interior do Partido Liberal, identificando que seja a radicalização do debate e a imobilidade da elite atuante, um dos fatores para a instabilidade ministerial.

Acerca da temática, Oliveira Vianna expõe que o movimento em favor a descentralização e federação, surge quando os liberais são retirados do poder, promovendo uma insatisfação com o ostracismo que de tempos em tempos os retirava do poder.⁶⁶⁶ Para Vioti da Costa, o poder político, imbuído de moderação, resultante da opinião de poucos para a manutenção da ordem, mudaria neste momento, motivado pelo desenvolvimento econômico e o surgimento de novos grupos dentro da elite favoráveis a reformas⁶⁶⁷. Já Sérgio Buarque de Holanda, identifica que as queixas dos liberais em relação a parcialidade do Imperador, que beneficiava os conservadores, começaram a se avolumar na década de sessenta, as queixas giravam em torno do embargo ao progresso em detrimento aos liberais imaculados.⁶⁶⁸

Na perspectiva de José Murilo de Carvalho, a mudança que ocorreu no seio do partido liberal, desde meados dos anos sessenta, possibilitou a radicalização do debate político⁶⁶⁹. Para o autor, o problema teria origem na conciliação, quando o sistema partidário entrou em redefinição, e o resultado teria sido: conservadores dissidentes e liberais moderados de um lado (liga progressista), do outro, liberais históricos, e a eliminação de velhos conservadores.

⁶⁶⁴ COUTINHO, 2019.

⁶⁶⁵ BAKER, 2006. p.89-110

⁶⁶⁶ VIANNA, 2006.

⁶⁶⁷ VIOTTI DA COSTA, 1999.

⁶⁶⁸ BUARQUE DE HOLANDA, 2004.

⁶⁶⁹ CARVALHO, 2008.

O retorno desses últimos promoveu consequências graves, denominando Carvalho de “o segundo regresso”.

O cientista político expõe, que um dos principais fatores para a transformação da linguagem liberal, tendendo a radicalização, se encontra nos atuantes do movimento, pois, havia uma diferença geracional. Esses fatores deram margem para que o debate ultrapassasse as fronteiras entre liberais e conservadores.⁶⁷⁰

Maria Tereza Chaves de Mello argumenta, que na década de 1860 já eram visíveis os sinais do esgotamento do sistema montado pela direção saquarema. Um novo grupo ascendente no final dos anos sessenta para os setenta, pleiteou uma nova agenda política, cujo o maior objetivo seria a necessidade por reformas. A pauta dessa nova elite girava em torno das questões: “servil, militar, eleitorais, religiosa”. Clamando assim, por “ampliação da cidadania, a secularização do Estado, a descentralização e a liberdade do trabalho, como instrumentos de modernização do país”. Portanto, o Império vislumbrou uma “progressiva desafeição do regime”.⁶⁷¹

Angela Alonso aponta ser necessário, para compreender o processo vivenciado naquele momento, identificar a “experiência social compartilhada por seus membros”, e que, o movimento político que ocorrera nos anos 1870 (onde aqui identificamos que começara nos fins da década anterior), se inclinara ao reformismo. Resultando, para a autora, três noções básicas que nortearam aquela conjuntura: oportunidades políticas, comunidade de experiência e repertório. Logo, grupos alijados pela política imperial, imbuíram-se de conceitos que condicionaram expressar publicamente seus projetos, se transformando em formas coletivas de contestação à ordem. Esses grupos, na perspectiva de Alonso, formados por uma elite marginalizada, criticaram as instituições monárquicas, a estrutura do governo e a escravidão.⁶⁷²

Ademais, é valoroso destacar que essa modificação não ocorrera de maneira uniforme em todas as partes do Império. Karuliny Siqueira expõe, que no caso da Província do Espírito Santo a crítica ao Regime só ocorre na década de 1880, uma vez que os partidos políticos, nos anos sessenta, estavam começando sua trajetória.⁶⁷³

⁶⁷⁰ CARVALHO, 2007.

⁶⁷¹ MELLO, 2007.

⁶⁷² ALONSO, 2000.

⁶⁷³ SIQUEIRA, 2013.

A Opinião Liberal: o vocabulário da crise

Como destacado, as insatisfações com o domínio da Liga Progressista no poder ministerial inseriam-se dentro do próprio Partido Liberal. Logo, indivíduos, de ambos os partidos políticos, distante dos holofotes, queixavam-se da ascensão da Liga. Referente a isso, ressaltamos o exemplo de José de Alencar, que publicara, no ano de 1863, um texto denominado “*Os partidos*”, onde expunha a indignação diante os progressistas. Para o político e periodista, ambos os lados não se contentavam com o estado de sua contemporaneidade.

A proposta de Alencar, se consistia em demonstrar que apenas no bipartidarismo histórico, “*estão ligados a história da pátria*”, e que estes, deveriam se unir para a “*exterminação da liga e a regeneração do sistema representativo*”. A justificativa, se encontrava na frase: “*sem o partido liberal o governo é um automato, sem o partido conservador, é um precipício*”. O que não imaginava Alencar, é que depois dessa longa trajetória de exclusão de determinados indivíduos, o sistema partidário do Império não voltaria mais a ser o mesmo.⁶⁷⁴

Diante disso, a análise consiste em verificar a radicalização da linguagem do Partido Liberal, bem como, a participação deste fator para o declínio do Regime. Logo, o jornal *Opinião Liberal* nos concede os conceitos que corroboram para a identificação da transformação da cultura política naquele momento.

O periódico referido foi publicado dos anos 1866-1870, circulando pelo menos uma vez por semana. Subscrevia-se na livraria dos Srs. Francisco Luiz Pinto & Comp, na rua do Ouvidor, e na tipografia de C.A de Mello. As assinaturas custavam na corte 6\$000rs e 8\$000rs nas províncias. A redação criticou os principais temas que iam de encontro a ordem imperial. Linguagem que possibilitou a criação do Partido Republicano. Indivíduos pertencentes a esse grupo, não encontravam mais na Monarquia a solução para os problemas.

José Murilo de Carvalho expõe, que o nascimento do periódico representava uma ruptura de ideais e de gerações. O periódico foi fundado por três advogados novos, sendo estes, Henrique Limpo de Abreu, Francisco Rangel Pestana e José Luís Monteiro de Sousa. No ano de 1867, retira-se do jornal Limpo de Abreu e Rangel Pestana, sendo dirigido por José Leandro de Godói e Vasconcelos.⁶⁷⁵

⁶⁷⁴ ALENCAR, 1866.

⁶⁷⁵ CARVALHO, 2007. O autor também aponta que a data de fundação do periódico foi 21 de abril de 1866, dia da morte de Tiradentes, o símbolo do republicanismo.

A linguagem veiculada na redação emite o que, costumeiramente, foi encontrada nas outras folhas liberais: a trajetória de exclusão do partido. Ao sublinhar diariamente a cisão que havia entre progressistas e históricos, o jornal nos traz questionamentos. O que teria ocorrido para que a ascensão dos liberais não fosse interessante para todos partidários naquela conjuntura? Por que os históricos visavam embargar a liga tanto quanto conservadores? O que podemos asseverar, é que o resultado da imobilidade da estrutura política do Império não conseguiu impedir as insatisfações de uma nova elite que surgia ao seu redor.

José Murilo de Carvalho elucidava que os jovens que redigiram o jornal “ostentavam a formação jurídica clássica da elite política da época”. No entanto, não exerciam funções públicas, não vislumbraram o drama da Regência e nem se preocupavam com a unidade do país. “Eram mais livres para criticar o governo e a própria estrutura social”.⁶⁷⁶ Pertenciam a uma nova geração.

Portanto, nos primeiros momentos de vida da folha é possível notar conceitos essenciais para a compreensão da linguagem política que se alastrava no Império:

O **progresso** é a lei fundamental da humanidade, e o Brasil há de progredir firmando as suas instituições políticas nas bases largas e sólidas da **democracia**, apesar da maléfica influência do homem, cujo nome a história registrará um dia, como o do protagonista em todas as cenas de degradação moral do país[...]

Elevar o **nível moral da sociedade** é o único meio eficaz de sustentar as instituições livres. Só a **opinião pública esclarecida** pode servir de base ao governo das nações livres[...]
[...]

A **instrução popular** é a divisa do século, é a palavra santa da democracia, que a nação gravou em sua pedra fundamental.⁶⁷⁷

Palavras como *progresso, moral, esclarecimento, instrução popular e democracia* denotam a existência de um novo vocabulário presente no discurso liberal. Esses conceitos serviram de contraponto a política existente no Império. Seus propagadores diziam manter seus olhares para “o futuro da nação, já que o presente está perdido”.⁶⁷⁸ Conforme Alonso, essa nova linguagem que permeava os propagandistas da Corte, demonstra uma forma de “intervenção política”, objetivando alterar o cenário vigente, uma vez que esses intelectuais tomavam em seus discursos suas experiências: a exclusão.⁶⁷⁹

Os periodistas jamais deixaram de publicar as pautas do Partido Liberal que defendiam, diziam lutar por:

⁶⁷⁶ CARVALHO, 2007

⁶⁷⁷ *Opinião Liberal* 06/08/1866, nº16

⁶⁷⁸ *Opinião Liberal* 18/08/1866, nº18

⁶⁷⁹ ALONSO, 2002.

Sufrágio direto e generalizado;
Ensino livre, quer em relação a escola, quer ao professorado;
Abolição da Guarda Nacional;
Temporiedade do Senado;
Polícia eletiva;
Franquezas provinciais sobre a base desenvolvida do princípio eletivo;
Substituição do trabalho servil pelo trabalho livre;
Emancipação da lavoura por meio de instituições de crédito acomodadas as condições especiais de sua existência.⁶⁸⁰

Diante do programa, verifica-se que, pela primeira vez, a questão servil passa a ser pauta concreta em um grupo. Outros temas sempre presentes na linguagem dos liberais são evidenciados, como: a descentralização e o fim do Senado vitalício.

A *Opinião Liberal* carregava em suas folhas palavras que emitiam a finalidade linguística de seus escritores. Logo, verifica-se dois conceitos que corroboram para a modificação do contexto político imperial: *o reformismo e o imperialismo*. Ambos deram margem para a desconfiguração do Regime.

O imperialismo, termo que levará a redação a questionar o próprio Imperador, representava o “efeito da vontade absoluta”⁶⁸¹ onde, disfarçava “as asperezas do antigo regime através das ilusões de uma ótica representativa”⁶⁸². Logo, o ímpeto da crítica se concretizava na figura real, conseqüentemente, questionando o Poder Moderador. A diferença crucial desta oposição, se encontrava na radicalização do debate. Se antes, a figura de Pedro II era imaculada nos debates políticos, a partir deste período, para esses propagadores, será recorrente as críticas ao Imperador.

Questões tendentes ao reformismo darão início a uma trajetória liberal por reformas, que se estenderam até o fim Império.⁶⁸³ Os jornalistas diziam querer uma “revolução pacífica pelas reformas”⁶⁸⁴, assumiam que buscavam mudanças radicais. Essas, se verificavam no programa, que já foi citado, publicado no periódico.

Diante do exposto, compreendemos que o jornal estava imbuído de novos conceitos que tocavam os alicerces do Império de forma crítica e contestadora. Logo, com a queda de

⁶⁸⁰ *Opinião Liberal* 19/07/1867, nº02. Mais tarde, foi-se incluído no programa a descentralização, a extinção do Poder Moderador, a eleição dos Presidentes de Província eleitos por ela, separação da judicatura da polícia e a magistratura independente. *Opinião Liberal* 25/07/1868, nº73.

⁶⁸¹ *Opinião Liberal* 23/07/1867, nº03

⁶⁸² *Idem*.

⁶⁸³ Verificar: RIBEIRO, Filipe Nicoletti. *Império das incertezas: políticas e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1868-1889)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, 2015.

⁶⁸⁴ *Opinião Liberal* 21/11/1867, nº32

Zacarias no ministério, e o retorno de antigos conservadores, efervesceu ainda mais os ânimos.

Conforme salienta Sérgio Ferraz, a inversão partidária haveria ocorrido pela decisão de Pedro em alinhar o comando político do Império com a liderança militar que representava o Brasil no conflito com o Paraguai. Para o autor, esse episódio influenciou a reorganização partidária que se estruturou a partir da década de 70.⁶⁸⁵ Quando verificamos a linguagem do periódico analisado, a mudança fica explícita.

A redação não demorou em findar seu caráter radical com o evento ocorrido. Assim que caiu Zacarias e os liberais progressistas, ressaltou sua desafeição evolutiva para com o Regime. Embora os cinco anos do Partido Progressista no poder, apenas estiveram seus indivíduos arrastando uma “*vida de sórdido gozo das posições oficiais*”, e que não consolidaram “*nem uma só reforma, nem ao menos uma só prática real*”⁶⁸⁶, não comemoraram o ocorrido. E a figura do Imperador ganhou severas críticas.

Em edições anteriores diziam ser indiferentes a subida dos conservadores. No entanto, esses periodistas mudam o alvo quando se modifica o ministério no poder. Rapidamente, relataram a decisão do Imperador: “*É que o ódio do Sr. D. Pedro II contra os liberais é ódio profundo, implacável.*” O imperante estava, na perspectiva desses liberais, interrompendo, “*mais uma vez, a marcha do sistema representativo*”. Ressaltavam que “*a Monarquia e o Partido Liberal estão em perpétua luta no Brasil, a monarquia pretende sacrificar a liberdade*”, de agora em diante, ambos “*são incompatíveis*”.⁶⁸⁷ Diante do vocabulário exposto, podemos identificar que a Monarquia não se encontrava mais como prioridade. A linguagem se inclinara ao republicanismo.

Pouco tempo após a queda do gabinete Zacarias, os liberais se redefiniram na corte.⁶⁸⁸ O impresso aqui analisado publicou a primeira reunião do Clube dos Radicais. O programa

⁶⁸⁵ FERRAZ, 2012. Acerca da queda do Gabinete de Zacarias, verificar também: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico*. Do Império à República. Rio de Janeiro: Betran, 2004; VIANNA, Oliveira. *O Ocaso do Império*. 3ªed. Rio de Janeiro: ABL, 2006; CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e Republicanismo. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria B. P. das (orgs). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.19-148. RIBEIRO, Filipe Nicoletti. *Império das incertezas: políticas e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1868-1889)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, 2015. Em síntese, com o fim do Partido Progressista, junto à queda do ministério, a ação do Imperador deu margem a um debate que abriu de vez a linguagem republicana.

⁶⁸⁶ *Opinião Liberal* 18/07/1868, nº72

⁶⁸⁷ *Idem*.

⁶⁸⁸ José Murilo de Carvalho traça em seu trabalho a redefinição partidária que houvera naquele momento. Ressalta que após a subida dos conservadores, no mesmo mês, Nabuco de Araújo convocou os seus para discutir a nova situação em sua casa. Estando os ânimos ainda efervescidos por conta do recente acontecimento, não

deste clube, fora o mesmo do periódico.⁶⁸⁹ Emergindo o radicalismo, a figura de D. Pedro foi se tornando cada vez mais desacreditada para esses personagens. O acusavam de *ditador*⁶⁹⁰, pois exercia poderes ilimitados. Outros conceitos também foram encontrados, explicitando ainda mais a transformação da cultura política do Segundo Reinado. Contestando a um sistema inclinado ao “*cesarismo*”⁶⁹¹, expõem:

A esse sistema que não é, não pode ser o governo do povo pelo povo, que é um **sistema napoleônico, absoluto** de fato e fictício de direito; a esse absurdo, ridiculamente metafísico, chamamos nós outros os exaltados, o democrático, ou o que quiserdes, chamamos nós **cesarismo** ou **imperialismo**, centro ativo dos males que devoram o país.⁶⁹²

Termos como *sistema napoleônico, absoluto, cesarismo e imperialismo*, tocavam nos principais conceitos que iam de encontro ao sistema representativo. Indicando a desafeição pelo sistema monarquista, promove, mais uma vez, a participação da família imperial para o desmantelamento da moral e do progresso do país.

Fizeram jus ao nome radical quando vociferaram as mazelas que vivia a contemporaneidade. Frisavam o quanto a corrupção propagava fome ao povo, mas, professavam: “*É nesse momento que as revoluções mostram aos reis que a sua irresponsabilidade legal não é tão legal como se pensa*”⁶⁹³. Verificamos claramente que esses indivíduos não estavam dispostos a conservar a ordem, nem sequer a Monarquia.⁶⁹⁴

A linguagem ultrapassava os limites entre conservadores, liberais, progressistas ou conciliadores. A crítica estava à disposição do próprio Monarca, do próprio regime. Relembrar o advento da maioria, era relembrar o próprio descaso do Imperante para com

resulta em nada. Três meses depois, nove senadores se reuniram e fundaram o Centro Liberal, formado por antigos históricos e progressistas. Esses previam uma postura descentralizada e democrática. Carvalho também indica, que no ano seguinte, Tavares Bastos reuniu 27 históricos e progressistas e fundaram o clube da Reforma. No entanto, haviam indivíduos que já se posicionavam politicamente, que não aderiram nenhuma dos clubes, tomando caminho próprio. Os radicais, jovens, expressavam uma ruptura de ideias e gerações. Dentro desse grupo, alguns indivíduos publicavam no jornal *Opinião Liberal*, desde 21 de abril de 1866 data que homenageara Tiradentes, símbolo o republicanismo. Fundaram assim, o Clube Radical, simultaneamente a criação do Centro, adotando o programa radical da *Opinião Liberal*. CARVALHO, 2007.

⁶⁸⁹ *Opinião Liberal* 11/07/1868, nº71

⁶⁹⁰ *Opinião Liberal* 25/07/1868, nº73

⁶⁹¹ *Opinião Liberal* 19/09/1868, nº81

⁶⁹² *Idem*.

⁶⁹³ *Opinião Liberal* 01/10/1868

⁶⁹⁴ No número 27, em 09 de abril de 1869, explicitaram ainda mais: “[...] *um dia, o trono abalado em seus fundamentos, há de ruir por terra, e então aquele que aí se acha sentado, há de ouvir o rugido da liberdade, e seus lábios hão de abrir-se para falar ao povo, e implorar a sua clemência.*” *Opinião Liberal* 27/04/1869, nº27.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

os liberais⁶⁹⁵. Imbuídos de um vocabulário de contestação aos privilégios, a escravidão, ao Poder Moderador, expunha não estar longe, o dia em que um novo governo chegará e “quebrará os grilhões, e destruirá as bastilhas”⁶⁹⁶.

Absorvendo ideais que colocavam o liberalismo em paralelo com as liberdades individuais, esboçavam a disparidade desta lógica, com o Império:

Queremos o desenvolvimento e a plenitude da força individual, a emancipação da tutela pública, o fim da servidão legal.

Queremos o triunfo completo das revoluções, preparadas pelas ideias e realizadas pela razão.

Queremos para este mundo, que é novo, uma política que lhe seja própria.⁶⁹⁷

Na linguagem desses radicais, a união da igreja e do Estado havia ocupado o *monopólio da educação*⁶⁹⁸. Compreendiam que esta seria “a política na idade média, como se estivesse no poder do homem, encarcerar o pensamento em um círculo, que ele não pudesse transpor”⁶⁹⁹. Neste momento, ao defender a liberdade de ensino, atacava um grande pilar da Monarquia: a Igreja Católica.

Nos dias que correm o ano de 1870, o clamor à República transcende expressivamente dentro do periódico. A democracia, tão sonhada na linguagem liberal, equivale-se ao republicanismo.⁷⁰⁰ Concluíam em suas páginas, que enquanto houvesse Monarquia, os povos não adquiririam a verdadeira paz. Logo, seria “indispensável estabelecer o governo republicano em todos os países da terra”, pois, “o futuro pertence a democracia”.⁷⁰¹

O termo liberdade, aparece em direção oposta aos princípios monarquistas. Propagavam que: “A liberdade dos povos é incompatível com o monopólio régio. A liberdade dos reis, é a tirania para os povos.”⁷⁰² Colocava-se em lados opostos o governo popular e a Monarquia, exibindo mais um conceito que descaracterizava o Regime: a tirania. E é nestes termos que se consolida o conceito de República para aquele momento: a contrariedade de todo um sistema que fora imbuído de vocábulos deturpados, em troca de uma salvação.

⁶⁹⁵ “Ah! nunca maior e mais instantânea desilusão padeceu um povo [...] Apenas havia o Sr. Pedro II governado um ano, eram as leis liberais substituídas por outras, que até hoje nos prendem e tiranizam[...].” *Opinião Liberal* 16/07/1869, nº55

⁶⁹⁶ *Opinião Liberal* 02/06/1869, nº51. Referência clara a queda do Antigo Regime na França.

⁶⁹⁷ *Opinião Liberal* 13/04/1869, nº28

⁶⁹⁸ *Opinião Liberal* 04/01/1869, nº 01

⁶⁹⁹ *Idem*.

⁷⁰⁰ Verificar: CARVALHO, José Murilo de. República, democracia, federalismo: Brasil, 1870-1891. *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 27, nº45, p.141-157, jan-jun 2011.

⁷⁰¹ *Opinião Liberal* 14/09/1870, nº34

⁷⁰² *Opinião Liberal* 04/06/1870, nº21

A linguagem que corria em defesa a emancipação do elemento servil se tornava cada vez mais evidente. Consequentemente, evidenciavam a incongruência entre a abolição, e o Império. Demonstravam que: “*A abolição do Rei, e as emancipações dos oprimidos, foram sempre obra exclusiva do povo[...]*”. A revogação da escravidão só ocorreria por meio do empenho da “*iniciativa individual dos verdadeiros liberais*”, pois, compreendiam que “*a escravidão é o pedestal da tirania, e, enquanto a não extinguir, debalde aspiraremos a democracia*”.⁷⁰³

Neste sentido, sublinhavam que o projeto emancipacionista, promovido pelo corpo legislativo do Império, se inclinara ao “*espírito da procrastinação*”, “*o desejo de perpetuar o processo da emancipação*”.⁷⁰⁴ A única forma de concluir essa pauta, seria em “*estabelecer o governo republicano*”, a exclusiva forma em consolidar a democracia.⁷⁰⁵ Diante do exposto, percebemos que palavras como “*abolição*”, “*liberdade*” e “*democracia*”, estavam ligados intimamente ao termo “*república*”.

Como já salientado, a linguagem dos periodistas da Opinião Liberal imbuía-se de um radicalismo que ia de encontro ao vocabulário pertencente a elite da Corte até aquele momento. Isso justifica-se, conforme Alonso, por obterem diferença geracional dos dominantes da época, e pela experiência compartilhada de exclusão⁷⁰⁶. Logo, esses indivíduos constituíam-se em uma “*mocidade*”. Se identificando com o termo exposto, comumente sublinhavam suas pretensões.

Essa juventude que redigia o periódico analisado, dizia querer iluminar a inteligência, tão impedida pelo regime bragantino⁷⁰⁷. Como estudantes, eram entusiastas do nome “*liberdade*”, no entanto, em suas palavras, soletravam ainda o termo “*república*”⁷⁰⁸. Todavia, na medida em que contestavam a imobilidade que “*há 25 anos tem disputado o poder no Brasil*”⁷⁰⁹, observavam a realidade que predominava os países vizinhos, e criavam uma alternativa ao Regime:

[...] a Monarquia, única da América, não se poderá sustentar por muito tempo inferior as repúblicas ordeiras que a cercam, nas liberdades

⁷⁰³ *Opinião Liberal* 15/02/1870, nº02

⁷⁰⁴ *Opinião Liberal* 14/09/1870, nº34

⁷⁰⁵ *Idem*.

⁷⁰⁶ ALONSO, 2002.

⁷⁰⁷ *Opinião Liberal* 02/06/1869, nº51

⁷⁰⁸ *Opinião Liberal* 13/12/1869, nº76

⁷⁰⁹ *Opinião Liberal* 02/06/1899, nº51

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

individuais, municipais e provinciais. E somente superior a essas turbulentas repúblicas, na corrupção do regime representativo, e na caudilhagem[...] ⁷¹⁰

Diante do exposto, verificamos qual seria o destino do periódico. No dia 17 de novembro de 1870, os redatores expuseram que: “Anuindo aos desejos de uma comissão do Clube Republicano”, que era composto por Flávio Farnesé e Lafayette Rodrigues ⁷¹¹, transferiram-se para um novo órgão democrático. ⁷¹² Logo, ao analisarmos os signatários do Manifesto do Partido Republicano, percebemos que, além dos dois evidenciados acima, outros dois também assinaram o documento: Francisco Rangel Pestana, e Henrique Limpo de Abreu, ⁷¹³ ambos foram fundadores da *Opinião Liberal*.

Quadro 1

Perfil dos signatários do Manifesto e redatores de jornais. ⁷¹⁴

Signatário	Data de Nascimento	Local de Nascimento	Ocupação	Formação
Flávio Farnesé	1835	Serro/MG	Jornalista e advogado	Bacharel em Direito (Academia de São Paulo)
Francisco Rangel Pestana	26/11/1839	Iguaçu/RJ	Jornalista	Bacharel em Direito (Academia de São Paulo)
Henrique Limpo de Abreu	28/04/1839	Rio de Janeiro/RJ		

⁷¹⁰ *Opinião Liberal* 01/10/1870, nº36

⁷¹¹ Antigos redatores da *Actualidade*, periódico analisado na Monografia: COUTINHO, Driely N. Linguagens de liberalismo: os diferentes vocabulários do Partido Liberal no Brasil Império. Monografia (Graduação em História). Faculdade Saberes, 2019.

⁷¹² *Opinião Liberal* 17/11/1870, nº41

⁷¹³ *Manifesto Republicano*, 1870.

⁷¹⁴ A elaboração deste quadro surge através da análise do periódico a *Opinião Liberal* e do *A Actualidade*, desenvolvido em trabalho anterior. COUTINHO, 2019.

Lafayette Rodrigues Pereira	28/03/1834	Queluz/MG	Jornalista, advogado e jurista	Bacharel em Direito (Academia de São Paulo)
-----------------------------	------------	-----------	--------------------------------	---

Manifesto Republicano de 1870.

O quadro acima demonstra o perfil de quatro signatários do Manifesto do Partido Republicano. Redatores de dois grandes jornais que circularam na década de 1860, percebemos que todos eles nasceram na década de 1830, demonstrando pertencerem a uma mesma geração. A maioria⁷¹⁵ desfrutava da formação jurídica, no entanto, de forma distinta dos precursores do Partido Liberal que eram treinados em Coimbra⁷¹⁶, estes se formaram na Academia de São Paulo. Neste sentido, obtinham bases muito parecidas e em harmonia para criticar o Império.

Percebemos que o programa do *Manifesto do Partido Republicano* proposto pela nova agremiação, e conforme a elucidação de José Murilo de Carvalho, exhibe um retrocesso e esfriamento das reformas propagadas pelos radicais. Com ênfase no tema emancipacionista, quase todas as propostas de garantias dos direitos civis foram postas em segundo plano em favor da agenda republicana.⁷¹⁷

Desse momento em diante, inaugura-se no Império um movimento republicano, que fora marcado por uma pluralidade de ideais. De acordo com Lilia Schwarcz, na década de 1870 difundia-se teorias como “o evolucionismo social”, “o positivismo”, o “naturalismo”, e o “social-darwinismo”, que serviram como horizonte de referência para o debate de uma nova cultura, em oposição a ordem vigente.⁷¹⁸ Logo, podemos salientar, que a linguagem do Partido Liberal também modificaria-se no momento, conjugado aos dez anos e exclusão da frente ministerial. No entanto, se constitui em análise para outro trabalho.

Considerações finais

Este trabalho buscou identificar os principais conceitos que permeava o vocabulário político dos liberais radicais nos anos finais da década de 1860. Deste modo, verificamos o

⁷¹⁵ Não foi possível encontrar todas as informações de Henrique Limpo de Abreu.

⁷¹⁶ CARVALHO, 2011.

⁷¹⁷ CARVALHO, 2011.

⁷¹⁸ SCHWARCZ, 1993.

surgimento da retórica que objetivou extinguir o sistema político da época. A República aparecia, para esses indivíduos, como uma luz que cessaria os males vigente.

Verificamos assim, que a mudança da linguagem política imperial ocorreu no interior de um alicerce do próprio Regime. Um discurso que anteriormente se fundamentava entre conservadores e liberais, em certo momento, abriu brecha para que alguns personagens emitissem um novo vocabulário, que permitiu não apenas contestar seus adversários políticos, mas, o próprio Monarca.

O fim dessa trajetória acontece em 1889, com a consolidação do Governo republicano.

Fontes

ALENCAR, José de. Os partidos. (página da Actualidade). Rio de Janeiro: Typ. Quirino & Irmão, 1866.

Manifesto Republicano de 1870.

Opinião Liberal

Referências bibliográficas:

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

_____, Ângela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração de 1870. *Revista Brasileira de Ciências sociais*. Vol.15. São Paulo, 2000.

BAKER, Keith Michael. “El concepto de cultura politica en la historiografía reciente sobre la Revolución francesa”. *Ayer*, nº62, 2006. p.89-110

CARVALHO, José M. *A construção da ordem/ Teatro das sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____, José M. Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século dezenove. Oxford: *Working Paper*, Centre For Brazilian Studies, Oxford, 2007.

_____, José M. República, democracia, federalismo: Brasil, 1870-1891. *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 27, nº45, p.141-157, jan-jun 2011.

COUTINHO, Driely N. *Linguagens de liberalismo: os diferentes vocabulários do Partido Liberal no Brasil Império*. Monografia (Graduação em História). Faculdade Saberes, 2019.

FERRAZ, Sérgio Eduardo. *O Império revisitado: Instabilidade ministerial, Câmara do Deputados e Poder Moderador (1840-1889)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, 2012.

HOLANDA, Sérgio B. de. *História Geral da Civilização Brasileira – Brasil Monárquico - Tomo II Vol. 5 - Do Império À República*. São Paulo: Difel, 1972.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV: EDUR, 2007.

SCHWARCZ, Lília Mortiz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIQUEIRA, Karulliny S. *Imprensa e partidos políticos na província do Espírito Santo 1860-1880*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2013.

VIANA, Oliveira. *O Ocaso do Império*. 3ªed. Rio de Janeiro: ABL, 2006.

VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 2ª Ed. São Paulo: UNESP, 1999.

Os pleitos eleitorais na primeira década do Império: Minas Gerais (1824-1828)

Érica da Cruz Rosa⁷¹⁹

Resumo: A presente comunicação tem como objetivo discutir as eleições na primeira década do Império, mais especificamente na província de Minas Gerais, após a implantação de uma monarquia constitucional. Tradicionalmente a historiografia abordou as eleições a partir do caráter de falseamento dos pleitos eleitorais, não dando a devida atenção a tal tema. Em diálogo com os novos estudos, buscamos compreender como os atores envolvidos se apropriavam das práticas eleitorais nesse primeiro momento de experiência eleitoral. Para isso, utilizamos as atas eleitorais e a imprensa da época para um levantamento de dados iniciais acerca dessas eleições.

Palavras-chave: eleições; Minas Gerais; constitucionalismo.

Abstract: This paper aims to discuss how the first decade of the Empire, more specifically in the province of Minas Gerais, after the establishment of a constitutional monarchy. Historiography has traditionally dealt with negotiations based on the falsification of electoral elections, not giving due attention to the issue. In dialogue with the new studies, we seek to understand how the actors involved appropriated electoral practices in this first moment of electoral experience. For this, we used the electoral minutes and the press of the time to gather initial data about these elections.

Keys-word: elections; Minas Gerais; constitutionalism.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar algumas considerações iniciais de parte da pesquisa que tem sido desenvolvida no âmbito do mestrado ao longo desse primeiro ano de pesquisa.

⁷¹⁹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFJF. Bolsista Capes. E-mail: rosacruz.ERICA@gmail.com

No presente trabalho nos dedicaremos a pensar sobre as eleições para os conselheiros gerais, ocorridas em 1824 e 1828, na província de Minas Gerais, nesse primeiro momento de experiência constitucional nos anos iniciais do Império, quando Pedro I esteve a frente de uma monarquia constitucional, e a sua figura de imperador conviveu com a instalação de uma câmara bicameral, constituída de deputados e senadores eleitos, sendo, no entanto, os últimos de mandato vitalício.

Ao abordamos o tema das eleições no século XIX, buscamos dialogar com as novas perspectivas historiográficas que têm chamado a atenção para a importância de se compreender como funcionaram essas primeiras eleições e como os atores envolvidos se apropriaram delas, algo distinto das perspectivas mais tradicionais centradas em interpretações em torno de fraudes e manipulações dessas eleições.

Ao trabalharmos com as atas eleitorais, buscamos fazer um mapeamento dos nomes votados na província em ambas as eleições estudadas, bem como mapear o número de votos recebidos e a própria identificação das suas localidades de residência e também de suas ocupações.

É importante destacar que esse trabalho não apresenta respostas definitivas, mas apenas reflexões iniciais da pesquisa que tem sido desenvolvida no mestrado.

Esse trabalho está organizado em três partes. A primeira parte, intitulada Um breve diálogo com a historiografia, aborda de forma geral alguns trabalhos historiográficos que se dedicaram a pensar o tema da eleições no século XIX; já a segunda parte, O Conselho Geral: um novo espaço de representação dos cidadãos, aborda a criação e o funcionamento dessa nova instituição; por fim, a terceira parte, Os pleitos eleitorais para os conselheiros gerais de 1824 e de 1828, trata de um levantamento inicial das eleições para os conselheiros gerais, tendo como foco o colégio eleitoral da Imperial Cidade de Ouro Preto.

Um breve diálogo com a historiografia

Tradicionalmente a historiografia sobre as eleições esteve ligada a uma perspectiva de que a dinâmica eleitoral desse período foi marcada pela violência, manipulação e fraude. Nesse sentido, as práticas eleitorais do século XIX ganharam na interpretação dos historiadores características de eleições corruptas e falsas, ligadas ao Estado Imperial ou as elites (locais ou nacionais) para a manipulação dos resultados de acordo com seus interesses.

Na segunda metade do século XIX, alguns políticos do Império escreveram obras sobre o sistema eleitoral e suas interpretações sobre o falseamento das eleições foram tomadas como referência por muitos dos historiadores que se dedicaram a analisar tal período. Entre essas obras, destaca-se o famoso livro *O Sistema eleitoral no Império* (1872), de Francisco Belisário Soares de Souza, deputado geral pela província do Rio de Janeiro, que publicou a obra visando uma reforma do sistema eleitoral do Império, pois, argumentava que a figura do votante, presente nas eleições primárias, comprometia o processo eleitoral, já que este era passível de manipulação.

Como salientado por Roberto Saba, boa parte da historiografia brasileira acerca das eleições oitocentistas se utilizou dos relatos produzidos por esses personagens - todos eles homens profundamente envolvidos na vida política de seu tempo. Ao tomarem as descrições dos agentes históricos como simples relatos do processo eleitoral, os analistas deixaram de notar que estes textos eram utilizados como armas nas disputas partidárias da época⁷²⁰.

Entre as interpretações sobre tal temática, destaca-se a perspectiva de José Murilo de Carvalho cuja perspectiva se centra na visão de que as eleições no Império eram controladas pelo poder central. De acordo com o autor, a vasta legislação eleitoral produzida ao longo do Império demonstra a preocupação dos políticos em organizar o sistema político e garantir a verdade eleitoral, ou seja, eliminar as influências espúrias, seja da parte do governo, seja da parte do poder privado.⁷²¹

Além da preocupação com a verdade eleitoral, José Murilo enfatizou a preocupação dos políticos com a definição da cidadania (de quem pode votar e ser votado). O autor destaca que a evolução da legislação eleitoral no Brasil foi uma involução. Ele salienta que as primeiras eleições, feitas para compor as Cortes de 1821, ainda antes da independência, regeram-se por legislação inspirada na Constituição espanhola de Cádiz, de 1812, que, por sua vez, se baseara na Constituição revolucionária francesa de 1791. Adotava-se praticamente o voto universal masculino. A própria França voltou atrás e só adotou novamente o sistema após a revolução de 1848. A maioria dos países europeus só iriam introduzi-lo no século XX. Já as eleições para a Constituinte brasileira foram feitas com restrições à cidadania: exigia-se idade mínima de 20 anos, excluía-se os assalariados e os estrangeiros⁷²².

⁷²⁰ SABA, R. As "Eleições do Cacete" e o Problema da Manipulação Eleitoral no Brasil Monárquico. *Almanack Braziliense*, v. 2, p. 126, 2011.

⁷²¹ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial/Teatro das Sombras: a política imperial*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 401.

⁷²² *Ibidem*, p. 394.

Outra interpretação historiográfica acerca das eleições no Império se centra na perspectiva de que os potentados locais eram os verdadeiros controladores dos pleitos eleitorais. Entre os autores que compartilham de tal visão, destaca-se o brasilianista Richard Graham que analisou as eleições no Segundo Reinado a partir da influência dos poderes locais e do clientelismo. Para esse autor, as eleições constituíam eventos importantes de reforço de hierarquia dos poderes locais os quais poderiam demonstrar o seu poder e prestígio em conseguir a vitória no sufrágio e assim conquistar cargos de poder no aparato governamental.

Para Graham,

[...] o uso convencional do patronato, a concessão de cargos como prêmios e recompensas pelo apoio eleitoral demonstravam ser até mais eficientes que a indicação para cargos que controlassem diretamente o processo de votação ou que pudessem pressionar os votantes. Os interesses dos chefes locais visavam esse tipo de benefício, e portanto as colocações atraíam de forma mais imediata aqueles que sempre exerciam a autoridade do sistema sobre os votantes e sobre todos os demais. Os cargos mais cobiçados ampliavam a autoridade do nomeado, que pelos simples fato de nomeação, já angariava clientes para si. Para um protetor, a procura de cargos e a luta eleitoral formavam dois lados de um único esforço: ampliar a clientela. Assegurar indicações resultava em seguidores leais, que demonstrariam sua fidelidade votando como lhes mandavam; a vitória eleitoral comprovava sua autoridade local e ajudava a lhes garantir nomeações públicas⁷²³.

Com relação ao nível nacional, Graham também dá destaque para a importância que até mesmo os candidatos do parlamento dependiam desses poderes locais para o sucesso eleitoral. Assim, na sua percepção, a política imperial do século XIX foi moldada sob a lógica do clientelismo caracterizada por ele como “tanto o preenchimento de cargos governamentais quanto a proteção de pessoas humildes”⁷²⁴.

Com relação aos estudos que se dedicam a compreender a dinâmica eleitoral no Brasil do século XIX – afastando-se das perspectivas centradas na visão de que os pleitos eleitorais eram marcados pelas fraudes e manipulação dos votantes – destacam-se os estudos que salientam que, “em meio às tensões sociais que existiam, os participantes do jogo político, dos mais humildes aos mais influentes, constantemente buscavam meios de negociação em torno de seu direito de voto”⁷²⁵.

⁷²³ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Tradução de Celina Brandt. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 130 -131.

⁷²⁴ Ibidem, p.16.

⁷²⁵ SABA, R. As "Eleições do Cacete" e o Problema da Manipulação Eleitoral no Brasil Monárquico. *Almanack Braziliense*, v. 2, p. 126, 2011. P. 130.

Os historiadores Marcus Carvalho e Bruno Augusto Dornelas Câmara, em artigo sobre a Insurreição Praieira em Pernambuco, mostram que as disputas eleitorais, na década de 1840, estavam longe de serem controladas pelo governo central ou pelos potentados locais. E o controle eleitoral sobre as camadas populares (se é que algum dia existiu) não se estabeleceu de modo linear e pacífico. Os autores destacam que tanto os praieiros quanto os guabirus tinham capacidade de arrematar homens livres para lutarem sob suas bandeiras. Isso abria caminho para que a massa de votantes e de eleitores se aproveitasse das oportunidades e fizessem exigências em troca de sua lealdade⁷²⁶.

Da mesma forma, Suzana Cavani Rosas também destacou em seus estudos a participação popular nas urnas. Analisando as eleições, a cidadania e a cultura política na cidade de Recife no Segundo Reinado, a autora ressaltou o uso de cédulas coloridas pelos partidos nas eleições primárias e as estratégias adotadas pelos votantes para burlar esse artifício.

Conforme pontuado pela a autora, as autoridades eleitorais não eram obrigadas a fornecer as cédulas aos votantes até 1881, ficando, na prática, essa responsabilidade reservada ao partido e às pessoas influentes a eles ligadas. Assim, tornou-se hábito cada partido fornecer aos votantes cédulas com uma cor diferente da do seu adversário. Contudo, as cédulas entregues aos votantes já prontas, com a cor de cada partido, estavam longe de garantir a certeza do voto de quem as portava, pois os votantes encontraram uma forma de burlar esse artifício na hora de votar, sendo comum aparecerem cédulas com uma cor interna diferente da externa⁷²⁷. Nas palavras da autora:

Para uma significativa parcela da população livre e menos abastada, as eleições não deixavam de representar um momento de barganha com os poderosos, porque as relações de clientelismo estavam longe de expressar tão somente ganho para a parte mais forte, ou seja, a classe dominante. Nesse sentido, as eleições representavam uma ocasião muito significativa tanto para a consolidação desses laços como para sua ruptura. E se havia limite para a parte mais fraca demonstrar total independência dos potentados na hora de votar, nada a impedia de trocar de “protetor” ou subordinado naquela ocasião⁷²⁸.

Já Claus Rodarte trabalha com as eleições no Primeiro Reinado com foco na ocupação das vagas de deputados e senadores na 1ª Legislatura da Assembleia Geral do Império do

⁷²⁶ CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. “A Insurreição Praieira”. *Almanack Braziliense*. São Paulo, v.8, 2008, p. 5-38.

⁷²⁷ ROSAS, Suzana Cavani. “Eleição, cidadania e cultura política no Segundo Reinado”. *Clio. Série História do Nordeste* (UFPE), Recife, v. 20, 2004, p. 83-103.

⁷²⁸ *Ibidem*, p.98.

Brasil (1826 – 1829), não investigando a eleição no âmbito das instituições provinciais, no caso o Conselho Geral da Província, com o qual trabalhamos. Ao analisar as eleições de 1824, Claus Rodarte mapeou a distribuição dos votos pela província, encontrando como resultado uma distribuição centrada na representação regional por Comarca⁷²⁹.

O Conselho Geral: um novo espaço de representação para os cidadãos

Com o fechamento da Assembleia Constituinte de 1823 em novembro daquele ano por D. Pedro I, após o aumento das tensões entre este e os deputados, o projeto de elaboração de uma constituição por deputados constituintes foi interrompido e a nova constituição acabou sendo elaborada por um Conselho de Estado e outorgada por D. Pedro I em 25 de março de 1824.

Com a constituição de 1824, foi o criado o Conselho Geral dando um lugar a um novo espaço de poder para os cidadãos da província. A instalação dessas novas instituições, assim como o número de conselheiros variou de acordo com o tamanho da população de cada província. No caso de Minas Gerais, o Conselho Geral contou com a presença de vinte e um membros eleitos e sua instalação só ocorreu em 1º de dezembro de 1828, após a criação de um regimento interno para o funcionamento dessa instituição⁷³⁰.

A Constituição de 1824 estabeleceu que para participar do Conselho Geral, os membros deveriam ter a idade mínima de vinte e cinco anos e suficiente subsistência. A escolha dos conselheiros ocorria da mesma forma que os deputados, ou seja, eram escolhidos por meio de processos eleitorais de votação indireta⁷³¹.

Segundo Renata Silva Fernandes, é comum encontrar na historiografia afirmações de que essas instituições seriam “embriões” do poder legislativo provincial. Conforme destacado por ela, os argumentos utilizados para fazer essa afirmação perpassam por dois pontos. O primeiro deles diz respeito ao fato de que no texto constitucional os Conselhos Gerais são

⁷²⁹ RODARTE, Claus. *Partidos Políticos, poderes constitucionais e representação regional na 1ª Legislatura da Assembleia Geral do Império do Brasil: Minas Gerais (1826 – 1829)*. Tese Doutorado em História Social. USP: São Paulo, 2011.

⁷³⁰ Sobre os Conselhos Gerais na província de Minas Gerais ver o amplo estudo: FERNANDES, Renata Silva. *As províncias do império e o “Governo por Conselhos”*: O Conselho de Governo e o Conselho Geral de Minas Gerais (1825-1834). Tese (Doutorado), Programa de pós-graduação em História, UFJF, Juiz de Fora, 2018. FERNANDES, Renata Silva. *O governo das províncias do Império do Brasil: os Conselhos de Governo e os Conselhos Gerais de Província nos debates parlamentares (1823-1834)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF. Juiz de Fora, 2014.

⁷³¹ Brasil. Constituição Política do Império do Brasil. Disponível: www.camara.gov.br.

alocados no capítulo referente ao poder legislativo e também pelo fato de que os Conselhos poderiam ter atribuições propositivas, podendo elaborar projetos que poderiam ser remetidos ao poder executivo e legislativo, podendo, assim, ser discutidos na Assembleia Geral como “projetos de lei”. Já o segundo ponto sublinhado pela autora diz respeito ao fato de que os próprios políticos contemporâneos fizeram essa associação entre os Conselhos como instituições legislativas⁷³².

Esse paralelo, como pontuado pela autora, não pode ser feito em associação a ideia do que foi preconizado na constituição de 1824, ainda no Primeiro Reinado, seguiria um caminho certo e irreversível em direção à instituição de um poder legislativo provincial, no Período Regencial, com supressão dos Conselhos Provinciais e a criação no lugar destes de Assembleias Legislativas Provinciais com o ato adicional de 1834⁷³³. Para a autora, os Conselhos Gerais não eram embriões do legislativo e também não eram organismos administrativos ou executivos de forma estrita, mas eram, em definitivo, instituições de governo dotadas de um caráter representativo⁷³⁴.

Os pleitos eleitorais para os conselheiros gerais de 1824 e de 1828

Como já mencionado anteriormente, as eleições para os conselheiros gerais ocorriam da mesma forma das eleições para deputados. Elas eram realizadas de forma indireta⁷³⁵, constituídas de dois graus, com restrições censitárias e de idade. Nas eleições primárias, existia a figura do votante, que deveria ter renda mínima de 100\$000 réis⁷³⁶, e era responsável por escolher o eleitor, figura presente nas eleições secundárias. Este, por sua vez, deveria ter

⁷³² FERNANDES, Renata Silva. *As províncias do império e o “Governo por Conselhos”*: O Conselho de Governo e o Conselho Geral de Minas Gerais (1825-1834). Tese (Doutorado), Programa de pós-graduação em História, UFJF, Juiz de Fora, 2018, p. 145.

⁷³³ *Ibidem*, p.148.

⁷³⁴ *Ibidem*, p.151.

⁷³⁵ Sobre os debates em torno da escolha de eleições diretas ou indiretas Cf: MOTTA, K. S. “Diretas ou indiretas? O debate sobre as eleições no Brasil (1821-1823)”. *ALMANACK*, 2018, p. 278-320.

⁷³⁶ Apesar das restrições censitárias ao voto, José Murilo de Carvalho destacou o caráter participativo do votante afirmando que a maioria da população ganhava mais do que o valor estabelecido para votação, sendo a comprovação de renda algo simbólico. Portanto, uma considerável porcentagem dos habitantes brasileiros dispunha do direito ao voto, não excluindo a parcela mais pobre. Ademais, a lei permitia que analfabetos pudessem votar, ao contrário de alguns países da Europa, como afirma Carvalho. Para mais informações Cf. CARVALHO, José Murilo de. “Cidadania: tipos e percursos”. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, 1996. CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. CARVALHO, José Murilo de. “A involução da participação eleitoral no Brasil, 1821-1930”. In: CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira (Org.). *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

renda de 200\$000 réis para votar e era o responsável por escolher deputados, senadores e conselheiros.

Com relação à idade, a constituição definiu que poderiam votar todos os homens de vinte e cinco anos, a idade caía para vinte e um anos, quando se comprovava independência financeira como, por exemplo, no caso de chefes de famílias, oficiais militares, bacharéis, clérigos e empregados públicos⁷³⁷.

Ainda que não tenha mencionado em seus artigos, a constituição deixou de fora os escravos e as mulheres. Já os libertos foram incluídos na cidadania política, no entanto, podiam participar do processo eleitoral apenas nas eleições primárias.

Era comum antes da eleição a publicação de instruções eleitorais para indicar como as eleições deveriam ser feitas mencionando a sua realização e a apuração dos pleitos eleitorais. As instruções eleitorais tinham a preocupação de definir quem deveria compor a mesa eleitoral como, por exemplo, ter a presença do padre, de um juiz de fora ou ordinário, a escolha de escrutinadores e secretários por meio da aclamação para a realização das eleições no âmbito das Assembleias paroquiais, onde eram realizadas as eleições primárias. Essa mesma preocupação permanecia na organização das eleições secundárias, na sede das cabeças de comarcas, onde se instalavam os colégios eleitorais nos quais os eleitores se dirigiam para a escolha de deputados e conselheiros.

A partir das atas eleitorais e da imprensa, sabemos que as eleições para os conselheiros gerais, em 1824, ocorreram em onze distritos eleitorais, divididos juridicamente pelas cinco comarcas da província. Na comarca de Ouro Preto foram sede de colégio eleitoral para realização das eleições secundárias foram a Imperial Cidade do Ouro Preto e a Leal Cidade de Mariana; na Comarca do Rio das Mortes foram sede a Vila de São João del Rei, a Vila da Campanha da Princesa e a Vila de São Bento do Tamanduá; na Comarca do Rio das Velhas foram sede a Fidelíssima Vila do Sabará e a Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui; já na Comarca do Serro Frio foram sede de colégio eleitoral a Vila do Príncipe e a Vila de Nossa Senhora de Minas Novas do Arauaí; na Comarca do Paracatu foi sede a Vila de Paracatu do Príncipe. Por fim, foi também sede de colégio eleitoral o Julgado de São Romão⁷³⁸.

⁷³⁷ Brasil. Constituição Política do Império do Brasil. Disponível: www.camara.gov.br.

⁷³⁸ Não conseguimos encontrar até o momento, as atas eleitorais do Julgado de São Romão e da Vila da Campanha da Princesa. Não há também na imprensa, até o momento, nenhuma referência sobre as eleições para os conselheiros nesses dois lugares, há apenas referência quanto à eleição dos senadores e deputados na Vila da Campanha da Princesa na qual aparece a lista dos mais votados naquele colégio eleitoral. Cf: Abelha do

Ao analisarmos as atas do colégio eleitoral de Ouro Preto para a eleição de conselheiros gerais, em 1824, percebemos que as eleições para a escolha dos Senadores, Deputados e Membros dos Conselhos Provinciais ocorreram entre os dias vinte e sete de junho ao dia 03 de julho neste Colégio Eleitoral, reunindo um total de sessenta e dois eleitores. No dia 02 de julho deu início a eleição para a escolha dos vinte e um membros do Conselho Geral⁷³⁹.

Os cinco nomes mais votados neste colégio eleitoral foram respectivamente o Coronel Romualdo José Monteiro de Barros (49 votos), João Baptista Ferreira de Souza Coutinho (42 votos); Custódio José Dias (42 votos); Dr. Theotonio Alves de Oliveira Maciel (40 votos) e Manoel José Monteiro de Barros (40 votos). O primeiro e o último eram residentes em Ouro Preto. Já João Baptista Ferreira de Souza Coutinho residia em Caeté, enquanto Custódio José Dias e o Dr. Theotonio Alves eram residentes em Jacuí e Mariana, respectivamente.

Com relação à ocupação desses cinco nomes mais votados identificamos que eles eram partindo do primeiro nome mais votado ao quinto proprietário; Guarda Mor Geral da Minas da província; Capitão Mor das Ordenanças da Vila de Jacuí; advogado; proprietário e escrivão da Junta da Fazenda Nacional e proprietário⁷⁴⁰.

Entre os nomes votados aparecem os nomes de alguns integrantes da família Monteiro de Barros. Além de nomes mencionados entre os cinco mais votados como do Coronel Romualdo José Monteiro de Barros (49 votos) e de Manoel José Monteiro de Barros (40 votos), aparecem também os nomes de outros integrantes dessa importante família como o Dr. Marcos Antonio Monteiro (28 votos) e Dr. Antonio Augusto Monteiro (28 votos).

Em 1828 o Império voltou a ter mais uma vez eleições gerais para a escolha de deputados e conselheiros gerais da província. A província de Minas contou com um maior número de distritos eleitorais para a realização das eleições secundárias. Naquele ano, o número de distritos eleitorais praticamente duplicou. Isso aconteceu devido ao fato de que

Itacolomy (90), 06/08/1824, p.360. Além desses distritos eleitorais, houve também eleições na Vila da Barra e Carinhanha, pertencente à Comarca do Rio São Francisco, anexada por D. Pedro I, em 07 de julho de 1824, à província de Minas Gerais. Essa comarca era pertencente inicialmente à Província de Pernambuco e D. Pedro I tomou a decisão de anexá-la à Minas Gerais como forma de conter os revoltosos da Confederação do Equador. Para saber mais sobre o território de Minas Gerais Cf: COSTA, A. G. A Cartografia do Território de Minas Gerais e seus limites oitocentistas: anexações e desmembramentos. In: *IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, 2011, Porto. Anais do IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Porto, 2011.

⁷³⁹ Houve a divulgação da lista parcial dos conselheiros mais votados no colégio eleitoral de Ouro preto no periódico *Abelha do Itacolomy* (77), 07/07/1824.

⁷⁴⁰ Informações coletadas na hemeroteca digital a partir da consulta de dados no periódico *Abelha do Itacolomy*. Edições 1824-1825, Minas Gerais.

muitas vezes os eleitores precisavam se deslocar por grandes distâncias para poder então votar.

Além das já mencionadas vilas, que sediaram o colégio eleitoral em 1824, passaram a sediar a realização dos pleitos eleitorais secundários, em 1828, os seguintes lugares: Julgados de Santo Antônio do Curvelo, de Nossa Senhora do Amparo do Brejo do Salgado, de São Domingos do Araxá, do Tijuco, da Barra do Rio das Velhas e as Vilas do Caeté, de São José, de Barbacena, de Queluz, de Baependi, e de São Carlos do Jacuí.

Em 1828 a eleição para os conselheiros gerais no colégio eleitoral da Imperial Cidade de Ouro Preto ocorreu, de acordo com a ata eleitoral, em dezoito de novembro, na sala da câmara da capital. Entre os cinco nomes mais votados, em comparação à eleição de 1824, estavam José Feliciano Pinto Coelho da Cunha (21 votos); Gomes Freire de Andrada (19 votos); Bernardo Pereira de Vasconcelos (16 votos); Fernando Luiz Machado de Magalhães (16 votos) e José Ignacio Gomes Barbosa (16 votos). Ao todo estiveram reunidos nesse colégio trinta e dois eleitores⁷⁴¹.

Destes cinco nomes mais votados, três residiam em Ouro Preto. Eram eles: Gomes Freire de Andrada, Bernardo Pereira de Vasconcelos e Fernando Luiz Machado de Magalhães. Já José Feliciano Pinto Coelho da Cunha residia em Caeté, enquanto o quinto nome mais votado, José Ignacio Gomes Barbosa, residia em Queluz.

Com relação à ocupação destes homens, conseguimos apurar que o mais votado era proprietário; o segundo era ajudante de ordens do comandante das armas; o terceiro era magistrado e deputado por Minas eleito na eleição de 1824; já o quarto era tesoureiro geral da província. Por fim, o último não conseguimos identificar qual era a sua ocupação⁷⁴².

Ao fazermos um pequeno mapeamento e comparação entre essas duas eleições a partir de um mesmo colégio eleitoral, podemos perceber que nenhum dos cinco primeiros nomes mais votados nesse colégio eleitoral, em 1824, figuram entre os cinco nomes mais votados em 1828. Além disso, há uma redução do número de eleitores nesse colégio eleitoral pela metade, possivelmente em função do aumento de outros distritos eleitorais como sede das eleições secundárias naquele ano, levando, conseqüentemente há uma divisão dos votos.

⁷⁴¹ Arquivo Público Mineiro. Fundo Presidência da Província. Série 01 – Correspondência Recebida. Subsérie 11 – Conselho Geral. Caixa 97, doc.7.

⁷⁴² Informações coletadas a partir da busca de dados na hemeroteca digital. *O Universal*. Edições 1825-1829, Minas Gerais.

Como destacado no início deste trabalho, a historiografia tradicionalmente tendeu a olhar de forma negativa para a nossa primeira experiência liberal. Tal visão estava associada à ideia de que o governo representativo do século XIX foi falseado devido à presença do poder Moderador e das fraudes eleitorais. Segundo essa percepção, não havia uma vontade popular porque tudo se reduzia à vontade do Imperador. Teóricos, como Bernard Manin, destacam a importância de desvincular representação de democracia contemporânea, já que uma das características que distingue a segunda da primeira é o sufrágio universal, ou seja, a ampliação da participação popular, algo próprio do século XX⁷⁴³.

Para Bernard Manin, as eleições nesse tipo de governo representativo garantiriam sempre a seleção de uma elite, conferindo um caráter aristocrático ou oligárquico ao regime. A eleição teria sido concebida como uma forma de colocar no governo as pessoas que gozavam da confiança de seus concidadãos. Tal confiança estava ligada provavelmente ao fato de que os representantes pertenciam, muitas vezes, a mesma comunidade social, geográfica, ou compartilhavam dos mesmos interesses gerais (latifundiários, comerciais ou industriais) dos representados. Nesse sentido, as eleições selecionariam um tipo particular de elite – os notáveis⁷⁴⁴.

Considerações Finais

Ao trabalharmos com a temática das eleições para essa primeira década foi possível perceber a dificuldade de se encontrar trabalhos que se dedicam a compreender a dinâmica eleitoral nesse contexto, estando, apesar dos novos estudos, a maior parte dos trabalhos centrados em torno das eleições do Segundo Reinado.

A escolha por organizar as eleições em dois graus, separando os cidadãos em votantes e eleitores e exigindo determinada quantia censitária para a participação no pleito indica a ideia de um governo representativo que nasce veiculado, como apontado por Manin, a um governo dos notáveis, ou seja, da escolha por homens ilustrados e melhor preparados para representar a nação.

Ao compararmos as atas eleitorais de 1824 e de 1828 no colégio eleitoral de Ouro Preto, é possível perceber que houve uma divisão no número de votos naquele colégio

⁷⁴³ MANIN, Bernard. *Los principios del gobierno representativo*. Versión de Fernando Vallespín. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

⁷⁴⁴ *Ibidem*, p.137.

eleitoral. Cabe lembrar que em 1828, houve um aumento do número de distritos eleitorais na província de Minas Gerais. Tal divisão pode estar associada a esse aumento do número de distritos eleitorais o que pode explicar possivelmente a redução no número de eleitores e a próprio número de votos recebidos pelos nomes mais votados no colégio eleitoral da Imperial Cidade de Ouro Preto.

Bibliografia:

CARVALHO, José Murilo de. “Cidadania: tipos e percursos”. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, 1996.

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *A Construção da Ordem: a elite política imperial/Teatro das Sombras: a política imperial*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 401.

_____. “A involução da participação eleitoral no Brasil, 1821-1930”. In: CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira (Org.). *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. “A Insurreição Praieira”. *Almanack Braziliense*. São Paulo, v.8, 2008, p. 5-38.

COSTA, A. G. A Cartografia do Território de Minas Gerais e seus limites oitocentistas: anexações e desmembramentos. In: *IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, 2011, Porto. Anais do IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Porto, 2011.

FERNANDES, Renata Silva. *O governo das províncias do Império do Brasil: os Conselhos de Governo e os Conselhos Gerais de Província nos debates parlamentares (1823-1834)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF. Juiz de Fora, 2014.

_____. *As províncias do império e o “Governo por Conselhos”*: O Conselho de Governo e o Conselho Geral de Minas Gerais (1825-1834). Tese (Doutorado), Programa de pós-graduação em História, UFJF, Juiz de Fora, 2018.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Tradução de Celina Brandt. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 130 -131.

MANIN, Bernard. *Los principios del gobierno representativo*. Versión de Fernando Vallespín. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

MOTTA, K. S. “Diretas ou indiretas? O debate sobre as eleições no Brasil (1821-1823)”. *ALMANACK*, 2018, p. 278-320.

RODARTE, Claus. *Partidos Políticos, poderes constitucionais e representação regional na 1ª Legislatura da Assembleia Geral do Império do Brasil: Minas Gerais (1826 – 1829)*. Tese Doutorado em História Social. USP: São Paulo, 2011

ROSAS, Suzana Cavani. “Eleição, cidadania e cultura política no Segundo Reinado”. *Clio. Série História do Nordeste* (UFPE), Recife, v. 20, 2004

SABA, R. As "Eleições do Cacete" e o Problema da Manipulação Eleitoral no Brasil Monárquico. *Almanack Braziliense*, v. 2, p. 126, 2011. P. 130.

Um engenheiro militar do Império em cartas (1850-1880)

Eveline Almeida de Sousa⁷⁴⁵

Resumo: Este trabalho analisa os deslocamentos entre o público e o privado na comunicação do engenheiro militar do Império Henrique Beaurepaire Rohan, por meio de suas correspondências, entre os anos de 1850-1880. O engenheiro atuou em obras públicas e militares, foi presidente de província, realizou levantamento de plantas e a construção de mapas, além de ter produzido significativos escritos, onde discutia desde temas científicos às questões fulcrais do Império, como a escravidão e o sistema agrícola. Ao observar a prática missivista de Beaurepaire Rohan (1812-1894), é possível perceber como debates políticos amplos tomavam a privacidade dos sujeitos, ao mesmo tempo, questões de ordem pessoal apareciam entre as mensagens da administração pública. Outrossim, saberes eram construídos e compartilhados entre os missivistas.

Palavras-chave: Trajetória; Engenheiro; Cartas

Abstract: This paper analyses shifts between public and private in the communication of military engineer of the Empire Henrique Beaurepaire Rohan, by his correspondences between 1850 and 1880. The engineer was part of public and military works, was president of province, did surveys of plans and construction of maps, also produced significative writings, where he discussed from scientific themes to key issues of the Empire, such as slavery and the agricultural system. Observing the writer action of Beaurepaire Rohan (1812-1894), it is possible to realize how wide political debates took the privacy of subjects, at the same time, matters of personal order showed up between public administration messages. Likewise, knowledges were built and shared between writers.

Keywords: Life story; Engineer; Letters

⁷⁴⁵ Mestra em história pela UFPA e doutoranda em história pela Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), professora do curso de história da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). A pesquisa conta com o apoio financeiro da Capes, por meio do Programa de Formação Doutoral Docente (Prodoutoral) da Universidade Federal do Oeste do Pará. Email: evelinehistor@gmail.com

Os missivistas

Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire Rohan foi engenheiro e militar do exército, que viveu entre os anos de 1812 e 1894, atuou em obras públicas do Império do Brasil, como na construção de estradas, melhoramentos urbanos e construção de prédios públicos. À serviço do exército, desenvolveu trabalhos geográficos e cartográficos, como o levantamento de plantas no exército, por exemplo, no entrincheiramento de Porto Alegre por ocasião da guerra civil (1839) e no combate à Sabinada na Bahia (1838).⁷⁴⁶ Comandou a comissão da Carta Geral do Império de 1874 à 1878, que tinha a função de produzir um mapa geral e completo do território do Império.⁷⁴⁷ Além disso, foi presidente das províncias do Pará (1856-1857) e da Paraíba do Norte (1857-1859) e ministro da guerra durante o primeiro ano da Guerra contra o Paraguai em 1864.

Estas foram apenas algumas das atividades realizadas ao longo de sua trajetória, marcada por uma intensa movimentação pelo território do Império. A partir dos seus percursos, produziu reflexões que ficaram registradas em peças administrativas, como relatórios, memórias e comunicações; E, em obras como relatos de viagem, corografias, entre outros textos. Neste trabalho, analiso sua sociabilidade por meio de suas cartas, observando principalmente os vínculos estabelecidos, as dimensões políticas de suas cartas e a circulação de saberes.

Metodologicamente, busco identificar seus interlocutores e suas relações, e examinar os conteúdos dessas comunicações. A fim de compreender como Beaurepaire Rohan se situava na cena pública, transitando entre o público e o privado, e construindo saberes sobre a nação que circulava entre os missivistas.

As cartas foram encontradas no *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*, em documentação avulsa, instituição na qual Henrique Beaurepaire Rohan era sócio desde 1847. São cerca de dezenove correspondências ativas e passivas com amigos, familiares e autoridades do Império. Por meio delas, é possível perceber a circulação do autor por

⁷⁴⁶ As principais informações sobre a vida de Henrique Beaurepaire Rohan estão presentes na biografia construída por Francisco Marcondes Homem de Mello, o Barão Homem de Mello: *HOMEM DE MELLO, Francisco Ignacio Marcondes. Biographia do Visconde de Beaurepaire Rohan*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1899, p. 44-46.

⁷⁴⁷ *Idem*, p. 83.

diferentes espaços e funções, e um amplo grupo social que abarcava engenheiros, naturalistas, militares, magistrados e políticos em geral.

Deste modo, a prática epistolar parece ocupar um lugar privilegiado para compreender a circulação dos sujeitos, seus vínculos e a elaboração de suas ideias, além de aspectos mais subjetivos do indivíduo. Segundo Angela de Castro Gomes, o diálogo por meio das cartas é uma “prática eminentemente relacional”, marcada por uma sociabilidade que se baseia na confiança no “outro”, no estreitamento ou rompimento de vínculos entre indivíduos ou grupos.⁷⁴⁸

Neste caso em específico, as cartas nos permitem ainda acompanhar as articulações e as relações costuradas no interior da administração do Estado, entre membros das elites do Oitocentos. No que diz respeito as trocas de favores, a garantia de benefícios, a busca por cargos e posições mais convenientes para nos serviços públicos do Império.

Negócios públicos e privados

Henrique Beaurepaire Rohan desempenhou funções em várias províncias do Império em diferentes momentos: esteve no Mato Grosso de 1844 a 1846, em São Paulo em 1848 a 1853, no Paraná de 1853 a 1856, no Rio de Janeiro em várias ocasiões, além de outros percursos.⁷⁴⁹ Esses deslocamentos lhe permitiram um conhecimento profundo sobre o território e a construção de uma ampla rede de conexões. Suas correspondências mostram que sua interlocução era abrangente, principalmente entre engenheiros e sujeitos ligados aos conhecimentos produzidos sobre o território. O conteúdo das missivas variava bastante, pois dependia da circunstância política, do cargo que ele exercia no momento, os interesses e o tipo de vínculo que o engenheiro militar possuía com cada interlocutor.

Dentre seus interlocutores encontramos figuras como o botânico Auguste Glaziou, o naturalista Guilherme Shüch de Capanema, o capitão de fragata Augusto João Leverger, Franklin Menezes Doria e o senador Nabuco de Araújo Filho. Membros das elites do Império que ocupavam posições estratégicas na administração do Estado, e/ou atuavam como “pesquisadores” nas expedições e levantamentos no espaço físico do Império, funções que muitas vezes estavam imbricadas.

⁷⁴⁸ GOMES, Angela de Castro. “Escrita de Si, escrita da História: a título de prólogo”. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004, p. 19.

⁷⁴⁹ HOMEM DE MELLO, Francisco Ignacio Marcondes. Op. Cit., p. 51, 64-65.

Era comum num ambiente ausente de universidades e sem uma produção intelectual autônoma, que os homens de letras exercessem esses deslocamentos entre a tribuna política, a imprensa, os serviços administrativos no Império, as instituições de conhecimento e as associações. Lilia Moritz Schwarcz chamou a atenção para a combinação entre ciência e política no Império, por meio da presença de Dom Pedro II nas reuniões e no cotidiano do Instituto Histórico e Geográfico, era ele quem financiava os projetos de pesquisa, cientistas e diversos profissionais.⁷⁵⁰ Grande parte dos letrados nos Oitocentos desempenhava múltiplas funções e escreviam sobre assuntos diversos que envolviam as questões “nacionais”, inseridos numa profusão de comunidades e movimentos científicos, literários e culturais.

Tal qual o próprio Beaurepaire Rohan, que se dividia entre as funções no exército, os eventuais cargos na administração do Império e à dedicação aos seus estudos geográficos e históricos. Quando estava no Mato Grosso, por exemplo, à serviço do exército para levantar a planta do Baixo Paraguai, de acordo com Francisco Homem de Mello, dedicava parte do seu tempo livre para pesquisar nos arquivos de Cuiabá documentos sobre o passado colonial da região.⁷⁵¹ Pesquisas que foram parcialmente publicadas postumamente em *Anais do Mato Grosso*⁷⁵², na *Memória sobre o estado da população da provincia de Mato-grosso*⁷⁵³, e outros textos. O que demonstra que ele atuava em várias frentes em caráter multifacetado em diálogo com diversos agentes.

Um primeiro aspecto que gostaria de chamar atenção em suas correspondências, é o entrelaçamento entre funções públicas e interesses pessoais. Tratava-se de pedidos indicações, solicitações feitas por agentes da administração pública, que envolvia conseguir cargos, conectar pessoas e conquistar influências. Era nesse clima que o então Ministro da Justiça, Nabuco de Araújo Filho, dirigia-se à Beaurepaire Rohan, pedindo algum tipo de vantagem para seu irmão. Incumbência que o engenheiro militar, que naquele momento era Presidente de Província do Pará, procurou atender em missiva de 12 de abril de 1856, como consta abaixo:

A pretensão de seu mano vai tomando algum jeito. Algumas pessoas notáveis interessaram-se por ele, mas só depois das eleições primárias poderei dar notícia definitiva. O partido “conciliador” o aceita, segundo a

⁷⁵⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 130-131

⁷⁵¹ Idem, p.51.

⁷⁵² ROHAN, Henrique Beaurepaire. *Anais do Mato Grosso*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso, 2001.

⁷⁵³ ROHAN, Henrique Beaurepaire. “Memória sobre o estado da população da provincia de Mato-grosso e meios de aumentá-la”. *Jornal do Comércio*, n.38, 7 de fevereiro de 1847.

segurança que me dão o Barão d'Arary, Malehen Morais e os outros caciques.⁷⁵⁴

O fragmento demonstra que a sociabilidade das duas autoridades era alimentada, em parte, pela de trocas de favores e benefícios. Na economia de cargos e postos de trabalho no Império, parecia ser fundamental estabelecer laços com agentes influentes que poderiam garantir posições confortáveis na administração do Estado e em outros serviços.

As trocas de benefícios compunham as relações de reciprocidade que envolviam agentes públicos e homens de letras, retribuir um favor poderia garantir auxílios em ocasiões futuras. Assim, parece ter ocorrido com Rohan e Nabuco de Araújo em outra situação. Em carta enviada a Nabuco em 1859, Henrique Rohan solicitava a confirmação de sua exoneração do cargo de Presidente da Província da Paraíba do Norte, e pleiteava o cargo de Inspetor de Obras Públicas no Rio de Janeiro.

O engenheiro, então, argumentava:

O que muito convém é que divulgada a notícia da minha demissão, eu não continue na presidência por muito tempo, a que me reduziria a circunscrição de um vice-presidente. Agrada-me muito a posição de inspetor das obras públicas na Corte, por que além de ter uma comissão mui honrosa, me dá os meios de viver e educar minha filha.⁷⁵⁵

As missivas de Araújo e Rohan podem indicar que os interesses privados eram pauta importante nas correspondências entre autoridades. Além disso, sugerem que essas relações precisavam ser cultivadas continuamente, pois os elos e a confiança entre os interlocutores era garantia de que as solicitações seriam atendidas.

Desse tipo de articulação dependia a garantia de certos benefícios para muitos sujeitos engajados na vida política e nos serviços públicos do Império. Ainda que fossem ligados às elites e gozassem de uma posição confortável, tivessem reconhecidas sua competência, a impermanência desses cargos e funções era algo comum, em virtude de rearranjos políticos e mudanças.

Cabe notar ainda que, considerando a lógica da ordem imperial, essas solicitações não se configuravam em atos ilícitos, mas, refletem uma lógica de negociação comum na esfera pública. José Murilo de Carvalho afirmou que havia um caráter patrimonial nos serviços

⁷⁵⁴ ROHAN, Henrique Beaurepaire. *Carta de Henrique Beaurepaire Rohan ao conselheiro Nabuco de Araújo*. Em 12/04/1856. Lata 362 – Pasta 64. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

⁷⁵⁵ ROHAN, Henrique Beaurepaire. *Carta de Henrique Beaurepaire Rohan ao conselheiro Nabuco de Araújo*. Em 1859. Lata 362 – Pasta 64. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

públicos e na burocracia imperial, que privilegiava agentes do Judiciário, militares, membros do Clero e bacharéis.⁷⁵⁶ O que nos leva a pensar que o público e o privado estavam conectados naquela conjuntura, onde os assuntos públicos eram parte da vida dos indivíduos ligados aos negócios do Império, e as questões de ordem particular poderiam pautar decisões de autoridades e funcionários.

Essa dimensão também nos revela uma faceta de Beaurepaire Rohan como membro da burocracia do Estado, que exercia funções nos serviços públicos com todas as atribuições e mecanismos que esses cargos dispunham. As aproximações de Rohan com a elite Imperial e a Família Real remontava aos vínculos que seu pai, Jacques Antoine Marc de Beaurepaire, construiu junto à Nobreza portuguesa.⁷⁵⁷ Como integrante da elite imperial, nos deslocamentos entre a engenharia, o exército e as atividades administrativas, Henrique Rohan conquistou prestígio e reconhecimento pelos serviços prestados à nação. Contudo, além de sua condição de classe, sua trajetória também foi marcada por experiências, projetos e ideias compartilhadas com outros sujeitos.

Amizades e parcerias intelectuais

Nesse sentido, ressalto um segundo aspecto de suas correspondências: os saberes compartilhados com parceiros intelectuais. Por meio de pedidos de avaliação, sugestões e opiniões sobre estudos e textos em andamento, é possível acompanhar o processo de elaboração de conhecimentos sobre o país. Podemos perceber traços desse procedimento em carta do também engenheiro Guilherme Schüch de Capanema enviada à Henrique Rohan.⁷⁵⁸ Na qual ele solicitava maiores informações sobre a “constituição geológica”, tema no qual Beaurepaire Rohan provavelmente vinha trabalhando, pois Capanema inicia sua carta da

⁷⁵⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem e Teatro das sombras*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Relume Dumará, 1996, p. 125-127

⁷⁵⁷ A família Beaurepaire Rohan era próxima da monarquia desde a época que a Corte Portuguesa veio para o Brasil, em 1808. Quando seu pai, Jacques Antoine Marc de Beaurepaire, havia escoltado a aristocracia portuguesa até o Rio de Janeiro. Com as lutas pela Independência e o Primeiro Reinado, os vínculos com a família real foram se reorganizando e se fortalecendo, devido principalmente aos serviços que Jacques de Beaurepaire prestou à Dom Pedro I. In: *HOMEM DE MELLO*, Francisco Ignacio Marcondes. Op. Cit., p. 37-38.

⁷⁵⁸ Guilherme Schüch Capanema era engenheiro, doutor em ciências físicas e matemáticas, especialista em estudos de mineralogia e geologia. Era membro de diversas associações e sociedades científicas, como a Sociedade Velosiana e o IHGB, nas quais Rohan também era sócio. Capanema chefiou a seção de geologia da *Comissão das Borboletas*. In: *MENDONÇA FIGUEIRÔA*, Silvia Fernandes. “Ciência e tecnologia no Brasil Imperial Guilherme Schüch, Barão de Capanema (1824-1908)”. *Varia história*, Belo Horizonte, vol. 21, nº 34, julho 2005, p.442-444.

seguinte forma: “Li o incluso trabalho que V. Ex^a teve a bondade de me entregar, e tomo a liberdade de fazer algumas observações”.⁷⁵⁹

O conteúdo da missiva de Capanema trazia termos e comentários técnicos, específicos para indivíduos familiarizados com estudos costeiros, rios, sambaquis. Como, por exemplo, quando cobrava mais informações sobre a formação rochosa daquela região: “As rochas são graníticas, arenosas ou argilosas? Ou calcareas, de maciços ou tertificadas? De estratificações, são horizontais ou reclinadas?”.⁷⁶⁰ O que nos sugere que aquele conhecimento produzido por Henrique Rohan, estava sendo aperfeiçoado mediante as considerações de parceiros intelectuais.

Tal característica se aproxima do que Rebeca Gontijo chama de *correspondência-laboratório*, que diz respeito a uma amizade intelectual, num tom de parceria sem a existência de figura central, na qual “a relação é mais profunda e duradoura”.⁷⁶¹ Para a autora, a *correspondência-laboratório* expressa mais do que o texto contém, e a prática epistolar entre intelectuais pode facilitar o acesso aos “bastidores da construção de uma obra ou livro e da formação de um autor ou escritor”.⁷⁶² Deste modo, o diálogo entre Capanema e Rohan sugere uma relação de cooperação entre ambos, que parecia ir além dos protocolos administrativos, pois permitia inclusive o compartilhamento de ideias em desenvolvimento.

Na mesma carta, Guilherme Capanema ainda questionava Beaurepaire Rohan sobre alguns pontos de seu trabalho acerca da lavoura, criação de animais, viação e refletia sobre o lugar da ciência no Brasil. Como atesta o trecho a seguir:

Sciencias

Quais os motivos porque Ellas não [prosperam] no Brasil? Donde resulta que as nossas riquezas naturaes são estudadas só no estrangeiro? Qual a razão porque fazemos a ridícula e vergonhosa figura de mandar os nossos productos para a Europa pedindo que sejam classificados? Porque não os classificamos nos mesmos e nos tornamos merecedores de consideração no estrangeiro? Porque é tão pobre nossa literatura scientifica?⁷⁶³

⁷⁵⁹ A missiva de Capanema não contém data, tampouco especifica sobre qual região se tratava o estudo. In: CAPANEMA, Guilherme Shüch. *Carta de Guilherme Shüch de Capanema à Henrique Beaurepaire Rohan*. DL 712.46. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

⁷⁶⁰ Idem.

⁷⁶¹ GONTIJO, Rebeca. “Paulo amigo: amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu”. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2004, p. 165-166.

⁷⁶² Idem.

⁷⁶³ CAPANEMA, Guilherme Shüch. *Carta de Guilherme Shüch de Capanema à Henrique Beaurepaire Rohan*. DL 712.46. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O excerto revela a defesa de uma ciência nacional e uma preocupação com a escassez de autonomia científica no Brasil, dependente do circuito internacional. Reflexões aparentemente comuns entre os engenheiros, profissionais que abarcavam uma ampla gama de atividades de exploração, investigação e intervenções no espaço físico. Portanto, vinculados aos conhecimentos científicos.

Outrossim, as provocações de Capanema podem ser compreendidas numa perspectiva mais ampla, à luz dos argumentos de Lúcia Maria Guimarães e Valdei Lopes de Araújo sobre o sistema intelectual brasileiro. Ao analisar as conexões de John Casper Branner no Brasil, Lúcia Guimarães e Valdei de Araújo apontam que existiam três características no nosso sistema intelectual: o divulgacionismo, a orientação voltada para fora, e a inexistência de um centro de decisão próprio.⁷⁶⁴ Nessa conjuntura, despontava a *tutela intelectual* como prática recorrente entre os homens de letras no Brasil, que consistia no “apadrinhamento” de pesquisadores estrangeiros que não apenas apoiavam os estudiosos locais (de diferentes formas), mas promoviam seus estudos e o nome do país no cenário intelectual internacional.⁷⁶⁵ Deste modo, o protesto o Barão de Capanema indica que havia certa dependência dos letrados brasileiros em relação aos intelectuais e cientistas estrangeiros.

Henrique Beaurepaire Rohan escreveu *Corografia da província da Paraíba do Norte*⁷⁶⁶, tinha a intenção de publicar uma outra sobre o Mato Grosso, porém, publicou apenas alguns trechos dispersos no *Jornal do Comércio*, como já comentei. Posteriormente, esses escritos foram reunidos e lançados em forma de *Anais* pelo *Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso* em 2001⁷⁶⁷. Além disso, Rohan publicou seu *Dicionário de Vocábulo* em 1889⁷⁶⁸. Essas produções sugerem que o engenheiro militar exercitava a corografia como forma de escrita da história da nação. Ao reunir todas as informações disponíveis das províncias, como dados populacionais, econômicos, estatísticas, características do espaço físico, aspectos da cultura e da língua, bem como, a presença de grupos indígenas.

De acordo com Adriana Mattos Clen Macedo, as corografias representavam narrativas históricas, pois definiam questões sobre a natureza e o território, e “constituíam métodos,

⁷⁶⁴ GUIMARÃES, Lúcia Maria P. ARAÚJO, Valdei Lopes. “O sistema intelectual brasileiro na correspondência de John Casper Branner”. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2004, p.100-103.

⁷⁶⁵ Idem.

⁷⁶⁶ ROHAN, Henrique Beaurepaire. “Corografia da província da Paraíba do Norte”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, vol. 3, Paraíba do Norte: Imprensa Oficial, 1911.

⁷⁶⁷ ROHAN, Henrique Beaurepaire. *Anais do Mato Grosso*. Op. Cit.

⁷⁶⁸ ROHAN, Henrique de Beaurepaire. *Dicionário de vocábulo brasileiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

enfoques, ou seja, constituíam também o projeto de escrita da história nacional”.⁷⁶⁹ De modo que as memórias e relatórios de Henrique Rohan, seguiam o modelo corográfico, em grande medida formulado pelo *IHGB*, como método de escrita e como estratégia de compreensão e apropriação do território do Império.

Essa dimensão reforça a percepção de que as considerações de Capanema, devido a abrangência de temas – De geologia à lavoura, eram parte do processo de fabricação das ideias de Rohan sobre algum texto ou estudo em curso. Infelizmente, não encontrei a carta enviado por Henrique Beaurepaire que gerou o debate. De todo modo, a comunicação entre parceiros intelectuais, o compartilhamento de estudos e pesquisas em andamento, apresentam os bastidores da elaboração de ideias e da produção científica e intelectual dos homens de letras no Oitocentos.

As missivas nos permitem acessar as sociabilidades entre os homens de letras no Império, o que abarcava múltiplas relações, interesses e projetos em comum. De acordo Jean-François Sirinelli, as redes de sociabilidade ajudam a compreender a dinâmica de atuação dos intelectuais, pois esclarece seus vínculos, posicionamentos, amizades, espaços compartilhados, influências e conformação de ideias.⁷⁷⁰ Revelando ainda os microclimas da atividade e do comportamento dos intelectuais. A atuação de Beaurepaire Rohan em várias frentes, à saber política, militar, científica, permitiu suas interlocuções com diversos grupos e sujeitos, na construção de vínculos que variavam de acordo com o momento político e a atividade a qual se dedicava.

A rede de sociabilidade do Visconde de Beaurepaire expressava o entrelaçamento entre amizades, interesses políticos e formas de circulação de conhecimentos, evidenciando que essas dimensões eram bastante fluídas. Por meio de sua correspondência em consonância com seus textos, podemos observar como sua relação com Augusto João Manuel Leverger era baseada numa profunda amizade e interesses comuns em relação aos assuntos nacionais.⁷⁷¹

⁷⁶⁹ MACEDO, Adriana Mattos Clen. *As corografias e a cultura histórica oitocentista*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2007, p. 12.

⁷⁷⁰ SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (Org). *Por uma história política*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 248-249, 252-253.

⁷⁷¹ Augusto João Manuel Leverger era o capitão da fragata que levou Beaurepaire Rohan de Cuiabá até Assunção em 1846, nessa viagem começaram uma amizade que se estendeu até a morte de Leverger em 1880. Ele era hidrógrafo e comandante da marinha, francês naturalizado brasileiro, foi presidente da província do Mato Grosso em vários momentos, membro da Academia mato-grossense de letras e do Instituto Histórico e Geográfico daquela província, além de sócio do *IHGB*. In: CORRÊA, Valmir Batista. “Os herdeiros de Leverger”. *Albuquerque: revista de História*, Campo Grande, v. 3, n. 6, jul./dez. 2011.

Em carta enviada a Augusto João Manuel Leverger, no início de 1870, Rohan dividia com ele suas preocupações sobre a demora em encontrar Solano Lopez, depois de seis anos de conflito contra o Paraguai, ao mesmo tempo reforçava sua crença na vitória brasileira.⁷⁷² Assim, desabafava: “Eu acredito bem que o conde d’Eu acabará com a guerra. Mas é preciso para isso ou pegar Lopez ou acabar o Paraguay (...). Eu compartilho vossas crenças quanto às complicações que podem surgir.” O conteúdo sugere uma mescla de sentimentos como melancolia, tensão e sinceridade, que envolvia a conjuntura política mais ampla e a experiência pessoal de ambos.

Beaurepaire Rohan atuou diretamente na Guerra do Paraguai em 1864, quando era Ministro da Guerra, ajudou a formular o decreto dos Voluntários da Pátria e a preparar o cerco de Uruguaiana.⁷⁷³ Enquanto Augusto João Leverger organizou principalmente a resistência à invasão do exército paraguaio ao sul do Mato Grosso em 1865, a partir do ponto do Melgaço.⁷⁷⁴

Amizade entre eles reaparece à época dos levantamentos para a construção da Carta Geral do Império, quando Beaurepaire Rohan dirigiu a Comissão (1874-1878) e sugeriu ao Ministro da Agricultura, Cansanção de Sinimbu, o nome de Augusto Leverger para coordenar os trabalhos na província do Mato Grosso (1876). Por considerá-lo profundo conhecedor da região. Como afirmou no relatório final da comissão:

(...) O qual, pelo seu saber e conhecimentos práticos daquela parte do Império, é o mais competente para ministrar todo e qualquer esclarecimento que se lhe exigir sobre a província que ele habita há mais de quarenta anos. E, como amigo íntimo daquele distinto cidadão, posso assegurar a V. Ex. que ele terá a mais cordial satisfação em cumprir as ordens, que V Ex. se dignar transmitir-lhe.⁷⁷⁵

O autor não apenas indica o profissional, mas faz questão de reiterar sua condição de amigo do indicado, o que parece assegurar seu compromisso com o projeto em questão e atestar a capacidade de Leverger. Neste caso, as recomendações de Rohan pareciam cooperação entre os dois e ajudava a reforçar certa imagem de Augusto Leverger, como uma autoridade da geografia e história do Mato Grosso. Assim, essa relação envolvia afeto, interesses em comum, carreiras semelhantes e a dedicação aos saberes do território. Leverger

⁷⁷² ROHAN, Henrique de Beaurepaire. *Carta de Henrique Beaurepaire Rohan ao Barão de Melgaço*. Em 17/02/1870. Lata 351 – Pasta 9. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

⁷⁷³ HOMEM DE MELLO, Francisco Ignacio Marcondes. Op. Cit., p.80-81

⁷⁷⁴ CORRÊA, Valmir Batista. Op. Cit., p. 39.

⁷⁷⁵ ROHAN, Henrique de Beaurepaire. *Relatório Final da Carta Geral do Império*. Rio de Janeiro: Typ nacional, 1878, p.8.

também havia produzido textos com temas geográficos e históricos, como *Dicionário Geográfico e Apontamentos Cronológicos da Província do Mato Grosso*, além de alguns roteiros de navegação.

Deste modo, as correspondências de Henrique Rohan trazem à tona informações sobre sua sociabilidade, as articulações no interior dos serviços públicos, o processo de fabricação de suas ideias e a colaboração que havia entre ele e parceiros intelectuais. Devido aos limites do presente trabalho, outras dimensões ficaram de fora desta análise, mas são igualmente relevantes e devem ser aprofundadas em outro momento. Como, por exemplo, as relações entre Henrique Beaurepaire e seus familiares⁷⁷⁶ e o entrecruzamento mais sistemático entre suas publicações e suas correspondências.

Considerações finais

Henrique Beaurepaire Rohan exerceu diversas funções ao longo de sua vida, das quais acumulou vivências, aprendizagens e uma rede de auxílios e conexões. Sua identidade se deslocava entre as obrigações como oficial do exército, o ofício de engenheiro e as atividades como agente administrativo nos cargos que ocupou. Posteriormente, a partir dos anos 1870, passou a ser identificado também engenheiro-geógrafo, quando a engenharia e os engenheiros foram se fortalecendo enquanto grupo. Segundo Pedro Monteiro Marinho, principalmente partir da criação da Escola Politécnica em 1874, os engenheiros foram se organizando enquanto categoria e criando condições de assumir funções dirigentes no Estado.⁷⁷⁷

Por meio de suas correspondências, foi possível perceber como crenças e debates públicos tomavam a intimidade dos sujeitos. Ao mesmo tempo, questões de ordem pessoal apareciam nas conversas entre autoridades. A análise da prática missivista do Visconde de Beaurepaire nos permite observar os deslizamentos entre o público e o privado. Distinções que na lógica da ordem imperial, para os indivíduos que trabalhavam na administração do Estado e nos negócios públicos, não eram necessariamente paradoxais, ao contrário, eram parte de sua vida.

⁷⁷⁶ Foram encontradas em documentação avulsa algumas cartas entre ele e seu pai, Jacques Antoine de Beaurepaire, e seu irmão, Amadeu de Beaurepaire Rohan, que também era militar do exército.

⁷⁷⁷ MONTEIRO MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita. *O centauro Imperial e o partido dos engenheiros*, 2006. Disponível em: <http://blog.pedromarinho.com/artigo/o-centauro-imperial-e-o-partido-dos-engenheiros>

Além disso, observamos a cooperação como substrato da produção de textos e elaboração de ideias, em uma perspectiva que revela um conhecimento que circulou e foi aperfeiçoado a partir dos diálogos com seus pares. As cartas de Henrique Rohan trazem à tona informações sobre sua sociabilidade, sua produção intelectual e a vinculação entre profissionais com carreiras semelhantes, principalmente engenheiros. O que pode indicar uma sociabilidade particular em torno de atividades, preocupações e temas específicos, circunscritos pela profissão.

Os manuscritos analisados revelam um conhecimento produzido em parceria, principalmente de saberes relacionados ao território. O qual se tornava conhecido à medida que expedições internas e comissões se lançavam aos sertões. Era por meio dos estudos, pesquisas, das investigações sobre o espaço físico, dos levantamentos em arquivos que o território se tornava conhecido pelas autoridades. Nesse sentido, Kaori Kodama ressalta que as etnografias, memórias, mapas, as corografias e itinerários, reforçavam a importância atribuída ao conhecimento do território como uma forma de aprendizagem da paisagem.⁷⁷⁸

Nessa perspectiva, a correspondência contribuiu para pensar a trajetória de Henrique Beaurepaire Rohan em seus aspectos sociais mais amplos, e em sua dimensão particular e subjetiva. Através da prática epistolar, foi possível acessar as interlocuções, os vínculos, as amizades e as parcerias do engenheiro militar. De modo que as sociabilidades, sejam elas políticas e/ou intelectuais, revelam mecanismos de ajustes ao campo político do Império; e, de construção de um campo do saber que, por meio de vários conhecimentos, tentava se apropriar do território nacional.

Bibliografia

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem e Teatro das sombras*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Relume Dumará, 1996

CORRÊA, Valmir Batista. “Os herdeiros de Leverger”. *Albuquerque: revista de História*, Campo Grande, MS, v. 3 n. 6, jul./dez. 2011, pp. 37-56

GOMES, Angela de Castro. “Escrita de Si, escrita da História: a título de prólogo”. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Escrita de Si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2004, pp.7-24

⁷⁷⁸ KODAMA, Kaori. *Os índios do Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840-1860*. Rio de Janeiro: FRIOCRUZ; São Paulo: Edusp, 2009, p.40

GONTIJO, Rebeca. “Paulo amigo: amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu”. In: _____. *Escrita de Si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2004, pp.163-193.

GUIMARÃES, Lúcia Maria P. ARAÚJO, Valdeci Lopes. “O sistema intelectual brasileiro na correspondência de John Casper Branner”. In: _____. *Escrita de Si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2004, pp.93-109

HOMEM DE MELLO, Francisco Ignacio Marcondes. *Biographia do Visconde de Beaurepaire Rohan*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1899

KODAMA, Kaori. *Os índios do Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840-1860*. Rio de Janeiro: FRIOCRUZ; São Paulo: Edusp, 2009

MACEDO, Adriana Mattos Clen. *As corografias e a cultura histórica oitocentista*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2007

MENDONÇA FIGUEIRÔA, Silvia Fernandes. “Ciência e tecnologia no Brasil Imperial Guilherme Schüch, Barão de Capanema (1824-1908)”. *Varia história*, Belo Horizonte, vol. 21, nº 34, julho 2005

MONTEIRO MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita. *O centauro Imperial e o partido dos engenheiros*, 2006. Disponível em: <http://blog.pedromarinho.com/artigo/o-centauro-imperial-e-o-partido-dos-engenheiros>

ROHAN, Henrique Beaurepaire. *Anais do Mato Grosso*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso, 2001

_____. “Corografia da província da Paraíba do Norte”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, vol. 3, Paraíba do Norte: Imprensa Oficial, 1911

_____. “Memória sobre o estado da população da província de Mato-grosso e meios de aumentá-la”. *Jornal do Comércio*, n.38, fevereiro de 1847

_____. *Relatório Final da Carta Geral do Império*. Rio de Janeiro: Typ nacional, 1878

SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (Org). *Por uma história política*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp.321-169

A corte joanina e os novos hábitos: alimentos e artefatos nos anúncios da Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)

Fernando Santa Clara Viana Junior⁷⁷⁹

Resumo: Este trabalho elege como tema central a mudança de hábitos alimentares no Rio de Janeiro a partir da chegada da corte joanina, em 1808. A partir das análises dos novos alimentos, artefatos e serviços que figuravam nos anúncios da Gazeta do Rio de Janeiro, entre os anos de 1808 e 1821, objetivamos observar quais foram as permanências e as mudanças relacionadas à alimentação de uma corte que se reinventava na colônia. Por meio da análise de conteúdo, portanto, observando mudanças nos produtos oferecidos e no quantitativo que aparecem, obteremos um relevante traçado acerca do cotidiano aristocrático no Brasil.

Palavras-chave: Corte Joanina; Gazeta do Rio de Janeiro; História da Alimentação.

Abstract: This work elects as its central theme the change in eating habits in Rio de Janeiro from the arrival of the joanine court in 1808. From the analysis of the new foods, artifacts and services featured in the Gazeta do Rio de Janeiro advertisements, among 1808 and 1821, we aimed to observe what were the permanences and changes related to the food of a court that was reinvented in the colony. Through content analysis, therefore, observing changes in the products offered and the quantity that appear, we will obtain a relevant outline about the aristocratic diurnal in Brazil.

Keywords: Joanine Court; Gazeta do Rio de Janeiro; Food History.

Introdução

O presente artigo busca compreender, por meio da análise de conteúdos dos classificados do impresso *Gazeta do Rio de Janeiro*, publicado entre os anos de 1808 e 1821,

⁷⁷⁹ Mestre e doutorando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: fernandosantaclara@gmail.com.

quais foram as modificações mais marcantes dos rituais cortesãos – com destaque aos ligados à alimentação – desencadeados com a chegada da corte lusa ao Brasil.

Traçamos como recorte o intervalo entre os anos de 1808 e 1821, apesar do impresso ter circulado oficialmente até o ano de 1822. Nossa escolha justifica-se em função dos anos em que D. João VI esteve à frente da regência da corte no Brasil, haja vista, segundo compreendemos, que foram estes os anos de maior impacto na implementação e adoção dos moldes cortesãos europeus na América.

Partimos da premissa de que a corte portuguesa e a nobreza da terra, junto aos grandes mercantis locais, buscaram traçar um projeto de construção de elite comum, não havendo uma europeização total dos locais, nem uma abrasileiração total da corte lusa. Afinal, era preciso construir vias de acesso ao *modus vivendi* da corte estabelecida no Brasil, com suas práticas e cerimoniais áulicos próprios.

É sabido que o conjunto de representações, com destaque às cerimônias, missas de *Te Deum Laudamos* etc., compuseram um poderoso arsenal para a teatralização dos rituais, criando, aos moldes do que observa o antropólogo Clifford Geertz⁷⁸⁰, um teatro didático, considerando a necessidade de se ensinar a um novo grupo processos rituais já estatutários no Velho Mundo. Como expõe o sociólogo Norbert Elias⁷⁸¹, as lutas entre a nobreza, a partir do século XVI, dava-se no campo do simbólico, sob os olhos do rei e a partir da adesão de condutas ditadas sob as novas regras da corte. Logo, o simbólico foi o grande campo de ação da monarquia moderna, uma vez que as representações conformam um importante campo de atuação para a realeza, que se fazem de rituais que se forjam e se reinventam constantemente.

A acomodação das ações nos moldes de um simbólico forjado e estratificado, por sua vez, é de suma importância na conformação de uma cultura política que tinha na realeza – e nos rituais cortesãos – a sua força e o seu centro. Assim, perpetuar rituais como o beija-mão, dentre outros que compõem a ritualística da corte, revelavam-se estratégias necessárias à manutenção do Estado Moderno: “Esse é, portanto, o terreno da cultura, de uma cultura política, cuja eficácia é simbólica e não exclusivamente racional”⁷⁸².

É certo, portanto, que todo o processo de chegada da corte ao Brasil e de implementação de uma nova dinâmica social provocou impactos tangíveis no cotidiano dos

⁷⁸⁰ GEERTZ, Clifford. *Negara: o estado teatro no século XIX*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1991, p. 53.

⁷⁸¹ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*, v. 1. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, p. 79-80.

⁷⁸² SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 28.

moradores da cidade do Rio de Janeiro. Assim, foi em busca por tais indícios que voltamos nosso olhar aos anúncios do jornal circulante, cujas pistas ajudam a conhecer alguns aspectos da dinâmica social e da cultura forjada à época.

Cabe lembrar que os anúncios – ou classificados –, por sua vez, têm, eles mesmos, “tanto um aspecto informativo quanto também comercial”.⁷⁸³ Logo, se por um lado fomentavam novos consumos, também despertavam distintas necessidades e tipos de serviços. Assim, os classificados são, por eles mesmos, parte importante da expressão de um microcosmo social local, do consumo voltado às pessoas que podiam pagar, ao mesmo tempo que revelam os padrões vigentes no período.

Alimentação como objeto da História

Atualmente, a alimentação se apresenta enquanto objeto caro aos estudos e às produções historiográficas. Foi graças à escola dos Anales que o alimento passou a ganhar espaço de discussão nos estudos históricos na década de 1970. Desde então, a comida enquanto prática, expressão do cotidiano – ao lado do vestuário, das noções estéticas etc. – vem conquistando lugar de destaque.⁷⁸⁴

As últimas décadas assistiram o crescimento de pesquisas relacionadas à cultura material, merecendo destaque a publicação da coletânea *História da Alimentação*⁷⁸⁵, organizada pelos historiadores Jean-Louis Flandrin e Massimo Montanari. A obra apresenta, em seu escopo, discussões acerca do fazer cotidiano relacionado não somente ao alimento, mas a todos os processos e relações que o cercam, reunindo um grupo significativo de historiadores que escolheram, portanto, a alimentação como objeto de suas pesquisas.

Vale também destacar a obra *A história do sabor*⁷⁸⁶, organizada por Paul Freedman, publicada em 2009. Trata-se de uma antologia reunindo a nova geração de historiadores da

⁷⁸³ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. “Avisos de livros nos periódicos luso-brasileiros: um instrumento dos acontecimentos políticos e culturais (1808-1821)”. In: SCOTT, Ana Silva Volpi; FLECK, Eliane Cristina D. *A corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*. São Leopoldo: Oikos; Unisinos, 2008, p. 137.

⁷⁸⁴ BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia: a escola dos Annales (1929-1989)*. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 1992, p. 32-38; REIS, José Carlos. *História & Teoria – historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 27-42.

⁷⁸⁵ FLANDRIN, J. L.; MONTANARI, M (orgs). *História da Alimentação*. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, 1998.

⁷⁸⁶ FEEDMAN, Paul (org.). *A história do sabor*. São Paulo: Senac, 2009.

alimentação de todo o mundo em uma abordagem que vai das conquistas culinárias de várias civilizações, do passado e do presente, aos prazeres de comer.

No Brasil, a temática relacionada ao cotidiano começou a ocupar os debates intelectuais também no século XX. Sem dúvidas, *Casa Grande & Senzala*⁷⁸⁷, obra escrita pelo sociólogo Gilberto Freyre e publicada pela primeira vez em 1933, foi quem trouxe à tona uma série de questões acerca da formação da sociedade brasileira através dos fazeres cotidianos dos diversos povos que formaram este emaranhado.

Também na década de 1960, o antropólogo Luís da Câmara Cascudo lançou o seu *História da Alimentação no Brasil*⁷⁸⁸, obra que, a exemplo de *Casa Grande & Senzala*, buscou analisar a formação do Brasil a partir da importância da alimentação no encontro dos três troncos formadores da sociedade brasileira (negros, indígenas e europeus). A grande novidade da obra foi tratar exclusivamente sobre a alimentação, abrindo importantes caminhos para reflexão sobre a temática.

No campo historiográfico, ainda na década de 1970, a professora Maria Beatriz Nizza da Silva buscou analisar a chegada da corte joanina ao Brasil em sua obra *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*.⁷⁸⁹ Em seu estudo, as modificações alimentares aparecem como elemento explicativo de destaque.

Na esteira de tais trabalhos, podemos verificar um crescimento da produção historiográfica brasileira voltada ao campo da cultura material. Contudo, dada a impossibilidade de abarcar a completude do tema, haja vista a extensão de possibilidades de abordagens, optamos por destacar a coleção *História da Vida Privada no Brasil*⁷⁹⁰, publicada em 1997, importante compêndio cujo foco repousa na análise dos costumes, hábitos e modos diários.

Tomando como base o itinerário de produções, é possível perceber a riqueza de possibilidades apresentadas ao pesquisador interessado. Por meio de abordagens que contemplem a alimentação, a culinária e os rituais de comensalidade, entendidos como práticas culturais, é possível conferir outros sentidos aos comportamentos sociais, econômicos e políticos.

⁷⁸⁷ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: a formação da família brasileira sob o regime patriarcal*. 52. ed. São Paulo: Global, 2013 [1933].

⁷⁸⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*. – 4. ed. São Paulo: Global, 2011 [1967].

⁷⁸⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. – 2. ed. – São Paulo: Brasilienses, 1978.

⁷⁹⁰ NOVAIS, Fernando A.; SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil* (4 vol.). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

A corte lusa em terras brasileiras

As motivações para a partida da corte de Portugal são múltiplas e evocadas pelos historiadores brasileiros desde, pelo menos, Oliveira Lima, em seu *Dom João no Brasil, 1808-1821* (1865). Desde então, a discussão ocupou muitas páginas dos livros de História, sendo tratada sempre a partir de revisões do processo.

De maneira geral, a literatura sobre o tema aponta uma pretensa neutralidade lusa frente ao avanço de Napoleão pela Europa, que acabou por convertê-la em alvo francês, face a manutenção dos acordos com os ingleses. O historiador Jurandir Malerba⁷⁹¹ afirma que a tomada da decisão por D. João

Foi razão de Estado e senso de sobrevivência ao ultimato dado por Napoleão Bonaparte, que àquela altura havia derrubado praticamente todas as principais casas dinásticas da Europa e tinha no pequeno Estado português uma ameaça nem um pouco desprezível, por causa de sua posição estratégica de entreposto comercial e aliado histórico que era do império britânico.

Assim, aliado à Inglaterra, D. João, príncipe regente, partiu com sua corte em 29 de novembro de 1807, aportando no ano seguinte em terras brasileiras.

Fuga ou golpe político, o fato é que “transferiam-se para o Brasil a própria corte portuguesa – cujo número estimado de pessoas chegava a 20 mil”.⁷⁹² Tal feito era inédito na história. Logo, é possível compreendermos que, o que chegava ao Brasil era um arsenal – material e social, este em relação a condutas – até então nunca visto no novo continente. Tratou-se do embarque de 36 navios com pessoas de diversas condições sociais.⁷⁹³ Via-se, portanto, aportar uma estrutura transportada

[...] em navios de 400 toneladas, que, depois de cerca de cinco ou seis semanas de viagem, despejavam na praça do Rio de Janeiro louças, vidros, cachimbos, pentes, navalhas, óculos de longo alcance, meias, instrumentos matemáticos e metalúrgicos de Birmingham e Sheffield e vestimentas em algodão e lã das indústrias de Lancashire e Yorkshire [...].⁷⁹⁴

⁷⁹¹ MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 19.

⁷⁹² SCHWARCZ, 1998, p. 35.

⁷⁹³ BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond. *Sabores do Brasil em Portugal: descobrir e transformar novos alimentos (séculos XVI-XXI)*. São Paulo: Senac, 2010, p. 162.

⁷⁹⁴ TOSTES, Vera Lúcia Brottel. “O Rio de Janeiro no tempo de D. João VI”. *Revista Brasileira da Academia Brasileira de Letras*, v. 1, pp. 263-276, 2008, p. 270-271.

Os novos produtos que chegaram – e permaneceram chegando ao longo da estada da corte lusa no Brasil – estabeleceram um marco para a modificação da estrutura de consumo material vivido na colônia até então. De igual modo, os hábitos locais de comportamento precisaram se alinhar aos critérios de uma sociedade de corte, cujos contornos já estavam definidos em âmbito europeu. Interessa-nos, desse modo, apresentar, em linhas gerais, tais mudanças e adaptações e seus impactos na nova configuração dessa elite da terra, expressos por meio da gazeta circulante à época.

As representações na *Gazeta do Rio de Janeiro*

Conforme exposto, filiamos este trabalho à importância das representações enquanto fator de expressão de determinado grupo social, além da análise de conteúdo como fator fundamental para a compreensão dos processos em pauta.⁷⁹⁵ Portanto, procuramos entender como a sociedade cortesã carioca, rearranjada após a chegada da corte portuguesa, se reconfigurou e passou a demandar elementos que antes não eram considerados.

Dentro de um contexto de Antigo Regime, devemos compreender quem decide sobre uma determinada dinâmica social – aqui, com destaque, a alimentar. A historiadora Maria Beatriz da Silva⁷⁹⁶ já destacava que “é preciso levar em conta que uma determinada cultura culinária pode, numa dada sociedade, assumir o papel de modelo e, portanto, tornar-se o exclusivo dos grupos que ocupam as camadas superiores da sociedade”.

No caso das sociedades forjadas aos moldes de tal contexto, como ocorrera com a transposição da família real e da corte lusa ao Brasil, os grandes responsáveis, sobretudo neste momento, por cunhar as novas etiquetas, foram os cortesãos e o séquito real. Assim, a eleição de determinados códigos de comportamento, incluso os que se referem à mesa, estava nas mãos do pequeno grupo ligado à realeza lusa. Desta forma, a emergência de novos hábitos alimentares estava diretamente unida às novas demandas trazidas e produzidas por este grupo na corte que se arquitetava no Rio de Janeiro.

Tais modificações de demandas requeriam a adaptação da oferta, seja de produtos, seja de serviços. Para se fazerem notar enquanto ofertantes, vários foram os comerciantes que recorreram aos anúncios no impresso da época, ferramenta essencial para se fazerem notar.

⁷⁹⁵ BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

⁷⁹⁶ SILVA, 1978, p. 3.

Logo, a primeira gazeta seria um verdadeiro balcão de ofertas em meio ao recente contexto trazido ao Brasil naquele início do século XIX.

A Gazeta do Rio de Janeiro foi o primeiro impresso legal circulante no Brasil. Com a liberação das tipografias em território nacional, fundou-se a Imprensa Régia em 13 de maio de 1808. Tal instituição era a responsável pela impressão da Gazeta, esta que cumpria o papel de

dar a conhecer a legislação do governo, as notícias da política internacional, o movimento de entrada e saída dos navios, os agraciados com títulos de nobreza e, também, manter os súditos informados sobre os principais acontecimentos e notícias que se referiam à Família Real.⁷⁹⁷

Assim, com o objetivo de trazer ao grupo letrado o que ocorria oficialmente em relação às tomadas de decisão da coroa, o impresso veio a figurar como o principal meio de divulgação das decisões tomadas pelo corpo administrativo do Brasil.

Apesar de sua potencialidade enquanto fonte do período, cabe ressaltar que o impresso era alvo da censura, de modo que só se publicava aquilo que fora previamente autorizado.⁷⁹⁸

O papel dos redatores, por sua vez, também se revela como outra questão à análise do impresso. Segundo se compreendia à época, os redatores não deveriam emitir sua opinião, cabendo a eles selecionar, traduzir e publicar a notícia, devendo submetê-la, antes disso, aos diretores da Imprensa Régia.⁷⁹⁹

Mesmo assim, há importante potencial no estudo dos periódicos enquanto fontes. Nas palavras da historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva⁸⁰⁰,

embora esse tipo de periódico não forneça artigos de opinião nem seções de literatura ou de ciências e artes, ele é precioso para o historiador como documento da vida cotidiana, pois sua seção de avisos deixa entrever vários aspectos do Rio de Janeiro que dificilmente se encontram em outra documentação.

Logo, considerando os limites da fonte e as balizas que direcionam o trabalho do historiador, acreditamos ter no conjunto de impressos da Gazeta um grande contributo na busca por descortinar partes de nosso passado.

⁷⁹⁷ CASTRO, Giovanna Milanez de. *O Palco da Realeza: as transformações no espaço urbano e nas práticas sociais do Rio de Janeiro joanino (1808-1821)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 158 f., p. 82.

⁷⁹⁸ CASTRO, 2011, p. 81.

⁷⁹⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007, p. 12.

⁸⁰⁰ SILVA, 2007, p. 22.

Desta sorte, enquanto a maioria da documentação oficial busca dar conta de eventos pontuais, os classificados da Gazeta traziam uma expressão do cotidiano, revelando, por exemplo “a proliferação de mestres particulares, nacionais e estrangeiros, ensinando as mais variadas matérias a grupos sociais e etários distintos”.⁸⁰¹

Como nos jornais atuais, os classificados eram um setor específico da Gazeta, onde se ofereciam e se demandavam serviços, produtos etc. Voltaremos nossa atenção a esta seção em especial, pois o conteúdo presente neste setor do impresso pode se revelar bastante rico para a identificação das novas necessidades sociais. Partindo da análise do conteúdo presente nos anúncios do impresso, buscaremos aventar algumas possibilidades explicativas sobre parte do cotidiano cortesão no Brasil joanino.

O cotidiano alimentar e suas novas especificidades: as novas conformações cortesãs nos classificados da *Gazeta do Rio de Janeiro*

A elite colonial instalada no Rio de Janeiro até 1808 tinha seus negócios pautados no capital mercantil, conforme apontam João Fragoso e Manolo Florentino.⁸⁰² Cabe lembrar que esse grupo hegemônico era formado por comerciantes atacadistas e exportadores, que se tornaram, nas palavras de João Fragoso⁸⁰³ “mercadores especializados”, ou seja, dedicados a negociar produtos advindos de uma só região, comerciando um produto ou um número reduzido de produtos em grande volume, conhecidos como comerciantes de grosso trato.

É sobre esse grupo e seus negócios que se encontra o maior número de informações na *Gazeta do Rio de Janeiro*, conforme já apontado por Silva⁸⁰⁴,

Alguns aspectos da vida mercantil da praça do Rio de Janeiro aparecem com mais clareza na Gazeta do que em outro tipo de documentação. [São a] atividade de corretagem e seguros, a multiplicidade de leilões de mercadorias, a sempre presente venda de embarcações e, sobretudo, a questão das falências e concordatas. Também acerca do Banco do Brasil encontramos informações relevantes, como os dividendos distribuídos anualmente aos acionistas.

⁸⁰¹ SILVA, 2007, p. 23.

⁸⁰² FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790-1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁸⁰³ FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 187.

⁸⁰⁴ SILVA, 2007, p. 23.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

Assim sendo, enquanto expressão de um cotidiano econômico das elites, a Gazeta cumpre importante função em descortinar parte das trocas comerciais do período. Contudo, outros aspectos parecem ser completamente ignorados. Segundo a pesquisadora Juliana Meirelles, os jornais tinham uma forte ligação com aquilo que se pretendia aventar entre a elite letrada.⁸⁰⁵

Logo, retratar o cotidiano da elite econômica, além das questões ligadas à família real e à Europa era, então, uma forma de colaborar com a manutenção do status quo aos moldes do que se pretendia naquele momento: a estabilidade em meio ao episódio de deslocamento da corte lusa.

Dentro dessa compreensão, é importante reconhecer as limitações da própria fonte no que tange ao cotidiano carioca do período. Mesmo porque, na prática, os moradores locais passaram a dividir seu espaço, insumos, saberes e convívio com uma parte significativa da Europa que chegou à América. O historiador Sérgio Barra⁸⁰⁶ observa que

o aumento no número de habitantes impulsionou a expansão dos limites geográficos do núcleo urbano; demandou um grande investimento em obras de melhoria da precária infraestrutura da cidade; suscitou a preocupação com a aparência na construção dos imóveis; e determinou a refuncionalização de diversos espaços tradicionais da cidade no intuito de abrigarem os serviços do Paço e órgãos da administração do Império Português.

No campo da alimentação, outra novidade foi a chegada dos livros de cozinha portugueses: *Arte de Cozinha* (1680), do mestre cozinheiro Domingos Rodrigues, e *Nova Arte de Cozinha* (1780), do chefe de cozinha Lucas Rigaud. Tais livros demandavam produtos europeus, além de algumas técnicas não conhecidas no Brasil e impeliavam novos ritmos às refeições.

Para os historiadores Ronaldo Vainfas e Lucia Bastos, a chegada e a presença da corte lusa em território americano convocou determinadas mudanças no campo da inovação e da sociabilidade à mesa. Inclusive, segundo observam, vários dos migrantes “mostraram alguma

⁸⁰⁵ MEIRELLES, Juliana G. “A Gazeta do Rio de Janeiro: o jornal oficial da Corte de D. João VI no Brasil (1808-1821)”. V *Congresso Nacional de História da Mídia*, vol. 1, mai-jun. 2007. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/5o-encontro-2007-1/A%20Gazeta%20do%20Rio%20de%20Janeiro%20o%20jornal%20oficial%20da%20Corte%20de%20D.%20Joao%20VI%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 12 out. 2019.

⁸⁰⁶ BARRA, Sérgio Hamilton da Silva. “A Cidade Corte: o Rio de Janeiro no início do séc. XIX”. *1º Colóquio Internacional de História Cultural da Cidade*, mar. 2015, p. 792. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/55CDSergiohamiltondasilvaBarra.pdf>>. Acesso em 1 nov. 2019.

repugnância em adotarem certas comidas brasileiras, bem como algumas técnicas culinárias. Daí ter sido frequente a importação de vários gêneros da Europa”.⁸⁰⁷

O surgimento de novas demandas, necessidades e ofertas parece indicar uma profunda modificação na economia cotidiana da capital. O economista Thorstein Veblen, já no século XIX, observando a adaptação de uma economia cotidiana de manutenção do capital mercantil para suprir necessidades de uma classe ociosa⁸⁰⁸, cunhou o termo “consumo conspícuo”. Tal noção, em linhas gerais, atravessa a ressignificação dos processos de produção: a economia característica do barroco era a calcada na moral, ou seja, só deveria ter acesso a dados bens materiais aqueles que foram eleitos para tal. Com a afirmação do capital comercial (ou capital mercantil), processo em que se gerava uma oferta de produtos, era possível perceber como “uma doutrina [inspirada na economia moral] pode se transformar em cultura e fazer da virtude uma necessidade”.⁸⁰⁹

Interessa-nos perceber tal dimensão no Brasil do Dezenove, frente ao surgimento de novos padrões de consumo. Tal processo pode ser observado também por meio da circulação de mercadorias. Por exemplo, em 1809, chegaram ao Brasil insumos vindos de Liverpool, tais como “bacalhau, manteiga, queijo, sardinha, batata, sal, aguardente e azeite”.⁸¹⁰ Como é possível perceber, insumos europeus, voltados a atender demandas específicas.

Por outro lado, alguns produtos locais também tinham espaço no comércio de víveres anunciados na Gazeta. As aves, por exemplo, eram insumos destinados à gente abastada e aos doentes.⁸¹¹ De acordo com a pesquisadora Isabel Drumond Braga⁸¹²,

À capital chegavam regularmente aves – galinhas, frangos e capões – de São Paulo e Minas Gerais, bem como dos arrabaldes da cidade, sem esquecer as que eram criadas no interior da própria cidade. Essas aves eram vendidas num mercado de praia de D. Manuel, onde também se podiam adquirir perus, papagaios, macacos e outros animais. O abastecimento de carne de vaca era igualmente feito a partir de São Paulo e do Rio Grande do Sul, nesse caso, carne-seca e charque. Os porcos vinham também do sul.

Cabe lembrar que o consumo de carne é uma característica do período moderno europeu. Se o porco – e seus subprodutos, como a gordura e os embutidos – era consumido

⁸⁰⁷ VAINFAS, Ronaldo; BASTOS, Lucia. *Dicionário do Brasil Joanino 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 41.

⁸⁰⁸ VEBLLEN, Thorstein Bunde. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Abril Cultura, 1983, p. 6.

⁸⁰⁹ ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 105.

⁸¹⁰ SILVA, 2007, p. 33.

⁸¹¹ SILVA, 2007, p. 11.

⁸¹² BRAGA, 2010, p. 167-168.

em grande quantidade desde o medievo⁸¹³, a Modernidade é marcada pelo aumento considerável do consumo das carnes de vaca e caça.⁸¹⁴ As aves, consideradas como alimento nobre na Idade Média, tornam-se também bem mais corriqueiras.⁸¹⁵

Herdeira dessas mudanças dietéticas, é recorrente nas edições da Gazeta anúncios de produtos cárneos europeus. Assim, em 25 de fevereiro de 1809, o italiano João Barbon, cujo endereço comercial estava na Rua dos Latoeiros, informa que dispõe de paios, linguiças e salsichas, tudo “ao uso da Itália”.⁸¹⁶ Na edição de 28 de agosto de 1813 encontramos o anúncio de um novo estabelecimento na Rua do Ouvidor: “uma casa de salsichas e salame de toda a qualidade à moda da Itália”.⁸¹⁷ Já o anúncio de João Barbon falava em salame de cabeça de porco e em “codegini para panela”.⁸¹⁸

Como é possível observar, nos anúncios apresentados, era grande a importância da carne de porco. De fato, ela já fazia parte do cotidiano alimentar, tanto dos brasileiros, quanto dos portugueses. Contudo, as técnicas para seu preparo e a produção de seus subprodutos estavam baseadas em modelos estrangeiros. Além disso, alguns desses subprodutos vinham do exterior. A pesquisadora Isabel Drumond Braga⁸¹⁹ aponta que

Muitos comerciantes publicitavam a venda de carne de porco transformada, quer de importação – caso dos presuntos e paios de Melgaço, dos salames e salsichas da Itália e dos presuntos da Vestfália –, quer [de origem] brasileira, independentemente de ter sido tratada, por exemplo, à moda italiana.

Não queremos com isso afirmar que a importação de gêneros foi inaugurada com a chegada da corte. A presença de produtos de luxo - ingredientes e utensílios vindos da Europa (ou feitos à moda de algum lugar do Velho Mundo) – eram parte significativa dos lucros de um nicho comercial estabelecido. Vejamos, por exemplo, na edição 101:

Na loja de Luís Zoveti e Cia., na Rua do Ouvidor, n. 9, se acham a vender os gêneros seguintes: licores de Martinica de várias qualidades, ditos da fábrica, finos, de muitas qualidades, ditos para medidas; mostarda, conservas inglesas de muitas qualidades, cidra, molhos para peixe, vinhos de muitas qualidades estrangeiros, vinagre engarrafado de França, azeite engarrafado de Florença, frutas em aguardente, chá de diferentes qualidades, genebra, cerveja, doces para chá, também se preparam bandejas de doces, águas-de-

⁸¹³ FLANDRIN *et al.*, 1998, p. 652.

⁸¹⁴ FLANDRIN *et al.*, 1998, p. 655-657.

⁸¹⁵ FLANDRIN *et al.*, 1998, p. 659.

⁸¹⁶ GAZETA, 1808, n. 48, p. 3.

⁸¹⁷ GAZETA, 1813, n. 69, p. 4.

⁸¹⁸ GAZETA, 1813, n. 99, p. 3.

⁸¹⁹ BRAGA, 2010, p. 164.

cheiro de várias qualidades, gotas amargas, chocolate de Espanha. Todos estes gêneros são por preços muito cômodos.⁸²⁰

A edição de n. 89, de 1814, dava conta de divulgar uma série de gêneros vegetais vindos da corte e que comporiam o paladar da época, como “sementes de nabos da Suécia, amarelos, encarnados, brancos e mais qualidades, assim como sementes de repolho”, além das de “salsa, couve tronchuda, brócolos, cebolinho, espinafres, chicória, alface, acelgas, chicarola”.⁸²¹ Tal oferta, devemos considerar, está diretamente ligada à valorização do ingrediente fresco, característica do período moderno europeu. Neste momento, como nos sinaliza o historiador Jean-Louis Flandrin, “entre 1545-1660, na França, o número de espécies de legumes mencionadas em receitas quase dobrou”⁸²², fator recorrente em outros países, inclusive em Portugal. Tal modificação na alimentação, ligada ao uso de ervas e legumes frescos, foi aferida em Portugal por meio de seus livros de cozinha – em especial o escrito por Rigaud, em 1780 – e chegou ao Brasil, como observado aqui, na oferta – em decorrência da demanda – por tais produtos.

O chocolate, produto americano, mas que já integrava o arsenal das bebidas coloniais de grande destaque na Europa – junto ao café e ao chá – era proveniente do Pará e poderia ser adquirido na “rua Direita, no estabelecimento de Joaquim José da Rocha”⁸²³, como mostrava o impresso. Caso o cliente escolhesse, entretanto, bebida de maior requinte, era possível “sorver como servida na Europa, [proveniente] das colônias da Espanha”⁸²⁴, num botequim da rua da Quitanda, conforme anunciado.

Os chás faziam coro junto ao café no âmbito das bebidas. Apesar deste último ainda não fazer parte de um cotidiano dos brasileiros, sua emergência já dava sinais neste período.⁸²⁵ No n. 8, de 1816, pode-se ler as seguintes variedades, com diferentes preços: “Na Rua das Violas, n. 14, se vende chá às libras, vindo na ‘Maria I’, Aljofre, 1\$800; Pérola, 1\$500; Hisson, 1\$000; Uxim, \$720; Sequim, \$560”.

A doçaria também foi destaque nos classificados do impresso. Os doces europeus podiam ser adquiridos nos estabelecimentos em recipientes que variavam entre 2,5 kg e 3 kg,

⁸²⁰ GAZETA, 1813, n. 101, p. 2.

⁸²¹ GAZETA, 1814, n. 89, p. 3.

⁸²² FLANDRIN *et al.*, 1998, p. 641.

⁸²³ GAZETA, 1820, n. 49, p. 3.

⁸²⁴ GAZETA, 1810, n. 58, p. 4.

⁸²⁵ SILVA, 2007, p. 27.

e eram “de damasco, figo, ginja, pera e pêsego”⁸²⁶, conforme anunciado. Cabe ressaltar que alguns desses produtos eram novidade na corte carioca e começaram a ser comercializados somente após a vinda da Família Real.

É interessante observar que além dos produtos, em alguns anúncios era possível ler um pouco sobre a origem do produto. Vejamos um exemplo na edição n. 89 de 1814: “tâmara doce muito fresca, fruta de grande estimação que pela primeira vez vem a este país e serve para qualquer sobremesa pela sua qualidade e delicadeza”.⁸²⁷ Contudo, os doces de compota feito à base de produtos locais também apareciam em alguns anúncios. Este é o caso da edição n. 101, de 1820, que destacava as “frutas americanas”, como o “caju, [o] abacaxi, [a] pitanga, [o] tamarindo e [a] mangaba”.⁸²⁸

As refeições também sofreram modificações. Ao longo do dia, havia a necessidade do consumo de víveres; entretanto, apenas um momento era tido como refeição principal: o jantar, que ocorria ao meio-dia. Vale destacar que, apesar das diferenças entre os vários grupos que compunham o Brasil-colônia, com relação ao horário e ao cardápio dessa refeição, o jantar era, majoritariamente, o principal momento de alimentação no período.

A mudança veio com a chegada dos europeus: ao raiar do dia, servia-se a primeira refeição, normalmente com frutas e pães; ao meio dia, correntemente, o jantar – ora chamado em alguns momentos como pasto, herança ibérica da ordenação das refeições. Estas foram as modificações implementadas logo num primeiro momento. Além do que compunha a refeição em si – ora alimentos já produzidos no Brasil, ora alimentos advindos do estrangeiro –, os atos e objetos que acompanham não só a preparação do alimento como o seu gozo também são modificados. A maneira como se come, com quem se come, os significados dos alimentos e dos rituais são reordenados.⁸²⁹

Outra novidade que ganhou espaço no Brasil joanino diz respeito à alimentação/refeição fora do ambiente da casa⁸³⁰. Casas especializadas nesse tipo de serviço ganham espaço na corte carioca. Um mestre cozinheiro, José Narcizo, anunciou numa edição de 1809, que no

Catete, junto à venda do Machado, se abriu uma nova casa de pasto, na qual dá mesa redonda a 800 réis por pessoa, e quem a quiser separada para jantar, tem quarto fechado, havendo na dita casa boas massas, salsichas, e tudo o

⁸²⁶ GAZETA, 1820, n. 20, p. 3-4.

⁸²⁷ GAZETA, 1814, n. 89, p. 3.

⁸²⁸ GAZETA, 1820, n. 101, p. 4.

⁸²⁹ SILVA, 1978, p. 3-5.

⁸³⁰ BRAGA, 2010, p. 168

mais com muito asseio. Também dará jantares para fora a quem lhos encomendar, pois é muito hábil em caçarolas e massas (GAZETA, 1809, n. 53).

Assim, observamos que há, então, uma modificação na oferta de produtos, tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos.

Conclusão

Por meio da análise dos anúncios e classificados do impresso intitulado *Gazeta do Rio de Janeiro*, percebemos consideráveis modificações no cotidiano carioca – em especial, o alimentar –, que parecem ter resultado da instalação da corte a partir de 1808.

Os anúncios de produtos e serviços em alimentação voltados a atender novas demandas e gostos, se avolumaram e ganharam outros contornos à medida em que a corte se enraizava. Não só aumentavam sua quantidade, mas, também, a qualidade da oferta.

Como visto, essa corte tropical, forjava na junção entre nascidos e chegados, demandou um conjunto de rearranjos cotidianos num ritmo notavelmente inédito, até então. Não se tratava somente do volume de pessoas, mas todo um conjunto de rituais, modos e protocolos a serem implementados, haja vista a necessidade de se educar os locais à conformação civilizacional europeia do período.

A alimentação, por sua vez, sendo ela mesma um reflexo da cultura social de determinado grupo, se revelou importante indicador para se compreender tais fenômenos. É, portanto, uma expressão de um cosmos social muito maior, conjugado com vestimentas, moradias e relações rotineiras diversas.

Como procuramos apontar, a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, deu-se em um momento no qual a alimentação se afirmava como importante critério de diferenciação social – assim como outros usos e costumes trazidos da Europa. Portanto, saber comportar-se em público, especialmente à mesa, tornou-se para os membros da elite local um hábito necessário com que expressar sua conformidade cultural e social com os pares portugueses.

Fonte

GAZETA do Rio de Janeiro (1808-1821). Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta.htm>. Acesso em 1 nov. 2019.

Referências bibliográficas

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRA, Sérgio Hamilton da Silva. “A Cidade Corte: o Rio de Janeiro no início do séc. XIX”. *1º Colóquio Internacional de História Cultural da Cidade*, mar. 2015, p. 792. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/55CDSergiohamiltondasilvaBarra.pdf>>. Acesso em 1 nov. 2019.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond. *Sabores do Brasil em Portugal: descobrir e transformar novos alimentos (séculos XVI-XXI)*. São Paulo: Senac, 2010, p. 162.

BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia: a escola dos Annales (1929-1989)*. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 1992, p. 32-38.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*. – 4. ed. São Paulo: Global, 2011 [1967].

CASTRO, Giovanna Milanez de. *O Palco da Realeza: as transformações no espaço urbano e nas práticas sociais do Rio de Janeiro joanino (1808-1821)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 158 f.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*, v. 1. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, p. 79-80.

FEEDMAN, Paul (org.). *A história do sabor*. São Paulo: Senac, 2009.

FLANDRIN, J. L.; MONTANARI, M. *História da Alimentação*. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, 1998.

FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 187.

_____; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790-1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: a formação da família brasileira sob o regime patriarcal*. 52. ed. São Paulo: Global, 2013 [1933].

GEERTZ, Clifford. *Negara: o estado teatro no século XIX*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1991, p. 53.

MEIRELLES, Juliana G. “A Gazeta do Rio de Janeiro: o jornal oficial da Corte de D. João VI no Brasil (1808-1821)”. *V Congresso Nacional de História da Mídia*, vol. 1, mai-jun. 2007. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/5o-encontro-2007->

[1/A%20Gazeta%20do%20Rio%20de%20Janeiro%20o%20jornal%20oficial%20da%20Corte%20de%20D.%20Joao%20VI%20no%20Brasil.pdf](http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/5o-encontro-2007-1/A%20Gazeta%20do%20Rio%20de%20Janeiro%20o%20jornal%20oficial%20da%20Corte%20de%20D.%20Joao%20VI%20no%20Brasil.pdf). Acesso em: 12 out. 2019.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. “Avisos de livros nos periódicos luso-brasileiros: um instrumento dos acontecimentos políticos e culturais (1808-1821)”. In: SCOTT, Ana Silva Volpi; FLECK, Eliane Cristina D. *A corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*. São Leopoldo: Oikos; Unisinos, 2008, p. 137.

NOVAIS, Fernando A.; SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil* (4 vols.). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

REIS, José Carlos. *História & Teoria – historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 27-42.

ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 105.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. – 2. ed. – São Paulo: Brazilianas, 1978.

_____. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007, p. 22.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 28.

TOSTES, Vera Lúcia Brottel. “O Rio de Janeiro no tempo de D. João VI”. *Revista Brasileira da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, v. 1, 2008, p. 270-271.

VAINFAS, Ronaldo; BASTOS, Lucia. *Dicionário do Brasil Joanino 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 41.

VEBLEN, Thorstein Bunde. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Abril Cultura, 1983, p. 6.

As produções científicas sobre os herbários elaboradas por Joaquim

Monteiro Caminhoá

Gabriel de Oliveira Vieira⁸³¹

Resumo: Temos como objetivo analisar as reflexões apresentadas por Joaquim Monteiro Caminhoá no campo da Botânica, ganhando destaque aqueles que versam sobre os herbários. Ele produziu dois textos sobre tal assunto: o impresso intitulado *Memória sobre o modo de conservar as plantas, com suas formas e cores ou dos herbários em geral e particularmente em líquidos*. Apresentada na Sociedade Velosiana de Ciências Naturais, publicada no ano de 1873; e o capítulo intitulado *Dos Herbários* que integra o volume três da obra *Elementos de Botânica Geral e Médica*, publicada no ano de 1877.

Palavras-chave: Herbários, Joaquim Monteiro Caminhoá, História Natural.

Abstract: We aim to analyze the reflections presented by Joaquim Monteiro Caminhoá in the field of botany, highlighting those that deal with the herbariums. He produced two texts on this subject: the print entitled *Memória sobre o modo de conservar as plantas, com suas formas e cores ou dos herbários em geral e particularmente em líquidos*. Presented at the Velosian Society of Natural Sciences, published in 1873; and the chapter entitled *Dos Herbários*, which is part of volume three of the *Elementos de Botânica Geral e Médica*, published in 1877.

Keywords: Herbariums, Joaquim Monteiro Caminhoá, Natural History.

Introdução

Analisaremos as principais questões apresentadas pelo autor sobre o tema, como a definição de herbários apresentada, a estrutura e o local ideal para a respectiva instalação, o processo de dessecação e pressão dos vegetais, instrumentos utilizados por um herborizador, entre outros assuntos.

⁸³¹ Graduando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: gabrielvieira.historia@gmail.com

Caminhoá argumentou que a razão que o motivou a redigir tal obra foi o fato de reconhecer que existem obras de Botânica que são muito resumidas e “não tratam de certos assuntos que tenho por indispensáveis, e, portanto, não servem por compêndios nos cursos superiores”, ou então são obras extensas, “como o do sábio professor Julio Sachs”, que “tratam apenas de parte da ciência, e servem para ser consultadas de preferência pelos que, sabendo a matéria, desejam nela aperfeiçoar-se”. Assim, Caminhoá argumentou que elaborou um compêndio que estivesse “entre os primeiros e este do professor Sachs”.⁸³²

O autor informou que o público alvo da sua obra eram “os alunos das diferentes faculdades e escolas, os agricultores e amadores da Botânica”.⁸³³ Contudo, argumentou o professor da FMRJ, ter empregado “uma linguagem ao alcance de qualquer inteligência”.⁸³⁴

Caminhoá iniciou apresentando uma definição de herbários: “Herbários são coleções de plantas destinadas ao estudo complementar, e comparativo das que foram praticamente estudadas nos campos e florestas, etc.”⁸³⁵ Argumentou que “autores antigos” denominavam Herbário qualquer tratado sobre vegetais de uma ou mais regiões do Globo. E, sublinhou que foi a partir do século XIII em diante que as coleções botânicas passaram a ser consideradas dignas de atenção pelos naturalistas.

Dando sequência, Caminhoá argumentou que os herbários nasceram com “os progressos da ciência e com as viagens longínquas”.⁸³⁶ Ele sublinhou a importância dos Descobrimientos dos séculos XVI e XVII para o conhecimento de novas terras e povos, bem como de novas plantas.

Tipos e características de um herbário

Os herbários, segundo Caminhoá, podem ser divididos em dois tipos: os naturais e os artificiais.

⁸³² CAMINHOÁ, Joaquim Monteiro. Introdução. In: Elementos de Botânica Geral e Médica. Vol. 1. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, p. VII.

⁸³³ Idem. Ibidem, p. IX.

⁸³⁴ Idem. Ibidem, p. X.

⁸³⁵ CAMINHOÁ, Joaquim Monteiro. Dos Herbários. In: Elementos de Botânica Geral e Médica. Vol. 3 Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, p. 1367.

⁸³⁶ Idem. Ibidem, p. 1368.

Os herbários artificiais são aqueles que “constam de estampas coloridas, e têm muito menos merecimento, que os outros, principalmente quanto à fidelidade; pois que ordinariamente (...) representam os objetos mais ou menos modificados”.⁸³⁷

Já os herbários naturais, que também podem ser chamados de herbários ricos, são muito mais prestigiados. Eles são constituídos por amostras de plantas secas, que são colocadas entre duas lâminas de vidro quando destinadas para demonstrações nos anfiteatros e cursos. Por sua vez, outro processo empregado para o caso dos frutos, e plantas novas e raras, consiste no uso de bocas de vidro, ou frascos ordinários de tamanhos variáveis, e cheios de líquido de baixo preço, para conterem as amostras e as conservar. De acordo com Caminhoá, esse segundo processo “oferece considerável vantagem de, na maior parte dos casos não alterar a cor, nem as fórmulas, quando o líquido for apropriado. É este o principal desideratum dos naturalistas que se ocupam da matéria...”.⁸³⁸

De acordo com Caminhoá, o local próprio para a montagem de um herbário varia, de acordo com o fim a que o mesmo é destinado. Algumas características eram de grande importância, como o local ser bem ventilado, muito iluminado, espaçoso e também deveria ser o menos úmido possível. No caso do único espaço disponível para construção do herbário ser um local úmido, o mesmo deveria ser aquecido em dias de chuva ou neblina. Além disso, dever-se-ia colocar “fragmentos de cal virgem, envoltos em papel mata-borrão ou de filtro”⁸³⁹ dentro das caixas onde se guardam as amostras para absorver umidade. Caminhoá sublinhou também que a luz não era menos indispensável, espaço que precisa ser visto com clareza e detalhes, sobretudo quando o estudo fosse feito com as lentes fixas, ou microscópio, momento em que a “luz é um sinequa non”.⁸⁴⁰

Itens, instrumentos e utensílios

Nos herbários, muitos utensílios e aparelhos são utilizados para serem efetuados os estudos. Alguns deles merecem destaque por sua importância, como prensa grande de ferro e outra portátil; caixilhos de madeira; bocais de vidro com as suas respectivas tampas; latas de herborização grandes e pequenas, portáteis, de folhas de Flandres, ou folha de zinco forte;

⁸³⁷ Idem. Ibidem, pp. 1369-70.

⁸³⁸ Idem. Ibidem, p. 1370.

⁸³⁹ Idem. Ibidem, p. 1370.

⁸⁴⁰ Idem. Ibidem, p. 1370.

instrumentos usados nas excursões científicas para tirar mudas transplantadas com os fazendeiros e proprietários rurais; a lente; o microscópio; estufa. Utensílios mais simples, como papel pardo e papelão, também poderiam ser muito úteis nos processos feitos pelos herborizadores.⁸⁴¹

Quando herborizar e materiais necessários

Para um herborizador ir ao campo coletar suas amostras, ele necessitava de uma vestimenta adequada. O traje poderia variar de acordo com o local de sua excursão, ainda assim alguns itens eram importantes, como um chapéu leve para se proteger do sol, uma camisa ou colete de flanela. Alguns objetos também poderiam facilitar o trabalho de coleta, como lâminas de zinco para se organizar as amostras. Já algumas ferramentas poderiam até mesmo salvar o herborizador, como carregar um punhal para cortar cascos de árvores, e um revólver presos em um cinturão, para se defender de animais selvagens.⁸⁴²

Prosseguindo, as estações em que o herborizador deve ir a campo depende bastante do tipo de clima do local e também de certas particularidades da flora. Nas zonas frígidas, por exemplo, a única estação vantajosa para se herborizar é o verão. Por sua vez, nas zonas temperadas, o verão e a primavera são as estações mais propícias, porém existem também plantas que florescem no outono e algumas poucas no inverno. De acordo com Caminhoá, no Brasil, havendo zonas temperadas e quentes, faz-se necessário distingui-las, para dar prosseguimento às regras aconselhadas pelos mestres, relativamente às herborizações.⁸⁴³

No Brasil, em algumas regiões é possível herborizar durante todo o ano, como no caso da área que se estende do Amazonas e Pará até o Rio Grande do sul. Por sua vez, na área que vai do Rio de Janeiro em direção ao Sul, as melhores estações para herborizar são a primavera e o verão. No Norte do Império argumentou que as herborizações são vantajosas o ano inteiro, porque as “plantas sucedem-se na florescência constantemente”.⁸⁴⁴ Por sua vez, nos sertões do Ceará e em diversas províncias do Norte, e nos locais onde não há grandes rios próximos, os ribeirões e fontes secam, e, conseqüentemente, uma quantidade razoável de plantas morre ou “fica em um estado de esticação, análogo a hibernação nos climas frios”.⁸⁴⁵

⁸⁴¹ Idem. Ibidem, pp. 1371-1373.

⁸⁴² Idem. Ibidem, pp. 1374-6.

⁸⁴³ Idem. Ibidem, p. 1376.

⁸⁴⁴ Idem. Ibidem, p. 1376.

⁸⁴⁵ Idem. Ibidem, p. 1376.

Contudo, assim que ocorrem as primeiras chuvas, observa-se “um vigor e uma rapidez no desenvolvimento das plantas, que admira!”.⁸⁴⁶

Preparação das amostras

A seguir passou a comentar sobre o processo de dessecação e preparação das plantas. Argumentou que a operação poderia ser dividida em duas etapas: 1) da evaporação da água exterior, ou do orvalho, chuva, etc.; 2) da evaporação da água contida no interior dos tecidos das próprias plantas.

Uma vez que foram colhidos os vegetais que se deseja colecionar, atados por meio de um fio a uma lâmina pequena e numerada, tomadas as notas no memorandum, ou pequeno livro de apontamentos, Caminhoá argumentou que se procura evitar que se alterem suas formas, e que sequem em demasia durante a excursão. O calor intenso no verão do Brasil faz com que em pouco tempo o calor produza a dessecação de um modo rápido. Para evitar-se este inconveniente, ele sugere borrifar-se com água o interior da lata de herborizar. Esta operação deve ser repetida durante a herborização, mas não em excesso.

Após colhido o material a ser estudado, Caminhoá informou que se lavam as amostras. Quando as plantas foram colhidas e levadas para o herbário, ainda possuíam resíduos de terra que poderiam contaminar as outras amostras na lata de herborização. Para solucionar esse problema, era necessário lavar essas amostras recém colhidas, usando uma cuba ou bacia específica, sempre com muita cautela para não danificar as flores ou outras partes delicadas. A seguir, colocam-se as amostras expostas a uma corrente de ar para que fiquem secas.

Finalizada a lavagem, Caminhoá informou que se inicia o processo de dessecação. A primeira etapa consiste em tomar cada uma das amostras, e colocá-las dentro de uma folha de papel pardo de embrulho, tentando-se o mais possível, dispor suas diversas partes nas relações naturais. A seguir, colocam-se algumas folhas de papel pardo acima e abaixo de cada exemplar, ou de cada grupo de exemplares. Tal procedimento é repetido até que haja um volume regular. A seguir, põe-se os volumes entre duas tábuas, ou lâminas metálicas crivadas, munidas de correias e fivelas, destinadas à uma compressão lenta, ou enérgica, segundo as necessidades.

⁸⁴⁶ Idem. *Ibidem*, p. 1376.

Por sua vez, na segunda etapa, que se inicia vinte e quatro horas depois de terminado aquele trabalho, Caminhoá argumenta que se deve mudar os papéis em que se acham as amostras, secá-los, e guardá-los convenientemente, quando possível, fora do contato da umidade, afim de que possam servir para outra vez. A seguir, repete-se o mesmo procedimento, tendo todo o cuidado para que conservem suas relações as diversas partes das plantas, uma vez que deste zelo quase sempre depende a maior ou menor facilidade em reconhecê-las nos herbários. Realizada a mudança do papel, o autor argumenta que se submete toda ou parte da coleção, conforme for possível, à ação da prensa, a qual deve ser de preferência fixa. A pressão convém que se já graduada e constante. E, após um período de dezoito ou vinte dias, tira-se a coleção e a mesma é examinada novamente.

De acordo com Caminhoá, as plantas coletadas para estudo são divididas em cinco categorias. A primeira, chamadas de plantas secas ou pouco suculentas, dentre as quais aparecem os musgos, licopódios, equisetos, fetos, gramináceas, ciperáceas, e plantas espinhosas, são preparadas com muita facilidade. Faz-se necessário colocá-las entre as folhas de um livro velho durante seis ou sete dias, ponde sobre o mesmo um peso suficiente. Porém, salientou Caminhoá, deve haver a “cautela de examiná-las ao fim de quarenta e oito horas; porque muitas, tendo raízes, ou risomas suculentos, necessitam ser mudadas para outro livro ou papel”.⁸⁴⁷ 135

A segunda categoria é a das plantas espinhosas. Segundo Caminhoá, para se guardar as amostras com os espinhos na forma natural deve ser usado o método da areia quente. Porém, se a amostra for achatada, tiram-se os espinhos com uma faca, ou uma lâmina metálica, e procede-se como nos tipos ordinários. Por sua vez, quando a planta for graxa, fende-se ao meio, ou tira-se a parte succulenta, e segue-se o processo comum.

As plantas suculentas são as assim denominadas aquelas que pertencem à terceira categoria. Caminhoá informou que para este tipo “disseca-se, extrai-se o mais possível dos sucos, por meio de uma pequena espátula, ou de uma pá em forma de colher, e depois passase o ferro quente; havendo de intermeio algumas folhas de papel mata-borrão, e tomando-se as cautelas necessárias.”⁸⁴⁸

Por sua vez, as plantas coriáceas, as da quarta categoria, devem ser expostas a princípio ao ar, seguindo-se o processo padrão.

⁸⁴⁷ Idem. Ibidem, p. 1382.

⁸⁴⁸ Idem. Ibidem, p. 1382.

E, finalmente, as plantas da quinta categoria, os cogumelos. Segundo Caminhoá, variados como são tais produções vegetais, por sua consistência, formas, condições e propriedades, merecem que se trate em separado cada grupo. Contudo, argumenta que comentará englobadamente daqueles que têm pontos de analogia quanto á sua consistência.⁸⁴⁹

A respeito das algas, segundo Caminhoá, um dos mais eficazes métodos para preparar as plantas seria o do Sr. Arthur Eloffe (Arthur Joseph Eloffe, 1826-1896). Esse método consistia em três etapas: a lavagem, a colocação sobre o papel, e a dessecação. De acordo com Caminhoá, o método de Eloffe foi preferido por ser mais simples e utilizava como base O Tratado Prático do Naturalista Preparador.

Na primeira etapa, a lavagem, os instrumentos necessários eram: cuba de madeira forrada de zinco, esponjas finas, pedaços de morim engomado, placas planas de zinco, alfinetes, e uma prensa.

O processo de lavagem iniciando-se colocando água na cuba, de modo a cobrir a grelha ou lâmina crivada um ou dois centímetros. A seguir, coloca-se sobre esta, por meio de pinças, a amostra a qual agita-se brandamente durante um certo tempo, por meio do um movimento de vai e vem, que precipita no fundo da cuba as matérias heterogêneas que a impurificam. A seguir, deixa-se repousar o aparelho por meia hora, ou mais, conforme o tamanho da planta, e abrem-se as duas torneiras da cuba. Uma segunda lavagem podia ocorrer, que tinha por fim eliminar principalmente em certas espécies as matérias gelatino-albuminosas.

Concluída a etapa de colocação da produção vegetal sobre o papel, Caminhoá informa que tem início o processo de dessecação e pressão. O autor informa que assim que os maços com algas fossem arranjados, eles deveriam ser prensados, algo que se faz atuar gradualmente. As amostras deveriam ficar por volta de vinte e quatro horas sob pressão, sendo elas retiradas após esse tempo para terem seus papéis de filtro trocados, e substituídos por outros. Dessa forma, em alguns dias as preparações estarão devidamente secas.

Aparelhos para secagem

O médico-botânico argumentou que o tempo exigido para a dessecação de um certo número de amostras destinadas aos herbários é de oito a quinze dias. Além disso, quase

⁸⁴⁹ Idem. Ibidem, pp. 1384-5.

sempre as matérias corantes se alteram, ou se dissolvem durante a operação a que nos referimos. Em virtude disso, Caminhoá nos informa que Ganal apresentou seu aparelho destinado a secar em poucas horas as plantas, conservando-lhes as formas, e as cores.

Caminhoá assinalou pontos positivos sobre o funcionamento do aparelho de Ganal como a economia de tempo e de trabalho. Contudo, apresenta alguns inconvenientes, e o autor então produziu algumas críticas ao mesmo e informou que construiu um aparelho de sua própria invenção, com base no de Ganal, e oferecendo os melhoramentos necessários. Assim, Caminhoá apresentou a sua invenção.

O aparelho de Caminhoá é composto por duas partes, uma com a amostra e outra que serve apenas para manter a temperatura da água em 100°C. Essa segunda parte, se trata de outro cilindro metálico, sendo preferido o cobre para isso e que tenha ao menos 3 polegadas a mais que o cilindro onde fica a amostra. Com esse aparelho é possível secar plantas em aproximadamente duas horas, uma economia considerável de tempo. Foi utilizada a oficina de máquinas da Marinhas para a construção do aparelho, e destinado a Faculdade de Medicina.⁸⁵⁰

Conservação das amostras

Segundo o autor, os vegetais, ainda que tenham sido preparados, e envenenados estão sujeitos a ser destruídos pelos cogumelos e insetos. Quanto aos primeiros, o autor considera que se evita “livrando da umidade as amostras preparadas e envenenadas; e de tempos em tempos tornando a examiná-las, e a envenená-las, si preciso for”.⁸⁵¹

Apresentadas as causas de destruição das espécies, Caminhoá passou a tratar das substâncias empregadas como inseticidas. Ele iniciou indicando duas medidas a serem tomadas: matar os insetos ou cogumelos prejudiciais existentes; e, impedir que se desenvolvam novos dos germens que, por ventura, continuem a permanecer nas amostras.

A realização da primeira indicação se faz com o emprego de substâncias tóxicas dissolvidas em um veículo próprio, que de preferência deve ser facilmente volátil, parecendo ser melhor, e menos trabalhoso, o sulfureto de carbono ou líquido de Lampadius. Informou que geralmente, porém, se emprega uma solução alcoólica de bi-clorureto de mercúrio ou sublimado corrosivo, só com a arsênico.

⁸⁵⁰ Idem. Ibidem, pp. 1399-1400.

⁸⁵¹ Idem. Ibidem, p. 1402

O modo de aplicação dessas substâncias depende se a amostra já estiver ou não fixadas no papel. Quando ainda não estão fixadas, as plantas são mergulhadas no veneno por alguns minutos, depois expostas a uma corrente de ar. Quando as amostras já estão coladas no papel, é necessário então aplicar o veneno com o auxílio de um pincel, de preferência um pequeno e macio. A seguir, é indispensável colocar as amostras à corrente de ar, e comprimi-las um pouco. Havia também a necessidade de se usar luvas para manusear os venenos, sugerindo Caminhoá a de pelica para tal função.

Caminhoá assinalou um fato de extrema relevância. Os inseticidas utilizados para envenenar as amostras e impedir que as mesmas fossem destruídas também poderiam causar danos ao homem.⁸⁵² Caminhoá também pontua outras substâncias utilizadas para se envenenar as amostras, sendo elas: o nitro, o alumen, o colódio, ácido piro-lenhoso, cânfora, simaruba, entre outros.

Caminhoá pontuou que as diversas amostras envenenadas pelos diferentes líquidos assinalados nos parágrafos supracitados “se alteram mais tarde!”.⁸⁵³ Dessa forma, ele argumentou que vem procurando experimentar diferentes processos com o intuito de obter boas amostras, bem conservadas, com as suas formas e cores, por meio de líquidos que possam ser adquiridos a preços módicos.

O autor então apresentou um processo de preparação das amostras por meio de duas lâminas de vidro que vinha realizando no anfiteatro da Faculdade Medicina do Rio de Janeiro, espaço onde era o responsável pela Cadeira de Botânica. Tal processo é resultado do “desagradável incidente de alterarem-se, ou destruírem-se, ainda que involuntariamente” as que iam ser analisadas no anfiteatro. Informou ainda que não aconselhava tal processo não deveria ser aplicado como geral, mas “somente para os tipos que devem ser estudados durante a lições; porque, além de frágeis, são pouco baratas essas amostras, comparadas com as outras”.⁸⁵⁴

Caminhoá informou que para certos gêneros novos, ou para certas coleções “ricas, e mais perfeitas” lhe pareceu mais adequado o emprego de bocais de vidro, contendo líquidos diferentes, nos quais se mergulha a amostra. A seguir, se tapa imediatamente com cuidado, de modo a impedir a introdução do ar, além do que, embora em pequena quantidade, existia ordinariamente no líquido. O autor informou que dentre os líquidos aconselhados por alguns

⁸⁵² Idem. Ibidem, p. 1404.

⁸⁵³ Idem. Ibidem, p. 1406

⁸⁵⁴ Idem. Ibidem, p. 1407.

naturalistas para conservação, por exemplo, dos cogumelos e das preparações zoológicas, empregamos alguns também às fanerógamas. E, informou ainda que apreciou cada uma das substâncias pelo seu lado econômico, considerando “o sal comum o mais vantajoso.”⁸⁵⁵

Quanto aos perigos da manipulação, Caminhoá argumentou que os das substâncias supracitadas variavam. Em algumas, em que o sublimado ou o arsênico fossem as bases, como os líquidos de Smith, Verlot, Jubert, etc., são perigosos, como também o sulfureto de carbono. Por sua vez, o colódio, para os indivíduos que o manipulassem por muitas horas, poderia vir a ser pernicioso, em função da evaporação do éter que o compõe. E, quanto aos demais, não havia perigo algum.

Quanto à facilidade de encontrar a substância que se quer aplicar por toda a parte, Caminhoá informou que seriam preferíveis, em ordem, o sal comum, o álcool fraco, ou aguardente, e o alumínio.

Para a conservação das formas das amostras, segundo Caminhoá, qualquer substância poderia ser usada, com exceção do líquido de Lampadius, e do colódio. Já para conservar a cor, a solução mais indicada é a de sal comum, por ter melhores resultados comparados aos dos líquidos alcoólicos e o licor de Lampadius.⁸⁵⁶

Quanto às cautelas que deveriam ser tomadas durante a preparação, Caminhoá informou que desde o ano de 1863, portanto, há quatorze anos, vinha estudando e fazendo experiência sobre o assunto, fato que lhe autorizava a argumentar com segurança que o referido processo apresentava “eternamente” uma boa espécie.

Materiais corantes e conservação em líquidos

De acordo com o estudioso, há diferentes corantes nas diversas partes de uma planta. A coloração varia conforme a presença ou ausência de oxigênio não só no mesmo vegetal, como no mesmo órgão. Diferentes agentes, que não o oxigênio, a água e a amônia, podem igualmente atuar sobre aquelas matérias, como a luz, o calor, e a solubilidade.⁸⁵⁷

Dando sequência, ele passou a tratar dos materiais corantes em particular, e argumentou que três são as séries principais delas: a vermelha, a amarela, e a azul, das quais

⁸⁵⁵ Idem. Ibidem, p. 1408.

⁸⁵⁶ Idem. Ibidem, p. 1408-9.

⁸⁵⁷ CAMINHOÁ, Joaquim Monteiro. Memória sobre o modo de conservar as plantas, com suas formas e cores ou dos herbarios em geral e particularmente em líquidos. Rio de Janeiro:Tip.Academica, 1873.p.28.

umas são solúveis na água, e outras no álcool, e no éter. Por isso, advertiu o botânico, que para o naturalista afirmar com certeza quais as plantas que se conservam bem no álcool, no éter ou na água é necessário que ele realize previamente experimentações. Informou também que utilizou água comum, quente ou fria, e água destilada. E, Caminhoá concluiu que certos líquidos, principalmente os alcoólicos e os etéreos, dissolvem a maior parte das cores.⁸⁵⁸

Por fim, passou o autor a discorrer sobre o processo de fixação das amostras. Segundo Caminhoá, depois de secas as plantas, como de ordinário nos herbários, são fixadas por meio de tirinhas de papel, ou então soltas no papel. De acordo com os naturalistas, a cola entretém as traças, ou os insetos que roem as plantas. Caminhoá informou que a melhor cola que se pode empregar é a de pelica misturada aos calomelanos.⁸⁵⁹

Prosseguiu Caminhoá explicando que o papel, sobre o qual se põe a planta seca e preparada, deve de ser sempre embebido previamente em uma solução regularmente concentrada de alumen, ou de qualquer substancia inseticida, e depois bem seco. Uma vez preparadas as amostras por qualquer dos processos, é indispensável pôr os rótulos com os nomes comuns e científico. Quanto á classificação, poderá o naturalista seguir a que lhe parece melhor. Considerou também útil haver um ou mais índices em cada pasta, ou em cada lata, ou armários, que facilitem o trabalho de procurar-se as amostras que se deseja estudar.⁸⁶⁰

Para as espécies conservadas em líquido dentre de bocais, lembrou Caminhoá que este processo dispensava aparelhos de dessecação, prensa, papel, livros ou cadernos, latas, trabalho de envenenar novamente, entre outros.

A vantagem de se conservar plantas em líquidos em ambientes como a Faculdade de Medicina, é devido aos constantes estudos feitos com essas amostras. Quando é necessário se estudar uma planta e a única amostra disponível já está seca é necessário que o naturalista a hidrate novamente. Para isso, existem dois métodos para repor os líquidos, o primeiro uma embebição das amostras durante alguns segundos ou minutos sendo usar vapor de água ou álcool. Após efetuado um desses processos a planta retoma temporariamente sua forma natural, em alguns casos até mesmo sua cor. Quando terminado o estudo necessário, o processo de secagem, como se a amostra fosse fresca, deve ser feito novamente.⁸⁶¹

⁸⁵⁸ Idem. Ibidem, p.37.

⁸⁵⁹ CAMINHOÁ, Joaquim Monteiro. Dos Herbários. In: Elementos de Botânica Geral e Médica. Vol. 3 Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, p. 1414.

⁸⁶⁰ Idem. Ibidem, p.1414.

⁸⁶¹ Idem. Ibidem, p.37

Considerações finais

Joaquim Monteiro Caminhoá foi um dos mais importantes cientistas que atuaram no Império do Brasil. Formado em medicina, ele atuou em diversas instituições científicas, como a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e o Imperial Colégio Pedro II. Foi sócio de importantes sociedades, como a Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro. E, publicou diversos artigos e livros. Portanto, Caminhoá foi um dos estudiosos que produziram conhecimento no oitocentos em território brasileiro.

Caminhoá produziu conhecimento na área da História Natural, em particular no campo da Botânica. Suas principais obras estavam voltadas para classificar e entender o reino da deusa Flora. A natureza brasileira lhe proporcionou um amplo leque de temas, oferecendo uma vasta contribuição ao conhecimento das matérias vegetais.

Os dois textos analisados deixam transparecer a produção do conhecimento no Império do Brasil. Caminhoá foi um cientista prático, utilitário e pragmático. Ele queria ser útil à sua sociedade, difundir os conhecimentos científicos, cumprindo assim a função de “esclarecimento” típica de um homem letrado, que se propunha a divulgar e a popularizar as 80 ciências. Ele foi um dentre vários homens de ciências, que contribuíram para o processo de emergência e consolidação das ciências naturais no século XIX no Brasil.

Referência Bibliográfica

CAMINHOÁ, Joaquim Monteiro. Herbários. In: *Elementos de Botânica Geral e Médica*. Vol. 3 Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877.

CAMINHOÁ, Joaquim Monteiro. *Memória sobre o modo de conservar as plantas, com suas formas e cores ou dos herbarios em geral e particularmente em líquidos*. Rio de Janeiro: Tip. Academica, 1873.

*Fazer história na Igreja da Memória**

Gustavo Pereira**

Resumo: Na Igreja da Memória, em Lisboa, oficializou-se em 13 de maio de 2019 um “consórcio de mecenas destinado a financiar o maior projeto científico desde sempre sobre o marquês de Pombal”. Pronunciados os discursos de praxe, assinou-se o protocolo para a iniciativa: levantamento, transcrição, crítica e edição do conjunto de textos escritos pelo marquês ou por ele orientados. Intitulado *Pombal Global*, o projeto obteve 1.2 milhões de euros com a justificativa de “colmatar uma das lacunas mais graves da cultura portuguesa”. De acordo com o investigador principal, a publicação planejada visa a “esvaziar o ‘mito’ [que envolve a figura histórica do marquês] e a deixar emergir a história”. Propõe-se tomar a ocasião como ponto de reflexão sobre a ideia de *fazer história* então mobilizada.

Palavras-chave: história; memória; efeméride.

Abstract: On May 13, 2019, a consortium of patrons established to finance “the biggest project ever regarding the Marquis of Pombal” was officiated in Lisbon, at the church of Memory. On the occasion, those responsible for the initiative signed (after the customary celebratory speeches) a protocol to enable the research, transcription, critics and edition of a *corpus* of written documents either produced or oriented by the Marquis. Entitled *Pombal Global*, the project managed to obtain a total of 1.2 million euros on the grounds of “concealing one of the most serious gaps in Portuguese culture”. According to its main investigator, the planned edition is supposed to “empty the myth [regarding the Marquis’ past] allowing history to emerge”. This paper reflects on the idea of *making history* mobilized on the event.

Key words: history; memory; ephemerid.

* Este trabalho, que incorporou sugestões das discussões no âmbito do simpósio temático *historiografia e teoria da história*, resulta de um recorte no primeiro capítulo (com o mesmo título) da tese em desenvolvimento, intitulada “*Os homens do futuro*” e o passado pombalino: representações do marquês nas comemorações do primeiro centenário de sua morte.

** Assistente de Investigação, CHAM – Centro de Humanidades. Doutorando em História e Teoria das Ideias – Universidade Nova de Lisboa, sob orientação de João Luís Lisboa. Foi bolsista CAPES. Desenvolve estágio doutoral de pesquisa – PPGH-UERJ, sob orientação de Lúcia M. Bastos Pereira das Neves. E-mail: gustavopereira@id.uff.br

Quando em Portugal se fala – como agora – do marquês de Pombal, há sempre duas correntes em combate: a jacobina e a reacionária, com as suas diversas expressões. Uns dizem que ele era um liberal; os outros parecem querer dar-lhes razão quando pleiteiam. [...] Aponto fatos, não faço defesas nesta hora em que se quer celebrar Pombal mais uma vez – o que não me repugna, desde que se não apresentem sob uma falsa feição. [...] Não o desejo demolir; apenas o quero no seu lugar. O governo acha que ele é no panteão; há quem o queira na igreja da Memória, edificada para comemorar a salvação de D. José no dia do atentado em que Pombal inculpou inocentes; a família deseja-o na capela das Mercês, onde jaz após a trasladação do seu desterro. Não me pronuncio sobre o sítio onde vai repousar. Na história é que o não quero sob a legenda falsa de que o rodearam.

Rocha Martins, 1923.⁸⁶²

Na Igreja da Memória

A Igreja de Nossa Senhora do Livramento e de São José, comumente referida como *Igreja da Memória*, localiza-se na região da Ajuda, na capital portuguesa, e foi classificada como patrimônio nacional em oito de fevereiro de 1923. Sua construção, finalizada em 1788, foi ordenada por D. José (1750-1777) como gesto de gratidão por ter sido poupado em um atentado contra sua vida ocorrido em três de setembro de 1758 – o *livramento* de José (não o santo, mas o rei homônimo). Tal é a *memória* a que se remete a designação ordinária do templo, que teve sua pedra fundamental lançada dois anos após a malograda tentativa de regicídio,⁸⁶³ que resultou, em 1759, na punição exemplar a membros da alta nobreza, a quem foi atribuída a responsabilidade pelo atentado, sob suposta influência jesuítica. A violência repressiva coordenada pelo marquês de Pombal na ocasião – o *processo/suplício dos Távoras* –, com o tempo afirmou-se como um dos episódios mais criticados de seu governo, influenciando fortemente na conformação de uma duradoura e recorrente imagem negativa do ministro de D. José.⁸⁶⁴

⁸⁶² *Fantoches*, Lisboa, 12/05/1923.

⁸⁶³ “Igreja da Memória”, SIPA; SOARES, 2016, p. 212-219.

⁸⁶⁴ Como exemplo recente, aponta-se a série *O processo dos Távoras*. Originalmente exibida em 2001 na RTP1 (principal canal da Rádio e Televisão de Portugal), foi reprisada algumas vezes (reagendada para outubro de 2019). No site da RTP, lê-se em sua apresentação – que explicita o sentido teleológico e a memória negativa que se atualiza: “As famílias do duque de Aveiro e do marquês de Távora são acusadas de crime de lesa-majestade através de um processo espúrio [...]. O destino foi a morte na maior execução coletiva a que Portugal alguma vez assistiu. Mas a História não esqueceu. [...] o horror do cadafalso para inocentes marcou o nosso destino coletivo. [...] ainda hoje, pese embora a reabilitação dos Távoras, essa mancha de ignomínia e tragédia está presente na memória dos homens”. RTP, 2019. Outro exemplo da permanência de uma recordação negativa do

Igreja da Memória, 13 de maio de 1923. Após uma salva de 21 tiros executada por uma bateria de artilharia, os restos mortais do marquês de Pombal são recebidos no templo católico, “condigno panteão que a pátria agradecida lhe destina”,⁸⁶⁵ em meio a uma pomposa cerimônia comemorativa iniciada ainda na manhã do dia anterior – quando um cortejo percorreu o breve trajeto da capela das Mercês, no bairro Alto,⁸⁶⁶ até o Paço do Concelho, na Praça do Município, na Baixa *pombalina*. No átrio do edifício-sede do poder municipal, seu ataúde foi exposto até ser escoltado à referida igreja, na Ajuda, ao som de música solene executada por fanfarras.

A iniciativa, a cargo de uma comissão oficial, esteve longe de um consenso. No *Diário de Lisboa*, lê-se que “o destino do grande marquês, tantos anos depois da sua morte, é sofrer as inconstâncias do tempo e da fortuna. O homem que tudo pôde ainda não conquistou o seu direito a dormir placidamente o sono da campa”.⁸⁶⁷ Na véspera da cerimônia, o jornal afirma que Pombal

deixa as sombras salitrosas da capela das Mercês para continuar o seu eterno sono na Igreja da Memória [...] o homem que foi ministro de D. José e tomou nos seus ombros robustos o destino de um povo ainda não tem lugar definido na história do seu país, sendo necessário protegê-lo contra ódios que não perdoam. [...] descontadas as revoltantes crueldades que cometeu para governar sem oposição, animou-o um ardente desejo de fazer de Portugal um grande país. [...] A sua obra de estadista anima-se, porém, duma tal seiva renovadora que pôde resistir às machadadas que lhe vibraram, depois da sua demissão estrondosa. Nunca o seu nome conquistou o direito a uma imortalidade tranquila. Terá chegado a hora feliz do seu repouso perante a posteridade? Não ousamos responder afirmativamente. O fato de o trasladarem para a igreja da Memória é o mesmo que torná-lo prisioneiro e vítima da parte menos feliz e menos simpática da sua obra. [...] O marquês de Pombal, apesar dos seus defeitos e apesar da maneira ditatorial por que sempre governou, é das figuras que o povo se acostumou a admirar; das figuras que o povo foi ensinado a admirar, por alguns dos atos do seu governo.⁸⁶⁸

episódio é a expressão “azar dos Távoras”, empregada contemporaneamente no sentido de infortúnio súbito; sem razão.

⁸⁶⁵ *A Capital*, Lisboa, 09/05/1923. A declaração ecoa a inscrição que se encontra no frontispício do Panteão de Paris: *aux grands hommes, la Patrie reconnaissante* [aos grandes homens, a pátria reconhecida]. Sobre o Panteão como lugar de culto à memória dos *grandes homens* da nação, e não dos heróis (sua proposta, o percurso do prédio e da inscrição proposta por Pastoret em 1791): BONNET, 1995; OZOUF, 2015 [1984]. Sobre a relação entre a identidade nacional e a memória dos mortos da pátria: DETIENNE, 2013 [2010].

⁸⁶⁶ Quando de sua morte, em oito de maio de 1782, Pombal encontrava-se afastado da capital, em exílio decretado pela rainha. Nem a seus restos mortais foi concedida autorização para retornar a Lisboa, onde se localiza a referida capela – e para onde ele havia previsto que se encaminhasse seu ataúde. Apenas em 1856 foi realizado esse primeiro traslado, da Igreja de N. Senhora do Cardal, na vila de Pombal (onde, durante a terceira invasão francesa, seu túmulo foi defenestrado), para a capital.

⁸⁶⁷ *Diário de Lisboa*, Lisboa, 05/05/1923 – o jornal a partir do dia dois já anuncia e comenta sobre o traslado (ideia que já havia sido aventada em *A Capital* em 24/04/1915 – após ser-lhe recusada a entrada no Mosteiro dos Jerônimos).

⁸⁶⁸ *Diário de Lisboa*, Lisboa, 12/05/1923.

Pouco antes, o deputado Paulo Cancela de Abreu protesta na Câmara, acusando que o ritual que se preparava não visava ao reconhecimento dos serviços prestados por Pombal. A comissão acusaria seu teor partidário, que desagradaria a “muitíssima gente, quando é certo que se devia dar-lhe uma homenagem de caráter nacional”. Ele recorda, nesse sentido, que

a transladação é feita para a igreja da Memória [...] mandada erigir por ele próprio em comemoração do fato de o rei D. José ter saído ileso do atentado de que foi vítima. E esse atentado, como a Câmara sabe, deu origem à execução dos Távoras. [...] estranho tudo o que se está passando e muito lamento que se pretenda fazer uma especulação política em volta de um nome realmente grande na nossa história, quase fazendo-se dele um republicano e um maçom, quando é certo que ele o não foi. Certamente que o país não vai dar o braço à maçonaria para juntos acompanharem o cortejo político que se projeta.

Suas declarações são confrontadas pelo ministro da Instrução Pública, João Camoesas, que afirma ser o traslado “um ato que há muito vinha a ser devido à memória da grande figura histórica do marquês de Pombal [...] um ato de justiça a que foram chamadas diversas pessoas sem nenhuma espécie de preocupação confessional [...] nem caráter político”. Para ele,

trata-se de uma manifestação de alto propósito educativo para mostrar à nova geração o que valeu essa grande figura da nossa raça; foi por essa razão que o Ministério da Instrução foi encarregado dessa transladação. É preciso que a grande figura do marquês de Pombal avulte na sua altura.⁸⁶⁹

A despeito de protestos, o traslado realizou-se com pompa; em homenagem oficial prestada ao marquês em comemoração ao dia em que, 224 anos antes, assinalara-se seu nascimento.

Igreja da Memória, 13 de maio de 2019. Uma cerimônia marca a oficialização do “consórcio de mecenas destinado a financiar o maior projeto científico desde sempre sobre o marquês de Pombal”. No templo-memorial, diante de jornalistas e de outros assistentes, representantes das instituições partícipes reúnem-se para, pronunciados os discursos de praxe, assinar um protocolo visando a financiar a iniciativa acadêmica – levantamento, transcrição, crítica e edição do virtual conjunto completo de textos escritos pelo marquês ou por ele

⁸⁶⁹ *Diário da Câmara dos Deputados*, 11/05/1923. Abreu, advogado e monárquico assumido, foi deputado entre 1922 e 1925 (I República, 1910-1926) e depois entre 1945 e 1969 (Estado Novo, 1926-1974) – quando apoiou Salazar, “grande português, enviado por Deus para salvar a glória da pátria”. CASTILHO, 2009. Já Camoesas, médico, ocupou a referida pasta em dois governos (1923 e 1925). Em 1932, foi deportado para Angola – exilando-se mais tarde nos Estados Unidos. *Polítipédia*, 2012.

orientados.⁸⁷⁰ Intitulado *Pombal Global*, o projeto abrange um grande grupo de investigadores e 1.2 milhões de euros, para “colmatar uma das lacunas mais graves da cultura portuguesa”.⁸⁷¹

Último a discursar, Fernando Medina,⁸⁷² presidente da Câmara Municipal de Lisboa, começa por afirmar que está em causa “seguramente o maior projeto de investigação histórica em Portugal neste momento, e creio que certamente um dos maiores que o país realizou, pelo menos no tempo do Portugal democrático”. O que tem um significado profundo, por ser um investimento “basilar do ponto de vista da construção da sociedade contemporânea, que é a nossa história”. Ele assinala, enfim, o simbolismos em torno do local e da data escolhidos:

Há duas razões para estarmos aqui: uma, naturalmente, é [ser] esta a igreja em que estão depositados os restos [mortais] do marquês de Pombal [...] há uma última razão para estarmos aqui: [...] é que nós estamos hoje a celebrar os 320 anos do nascimento do marquês de Pombal. Se não cometo nenhum erro histórico, foi precisamente no dia 13 de maio de 1699 que nasceu o marquês de Pombal e foi essa a razão. Por isso não há nenhum atraso, não é? Mas foi mesmo a escolha do dia para podermos fazer isso hoje aqui [...]. Não é certamente obra do acaso; é o reconhecimento da profunda marca que o marquês de Pombal tem no Portugal contemporâneo que hoje somos.

Recuperando outras ocasiões “em que também se fizeram homenagens ao marquês”, destaca a centralidade de sua estátua na Lisboa atual. Proposta em fins do século XIX só foi inaugurada em 13 de maio de 1934; “o anterior regime... era muito sensível à identificação

⁸⁷⁰ Além das posturas concretas do ministro, havia um discurso pombalino, que envolvia “tanto as práticas político-sociais quanto suas manifestações nas letras e nas artes em geral”. Havia, ademais, “relações bem claras entre os integrantes desse discurso”, que pressupunha “não só a presença do mecenas [Pombal], das instituições e dos valores que representa, mas também a de um rigoroso repertório coletivo de convenções, que estabelece desde as coisas retóricas e o modo de apropriação delas até os princípios de organização” dos materiais produzidos. TEIXEIRA, 1999, p. 14-15. Pombal desempenhou papel fundamental na definição de tal repertório e no estabelecimento de uma espécie de cânone pombalino, foco do projeto de publicação – obras com seu timbre; escritas ou influenciadas por ele, espécie de “modelador, inspirador e revisor [...] que imprime a direção hermenêutica que devia presidir a escolha e a leitura dos dados apresentados”. FRANCO, 2006, p. 476.

⁸⁷¹ O protocolo foi assinado por representantes dos municípios de Lisboa, Oeiras, Pombal e Sernancelhe, das fundações Millenium BCP e Marquês de Pombal, da Universidade de Coimbra (UC) e da UAb e também do Grupo Jerônimo Martins. As expressões entre aspas constam no subtítulo do vídeo da cerimônia de assinatura do protocolo, produzido e divulgado em 13/05/2019 pelo Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, da Universidade de Lisboa (CLEPUL), doravante citado sem referências em notas de rodapé. Como principal meta, propõe-se a publicação da virtual totalidade da produção pombalina, a ser organizada em dez áreas temáticas, distribuídas em 32 volumes, além da confecção de um DVD com fontes digitalizadas, de uma base de dados de livre acesso na internet e, condicionado a financiamento adicional, de um *Dicionário do Século das Luzes em Portugal*.

⁸⁷² Economista, vinculado ao Partido Socialista – PS (centro-esquerda). Assumiu a presidência da Câmara em 2015. LISBOA, 2019.

dos símbolos que marcavam a nossa história,⁸⁷³ mas [a estátua] é erigida com uma subscrição popular”.

De sua parte, Isaltino Morais,⁸⁷⁴ presidente tanto da Câmara Municipal de Oeiras quanto da Fundação Marquês de Pombal,⁸⁷⁵ aponta que tais instituições desenvolvem há já um tempo “todo um panorama que valoriza a figura do primeiro conde de Oeiras”;⁸⁷⁶ foco “do cuidado e do carinho especial” do município, que integrou o compromisso com o projeto a seu zelo pelo patrimônio pombalino. Acerca da relação com o passado, ele pontua que a história se caracteriza por atos de heroicidade e de covardia; de humanidade e de crueldade – ações pretéritas de que as comunidades não se devem envergonhar, mas cuja importância devem reconhecer.

Ora bem, do que estamos aqui de fato a tratar é [de] um homem extraordinário que [...] teve muitos detratores; muitos detratores no seu tempo, e ninguém se lembra do nome deles. Mas do marquês de Pombal, toda gente se lembra e fala. [...] Realmente, uma grande figura. Déspota... iluminado! Um homem do seu tempo.

Isaltino Morais, além disso, apresenta sua própria trajetória como uma pitoresca metáfora da suposta reconciliação da figura de Pombal com a família comumente apontada como sua mais célebre vítima, valendo-se de suas recordações do ensino de história:

eu cresci em uma terra [Mirandela] onde os Távoras são adorados. Eu estudei em uma escola primária que fazia uma apologia do marquês de Pombal. Mas as professoras encarregavam-se sempre de dizer: *mas ele mandou matar os Távoras!* [...] eu, que nasci na terra dos Távoras, vim governar as terras do marquês de Pombal. É uma boa conciliação [...] está feita a reconciliação em termos de Távoras e Pombal.

⁸⁷³ Estado Novo, regime ditatorial, conservador e nacionalista cujos marcos cronológicos são a constituição de 1933 (posterior à dita revolução de 28 de maio de 1926, que pusera fim à democracia parlamentarista) e a revolução de 25 de abril de 1974 (*dos cravos*). Sobre sua relação passadista e mítica com a história e com seus símbolos, cita-se um trecho do discurso de António de Oliveira Salazar (presidente do Conselho de Ministros, 1932-1968) na comemoração do 10º aniversário do 28 de maio: “Não discutimos Deus e a virtude. Não discutimos a pátria e a sua história. Não discutimos a autoridade e o seu prestígio [...]”, que ecoa na sala *certezas indiscutíveis* da exposição permanente do *Museu do Aljube: Resistência e Liberdade*, em Lisboa.

⁸⁷⁴ Jurista, foi vinculado ao Partido Social Democrata-PSD (centro-direita). Presidente da Câmara Municipal de Oeiras entre 1985 e 2002 (PSD) e de 2005 ao presente (independente) Ver: OEIRAS, 2017.

⁸⁷⁵ Com estatutos aprovados na Câmara em 1989, a fundação visa ao desenvolvimento do município por meio de ações socioculturais, estendendo suas atividades a outras regiões próximas, por via da figura histórica de Pombal. “Os motivos que determinaram a escolha do nome do polémico estadista [...] foi a sua ação governativa e filosofia de progresso, que é referenciada como modelo de modernização da sociedade”. Ver: *site FUNDAÇÃO Marquês de Pombal*.

⁸⁷⁶ O ministro, feito conde de Oeiras antes de ser marquês de Pombal, é assim referido para reforçar os laços com o município.

Primeiro a discursar, João Carlos Relvão Caetano, representante da Universidade Aberta de Portugal (UAb),⁸⁷⁷ ponderando sobre apreciações do histórico pombalino diz que “a figura do marquês de Pombal continua a dividir opiniões”. Manifestações “em círculos restritos, de uma forma que não parece razoável”, dado “seu importantíssimo papel na política portuguesa, europeia e mundial”. Indo mais longe que os demais na sobrevalorização dos paralelos com o passado, das simbologias e da própria formalidade – baralhando referências religiosas, políticas e acadêmicas –, ele afirma:

Este é o nosso tempo e a nossa responsabilidade – que não é menor do que seria se estivéssemos a aprovar uma nova constituição para o nosso país. Talvez possamos ver uma espécie de línguas de fogo a descer sobre as nossas cabeças para nos inspirar e imortalizar. [...] Assumimos responsabilidades uns perante os outros, mas ainda perante uma multiplicidade de outras pessoas, muitas delas desconhecidas, que hão de olhar [...] para o que estamos a fazer hoje aqui e dizer: ainda bem que o fizeram [...] estamos reunidos neste local simbólico pelo passado, mas também pelo presente e pelo futuro. Este não é apenas o local onde estão depositados os restos mortais do marquês de Pombal ou em que celebramos um acordo com o objetivo de divulgar [su]a obra completa [...]. Este é o espaço e o tempo em que fazemos em conjunto uma interpretação da relevância da obra do marquês de Pombal para Portugal, a Europa e o mundo. Fazemo-lo para dentro e fora das nossas instituições, percebendo o alcance das suas missões para benefício da sociedade. [...] procuro vossos olhares com a convicção de que estão sintonizados com o meu, para que juntos levemos a cabo uma empreitada que é maior do que nós, mas que não nos dispensa. Por isso estamos aqui e este dia há de ser lembrado.

Ainda em 2018, José Eduardo Franco, investigador principal da empreitada, escreveu em uma proposta acadêmica que, devido à lacuna representada pela não publicação da obra completa de Pombal, assiste-se à absolutização de “um conjunto contraditório de interpretações sobre o real papel” do ministro, o que teria contribuído “fortemente para a consolidação, no imaginário histórico português, do ‘mito’ do marquês de Pombal”, apreciado negativa ou positivamente; de forma simplista. Na sua perspectiva, “apenas novas investigações, fundadas na futura obra completa publicada do marquês de Pombal”, poderiam superar tal dicotomia.

Na proposta, o projeto visa a estatuir, pela via da publicação de fontes, “o real e legítimo papel da ação do marquês na evolução histórica de Portugal”, esvaziando sua figura

⁸⁷⁷ Pró-reitor para o Desenvolvimento Institucional e Assuntos Jurídicos. Doutor em Ciências Políticas, Professor auxiliar no Departamento de Ciências Sociais e Gestão, investigador no Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais, da UAb.

mitológica e “reduzindo a sua ação a um plano historiograficamente real”. Afinal, trata-se de compensar

uma verdadeira omissão histórico-cultural da historiografia portuguesa. Tendo essa usado o primeiro centenário da morte do marquês, em 1882, como fonte de propaganda republicana, acentuando o caráter divisório da sua imagem mítica, e o segundo centenário, em 1982, como balanço acadêmico-analítico da sua obra, foi, no entanto, incapaz de promover *o que a sua imagem verdadeiramente exigia – a publicação das suas obras escritas –, de modo a esvaziar o “mito” e a deixar emergir a história* (FRANCO et al, 2018, p. 03-04, grifos meus).

No dia 13 de maio de 2019, ao discursar em nome dos diretores científicos do projeto,⁸⁷⁸ ele vale-se apelativamente da simbologia do local e da data escolhidos: “ali estão os restos mortais [...] é um dia significativo; ainda bem que tudo se conciliou para que celebrássemos e assinássemos esse protocolo nesse dia memorável em que juntos estamos a *fazer história*”. Terminados os discursos e assinado o acordo, o professor, representantes de instituições partícipes e alguns dos assistentes deixam-se fotografar em frente a um grande ataúde. Afixada ao esquife, uma placa sinaliza se tratar do receptáculo dos “restos mortais de Sebastião José de Carvalho e Melo, 1º marquês de Pombal”, assinalando as datas de seus nascimento e morte.

Entre os marcos do calendário que balizaram sua vida, decorreram quase oitenta e três anos. Após seu falecimento, as datas mantiveram-se como referência para a contabilização da ininterrupta passagem do tempo. Como resultado de tal exercício cronológico pós-morte, os anos acumulados, quando convém, são assinalados de modo particular (em efemérides⁸⁷⁹ redondas ou aleatórias); ocasião e justificativa para mobilizações e atualizações de memórias. Em 13 de maio de 1923 (quando ele completaria insustentáveis 224 anos), seus ossos foram trasladados para a Igreja da Memória. Em 13 de maio de 1934 (seu 235º aniversário, recordou, dentre outros marcos, um periódico), inaugurou-se sua colossal estátua lisboeta,

⁸⁷⁸ Viriato Soromenho-Marques, da Universidade de Lisboa (UL) e Pedro Calafate (UC). Franco, além de professor da UAb, é diretor da Cátedra Infante Dom Henrique de Estudos Insulares e da Globalização (UAb, CLEPUL, FCT).

⁸⁷⁹ Para uma reflexão histórica sobre a palavra efeméride – aqui empregada com o sentido atual de *fato importante ou grato que ocorreu em determinada data; comemoração de um fato importante, de uma data etc.* (HOUAISS, 2001), associando-a e diferenciando-a de comemoração –, ver: BONALDO, 2014. Para o historiador, a aproximação dos dois termos enquanto “sinônimos imperfeitos” (e a possibilidade de se enunciar a frase “comemorar efemérides”) se dá apenas no final do século XIX, datando do século XX sua dicionarização enquanto sinônimos (p. 14). Sobre o historiador diante de comemorações históricas, ver: ALBUQUERQUE, Jr., 2019b, p. 179-190.

pagando-se, “enfim, a dívida de gratidão à memória do insigne estadista”.⁸⁸⁰ Em 13 de maio de 2019 (320 anos após seu nascimento), assinou-se o protocolo para a publicação do conjunto de sua obra.

Apesar de só ter recebido seu título nobiliárquico mais elevado na fase final de sua vida, foi como marquês de Pombal que passou a ser referido indiscriminadamente na posteridade. Frei Joaquim de Santa Clara, monge beneditino e professor da Universidade de Coimbra que elaborou uma oração fúnebre para a celebração de suas exéquias, afirmou em maio de 1782: “o marquês de Pombal morre. Mas não morrerá jamais a sua memória [...] sua sepultura não poderá ter epitáfio nem mais permanente nem mais enérgico que o seu nome”.⁸⁸¹

Cem anos mais tarde, realizou-se a inauguração simbólica, no topo da Avenida da Liberdade recém-aberta, de um monumento em sua homenagem – pedra fundamental do que não passava de uma ideia polêmica. Em meio a cortejos cívicos, conferências, tumultos e artigos em jornais, o há muito falecido Pombal, não tendo ainda ganhado sua estátua, reganhou imensa notoriedade: tornou-se assunto candente, com as polêmicas que a celebração do primeiro centenário de sua morte despertou. Ainda em oito de maio, Rui Barbosa (1882, p. 75, 84) declarou em discurso no teatro de Pedro II, no Rio de Janeiro: “faz hoje um século que a morte o tomou no regaço, para o entregar à história”, apontando a apoteose centenária como o “primeiro elo na cadeia de aclamações crescentes” para sua imortalização.

Passados mais cem anos, o calendário novamente incentivou uma série de debates. Dessa vez, os esforços partiram sobretudo de acadêmicos, aproveitando-se a ocasião para justificar científica e financeiramente eventos e publicações de teor historiográfico. Nesse ano, Francisco Falcon (1982, p. 223) publicou uma importante obra sobre a época pombalina.⁸⁸² Para o historiador brasileiro, “Pombal, tomado no sentido tradicional de

⁸⁸⁰ “À distância de 235 anos do nascimento de Sebastião José de Carvalho e Melo, de 184 anos da sua subida à governação, de 152 anos da sua morte, de 79 anos da primeira ideia de se lhe erigir um monumento, de 52 anos do lançamento da primeira pedra, por D. Luís, de 20 anos da aprovação do projeto, de 8 anos do lançamento da segunda ‘primeira pedra’ (1926) – paga-se enfim a dívida de gratidão à memória do insigne estadista do século XVIII”. *Diário de Lisboa*, Lisboa, 13/05/1934.

⁸⁸¹ Cita-se a versão vinda a lume em *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, julho de 1817. De acordo com Brigola (1994, p. 524), “o texto, apesar de o autor presumidamente ter declarado não ser exatamente o mesmo que pronunciara na ocasião, circularia impresso ao longo de quase um século em cinco edições (1811, 1817, 1826, 1850 e 1871)”.

⁸⁸² Trabalho desenvolvido entre 1967 e 1975 e apresentado em 1976 como tese para livre-docência em História Moderna na Universidade Federal Fluminense. Foi publicado apenas em 1982, afirmando-se como obra de referência. Também do ano do segundo centenário (quando muito se publicou sobre o período), é referência importante sobre o pombalismo: DIAS, 1982. Ver ainda (publicação em de um evento acadêmico crítico-comemorativo de 1982): SANTOS, 1984.

ministro a realizar sozinho uma tarefa hercúlea [...], não passa de um mito”. Propõe-se, na tese em andamento, considerar alguns dos mitos mobilizados em torno do marquês. Mitos que, como demonstrou a cerimônia na Igreja da Memória, continuam se atualizando – relacionando-se ao saber mais difundido sobre a história do período pombalino e ao discurso de políticos e de historiadores ao longo do tempo. Em tal reflexão, parte-se da perspectiva de Raul Girardet (1987, p. 13), para quem

O mito político é fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real. [...] exerce também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente, constituindo uma criptografia através da qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos fatos e dos acontecimentos. É verdade ainda que esse papel de explicação se desdobra em um papel de mobilização.

Franco, defendendo sua iniciativa, assevera que, “nesses 300 anos, muito se publicou sobre o marquês de Pombal. Mas [...] nunca indo às fontes”. Mesmo que pontue os esforços relacionados às mobilizações nas comemorações pombalinas, reforça que, se ainda resta uma importante lacuna a preencher, a publicação de sua obra completa possibilitaria, enfim, a “renovação da memória histórica e dos estudos” sobre o período – esvaziando mitos e deixando emergir a história. A cerimônia que formalizou e divulgou seu projeto, no entanto, pode ser entendida como um contraponto a sua própria justificativa acadêmica – e ao simplismo da dicotomia mito/memória x história/fontes.⁸⁸³

Os oradores da solenidade, afinal, ao empregarem senso comum, analogias, hipérboles e personalismos comemorativistas, conferiram a seus discursos um teor contraditoriamente mitológico, mobilizando memórias individuais e socialmente difundidas para validar a iniciativa. O próprio Franco, além de assinalar os simbolismos do local e da data escolhidos – sem atraso ou acaso, como apontou Medina –, afirma-se de acordo com a sugestão de que a empreitada científico-editorial celebrada (histórica e história ela mesma) seria, mais que uma demanda historiográfica, a melhor homenagem a Pombal. Além disso, a forma como se

⁸⁸³ Acerca das questões relativas às fontes históricas, é interessante a referência ao clássico verbete de Jacques Le Goff (2016 [1990], p. 495-497), que fala de desmistificar as próprias fontes: “o documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. [...] o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. [...] qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo, e talvez sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar essa construção e analisar as condições de produção”.

apresenta necessidade da edição dos textos pombalinos não deixa de ser questionável.⁸⁸⁴ Diz-se, pois, tratar-se tanto da única resposta possível, quanto de uma resposta suficiente ao desafio de melhor compreender Pombal – como se publicar documentos históricos fosse tanto a única forma possível de os historiadores os acessarem, quanto realização suficiente de seu trabalho.

Isaltino Moraes, entretanto, ao refletir sobre a relação entre memória, fontes e história, indicia como a questão é menos simples do que sugere a ideia de que a edição e a divulgação do *corpus* em tela faria “emergir” a história (que existiria enquanto tal – submersa; à espera de ser descoberta e exposta), deslocando mitos. Nessa relação de fatores, ele inclui a interpretação, ressaltando a subjetividade do investigador e finalizando de forma inconclusiva:

Eu sei que por vezes há quem tente reescrever a história. Também não há nenhum problema, desde que essa revisão da história não seja fundada em questões de natureza subjetiva ou, pior ainda, em questões ideológicas. Se o problema é a análise da fonte, e não se adultera a fonte, ou não se contraria a fonte. Porque alguma subjetividade e alguma ideologia há sempre, porque os investigadores não são neutros. Mas desde que se respeitem as fontes, é fundamental.

Fazer história

Para Michel de Certeau⁸⁸⁵, o trabalho do historiador pode ser entendido como uma espécie de fabrico (um *fazer*), balizado por “um conjunto de regras que permitam ‘controlar’ operações destinadas à produção de objetos determinados”. Ele nomeia tal complexo de procedimentos de *operação historiográfica*; prática específica de construção textual, de elaboração de uma narrativa referida a um lugar social/de enunciação e a uma técnica de saber. São procedimentos práticos analíticos institucionalmente reconhecidos – de que faz parte o gesto de separar e reunir vestígios do passado, transformando-os em documentos

⁸⁸⁴ Bem como questionável é a ideia de que, ainda que se tenha publicado muito sobre o período até o momento, não se foi às fontes; o que só com o projeto seria possível (como se, para a investigação, fosse indispensável a publicação de fontes – instrumento extremamente valioso, mas não imprescindível). Se o próprio Franco publicou uma série de trabalhos críticos a Pombal e mais afins aos jesuítas (ver, dentre outras: FRANCO, 2006, 2007, 2009; FRANCO & RITA, 2015), de que se reconhece o valor, a despeito de nem sempre se concordar com suas interpretações, a historiografia acadêmica acerca do governo do marquês e de sua vida é bastante volumosa e apreciável. Franco, além do trabalho do jesuíta Antônio Lopes (mais um guia de fontes, com o sugestivo nome de *Enigma Pombal*, de 2002), não se furta de citar o célebre trabalho de Kenneth Maxwell (1996 [1995]) – também mobilizado para justificar o esforço em publicar tais fontes. Para apontar um historiador português recente, refere-se Nuno Gonçalo Monteiro (2008, 2013), que dialoga criticamente com Maxwell. Ambos, como outros, fazem intensa pesquisa – “às fontes”.

⁸⁸⁵ CERTEAU; 2011 [1975], p. 46-47, 69.

(primeira etapa da *operação*, que não se resume, contudo, ela).⁸⁸⁶ Ao *fazer história*, o historiador produz historiografia – discurso que resulta de sua prática profissional.⁸⁸⁷ Segundo Albuquerque Jr.⁸⁸⁸, ele desenvolve, em seu ofício,

um trabalho de atribuição de sentido aos eventos, aos acontecimentos do passado [...] um trabalho de produção do passado [...] fabrica[do] como um artefato [...] [ele] exerce uma tarefa de produção de versões para aquilo que se passou, que produz sentido para os tempos, que dá a eles existência e consistência.⁸⁸⁹

Fazer história na Igreja da Memória, conforme se apreende dos discursos referidos, não remete à dimensão do trabalho do historiador indicada pela reflexão sobre seu saber e sobre sua prática. Quando Franco exclama “tudo se conciliou para que celebrássemos e assinássemos esse protocolo nesse dia memorável em que juntos estamos a *fazer história*”, não é à *operação historiográfica* que ele se refere. Ainda que tome a palavra enquanto representante de uma instituição de saber reconhecida, que mobilize aspectos técnicos para legitimar sua proposta acadêmica (que remete à primeira etapa do trabalho do historiador) e que critique o conjunto da historiografia pombalina em uma cerimônia que oficializa um projeto científico de monta, não é, reitera-se, a *escrita da história* enquanto produção disciplinada de sentido sobre o passado que ele evoca.

A expressão *fazer história*, nesse caso, remete-se, pois, a sua iniciativa na solenidade não enquanto historiador no exercício de seu *métier*, mas enquanto um agente, entre outros, de um episódio relevante, a ser inscrito nos anais da história.⁸⁹⁰ Em causa, estão a efeméride,

⁸⁸⁶ “[...] em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira. [...] produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever [...] mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto”. “[...] A historiografia (quer dizer ‘história’ e ‘escrita’) traz inscrito no próprio nome o paradoxo – e quase o oxímoro – do relacionamento de dois termos antinômicos: o real e o discurso. Ela tem a tarefa de articulá-los e, onde esse laço não é pensável, fazer *como se* os articulasse [...] entendendo como *história* essa prática (uma ‘disciplina’), o seu resultado (o discurso) ou a relação de ambos sob a forma de uma ‘produção’” (p. XIII, 69, 05.).

⁸⁸⁷ Bann (1994 [1990]), pensando *invenções da história*, interessa-se pela emergência de um modelo de representação histórica; fala de uma *poética histórica*, refletindo sobre procedimentos retóricos de validação do *fazer a história*, da relação dos homens com o passado. Albuquerque Jr. (2019a) parte da palavra *invenção*, destacando sua relação com a ideia de construção social da realidade e do conhecimento; refletindo sobre mudanças de perspectiva sobre o *fazer* do historiador.

⁸⁸⁸ ALBUQUERQUE JR; 2019b, p. 28.

⁸⁸⁹ No trecho citado, apresenta concordâncias com Certeau. A seguir, pontua algumas discordâncias, centradas na ideia de que “o historiador me parece habitar mais um ateliê do que um espaço fabril”. Bittencourt (2017, nota 2) destaca como o autor francês não rejeita “o aspecto crítico no processo de produção textual – apenas defende, em síntese, que o discurso histórico, apesar de performático, não é aleatório, já que se articula com o lugar social do historiador e as técnicas metódicas”.

⁸⁹⁰ Oliveira (2010, p. 39) parte da ambiguidade da expressão (entre aqueles que haviam *feito* a história, enquanto agentes e aqueles que eram considerados aptos para *fazer/escrever* a história, de acordo com os protocolos, as

o templo-memorial, os restos mortais de Pombal, o ineditismo da iniciativa acadêmica, os milhões de euros... uma série de elementos mobilizados para demarcar a excepcionalidade da ocasião, justificando e viabilizando sua divulgação presente e sua recordação futura. *Fazer história* equivale no caso, portanto, a *fazer-se memorável*. É nesse sentido que Relvão Caetano aponta o papel de cada um na ocasião; “empreitada que é maior do que nós, mas que não nos dispensa. Por isso estamos aqui e este dia há de ser lembrado”.

Trata-se, vale repetir, de assinalar nos metafóricos anais da história a peculiaridade da cerimônia que oficializou o projeto exaltado, de que deve resultar uma publicação monumental de fontes pombalinas (vestígios documentalizados do passado mobilizado); homenagem ao morto distinguido no templo-memorial e nos discursos laudatórios. Alocuções entusiásticas que se valem dos dispositivos de legitimação da opinião, diria Pierre Laborie (2009), para validar e difundir impressões específicas e parciais sobre o período pombalino – aprofundando as confusões entre memória (que se presta à sacralização) e história, que tem seus crivo, rigor e exigência de método postos em questão em meio a enfoques enviesados do passado que se buscam fazer dominantes.

Nesse sentido, entende-se que a dubiedade da expressão *fazer história* traz à tona, por um lado, a polissemia de *história*.⁸⁹¹ “palavra antiquíssima”, recorda Marc Bloch⁸⁹², que já “mudou muito de conteúdo [...] sorte, na linguagem, de todos os termos verdadeiramente vivos”. A mesma palavra designa tanto a realidade histórica (o acontecido) quanto seu registro (discurso sobre o acontecido); a matéria e seu conhecimento.⁸⁹³ Por outro lado, *fazer história* traz à tona a questão da memória; mobilizada explícita e implicitamente na cerimônia da emblemática *Igreja da Memória* – embaralhando-se com as polissemias e singularidades da *escrita da história*.⁸⁹⁴

instituições, as validações coetâneas relacionadas ao ofício do historiador) para pensar a produção historiográfica no Brasil oitocentista. Para Oliveira, “a consciência da disponibilidade da história permitia percebê-la como factível sob dois pontos de vista – o dos agentes que dispunham sobre a história que faziam, e o dos historiadores, que sobre ela dispunham enquanto a escreviam”.

⁸⁹¹ Entre definições correntes, destacam-se: *conjunto de conhecimentos relativos ao passado da humanidade; ciência que estuda eventos passados; evolução da humanidade ao longo de seu passado e presente; sequência de acontecimentos e fatos a ela correlatos; sequência de ações, de acontecimentos reais ou imaginários; narração de eventos* (HOUAISS, 2001).

⁸⁹² BLOCH; 2001 [1949], p. 51.

⁸⁹³ Ver: NEVES, 2011, p. 19-40 – o historiador destaca ainda as diferentes concepções sobre o conhecimento histórico ao longo do tempo (a história, afinal, tem sua historicidade). Quanto a Bloch (p. 55), para ele a história é uma ciência de tipo particular, pautada por métodos, pela crítica documental, por um cuidado com seus conceitos, que tem como objeto “os homens no tempo”.

⁸⁹⁴ Sobre a relação entre história e memória, ver, além do já clássico em que se baseiam muitos dos posteriores trabalhos que partem da distinção entre os dois termos, de Pierre Nora (1993 [1984]): JOUTARD, 2013; ROUSSO, 1998; YERUSHALMI, 2017 [1988] nesses outros trabalhos, desenvolvem-se, entre outros aspectos, mobilizações, confluências e transmissão.

Ainda de acordo com Caetano, a referida igreja é um “local simbólico pelo passado, mas também pelo presente e pelo futuro”. Além de preservar o ataúde do marquês, marca “o espaço e o tempo” em que os sujeitos envolvidos na oficialização do projeto científico afirmam fazer “em conjunto uma interpretação da relevância da obra do marquês de Pombal para Portugal, a Europa e o mundo”. Tal curiosa ideia de interpretação é reclamada por aqueles que na cerimônia atualizam elogios hiperbólicos, relacionando a si mesmos (presente) e a seus projetos políticos (futuro) o legado de pombalino (passado). Eles reclamam, ainda, a importância de memórias determinadas acerca do marquês (salientam elogios, e desconsideram ou diminuem críticas) para a conformação da identidade portuguesa. Medina ressalta, assim, a “profunda marca que o marquês de Pombal tem no Portugal contemporâneo que hoje somos”, justificando o investimento de investigação, por entender “a nossa história” como um aspecto basilar para a “construção da sociedade contemporânea”.

Não está em causa a *escrita da história* enquanto produção disciplinada de um discurso sobre o passado, e sim a peculiar comemoração (ritual coletivo de evocação e encenação, no presente, de um passado selecionado) na Igreja da Memória.⁸⁹⁵ Destaca-se a excepcionalidade da iniciativa acadêmica, cujo investimento se justifica pelo condicionante caráter excepcional do defunto homenageado/evocado – um “homem extraordinário”, para Moraes. Se dos “muitos detratores [que teve] no seu tempo”, todos já se esqueceram, dele “toda gente se lembra e fala”. Indiciando uma explicação para a lembrança generalizada através de gerações (integrando-se à narrativa histórica nacional mais difundida), ele recorda ter estudado em “uma escola primária que fazia uma apologia do marquês de Pombal”, reforçando a afirmação do *Diário de Lisboa*, em 1923, de que o marquês “é das figuras que o povo se acostumou [e] [...] foi ensinado a admirar”.⁸⁹⁶

As breves reflexões aqui expostas partiram da consideração crítica e contextualizada dos discursos proferidos na cerimônia-efeméride; comemoração realizada no templo-memorial na oficialização de um projeto de investigação acadêmica voltada ao período pombalino. Ao longo do texto, buscou-se melhor compreender a ocasião, contrapondo aos referidos discursos, entusiásticos e encomiásticos (que mobilizam narrativas sobre um passado idealizado e polêmico de Portugal), algumas ponderações sobre a aludida ideia de

⁸⁹⁵ IHL, 2017; FERRO, 1989 [1985], p. 54-60; PEREIRA, 2019; ALBUQUERQUE Jr, 2019b, p. 179-189 – “torna visível, materializa dadas memórias, dadas versões e visões do passado [...] apoia-se em vestígios, testemunhos, em outras narrativas que chegam do passado para construir versões verossímeis sobre o que teria ocorrido [...] é por fim um dos usos que se pode fazer do passado”.

⁸⁹⁶ *Diário de Lisboa*, Lisboa, 12/05/1923.

fazer história, considerada em sua dubiedade. Em tal exercício, pode-se considerar distinções e articulações entre um *passado histórico/disciplinar*, relacionado à validação da história enquanto um saber de tipo científico publicamente reconhecido, e um *passado prático*, relacionado aos usos difusos do passado e às demandas da memória.⁸⁹⁷

Essas idas e vindas por discursos comemorativos ao longo do tempo indiciam como o trabalho do historiador não se resume à mobilização (com expertise) de documentos históricos, visando a esvaziar mitos enganosos – revelando supostas versões verdadeiras encobertas acerca de aspectos do passado. Diferentemente do que se pensou no século XIX (e de como porventura alguns ainda pensam), o historiador não visa a “recuperar o passado tal qual ele foi percebido quando era presente, mas relocalizar os significados de textos e representações [...] chegando-se a uma narrativa que necessariamente não é a reprodução de algo, mas a construção da inteligibilidade de algo”⁸⁹⁸.

Para Aleida Assman, “o passado – do qual nos afastamos temporalmente cada vez mais – não fica completamente sob a custódia dos historiadores profissionais. Na forma de reivindicações e obrigações rivalizantes, ele também exerce pressão sobre o presente”⁸⁹⁹. Como aponta Tzvetan Todorov⁹⁰⁰, ademais, se recuperar o passado é indispensável, não é o passado que rege o presente, mas o presente que se vale do passado da forma que mais se lhe adequa – o que envolve lembrar e também esquecer. Nesse sentido, pode-se falar, com Pierre Nora⁹⁰¹, de uma “economia geral e administração do passado no presente”.

Ao fazer (e refazer) história, ao historiador cabe atentar à forma como, ao longo do tempo, os homens lidam com as temporalidades⁹⁰² e mobilizam narrativas diversas –

⁸⁹⁷ WHYTE, 2018 [2010]; TURIN, 2018. O presente texto, como referido, resulta de recorte na tese em elaboração, em que se mobilizam outras referências sobre o trabalho do historiador e sobre as representações e os usos do passado. Sem aparecer explicitamente no corpo do presente texto, é importante para tais reflexões, entre outros, o conceito de *cultura histórica*: RÜSEN, 2009 [1994]; COSTA, 2009.

⁸⁹⁸ LISBOA, 2018, p. 222.

⁸⁹⁹ ASSMAN; 2018 [2006], p. 20.

⁹⁰⁰ TODOROV; 2000 [1995], p. 25.

⁹⁰¹ NORA; 2008 [1992], p. 114.

⁹⁰² Ao refletir sobre o tempo histórico, Reinhard Koselleck (2006 [1979]) vale-se de duas categorias formais: *campo da experiência* e *horizonte de expectativa*. Para ele, o tempo histórico liga-se às ações sociais e políticas, a seres humanos concretos, com ritmos próprios. Para as interpretar, é necessário refletir sobre as articulações em cada momento entre as diferenças entre passado e futuro; entre as experiências vividas e as esperas dos homens. Os conceitos se entrecruzam e referem-se um ao outro, remetendo-se à temporalidade dos homens e da história. O tempo histórico é uma representação intelectual – não corresponde a uma reconstituição dos fatos como se passaram; é uma construção do historiador. Além disso, é uma representação cultural, pois o historiador realiza sua operação no âmbito de uma sociedade e de uma época determinadas, orientando-se por uma representação cultural da temporalidade. François Hartog (2015 [2003]) apresenta a ideia de regime de historicidade; modo como uma sociedade trata seu passado, sua consciência de si; como se exprime uma ordem histórica dominante

percebendo e produzindo sentido na articulação entre passado, presente e futuro. O passado, diz Régine Robin⁹⁰³, não é livre, mas “regido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado. Quer seja celebrado ou ocultado, permanece uma questão fundamental do presente [...] em função das exigências do momento e das antigas lendas”; continuamente mobilizado, ademais, em projetos políticos. Como bem aponta João Luís Lisboa⁹⁰⁴, afinal, “o passado que nos interessa é aquele que não nos é alheio, aquele que, de alguma forma, se relaciona com o nosso presente, mesmo quando entretanto se passaram centenas de anos”.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE Jr., D. M. *História: a arte de inventar o passado (ensaios de teoria da história)*. Curitiba: Appris, 2019a.

_____. *O tecelão dos tempos (novos ensaios de teoria da história)*. São Paulo: Intermeios, 2019b.

ASSMAN, A. *Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Unicamp, 2018 [1ª ed. em alemão 2006].

BANN, S. *As invenções da História: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Unesp, 1994 [1990].

BARBOSA, R. *Centenario do Marquez de Pombal*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos, 1882.

BITTENCOURT, R. G. “As regras por detrás do jogo: a operação historiográfica de Michel de Certeau na obra de Wlamyra R. Albuquerque”. *Hist. Historiogr.* n. 23, 2017.

BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001 [1949].

BONALDO, R. B. *Comemoração e efemérides: ensaio episódico sobre a história de dois paralelos*. Tese de Doutorado (História). Porto Alegre: UFRGS, 2014.

BONNET, J-C. *Naissance du Panthéon: essai sur le culte des grands hommes*. Paris: Fayard, 1998.

BRIGOLA, J. C. “D. Frei Joaquim de Santa Clara Brandão – um beneditino ao serviço de Pombal”. *Actas do Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora*. v. I. Évora, 1994.

CASTILHO, J. M. T. *Os deputados à Assembleia Nacional (1935-1974)*. Lisboa: Assembleia da República, 2009.

CERTEAU, M. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2011 [1975].

COSTA, F. S. “La cultura histórica. Una aproximación diferente a la memoria colectiva”. *Pasado y Memoria. Revista de Historia Contemporánea*, n. 08, 2009.

DETIENNE, M. *A identidade nacional, um enigma*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013 [1ª ed. em francês 2010]

do tempo, uma forma de ordenar e traduzir as experiências do tempo, articulando e dando sentido, trançando as dimensões de passado-presente-futuro.

⁹⁰³ ROBIN; 2016 [2003], p. 31.

⁹⁰⁴ LISBOA; Lisboa; 2018, p. 190.

- DIAS, J. S. S. “Pombalismo e teoria política”. *Cultura – História e Filosofia*, v. I, 1982.
- FALCON, F. J. C. *A Época Pombalina (política econômica e monarquia ilustrada)*. São Paulo: Ática, 1882.
- FERRO, M. *A História Viglada*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1989 [1985].
- FRANCO, J. E. “Fundação pombalina do mito da Companhia de Jesus”. *Revista de História das Ideias*, v. 22, 2001.
- _____. “Massacres ou martírios do Marquês de Pombal? memória e mito”. *Revista lusófona de ciência das religiões*. Ano, v. III, 2009, n. 1.
- _____. *O mito dos jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente (séculos XVI a XX)*, v. I: das origens ao Marquês de Pombal. Lisboa: Gradiva, 2006.
- _____. *O mito dos jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente (séculos XVI a XX)*, v. II: do Marquês de Pombal ao século XX. Lisboa: Gradiva, 2007.
- FRANCO, J. E. & RITA, A. *O Mito do marquês de Pombal: filopombalismo e antipombalismo na mitificação do primeiro-ministro de D. José*. Lisboa: THEYA, 2015 [2004].
- FRANCO, J. E. et al. *Marquês de Pombal. Obra Completa. Projeto de investigação e preparação da edição*. Lisboa: s/e, 2018
- GIRARDET, R. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 [1986].
- HARTOG, F. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015 [2003].
- HOUAISS, A. et. al. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- IHL, O. “Commemoratio”. *L’Observatoire*, n. 50, 2017.
- JOUTARD, P. *Histoire et mémoires, conflits et alliance*. Paris: La découverte, 2013.
- KOSELLECK, R. *Futuro-passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006 [1ª ed. em alemão 2000].
- LABORIE, P. “Memória e opinião”. In: AZEVEDO, C. et. al. (orgs.) *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- LE GOFF, J. *História & Memória*. Campinas: Unicamp, 2014 [1990].
- LISBOA, J. L. *Então, o quê? A história que (se) conta é problemática*. Lisboa: Húmus, 2018.
- LOPES, A. *Enigma Pombal. Nova documentação. Tentativa de interpretação*. Lisboa: Roma, 2002.
- MONTEIRO, N. G. *D. José: na sombra de Pombal*. Lisboa: Temas e Debates, 2008.
- _____. “Resenha. MAXWELL, K. Pombal, paradox of the Enlightenment”. *E-journal of Portuguese History*, v. 11, n. 01, 2013.
- NEVES, G. P. *História, teoria e variações*. Rio de Janeiro: Contracapa/Companhia das Índias, 2011.
- NORA, P. “Entre história e memória: a problemática dos lugares”. *Revista Projeto História*, v. 10, 1993 [1984].
- _____. “¿Cómo escribir la historia de Francia?”. [1992] *Pierre Nora en Les lieux de mémoire*. Montevideu: Trilce, 2008.
- OLIVEIRA, M. G. “Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista”. *Revista Brasileira de História*, v. 30, n. 59, 2010.
- OZOUF, M. “Le Panthéon: l’école normale des morts” [1984]. *De Révolution en République: les chemins de la France*. Paris: Gallimard, 2015.
- PEREIRA, G. “Passado em papel-jornal: Pombal, ‘A Folha Nova’ e ‘A Palavra’ – impressões em disputa no centenário do marquês (Porto, 1882)”. *Temporalidades – revista de história*, 30, v. 11, n. 2, 2019.
- REPÚBLICA Portuguesa. *Diário da Câmara dos Deputados*. Sessão nº 80, 11 de maio de 1923.
- ROBIN, R. *A memória saturada*. Campinas: Unicamp, 2016 [2003].
- ROUSSO, H. *La hantise du passé: entretien avec Philippe Petit*. Paris: Textuel, 1998.
- RÜSEN, J. “¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia”. *Cultura Historica*. 2009 [1994].
- SANTOS, M. H. C. (coord.) *Pombal revisitado*. Lisboa: Estampa, 1984.
- SOARES, L. F. S. *O Palácio Nacional da Ajuda e a sua afirmação como museu (1910-1981)*. Tese de Doutorado (Museologia e Património Artístico). Lisboa: FCSH-UNL, 2016.

TEIXEIRA, I. *Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica: Basílio da Gama e a poética do encómio*. São Paulo: Edusp, 1999.

TODOROV, T. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2000 [1ª ed. em francês 1995].

TURIN, R. “Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades”. *Tempo*. v. 24. n. 02, 2018.

WHYTE, H. “O passado prático”. *ArtCultura*. v. 20, n. 37, 2018 [2010].

YERUSHALMI, Y. H. “Reflexões sobre o esquecimento”. YERUSHALMI, Y. H. et. al. *Usos do esquecimento: conferências proferidas no colóquio de Royaumont*. Campinas: Unicamp, 2017 [1988].

Periódicos

Diário de Lisboa, Lisboa. 05,12/05/1923, 13/05/1934.

A Capital, Lisboa. 24/04/1915, 09/05/1923.

Fantoches, Lisboa, 12/05/1923.

O investigador Portuguez em Inglaterra, Londres. Julho de 1817.

O Panorama: jornal litterario e instructivo... Lisboa. 19/10/1839, 26/10/1939.

Sites

[Pombal Global, vídeo] CENTRO de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, da Universidade de Lisboa. “Projeto Pombal Global, Assinatura de protocolos”. [2019] Registro em vídeo de cerimônia realizada em 13/05/2019. Vídeo produzido e divulgado *online* em 13/05/2019. <https://youtu.be/xJruVCO1mw> [acesso em 13/05/2019].

FUNDAÇÃO marquês de Pombal. “A fundação – História”. <https://www.fmarquesdepombal.pt/> [acesso em 13/05/2019].

LISBOA, Câmara Municipal. *O Presidente*, 2019. <http://www.cm-lisboa.pt/> [acesso em 25/09/2019]

POLITIPEDIA Repertório português de ciência política. “Camoegas, João José da Conceição”. *República*, 2009. <http://www.politipedia.pt/> [acesso em 25/09/2019]

POMBALIA. Para a construção de um *corpus* pombalino. <https://pombalia.net/pt/> [acesso em 13/05/2019].

OEIRAS, Valley Portugal [Câmara Municipal]. *O presidente da Câmara. Biografia*, 2017. <http://www.cm-oeiras.pt/asp> [acesso em 25/09/2019]

RTP, Rádio e Televisão de Portugal. “O processo dos Távoras”. <https://www.rtp.pt/> [acesso em 01/10/2019]

SIPA, Sistema de Informação para o Patrimônio Arquitectónico. “Igreja da Memória”. <http://monumentos.pt/> [acesso em 20/09/2019]

Possíveis impactos do pensamento higienista na educação das mulheres surdas nas décadas de 20 e 30 do século XX

Helena Alves Rossi⁹⁰⁵

Resumo: Este artigo é referente à minha pesquisa de mestrado ainda em andamento e versará sobre o pensamento higienista na Educação Brasileira e quais foram os possíveis impactos na Educação de Surdos, principalmente na educação das meninas surdas no Instituto Nacional dos Surdos Mudos⁹⁰⁶ nas décadas de 20 e 30 do século XX. O objetivo da pesquisa será analisar o pensamento higienista para verificar se teria influenciado as políticas de educação para surdos no Brasil através pesquisa qualitativa em fontes documentais de natureza epistolar, administrativa e pedagógica e também análise bibliográfica acerca do tema proposto.

Palavras – chave: Higienismo – Educação - Surdez

Abstract: This article is about my ongoing Master's research and is about hygienist thinking in Brazilian Education and what are the possible effects on Deaf Education, especially in the education of deaf girls at the National Institute of the Deaf, in the United States. and 30 of the twentieth century. The aim of this research will be to analyze hygienist thinking to verify the factors influenced by deaf education policies in Brazil, through qualitative research in sources of documents of epistolary, administrative and pedagogical nature and also bibliographical analysis on the analyzed theme.

Key Words: Hygienism - Education – Deafness

⁹⁰⁵ Mestranda em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduada e licenciada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro do Núcleo de Identidade Brasileira e História Contemporânea da UERJ. E-mail: rossi.helena@gmail.com

⁹⁰⁶ O Instituto ao longo de sua existência teve diversos nomes. São os seguintes períodos e denominações: 1856/1857 – Collégio Nacional para Surdos-Mudos de Ambos os sexos; 1857/1858 – Instituto Imperial para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos; 1858/1865 – Imperial Instituto para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos; 1865/1866 – Imperial Instituto dos Surdos-Mudos de Ambos os sexos; 1866/1871 – Imperial Instituto dos Surdos-Mudos de Ambos os Sexos; 1871/1874 – Imperial Instituto dos Surdos-Mudos de Ambos os Sexos; 1874/1877 – Instituto dos Surdos-Mudos; 1877/1890 – Instituto dos Surdos-Mudos; 1890/1957 – Instituto Nacional de Surdos-Mudos e 1957/ atual – Instituto Nacional de Educação de Surdos. ROCHA (2008).

Introdução

O presente artigo é referente à minha pesquisa de mestrado ainda em andamento e versará sobre o pensamento higienista na Educação Brasileira e quais foram os possíveis impactos na Educação de Surdos, principalmente na educação das meninas surdas no Instituto Nacional dos Surdos Mudos⁹⁰⁷ nas décadas de 20 e 30 do século XX. Apesar deste recorte temporal, para fins de se compreender o processo histórico da exclusão das mulheres surdas do espaço formal de educação, se fará um breve recuo até finais do século XIX. O objetivo da pesquisa será analisar o pensamento higienista para verificar se teria influenciado as políticas de educação para surdos no Brasil através pesquisa qualitativa em fontes documentais de natureza epistolar, administrativa e pedagógica e também análise bibliográfica acerca do tema proposto. Esses documentos compõem o acervo do Instituto Nacional de Educação de Surdos e, para o desenvolvimento da pesquisa serão realizadas consultas a documentos em outros arquivos existentes na cidade do Rio de Janeiro: Acervo Arquivístico da Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Arquivo Histórico Nacional, Biblioteca Nacional e Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Bloch⁹⁰⁸ fundamenta toda a pesquisa com a perspectiva de que a história não é um tribunal e, portanto, o ofício do historiador é compreender e não julgar. O historiador, sem assumir uma postura passiva, compreende outras culturas, civilizações e outros sujeitos históricos analisando os sujeitos do passado inseridos em seu tempo. É através dessa lente que o higienismo e eugenia serão analisados.

Estabelecendo relações entre a história universal com a singular, este projeto de pesquisa correlacionará a Educação de Surdos (singular) com a Educação Brasileira (universal).

⁹⁰⁷ O Instituto ao longo de sua existência teve diversos nomes. São os seguintes períodos e denominações: 1856/1857 – Collégio Nacional para Surdos-Mudos de Ambos os sexos; 1857/1858 – Instituto Imperial para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos; 1858/1865 – Imperial Instituto para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos; 1865/1866 – Imperial Instituto dos Surdos-Mudos de Ambos os sexos; 1866/1871 – Imperial Instituto dos Surdos-Mudos de Ambos os Sexos; 1871/1874 – Imperial Instituto dos Surdos-Mudos de Ambos os Sexos; 1874/1877 – Instituto dos Surdos-Mudos; 1877/1890 – Instituto dos Surdos-Mudos; 1890/1957 – Instituto Nacional de Surdos-Mudos e 1957/ atual – Instituto Nacional de Educação de Surdos. ROCHA (2008).

⁹⁰⁸ BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História, ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Para análise das fontes, admite-se que análise documental é dotada de intencionalidade e que as indagações realizadas aos documentos utilizam as lentes do presente para buscar no passado as inquietações atuais⁹⁰⁹. Assim, os documentos não condicionam as perguntas, são as perguntas realizadas que condicionam a análise do documento.

Rocha⁹¹⁰ está presente na análise do diálogo entre as políticas nacionais de educação e a educação de surdos considerando que os sujeitos históricos ao serem vistos pelas lentes de nosso século precisam ser compreendidos como atores e atrizes do passado evitando assim a demanda de consciência fora de seu tempo, ou seja, o anacronismo positivo.

Souza⁹¹¹ nos permite conceituar e compreender a eugenia e o higienismo presentes nas políticas públicas e nas teorias de diversos intelectuais de fins do século XIX e início do século XX. O autor define eugenia como:

(...) uma ciência polimorfa, uma forma de conhecimento cuja constituição se processou a partir da relação direta com outros ramos do pensamento científico e social. Como os próprios eugenistas a classificavam, a eugenia se caracterizava como uma ciência bio-social, orientada tanto pelo conhecimento biomédico quanto pela sociologia, pedagogia, demografia e a antropologia⁹¹².

Educação de surdos no século XIX

A partir de meados do século XIX, a educação no Brasil imperial passou por mudanças com a promulgação do Ato Adicional de 1834 que culminou com a descentralização do ensino público no Brasil instituindo as responsabilidades do Governo Central e das províncias. Neste mesmo período surgia uma nova concepção sobre educação: um meio de promover o desenvolvimento econômico através da instrução elementar e da qualificação da mão-de-obra.

O Instituto Nacional Educação de Surdos foi fundado no contexto histórico descrito acima e começou a funcionar em 1º de janeiro de 1856. Naquele período o Instituto era

⁹⁰⁹ BLOCH, 2001.

⁹¹⁰ ROCHA, Solange Maria da. *O INES E A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL: Aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos*. Rio de Janeiro: INES, 2008.

⁹¹¹ SOUZA, Vanderlei Sebastião. Em nome da raça: a propaganda eugênica e as idéias de Renato Kehl nos anos 1910 e 1920. In: *Revista de História Regional*. Inverno, 2006, p.29-70.

⁹¹² Idem, pág 40, 2006.

denominado Collegio Nacional para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos. O fundador do Instituto foi o M.E.Huet⁹¹³, ex-diretor da Instituição dos Surdos-Mudos de Bourges.

Acreditava-se que a educação desses sujeitos era importante para promover a “regeneração intelectual e moral”. Nos primeiros anos, o curso completo tinha duração de seis anos e previa disciplinas do ensino primário comum a ambos os sexos, lições voltadas para a aquisição de linguagem oral, para os surdos em que se percebesse aptidão, e lições de profissionalização. Apesar de admitir ambos os sexos, as práticas discricionárias de gênero estavam presentes ao admitir meninas, mas as deixarem a cargo de mulheres: Mme. Vassimon e suas filhas. Outra prática registrada é a diferenciação do que se ensinava aos meninos como qualificação e o que se ensinava às meninas. A eles era ensinadas teoria e prática na agricultura, e a elas trabalhos de agulhas reforçando assim o papel social feminino voltado para o lar.

O sistema misto no Instituto perdurou até o ano de 1874 quando na gestão do diretor Tobias Leite (1868-1896) a educação das meninas foi suspensa conforme consta no relatório do ano de 1886:

Desde 1874 cessou no instituto o ensino do sexo feminino, por faltarem no prédio em que ele funcionava acomodações para empregados e alunos de ambos os sexos, com a separação que exige o systema mixto.

Afim de que as surdas-mudas não continuem excluídas dos benefícios da cultura moral, intelectual e profissional, é necessário que o Governo seja habilitado a apropriar o serviço do Instituto á educação mixta ou crear estabelecimento especial⁹¹⁴.

A decisão pela saída das meninas está justificada pelos pareceres do Dr. Tobias e do Dr. Menezes Vieira no livro das Atas e Pareceres do Congresso de Instrução do Rio de Janeiro, publicado no ano de 1884. Dentre inúmeras questões relativas ao ensino no Brasil, a 26ª Questão trata da Educação de meninos e meninas surdas. Os dois pareceres, o de Tobias Leite e o de Menezes Vieira abordam a situação da educação das surdas naquele período. O diretor Tobias não nega a necessidade de educar as meninas, mas defende a retirada destas do Instituto por não haver um internato apenas para elas. Com isso, afirma que a educação das surdas seja realizada preferencialmente em casa ou nas escolas de meninas e não mais em

⁹¹³ Em junho de 1855, E.Huet apresenta ao imperador D. Pedro II um relatório em língua francesa onde consta plano de criação de um estabelecimento para surdos. O conteúdo do relatório demonstra que seu autor tinha um conhecimento prévio da realidade brasileira, o que reforça a teoria do pesquisador César Ernesto Escobedo Delgado de que Huet emigrou para o Brasil em 1852. Surdo francês foi responsável por trazer a língua de sinais francesa para o Brasil originando a língua de sinais brasileira.

⁹¹⁴ LEITE, 1886, p.64.

conjunto com os surdos-mudos, pois, a educação no mesmo espaço era compreendida como uma forma promíscua de educar. Para ele, a saída das meninas não causaria impacto social, pois:

A surda-muda não educada não causa á família e á sociedade os males que causam os surdos-mudos. A razão é óbvia: creada no concheço da família, da qual nunca se afasta, habituada desde tenra idade aos misteres e trabalhos domésticos, contida até certo ponto pelos exemplos das pessoas do mesmo sexo, da mesma idade, não a afronta a moral, não ataca a propriedade, nem se entrega aos vícios⁹¹⁵.

Tobias Leite alega que na falta de possibilidade de se fundar um internato para a educação das surdas-mudas, a solução era a inclusão nos programas das escolas normais para professoras do ensino dos métodos para educar surdas-mudas e a difusão em larga escala de livros elementares que habilitem as mães ou qualquer pessoa a iniciar a instrução das surdas. O parecer do Dr. Menezes Vieira, apesar de não registrar explicitamente sobre a saída das meninas do Instituto, reforça a ideia de uma educação feminina voltada para o espaço social do lar e a escola seria um espaço onde as moças aprenderiam a educar filhos e filhas com surdez: “(...) Que nessas escolas, especialmente nas do sexo feminino, em um dos livros de leitura expressiva trate-se da primeira educação que o surdo-mudo deve receber no seio da família⁹¹⁶”.

A Educação Higiênica no Brasil

O Estado moderno tinha como estratégia higienizar as cidades e nesse contexto, a medicina se apoderou do espaço urbano. No Brasil imperial, a ética dos higienistas postulou que a saúde do Estado e da população coincidiam.

Surgia, então, a pedagogia da higiene que afirmava que a Educação é um instrumento de grandeza e felicidade do homem e somente através da educação que os males das nações seriam removidos⁹¹⁷. A educação integral fez parte da agenda higienista e tinha como medida a educação do corpo (exercícios físicos e dos preceitos higiênicos), educação intelectual e a manual através da aprendizagem de ofícios que educava para o mundo do trabalho.

No Oitocentos, a educação para o mundo do trabalho teve como pano de fundo a urgente questão da formação de contingentes de trabalhadores livres

⁹¹⁵ LEITE, 1884, p.5

⁹¹⁶ VIEIRA, 1884, p.6

⁹¹⁷ PINTO, 2006.

e se fez, principalmente, via ensino primário e de ofícios mecânicos. Seria preciso que a instrução alcançasse o povo a partir de um conjunto de iniciativas, que passavam a ser vinculadas a uma política educacional direcionada à expansão das escolas de primeiras letras/instrução primária, às instituições de ensino primário associado ao aprendizado de ofícios mecânicos e às de assistência à infância desvalida⁹¹⁸.

Pautava-se como condição para que a nação alcançasse os padrões de civilidade, a instrução de todas as classes. No entanto, a Lei Couto Ferraz, de 1854, implementou algumas interdições: menores de 5 anos e maiores de 15 anos de idade; meninos que padeciam de moléstias contagiosas; os que não tiverem sido vacinados e os escravos.

É nesse contexto histórico e social que surge o movimento asilar, ou seja, instituições voltadas para disciplinar parcela da população que não estava adequada às cidades reformadas. Esses indivíduos eram classificados como “vagabundos, delinquentes, mendigos, nômades, prostitutas, menores abandonados e órfãos”. A Reforma Couto Ferraz cria os asilos para os menores que perambulavam pelas ruas da Corte e a proposta desses asilos era a assistência às crianças pobres através de sua formação profissional. Esses asilos foram um esforço civilizador do Império.

Surgiu também naquele período, a educação de surdos para civilizar os sujeitos que ocupavam um *meio lugar*. Nem “vagabundos” e “idiotas”, mas não atendendo aos padrões de normalidade higienista. É criado em 1855 o Collegio Nacional para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos para promover a regeneração intelectual e moral das pessoas surdas.

Higienismo e Surdez

No documento A Surdo Mudez no Brasil (Cadeira de Hygiene), tese de doutoramento em Medicina de Arnaldo Oliveira Bacellar datada de 1926, é realizado um trabalho de análise da surdez no Brasil utilizando os censos de 1872, 1900 e 1920. O autor buscou em sua pesquisa descobrir de quais maneiras seriam possíveis reduzir a incidência de pessoas surdas no país e quais as razões da surdez para desenvolver medidas médicas e sociais para combatê-las. Pautado na teoria higienista considerava a surdez uma degeneração da raça e afirmou referente ao recenseamento de 1920:

⁹¹⁸ RIZZINI; SOUZA, pág 71, 2009.

(...)Vemos por estes últimos números, que mais de 10% dos surdos mudos aqui existentes, são estrangeiros, “indesejáveis”, cuja entrada jamais deveria ser permitida no paiz. A razão de necessitarmos do braço estrangeiro para o nosso desenvolvimento, para o nosso progresso, não justifica a abertura das nossas portas a todos os elementos bons e maus, indistinctamente, sob pena de vermos a nossa raça, de per si bastante fraca e ainda não definida, descambar para a completa degeneração.⁹¹⁹

Ao analisar os levantamentos dos referidos censos acima, Bacellar buscou compreender as razões que geram surdez e as concentrações maiores ou menores de acordo com a região, sexo e/ou com o período de tempo. Para realizar sua análise o autor tipifica “o verdadeiro surdo mudo” para diferenciá-lo do “idiota” e do surdo “sem ser mudo”. O verdadeiro surdo mudo nasceu ou completamente surdo ou com audição deficiente o suficiente para que não possa aprender a palavra. Sobre surdez adquirida, é tipificado como surdo mudo aquele indivíduo que adquiriu a surdez antes de aprender as palavras, caso contrário será apenas surdo, pois uma vez a palavra aprendida, ela não seria esquecida e assim o indivíduo não será mudo. Para diferenciar o surdo mudo do idiota, afirma que o surdo mudo é capaz de manifestar seu pensamento mesmo que por meio de mímica natural. Os surdos, então, seriam dotados de inteligência.

Apesar de dotados de inteligência, o autor traça medidas de profilaxia da surdez para a diminuição do número de surdos mudos, pois segundo Bacellar:

(...) são esses infelizes máus elementos, quer sob o ponto de vista econômico, quer sob o ponto de vista social.

Economicamente, são sempre elementos onerosos á sociedade em que vivem, porquanto geralmente, consomem mais do que produzem, principalmente em um meio como o nosso, onde ainda não se cuidou seriamente da sua habilitação.

Socialmente, são também máus elementos, dada a tendência natural que têm de se segregar da sociedade comum, procurando exclusivamente o convívio dos seus companheiros de infortúnio, olhando sempre com desconfiança os seus semelhantes que ouvem. A este respeito, já houve até quem previsse a possibilidade perigosa de formação de uma sub-raça humana de surdos-mudos. Achem os que emittiram esta hypothese, que não se deveria cuidar de sua instrução e que se deveria dispersal-os o mais possível, para que, naturalmente, desaparecessem sem deixar vestígios de sua passagem.

Esse tratamento seria um retrocesso aos tempos bárbaros.

Ao nosso ver, não se deve abandonar a instrução e a educação dos surdos mudos, muito pelo contrario, intensificá-la cada vez mais, pois este será o único meio de tornal-os indivíduos aproveitáveis e uteis a sociedade, e de diminuir-lhes esse egoísmo pernicioso⁹²⁰.”

⁹¹⁹ BACELLAR, pág. 38, 1926.

⁹²⁰ Idem, págs. 73-74, 1926.

Nesse trecho é possível perceber os argumentos higienistas acerca da surdez em voga naquele período histórico, onde intelectuais, pesquisadores e governos estavam em busca de medidas para o aprimoramento da raça humana biologicamente e socialmente. Ele nos apresenta também a teoria eugênica, da qual ele veementemente discorda, de criação de uma sub-raça com a solução de separar os surdos de tal forma que viriam a desaparecer. Essa hipótese foi levantada por Alexander Graham Bell, intelectual norte-americano ligado à educação de surdos e influenciado pelas ideias de Francis Galton de que cientistas e população poderiam criar mecanismos mais céleres para favorecer o surgimento de seres humanos melhores a partir de ações que impedissem ou corrigissem anormalidades⁹²¹. Em sua obra de 1883 “Memoir upon the formation of deaf variety of the human race”, Bell postula que o aumento do número de surdos tinha relação com o casamento de pessoas surdas entre si, pois aumentavam a probabilidade do nascimento de surdos e a expansão da língua de sinais. A consequência extrema desse comportamento das pessoas surdas seria criação de uma raça humana defeituosa.

A pesquisa de Silva e Souza apresenta as cinco ações elencadas por Graham Bell que estariam encaminhando a sociedade para a criação de uma raça surda. São elas: a criação de instituições para surdos-mudos, que estariam influenciando que esses sujeitos casassem entre si, pois, essas instituições costumavam ser internatos onde os surdos ficavam isolados dos ouvintes; a sociedade não coloca obstáculos na fundação de associação de surdos o que ocasionaria na relação quase exclusiva entre surdos; a permissão da expansão da língua de sinais possibilitando maior aproximação entre pessoas surdas; a sociedade não está atenta à possibilidade de criação, pelos surdos, de uma língua escrita própria semelhante aos hieróglifos egípcios o que segregaria os surdos da comunidade ouvinte e a existência de preconceito dos ouvintes contra os surdos levando estes à sua segregação.

Para que a tendência da criação de uma raça surda fosse diminuída Bell afirmou serem necessárias medidas repressivas ou preventivas⁹²². Uma medida repressiva proposta pelo intelectual seria a proibição, através de leis, de casamentos entre surdos ou entre surdos com pessoas que tivessem parentes surdos. Como medidas preventivas elencou: evitar escolas especiais para surdos, pois, antes deles serem instruídos poucos deles se casavam; para a Educação de Surdos defendeu a articulação e a leitura labial; evitar contratação de professores surdos e a língua de sinais e a coeducação de surdos e ouvintes para conservar um ambiente

⁹²¹ SILVA; SOUZA, pág 18, 2016.

⁹²² Idem, pág. 27, 2016

“normal” e, com a extinção ou a não expansão de escolas para surdos, evitar-se-ia a criação de um povo surdo.

Educação de Surdos no Brasil

A educação de surdos no Brasil e em outros países foi bastante marcada pela teoria médica higienista. Para Pinto⁹²³, os surdos não se adequavam nem ao mundo da ordem e nem ao mundo da desordem como eram os mendigos e vagabundos. Ao criar no Brasil um instituto para educação de surdos, para reverter esse quadro de não pertencimento do sujeito surdo, foi posto como solução inseri-los no mundo do trabalho ao receberem conhecimentos profissionalizantes.

Dados iniciais demonstram que diferente de Bell, Dr. Tobias não desacreditava na educação especial e surda como algo que gerava benefícios da cultura moral, intelectual e profissional. Essa defesa da educação como formadora da moral e de indivíduos surdos úteis está presente no século XX em Bacellar⁹²⁴:

A educação e a instrução nos surdos mudos não é improfícua, e somente aqueles delas completamente privados, é que se poderá atribuir irresponsabilidade completa.

O surdo mudo que não recebeu os benefícios da instrução é um indivíduo no qual as paixões acendem-se com facilidade e violência; é de natureza inconstante, é imprevidente e preguiçoso, susceptível de embriaguez e devassião, acata com facilidade maus conselhos, tomando com facilidade os maus caminhos(...).

Os caminhos da Educação de Surdos foram bastante discutidos em Congressos Internacionais ao longo do período delimitado pelo projeto. Em 1900, no Congresso realizado em Paris, intelectuais de diversos institutos de surdos em vários países se reuniram para planejar os rumos da educação de surdos tendo o oralismo sendo reafirmado como principal e superior metodologia de ensino. A questão principal deste Congresso além da escolarização era o debate entre prática científica e prática de caridade. Admitia-se que a fala era um signo de inteligência:

Nós queremos que nossos irmãos surdos-mudos sejam iguais a nós em inteligência, em saber, e na expressão de suas ideias. A fala somente pode

⁹²³ PINTO, 2006.

⁹²⁴ BACELLAR, pág. 125, 1926.

suprimir todas as barreiras e dar acesso a carreiras onde a perda de audição não é um obstáculo absoluto⁹²⁵ (...).

Acreditava-se que a grande diferença entre o “idiota” e o surdo mudo era a de que no primeiro a inteligência estaria extinta e no segundo está adormecida aguardando a oferta de educação para o sujeito surdo. Defendia-se inclusive, que os surdos mais inteligentes educados pela fala, poderiam seguir carreira de ensino superior sem ser em classes especiais. Enquanto que aos outros, permitir através do bom ensino profissional a autossuficiência.

A profissionalização dos surdos acompanhava o pensamento social do período e era dividido por sexo. Aos meninos da cidade, as profissões de carpinteiro, marceneiro, escultor, sapateiro, alfaiate, luveiro, padeiro, horticultor, jardineiro, seleiro, ourives, etc. Às meninas, uma oferta de profissões menos variadas: costureira, modista, furadeira, bordadeira. Além de ensiná-las conhecimentos úteis no ambiente doméstico.

Ao final do Congresso, a educação de surdos com a parceria da medicina com a pedagogia mediante o tripé higienista (educação física, intelectual e profissional) foi reafirmada enquanto melhor caminho a ser tomado para solucionar os problemas sociais e morais que eram creditados à surdez:

4º O Congresso,

Emite o voto:

Que os poderes públicos de diferentes países tomem as medidas necessárias e forneçam os recursos suficientes para assegurar, a partir da idade escolar, a instrução primária e profissional a todos os surdos-mudos(...)

8º O Congresso

Emite o voto:

Que a ciência médica e pedagógica, os médicos e professores, prestem-se apoio mútuo para dar continuidade aos estudos de aperfeiçoamento dos quais pode ser suscetível a educação física, intelectual e profissional dos surdos-mudos⁹²⁶.

Essa decisão influenciou a Educação de Surdos internacionalmente, inclusive no Brasil numa perspectiva de longo prazo. Bacellar afirmava em 1926:

Sendo o surdo-mudo no verdadeiro sentido da palavra, um indivíduo passível de, por meios apropriados, receber educação e instrução que elevem a sua capacidade intelectual e de trabalho quase ao nível do indivíduo normal, e sendo o seu natural retrahimento, quase insociabilidade

⁹²⁵ CONGRESSO INTERNACIONAL PARA O ESTUDO DAS QUESTÕES DE EDUCAÇÃO E DE ASSISTÊNCIA DE SURDOS-MUDOS, 1900.

⁹²⁶ Idem.

consequência também da falta daqueles benefícios, achamos que se deveria melhor cuidar desses infelizes, tornando-os cidadãos uteis, valores positivos, capazes de suprir a própria subsistência sem ônus á sociedade em que vivem⁹²⁷.

Em 1934 é publicada a Pedagogia Emendativa do Surdo-Mudo, assinada pelo então Diretor do Instituto Nacional dos Surdos Mudos, Dr. Armando Lacerda, que traça as diretrizes da educação de surdos naquele período. A finalidade era suprir falhas decorrentes da surdez buscando adaptar o educando ao nível dos ouvintes: “No que concerne ao surdo-mudo esse *desideratum* é alcançado por intermédio do ensino de linguagem e do correspondente desenvolvimento intelectual⁹²⁸”.

O Instituto naquele período ofertava um ensino que compreendia uma parte didática especial, emendativa, conjugada ao ensino primário, e outro de caráter profissionalizante fornecendo aos alunos conhecimentos de uso na vida prática. A educação de surdos apresentava dois objetivos: conhecimento da linguagem, por intermédio do qual somente lhes é possível estabelecer uma comunicação regular com o meio, adaptando-se às suas condições e habilitação profissional, a fim de que possam viver do seu trabalho, deixando de representar valores negativos no seio da sociedade.

Apesar de a Educação ter sido a linha teórica predominante para solucionar a questão do impacto social da surdez, havia intelectuais higienistas com teorias mais radicais como as de Renato Kehl. Este autor pode ter sua teoria dividida em dois momentos: antes do final da década de 1920 quando estava preocupado com os problemas ligados à saúde pública, ao saneamento e à educação higiênica e sexual e ao final dos anos 20 do século XX, quando passa a defender medidas eugênicas extremadas⁹²⁹. Segundo Kehl, a educação eugênica seria uma estratégia de conscientização e caso essa educação não fosse capaz de impedir os casamentos considerados inapropriados para a melhoria da raça, o intelectual propunha a proibição destes casamentos e a esterilização compulsória das pessoas “degeneradas” (presença de alguma anormalidade física, psíquica e/ou moral). O controle dos casamentos deveria ser feito através de exames pré-nupciais de sanidade para comprovar a normalidade dos cônjuges⁹³⁰. Entre os indivíduos escolhidos por Kehl para esterilização estavam os surdos congênitos ou hereditários, epiléticos, “idiotismo”, ou quando o casal já tenha um filho com

⁹²⁷ BACELLAR, pág. 134, 1926.

⁹²⁸ LACERDA, 1934, p.6.

⁹²⁹ SOUZA, pág.30, 2006.

⁹³⁰ SILVA; SOUZA, pág 31, 2016.

alguma desordem. Assim, acreditava alcançar a saúde integral e a purificação da raça a partir da hereditariedade.

As teorias de Kehl se aproximam do pensamento de Graham Bell ao postular que a oralização das pessoas surdas é importante para torna-los mais parecidos com os ouvintes e diminuindo assim, o preconceito destes com os surdos. Para Kehl, dessa forma se atenuaria a fealdade e para Bell ao se diminuir esse preconceito abria-se a possibilidade de impedir casamentos entres surdos e conseqüentemente impedir a criação de uma raça surda ao extinguir a divisão política e social entre surdos e ouvintes.

Essa teoria de Bell nos remete a uma das indagações desse projeto de pesquisa: a retirada das meninas surdas do Instituto Nacional dos Surdos teria sido influenciada pelas ideias higienistas e eugênicas? A longa duração do pensamento intelectual higienista e eugênico nas políticas públicas brasileiras poderia ter influenciado o Estado a não educar as meninas surdas no Instituto Nacional de Surdos Mudos por 50 anos?

Referências:

ALMEIDA, Jane Soares de. Co-educação ou classes Mistas? Índícios para a historiografia escolar (São Paulo – 1870-1930). In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.86, nº 213/214, p. 64-78, maio/dez. 2005.

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. In: *Cadernos Pagu* (27), julho-dezembro de 2006: pp.213-254.

BACELLAR, Arnaldo de Oliveira. *A surdo mudez no Brasil (cadeira de hygiene)*. Tese de doutoramento em Medicina pela Faculdade de Medicina de São Paulo, 1926.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História, ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LACERDA, Armando. *Pedagogia Emendativa do Surdo-Mudo*. Pimenta de Mello e Cia, Rio de Janeiro, 1934.

PINTO, Fernanda Bouth. O silencioso despertar do mundo surdo brasileiro. In: *Revista de História e Estudos Culturais*. vol. 3, ano III, nº 2. Abril/Maio/Junho de 2006.

RIZZINI, Irma; SOUZA, Maria Zélia Maia de. Uma “casa de Educação”: O “Ensino Integral” no Asilo de Meninos Desvalidos (1875-1894). In: *Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro: um século de história (1850-1950)*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2009.

ROCHA, Solange Maria da. *O INES E A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL: Aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos*. Rio de Janeiro: INES, 2008.

SANT’ANNA, Susan Brodhage; MIZUTA, Celina Midori Murasse. *A Instrução Pública Primária no Brasil Imperial: 1850 a 1889*. Retirado em: <http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/mosaico/article/viewFile/117/pdf>.

SILVA, Morena Dolores Patriota; SOUZA, Regina Maria de. A Formação de uma variedade surda da raça humana: o olhar eugênico de Alexandre Graham Bell sobre a pessoa surda. In: *Revista digital de políticas linguísticas*, ano 8, volume 8, novembro de 2016.

SOUZA, Vanderlei Sebastião. Em nome da raça: a propaganda eugênica e as idéias de Renato Kehl nos anos 1910 e 1920. In: *Revista de História Regional*. Inverno, 2006, p.29-70.

A performance docente e a produção de presença nas aulas de História

Hosana do Nascimento Ramôa⁹³¹

Resumo: Esta proposta de trabalho vincula-se a uma pesquisa de doutorado ainda em andamento, cuja centralidade está na potencialidade da produção de presença no Ensino de História. Essa potencialidade estaria atrelada a performance docente e sua capacidade de produzir momentos de intensidade através dos sentidos físicos que contribuiriam para uma aproximação entre os alunos e a História. Ou seja, percebemos que o conhecimento não precisa ser construído apenas pela significação, mas também é gestado pelo choque, pela surpresa do contato, pelo que o físico pode ensinar. Sendo assim, nosso objetivo principal é refletir sobre as possibilidades, tensões e potencialidades na relação entre a produção de presença e a performance docente no Ensino de História.

Palavras-chave: Ensino de História. Performance. Produção de Presença.

Abstract: This work proposal is linked to a doctoral research still in progress, whose centrality is in the potentiality of the production of presence in History Teaching. This potentiality would be linked to teaching performance and its ability to produce moments of intensity through the physical senses that would contribute to a closer relationship between students and History. We realize that knowledge does not need to be built solely by meaning, but is also born of shock, the surprise of contact, what the physicist can teach. Thus, our main objective is to reflect on the possibilities, tensions and potentialities in the relationship between presence production and teaching performance in History Teaching.

Key-words: History teaching. Performance. Presence Production.

Introdução

⁹³¹ Graduada em História e Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense, atualmente Doutoranda em Educação pelo PPGE na mesma Universidade. Contato: hosana.nramoa@gmail.com

O estudo aqui apresentado pode ser denominado de “fruto de um período de transição”, tendo em vista que ele tem se desenvolvido entre a recente defesa de dissertação de Mestrado (2019) e os primeiros passos em direção ao mergulho na tese de Doutorado. Nosso intuito aqui é apresentar algumas reflexões e apontamentos que têm surgido em nossa investigação ainda em construção, rememorando os fenômenos e situações que nos inspiraram a seguir o caminho aqui delineado e os passos que se desenham em nosso horizonte de expectativas.

Em nossa pesquisa de Mestrado – realizada entre os anos de 2017 e 2019 –, intitulada “Produção de presença e produção de sentido nas aulas de História (Tempo, formação e saberes no trabalho docente)”, orientada pelo Prof. Dr. Everardo Paiva de Andrade, acompanhamos as aulas de História de três professores e os entrevistamos. Nosso objetivo era compreender como cada professor produzia presença em suas aulas, levando em consideração suas histórias de vida, seus saberes e suas personalidades na constituição de seus “modos de dar aula”.

As observações feitas durante as aulas dos docentes despertaram nossa atenção para as maneiras como eles se portavam em sala, e, principalmente os momentos de explicação dos conteúdos e discussões com as turmas: as expressões corporais, as entonações e modificações na voz, as mudanças nas expressões faciais, as aproximações e distanciamentos dos alunos ao andar na sala, o uso do quadro para diversos fins, uso de objetos e imagens, enfim, as diferentes formas de usar o corpo e a oralidade para dar aula.

Obviamente que nossas observações nos possibilitaram entender esses fenômenos baseados em nosso referencial acerca da “produção de presença”⁹³², contudo, ainda havia algo a mais ocorrendo na sala de aula que precisava ter mais destaque e ser melhor investigado. Somada as observações, as realizações das entrevistas permitiram captar na fala dos docentes o que tanto nos impulsionava e incomodava: a ideia de performance.

Assim que percebemos a incidência da palavra “performance”, mesmo não a tendo utilizado em nossas perguntas, vimos que ela não surgiu ao acaso, os professores entendiam que sua presença em sala era uma performance. Entretanto, cabe ressaltar que nem eles e nem nós estamos relacionando performance a teatralidade e muito menos o trabalho do professor a

⁹³² GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2010.

uma encenação. Por isso, buscamos em Paul Zumthor⁹³³ a ajuda para compreendermos o que seria a performance, já que o referido autor era um historiador e desenvolveu um estudo em torno da temática não relacionando-a ao teatro.

Diante do que já estávamos pesquisando, somado aos novos elementos que nossa investigação propiciou apreender, cunhamos uma pergunta de partida que pode nos auxiliar em nosso caminhar na pesquisa de doutoramento: Como a oralidade e a corporeidade na performance docente potencializariam o estudo da História criando possibilidades e alternativas com a produção de presença no ambiente escolar? Obviamente que não temos a ambição de respondê-la neste texto, mas esperamos que o que aqui abordaremos contribua para os colegas que estejam pesquisando o Ensino de História e a docência, da mesma forma que nossas reflexões possam amadurecer e se aprofundar em cada debate e discussão empreendida em cada trabalho desenvolvido.

Dividimos este artigo em três momentos: “O caminho percorrido: a produção de presença”; “Novos rumos: os apontamentos que sugerem a continuidade da trajetória” e “Horizonte de expectativas: a performance docente”. No primeiro tópico demonstramos rapidamente as principais discussões em torno da produção de presença no trabalho docente, para, em seguida, no segundo tópico mostrar alguns trechos das falas dos professores que nos impulsionaram a dar continuidade à pesquisa, e por fim, no terceiro e último tópico, levantar alguns pontos sobre como estamos vislumbrando a relação da performance com a docência.

O caminho percorrido: docência e produção de presença

Antes de delimitar para onde estamos caminhando com a pesquisa, é preciso explicitar o que já percorremos e os pontos que avançamos ao estudar o Ensino de História, sendo assim, aqui traremos as discussões principais que nos serviram de lente para entender a aula de História e a ação docente.

Falar sobre a atuação docente não significa limitá-la a ideias e formatos pré-concebidos, também não buscamos encaixá-la em moldes de “como ser um(a) bom(oa) professor(a)”, na verdade, a prática docente não vem pronta, bem delimitada e acabada, ela requer dedicação constante. No caso da História, os professores podem investir na leitura de textos historiográficos e pedagógicos, na relação com os vários produtos culturais, nos saberes

⁹³³ ZUMTHOR, Paul. Performance, recepção, leitura. Tradução de Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Ubu Editora, 2018. 112p.

acumulados, nas experiências partilhadas com outros colegas da própria área ou mesmo de outra, dentre outras possibilidades. O que resulta dessa aplicação é uma interpretação histórica original, da qual o professor é o autor, mas que também é constantemente exposta e sujeita a interação com os alunos, promovendo, assim, o surgimento de novas possibilidades no Ensino de História. Nesse processo a aula de História pode ser entendida como um espaço de produção de saber, composta por momentos únicos e onde o conhecimento é gestado como uma elaboração individual e coletiva, numa mobilização docente e discente.

Segundo Maurice Tardif e Claude Lessard ⁹³⁴, o trabalho docente possui um “lado artesanal”. Isso significa dizer que, semelhantemente aos artesãos, os professores precisam elaborar instrumentos e compor seu espaço de atuação, assim sua subjetividade se reflete em seu local de trabalho com o qual forma, parcialmente, um todo. Essa perspectiva reforça a questão do estilo de ensino de cada professor. Ao trazer sua personalidade, a interação e a significação a sua prática, o professor desenvolve suas próprias relações com seus alunos e seu jeito próprio de ensinar. Junto a esses fatores, o que também marca seu estilo são os saberes que dispõe e faz uso.

Os saberes docentes que os professores mobilizam em sua prática numa aula de História não provêm de uma única fonte, mas de variadas fontes e de distintos momentos de sua história de vida e profissional. São saberes plurais e heterogêneos, que na atividade de trabalho vinculam conhecimentos e um saber-fazer diversos. Sendo assim, os saberes dos professores de História não se limitam a conhecimentos previamente construídos, cuja única função de seu trabalho é a transmissão, na verdade, sua prática integra distintos saberes e com os quais os professores desenvolvem diferentes relações. Dessa forma, Tardif ⁹³⁵ nos apresenta as características dos saberes da formação profissional, dos saberes disciplinares, os saberes curriculares e os saberes experienciais e a relação dos docentes com eles.

Os saberes da formação profissional são aqueles que se têm acesso através das instituições de formação de professores, nomeadamente as escolas normais ou as faculdades de ciências da Educação. Esses saberes ficam perceptíveis na articulação entre as ciências e a prática por meio da formação inicial ou contínua dos docentes. É preciso atentar que aos nos referirmos a esses saberes não estamos dizendo que eles determinam a prática docente tornando-a um objeto de saber das ciências da Educação, na verdade, a própria prática é

⁹³⁴ TARDIF, Maurice & LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 9ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

⁹³⁵ TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

mobilizadora de saberes. Os saberes pedagógicos provenientes de doutrinas ou concepções sobre a prática dos professores também se juntam à formação profissional, constituindo um “arcabouço ideológico”⁹³⁶ e modos de saber-fazer aos docentes.

Os professores de História estão ligados aos saberes estabelecidos pela Instituição Universitária em que estudaram e as disciplinas que estas oferecem. Também relacionados à formação inicial, os saberes disciplinares dizem respeito aos campos do conhecimento culturalmente e socialmente estabelecidos que presentes na sociedade, são integrados às universidades e transmitidos sob a forma de disciplinas nos diversos cursos. Já os saberes curriculares estão ligados às instituições para as quais os professores trabalham e que os direciona a objetivos, conteúdos, métodos e discursos que precisam ser apreendidos pelos docentes e aplicados em suas aulas.

Diante desses saberes – da formação profissional e pedagógica, disciplinares e curriculares – os professores ainda dispõem de saberes específicos, desenvolvidos a partir do dia a dia no trabalho e de acordo com o meio em que estão. “Esses saberes brotam da experiência e são por ela validados”⁹³⁷. Os saberes experienciais se unem a experiência individual e coletiva adquirindo a forma de habitus⁹³⁸ e habilidades de saber-fazer e saber-ser. Esses saberes práticos e não da prática, são integrados a ela e em parte, seus constituidores. A cultura docente que deles resulta traz todo um conjunto de representações das quais os professores fazem uso para orientar e compreender sua profissão e suas atividades diárias.

Entendendo o professor como alguém que assume sua prática a partir dos significados que lhe dá, que possui conhecimentos e um saber-fazer que surge de seu exercício e que o estrutura e orienta, não podemos deixar de abordar o ponto de vista e a subjetividade dos professores, compreendendo-os como sujeitos individuais e competentes que detêm saberes específicos ao seu trabalho.

Combinando os distintos saberes, a sua história de vida e a sua personalidade, os docentes moldam suas formas de trabalhar em sala, e junto a elas as distintas maneiras de se relacionar com o estudo do passado e do presente e de tensionar presença e sentido. Sua atuação, enquanto atividade interativa com seus alunos se vale de seus saberes, em especial os oriundos da experiência, para construir uma relação com o passado e o presente e com o

⁹³⁶ Ibidem, p. 37.

⁹³⁷ Ibidem, p. 39.

⁹³⁸ BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*; tradução Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

mundo que pode ir além da interpretação, voltando-se para a materialidade e sensibilidade relacionadas os objetos e aos sujeitos. Sendo assim, podemos sustentar que o Ensino de História conduz a um aprendizado singular, onde se encontram e confrontam múltiplas e diversificadas vozes e que pode gerar mudanças no indivíduo enquanto um ser social, político e cultural, por meio das vivências e da incorporação de saberes.

A escolha pelo Ensino de História se deu pela potencialidade que o campo apresenta, pela riqueza de temas, metodologias e possibilidades de estudo e pesquisa. Nesse contexto, concebendo o estudo da presença como uma alternativa ou um acréscimo ao ensino e as visões interpretativas do conhecimento histórico, o intuito ao abordá-lo era o de compreender como essa produção de presença seria possível, como ela seria sentida e quais formas que poderia adquirir em sala, surgindo em meio a interpretação de assuntos e conteúdos referentes ao Ensino de História, através dos saberes mobilizados pelos professores nessa significação.

A discussão sobre a produção de presença atravessa de maneira significativa a noção de conhecimento das humanidades, contudo é preciso atentar que nesse debate não existe uma concepção única, estabelecida e fixada do que seja a presença, havendo a divergência entre alguns autores sobre sua designação. Em nosso caso optamos por trabalhar com duas perspectivas: a produção de presença segundo Hans Ulrich Gumbrecht e o tornar-se presença, concepção de Gert Biesta 939. Sendo assim, nosso trabalho entende que, apesar da predominância, a hermenêutica e a interpretação não são os únicos modos de experienciar o mundo, nem a única forma de trabalhar com a História em sala de aula. Portanto, ao indicar a possibilidade de uma desnaturalização da visão hermenêutica, nossa atenção estaria voltada para uma conciliação entre significado/interpretação e presença/material.

Definindo a produção de presença, Hans Ulrich Gumbrecht indica que existem eventos e processos em que se inicia ou se intensifica o “impacto dos objetos ‘presentes’ sobre corpos humanos” 940. Esse desejo de presença é percebido como uma reação ao mundo cartesiano e historicamente específico em que vivemos, baseado, principalmente, na produção de sentido. O que acaba gerando uma ânsia pela presentificação de um passado – o qual não se pode mais cheirar, ouvir ou mesmo tocar – que nos leva a pensar de que maneira nos relacionaríamos com determinados objetos históricos, caso os encontrássemos em seu tempo.

⁹³⁹ BIESTA, Gert. Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano; tradução de Rosaura Eichenberg. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

⁹⁴⁰ GUMBRECHT, Hans Ulrich. Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2010, p. 13.

Vivenciamos um predomínio do sentido em nosso cotidiano, com isso, esse desejo de presentificação pode ser traduzido em momentos específicos de intensidade que possuem a capacidade de exercer um apelo sobre nós e elevar o que sentimos, seja através das faculdades gerais, cognitivas, emocionais ou físicas.

A presença teria, assim, a potencialidade de nos sensibilizar e impulsionar, o que segundo Gumbrecht, também se refere a linguagem falada, que, como realidade física também pode gerar sentimentos, emoções e sensações, marcando o indivíduo e produzindo presença. Afirmando que qualquer forma de comunicação tem potencial para a produção de presença, o autor alega que o modo como ela tocará cada pessoa é específico e varia de indivíduo para indivíduo. Contudo, mesmo que uma pessoa não entenda o significado de determinadas palavras proferidas, a linguagem e seu ritmo tem a capacidade de chegar até nós “como o leve toque do som em nossa pele” 941.

Depois de definir o que é a produção de presença e especificar suas características, pensemos sua relação com a aula de História. O docente que trabalhe com o Ensino de História lida com experiências, relatos, acontecimentos e mesmo objetos que são fruto ou reflexo da ação humana (seja do passado ou do tempo presente), sendo assim, entendemos que a História é feita pela significação que os sujeitos dão ao mundo e aos fatos, mas também pela materialidade que os cerca. Por isso, ao atentarmos para a aula de História percebemos que o professor pode utilizar-se da oscilação entre os efeitos de presença e os efeitos de sentido, construindo junto ao aluno uma aula que não se limite apenas à transmissão de conteúdos, mas que favoreça o processo de ensino-aprendizagem.

O autor alemão depreende “o comportamento humano voltado para a perspectiva da interpretação e do sentido como ação” 942. Agir é ter a iniciativa de escolher dentre as diversas e variadas possibilidades de futuro baseando-se na experiência, e, essa ação pode ser fundamentada em uma vivência instituída na produção de presença. Para que isso fique mais claro, enquanto produzir presença, no sentido atribuído por Gumbrecht, parte da atitude do professor, agir e tornar-se presença, é algo que compreendemos como referente ao aluno. E para nos ajudar a entender esse viés, recorreremos à obra de Gert Biesta.

⁹⁴¹ GUMBRECHT, Hans Ulrich. A presença realizada na linguagem: com atenção especial para a presença do passado. História da historiografia. Ouro Preto, número 03. Setembro de 2009, p. 13. Disponível em: <<http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/68>> Acesso em: 09.10.2019.

⁹⁴² GUMBRECHT, Hans Ulrich. Serenidade, presença e poesia; Seleção e Tradução de Mariana Lage. Belo Horizonte, MG: Relicários Edições, 2016, p. 167.

Enquanto Gumbrecht enxerga na produção de presença um retorno à materialidade e uma maneira sensorial de vivenciar e entender o mundo, Gert Biesta entende a presença numa relação íntima com a formação de indivíduos. Vendo na Educação a possibilidade de liberação do potencial do ser humano, o autor advoga que o educador tem um papel fundamental⁹⁴³ em contribuir para que seus alunos tornem-se presença no processo educacional, estando inseridos em um mundo perpassado pela pluralidade e diferença. Admitindo que “a questão sobre o que significa ser humano é também, e talvez até acima de tudo, uma questão educacional”⁹⁴⁴, Biesta defende que a finalidade da educação gira em torno do “cultivo” da humanidade do sujeito, ela é a intervenção na vida de uma pessoa com o objetivo de melhorá-la.

Pensando a Educação como algo diferente de socializar os sujeitos nas ordens preexistentes, o autor denota que “devemos focar a maneiras pelas quais o novo início de cada indivíduo pode tornar-se ‘presença’”⁹⁴⁵. Por meio de atos e palavras nos inserimos no mundo e essa inserção é como um segundo nascimento, pois é através da ação que nos revelamos aos outros. Entretanto fazer o que outros fazem não é ação, é comportamento. A ação requer singularidade, visto que “a pluralidade humana é a paradoxal pluralidade de seres singulares”⁹⁴⁶.

Baseando-se nos escritos de Hannah Arendt, Biesta explica que umas das condições da presença é a competência em agir em uma situação social, isso quer dizer que é no encontro com outros que nos tornamos sujeitos singulares, pois quando somos isolados ou nos isolamos perdemos a capacidade de agir e “o resultado sempre será uma perda do humano”⁹⁴⁷. Ou seja, “tornar-se presença é, portanto, uma apresentação a outros que não são como nós”⁹⁴⁸, sendo assim, nos é lícito afirmar que não é qualquer situação que se presta a ação humana, mas aquela em que suceda uma interação social, considerando as diferenças e individualidades que ali interatuam.

⁹⁴³ E talvez aqui seja preciso atentar que Biesta ao ver no educador a responsabilidade para com o processo de ensino, não o compreende como um técnico.

⁹⁴⁴ BIESTA, Gert. *Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano*; tradução de Rosaura Eichenberg. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 15.

⁹⁴⁵ *Ibidem*, p. 26.

⁹⁴⁶ ARENDT, Hannah. *A condição humana*; tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 189.

⁹⁴⁷ ARENDT, Hannah. *Homens em Tempos Sombrios*; tradução de Denise Bottmann, posfácio de Celso Lafer. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 32.

⁹⁴⁸ BIESTA, Gert. *Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano*; tradução de Rosaura Eichenberg. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 75.

Para Arendt somos plurais na medida em que somos humanos e temos anseios semelhantes, mas distinguimos uns dos outros por nossos pensamentos e atitudes. Assim, “só podemos nos tornar presença naquelas situações em que agimos sobre seres que são capazes de suas próprias ações”⁹⁴⁹, de modo que não sejam obstruídas as oportunidades para que outros também venham a ter seus inícios, porque somente quando nossos inícios são adotados por outros sujeitos é que vimos ao mundo. É somente com a ação que “a nossa distintividade única”⁹⁵⁰ aparece. Cada ser humano é um início e um iniciador e todos começam seus inícios em um mundo repleto de iniciadores. Tornar-se presença envolve estar rodeado por outros iniciadores, num mundo de pluralidade e diferença.

O que nos torna únicos e capazes de usar nossa própria voz singular é o modo como respondemos ao outro e a sua “outridade”⁹⁵¹. Assim, um indivíduo torna-se presença quando, em contato com outros, consegue ampliar seu “campo de experiência” através dessa relação, e, conseqüentemente “ampliar seu horizonte de expectativas”⁹⁵² ao responder à diferença e à outridade. É por meio do discurso e da ação que o ser humano revela sua identidade pessoal e singular. Dessa maneira temos no espaço social, o lugar que permite o nosso tornar-se presença. Mas agir em um espaço social de pluralidade consiste tanto em fazer e falar como em escutar e esperar, criando espaços para que outros também se tornem sujeitos. A presença então, parte do pressuposto da conquista de um espaço e de um lugar de fala respeitando aqueles que também se encontram nele e aqueles que ainda chegarão, sendo que essa conquista não é pautada em relações de poder, nem no controle e cerceamento do comportamento humano.

Pensando a aula de História, podemos dizer que é no encontro com os outros colegas de turma e com o professor, suas características, histórias e experiências que os alunos têm um espaço para aprender com essas diferenças e entender que o seu agir parte do respeito e da convivência com o outro, que não precisa necessariamente ter pensamentos e opiniões semelhantes aos seus, pois a subjetividade não é individual, mas uma qualidade da interação humana. Tendo em vista que a subjetividade interfere nas práticas humanas e essas práticas, assim como a materialidade também afetam a subjetividade, numa mão dupla, como nos

⁹⁴⁹ Ibidem, p. 74.

⁹⁵⁰ Ibidem, 113.

⁹⁵¹ Ibidem, 192.

⁹⁵² KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006.

elucidou Severino ⁹⁵³, é através dela que refletimos e desenvolvemos nossa capacidade de ação e conseqüentemente, de formação de individualidades.

Novos rumos: os apontamentos que sugerem a continuidade da trajetória

Como mencionamos anteriormente, para a realização da pesquisa de mestrado acompanhamos três professores durante suas aulas de História, fazendo anotações em nosso caderno de campo e gravando as aulas em áudio, para ao final do período de observação realizar uma entrevista com cada um dos docentes, nas quais eles puderam narrar suas histórias de vida, trajetórias, formação, experiências e sua prática cotidiana em sala. Todo esse material foi analisado segundo o referencial citado no tópico anterior, entretanto, essa empiria nos possibilitou, ainda, vislumbrar uma continuidade e aprofundamento da pesquisa. Neste tópico a proposta é apresentar três trechos de nosso material empírico que nos ajudaram a perceber, na fala dos professores, a ideia de performance.

Um dos sujeitos da pesquisa foi o docente Carlos José Bernardo de Medeiros, professor há mais de vinte anos, atualmente trabalhando na rede pública de ensino e idealizador do projeto “Historiando as Artes” que é oferecido pela Prefeitura de São Gonçalo através da Secretaria Municipal de Educação no Centro de Formação Continuada Prefeito Hairson Monteiro ⁹⁵⁴.

Em sua entrevista, ele comentou a respeito de sua performance em sala, no entanto, não fizemos uma pergunta específica a isso, mas sobre sua maneira de dar aula e seu desempenho em sala, buscando entender a relação que o docente estabelece entre o seu *fazer* e o seu *eu*, e, tencionando aprofundar nosso conhecimento acerca de suas atitudes profissionais.

É da própria natureza, cada um tem uma personalidade. Eu sou uma pessoa que se sente muito à vontade para dar aula. Eu me sinto super à vontade porque eu gosto do que eu faço. Isso já é uma natureza da pessoa e a questão da gestualidade, certas performances, isso se justifica não só pela personalidade, pelo caráter. É da minha natureza, que de certa forma, contribui para a assimilação. Então se você está falando, por exemplo, do período do barroco com a pintura barroca, que entre outras coisas se caracteriza, no que diz respeito à representação da figura humana por uma gestualidade exagerada, intensificada e você, enquanto pessoa,

⁹⁵³ SEVERINO, Antônio Joaquim. Fundamentos ético-políticos da Educação no Brasil de hoje. In: LIMA, Júlio César França (org.). Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. / Organizado por Júlio César França Lima e Lúcia Maria Wanderley Neves. Rio de Janeiro : Editora Fiocruz/EPSJV, 2006, p. 290.

⁹⁵⁴ Para saber mais, acesse: <www.historiandoasartes.com.br>

reproduzir isso através de expressões, de movimentos, também ajuda, mas não que isso seja forçado, isso vem naturalmente.

Em sua fala fica clara a ênfase em uma perspectiva performática e gestual associada a sua personalidade e, conseqüentemente, ao seu “modo de dar aula”. Carlos ressalta a relevância do aspecto físico para a aprendizagem, o que nos remete à produção de presença e a percepção de que o mundo material, ou seja, o mundo que nos rodeia, as pessoas e objetos nele inseridos, chegam até nós antes mesmo que possamos pensar sobre eles ou dar-lhes um significado. Sua presença incide sobre nós. E é interessante a forma como o professor se apropria dessa relação com o físico para refletir sobre sua prática, nos indicando que ensinar é uma ação performática.

Wellington Pinheiro da Silva, professor há mais dez anos e atualmente trabalhando na rede pública de ensino, em sua entrevista elucidou acerca de uma forte ligação entre a docência e a corporeidade, e, mesmo não utilizando o termo “performance”, nos possibilita pensar nela em sua rotina na sala de aula.

Isso é uma coisa que não se ensina na faculdade, se quer é falado, mas eu acho muito importante, há uma linguagem corporal. O professor tem que ter essa linguagem. Se você chegar com uma linguagem corporal de vencido, de tristonho, de abatido, você vai ser devorado. Se você chegar polido demais, uma coisa muito contida você se distancia muito do universo de linguagem daquela gente, você não consegue estabelecer comunicação. Mas se você chega e aí eu faço isso, eu falo alto, eu puxo eles, eu pergunto se eles querem, eu pergunto a opinião deles, pergunto se eles querem falar, peço exemplos da vida deles, relatos da vida deles e é assim que eu trabalho. Eu prefiro assim, acho que tem um pouco da minha personalidade, mas tem muito também de um personagem construído para tornar eficiente o trabalho.

A fala de Wellington reconhece a utilização do corpo como instrumento relacional com o mundo e com seu trabalho. A importância direcionada a uma valorização dos movimentos e posicionamentos corporais também dialogam com a perspectiva da produção de presença mediante a concepção de que o corpo fala, e mesmo que essa fala não seja verbal, ele ainda pode afetar o outro pela sua potente presença. O que nos leva a questionar: não seria a sua fala uma descrição (ou uma reflexão) da sua performance e de performances possíveis no espaço da sala de aula?

Questionamento semelhante nos permite a fala da professora Gracielle Tomaz da Silva Xerfan, professora há seis anos e atualmente trabalhando na rede privada de ensino. Ao

perguntarmos sobre a forma como desenvolve suas aulas e sobre seu desempenho em sala, a professora Gracielle faz menção a sua personalidade:

É pessoal, isso não é nem algo profissional. Eu sou muito expressiva, eu sou de gesticular, de andar. Isso é mais da minha personalidade mesmo do que algum recurso didático, não é pensado nisso não. Lógico que uma hora ou outra sai uma expressão mais para chamar a atenção, sai um movimento mais brusco para chamar a atenção, mas no geral é personalidade mesmo.

Expressiva e enfática em suas explicações, bem como pudemos observar nas aulas, Gracielle atribui essas características a sua personalidade. A integração da personalidade do professor em seu trabalho se configura no caminho necessário a realização dele, como argumentam Tardif e Lessard ⁹⁵⁵, a personalidade junto à interação com os alunos e a significação da prática permite a docente desenvolver seu jeito próprio de ensinar – e que nos faz perceber como ensinar pode ser visto como uma ação personalizada. Mais do que pensar a respeito da personalidade no trabalho docente, sua fala nos impulsiona a questionar: seria a performance docente ligada a personalidade do sujeito?

Horizonte de expectativas: a performance docente

As falas dos professores que participaram da investigação foram fundamentais para estarmos associando a ideia de performance ao trabalho docente e a estarmos levantando algumas indagações, como as apontadas anteriormente. Cabe agora delimitarmos a perspectiva de performance com a qual pretendemos trabalhar e que nos ajudará a compreender um pouco mais o trabalho docente.

Dialogando com nosso referencial em torno da produção de presença, performance, segundo Paul Zumthor ⁹⁵⁶, está intrinsecamente relacionada a um conhecimento que é adquirido por meio do corpóreo. Dito de outro modo, também aprendemos e nos relacionamos com o mundo através dos sentidos físicos, propriamente pelo corpo e pela oralidade. Mas este não é um conhecimento produzido pela significação, ele é gestado pelo choque, pela surpresa do contato, pelo que o físico pode ensinar.

O saber é um longo, lento sabor. Espontaneamente, nossos contemporâneos o evitam, ávidos que são, ou que se tornaram, de história imediata. Mas não

⁹⁵⁵ TARDIF, Maurice & LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 9ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

⁹⁵⁶ ZUMTHOR, Paul. Performance, recepção, leitura. Tradução de Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Ubu Editora, 2018. 112p.

é essa a questão. A única questão é a de uma corporeidade (interiorizada) do conhecimento: uma implicação, na própria ideia e linguagem que ele traz (e talvez a suscite), da visão, da audição e do inefável contato do qual nasce o amor; ritmos do sangue e do batimento das vísceras, inseparáveis de todo surgimento de uma imagem.⁹⁵⁷

Além da potencialidade de aprendizagem, a performance ainda liga o corpo ao espaço, pois ela, “é ato de presença no mundo e em si mesma. Nela o mundo está presente”⁹⁵⁸, e, assim, nos liga a materialidade do que está a nossa volta. Entretanto, mesmo que nossos corpos reajam à materialidade dos objetos e dos indivíduos e a oralidade destes últimos, eles são individuais, o que torna evidente nossa pluralidade e diferenças e que contribui para diferentes performances e distintos modos de senti-las e de reagir a elas, isso porque:

A enunciação da palavra ganha em si mesma valor de ato simbólico: graças à voz ela é exibição e dom, agressão, conquista, e esperança de consumação do outro; interioridade manifesta, livre da necessidade de invadir fisicamente o objeto de seu desejo: o som vocalizado vai de interior a interior e liga, sem outra mediação, duas existências.⁹⁵⁹

É preciso destacar que o historiador suíço enfatiza que a ideia de performance é mais extensiva e não está simplificada e reduzida apenas a uma ligação com o teatro. Performance, na concepção de Zumthor, está ligada a um acontecimento gestual e oral e nela sempre existe a presença de um corpo e uma percepção sensorial, sendo assim, podemos dizer que ela é composta por vários elementos, sendo assim, não existe uma fórmula geral de concebê-la.

Fazendo uma primeira aproximação entre performance e trabalho docente, podemos dizer que: (i) não haveria uma regra fixa para a performance docente, ela seria plural, tal qual os docentes são sujeitos plurais, com características e experiências distintas; (ii) podemos compreender a performance em sala de aula como as ações corpóreas, orais e gestuais dos professores de História em suas aulas; (iii) a oralidade, gestualidade e corporeidade resultantes da performance docente seriam uma emanção da produção de presença dos sujeitos em sala de aula.

Concluindo

⁹⁵⁷ Ibidem, 195.

⁹⁵⁸ Ibidem, 62.

⁹⁵⁹ ZUMTHOR, Paul. Introdução à Poesia Oral. Tradução de Jerusa Pires Ferreira; Maria Lúcia Diniz Pochat; Maria Inês de Almeida. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997, p. 15.

Obviamente as discussões não se esgotaram aqui e nem poderíamos propor tal objetivo diante de um objeto tão complexo como a aula de História. Acreditamos que o primeiro passo foi dado: levantar o questionamento em torno da relação entre produção de presença, performance e trabalho docente. Neste texto o que buscamos foi apresentar o caminhar de nossa pesquisa, as principais ideias ainda no mestrado, como ela nos provocou e oportunizou enxergar novos direcionamentos e o que estamos vislumbrando para a investigação de doutoramento.

É nítido que temos um longo e intenso trajeto a cruzar, mas que nos ajudará a entender um pouco mais o trabalho docente. Trazer a perspectiva aqui proposta para pensar o Ensino de História, significa que é preciso compreender a ação docente para além da formação acadêmica como ponto central de análise (ainda que a formação seja muito importante tanto para a profissão quanto para a prática), pois os professores não se detêm apenas a receber e repassar conhecimentos e instruções provenientes de outros lugares de produção de conhecimento sem que ocorra uma reflexão ou intervenção. Dessa forma (sem desconsiderar, e muito menos, excluir a relevância da formação inicial e continuada), destacamos a necessária reflexão em torno dos avanços empreendidos pelos docentes frente a um fazer cotidiano que concebe que o ensino não é invariável, homogêneo e linear, mas que precisa estar atento à pluralidade que o compõe.

Considerando que a atuação docente não se resume a uma simples reprodução, mas que também abrange criação, podemos acrescentar ainda ser um “espaço”⁹⁶⁰ de encontro com o diferente. E esse diferente pode significar o encontro com o outro, com o material, ou ainda, com outra visão de mundo. Essa percepção nos é pertinente diante da diversidade de identidades, físicos, culturas, ideias e histórias que fazem parte da sala de aula e de nossa constituição enquanto ser humano, o que nos desafia a pensar a Educação e a perceber a emergência de voltar nossa atenção às performances dos professores em meio aos saberes que constituem e que mobilizam em sua prática e que compõe um complexo saber/fazer que não é encontrado em manuais e generalizações.

Referências bibliográficas

⁹⁶⁰ CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes do fazer. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*; tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. *Homens em Tempos Sombrios*; tradução de Denise Bottmann, posfácio de Celso Lafer. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BIESTA, Gert. *Boa Educação na Era da Mensuração*; tradução Teresa Dias Carneiro. Cadernos de Pesquisa. v. 42 n. 147 p. 808-825 set./dez. 2012.

_____. *Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano*; tradução de Rosaura Eichenberg. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes do fazer*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*; tradução Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. 11ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. A presença realizada na linguagem: com atenção especial para a presença do passado. *História da historiografia*. Ouro Preto, número 03. Setembro de 2009, p. 10-22. Disponível em: <<http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/68>>

_____. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2010.

_____. Depois de “Depois de aprender com a história”, o que fazer com o passado agora? In: *Aprender com a história?: o passado e o futuro de uma questão*. NICOTAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO Valdeci Lopes de (Orgs.). Rio de Janeiro: Editora FCV, 2011.

_____. *Depois de 1945: latência como a origem do presente*; tradução Ana Isabel Soares. I. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

_____. *Nosso amplo presente: o tempo e a cultura contemporânea*; tradução Ana Isabel Soares. – I. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2015.

_____. *Serenidade, presença e poesia*; Seleção e Tradução de Mariana Lage. Belo Horizonte, MG: Relicários Edições, 2016.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Fundamentos ético-políticos da Educação no Brasil de hoje.

In: LIMA, Júlio César França (org.). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. / Organizado por Júlio César França Lima e Lúcia Maria Wanderley Neves.

Rio de Janeiro : Editora Fiocruz/EPSJV, 2006. P. 173-200.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TARDIF, Maurice & LESSARD, Claude. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. 9ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ZUMTHOR, Paul. *Introdução à Poesia Oral*. Tradução de Jerusa Pires Ferreira; Maria Lúcia Diniz Pochat; Maria Inês de Almeida. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997, 321p.

ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção, leitura*. Tradução de Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Ubu Editora, 2018. 112p.

Distintas defesas da emancipação feminina em periódicos femininos da segunda metade do XIX

Isadora de Mélo Costa⁹⁶¹

Resumo: Em torno da segunda metade do século XIX, as mulheres aproximaram-se de condições mais propícias à alfabetização. Tal prerrogativa decorre da compreensão civilizacional da época, em que se percebia a instrução como forma de propagação da civilização moral e material da sociedade. Nesse contexto, periódicos voltados para as mulheres afloraram em diversas regiões do Ocidente, como *O Jornal das Senhoras* (1852-1855, Rio de Janeiro) e *A Esperança: Semanário de recreio literário dedicado às Damas* (1865-1866, Porto). Nesse sentido, o presente trabalho toma esses impressos como fonte e objeto e compara algumas representações femininas presentes nesses dois periódicos, a respeito do que denominavam ser a emancipação da mulher. Para tanto, recorre-se à história comparada, aos moldes de Marc Bloch, à perspectiva de gênero, e utiliza-se da história política e cultural como quadro teórico-metodológico de compreensão desses impressos.

Palavras-chave: Imprensa feminina; Emancipação feminina; História Comparada.

Abstract: Around the second half of the nineteenth century, women approached more favorable conditions for literacy. This prerogative stems from the civilizational understanding of the period, in which instruction was seen as means of propagating the moral and material civilization of society. In this context, women's periodicals have appeared in various regions of the western hemisphere, such as *O Jornal das Senhoras* (1852-1855, Rio de Janeiro) and *A Esperança: Semanário de Recreio Literário Dedicado as Damas* (1865-1866, Porto). For that matter, the present work takes these papers as source and object and compares some feminine representation present in these two journals, about what they called the emancipation of women. For this, we use the comparative history, along the lines of Marc Bloch, the gender

⁹⁶¹ Mestranda do PPGH. Vinculada ao projeto “Representações da Mulher em contextos sincrônicos: O Jornal das Senhoras (Rio de Janeiro; 1852- 1855) e A Esperança: Semanário de Recreio Literário dedicado às Damas (Porto; 1865- 1866) numa abordagem de História Comparada”, financiado pela Capes. Orientanda da Profª Dª. Lucia Maria Bastos Pereira das Neves e coorientadora da Profª Drª Ana Carolina Galantes Delmas. E-mail: isadoramc95@gmail.com.

perspective, and also political and cultural history as a theoretical-methodological framework for understanding these printed papers.

Keywords: Women's Press; Female emancipation; Comparative History.

Introdução

No Brasil, a imprensa se instaura oficialmente em 1808, mas data da segunda metade do século XIX a consolidação de jornais voltados para o público feminino. Esses se ligam à busca de progresso e civilização próprios do Segundo Reinado, momento político em que se havia conseguido solucionar os problemas da crise das regências e estabeleceram-se conciliações políticas visando à manutenção do poder e a legitimidade da Coroa. O cenário político e econômico valorizava o capitalismo industrial e o almejar do progresso e da civilização baseando-se, sobretudo, no “modelo europeu”⁹⁶². Era o período de novos hábitos e representações sociais que podiam ser compreendidas através dos novos espaços de sociabilidade – como os saraus, teatros, livrarias, cafés, bailes e os passeios ao ar livre. Além disso, emergiam novas formas de distinção social, marcadas pelo uso das indumentárias, dos objetos materiais, das regras de etiqueta⁹⁶³ e pelo nível de ilustração ou de educação dos indivíduos⁹⁶⁴.

É nesse cenário brasileiro que os jornais voltados para o público feminino se ampliam. Pois, embora na década de 1820 alguns manifestos coletivos e jornais dirigidos às mulheres possam ser localizados⁹⁶⁵, é na segunda metade desse século que “encontra-se um número razoável de mulheres alfabetizadas”⁹⁶⁶, favorecidas, em certa medida pelas melhorias do ensino feminino e pela compreensão que a educação seria “molas propulsoras do desenvolvimento e da prosperidade”⁹⁶⁷, muito difundido na época. Nesse contexto, as mulheres letradas se interessaram, sobretudo, pela leitura de poesias, romances-folhetins e

⁹⁶²CARVALHO; José Murilo de. *A construção da ordem/Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: EdUFRJ/Relume Dumará, 1996, p. 383.

⁹⁶³ SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. *Moça Educada...* p. 24.

⁹⁶⁴ NEVES, Lúcia Maria Bastos P das. *A Instrução Pública e o ensino na província...* 1985. p. 178.

⁹⁶⁵ MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em Tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 42

⁹⁶⁶ MOREL, BARROS, Marcos, Mariana. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP & A. 2003, p. 60

⁹⁶⁷ NEVES, Lúcia Maria Bastos P das. *A Instrução Pública e o ensino na província ...*, 1985. p. 178.

algumas, além de leitoras “vorazes”⁹⁶⁸, se tornaram autoras e até redatoras de periódicos, como é o caso do *Jornal das Senhoras*, periódico inaugurado por Joana Paula Manso de Noronha.

Em Portugal, por sua vez, data do século XVII a inauguração do primeiro periódico impresso e dos primeiros anos do XIX a inauguração de periódicos feitos e segmentados para o público feminino. A historiografia portuguesa mostra-se unânime em caracterizar 1807 como o “ano do aparecimento do primeiro periódico conhecido”⁹⁶⁹, em Portugal, voltado para o público feminino. Trata-se do periódico *O Correio das Modas* (Lisboa; 1807). Ao longo do século XIX, porém, as sucessivas censuras do cenário político português, a falta de público leitor, as invasões napoleônicas, a guerra civil e outros acontecimentos, certamente, influenciaram o curso da chamada imprensa feminina⁹⁷⁰ portuguesa. Afinal, após *O Correio das Damas* (1807), o próximo periódico feminino é inaugurado somente em 1822 com *Gazeta das Damas* (Lisboa; 1822)⁹⁷¹, após a primeira lei de liberdade de imprensa.

É na segunda metade do XIX que aumenta a proliferação de jornais femininos em Portugal, assim como no Brasil. Nesse contexto português, havia-se passado a Primeira Lei de Liberdade de Imprensa, de 1821⁹⁷², as considerações da carta outorgada de 1826 (que baniu a censura prévia somente na teoria⁹⁷³), a Segunda Lei de Liberdade de Imprensa de 1834 (na qual promoveu uma intensa atividade jornalista)⁹⁷⁴, a suspensão dos Jornais de cunho político da década de 1840⁹⁷⁵ e, enfim, havia acabado a Guerra Civil (1808-1851), a qual prorrogou a suspensão da imprensa política⁹⁷⁶. Ainda que a imprensa feminina, de maneira geral, não fosse considerada de cunho político, foi no cenário conhecido na historiografia portuguesa como Regeneração (1851- 1910) que ocorreu o crescimento dos números de seus jornais, maior liberdade de imprensa, novas diversificações temáticas das produções impressas, melhorias no ensino, uma ascendente aceleração industrial e o florescimento de notáveis

⁹⁶⁸ OLIVEIRA, Cláudia de. Mulheres de estampa: o folhetim e a representação do feminino no Segundo Reinado. In: KNAUSS, Paulo; MALTA, Marize [et.al] (orgs). *Revistas Ilustradas: Modos de ler e ver no segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2011, p.166.

⁹⁶⁹ LEAL; Maria Ivone. *Um século de Periódicos Femininos – Arrolamento de periódicos entre 1807 e 1826*. Lisboa: Edição da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Ministério do Emprego e da Segurança Social, 1992.

⁹⁷⁰ Conceito de Imprensa Feminina:

⁹⁷¹ LEAL, M... *Op Cit...*, 1992, p. 14.

⁹⁷² TENGARRINHA; J... *Op Cit...*, 1989, p. 128

⁹⁷³ *Ibidem...* p. 138-139.

⁹⁷⁴ *Ibidem...* p. 152.

⁹⁷⁵ *Ibidem...* p.. 156

⁹⁷⁶ *Ibidem...* p. 164.

jornais literários – como o jornal *A Esperança*⁹⁷⁷ (1865-1866). Foi ainda nesse contexto que foi fundado o primeiro periódico redigido por uma mulher em Portugal. Trata-se do *Assembléia Literária* (1849-1851), fundado pela proprietária e redatora Antónia Gertudes Pusich⁹⁷⁸.

Enfim, a entrada das mulheres no meio público da imprensa, de modo geral, data da segunda metade do XIX, seja no Brasil, seja em Portugal. A análise de jornais femininos produzidos nessas sociedades sincrônicas, que guardam relações recíprocas entre si, permite observar a inserção feminina no mundo das letras, as mudanças nos papéis impressos e de sua própria representação⁹⁷⁹ nesse período de concórdia política, mas efervescência econômica e cultural. Inserindo-se nesse contexto, o presente ensaio objetiva aproximar os periódicos *O Jornal das Senhoras* e *A Esperança* no tocante a emancipação da mulher. Assim, o presente trabalho pretende elencar algumas vozes femininas inseridas nesses periódicos, suas defesas e expectativas. Para tanto, recorre-se à História Comparada, nos moldes de Marc Bloch, à Perspectiva de Gênero, e utiliza-se da História Política e Cultural como aporte teórico-metodológico de compreensão desses impressos.

Discutindo a emancipação nas páginas do periódico *O Jornal das Senhoras*

A segunda metade do século XIX brasileiro pode ser considerada como um momento de “mudanças superficiais e artificiosas”⁹⁸⁰, como apontou Sérgio Buarque de Holanda. No período, desenvolvia-se um conjunto de transformações econômicas e melhorias materiais caracterizadas pelo movimento de regulamentação das sociedades anônimas, fundação do segundo Banco do Brasil, a abertura ao tráfego das primeiras linhas de estrada de ferro, a expansão do crédito bancário (estimulando a iniciativa particular), abreviação e incremento de negócios favorecidos pela rapidez das notícias, e enfim, o estabelecimento de meios de transportes modernos entre os centros de produção agrária e as grandes praças comerciais do

⁹⁷⁷ *Ibidem...* p. 203.

⁹⁷⁸ LEAL, M... *Op Cit...*, 1992, p. 51.

⁹⁷⁹ Utiliza-se do conceito de representação de Roger Chartier. Para Chartier, o conceito de representação seria “a imagem presente de um objeto ausente” e/ou a exibição pública de algo existente. Isso é, a possibilidade de que o indivíduo se situe historicamente no tempo a que pertence, e nele se oriente. In: CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e Representações* 2ª Ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002. p.20.

⁹⁸⁰ HOLANDA; Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição, 14ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 78.

Império⁹⁸¹. Era um contexto, então, de efervescência econômica e aprimoramento urbano que se desenvolve, não à toa, logo após um importante passo: a Lei Euzébio de Queirós de 1850.

A partir desse marco proíbe-se, na letra da lei, o tráfico de escravos no país. Embora o contrabando e as estratégias para burlá-la continuassem a existir, esse passo dado em direção a abolição precedida pela expansão do crédito permite-nos perceber o que Sérgio Buarque de Holanda considerou como as tentativas de “liquidação mais ou menos rápida de nossa velha herança colonial” e buscas por modelos de comportamento próximos às nações vistas como “socialmente avançadas”⁹⁸². É, portanto, um contexto de tentativas, de mudanças “superficiais e artificiosas”⁹⁸³, em que raízes de um Brasil rural, patriarcal, do compadrio, do bacharelismo e escravismo continuavam a existir e coexistir com os novos padrões economicamente e culturalmente vistos como civilizados⁹⁸⁴. Liberalismo e escravismo, de modo geral, se mostravam um falso empasse para esse contexto brasileiro de busca por novos ares, que não mais os coloniais⁹⁸⁵.

Nesse cenário, no Rio de Janeiro, foi inaugurado um dos primeiros⁹⁸⁶ jornais brasileiros redigidos somente por mulheres e voltado ao público feminino, como seu próprio título legitimava: *O Jornal das Senhoras*⁹⁸⁷. Esse jornal foi inaugurado pela argentina, poetisa, dramaturga e jornalista Joana Paula Manso de Noronha, uma exilada da ditadura de Juan Manuel Rosas, que durou de 1829 a 1852. Depois de exilada no Uruguai, veio ao Brasil em 1843, vivendo dois anos no Rio de Janeiro⁹⁸⁸. Nesse período de estadia na corte, Manso se casou com o violinista português Francisco Sá Noronha. E no mesmo ano de 1844, viajam juntos pelos Estados Unidos, visando o sucesso na carreira artística do marido. Tiveram duas filhas, Eulália e Hermínia Noronha, uma nos Estados Unidos e, a segunda, em Cuba, na

⁹⁸¹ *Ibidem...* p. 74.

⁹⁸² *Ibidem...* p. 79.

⁹⁸³ *Ibidem...* p. 78

⁹⁸⁴ *Ibidem...* p. 73-92.

⁹⁸⁵ “O par, formalmente dissonante, escravismo-liberalismo, foi, no caso brasileiro pelo menos, apenas um paradoxo. O seu consórcio só se poria como contradição real se se atribuísse ao segundo termo, liberalismo, um conteúdo pleno e concreto, equivalente à ideologia burguesa do trabalho livre que se afirmou ao longo da revolução industrial europeia”. ALFREDO, Bosi. A Escravidão entre dois liberalismos. In: _____. *A Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 195.

⁹⁸⁶ Haja vista que o primeiro jornal de redação feminina foi o *A Esmeralda* (1850, Recife), seguido de *O Jasmim* (Recife, 1850). Ver mais em: BARBOSA; Everton Vieira. *A escrita feminina periodista no Brasil em meados do século XIX*. XVII São Lourenço, RS: Encontro Estadual de História Anpuh/RS, 2014.p.6.

⁹⁸⁷ MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de. *Imprensa e Cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p. 67-68.

⁹⁸⁸ LOBO, Luiza. Juana Manso: uma Exilada em três Pátrias. *Revista Gênero*: Niterói, v. 9, n. 2, 1. sem, 2009, p. 47-59.

viagem de retorno ao Brasil, em 1852⁹⁸⁹, também ano de publicação do periódico *O Jornal das Senhoras*.

Essa folhinha, inaugurada por Noronha na *Tipografia Parisiense*, localizada na Rua do Ouvidor n.º. 20,⁹⁹⁰ apresentou como principal objetivo defender a emancipação da mulher e cooperar com a melhoria de sua posição no interior do lar e da sociedade. Fazia parte desse objetivo levar às leitoras “Moda, Literatura, Bellas-Artes, Teatro e Crítica”⁹⁹¹. Esses assuntos eram inseridos nas páginas desse jornal com artigos, nem sempre se prendendo às suas respectivas seções e nem sempre com assinaturas (ou mesmo com pseudônimos), que continham as seguintes temáticas: educação, moda, entretenimento, condutas femininas, romances, partituras, religiosidade, resenha teatral, eventos da corte, e ainda uma posição favorável à melhoria na condição feminina ou emancipação da mulher⁹⁹².

Ao longo do periódico a temática da emancipação continuou a ser tratada pelas colaboradoras que precederam Joana Paula Manso de Noronha. Após seis meses da fundação do Jornal, por Manso, a redação passou para as mãos de Violante Atalipa Ximenes de Bivar e Velasco e, por último, Gervásia Nunézia Pires dos Santos Neves sendo essas, talvez, juntamente com Noronha, “uma das primeiras mulheres a exercerem funções de direção na imprensa brasileira”⁹⁹³.

A defesa pela emancipação, além de ser compreendida a partir da educação feminina, era também vista como uma missão que se atrelava à busca por igualdade intelectual e maior atuação feminina na sociedade. Essa temática atravessou diferentes momentos e espaços do jornal, infiltrando-se até mesmo na seção “moda” com o chamado “Colette da emancipação”⁹⁹⁴, peça de roupa feminina revestida de apropriações do traje masculino. Porém, cabe ressaltar que todo o cuidado de definição, caracterização e exemplificação acerca dessa temática não foi à toa. Tal postura parece expressar que esse assunto era uma novidade

⁹⁸⁹ LOBO, Luiza. Juana Manso: uma Exilada em três Pátrias. *Revista Gênero...* p. 47-59.

⁹⁹⁰ Vale destacar que posteriormente o jornal migra para a *Tipografia de Santos e Silva Junior*, na Rua da Carioca. n.º. 32 e somente após um ano o *Jornal das Senhoras* se estabeleceu em uma tipografia com um mesmo nome do jornal. Informações presentes em: BARBOSA; Everton Viera. Em busca de (in)formação: estratégias editoriais femininas na corte (1852-1855). BESSONE, Tânia; RIBEIRO, Gladys Sabina (et. al.) (Orgs). *Imprensa, livros e política no oitocentos*. São Paulo: Alameda, 2018.

⁹⁹¹ DUARTE. Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX: dicionário ilustrado*. Ed 1ª. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p.117.

⁹⁹² BARBOSA; E... Op Cit... 2018, p. 196.

⁹⁹³ MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tânia Regina (Org). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 68

⁹⁹⁴ **Ver mais em:** GONÇALES, Guilherme Domingues. *Moda e Emancipação Feminina: Um Estudo do Jornal das Senhoras*. 2014. Monografias (apresentado ao final do curso de história). Instituto de Ciências Humanas: Universidade de Brasília.

para o público leitor do jornal, sendo necessário defini-lo. E isso foi feito desde os primeiros números desse jornal. Nas palavras da redatora:

(...) o que vem a ser tal emancipação moral da mulher?

Eu vos digo.

É o conhecimento verdadeiro da missão da mulher na sociedade; é o justo gozo dos seus direitos, que o *brutal egoísmo* do homem lhes rouba, e dos quais a deserdada, porque tem em si a força material, e porque não se convenceu que um anjo lhe será mais útil que uma boneca⁹⁹⁵.

Na representação da época, a emancipação é colocada como uma transformação da mulher como “boneca”, para a mulher como “anjo”. É uma forma de transformação da mulher como objeto, para formas atuantes dessa em sociedade. Era mais que uma mudança na forma como a figura feminina era vista, mas uma expectativa de mudança que se relacionava às suas funções sociais.

Embora emancipação possa parecer uma grande transformação na sociedade, deve-se ter cautela ao pensar tal conceito nas relações entre os gêneros da segunda metade do século XIX. O *Jornal das Senhoras* defendia a emancipação da mulher, mas não questionava a detenção da “força material pelo homem”⁹⁹⁶ e muito menos que ele era o “chefe” natural da família. Esse periódico compreendia que mudanças deveriam ocorrer no modo pelo qual os homens e mulheres eram educados. As mães deveriam ser instruídas tanto quanto os homens. E ela que deveria ensinar as primeiras lições aos filhos, pois só assim uma nova visão da mulher poderia ser ensinada às crianças e, logo, colocada em voga na sociedade como um todo. Nas palavras da redatora: “Mas enquanto a educação do homem não for reformada, enquanto ele considerar a mulher como sua propriedade, nada teremos feito”⁹⁹⁷.

Emancipação e educação mostram-se relacionáveis ao longo das páginas desse periódico feminino. No entanto, a educação é vista como algo mais amplo que um ensino regular, não se reduz a conhecimentos específicos, mas um instrumento de transformação de opiniões, gostos e costumes que, inclusive, pode trazer novos olhares para a representação e função da mulher em sociedade. Mais que informar, esse jornal carregava um cunho pedagógico⁹⁹⁸, trazia questões que serviam como exemplo a ser seguido por outras senhoras/leitoras.

⁹⁹⁵ *O Jornal das Senhoras* (RJ; 1852-1855)... n.2, p. 4 ...

⁹⁹⁶ *Ibidem...*

⁹⁹⁷ *Ibidem...*

⁹⁹⁸ MOREL, BARROS, Marcos, Mariana...*Op Cit...*2003, p. 60

Nessa segunda metade do XIX brasileiro, período de construção da ordem Imperial e de muitas preocupações acerca do fim da escravidão⁹⁹⁹, na visão desse periódico, as mulheres poderiam ser comparadas a uma escrava, pois não desempenhavam uma função efetiva em sociedade que pudessem ser valorizadas. Além disso, não apresentavam uma missão social, sendo, em última análise sujeitas a serem “propriedades” e sem direito a opinar, mesmo no ambiente doméstico¹⁰⁰⁰. Esse jornal se coloca, assim, contra a mulher representada como mero objeto e reivindicava um perfil feminino agente da casa e no progresso da nação. Essa agência/emancipação poderia ser alcançada pela melhoria da educação feminina e pela igualdade intelectual entre os sexos, como pode perceber no seguinte trecho do jornal:

Eis porque desejamos a emancipação moral da mulher; porque lutamos sempre em demonstrar que ela não é inferior ao homem em inteligência, e porque pugnaremos, sempre pelos seus direitos desprezados, e pela sua missão desconhecida¹⁰⁰¹.

Observamos que a ideia de emancipação foi vista, desde o prospecto do *Jornal das Senhoras*, como um dos principais assuntos de debate. A emancipação, até então vista no terreno da questão nacional, é colocada na condição feminina em um momento que a imprensa brasileira torna-se mais diversificada, literária e incorporando diferentes temas e agentes sociais, na qual a mulher também se insere, se vê e quer ser vista da seguinte forma: como sujeito da sociedade. Isso nos leva a pensar como o contexto de transformações, inicialmente tratado a partir da abordagem de Sérgio Buarque de Holanda, atravessou o modo como essas mulheres se colocavam e queriam ser representadas na sociedade. Essas mulheres buscavam espaço e elaboração de uma “missão” feminina, que como se percebe na citação a seguir, caminhava para uma justificação da atuação feminina não somente a partir do contexto de valorização das novas ideias acerca da educação e ação social, mas também, de algo considerado próprio do feminino: a maternidade¹⁰⁰².

Perguntarão como? Pois a mulher pode ter outra influência além das panelas? Outra missão além das costuras, outro provir que não seja o rol da roupa suja? Pois escute-me e a educação de seus filhos?¹⁰⁰³

A maternidade da mulher de origem burguesa não passou despercebida pelo *Jornal das Senhoras*, mas antes, fez parte do discurso de valorização do papel da mulher na

⁹⁹⁹ CARVALHO, J... *Op Cit...* 2012.

¹⁰⁰⁰ *O Jornal das Senhoras* (RJ; 1852-1855)... n.2, p. 6...

¹⁰⁰¹ *Ibidem...*

¹⁰⁰² *O Jornal das Senhoras* (RJ; 1852-1855)... n.2, p. 4...

¹⁰⁰³ *O Jornal das Senhoras* (RJ; 1852-1855)... n.2, p. 6...

sociedade. Compreendia-se que, dentro do lar, as mulheres conseguiriam melhor instruir os seus filhos em bons cidadãos, e assim, contribuir com o progresso da civilização e da nação que se construía nessa segunda metade do XIX. Tal questão, de maneira geral, fez parte do pensamento de época e é colocada pela historiografia como de origem francesa sob o termo de *maternidade cívica*¹⁰⁰⁴. A apropriação dessa mentalidade ao contexto brasileiro, não somente promove a percepção das influências francesas no interior desse periódico feminino, como também, possibilita observar como essas mulheres colaboradoras/ leitoras e redatoras estavam atentas às transformações, que embora fossem “superficiais e artificiosas”, faziam parte desse período e não ficaram alheias ao olhar atento dessas mulheres.

A defesa por educação e a emancipação como uma ilusão nas páginas do periódico *A Esperança*

Após mais de uma década, em Portugal, os debates acerca da emancipação feminina continuavam na pauta da imprensa e nas expectativas, cada vez mais amplas, acerca da mulher e de sua posição em sociedade. Tal questão mostra-se surpreendente e chamou atenção de outros pesquisadores, como Ana Maria Costa Lopes, que frisou “ser significativo que, em 1865, se coloquem esses mesmos problemas dúvidas e receios” acerca da “igualdade sexual” e dos “problemas que impedem a expressão e a afirmação intelectual feminina”¹⁰⁰⁵ nos impressos portugueses.

O Jornal português *A Esperança: Semanário de recreio literário dedicado às Damas (1865-1868, Porto)* apresentou temáticas próximas do *Jornal das Senhoras*, dentre eles, moda, literatura, poesia, eventos contemporâneos, a temática da emancipação feminina e outras. Porém, embora próximos, seus objetivos se mostram distintos em termos de público e compreensão do que seria emancipação feminina.

Segundo o editorial do Jornal, seu objetivo era levar instrução para um público que não se limitava ao próprio nome do jornal, e afirmava: “Este jornal é para todos”. “Esse todos” é citado através dos seguintes exemplos: “(...) o artista (...), o homem de letras, (...) e a

¹⁰⁰⁴ SANTOS, Livia Assunção V. dos. *A mulher por ela mesma*. Anais do XVIII Encontro de história da Anpuh Rio: História e Parcerias, 2018.

¹⁰⁰⁵ LOPES; Ana Maria Costa. *Imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos – percursos de modernidade*. Lisboa: Quimera, 2005. p. 349.

senhora inteligente”¹⁰⁰⁶. Essa abertura de público pode ser compreendida tanto como uma estratégia de venda, quanto como uma posição ideológica do próprio jornal. Pois, no período, havia longos debates entre os intelectuais portugueses acerca do lugar da imprensa na divisão dos papéis entre os sexos. Dentro desses debates, questionava-se, por exemplo, se mulheres deveriam escrever somente para mulheres enquanto homens para homens¹⁰⁰⁷. Ao abrir seu público, o periódico parece dialogar com essas discussões, ao mesmo tempo em que se beneficia de um público leitor feminino e masculino, emergente na segunda metade do XIX.

Outra peculiaridade que chama atenção nesse periódico é que ao abrir seu público ao “artista de letras” podemos indagar possíveis vinculações ou influências desse periódico com outros que apresentavam esse público alvo/carregavam o mesmo nome “A Esperança”. Dentre os periódicos que apresentavam esse mesmo título destaca-se: *A Esperança: Jornal Político, literário e religioso* (Lisboa; 1852- 1854) e *A Esperança: Semanário dedicado à Associação dos Artistas Almadenses* (Almada; 1857). Essa prerrogativa, embora deva ser melhor estudada, suscita-nos afirmar que *A Esperança* era um título, em certa medida, recorrente no período, em diferentes províncias de Portugal. Afinal, após o fim das publicações do periódico *A Esperança: Semanário Literário Dedicado às Damas*, ao qual nos debruçamos a estudar, outros periódicos com esse mesmo nome ainda podem ser encontrados em Portugal: *A Esperança: edição popular da Nação* (Lisboa, 1878- 1882)¹⁰⁰⁸ e *A Esperança* (1914)¹⁰⁰⁹, administrado por Ernesto Dias e editado por Júlio Viterbo já no século XX.

Essa diversidade de títulos em comum nos chama atenção, pois o editorial do jornal *A Esperança: Semanário Literário Dedicado às Damas* não teve a pretensão de explicar o porquê do título, passando-nos a ideia que se tratava de algo possivelmente óbvio ou do conhecimento do público alvo desse impresso. Embora possam existir laços entre os periódicos que abrigam o mesmo título “A Esperança”, sabe-se que o termo “esperança” habitou os debates da segunda metade do século XIX português relacionando-se tanto a uma

¹⁰⁰⁶ A ESPERANÇA, *Semanário Literário dedicado às Damas*. Volume I. n 1, p. 3. Edição 1ª e 2º. Porto: 1865.

Disponível em:

<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/AEsperanca/AEsperanca.htm>. . Acessado em: 10/02/2019.

¹⁰⁰⁷ **Ver mais em:** LOPES, A. M. C... *Op Cit ...*, 2005. p. 348-351.

¹⁰⁰⁸ RAFAEL, Gina Guedes; SANTOS, Manuela (Orgs.). *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional. 2001.

¹⁰⁰⁹ *A esperança* / adm. Ernesto Dias ; red. e ed. Julio Viterbo Dias. - A. 1, nº 1 (7 mar. 1914) - a. 1, nº 10 (1 jun. 1914). - Funchal : J. V. Dias, 1914. - 52 cm. Disponível na base de dados do Catálogo Geral da Biblioteca Nacional de Portugal: <http://purl.pt/24463>. Acessado em 11/08/2019.

questão política, certa busca por um futuro melhor e promissor, quanto religioso, com o culto mariano à Nossa Senhora da Esperança.

A Esperança: Semanário Literário Dedicado às Damas é considerado o 35^a periódico feminino editado em Portugal¹⁰¹⁰. Ele apresou páginas de aproximadamente 26 cm¹⁰¹¹ cada contendo moda, crítica social, teatral e religiosa, além de eventos contemporâneos, história, moda e ciência. Inicialmente apresentou publicação semanal pela *Typ. de Rodrigo José d'Oliveira Guimarães* localizada no Largo de São Domingos, nº 30, e dois editores: António Pereira da Silva e Ricardo Dias Cesar Rey – ficando esse último na redação menos de um ano. Após a saída de Cesar Rey, o endereço tipográfico é transferido para a tipografia *José Pereira da Silva e F.*, localizada na Praça de Santa Teresa, nº 63, e António Pereira da Silva passa a ser seu único proprietário¹⁰¹².

Além desses homens de letras, o periódico contava com a colaboração de escritores que tiveram seus nomes publicados na capa anual de 1865 e no índice do seu segundo volume anual de 1866, de modo a demonstrar prestígio quanto aos nomes evocados e enfatizar a presença de “colaboradores” e “colaboradoras”. Dentre os colaboradores destaca-se: Maria Peregrina Sousa, Maria Adelaide Fernandes, Henriqueta Elisa Pereira de Sousa, J. D. Ramalho Ortigão, Camilo Castelo Branco, Alberto Pimentel, F. M de Sousa Viterbo, Ana Plácido, Teófilo Braga e Ernesto Biester, Ernesto Pinto de Almeida e outros que, de maneira geral, podem ser compreendidos como nomes de grande vulto, seja na produção da literatura portuguesa em formato de livro, seja em colaborações e edições de outros periódicos.

Vale destacar que alguns desses colaboradores foram lembrados com prestígio dentre seus contemporâneos e mostravam-se inseridos em diversas redes de sociabilidades. Isso é, apresentavam ligação com indivíduos que interagiam e partilhavam ideias e espaços comuns, e, além disso, estavam atentos ao que havia de mais novo, como os álbuns de retrato e as revistas literárias. Afinal, alguns desses colaboradores de *A Esperança* fizeram parte de um mesmo álbum de fotografias produzido por Joaquim Pedro de Sousa (1818-1878) e Silêncio Cristão de Barros (1792-ca 1870), entre os anos de 1859 e 1865, e muitos desses nomes

¹⁰¹⁰ LEAL; Maria Ivone. Um século de Periódicos Femininos – Arrolamento de periódicos entre 1807 e 1826. Lisboa: Edição da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Ministério do Emprego e da Segurança Social, 1992. p. 15.

¹⁰¹¹ Informação fornecida no catálogo digital da Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session=S56553L582O13.93888&profile=bn&source=~!bnp&view=subscriptionsummary&uri=full=3100024~!489525~!0&ri=1&aspect=subtab11&menu=search&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=R.+D.+C%C3%A9sar+Rei&index=.GW&uindex=&aspect=subtab11&menu=search&ri=1>.

Acessada em: 11/08/2019.

¹⁰¹² *A Esperança...* p. 65 ... 1865.

pertenceram à *Revista contemporânea de Portugal e Brasil* (Lisboa, 1859-1865) e à Academia Real de Belas Artes de Lisboa – como o próprio impressor Silêncio Cristão de Barros. Esse álbum contém cem retratos em água-forte, com 31 cm cada, de personalidades como Pedro II, Fernando II, Pedro IV, Luís I (reis de Portugal), Maria Pia (rainha de Portugal) Almeida Garrett, Alexandre Herculano, António Feliciano de Castilho, Rodrigo da Fonseca Magalhães (importantes escritores do período) e pelo menos cinco colaboradores do periódico *A Esperança*: Camilo Castelo Branco, Teófilo Braga, Ernesto Biester, Ernesto Pinto de Almeida e um retrato que é atribuído a Maria Peregrina de Sousa¹⁰¹³.

Percebe-se que *A Esperança* foi um periódico que contou com intelectuais inseridos em redes de sociabilidades que não se limitavam ao Porto, local de produção desse jornal. Tal prerrogativa pode também ser vista justamente pelo fato desse periódico ser produzido na cidade do Porto e apresentar a possibilidade de circular em outras províncias de Portugal e, mesmo, no Império brasileiro¹⁰¹⁴. Em seu contexto de publicação, além de Lisboa, Porto e Coimbra mostravam-se os centros mais importantes de publicação de jornais¹⁰¹⁵. O Porto também se destacava por, nessa segunda metade do XIX, se beneficiar com a diversidade e o crescimento industrial. Esse crescimento ascendente colocou-o num lugar ímpar do contexto nacional. Segundo dados de Miriam Pereira, no ano de 1890, o distrito do Porto e Covilhã apresentavam 43% de sua população ativa industrialmente, quando em Lisboa 31% e nacionalmente 19%¹⁰¹⁶. Essa movimentação econômica e de ideias não ficaram alheias aos periódicos femininos, ao contrário, a circulação de informações e debates foi diversa, contanto com diferentes nomes e pontos de vista, sobretudo, em relação à temática da emancipação.

Um dos primeiros textos publicados em *A Esperança* acerca da temática foi o artigo “A mulher – Sua Educação”, da poetisa, jornalista e colaboradora de *A Esperança*, Henriqueta Elisa Pereira de Sousa (1843-?). Henriqueta Elisa defendeu que “a emancipação da Mulher não era a sua bandeira”. Para ela, a emancipação era “uma ficção, um sonho irrealizável [e] seria uma grande desgraça para ambos os sexos”¹⁰¹⁷. Em sua visão, não havia a necessidade do homem elevar a posição feminina sob “o poder” masculino, com luxos e ostentações, apenas educá-la, pois:

¹⁰¹³ Utiliza-se a palavra atribuída em relação à Maria Peregrina de Sousa porque somente no canto esquerdo da página de seu possível retrato a grafia de seu nome foi encontrada escrita à Lápis.

¹⁰¹⁴ *A Esperança...* p.2...1865

¹⁰¹⁵ TENGARRINHA, J...*Op Cit...*, 1989, p. 170

¹⁰¹⁶ PEREIRA, MIRIAM, Diversidade e Crescimento Industrial. In: TENGARRINHA, José (Org.) *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000. p. 219.

¹⁰¹⁷ *A Esperança...* p. 49 ... 1865.

a mãe instruída pode e sabe educar seus filhos e a ignorante não o poderia fazer. (...) não quero provar que a mulher fosse por Deus destinada só e exclusivamente para ama e mentora das crianças; mas sem que, sendo essa a sua principal função, a ela que primeiro cumpre atender¹⁰¹⁸.

Além de sublinhar que o destino feminino era definido pelos homens, como assim também compreendia seu principal referencial teórico (sublinhado ao final do texto), Aimé Martin em *Educação das Mães de Família* (1834), Henriqueta Elisa lança uma nova forma de se compreender a emancipação.

Nesse texto percebemos um discurso que chamava atenção para que a mulher apresentasse “uma educação e princípios coerentes com sua natureza e, sobretudo, com a dupla condição de esposa e de mãe”¹⁰¹⁹. Isso é, a autora não contraria o papel feminino como pertencente ao lar, muito menos a ideia que cabia ao homem sustentar a “luta no interior de sua casa (...) para não abdicar a dignidade do seu poder”¹⁰²⁰. Trata-se de um discurso que culpa o homem por ter deixado a emancipação, entendida como luxúria e ostentação feminina, se infiltrar no interior da família, ao mesmo tempo em que busca uma educação que reverta esse estado de coisas. É uma educação voltada para o lar e para o que era compreendido como um dever “natural” da mulher: ser mãe e esposa.

Nas páginas do Jornal *A Esperança* há uma defesa de uma educação feminina que “regene” o “vácuo da família” que se mostrava, na visão da folha, abalado devido aos “desmaios dos primeiros rigores” e o fato da mulher passar a ser “lisonjeada, festejada e adulada (...) [e] acusar de tirano, quem outrora, lhe parecera submisso escravo”. Como se percebe na citação a seguir:

Não a educais somente para a sociedade, educai-a antes para a família: deixe-a tomar o voo que seu espirito naturalmente procura, se quereis esposas, se quereis mães. Não a modeleis em vossa fantasia, pelo tipo de rainha da sala, se seus triunfos satisfazem momentaneamente vossa vaidade, mais tarde achareis que eles vos são nocivos, quando carecereis da força para dominar seu império. Se quereis regenerar a sociedade, substituir a corrupção pela virtude, educai a mulher, só ela o poderá conseguir¹⁰²¹

Enfim, em *A Esperança* há uma acusação ao homem. Critica-se que ele deixou se instaurar uma nova relação de poder entre homens e mulheres e defende uma educação feminina que seja para educar e ensinar as mulheres a cuidarem de seus filhos, compondo

¹⁰¹⁸ *A Esperança...* p. 57 ... 1865.

¹⁰¹⁹ *A Esperança...* p. 49 ... 1865.

¹⁰²⁰ *A Esperança...* p. 50 ... 1865.

¹⁰²¹ *A Esperança...* p. 51... 1865.

novamente o seio das famílias e não possibilitando que “as amas” de leite, “os mentores” e os “colégios “influenciem e interfiram” no que compreenderam como “desestruturação familiar”¹⁰²²

Conclusões

A partir das discussões suscitadas, percebemos parte significativa do contexto produtor dos jornais literários *O Jornal das Senhoras* e *A Esperança*. Também foi possível tecer relação entre esses periódicos a partir de um assunto em comum: a emancipação da mulher – temática que circulou em ambos os lados do Atlântico, habitando as páginas desses impressos de forma significativa e distinta.

Brasil e Portugal guardam um passado comum inseridos nos laços de ex-colônia e ex-metrópole, constituídos no que Sérgio Buarque de Holanda chamou do “padrão ibérico”¹⁰²³. Na segunda metade do XIX esse possível padrão continuava a florescer ao passo que esses países se viam imersos em um presente vivenciado pelo contexto de expansão econômica, pelo apaziguamento ou “hibernação política”¹⁰²⁴ e pela busca de um futuro moderno e civilizado no bojo das ideias liberais e de valorização do nacional. No entanto, isso não possibilitou ideias iguais acerca da emancipação feminina. Embora a temática se mostrasse presente nessas duas localidades do Atlântico houve estratégias diferenciadas para se lidar com ela, seja em sua defesa, como é o caso do discurso do *Jornal das Senhoras*, seja em sua negação, como fez Henriqueta Elisa, ao colocar e compreender a emancipação como uma ilusão nas páginas de *A Esperança*.

Portanto, a comparação entre esses periódicos leva a pensar que, no terreno do cultural, a diacronia não é o bastante para compreender a dimensão e a evolução desses debates. Além disso, nos desmistifica a ideia de que a emancipação seria um todo homogêneo, que homens atuariam na manutenção de seus próprios privilégios e mulheres em prol das mesmas ideias de mudança do campo de experiência aos quais estavam sujeitas. Mas antes, como considerou Lopes, a luta pela melhoria da condição feminina foi “incerta, umas

¹⁰²² *A Esperança...* p. 50... 1865.

¹⁰²³ COSTA, Sérgio. *O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Revista Sociedade e Estado - Volume 29 Número 3 Setembro/Dezembro 2014, p. 833.

¹⁰²⁴ HOBSBAWM, Eric. *A Era do Capital 1848-1875*. 2 edição revista, 5ª impressão. São Paulo: Paz e Terra, 2012, p. 62.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

vezes velada e fraca, outras declaradas e tenaz”¹⁰²⁵, na qual “a evolução parece, assim, muitas vezes, contraditória”¹⁰²⁶, mesmo em sociedades sincrônicas, como no caso dos Impérios brasileiro e português.

Bibliografia

BARBOSA; Everton Vieira. *A escrita feminina periodista no Brasil em meados do século XIX. XVII*. São Lourenço, RS: Encontro Estadual de História Anpuh/RS, 2014..

_____. *Em busca de (in)formação: estratégias editoriais femininas na corte (1852-1855)*. In: BESSONE, Tânia; RIBEIRO, Gladys Sabina (et. al.) (Orgs). *Imprensa, livros e política no oitocentos*. São Paulo: Alameda, 2018.

CARVALHO; José Murilo de. *A construção da ordem/Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: EdUERJ/Relume Dumará, 1996.

DUARTE. Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX: dicionário ilustrado*. Ed 1ª. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

FERREIRA, Tania Maria Bessone T. da Cruz Ferreira. “As relações luso-brasileiras nos periódicos do século XIX”. In: SANTOS, Gilda. *O Real em Revista: impressos luso-brasileiros oitocentistas*. Rio de Janeiro: Oficinal Raquel, 2015, p. 77-78.

HOBBSAWM, Eric. *A Era do Capital 1848-1875*. 2ª edição revista, 5ª impressão. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

LEAL; Maria Ivone. *Um século de Periódicos Femininos – Arrolamento de periódicos entre 1807 e 1826*. Lisboa: Edição da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Ministério do Emprego e da Segurança Social, 1992.

LOBO, Luiza. *Juana Manso: uma Exilada em três Pátrias*. *Revista Gênero: Niterói*, v. 9, n. 2, 1. sem, 2009, p. 47-59.

LOPES; Ana Maria Costa. *Imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos – percursos de modernidade*. Lisboa: Quimera, 2005.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina (Org). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MOREL, BARROS, Marcos, Mariana. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP & A. 2003.

¹⁰²⁵ LOPES, A... Op Cit, 2005, p. 337.

¹⁰²⁶ LOPES, A...Op Cit, 2005, p. 338.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P das. *A Instrução Pública e o ensino na província do Rio de Janeiro: visão oficial e prática cotidiana (1871-1888)*. Departamento de História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Dissertação: Centro de Estudos Gerais. Universidade Federal Fluminense, 1985.

OLIVEIRA, Cláudia de. Mulheres de estampa: o folhetim e a representação do feminino no Segundo Reinado. In: KNAUSS, Paulo; MALTA, Marize [et.al] (orgs). *Revistas Ilustradas: Modos de ler e ver no segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2011.

PEREIRA, Miriam. Diversidade e Crescimento Industrial. In: TENGARRINHA, José (Org.) *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000.

RAFAEL, Gina Guedes. *Jornais, Romance-folhetim e a leitura feminina no século XIX: Influências transatlânticas?* In: IRIS, Recife, v.1, n.1, p. 32-42, jul./dez. | 2012.

_____; SANTOS, Manuela (Orgs.). *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional. 2001.

SANTOS, Livia Assunção V. dos. *A mulher por ela mesma*. Anais do XVIII Encontro de história da Anpuh Rio: História e Parcerias, 2018.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. *Moça Educada, Mulher Civilizada, Esposa Feliz*. São Paulo: Edusc, 2015.

TENGARRINHA, José Manuel. *História da Imprensa periódica Portuguesa*. 2ª edição revista e ampliada. Lisboa: Caminho, 1989.

Associações entre literatura e história para uma análise do imaginário sobre o Rio de Janeiro no século XIX

Jéssica Ramalho Crispiniano¹⁰²⁷

Resumo: Busca-se através desse artigo gerar uma breve reflexão sobre a análise de narrativas históricas da cidade do Rio de Janeiro aliada à investigação de uma obra da literatura brasileira. Esse tipo de abordagem será utilizada para auxiliar na compreensão dos processos que permeiam a construção do imaginário da cidade do Rio de Janeiro. Sobretudo os aspectos culturais, simbólicos e de representação que esse imaginário imprime sobre a realidade e sobre os atores sociais levando a atração ou repulsão desses indivíduos. A literatura possibilita o acesso ao imaginário, ao intangível, e pode ser um suporte que orienta o historiador.¹⁰²⁸ Pretende-se também destacar questões levantadas por Gagnebin¹⁰²⁹, sobre a possibilidade de um caráter literário e até ficcional na própria narrativa histórica.

Palavras chave: narrativa histórica; literatura; fontes

Abstract: This article aims to generate a brief reflection on the analysis of historical narratives about the city of Rio de Janeiro allied to the investigation of a Brazilian literature work. This type of approach will be used to assist in understanding the processes that permeate the imaginary construction of the city of Rio de Janeiro. Above all, the cultural, symbolic and representational aspects that this imaginary imprints on reality and on the social actors leading to the attraction or repulsion regards to the city. Literature¹⁰³⁰ allows access to the imaginary, the intangible, and can be a support that guides the historian. It is also intended to highlight issues noticed by Gagnebin¹⁰³¹, about the possibility of a literary and even fictional characteristic in the historical narrative itself.

¹⁰²⁷ Mestranda no PPGHS/UERJ, orientada pela Profa. Dra. Márcia de Almeida Gonçalves, bolsista CAPES, e-mail: jessicaramalhoturismo@gmail.com.

¹⁰²⁸ PESAVENTO. Sandra Jatahy, História & literatura: uma *velha-nova* história », *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Débats, mis en ligne le 28 janeiro 2006. Acesso em: <<https://journals.openedition.org/nuevomundo/1560#quotation>> Acesso em 12 agosto de 2018.

¹⁰²⁹ GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e Memória do Passado in: Lembrar, escrever, esquecer. São Paulo: Ed. H34, 2006. p. 40. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1963209/mod_resource/content/1/GAGNEBIN%2C%20Jeanne%20Marie.%20que%20significa%20elaborar%20o%20passado.pdf> Acesso em 08 de julho de 2018.

¹⁰³⁰ PESAVENTO. Sandra Jatahy. Op.cit.

¹⁰³¹ GAGNEBIN, Jeanne Marie. Op.cit. p. 39-40.

Keywords: historical narrative; literature; sources

Introdução

Pode-se dizer que não é nova a atração que certas cidades exercem sobre os homens, isso ocorre em todos os tempos. O Rio de Janeiro, assim como outras cidades, desperta a curiosidade das pessoas.

“O Rio de Janeiro, afigurava-se-lhe um Paris de Alexandre Dumas ou de Paulo de Kock, um Paris cheio de canções de amor, um Paris de estudantes e costureiras, no qual podia ele à vontade correr as suas aventuras, sem fazer escândalo como no diabo da província”¹⁰³². Ao analisar esse trecho de um dos textos clássicos da literatura brasileira, a obra *Casa de Pensão* de Aluísio de Azevedo (1884), nota-se através do imaginário atribuído ao personagem Amâncio, a atração que a cidade do Rio de Janeiro instigava já na segunda metade do século XIX.

Com efeito, o presente artigo busca fomentar uma breve reflexão no que se refere a essa atratividade, e baseia-se na hipótese de que a construção do imaginário a respeito do Rio de Janeiro no século XIX está diretamente ligada aos processos históricos que caracterizam sua identidade.

De acordo com Pesavento que pontua algumas razões para utilização da literatura como fonte, a literatura possibilita o acesso ao imaginário, ao intangível, e pode ser um suporte que orienta o historiador para outras fontes que ele não enxergaria por si só, servindo como um guia para novos traços e pistas. Além disso, ela também explica que os escritores de ficção contextualizam seus personagens e acontecimentos, para garantir o aval do público.¹⁰³³

Seguindo esse liame, busca-se através desse artigo compreender os processos que permeiam a construção do imaginário da cidade, além de refletir criticamente sobre a constituição das representações sociais do Rio de Janeiro através da promoção de um diálogo entre a perspectiva de autores da historiografia da cidade do Rio de Janeiro e o olhar dos autores da literatura clássica brasileira.

¹⁰³² AZEVEDO, Aluísio. *Casa de Pensão*. São Paulo: Ed. Escala Educacional, 2006. p.16.

¹⁰³³ PESAVENTO. **Sandra** Jatahy. Op.cit.

História e uso de fontes literárias

A utilização de fontes literárias para a produção de conhecimento histórico acadêmico pode parecer um tanto questionável, devido ao caráter dito ficcional das narrativas literárias. Como uma narrativa que conta uma história fictícia pode ter credibilidade para apontar acontecimentos do passado? Primeiramente é preciso pensar na diferença entre a literatura e a História. O que as diferencia? Seria a História a verdade? E a literatura apenas uma ficção? Para enfrentar esta aproximação entre estas formas de conhecimento ou discursos sobre o mundo, é preciso assumir, em uma primeira instância, posturas epistemológicas que diluam fronteiras e que, em parte, relativizem a dualidade verdade/ficção, ou a suposta oposição real/não-real, ciência ou arte.¹⁰³⁴

Para verticalizar alguma reflexão nesse liame, é interessante pensar na tarefa do historiador em abordar o passado. O ato de contar uma história, ou histórias do passado requer atitudes no tempo presente, portanto uma história do passado não pode constituir-se somente de passado. “O retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente.”¹⁰³⁵ O tempo presente influencia toda ação de contar a história, ou seja, de construir o passado, e essa construção é conduzida pelo presente.¹⁰³⁶

A irrupção do passado no presente é incompreensível, ela só passa a ser compreendida depois de organizada por procedimentos de narrativa, para dessa forma evidenciar uma continuidade significativa que possibilite a interpretação do tempo.”¹⁰³⁷

Com efeito, é importante que o historiador tenha a consciência de que o passado pode ser visto sob diferentes ângulos. Seria muito complicado defender uma única construção do passado, nessa esteira talvez fosse mais razoável falar de várias possibilidades de passado. Assim como demonstra Ricoeur ao destacar a necessidade de buscar novas possibilidades de passado.

É preciso, por outro lado, resistir ao encolhimento do espaço da experiência. Para tanto, é preciso lutar contra a tendência de só considerar o passado sob o ângulo do acabado, do imutável, do findo. É preciso reabrir o passado, reavivar nele potencialidades irrealizadas, impedidas massacradas até.¹⁰³⁸

¹⁰³⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op.cit.

¹⁰³⁵ SARLO, Beatriz. Tempo passado. Cultura da memória e Guinada subjetiva. Belo Horizonte. UFMG. 2007, p. 9.

¹⁰³⁶ SVEVO apud ASSMANN, Aleida. Introdução. In:_____. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Tradução de Paulo Soethe. Campinas, SP: Unicamp, 2011. p.18.

¹⁰³⁷ SARLO, Beatriz. Op.cit, p. 12.

¹⁰³⁸ RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. Trad. Claudia Berline. São Paulo: ED. WMF. Martins Fontes. 2010. p. 368.

Outrossim, é possível compreender que os ângulos sob os quais o passado é observado resultam em variadas reconstituições. Não se pretende com esse trabalho criar um panorama a respeito dos métodos utilizados pelos historiadores ao longo do tempo. Porém é interessante destacar algumas dessas formas de reconstituição do passado, pois, os “ângulos” citados por Ricoeur podem ser traduzidos como as variadas fontes, objetos e procedimentos adotados por historiados.

O autor Lawrence Stone explica em sua obra, como a narrativa foi perdendo a força e como anos depois ela ressurgiu sob nova forma. Na concepção de Stone “A narrativa é uma modalidade de escrita histórica [...]”.¹⁰³⁹ Ainda segundo o autor:

A narrativa aqui designa a organização de materiais numa ordem de sequência cronológica e a concentração do conteúdo numa única estória coerente, embora possuindo sub-tramas. A história narrativa se distingue da história estrutural¹⁰⁴⁰ por dois aspectos essenciais: sua disposição é mais descritiva do que analítica, e seu enfoque central diz respeito ao homem, e não às circunstâncias¹⁰⁴¹.

Ao falar de história narrativa no trecho a cima, Stone está se referindo ao que Burke¹⁰⁴² cita como a “história tradicional”, ou “paradigma tradicional”.¹⁰⁴³ Tanto Stone como Burke demonstra que a história narrativa, ou seja, o contar histórias adquire uma reputação negativa, na França essa modalidade ganha a denominação de "historie événementielle" (história dos acontecimentos).

O que se quer destacar dessa modalidade é que por algum tempo ela foi considerada por muitos como a verdadeira História. Os historiadores tradicionais não são diferenciados de outros somente por seus métodos de organização, mas também por outras características, como os assuntos priorizados em suas narrativas. A narrativa histórica priorizava a política. Outros assuntos como a história da arte, e a história da ciência seriam considerados periféricos pelos “verdadeiros historiadores”.¹⁰⁴⁴

¹⁰³⁹ STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. In: Revista de História. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991. Tradução, p. 1.

¹⁰⁴⁰ O termo história estrutural será explicado adiante.

¹⁰⁴¹ Idem

¹⁰⁴² BURKE, Peter. Abertura: a nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.) *A escrita da História*. SP: UNESP, 1992, p. 3.

¹⁰⁴³ Grifo meu

¹⁰⁴⁴ Grifo do autor

Em sua obra Burke também denomina o paradigma tradicional como “história rankeana”¹⁰⁴⁵, que seria uma referência ao grande historiador alemão Leopold von Ranke (1795-1886).

Poderíamos também chamar este paradigma de a visão do senso comum da história, não para enaltecê-lo, mas para assinalar que ele tem sido com frequência — com muita frequência — considerado a maneira de se fazer história, ao invés de ser percebido como uma dentre várias abordagens possíveis do passado.¹⁰⁴⁶

Nessa esteira dos modos de fazer história que se pretendem detentores da “história verdadeira”, alguns autores tendem a direcionar a abordagem do assunto para a relação supostamente existente entre verdadeiro e científico. Stone também aponta para o historiador alemão Ranke ao explicar que a primeira “a história científica” foi formulada por ele no século XIX, e baseava-se no estudo de novas fontes, como os registros intocados dos arquivos oficiais. Do mesmo modo Gagnebin ao analisar a obra de Benjamin destaca uma cumplicidade do modelo que ela denomina como paradigma positivista citando também Ranke como representante, e esse discurso que se pretende a única história possível. Segundo Gagnebin. “Sob aparência de exatidão científica (que é preciso examinar com circunspeção) delinea-se uma *história*, uma narração que obedece a interesses precisos”.¹⁰⁴⁷

Embora a história narrativa tenha sido entendida ao longo de muitos anos como “a história verdadeira”, ela não escapou das críticas de alguns historiadores mais recentes. Segundo Stone, isso levou a uma mudança nos métodos, conteúdos priorizados e estilos de escrita da história. Muitos historiadores reconheceram que “[...] respostas de tipo cronológico a perguntas sobre *o quê e como*, mesmo que orientadas por um argumento central, de fato não avançam muito para responder a perguntas sobre *o porquê*.”.¹⁰⁴⁸

Essas mudanças levam ao que o autor chama de história estrutural, que se distingue da história narrativa como já explicitado anteriormente nesse trabalho, por ser mais analítica e menos descritiva, e por focar nas circunstâncias em detrimento dos indivíduos. O autor define três categorias de história científica que abandonaram a história narrativa, no entanto, como o objetivo deste trabalho é apenas destacar a existência de mudanças nas formas de produzir história, somente uma será destacada, que é aquela empregada pela escola Annales dos historiadores franceses.

¹⁰⁴⁵ Grifo do autor.

¹⁰⁴⁶ BURKE, Peter. Op.cit, p. 2.

¹⁰⁴⁷ GAGNEBIN, Jeanne Marie. Op.cit, p. 40.

¹⁰⁴⁸ STONE, Lawrence. Op.cit, p. 2-3.

Piter Burke, assim como Stone se referem à história associada a escola dos Annales, como “nova história”, segundo Burke o termo refere-se ao título de uma obra do renomado medievalista francês Jacques Le Goff, em francês *La nouvelle histoire*.¹⁰⁴⁹

Destacaremos aqui apenas alguns exemplos de características da abordagem feita pela nova história. Diferente do paradigma tradicional, a nova história está mais preocupada com a análise das estruturas, e não com a narração dos acontecimentos.

É importante destacar que quando refere-se ao modo de fazer história dos historiadores tradicionais como história narrativa, Stone não está limitando a modalidade narrativa somente a eles. Na verdade a narrativa se destaca como método predominante na produção dos historiadores tradicionais, o que não significa que eles não utilizam ferramentas analíticas, assim como os historiadores da nova história priorizam os métodos analíticos embora possam também fazer uso da modalidade narrativa.¹⁰⁵⁰

Burke cita o *Mediterranean* de Fernand Braudel como exemplo dessa rejeição da história dos acontecimentos. Para Braudel o que realmente importa são mudanças econômicas e sociais de longo prazo e as mudanças geo-históricas de muito longo prazo. Stone explica que havia uma hierarquização dos assuntos, “... vinham os fatos econômicos e demográficos; a seguir, a estrutura social, e, em último lugar, os desenvolvimentos intelectuais, religiosos, culturais e políticos.”¹⁰⁵¹ Outra mudança foi a ampliação da variedade de fontes. As evidências estatísticas ganharam grande atenção, segundo Burke, os anos 50 e 60 foram provavelmente o ponto alto da história quantitativa, alguns chegavam a confiar somente nos métodos quantitativos. Esses novos métodos sem dúvida trouxeram grandes contribuições para a História, porém muitas transformações foram ignoradas ou negligenciadas como, por exemplo, as transformações na cultura, arte, arquitetura, literatura, religião, educação, além de outras citadas por Stone como últimas na hierarquia.¹⁰⁵²

Diante do que foi exposto acima, pode-se observar que nenhum historiador ou paradigma possui essa capacidade de resgatar o passado tal como ele foi. De acordo com Pesavento¹⁰⁵³. “O historiador atinge pois a verossimilhança, não a veracidade. Ora, o

¹⁰⁴⁹ BURKE, Peter. Op.cit, p. 1.

¹⁰⁵⁰ STONE, Lawrence. Op.cit, p. 2-3.

¹⁰⁵¹ Ibidem, p. 5.

¹⁰⁵² BURKE, Peter. Op.cit, p. 3.

¹⁰⁵³ PESAVENTO. Sandra Jatahy. Op.cit.

verossímil não é a verdade, mas algo que com ela se aparenta. O verossímil é o provável, o que poderia ter sido e que é tomado como tal. Passível de aceitação, portanto.”

Com efeito, depois do enorme revisionismo causado pela adoção dos métodos da nova história, Stone explica que os novos historiadores estão retornando a narrativa, de uma forma diferenciada daquela anterior, pois na verdade trata-se do reconhecimento de que ao priorizar certos assuntos e métodos outros são eliminados. O termo narrativo na obra de Stone é utilizado como uma chave para um conjunto de maneiras de produção da história. Esse estilo de fazer história não retorna completamente como era antes, porém algumas características que haviam sido rejeitadas são reavaliadas e resgatadas.¹⁰⁵⁴

Como demonstrado por Candau, na sua análise, é possível notar que o historiador faz escolhas, e dessa forma constrói possibilidades de passado. Essas construções são realizadas no tempo presente, portanto há uma historicidade que não pode ser ignorada.¹⁰⁵⁵

Os métodos utilizados, as fontes, os assuntos priorizados, a escala, o estilo de escrita, todas essas variáveis são combinadas no momento da produção historiográfica, portanto, o passado a parti do momento que é contado, vai ser sempre diferente. Uma vez eliminada a concepção de História como verdade absoluta, entende-se que a história também tem um caráter ficcional. Não obstante é possível promover uma aproximação entre a literatura e a História. Segundo Ricoeur¹⁰⁵⁶, o historiador que é consciente do caráter literário de seu trabalho se evita o risco de apagar as fronteiras entre discurso científico, ou ainda como ele questiona, verdade ou mentira?

Tanto a história como a literatura podem ser vistas como exercícios imaginários de reconstrução. Não só a história possui um caráter literário como a literatura pode fazer usos da história:

Também acudimos à História em busca de distração e entretenimento. A história tem uma dimensão lúdica. Nas prateleiras das livrarias, romances históricos se multiplicam e filmes com tema histórico triunfam nos outdoors. Às vezes, filmes e romances simplesmente se ambientam no passado. Outras vezes, contam histórias próximas da realidade histórica. De fato, não é raro que a realidade supere a ficção em interesse e drama. A história nos permite transcender as limitações do presente, muitas vezes sem graça ou difícil, e

¹⁰⁵⁴ STONE, Lawrence. Op.cit, p. 6.

¹⁰⁵⁵ CANDAU, Joel. Memória e Identidade. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014, p. 169.

¹⁰⁵⁶ Ricoeur, Paul. *Reflexion faite*. Paris. Esprit. 1995. Apud GAGNEBIN, Jeanne Op. cit. p.43.

viver outras vidas e outras situações. Assim como a literatura.¹⁰⁵⁷ (Tradução nossa).¹⁰⁵⁸

Para Pesavento¹⁰⁵⁹, tanto História como literatura correspondem a produção de narrativas explicativas que buscam uma apreensão da realidade, desde sempre os homens expressam não só o que foi visto, mas também o não visto. De acordo com Chartier, a literatura não se propõe apenas a reconstrução do passado, ela tende também a erigir uma relação com o próprio leitor e sua identidade. Trata-se de não somente transmitir um conhecimento, mas uma experiência. A experiência do passado não pode ser vivida no presente, visto que ela pertence a realidade do tempo que já passou, porém a ficção pode proporcionar uma experiência remodelada através da irrealidade do leitor.¹⁰⁶⁰

Ao refletir a respeito dos possíveis usos da literatura na produção da história é importante compreender que essas fontes possuem um caráter diferenciado, elas não possuem o comprometimento com o fato de algo ter acontecido um em algum momento. Desta maneira se necessitamos informações como datas, personagens, ou acontecimentos a literatura não será a melhor opção, no entanto ela possa direcionar o historiador para novos caminhos. Uma fonte literária pode nos mostrar um personagem que não existiu de fato, mas que aponta para possíveis perfis retratando suas sensibilidades.¹⁰⁶¹

1. O Imaginário a respeito da cidade do Rio de Janeiro no século XIX

Entendendo o uso de fontes literárias como uma contribuição significativa para o presente artigo, foi escolhida uma obra da literatura clássica brasileira, *Casa de Pensão* de Aluísio de Azevedo (1884). A história se passa na segunda metade do século XIX e a obra é uma das representações do Naturalismo, que será mencionado mais a diante neste trabalho.

¹⁰⁵⁷SÁNCHEZ, Costa, F. (2009). "La cultura histórica: una aproximación diferente a la memoria colectiva". *Pasado y memoria: Revista de Historia Contemporánea*, n. 8, p. 269.

¹⁰⁵⁸ *También acudimos a la Historia en búsqueda de distracción y entretenimiento. La Historia tiene una dimensión lúdica. En las estanterías de las librerías se multiplican las novelas históricas y en las carteleras triunfan las películas de temática histórica. En ocasiones, las películas y las novelas simplemente se ambientan en el pasado. Otras veces, cuentan historias cercanas a la realidad histórica. En efecto, no pocas veces la realidad supera a la ficción en interés y dramatismo. La Historia nos permite trascender las limitaciones del presente, muchas veces anodino o difícil, y vivir otras vidas y otras situaciones. Al igual que la Literatura.*

¹⁰⁵⁹ PESAVENTO. Sandra Jatahy. Op.cit.

¹⁰⁶⁰ CHARTIER, Roger. LITERATURA E HISTÓRIA (Debate). 1999, p. 207.

¹⁰⁶¹ PESAVENTO. Sandra Jatahy. Op.cit.

De acordo com Santos a importância do Rio de Janeiro para as demais cidades brasileiras é notável. A cidade foi durante muito tempo um modelo urbano para as demais, e é até hoje a cidade que dita a moda metropolitana brasileira.¹⁰⁶²

Apesar de a pesquisa ter como recorte temporal a segunda metade do século XIX, será necessário compreender os acontecimentos anteriores, como a transformação do Rio de Janeiro em capital (1763), a vinda da família real para o Brasil (1808) e o aumento do comércio portuário. Como explica Azevedo, após esses adventos a vinda de estrangeiros e o aumento dos vínculos do Rio de Janeiro com o exterior eram crescentes, a cidade ganhava em cosmopolitismo. Com efeito, é grande a importância da abertura dos portos para a cidade do Rio. A diminuição das taxas alfandegárias para “as nações amigas”¹⁰⁶³ impulsionou a dinâmica comercial da cidade, aumentando as exigências da população. Tanto a elite, como alguns setores das camadas médias passaram a ter maior acesso a artigos importados e a se preocupar com luxo e sofisticação.¹⁰⁶⁴

Dessa forma, o Rio de Janeiro é observado não só por seus habitantes, mas também por olhos distantes que recebem estímulos vindos do Rio de Janeiro e que começam a ser atingidos pelo que Pesavento chama de efeito mágico das palavras e da imagem. Na perspectiva da autora, através desse efeito a representação, como parte constituinte da realidade pode guiar o mundo¹⁰⁶⁵.

Todavia, nesse contexto acontecia uma troca de influências bilateral entre o Rio de Janeiro e o mundo. Um dos pontos fundamentais para a definição da identidade política e cultural da cidade do Rio de Janeiro é o cosmopolitismo que, a partir desse momento, estava definitivamente e legalmente ligado a dinâmica do mundo atlântico e em especial a Europa.

De acordo com André Azevedo uma das maiores referências simbólicas do Rio de Janeiro em âmbito nacional é a sua capitalidade. Entende-se por capitalidade:

[...] fenômeno tipicamente urbano que se caracteriza pela constituição de uma esfera simbólica originada de uma maior abertura à novas ideias por parte de uma cidade, o que confere a esta um maior cosmopolitismo relativo às suas congêneres e uma melhor capacidade de operar sínteses a partir das diversas ideias que recebe. Este conjunto simbólico que se desenvolve nas vicissitudes das experiências históricas vividas por esta urbe, identifica

¹⁰⁶² Santos apud ABREU, M.A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPP, 2013. p. 17.

¹⁰⁶³ Grifo do autor.

¹⁰⁶⁴ AZEVEDO, André Nunes de. “A capitalidade do Rio de Janeiro. Um exercício de reflexão histórica.” IN: AZEVEDO, André Nunes. (org). *Anais do seminário Rio de Janeiro: capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/ NAPE/ DEPEXT/ SR-3/ UERJ, 2002, p.54.

¹⁰⁶⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da Cidade: visões literárias do urbano*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

a cidade como espaço de consagração dos acontecimentos políticos e culturais de uma região ou país, tornando-a uma referencia para as demais cidades e regiões que recebem sua influência.¹⁰⁶⁶

Ainda de acordo com o autor o Rio de Janeiro possuía capitalidade desde os tempos coloniais, o que contribui para o desenvolvimento também da centralidade quando a corte portuguesa em 1808 desembarcou no Rio de Janeiro. Para Azevedo a centralidade é “[...] a propriedade de uma cidade de ser o centro pelo qual devem passar os principais acontecimentos políticos e culturais de um país. Esta qualidade dispensa ainda que não exclua a condição de capital”.¹⁰⁶⁷

Segundo Sarmento, experiência da corte para a cidade distinguiria não somente mudanças legais, mas uma gama de elementos simbólicos correlacionados com a construção ideal do espaço central de um império.¹⁰⁶⁸ O Rio de Janeiro era a capital do reino, ministros e conselheiros planejavam fundar um império que demonstrasse poder, estabelecendo uma nova identidade. Segundo Pesavento¹⁰⁶⁹ “A identidade como se sabe, é uma construção simbólica, que estabelece uma comunidade de sentido e um ponto de referencia do mundo”.

Destacam-se nesse período esses dois acontecimentos importantes, “a transformação da urbe em cidade-corte, sede de um projeto civilizador” e a abertura comercial, que além de aumentar a presença de estrangeiros, proporcionaram maior acesso dos habitantes do Rio a novos produtos, inclusive produtos culturais.¹⁰⁷⁰

É possível observar que o governo português recebe a missão artística colocando-os em um patamar que Sarmento chama de heróis civilizadores, pois poderiam magicamente elevar a cidade ao status de corte dentro dos padrões europeus. Nota-se nessa atitude a imposição de representação por parte daqueles que detém o poder, vinculando o Rio de Janeiro com um universo eminentemente europeu.¹⁰⁷¹ Segundo Chartier: “As representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelo interesse de grupo que as forjam.”¹⁰⁷²

¹⁰⁶⁶AZEVEDO, André Nunes de. Op.cit, p.45.

¹⁰⁶⁷ Ibidem, p. 52.

¹⁰⁶⁸ SARMENTO, Carlos Eduardo. O Coração do Brasil. A Cidade do Rio de Janeiro e a Configuração de seu Panorama Sociopolítico. In: _____. *O Rio de Janeiro na Era Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001, p. 7.

¹⁰⁶⁹PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op.cit. p. 152.

¹⁰⁷⁰ AZEVEDO, André Nunes de. Op.cit, p.54.

¹⁰⁷¹ SARMENTO, Carlos Eduardo. Op.cit. p. 7.

¹⁰⁷² CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990. p. 17.

Outro ponto considerado como relevante para a construção da identidade do Rio de Janeiro é o que Sarmento denomina como “clivagem interna”, característica político social que tem raízes no processo de construção da corte. Em pouco tempo O Rio de Janeiro passou de colônia a metrópole, onde o poder é rigidamente delimitado e simbolizado dentro do espaço urbano. Estabeleceu-se a dita clivagem entre os dois lados da cidade: a cidade do poder, “corte”, e a cidade do viver cotidiano das “ruas”. A clivagem materializada através de festas, brasões, paradas e edifícios, um arsenal simbólico que marcaria e identificaria o poder central e absoluto, a vida das ruas era excluída da vida da corte.¹⁰⁷³

A cidade era cada vez mais atrativa, no período do Império a corte era vital em termos políticos. Os indivíduos buscavam fixar residência no Rio, devido à possibilidade de alianças com famílias poderosas ricas e com contatos vantajosos e para exercerem maior influência em uma monarquia centralizada.¹⁰⁷⁴

Muitos fatos ocorreram depois disso e continuaram influenciando a construção da imagem do Rio de Janeiro. Como a volta do rei D. João VI para Portugal (1821) e a independência do Brasil (1822). Nesse contexto, o Rio de Janeiro tornou-se a cidade-modelo da nação a ser construída, um verdadeiro polo urbanizador da futura nacionalidade brasileira.¹⁰⁷⁵

Romantismo teve como cenário histórico, os anos após a independência. Em busca pela autonomia cultural, o período esteve intimamente ligado à literatura, visto que para existência de uma ideia de nação era necessário que houvesse literatura e historiografia nacionais.¹⁰⁷⁶

Não havia só esforços para tornar a cidade parecida com as capitais europeias, o que ocorria também era a preocupação com o nacionalismo. Porém, pode-se dizer que interferir no processo de construção da identidade de uma cidade não é uma tarefa fácil. De acordo com Chartier, “as lutas de representação têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio.”¹⁰⁷⁷ Diante disso, pode-se observar

¹⁰⁷³ SARMENTO, Carlos Eduardo. Op.cit. p.7-33.

¹⁰⁷⁴ NEEDLE, Jeffrey D. *Belle époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo. Ed: Companhia das letras. 1993.

¹⁰⁷⁵ SARMENTO, Carlos Eduardo. Op.cit. p.7-33

¹⁰⁷⁶ RICUPERO, Bernardo. A Independência Literária. In: _____. *O Romantismo e a ideia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2004.

¹⁰⁷⁷ CHARTIER, Roger. Op.cit. p.17.

que apesar dos esforços em criar uma identidade nacional, os costumes europeus continuam exercendo forte influência na cidade e continua a ser visto como ideal.

Após esse advento, apesar da lenta inserção do livro na sociedade brasileira, pode-se afirmar que o seu papel já estava assegurado nos processos de representação simbólica da cidade. Não apenas a literatura brasileira, mas também a literatura internacional ressignificava o que seria a imagem do Rio de Janeiro no imaginário das pessoas, era comum a comparação do Rio de Janeiro com as cidades europeias nutrindo esse imaginário com romances franceses que descrevem a Paris moderna.

Seu espírito, excessivamente romântico, como o de todo maranhense nessas condições, pedia uma grande cidade, velha cheia de ruas tenebrosas, cheias de mistérios, de hotéis de casas de jogo, de lugares suspeitos e de mulheres caprichosas; fidalgas encantadoras e libertinas, capazes de tudo por um momento de gozo. E Amâncio sentia necessidade de dar começo aquela existência que encontrara nas páginas de mil romances. Todo ele reclamava amores perigosos, segredos de alcova e loucuras de paixão.¹⁰⁷⁸

Segundo Coutinho o Realismo surgiu em rebeldia ao idealismo romântico, logrou impor a pintura verdadeira da vida dos homens e mulheres comuns.¹⁰⁷⁹

Na segunda metade do século XIX, entra em acesão o Naturalismo que para alguns autores como Coutinho trata-se do realismo fortalecido por uma teoria peculiar de cunho científico, uma visão materialista do homem, da vida e da sociedade. Segundo Coutinho “A arte deve se conformar a natureza utilizando-se dos métodos científicos de observação e experimentação no tratamento dos fatos e personagens.”¹⁰⁸⁰ Não nos demoramos em gêneros literários, posto que iremos nos debruçar especificamente em uma tendência, o Naturalismo, representado por Aluísio de Azevedo.

A medicina social que segundo Rezende era o engajamento dos administradores públicos e intelectuais na luta pela transformação da paisagem urbana e social, foi mais um fator que marcou o século XIX, várias medidas de ordenamento urbano e da vida social dos habitantes da cidade foram adotadas buscando atingir o que segundo eles seria a civilização e o progresso.¹⁰⁸¹

Na obra Casa de Pensão de Aluísio de Azevedo, é possível encontrar representações desse contexto histórico: “Mudaram-se no dia seguinte. Amâncio ia muito incomodado,

¹⁰⁷⁸ AZEVEDO, Aluísio. Casa de Pensão. Op.cit. p.16-17

¹⁰⁷⁹ COUTINHO, Afrânio. *Introdução à Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980.

¹⁰⁸⁰ Ibidem, p. 188.

¹⁰⁸¹ REZENDE, Borges Valdeci. *Imagens do Rio de Janeiro em Machado de Assis*. Uberlândia: Ed. Aspectus, 2000.

amanhecera pior, quase que não podia mexer com as pernas; todos lhe profetizavam, entretanto, rápidas melhoras em Santa Teresa”.¹⁰⁸²

Rezende explica que a população acreditava que mudar para as partes mais altas da cidade evitaria doenças, no verão por causa das epidemias, os indivíduos das classes mais altas mudavam-se para Petrópolis, ou para Tijuca, já as pessoas da classe média recorriam temporariamente ao bairro de Santa Tereza.

Para Coutinho os estilos literários de maior presença na segunda metade do século XIX devem-se a influência francesa a penetração das ideias “modernas” no Brasil, os ideais do século, o período histórico era marcado pela revolução e pelo iluminismo.¹⁰⁸³

Para entender o processo de construção do imaginário a respeito da cidade do Rio de Janeiro é preciso mencionar a historicidade desse processo, a formação da cidade do Rio de Janeiro como espaço físico e também como território social, sensível as apropriações simbólicas e representações sociais que permeiam a caracterização de sua identidade, assim como as lutas por representação e a busca pelo pertencimento e pela ascensão social. Essas representações de que constituem o imaginário podem vir a confundir-se com a realidade, ou até mesmo passar a integrá-la. Os clássicos da literatura brasileira, aliados a historiografia do Rio de Janeiro podem ser uma fonte interessante no sentido de proporcionar uma visão diferenciada desses processos.

Referências:

- ABREU, M.A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPP, 2013. p. 17.
- ASSMANN, Aleida. Introdução. In: _____. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Tradução de Paulo Soethe. Campinas, SP: Unicamp, 2011, p.18.
- AZEVEDO, Aluísio. *Casa de Pensão*. São Paulo: Ed. Escala Educacional, 2006.
- AZEVEDO, André Nunes de. “A capitalidade do Rio de Janeiro. Um exercício de reflexão histórica.” IN: AZEVEDO, André Nunes. (org). *Anais do seminário Rio de Janeiro: capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/ NAPE/ DEPEXT/ SR-3/ UERJ, 2002. P-45-63.

¹⁰⁸² AZEVEDO, Aluísio. *Casa de Pensão*. Op.cit. p. 179.

¹⁰⁸³ COUTINHO, Afrânio. Op.cit.

- BURKE, Peter. "Abertura: a nova História, seu passado e seu futuro". In: BURKE, Peter (Org.) *A escrita da História*. SP: UNESP, 1992. p. 7-37.
- CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990. p. 17.
- _____, Roger. *Literatura e História*. Porto Alegre: Artmed, 1999. (Debate).
- COUTINHO, Afrânio. *Introdução à Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1975.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. "Verdade e Memória do Passado" in: *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Ed. H34, 2006. P. 39-47.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da Cidade: visões literárias do urbano*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999
- PESAVENTO. **Sandra** Jatahy, *História & literatura: uma velha-nova história* », *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Débats, mis en ligne le 28 janeiro 2006. Acesso em: <<https://journals.openedition.org/nuevomundo/1560#quotation>> Acesso em 12 agosto de 2018
- REZENDE, Borges Valdeci. *Imagens do Rio de Janeiro em Machado de Assis*. Uberlândia: Ed. Aspectus, 2000.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Trad. Claudia Berline. São Paulo: ED. WMF. Martins Fontes. 2010. p. 368.
- RICUPERO, Bernardo. "A Independência Literária". In: _____. *O Romantismo e a ideia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2004.
- SÁNCHEZ, Costa, F. (2009). "La cultura histórica: una aproximación diferente a la memoria colectiva". *Pasado y memoria: Revista de Historia Contemporánea*, n. 8, pp. 269.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado. Cultura da memória e Guinada subjetiva*. Belo Horizonte. UFMG. 2007. p. 9-12.
- SARMENTO, Carlos Eduardo. *O Coração do Brasil. A Cidade do Rio de Janeiro e a Configuração de seu Panorama Sociopolítico*. In: _____. *O Rio de Janeiro na Era Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.
- STONE, Lawrence. *O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história*. In: *Revista de História*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991. Tradução. pp 1

"A apropriação dos signos:

Produção, circulação e consumo da moda em Nova Friburgo (1920 a 1951)"

Joyce da Costa Peixoto¹⁰⁸⁴

Resumo: O estudo investiga a moda em Nova Friburgo entre 1920 e 1951 através de periódicos, entrevistas e acervos fotográficos analisados a partir do método do paradigma indiciário, demonstrando a importância do estudo da história da moda para a compreensão do meio social. Discute-se a apropriação inconsciente de modelos da alta costura internacional através de revistas-figurinos e como os anúncios de moda "vendiam" sociabilidade. Sustenta-se, ainda, a ideia de que os *ateliers* são espaços da magia por excelência, tal qual a *haute couture*, e que a moda se forja diante de quaisquer conjunturas, reinventado-se frente às demandas femininas. Assim, costurou-se os âmbitos de ostentação do trajar, apontou-se a presença nazifascista em uma peça específica na cidade e delineou-se a dominação elitista e masculina intrínsecas ao efêmero mediante a apropriação dos signos.

Palavras-chave: 1.Modas 2.Gênero 3.Poder simbólico

Abstract: The study investigates the fashion in Nova Friburgo between 1920 and 1951 through periodicals, interviews and photographic collections analyzed using the indicative paradigm method, demonstrating the importance of the study of fashion history for the comprehension of the social environment. The unconscious appropriation of international haute couture models through costume magazines and how fashion ads "sold" sociability are discussed. The idea is also supported that ateliers are spaces of magic for excellence, like haute couture, and that fashion is forged in any conjuncture, reinvented in the face of feminine demands. Thus, the ostentation of the costume was sewn, the nazifascist presence in a specific piece in the city was pointed out and the elitist and masculine domination intrinsic to the ephemeral was appropriated through the appropriation of the signs.

Keywords: 1.Fashion 2.Gender 3.Symbolic Power

¹⁰⁸⁴ Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); e-mail: joyce_costap@outlook.com.

Introdução

A moda, como se constitui hoje, surge ainda no século XV, isto é, em fins da Idade Média¹⁰⁸⁵, mesmo que, desde a Antiguidade, os sujeitos históricos mantenham relações com as roupas (vestiam-se com uma espécie de túnica sem diferenciação de sexo). Na Grécia Antiga, inclusive, a vestimenta já era usada como ferramenta de distinção social. Nos setecentos, por sua vez, o padre Bluteau deixava claro, segundo a historiadora Márcia Pinna Raspanti¹⁰⁸⁶, que as roupas serviam apenas para cobrir o corpo de modo decente e não deveriam ser usadas com fins a ostentar; definição que coincide, em partes, com aquela da design de moda Ana Mery Sehbe de Carli¹⁰⁸⁷. Já para Gilberto Freyre¹⁰⁸⁸, modos e modas tendem a convergir. Em contrapartida, a historiadora Mary Del Priore define a moda como "fronteira íntima entre o indivíduo e o mundo. Escudo que preserva contra as agressões, mas, também, sedução, sonho e convite a violar limites"¹⁰⁸⁹: vestir-se é "apartar-se" do mundo através de suas predileções e poder aquisitivo; o limite encontra-se no "suporte" (o corpo), na esfera lúdica do *evidenciar-esconder*. Ainda há a definição do filósofo Gilles Lipovetsky¹⁰⁹⁰, para quem a moda nega o passado e exalta o presente social ao venerar as novidades. Dessa forma, o autor evidencia rupturas e continuidades: o enaltecimento das rupturas com o que é imposto, ainda que tacitamente, embora busque referências no passado para criar trajes contemporâneos. Torna-se essencial também considerar as definições de moda, indumentária e traje, de Paula Piva Linke, sendo o primeiro, um fenômeno de mudanças cíclicas; o

¹⁰⁸⁵ "O documento mais antigo até hoje encontrado, no sentido qual aparece a palavra moda no sentido de "maneira coletiva de se vestir", é de 1482. Então, fica claro aqui, que moda é aquilo que é de aceitação popular, de uso generalizado, ou seja, coletivo." BRAGA, 2006, p. 22 apud CONTE, Adriana Job Ferreira. **Moda**, uma metáfora, 1. ed.; Curitiba: Appris, 2015; p. 29.

¹⁰⁸⁶ RASPANTI, Márcia Pinna. Vestindo o corpo: breve história da indumentária e da moda no Brasil, desde os primórdios da colonização ao final do Império, p. 185. In: PRIORE, MD; AMANTINO, M. **História do corpo no Brasil** - São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 187.

¹⁰⁸⁷ "(...) segunda pele, a extensão do corpo; é a primeira proteção depois que deixamos o útero materno". CARLI, Ana Mery Sehbe de. Prefácio. In: CONTE, *op. cit.*

¹⁰⁸⁸ FREYRE, Gilberto. **Modos de homem e modas de mulher**. 2. ed. - São Paulo: Global, 2009, p. 28.

¹⁰⁸⁹ PRIORE, Mary Del. Prefácio. In: FREYRE, Gilberto. **Modos de homem e modas de mulher**, 2. ed. - São Paulo: Global, 2009, p. 28.

¹⁰⁹⁰ "(...) a moda é menos signo das ambições de classes do que saída do mundo da tradição, é um desses espelhos onde se torna visível aquilo que faz nosso destino histórico mais singular: a negação do poder imemorial do passado tradicional, a febre moderna das novidades, a celebração do presente social." LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas** / Gilles Lipovetsky; tradução Maria Lucia Machado. — São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

segundo, um conjunto do vestuário que caracteriza certa sociedade em uma determinada época, e o terceiro, expressão do próprio indivíduo e de sua cultura referentes à roupa¹⁰⁹¹.

No que se refere à temática, a grande maioria dos estudos começaram a ganhar corpo somente na década de 80 do século XX, contando com a pesquisa em diversas áreas do conhecimento, como antropologia, designer de moda e história — o que confirma o crescimento da temática *moda* no mundo acadêmico, normalmente associado a instituições de pesquisa museológicas e aos departamentos de História. Em relação às fontes documentais, sobressaem as fontes imagéticas, a cultura material e a publicidade, as quais conduzem o pesquisador a dialogar com inúmeras ciências durante a pesquisa.

O recorte espaço-temporal do presente estudo recai sobre a cidade de Nova Friburgo - RJ, no período de 1920 a 1951, assim delimitado a partir das fontes documentais selecionadas e analisadas com base no método do paradigma indiciário¹⁰⁹². Constituem tais fontes: matérias e anúncios dos periódicos "A Paz" e "O Nova Friburgo", fotografias de acervos pessoais e três entrevistas, que permitiram conhecer os âmbitos de produção, circulação e consumo da "moda friburguense", neste último evidenciando a relação do corpo feminino com a moda. Para enxergar a moda historicamente, utilizou-se teorias, categorias e conceitos de Pierre Bourdieu, Gilles Lipovetsky e Roger Chartier.

O transitar da moda: cultura e conjuntura

A moda sempre transitou em meio aos indivíduos, fazendo parte, ainda que em segundo plano, da conjuntura histórica de cada um deles. Por esta razão, torna-se necessário analisar a conjuntura do recorte temporal estabelecido: a primeira metade do século XX, mais especificamente, dos anos de 1920 a 1951, período marcado pela transição — aspecto que a moda ostenta muito bem na medida em que ornamenta o corpo com os valores de cada década, influenciados por uma indústria cultural¹⁰⁹³ e artística.

¹⁰⁹¹ LINKE, 2013. In: SIMILI, I. G.; VASQUES, R. S. **Indumentária e Moda: Caminhos investigativos**; Maria Cláudia Bonadio, prefácio. Maringá: Eduem, 2013, p. 91.

¹⁰⁹² A partir do qual o historiador atua indiretamente, buscando os indícios deixados pelos homens e mulheres do passado para assim edificar a realidade histórica. Doravante, Ginzburg instituiu uma nova forma de escrever a história ao privilegiar os fenômenos aparentemente marginais. TINEM, Nelci; BORGES, Lucia. Ginzburg e o paradigma indiciário. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 22., 2003, João Pessoa, 8p.

¹⁰⁹³ Uma pesquisa mais aprofundada contemplaria este conceito teórico, cuja problematização coroa as trajetórias de Adorno e Horkheimer.

Visitando a *Belle Époque*, período anterior à temporalidade aqui privilegiada, pode-se vislumbrar um momento de inovações ocasionadas pela indústria, caracterizado por uma nascente sociedade de consumo. Auge da burguesia, que ingressava nos espaços de sociabilidade para mostrar-se e promover-se. Surgiam as primeiras magazines e a vida pública decorria nos novos espaços urbanos saneados, longe dos costumes das classes proletárias, e nisso, Paris constituiu o exemplo a ser seguido, depois de sofrer uma profunda transformação urbana durante o Segundo Império de Napoleão III. No século XX, o Rio de Janeiro foi um dos lugares a se inspirar no modelo francês. Essa matriz burguesa guiou as sociedades desde então, lançando mão de suas rupturas e continuidades.

Passando pela Grande Guerra e pelo período "entreguerras", observa-se sinais de amplitude na moda, libertando de vez as moças de anquinhas e espartilhos oitocentistas, sinônimos de repressão, que já vinham sendo extintos desde 1910¹⁰⁹⁴. Afinal, as mulheres de todas as classes começaram a ter sua própria renda e as convenções sociais haviam mudado, originando a figura da melindrosa na década de 20, que perpetuava seus novos comportamentos ao menosprezar antigos costumes. Período também de prosperidade econômica para os Estados Unidos, que saem da guerra como "banqueiros do mundo"¹⁰⁹⁵, disseminando pelo ocidente o *american way of life*. Segundo Gilles Lipovetsky, a guerra proporcionou também transformações no modo de produção, sobretudo na indústria da moda com a divisão do trabalho e, logo, na indústria química, originando novas cores e fibras sintéticas¹⁰⁹⁶. Não se pode olvidar do colapso econômico em 1929, resultante deste novo modo de produção estandardizado, fordista, que gerou um círculo vicioso e as consequentes especulações na Bolsa de Nova York, fazendo com que os loucos e prósperos anos 20, dessem lugar ao abismo econômico. À época, o Brasil tornou-se símbolo de desperdício, mediante a queima de café em suas locomotivas a vapor; mas na esfera pública houve um

¹⁰⁹⁴ STEVENSON, NJ. **Cronologia da Moda**: de Maria Antonieta a Alexander McQueen; tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

¹⁰⁹⁵ ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

¹⁰⁹⁶ "Após a guerra de 1914, a confecção se transforma profundamente sob o efeito de uma maior divisão do trabalho, de um maquinismo mais aperfeiçoado e dos progressos da indústria química, que permitem obter coloridos mais ricos e, a partir de 1939, novos têxteis à base de fibras sintéticas. Mas a despeito desses progressos, a organização da moda permanece inalterada; todas as indústrias permanecendo, até os anos 1960, dependentes dos decretos da Alta Costura." LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas/Gilles Lipovetsky; tradução Maria Lucia Machado. — São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 81-82.

avanço, durante a Era Vargas¹⁰⁹⁷, com a difusão do sufrágio universal: as mulheres conquistaram o voto em 1932.

Atravessando-se a Segunda Guerra Mundial, a moda se torna algo fútil aos olhos dos países envolvidos com os conflitos. Entretanto, é a Segunda Guerra que consolida o emprego de mulheres fora do lar¹⁰⁹⁸. A indústria fora indispensável em um período que tanto usaram quanto destruíram uma porção inimaginável de produtos¹⁰⁹⁹, exigindo da indústria de roupas quantidades exorbitantes de trajes militares. Na Alemanha, sua administração de recursos fora a mais eficaz, tendo nos "não arianos" a sua mão de obra principal e, obviamente, descartável. Outro aspecto singular do Segundo Conflito esteve na existência de batalhas travadas não somente entre exércitos, mas entre tecnologias rivais — sinal de que as guerras auxiliaram na especialização. Delineando o que o historiador britânico Eric J. Hobsbawm define como "Era dos extremos", visto a junção de ciência e barbárie¹¹⁰⁰. Os confrontos foram positivos para os EUA, cuja economia tornou-se dominante no globo durante todo o século XX; a moda nacional ganhou certa independência a partir de renomados estilistas que haviam trabalhado em Paris, como James e Mainbocher, e durante o conflito, o mercado de massa cresceu com a produção de uniformes. De acordo com Stevenson, os estilistas norte-americanos saíram na frente dos europeus, reconhecendo o potencial da roupa pronta¹¹⁰¹. Ao fim da década de 30, vestidos elegantes eram substituídos por estilos utilitários, simples e de linhas retas.

Finalmente, desembarcando na Guerra Fria, vislumbra-se a conjuntura do confronto indireto entre os EUA e a URSS, o qual baseava-se na suposição de que somente o "medo da destruição mútua inevitável"¹¹⁰² impediria qualquer uma das potências a acionar o suicídio mundial. Segundo Lipovetsky, as transformações sociais decorrentes desse processo histórico fizeram surgir uma nova fase da moda, nas décadas de 50 e 60. A alta costura, as coleções

¹⁰⁹⁷ Período que estendeu-se de 1930 a 1945, com Getúlio Vargas na presidência do Brasil, passando do governo provisório, ao constitucional, ao estado novista. Cf. NETO, L. **Getúlio**: do Governo Provisório à Ditadura do Estado Novo (1930-1945). Companhia das Letras, 2013, 632p.

¹⁰⁹⁸ "(...) as guerras de massa fortaleceram o poder do trabalhismo organizado e produziram uma revolução no emprego de mulheres fora do lar: temporariamente na Primeira Guerra Mundial, permanentemente na Segunda." HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991/ Eric Hobsbawm; 2.ed. tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹⁰⁹⁹ Somente os EUA, durante o Segundo Conflito, "encomendou mais de 519 milhões de pares de meias e mais de 219 milhões de calças (...). A guerra em massa exigia produção em massa." HOBBSAWM, *op.cit.*, p. 52.

¹¹⁰⁰ "A tecnologia tornava suas vítimas invisíveis", os bombardeios aéreos não visualizavam pessoas, apenas alvos, e tais crueldades podiam ser justificadas como "necessidades operacionais". O mundo acostumou-se com a matança em grande escala, com a tortura e o exílio em massa que se tornaram experiências cotidianas e despercebidas. Há algo mais perigoso que naturalizar a barbárie? Cf. HOBBSAWM, *op.cit.*, p. 57 e 88.

¹¹⁰¹ STEVENSON, *op. cit.*, p. 146.

¹¹⁰² HOBBSAWM, *op. cit.*, p. 224.

azonais, a produção em série e os desfiles como forma de marketing continuaram coexistindo; e o processo iniciado em 1920 encontra o seu ápice na minimização da elegância. Para Hobsbawm¹¹⁰³, a novidade dos anos 1950 está na aceitação pelos jovens, de classes média e alta, dos signos culturais (como a música, as roupas e a linguagem) das classes mais baixas, a exemplo do *rock* e do *jeans*. À medida em que o jeans avançava, a alta costura parisiense decaía. Complementando, Lipovetsky¹¹⁰⁴ afirma que a era da sedução coexistiu com a corrida armamentista.

Para além da conjuntura macro, torna-se imprescindível conhecer a história de Nova Friburgo e sua relação com a moda desde tempos longínquos. Ainda em 1860, de vila, Friburgo elevou-se à categoria de cidade, criando novos espaços de sociabilidade que comportavam práticas distanciadas dos hábitos de cunho rural: praças, teatro, cafés e hotéis, apesar de ainda prevalecer uma paisagem provinciana e campestre, que deliciava os turistas que aqui chegavam devido à fama de cidade salubre. Logo, em 1910, duas figuras fundamentais vieram para a cidade comprometidos com o processo de industrialização: Os empresários alemães Peter Julius Ferdinand Arp e Maximilian Falck, os quais conseguiram implementar, já no ano seguinte, as firmas de aviamento "M. SINJEN e Cia" e "M. FALCK e Cia"¹¹⁰⁵. A primeira possuía rendas bordadas, filó de sete jardas e passamanarias, enquanto a segunda, além de passamanarias, comportava também "tecelagem, trançadeira, tinturaria, engomagem, tipografia, cartonagem, oficina mecânica e carpintaria"¹¹⁰⁶, além da produção de suspensórios elásticos.

O historiador João Raimundo de Araújo nota que o local onde as indústrias se situavam na cidade possibilitava um controle estratégico sobre o espaço urbano da época. Isso porque ainda em 1911, quando Julius Arp iniciava a construção da indústria de Rendas, almejava obter a autorização para acionar a usina de eletricidade, o que aconteceu somente após o evento do "Dia do Quebra-Lampiões"¹¹⁰⁷.

¹¹⁰³ HOBBSAWM, *op. cit.*, p. 324-325.

¹¹⁰⁴ LIPOVETSKY, *op. cit.*, p. 181.

¹¹⁰⁵ ARAÚJO, JR; MAYER, JM. **Teia Serrana: A Indústria em Nova Friburgo**. Editora ao Livro Técnico, 2003, 318 p.

¹¹⁰⁶ ARAÚJO in ARAÚJO, J.R. e MAYER, J.M. *op. cit.*, p. 192.

¹¹⁰⁷ Diante do fracasso da proposta de Julius Arp perante à Câmara, em proporcionar energia elétrica para a cidade, a população mobilizou-se na Praça 15 de Novembro. Os policiais, em número insuficiente, não conseguiram conter a manifestação que se subdividiu em diversos pontos da cidade danificando os lampiões da iluminação pública. Logo, reuniram-se em frente à Câmara para apedrejarem o edifício, destruindo móveis e utensílios ali existentes, como denota o periódico "A Paz" de 1911. Cf. ARAÚJO in ARAÚJO, J.R. e MAYER, J.M. *op. cit.*, p. 188-189.

Passados alguns anos, em 1925, criava-se a Fábrica de Filó S/A, na Vila Amélia, cuja fundação estivera associada, segundo João Raimundo, à crise capitalista da década de 1920 pela qual a Alemanha passou e à intenção de Julius Arp de atrair novas empresas para Friburgo. Por sua vez, a Filó produzia filó liso, jacquard, tecidos de estofamento e decorativos e rendas valencianas.

Já em 1937, a Triumph instalou-se na cidade, trazendo a indústria da moda íntima. O grupo multinacional que, em 1968, assumiria a Filó, a qual já havia se transformado em grande produtora de lingerie à época¹¹⁰⁸.

Além das indústrias, a questão da modernidade está também associada à elaboração do discurso de "Suíça Brasileira", o qual demonstra-se — nas palavras de Araújo — uma "construção ideológica" paradoxal, uma vez que os capitais germânicos edificaram a cidade moderna e a contribuição alemã fora surrupiada em função dos suíços, que de fato se ausentaram dos centros, deslocando-se para as periferias rurais. O historiador friburguense explica que este fato está associado à eclosão da Grande Guerra, que gerou hostilidade da população brasileira em relação aos alemães, tornando conveniente ressaltar as origens suíças do Morro Queimado. Assim, a serra friburguense, comparada aos Alpes suíços e possuidora de um clima ameno, também se prestou à edificação do ideal de cidade europeia nos trópicos, tornando-a sinônima de civilidade e modernidade em contraposição ao remanescente do país de origem portuguesa e africana em sua maioria (estereotipadas como atrasadas e incivilizadas).

Enfim, é preciso ressaltar ainda, que a presença da burguesia industrial alemã contribuiu para o fortalecimento das ideias nazifascistas na cidade, antes e durante o período da Segunda Grande Guerra. Sobretudo, através das festividades e movimentos culturais promovidos pela Sociedade Alemã de Escola e Culto, criada ainda na década de 20 pelos proprietários das fábricas, que buscavam integrar os novos imigrantes à cidade. De acordo com o historiador Ricardo Costa, nesses eventos, enalteciam o *Führer* e o combate ao comunismo, entoavam os hinos brasileiro, alemão e italiano, além de enaltecer o trabalho no dia 1º de março para que a data não fosse concebida como expressão da luta de classes, mas sim de conciliação entre elas, visando atrair o proletário para seu projeto político. Fatos que ficam evidentes no Dia do Colono, em 6 de agosto de 1936, no qual ergueram as bandeiras da Suíça, do Brasil e da Alemanha (com a suástica em destaque).

¹¹⁰⁸ SINDVEST; SEBRAE. *Nova Friburgo RJ Moda*. 2015.

Produção e circulação da "moda friburguense"

Ao investigar-se as questões relacionadas à produção e circulação da moda em Nova Friburgo, debruçou-se sobre fontes de diversas procedências, entre elas, a fonte oral, isto é, entrevistas com pessoas que viveram o tempo histórico aqui abordado e que, em vista disso, dispõem de uma espécie de "museu particular", lugar de memória individual e coletiva, que só habita quem ousa questionar, fazendo da história ciência e obra de arte advinda do museu simbólico¹¹⁰⁹.

A entrevista com N.A., auxiliada pelo também entrevistado D.M., possibilitou o conhecimento da Escola de Corte e Costura Madame Abicalil, pertencente à sua mãe, que funcionou por três décadas em Nova Friburgo, passando de geração em geração. Não possuía tempo determinado de duração e oferecia certificado. Entretanto, o que chama atenção no diálogo é a hipótese da modista utilizar modelos das revistas de moda da época como referências para ensinar a costura às suas alunas. Apesar de ter negado uma vez a utilização dos trajes internacionais como referências para tal, é no primeiro e no último momentos de fala que N.A. afirma ter acesso a muitas revistas de moda: Vogue, Burda e Gil Brandão — esta última, sobretudo, instruía a produzir os moldes. Tal "multivalência"¹¹¹⁰ — nas palavras de Frisch — fica evidente no seguinte trecho:

D.M. — Chegava muita revista?

N.A. — **Ninguém pegava moda de fora, não.**

D.M. — Mas vinha muita revista?

N.A. — **Muita revista! Tinha uma revista que chamava Vogue.**

D.M. — Burda!

N.A. — Burda... Burda então, todo mundo... como era caro! Mas trazia muitos modelos bonitos.

¹¹⁰⁹ É preciso considerar que as memórias individuais — seletivas, recortadas mentalmente —, são moldadas pelo historiador, o qual, "não age mais exclusivamente como cientista, mas como artista, não hesitando em fazer, segundo a bela expressão de Pirre Vidal-Naquet, "uma história-memória, obra de pesquisa, obra de arte", pois somente o artista pode exprimir e denunciar o inominável. (...) Se cabe à história oral um derradeiro papel no que toca à profissão em geral, este é lembrar que, para ser realmente "a ciência dos homens no tempo", a história deve ser também uma arte. Isso equivale a dizer que temos ainda muito trabalho pela frente e que não há nenhuma razão para temer o marasmo ou a banalização." JOUTARD, P. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. **Usos & abusos da História Oral**, *op. cit.*, p. 60.

¹¹¹⁰ Frisch utiliza o termo "multivalência", criado por ele mesmo, para definir valores simultâneos sem implicar contradição, implicando uma maneira de ser no mundo e como sugere, pode ser uma característica da experiência dos trabalhadores, os quais desafiam nossas próprias categorias de pesquisadores. "Sentir e avaliar a multivalência nos lembra que, se a fotografia se refere à qualidade do ver, a história oral terá que ver com a qualidade do escutar." Cf. FRISCH in ALBERTI, V., FERNANDES, T.M. and FERREIRA, M.M. *op. cit.*, p. 176-177.

D.M. — Vinha muito pra Friburgo por causa das alemães das fábricas.

N.A. — É!

D.M. — A gente, de vez em quando, achava uma Burda jogada em algum lugar.

N.A. — É, a Burda era revista de moda, já o Gil Brandão não, era exploração de modelos, moldes. Ele trazia assim: um modelo e os moldes no tamanho dos manequins que a pessoa queria. Foi uma fase muito boa! Pra quem não sabia fazer o corte, pegava aquele molde...

Dessa forma, os modelos demonstraram-se acessíveis de modo inconsciente, na medida em que as modistas adquiriam as revistas-figurinos que traziam inúmeros modelos da Alta Costura parisiense — não somente Mme. Haiffa como também por outras modistas e consumidoras da cidade, pois, além da entrevista, os anúncios nos periódicos da época também apontam para isso¹¹¹¹.

Ainda acerca do curso de corte e costura, analisou-se a fonte de cunho imagético, disposta ao lado, na qual fora possível identificar estereótipos femininos do início do século XX. O registro corresponde à finalização do curso da turma de 1937. Este recorte, determinado pelo olhar do fotógrafo — uma escolha entre tantas outras possíveis — reflete sobre a ação da imagem, ação esta de recordação de um momento especial na vida daquelas mulheres. Como as mulheres continuavam a zelar por muitas representações advindas dos oitocentos (como demonstra algumas revistas com "assuntos de mulher", a exemplo da "Moda e Bordado", e afirmações como a da historiadora Mary Del Priore¹¹¹²), interpretou-se que as moças fotografadas, ao apoiarem um braço no outro desejavam ostentar a aliança e o diploma, devido a importância atribuída ao casamento e às prendas domésticas a exemplo da costura. Pode-se presumir ainda o respeito pelas professoras que se encontram ao centro da fotografia, e ao fundo, as peças criadas pelas discentes no exame final, que ficavam expostas ao público.



¹¹¹¹ A exemplo do exposto no jornal "O Nova Friburgo", de 16 de julho de 1931 — localizado na parte inferior da quarta coluna, da segunda página — que anuncia "a capa do melhor figurino já publicado no Brasil" com "mais de cento e vinte figurinos novos de vestidos de bailes, de passeio, de chapéus, blusas, roupas brancas, golas, sapatos, echarpes, bolsas, luvas, "manteaux", etc".

¹¹¹² Sem estudo, a maioria das jovens investia nas "prendas domésticas". A "moça de família manteve-se como modelo e seus limites eram bem conhecidos (...). O bem estar do marido era a medida da felicidade conjugal, e esta adviria em consequência de um marido satisfeito. E, para tal bem-estar, qual era a fórmula? A mulher conquistava pelo coração e prendia pelo estômago. DEL PRIORE, Mary. **Histórias e conversas de mulher: Amor, sexo, casamento e trabalho em mais de 200 anos de história**; 2 ed.; São Paulo: Planeta, 2014, p.69.

Verificou-se, no período, a existência de muitos *ateliers* de pequeno e médio porte em Nova Friburgo, espaços muitíssimo frequentados pelas moças que buscavam se vestir com os últimos figurinos. Entre eles, está o atelier de Madame Abicalil, dona do curso de corte e costura já mencionado, a qual atuou também como modista atendendo muitas clientes friburguenses na "Casa Libaneza", situada na Rua Alberto Braune, nº262, existente desde 1920. O estabelecimento comercial continua vivo na cidade, vendendo roupas e aparatos. No anúncio, chama atenção o uso do termo "Alta Costura", cujo se associa às revistas de moda internacionais que aqui chegavam, acompanhando as tendências dos últimos figurinos parisienses, criando uma espécie de "Alta Costura friburguense". Afinal, tudo que era de alguma forma francês, era considerado elegante.

Outros modistas marcaram presença na imprensa e na moda friburguense, como Madame Gondin, formada pela Academia de Corte de Paris, que também ministrava aulas de corte e costura. O anúncio, de 1932, informa que os clientes poderiam procurá-la na rua General Osório, nº 70. Já o anúncio de 1937, apresenta o curso de Mme. Rohe Fontão, na Rua General Camara, nº 84.

É interessante notar que há mais de um curso de corte e costura na cidade. Essa espécie de "proliferação" de cursos, entre a década de 1930 e 1940, está relacionada aos discursos da ideologia trabalhista e da vocação feminina para as prendas domésticas propagados durante a Era Vargas, principalmente no Estado Novo, direcionados sobretudo àquelas mais pobres, motivo pelo qual o Estado fomentava ofícios que poderiam ser feitos no lar, como a costura e a limpeza de renda¹¹¹³.

Havia, ainda, uma modista peculiar marcada por sua residência: um palacete que ficava em frente à atual prefeitura aguçando a imaginação de quem passava devido à fama de mal assombrado, como bem ressalta a advogada e jornalista Melo, em uma de suas matérias online¹¹¹⁴. Dona Catarina Iracema Valentim Sant'Anna Rocha exalava mistério.

¹¹¹³ Neste momento dialoga-se com a dissertação de Wanda Maleronka Ferron, "Fazer roupa virou moda: um figurino de ocupação da mulher" (1996), na medida em que a autora verifica em São Paulo, que durante as décadas de 1930 e 1940 houve um aumento do número de cursos de corte e costura; Ferron também atribui o fato aos discursos do Estado Novo. Pode-se concluir que isto ocorreu no interior dos estados mais projetados do Brasil, como Rio e São Paulo. No entanto, uma pesquisa mais aprofundada poderia investigar se caberia uma generalização em uma perspectiva acerca de todo o país. Cf. FERRON, Wanda Maleronka. Fazer roupa virou moda: Um figurino de ocupação da mulher (São Paulo - 1920-1950). Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, 1996, 331 p.

¹¹¹⁴ MELO, Leyla Lopes. Nova Friburgo em Foco. O Palacete de Madame Sant'Anna. Disponível em:< <https://www.novafriburgoemfoco.com.br/post/o-palacete-de-madame-sant%C2%B4anna>>. Acesso em 13 de junho de 2018.

A fama de Madame Sant'Anna alicerçava-se, de alguma forma, sobre seus maridos, primeiramente pelos seus sobrenomes que tomou para si, transformando o primeiro deles em seu "cartão de visitas" (Sant'Anna). Em segundo lugar, numa época em que os maridos eram os provedores primeiros do lar, Madame Sant'Anna solicitou que seu segundo marido abandonasse a estrada de ferro para tornar-se seu companheiro de ofício. Dessa forma, estabelecia-se como uma figura friburguense icônica, representando uma mudança inerente à multiplicidade do tempo.

No imaginário popular, Sant'Anna aparece aliada à arquitetura de seu palacete, que,



apesar de não ter sido construído por ela, representava seu gosto estético: "Em estilo oriental: misto de templo indiano com paraíso mourisco", descreveu Melo. A arquitetura ilustrava e conformava o encontro entre estética e distintas temporalidades. Enquanto sua produção de moda celebrava o presente social, a partir da reprodução das tendências, o

seu palacete oitocentista não consentia em negar o passado. Mas exaltava um equilíbrio ao fundir moda e arquitetura. Proporcionava ao cliente certo prazer em visitar um espaço misterioso, conhecido apenas por aqueles que ousavam solicitar uma peça de Mme. Sant'Anna. Era como uma casa de Alta Costura que realizava desfiles, no entanto, o espetáculo era outro.

Destarte, ainda que os espaços de produção não fossem propriamente as *Maisons* da Alta Costura, eles também sobressaíam como espaços mágicos: pois, assim como as casas parisienses de renome, os *ateliers* estavam destinados a produzir a crença no valor das roupas que produziam, posto que são produtos concomitantemente econômicos e simbólicos, e suas estratégias de venda dependiam muito da "reputação" de sua marca ou de seu costureiro, não por acaso tantas modistas se referiam ao seu produto como de "alta costura" ou evidenciavam os "últimos figurinos". Ao deter a lógica mágica da produção e do produto, o *atelier*, legitimado culturalmente, restringia o valor econômico e ressaltava o produto e seu modista, tornando ambos objetivados e sacralizados. Portanto, na cidade, o *atelier* constituía-se como âmbito sagrado, o lugar por excelência onde mágica se consumava.

Como manda o figurino: Consumo e Condutas

Abordar o consumo da moda em uma determinada sociedade implica compreender o fenômeno em suas inconstâncias frívolas, em suas especificidades, rupturas e continuidades. É tomar as peças que habitam o armário, e cobrem e ornamentam o corpo como documentos, os quais provocam alguns questionamentos. Qual moda veste quem? Quem é a mulher que se apropria da moda e, conseqüentemente, se torna apropriada por ela?¹¹¹⁵

Uma matéria jornalística, do periódico semanal "O Nova Friburgo", de junho de 1931, deixa evidente as representações femininas, principalmente, a disparidade entre a mulher real e ideal. O texto, escrito por um homem, D. Jayme, a seu amigo que acabara de se casar, intitula-se "A arte de ser feliz", contendo onze regras para ser feliz no casamento. Obviamente, tudo que o homem deveria proibir, determina o que as mulheres reais praticavam, mas, que a mulher ideal, utópica, deveria evitar: Frequentar bailes, cinemas, sair e viajar sozinha, lutar pelos seus próprios direitos e até mesmo falar. Tais representações associam-se ao vestir, visto que modos e modas são hábitos, muitas vezes, indissociáveis. Sendo assim, concebendo a moda como signo, veículo de comunicação e sobretudo, rito de instituição¹¹¹⁶, pode-se afirmar que a vestimenta coloca cada um em seu lugar social (e de fala ou silenciamento), e através das estéticas escolhidas e apropriadas delinea novas relações entre os indivíduos.

Para que se torne viável a edificação de uma análise crítica a partir da fonte oral é essencial reconhecer a subjetividade tanto dos entrevistadores quanto da entrevistada. Durante o diálogo, questionou-se à N.A.: "Como é que era na época da guerra aqui em Friburgo? Você lembra como as mulheres se vestiam?" Ao que ela respondeu, sem hesitar, que a saia godê não podia faltar¹¹¹⁷.

Segundo o historiador James Laver, no momento em que houve, nos últimos anos da década de 1930, o retorno do estilo romântico, os vestidos para o dia começaram a seguir o

¹¹¹⁵ Segundo a fórmula marxista (o indivíduo torna-se investido nas coisas), exposta por Bourdieu (1983), pensa-se a mulher apropriada pela moda ou traje do qual se apropriou, produzindo uma dialética entre o objeto (roupa) e o suporte (corpo), proporcionando vida e movimento a este primeiro e produzindo um significado a este ser inanimado: e como relação dialética, ao significar, o indivíduo se significa. Cf. BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas: O que falar quer dizer; ORTIZ; São Paulo: Ática, 1983b. **Grandes Cientistas Sociais**, 39, p. 102.

¹¹¹⁶ "Torne-se o que você é", eis a fórmula que subentende a magia performativa de todos os atos de instituição." BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas: O que falar quer dizer; ORTIZ; São Paulo: Ática, 1983b. **Grandes Cientistas Sociais**, 39, p. 102.

¹¹¹⁷ "N.A. — Mas no tempo da guerra, é roupa comum, tradição anágua, anágua de brim pra armar! Então as moças só andavam com Jamais! Ninguém usava decote não, de jeito nenhum! Era tudo abaixo do joelho. Mostrar o joelho, a coxa? Era pecado ((risos)).



estilo camponês austríaco (saia mais curta e franzida, o que atualmente chama-se de "saia midi" ou, quando muito franzida, "godê"). Para Laver, isto denotava o sinal inconsciente do reconhecimento do poder de Hitler, que nasceu na Áustria-Hungria em abril de 1889¹¹¹⁸. Assim, é possível afirmar que em Nova Friburgo tal indício estivera presente, exatamente como descrito pelo historiador: Inconsciente. Tanto que a entrevistada afirmou que a roupa da época de guerra era "normal". Assim, a saia godê fora apropriada como signo: As mulheres consentiam em usá-la, formando um consenso a respeito da estética do trajar. Lembrando que o poder simbólico contido no traje, quando mais ignorado, mais reconhecido, e quanto mais invisível mais força ele tem.

A Sociedade Alemã de Escola e Culto, organizada pelos proprietários industriais Julius Arp e Maximilian Falck ainda na década de 1920, era um espaço de sociabilidade que condizia perfeitamente com o traje das mulheres, principalmente das burguesas, que frequentavam seus bailes e festividades, denotando a forte presença nazifascista em Nova Friburgo — o que não significa que o uso da saia godê restringia-se a este espaço, como demonstra a fotografia acima, referente a um piquenique no ano de 1940. É importante atentar-se para o fato de que esta peça está novamente em voga, em uma conjuntura cujo fascismo ressurgiu através de candidatos conservadores, da extrema direita, com argumentos revestidos de senso comum. Este reaparecimento confirma tanto o aspecto cíclico da moda, de afirmação do "eu", quanto a associação direta entre moda e política.

No contexto da Segunda Grande Guerra, as meias se tornaram itens raros de encontrar, tanto que as mulheres trabalhadoras, durante o período, muitas vezes ganhavam meias de seda como bônus¹¹¹⁹. Na cidade, Henrique Zamith, importante colunista do periódico "O Nova Friburgo", pôs-se a discutir a ausência das meias de seda no trajar antes mesmo da década de 1940, em 1932, o que demonstra que o desuso das meias de seda fora anterior ao racionamento — se é que este ocorreu em Friburgo —, mais especificamente no ano da conquista do voto feminino no Brasil. Um dos trechos da matéria afirma: "Ora, as meias sempre foram uma parte essencial na endumentaria feminina, e a mulher, que não a traz, nos

¹¹¹⁸ Laver evidencia o quanto "as roupas da época da guerra demonstram com que força a moda reflete a situação econômica e política vigente, a atmosfera do momento", ainda que, no caso de Hitler, tenha se sucedido o contrário: o *Führer* aproveitara das transformações e as canalizara, e não necessariamente eram sua força motriz. LAVER, *op. cit.*, p. 252.

¹¹¹⁹ STEVENSON, NJ. **Cronologia da Moda**: de Maria Antonieta a Alexander McQueen; tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p 131.

dá idéia que não está completamente vestida, falta-lhe alguma coisa, e, essa alguma coisa que lhe falta, torna-a, como diria um bom francez - "*deshabillée*"[sem roupa]."

Segundo Bourdieu¹¹²⁰, a relação de dominação não se perpetua no lar, inicialmente, mas nos âmbitos de elaboração de tais princípios de dominação que logo se exercem na instância doméstica. Desse modo, observa-se a "redação jornalística" do periódico como o próprio âmbito de elaboração dos princípios de dominação. O autor transformava o "arbitrário cultural em natural"¹¹²¹ (usar ou não as meias de seda deveria ser escolha individual de cada mulher), para assim realizar a constante manutenção desses princípios, impondo a vontade do grupo jornalístico masculino ao público leitor feminino.

Ainda de acordo com o sociólogo, a perspectiva androcêntrica impõe-se como neutra, sem ter a necessidade de se legitimar através de discursos, ao contrário da feminina. Desse modo, concebendo-se a moda como instâncias de percepção social e linguagem, entende-se porque o traje feminino é muito mais adornado e "refém" das novidades, isto é, de rupturas: existe a necessidade de elaborar um discurso fundamentado no traje visando a legitimar a mulher. Há uma violência simbólica invisível às próprias vítimas, praticada através de recursos simbólicos, como a roupa, que se exerce por vias de comunicação e do conhecimento ou, até mesmo, do desconhecimento. Tal violência simbólica se encontra revestida de senso comum, fazendo com que as mulheres estabeleçam um consenso e reproduzam em sua realidade o conservadorismo latente e atente.

Assentindo, inconscientemente, com a neutralidade da visão androcêntrica, reconhecendo a suposta importância e submetendo-se ao uso das meias de seda. No entanto, poderia haver exceções; aquelas que se opunham à matéria e tivessem a audácia de sair sem as meias de seda eram a prova concreta da possibilidade de resistência na moda¹¹²². Assim, usando as "lentes" de Gilles Lipovetsky: as mulheres que promovessem essa nova estética, isto é, que fizessem moda em nome de uma identidade singular seriam vistas como subversivas à ordem vigente. Extinguir o uso das meias de seda era sinônimo de fazer decair a

¹¹²⁰ BOURDIEU, Pierre. 1930-2002. **A dominação masculina**/ Pierre Bourdieu; tradução Maria Helena Kühner. –2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 18.

¹¹²¹ BOURDIEU, *op.cit.*, p. 8.

¹¹²² "(...) por mais exata que seja a correspondência entre as realidades, ou os processos do mundo natural, e os princípios de visão e de divisão que lhes são aplicados, há sempre lugar para uma luta cognitiva a propósito do sentido das coisas do mundo e particularmente das realidades sexuais. A indeterminação parcial de certos objetos autoriza, de fato, interpretações antagônicas, oferecendo aos dominados uma possibilidade de resistência contra o efeito de imposição simbólica." BOURDIEU, *op.cit.*, p. 22.

decência do trajar, promovendo um princípio social antônimo ao primeiro, isto é, indecente, perverso, obsceno, libertino.

Considerações finais

Conclui-se que a moda se forja diante de quaisquer conjunturas, vide transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. Constatou-se ainda que a utilidade do estudo da história da moda não se restringe às referências de modelagens do passado para criar peças atuais, mas se presta a evidenciar conflitos sociais; o processo inconsciente de adesão à moda; e a fazer compreender a questão da dominação elitista e masculina. Desse modo, o estudo da história da moda contribui para uma reflexão contínua acerca da representação simbólica da vestimenta na contemporaneidade, visto que estilistas atuais ainda buscam no passado suas referências a fim de dar vida às "novidades" (rupturas). Além disso, ao produzirem as "ferramentas" de promoção do signo de diferenciação pessoal, os modistas possuem em mãos o poder de promover novas convenções sociais, novas práxis, que constituirão novo *ethos*.

Referências bibliográficas:

- AMADO, J.; FERREIRA, M. M. Usos & abusos da História Oral/ Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, coordenadoras. 8.ed.; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- ARAÚJO, JR; MAYER, JM. Teia Serrana. Formação histórica de Nova Friburgo. Editora ao Livro Técnico, 2003, 318p.
- ARRIGHI, G. O longo século XX. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. 1930-2002. A dominação masculina/ Pierre Bourdieu; tradução Maria Helena Kühner. -2ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 160 p.
- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas: O que falar quer dizer; ORTIZ; São Paulo: Ática, 1983b. Grandes Cientistas Sociais, 39.
- CONTE, Adriana Job Ferreira. Moda, uma metáfora, 1. ed.; Curitiba: Appris, 2015; 175 p.
- DEL PRIORE, M.; AMANTINO, M. História do corpo no Brasil; 1 ed.; UNESP, 2011. 568p.
- DEL PRIORE, Mary. Histórias e conversas de mulher: Amor, sexo, casamento e trabalho em mais de 200 anos de história; 2 ed.; São Paulo: Planeta, 2014.

FERRON, Wanda Maleronka. Fazer roupa virou moda: Um figurino de ocupação da mulher (São Paulo - 1920-1950). Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, 1996, 331 p.

FREYRE, Gilberto. Modos de homem, modas de mulher; Rio de Janeiro: Record, 1987.

GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo/ Carlo Ginzburg; tradução Jônatas Batista Neto. Revista Brasileira de História, v.1 n°21. São Paulo, 1991, 20p.

HOBBSBAWM, Eric J. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991/ Eric Hobsbawm; 2.ed. tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAVÉR, James. A roupa e a moda; 3 ed.; Companhia das Letras, 1989. 288p.

LIPOVETSKY, Gilles. O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas/Gilles Lipovetsky; tradução Maria Lucia Machado. — São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MELO, Leyla Lopes. Nova Friburgo em Foco. O Palacete de Madame Sant'Anna. Disponível em:< <https://www.novafriburgoemfoco.com.br/post/o-palacete-de-madame-sant%C2%B4anna>>. Acesso em 13 de junho de 2018.

NETO, L. Getúlio: do Governo Provisório à Ditadura do Estado Novo (1930-1945). Companhia das Letras, 2013, 632p.

SINDVEST, SEBRAE. Nova Friburgo RJ Moda. 2015, 66 p.

STEVENSON, NJ. Cronologia da Moda: de Maria Antonieta a Alexander McQueen; tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, 288p.

Espetáculo e violência na abordagem midiática: usos do torcer da torcida organizada

Raça Rubro-Negra no processo de modernização do futebol

Juliana Nascimento da Silva*1123

Resumo: O presente trabalho pretende estabelecer relação entre a torcida organizada Raça Rubro-Negra, o processo de modernização do futebol e a abordagem midiática. Empreende-se aqui a análise sobre a configuração do campo esportivo, a partir dos pressupostos de Bourdieu, assim como as disputas de um capital simbólico, pautadas na abordagem midiática de negação das formas de torcer da Raça Rubro-Negra, dissociando-os, inclusive, do papel de torcedor em detrimento de um discurso de racionalização das esferas futebolísticas. Dessa forma, as torcidas organizadas solidificam-se como potencial ótica para a ampliação da abordagem histórica e dos eventos sociais, uma vez que são parte constituinte do corpo social não é possível isolá-las das transformações as quais estamos submetidos.

Palavras-chave: Raça Rubro-Negra; torcida organizada; modernização; jornalismo esportivo.

Abstract: The current paper intends to establish a connection between the organized supporters named Raça Rubro-Negra, the process of soccer's modernization and the midiatic approach. Undertake here the analysis over the configuration of sports area, as of suppositions of Bourdieu, as well as the feuds of a symbolic capital, founded on the media approach of denying the ways of supporting of Raça Rubro Negra, disconnecting them, also, from the figure of supporters to the detriment of a speech about the racionalization of soccer's spheres. Therefore, the organized cheers are materialized as potential views to the maximization of historical approach and social events. Since they are part of the structure of the social body, it is impossible to isolate them from the transformations which we are submitted.

Key words: Raça Rubro-Negra; organized supporters; modernization; sports journalism.

* Mestranda do PPGHIS/UFRJ, orientada pelo Prof. Dr. Fernando Luiz Vale Castro. Bolsista CNPq. E-mail: ju.nascimento13@yahoo.com.br.

Introdução

As torcidas organizadas são microcosmos da sociedade. Como são parte constituinte do corpo social não é possível isolá-las das transformações as quais estamos submetidos. Dessa forma, as facções torcedoras solidificam-se como potencial ótica para a ampliação da abordagem histórica e análise dos eventos sociais.

Esses apontamentos nos levam ao objeto de estudo desta pesquisa, que é o Grêmio Recreativo Movimento Cultural Raça Rubro-Negra, torcida que se encaixa na chamada terceira geração de facções torcedoras. A Raça, como é comumente chamada, foi criada em 27 de abril de 1977, época marcada pelo declínio do “milagre econômico” e por manifestações sociais, abertura política e Lei da Anistia. Fundada com o objetivo de ser fator diferencial nas arquibancadas do clube ao qual está vinculada, o Flamengo, a Raça Rubro-Negra é o grande exemplo do que foi exposto acima, não podendo se dissociar do contexto em que está inserida ao mesmo tempo em que se deve refletir sobre a autonomia do campo esportivo, defendida por Bourdieu. Por repensar as práticas nas arquibancadas e fomentar o espetáculo esportivo, a Raça, ao se tornar a maior torcida organizada do Brasil, torna-se fundamental nas análises da modernização do jogo social na qual está inserida. A diferenciação entre os vínculos que são estabelecidos entre torcedores e clube é fator necessário para a elaboração de políticas modernizantes, dentro da lógica do consumo, onde os membros de torcidas organizadas são elencados como o símbolo da fidelidade. No entanto, nem sempre as ações da facção torcedora convergem com os interesses da modernização, situados à época da entrada do neoliberalismo no Brasil, principalmente nas situações de confrontamentos.

Dessa forma, o questionamento orientador da pesquisa se debruça na transformação da Raça Rubro-Negra, criada com os pressupostos da produção de festa nas arquibancadas, em torcida de briga. Relacionada com as políticas modernizantes do futebol, que tem como marco inicial a realização da Copa União e a formação do Clube dos Treze, em 1987, até a Lei Pelé, instituída em 1988, passando pela Lei Zico, o agrupamento torcedor é pensado pelas lentes de um novo modelo político e econômico não só do Estado, mas também do futebol. Dessa forma, o trabalho projetado define-se a partir do aumento da violência entre torcidas

organizadas, durante as décadas de 1980 e 1990, em consonância com a guinada modernizante da esfera futebolística, bem como o processo de estigmatização da torcida na sociedade mais ampla, influenciada pela abordagem midiática.

Torcida de festa: categoria nativa da Raça Rubro-Negra

Assim como as transformações da sociedade são constantes, o universo futebolístico está sempre acompanhado dessas alterações, embora sua vinculação não seja direta, pois tem, de acordo com Bourdieu, lógicas internas autônomas¹¹²⁴. Conceber o mencionado esporte enquanto campo é basilar para dar a devida importância da temática nos estudos historiográficos. Dessa forma, podemos elencar os motivos pelos quais a torcida organizada Raça Rubro-Negra é objeto de estudo da pretendida pesquisa.

Criada por antigos membros da extinta Flamar¹¹²⁵ e de uma das outras principais torcidas do Rio de Janeiro, Torcida Jovem Fla¹¹²⁶, a Raça tem como intento modificar as estruturas do torcer. Assim, encontramos em seus discursos uma demanda de memória que demonstra o pioneirismo da torcida em torcer em pé, trazer o samba para as canções de alento, organizar sua identidade de forma independente, criar noções de pertencimento mais fortes, além de tecer material necessário para o incremento da festa. A distinção pretendida pela Raça Rubro-Negra em relação às gerações torcedoras anteriores, como as Torcidas Jovens, é explicitada no depoimento concedido pelo fundador Claudio Cruz ao documentário sobre a Raça, *O Pulmão da Arquibancada*, de 2013:

todo mundo antigamente assistia 45 minutos sentado, 15 minutos de descanso em pé e 45 minutos sentados. Hoje inverteu. O Brasil todo assiste o jogo 45 minutos em pé. Paga a arquibancada para sentar e fica em pé. Isso foi a Raça que fez. Para poder ficar em pé tivemos problemas com a PM, aí tivemos briga dentro, fui preso, fui detido, levado lá pra baixo, porque ficava em pé e o pessoal de cima começava a tacar coisa na gente.¹¹²⁷

Antes mesmo de surgir, a estratégia utilizada pelos fundadores foi a de espalhar cartazes ou elementos visuais para chamar a atenção dos torcedores de que algo novo, em

¹¹²⁴ BOURDIEU, P. “Como é possível ser esportivo?” In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983, p. 136-153.

¹¹²⁵ Antiga torcida organizada do Flamengo.

¹¹²⁶ Grêmio Recreativo Cultural Torcida Jovem do Flamengo, fundado em 6 de dezembro de 1967.

¹¹²⁷ COSTA, M.; VON KRÜGER, P. *O Pulmão da arquibancada*. Brasil. Condomínio Filmes, Filmes do Bem, 2012.

breve, surgiria. Presente na demanda de memória a respeito do surgimento da torcida, seus torcedores concebem essa prática como uma espécie de marketing ou propaganda. No sítio eletrônico da Raça, no tópico “História”, essa prática é mencionada:

Em um período aproximado de 06 meses após o afastamento de ambos, uma onda de propaganda que envolvia desde cartazes espalhados pelo Maracanã até anúncio em rádio e pequenas notas nos jornais da época, anunciavam que estava prestes a surgir O MAIOR MOVIMENTO DE TORCIDAS DO BRASIL. Todos se perguntavam: o que seria isso? Quem estava por trás de tudo? Seria mesmo um movimento consistente ou mais uma dentre as dezenas de torcidas que surgiam e desapareciam algumas rodadas após sua fundação?¹¹²⁸

Essa ação, recuperada de forma aficionada pelos integrantes da Raça Rubro-Negra, pode ser vista também por um depoimento de Lúcio da Cruz, o irmão de Cláudio e fundador da torcida, na coluna Bate-Bola do Jornal dos Sports, em dezembro de 1976. Antes de mais nada, é essencial expor a função do Jornal dos Sports, de Mário Filho desde 1936, para o futebol: tornou-se um veículo de comunicação entre esporte e torcedores, que viam nessa coluna uma forma de se expressarem, além de fomentar uma sociabilidade a partir dessa interlocução¹¹²⁹. E foi essa a estratégia formulada pelos irmãos Cruz ao incentivar, antes mesmo de a torcida existir, a adesão de torcedores à Raça Rubro-Negra:

Há algum tempo, a torcida do Flamengo precisa reviver os tempos áureos de maior e também melhor torcida do Brasil. Sabedores dessa necessidade é que nós torcedores de amor, fibra e muita raça rubro-negra, estamos organizando aquele que já, na presente data, é o maior movimento de torcidas do Brasil. O grupo que se propõe a reativar esse vulcão, chamado torcida do Flamengo, é um grupo realmente fortíssimo. Composto por rubro-negros do mais alto nível de amor às suas tradições. A idéia está lançada. O movimento está nas ruas, e dentro em breve estará nas arquibancadas fazendo com que os antigos rubro-negros revivam o prazer de serem os maiores e também os melhores. Fará, também, com que aqueles que ainda não viram, tenham o prazer de vê-la linda, magistral e, que é mais importante, rubro-negra dos pés à cabeça. Ela realmente está chegando. 77 será o ano “D”. Vem aí a Raça Rubro-Negra (o maior movimento de torcidas do Brasil). Aguardem. (Lúcio da Cruz – RJ).¹¹³⁰

O postulado de torcida transformadora das arquibancadas rubro-negras é elemento fundamental para pensar na categoria de espetáculo esportivo. Além de desempenhar papel protagonista nos discursos dos membros da então torcida organizada, a construção da

¹¹²⁸ Sítio eletrônica da Raça Rubro-Negra. *História*. Disponível em <<https://www.racarubronegra.com.br/hist%C3%B3ria.html>>. Acesso em: 19 de dez. 2018.

¹¹²⁹ HOLANDA, B. B.. *O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

¹¹³⁰ Jornal dos Sports, 11 de dezembro de 1976.

categoria nativa de festa reverbera na estética do estádio, ingrediente este passível de ser utilizado pelos demais componentes do campo esportivo, como a mídia.

O cenário futebolístico e a proposta da modernização

Ao levar em consideração o arcabouço teórico proposto por Arlei Damo para definir o futebol, percebe-se que a utilização da matriz espetacularizada¹¹³¹ é a mais adequada aqui, principalmente ao examinar o que Luiz Henrique de Toledo denomina como divisão social do trabalho no mundo do futebol¹¹³², que nos traz seus principais atores: os profissionais, especialistas, torcedores e dirigentes.

Ao articular as proposições de Arlei Damo sobre espetáculo futebolístico com as de Toledo e Richard Giulianotti¹¹³³, a qual também sou tributária, é exequível assimilar a Raça ao espetáculo. Segundo Giulianotti, existem diferentes tipos e níveis de vínculo do torcedor com o futebol. O que usaremos aqui é justamente ao qual a Raça Rubro-Negra se encaixa: o conceito de torcedor tradicional/quente, o fanático. Esses apontamentos fazem sentido à medida em que os conceitos de Giulianotti e Damo associam: o torcedor fanático, cuja definição se aplica aos membros de uma organização torcedora, é constituído a partir da percepção da fidelidade clubística e presença cativa nas pelepas. Pensando no conceito de campo de Bourdieu, bem como na lógica espetacularizada elaborada por Arlei Damo, infere-se a importância da torcida organizada, por ser elemento constitutivo entre os agentes do mundo do futebol. De um lado, o produto que o clube oferece aos torcedores é principalmente o desempenho dos profissionais do futebol, ou seja, os jogadores; em contrapartida, os torcedores também cumprem esse papel, por serem os frequentadores do estádio e não meros consumidores: são também produtores do espetáculo que entretêm.

Na década de 1990, entretanto, o futebol, assim como a torcida organizada em questão, é permeado pela percepção do futebol enquanto negócio, além de ser percebida uma acentuação do processo de modernização. A proposição da redução da máquina estatal a partir

¹¹³¹ DAMO, A. *Do dom à profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França*. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2007.

¹¹³² TOLEDO, LH. *Lógicas no futebol*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2002, Col. Paidéia, 7.

¹¹³³ GIULIANOTTI, R. "Fanáticos, seguidores, fãs e flâneurs: uma taxonomia de identidades do torcedor no futebol." *Recorde: Revista de História do Esporte*. Vol. 5, nº 1, 2012.

da eleição de Fernando Collor¹¹³⁴, levada a cabo por Fernando Henrique Cardoso, tornou oportuno o incremento do debate no âmbito esportivo, já permeado pelas discussões relativas às gestões administrativas dos clubes. A ausência de uma estrutura organizada no que concerne os clubes brasileiros, como a falta de calendários de jogos e regionalização dos torneios, fez emergir a demanda por um modelo empresarial de administração. Dessa forma, surge, em 1971, o primeiro campeonato de futebol nacional, visando a integração entre clubes e a organização de um calendário elaborado. No entanto, como menciona Marcelo Proni, “a modernidade foi incorporada preservando-se o tradicional esquema de organização federativa e mantendo intactas as hierarquias regionais e suas divisões de acesso”¹¹³⁵. Em suma, o grande debate girou em torno da defesa de autonomia dos clubes que, em situação de crise profunda, pretendiam desvincular-se de uma intervenção paternalista vinda do Estado. Com defasagem financeira, os times de futebol dependiam de suas bilheterias, incertas e flutuantes, além do “passe” dos jogadores. O não-profissionalismo nos dirigentes foi elencado como uma das razões principais desse momento tortuoso. O marco de uma inicial ruptura com esse modelo foi a criação do Clube dos Treze, em 1987. A organização contou com a presença dos principais clubes do Brasil em uma proposta alternativa ao modelo da Confederação Brasileira de Futebol que, no referido ano, não organizou, de início, o campeonato nacional. A estruturação por outros moldes promovida pelo Clube dos Treze deu origem à Copa União, torneio nacional de 1987, gerando conflitos com a principal entidade do futebol brasileiro:

Cansados de reclamar mudanças na organização dos torneios e pressionados pela suspensão do custeio das viagens, os presidentes dos times de maior torcida do país criaram o “Clube dos Treze” e decidiram impor à CBF uma forma de disputa mais enxuta e mais rentável, que incluía apenas 16 equipes e resgatava uma fórmula de competição mais simples. O Clube dos Treze surgiu, assim, com a missão autodesignada de reestruturar a organização do futebol profissional, buscando implantar diretrizes mais racionais e desbancar o autoritarismo da CBF.¹¹³⁶

A proposta de renovação das administrações dos clubes, embora não tenha surtido o efeito esperado, devido ao entendimento entre as instituições envolvidas, inaugurou um novo modelo, alicerçado na racionalização, para a configuração do esporte:

Ainda que a média de público do torneio tenha voltado a se reduzir nos anos seguintes e a venda de jogadores brasileiros para o exterior tenha se mantido

¹¹³⁴ LAMOUNIER, B. *Reformas liberais na América Latina: efeitos políticos*. São Paulo em Perspectiva, v. 12, n. 3, 1998.

¹¹³⁵ PRONI, M. *A metamorfose do futebol*. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 2000.

¹¹³⁶ PRONI, *op. cit.*, p. 160.

como prática usual (inclusive em função da conjuntura econômica, que registrava uma tendência hiperinflacionária), a partir daquele momento a profissionalização e a modernização dos departamentos que dão apoio à atividade esportiva. Antes de 1987, uma administração empresarial já vinha se instalando, de modo incipiente, em vários clubes (o São Paulo foi um dos precursores dessa tendência), ajudando a diminuir os problemas financeiros. Depois da Copa União, com a transmissão ao vivo de partidas tendo inaugurado um novo relacionamento com a televisão, o caminho do marketing tornava-se mais palpável.¹¹³⁷

Na esteira dos debates das questões consideradas mais políticas, a Lei Zico, de 1991, e a Lei Pelé, 1988, demarcam a continuidade da modernização. A primeira, referente à lógica de comercialização do futebol, ligada à introdução do marketing no campo, evidenciam a intensificação do processo a partir da tentativa de transformar os clubes em empresas – embora não tenha sido uma obrigatoriedade. A Lei Pelé, imbuída de neoliberalismo, consagrou essa transformação e impôs fim gradual ao “passe”.

A possibilidade da adoção do futebol-empresa, a partir da Lei Zico, confirmada na Lei Pelé, engloba as heterogeneidades da esfera futebolística: imbuída de tradicionalismo, que não é excluído, as categorias da modernização passam a ser incorporadas. A Lei 9.615/98, por sua vez, é marcada pelo fim da lei do passe e é por essa definição que é considerada a mais liberalizante das medidas provenientes do processo:

Quanto ao funcionamento desse mercado promissor, devemos anotar uma lacuna da nova lei: a ausência de normas para regulamentar a abertura de capital do clube-empresa e para impedir o controle acionário de vários times por um único grupo empresarial. Parece que a legislação preocupou-se mais em romper com o passado e acelerar o processo de modernização, deixando para o próprio mercado (ou melhor, para a dinâmica da concorrência estabelecida entre equipes, entre agências de marketing esportivo, federações, patrocinadores, fabricantes de material esportivo, empresas de comunicação e instituições financeiras) as decisões quanto à forma como o futebol seria capitalizado e explorado como negócio privado daí para a frente.¹¹³⁸

O diálogo com as demarcações temporais definidas para o presente trabalho – Copa União, Lei Zico e Lei Pelé – justificam-se na medida em que a racionalização do futebol, bem como suas ramificações, emerge como demanda fundamental para o melhor funcionamento do tal esporte. No entanto, as preposições para a reformulação tanto dos quadros administrativos quanto do aparato legislativo confluem para a lógica do liberalismo, na qual

¹¹³⁷ PRONI, *op. cit.*, p. 161.

¹¹³⁸ PRONI, *op. cit.*, p. 201.

os clubes angariam autonomia para suas gestões, e o mercado em torno do futebol aquece em busca de seus interesses.

A violência na Raça Rubro-Negra e a abordagem midiática

O aumento da violência das torcidas organizadas relaciona-se com o incremento do individualismo – lógica política em vigor – somado ao papel da mídia na década de 1990¹¹³⁹. Os valores de sociedade de consumo, atrelados às lógicas da juventude e à excitação produzida em situações de confronto e adrenalina são elencados como pilares da violência promovida pelas facções torcedoras. No entanto, tal discurso não é homogêneo e gera tensões conflituosas, principalmente entre torcedores organizadas e aparato midiático. De um lado, os torcedores apontam para o papel da mídia em sua criminalização; de outro, a construção do estigma da violência, onde defendeu-se, inclusive, o fim das torcidas organizadas.

A questão central da pesquisa converge para a transformação da Raça Rubro-Negra, considerada torcida “de festa” – categoria nativa – também em “de briga” nos anos 1990. Em um momento onde as torcidas organizadas demonstram um crescimento vinculado à lógica urbana permeada pelo consumo e individualismo, as questões territoriais, atravessadas pelos confrontos premeditados – o que pode ser vislumbrado pelos cantos de guerra imbuídos de violência e negação do outro -, ao mesmo tempo em que assistem sua criminalização. É importante destacar que uma das preocupações deste trabalho é compreender a Raça Rubro-Negra, torcida organizada, sem os estigmas da criminalização, embora sem descartar esse elemento como ponto fundamental da construção de sua identidade. O que se pretende aqui é analisar as narrativas, tanto da torcida quanto da mídia, a respeito das atuações da Raça – de festa ou de briga -, e perceber as referidas ênfases dada a esse agente social.

Para tanto, percebe-se na mídia, prioritariamente o jornal O Globo, vinculada à guinada da modernização, uma abordagem da facção torcedora a partir de duas perspectivas: como elemento constitutivo do espetáculo, promotora de uma festa digna de abordagem elogiosa, ao mesmo tempo em percebem um entrave à lógica mercantil, fundamentado nas práticas violentas da Raça Rubro-Negra. Sendo assim, nesse segundo viés, o discurso

¹¹³⁹ PIMENTA, CAM. *Violência entre torcidas organizadas de futebol*. São Paulo Perspec. [online]. 2000, vol.14, n.2, pp.122-128.

midiático converge a um modelo individualizante do torcer, relegando à torcida organizada o estigma da irracionalidade e até mesmo os dissociando do papel de torcedor.

A representação do discurso heterogêneo da grande mídia é de grande interesse nessa pesquisa, cujos objetivos abarcam o reconhecimento do torcer enquanto prática cultural, tendo como fonte o *Jornal dos Sports*, reconhecido também por dar espaço aos torcedores em suas colunas, além de compreender os torcedores organizados enquanto atores-produtores¹¹⁴⁰, mas também o papel desses agentes no projeto de modernização do futebol enquanto esfera racionalizada.

O torcedor fiel, característica das torcidas organizadas que, embora realizem protestos estão sempre presentes, pela matriz da modernização do futebol, passa a ser analisado pelo mercado por dois vieses: pela produção de lucro, com o auxílio e produção do espetáculo das arquibancadas, mas também enquanto consumidores potenciais, pela obtenção de ingressos e produtos do clube. Esses debates são interessantes para refletir sobre a relação do clube com os modelos de torcer, sendo cabíveis ou não de acordo com a apropriação necessário ao momento.

Embora os torcedores sejam reconhecidamente parte fundamental da lógica espetacularizada no futebol, o papel das torcidas organizadas, por muitas vezes, foi flutuante. De acordo com os debates elencados até aqui, os grupos torcedores se configuram pela fidelidade intensa ao clube, seja na presença nos jogos ou na parte do consumo dos produtos. No entanto, pode-se visualizar certa invisibilização dessa função tão cara ao futebol moderno, inferindo uma recusa aos moldes de torcer que envolve coletividade organizada.

A violência, temática relevante nos debates sobre torcidas organizadas, ganha uma nova dimensão na década de 1990, pensada no âmbito de vigência do neoliberalismo:

O conflito entre os poderes econômico e social marcou a construção do espaço urbano das grandes cidades, prevalecendo o interesse do capital e, de alguma forma, esse processo interferiu, na identidade social dos jovens que ganham expressividades através da negação do outro (enquanto ser social), da disputa e da violência prazerosa entre os rivais.¹¹⁴¹

Dessa forma, a transformação da Raça Rubro-Negra, unida à lógica da modernização do futebol, relaciona-se com a questão urbana. Ao fazer frente ao processo de explosão e

¹¹⁴⁰ HOLANDA, B. B.. *O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

¹¹⁴¹ PIMENTA, CAM. "Torcidas organizadas de futebol. Identidade e identificações, dimensões cotidianas". In: *Futbologias: Fútbol, identidad y violencia en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2003.

crescimento territorial das torcidas organizadas, atravessadas pela lógica dos confrontos premeditados, o então agrupamento pode assistir também à sua estigmatização, veiculada pela grande mídia. Em um dos cânticos entoados pela Raça, é possível reconhecer a preocupação com a disputa das regiões urbanas:

Já peguei a Força, Young-Flu, TJB /Agora eu to botando até a Mancha pra correr! / Ô alô pirão, alô alô boa visão / Sou da Raça Rubro-Negra / O terror dessa nação / Alô alô Zona Oeste, Comando Aliança / Elite, Niterói, Jacarepaguá / Centro, Zona Sul, Caxias é o terror / Tem a Raça da Baixada e Ilha do Governador / Comando Leopoldina, Pilares, Abolição / Quero ver a Raça Unida, Comando União / Ô alô pirão, alô alô boa visão / Sou da Raça Rubro-Negra / O terror dessa nação / O ataque a Força, não foi necessário / A Raça Rubro-Negra invadiu São Januário / Todo mundo sabe, todo mundo viu / Que a sede da Fúria foi a Raça que invadiu¹¹⁴²

Tal música, entoada pelos membros da Raça, apontam para a disputa das regiões do Rio de Janeiro, além da virilidade e violência como elementos para a prevalência de uma torcida organizada sobre a outra quando nomeiam as facções rivais (ligadas aos clubes rivais do Flamengo).

A identidade da torcida Raça Rubro-Negra, que outrora vinculou-se à festa, revestiu-se de elementos da violência e das disputas territoriais, sendo esta última característica privilegiada pela grande mídia. Na esteira da modernização do futebol, a mídia percebeu a potencialidade da racionalização e sua posição dentro do jogo social em questão. O conflito estabelecido aqui é elucidado por Carlos Alberto Pimenta:

O futebol se fixou como acontecimento rentável e a violência pode, sem dúvida, colocar em risco os investimentos realizados por clubes, empresas e interessados, pois negócio e violência são incompatíveis e, conseqüentemente, há um processo de ignorar quem são esses “torcedores”, bem como suas identificações e identidade produzidas no espaço do futebol.¹¹⁴³

Na parte de esportes do jornal O Globo, em 19 de julho de 1992, há uma matéria, escrita por Milton Costa Carvalho, cujo título era “O jogador número 1 do Flamengo”, evidenciando o papel fundamental da torcida rubro-negra para o clube. Na foto ilustrativa a faixa e as bandeiras da Raça Rubro-Negra aparecem, além de na construção da reportagem ser percebido o estilo de torcer, já mencionado aqui, da torcida:

¹¹⁴² RAÇA RUBRO-NEGRA. *Rap do pirão*. Disponível em < <https://www.lettras.mus.br/raca-rubro-negra/519697/>>. Acesso em: 8 de nov. 2019.

¹¹⁴³ PIMENTA, CAM. “Torcidas organizadas de futebol. Identidade e identificações, dimensões cotidianas”. In: *Futbologias: Futbol, identidad y violencia en America Latina*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2003.

Vista do campo, ou do outro lado da arquibancada, metade do estádio é um show. Em tempos de recuperação do meio ambiente, os rolos de fumaça vermelha e preta caíram em desuso. Atualmente, a nação rubro-negra valoriza movimentos em conjunto, numa coreografia de mãos erguidas em palmas ritmadas, que parecem celebrar gols, ídolos e a sua própria força. Nas finais do Campeonato Brasileiro, outra inovação: as camisas são despidas e giradas acima da cabeça, num espetáculo visual de tanto efeito que as demais torcidas, como de hábito, já começam a copiar.¹¹⁴⁴

Apesar de todo esforço do jornalista em afirmar o protagonismo da torcida do Flamengo enquanto produtora de festa no Brasil, ele o faz como um todo. Isto é, não reconhece o papel da Raça Rubro-Negra, mesmo com sua faixa exposta com seu nome, esta não é mencionada em momento algum. O mesmo ocorre no texto produzido para o jornal, por Aydano André Motta, em fevereiro de 1995, cujo título “Um Maracanã cheio e mágico” veio acompanhado de imagem centralizando a faixa escrito “Raça”, sem fazer menção à organizada no decorrer da notícia. Por outro lado, quando a violência é a tônica central, sua marca é explicitada.

Na reportagem feita por Letícia Helena, em 6 de junho de 1999, também no jornal O Globo, sobre mortes decorrentes das brigas entre torcedores, à época do Campeonato Carioca, a Raça Rubro-Negra, mesmo sem estar envolvida foi mencionada. Na reportagem a respeito do ataque às torcidas rubro-negras, na ocasião do torneio Rio-São Paulo, mais uma vez a marca da torcida é evidenciada. Ao elucidar as organizações torcedoras envolvidas no conflito, que envolveu explosão de bombas, um dos indícios de que a torcida Mancha Verde, do Palmeiras, estava envolvida, foi a queima de bandeira da Raça.

Tais fontes demonstram as opções feitas pelo jornal trabalho nesta pesquisa. Embora não se trate de escolhas deterministas com o objetivo de recusa total às torcidas organizadas, o “processo de midiaticização”¹¹⁴⁵ é o espaço no qual os discursos se engendram. De acordo com Viviane Borelli,

Os eventos esportivos, como movimentos sociais, não se limitam apenas a representar uma competição, pois refletem também características culturais, econômicas, sociais, políticas, étnicas, religiosas, etc. Assim, toma-se os acontecimentos esportivos como fatos complexos, que trazem um conjunto de dimensões das relações interculturais, onde os atores sociais não são

¹¹⁴⁴ DE CARVALHO, Milton Costa. *O jogador número 1 do Flamengo*. Jornal O Globo, 1992.

¹¹⁴⁵ HELAL, R. “Cultura e idolatria: ilusão, consumo e fantasia”. In: *Cultura e Imaginário: interpretação de filmes e pesquisa de idéias*. ROCHA, Everardo (org.), 1998.

apenas os competidores, mas a plateia, os dirigentes, as mídias, os patrocinadores, os diretores esportivos, etc.¹¹⁴⁶

Conclusão

Dessa forma, torna-se palpável reconhecer os perigos das notícias referentes à Raça Rubro-Negra, principalmente no que tange o processo de modernização do futebol. Compreende-se as tensões, bem como as funções, no campo esportivo, que é autônomo, no qual a torcida, embora reconhecida enquanto elemento que produz cultura e espetáculo, passa a ser invisibilizada como instituição coletiva em detrimento do individualismo, fruto da supressão de tais identidades que ocupam o papel ativo. A modernização do futebol, assim como os indícios da mercantilização do mesmo, afeta a percepção e a produção do discurso sobre os grupos torcedores pautadas na coletividade. Cada vez mais vinculados à violência e sem espaço de diálogo com o público, tais grupos encontram na população o estigma criminalizante sobre si, sem abordarem a complexidade do tema. E, embora sejam veiculados sob a perspectiva da irracionalidade, continuam sendo ferramenta para o incremento da festa, seja na produção nas arquibancadas, seja na criação de matérias do jornalismo esportivo.

Referências bibliográficas:

Fontes documentais

- COSTA, M.; VON KRÜGER, P. *O Pulmão da arquibancada*. Brasil. Comdomínio Filmes, Filmes do Bem, 2012.
- DA CRUZ, Lúcio. *Jornal dos Sports*, 1976.
- DE CARVALHO, Milton Costa. *O jogador número 1 do Flamengo*. *Jornal O Globo*, 1992.
- HELENA, Letícia. *Torcidas levam rivalidade para fora do estádio*. *Jornal O Globo*, 1999.
- MOTTA, Aydano André. *Um Maracanã cheio e mágico*. *Jornal O Globo*, 1995.
- RAÇA RUBRO-NEGRA. *Rap do pirão*. Disponível em < <https://www.letras.mus.br/raca-rubro-negra/519697/>>. Acesso em: 8 de nov. 2019.

¹¹⁴⁶ BORELLI, V. *Cobertura midiática de acontecimentos esportivos: uma breve revisão de estudos*. Campo Grande/MS: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação, 2001.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

Sítio eletrônica da Raça Rubro-Negra. *História*. Disponível em <<https://www.racarubronegra.com.br/hist%C3%B3ria.html>>. Acesso em: 19 de dez. 2018.

Bibliografia

BORELLI, V. *Cobertura midiática de acontecimentos esportivos: uma breve revisão de estudos*. Campo Grande/MS: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação, 2001. Disponível em <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/69091043172603617173111127019307506949.pdf>>. Acesso em: 8 de nov. 2019.

BOURDIEU, P. “Como é possível ser esportivo?” In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983, p. 136-153.

DAMO, A. *Do dom à profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França*. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2007.

GIULIANOTTI, R. “Fanáticos, seguidores, fãs e flâneurs: uma taxonomia de identidades do torcedor no futebol”. *Recorde: Revista de História do Esporte*. Vol. 5, nº 1, 2012. Disponível em <https://www.ludopedio.com.br/v2/content/uploads/204400_recordeV5N1_2012_11.pdf>. Acesso em: 8 de nov. 2019.

HELAL, R. “Cultura e idolatria: ilusão, consumo e fantasia”. In: *Cultura e Imaginário: interpretação de filmes e pesquisa de idéias*. ROCHA, Everardo (org.), 1998.

HOLANDA, B. B.. *O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

LAMOUNIER, B. *Reformas liberais na América Latina: efeitos políticos*. São Paulo em Perspectiva, v. 12, n. 3, 1998.

PIMENTA, CAM. “Torcidas organizadas de futebol: Identidade e identificações, dimensões cotidianas”. In: *Futbologias: Futbol, identidad y violencia en America Latina*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2003. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100920124116/3PI-Pimenta.pdf>>. Acesso em: 8 de nov. 2019.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

_____. *Violência entre torcidas organizadas de futebol*. São Paulo Perspec.

[online]. 2000, vol.14, n.2, pp.122-128.

PRONI, M. *A metamorfose do futebol*. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 2000.

TOLEDO, LH. *Lógicas no futebol*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2002, Col. Paidéia, 7.

Relações interprovinciais durante o segundo governo de Juan Manuel de Rosas: coerção, discurso e poder.

Juliana Sabatinelli¹¹⁴⁷

Resumo: Entre 1839 e 1852, Juan Manuel de Rosas estruturou o segundo mandato como governador de Buenos Aires através de amplos poderes, forte propaganda e censura, coerção política e violência. O objetivo era criar uma esfera de unanimidade, entendendo que esse caminho levaria as Províncias Unidas do Rio da Prata à ordem republicana, tão desejada desde a década de 1820. Se na cidade de Buenos Aires havia a presença do governo nos âmbitos público e privado, em um cenário de autonomia das províncias a relação de Rosas com os governadores encontrou formas específicas para se organizar, fazendo com que o período em que esteve como governador fosse diferente de tudo que as Províncias Unidas já haviam passado até aquele contexto. O presente trabalho pretende, então, identificar determinadas ações do aparato governamental de Rosas a partir de 1835 para com as províncias presente nas cartas aos governadores, nos jornais oficiais e nos pactos políticos vigentes, de forma a entender os caminhos escolhidos pelo líder para a consolidação de um governo conhecido como autoritário que se utilizou do discurso federal.

Palavras-chave: Política rosista, Federalismo, Coerção.

Abstract: Between 1839 and 1852, Juan Manuel de Rosas' second term as governor of Buenos Aires was defined by his use of broad powers to control the press, as well as executing censorship, political coercion and violence. His objective was to create a sense of unity, with the promise that this path would take the United Provinces of the River Plate closer to a Republican ideal, a political system that had been sought for since the 1820s. Although the presence of the government in the city of Buenos Aires was strong both in the public and private spheres, the provinces enjoyed more autonomy. Rosas reorganized the relationship with each region, so that the period in which he was governor was different from everything that the United Provinces had previously experienced with regards to the political relationship between local provinces and the central government. The present work intends to

¹¹⁴⁷ Mestranda do PPGHIS/PUC-Rio, orientada pela Prof.^a Dr.^a Maria Elisa Noronha, bolsista CAPES, e-mail: ju.sabatinelli@gmail.com

identify certain actions of Rosas' governmental apparatus from 1835 in the provinces available in the letters to the governors, in the official newspapers and in the current political pacts, in order to understand the paths chosen by the leader for the consolidation of a government that, although it used the discourse of federalism, is widely held to be authoritarian.

Keywords: Politics of Rosas, Federalism, Coercion.

O século XIX para as Províncias Unidas do Rio da Prata se constituiu como um período decisivo para a formação territorial e a organização política da região. Após o processo de independência em 1816, o que se seguiu foi uma série de governos que de diferentes maneiras procuraram estabelecer um Estado e uma Constituição, delimitar as fronteiras e organizar a nação. Dentre as tentativas que se colocaram naquele contexto, o governo de Juan Manuel de Rosas pode ser considerado um modelo autoritário, respondendo às tentativas fracassadas de organização política anteriores e firmada nos princípios do Federalismo, que durante seu governo se difundiu de maneira bastante particular. Podemos afirmar que o que se configurou entre 1829 e 1852 no Rio da Prata foi um grande acordo político que afirmou o poder das províncias e um comando pautado na violência, de forma a estabelecer elementos que mantivessem um clima de poder, ordem e estabilidade a partir da cidade de Buenos Aires.¹¹⁴⁸

A consagração de Rosas como governador da província de Buenos Aires em 1829 foi um episódio natural diante de um contexto marcado pelas disputas políticas entre unitários e federais, tanto no âmbito da cidade de Buenos Aires como nas províncias. Para seus partidários, foi sinônimo de paz e organização, desejos antigos de uma população marcada pela instabilidade política. Na prática, contou com as Faculdades Extraordinárias – medida política utilizada desde 1820 em cenários de crise que dava a capacidade do governador de tomar decisões rápidas sem consultar a Legislatura, ou seja, um poder executivo alargado – e com o apoio das camadas urbanas.

No primeiro governo, Rosas procurou estabelecer acordos políticos e econômicos internos, responder à algumas medidas do governo anterior e se aproximar dos líderes provinciais. Paralelamente, envolveu-se na Guerra Civil contra os unitários, importante

¹¹⁴⁸ TERNAVÁSIO, Marcela. **Historia de la Argentina**. 1806-1852. Buenos Aires: Editores Siglo Veintiuno, 2013, p. 162-163.

conflito que determinou a organização do mapa político das Províncias Unidas, com a maioria de líderes ligados aos princípios federais. Em 1832, Rosas foi reeleito governador de Buenos Aires diante da vitória sobre os unitários, mas renegou o cargo tendo em vista que as Faculdades Extraordinárias não lhe foram atribuídas, já que o cenário se encontrava mais estável. Desse momento até 1835, Rosas ficou afastado do cenário político portenho urbano.

A cidade de Buenos Aires, portanto, seguiu com disputas pela consolidação do federalismo dentro da Assembleia e o cenário de instabilidade permaneceu, principalmente nas ruas. Em finais de 1833, a *Revolución de los Restauradores* mobilizou setores populares e médios da cidade de Buenos Aires contra o governo da época, levando à renúncia do então governador Juan Balcarce. Na necessidade de novas eleições, Rosas foi convocado a assumir o governo, já que durante o primeiro governo, conseguiu pacificar, principalmente, a cidade de Buenos Aires. O assassinato do *caudillo* Facundo Quiroga, um de seus principais aliados, aumentou as tensões em Buenos Aires, de forma que, outra vez convocado a assumir o governo de Buenos Aires, Rosas aceitou governar sob a condição da *Suma de Poder Publico*, a soma do Executivo, Legislativo e Judiciário na condução política, a fim de garantir a paz e a ordem a partir de 1835.

Esse trabalho tem como finalidade perceber os usos do poder instituído a Rosas durante o segundo governo a fim de garantir a ordem republicana e o sistema federal de poder. Nesse momento histórico, considerado a consolidação efetiva do regime rosista e o período de mais autoridade política dos aparatos de governo, se torna interessante observar a relação de Rosas, enquanto governador da província de Buenos Aires, com as demais províncias, principalmente aquelas que, de certa forma, aderiram ao federalismo rosista. O tema se torna relevante ao perceber que durante todo contexto de Rosas no poder a institucionalidade foi mantida, porém não houve uma Constituição ou a definição de fronteiras para a organização de um Estado nacional, como comumente se nota na formação dos países na América do Sul durante o século XIX. Assim, o interesse é entender a maneira pela qual Rosas construiu a relação política com os governadores que o manteve no poder até 1852.

No segundo governo a postura rosista foi de buscar a ordem republicana e a unanimidade federal, conforme comenta Jorge Myers em "*Orden y virtud*".¹¹⁴⁹ Assim, fazer com que as províncias e a sociedade de Buenos Aires mantivessem apoio à causa federal

¹¹⁴⁹ MYERS, Jorge. **Orden y Virtud**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1995.

eram os esforços do governo, que contou com censura, símbolos, festas e demonstrações públicas de adesão ao federalismo. A ideia de consenso em Buenos Aires foi desenvolvida por meio do seguimento ao líder nos âmbitos público e privado e com a ajuda dos seguidores, associados ou não, à *Sociedad Popular Restauradora*. Nos documentos oficiais e nos jornais que se mantiveram em circulação, as expressões “*Mueran los salvajes unitarios*”, “*Viva la Federación*”, “*Viva el Restaurador de las Leyes*” reforçavam a opção federal, mexendo com o imaginário dos líderes e partidários do regime na cidade e nas províncias. Por meio das imagens, atividades políticas diárias, da linguagem e da mobilização popular, o aparato governamental trabalhou para reconstruir o cenário político e as relações sociais conforme a ideia que procurou seguir. Buscaram conscientemente romper com o passado marcado pela crise e estabelecer a base para uma nova comunidade política. Partindo deste pressuposto, a manipulação dos símbolos deu condições para a adesão ao novo regime, numa verdadeira politização dos objetos cotidianos. Os recursos utilizados não expressavam simplesmente posições políticas; eram os meios pelos quais as pessoas tornavam pública suas posições políticas, possibilitando a adesão, a oposição e a indiferença ao inimigo, que nesse caso foram os unitários, membros da facção contrária ao federalismo ou, ao longo do tempo de governo, qualquer pessoa que parecia se mostrar contrária ao governo.

Dessa maneira, a busca pelo consenso em Buenos Aires por meio da manipulação dos símbolos e politização de objetos constituíram um campo de luta política diante de uma sociedade pouco letrada em meados do século XIX. Somado a isso, a presença de grupos armados fortaleceu a busca pelo consenso no âmbito social. Registros apontam que, principalmente em 1840, a atuação de *La Mazorca* saiu da esfera governamental e partiu para o uso da força em nome da causa federal numa situação desmedida. O que começou com o fomento do próprio Rosas na eliminação dos inimigos e dos considerados inimigos, se tornou símbolo de terror e medo pelas ruas de Buenos Aires.

Para entender melhor a importância desse braço armado dentro do governo rosista, destaca-se a ideia de cidadania em armas, desenvolvida pela historiadora argentina Hilda Sabato¹¹⁵⁰. De acordo com a autora, “as milícias foram uma força militar concreta, que podiam atuar nas disputas políticas” (tradução livre), caracterizando-se como uma força personalizada que, por vezes, dispensava a institucionalidade necessária, já que a adesão e/ou

¹¹⁵⁰ SABATO, Hilda. **Milicias, ciudadanía y revolución: el ocaso de una tradición política**. Argentina, 1880. Madrid: Ayer. Revista de Historia Contemporánea, n. 70, 2008, p. 231.

fidelidade à causa armada se pautava no apadrinhamento, garantia de proteção e cidadania. A ideia de participação política por meio das armas fez com que grupos como *La Mazorca* no período rosista contribuíssem para o uso da violência como forma de manter um cenário unânime de adesão à causa do governo.

Se principalmente na cidade de Buenos Aires os recursos apresentados procuraram desenvolver o consenso à causa federal na esfera pública e privada, em um contexto de valorização da soberania provincial dentro do projeto federal, é possível observar certa *fidelidade* política, no sentido de perceber que os governadores – principalmente de Santa Fé, Entre Ríos, Corrientes, Tucumán – mantinham aproximação política, econômica, social, ideológica com Rosas.

A organização federal de certa forma oficializada com o Pacto Federal de 1831 estabelecia, *em teoria*, a soberania e independência das províncias, exceto nas relações exteriores, atrelada a Buenos Aires e confiada a Rosas. Ainda que Rosas defendesse a autonomia das províncias e em partes essa liberdade fosse respeitada, algumas cartas escritas de próprio punho refletem o modo pelo qual ele criou um poder de fato através de uma complicada rede de relações, barganhas, fofocas, intrigas e acordos que lhe permitiu certo *controle* sobre os governos provinciais até 1852. Essa postura chama a atenção diante do sistema político utilizado nesse contexto, pautado no título de “Confederação”, mas com aspectos marcadamente federais de intervenção provincial por meio de correspondências e acordos. Em 1875, Julio Irazusta comenta:

“que governante gastou mais dialética que Rosas em persuadir, para evitar se impor, aos governadores provinciais?” (tradução livre). Em seguida, ele também comenta que a habilidade dos *federales porteños* fez com que os *federales de las provincias* aceitassem o Pacto em 1831 diante de “um centralismo que haviam lutado até então”. (tradução livre)¹¹⁵¹

Em algumas correspondências destaca-se a fala de Rosas, governador de Buenos Aires, como um presidente em casos de governo republicanos, com palavras e pedidos que permitem perceber essa complicada e desigual relação interprovincial. Como exemplo, em uma carta ao senhor Estanislao Lopez, governador da província de Santa Fé, em 7 de março de 1836, Rosas comenta que as eleições dos governadores de La Rioja e Catamarca pareciam “acertadas” e que não deveriam demorar muito no reconhecimento dessas nomeações para

¹¹⁵¹ IRAZUSTA, Júlio. *Vida política de Juan Manuel de Rosas*. In: CASTAGNINO, Leonardo. **Juan Manuel de Rosas: la ley y el orden**. Buenos Aires: La Gaceta Federal, 2011, p. 89.

que fossem publicadas no diário *La Gaceta Mercantil* em Buenos Aires. Na mesma carta, Rosas reclama do extravio das correspondências e aponta certa frequência dessa situação entre os governos do interior, dos quais ele mesmo comenta que precisa aumentar notavelmente o trabalho que “já é árduo”. Tendo em vista que algumas províncias do interior possuíam certa adesão às ideias unitárias, justifica-se o aumento de trabalho do líder nesse momento. Ainda nesse medo, Rosas comenta da necessidade de eleições em Córdoba a fim de manter a causa federal. Ele entende que para pavimentar essa decisão e impor o quanto antes aos eleitores o nome do qual defende, seria preciso um artigo editorial na *Gaceta* comunicando aos habitantes da província a importância dessas eleições e a opção de um cordobês “digno do posto que ocupa” já que agiu com amor e respeito aos compatriotas e com os demais governos da república.¹¹⁵²

Ainda observando algumas cartas, em 28 de maio de 1837, Rosas escreve a Alejandro Heredia, de Tucumán, sobre o decreto do que ele chama de “guerra al Cholo”, o manifesto que o justifica e o interesse na circulação nesses documentos para fins de adesão popular. Rosas comenta ainda que “sem dúvidas” a vitória virá com dignidade, crédito e respeito e segue a carta advertindo que por trás das aspirações territoriais envolvidas no conflito, se encontram os principais dirigentes do unitarismo. O conflito no qual a carta se refere é contra o general Andrés “Cholo” Santa Cruz, autoridade governamental da Confederação Peru-Boliviana, que Rosas enfrenta entre 1837-1840 pela posse de terras ao norte. Como representante das relações exteriores das províncias, foi o próprio Rosas que declarou guerra à região e convocou os governadores em nome da causa federal. Por isso, Rosas escreve uma série de cartas para Heredia, entre maio e julho de 1837, para que o governador de Tucumán se cuide das ameaças unitárias e que seja mais entusiasmado com o espírito da Federação e da causa federal. Na carta de 16 de julho de 1837, Rosas comenta que “é de absoluta necessidade que em seus ofícios e proclamas e em todos os atos oficiais soe sempre a Federação com ânimo, procurando mencioná-la quantas vezes seja possível” (tradução livre) e mesmo que pareça algo violento, é preciso seguir porque é “diante da generalidade do Pueblo que a Federação se torna uma ideia que ocupe e mexa com o coração de quem fala” (tradução livre). Para isso, seguindo o texto, Rosas aponta para o uso de expressões como “*todo argentino federal, los buenos argentinos federales, todo patriota federal*”, porque a ausência do adjetivo

¹¹⁵² TERNAVASIO, Marcela. **Correspondencia de Juan Manuel de Rosas**. Buenos Aires: Eudeba, 2005.

federal torna a expressão “ambígua e suspeita” denotando unitarismo.

Nessa primeira análise do discurso em cartas, é possível perceber o poder das palavras empregadas por Rosas nos pedidos feitos aos governadores, num discurso firme e preocupado com a “vontade del Pueblo” pela federação. Esse discurso político caminha junto com uma persuasão implícita, fruto dos acordos políticos de Rosas com os governadores ao longo de seu governo. Nesse caso, mais do que em qualquer tipo de discurso político oficial, a relação política se constrói através do já acordado, num processo de manutenção de uma relação já ditada por pactos. Assim, ainda que a resposta dos governadores não esteja presente nessa carta ou não esteja disponível facilmente, é possível pensar que dentro da lógica do acordo político, Rosas conseguia promover discursos firmes e coercitivos em nome da Federação, certo de que a devolutiva se pautaria nos mesmos princípios. A causa federal, então, era justificativa das ordens de Rosas aos governadores.

A institucionalidade foi uma importante arma que permitiu o triunfo do governo rosista já que foi criando normas e lei que logo passariam a regular as relações interprovinciais, gerando mais resultados positivos do que com o uso da força. Dessa forma, Rosas estabelecia uma relação aproximada com os governadores, situação vista com o vocativo presente em praticamente todas as cartas: “*Mi querido amigo*”, “*Mi compatriota*”, “*Mi estimado amigo*”, mas também na defesa da independência dos governos e na lealdade ao Pacto federal sob a República.

O uso da institucionalidade também pode ser visto nos números do jornal *La Gaceta Mercantil*, principal periódico de circulação oficial no tempo de governo rosista. Publicado diariamente entre 1823 e 1852, procurou tornar público parte dos rendimentos do governo, divulgou acordos da Sala dos Representantes e contou com diversos editores, como Pedro de Angelis. Como parte da manutenção da propaganda da Federação, boa parte dos editores se preocupou em compor um editorial que tratasse dos inimigos como motivos reais de quase todos os problemas que rondava as províncias. Foi um órgão que difundiu os feitos de Rosas, um documento importante para perceber a organização do governo em termos públicos, já que foi “um dos jornais de maior circulação em Buenos Aires e nas províncias nesse tempo”.¹¹⁵³ Há poucos textos assinados realmente por Rosas, tendo em vista que boa parte dos documentos que estão publicados nos números correntes possuem a autoria dos ministros do governo. O jornal funciona como manutenção da institucionalidade justamente por tornar

¹¹⁵³ “La Gaceta Mercantil de Buenos Aires 1823-1852. Resumen de su contenido con relación a la parte americana y con especialidad á la Historia de la Republica Argentina”. Antonio Zinny, Buenos Aires, 1875.

clara parte das ações do governo, tendo em vista os informes das contas, entrada e saída do porto e outras leis destinadas à municipalidade ou às províncias, além da constante frase “*Mueran los salvajes unitarios*”, presente no cabeçalho de cada número.¹¹⁵⁴

Os textos do jornal denotam o uso de um discurso político bem construído e consistente que ajustava as relações políticas entre as províncias e Rosas, além de afirmar o federalismo em curso. É um discurso montado via exaltação da ordem política e apontamento do inimigo como culpado de boa parte dos problemas que passam os *Pueblos* naquele contexto; procuram construir legitimidade a partir de uma ideia e, com isso, gerar opinião. Tendo em vista que o aparato de imprensa durante o governo rosista foi fortemente censurado, *La Gaceta Mercantil* se tornou a principal fonte de informação para o senso comum naqueles tempos. Mesmo que outros periódicos tenham circulado – como *El Lucero* e *El Grito Argentino* – as notas oficiais vinham do jornal que contou com editores pertencentes à cúpula do governo rosista.

Tanto nas cartas quanto no discurso periódico considerado oficial é possível perceber que para além de qualquer outro tipo de discurso, o político se constrói através da soma com o já dito – a ideia que já está disseminada – com o que quer que seja reforçado. Por isso que esse tipo de discurso aparece marcado por características próprias de quem o monta, passando uma mensagem que aproxima a organização política daqueles que, no caso rosista, o leem. Há, dessa forma, um certo poder nas palavras que parecem cuidadosamente escolhidas para aprofundar a ideia do federalismo, trazendo, juntamente com os símbolos, uma esfera de consenso; deseja-se mexer com o psicológico do senso comum, mas também gerar adesão política dos governadores com palavras que expressem a manutenção do acordo feito entre eles e Rosas, num esfera de retorno conforme a *obediência* do governador.¹¹⁵⁵

Com o discurso e a institucionalidade, Rosas conseguiu criar uma esfera de poder que trouxe originalidade para as Províncias Unidas do Prata. Todos os documentos escritos e assinados por Rosas formaram e formam um corpo de doutrina política muito superior a tudo que já se havia produzido até aquelas décadas. O método utilizado pode ser observado através da construção de um núcleo de poder que estava na figura de Rosas a partir de Buenos Aires

¹¹⁵⁴ Todos os números do jornal estão presentes na Sala del Tesoro da Biblioteca Nacional Mariano Moreno, em Buenos Aires capital.

¹¹⁵⁵ FONTANA, Mónica Gacriela Zoppi; NEGRONI, María Marta García. **Análisis lingüístico y discurso político**. El poder de enunciar. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina S.A, 1992, p. 15-17; BOURDIEU, Pierre. **Qué significa hablar**. Economía de los intercambios lingüísticos. España: Ediciones Akal, 1985, p. 67.

e da aproximação das províncias por meio de laços históricos – seja o passado comum, as experiências ruins dos governos anteriores e os acordos firmados -, mas também laços políticos que promoviam uma união das províncias via federalismo. Dessa forma, a *Suma de Poder Publico*, que estendeu a atuação de Rosas até os limites provinciais, garantia a intervenção do líder em nome do pacifismo diante da existência de focos unitários no interior, porém só foi possível na prática diante da concessão dos governos provinciais em nome das relações exteriores, confiada a Rosas, e também da compensação dos benefícios que recebiam com as leis protecionistas e os lucros da aduana, ambos acordos firmados com a governabilidade de Buenos Aires. Essa relação, então, se construiu, através de uma espécie de *direto político escrito e não escrito*, equivalente a um sistema de leis constitucionais que valiam mais do que propriamente uma Constituição e que estava presente na rotina política das províncias.

Essa difícil relação das províncias com Buenos Aires fez com que após a caída de Rosas em 1852 a República Argentina encontrasse um caminho mais tortuoso diante da experiência de autonomia por meio de pactos. Tal vivência, durante anos, fez com que a questão da liberdade viesse à tona, aumentando consideravelmente os conflitos pela organização do país entre as províncias e Buenos Aires. Assim, entender o governo rosista de poder e os caminhos escolhidos para a consolidação do sistema federal de poder, é preciso ter em mente os usos do federalismo nesses tempos, numa experiência de Confederação totalmente nova para as províncias, para o Rio da Prata e para a América em si, tendo em vista os manejos do poder nesse contexto. O poder, normalmente atrelado a um Estado ou a um governo, no caso rosista repousa sobre um líder, relações políticas complicadas e acordos, fortes ou não, que mantinham uma certa ordem entre as partes. Se o poder, no século XIX, pode ser pensado a partir da figura de um líder sentado numa cadeira assinando despachos políticos importantes para o país, Rosas contribui fortemente para uma outra visão desse conceito no Rio da Prata.

Bibliografia:

CAPASSO, Verónica. *El discurso visual durante el régimen rosista: imbricaciones entre lo público político y lo privado*. La Plata: VI Jornadas de Investigación en Disciplinas Artísticas

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

y Projectuales. 2012.

DI MEGLIO, Gabriel Marco. *¡Mueran los salvajes unitarios!:* a Mazorca en tiempos de Rosas. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.

FRADKIN, Raúl Osvaldo; GELDMAN, Jorge Daniel. *Juan Manuel de Rosas: La construcción de un liderazgo político.* Buenos Aires: Edhasa, 2015.

MANSILLA, Lucio V. Rozas. “Ensayo histórico-psicológico”. Buenos Aires: La Cultura Argentina, 1925, p. 124. IN: FRADKIN, Raúl Osvaldo; GELDMAN, Jorge Daniel. *Juan Manuel de Rosas: La construcción de un liderazgo político.* Buenos Aires: Edhasa, 2015, p. 25.

GONZÁLEZ, Pilar. *Civilidad y política en los orígenes de la Nación Argentina: las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862.* 2a ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

GOLDMAM, Noemí. “Los orígenes del Federalismo rioplatense” (1820-1831). IN: *Revolución, República y Federación (1806-1852).* Buenos Aires: Sudamericana, tomo 3, p. 105-124.

LYNCH, John. *Caudillos en Hispanoamérica (1800-1850).* Madri: Editorial Mapfre, 1993.

MYERS, Jorge. *Orden y Virtud.* Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1995.

SALVATORE, Ricardo. *Fiestas Federales: representaciones de la República en la Buenos Aires rosista.* In: *Entrepasados: Revista de História,* ano VI, n. 15, 1994, p.45- 68.

TERNAVÁSIO, Marcela. *Historia de la Argentina. 1806-1852.* Buenos Aires: Editores Siglo Veintiuno, 2013.

TITTO, Ricardo J. de (comp). *El pensamiento de los federales.* Buenos Aires: El Ateneo, 2009.

ZUBIZARRETA, Ignacio. *Unitarios.* Historia de la facción política que diseñó la Argentina Moderna. Buenos Aires: Editora Sudamericana, 2014.

Pelos olhos do general: o pensamento e prática política de Nelson Werneck Sodré

Laura dos Santos Paiva¹¹⁵⁶

Resumo: O processo de desenvolvimento incrementado no governo Juscelino Kubitschek e a efervescência dos movimentos de educação e cultura popular no início dos anos 1960 levaram Nelson Werneck Sodré a crer que estava em curso a Revolução Brasileira. Procuramos esboçar a perspectiva de Sodré dos processos de democratização, e sua relação com as forças progressistas como ator político desta Revolução. Textos como *Quem é o Povo no Brasil?*, *Introdução à Revolução Brasileira* e *Coleção História Nova do Brasil* demonstram o ímpeto da ação de Sodré; a figura do general mistura-se com a do intelectual, historiador, comunista, e a de um homem que buscava, na prática, garantir a ampliação da democracia brasileira.

Palavras Chave: Revolução Brasileira, Nelson Werneck Sodré, Democracia.

Abstract: The intense development process under the Juscelino Kubitschek government and the effervescence of popular education and culture movements in the early 1960s led Nelson Werneck Sodré to believe that the Brazilian Revolution was underway. We seek to outline Nelson Werneck Sodré's perspective of democratization processes and their relationship with progressive forces as the political actor of the Revolution. Texts such as *Who are the People in Brazil?*, *Introduction to the Brazilian Revolution* and *Brazil's New History Collection* demonstrate the impetus of Sodré's action. The figure of the general blends with that of the intellectual, historian, communist and a man who sought, in practice, to secure the expansion of Brazilian democracy.

Keywords: Brazil Revolution, Nelson Werneck Sodré, Democracy.

¹¹⁵⁶ Mestranda do programa de História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: lauradossantospaiva@gmail.com. Bolsista CAPES.

Introdução

A ênfase da influência do exército na obra e vida de Nelson Werneck Sodré e a sua dupla vocação para as armas e para a pena, foram evidenciadas por pesquisadores de suas obras, que reconheciam como a teoria e prática andavam sempre juntas para Sodré, e como suas vivências e seu conhecimento geográfico estavam presentes em suas análises do Brasil.¹¹⁵⁷ O próprio autor reconhece essa dupla vocação, pois seus mais famosos livros de memória são *Memórias de um Soldado* e *Memórias de um escritor*. A década de 1960 trouxe uma mudança no papel político de Sodré, quando após perseguições políticas dentro do exército ele passou para a reserva, e pode desenvolver suas produções intelectuais e ministrar seus cursos no Instituto Superior de Estudos Brasileiros.¹¹⁵⁸

Reconhecer Nelson Werneck Sodré como um militar comunista, que acreditava na transformação social brasileira através da ampliação democrática e da Revolução, nos leva a duas questões importantes: entender que naquela época o exército era reconhecido por Sodré como um campo em disputa, em que quadros reacionários manchavam a história democrática da instituição; e lembrar dos militares que foram perseguidos, demitidos, torturados e mortos por se recusarem a participar do golpe de 1964. A memória desses militares foi trabalhada pela Comissão Nacional da Verdade, que criou um grupo de trabalho específico para estudá-los, e objeto do filme *Militares da Democracia: os militares que disseram NÃO*, de Silvio Tendler, lançado em 2014.¹¹⁵⁹ O filme traz relatos de militares que sofreram por não concordarem com a postura do exército de retirar do poder João Goulart.

O título *Pelos olhos do general: o pensamento e prática política de Nelson Werneck Sodré* propõe reconhecer o autor como um historiador preocupado com a ação e que reconhecia o seu lugar de vanguarda para o processo revolucionário que, na sua perspectiva, estava em curso. Assim a palavra *general* serve não apenas para enfatizar o cargo e a herança militar em seu pensamento, mas para analisar um intelectual imerso no *sentimento de urgência*, característico da experimentação da aceleração do tempo, que acreditava ser responsável, junto com o povo, pela transformação social de seu país.

¹¹⁵⁷ Como por exemplo o livro *Nelson Werneck Sodré Entre o Sabre e a Pena* organizado por Paulo Cunha e Fátima Cabral, e a biografia *Nelson Werneck Sodré: O general da história e da cultura* de José Paulo Netto.

¹¹⁵⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da História Nova*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986.

¹¹⁵⁹ MILITARES da Democracia: os militares que disseram NÃO. Direção de Silvio Tendler. Rio de Janeiro: Caliban Produções Cinematográficas, 2014. 1h 40 min.

As obras escolhidas, *Quem é o Povo no Brasil?*, *Introdução à Revolução Brasileira* e *Coleção História Nova do Brasil*, são diferentes caminhos de divulgação do pensamento nacionalista e democrático. A partir delas pretendemos compreender o pensamento e a prática política de Nelson Werneck Sodré na década de 1960, quando a sua experiência no exército e, principalmente, o estudo da história levaram o autor a compreender a importância não só de uma produção acadêmica engajada, mas de uma prática de vanguarda rumo ao que chamava Revolução Brasileira.

Tempos de Revolução

O problema da transposição de ideias era uma das questões que mobilizaram Nelson Werneck Sodré, que reconhecia a transplantação cultural ou imigração de ideais como dados históricos, ocasionados pelo processo de expansão europeia, e que não necessariamente significaria a submissão da intelectualidade brasileira.¹¹⁶⁰ A produção intelectual de Sodré estava permeada pelo sentimento otimista do progresso como caminho para a transformação da realidade, o desenvolvimento das forças produtivas trazendo as condições de emancipação do povo. Propomos analisar como essa perspectiva da realidade estava inserida em uma experimentação de tempo com características modernas.

A partir do trabalho de Géssica Guimarães, que mobiliza a categoria *sub-regimes de historicidade*¹¹⁶¹ para reconhecer como o Brasil vivenciou sua própria modernidade, com aspectos próprios distintos da experiência europeia, é que podemos compreender essa experiência de tempo. O projeto de modernização do Brasil, na segunda metade da década de 1950, poderia ser compreendido em dois sentidos distintos e complementares, a aceleração do tempo e o sentimento de *urgência histórica*.¹¹⁶²

A aceleração do tempo estava relacionada com o desenvolvimento da indústria, a urbanização, a formação de uma sociedade de massas, a criação de rodovias, o aumento de circulação de carros e a sensação concreta de que estavam ocorrendo transformações na

¹¹⁶⁰ CORTÊS, Norma. “História das ideias em Nelson Werneck Sodré e João Cruz da Costa: uma saga da consciência nacional”. *Caderno CRH*, Salvador, v.18, n.44, Maio/Ago. 2005, p. 231.

¹¹⁶¹ Géssica Guimarães (2017) aponta a possibilidade de “sub-regimes de historicidade” coexistindo com o regime de historicidade dominante, permitindo compreender o processo de modernização que começou a ser implementado no Brasil.

¹¹⁶² GUIMARÃES, Géssica. *Tempo Histórico como urgência: considerações sobre a experiência de tempo no Brasil de JK*. In: GUIMARÃES, Géssica. BRUNO, Leonardo; PEREZ, Rodrigo. *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica*. Rio de Janeiro: autografia, 2017. p. 160-162.

configuração das cidades. A linguagem política que era utilizada em slogans como o famoso *50 anos em 5* pode ser pensada como sintoma dessa configuração temporal. O sentimento de *urgência* estampava a necessidade de agir *aqui e agora*, pois a experimentação histórica era de que o tempo estava passando cada vez mais rápido e era necessária a superação dos problemas do passado para alcançar o desenvolvimento pleno no futuro, o chamado devir histórico. Os conceitos de nacionalismo e desenvolvimento foram largamente empregados nesse período; embora a palavra *revolução* fosse evitada por aqueles que a relacionavam com concepções políticas mais à esquerda, o processo de mudança que estava ocorrendo era relacionado a um processo revolucionário, não por acaso diversos membros da intelligentsia acreditavam que estava em curso a Revolução Brasileira.¹¹⁶³

Entre os grandes teóricos que versaram sobre a Revolução Brasileira, Nelson Werneck Sodré apontava em suas obras uma nova experiência de tempo. O engajamento de Sodré estava relacionado com essa experimentação histórica de aceleração e urgência, em diversos trabalhos enfatizava a importância da ação para não perder *o bonde da história*.¹¹⁶⁴ A partir de 1955 Sodré passou a fazer parte do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), junto de Roland Corbisier, Álvaro Vieira Pinto, Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos.¹¹⁶⁵ Caio Navarro Toledo, em sua obra *ISEB: fábrica de ideologias* evidencia a proposta dos isebianos de construir um pensamento brasileiro autêntico, através da confluência de diversas disciplinas, Sociologia, História, Política, Economia e Filosofia.¹¹⁶⁶

No início da década de 1960, o ISEB ampliaria a sua agência na política brasileira, com a orientação de Álvaro Vieira Pinto e de Nelson Werneck Sodré, participando na campanha pelo regime presidencialista e pela luta das reformas de base.¹¹⁶⁷ Após a ascensão de Goulart, o instituto transformou suas atividades, com a proposta de ampliar e popularizar o seu público. Ofereceram cursos para sindicalistas, estudantes, empresários, militares, artistas e outros grupos.¹¹⁶⁸

¹¹⁶³ Ibid. p 160-162

¹¹⁶⁴ RUFINO, Joel et all. História Nova do Brasil nº 4: Abolição; Advento da República; Florianismo. Editora Brasiliense, 1964. Introdução.

¹¹⁶⁵ FERNANDES, Neusa. "A geração ISEB". In: *História e Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: IHGBRJ Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, 2010, p. 457

¹¹⁶⁶ TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo: Ática, 1977. P. 17

¹¹⁶⁷ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; LEONZO, Nanci. *A reforma base no ensino da história pátria: o projeto da História Nova do Brasil*. Revista de História 149 (2ª), 2003, p 241.

¹¹⁶⁸ FERNANDES, Neusa. "A geração ISEB". In: *História e Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: IHGBRJ Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, 2010, p. 460

O Instituto também, abriu-se para novos quadros docentes, especialmente líderes do movimento estudantil.¹¹⁶⁹ Sodré fez do espaço privilegiado da Rua das Palmeiras um lugar de debate de ideias e construção de caminhos para a solução dos problemas nacionais, e a partir da sua máquina de escrever e da vontade de transformar a realidade brasileira nasceram as três obras que analisaremos em seguida: *Quem é o Povo no Brasil?*, *Introdução à Revolução Brasileira e História Nova do Brasil*.

Quem é o Povo no Brasil?

Publicado em 1962 pela Editora Civilização Brasileira, era um pequeno livro da coleção "Cadernos do Povo Brasileiro" que pretendia ampliar o alcance dos debates políticos que estavam sendo travados naquele contexto histórico.¹¹⁷⁰ Apesar dos diferentes autores na coleção, todos convergiam em levantar as grandes questões da década de 1960: nacionalismo, imperialismo, greve, revolução, golpe, reforma agrária, entre outros. Todos os títulos são perguntas e buscam despertar a reflexão e ação de seus leitores. A coleção era um compromisso com as classes populares, e se propunha a discutir os caminhos para uma intervenção concreta nas lutas sociais no Brasil.¹¹⁷¹

Norma Côrtes em seu artigo *História e Política em Nelson Werneck Sodré ou Quem é o Povo no Brasil?* apresenta a ligação das publicações dos *Cadernos do povo Brasileiro*, sob a coordenação de Ênio Silveira e Álvaro Vieira Pinto, com os movimentos populares de educação e cultura. Cortês defende que a inclinação democratizante dos movimentos populares, do CPC e da UNE estava presente na configuração da coleção, uma vez que propunham a emancipação intelectual do leitor comum.¹¹⁷² É possível reconhecer o compromisso com as lutas populares desde o primeiro livrinho, *Que são as Ligas Camponesas?* (1962), escrito por Francisco Julião, grande liderança das Ligas Camponesas, movimento que lutava pela transformação da sociedade brasileira através da reforma

¹¹⁶⁹ GUIMARÃES, *ibidem* p 241.

¹¹⁷⁰ CÔRTEZ, Norma. "História e política em Nelson Werneck Sodré ou Quem é o povo no Brasil?" *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, a. 172 (453): 35-106, out./dez. 2011. P. 98

¹¹⁷¹ LOVATTO, Angélica. O pensamento de Nelson Werneck Sodré nos Cadernos do povo brasileiro. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (orgs). Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena. 2 ed, São Paulo: Editora da UNESP-FAPESP, 2011

¹¹⁷² CÔRTEZ, Norma. "História e política em Nelson Werneck Sodré ou Quem é o povo no Brasil?" *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, a. 172 (453): 35-106, out./dez. 2011. P. 98

agrária.¹¹⁷³

Foram 24 livros fizeram parte da Coleção, todos numerados, sendo o trabalho de Nelson Werneck Sodré o segundo número. O livrinho busca abordar *Quem é o povo no Brasil?* para o próprio povo, ou seja, é um convite à autorreflexão e compreensão das condições históricas que levaram à formação do atual povo brasileiro. Sodré desenvolve sua teoria sobre o povo desconsiderando que esse poderia ser reconhecido apenas a partir de uma condição econômica, o povo é um conceito que se define historicamente e sua constituição é distinta para cada tempo e lugar.¹¹⁷⁴

O livro de Sodré divulgava o nacionalismo no Brasil e apresentava uma compreensão de povo não como um conceito fechado, mas como um ator político. Povo é aquele que se movimenta, que atua pela transformação da realidade nacional.¹¹⁷⁵ A proposta da coleção era levar essas discussões complexas para esse povo, a fim de instruí-lo e auxiliá-lo na transformação social, e por isso cada item da coleção é um pequeno livreto produzido em uma linguagem clara e direta.

Introdução à Revolução Brasileira

A segunda obra, intitulada “Introdução à Revolução Brasileira” foi publicada pela Civilização Brasileira, e analisaremos a segunda edição, de 1963. Nessa edição específica Nelson Werneck retira a parte sobre a História Militar, alegando que seria ampliada e colocada em um livro próprio, e introduz duas partes, a primeira *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro* e a segunda, *Quem é o Povo no Brasil?* discutido por nós anteriormente. A introdução do livro do *Cadernos do Povo Brasileiro* na obra parece demonstrar que Sodré considerava de grande relevância a reflexão sobre a constituição do povo para a compreensão do processo da Revolução Brasileira.

Nelson Werneck, na introdução de seu livro, aponta a sua definição de Revolução Brasileira:

“Como Revolução Brasileira entendemos o processo de transformação, que o nosso País atravessa, no sentido de superar as

¹¹⁷³ LOVATTO, Angélica. O pensamento de Nelson Werneck Sodré nos Cadernos do povo brasileiro. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (orgs). Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena. 2 ed, São Paulo: Editora da UNESP-FAPESP, 2011

¹¹⁷⁴ CÔRTEZ, Norma. “História e política em Nelson Werneck Sodré ou Quem é o povo no Brasil?” *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, a. 172 (453): 35-106, out./dez. 2011. P. 99, 100

¹¹⁷⁵ *Ibidem*, p. 98, 102

deficiências originadas de seu passado colonial e da ausência da revolução burguesa no seu desenvolvimento histórico. Tal processo, que se opera diante de nós, com a nossa participação, tende a superar os poderosos entraves que se antepunham, e ainda se antepõem em parte, ao desenvolvimento do país.”¹¹⁷⁶

A partir dessa citação podemos reconhecer que Sodré acreditava que a Revolução Brasileira estava em curso naquele momento, e sua missão era não só analisar o processo histórico de formação do Brasil, mas compreender como as condições históricas deveriam caminhar para o desenvolvimento pleno de tal Revolução. O autor defendia que para continuar o progresso social deste momento revolucionário, era necessário a ampliação do regime democrático e soluções aos problemas de exploração econômica das riquezas brasileiras a partir de um viés nacionalista.¹¹⁷⁷

A Revolução Brasileira deveria ser nacional-libertadora, essa visão era compartilhada entre os comunistas e outros atores progressistas na década de 1960, que estavam entusiasmados com o desenvolvimento e o progresso.¹¹⁷⁸ Contudo, a Revolução Brasileira dependia da consolidação da revolução burguesa nacional, que na perspectiva de Sodré poderia ser anti-imperialista, pois era possível confluir os interesses da burguesia brasileira e do povo, já que ambos estariam buscando o desenvolvimento econômico do país e sua independência.¹¹⁷⁹

Nelson Werneck Sodré fora muito criticado pela perspectiva *etapista* do desenvolvimento econômico. O *etapismo* era a ideia de que diversas etapas de modos de produção deveriam ser percorridas para alcançar o desenvolvimento pleno e a Revolução. Essa posição era defendida não só por Sodré, mas era a posição oficial do Partido Comunista do Brasil¹¹⁸⁰. Naquele momento o partido acreditava que o processo histórico brasileiro teria passado de uma fase feudal ou semifeudal para a democracia burguesa e o capitalismo e, a partir da teoria marxista, elaborou a união da Revolução democrático-burguesa, agrária, antifeudal junto da luta anti-imperialista.¹¹⁸¹

¹¹⁷⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à Revolução Brasileira* – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1963. Introdução.

¹¹⁷⁷ CURTIS, Regina. “A Revolução Brasileira: um diálogo entre Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado e Caio Prado Júnior”. *Canoas: Textura*, n 11, janeiro/junho 2005 p. 66

¹¹⁷⁸ VIANNA, Marly de Oliveira. *Nelson Werneck Sodré: “subvertemos a história oficial”*. Revista Novos Rumos número 42, ano 19, 2004. p. 2

¹¹⁷⁹ CURTIS, Regina. “A Revolução Brasileira: um diálogo entre Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado e Caio Prado Júnior”. *Canoas: Textura*, n 11, janeiro/junho 2005 p. 69

¹¹⁸⁰ VIANNA, *ibidem*. p. 2

¹¹⁸¹ CURTIS, *ibidem*. p. 68

Coleção História Nova do Brasil

Nelson Werneck ampliou a equipe do Departamento de História do ISEB no ano de 1963, sendo o primeiro convidado a ingressar na equipe o estudante Pedro de Alcântara Figueira, da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi). Sodré passou a precisar de mais historiadores para desempenhar as propostas do Instituto, assim não só Alcântara, mas alguns de seus colegas da FNFfi juntaram-se a ele no Departamento de História. Os convidados foram Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto, Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello e Rubem César Fernandes. Eles, junto com Nelson Werneck Sodré, escreveram a *Coleção História Nova do Brasil*.¹¹⁸²

A proposta era que a Coleção seria formada por dez pequenos livros paradidáticos, e se propunha uma revisão crítica de toda a tradicional história nacional. Os títulos dos livros da coleção: 1 - O descobrimento do Brasil; 2 - A sociedade do açúcar; 3 - As invasões holandesas; 4 - A expansão territorial; 5 - A decadência do regime colonial; 6 - A independência de 1822; 7 - Da Independência à República (evolução da economia brasileira); 8 - O sentido da Abolição; 9 - O advento da República; 10 - O significado do Florianismo.¹¹⁸³

Segundo os escritores, a maneira de ensinar a história nos colégios estava ultrapassada e não levava os seus alunos a uma reflexão crítica, apenas a decorar datas e nomes de figuras da elite. A narrativa dos livros didáticos era descontextualizada dos acontecimentos históricos, por isso já na introdução da coleção os autores apontam a importância da relação da história com o presente, e do Brasil com o mundo, como pontos principais.¹¹⁸⁴

A década de 1960 fora marcada pelo ímpeto de uma democracia participativa, por disputas políticas e pela mobilização de militantes junto a movimentos de cultura e educação popular. Os historiadores da Faculdade Nacional passaram o ano de 1963 trabalhando junto a Nelson Werneck Sodré, nos cursos, publicações e projetos do Departamento de História do ISEB. Nesse contexto, o antigo estagiário do ISEB, Roberto Pontual, propôs uma parceria entre o Conselho de Assistência ao Educando (CASES) e o ISEB para a criação da Coleção

¹¹⁸² SODRÉ, Nelson Werneck. *História da História Nova*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986.

¹¹⁸³ SODRÉ, *ibidem*,

¹¹⁸⁴ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; LEONZO, Nanci. *A reforma base no ensino da história pátria: o projeto da História Nova do Brasil*. Revista de História 149 (2ª), 2003, pp

História Nova do Brasil. O projeto era audacioso, mas os escritores estavam imbuídos do sentimento de urgência que as Reformas de Base estavam trazendo para o Brasil, sentiam que era o momento de transformação da realidade e, nesse caso, da transformação do ensino de história.¹¹⁸⁵

Escritor da História Nova, Joel Rufino dos Santos chamou o modo que eles construíram a coleção de *democratismo acadêmico*. Os livros ignoravam a posição de prestígio de Nelson Werneck Sodré, o crédito aos autores seguia a ordem alfabética. Guimarães e Leonzo enfatizam como a coleção foi feita através de um método de elaboração socializado; os autores dividiram os diferentes tempos históricos, encarregaram-se de pesquisá-los, construindo uma versão preliminar. Em seguida, todos se reuniam e debatiam o texto e as propostas a serem adicionadas. Após o debate, era construído o texto definitivo, que ainda seria lido novamente e revisado.¹¹⁸⁶

A proposta central dessa História Nova era o alargamento do campo de estudo da História, ao longo de três eixos centrais: inserir a sociedade, a economia e a cultura na história; relacionar a história do Brasil com a história mundial, compreendendo a influência da história moderna e contemporânea; e, por último, a compreensão da história até o presente. Contudo, a contribuição mais relevante da *Coleção História Nova* era que, pela primeira vez, um material didático desconstruía as grandes narrativas e fazia o povo aparecer na história.¹¹⁸⁷

Nelson Werneck Sodré, a partir de suas experiências com os historiadores da Faculdade Nacional de Filosofia pediu que não fosse mais chamado de general, mas de professor, como conta Joel Rufino dos Santos em seu livro de memórias¹¹⁸⁸. O contato de Sodré com a produção didática, voltar seus esforços para a prática da sala de aula e renovação do ensino de história, a carreira que o formou era deixada em segundo plano. Antes de general Sodré, professor Sodré.

O lançamento da coleção aconteceu no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, a partir de um curso ministrado pelos seus escritores. Em março de 1964, cinco dos livros

¹¹⁸⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da História Nova*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986.

¹¹⁸⁶ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; LEONZO, Nanci. *A reforma base no ensino da história pátria: o projeto da História Nova do Brasil*. Revista de História 149 (2ª), 2003, pp

¹¹⁸⁷ RUFINO, Joel et all. *Da Independência à República (evolução da economia brasileira) coleção história nova*. 1 ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura Divisão de Educação Extra-curricular Campanha de Assistente Ao Estudante, 1964. Introdução.

¹¹⁸⁸ SANTOS, Joel Rufino dos. *Assim foi (se me parece): livros polêmicas e alguma memória*. – Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

estavam publicados e foram enviados para professores da rede pública de ensino, para que fossem utilizados como um auxílio aos educandos para a construção de suas aulas. Para Nelson Werneck Sodré a função da coleção era, enquanto não fosse possível transformar totalmente o ensino, de levar aos professores de nível médio novas perspectivas da História, fugindo dos tradicionais livros didáticos adotados¹¹⁸⁹. Porém os esforços dos escritores da coleção e o rico e importante debate historiográfico levado pela História Nova seriam interrompidos e considerados subversivos após o golpe militar de 1964.

A herança de Sodré

A sede do Instituto Superior de Estudos Brasileiros foi destruída após o golpe de 1964 e extinto por decreto em 13 de abril¹¹⁹⁰. Nelson Werneck Sodré foi um dos militares e intelectuais perseguidos e presos pela Ditadura Militar, apesar da *Coleção História Nova* e *Quem Matou Kennedy?* entrarem na lista de livros subversivos, permaneceu escrevendo e produzindo artigos e livros capazes de denunciar o autoritarismo e buscar novos caminhos para o Brasil. Porém, a produção historiográfica de Nelson Werneck Sodré passou a ser colocada como ultrapassada e foi colocada de lado por parte da historiografia brasileira.

“Como foi decretada a morte do marxismo, então não é mais preciso ler os meus livros” – ironizou o general. Eles já tiveram prestígio e hoje não têm. Mas o marxismo está sendo recuperado em países que têm interesse em avançar no domínio científico, pois é um método extraordinário.”¹¹⁹¹

As palavras de Nelson Werneck Sodré um ano antes do seu falecimento demonstram que o autor, no fim da vida, reconhecia o apagamento que sua obra sofrera. A perspectiva socialista do intelectual e sua abordagem marxista foram atacadas por aqueles que decretaram o fim do socialismo¹¹⁹². O autor José Paulo Netto retrata uma *muralha de preconceitos* que impedia as novas gerações de se aproximarem da obra do autor. Os estigmas de *marxista mecanicista, historiador dogmático, teórico stalinista*, criou-se uma imagem de uma obra

¹¹⁸⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da História Nova*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986.

¹¹⁹⁰ Verbete O ISEB e o desenvolvimentismo. – CPDOC <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>

¹¹⁹¹ Entrevista de Nelson Werneck Sodré: Um historiador que ainda acredita no socialismo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 de março de 1998 – Prosa e Verso.

¹¹⁹² VIANNA, Marly de Oliveira. *Nelson Werneck Sodré: “subvertemos a história oficial”*. Revista Novos Rumos número 42, ano 19, 2004. p. 2

ultrapassada que não merecia atenção que impediu que os novos historiadores conhecessem as ricas contribuições de Sodré ¹¹⁹³.

A obra de Nelson Werneck Sodré não corresponde a maioria das acusações que sustentaram a muralha de preconceitos, acusado de *economicista*, o autor parte da questão econômica para as suas análises, mas não se restringe a ela, por isso produziu uma concepção de povo relacionada ao contexto histórico e marcada pela indeterminação ¹¹⁹⁴. Chamado de marxista ortodoxo de maneira positiva e pejorativa, Sodré contribuiu e desenvolveu seus trabalhos a partir da concepção marxista de história e não de um método fechado alheio à realidade nacional, pelo contrário, a materialidade era essencial para o autor. E a ideia de que sua obra é ultrapassada, como se ao estudar história fosse possível carimbar obras dignas ou não de serem apreciadas e, com o passar do tempo, elas pudessem perder a importância e pertinência.

Após a morte do autor em Itu (SP) aconteceram diversas manifestações de políticos, intelectuais e professores em prol de sua memória e da relevância de seu trabalho. Vinte anos após sua morte, diversos trabalhos sobre o autor e sua produção intelectual, dissertações, artigos e teses analisam criticamente a obra do autor sem deslegitimá-la, e grande parte das reavaliações concluem que seus possíveis equívocos não comprometeram a relevância de seu trabalho ¹¹⁹⁵.

Pesquisar e buscar contribuir para a história das ideias é reconhecer caminhos para esse tipo de prática historiográfica. Quentin Skinner em seu artigo *Significação e compreensão na história das ideias* debate os cuidados necessários para uma análise crítica e aprofundada dos intelectuais e seus escritos. Neste trabalho ele evidencia como alguns historiadores tendem a criticar a falta de debates em obras que não estavam propondo discutir sobre esses assuntos e que, muitas vezes, não tinham nem mesmo como contribuir, pois os termos desse debate não estavam a seu alcance. Skinner critica os autores que muitas vezes ignoram o rigor historiográfico e simplesmente criticam ou elogiam as obras dos autores, avaliando se eles foram capazes de pensar como pensamos atualmente. ¹¹⁹⁶

¹¹⁹³ NETTO, José Paulo. *Nelson Werneck Sodré: O general da história e da cultura*. Editora Expressão Popular, 2011. P. 10, 87,88.

¹¹⁹⁴ CÔRTEZ, Norma. "História e política em Nelson Werneck Sodré ou Quem é o povo no Brasil?" *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, a. 172 (453): 35-106, out./dez. 2011. p 105

¹¹⁹⁵ NETTO, José Paulo. *Nelson Werneck Sodré: O general da história e da cultura*. Editora Expressão Popular, 2011. P. 10, 11, 87,88.

¹¹⁹⁶ SKINNER, Quentin. *Visões da Política*. Lisboa: Difel, 2005. P. 86, 90

Ideias produzidas em um determinado momento produzem um complexo feixe de consequências, muitas delas não previstas. Para Wanderley toda produção de uma ideia é um ato social e todo ato social fica simultaneamente aquém e além das intenções de quem o realizou. Aquém porque muitas vezes não conquista o que busca, e além porque se produzem efeitos que não poderiam ser preconizados pelo autor.¹¹⁹⁷ Assim, tentar compreender a obra de Sodré sem contextualizá-la e tentar analisar a obra do autor dividindo suas contribuições entre erros e acertos seria criar mais uma vez uma muralha de preconceitos sobre seus trabalhos, emitindo opiniões sem rigor historiográfico. Cabe ressaltar a contribuição de Netto: *Deve-se ler Sodré situando-o no seu Brasil, que já não é o nosso, ainda que a nossa problemática tenha raízes no Brasil de Sodré e só possa ser compreendida a partir dele.*¹¹⁹⁸

Norma Cortês relata que seu primeiro contato com as palavras de Sodré soou como música, era o momento de enfraquecimento da ditadura e abertura democrática. Cortês relaciona a maioria das críticas à obra de Nelson Werneck com uma questão geracional entre a produção dos isebianos da década de 1950 e a dos intelectuais da USP dos anos 1970¹¹⁹⁹. Angélica Lovatto aponta que concordando ou discordando das teses de Sodré, sua importância remonta à tradição revolucionária brasileira e, ao estudar seus trabalhos – a autora pesquisou especificamente a coleção dos *Cadernos do Povo Brasileiro* – afirma que é impossível não pensar até que ponto foi a influência do autor, dentro do meio estudantil, dos militantes, dos políticos, dos trabalhadores e tantos outros que conheceram e leram seus trabalhos. Lovatto finaliza seu texto dizendo que tem *certeza que esses Cadernos passaram não só pelas mãos, como pelos corações e mentes daqueles homens e mulheres do pré-1964*¹²⁰⁰.

Considerações Finais

O presente trabalho buscou analisar criticamente o pensamento de Nelson Werneck Sodré, contextualizá-lo e apontar algumas contribuições, algumas raramente citadas, que o

¹¹⁹⁷ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *1935- Ordem burguesa e liberalismo político*. In: Coleção História e Sociedade – São Paulo: Duas Cidades, 1978, p. 34

¹¹⁹⁸ NETTO, ibidem, p 88

¹¹⁹⁹ CÔRTEZ, Norma. “História e política em Nelson Werneck Sodré ou Quem é o povo no Brasil?” *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, a. 172 (453): 35-106, out./dez. 2011. p 103

¹²⁰⁰ LOVATTO, Angélica. O pensamento de Nelson Werneck Sodré nos Cadernos do povo brasileiro. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (orgs). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. 2 ed, São Paulo: Editora da UNESP-FAPESP, 2011 p. 13

autor trouxe para a produção do saber historiográfico na década de 1960. Elencamos seis propostas de Sodré que evidenciam não só sua concepção historiográfica, mas sua prática política. São elas: 1 – O povo é aquele que se movimenta; 2 – A união da academia com os trabalhadores; 3 – a importância da democracia para a revolução; 4 – a história do tempo presente; 5 – o democratismo acadêmico e, por último; 6 – a educação como campo de disputa.

Em *Quem é o Povo no Brasil?* (1992) a ideia de que a identidade do povo é formada a partir da ação esta junto da concepção de que é necessário fazer uma história presente, os processos históricos podem ser analisados até a atualidade. A união da academia com os trabalhadores é uma contribuição que Sodré trouxe junto com o ISEB, principalmente a partir de 1960, com a proximidade deles com a UNE, CPC entre outros movimentos sociais e populares. A importância da democracia para a Revolução aparece na *Introdução à Revolução Brasileira* (1963) e, claro, a ideia da Educação como disputa e a prática do democratismo acadêmico - a formação de pensamento histórico através da produção e debates de vários historiadores – foram produto da *Coleção História Nova* (1964).

Ao apresentar novas perspectivas sobre a obra de Sodré, reafirmamos a importância da vida e obra do autor. Nelson Werneck Sodré teve sua obra silenciada primeiro pela ditadura militar, depois por disputas historiográficas e, por fim, pela crença de que a concepção marxista de história já não serviria de nada. Porém, nos dias de hoje, com o retorno do autoritarismo, o desprezo da história por negacionistas da ditadura militar, e a tentativa do silenciamento daqueles que resistiram aos tempos de chumbo, a obra de Sodré e sua busca pela libertação do povo parece cada vez mais atual. A figura do general mistura-se com a do intelectual, historiador, comunista e de um homem que buscava na prática, garantir a ampliação da democracia brasileira.

Referências Bibliográficas

Fontes Documentais:

Metalúrgicos Conhecerão a Verdadeira História - Hemeroteca Biblioteca Nacional. CDD: 928 Loc. Original: 32,2,11 n°092 – Manuscrito

Filme *Militares da Democracia: os militares que disseram NÃO* de Silvio Tendler (2014)

Entrevista de Nelson Werneck Sodré: Um historiador que ainda acredita no socialismo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 de março de 1998 – Prosa e Verso.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

Verbetes O ISEB e o desenvolvimentismo. – CPDOC

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>

Bibliografia:

CÔRTEZ, Norma. “História e política em Nelson Werneck Sodré ou Quem é o povo no Brasil?” *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, a. 172 (453): 35-106, out./dez. 2011

CORTÊS, Norma. “História das idéias em Nelson Werneck Sodré e João Cruz da Costa: uma saga da consciência nacional”. *Caderno CRH*, Salvador, v.18, n.44, Maio/Ago. 2005, p. 229-235.

CURTIS, Regina. “A Revolução Brasileira: um diálogo entre Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado e Caio Prado Júnior”. *Canoas: Textura*, n 11, janeiro/junho 2005 p. 65-72.

FERNANDES, Neusa. “A geração ISEB”. In: *História e Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: IHGBRJ Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, 2010, p. 457-461

GOÉS, Moacyr de. *Voz Ativa*. In: CUNHA, Luiz Antônio. GOÉS, Moacyr de. O Golpe na educação – Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 1985, p. 7-34.

GUIMARÃES, Géssica. *Tempo Histórico como urgência: considerações sobre a experiência de tempo no Brasil de JK*. In: GUIMARÃES, Géssica. BRUNO, Leonardo; PEREZ, Rodrigo. *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica*. Rio de Janeiro: autografia, 2017.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; LEONZO, Nanci. *A reforma base no ensino da história pátria: o projeto da História Nova do Brasil*. *Revista de História* 149 (2ª), 2003, pp 235-251

LOVATTO, Angélica. O pensamento de Nelson Werneck Sodré nos Cadernos do povo brasileiro. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (orgs). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. 2 ed, São Paulo: Editora da UNESP-FAPESP, 2011

NETTO, José Paulo. *Nelson Werneck Sodré: O general da história e da cultura*. Editora Expressão Popular, 2011.

SANTOS, Joel et all. *Da Independência à República (evolução da economia brasileira) coleção história nova*. 1 ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura Divisão de Educação Extra-curricular Campanha de Assistente Ao Estudante, 1964.

SANTOS, Joel et all. *História Nova do Brasil nº 4: Abolição; Advento da República; Florianismo*. Editora Brasiliense, 1964.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

SANTOS, Joel Rufino dos. *Assim foi (se me parece): livros polêmicas e alguma memória.* – Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *1935- Ordem burguesa e liberalismo político.* In: Coleção História e Sociedade – São Paulo: Duas Cidades, 1978, p.

SKINNER, Quentin. *Visões da Política.* Lisboa: Difel, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à Revolução Brasileira* – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1963.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da História Nova.* Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986.

TOLEDO, Caio Navarro de. “1964: O golpe contra as reformas e a democracia” in: *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v. 24, nº47, p 13-28 – 2004.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: Fábrica de Ideologias.* São Paulo: Ática, 1977.

VIANNA, Marly de Oliveira. *Nelson Werneck Sodré: “subvertemos a história oficial”.* Revista Novos Rumos número 42, ano 19, 2004.

VIANNA, Marly de Oliveira. *Nelson Werneck Sodré: o intelectual e a “História Nova”*
In: *História e Geografia Fluminense.* Rio de Janeiro: IHGBRJ Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, 2010, p. 449-456

A moda no folhetim *A emancipação da mulher*

Laura Junqueira de Mello Reis¹²⁰¹

Resumo: O objetivo desta comunicação é analisar os chamados *trajes de emancipação* através do folhetim *A Emancipação da Mulher*, de autoria de Antônio de Castro Lopes. Sua história foi publicada no periódico *A Marmota* em 1861, mas em 1852 já havia sido encenada ao público como uma peça teatral de grande sucesso. Os chamados *trajes de emancipação* norteiam a obra em todos momentos, seu vestuário consistia em vestir as mulheres com roupas utilizadas por homens, a exemplo do uso do paletó. O desejo pelo uso de 'trajes masculinos' possuía um teor significativo para os personagens femininos ao longo da narrativa. Dessa forma, ponderamos o uso do traje através de uma metodologia da história da moda e do gênero, tendo em vista que sua utilização implicava na possibilidade de uma emancipação feminina para as mulheres desta história.

Palavras chave: Mulheres; Moda; Imprensa.

Abstract: The objective of this paper is to analyze the so-called emancipation costumes through the leaflet *The Emancipation of Women*, by Antonio de Castro Lopes. His story was published in *The Marmota* in 1861, but by 1852 it had already been staged as a highly successful play. The so-called emancipation costumes guide the play throughout it, their clothes consisted of dressing women with men's clothing, for example, the use of the jacket. The desire for the use of 'male costumes' had a significant content for female characters along the narrative. Thus, we consider the use of costume through a methodology of the history of fashion and gender, considering that its use implied the possibility of a female emancipation for women of this history.

Keywords: Women; Fashion; Press.

Introdução:

¹²⁰¹Mestranda no programa de pós-graduação em história na Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: laurajunqueiramreis@gmail.com. Bolsista capes.

A moda como um objeto de estudo teve início com a chamada ‘nova história’, que surgiu na França, me meados da década de 1930 com os *Annales*. Essa nova proposta de fazer história, trazia consigo uma ampliação nos objetos de estudo e uma maior interdisciplinaridade com outras disciplinas, como antropologia e sociologia, que já consideravam a moda como um fator fundamental para compreender a construção de uma sociedade. Essa concepção adquiriu a qualidade de objeto de estudo, na medida que foi se tornando mais viável estudar o indivíduo, o social, e a cultura. Entendemos, então, o estudo da moda como muito além de uma mera frivolidade, compactuamos com a seguinte visão:

Bourdieu vê na Moda um fenômeno de suma importância para a compreensão dos complexos fios que compõem os tecidos sociais, pois suas características de normatização e regulação da vida fornecem importantes pistas sobre os caminhos por intermédio dos quais certos valores atingem de maneira hegemônica os diferentes estratos.¹²⁰²

Compactuamos com a noção de que novas concepções e visões de compreender a moda devam ser efetuadas e, em função disso, concordamos com a professora Anamélia Fontana Valentim quando ela afirma que “se torna imprescindível também promover novas formas de olhar que possibilitem um campo de visão mais significativo do ponto de vista das conexões que a moda estabelece e das permanências que sua política pode provocar.”¹²⁰³

Nesse artigo discutimos a questão da moda atrelada a de gênero. Vamos nos ater aos chamados ‘trajes de emancipação’ que foi publicado no folhetim “A Emancipação da mulher” escrito por Antônio de Castro Lopes e publicado na *Marmota* em 1861, para melhor compreendê-los vamos nos ater aos diferentes olhares lançados sob esse traje. Esse estilo de vestuário foi identificado por nós pela primeira vez durante a leitura do jornal a *Marmota* (1849-1864), periódico que estudamos durante o mestrado; posteriormente encontramos discussões a respeito deste traje no *Jornal das Senhoras* e no *Periódico dos Pobres*. Posto isto, esse artigo toma delimitação temporal a década de 1850 até 1861, período que tais folhas eram publicadas, e como local o Rio de Janeiro, então capital do império brasileiro. Esses trajes logo despertarem nossa atenção. Além da nomeação peculiar, os jornais de então tratavam ele como uma inovação no vestuário das moças brasileiras. A proposta, que foi

¹²⁰² DEBOM, Paulo. A moda como objeto do pensamento. *Revista Veredas da História*, [online], v. 9, n. 1, 2016, p. 23-47. Pág.40

¹²⁰³ VALENTIM, Anamélia Fontana. A moda e sua construção na história: em busca de perspectivas menos totalizantes. IN: BORGES, Camila; MONTELEONE, Joana; DEBON, Paulo (orgs). *A história na moda, a moda na história*. São Paulo: Alameda, 2019. P. 282.

apresentada ao país primeiramente pelo *Jornal das Senhoras*, em 1852, era um vestuário que trouxesse mais conforto para o dia a dia das mulheres. Assim, eles tratavam de coletes, no estilo dos coletes masculinos, acreditando que ao vestirem roupas ditas ‘masculinas’ chegariam mais perto de uma emancipação; cremos que essa concepção advém de uma noção baseada na ideia que: “o século XIX, sendo dominado pelo universo masculino, traduziu nas roupas um regime de autoridade, quando o prestígio era dado e reconhecido especialmente pelas calças, enquanto as saias dos vestidos, sobretudo armadas, eram, por sua vez, sinônimo de feminilidade”.¹²⁰⁴

Muito influenciada pelos periódicos franceses, a sessão de moda era quase obrigatória dos jornais dedicados ao público feminino. Conforme podemos perceber através da análise de alguns jornais, a moda brasileira na década de 50 não era um tema de interesse exclusivamente feminino, apesar da sua predominância, ela também tinha espaço dentre o público masculino. Portanto, a sessão de modas que a *Marmota* (1849-1864) publicava, por vezes, trazia artigos a respeito da moda masculina. No livro ‘Memórias das rua do Ouvidor’ Joaquim Manuel de Macedo escreveu um trecho que nos remeteu a esse interesse masculino pela moda: “...porque a moda fez furor entre os estudantes, os moços, e até alguns velhos, muito dos quais se entregavam pacientes à longa aplicação do ferro quente para se encrespem os cabelos.”¹²⁰⁵ Para as mulheres, corroboramos com o pensamento da historiadora Gilda de Mello e Souza, quando ela afirma que a moda foi um meio de expressão da individualidade da mulher.¹²⁰⁶

Assim como posto pela historiadora Maria do Carmo Teixeira Rainho:

Não há dúvida de que a face do Rio de Janeiro que se associa à difusão da moda é a da cidade por onde caminhava, como afirma Gilberto Freyre, “o pé bem calçado do burguês” e que, certamente, não se parece com os locais insalubres que em meados do século ainda assustavam os viajantes que a visitavam...

A face do Rio de Janeiro que se identificava com a difusão da moda era a da cidade que, beneficiada pela urbanização e pela europeização da vida social, permitia aos seus habitantes mais privilegiados o passeio pela rua do Ouvidor...

Se a difusão da moda estava restrita a esses espaços, é obvio que a ela não tinha acesso a grande massa da população.¹²⁰⁷

¹²⁰⁴ XIMENES, Maria Alice. *Moda e arte na reinvenção do corpo feminino do século XIX*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009. P. 48.

¹²⁰⁵ MACEDO, Joaquim Manuel. *Memórias da rua do Ouvidor*. São Paulo: Saraiva, 1963. P. 95.

¹²⁰⁶ SOUZA, Gilda de Mello. *O espírito das roupas: a moda no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

¹²⁰⁷ RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. *A cidade e a moda*. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. P. 59.

É preciso frisarmos que essa moda atingia, majoritariamente, as mulheres brancas assinantes desses jornais, que se tratavam da pequena parte da população que tinha acesso ao conhecimento da escrita e leitura.

Reforçamos que o que nosso trabalho busca analisar, não são os moldes comuns de vestidos e os tipos de sedas que mais vendiam na corte oitocentista, o que buscamos compreender, a partir da análise de artigos e folhetins no *Jornal das Senhoras*¹²⁰⁸, *A Marmota*¹²⁰⁹ e *Periódico dos Pobres*¹²¹⁰, foi como se mostrou o figurino de emancipação. Tal traje que foi publicado, pela primeira vez, no *Jornal das Senhoras* e comentado n'*A Marmota* e no *Periódico dos Pobres*. No jornal *A Marmota* ele apareceu através de um folhetim, chamado 'A Emancipação da Mulher', escrito pelo Dr. Antônio de Castro Lopes, em 1852, mas publicado na *Marmota* somente em 1861¹²¹¹. No *Periódico dos Pobres*, esse figurino foi revelado nos comentários da sessão 'conversa de priminhas'¹²¹², sessão essa que fez parte de quase todas edições do jornal.

Os jornais

A Marmota, era conhecida por seus artigos de moda¹²¹³, frequentemente distribuía moldes gratuitos para suas assinantes e recebia assinantes em razão da popularidade dessa sessão¹²¹⁴, mas apesar disso, não publicou durante o ano de 1852 comentários sobre o traje de emancipação. Somente o publicou em 1861, quando o jornal passava por uma crise financeira e estava mais aberto a qualquer tipo de publicação.

Assim como já afirmamos, esse traje apareceu pela primeira vez n'*O Jornal das Senhoras*, na sua sessão de moda. Da mesma forma que os muitos periódicos que escreviam sobre moda, esse jornal trazia em suas folhas as últimas novidades da moda de Paris. O colete de emancipação, portanto, foi uma ideia trazida dos impressos franceses. Por ter vindo como uma ideia de Paris, é possível supormos que a condição das mulheres na França, ao que tange

¹²⁰⁸ *Jornal das Senhoras* foi o primeiro periódico completamente editado e redigido por mulheres e para o público feminino. Era formado de 8 a 12 páginas, dependendo da edição e custava 160 réis.

¹²⁰⁹ Nesse período, o periódico era redigido por Francisco de Paula Brito, continha 4 páginas e custava 160 réis.

¹²¹⁰ O *Periódico dos Pobres* era redigido por A. M. Morando. Era formado por 4 páginas, e nesse período, custava 40 réis.

¹²¹¹ *A Marmota*, Rio de Janeiro, ed1305, 04 de outubro de 1861. Data do início do folhetim.

¹²¹² *O Periódico dos Pobres*, Rio de Janeiro, ed07, 22 de janeiro 1852.

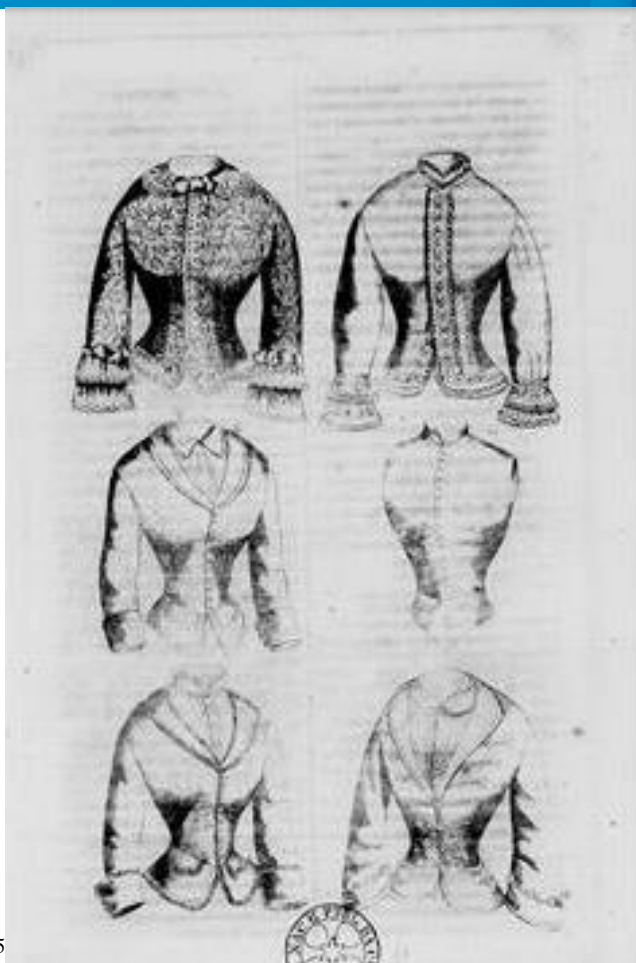
¹²¹³ Como percebemos através da sessão conversa de priminhas e os muitos comentários sobre essa sessão de modas que fazia parte do jornal.

¹²¹⁴ *A Marmota* chegou a assinar jornais franceses para ter melhor domínio do que acontecia sobre moda em Paris e poder comentar com suas leitoras.

a relação de gênero, não diferenciava muito da condição das mulheres brasileiras. Concluímos então que o fenômeno da inferioridade feminina não era exclusivo do Brasil, estava presente em diversos outros países, inclusive países europeus.

Precisamos compreender em qual contexto histórico essa ideia de ‘traje de emancipação’ surgiu. Mesmo que o modelo tenha sido uma ideia vinda da França, não chegaria tão presente e abertamente no Brasil, se nesse lado do mundo, não estivéssemos vivendo uma situação semelhante quanto aos desejos de emancipação por parte das mulheres. Consideramos importante recordarmos que na década de 50, além de ser o período em que se possibilitou uma maior participação das mulheres no ambiente público, foi também uma época em que a imprensa feminina estava crescendo. Mulheres estavam lendo, escrevendo e tornando-se colaboradoras de periódicos, reforçando que o lugar da mulher estava se modificando na sociedade brasileira da década de 1850.

Antes de analisarmos a perspectiva de olhares sobre o figurino de emancipação, é necessário mostrarmos para o leitor o que era o colete de emancipação. Para melhor entender como eram esses ‘coletes de emancipação’, e também para que as moças pudessem fazê-lo, *O Jornal das Senhoras* publicou em março de 1852 uma imagem com diversos tipos de coletes, assim as senhoras interessadas poderiam enviar os moldes para suas modistas. Segue a imagem que foi publicada na folha:



1215

Segundo a sessão de moda do *Jornal das Senhoras*:

O Colete de emancipação pois é, desde alguns meses a esta parte, o delírio e o furor das Parisienses, e o que será de todo o bendito sexo feminino, em qualquer parte que a moda se apresentar; porque esta moda, como já disse, foi dar que se apresentou com sua reputação feita pelo cunho da novidade e distinção, entre as modas atuais, que apenas tem feito alguma diferença no maior número de babados ou de folhos, cintura curta e decotada, mudanças estas que mais ou menos já foram vistas e repetidas.¹²¹⁶

Na edição seguinte, na sessão de modas, o periódico afirmou que muitas assinantes já estavam usando o ‘colete de emancipação’.¹²¹⁷

Para dimensionarmos a influência da moda francesa no Brasil, transcrevemos um trecho do livro *Memórias da rua do Ouvidor* de Joaquim Manuel de Macedo:

Rompera, enfim, a época da real e crescente celebridade *Rua do Ouvidor* pela denominação da *Moda de Paris*, essa rainha despótica que governa e floresce decretando, modificando, reformando e mudando suas leis em cada

¹²¹⁵ *Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, ed.12, 21 de março de 1852.

¹²¹⁶ *Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, ed.02, 11 de janeiro de 1852.

¹²¹⁷ *Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, ed.03, 18 de janeiro de 1852.

estação do ano, e sublimando seu governo pelo encanto da novidade, pela graça do capricho, pelas surpresas da inconstância, pelo delírio da extravagância, e até pelo absurdo, quando traz para o rígido verão do nosso Brasil as modas do inverno de Paris.¹²¹⁸

Perspectivas masculinas e femininas sobre o ‘traje de emancipação’

Para então, entendermos os olhares masculinos e femininos a respeito do ‘traje de emancipação’, começamos a analisar o folhetim publicado na *Marmota*. Devemos ter em mente, que o folhetim ‘Emancipação das mulheres’, era uma peça teatral, estreada ainda em 1852, no teatro São Pedro, e que fez muito sucesso no período em que foi encenada. Composta por diversos personagens, o tema principal era a tentativa de um casamento escondido de D. Julieta com Deolindo, onde a ‘roupa de emancipação’ estaria presente na vestimenta das convidadas. Inicialmente o folhetim nos mostrou que ambos os noivos ansiavam pela emancipação feminina.

Desde o início do folhetim, o autor já inseriu questionamentos quanto a imprensa feminina brasileira, como na cena em que D. Julieta e seu tio, Salvador, comentavam a respeito do *Jornal das Senhoras*, enquanto D. Julieta se mostrava empolgada com o jornal, seu tio afirmava que não gostava da ideia de ver mulheres tão letradas, a ponto de redigirem um periódico. D. Julieta havia enviado um artigo para o periódico e estava ansiosa para lê-lo. Em outra cena, D. Julieta conversava com a prima Carlota, sobre as suas ideias de educação para o sexo feminino e afirmava que Carlota só sofria de amor em razão do atraso que o ‘bello sexo’ brasileiro se encontrava, pois esta não considerava que poderia discutir com seu então namorado, D. Sallustio.

Toda a peça se voltava para a relação entre D. Julieta e Deolindo, seu namorado. O rapaz, recém chegado da Europa, trazia consigo ideias brilhantes a respeito da emancipação e animava D. Julieta. Eles faziam planos de se casarem, mas tinham receio que Salvador, tio de Julieta, não permitisse o casamento em razão das ideias de emancipação que Deolindo possuía. Foi então que eles decidiram, junto a prima Carlota, que D. Julieta deveria emancipar-se de seu tio, e assim poderia se casar com Deolindo, já que uma mulher emancipada não deveria dar conta a ninguém. Foi nesse momento, que os trajes de emancipação entram na história. Deolindo sugeriu que as mulheres deveriam usar os coletes

¹²¹⁸ MACEDO, Joaquim Manuel. *Memórias da rua do Ouvidor*. São Paulo: Saraiva, 1963.

de emancipação no casamento e D. Julieta comentou sobre os moldes que o *Jornal das Senhoras* havia publicado.

Os três, D. Julieta, Deolindo e Carlota, conversavam de que maneira levariam essa ideia da emancipação até o povo. Surgiram diversas ideias, como jornal e obras para os colégios, a fim de inspirarem as meninas a gostarem da emancipação. Enquanto conversavam, D. Julieta afirmou que “a emancipação das mulheres estava ligada a mil outras questões, que afetam os interesses políticos e humanitários do corpo social”¹²¹⁹ e acrescentou que além da educação, a emancipação feminina também deveria buscar a participação política das mulheres, lutando, inclusive, pela votação feminina. Foi, então, que D. Julieta propôs a criação de um clube, enquanto Deolindo propôs uma revolução popular, visando mudanças mais rápidas.

D. Sallustio, namorado de Carlota, que era capitão da Guarda Nacional, afirmou que faria qualquer coisa para deter essa ideia de emancipação das mulheres. Segundo ele, como militar, colocaria a resistência armada contra qualquer motim que a ideia da emancipação pudesse formar.

Em outra cena, D. Julieta e Deolindo resolveram que efetivamente iriam se casar e que no casamento deles, todas as mulheres estariam vestidas com os trajes de emancipação, como comentado no folhetim, com ‘roupas de homens’. Eles estavam planejando falar para todos que estivessem presente sobre o quão era necessária a emancipação feminina. Até que, nas últimas falas do folhetim, Deolindo chocou a todos, afirmando que a emancipação era uma utopia e que havia abusado do ‘sexo frágil’ apenas para se casar com D. Julieta, finalizando a peça com a fala de Deolindo:

E vós, senhoras, deponde essas armas que em vossas mãos dizem tão mal, porque mulher é flor mimosa da criação, destinada para aformosear com sua beleza o painel da humanidade e amenizar com o perfume de suas virtudes a existência terrestre.¹²²⁰

Esse folhetim ganhava as leitoras e introduzia-se no universo feminino, para ao final desanima-las quanto ao sucesso de uma possível emancipação, quando a confiança das leitoras já estava ganha.

Confessamos que o folhetim, quando lido por completo, nos causou um grande choque. Anseia-se por um fim em que a mulher irá conquistar a emancipação e que os

¹²¹⁹A *Marmota*, Rio de Janeiro, ed1310, 22 de outubro de 1861.

¹²²⁰A *Marmota*, Rio de Janeiro, ed1310, 22 de outubro de 1861.

convidados se chocariam com os trajes de emancipação, mas o que encontramos, é um personagem masculino, transmitindo o pensamento de grande parte dos homens a respeito da emancipação. Uma utopia em que as mulheres, por mais que usassem roupas ‘de homens’ para chocar e mostrar a sociedade que eram capazes de fazer e conquistar tudo que os homens tivessem, jamais chegariam lá. Entendemos que a leitura, a partir da concepção de Roger Chartier¹²²¹, é múltipla e pode ter muitas percepções a depender do leitor e do seu contexto social, mas supomos que esse folhetim tenha, de fato, chocado as leitoras. O autor demonstrou durante toda a história uma luta das mulheres, chegando até a citar o direito ao voto feminino, para que no final, o leitor chegasse à conclusão que qualquer luta nesse sentido seria vã.

Nessa história, a perspectiva masculina sobre os trajes de emancipação, nos mostrou que ele seria inútil e seu uso perderia o sentido, enquanto a emancipação das mulheres também seria, de certa forma, desnecessária. Por ser de 1852, e citar diretamente o *Jornal das Senhoras*, em várias ocasiões, acreditamos que essa peça tenha sido escrita, no sentido de confrontar esse novo jornal que estava chegando na corte e já vinha trazendo, logo na sua segunda edição, ideias como o traje de emancipação.

Enquanto no *Periódico dos Pobres*, na sessão ‘conversa de priminhas’, as senhoras comentaram sobre moda e como a moda francesa não servia para as brasileiras, pois viviam em climas diferentes, conforme já mencionamos. As senhoras acabaram discutindo então a respeito do ‘traje de emancipação’ que, segundo elas, estava sendo muito utilizado pelas mulheres de Nova York; elas decidiram então que deveriam usar esse traje, já que sempre tratavam em suas conversas sobre a emancipação feminina.¹²²²

Durante a conversa, em uma outra edição, chegaram a comentar que após os trajes de emancipação, como coletes e paletós, tornarem-se comuns no dia a dia das brasileiras, as calças também passariam a serem usadas. Enquanto algumas primas se mostravam animadas, uma delas, que discordava da emancipação feminina, afirmou que esses trajes não eram bem vistos na França, acreditamos que, de certa forma, ela esperava que a influência francesa sobreviesse sobre ‘suas primas’, e elas desistissem dos trajes que remetiam a emancipação feminina. Porém, outra prima respondeu que não se importava, visto que ela não estava em Paris.¹²²³ Inclusive, o que os jornais brasileiros nos mostram, é justamente o oposto disso. Aparentemente, os trajes de emancipação faziam sucesso entre as francesas, já que apesar do

¹²²¹CHATIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, 11 (5), 1991, p. 173-191.

¹²²²*O Periódico dos Pobres*, Rio de Janeiro, ed07, 22 de janeiro de 1852.

¹²²³*O Periódico dos Pobres*, Rio de Janeiro, ed08, 24 de janeiro de 1852.

que uma das primas afirmava, segundo o *Monitor da Moda*, o traje de emancipação estavam triunfando em Paris¹²²⁴.

Em meio a diversas publicações da conversa entre as primas, muitas delas afirmavam com veemência que o projeto de trajes de emancipação não daria certo e confirmavam seus argumentos com a constatação de que nas ruas não se viam mulheres usando tais roupas. Ainda que, algumas primas defendessem o traje, elas declaravam que ele não era próprio para baile, e sim para passeios¹²²⁵. De fato havia essa distinção entre trajes de festa e trajes para o uso no dia a dia.

Ao mesmo tempo em que primas discordavam dos trajes comentados, uma prima bradava: “veremos, você é em tudo teimosa, gosto eu dela, quero ser livre, e gozar dos mesmos privilégios do homem. Bem diz a redatora do *Jornal das Senhoras*, essa heroína que entre nós levantou o grito da emancipação”¹²²⁶. Constatamos a influência que o *Jornal das Senhoras* exercia sobre essas mulheres, e que o conteúdo que ele trazia, refletia no dia a dia das leitoras. Pode ser que as mulheres realmente não utilizassem os trajes de emancipação no Brasil, mas é fato que eles estiveram protagonizando um período da imprensa feminina oitocentista, e chegamos a supor que se não era utilizado, não era por falta de vontade de algumas mulheres, e sim pelo medo atuante do poder patriarcal na sociedade brasileira dos oitocentos.

Buscamos encontrar em outros jornais do mesmo período, e até da década de 60, já que foi nesse período que o ‘traje de emancipação’ foi publicado na *Marmota*, porém não encontramos em mais nenhum periódico a respeito desse traje. Utilizamos a ferramenta de busca do site da hemeroteca nacional da biblioteca nacional¹²²⁷, mas não obtivemos o resultado esperado.

Conclusão:

Corroborando com o pensamento da historiadora Maria do Carmo Teixeira Rainho:

Articulando o pensamento de Nobert Elias e Pierre Bourdieu a propósito da moda e seu papel no ‘processo civilizador’, temos algumas referências importantes para este trabalho.

¹²²⁴ *O Periódico dos Pobres*, Rio de Janeiro, ed15, 10 de fevereiro 1852.

¹²²⁵ *O Periódico dos Pobres*, Rio de Janeiro, ed18, 17 de fevereiro 1852.

¹²²⁶ *O Periódico dos Pobres*, Rio de Janeiro, ed14, 7 de fevereiro 1852.

¹²²⁷ <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado no dia 24/09/2019.

Essas referências permitem que se compreenda a importância de que se revestiu a moda para a ‘boa sociedade’ do Rio de Janeiro, especialmente na segunda metade do século XIX. Neste período, e dentro de um processo amplo de europeização dos costumes, a moda adquire uma função capital, tornando-se elemento caracterizador de uma sociabilidade moderna e marca de distinção social.

A europeização dos costumes foi, em linhas gerais, o processo no qual uma sociabilidade baseada na adoção de valores estrangeiros teve lugar no Rio de Janeiro, após a chegada da Corte. Nesse processo, os cuidados com a higiene, a correção dos modos, as boas maneiras à mesa e a adequação e distinção no vestir foram os elementos caracterizadores de uma etapa na qual a ‘boa sociedade’ se civilizava.¹²²⁸

Acreditando na ideia trazida por Nobeit Elias¹²²⁹, que o ser humano adquiriu um conceito de moralizador, não é estranho que a sociedade oitocentista fluminense se espantasse ao verem mulheres vestidas com roupas que eram, habitualmente, utilizadas por homens, como coletes e paletós. E acreditamos que as mulheres que instigavam o uso desses trajes sabiam do espanto que eles causariam, e que os trajes provocariam a sociedade a prestarem atenção nelas, já que aqueles trajes não cumpririam as normas vigentes preestabelecidas na sociedade.

Entendemos que a moda nos diz muito de uma sociedade e a percepção da moda através de um sujeito pode nos dizer em qual contexto e classe social ele está inserido. Considerando a fala de Deolindo, um dos personagens do folhetim publicado na *Marmota*, que “o modo de trajar influi na sociedade”¹²³⁰, concluímos então que trazer esse figurino no *Jornal das Senhoras*, um periódico dirigido e editado por mulheres, e comentar sobre ele em jornais dedicado ao público feminino, nos mostra a imprensa tendo participação nessa ideia de emancipação, mesmo que fosse para desmoralizar ela, como foi no caso do folhetim, e na fala de algumas ‘primas’ descrentes da emancipação. E para além da imprensa, nos mostra a roupa fazendo parte da ideia de emancipação feminina que se inseria na sociedade oitocentista. A roupa também era uma forma de luta.

Deduzimos que, apesar do preço dos periódicos serem relativamente baratos¹²³¹ e atingirem diversos públicos sociais, esses figurinos estavam destinados aquelas mulheres que frequentavam modistas e a rua do Ouvidor. Essa consciência ditada pela moda, de imitação dos franceses, utilização de roupas corretas, hábitos mais higiênicos e adequados, se mostrava

¹²²⁸RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. *A cidade e a moda*. Brasília: Universidade de Brasília, 2002, p.44.

¹²²⁹ELIAS, Nobeit. *O processo civilizador. Uma história dos costumes*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

¹²³⁰A *Marmota*, Rio de Janeiro, ed1310, 22 de outubro de 1861.

¹²³¹O *Periódico dos Pobres* custava, em 1852, em torno de 40 réis.

como uma forma de distinção social. Um público mais próximo ao do *Jornal das Senhoras*, do que dos outros jornais trabalhados. Isso demonstra como a moda é um espelho do social.

Os impressos e os hábitos da época, deixavam claro o que era roupa ‘de homem’ e roupa ‘de mulher’, partindo desse pressuposto, que o propósito do uso de trajes ‘masculinos’, pelas mulheres, causava espanto na sociedade. Portanto, a moda distinguia os indivíduos por classe, assim como os fazia por gênero.

Bibliografia:

BUITONI, Dulcília S. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1990.

CHATIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, 11 (5), 1991, p. 173-191.

DEBOM, Paulo. A moda como objeto do pensamento. *Revista Veredas da História*, [online], v. 9, n. 1, 2016, p. 23-47. P.40.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX: dicionário ilustrado*. 1ed.; 1 reimpressão – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

ELIAS, Nobert. O processo civilizador. Uma história dos costumes. Vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. As leitoras no Rio de Janeiro do século XIX: a difusão da literatura. *Gênero*, Niterói, v. 5, n. 2, p. 81-93, 2005.

LIMA, Joelma Varão. *O Jornal das Senhoras, um projeto pedagógico: mulher, educação, maternidade e corpo. (Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX)*. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em história da PUC – SP. São Paulo: PUC – SP, 2012.

LIPOVETSKY, Gilles. *O Império do Efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MACEDO, Joaquim Manuel. *Memórias da rua do Ouvidor*. São Paulo: Saraiva, 1963.

MONTELEONE, Joana. *O circuito das roupas: a corte, o consumo e a moda (Rio de Janeiro 1840-1889)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. *A cidade e a moda*. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

ROCHE, Daniel. *A cultura das aparências: uma história da indumentária* (séculos XVII-XVIII). São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

SOUZA, Gilda de Mello. *O espírito das roupas: a moda no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TILLY, Louise A. Gênero, história social e história das mulheres. Campinas: *Cadernos Pagu* (3) 1994: PP. 29-62.

VALENTIM, Anamélia Fontana. A moda e sua construção na história: em busca de perspectivas menos totalizantes. IN: BORGES, Camila; MONTELEONE, Joana; DEBON, Paulo (orgs). *A história na moda, a moda na história*. São Paulo: Alameda, 2019.

XIMENES, Maria Alice. *Moda e arte na reinvenção do corpo feminino do século XIX*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009. P. 48.

Fontes:

A Marmota (1849-1864);

O Periódico dos Pobres (1850-1856);

Jornal das Senhoras (1852 – 1855).

Explorar juntos: desafios contemporâneos da história em tempos de terraplanismo e outras bravatas

Leandro Rosetti de Almeida¹²³²

Resumo: Qual o papel da ciência histórica diante de movimentos que se firmam a partir da própria negação do pensamento científico? Que argumentos utilizar para convencer estes segmentos que desacreditam dos princípios mais elementares do pensamento científico? E, principalmente, como se aproximar deste público sem esbarrar com a tentação da ridicularização? Este artigo aposta no terreno fértil da história pública para lidar com as tensões da história do tempo presente no Brasil, especialmente as referentes à ditadura civil-militar, suas dores e seus traumas na sociedade brasileira contemporânea.

Palavras-chave: História Pública, ditadura civil-militar, terraplanismo

Abstract: What is the role of historical science in the face of movements that are based on the very negation of scientific thought? What arguments should we use to convince these segments which discredit the most elementary principles of scientific thought? And, above all, how to approach this audience without bumping into the temptation to ridicule? This paper focuses on the fertile ground of Public History to deal with the tensions of present times history in Brazil, especially those concerning the civil-military dictatorship, its pains and its traumas in contemporary Brazilian society.

Keywords: Public History, civil-military dictatorship, flat-Earthism

Qual o papel da ciência histórica diante de movimentos que se firmam a partir da própria negação do pensamento científico? Que argumentos utilizar para convencer estes segmentos que desacreditam dos princípios mais elementares do pensamento científico? E,

1232 Mestre em Ensino de História (UERJ) e aluno de doutorado do Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

principalmente, como se aproximar deste público sem esbarrar com a tentação da ridicularização?

Muitos são os segmentos que, no tempo presente, protagonizam narrativas que buscam colocar a ciência em descrédito enquanto categoria de conhecimento válido para explicar o mundo. Um desses movimentos tem angariado um crescente número de adeptos: o terraplanismo. A plataforma Netflix lançou, em fevereiro de 2019, um documentário acerca desta curiosa e autoproclamada “teoria”. Em *A Terra é Plana* (no original, *Behind the curve*), o diretor Daniel J. Clark explora o universo do terraplanismo, evidenciando seus líderes, no que acreditam, e como surgem seus fundamentos e também as suas muitas disputas. Em matéria publicada em 10 de fevereiro de 2019 em *O Globo*, o diretor esclarece:

A grande questão que nos perguntam no filme é “por que eles acreditam nisso”? A resposta varia, mas as pessoas se sentem muito atraídas pela ideia de que estão sendo enganadas e de que a percepção de que elas têm do mundo é mais acurada do que algo que outra pessoa possa dizer a elas. Quando você pensa que a Terra é plana, tudo é mais simples – explica ele [o diretor do documentário], que vê nos terraplanistas um ponto em comum: o endosso a outras teorias conspiratórias, desde o clássico boato de que o homem jamais pisou na Lua às *fake news* de que o 11 de setembro e outras tragédias nos Estados Unidos foram armadas pelo governo.¹²³³

A primeira peculiaridade a se considerar, com base na declaração do diretor, é que é possível assistir a uma certa identidade entre os terraplanistas sendo forjada a partir da ideia da ameaça representada por uma ciência conspiratória e potencialmente ludibriadora. Uma das dimensões exploradas no documentário é a criação desta identidade entre esses sujeitos a partir de tal crença partilhada. Este sentimento de pertencimentos e dá, especialmente, a partir do compartilhamento de ideias via redes sociais, plataformas de vídeos e conferências. O que esses sujeitos são, no presente, decorrem, em grande medida, da interação social em que estão envolvidos. Esta identidade diz o que os sujeitos são e, mais que isso, como o mundo é lido a partir desta identidade. Não há espaço para a ciência, pois ela vai de encontro ao que estes sujeitos são, atualmente, isto é, a ciência entra em choque com suas identidades. Poder-se-ia dizer que essas próprias identidades são forjadas no momento mesmo em que se colocam como contrárias à ciência.

Educadores, psicólogos e linguistas são convidados, aqui neste estudo, a contribuir nesse jogo de subjetividades, identidades e linguagem. O pensamento vygotskyano é bastante

1233 BARROS, 2019

preciso neste caso. Ao contrário de seu colega francês Jean Piaget, para quem o pensamento dos sujeitos precederia a linguagem, Lev Vygotsky defende que a linguagem é anterior ao pensamento. Isto é, o que é anunciado forma e conforma o pensamento do indivíduo. Mikhail Bakhtin compartilha dos pensamentos de seu colega soviético, ressaltando que a dinâmica social interage com a trajetória do indivíduo. Assim, atuando sobre o sujeito, a linguagem também provocaria e transformaria o social.

E o que os teóricos da linguagem têm a ver com terraplanistas, ditadura e ensino de história? Bem, em primeiro lugar, a questão da linguagem é central no movimento da Terra Plana. Ao evocarem um inimigo comum – a ciência – e compartilharem essa crença entre seus adeptos, uma nova identidade se constrói. Não se trata, pois, de uma teoria que simplesmente surge como produto da reflexão de um ou dois idealistas. Não se trata de um argumento que brota após os questionamentos de um sujeito apenas. O terraplanismo se cria justamente quando diz no que acredita. O ato de dizer, de proclamar, de anunciar, molda a crença do terraplanismo, sendo este ato, inclusive, o motivo das próprias dissensões do movimento. A simples existência da ciência atenta contra a crença terraplanista, porque ela é vista como sendo um plano de dominação secretamente arquitetado por organizações maquiavelicamente manipuladoras. Assim, crer na ciência significaria renunciar a própria identidade. E, assim, perder o seu lugar no mundo. Portanto, o movimento – por mais absurdo que possa parecer aos cientistas – precisa ser entendido como algo que garante sentido à vida de seus adeptos. Está profundamente ligado aos laços de identidade que os une e à linguagem que anuncia esta mesma identidade.

Explorar juntos

Aos setenta e dois minutos do referido documentário, o pesquisador e professor de física Lamar Glover, propõe:

Conspiracionistas, terraplanistas, anti-vacinação... quando deixamos pessoas para trás, mentes inteligentes perdem a voz e se estagnam. São cientistas em potencial que deram errado. A inquisitividade natural e rejeição das normas seriam benéficas para a ciência, se tivessem conhecimento [...]. Os terraplanistas não devem ser desprezados, e sim tratados como cientistas em potencial. Alguém que se desviou. Nós, como embaixadores da ciência, devemos ser melhores. Cientistas com graus diferentes de profissionalismo, pensem em serem mentores de pessoas que venham de lugares não tradicionais para a ciência.

Psicólogo e escritor, Espen Stoknes endossa o pensamento de Glover, apostando num caminho didático de resolução de conflitos:

Vamos usar a metáfora de que a discussão é a guerra. Um lado vence, o outro perde. Se meu oponente se acha melhor do que eu, eu não tolero isso. Então eu não ouço o que ele diz. Enquanto ele fala, eu já estou planejando meu contra-ataque. Outra maneira de pensar é: “Vamos explorar juntos”, e essa exploração juntos nos leva a um lugar que não é a briga.

O lugar aonde Stoknes pretende chegar com seu argumento didático – ou seja, “um lugar que não é a briga” – aproxima-se do caminho que tem sido trilhado no âmbito da ciência histórica, principalmente com o surgimento do campo da história pública. Um lugar que não é a briga – a disputa atroz, o duelo infértil – pode ser um lugar de “conciliação”¹²³⁴. Conciliação aqui entendida etimologicamente como o resultado profícuo de um diálogo entre pessoas, ou o ato de entrar em diálogo com, e não com o sentido de compactuação e/ou de cumplicidade. Nesse sentido, a ciência histórica tem entendido a importância de buscar um diálogo com um tal público que, até pouco tempo, seguia sua jornada separadamente dos círculos historiográficos – os quais, na melhor das hipóteses, elegia-o como objeto de estudo. Não como sujeito.

Em um artigo publicado na Revista Brasileira de História, Jurandir Malerba (2016) percorre um caminho interessante de análise sobre como os historiadores têm lidado com o seu público. Examinando um artigo de Jonathan Rose, em que este tentava explicar como vários intelectuais, ao longo das gerações, tentavam discernir como mensagens ideológicas dos livros chegavam aos seus respectivos leitores, Malerba destaca que as explicações de Rose estavam todas elas atravessadas pelo que chamou de “falácia da recepção”, ou seja, “o crítico admite que o que quer que o autor coloque em seu texto (...) será sempre a mensagem que o leitor comum recebe, sem estudar as respostas de qualquer outro leitor real que não o próprio crítico”¹²³⁵. Se admitirmos que os críticos possam ser os pares para quem os historiadores têm escrito seus livros, artigos e ensaios, é convidativo pensar que o leitor

¹²³⁴ É imprescindível que a ideia de conciliação proposta aqui não seja lida a partir do olhar de cumplicidade e pactuação. Caso contrário, pode-se dar a entender que o que está a defender-se é o acordo harmônico diante de episódios e processos injustos, desumanos, dolorosos e traumáticos ocorridos na história. O argumento aqui proposto não pactua com a ideia de conciliar o inconciliável. A aposta aqui está concentrada na ideia de consideração das vozes não hegemônicas no campo científico, especialmente as vozes que emanam do senso comum, da sociedade leiga, que são vozes que constituem os sujeitos que ocupam múltiplos lugares no espectro social. Sujeitos que possuem identidades e que decidem, dali, os rumos de um país, por exemplo. Reforço: não se trata de aceitar o inaceitável; mas de ouvir o que as pessoas têm a dizer. E só é possível ouvir quando a escuta se constitui como valor. Nisto reside o sentido da palavra *conciliação* aqui proposto.

¹²³⁵ MALERBA, 2017, p.138

comum não tem sido convidado a ser partícipe do processo de construção do conhecimento histórico. E se – suponhamos – a produção historiográfica em questão seja a escrita dos livros didáticos de história, convém questionar: quem seria o leitor real dessas obras? Como as mensagens desses manuais têm sido lidas por esse leitor? O que se escreve nesses livros é, de fato, o que este leitor lê? E quando trazemos à tona o ensino da ditadura civil-militar, como o ensino de história dialoga com a experiência desse público, com as vivências locais, com as memórias de seus familiares? Tais questionamentos dialogam com as inquietações que têm movimentado o campo da chamada história pública. Ricardo Santhiago (2016) também aposta na história pública como uma importante área de estudo que visa se aproximar (reconciliar, talvez) a história com seu público. Ele defende:

[...] a história pública como uma área de estudo e ação com quatro engajamentos fundamentais, passíveis de entrecruzamento: a história feita *para* o público (que prioriza a ampliação de audiências); a história feita *com* o público (uma história colaborativa, na qual a ideia de “autoridade compartilhada” é central); a história feita *pelo* público (que incorpora formas não institucionais de história e memória); e *história e público* (que abarcaria a reflexividade e a autorreflexividade do campo)¹²³⁶.

Fazer história pública é fazer história do público e/ou para o público e/ou com o público e/ou sobre o que é público. Trata-se de, à moda brechtiana, trazer para o centro do espetáculo teatral, como atores, aqueles que, não há muito, eram concebidos apenas como plateia¹²³⁷. Isto quando não eram impedidos de adentrar o sacro recinto da haute culture da historiografia. Não é ser condescendente com as visões que este público traz sobre o passado, nem absorver como verdade inequívoca os testemunhos daqueles que viram a história passar. A história não pode ser traída pela memória. Clio continua sendo a filha de Mnemósine. Embora intimamente relacionadas, a musa e a deusa são seres distintos e com personalidades não raramente conflitantes. O que se quer dizer é que, como filha da memória, a história não pode simplesmente abdicar de sua ancestral no afã de se afirmar enquanto conhecimento científico. Não mais.

É dessa maneira que a história pública é terreno fértil para a lida com o passado recente do Brasil, notadamente aquele referente às décadas da ditadura civil-militar. Tomando

1236 SANTHIAGO, 2016, p. 28

1237 Referência à guinada artística promovida pelo poeta e dramaturgo alemão Bertolt Brecht no início do século XX e o seu teatro épico. A marcada da cena brechtiana era a quebra da chamada quarta parede, o que quer dizer, de um lado, a possibilidade de trazer a plateia para a cena – evidenciando mais a intenção de representação e menos a intenção de realidade – e, de outro lado, o estranhamento do próprio ator, que já não mais se identifica com o personagem, mas afasta-se dele, buscando se identificar com a audiência que o assiste.

consciência da existência/permanência de memórias positivas em relação àquele regime, a postura mais produtiva talvez seja apostar no enfrentamento parcimonioso dessa realidade. Por que a parcimônia? Ora, a resposta é tão simples quanto complexa. Porque o enfrentamento belicoso e o combate ostensivo ao conhecimento não-científico sobre o passado simplesmente são inócuos. Quem acredita na Terra plana não se convencerá de sua esfericidade tão somente pelos argumentos científicos energicamente defendidos por um cientista altamente gabaritado. Da mesma forma, de nada serve ao historiador comprometido com aquele propósito simplesmente combater com sua muito bem elaborada tese a visão de que determinado passado foi de uma maneira e não de outra. Isso vale especialmente para os estudos sobre a ditadura civil-militar no Brasil. O público que a defende, nos dias de hoje, não cederá à cientificidade do conhecimento histórico se a postura dos historiadores for a da ridicularização e/ou da invisibilização. É possível que estes jamais deixem de pensar da forma como pensam, e isto não dependerá de qualquer postura dos historiadores profissionais. Entretanto, é possível e necessário agir para que o conhecimento historiográfico comprometido, cientificamente respaldado, conquiste potência junto ao público que, tal como no teatro pré-brechtiano, assistia passivamente a realidade encenada. Se não for possível convencer terraplanistas, é preciso seduzir aqueles que ainda não o são. E isso só é possível se se considerar a existência desse público. Não obstante considera-la, é preciso fazer com que essa existência se dê em conjunto com a pesquisa científica. Ou, o que afirmava Stoknes no documentário aqui discutido, “Vamos explorar juntos”.

O historiador Michael Frisch (2016) traduziu esse “explorar juntos” ao discorrer sobre os desafios da história diante das contingências da contemporaneidade, do mundo digital e das possibilidades metodológicas que tentam acompanhar o ritmo acelerado da leitura de mundo. Ele compara os verbos explorar e buscar, enxergando mais potência no primeiro porque “sugere uma imaginação espacial não linear, em vez de linear e dirigida: pode-se habitar um espaço que está sendo explorado em vez de simplesmente forjar um caminho estreito através dele”¹²³⁸. O juntos, por sua vez, tem muito que ver com o conceito de autoridade compartilhada, criado pelo historiador, segundo o qual “nós não somos a única autoridade, os únicos intérpretes, os únicos autores-historiadores” – e prossegue – “o processo de interpretação e de construção de significados é, por definição, compartilhado”¹²³⁹. Para o autor, o diálogo entre expertise e experiência deve orientar aqueles que partilham do conceito

1238 FRISCH, 2016, p. 66

1239 Idem, p. 62

de autoridade compartilhada. Nesse diálogo é possível criar um terreno saudável, onde autoridade e autoria se confundem, se mesclam e se completam. Everardo Paiva de Andrade e Nívea Andrade também parecem concordar:

E se (...) a História Pública proporcionasse, de fato, a oportunidade de um diálogo verdadeiro em que a História tanto fala quanto escuta, permitindo também que falem outros sujeitos e outas práticas? Que vozes estariam particularmente habilitadas a falar nessa relação entre História Pública e Educação?¹²⁴⁰

Verdades contingentes

No caso da ditadura civil-militar, as memórias que negam a tortura ou que, na melhor das hipóteses, defendem que os métodos cruéis a que foram submetidas centenas de pessoas nas décadas daquele regime foram aplicadas porque elas mereciam – porque “bandidas”, “delinquentes”, “assaltantes” etc. – entram naquele escopo de narrativas que fogem ao tipo de verdade que a história almeja como norteadora de suas utopias. Entretanto, essas verdades não-históricas, alimentadas pela memória de determinados grupos conservadores e pelo testemunho individual, não deixam de ser “verdades” que dão sentido à vida dessas pessoas assim como pertencer à sociedade terraplanista dá sentido à vida dos adeptos deste pensamento.

É por isso – porque esses sentidos se dão na concretude da vida real das pessoas que, com base nessas prerrogativas, projetam um ideal de cidade, de estado, de país – que é urgente à historiografia se debruçar sobre a memória da ditadura civil-militar. Essa é uma tarefa árdua que precisa ser enfrentada pelos historiadores públicos, especificamente, mas por toda a historiografia, em sentido mais amplo. E aqui, no campo da história pública, é preciso que o ensino de história se posicione diante das discussões desse campo. Não é possível se debruçar sobre a memória da ditadura sem se debruçar sobre como as salas de aula têm ensinado sobre este período desde que ele foi extinto em meados da década de 1980.

Alguns questionamentos são pertinentes e necessários. Um dos principais é saber se a sociedade civil tem sido contemplada no ensino da ditadura. Isto é, se o papel dos diversos agentes que compõem a sociedade civil é trazido à baila pelas professoras e pelos professores de história. Alguns pesquisadores dirão que não; que o ensino da ditadura tem se concentrado

1240 ANDRADE; ANDRADE, 2016, p.178

na sequência de governos, nas ações repressoras e nas ações de resistência cultural e/ou armada. Outro questionamento – decorrente do primeiro – é se o modelo que aposta no binômio repressão x resistência é suficiente para explicar os vinte e um anos daquele regime. Este estudo aposta que não. Entre um e outro pólo, um espectro enorme do tecido social tem acumulado experiências diversas que não necessariamente passam nem pelo MR-8 e nem pelo papel do torturador. Não se deve esperar que todas as pessoas – porque a ditadura acabou – automaticamente assumam o papel de condenação do que o regime significou principalmente para quem sofreu suas piores consequências. Outros sentidos precisam ser minimamente examinados. Por exemplo, o significado da carreira militar em regiões como a Baixada Fluminense. É inegável que, ainda hoje, ser militar representa para uma expressiva parcela dessa população uma oportunidade de ascensão social.

Se, por um lado, a possibilidade de trilhar uma carreira militar constitui parte significativa do horizonte de expectativa¹²⁴¹ dos sujeitos periféricos que compõem, por exemplo, a Baixada Fluminense, por outro lado, não é mais possível negar o papel de cumplicidade de parte significativa – no – dos meios de comunicação midiáticos em relação a, no plano mais otimista, a atenuação ou ao amansamento do significado concreto da ditadura sobre a vida política do país e sobre a vida daqueles e daquelas diretamente atingidos por ela. Em certo editorial de um dos mais importantes jornais do país, a ditadura era reduzida à corruptela “ditabranda”, pois

(...) se as chamadas ‘ditabrandas’ - caso do Brasil entre 1964 e 1985 - partiam de uma ruptura institucional e depois preservavam ou instituíam formas controladas de disputa política e acesso à Justiça -, o novo autoritarismo latino-americano, inaugurado por Alberto Fujimori no Peru, faz o caminho inverso.¹²⁴²

O referido trecho pertence a um editorial de 2009, e poderia ser considerado uma exceção, não fosse a constante atuação da imprensa escrita – isso se ignorada a atuação da mídia televisiva – empenhada em atuar, durante toda a década anterior, os anos 1990, na promoção de um certo pânico social orquestrado a partir da produção de um presente caótico e violento. Se o editorial de 2009 reforça o argumento sobre o papel da imprensa como articuladora e difusora de uma visão conservadora sobre a ditadura, outras matérias contribuem para o entendimento de que a atuação dos grandes veículos de comunicação ao

1241 KOSELLECK, 2006

1242 Ver: Limites a Chávez. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 17 fev. 2009. Editorial. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1702200901.htm>. Acesso em: 01 ago. 2019

longo de toda a década de 1990 foi fundamental para se forjar um presente absolutamente descredenciado e negativo em relação a um passado que se queria mais organizado, encaixado e seguro (recorrentemente, o passado ditatorial). O passado ordeiro (ditatorial, mas não dito enquanto tal) se forja a partir de uma imagem profundamente negativa sobre o presente através de narrativas que se retroalimentam pela violência urbana ali mesmo anunciada, transformando em acontecimento os fatos que ocorriam, por exemplo, nas praias cariocas. Em 28 de outubro de 1991, O Globo assim anunciava ao seu público em manchete: “Ratos de praia fazem arrastão e trocam tiros em Ipanema”. Em 19 de outubro de 1992, o mesmo periódico noticiava em matéria de capa: “Arrastões levam terror às praias. Bandos roubam e agridem na Zona Sul do Rio”.¹²⁴³ A produção de sentido em torno dos “arrastões” ajudou a construir uma certa imagem de um Rio de Janeiro que precisava ser ordenado, controlado e punido. Criou-se um enorme lastro de carência de uma verdadeira “disciplina” na cidade. Um lastro que permitiu aos cariocas receber (com alguma resistência, é verdade, mas inegavelmente com ampla aceitação) intervenções militares que alimentavam a ideia de que a solução para o caos social haveria de passar pelas Forças Armadas.

Assim, não se deve ver com estranheza que a intervenção federal ocorrida no ano de 2018 no Rio tenha sido abordada de maneira positiva, e até desejada, por esta mesma imprensa. Não é um fato isolado. O desejo por ordem diante de uma desordem social “incontrolável” possui lastro. A raiz deste lastro certamente está atrelada a uma certa concepção de passado de onde é oferecido o exemplo a ser copiado: a ditadura. Seria leviano dizer que a história simplesmente se repete. As continuidades, é fato, marcarão o período recentíssimo da história do país – a ameaça “comunista”, por exemplo – mas as novas contingências também atuarão no sentido de trazer uma realidade desconhecida e, por isso mesmo, perigosa. O Brasil do novo século traria uma fluidez muito maior do que as certezas ligadas a certo muro de Berlim, à rivalidade entre os ianques e os vermelhos. E se a fluidez – com suas muitas verdades possíveis – constitui uma ameaça, é preciso transformar a ameaça em aliada. Assim, se outras verdades são possíveis (outras identidades, outras culturas, outras expressões), por que não uma verdade que não aquela proposta pela historiografia para explicar a ditadura? Por que não a verdade dos conservadores? A verdade da imprensa dos anos 1990, que por anos replicou a imagem de um presente desacreditado e sem perspectiva de melhoria. Por que a verdade científica, se a verdade bíblica do domo sobre a Terra plana

1243 Ver: Nos anos 90, arrastões nas praias da Zona Sul do Rio levaram pânico aos banhistas. *O Globo*. Rio de Janeiro, 21 nov. 2013. Acervo. Disponível em: <https://glo.bo/2Zi612o>. Acesso em: 22 ago. 2019.

explica de modo mais eficaz a conspiração mundial em relação aos que resistem à devassidão do mundo?

Um mundo de ponta à cabeça

Poder-se-ia dizer que esta busca de sentido que forja “verdades” as quais, muitas vezes, atentam contra a verdade-bússola que orienta a historiografia, tem se dado em um contexto de descrença no mundo tal como ele é ou como ele tem sido [transformado]. Esta desconfiança da qual a própria ciência é alvo é fruto de um deslocamento, de um desajuste, vivido por sujeitos que projetaram para o mundo as suas expectativas, com base em suas experiências, e as respostas que o mundo lhes tem oferecido, não condizentes com o que esperavam. É como se o mundo, tal como era conhecido por estes sujeitos, houvesse ruído. Sem chão, sem norte, a solução é orientar-se pelo que há de mais concreto para si e mais conhecido – o passado, que se inventa através das memórias, que se forja através das lembranças – em diálogo necessário com as carências do tempo presente. Assim, o passado ganha estatuto de verdade, respaldado pela experiência, pelo testemunho e pela memória.

E que mundo é esse que desmoronou? Longe de querer verticalizar uma discussão sobre o conceito de pós-modernidade, é inevitável trazer à discussão as transformações que afetaram econômica, social, política e culturalmente o mundo ocidental. Da pílula anticoncepcional às cotas raciais nas universidades, das ondas feministas ao advento da Aids, da queda do Muro de Berlim ao casamento igualitário, do 11 de setembro à revolução tecnológica, o mundo simplesmente se transformou, e para muitos, virou de ponta à cabeça. Não é de todo surpreendente que, em pleno século XXI, a plataforma de segurança para determinados grupos não seja a ciência, mas o mundo que a precedeu. Eis o terraplanismo! Não por acaso os discursos sobre a Terra plana sejam atravessados por conspirações megalomaniacas, mas, sobretudo, por um fortíssimo apelo religioso, de fundo judaico-cristão.

A própria imagem da Terra plana, coberta por um domo, é uma referência sedimentada em passagens bíblicas veterotestamentárias que aludem à visão de mundo do povo hebreu. Para além disso, o mundo que está “de ponta à cabeça” assiste ao surgimento de novas identidades e novos arranjos sociais e econômicos que, sem precedentes, ampliam questões como justiça social, liberdade e direito à felicidade: a organização do movimento LGBTQIA, o empoderamento de mulheres negras, programas sociais como o Bolsa-Família e o acesso a

bens de consumo por classes menos privilegiadas são exemplos inquestionáveis de como as últimas décadas transformaram os modos de viver. Paralelamente, o inegável avanço da Internet, com seus muitos tentáculos – aplicativos, smartphones, notebooks, televisões inteligentes, plataformas de filmes, entre muitos outros – tem diluído fronteiras físicas e simbólicas. Todo esse conjunto de fatores noticiado por uma mídia cada vez mais instantânea, que estende o quintal de cada indivíduo, em tempo real, para qualquer canto do planeta, através de uma manchete compartilhada nas redes sociais.

Assim, se a narrativa midiática tende a esmaecer a distinção entre passado e futuro, reforçando a ideia de um presente que se autoexplica, o resultado pode ser o fortalecimento de certa nostalgia por um passado idealizado, construído pela supervalorização dos relatos e da memória. Essa “cultura da memória” seria uma forma de compensar a perda de estabilidade que o indivíduo tem no tempo presente, uma forma de combater a profunda ansiedade com a velocidade da mudança e o contínuo encolhimento dos horizontes de tempo e de espaço que caracteriza a cultura histórica contemporânea.¹²⁴⁴

O que Sônia Wanderley sustenta – e seguramente o diálogo com o pensamento de François Hartog aqui se nutre – é que o tempo presente tem sido alargado, grande parte pela aceleração com que as informações chegam até as pessoas. O chamado “presentismo” é um regime de historicidade caracterizado pela massificação do tempo presente, desconectando a relação temporal passado/presente/futuro – em que, para a historiadora, as mídias atuais possuem papel preponderante enquanto desarticuladoras do passado e do futuro com o presente. Sem passado e sem futuro, a história em si perde a razão de ser. E, como o presente é lido a partir do olhar do desabono, do caos – “o mundo de ponta à cabeça” – resta às pessoas mais afetadas por este regime um enorme desprezo pelas expectativas futuras e/ou, por outro lado, uma supervalorização do tempo que passou, que era quando as coisas sólidas podiam ser compreendidas cada qual em seu lugar.

Mas isso também é uma projeção sobre o passado, obviamente. Uma leitura turva, idealizada e romantizada do presente sobre o tempo que passou. É por isso que as manifestações de apelo por intervenção militar no Brasil surgem no mesmo contexto (às vezes, nas mesmíssimas ocasiões) em que monarquistas apelam para o retorno da monarquia.

É neste contexto que ganha expressão os movimentos terraplanistas. Estes que reivindicam um mundo pré-científico e teocêntrico, onde “tudo é mais simples” – como afirma o diretor do documentário “A Terra é plana”, Daniel J. Clark. Não é à toa que toda essa

1244 WANDERLEY, 2016, p. 213

onda de “volta ao passado” tenha escolhido a educação como um ponto estratégico para combater o “mundo de ponta à cabeça”. Os projetos de lei ligados ao movimento e ao programa Escola sem Partido representam, atualmente, o esforço de combater a “desordem” do mundo. Se a própria ciência deve ser vista com desconfiança, o que não dirá daqueles que ensinam as ciências às próximas gerações? De “mestres-com-carinho” a doutrinadores, de heróis a inimigos, os professores – especialmente os de história – transformaram-se em agentes “comunistas” perigosos e associados à pedofilia, ao homossexualismo [sic] e a técnicas pedagógicas bastante – digamos – criativas, como afirmava uma denúncia feita em 2013 por uma então assessora parlamentar, e amplamente noticiada na Web em páginas religiosas, referindo-se à existência de professores que orientavam crianças a beijarem meninos e meninas aos finais de semana, a fim de decidirem sua orientação sexual¹²⁴⁵. Ou ainda, a alusão às mamadeiras fâlicas que iniciariam crianças, desde bebês, e a partir da escola, à prática de sexo oral – conforme alertavam certas notícias há bem pouco tempo, com vistas à criação de pânico moral. E por último, mas não menos curioso, o anúncio em vídeo da deflagração de uma nova era, onde “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”¹²⁴⁶

Considerações finais

Proporcionar um diálogo verdadeiro. Criar um terreno saudável. Tratando-se da história recente do Brasil, é um desafio, principalmente se tratando da ditadura. É um desafio porque este é um tema sensível, um trauma histórico que precisa ser revisitado, uma ferida não cicatrizada na história do país. Como aponta Samantha Quadrato (2018), os temas sensíveis na história têm, sobre eles, a marca de um “passado que não passa, seja por conta do racismo, dos linchamentos, da ausência dos corpos das vítimas do crime de desaparecimento forçado, dos assassinatos sem respostas ou, ainda das covas coletivas”¹²⁴⁷. No caso da ditadura, no Brasil, contamos com alguns fatores que colaboraram com a visão de que esse passado não deve ser “remexido”. A própria anistia, tal como foi conduzida, assim como todo o “espírito cidadão” que animou a criação da Nova República, em certa medida, varreram

1245 “Denúncia: Crianças são incitadas a beijar meninos e meninas nas escolas”. In: *Portal Cristão News*. Disponível em: <http://www.portalcristaonews.com.br/2013/06/denuncia-criancas-sao-incitadas-beijar.html> Acesso em 24 fev 2019.

1246 “Menino veste azul e menina veste rosa, diz Damares em vídeo”. In: *Revista Exame*. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-diz-damares-em-video/> Acesso em 24 fev 2019.

1247 QUADRATO, 2018, p.213

para debaixo do tapete¹²⁴⁸ a poeira do autoritarismo, dos abusos políticos e, especialmente, da cumplicidade civil. O que significa, neste caso, criar um terreno saudável? Significa olhar para as memórias pós-abertura política e entender que algumas delas podem ter desaparecido, mas não morreram. Outras foram mesmo alimentadas, pela imprensa inclusive, após a abertura política. Por fim, em outros termos, criar um terreno saudável significa levantar o tapete, revolver a poeira e conseguir, sem destruir a mobília, o assoalho, a casa arrumada e o próprio tapete, dar o destino apropriado ao pó escondido¹²⁴⁹.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, J.; MAUAD, A.; SANTHIAGO, R. (orgs.). Introdução. In: *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo, Letra e Voz, 2016. pp.11-20.

AMATO, G.; BATISTA, N.; DELLAMORE, C. *A ditadura aconteceu aqui: A história oral e as memórias do regime militar brasileiro*. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo, Contexto, 2014.

CARRETERO, Mario. *Documentos de identidade: a construção da memória histórica em um mundo globalizado*. São Paulo, Artmed, 2010.

FRISCH, Michael. “A história pública não é uma via de mão única, ou, De A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa”. In: ALMEIDA, J.; MAUAD, A.; SANTHIAGO, R. (orgs.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo, Letra e Voz, 2016. pp.57-69.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências no tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro. Editora Contraponto/Editora PUC Rio. 2006.

KNAUSS, Paulo, O desafio da ciência: modelos científicos no ensino de história. *Cadernos Cedes*, v.25, n.67, p.279-295, set.-dez. 2005.

¹²⁴⁸ Recuperando uma imagem levantada por Marieta de Moraes Ferreira, Ricardo Santhiago sustenta que: “a história oral obrigaria o historiador a enfrentar certos problemas, impedindo-o de *varrê-los para debaixo do tapete* [grifo nosso]. A história pública parece ter uma função paralela, e seu campo também tem servido a uma função paralela: evitar que a questão dos *vários públicos da história*, que perpassa toda a atividade historiadora, da pesquisa à escrita, fique encoberta” (SANTHIAGO, 2016, p. 30)

¹²⁴⁹ Poder-se-ia dizer que este processo equivaleria à concepção de “dever de memória”, reforçado por Quadrat.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

LAVILLE, Christian. *A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de história*. Revista Brasileira de História, v.19, n.38, pp.125-138.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Proj. História. São Paulo, (10), dez. 1993.

QUADRAT, Samantha. “É possível uma história pública dos temas sensíveis no Brasil?”. In: MAUAD, A.; SANTHIAGO, R.; BORGES, V. (orgs.). *Que história pública queremos? = What public history do we want?* São Paulo, Letra e Voz, 2018. pp.213-220.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora UnB, 2010.

SANTHIAGO, Ricardo. “Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil”. In: ALMEIDA, J.; MAUAD, A.; SANTHIAGO, R. (orgs.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo, Letra e Voz, 2016. pp.33-35.

WANDERLEY, Sonia. “Narrativas contemporâneas de história e didática da história escolar”. In: ALMEIDA, J.; MAUAD, A.; SANTHIAGO, R. (orgs.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo, Letra e Voz, 2016. pp.207-217.

O vice-reinado do 2º marquês do Lavradio e o governo da capitania subalterna de Santa Catarina (1770-1779): notas de pesquisa

Leonardo Guedes Soares¹²⁵⁰

Resumo: Essa comunicação pretende contemplar a relação e a comunicação política existente entre o vice-rei e 2º marquês do Lavradio e os governadores subalternos da capitania de Santa Catarina (1770-1779). Esse trabalho está sendo desenvolvido durante a minha pesquisa de mestrado, iniciada no primeiro semestre de 2019, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, do qual apresento notas de pesquisa.

Palavras-chave: 2º marquês do Lavradio; Santa Catarina; Comunicação Política;

Summary

This communication intends to contemplate the relationship and the political communication existing between the viceroy and 2nd marquis of Lavradio and the subordinate governors of the captaincy of Santa Catarina (1770-1779). This work is being developed during my master's research, which started in the first semester of 2019, at the Rio de Janeiro State University, from which I present research notes.

Keywords: 2nd Marquis of Lavradio; Santa Catarina; Political communication;

Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão d'Eça e Melo Silva Mascarenhas, 5º conde de Avintes e 2º Marquês do Lavradio (Lisboa, 27 de junho de 1729 – 2 de maio de 1790), foi o 11º vice-rei do Brasil. O 2º marquês do Lavradio foi o segundo vice-rei a tomar posse após a transferência da capital para o Rio de Janeiro (1763). Antes disso, havia sido governador da Bahia entre os anos de 1768 e 1769. O nosso trabalho pretende problematizar a relação existente entre o 2º marquês do Lavradio enquanto ocupou o cargo de vice-rei do Estado do Brasil (1769-1779) e a administração da capitania de Santa Catarina, entre os anos

¹²⁵⁰ Bacharel em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2018); Mestrando PPGH-UERJ e bolsista CNPQ (2019); Email: leohistuerj@gmail.com

de 1770-1779. Essa discussão lança luz ao tema das invasões castelhanas no Sul do país e nas disputas políticas entre Portugal e Espanha por esses territórios meridionais. Buscaremos tratar de modo transversal o tema da comunicação política, comprovando os limites de atuação e interferência do 2º marquês do Lavradio na concorrência da gestão ativa dessas possessões.

As contribuições de António Manuel Hespanha, que enfocam as qualidades administrativas do Império Português, destacam a sua natureza pluricontinental e corporativa, em que as estratégias de gestão diversificadas se fazem necessárias por conta da heterogeneidade dos territórios e povos em que a colonização lusitana se estabeleceu.¹²⁵¹ Por sua vez, João Fragoso e Maria de Fatima Gouvêa destacam ainda a complexidade de valores sociais, políticos e religiosos e as dicotomias pautadas pela ação colonizadora, típica do Antigo Regime Europeu, além das redes governativas e mercantis construídas de maneira extra-oficial nos territórios coloniais, legitimando formas de representação políticas muito próprias, como é o caso das câmaras municipais, no caso brasileiro.¹²⁵²

Essas câmaras das vilas e cidades coloniais não apenas representavam os interesses das elites e dos poderes locais, mas também exerciam formas de negociação por direitos e mercês, por exemplo, em constante comunicação com o Reino, entendido como centro para o qual convergiam as queixas e as súplicas dos súditos, que buscavam o favor e as recompensas do monarca pelos seus serviços à monarquia. Tanto em Portugal quanto no Brasil, os historiadores têm se dedicado ao estudo da comunicação política, privilegiando a troca de correspondências entre as câmaras ultramarinas e o governo em Lisboa. Como nos mostram os estudos de Ronald Raminelli sobre a comunicação política, que enfatizam o grande poder de negociação das câmaras, sobretudo, do século XVII até meados do século XVIII, quando essa capacidade de representação camarária foi diminuindo paulatinamente. Também foi alvo da análise do historiador, a comunicação entre governantes ultramarinos, como os vice-reis do Estado do Brasil, e as Secretarias de Estado, principalmente a da Marinha e Domínios Ultramarinos, sediada em Lisboa, na segunda metade do século XVIII.¹²⁵³

¹²⁵¹ HESPANHA, António Manuel. A família. (coord.). In: *História de Portugal* – vol. 4: O Antigo Regime. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 245-256

¹²⁵² FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América Lusa nos séculos XVI-XVIII. *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*. Niterói, vol. 14, n° 27, 2009.

¹²⁵³ RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: FGV Editora/FAPERJ, 2015, p. 72-82.

Outros trabalhos, contudo, demonstram a importância dos estudos que envolvem os esquemas de comunicação política a partir da troca de correspondências entre outros centros de poder além da Corte. Exemplo disso é o trabalho de Francisco Carlos Cosentino sobre a comunicação política entre os governadores gerais, em Salvador, e governadores de capitâneas subalternas ao governo geral do Estado do Brasil. Essa correspondência partia de um centro de poder – o governo geral na Bahia – e seguia para capitâneas subalternas a ele, sendo possível quantificá-la.¹²⁵⁴ Em 1763, com a transferência da capital ou “cabeça”, como se chamava à época, do Estado do Brasil, para o Rio de Janeiro, o centro de poder onde se achava o principal representante do poder régio na América portuguesa (o governador geral, designado por vice-rei ao longo do século XVIII até o fim do período colonial) deixou de ser Salvador. Décadas antes haviam sido criadas as capitâneas do Rio Grande de São Pedro (1736) e de Santa Catarina (1738).

No entanto, algumas concepções ficaram cristalizadas pela Historiografia, e defendem que o vice-rei não tinha na prática, domínio jurisdicional para muito além do seu posto de governo estabelecendo pouco controle e administração ativa pelos territórios que, espacialmente, estivessem distantes. Essa interpretação de que o vice-rei não tinha autoridade muito além do Rio de Janeiro ficou gravada em diversos estudos que envolvem essa temática.

Como afirmou Caio Prado Júnior:

“o capitão-general do Rio de Janeiro depois de 1763 (dantes era o da Bahia) tinha o título altissonante mais oco de vice-rei do Brasil. Seus poderes, em princípio, não eram maiores que os de seus colegas de outras capitâneas, e não se estendiam além da sua jurisdição territorial de simples capitão-general”.¹²⁵⁵

O historiador A. J. R. Russell-Wood escreveu em 1998 que

“o raio de alcance do controlo efectivo do vice-rei, do governador, dos magistrados, do fisco ou dos eclesiásticos já mostrava sinais de atenuação a menos de 100 quilômetros de distância do assento da autoridade – fosse ela secular ou eclesiástica – e sofria uma erosão muito rápida”.¹²⁵⁶

¹²⁵⁴COSENTINO, Francisco Carlos. Comunicação entre governadores, capitâneas e câmaras: governação no Estado do Brasil, 1654-1681. *Anais Eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH – Conhecimento histórico e diálogo social*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013, p. 1-15. Disponível em: www.snh2013.anpuh.org. Acesso em: 28/09/2019.

¹²⁵⁵PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 14ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1976, p. 306.

¹²⁵⁶RUSSELL-WOOD, A. J. R. Governantes e agentes. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.). *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, vol. 3, p. 171.

Ainda assim, Caio Prado Júnior afirmou que no caso de capitanias como o Rio Grande e Santa Catarina a ação do vice-rei foi mais atenciosa. Seguindo essa perspectiva, durante o meu trabalho de conclusão de curso, busquei priorizar a relação existente entre o 2º marquês de Lavradio e José Marcelino de Figueiredo, governador da capitania do Rio Grande de São Pedro, também subordinada ao Rio de Janeiro.

O nosso principal objetivo com o desenvolvimento dessa pesquisa não foi invalidar a hipótese levantada pelos autores acima mencionados, mas defender que especificamente no caso que envolveu o 2º marquês do Lavradio e a capitania subalterna do Rio Grande de São Pedro, Lavradio buscou exercer o seu poder de jurisdição, sobretudo no contexto das invasões castelhanas do Sul do país, em que as fronteiras das capitanias meridionais estavam em constante ameaça. A alternativa utilizada por nós para problematizar a comunicação política existente entre os personagens foi a leitura das correspondências ativas e passivas entre as partes, que puderam ser encontradas tanto no volume 15 do código 104, do fundo Secretaria do Estado do Brasil, armazenados do arquivo nacional quanto no livro de Marcos Carneiro de Mendonça, “O século XVIII: Século Pombalino do Brasil”.

No entanto, durante o exercício de construção e sustentação dessas hipóteses nos deparamos com algumas informações que apontavam também para a possibilidade de existência de peculiaridades em relação à capitania de Santa Catarina. Apesar da proximidade geográfica, Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro se estruturam de maneiras distintas em diversos aspectos, não só pela sua formação mas também pelas prioridades da Coroa Portuguesa, assim como, pelas estratégias de reação aos ataques castelhanos e suas invasões.

A primeira grande peculiaridade a qual constatamos entre Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina, durante o período estudado, aponta para uma sucessão de governadores subalternos em Santa Catarina maior que no Rio Grande de São Pedro. Se na capitania do Rio Grande a principal figura do período foi a de José Marcelino de Figueiredo, com um breve governo de Antonio da Veiga Andrade (1771-1773), no caso catarinense notamos a presença de 3 governadores: Francisco de Sousa Meneses (1765-1775), Pedro Antônio da Gama Freitas (1775-1777) e Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara (1778-1779). Além do período em que a capitania esteve ocupada pelos espanhóis (1777-1778). Nesse sentido, metodologicamente, senti a necessidade de incluir em meu plano de trabalho o mapeamento de uma breve biografia de cada um desses indivíduos. O foco de nosso trabalho não está propriamente centrado na vida desses personagens, mas na comunicação política entre os

mesmos e Lavradio. No entanto, compreender a relevância de tais figuras na malha administrativa do eixo metrópole-colônia pode nos responder, ou mesmo sugerir, diversos indícios, pois nas palavras de Norbert Elias “dentro do mundo da Corte, o que se considera é muito mais o indivíduo em seu contexto social, *em sua relação com os outros*”.¹²⁵⁷

Além disso, como afirmou Fabiano Vilaça dos Santos,

(...) era fundamental para o administrador colonial manter uma boa rede de interlocutores na Corte, capazes de sondar a repercussão dos seus feitos no ultramar. As informações colhidas funcionavam termômetros do prestígio pessoal e familiar daquele que estava impossibilitado pela distância de agir em defesa própria.¹²⁵⁸

Até o início do século XVIII, podemos dizer que o governo da monarquia portuguesa e seus domínios ultramarinos seguiam um modelo polissinodal. Quer dizer, os reis decidiam auxiliados pelos conselhos (sínodos) que eram consultados sobre diversos assuntos de Portugal e das colônias, como o Conselho de Estado, o Conselho da Fazenda e o Conselho Ultramarino. As decisões eram colegiadas e tinham a característica de uma *Administração Passiva*. Além disso, cada um desses órgãos era formado por vários conselheiros. A partir de 1736, as novas Secretarias de Estado, como a dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, ficaram nas mãos de um secretário cada uma. Esse detalhe já significou uma centralização da administração dos assuntos que cabiam a cada uma, diminuindo as funções dos antigos conselhos.

Aos poucos, ao longo do século XVIII, a centralização política foi substituindo a *Administração Passiva* por uma *Administração Ativa*. O historiador português José Subtil afirmou que

(...) o processo de protagonização das Secretarias de Estado foi acompanhado da exautoração política dos que tinham sido os principais órgãos do governo, os tribunais e os conselhos. A transferência destas valorizações catapultou as Secretarias de Estado para o centro do poder, pelo que o domínio do campo do poder dominante e passou a fazer no núcleo do gabinete formado pelos secretários de Estado.¹²⁵⁹

Essas informações impactam diretamente o alvo central de nosso trabalho, compreendido pela forma com que esses administradores se comunicaram entre si, além da

¹²⁵⁷ ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Trad. Pedro Süsssekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 121. Grifo de N. Elias.

¹²⁵⁸ SANTOS, Fabiano Vilaça dos. “Mediações entre a fidalguia portuguesa e o marquês de Pombal: o exemplo da Casa de Lavradio.” *Revista de História*. São Paulo, vol. 24, n.º 48, 2004, p. 318.

¹²⁵⁹ SUBTIL, José. No crepúsculo do corporativismo. Do reinado de D. José I às invasões francesas, 1750-1777. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. 4, p. 416.

estruturação da capitania de Santa Catarina e o interesse da Coroa Portuguesa por essas possessões.

A tese de Doutorado de Mônica da Silva Ribeiro expressa que Gomes Freire de Andrada, governador da capitania do Rio de Janeiro entre 1733 e 1763, centrava maior preocupação com a captação de impostos de Minas Gerais no negócio do ouro em um primeiro momento. Posteriormente deu grande atenção às questões das fronteiras do Sul, o que já era pensado desde a fundação da Colônia de Sacramento no século XVII. Com a crise mineradora que se agravou na segunda metade do século XVIII, a atenção da Coroa portuguesa ficou ainda mais acentuada.¹²⁶⁰

Nesse sentido, a autora afirma que, sobretudo a partir das décadas de 1730 e 1740 os interesses pelas fronteiras meridionais foram presença ativa na ordem de assuntos importantes de Gomes Freire de Andrada, representante da Coroa portuguesa. Chamam atenção as remessas de correspondências que narram o envio de remessas de dinheiro, material de construção, mantimentos e provimentos destinados a essas estremaduras. Contudo, o ano de 1748 é um marco. Gomes Freire de Andrada passa a ter controle sobre as capitanias meridionais, acirrando ainda mais o seu controle, dadas as necessidades e recomendações da Coroa portuguesa.¹²⁶¹

Maria Bernardete Ramos Flores expressa que a chegada da notícia da invasão de Santa Catarina por parte dos espanhóis ao Rio de Janeiro, fez com que Lavradio noticiasse ao marquês de Pombal sobre os acontecimentos. Logo depois enviou socorro à capitania com: homens para as tropas de defesa, embarcações e armamentos. Inclusive, buscou articular-se com o governador de São Paulo para oferecer apoio, alegando que o território paulista também estava ameaçado, uma vez que os castelhanos supostamente tinham planos de dominar toda a parte Sul do Brasil. A situação de Lavradio tornou-se ainda mais delicada, pois por conta de toda a distância geográfica não poderia abandonar o seu posto no Rio de Janeiro, que de certa forma também estava ameaçado, para estar pessoalmente no Sul. Pouco a pouco, o governador Gama e Freitas, seus comandantes e tropas, foram negociando a rendição para os espanhóis. Ao chegarem, junto do General Furtado de Mendonça foram

¹²⁶⁰ SILVA, Mônica Ribeiro da. *Se faz preciso misturar o agro com o doce: A administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-sul da América portuguesa (1748-1763)*. Tese (Doutorado em História). Centro de Estudos Gerais. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010, p. 126-129.

¹²⁶¹ *Ibidem*, p. 130.

enviados à prisão por Lavradio.¹²⁶² Nesse sentido, pretendemos comprovar que, apesar dos contratempos, o vice-rei tinha uma influência diplomática que excedia os limites físicos do Rio de Janeiro. Essa interferência pode ser cotejada pelo conceito de *jurisdição*.

Para Pedro Cardim, *jurisdição* é o poder exercido fora do espaço doméstico e que carrega legitimidade quando é reconhecido por outras pessoas além de quem o executa. Assim, a demarcação do governo político e das armas dos capitães-mores na colônia só foi oportunizada quando a Coroa o reconheceu no século XVII. Portanto, de acordo com o autor, *jurisdição* é o poder atribuído por alguma autoridade pública de um sobre os outros, das modalidades e seus exercícios. No caso específico de Portugal, por conta do desconhecimento da pretensão de autonomia total das cidades e vilas em relação à Coroa, o Rei podia alterar a lei e inclusive pedir aos corregedores que o fizesse.¹²⁶³

Aos estudos jurisdicionais envolvendo o cargo de vice-rei, Wilmar da Silva Vianna Júnior evidencia o maior prestígio desfrutado pelos governadores do Estado da Índia com relação ao Brasil até o século XVIII. Até o período o título de vice-rei só havia sido concedido para dois governadores do Estado do Brasil. Após 1720 o cargo foi destinado com maior amplitude e sequência também aos homens enviados a América, sugere o autor. Nesse contexto, a questão da titularidade sugere não só uma proporção de status, mas que também comprova a existência de uma “hierarquização dos territórios constitutivos do império português”. Dessa forma, nota-se que a partir do século XVIII, definitivamente, a relevância do Brasil sofreu significativas alterações na ordem de possessões ultramarinas e administrativas vindas de Lisboa. Esse papel de destaque vai ser reafirmado por diversos aspectos até a chegada da Família Real Portuguesa no território americano. Um deles é o envio de Oficiais membros da aristocracia de corte para a gerência dessas possessões.

A promoção de cargos está intimamente associada com o recebimento de mercês oferecidas pela coroa portuguesa. Essas recompensas estimulavam o deslocamento desses homens à essas funções, no intuito de acrescentar às suas Casas honras e proventos. As intenções jurisdicionais do Rei estavam, teoricamente, refletidas nos Regimentos passados aos governadores gerais e vice-reis do Estado do Brasil no século XVIII. Wilmar expressa que algumas instruções não são só repetidas desde o século XVI, mas foram de fato mantidas nos

¹²⁶²FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Os espanhóis conquistam a Ilha de Santa Catarina – 1777*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004, p.53-70.

¹²⁶³CARDIM, Pedro. Administração e governo: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. IN: BICALHO, Maria F.; FERLINI, Vera Lúcia A. *Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português, séculos XVI e XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

esquemas de governo que são marcados por pontos de iminência e transgressão, mas também de permanência e conservadorismo do poder moderador personificado pela figura do Rei.¹²⁶⁴

A leitura da dissertação de mestrado de Marcos Arthur Viana da Fonseca (especialmente o segundo capítulo)¹²⁶⁵, imbuído de contribuições de António Manuel Hespanha¹²⁶⁶, podem elucidar as dicotomias e jurisdições inerentes ao Governo Político e Governo das Armas, além dos Regimentos Seiscentistas. Nesse sentido, foi possível observar as peculiaridades das estruturas governativas do Brasil no século XVII, A perspectiva de Marcos Arthur Viana da Fonseca destaca a possibilidade da divisão jurisdicional entre Governo Político e Governo das Armas em algumas capitanias. Dessa forma, destacamos que a partir da análise da documentação analisada e que oferecem arcabouço para essas notas de pesquisa, a hipótese a ser investigada é que essa divisão pode ter ocorrido na Ilha de Santa Catarina.

A partir da leitura das cartas do livro “Século XVIII: século pombalino do Brasil”, organizado por Marcos Carneiro de Mendonça e contido no acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, essa afirmativa ganhou ainda mais capilaridade. A referência contém um rico manancial de informações que se dão pela reunião das trocas de correspondências entre diversas autoridades em Portugal e na América, inclusive os governadores das capitanias do Rio Grande de São Pedro e de Santa Catarina, entre os anos de 1770 e 1779, assim como as trocas de correspondências entre estes e outros governadores e o vice-rei do Estado do Brasil, o marquês do Lavradio. Ainda podem ser encontradas informações bastante específicas e úteis sobre as Secretarias de Estado da Guerra e da Marinha e Domínios Ultramarinos, como ordens diretas advindas de Portugal e destinadas ao 2º marquês do Lavradio.

No que se refere à metodologia, inicialmente realizei a quantificação das missivas que envolvem, de maneira ativa ou passiva, o 2º marquês do Lavradio e José Marcelino de Figueiredo, além dos governadores de Santa Catarina do período analisado (1769-1779). Reuni neste arquivo, através do preenchimento de fichas de coletas de dados, àquelas que

¹²⁶⁴ VIANNA JÚNIOR, Wilmar da Silva. Governar a conquista: Os regimentos do governo-geral. In: *Modos de governar, modos de governo – O Governo-Geral do Estado do Brasil entre a conservação da conquista e a manutenção do negócio (1642-1682)*. 1ª Ed. São Paulo: Alameda, 2014, p. 123-125.

¹²⁶⁵ FONSECA, Marcos Arthur Viana da. *Sob as sombras dos governadores de Pernambuco? Jurisdição e administração dos capitães-mores da capitania do Rio Grande (1701-1750)*. 2018. Tese (mestrado em História). Programa de Pós Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

¹²⁶⁶ HESPANHA, António Manuel. *Como os juristas viam o mundo (1550-1750)*. *Direitos, estados, pessoas, coisas, contratos, ações e crimes*. 3ª ed. Lisboa: ISBN, 2015.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

fazem parte do circuito a qual estamos privilegiando nessa pesquisa. Ou seja, a comunicação política existente entre o Vice Rei do Estado do Brasil e os governadores das capitanias

Instituição/Acervo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
Título do Documento: Carta.
Referência: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. <i>Século XVIII: Século Pombalino do Brasil</i> . Rio de Janeiro: 1988. Carta 273, p. 533-535.
Local: Rio de Janeiro
Data: 29 de agosto de 1771.
De (emissor): Marquês do Lavradio
Para (receptor): Tenente Coronel Antonio Veiga de Andrade.
Ementa (resumo): Ataque ao Governo do Coronel José Marcelino de Figueiredo, demonstrando preocupação em desenvolver o “Continente do Rio Grande”, promovendo a agricultura e comércio. Logo no início da carta Lavradio queixa-se da falta de obediência de José Marcelino de Figueiredo e relata o modo violento com que o governador tem tratado aquela população. Solicita que o destinatário “ <i>passse logo ao Continente do Rio Grande, aonde tomará posse daquele governo, que ficará interinamente governado, enquanto eu não mandar outro oficial, que o haja de suceder, ou El Rei meu Senhor determine o mais com que Vm. Deve ser assistido</i> ”.

subalternas do Sul. A tabela utilizada para esta atividade respeitou o modelo a seguir:

É importante ressaltar que esse foi apenas o primeiro acervo analisado, de acordo com o andamento programado no cronograma do Projeto de Pesquisa. Sendo assim, as informações que estão sendo esboçadas não tem efeitos conclusivos, mas nos oferecem possibilidades e hipóteses que serão confirmadas ou não, pela pesquisa nos fundos documentais de outras instituições tais como a Biblioteca Nacional e o Arquivo e o cruzamento da revisão bibliográfica de algumas obras aqui expostas. Trabalho a qual desenvolvi em paralelo à pesquisa do IHGB e o mapeamento dos códices do Arquivo

Nacional a serem explorados nos próximos meses. Assim, pude contabilizar e analisar 13 cartas contidas na Obra supracitada que é organizada por Marcos Carneiro de Mendonça e que compreendem os circuitos de comunicação que estão sendo analisados.

Estão se correspondendo o 2º Marquês do Lavradio e Vice-Rei do Estado do Brasil, José Marcelino de Figueiredo (Governador do Rio Grande de São Pedro), Tenente Coronel Antonio Veiga de Andrade (Governador do Rio Grande de São Pedro) e Francisco de Sousa Meneses (Governador da Ilha de Santa Catarina). Tratam-se de 2 cartas ativas de José Marcelino de Figueiredo (1 homenagem em sua posse de governo e outra destinada ao Vice-Rei do Estado do Brasil e 2º Marquês do Lavradio). O 2º Marquês do Lavradio aparece em 11 correspondências ativas (Destinadas a José Marcelino de Figueiredo (2), Tenente Coronel Antonio da Veiga de Andrade (6), Francisco de Sousa Meneses (3)).

Dentre a reunião de cartas organizadas por Carneiro de Mendonça e que estão reunidas na Obra supramencionada, notei a ausência de missivas envolvendo o governador Pedro Antônio da Gama e Freitas, que comandava a Ilha de Santa Catarina no período em que esse território foi invadido pelos espanhóis no ano de 1777. Em contrapartida, pude contabilizar 3 correspondências entre o 2º marquês do Lavradio e Antônio Carlos Furtado de Mendonça, sobretudo tratando diretamente de questões envolvem a guerra e a questão da defesa do território. O cruzamento de fontes sintetizado pela discussão historiográfica podem nos sugerir que na capitania de Santa Catarina existiu uma separação entre o Governo Político (de responsabilidade de Pedro Antônio da Gama e Freitas) e Governo das Armas (liderado por Antônio Carlos Furtado de Mendonça).

A tese de Augusto da Silva defende que no decorrer do século XVIII o papel dos governadores sofreu alterações significativas que impactaram diretamente na maneira com que eram escolhidos. Essas mudanças foram parte da estratégia de Portugal na manutenção do poder no Brasil, assegurando a sua presença também em fronteiras e nos interiores. Evidentemente, essas variações guardavam consigo aspectos marcantes do Antigo Regime que valoriza a posição hierárquica em uma sociedade de ordens. No entanto, as noções técnicas e profissionais tornaram-se diferenciais a escolha, ocupação e exercício desses cargos.¹²⁶⁷

¹²⁶⁷ SILVA, Augusto da. *A Ilha de Santa Catarina e sua terra firme: Estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 92.

Com relação aos governos das capitanias subalternas, Augusto da Silva expressa que na prática, a comunicação política direta entre capitães-gerais e governadores-gerais ou vice-reis não ocorria como previam as leis. A independência administrativa de gestão, só não era evidente em casos extraordinários, das quais estamos tratando, como é o contexto de guerra. É o caso das capitanias do Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina, subordinadas ao Rio de Janeiro.¹²⁶⁸

A condição subalterna das capitanias do Sul não era aceita por muitos dos governadores e oficiais que passaram pelos cargos desses domínios. O cruzamento das informações elaboradas por Augusto da Silva nos permite inferir que a disputa das fronteiras das capitanias do Sul eram preocupações latentes da Coroa portuguesa, sobretudo durante os séculos XVII e XVIII. Além disso, que os governadores subalternos não se mostravam satisfeitos com a sua condição, devendo obediência jurisdicional ao vice-rei, mesmo gozando de autonomia em diversas oportunidades, como exemplificamos nesse trabalho.

A respeito da comunicação política e da administração de Capitanias subalternas, Augusto da Silva expressa que as capitanias do Sul, entre os anos de 1763 e 1777, protagonizaram aspectos bastante característicos. A preocupação com o desenvolvimento de atividades que gerassem lucro para a Coroa portuguesa, foi mantida. Em termos de inovação é marcante o papel estrategista militar assumido por Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina durante a guerra com os espanhóis. Como esboçamos aqui, a Colônia do Sacramento era considerada uma praça frágil uma vez que já havia sido invadida três vezes pelos espanhóis desde a sua fundação no ano de 1680.¹²⁶⁹

A década de 1770 acentuou as tensões na porção sul do território brasileiro, principalmente no que se refere às disputas contra os espanhóis. Essa tendência e a iminência de uma nova invasão espanhola pelo mar estimularam os portugueses a intensificarem as tropas na causa de defesa dessa região. No ano de 1776, o quadro de forças militares portuguesas era de quase 5000 homens comandados pelo coronel do mar, Robert Mac Douall. Com relação a esses conflitos, Augusto da Silva evidenciou a deserção de muitos soldados a partir do momento em que os espanhóis invadiram os territórios do Sul, desestruturando toda a defesa. A contenção das investidas da Espanha não foi bem-sucedida, no entanto, a movimentação das tropas e a chegada de embarcações portuguesas para a proteção causou

¹²⁶⁸ *Ibidem.*, p. 93-100

¹²⁶⁹ SILVA, Augusto da. *A Ilha de Santa Catarina e sua terra firme... Op. cit*, p. 163.

grande mobilidade na região, impulsionando o comércio de mercadorias e a circulação de capital.¹²⁷⁰

A problemática da subalternidade das capitanias de Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina vai ser reafirmada no aspecto econômico, mesmo no contexto de disputa que estamos analisando. Efetivamente com a guerra contra os espanhóis, os gastos dessas capitanias foram elevados. No entanto, a receita financeira para as capitanias subalternas era inferior às verbas destinadas a gestão das capitanias principais. A transferência do vice-rei para o Rio de Janeiro e a criação da Junta da Real Fazenda (1760) enrijeceu ainda mais essas negociações. Os repasses realizados pelo vice-rei eram feitos em parcelas diminutas e atrasadas, de modo que se quer supriam as demandas militares, eclesiásticas e civis dessas capitanias, chegando a deixar dívidas. Portanto, buscamos afirmar que nos períodos de guerra a defesa do Continente do Rio Grande de São Pedro, assim como o de Santa Catarina, passou a ser uma das maiores preocupações da Coroa portuguesa.

As disputas entre portugueses e castelhanos no cenário internacional, estimularam colapsos de interesses no próprio ambiente colonial brasileiro e suas constantes disputas. Apesar das alterações no quadro português visando adaptação para a sobrevivência hegemônica e lusitana, Portugal pouco rompeu com o tradicionalismo autoritário como forma de administração. Ou seja, o Rei não abriu mão do seu papel soberano mesmo em momentos de crise ou de disputa, tal como os das guerras das fronteiras do Sul. A intenção pela manutenção hierárquica e vertical esteve teoricamente, nesse sentido, bem definida.

No que se refere às disputas envolvendo a Ilha de Santa Catarina entre os anos de 1770 e 1779, defendemos que a sua condição de subalternidade foi relevante às estratégias bélicas proferidas pelo Rei de Portugal e encaminhadas ao vice-rei do Estado do Brasil e 2º marquês do Lavradio. O administrador buscou comunicar-se politicamente com os governadores da capitania subalterna de Santa Catarina. Outro fator que reafirma essa conclusão parcial pode ser expresso pela maneira com que os outros administradores e envolvidos no conflito (o Rei de Portugal, o governador de Montevidéu, o Secretário de Estado Português, etc.) direcionaram e acionaram à Lavradio na execução das estratégias de guerra, ordens de

¹²⁷⁰ Ibidem, p. 165 *Apud* Carlos Silveira Carneiro (Almirante). *Enciclopédia de Santa Catarina*. s. n. t. vol. 3. p. 185-193. Quadro de forças de mar e terra existentes nas capitanias do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande, Minas Gerais e na Praça da Colônia disponíveis para a defesa da fronteira do Sul, em 1776. As forças de terra do Rio de Janeiro eram de 11.720 homens, as do Rio Grande 6717 e as da Colônia do Sacramento 699. Cf. BNRJ, vol. 103, 1983, cartas n. 48 e 50.

comando, assim como na participação dos próprios resultados. Isso comprova como os membros ativos nesses entraves reconheceram o 2º marquês do Lavradio como responsável administrativo por essas estruturas, em plenas condições de execução, comando e atividade. Essa hipótese continuará a ser desenvolvida e empiricamente articulada no decorrer da minha pesquisa de mestrado, que está sendo desenvolvida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro às quais expus nesse trabalho algumas notas de pesquisa parciais.

Se, em primeiro plano, a concorrência da incorporação de ordens administrativas gera controvérsias analíticas e práticas pelas suas resistências e intentos pelo autogoverno, o projeto da coroa portuguesa e do 2º marquês do Lavradio frente aos desafios fronteiriços da Ilha de Santa Catarina esteve, em todo o curso, precipitado de maneira explícita. O interesse pela manutenção da autoridade foi um dos poucos princípios que, nesse contexto, não foi negociado, apesar das brechas de autonomia. Objeções bastante razoáveis frente às conjunturas brasileiras do século XVIII.

Referências

Fontes manuscritas:

Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. Vice-reinado, Capitania do Rio de Janeiro, códice 104, caixa. 749, pacote 01.

Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. Secretaria do Estado do Brasil, códice 104, vol. 15.

Arquivo Nacional (Rio de Janeiro). Secretaria do Estado do Brasil, Correspondência do governador e mais pessoas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina sobre a demarcação de limites, códice 107.

Fonte impressa:

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Século XVIII: Século Pombalino do Brasil*. Rio de Janeiro: 1988.

Referências bibliográficas:

CARDIM, Pedro. “Administração e governo: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime”. IN: BICALHO, Maria F.; FERLINI, Vera Lúcia A. *Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português, séculos XVI e XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

COSENTINO, Francisco Carlos. “Comunicação entre governadores, capitanias e câmaras: governação no Estado do Brasil, 1654-1681”. *Anais Eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH – Conhecimento histórico e diálogo social*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013, p. 1-15. Disponível em: www.snh2013.anpuh.org. Acesso em: 28/09/2019.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Trad. Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 121.

HESPANHA, Antônio Manuel. “A família”. In: *História de Portugal – vol. 4: O Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 245-256.

HESPANHA, António Manuel. *Como os juristas viam o mundo (1550-1750). Direitos, estados, pessoas, coisas, contratos, ações e crimes*. 3ª ed. Lisboa: ISBN, 2015.

FONSECA, Marcos Arthur Viana da. *Sob as sombras dos governadores de Pernambuco? Jurisdição e administração dos capitães-mores da capitania do Rio Grande (1701-1750)*. Tese (mestrado em História). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Os espanhóis conquistam a Ilha de Santa Catarina – 1777*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004, p.53-70.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. “Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América Lusa nos séculos XVI-XVIII.” *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*. Niterói, vol. 14, n° 27, 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1976, p. 306.

RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: FGV Editora/FAPERJ, 2015, p. 72-82.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Governantes e agentes.” In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.). *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, vol. 3, p. 171.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. “Mediações entre a fidalguia portuguesa e o marquês de Pombal: o exemplo da Casa de Lavradio.” *Revista de História*. São Paulo, vol. 24, n.º 48, 2004, p. 318.

SILVA, Augusto da. *A Ilha de Santa Catarina e sua terra firme: Estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 92.

SILVA, Mônica Ribeiro da. *Se faz preciso misturar o agro com o doce: A administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-sul da América portuguesa (1748-1763)*. Tese (Doutorado em História). Centro de Estudos Gerais. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010, p. 126-129.

SUBTIL, José. “No crepúsculo do corporativismo. Do reinado de D. José I às invasões francesas, 1750-1777.” In: HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. 4, p. 416.

VIANNA JÚNIOR, Wilmar da Silva. Governar a conquista: Os regimentos do governo-geral. In: *Modos de governar, modos de governo – O Governo-Geral do Estado do Brasil entre a conservação da conquista e a manutenção do negócio (1642-1682)*. 1ª Ed. São Paulo: Alameda, 2014, p. 123-125.

O ganho de cada dia: as atividades de trabalho exercidas pelos negros nas ruas cariocas dos oitocentos

Leila Cristina Gibin Coutinho¹²⁷¹

Resumo: O Rio de Janeiro oitocentista foi grande polo atrativo para a chegada de viajantes como marinheiros, naturalistas e artistas. Muitos deles documentaram seus olhares sobre a cidade e seus habitantes em cartas, desenhos e fotografias. Os artistas produziram álbuns de viagem que circularam no Brasil e na Europa. Nesses registros era comum a representação de negros - livres ou escravizados - e seus costumes. Assim, proponho uma análise das atividades de trabalho praticadas pelos negros representadas em quatro álbuns de viagem e sua relação com a urbe. Possibilitando maior entendimento sobre a vida desses na cidade e permitindo uma leitura sobre o olhar europeu. Esse artigo faz parte da pesquisa sobre a imagem dos negros na iconografia de viagem sobre o centro urbano carioca desenvolvida no PPGH-UERJ e que recebe auxílio da CAPES.

Palavras-chave: negros; álbuns de viagem; Rio de Janeiro.

Abstract: The nineteenth century Rio de Janeiro was a great attraction for the arrival of travelers such as sailors, naturalists and artists. Many of them documented their views of the city and its population in letters, drawings and photographs. The artists produced travel albums that circulated in Brazil and Europe. In these records it was common to represent black people - free or enslaved - and their customs. Thus, I propose an analysis of the work activities practiced by black people represented in four travel albums and their relationship with the city. Enabling greater understanding of their life in the city and allowing a reading on the European look. This article is part of the research on the image of black people in the travel iconography of the carioca urban center developed at PPGH-UERJ and which receives assistance from CAPES.

Keywords: black people; travel albums; Rio de Janeiro.

¹²⁷¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro contemplada com bolsa CAPES. E-mail: leilagibin@gmail.com.

Introdução

Esses negros que passam, cesto à mão, ou esses outros, imóveis aos cantos dos corredores, atrás das portas, são os pretos do ganho à nossa espera. Percorrem a cidade, as ruas comerciais, as praças públicas. Fazem mudanças. A qualquer hora vergam sob o fardo. Quando este é por demais pesado, formam grupo, cada qual com seu mister, e lá se vão ao som cadenciado de uma canção breve e triste. Às vezes tangem um chocalho para regular a marcha.¹²⁷²

A citação acima faz parte do álbum *Brasil Pitoresco* publicado em 1861 para representar o Brasil na Exposição Universal que seria realizada no ano seguinte.¹²⁷³ A produção conta com textos do jornalista Charles Ribeyrilles e litografias (feitas a partir de fotografias) de Victor Frond. Há no projeto espaço para narrar a história brasileira, descrever sua população e caracterizar as principais cidades, dando especial atenção ao Rio de Janeiro. Porém, diferentemente de seu texto, no que se refere à urbe carioca, as iconografias demonstram uma escassa presença negra na cidade, e quando os negros são representados estão essencialmente ligados às atividades de trabalho.

Pensar a diminuição da presença negra nas representações dos álbuns que registram o centro urbano da capital imperial a partir dos meados do século XIX é um dos objetivos desse artigo. Para tal, proponho analisar as diferentes atividades de trabalho presentes nas iconografias de quatro produções feitas por artistas viajantes. Havendo uma divisão em dois blocos, álbuns realizados antes de 1850 com farta presença negra, sendo eles: *Rio de Janeiro Pitoresco* e *Panorama de la ville de Rio de Janeiro*. O segundo bloco é composto por álbuns produzidos depois de 1850 com raros registros de personagens negros: *Brasil Pitoresco e Monumental* e *Brasil Pitoresco*. Além das diferenças quantitativas, a partir de 1850 a imagem do negro se torna essencialmente masculina e associada apenas as atividades exercidas por eles. Por isso, se constitui como objeto desse trabalho uma análise de tais práticas.

Atribuo dois motivos para justificar a mudança na iconografia dos negros no Rio: a primeira é o estabelecimento da lei Eusébio de Queirós (1850) que pôs fim de maneira eficaz

¹²⁷² RIBEYRILLES, Charles; FROND, Victor. *Brasil pitoresco*. V.1. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 204.

¹²⁷³ SILVA, Maria Antonia Couto da. *Um monumento ao Brasil: considerações acerca da recepção do livro Brasil Pitoresco, de Victor Frond e Charles Ribeyrolles (1859-1861)*. Tese: Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011, pp. 80-82.

ao tráfico de escravizados, o que gerou desconforto maior perante o regime escravista. Nesse sentido, a imagem do negro relacionada a escravidão, se tornava cada vez mais incômoda e ligada ao atraso. Tal hipótese é embasada na afirmação de Celeste Zenha, para ela ao longo dos anos de 1850 há uma diminuição das representações dos negros nas litografias. Se antes os escravizados ocupavam o primeiro plano das imagens, agora quem ganha destaque é a população tida como sofisticada.¹²⁷⁴ Para ela:

(...) faz-se necessário suspeitar desse refinamento tão rápido da população carioca e mais ainda do desaparecimento do contingente negro da paisagem local. É preciso ter em mente que a lei de extinção do tráfico e a consequente pressão internacional para o fim da escravidão podem ter apressado, *do ponto de vista da representação iconográfica*, o processo de branqueamento e civilização da cidade do Rio de Janeiro.¹²⁷⁵

Também relaciono as mudanças ocorridas com a ascensão dos saquaremas na direção política, esse grupo de viés conservador prezava pela imagem civilizada da capital imperial, considerada como centro irradiador da cultura brasileira. Nesse sentido, trabalho principalmente as obras de Ilmar de Mattos sobre a consolidação dos saquaremas no poder. Mattos aponta a importância do Rio de Janeiro ao ser transformado em Município Neutro da Corte em 1834, tendo um *status* diferenciado das demais cidades, ganhando destaque.¹²⁷⁶

O presente artigo trata-se de um fragmento da pesquisa de dissertação em andamento, denominada *Uma cidade pitoresca? A representação visual dos negros e da capital do Império do Brasil nos álbuns de viagem (1845-1861)*. Esse trabalho tem como objetivo central a realização da análise da representação dos negros nos quatro álbuns de viagem feitos por artistas estrangeiros citados acima. Dessa maneira, busco compreender quais aspectos a imagem dos negros agregavam ao centro urbano da capital imperial. Portanto, serão analisados diversos aspectos dentre eles: a indumentária, as festividades, a presença de laços familiares etc.

Dito isso, cabe aqui ressaltar que esse trabalho coaduna com o aporte teórico de representação segundo os parâmetros estabelecidos por Roger Chartier. Para tal deve-se levar

¹²⁷⁴ ZENHA, Celeste. O negócio das 'vistas o Rio de Janeiro': imagens da cidade imperial e da escravidão. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 34, 2004, p. 39.

¹²⁷⁵ ZENHA, Celeste. O Brasil na produção das imagens impressas durante o século XIX. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-YVES (orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política, Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 365.

¹²⁷⁶ MATTOS, Ilmar. O Rio de Janeiro e a experiência imperial. In: AZEVEDO, André (org.). *Rio de Janeiro: capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: Departamento cultural/NAPE/DEPEXT/SR3/UERJ, 2002, *passim*.

em consideração que a representação não é um reflexo da realidade, é sobretudo um espaço de disputas simbólicas, consideradas como uma construção social que não é neutra.¹²⁷⁷

O olhar estrangeiro

Aqueles que adentrassem a urbe carioca encontrariam um local agitado com a presença de diversos transeuntes realizando os mais variados serviços que eram necessários a manutenção da vida na cidade. Dentre esses personagens existia uma grande presença dos negros na região, fossem esses livres, libertos ou escravizados. Esses realizavam diferentes tarefas, relacionadas ao comércio ou a manutenção da vida doméstica, entre outros aspectos.¹²⁷⁸

Esse cenário foi largamente registrado em relatos de viagem sejam eles textuais ou iconográficos. Aqui há especial interesse nos álbuns de viagem iconográficos feitos por artistas europeus. A partir do século XVII houve crescente procura do público europeu por álbuns sobre o novo mundo, dessa forma os relatos textuais e as iconografias se tornavam uma forma de acesso as Américas e a todos os personagens que fossem considerados por eles como exóticos.¹²⁷⁹

Nesse sentido, o século XIX se torna um ponto especial para a produção sobre álbuns no Brasil e no Rio de Janeiro. Pois desde o século XVI regia uma proibição à presença de estrangeiros na região, o que limitava a produção de relatos que eram realizados necessariamente por portugueses. A chegada da sociedade de corte portuguesa mudaria esse panorama, já que ocorreriam diversas mudanças, dentre elas: a retirada da proibição da circulação de estrangeiros e abertura dos portos as nações amigas.¹²⁸⁰ As referidas transformações possibilitaram um aumento dos registros sobre o Brasil e sua capital. Foram

¹²⁷⁷ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *Estudos avançados*. 11(5), 1991, *passim*.

¹²⁷⁸ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das letras, 2000, *passim*.

¹²⁷⁹ LIMA, Valéria. *Uma viagem com Debret*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 12.

¹²⁸⁰ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Viajantes estrangeiros no Rio de Janeiro joanino: antologia de textos (1809-1818)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013, p. 7.

produzidos relatos em cartas, diários, livros, iconográficas etc. Desse grupo de estrangeiros, vieram diferentes personagens como médicos, militares, oficiais, missionários e artistas.¹²⁸¹

A cidade do Rio de Janeiro tinha especial relevância, foi sede da corte portuguesa e posteriormente do império brasileiro. Ademais, é possível se atribuir a ideia de capitalidade ao Rio. Esse conceito foi trabalhado por Marly Motta ao pensar o Rio de Janeiro como um polo atrativo de centros administrativos, econômicos, e local dos grandes acontecimentos de importância nacional. É também centro irradiador da cultura e da civilização às demais cidades. Tal entendimento dá-se a partir do conceito de Giulio Argan a respeito das cidades-capitais no Antigo Regime. Para ele essas cidades eram o centro político administrativo, sede do poder econômico etc.¹²⁸²

O Rio de Janeiro passou por várias melhorias para dar conta de seu papel de centro irradiador de civilização. Ainda durante a presença da corte portuguesa foi promovida por dom João VI a Missão Artística Francesa. Chegaram diversos artistas franceses: ferreiros, arquitetos, pintores e desenhistas - que eram pensionistas do governo. O objetivo dessa missão era registrar a corte nos trópicos, desenvolver melhorias na cidade e promover o ensino das artes.¹²⁸³

Nesse intuito foi estabelecido em 1816 a criação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios,¹²⁸⁴ porém esse projeto só se cumpriria dez anos depois no governo de dom Pedro I. Assim, foi criada a Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) voltada para o ensino de desenho, gravura e pintura. Mas tarde, graças aos esforços de Debret seriam realizadas as primeiras exposições de artes no Brasil em 1829 e 1830.¹²⁸⁵

A partir da década de 1840 as Exposições Gerais de Belas Artes ganhariam mais força e continuidade, se tornando um importante meio de divulgação das artes e dando prestígio aos alunos da academia.¹²⁸⁶ Dessa maneira, com o início do reinado de dom Pedro II houve também diversas premiações aos artistas.¹²⁸⁷ Esse cenário confluía para dois aspectos: o

¹²⁸¹ SELA, Eneida Maria Mercadante. *Modos de ser, modos de ver: viajantes europeus e escravos africanos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas, SP: UNICAMP, 2008, p. 27.

¹²⁸² MOTTA, Marly. *Rio, Cidade-Capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 8-9.

¹²⁸³ ENDERS, Armelle. *A história do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2015, p. 96-97.

¹²⁸⁴ COUTINHO, Wilson. ... E os franceses chegaram. In: BOGHICI, Jean (org.). *Missão Artística Francesa e pintores viajantes: França-Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Instituto Cultural Brasil-França, 1990, p. 21.

¹²⁸⁵ *Ibid*, p. 21-22.

¹²⁸⁶ LEVY, Carlos Roberto Maciel. *Exposições Gerais da Academia Imperial e da Escola Nacional de Belas Artes: Período Monárquico. Catálogo de artistas e obras entre 1840 e 1884*. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1990, *passim*.

¹²⁸⁷ CAMPOFIORITO, Quirino. *História da pintura brasileira no século XIX: a pintura posterior à Missão Francesa. 1835-1870*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1983, *passim*.

aumento do interesse de artistas estrangeiros em viajar para o Brasil e o crescimento da sofisticação da cidade.

A imagem do negro

Dou início a análise das imagens com o álbum e *Rio de Janeiro Pitoresco*, de Louis Buvelot (responsável pelas paisagens) e Louis Auguste Moreau (que desenhou as figuras).¹²⁸⁸ Essa produção foi publicada a partir de 1842 até o ano de 1845, foram produzidas 18 pranchas contendo um total de 54 gravuras.¹²⁸⁹ Os artistas tiveram interesse em documentar pontos de intenso movimento, prédios públicos, a vegetação e os cariocas. Nesse sentido, há um grande número de negros representados, além de diversos aspectos de sua vida na cidade, com as atividades exercidas, diferentes vestuários, festividades, castigos físicos etc.

Aqui cabe ressaltar um cuidado que também se refere as demais imagens aqui trabalhadas, nelas não existe uma legenda que afirme que determinados personagens eram escravizados, livres ou libertos. Nesse sentido, cabe dizer normalmente existem alguns indícios que apontam para o *status* de escravizado, como a ausência de calçados, pois apesar de não existir uma lei que impeça os escravizados de usarem calçados, na prática os senhores não permitiam que esses os usassem.¹²⁹⁰

Vale a pena ressaltar que nem todo negro estava na condição de escravizado, porém, nesse contexto o tom de pele negra era associado ao regime escravista. Dessa maneira, a sociedade racista e excludente fazia com que negros livres ou libertos acabassem exercendo os mesmos tipos de atividades, o que dificulta mais ainda afirmar se os personagens nas

¹²⁸⁸ BUVELOT, Louis Abraham; MOREAU, Louis Auguste. *Rio de Janeiro pitoresco*. Rio de Janeiro: Heaton & Rensburg, 1845.

¹²⁸⁹ SANTOS, Francisco dos Marques. Prefácio. In: BUVELOT, Abraham Louis; MOREAU, Louis Auguste. *Rio de Janeiro pitoresco*. São Paulo: Martins, 1943.

¹²⁹⁰ SOARES, Luiz Carlos. *O "Povo de Cam" na Capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj – 7Letras, 2007, p. 87.



imagens eram livres ou escravizados.¹²⁹¹ Apesar disso, não deixo de afirmar que existiam negros enriquecidos que viviam de forma luxuosa, tendo inclusive seus próprios escravos, além da existência de negros em serviços mais especializados.¹²⁹²

Imagem 1: Largo do Paço.

Fonte: BUVELOT, Louis Abraham; MOREAU, Louis Auguste. *Rio de Janeiro pitoresco*. Rio de Janeiro: Heaton & Rensburg, 1845.

Na primeira imagem exponho uma das pranchas que compõe o álbum, nela são encontradas oito gravuras, com tamanhos diferentes dispostas de forma a criar uma espécie de

¹²⁹¹ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*. *Op. cit.*, p. 303.

¹²⁹² *Ibid*, *passim*.

moldura da iconografia central que é um registro do Largo Paço. Nessa figura, é perceptível o interesse do registro de dessemelhantes aspectos da cidade e chama atenção a presença negra.¹²⁹³

Nas imagens dispostas acima, existem diferentes atividades ocorrendo, uma das que se destaca é o carregando de objetos. Esse era um dos serviços mais comuns realizados pela população negra em regiões urbanas, transportava-se todo tipo de produtos: sacas de alimento, barris de água, mudanças, caixotes, cestos etc. Quando escravizados, tais práticas estavam ligadas ao ganho, esses eram os escravizados que eles colocados nas ruas pelos senhores para que conseguissem entregar uma quantia diária ou semana. Como afirma Marilene Rosa:

“Esses escravos passavam o dia nas ruas alugando os seus serviços, com a obrigação de entregar aos seus senhores uma quantia diária ou semana preestabelecida. O excedente pertenceria ao escravo, que o utilizaria da maneira que melhor lhe interessasse (...).”¹²⁹⁴

No canto superior direito da imagem 1 há um grupo de homens ordenados, que correm num ritmo determinado pelo som de um chocalho que sugere que eles estivessem entoando também algum tipo de cantiga que ritmava o trabalho. Chamo atenção para o costume que se repete nas iconografias: a prática exercida pelos negros (homens e mulheres) de carregar objetos nos ombros e/ou ainda da cabeça, variando o objeto transportado.

A partir das iconografias é interessante notar que tais imagens apontam que os homens costumam carregar objetos como sacas de alimentos, barris de água e outros objetos como caixas. Normalmente estão vestidos com roupas mais simples e leves, com roupas brancas de tecido de algodão bruto sem ornamentos, com calças curtas, e com ou sem camisas, porém sempre descalços. Cabe ressaltar que há uma hierarquia entre os carregadores entre os artigos mais pesados e leves.¹²⁹⁵ Na imagem abaixo dela, há dois homens que carregam caixas, esse tipo de serviço é o que foi chamado por André Azevedo como “economia da salvação diária”,¹²⁹⁶ ou seja, a necessidade de conseguir diariamente um novo serviço que pudesse trazer o seu sustento e prover o valor exigido pelo senhor. Por isso, no título faço menção a necessidade de haver um ganho diário, sendo essa uma das atividades de trabalho mais registradas na iconografia.

¹²⁹³ Todas as imagens aqui utilizadas foram digitalizadas pela Biblioteca Nacional e estão disponíveis em seu acervo.

¹²⁹⁴ SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *Negro na rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: CNPq, 1988, p. 21.

¹²⁹⁵ SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de Cam” na Capital do Brasil*. Op. cit., passim.

¹²⁹⁶ AZEVEDO, André Nunes de. *A grande reforma urbana do Rio de Janeiro*: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.

A imagem presente na parte inferior, no centro, há outra modalidade de carregamento, o transporte de seres humanos em liteiras, que eram utilizados por nobres para não entrar em contato direto com as ruas agitadas do Rio. Nesse caso, todos os elementos entorno da liteira servem para ressaltar a posição daquele que está dentro dela: todos os transeuntes estão vestidos de acordo com o padrão europeu. No entanto, os carregadores permanecem descalços. Pensando na figura feminina há jovens negras bem vestidas também a moda europeia que acompanham como num cortejo a pessoa que está dentro da liteira. Ali é notória outra forma de trabalho, tais mulheres provavelmente estavam exercendo atividades domésticas, além de servirem como damas de companhia daquela senhora. Se eram escravizadas, é possível destacar ainda que ter muitos escravos era símbolo de riqueza.¹²⁹⁷

Chamo atenção para o trabalho doméstico que era outro serviço realizado pelos negros, em grande parte por mulheres, muitas vezes escravizadas. Elas eram responsáveis pelos serviços para a manutenção do lar, exercendo funções como: lavar, cozinhar, limpar, costurar, levar água dos chafarizes para a residência. Enfim, todas as tarefas essenciais para o andamento da vida doméstica. Também poderiam fazer quitutes e doces para ser vendido por elas mesmas ou por outros. Na verdade, ao se tratar do regime escravista muitas vezes essa divisão entre escravos de ganho e escravos domésticos não era tão rígida, pois um escravo doméstico poderia exercer algumas atividades ligadas ao ganho e vice-versa. Cabe lembrar que os escravizados presentes nas casas e ligados as atividades domésticas geralmente eram mais próximos dos senhores e assim podiam conseguir benesses, mas por outro lado, teriam que suportar o mau humor dos senhores. Além disso, haviam escravizados que eram colocados ao aluguel.¹²⁹⁸

No centro da imagem 1, chama atenção a representação do Paço Imperial, que foi registrado diversas vezes por vários artistas, considerado um dos pontos de grande movimentação da cidade. Na iconografia ficaram destacados três monumentos: a igreja que representava a religião na cidade, o Paço Imperial centro do poder administrativo e o chafariz do Mestre Valentin rodeado de habitantes negros de ambos os gêneros. Nesse caso, remete a uma importante função, a do transporte de água, dada a ausência de água encanada, era uma atividade importantíssima para a manutenção da vida da cidade. Os carregadores de água

¹²⁹⁷ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro. Op. cit.*, p. 260.

¹²⁹⁸ SOARES, Luiz Carlos. *O "Povo de Cam" na Capital do Brasil. Op. cit.* pp. 109-114.

recebiam o nome de cangueiros (aquele que anda curvado). Dessa forma, os negros – homens e mulheres - estão fazendo serviços considerados essenciais.¹²⁹⁹

Passo agora para uma representação dispare da cidade e dos negros, feita no mesmo período e publicado em 1845, o álbum de Iluchar Desmons chamado *Panorama de la ville de Rio de Janeiro*, feito principalmente para o público francês. O álbum tem como cerne o registro de panoramas da cidade do Rio de Janeiro, especialmente do centro urbano carioca,



mas também há registros de bairros como Catete e Botafogo. São ao todo treze pranchas onde uma única imagem ocupa a prancha por completo, nesse sentido, apesar de tentar ressaltar aspectos exóticos do cotidiano o álbum busca imagens harmoniosas.¹³⁰⁰

Imagem 2: Vista da Glória Tomado do Passeio Público.

Fonte: DESMONS, Iluchar. *Panorama da cidade de Rio de Janeiro*. Paris: Lemerrier, 1854.

Na imagem 2 foi registrado um dia no Passeio Público, local que representa a elite imperial e de negros bem vestidos que faziam companhia às senhoras e às crianças, pelo menos é o que ficou implícito na iconografia. À vista disso, a imagem apresenta o Passeio como uma área de distração familiar com uma vista privilegiada da Baía de Guanabara, nela estão presentes homens vestidos como *gentlemen* e senhoras à moda francesa, além de

¹²⁹⁹ *Ibid.*, *passim*.

¹³⁰⁰ DESMONS, Iluchar. *Panorama de la ville de Rio de Janeiro*. Paris: Lemerrier, 1854.

meninos brancos brincando com suas mães e com crianças negras. É interessante notar a presença das negras, duas delas são crianças e a terceira parece uma adolescente. Essa última era possivelmente responsável pelo cuidado das crianças, tanto das negras, com quem pode ter algum grau de parentesco, como das demais crianças a sua volta. Ali era o lugar onde a riqueza da família poderia ser exibida, através da presença de escravos bem vestidos.

A partir da imagem 2 é possível pensar em algumas das principais funções ocupadas pelas negras em atividade doméstica, dentre elas a de ama de leite, de ama seca e mucama. Elas faziam o serviço doméstico e eram responsáveis pela alimentação, a elas também eram confiados a compra dos alimentos para o consumo dos escravos e da família dos senhores. Esses serviços estavam ligados à manutenção do lar e eram consideradas funções convencionalmente femininas. As escravas domésticas estão presentes nas iconografias de Buvelot e Moreau, mas caracterizadas com trajes mais simples.

A seguir passo a trabalhar o grupo de álbuns após 1850, momento em que as representações dos negros se tornavam mais escassas. Começo minha análise com o álbum *Brasil Pitoresco e Monumental*, também identificado como *Rio de Janeiro e seus Arrabaldes* de autoria de Pieter Godfred Bertichem e publicado em 1856. O álbum tem como preocupação central demonstrar as regiões urbanizadas do Rio e alguns aspectos de Petrópolis, a cidade Imperial. Nesse sentido, buscou-se registrar sobretudo prédios públicos. Nesse álbum a presença negra diminui em relação aos álbuns anteriores, se torna essencialmente masculina.¹³⁰¹

¹³⁰¹ BERTICHEM, Pieter Godfred. *O Brasil pitoresco e monumental*. Rio de Janeiro, RJ: Imperial de Rensburg, 1856.

Imagem 3 – Praça do comércio – Rua Direita.

Fonte: BERTICHEM, Pieter Godfred. *O Brasil pitoresco e monumental*. Rio de Janeiro, RJ: Imperial de Rensburg, 1856.

Em tal iconografia há o registro de atividades relacionadas ao transporte de mercadorias, nesse caso, se tratam se barris de água ou de outra bebida. Essa iconografia se aproxima da imagem feita por Louis Buvelot e Moreau, à medida que apresenta funções desenvolvidas principalmente por negros e o carregamento de barris acima da cabeça. Mas nesse caso, são apresentados apenas homens e não mulheres, suas vestimentas também são simples possivelmente com pano de algodão. O registro foi feito da Rua Direita (atualmente rua Primeiro de Março), ela é identificada como Praça do Comercio, denotando sua especificidade e sua importância para o local.

Passando a nossa última análise, do álbum produzido em 1861 chamado *Brasil*



Pitoresco. Esse trabalho difere dos demais aqui estudados por vários motivos, primeiramente, dentro os álbuns trabalhados aqui, esse é o único álbum que contém relato textual, apensar disso as imagens e o texto que estão ali descritos não tem uma ligação direta. Além disso, é um álbum feito de litografias a partir de fotografias, uma inovação para a época. O texto do jornalista Charles Ribeyrolles descreve as principais cidades brasileiras: Rio de Janeiro, Bahia etc. como também descreveu a história do Brasil desde o momento da chegada dos portugueses, o processo de independência. Já as fotos feitas pelo francês Victor Frond contêm

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

raríssimos momentos registra a figura do negro no centro urbano do Rio, mas estes têm destaque nas fazendas.¹³⁰²

Imagem 4: *Palais Impérial* a Rio de Janeiro.

Fonte: FROND, Victor; RIBEYROLLES, Charles. *Brazil pittoresco*: album de vistas, panoramas, monumentos, costumes, etc. Paris, França: Lemercier, Imprimeur-Lithographe, 1861.

Na imagem 4 há o registro do Largo do Paço, na imagem 1 também há um registro da mesma região, mas dessa vez num recorte diferenciado. Nessa imagem é muito difícil perceber a presença de qualquer personagem negro, isso ocorre durante todo o álbum, o que sobressai na imagem além das construções são os grandes vestidos rodados das senhoras. O chafariz que na primeira imagem foi considerado um local de intenso movimento de transeuntes negros foi cortado da iconografia. Porém, ainda é possível observar poucos personagens negros, normalmente carregando produtos acima da cabeça, como foi visto, é um traço marcante dos trabalhos realizados no centro da cidade. Ao longo da obra existem imagens voltadas apenas para os negros, seja individualmente ou em grupo, porém é uma



imagem que não está presente nem no Rio de Janeiro e nem nas demais cidades. Esse tipo de imagem está restrito as fazendas. Além disso, há autores que criticam essas imagens como uma forma de amenização da escravidão ou até mesmo uma forma de abrandamento.¹³⁰³

¹³⁰² FROND, Victor; RIBEYROLLES, Charles. *Brazil pittoresco*: album de vistas, panoramas, monumentos, costumes, etc. Paris, França: Lemercier, Imprimeur-Lithographe, 1861.

Conclusão

Ao longo desse artigo busquei demonstrar através das iconografias as mudanças nas representações nos álbuns de viagem ocorridas ao longo do século XIX. Nesse sentido, houve um intuito de elencar ao Rio de Janeiro ares de civilização através das artes. Assim a cidade se civilizava através das artes, dos artistas e por meio de sua representação. Como já foi dito anteriormente a imagem do negro diminui dos álbuns de viagem a partir de 1850.

Nesse sentido, deve-se entender que nesse período houve ascensão de um grupo político de caráter conservador, chamados de saquaremas que assumiram a direção do governo imperial. Tal grupo político tinha como um de seus interesses a interiorização da civilização nas cidades brasileiras, para tal a cidade do Rio de Janeiro assume papel essencial, pois seria ele o responsável por ser o exemplo de civilização.¹³⁰⁴ Portanto, a representação do negro passa a ser cada vez mais incômoda, mesmo nos álbuns de viagem feitos no Brasil, conforme as palavras de Celeste Zenha.

Os tipos raciais continuaram a ser representados nos relatos de viajantes e em coleções de fotos vendidas aos turistas. Mas no que toca a produção de álbuns de litografias produzidos no Brasil, é possível afirmar que os escravos, tão amplamente tratados por Debret, Rugendas, Moreau e outros artistas estrangeiros, foram, no decorrer do Segundo Reinado, deixando paulatinamente a cena da cidade, cuja população, ao menos no nível da produção simbólica, civilizava-se.¹³⁰⁵

Assim como foi visto, *Rio de Janeiro Pitoresco* apresenta um grande número de imagens dos negros em diversos momentos e facetas, possibilitando uma visão mais complexa e detalhada da vida dos negros em meio a sociedade carioca, inclusive, diferentes atividades de trabalho. Em *Panorama de la ville do Rio de Janeiro* a presença negra é bem forte em sua composição, mas poucas formas de trabalho foram registradas, há grande presença tanto de mulheres como homens, e cenários harmoniosos. *Brasil pitoresco e monumental* tem como principal objeto o registro de prédios públicos e da arquitetura da cidade, com raros momentos em que há presença negra, quando essa é representada é em regiões de intenso movimento de comércio como o porto e a Rua Direita, sendo sempre

¹³⁰³ SILVA, Maria Antonia Couto da. *Um monumento ao Brasil., passim.*

¹³⁰⁴ MATTOS, Ilmar. O Rio de Janeiro e a experiência imperial., *passim.*

¹³⁰⁵ ZENHA, Celeste. O Brasil na produção das imagens impressas durante o século XIX... *Op. cit.*, p. 365.

homens transportando alimentos. Por último, *Brasil pitoresco* é um álbum rico em número de imagens sobre o centro urbano do Rio, mas pouco apresenta imagens dos negros, na verdade, boa parte de suas iconografias são feitas de lugares altos e com figuras miúdas, o que dificulta uma identificação precisa, mesmo com o uso de recursos tecnológicos que ampliam a imagem. No mais, quando os negros aparecem estavam ligados ao trabalho, o que se destaca na imagem são especialmente os vestidos rodados das mulheres brancas. Dando a impressão de uma cidade majoritariamente branca vestida conforme a moda europeia, de maneira a defender um ideal de civilização no Rio de Janeiro.

Apesar do regime escravista começar a ser visto como um sinal de atraso e um entrave ao desenvolvimento brasileiro, principalmente, a presença do negro era tida como algo que desmerecia o país. Porém, esse ainda era o grande sustentáculo do império e conseqüentemente da elite cafeeira e conservadora do país. O que se evidencia no longo processo percorrido ao longo do século XIX que levaria ao fim da escravidão de forma lenta e gradual. Nesse sentido, vale a pena ressaltar que os negros ainda eram essenciais na manutenção não só do funcionamento das grandes fazendas, mas era ele também um dos principais responsáveis dos serviços básicos da vida na cidade. Assim como conclui Ilmar de Mattos, que aponta a relação do império brasileiro com a escravidão, mas que de outro lado era a porta para o exterior, que traria a civilização.¹³⁰⁶

Referências

AZEVEDO, André Nunes de. *A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.

BERTICHEM, Pieter Godfred. *O Brasil pitoresco e monumental*. Rio de Janeiro, RJ: Imperial de Rensburg, 1856.

BUVELOT, Louis Abraham; MOREAU, Louis Auguste. *Rio de Janeiro pitoresco*. Rio de Janeiro: Heaton & Rensburg, 1845.

CAMPOFIORITO, Quirino. *História da pintura brasileira no século XIX: a pintura posterior à Missão Francesa. 1835-1870*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1983.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *Estudos avançados*. 11(5), 1991.

¹³⁰⁶ MATTOS, Ilmar. O Rio de Janeiro e a experiência imperial. *Op. cit.*, p. 85.

COUTINHO, Wilson. ... E os franceses chegaram. In: BOGHICI, Jean (org.). *Missão Artística Francesa e pintores viajantes: França-Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Instituto Cultural Brasil-França, 1990.

DESMONS, Iluchar. *Panorama de la ville de Rio de Janeiro*. Paris: Lemerancier, 1845.

ENDERS, Armelle. *A história do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2015.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Viajantes estrangeiros no Rio de Janeiro joanino: antologia de textos (1809-1818)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

FROND, Victor; RIBEYROLLES, Charles. *Brazil pittoresco: album de vistas, panoramas, monumentos, costumes, etc.* Paris, França: Lemerancier, Imprimeur-Lithographe, 1861.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

LEVY, Carlos Roberto Maciel. *Exposições Gerais da Academia Imperial e da Escola Nacional de Belas Artes: Período Monárquico. Catálogo de artistas e obras entre 1840 e 1884*. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1990.

LIMA, Valéria. *Uma viagem com Debret*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MATTOS, Ilmar. O Rio de Janeiro e a experiência imperial. In: AZEVEDO, André (org.). *Rio de Janeiro: capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: Departamento cultural/NAPE/DEPEXT/SR3/UERJ, 2002.

_____. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial: 1831-1870, volume 2. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2009.*

MOTTA, Marly. *Rio, Cidade-Capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

RIBEYROLLES, Charles; FROND, Victor. *Brasil pitoresco. V.1*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

SANTOS, Francisco dos Marques. Prefácio. In: BUVELOT, Abraham Louis; MOREAU, Louis Auguste. *Rio de Janeiro pitoresco*. São Paulo: Martins, 1943.

SELA, Eneida Maria Mercadante. *Modos de ser, modos de ver: viajantes europeus e escravos africanos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas, SP: UNICAMP, 2008.

SILVA, Maria Antonia Couto da. *Um monumento ao Brasil: considerações acerca da recepção do livro Brasil Pitoresco, de Victor Frond e Charles Ribeyrolles (1859-1861)*. Tese: Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *Negro na rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: CNPq, 1988.

SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj – 7Letras, 2007.

ZENHA, Celeste. O negócio das “vistas o Rio de Janeiro”: imagens da cidade imperial e da escravidão. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 34, 2004.

_____. O Brasil na produção das imagens impressas durante o século XIX. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-YVES (orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política, Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006.

Política e imprensa no Brasil: a eleição de 1998 no jornal "O Estado de S. Paulo"

Letícia Crespo Bomfim¹³⁰⁷

Resumo: O trabalho tem como objetivo analisar, através de editoriais e matérias internas, a atuação do jornal *O Estado de S. Paulo* na eleição presidencial do ano de 1998 – processo que resultou não apenas na reeleição de Fernando Henrique Cardoso como também na manutenção do modelo econômico neoliberal no Brasil. Para isto, parto da perspectiva gramsciana, que remete a um conjunto de instituições a intenção de interferir na busca em torno da construção de um dado, entendendo que *O Estado de S. Paulo* atuou como um importante aparelho privado de hegemonia, tomando “partido” na defesa da reeleição de FHC, através de um agendamento político e ideológico.

Palavras-chave: Imprensa; hegemonia. Neoliberalismo.

Abstract: This paper aims to analyze, through editorials and internal articles, the performance of the newspaper *O Estado de S. Paulo* in the presidential election of 1998 – a process that resulted not only in the reelection of Fernando Henrique Cardoso but also in the maintenance of the neoliberal economic model in Brazil. Start from the Gramsci perspective, which refers to a set of institutions the intention to interfere in the search around the construction of data, understanding that *O Estado de S. Paulo* acted as an important private apparatus of hegemony, taking a side in the defense of FHC's reelection through political and ideological scheduling.

Keywords: Press; hegemony; neoliberalism

Introdução

Em seu clássico estudo sobre a história da imprensa no Brasil, Nelson Werneck Sodré defendeu a ideia de que em países com baixo nível de escolaridade e com dificuldades de

¹³⁰⁷ Mestranda no Programa de Pós-Gradua o em História Social e do Território na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - FFP e Bolsista CAPES. E-mail: leticia3.b@gmail.com

acesso à leitura, o jornal cumpriria o papel – normalmente desempenhado pelo livro – de elemento formador da consciência social¹³⁰⁸.

O trabalho proposto, realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), tem como objetivo analisar o papel desempenhado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* através de editoriais e matérias internas na eleição presidencial do ano de 1998, processo que resultou na reeleição do então presidente Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A escolha de *O Estado de São Paulo* é justificada pelo fato de ser este um dos periódicos de maior circulação no Brasil à época e que – por isso, exerceria a função de “formador de consciência social” – da qual falava Nelson Werneck Sodré – sobre uma parcela significativa da população.

A influência e interferência da mídia¹³⁰⁹ na sociedade é muito expressiva, pois é um meio mediador entre os indivíduos, política e a própria realidade. A mídia é um aparelho essencial para o acesso dos cidadãos às informações política ou não, consideradas dignas de divulgação, levando-se em consideração que não é possível assumir uma posição e conhecer algumas perspectivas sobre determinado assunto apenas no que se ouve falar ou na simples observação dos fatos¹³¹⁰.

Entender isso é perceber que – mesmo sendo um equívoco pensar que a mídia exerce uma função unilateral na sociedade, de forma a divulgar conteúdos que seriam assimilados pelo público passivamente, pois este escolhe e interpreta as notícias que recebe dentro de seu meio, ou melhor, de acordo com os princípios que possui e que foram construídos durante sua vida, além de sofrer a ação de outros aparelhos ideológicos – “[...] Por mais que ele reelabore as informações, a matéria-prima com a qual precisa trabalhar é dada pelos meios. E mesmo os códigos culturais que manipula são produzidos num ambiente social em que a presença da mídia é significativa”¹³¹¹.

¹³⁰⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo, Martins Fontes, 1983.

¹³⁰⁹ Aqui a mídia assume o sentido encontrado comumente nos dicionários: meio de comunicação social de divulgação de informações, pode ser ele rádio, internet, televisão, revistas, imprensa.

¹³¹⁰ MIGUEL, Luis Felipe. Um Ponto Cego nas Teorias da Democracia: Os Meios de Comunicação. In: *BIB*, Rio de Janeiro, n 49, p. 51-77, 1º semestre de 2000.

Disponível em: < <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-anteriores/bib-49/509-um-ponto-cego-nas-teorias-da-democracia-os-meios-de-comunicacao/file>>. Acesso em: 22 de maio de 2018.

¹³¹¹ MIGUEL, Luis Felipe. Meios de comunicação de massa e política no Brasil. In: *Diálogos Latinoamericanos*. Disponível em < http://lacua.au.dk/fileadmin/www_lacua.au.dk/publications/3_di_logos_latinoamericanos/2midiae_politica_no_br-miguel-unb.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2018.

Devido à sua visibilidade, a imprensa possui o controle da informação, um papel significativo de influir e mediar causas e agendas políticas e de governo, as relações sociais, a opinião pública, o de atuar politicamente no meio no qual se insere, privilegiando alguns assuntos em detrimento de outros ¹³¹². A produção midiática não é apenas um material de difusão de informações, mas contribui para moldar valores.

Assim, este trabalho parte de uma perspectiva contrária a uma visão liberal que a imprensa apresenta acerca de sua própria imagem: neutra e objetiva; vende uma concepção de que ela possui uma responsabilidade social, de que é uma prestadora de serviços da população, tendo como função informar sobre aquilo que acontece no mundo. Esta autoimagem defende ainda a ideia de que, entre as suas funções, compete à mídia fiscalizar o Estado, ser representante do povo e expressar a verdade sobre os fatos. Ela se apresenta como uma observadora independente de interesses sociais, políticos ou econômicos.

No entanto, a mídia não é uma ferramenta de informações imparcial. Ao contrário, ela está envolta pela subjetividade daqueles que produzem as informações que ela transmite. Tendo a imprensa como objeto de estudo, Maria Capelato ¹³¹³ afirma que “A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. [...] A categoria abstrata *imprensa* se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social”.

Daí o que se entende é que o discurso da mídia sobre sua função tem a intenção de mascarar o papel estratégico da mesma. Na visão de Gramsci ¹³¹⁴, a imprensa é a ferramenta, um organismo político-financeiro da classe dominante. Colocando da melhor forma, a imprensa assume aqui uma dupla missão: noticiar, divulgar aquilo que é necessário para a manutenção e desenvolvimento de uma “frente teórica”, além de embutir orientações econômicas.

É a partir dessa perspectiva, que é mobilizado como base teórica para a realização da pesquisa o conceito de *hegemonia* presente nas obras de Antonio Gramsci. Para o autor, a conquista de poder se dá na esfera da luta pela *hegemonia*. Este conceito é o exercício de

¹³¹² FONSECA, Francisco. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, nº 6, Julho./Dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000200003>. Acesso em: 22 de maio de 2018.

¹³¹³ CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

¹³¹⁴ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

liderança intelectual, moral, cultural, política e ideológica de uma classe sobre as outras, tendo o objetivo de legitimar visões de mundo entre as diversas classes¹³¹⁵.

“[...] a hegemonia não deve ser entendida nos limites de uma coerção pura e simples, pois inclui a direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo”¹³¹⁶.

Ao pensar o processo pelo qual se dá a obtenção da hegemonia, Gramsci analisa os contornos do Estado, entendido a partir de uma concepção ampliada de Estado.

“Fica claro que a definição de Estado até aqui esboçada procura evitar uma concepção que o reduziria ao aparelho coercitivo. A construção do consenso também encontrava lugar nesse Estado. De modo resumido, mas nem por isso menos significativo, Gramsci apresentava sua concepção de maneira já clássica, ‘Estado = sociedade política + sociedade civil, ou seja, hegemonia encouraçada de coerção’ (Q 6, § 88, p. 763-764), ou como dirá mais adiante, no mesmo *Quaderno I*, ‘Estado (no sentido integral: ditadura + hegemonia’ (Q6, § 155, p. 810-811).”¹³¹⁷

A sociedade política refere-se ao Estado no sentido restrito, responsável pelos mecanismos de repressão através dos aparelhos de coerção, que garantem a disciplina daqueles que não consentem. A sociedade civil, por sua vez, é a responsável pela manutenção, difusão ideológica. Segundo Gramsci, é a sociedade civil espaço de luta pelo consenso onde atuam os *aparelhos privados de hegemonia*. Bianchi, em seu estudo sobre o pensador sardo, destaca o caráter material, de conformação de uma hegemonia desses aparelhos:

“A luta de hegemonias não é apenas luta entre ‘concepções de mundo’, como, por exemplo, aparece no *Quaderno 10*, ela é também luta dos aparelhos que funcionam como suportes materiais dessas ideologias, organizando-as e difundindo-as.

A lista de tais aparelhos hegemônicos é grande, mas conhecida: igreja, escolas, associações privadas, sindicatos, partidos e imprensa são alguns deles. A função desses organismos é articular o consenso das grandes massas e sua adesão à orientação social impressa pelos grupos dominantes.”¹³¹⁸

Segundo Dênis de Moraes, este conceito de hegemonia desenvolvido por Gramsci coloca luz sobre a participação dos meios de comunicação no mundo contemporâneo, pois,

¹³¹⁵ MORAES, Dênis de. Comunicação, Hegemonia e Contra-hegemonia – a contribuição teórica de Gramsci. In: *Revista Debates*, Porto Alegre, vol.4, nº 1, pp. 54-77, jan.-jun. 2010.

¹³¹⁶ *Ibidem*.

¹³¹⁷ BIANCHI, Alvaro. Eterno / provisório e Estado / Sociedade Civil. In. Idem. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 177.

¹³¹⁸ *Ibidem*, p. 179

tidos como aparelho privado de hegemonia e, sendo os produtores dos conteúdos que circulam por esse meio uma classe com privilégios, organizam e difundem uma “frente teórica”, constroem uma visão de mundo homogênea.¹³¹⁹

Gramsci, quando aborda a temática do jornalismo faz isso no sentido do que ele chama de “jornalismo integral”, definido assim por ser um jornalismo que tem a preocupação de expandir sua atuação, criar um público que será seu consumidor e também criar suas necessidades e não apenas um jornal que atende certas necessidades deste público. O jornal, como empresa capitalista, visa obter lucros, por isso deve atrair um maior número de pessoas que o consomem, transmitindo conteúdos que unifiquem a opinião pública.

O contexto da eleição de 1998

Ao tratarmos do contexto das eleições presidenciais de 1998, devemos levar em consideração duas questões fundamentais. A primeira delas, refere-se ao contexto internacional, de expansão do modelo neoliberal, que se disseminou nas décadas de 1970 e 1980 a partir de governos europeus e norte-americanos, chegando na década de 1990 aos países periféricos, como o Brasil. O neoliberalismo surge, inicialmente, como proposta teórica no imediato pós-guerra, reagindo contra o intervencionismo estatal na economia, num intento de retomada de determinadas noções do liberalismo do século XIX, modificando aspectos da gestão pública, do sistema produtivo e homogeneizando a cultura por todo o mundo. Este modelo econômico foi, segundo Luiz Filgueiras,

“aclamado de forma dominante nas academias e demais centros de produção de conhecimento, foi vulgarizado para o grande público, com apoio e influência decisivos da mídia. Os seus princípios passaram a ser aceitos, consciente ou inconscientemente, pela maior parte da população, evidenciando-se, assim, a constituição de uma hegemonia na forma de se pensar a vida em sociedade [...]”¹³²⁰.

A segunda característica diz respeito ao contexto doméstico, em particular ao período eleitoral analisado, uma vez que, em junho de 1997, foi aprovada a Emenda Constitucional que tornava possível aos eleitores reconduzirem um candidato ao cargo executivo para um mandato subsequente. Desta forma, Fernando Henrique Cardoso, então presidente da

¹³¹⁹ MORAES, Dênis de. Comunicação, Hegemonia e Contra-hegemonia – a contribuição teórica de Gramsci. In: *Revista Debates*, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010, p. 8.

¹³²⁰ FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições*. São Paulo: Boitempo, 2000, p. 43.

República, em uma coligação entre o PSDB, seu partido, o Partido da Frente Liberal (PFL), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Progressista Brasileiro (PPB) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) se candidataria à reeleição – fato inédito – pois o candidato ao cargo em questão era, na verdade, “presidente-candidato”, o que lhe garantiria, inevitavelmente, maior espaço nos meios de comunicação ¹³²¹.

Em seu primeiro mandato, FHC fora o responsável pela atualização da agenda política e pelo ajuste da economia brasileira ao modelo neoliberal preconizado pelo “consenso de Washington”, a partir da implantação de um amplo programa de reformas do Estado que compreendeu, de um lado, a modificação na legislação trabalhista, previdenciária, tributária e administrativa e, de outro, a quebra de monopólios estatais, desregulamentação financeira, abertura econômica e privatizações ¹³²².

O primeiro governo FHC, dentro daquele contexto global, foi a consolidação de um projeto conservador. Para Barbosa e Silva, “A posse de Fernando Henrique Cardoso em janeiro de 1995 é carregada de significações. Representa o ajuste e a organização do projeto liberalizante em solo brasileiro. E, em parte como consequência disso, o fechamento de uma “Era”, seus erros e sua história”¹³²³. A “Era” referida naquela passagem se trata da “Era Vargas”, período de forte intervenção estatal na economia e na sociedade. Segundo Fernando Henrique Cardoso proferiu em seu *Discurso de Despedida do Senado Federal*, em dezembro de 1994, já eleito presidente da República, esse passado em seu governo seria superado, pois era sinônimo de atraso frente ao processo de globalização – processo este que implicava políticas liberais.

“Ao governo FHC coube a tarefa de aprofundar o processo de “ajuste” da política e da economia brasileira, iniciado por Collor e interrompido pelo processo de *impeachment* em 1992, à nova ordem internacional, marcada pela hegemonia neoliberal e conduzida pela agenda de reformas propostas por organismos financeiros internacionais (Banco Mundial, FMI, BID) e pelo o que se convencionou chamar de *consenso de Washington*, um conjunto de medidas orientadas para o mercado para serem aplicadas pelos governos de diversos países da América Latina. [...] Com o lançamento do

¹³²¹ SOARES, Murilo Cesar. Veja e a construção do CR-P nas eleições presidenciais de 1998. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). *Mídia e Eleições 98*. João Pessoa/Salvador: Editora da UFPB/Edições FACOM, 2000.

¹³²² BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Ajuste Neoliberal no Brasil: desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo Fernando Henrique Cardoso*. 390 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013, p. 100.

¹³²³ SILVA, Leonardo Barbosa e. *O Governo Lula e a agenda dos anos 90 – ambiguidade na política administrativa*. 218 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UNESP. Araraquara, 2008, p. 56.

plano de estabilização macroeconômica, conhecido como Plano Real¹³²⁴, e com a eleição de FHC para a presidência de 1994, um novo pacto hegemônico começou a ser formado no país. O ajuste neoliberal do governo FHC [...].”¹³²⁵

O processo de disseminação dos ideais neoliberais, em âmbito global e interno brasileiro, teve como grande apoio os meios de comunicação, que se esforçaram em construir um consenso em torno do modelo político e econômico neoliberalista.

“aclamado de forma dominante nas academias e demais centros de produção de conhecimento, foi vulgarizado para o grande público, com apoio e influência decisivos da mídia. Os seus princípios passaram a ser aceitos, consciente ou inconscientemente, pela maior parte da população, evidenciando-se, assim, a constituição de uma hegemonia na forma de se pensar a vida sem sociedade [...].”¹³²⁶

Segundo Kucinski, no neoliberalismo, os jornais com pautas uniformes, difundem um discurso que enfatiza a necessidade da adoção de política neoliberais, sendo isto natural e inevitável. Assim, “[...] a mídia fala em nome do interesse público, mas serve ao interesse privado”¹³²⁷. Assim, inserido neste contexto, Fernando Henrique Cardoso torna-se “garoto-propaganda” de um projeto conservador, de desmonte do Estado, de reformas e privatizações que ganhou espaço na mídia – discussão que será abordada de forma mais aprofundada adiante, no caso das eleições de 1998 no jornal *O Estado de S. Paulo*.

No entanto, o projeto de “modernização” não impediria que a economia brasileira fosse atingida por um quadro de instabilidade e crise derivada de ondas internacionais, ainda em seu primeiro governo. Cada vez mais dependente do capital estrangeiro, o Brasil sofreu com as conjunturas econômicas de outros países e de crises financeiras externas – México (1994), Ásia (1997), Rússia (1998). Como consequência das várias medidas do governo FHC para evitar um aprofundamento das crises no país, a moeda foi desvalorizada, tornando-se

¹³²⁴ Afirma Filgueiras que o Plano Real é “um produto econômico, político e ideológico de confluência [...] de três fenômenos [...]: a hegemonia da doutrina e das políticas liberais, a difusão do processo de reestruturação produtiva [...] e a reafirmação do capitalismo – [...] enquanto um sistema de produção mundializado ou globalizado.” (FILGUEIRAS, 2000, p. 30-31). O Plano Real somado à um programa de reformas do Estado – que englobava amplas reformas – trabalhista, econômica, administrativa, da previdência, a reforma tributária e as privatizações – estruturaram o ajuste neoliberal no Brasil.

¹³²⁵ BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Ajuste Neoliberal no Brasil: desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo Fernando Henrique Cardoso*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013, p. 25.

¹³²⁶ FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições*. São Paulo: Boitempo, 2000, p. 43.

¹³²⁷ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo na era virtual – Ensaios sobre o colapso da razão ética*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Editora UNESP, 2005, p. 119.

difícil a sustentação do Plano Real; o nível de desemprego alcançou patamares elevados, assim como o número de falências e a inadimplência. A atividade econômica e a abertura econômica desaceleraram.

Além dos impactos sobre o Plano Real, o déficit público e a dívida pública interna aumentaram de forma exorbitante, comprometendo o orçamento público e acarretando no aumento de impostos. O mesmo ocorreu com a dívida externa, que cresceu de forma acelerada, repercutindo no crescimento da dependência econômica frente à economia internacional. Abatia-se sobre a economia brasileira períodos de estagnação e recessão econômica que acabaram por levar o Brasil mais uma vez a recorrer à ajuda financeira do Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1998. Soma-se ainda a esse cenário crítico outros fatores poderiam ser apontados como negligências do governo federal como os incêndios das florestas de Roraima e a seca no Nordeste ¹³²⁸.

O Jornal *O Estado de S. Paulo*: o caso da eleição presidencial de 1998

O periódico *O Estado de São Paulo* (OESP), chamado de *A Província de São Paulo* até antes de 1889, foi fundado no ano de 1875 sob a organização e liderança de um grupo nomeado pelo Congresso Republicano de Itu, em 1874, e constituído também por diversos integrantes da sociedade do café – já é percebido que, desde o seu início, o jornal atende aos interesses de uma classe, de uma elite agrária. Em 1885, Júlio Mesquita começa a integrar a equipe do periódico como redator-gerente, tornando-se codiretor do jornal três anos depois, em 1888, ao lado de Rangel Pestana. E, em 1891, com a eleição de Rangel Pestana para Senado, Mesquita o substitui na direção de *A Província de São Paulo*. Desde então, a direção do jornal está nas mãos da família Mesquita.

Para Capelato, o periódico analisado

“[...] apresenta características singulares no quadro da imprensa brasileira: entre elas, deve-se destacar sua constância e coerência na trajetória de ‘defensor dos postulados liberais’; sua constante autodefinição como ‘órgão de oposição’ aos governos constituídos. [...] a permanente e sempre reiterada preocupação política do jornal de – para além de sua função informativa – se apresentar como ‘órgão modelador da opinião pública’. Dessa forma o desvendamento da ideologia liberal de ‘OESP’ bem como de sua efetiva intervenção na vida política se constituem em referências obrigatórias para o chamado pensamento conservador brasileiro”

¹³²⁸ RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.) *Mídia e Eleições 98*. João Pessoa/Salvador, Editora da UFPB / Edições FACOM, 2000.

“O modelo político defendido pelo periódico é considerado ‘ideal’ para o país norteia-se pelos princípios liberais e consubstancia-se na prática da democracia [...]”¹³²⁹. Ainda segundo Capelato, desde o início do século XX, o periódico expõe ideias contrárias à interferência do Estado na economia, pois defende que ir contra o princípio liberal de liberdade de mercado ocasiona em atraso. Ao Estado cabia apenas garantir os direitos naturais do homem, justiça, segurança, liberdade, propriedade¹³³⁰. Soma-se a estas ideias o apoio de *O Estado de São Paulo* a entrada de capitais estrangeiros, alegando que era uma instigação ao desenvolvimento, já que o Brasil não possuía capacidade de investimento.

A análise do periódico *O Estado de S. Paulo* torna possível perceber um alinhamento político e econômico do jornal com o Governo FHC e suas tomadas de decisões de cunho neoliberais e à sua candidatura na eleição para o cargo de Presidente da República em 1988. Não são deixados de fora os problemas evidentes no Brasil e difíceis de ignorar, mas que são tratados de forma superficial e amenizados a todo instante. Dá-se ênfase às qualidades do candidato FHC e ao sucesso de seu projeto político, econômico e ideológico, além de serem atribuídos aqueles problemas – aprofundamento das crises internacionais no país, altas taxas de desemprego, atraso nas reformas, alto déficit público – a terceiros.

No presente trabalho, a ênfase da análise será dada a algumas temáticas consideradas fundamentais no contexto de disputa eleitoral de 1998: o projeto de privatizações e de reformas; as crises econômicas internacionais e as medidas do governo brasileiro quanto aos seus reflexos no país; o Plano Real, que completou quatro anos no ano estudado; e por fim, a disputa entre os candidatos à presidência – principalmente o destaque negativo dado a Luis Inácio Lula da Silva no jornal *O Estado de S. Paulo*.

O projeto de privatizações do Governo FHC ocupa um grande espaço nas páginas do jornal, seja no que concerne à disputas políticas e judiciais em torno disto ou no que diz respeito às vantagens consideradas por *O Estado de S. Paulo*. No periódico, a visão que se apresenta é a de que as privatizações trariam benefícios tanto ao governo, que atrairia investimentos interno e externo, como para os consumidores, que teriam mais e melhores

¹³²⁹ CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 91.

¹³³⁰ CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 98.

ofertas de serviço. Além disso, defende-se no artigo “Privatização vai ajudar a consolidar estabilização” a ideia de que

“O programa de privatizações brasileiro [...] tem tudo para se converter no instrumento chave para o Brasil conseguir vencer as dificuldades que se colocam-no caminho da consolidação da estabilização econômica, com crescimento. [...] Poucos analistas perceberam [...] que o programa de privatização foi fundamental para que o País pudesse superar a crise externo e continua sendo a principal arma brasileira.”¹³³¹

Chama a atenção na análise dos editoriais do jornal a constância das argumentações que retiram do governo e do então Presidente da República a responsabilidade pelos problemas econômicos e sociais – quando não os ameniza –, transferindo a culpa para outros fatores e sujeitos internos e externos, políticos e econômicos. Isto acontece no que se refere a vários aspectos brasileiros, como o déficit público, o atraso das reformas propostas pelo governo, o agravamento da crise econômica e até mesmo a situações que envolvem a seca no Nordeste.

No editorial “Os fins, justificando os meios”, de 30 de abril, *O Estado de S. Paulo* defende que “Um governo composto por homens honestos, que contrasta com o governo do passado, pontilhados por escândalos de toda ordem, mas mal consegue levar avante um projeto de reformas de óbvio interesse nacional”¹³³².

Acerca ainda das reformas, que para os donos do jornal são “de óbvio interesse nacional”, OESP “patrocina” estes projetos. Isto pois, as reformas, prioridade o governo FHC, significariam um salto na qualidade de vida da população brasileira já que delas dependia o crescimento econômico, e conseqüentemente a criação de postos de emprego, melhores serviços de infraestrutura e o equilíbrio das contas públicas – este último tem a imagem projetada na Previdência, a qual devia passar por uma urgência reforma. No entanto, como apresentado no editorial anterior, *O Estado de S. Paulo* defendia que se tornava difícil alcançar essas melhorias por causa da atuação da oposição que estava no Congresso e até mesmo fora dele, como Lula.

Quando analisado o contexto das eleições presidenciais de 1998, ficam em evidência as crises mundiais que também atingem a economia brasileira. E sobre essa temática são destacados em diversos editoriais do jornal as medidas de Fernando Henrique Cardoso para

¹³³¹ “91% dos paulistanos aprovam o Real”, %”, *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição de 5 de janeiro de 1998, p. 1.

¹³³² “Os fins, justificando os meios”. *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição de 30 de abril de 1998, p 3.

enfrentar a crise e o apoio dos editorialistas a todas elas, antecipando um futuro de austeridade e a necessidade do sacrifício popular.

O jornal apresenta as medidas de FHC no enfrentamento da crise externa como providências defensivas, sem as quais a crise teria um efeito ainda maior sobre a economia brasileira. Em outubro de 1997, o governo lançou um pacote de austeridade para driblar as consequências destas crises, como aumento dos juros e impostos. Segundo os editorialistas de OESP, o enfrentamento daquele momento era difícil, porém era exagero falar em recessão, era percebido uma melhora na atividade industrial, os investimentos continuavam a crescer; a pior fase havia, para eles, passado. “O ajuste, naturalmente, implicou sacrifícios. [...] Mas a alternativa poderá ser muito, mas custosa [...]”¹³³³. Na capa do jornal de 6 de janeiro, ressaltava-se que a rápida reação do governo após a crise asiática, além do bom desempenho da economia, manteve a confiança de investidores no Brasil.

Segundo colocam os editorialistas, naquele momento o tema era crise e os motivos de descontentamento eram culpa de FHC. Porém, mesmo que as medidas tomadas por seu governo não tenham tido êxito maior, nenhum outro governante brasileiro teve melhores resultados que Fernando Henrique Cardoso: a economia não se fragilizou, a produção aumentou em quantidade e qualidade, e o problema da seca no Nordeste, que tornou-se um tema bastante debatido, era uma questão existente desde os tempos coloniais. “Se alguma responsabilidade cabe ao atual governo, é o fato de ter abolido o alucinógeno da inflação”.¹³³⁴

As eleições presidenciais e 1998 foram também marcadas pelo aniversário de quatro anos do Plano Real no mês de julho daquele ano, estando presente nas páginas do periódico desde o mês de janeiro. O jornal assume que após a implementação do Plano Real ainda há muito o que ser feito no Brasil, porém, é inegável que houve uma grandiosa melhora na vida econômica e social dos brasileiros em pouco tempo – e afirma-se que sem a implantação do real, seriam impraticáveis as transformações conseguidas desde 1994, como o fato de o governo, economia e sociedade voltaram a funcionar. A primeira página e o caderno de economia de 5 de janeiro dão destaque a isto: “o desemprego, a alta dos juros e o pacote fiscal que aumentou o Imposto de Renda não foram suficientes para abalar a confiança dos brasileiros no Real [...]”¹³³⁵.

¹³³³ “Vencendo a crise sem estragos”. *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição 16 de Maio de 1998, p. 3.

¹³³⁴ “De ilusão também se vive”. *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição 05 de junho de 1998, p. 3.

¹³³⁵ “Real começa o ano com aprovação de 91%”, *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição de 5 de janeiro de 1998, p. 23.

Quando as pesquisas da intenção de votos apontam uma possível vitória de Lula para o cargo Executivo, uma alternativa ao governo FHC, o editorial de 1 de junho, “As razões da insatisfação”, demonstra choque. “Os candidatos de oposição não apresentam programas viáveis para a superação da atual crise. Ao contrário. O que dizem sugere ou explicita o retrocesso, o retorno ao estatismo e ao fechamento as economias, pragas responsáveis pelo aspecto estrutural dos problemas nacionais [...] suscitam reações de desconfiança e medo nos agentes econômicos e nos investidores estrangeiros”¹³³⁶.

A conjuntura financeira e econômica internacional, as crises que atingem o Brasil tornam-se temas importantes também numa perspectiva de críticas à Lula. Ao prometer a desvalorização do câmbio no contexto de crise asiática, o candidato é colocado na posição de tolo; “A economia brasileira não é desafio para amadores, nem para quem carece de maturidade para avaliar as condições de êxito no ambiente internacional”¹³³⁷, e Lula e Brizola, candidato a vice, pareciam não compreender as transformações que ocorriam no mundo, agora cada vez mais interligado. Para os editorialistas, o caminho utilizado pelo governo Fernando Henrique não necessitava de uma direção diferente – a crise econômica internacional havia limitado o campo de ação dos governantes e as medidas tomadas tornavam o país mais competitivo em um mercado internacional. “O mal que Lula e Brizola poderão fazer à economia serão limitados. O problema é o mal que já estão fazendo e farão até as eleições, com declarações irresponsáveis que podem afastar os investidores estrangeiros”.

Segundo se posiciona OESP, “Os responsáveis pela vulnerabilidade do Brasil” frente a crise no mercado internacional, eram Lula, José Dirceu e companhia, uma oposição intransigente e despreparada para assumir o governo do País. “A oposição negou ao governo meios de controle e redução dos principais gastos públicos, geradores de um déficit brutal e crescente, criando vulnerabilidade às crises externas. [...] O PT é responsável também pela queda do ritmo de crescimento da economia e assim pelo aumento do desemprego”, isto porque obstruíram propostas do governo que atenuariam a crise fiscal¹³³⁸.

No último mês analisado, já a alguns dias do primeiro turno da eleição presidencial, são feitas duas importantes perguntas no jornal “O presidente Fernando Henrique merece

¹³³⁶ “As razões da insatisfação”. *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição de 01 de Junho de 1998, p. 3.

¹³³⁷ “A crise longe do fim” *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição 17 de Junho de 1998, p. 3.

¹³³⁸ “Os responsáveis pela vulnerabilidade do Brasil”. *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição de 26 de Agosto de 1998, p. 3.

outro mandato?”, “Como seria o Brasil com três meses de governo Lula?”. A resposta para essas perguntas, começando a resposta pela segunda questão é que:

“Imagino o cenário do caos. Greves por todo o país, do funcionalismo ao setor privado. O MST promovendo uma ofensiva [...]. Vários grupos internos o PT iniciando uma onda de reivindicações absurdas [...], O Congresso em estado de alerta, diante da falta de entendimento com o governo. [...] A hiperinflação começa a ressurgir. As bolsas caem e há fugas de capitais. Um país em convulsão. [...] Da última vez em que o Brasil teve um presidente de esquerda, inconsequente e incompetente, o resultado foi uma ditadura de 20 anos. O Presidente Fernando Henrique que é um verdadeiro estadista [...] inspira confiança aos setores financeiros, dando ao Brasil respeitabilidade [...]. O trabalho de Fernando Henrique não está terminado”¹³³⁹

Considerações Finais

A análise das reportagens e editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* publicadas durante o ano eleitoral de 1998 deixa claro o alinhamento do jornal com o candidato-presidente Fernando Henrique Cardoso e com seu projeto econômico e político neoliberal, atuando como *aparelho privado de hegemonia*, de acordo com a perspectiva gramsciana. Dessa forma, o trabalho apresentado conclui que diferentemente da visão liberal acerca da imprensa, esta, e neste estudo de caso o jornal *O Estado de S. Paulo*, faz parte de um conjunto de instituições que visam interferir na sociedade em busca de um consenso acerca de uma concepção de mundo.

Fontes

“91% dos paulistanos aprovam o Real”, %, *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição de 5 de janeiro de 1998, p. 1.

“Real começa o ano com aprovação de 91%”, *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição de 5 de janeiro de 1998, p. 23.

“Privatização vai ajudar a consolidar estabilização”. *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição de 5 de janeiro de 1998, p. 31.

“Os fins, justificando os meios”. *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição de 30 de abril de 1998, p. 3.

¹³³⁹ “O cenário do caos”. *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição de 01 de setembro 1998, p. 2.

“Vencendo a crise sem estragos”. *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição 16 de Maio de 1998, p. 3.

“As razões da insatisfação”. *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição de 01 de Junho de 1998, p. 3.

“De ilusão também se vive”. *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição 05 de junho de 1998, p. 3.

“A crise longe do fim” *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição 17 de Junho de 1998, p. 3.

“Os responsáveis pela vulnerabilidade do Brasil”. *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição de 26 de Agosto de 1998, p. 3.

“O cenário do caos”. *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição de 01 de setembro 1998, p. 2.

Referências Bibliográficas

BIANCHI, Alvaro. Eterno / provisório e Estado / Sociedade Civil. In. Idem. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Ajuste Neoliberal no Brasil: desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo Fernando Henrique Cardoso*. 390 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições*. São Paulo: Boitempo, 2000.

FONSECA, Francisco. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, nº 6, Julho./Dezembro de. 2011.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo na era virtual – Ensaios sobre o colapso da razão ética*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Editora UNESP, 2005, p. 119.

MIGUEL, Luis Felipe. Um Ponto Cego nas Teorias da Democracia: Os Meios de Comunicação. In: *BIB*, Rio de Janeiro, n 49, p. 51-77, 1º semestre de 2000.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

MIGUEL, Luis Felipe. Meios de comunicação de massa e política no Brasil. In: *Diálogos Latinamericanos*.

MORAES, Dênis de. Comunicação, Hegemonia e Contra-hegemonia – a contribuição teórica de Gramsci. In: *Revista Debates*, Porto Alegre, vol.4, nº 1, pp. 54-77, jan.-jun. 2010.

MORAES, Dênis de. Comunicação, Hegemonia e Contra-hegemonia – a contribuição teórica de Gramsci. In: *Revista Debates*, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010, p. 8.

RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.) *Mídia e Eleições 98*. João Pessoa/Salvador, Editora da UFPB / Edições FACOM, 2000.

SILVA, Leonardo Barbosa e. *O Governo Lula e a agenda dos anos 90 – ambiguidade na política administrativa*. 218 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UNESP. Araraquara, 2008, p. 56.

SOARES, Murilo Cesar. Veja e a construção do CR-P nas eleições presidenciais de 1998. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). *Mídia e Eleições 98*. João Pessoa/Salvador: Editora da UFPB/Edições FACOM, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo, Martins Fontes, 1983.

Percepção sociocultural do século XIX através da análise do vestuário de época

Lilian Patricia Soares Filocreão¹³⁴⁰

Resumo: A presente análise tem como objetivo refletir sobre a possibilidade em aplicar o vestuário como recurso didático em sala de aula, no Ensino Médio, articulando o conhecimento histórico construído nas escolas com a recente produção historiográfica acadêmica. Busca compreender as relações sociais, culturais, econômicas e políticas, ocorridas no Brasil, durante meados do século XIX, bem como as práticas individuais e coletivas do período, a fim de contribuir para a construção e ampliação dos saberes históricos entre os discentes.

Palavras-chave: Vestuário; Ensino; Sociedade.

Abstract: The presente essay has as goal to think about the possibility of the use of clothing as a didactic resource in high School classes while linking the historical knowledge constructed in School with the recent historiographic production of the Academy. It seeks to understand social, cultural, economic and political relations that were current in Brazil during the mid-nineteenth century, as well as the individual and collective practices of the period in order to contribute for the construction and amplification of historical knowledge among students.

Keywords: Clothing; Teaching; Society.

Introdução

A teoria da história produzida na academia e o saber histórico escolar são áreas que devem buscar um diálogo, visto que ambas são produtoras de conhecimento histórico. O professor deve levar os alunos a compreenderem as ações e relações entre os indivíduos em determinadas sociedades, e a coexistência de rupturas e continuidades no passado.

¹³⁴⁰ Mestranda em Ensino de História (ProfHistoria) pela UNIRIO. Especialista em História e Cultura no Brasil pela UNESA. Professora de História pela SEEDUC-RJ. E-mail: liliansfilocreao@gmail.com. Bolsista Capes.

O uso do vestuário como fonte de pesquisa provê aos alunos uma ferramenta pedagógica na elaboração da noção de temporalidade histórica, e possibilita a compreensão da sociedade hierarquizada e escravista do Brasil em meados do século XIX, com seus diferentes estratos sociais, e como o vestir denotava os valores individuais e coletivos da época.

A respeito do estudo do vestuário, faz-se necessário esclarecer alguns termos. Por Moda entendemos como algo que não se restringe às roupas; mas sim à visão de mundo e a postura; indumentária, por sua vez, é um elemento da cultura material de uma sociedade em determinada época, que transita entre as memórias individuais e coletivas e se constitui no movimento histórico.

O termo utilizado na análise, vestuário, se justifica no sentido de não remontar apenas às vestes, mas a um objeto que amplia as particularidades sociais, e se mostra mais didático na compreensão do conhecimento histórico pelos discentes.

Abordaremos autores que refletem sobre o vestuário como fonte histórica: Barthes (2005); Daniela Calanca (2008) e Diana Crane (2013); sobre o vestuário das camadas sociais brasileiras em meados do século XIX, através das contribuições de Maria do Carmo Rainho (2002); Joana Monteleone (2019); Patricia March de Souza (2011); Ana Carolina de Santana Custódio (2015) e o uso de imagens na área de história, através dos artigos de Paulo Knauss (2008) e Ulpiano T. Bezerra de Meneses (1994).

Estudar o vestuário e sua relação com a história proporciona um olhar sobre o passado, e nos possibilita a compreensão das relações humanas sob os aspectos políticos, econômicos e culturais, além disso, se constitui em um dos variados elementos da cultura material, cujo simbolismo de sua criação e uso abrange as singularidades sociais em diferentes épocas¹³⁴¹.

O vestuário como fonte histórica

A partir do século XIX surgem várias obras a respeito do estudo do vestuário, entretanto estas se apresentavam mais como coletâneas, do que como obras de estudos críticos, como avalia Paulo Debom, sendo os três mais marcantes de Jules-Étienne Quicherat, *Histoire du costume en France depuis les temps les plus reculés jusqu'à la fin du XVIII siècle*

¹³⁴¹Os objetos materiais servem como vetores das relações sociais, não apenas produtos, além de atuarem como elementos de produção e reprodução social, ver Ulpiano T. Bezerra de Meneses. *Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico*. Anais do Museu Paulista. São Paulo, v.2, n.º.2, jan/dez1994, pp.9-42. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v2n1/a02v2n1.pdf>. Acesso em: 06/10/2019. p.12.

(1886); de Albert Racinet, *The historical encyclopedia of costumes*(1888); e de Carl Höler, *A history of costume*, escrito entre 1860 e 1870, e publicado em 1920¹³⁴².

As contribuições de várias obras do escritor, sociólogo, filósofo e um dos maiores intelectuais contemporâneos, Roland Barthes, no campo de pesquisa do vestuário no século XX, são bastante significativas, pois trata este como um objeto de estudo que não deve ser banalizado e, além disso, o relaciona a diferentes campos de conhecimento como a Sociologia, a Semiologia, a História, entre outros.

Aborda que a moda forja o sujeito através da construção de uma marca identitária, que o relaciona com todos àqueles que o cercam, ou seja, a roupa produz significados sendo também um texto. A respeito de como utilizar tal objeto como uma fonte de pesquisa, Barthes nos propõe as seguintes sugestões:

(...) o historiador e o sociólogo não tem de estudar apenas gostos, modas ou comodidades; precisam recensear, coordenar e explicar regras de disposição ou uso, imposições e proibições, tolerâncias e transgressões; não devem recensear “imagens” ou traços consuetudinários, mas relações e valores; essa é a condição preliminar de toda relação entre vestuário e história, pois precisamente essas correlações normativas são, em última instância, veículos de significação.¹³⁴³

O historiador Daniel Roche, que também proporcionou contribuições na compreensão da produção do conhecimento sobre o vestuário, aborda a relação entre o indivíduo vestido e a sociedade, sendo que o código do vestir pode ser medido nas grandes mudanças que afetam o sistema indumentário, e, por comparação, nas possibilidades de difusão e recepção. O vestuário indica inclusão e exclusão, hierarquia, imitação, distinção, gosto pessoal, entre diversos outros elementos, logo, é um caminho privilegiado para se ler a sociedade¹³⁴⁴.

Roche ressalta que o estudo das roupas não pode se dissociar da história econômica, da produção e desenvolvimento de diferentes tipos de tecidos e das relações entre consumo e mercado.

¹³⁴² DEBOM, Paulo. A moda e o vestuário como objetos de estudo na História. Revista de Ensino em Artes, Moda e Design, Santa Catarina, nº 3, v.3, p.13-26, out.2019- jan.2020. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/Ensinar moda>. Acessado em: 06/10/2019. O historiador Paulo Debon possui um vasto trabalho na análise crítica da história do vestuário. No decorrer do século XIX há diversos estudos que contribuem a respeito da dimensão social das vestimentas, como Herbert Spencer, Gabriel Tarde, Thorstein Veblen e Georg Simmel, já no século XX há as contribuições de Walter Benjamin e Pierre Bourdieu. A fim de não estender a pesquisa de tal temática, nos deteremos na análise de alguns estudiosos.

¹³⁴³ BARTHES, Roland. Inéditos, vol.3: imagem e moda. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.p. 266.

¹³⁴⁴ ROCHE, Daniel. A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII – XVIII). São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.p. 59.

As contribuições da denominada “História Nova,” proposta pela historiografia francesa da Escola dos *Annales*, na segunda metade do século XX, ampliou-se a noção de objetos e temas no campo historiográfico¹³⁴⁵.

A partir da “Nova História” francesa, se delineia a noção de “cultura material”, conceito antropológico, que permite aos historiadores de qualquer período e de qualquer área cultural ligar entre si alguns fatos considerados marginais em relação ao essencial – o político, o religioso, o social, o econômico.

Jacques Le Goff se preocupava com a dinâmica cultural na história, enfatizando que “a memória coletiva e o cotidiano das pessoas também são História, perceptíveis através de documentos escritos e não escritos¹³⁴⁶”.

A respeito do conceito de memória, Le Goff estabelece que a mesma tem como propriedade conservar certas informações em conjunto com funções psíquicas utilizadas pelos homens, e além disso, a memória é um elemento essencial na construção da identidade dos indivíduos e também um objeto de poder entre diferentes segmentos sociais. É necessário ressaltar que o tempo da memória é o da continuidade, através de um acesso direto, já o tempo da história é o da descontinuidade, com um acesso do passado através de vestígios.

O vestuário e mais precisamente a indumentária “é um patrimônio cultural que rememora aspectos da sociedade na qual estava inserida”, como nos lembra a historiadora Camila Silva, “a indumentária encontra-se na intermediação entre a memória individual, do sujeito detentor ou criador de uma peça, e a memória coletiva”¹³⁴⁷.

A socióloga italiana Daniela Calanca trata que analisar as mudanças históricas dos indivíduos por esse viés, propicia um profundo diálogo entre a sociologia do vestuário e história no uso da indumentária como objeto de pesquisa.

Calanca ao estabelecer a moda e costume (escala de valores aos quais os membros de um determinado contexto histórico-social buscam assemelhar-se) na sociologia e na historiografia, apresenta uma linha temática sobre o estudo do vestuário, a partir das análises de Roland Barthes, e de Fernand Braudel, nos anos de 1970, e se delimita em três pontos:

¹³⁴⁵Nesse sentido a perspectiva plural proposta pela História Cultural, possibilita a construção de caminhos alternativos para a investigação histórica, bem como a sua preocupação em resgatar o papel das classes sociais, da estratificação e mesmo do conflito social.

¹³⁴⁶LE GOFF, J. História. In: História e Memória. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. p.22.

¹³⁴⁷SILVA, Camila Borges da. A indumentária no museu: algumas considerações sobre memória e patrimônio. In: BORGES, Camila. MONTELEONE, Joana. DEBOM, Paulo. (Orgs.) A história na moda, a moda na história. São Paulo: Alameda, 2019.p.304.

1. Os usos e costumes do vestir são dados de observação privilegiada para estudar a confluência de numerosos fatores, como a ligação contínua entre o desenrolar da história das ideias e aquela do pensamento econômico; a relação entre as mudanças de gosto, analisadas do ponto de vista antropológico, e a incidência do progresso científico: o mecanismo de influência que caracteriza a atual relação entre *mass media* e consumidores.
2. A história do vestuário não é um simples inventário de imagens, mas um espelho do articulado entrelaçamento dos fenômenos socioeconômicos, políticos, culturais e de costume que caracterizam uma determinada época;
3. A história da indumentária coloca uma ampla série de temas, das matérias-primas e das técnicas de produção ao problema dos custos, das hierarquias sociais, das modas e, em um plano mais geral, aos cuidados que se tem com o próprio corpo e à maior ou menor importância atribuída no curso dos séculos às relações interpessoais e sexuais¹³⁴⁸.

O vestuário na sociedade brasileira oitocentista: elites e subalternizados

Devido ao marco temporal da pesquisa ser o século XIX faz-se necessário especificar alguns autores que analisam tal período, um deles é da socióloga Gilda de Mello e Souza, que teve seu trabalho como pioneiro na academia brasileira com um estudo dedicado exclusivamente à indumentária oitocentista, no qual esta passou a ditar gostos particulares, por meio das formas, dos tecidos, das cores, das relações de sociabilidade, da distinção social, das representações artísticas e dos estudos de gênero.

Souza atesta que o século XIX acentuará um antagonismo entre homens e mulheres, principalmente das elites, tendo o traje feminino se tornado mais complexo e limitador, e o traje masculino se tornado mais sóbrio¹³⁴⁹. Perpassa por diferentes áreas em sua análise, como Sociologia, Artes e literatura, mas sua contribuição acadêmica se tornou uma referência na historiografia brasileira.

Outra contribuição sobre o vestuário no Brasil do século XIX foi da historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva, que relata a relevância da chegada da Corte portuguesa em nosso território, como um elemento de grande mudança na produção de tecidos e no consumo dos indivíduos.

No século XVIII a rainha Maria I havia proibido a fabricação de tecidos no Brasil que pudessem competir com Portugal e debilitando a manufatura de roupas de moda localmente: a vinda da família Real será um avanço nesse sentido, o que permitirá o desenvolvimento de

¹³⁴⁸CALANCA, Daniela. História Social da Moda. São Paulo: Senac São Paulo, 2008. p. 27.

¹³⁴⁹SOUZA, Gilda de Mello. O espírito das roupas: moda no século dezenove. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.p.60.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

tecelagens e confecções no início do século XX, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro¹³⁵⁰.

A também historiadora Maria do Carmo Rainho também estabelece a chegada da Corte Portuguesa como um fato histórico que mobilizou várias mudanças no espaço urbano, nos costumes e nos hábitos da sociedade, e como o vestuário foi um elemento presente na imprensa, no incremento da vida pública através de bailes e festas, no consumo das idas as boutiques de roupas, geralmente francesas, e das confeitarias.

Para tais constatações, Rainho utiliza como fontes de época os manuais de civilidade, os periódicos de Moda e teses apresentadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Os membros da chamada “boa sociedade” tiveram que se adequar e transformar seus costumes no que diz respeito ao vestir, se portar e consumir, a um padrão europeu, tido como sinônimo de bom gosto, principalmente as mulheres casadas das elites que passaram a externalizar o patrimônio dos seus maridos, tanto no vestuário como no conhecimento da etiqueta europeia, e nesse sentido estabeleciam uma percepção de civilidade na depreciação das formas de vestir que identificassem resquícios de índios ou negros¹³⁵¹, nos hábitos tidos como simples e menos sofisticados.

Houve um estabelecimento de uma “sociedade de Corte” na cidade do Rio de Janeiro, ao alterar hábitos culturais e de consumo da elite brasileira, além de um fortalecimento dessa parcela situada no Centro–Sul¹³⁵².

Com a chegada da Corte Portuguesa, em 1808, surge jornais e revistas especializadas no vestuário e também no viver em sociedade. Anúncios franceses abordavam a “modernidade”, a renovação da moda, o que nos mostra um paradoxo de uma sociedade que valorizava a tradição, porém a moda e as roupas traziam a ideia de “novidade” nos costumes

¹³⁵⁰SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Vida privada e cotidiano na época de D. Maria I e D. João VI. Lisboa: Estampa, 1993. Na Baixa Idade Média as leis suntuárias regulavam a respeito da manutenção das distinções do vestir entre os estratos sociais. No Antigo Regime a roupa significou um instrumento de regulação política, social e econômica. A aristocracia possuía o direito ao luxo de tecidos evitando ser confundida visualmente com outras camadas. Após a Revolução Francesa, motivados pelo ideal de igualdade, os franceses aprovaram um decreto em 1793 declarando que ninguém de qualquer sexo poderia constranger nenhum cidadão a se vestir de uma maneira específica. No Brasil do século XIX marcado pela escravidão, as práticas de distinção do Antigo Regime, ainda se farão presentes no cotidiano e no vestuário das elites.

¹³⁵¹RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. A cidade e a moda: novas pretensões, novas distinções. Rio de Janeiro século XIX. 2002. A obra da autora irá fundamentar a análise do projeto, por tratar do corte temporal e das especificidades sociais do Rio de Janeiro a época.

¹³⁵² Na Corte real francesa, que serviu de modelo para as demais cortes europeias, alguém que não pudesse mostrar-se de acordo com seu nível perdia o respeito da sociedade e permanecia atrás dos seus concorrentes, numa disputa incessante por status e prestígio, ver Norbert Elias, *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

do cotidiano, tal aspecto era evidenciado no consumo das elites femininas, e em suas tímidas inserções no espaço urbano, mesmo o vestuário adotado por estas ter sofrido críticas por religiosos, médicos e jornalistas, se tornaram importantes referências na compreensão das relações sociais do período.

Segundo a historiadora Armelle Anders em sua análise do Rio de Janeiro do século XIX, a Rua do Ouvidor era considerada sinônimo de luxo de artigos de Paris, a elite carioca poderia vestir-se e comer à francesa, e também ler e pensar em francês. Aos olhos dos brasileiros essa rua representaria um canal de civilização para o país¹³⁵³.

Joana Monteleone historiadora cultural atesta as mudanças nas atitudes das mulheres das camadas mais elevadas em relação às mercadorias e ao espaço social que passaram a ocupar na cidade durante o período oitocentista, além de novas atividades urbanas para as mulheres: vendedoras, costureiras, garçonetes, secretárias, entre outros. Para Monteleone o vestuário tinha grande relevância entre as mulheres da elite brasileira, pois saber comprar e usar trajes em diferentes ocasiões era um fator de distinção social.¹³⁵⁴

A sociedade imperial se configurava em hierarquias e exclusões que foram construídas durante trezentos anos de colonização, além de expressar a importância do sistema escravista. A combinação de liberdade e propriedade, além da imagem do fenótipo europeu, servia para criar um “sentimento aristocrático”, pois a combinação de condições sociais e matrizes raciais, não apenas hierarquizava os estratos sociais, como definia papéis no interior da “boa sociedade”, como atesta o historiador Ilmar Rohloff.¹³⁵⁵

A fim de que os discentes compreendam de forma mais ampla a respeito da sociedade brasileira oitocentista, se faz necessário abordar como segmentos excluídos e subalternizados também construíam suas identidades a partir do vestuário, pesquisas historiográficas recentes nos asseguram uma possibilidade de entendimento do período.

Nesse sentido, a compreensão de tal perspectiva possibilita um vislumbre de como as distinções perpassavam no consumo dos grupos de uma sociedade marcada pela escravidão¹³⁵⁶. Mesmo em um contexto social estratificado e sob os moldes do Antigo

¹³⁵³ ENDERS, Armelle. A História do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Gryphus, 2015.

¹³⁵⁴ MONTELEONE, Joana. Moda, consumo e gênero na corte de D. Pedro II (Rio de Janeiro 1840-1889). Revista de História, São Paulo, nº 178, p.1-34, maio 2019. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/137842>. Acesso em: 05 de agosto de 2019.

¹³⁵⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff de. O gigante e o espelho. In: O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870. GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo. (Orgs.) 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

¹³⁵⁶ O sociólogo Pierre Bourdieu assegura que o espaço social e suas diferenças tende a desenhar simbolicamente grupos com estilos de vida diversos. O conceito de distinção é uma diferença na estrutura do espaço social,

Regime, os subalternizados externalizavam suas identidades no seu vestuário, apresentando desvios dos padrões europeus do período.

A maioria dos indivíduos não tinham condições econômicas de se vestirem de forma opulenta como as elites, com roupas vindas da Europa, principalmente da França para o público feminino, e da Inglaterra para o público masculino, tal fato não se mostrou um obstáculo intransponível no sentido do uso do vestuário como um elemento de ressignificação social.

A respeito do vestuário como elemento para manter ou subverter fronteiras simbólicas, a socióloga Diana Crane estabelece como este serviria de indicativo para as pessoas, em diferentes épocas, veem sua posição nas estruturas sociais e negociam as fronteiras de *status*¹³⁵⁷.

Apesar de abordar a escolha do vestuário nas sociedades norte-americanas, francesas e inglesas, durante os séculos XIX e XX, Crane apresenta como tais escolhas refletem as formas com que membros de diversos níveis sociais veem a si mesmos, em relação aos valores dominantes, e também qual era a relação das classes subalternizadas com as transformações culturais da indumentária, além dos padrões das elites.

A fim de compreender de forma mais ampla a respeito das estratificações sociais materializadas no vestuário do Brasil do século XIX, deve-se tratar sobre os indivíduos que não faziam parte da “boa sociedade”.

Em sua tese de Doutorado, a historiadora Patricia March de Souza relata que de acordo com a linha de raciocínio do antropólogo Marshall Sahlins, no âmbito material e simbólico, itens de vestuário podem demarcar noções básicas de tempo, lugar e pessoa.

Souza pontua que a cidade do Rio de Janeiro foi a principal porta de entrada de escravizados africanos não só para a Corte, mas também para o interior da Corte, Minas Gerais e São Paulo, e se caracterizou como a maior concentração urbana de escravizados no Brasil oitocentista.

As possibilidades de acesso das escravizadas a itens de vestuário, joias e acessórios, dependeriam, principalmente, da condição econômica de seus senhores e do tipo de função desempenhado junto à família senhorial:

percebida de acordo com essa estrutura, além de ser um agente dotado de categorias de percepção, se manifestando como uma diferença reconhecida e legitimada como tal.

¹³⁵⁷CRANE, Diana. A Moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas. São Paulo: Editora Senac, 2013.

Enquanto propriedade, os escravos estavam submetidos não só à sua exibição pública enquanto bens materiais do patrimônio senhorial, mas também a exibição da sua qualidade enquanto escravo na hierarquia da escravidão, estabelecida de acordo com as atividades desempenhadas, que, por sua vez, era definida pela idade, cor, origem habilidade e também pela aparência. Em relação à aparência, os escravos destinados ao convívio mais íntimo da família se vestiam de forma melhor do que outros (menos pela necessidade dos escravos do que pelo reflexo da condição econômica e social da família)¹³⁵⁸.

As relações entre senhores e escravizados na sociedade brasileira do século XIX giravam em torno de três eixos: o doméstico, com acesso à alforria, as práticas de compra e venda e nas relações senhoriais e a atuação do poder público¹³⁵⁹.

É necessário ressaltar que o vestuário dos escravizados nas áreas rurais estava sujeito às intempéries do clima, e também às duras condições de trabalho no campo, o que resultava em vestes desgastadas com o tempo.

A pesquisadora Ana Carolina de Santana Custódio nos relata que o acessório utilizado na cabeça por escravizadas, denominado “*torço*” era um elemento “individualizador” da vestimenta negra no Brasil durante o século XIX. Representava um importante papel, seja por razão nacional, religiosa ou regional e consistia em “um triângulo de pano cuja base cingia a circunferência da cabeça, feito normalmente de linho, algodão e seda, podendo apresentar bordados, cores lisas ou padrões geométricos realizados a partir de tecelagem ou de estamparia”¹³⁶⁰.

O uso do conjunto formado por camisa, saia e lenço amarrado na cabeça mostrava visualmente o quanto essa mulher estava inserida em um sistema que vestia e marcava a escravização, além disso, aparecer descalça desde a Roma antiga era um dos traços distintivos dos escravizados, e um signo da condição social de tais indivíduos na sociedade da época.

O uso do vestuário como fonte histórica em sala de aula

¹³⁵⁸SOUZA, Patricia March de. Visualidade da Escravidão: representações e práticas de vestuário no cotidiano dos escravos na cidade do Rio de Janeiro oitocentista. Rio de Janeiro, 2011, 263p. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/17541/17541_1.PDF. Acesso em: 24 de junho de 2019.p.109.

¹³⁵⁹CHALHOUB, Sidney. População e Sociedade. In: A construção nacional: 1830-1889, vol.2. CARVALHO, José Murilo de. (Coord.) Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (História do Brasil Nação: 1808-2010; 2).

¹³⁶⁰CUSTÓDIO, Ana Carolina de Santana. Vestir e Marcar: a construção visual da vestimenta das mulheres escravizadas no Brasil Imperial – Século XIX. 2015.177f. Dissertação (Mestrado em Arte e Cultura Visual) – Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/4748>. Acesso em: 24 de junho de 2019.p. 47.

A análise do vestuário como fonte histórica, ainda é pouco considerada no meio acadêmico, muitas vezes atrelado à percepção de banalidade ou frivolidade, como expõe Roland Barthes.¹³⁶¹ A pesquisa busca incentivar o uso de tal fonte como uma ferramenta pedagógica pelo docente em sala de aula, a fim de suscitar o interesse dos discentes na disciplina de História, mediante sua possibilidade como fonte imagética de época.

A utilização de tal fonte poderá disponibilizar uma percepção mais ampla da sociedade do século XIX, com suas singularidades pautadas pela escravidão e hierarquizações, não abordando apenas como as elites brasileiras e europeias se vestiam à época, o que possui ampla documentação, mas compreender o vestuário como um elemento que marcava o papel dos indivíduos, e seus ressignificados por escravizados e libertos, a fim de externalizarem suas ancestralidades e identidades, o que se apresenta com pesquisas históricas ainda recentes.

Diante de tais constatações, a principal questão é como utilizar tal elemento em sala de aula no Ensino Médio, fato esse ainda não apreciado no ensino de História, até o presente momento. As possibilidades são variadas, visitação a museus locais, *blog*, criação de vídeos, ou de um material pedagógico a ser utilizado pelo professor, porém a proposta se baseia na sugestão de uma oficina a ser realizada em sala de aula.

Mediante uma pesquisa prévia a respeito da época, o docente elaborará através de uma seleção de imagens datadas a partir de 1840, pois temos o início de revistas que tratam do vestuário europeu no Brasil, e litografias, pinturas e fotografias produzidas por artistas europeus que nos possibilitam um vislumbre das classes subalternizadas até o final do século XIX.

Tais imagens são facilmente encontradas em *sites* e livros, que demonstrem os indivíduos retratados, das elites urbanas, aos indivíduos subalternizados, qual seja, escravizados e libertos e suas singularidades.

O docente dividirá a sala em grupos e distribuirá as imagens contendo diferentes grupos sociais, inicialmente instigando os discentes a respeito das suas impressões de tais imagens: quem seriam aqueles indivíduos, quais grupos sociais pertenciam, porque se vestiam

¹³⁶¹BARTHES, Roland. Inéditos, vol.3: imagem e moda. 1ª ed.São Paulo: Martins Fontes, 2005. Apesar de tal constatação houve um aumento dessa temática no número de pesquisas a partir dos anos de 1990 no Brasil, um exemplo são as publicações da Revista de História da USP, na seção Moda Manifesto que traz vários artigos acadêmicos que analisam o vestuário e suas especificidades sob um olhar historiográfico.

de forma diferente uns dos outros, e a produção de tais imagens, quem e porque as produziram.

É necessário tratar que nem todos os indivíduos tinham condições de consumir a “moda” europeia, algo estrito às elites, em uma sociedade marcada por uma ampla população escravizada, que distinguia os indivíduos pela cor e condição social. Pelas imagens analisadas pretende-se demonstrar aos discentes que havia uma valorização de suas culturas ancestrais, com estampas, bordados e acessórios, mas também a percepção de artistas, fotógrafos e viajantes europeus sobre a sociedade da época.

As imagens produzidas por europeus, não devem ser pautadas como uma verdade sobre o período, mas compreender que estes analisavam a sociedade de acordo com seus padrões, tanto no sentido de demonstrar um exotismo local, como algo distante dos seus costumes, tendo um mercado consumidor para tais apreciações estéticas de locais distantes da Europa, e a percepção negativa de uma sociedade miscigenada na América.

O historiador Paulo Knauss, que possui um amplo trabalho a respeito do uso de fontes imagéticas na área de História, analisa que o século XIX foi o tempo do jornal, do romance, e a cultura seria mais pensada como visual. Knauss afirma que a historiografia contemporânea modificou sua forma de analisar e utilizar as fontes visuais:

(...) a pesquisa histórica desprezou as imagens, e a possibilidade de usá-las como provas não favoreceram a sua valorização pela historiografia, mas remetendo-as quando não se evidenciavam fontes escritas suficientes, como no estudo da Antiguidade.

(...) com o estudo da história das representações, da história do imaginário, da antropologia histórica e da história cultural se impôs uma revisão da definição de documento e a revalorização das imagens como fontes de representações sociais e culturais¹³⁶².

O historiador Eduardo França Paiva que possui ampla pesquisa na área de iconografia e história nos assegura que o uso de imagens possibilita várias interpretações sobre a sociedade de uma determinada época, e requer do historiador uma interpretação crítica, pois todo documento possui uma intencionalidade.

Lidar com essa diversidade de registros, saber indagá-los e desconstruí-los, saber contextualizá-los e explorá-los (...) apropriamo-nos criticamente deles e usá-los metodologicamente: esses são os procedimentos básicos do

¹³⁶²KNAUSS, Paulo. Aproximações disciplinares: história, arte e imagem. Revista Anos 90, Porto Alegre, nº 28, v.15, p.151-168, dez. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/7964>. Acesso em: 24 de junho de 2019. p.152 – 153.

historiador e isso é o que deveria ocorrer nas salas de aula desde o ensino fundamental.¹³⁶³

A historiadora de ensino de história Circe Bittencourt atesta que o uso de imagens de época, como fonte de pesquisa no ensino de história, requer dos professores um tratamento metodológico adequado, a fim de não ser um elemento meramente ilustrativo das aulas.¹³⁶⁴

A fim de contribuir sobre o debate da época, uma possibilidade é utilizar os relatos de viajantes estrangeiros a respeito dos costumes da sociedade carioca do século XIX¹³⁶⁵.

Por fim, o papel do docente é proporcionar aos discentes se reconhecerem como sujeitos históricos, ao interpretarem temporalidades pretéritas e refletirem sobre as circunstâncias de suas vivências atuais, sendo capazes de delinear suas identidades, através da base de experiências que tiveram acesso do passado¹³⁶⁶.

Considerações finais

Notamos que há uma variedade de publicações a respeito do vestuário das elites europeias e cariocas no século XIX, mas faz-se necessário ressaltar as recentes publicações que buscam preencher as lacunas a respeito das representações do vestir de indivíduos subalternizados, tanto escravizados como libertos, e o uso de tal fonte para pesquisa em sala de aula, o que possibilitaria uma compreensão lúdica e incomum do conteúdo histórico da época.

Referências bibliográficas

BARTHES, Roland. *Inéditos, vol.3: imagem e moda*. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.p. 360.

¹³⁶³ PAIVA, E. F. *História e imagem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.p.13.

¹³⁶⁴ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

¹³⁶⁵ O uso de relatos de viajantes estrangeiros serviria para endossar a percepção visual do período, havia análises a respeito do vestuário e hábitos de homens e mulheres, livres e escravizados, o que poderia ser uma opção ao docente em compelir os discentes na interpretação de textos de época, como os de John Luccock, o abade LaCaille, Theodor Leithold.

¹³⁶⁶ O docente deve perceber que a noção de temporalidade histórica, se dá através dos elementos que a cultura proporciona no desenvolvimento cognitivo dos discentes, tal aspecto se relaciona a ideia de Vygotsky, no qual o desenvolvimento cultural se dá em primeiro plano no aspecto social, e depois no aspecto individual.

- BORGES, Camila. MONTELEONE, Joana. DEBOM, Paulo. (Orgs.) *A história na moda, a moda na história*. São Paulo: Alameda, 2019.
- CALANCA, Daniela. *História Social da Moda*. São Paulo: Senac São Paulo, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. (Coord.) *A construção nacional: 1830-1889*, vol.2.1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (História do Brasil Nação: 1808-2010; 2).
- CRANE, Diana. *A Moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas*. São Paulo: Editora Senac, 2013.
- CUSTÓDIO, Ana Carolina de Santana. “Capítulo II Mantenha a Pose!” In: *Vestir e Marcar: a construção visual da vestimenta das mulheres escravizadas no Brasil Imperial – Século XIX*. 2015.177f. Dissertação (Mestrado em Arte e Cultura Visual) – Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/4748>. Acesso em: 24 de junho de 2019. p.47.
- DEBOM, Paulo. *A moda e o vestuário como objetos de estudo na História*. Revista de Ensino em Artes, Moda e Design, Santa Catarina, nº 3, v.3, p.13-26, out.2019- jan.2020. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/Ensinarmode>. Acesso em: 06/10/2019.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- ENDERS, Armelle. *A História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2015.
- KNAUSS, Paulo. Aproximações disciplinares: história, arte e imagem. Revista Anos 90, Porto Alegre, nº 28, v.15, p.151-168, dez. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/7964>. Acesso em: 24 de junho de 2019.
- LE GOFF, J. História. In: *História e Memória*. Campinas, Editora da Unicamp, 1992.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico*. Anais do Museu Paulista. São Paulo, v.2, nº.2, jan/dez 1994, pp.9-42, p. 12. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v2n1/a02v2n1.pdf>. Acesso em: 06/10/2019.
- MONTELEONE, Joana. *Moda, consumo e gênero na corte de D. Pedro II* (Rio de Janeiro 1840-1889). Revista de História, São Paulo, nº 178, p.1-34, maio 2019. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/137842>. Acesso em: 05 de agosto de 2019.
- PAIVA, E. F. *História e imagem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- RAINHO, Maria do Carmo. *A Cidade e a Moda*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- ROCHE, Daniel. *A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII – XVIII)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.
- SAHLINS, Marshall. Notas sobre o sistema do vestuário americano. In: *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 199-225.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida privada e cotidiano na época de D. Maria I e D. João VI*. Lisboa: Estampa, 1993.
- SOUZA, Gilda de Mello. *O espírito das roupas: moda no século dezenove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SOUZA, Patricia March de. Capítulo III O escravo vestido: representações das formas de vestir da escravidão. In: *Visualidade da Escravidão: representações e práticas de vestuário no cotidiano dos escravos na cidade do Rio de Janeiro oitocentista*. Rio de Janeiro, 2011, 263p. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/17541/17541_1.PDF. Acesso em: 24 de junho de 2019. p.109.

Latino-americana de Organizações da sociedade Civil pela Educação: atuação e composição

Lívia Vitória Cavadas Herdade¹³⁶⁷

Resumo: Esta pesquisa busca compreender a influência dos organismos que compõe a Rede Latino americana de Organizações da Sociedade Civil pela Educação nas políticas públicas e reformas da educação básica, ocorridas na última década na América Latina, em especial os dois principais organismos da coordenação. Além de seus objetivos e métodos para incorporação de construções ideárias para a educação. Até o presente momento encontrou-se uma semelhança significativa entre os “mandatários” dessas reformas educacionais, além de objetivos em comum como o controle da atuação docente, uma formação profissionalizante e mercadológica, influência nas políticas públicas através de parcerias e combinações de interesses entre os empresários e o governo, e uma cultura de metas que visa indicar a qualidade da educação.

Palavras-chave: Políticas públicas; Reduca; Educação Latino-americana

Abstract: This research seeks to understand the influence of the organizations that make up the Latin American Network of Civil Society Organizations for Education in the public policies and reforms of basic education that occurred in the last decade in Latin America, especially the two main coordination bodies. In addition to its objectives and methods for incorporating ideal buildings for education. To date, a significant similarity has been found between the "mandate" of these educational reforms, as well as common goals such as the control of teaching performance, a professional and marketing education, influence on public policies through partnerships and a combination of interests between entrepreneurs and the government, and a culture of goals that aim to indicate the quality of education.

Keywords: Public policies; Reduca; Latin American Education

¹³⁶⁷ Graduanda em pedagogia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; E-mail: liviaherdade@gmail.com

Introdução

A ideologia neoliberal tem influenciado progressivamente o papel do Estado, que por sua vez, tende a passar às organizações privadas as políticas sociais e mostra-se cada vez mais favorável às correlações entre o público e o privado. Neste sentido, a educação pública concebe-se enquanto fator primordial no desenvolvimento capitalista, revelando-se uma importante parcela de mercado, num potencial lugar de transmissão da ideologia empresarial e de propagação da hegemonia, no sentido Gramsciano. Essa contemporânea concepção revela cada vez mais eminente o interesse de grupos empresariais pelas políticas públicas educacionais nos países Latino-americanos. Procuro situar o momento político em que os dois principais organismos da coordenação da rede se desenvolvem, além de explicitar seus principais líderes empresariais e os objetivos por trás da busca pelo protagonismo nas ações do Estado e no campo educacional. Essencialmente, esta pesquisa pode ser classificada como básica e se caracteriza pelo uso de dados qualitativos, de caráter explicativo, do tipo documental. Para coleta de dados realizou-se revisão de literatura, documentos e projetos da REDUCA e de seus principais organismos aqui estudados.

REDUCA

Num contexto de redefinição do papel do Estado e da ampliação da influência empresarial nas políticas educacionais, buscando intensificar as relações deste último com educação pública, nasce a *Rede Latino Americana de Organização da Sociedade Civil para a Educação*, a REDUCA. Composta por organismos de representantes empresariais da elite econômica, com o objetivo de incidir nas políticas públicas da educação básica de seus países de origem¹³⁶⁸, que se organizam em rede e buscam difundir-se globalmente. Esses novos filantropos¹³⁶⁹ representam o capital na propagação da ideologia neoliberal e buscam

Reorientar a educação pública, seja através do fomento ao debate público em torno do tema, seja através da produção técnica de documentos, ou, ainda, através de pressões aos governos e de propostas para intervenção nas políticas públicas para educação. Para tanto, tais organizações valem-se de

¹³⁶⁸ MARTINS, 2013

¹³⁶⁹ BALL e OLMEDO, 2013

sua experiência empresarial para oferecer ideias, conhecimento e experiências vindas de outros contextos, mas que podem ser aplicadas na educação básica pública¹³⁷⁰.

Os líderes das organizações que compõe a rede se apresentam como fundamentais para o sucesso da reorganização da educação pública latina americana, incentivando a passagem de políticas públicas para mãos privadas. Além de atuar como think tank¹³⁷¹ da educação, as associações se unem aos governos para intervir legalmente nas políticas públicas, justificando essa necessidade graças à experiência empresarial, que colocaria a educação pública nos parâmetros mercadológicos, além de insistir numa corresponsabilidade educacional entre governos, meios privados, sociedade, escola e professores.

A rede nasce em 2011, por articulação do Todos Pela Educação (TPE) com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Brasília, durante o congresso internacional ‘Educação: Uma Agenda Urgente’, onde foi realizado o “Encontro Latino Americano de Organizações da Sociedade Civil pela Educação”, que objetivava a criação da REDUCA. O congresso contou com a presença, além do TPE e de delegados do BID, do então ministro da educação Fernando Haddad, que afirmou que a união das experiências desses países tirá-los-ia da inércia que educação latina americana se encontrava¹³⁷².

Ao todo, a *REDUCA* engloba organizações sociais de quatorze países latino americanos sendo eles: Proyecto Educar 2050 (Argentina); Movimento Todos Pela Educação (Brasil); Educación 2020 (Chile); Empresarios por la Educación (Colômbia); Grupo Faro (Equador); Fundación Empresarial para el Desarrollo Educativo – Fepade (El Salvador); Empresarios por la Educación (Guatemala); Fundación para la Educación Ernesto Maduro Andreu – Ferema (Honduras); Mexicanos Primero (México); Foro Educativo Nicaragüense "Eduquemos" (Nicarágua); Unidos por la Educación (Panamá); Juntos por la Educación (Paraguai); Empresarios por la Educación (Peru); Acción por la Educación – Educa (República Dominicana).

¹³⁷⁰ MARTINS, 2013

¹³⁷¹ Hauck afirma que dois atributos que aparecem na maioria das definições sobre think tanks: autonomia organizacional e financeira do governo e interesses sociais (grupos de interesse e pressão, partidos políticos e empresas); e, engajamento central e amplo na condução da pesquisa / produção de conhecimento - desconsideram não apenas os elementos contemporâneos que modificam as formas de atuação dos atores políticos, diante da enorme competitividade no contexto da ação (a pluralidade de atores nas arenas políticas e a escassez de recursos para a sobrevivência), a uso oportunista do rótulo por outros atores rivais nas arenas políticas, mas também o entrelaçamento de fluxos locais e globais.).

¹³⁷² Entrevista dada ao Ministério da Educação na abertura “Encontro Latino-Americano de Organizações da Sociedade Civil pela Educação”, em 2016.

Sua coordenação é feita pelos organismos Educación 2020, Mexicanos Primero e Movimento Todos Pela Educação, sendo este último o mais exitoso da rede.

Esses grupos são responsáveis por desenhar uma proposta comum para incidência na educação pública em todos os países que participam da rede, inclusive com projeção de ações conjuntas. [...] A proposta inicial para atuação em nível regional se concentra em três fontes: 1) Elaboração de uma plataforma de dados relevantes e atualizados sobre a educação em toda América Latina, a cargo do grupo mexicano; 2) Elaboração de uma plataforma de informações e notícias vinculadas às organizações da rede, sob responsabilidade do grupo brasileiro; e 3) Construção de um banco de “boas práticas” – experiências exitosas em termos educativos – que possam ser transladadas de um país a outro, tarefa a cargo do grupo chileno¹³⁷³.

A *REDUCA* mantém um portal¹³⁷⁴, onde são disponibilizadas as “experiências exitosas” das organizações da rede em seus respectivos países, além de uma agenda de atividades previstas e documentos e artigos produzidos pela *REDUCA* enquanto organização e igualmente de seus componentes. Ainda é possível acessar o Observatório da rede e monitorar a concretização dos seus objetivos em determinados países e anos. Ainda no observatório encontram-se estudos realizados pela *UNESCO*, *OCDE*, entre outros, sobre a educação latino americana, relatórios sobre a situação educacionais nos países que a rede atua e infográficos dessas situações.

Mexicanos Primero

O protagonismo empresarial no campo educacional Mexicano é crescente e o Estado vem perdendo destaque nesse processo. As reformas ocorridas na última década no país estão sendo consideradas como um divisor na sua história educacional¹³⁷⁵.

Um marco dessas reformas pode ser observado no ano de 2012 quando Enrique Peña Nieto, membro Partido Revolucionário Institucional que esteve no poder por 71 anos ininterruptos, é eleito presidente da república do México. Logo no início do seu mandato, aprovou o *Pacto por México*¹³⁷⁶ que comprometiam o governo e as principais forças políticas, incluindo os três maiores partidos do México - o Partido Revolucionário Institucional, o

¹³⁷³ .MARTINS, 2013

¹³⁷⁴ Disponível em <https://reduca-al.net/pt/>

¹³⁷⁵ BRANDÃO, 2014

¹³⁷⁶ Documento

disponível

em

https://embamex.sre.gob.mx/bolivia/images/pdf/REFORMAS/pacto_por_mexico.pdf

Partido de Ação Nacional e o Partido da Revolução Democrática -, a promover um conjunto de iniciativas e reformas que visavam inserir o país num modelo de “competitividade econômica” em um mundo de “economia globalizada”, que pode traduzir-se em privatizações e precariedade das relações trabalhistas¹³⁷⁷.

O Pacto, que destaca prioritariamente a necessidade de reformas educacionais para seu sucesso, inclusive, retificou o artigo 3º da Constituição mexicana, que trata sobre os direitos e princípios da educação no país¹³⁷⁸. Os principais objetivos das reformas ocorridas naquele ano era o controle da profissão docente¹³⁷⁹ e a implementação da ideologia empresarial e neoliberal na educação pública.

Em consonância, o organismo Mexicanos Primero¹³⁸⁰ formulou em 2012 o documento *Ahora es Cuando*¹³⁸¹ que propunha um projeto educacional equivalente ao proposto pelo *Pacto por México*, onde inclusive as datas propostas dos coincidem-se. O documento com mais de cem páginas estabelece um cronograma de intervenções para a educação pública mexicana, para ser alcançado no prazo de 2012 a 2024, com metas para cada ano, travando objetivos a serem realizados, e salientam que para obtenção dos resultados esperados é preciso melhorar a formação de professores, dar autonomia às escolas e geri-las de forma transparente.

Para propagação de seus objetivos, além do *Ahora es cuando* e de atuar conjuntamente com o governo, o organismo publica livros e estudos sobre o modelo escolar mais adequado à inserção do México nos ideários capitalistas, sobre os gastos governamentais com a educação e suas metas. Também se fortalece com campanhas e boletins sobre a educação pública, validando-se frente à sociedade como um especialista na educação mexicana. O *Mexicanos Primero* também participa de outras redes, como o *RCC- rede de la redención de cuantas* - e o *CCA – Consejo ciudadano autónomo por la educación*.

Os Mexicanos Primero seriam uma organização de classes, composta pelos mais ricos do país, que reflete os interesses de grandes empreendedores¹³⁸². O organismo é presidido

¹³⁷⁷ BRANDÃO, 2014

¹³⁷⁸ Constituição Mexicana

¹³⁷⁹ BRANDÃO, 2014

¹³⁸⁰ Disponível em <https://www.mexicanosprimero.org/>

¹³⁸¹ Disponível em <https://www.mexicanosprimero.org/index.php/educacion-en-mexico/como-esta-la-educacion/estado-de-la-educacion-en-mexico/ahora-es-cuando-metas-2012-2024>>.

¹³⁸² DAMIÁN, 2018

pelo o co-fundador da Televisa, a maior rede de emissora do país, Cláudio Gonzales e articula os maiores líderes empresariais do país. Defini-se como uma

iniciativa cidadã, independente e plural, criada por um grupo de líderes de organizações civis de caráter filantrópico e cultural. Trata-se de uma associação civil sem fins lucrativos, reconhecida como unidade de pesquisa”, além de propor como solução uma reforma educacional, sustenta a ideia de avaliação constante dos professores e de uma formação profissionalizante e especializada¹³⁸³.

Assim, observamos que as convenções em torno da educação mexicana ocorrem por meio dos empresários articulados com os governantes. Os interesses do Organismo e do Pacto são os mesmos, e também o são seus interessados. Consagradamente, a educação das classes populares tem sido um forte ponto de discussão entre as elites, que buscam ofertar uma educação pública tecnicista sem um caráter crítico, alheios a sua realidade histórica¹³⁸⁴, que não estimule nos indivíduos um questionamento de sua condição¹³⁸⁵.

Todos Pela Educação

No Brasil, a educação também é um espaço de disputa e a reunião de grupos empresariais se realiza no Movimento Todos Pela Educação (TPE) que tem como objetivo a promoção da qualidade da educação básica pública brasileira. O organismo se apresenta como especialista em educação, discutindo todos os pontos tocantes à mesma.

[...] qualidade, gestão, formação de professores, organização do trabalho pedagógico, investimento [...] e avaliação. Nesse caso, entenda “reivindicar para si” como sinônimo do esforço dos grupos empresariais do setor de telecomunicações e publicidade, do mercado financeiro, das diversas fundações e instituições ligadas às grandes corporações em assumir a prioridade na definição das políticas para a educação. Portanto, o conclusão dos parceiros locais do grande capital, grupos Roberto Marinho, Victor Civita, Gerdau, Bancos Itaú/Unibanco, Bradesco e Santander, entre outros, com o propósito de balizar todo o sistema público de ensino do país¹³⁸⁶.

Fundado em 2006, define-se como suprapartidária e sem fins lucrativos, atuando através de ações legisladoras na área, de mobilização de atores-chaves e monitoramento dos

¹³⁸³ Disponível em <https://www.mexicanosprimero.org/>

¹³⁸⁴ BRANDÃO, 2014

¹³⁸⁵ DAMIÁN, 2018

¹³⁸⁶ MAGALHÃES e CRUZ, 2018

indicadores e das políticas educacionais¹³⁸⁷. Para realização do monitoramento, o TPE disponibiliza em seu portal¹³⁸⁸ um panorama da educação básica brasileira, revelando seus objetivos de atuação junto aos docentes, discentes, escolas e governo, e as benfeitorias já realizadas pela organização. Também conta com um observatório do Plano Nacional de Educação (PNE)¹³⁸⁹ que mantém junto com as Fundações Itaú Social, Lemann, Roberto Marinho, Telefônica Vivo, Instituto Unibanco, e com apoio do BID.

A ideia é que a ferramenta possa ser um instrumento de controle social - para que qualquer cidadão brasileiro possa acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas - e também apoiar gestores públicos, educadores e pesquisadores. [...] Com a coordenação do movimento Todos Pela Educação, a iniciativa é constituída por mais vinte e oito organizações ligadas à Educação e especializadas nas diferentes etapas e modalidades de ensino que, juntas, vão realizar o acompanhamento permanente das metas e estratégias do PNE durante sua vigência¹³⁹⁰.

Do mesmo modo, contam com um anuário desenvolvido na iniciativa Educação Já!¹³⁹¹ – documento formulado pelo organismo com propostas para o governo federal de 2019-2022 - que averigua a redistribuição de renda entre Estados e Municípios. Além das Cinco Metas: 1) Toda criança de 4 a 17 anos na escola; 2) Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos; 3) Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano; 4) Todos jovem de 19 anos com o ensino médio concluído; 5) Investimento em educação ampliado e bem gerido. O TPE visa inserir na sociedade brasileira a cultura de metas como significado de qualidade.

Aliás, a questão da qualidade da educação é um ponto difundido pelos organismos da REDUCA todo o momento, levando, ainda, ao senso comum à concepção de que a experiência empresarial promoveria o sucesso educacional, justificando a apropriação da responsabilidade sobre a educação.

O Movimento busca inserir nos programas públicos educacionais e nas salas de aulas a incorporação da racionalidade empresarial, visando uma gestão de resultados e que resultaria numa melhoria da qualidade, nos conceitos capitalistas, e sempre comprando a realidade nacional com a internacional¹³⁹².

¹³⁸⁷ Disponível em <https://www.todospelaeducacao.org.br/>

¹³⁸⁸ Idem

¹³⁸⁹ Disponível em <https://www.observatoriodopne.org.br/>

¹³⁹⁰ Idem

¹³⁹¹ Disponível em <https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/iniciativa-educacao-ja>

¹³⁹² MARTINS, 2013

O organismo tem apoio de diversas áreas, desde bancos que o financiam, até apoiadores políticos que ajudam na implementação das suas metas. Um dos grandes nomes do organismo é Jorge Gerdau Johannpeter que atua nas frentes liberal e conservadora e é um dos fundadores do Todos Pela Educação e atuou como Coordenador da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade da Presidência da República, durante o Governo Dilma Rousseff¹³⁹³.

Mas o consenso entre o organismo burguês e o governo se perpetua desde o Governo Lula, onde foi formulado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação (PMCTPE)¹³⁹⁴.

O Movimento representa os interesses da classe dominante e propõe a reorganização da educação pública, além de buscar uma atuação progressiva no papel executivo e legislativo do Estado.

Considerações finais

O sucesso na propagação dos objetivos da REDUCA é resultado da consolidação da relação estabelecida entre os organismos da rede e os governos, bem como da naturalização dessas organizações como referência no que diz respeito à educação de qualidade frente à sociedade.

Isso pode ser observado nos portais da rede latino americana e das organizações que a compõem, através da produção de documentos e livros de simples linguajar disponibilizados gratuitamente em seus sites; o apoio midiático, que muitas vezes vem de dentro das organizações, como o grupo Roberto Marinho no Todos Pela Educação e da Televisa no Mexicanos Primero, que fortalece seu caráter experiente e salvador; o uso de documentos ou propostas produzidos pelos organismos nos registros governamentais, como o nome do organismo Todos Pela Educação em uma das principais iniciativas governamentais das últimas décadas – o Plano de Metas Todos Pela Educação.

A justificativa da corresponsabilidade como necessidade para reconfiguração da educação coloca em pauta a efetividade pública governamental, permitindo a implementação dos objetivos da rede através legitimação nas políticas públicas.

¹³⁹³ MAGALHÃES e CRUZ, 2018

¹³⁹⁴ Disponível em http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes_compromisso.pdf

A notória presença dos bancos como principais apoiadores da REDUCA e de seus organismos nos respectivos países, assim também nas reformas educacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, revela que a elite econômica se dedica na consolidação e difusão global da ideologia neoliberal na educação pública.

Por isso, as semelhanças entre os principais responsáveis pelas reformas educacionais na América Latina, como no Brasil e no México, não são por acaso. Os objetivos difundidos, como o controle e responsabilidade da atuação docente para o sucesso da educação uma formação pública tecnicista e mercadológica para as classes populares e a implantação de uma cultura de metas baseado nos ideários empresariais, sugerem que qualidade eles desejam para a educação pública.

Bibliografia

BALL, Stephen; OLMEDO, Antonio. ‘A “nova” filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação’. In: PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). *Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação*. Brasília: Liber Livro, 2013.

BRANDÃO, Marise. ‘Sobre a Educação Básica Mexicana hoje: a “qualidade” capitalista avança, mas os trabalhadores conscientes e organizados resistem’. *Marx e o Marxismo*. 2014. Disponível em: < file:///C:/Users/Faramaia/Downloads/46-209-1-PB.pdf> Acesso em: 3 set 2019.

CAETANO, Maria Raquel. “Redes globais e educação: a rede latino americana da sociedade civil para a educação – Reduca”. *ANPAE*. Goiânia, 2016.

DAMIAN, Araceli. “Mexicanos Primero y la reforma educativa”. *Aristegui*, 2018. Disponível em < <https://aristeguinoticias.com/3004/mexico/mexicanos-primero-y-la-reforma-educativa-articulo/>>. Acesso em: 8 out. 2019.

HAUCK, Juliana Cristina Rosa. “What are 'Think Tanks'? Revisiting the Dilemma of the Definition”. *Bras. Political Sci. Rev.* São Paulo, 2017, P. 4. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-38212017000200401&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 9 nov. 2019.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

LAMOSA, Rodrigo. “A nova ofensiva do capital na América Latina: Todos pela Educação?”. *Anpuh*. 2017. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1489967747_ARQUIVO_TextocompletoANPUH2017.pdf>. Acesso em: 26 out. 2019.

MAGALHAES, Alcio Crisóstomo; CRUZ, José Adelson da. “O ‘pacto pela educação’ e o ministério do ‘todos’: estado social e contrarreforma burguesa no Brasil. *Educ. rev.*, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100107&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 nov. 2019.

MARTINS, E. M.; KRAWCZYK, N. R. *Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: o caso do movimento ‘Todos Pela Educação’*. Revista Portuguesa de Educação. Braga, 2918, p. 4-20.

MARTINS, E.M. *Movimento “todos pela educação”: um projeto de nação para a educação brasileira*. Dissertação (mestrado). Faculdade de Educação. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/250813>>. Acesso em 2 nov. 2019

MEC. “Compromisso Todos pela Educação”. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes_compromisso.pdf>. Acesso em 2 nov. 2019

MEXICANOS PRIMERO. “¿QUIÉNES SOMOS?”. 2014. Disponível em: <<https://www.mexicanosprimero.org/index.php/mexicanos-primero/quienes-somos>>. Acesso em 26 out. 2019.

_____. “Ahora es cuando”. *Mexicanos Primero*. Benito Juárez, 2012. Disponível em: <<https://www.mexicanosprimero.org/index.php/educacion-en-mexico/como-esta-la-educacion/estado-de-la-educacion-en-mexico/ahora-es-cuando-metas-2012-2024>>. Acesso em 5 nov. 2019.

MOCARZEL, Marcelo; MORGAN, Karine; NAJJAR, Jorge. “A disputa pela ideia de qualidade educacional: os reformadores empresariais e o Plano de metas Compromisso Todos Pela Educação”. *Ceduce: Realize*, 2018. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/revistas/ceduce/trabalhos/TRABALHO_EV111_MD1_SA9_ID287_02052018085919.pdf>. Acesso em 2 nov. 2019.

REDUCA. “Nosotros”. *Reduca*. Disponível em: <<https://www.reduca-al.net/nosotros>>. Acesso em: 2 nov. 2019.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

_____. “Observatório”. *Reduca*. Disponível em: <<https://reduca-al.net/observatorio/inicio>>. Acesso em 2 nov. 2019.

RELACIONES ESTERIORES. “Pacto por México”. *Embajadas de México em el exterior*. 2012. Disponível em: <https://embamex.sre.gob.mx/bolivia/images/pdf/REFORMAS/pacto_por_mexico.pdf>. Acesso em 2 nov. 2019.

ROCHA, Diego. “Educação é desafio para toda a América Latina, diz ministro”. *MEC*, 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/17061-educacao-e-desafio-para-toda-a-america-latina-diz-ministro>>. Acesso em 5 nov 2019.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. “Anuário 2019: municípios têm até sete vezes mais dinheiro para educação do que outros”. *Todos Pela Educação*. 2019. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/MUNICIPIOS-TEM-ATE-SETE-VEZES-MAIS-DINHEIRO-PARA-EDUCACAO-DO-QUE-OUTROS/?utm_source=site-Todos&utm_medium=banner-pag-monitoramento&utm_campaign=anuario>. Acesso em 2 nov. 2019.

_____. “Educação Já: propondo medidas urgentes para nossa educação” *Todos Pela Educação*. 2018. Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/iniciativa-educacao-ja>> Acesso em 2 nov 2019.

_____. “Observatório do PNE”. *Todos Pela Educação*. 2018. Disponível em: <<https://www.observatoriodopne.org.br/>>. Acesso em 3 de nov de 2019.

_____. “Quem somos”. *Ministério da Educação*. 2007. Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/quem-somos/>>. Acesso em 26 out. 2019.

Sede Vacante. As dificuldades dos embaixadores portugueses em Roma. 1640- 1671

Luciano Cesar da Costa¹³⁹⁵

Resumo: A presente comunicação versa sobre as embaixadas portuguesas durante a Restauração da monarquia entre 1640 e 1671, na qual Portugal procurava se separar da monarquia castelhana. Para tanto, foi fundamental o envio de embaixadores para Roma em busca a legitimação frente ao Papa. Porém, a presença portuguesa na cidade esbarrou em muitos contratempos, marcadamente, a dualidade do poder papal, ora temporal e ora espiritual. Ademais, a morte de um pontífice e o início da *Sede Vacante* implicavam numa nova coalisão de forças e na necessidade de redimensionar a atuação do embaixador. Assim, religião e política formavam um teia de relações nas ruas de Roma.

Palavras-chave: Roma – Restauração Portuguesa - Diplomacia

Abstract: This communication deals with the Portuguese embassies during the Restoration of the monarchy between 1640 and 1671, in which Portugal sought to separate itself from the Castilian monarchy. To this end, it was essential to send ambassadors to Rome in search of legitimacy before the Pope. However, the Portuguese presence in the city ran into many setbacks, notably the duality of papal power, sometimes temporal and sometimes spiritual. In addition, the death of a pontiff and the beginning of *Vacante* headquarters implied a new coalition of forces and the need to resize the ambassador's work. Thus religion and politics formed a web of relations on the streets of Rome.

Keywords: Rome - Portuguese Restoration - Diplomacy

Quando Dan Brown escreveu um de seus romances, *Anjos e Demônios*, escolheu como tema central o período de *Sede Vacante*, quando a morte papal deixava a igreja sem um líder espiritual. Sua escolha relaciona-se justamente por considerar um momento repleto de

¹³⁹⁵ Doutor – Universidade Federal Fluminense. Contato: lucianocesar_3@hotmail.com

conflitos políticos. E sua trama, o papa havia sido assassinado. Seus algozes procuravam controlar a escolha do novo papa, sendo na verdade, o próprio carmelengo o mandante e idealizador da trama e um dos escolhidos para a sucessão papal, porém a trama muda de rumo com as descobertas do historiador Robert Langdon, - interpretado por Tom Hanks – que não apenas a revela mas é capaz de impedir o plano nefasto. Ora, a *Sede Vacante* marca um dos momentos de maior fragilidade da igreja, e tal como na trama ficcional ocorrem diversas disputas sobre a sucessão. Essa também era sem dúvida a realidade histórica do século XVII.

Porém, abandonando as tramas ficcionais a forma mais evidente de controlar um conclave era por meio do colégio de cardeais. Como sabemos eram os cardeais os responsáveis por escolher o novo papa durante o conclave. Assim para controlar o conclave era necessário primeiro controlar os cardeais. É justamente dentro dessa realidade que temos Portugal. A monarquia Bragança recém separada de Castela lutava para ver seu reconhecimento admitido, e enfrentava a vigorosa oposição dos reis Filipes sempre determinados em manter seus domínios.

Em dezembro de 1640, o então Duque de Bragança com o apoio de quarenta nobres foi aclamado rei de Portugal. Porém, a aclamação seria apenas um pequeno passo em um longo caminho até o reconhecimento final da monarquia espanhola e a consolidação da Independência. Ora, desde os primeiros meses duas estratégias eram possíveis: a guerra ou a diplomacia. Ainda que as duas tenham andado quase sempre juntas, como parece comum ao longo da época moderna, para efeitos da presente análise focaremos nos aspectos diplomáticos.

Entre os diversos espaços priorizados pela rede diplomática portuguesa se formava a parti de 1640, não podemos de mencionar a importância da Santa Sé e do próprio papado para a diplomacia moderna.¹³⁹⁶ Desde o medievo, o Papado já detinha evidente centralidade política na Itália, e atuava como arbitro das diversas relações entre as potências católicas. Mas na passagem do medievo para o período moderno o papado passou uma grande redefinição.

Reconhecida assim a importância do papado é evidente que a diplomacia para Roma esbarrava em muitas dificuldades, sobretudo, no caso português. Lembre-se que no longo período de 1580 e 1640, no qual a coroa portuguesa e espanhola estavam unidas, Portugal não contava com um corpo diplomático próprio sendo representado pela monarquia espanhola. Pedro Cardim, Angela Xavier e Nuno Gonçalo Monteiro ao analisarem a trajetória de alguns

desses embaixadores evidenciaram que em sua maioria esses embaixadores, eram “embaixadores de ocasião”¹³⁹⁷. Com as exceções de Antonio Sousa de Macedo e Francisco Sousa Coutinho, praticamente, todos os embaixadores portugueses não passaram de uma missão ou envio. Logo, as dificuldades portuguesas eram sentidas, não apenas por seu aparente despreparo, mas pelo avanço da poderosa diplomacia castelhana nas ruas de Roma.

Visando melhor mapear essas dificuldades, adentramos por um estilo literários de grande relevância ao longo do século XVII, os “espelhos de embaixador”. Desde o medievo já circulavam pela Europa manuais de instrução, “espelhos”, que auxiliavam príncipes, reis, bispos e, é claro, embaixadores a exercerem da melhor forma possível suas funções. Assim seguindo uma tradição anterior circularam pela Europa, muitos desses manuais de comportamento que procuravam indicar o melhor caminho para os embaixadores em Roma. Entre esses manuais selecionamos o livro *Relacional de las cosas que hay dignas de saberse de Roma para quien trata del servicio del Rey de España*.¹³⁹⁸ Trata-se de uma descrição elaborada entre 1618 e 1620 e que fornecem algumas pistas fundamentais. A obra explica diversos detalhes da cidade e seu funcionamento. Mais ainda, o manual procura descrever quais elementos um embaixador espanhol deveria levar em conta ao servir na Santa Sé.

Note-se que a Relação foi publicada de forma anônima, o que não impediu formular algumas hipóteses sobre a autoria da obra. Segue-se de perto as ideias de Quintín Aldea - autor do prólogo que acompanha o livro - que considera o espanhol Diogo Saavedra Fajardo o escritor das Relações. Seguindo essa trilha, Aldea percebe que o autor estava em Roma e pelos personagens citados fica ainda evidente que a Relação foi escrita entre 1618 e 1620, em parte, por conta dos comentários feitos sobre os Conclaves em cena. A forte relação com a missão espanhola em Roma também indica que o autor era membro da embaixada. Sendo Fajardo secretário dessa embaixada, tudo indica que a obra era de sua autoria. Aldea chega a admitir que a obra pode ter sido escrita por muitas mãos, mas certamente, a maior parte dela foi escrita por Fajardo. Não se sabe se a relação chegou até o rei espanhol, apesar de ter sido entregue a Secretária de Estado em Madrid.

¹³⁹⁷ CARDIM, Pedro; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CUNHA, Mafalda Soares da (org.). *Optima Pars. As Elites do Antigo Regime no Espaço Ibero-Americano*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

¹³⁹⁸ FAJARDO, Diego Saavedra. *Relación de las cosas que hay dignas de saberse de Roma para quien trata del servicio del Rey en España*. Xunta de Galicia, 2000. Visando a melhor análise, nas notas seguintes a obra apareça referenciada “Relación”.

Assim, Saavedra Fajardo também deixa evidente a complexidade que envolvia o período de *Sede Vacante*, e do processo de escolha de um novo papa.

E então, é de grande interesse aos reis ter em Roma cardeais de grandes partes, para que, como pessoas que fazem tudo, ajudem e encaminhem suas coisas e só as suas, e não, as de todo mundo (que todo vem a Roma) encaminhando-as a conveniência de seu rei¹³⁹⁹

Fajardo procura analisar ainda qual deveria ser a “nação” do papa eleito. Argumenta inicialmente que existiram papas bons e maus de todas as nações, claramente, evitando definir sua preferência. Na mesma linha, afirma que os principais braços da Igreja são Espanha e França e que assim o papa deveria ser um “meio entre eles.”¹⁴⁰⁰ A despeito disso, reafirma que como muitos dos cardeais são italianos, a maioria dos papas acaba por ser dessa nação.

Nessa esteira, começa a questionar se importa ao rei de Espanha quem seja o papa, e se por sua, caberia ao rei interferir no conclave. Cito:

Não há censura como tem resoluto os teólogos gravíssimos e se usa continuamente e discorre quais sujeitos são melhores e quais se tem por dignos e indignos, quais tem mais verossimilitude e, entre estes, quais estariam bem e quais estariam mal. Admitem assim mesmo as diligencias antes de fechar o conclave fazem os embaixadores, pretendendo cada um com bons meios ganhar os votos e persuadir que não hajam coisas que diretamente estejam mal aos seus senhores.¹⁴⁰¹

Admite assim que os embaixadores podem atuar para influenciar o conclave, mas ressalva em seguida que isso deve ser feito por “meios honestos e sem escândalo”. O autor reafirma que o príncipe deve se preocupar com a eleição do papa, pois como “cabeças da igreja” devem zelar pela saúde de todo o corpo da instituição. Argumenta assim, que a guerra entre qualquer príncipe e o papa seria prejudicial a Cristandade, mas a guerra com a Espanha seria ainda mais grave. Admite que o Papa poderia ampliar os “impostos” e rendas sobre Sicília e Nápoles e que com o apoio de “França, Veneza e Saboia” poderiam atacar esses territórios, mas isso seria um “grande estrago não só de Espanha mas do mundo.”

O autor espanhol não apenas admite, como recomenda a intervenção do rei da Espanha nos ditos conclaves, procurando eleger o cardeal mais favorável aos seus interesses. Em segundo plano, reafirma o tenso equilíbrio entre o papado e a monarquia hispânica ao admitir que os vice-reinados poderiam ser utilizados para atacar o papado, mas que isso levaria toda a península a um estado de guerra, que no final, prejudicaria todo o “mundo”.

¹³⁹⁹ Relacion... p. 53.

¹⁴⁰⁰ Relacion... p. 33.

¹⁴⁰¹ Relacion... p. 35.

Ainda nesse mesmo trecho resume os diversos “meios” para garantir o apoio dos cardeais as causas do rei:

Assim, o certo é que a Sua Majestade e a outro qualquer rei ou príncipe é conveniente infinito estar bem com o papa e não o ter por contrário, como também ao papa importa infinito estar bem com o rei. E assim é que nem o rei deve descuidar-se na eleição do papa, nem ter por matéria que não o toca, mas pelo contrário. E aqui convém e se deve advertir que com isto se descuida muito Sua Majestade e os ministros, pois há muitos dias dessa parte não se vê os governadores de Milão, Nápoles e Sicília tenham com os cardeais a correspondência que eles usaram tanto em cortesia como prover ofícios aos seus parentes... Tão pouco de muitos anos a esta parte no se vê Sua Majestade de pensões a cardeais ou soldos a seus parentes para os ter obrigados.¹⁴⁰²

Das muitas passagens das Relações escritas por Fajardo, talvez esta seja a que permite perceber mais características da atuação espanhola em Roma, assim como o funcionamento da cúria. Admite ainda que o papa e o rei devem manter uma boa relação e que para tal, o rei deveria sempre que possível influências na escolha do Papa. Estes dois elementos em si, já tornariam o fragmento interessante, mas some-se a parte final no qual o escritor espanhol reconhece a importância de pagar “pensões” aos cardeais e seus parentes. Dai decorre uma questão simples, pagar pensões era considerado como um meio “honesto e sem escândalo”. O pagamento de pensões para cardeais era - como sugere a fonte - bastante comum na época moderna.

A Relação prossegue informando sobre outros meios que poderiam ser utilizados pelos príncipes, reafirmando que não havia “regra certa” para essas questões. A ideia central é fazer com que os cardeais fiquem “obrigados pela dádiva”, isso porque todos têm um momento de necessidade. Adverte ainda que o pagamento de pensões não garante a fidelidade, isso porque muitos cardeais recebem pensões de diferentes príncipes, logo, podem votar de diversas formas em um conclave. Cabe também utilizar aquelas dádivas que não “custam nada”. Cita, por exemplo, os Hábitos de Ordens militares, raros na Itália o que explica a grande procura por eles.¹⁴⁰³. Anuncia por fim que se deve procurar ganhar os “cabeças de facção”, como sabemos aquelas famílias cardinalícias mais antigas acabavam por ter grande peso nas decisões do conclave, logo ganhar os líderes de cada uma das facções era parte essencial do jogo político que envolvia o conclave.

¹⁴⁰² Relacion... p. 37.

¹⁴⁰³ Cf. Sobre a importância das Hábitos de Ordens Militares na época moderna são válidas as considerações de Fernanda Olival. Cf. OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: ESTAR, 2001.

Dentro dos conclaves as figuras mais importantes eram os cardeais que teriam chance de ocupar o papado e sobre quais certezas se poderia ter em um conclave. Mas concluí, que “de sorte que em todo e por tudo teremos boas experiências que não há regra segura e nem firme.”¹⁴⁰⁴

A diplomacia portuguesa teve que lidar com as dificuldades que envolviam a escolha de um novo Pontífice em diversos momentos de 1640 até 1671 - data do reconhecimento papal do novo rei de Portugal – a Cristandade contou com seis papas. Os anos de 1644, 1667, 1669 marcam os três períodos de *sede vacante*. Sendo os dois últimos os mais presentes da documentação coeva. Para melhor compreender essas dificuldades uma coletânea de cartas e epistolas diversas foi fundamental. Publicado e organizada em 1892, *Corpo Diplomático Português. Contendo os actos e as relações políticas de Portugal com as diversas potências do mundo*.¹⁴⁰⁵ A obra coletiva, infelizmente inacabada nos rendeu boa parte dos relatos da época que demonstravam a realidade portuguesa em Roma. Junto com esse conjunto precioso de documentos manobramos também outro corpo documental de epistolas dessa vez escritas por D. Vicente Nogueira, apaixonado por escritos e livros, Nogueira é produtor de muitos relatos sobre a Roma portuguesa. Acusado pelo crime de sodomia e condenado pela Inquisição, refugia-se em Roma, a partir de 1635. Quando da chegada dos primeiros enviados portugueses em Roma, Nogueira já era experiente nos assuntos romanos, tendo servido como auxiliar dos Cardeais Sachette e Barberini, de tal forma que, em sua correspondência, avaliamos diversas questões da Cúria.¹⁴⁰⁶ Por fim, somada a essa documentação compilada temos as diversas fontes encontradas em arquivos portugueses, como o Arquivo Nacional da Torre do Tombo ou a Biblioteca Nacional de Portugal.

Como tudo parece indicar, para Portugal as estratégias durante os conclaves eram limitadas, a própria fragilidade diplomática da monarquia em guerra e com poucos recursos financeiros atestam essa realidade. Entre essas estratégias estava encontrar, tal como sugeria Saavedra Fajardo em seu manual, nomear um cardeal protetor, conforme admitia o rei português D. João IV em uma carta para o padre João de Mattos, encarregado de negócios em Roma, considera a questão... “que será necessário nomear cardeal protetor assim para a

¹⁴⁰⁴ Relacion... p. 139.

¹⁴⁰⁵ SILVA, Luiz Augusto Rebello da. Por ordem da Academia de Ciências de Lisboa. *Corpo Diplomático Português. Contendo os actos e as relações políticas de Portugal com as diversas potências do mundo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892. 21v.

¹⁴⁰⁶ SERAFIM, João Carlos Gonçalves; CARVALHO, José Adriano de Freitas. *Um Diálogo Epistolar: D. Vicente Nogueira e o Marquês de Niza (1615-1654)*. Porto: Edições Afrontamento, 2011

expedição das letras dos bispos como os mais negócios deste reino, que se oferecessem nessa cúria.”¹⁴⁰⁷ O rei conclui recomendando que o agente procure comunicar a escolha de cardeal protetor para o embaixador francês. Note-se caso que a diplomacia portuguesa contou desde os primeiros momentos da Restauração com o apoio da monarquia francesa, sempre ansioso por encontrar meios de enfraquecer sua arquirrival Espanha.

Uma das primeiras possibilidades de escolha de cardeal protetor foi o Cardeal Bique (Bichy)¹⁴⁰⁸, mas a essa possibilidade também concorria o cardeal Antonio. Justamente, o próprio Conde Vidigueira – importante embaixador português em Paris - vai ser um dos primeiros a auxiliar na moderação da escolha desse cardeal protetor. Para o conde, era fundamental que o protetor português não tivesse outras obrigações com outros reis, no caso, o rei francês. Apesar de ser embaixador em Paris, o conde temia uma dependência com a França.

É o primeiro e grande submissão que se faz a coroa francesa pedir-lhe a aprovação para um ato, de que ela não recebe prejuízo, elegendo-se um protetor que não facção de inimigos, e com isso terá ocasião de esperar que do mesmo modo se lhe comunique outros atos políticos que não convém.”¹⁴⁰⁹

Nesse sentido, vamos observar que Vidigueira discorda da indicação do cardeal Bique, que era o cardeal recomendado pelo marquês de Fontainé, embaixador francês em Roma. Em síntese, o embaixador português na França desejava que a escolha de um cardeal protetor português fosse feita sem a interferência francesa.

Vidigueira também é contrário a indicação do Cardeal Antonio, que era cardeal nepote, sobrinho do papa. Isso porque defende o conde-embaixador que tão logo o papa falecesse também, perderiam logo os nepotes seu poder. Ademais, o cardeal Antonio também era cardeal protetor da França, o que faria com que ficasse obrigado com a França mais do que com Portugal.

E tal como recomendavam os espelhos de embaixador analisados, também era preciso “obrigar” os cardeais, e Vidigueira não ameniza as palavras: “o qual neste caso podia Vossa Majestade deixar contente e obrigado dando lhe 4 ou 5\$ cruzados de pensão.” E prossegue: “pelo que muito imposto o ter cardeais obrigados e bem afetos em Roma.”³⁴⁸ As

¹⁴⁰⁷ SILVA, Luiz Augusto Rebello da. Por ordem da Academia de Ciências de Lisboa. *Corpo Diplomático Português. Contendo os actos e as relações políticas de Portugal com as diversas potências do mundo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.v. 12, p. 371.

¹⁴⁰⁸ Vale ressaltar que algumas fontes denominam o cardeal Bique, enquanto outras se escreve Bichy.

¹⁴⁰⁹ *Corpo Diplomático*. v. 12, p. 381-382.

admoestações de Vidigueira não apenas demonstram sua aguçada noção da realidade, mas também o grande prestígio que adquiria junto ao monarca ao falar de maneira direta, demonstrando um domínio estratégico da situação. A prova cabal dessa importância adquirida está na própria resposta do monarca. Ao dizer que o conde-embaixador tinha “boa razão”, isso porque defende o conde-embaixador que o nepote perdiam seu poder quando o papa falecia, “tudo sobre ele se vos ofereces demais que agora me avisais, me referíreis para poder com vossa informação acertar melhor em eleição tão importante, como está é.”¹⁴¹⁰ O rei conclui mandando avisar ao Padre Mattos sobre a suspensão daquela eleição, e elogiando mais uma vez a atuação de Vidigueira.¹⁴¹¹ Apesar da dificuldade de indicação, era certo que o cardeal deveria receber uma pensão, esse era o ponto comum entre o rei e dos diplomatas portugueses.

Mas os favores em Roma nem sempre era tão diretos, como o pagamento de uma pensão. No caso do cardeal Bichy, seu irmão Celio Cicolomini é nomeado vicecoletor para Portugal. O rei português não hesita e em seguida lhe confere poderes de núncio em Portugal.¹⁴¹² Assim, em uma única ação, agrada ao seu candidato a cardeal protetor e o vicecoletor escolhido para Portugal, marcando a aproximação entre a Família Cicolomini e a coroa.

Por meio da correspondência entre Vidigueira, e o rei percebe-se claramente uma sondagem entre os principais cardeais de Roma. Mas o mapeamento dos cardeais torna-se ainda mais importante em meados de 1644, quando falece o Papa Urbano VIII. Como já foi observado, era durante a *Sede Vacante* que se desenhavam as linhas de influência dentro do colégio de cardeais. Como parece natural, Portugal se alinhava com as decisões francesas no conclave. Enquanto Vidigueira defende que os Barberinos iriam se aproximar da França, Fernando Brandão reforça a ideia que eles continuariam fiéis a Castela, gerando, assim, um clima de indefinição. Essa mudança no quadro geral deixa a questão do cardeal protetor em suspenso; determina o rei que “enquanto não tenho notícia da eleição do novo pontífice, me parece não declarar cardeal protetor.”¹⁴¹³

Apesar da preeminência da questão da sede vacante, em diversos trechos das cartas entre oficiais portugueses e o rei, nota-se a presença constante do Cardeal Bique. Em carta de

¹⁴¹⁰ Corpo Diplomático. v. 12, p. 385.

¹⁴¹¹ Corpo Diplomático. v. 12, p. 385.

¹⁴¹² Corpo Diplomático. v. 12, p. 362.

¹⁴¹³ Corpo Diplomático. v. 12, p. 402.

23 de abril de 1645, endereçada a Nicolão Monteiro fala o rei: “ao cardeal Bique mando escrever as graças da assistência que vos faz.”¹⁴¹⁴ Meses depois escreve o conde de Vidigueira, “está esperando a cada hora pelo cardeal Bique.”¹⁴¹⁵ Apesar da centralidade do cardeal, era evidente sua ligação com o partido francês o que frustra a expectativa portuguesa que ele fosse nomeado cardeal protetor.

Com o passar do tempo, diversas outras mudanças ocorreram, Padre Mattos é substituído por Frei Manuel Pacheco e diversos outros agentes diplomáticos portugueses são substituídos, entre eles o próprio Conde de Vidigueira. Note-se, também, que a própria intensificação da Guerra de Restauração diminuiria a atividade diplomática portuguesa.¹⁴¹⁶ Inclusive dificultando a tradicional comunicação entre Paris e Roma, como aponta Vidigueira, “não duvido que furtem as cartas a Vossa Paternidade por ser coisa que me dizem que se usa muito nessa terra.”

Logo, também, começa a aparecer um novo nome, o do Cardeal Ursino que acaba por se tornar a mais viável opção portuguesa. Não sem antes outras possibilidades serem aventadas como o Cardeal Paloto que ocuparia a função de viceprotetor. O próprio Cardeal Ursino tem sua candidatura questionada em diversos momentos, por ter ligações com a Polônia.¹⁴¹⁷ Ademais, como o próprio Ursino admite, havia a possibilidade que Bique fosse nomeado, conforme escreve Coutinho: “que chegou a dizer ao Papa que tratava de lhe tirar a protetória para dar a Bichy.”¹⁴¹⁸ Mais uma vez, a questão do cardeal protetor é preterida, mas a disputa entre cardeais pelo cargo não deixa de indicar que a coroa portuguesa já detinha certo prestígio dentro da Cúria.

Porém, em carta do Conde de Vidigueira para o Padre Nuno da Cunha se mostra satisfeito pela proximidade com os Ursinos, recomenda, ainda, que o rei procure logo fazer esse reconhecimento formal.¹⁴¹⁹

Assim, depois de quase doze anos da Restauração, se firma o primeiro cardeal protetor português, o Cardeal Ursino. A rainha regente, D. Luísa de Gusmão, em carta sela o compromisso. “Não é pequena prova de vosso valor aceitardes a proteção destes reinos,

¹⁴¹⁴ Corpo Diplomático. v. 12, p. 33.

¹⁴¹⁵ Corpo Diplomático. v. 13, p. 64-65.

¹⁴¹⁶ FARIA, Ana Leal de. *Arquitectos da paz. A diplomacia portuguesa de 1640 até 1815*. Lisboa: Tribuna, 2008.

¹⁴¹⁷ Corpo Diplomático. v. 13, p. 133.

¹⁴¹⁸ Corpo Diplomático. v. 13, p. 402.

¹⁴¹⁹ Corpo Diplomático. v. 13, p. 155.

quando suas coisas estão tão mal vistas nessa cúria: mas por isto é maior a obrigação em que nos pondeis ao rei meu senhor e a mim.”¹⁴²⁰ Em seguida, a carta da rainha, vem outra assinada pelo embaixador português em Roma, Francisco de Sousa Coutinho também reconhecendo a ajuda do cardeal.

Apesar disso, não podemos deixar de questionar a eficácia desse nomeado. Isso porque Ursino entrou em inúmeros embates com o embaixador português em Roma e tinha em muitas situações posturas ambíguas. Em dos conflitos mais notórios ocorre entre o cardeal e o embaixador Francisco de Sousa Coutinho, talvez o mais experiente embaixador português do período, tendo ocupado por longo período a embaixada em Roma. A descompostura entre os dois é tamanha que Coutinho chama Ursino de “traidor” e em diversos ofícios solicita que o cardeal fosse removido do cargo de protetor, como recomenda em cartão ao rei.¹⁴²¹ Na verdade, em diversas situações, Ursino causaria desconfiança dos portugueses em Roma. D. Vicente Nogueira, outro interlocutor português em Roma, também advertia: “que o cardeal fosse nosso protetor, mas sendo romanesco, no que se entende toda a ruindade e vileza do mundo, não é tanto nosso desamparo que houvésemos de vir a tal gente.”¹⁴²²

Um outro motivo de conflito entre Coutinho e o cardeal foi a entrega de um conjunto de “papéis”, segundo Coutinho era “estilo” que estes ficassem em posse do embaixador, enquanto Ursino argumentava que eles deveriam ficar com ele. Ainda que não se possa ter certeza, até o momento, da natureza desses papéis, tudo indica que eram as “nominas dos bispos”, que Coutinho procurava manter para si. Recomendando sempre a retirada do cardeal-protetor.

Porém, não deixa de admitir que a retirada do cardeal poderia ser “abrupta” e que poderia o Papa interpretá-la negativamente, recomendando ao rei buscar uma “via média” para essa questão. E exalta que o rei não deveria “querer ministros duplicados em Roma.”¹⁴²³ A expectativa era que as relações de amizade entre o embaixador português e o cardeal deveriam ser estreitas, fato que nunca ocorreu, como mostra Coutinho em outro relato para o Rei. “E sobretudo saiba vossa majestade que nem seu pai, nem nenhum dos seus irmãos me

¹⁴²⁰ Corpo Diplomático. v. 12, p. 202-203.

¹⁴²¹ Corpo Diplomático. v. 13, p. 314-315.

¹⁴²² SERAFIM, João Carlos Gonçalves; CARVALHO, José Adriano de Freitas. *Um Diálogo Epistolar: D. Vicente Nogueira e o Marquês de Niza (1615-1654)*. Porto: Edições Afrontamento, 2011, p. 204.

¹⁴²³ Corpo Diplomático. v. 13, p. 316.

visitaram, nem por pessoa, e nem por recado, coisa que aqui se tem reparado muito.” Sendo assim, o cardeal faltava com as obrigações que a boa cortesia determinava.¹⁴²⁴

Mas é uma outra visita do Cardeal que provocaria verdadeiro escândalo na corte romana, a visita de Ursino ao embaixador espanhol. A única cerimônia que poderia permitir algo assim era a entrada de um embaixador que mormente visitava todos os cardeais, mas esse não era o caso nem de Coutinho, nem de Ursino. A indignação do embaixador luso é manifesta: “mas fora dessa visita nenhuma das facções visita os ministros da contrária, quanto mais um protetor.”¹⁴²⁵ Naturalmente, o cardeal Ursino procura justificar sua visita, alegando que queria comprar uma casa na mesma rua que seu pai, e a casa pertencia a um castelhano que se recusava a vendê-la, passando, então, a solicitar a intervenção do embaixador espanhol no caso. Coutinho logo retruca, informando que o Papa já tinha obrigado o dito espanhol a vender a casa.¹⁴²⁶ O embaixador luso chega mesmo a confrontar diretamente o cardeal por carta, indagando sobre a “razão frívola” daquela visita, admoestando ainda “sendo obrigação sua não falar em mais negócios, que os lhe tocam como protetor, e para falar em outras vias de ser ou pedido por mim ou consultado comigo.”¹⁴²⁷

E assim, Coutinho adverte a necessidade de uma pronta punição pela falta de decoro do cardeal protetor: “Se eu tivera o poder que em Roma tem os embaixadores de Castela e França, eu o tivera remediado, porque qualquer destes que soubera de visita semelhante lhes ordenará logo que se abstinésse da comunicação com eles.”¹⁴²⁸ Do trecho anterior, duas análises são importantes. A primeira refere-se ao reconhecimento do embaixador luso do seu limitado poder em Roma, não podendo fazer grandes punições ainda que as reconheça como necessárias. A segunda a própria ousadia do cardeal que sabia no fundo a incapacidade portuguesa de lhe deter. Ainda assim, a punição ocorreu, não pelas mãos portuguesas, mas pelo embaixador residente da França, que segundo Coutinho ordenou que Ursino “que tire suas armas da porta.”¹⁴²⁹

A proximidade entre os Ursino e Castela se fazia sentir ainda em outro importante evento romano, a festa de São Tiago. Como abordamos, tal festividade marcava o prestígio e o poder de Castela dentro de Roma, isso porque era a principal igreja espanhola na cidade.

¹⁴²⁴ Corpo Diplomático. v. 13, p. 271.

¹⁴²⁵ Corpo Diplomático. v. 13, p. 304.

¹⁴²⁶ Corpo Diplomático. v. 13, p. 305.

¹⁴²⁷ Corpo Diplomático. v. 13, p. 333.

¹⁴²⁸ Idem.

¹⁴²⁹ Corpo Diplomático. v.13, p. 326.

Festas e igrejas não eram meros acessórios, mas parte fundamental da vida romana. Assim sendo, Ursino deveria dedicar-se a festa portuguesa de Santo Antonio, mas escolher outra.

Dia de Santo Antonio não apareceu na nossa igreja, mais que um que ia espiar se eu assistia lá com cirial para me ir malsinar com o Papa, como fez em outra ocasião; e dia de Santo Tiago todos os seus criados, e os de seu pai e irmão assistiram a festa dos castelhanos. Se isto é ser português, e ser fiel, julguem no as provas que dele tenho mandado.¹⁴³⁰

A descortesia de Ursino é evidente. A falta na grande festa portuguesa na cidade e sua presença na festa de S. Tiago são emblemáticas sobre a desconsideração do cardeal-protetor. Sousa Coutinho escreveria ao rei e outras autoridades sobre a necessidade destituir o cardeal-protetor. Apesar de sua insistência, Ursino não é removido. Bem verdade, quem estava em maus lençóis era o próprio Sousa Coutinho, uma vez que o cardeal Ursino contava com o amplo apoio do cardeal Secretário de Estado.¹⁴³¹ Dessa forma, a análise da vasta documentação produzida por Sousa Coutinho permite transpassar sua personalidade forte, pois, a todo momento, apresenta críticas aguçadas a cardeais, a enviados e a ministros. E, por fim, seria capaz de contrariar diversas ordens régias, inclusive aquela que determinava sua retirada de Roma. Sousa Coutinho era, de fato, um diplomata rebelde. Mas não menos que o Cardeal Protetor Ursino que parece ter contribuído muito pouco para a causa Portuguesa.

É por fim, o próprio Papa que admoesta o cardeal sobre sua proteção a Portugal:

E ainda mal porque já se vai vendo que indo o cardeal Ursino ao Papa para pedir-lhe a audiência para Carrilho (agente português) para pagar-lhes parte dos seus escusadíssimos e perdidíssimos presentes, lhe respondeu o Papa, deixando-o envergonhado: Monsenhor de donde vos toca por ofício meteres-vos nos negócios de Portugal, ou pedir audiências? E respondendo ele que como co-protetor de França, lhe responde que França era França, e Portugal, Portugal, e que já dissera ao Marquês de Fontané, que cada um tratasse os seus negócios e não os alheios.¹⁴³²

Nesse relato escrito por D. Vicente Nogueira, podemos perceber que o Papa agiria limitando a rede de apoio portuguesa, pois excluiria tanto o cardeal-protetor, bem como o embaixador francês que como vimos estavam ao lado dos portugueses. Ante essa situação, vemos que a eficácia da diplomacia portuguesa em Roma estava em xeque e que havia um longo caminho a ser percorrido.

¹⁴³⁰ Corpo Diplomático. v. 13, p. 445.

¹⁴³¹ Corpo Diplomático. v. 13, p. 325.

¹⁴³² Corpo Diplomático. v. 12, p. 422.

Certo é que a diplomacia portuguesa em Roma, ainda que tenha conseguido diversos espaços de negociação, só teve seu reconhecimento tardio, apenas em 1671 o rei português seria reconhecido pelo Papa, portanto, três anos depois do próprio reconhecimento espanhol. Ou seja, apenas quando não havia mais o risco de atrito com a monarquia castelhana o Papa Clemente X se dispôs a reconhecer Portugal. Apesar disso, a diplomacia portuguesa em Roma criou memórias, por sinal, era uma constante entre os embaixadores portugueses a necessidade de registrar modos, falar, discursos e regras. Como se percebe pelo relato do Conde do Prado, enviado português no ano de 1669, escrevia o seguinte sobre seu primeiro encontro com o Papa:

há outras cerimônias, de que darei conta a V. A. como as executar, para que na secretaria de Estado fique memória, para que outros embaixadores que vierem não necessitem de mendigar notícias destes estilos, que são necessários.¹⁴³³

Assim, mais do que um sucesso imediato os embaixadores portugueses pavimentavam o caminho para que outras gerações pudessem atuar de forma mais decisiva, note-se nesse caso que a partir do reinado de D. João V, Portugal consolida uma verdadeira diplomacia cerimonial em Roma, e portanto, mais do que uma vitória em si, estavam os embaixadores portugueses construindo pontes e abrindo caminhos. E não é afinal, esse o grande objetivo da diplomacia moderna? Construir diálogos.

BIBLIOGRAFIA

1) Fontes

AVULSAS

COELHO, Laranja. *Cartas de El-Rei Dom João IV ao Conde da Vidigueira (marquês de Niza) Embaixador em França*. Lisboa: Academia Port. da História, 1940-1942.

FARIA, Leandro Dorea Caceres. (Fernão Correia de Lacerda). *Catastrophe de Portugal na deposição d'el Rei D. Affonso o sexto*. Lisboa: Miguel Manescal, 1669.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana, histórica, Crítica, e Chronologica, &c.* Lisboa: 1741-1759.

MORAIS, Francisco. *Relações italianas da Restauração*. Coimbra, 1940.

¹⁴³³ PERES, Damião. *Monstruosidades do tempo e da fortuna*. (1662-1669) Porto: Companhia Editora do Minho Barcelos, 1938, v. 2, p. 41.

PERES, Damião. (Ed.) *Monstruosidades do tempo e da fortuna*. (1662-1669) Porto: Companhia Editora do Minho Barcelos, 1938, 4 v.

SAMPAIO, António de Vilas Boas. *Nobiliarchia Portuguesa*. Lisboa: Francisco Villela, 1676.

SOUSA, D. Antonio Caetano de. [*Provas da*] *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza desde a sua origem até o prezente com as famillias illustres, que procedem dos Reys e dos Sereníssimos Duques de Bragança, justificada com os instrumentos e Escritores de inviolável Fé*. Lisboa: por José Antonio da Silva, impressor da Academia Real, v. VI.

SOUZA, Camillo Aureliano da Silva. *A Anti-Catastrophe: historia d'elrei d. Affonso 6. de Portugal*. Porto: Tipografia da Rua Formosa, 1845.

VIEIRA, Pe. Antônio. *Escritos Históricos e Políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

VERA Y FIGUEROA, D. Juan Antonio de. *El Embajador*. Sevilha: Por Francisco de Lyra, 1620.

Cartas de Francisco de Sousa Coutinho escritas de Roma à Rainha Viúva do rei D. João e ao Rei D. Afonso VI. Livros do Conde de Póvoa, volume 3. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cota: PT/TT/CPOV/L03.

PRESTAGE, Edgar. *Relação da embaixada do Padre Mestre Ignácio de Mascarenhas à Catalunha em 1641*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

_____ ; AZEVEDO, Pedro de. *Correspondência Diplomática de Francisco de Sousa Coutinho durante sua embaixada para a Holanda*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920.

_____. *As duas embaixadas do Marquês de Nisa à França. (1642 a 1646 e 1647 a 1649)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1919.

_____, *Relação da embaixada do Padre Mestre Ignácio de Mascarenhas à Catalunha em 1641*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

FAJARDO, Diego Saavedra. *Relación de las cosas que hay dignas de saberse de Roma para quien trata del servicio del Rey en España*. Xunta de Galícia, 2000.

Relação do Sucesso que o Embaixador de Portugal teve em Roma com o Embaixador de Castela. Lisboa: Por Lourenço de Anueres, 1642.

SILVA, Luiz Augusto Rebello da. Por ordem da Academia de Ciências de Lisboa. *Corpo Diplomático Português. Contendo os actos e as relações políticas de Portugal com as diversas potências do mundo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892. 15v.

SOUSA, Antonio da Silva e. *Instrucçam Política de Legados*. Hamburgo, 1656.

SERAFIM, João Carlos Gonçalves; CARVALHO, José Adriano de Freitas. *Um Diálogo Epistolar: D. Vicente Nogueira e o Marquês de Niza (1615-1654)*. Porto: Edições Afrontamento, 2011.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

Manuscritos de Livraria. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cota: PT/TT/MSLIV/0365

Cartas de Francisco de Sousa Coutinho escritas de Roma à Rainha Viúva do rei D. João e ao Rei D. Afonso VI. Livros do Conde de Póvoa, volume 3. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cota: PT/TT/CPOV/L03.

Manuscritos do Convento da Graça, Tomo: 5E, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cota: PT/TT/MMCG/5E.

Manuscritos de Livraria. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cota: PT/TT/MSLIV/0171.

2) Livros e teses

BIANCHERI, Boris. *Conciliar o mundo: a diplomacia na era global*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BIAGIOLI, Mario. *Galileu, Cortesão: a prática da ciência da Cultura do Absolutismo*. Porto: Porto Editora, 2003.

BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando J. *Portugal nos tempos dos Felipes. Política, Cultura, Representações (1580-1668)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2002.

BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando. CARDIM, Pedro. Xavier, Ângela Barreto. (org.). *Festas que se fizeram pelo casamento do Rei D.Afonso VI*. Lisboa: Quetzal Editora, 1996.

_____. *Corre manuscrito. Una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001.

BRASÃO, Eduardo. *A missão à Roma do Bispo do Lamego*. Coimbra: Editora limitada, 1945.

_____. *A diplomacia portuguesa nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Editorial Resistência.

_____. *A restauração e a Colônias Portuguesas*. Academia Portuguesa de História, do Instituto de Coimbra e a da Sociedade de Geografia de Lisboa. Comemorações dos centenários da Fundação e da Restauração de Portugal, 1940,

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

- DANDELET, Thomas. *La Roma Española (1500-1700)*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002.
- IRIBARNE, Manuel Fraga. *Don Diego de Saavedra y Fajardo y la Diplomacia de su época*. Madrid: Artes gráficas Argés, 1956.
- LEAL, Ana Maria Homem. *Arquitectos da paz. A diplomacia portuguesa de 1640 até 1815*. Lisboa: Tribuna, 2008.
- LOUSADA, Pires Abílio. *A Restauração Portuguesa de 1640 – Diplomacia e Guerra na Europa do século XVII*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares, 2012.
- MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve História Diplomática de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1990.
- MACEDO, Jorge Borges de. *História Diplomática portuguesa: constates e linhas de força*. Revista Nação e Defesa.
- MARAVALL, José Antonio. *La Cultura del Barroco*. Barcelona: Ariel, 1986.
- RENOUVIN, Pierre. (Ed.). *Historia de las Relaciones Internacionales*. Madri: Aguilar, 1967. 3v.
- REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: A experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RIBOT, Luis. *El arte de Gobernar. Estudios sobre la España de Los Austrias*. Madrid: Alianza Editorial, 2006.
- RODRÍGUEZ, Manuel Rivero. *Diplomacia y relaciones exteriores en la Edad Moderna. De la Crisiandad al sistema europeo 1453-1794*. Madrid: Alianza Editorial, 2000.
- _____. *La edad de oro de los virreyes en la Monarquía Hispánica durante los siglos XVI y XVII*. Madrid: Akal, 2011.
- SENELLART, Michel. *As Artes de Governar*. São Paulo. Editora 34, 2006.
- SIGNOROTTO, Gianvittorio; VISCEGLIA, Maria Antonietta. *Courts and Politics in Papal Rome (1492-1700)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

A aporia democrática: entre liberdade e autoridade

Luiz Maurício Bentim da Rocha Menezes¹⁴³⁴

Resumo: Desde a antiguidade, a democracia apresenta-se como uma espécie de *aporía* política, pois ao mesmo tempo em que permite a liberdade a todos os cidadãos, ela também nos traz a problemática do conhecimento para governar. Afinal, todos os cidadãos são tão aptos a governar como o são para votar ou haveria uma autoridade epistêmica para se julgar as decisões políticas? Segundo o mito de Prometeu, há uma aporia sobre a humanidade que será solucionada através do roubo do fogo e da arte (*téchne*) divinos. No caso do mito, a *aporía* se resolve no ensino das artes aos homens, sendo cada uma delas específica a cada tipo humano. A exceção se dá com a arte política, que é distribuída igualmente por Zeus. Dessa forma, todos os humanos estariam aptos a deliberar sobre a política. Nosso intuito com este trabalho é fazer uma analogia entre o mito de Prometeu e a democracia contemporânea no Brasil, fazendo o contraste entre liberdade e autoridade, de maneira que possamos identificar problemas e propor soluções para essa forma de governo.

Palavras-Chave: História Política; Mito de Prometeu; Democracia.

Abstract: Since Ancient times democracy is presented as some sort of political *aporía*, as it grants freedom to all citizens, nevertheless, presenting us with the matter of knowledge to rule. After all, is the body citizen capable of ruling as it is of voting, or would there be an epistemic authority to judge political decisions? According to the myth of Prometheus there is an *aporía* about humanity which is solved through the theft of the divine, fire and arts (*techne*). As for the myth, the *aporía* is solved when men are taught in the arts, being each of these specific to every human type. The exception happens with the political art, which is equally distributed by Zeus. Thusly, all human beings would be capable of deliberating on politics. Our aim with this paper is to make an analogy between the Prometheus' myth and the contemporary democracy in Brazil, establishing the contrast between freedom and authority, objecting the identification of problems, as well as offering solutions for this kind of government.

Keywords: Political History; Prometheus' Myth; Democracy

I. Introdução

A democracia se tornou a forma de governo predominante nos governos ocidentais hodiernos. Um dos antigos lemas defendidos pelos democratas é o poder diretamente nas mãos do povo, porém, nos tempos modernos, a democracia direta acabou por se tornar

¹⁴³⁴ Pós-doutorando do programa de pós-graduação em História da UERJ sob a supervisão do professor doutor Oswaldo Munteal. Doutor em Filosofia pela UFRJ. Professor de Filosofia, Ética e Política do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM). Email: lmbrmenezes@yahoo.com.br

inviável e foi substituída pela democracia representativa, em que o povo elege os seus representantes para que estes governem no lugar daqueles. Isso acabou por trazer prejuízos à democracia, pois viabilizou a constituição de oligarquias no poder disfarçadas pelas instituições democráticas. O que nos leva à temática desse trabalho que é a comparação do governo democrático entre antigos e modernos, analisando seus pressupostos e tendo como objetivo levantar a discussão sobre o problema democrático atual.

Desde a antiguidade, a democracia apresenta-se como uma espécie de *aporía* política, pois ao mesmo tempo em que permite a liberdade a todos os cidadãos, ela também nos traz a problemática do conhecimento para governar. Afinal, todos os cidadãos são tão aptos a governar como o são para votar ou haveria uma autoridade epistêmica para se julgar as decisões políticas? Em outras palavras, o ato de governar exige conhecimento ou pode ser feito por qualquer um? Segundo o mito de Prometeu, posto pelo personagem Protágoras, há uma *aporía* sobre a humanidade que será solucionada através do roubo do fogo e da arte (*téchne*) divinos. No caso do mito, a *aporía* se resolve no ensino das artes aos homens, sendo cada uma delas específica a cada tipo humano. A exceção se dá com a arte política, que é distribuída igualmente por Zeus. Dessa forma, todos os humanos estariam aptos a deliberar sobre a política. Nosso intuito com este trabalho é fazer uma analogia entre o mito de Prometeu e a democracia contemporânea, fazendo o contraste entre liberdade e autoridade, de maneira que possamos identificar problemas e propor soluções para essa forma de governo.

II. O mito de Prometeu

No *Protágoras* de Platão¹⁴³⁵, o personagem Protágoras irá iniciar a sua exposição através do mito de Prometeu¹⁴³⁶. Segundo ele, no momento em que os seres estavam para surgir no mundo, Zeus determinou que Prometeu e Epimeteu distribuíssem as dádivas a todas as criaturas. Epimeteu disse a Prometeu que ele mesmo faria a tarefa e que depois o irmão avaliaria o seu trabalho. Após o fim do trabalho de Epimeteu, Prometeu pode perceber que ele havia esquecido de uma das criaturas: o humano. Diante da *aporía* posta pelo irmão,

¹⁴³⁵ Para a tradução, utilizaremos o texto de Daniel R. N. Lopes, *Protágoras*. (São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2017). Demais referências ao 'Protágoras' serão abreviadas por *Prot.* indicando-se em seguida a numeração. Para o original grego em todo o trabalho, utilizaremos o texto estabelecido por John Burnet, *Platonis Opera*, t. 3 (Oxford: Clarendon, 1968).

¹⁴³⁶ *Prot.*,

Prometeu resolve ir até a morada dos deuses para roubar o fogo e as artes dos deuses e entregá-las aos homens, “e, desde então, o homem possui recurso de vida” [εὐπορία μὲν ἀνθρώπῳ τοῦ βίου γίγνεται]¹⁴³⁷.

A palavra *aporía* pode ser melhor entendida se for dividida no prefixo de negação “a” e a palavra “póros” que significa passagem, caminho ou recurso. *Aporía* seria, portanto, “sem passagem” ou “sem recurso”. A *aporía* é um elemento de perplexidade que impulsiona a filosofia a buscar soluções para as suas questões, sendo um desafio imposto ao filósofo. No caso desse mito, a *aporía* se resolve no ensino das *téchnai* aos homens, o que faz de Prometeu um filósofo divino capaz de abrir a passagem, dar o recurso, o *póros*, à humanidade, mesmo que sua atitude tenha o condenado aos grillhões inquebrantáveis de Hefesto.

Prometeu, dessa forma, pode ser reconhecido como o primeiro humanista, pois se condenou para salvar a humanidade de forma irrestrita. A filosofia, já diziam os antigos, começa com o espanto, com o questionar-se sobre o mundo. Sem questão não há filosofia e toda questão leva a um impasse a ser resolvido. O homem que filosofa é um homem que se move na dificuldade de resolver uma questão, de pensar sobre os caminhos possíveis a serem percorridos no intuito de se encontrar uma resposta adequada para o impasse. No entanto, o filósofo é somente aquele que se adianta sobre o problema ou aquele que se dedica a resolver o problema, pois a *aporía* pertence ao próprio sentido do humano. Prometeu através da sua ação para com os homens, vem aproximar a humanidade da dádiva divina e nos permitir a abertura do caminho. No entanto, ainda faltava aos homens a arte política:

ἐζήτους δὴ ἀθροίζεσθαι καὶ σῶζεσθαι κτίζοντες πόλεις· ὅτ' οὖν ἀθροισθεῖν, ἠδίκουν ἀλλήλους ἅτε οὐκ ἔχοντες τὴν πολιτικὴν τέχνην, ὥστε πάλιν σκεδαννύμενοι διεφθείροντο. Ζεὺς οὖν δεῖσας περὶ τῷ γένει ἡμῶν μὴ ἀπόλοιτο πᾶν, Ἑρμῆν πέμπει ἄγοντα εἰς ἀνθρώπους αἰδῶ τε καὶ δίκην, ἵν' εἶεν πόλεων κόσμοι τε καὶ δεσμοὶ φιλίας συναγωγοί.

*Procuravam, então, reunir-se para se preservar, fundando cidades; mas, quando se reuniam, injustiçavam-se mutuamente, uma vez desprovidos da arte política. Por conseguinte, dispersavam-se novamente e eram aniquilados. Zeus, pois, temeroso do total perecimento de nossa geração enviou Hermes aos homens portando justiça e pudor, para que houvesse ordem nas cidades e vínculos estreitos de amizade*¹⁴³⁸.

Ao contrário das outras artes, que tem um conhecimento especializado, Zeus determinou que todos os humanos compartilhassem da justiça e do pudor permitindo, dessa forma, que todos os homens estivessem aptos a desempenhar a arte política. O mito de

¹⁴³⁷ Prot., 321e3-322a1.

¹⁴³⁸ Prot., 322b6-c3.

Prometeu tem uma importância explicativa, isto é, através de um recurso imagético, Protágoras pretende explicar o motivo pelo qual a *téchne* política é diferente das demais *téchnai*.

Similarmente pode-se dizer que o mito de Protágoras não poderia servir a um propósito sério se fosse apenas para dar uma descrição da falta de senso de justiça em todos os homens. Desse modo, nenhum homem existe. Mas como uma ideia concebida no limite da imaginação, ele [o mito] opera como uma norma negativa: qualquer ação leva na direção dessa norma ou o estado descrito no mito é nessa medida ruim; qualquer ação que afaste isso é, *ipso facto*, boa¹⁴³⁹.

A analogia proporcionada pelo mito permite a Protágoras argumentar por uma diferença específica presente na arte política, de maneira que todos teriam a capacidade para fazer política, sendo que o aprimoramento dessa arte seria feito através do ensino. A justiça e o pudor aparecem em germe nos seres humanos, pois foram igualmente distribuídas por Zeus. Será através do aprimoramento da justiça que os humanos poderão construir cidades e seguir um determinado regime normativo. No caso específico da democracia, o poder político pertence a todos os cidadãos, isso estaria coerente com a visão protagórica do mito descrito. Podemos levantar aqui como contraste para a temática o fato de não se precisar de um conhecimento específico para a política, de maneira que todos estão aptos ao seu exercício na democracia. Isso vai em oposição direta a um governo dos melhores composto por aqueles que têm um conhecimento específico para governar, conforme nós podemos ver desde o princípio da *República* de Platão¹⁴⁴⁰. No Livro I, podemos ver que a defesa de Trasímaco de uma *téchne* do governo que tem, no seu saber próprio, a sua infalibilidade é o prenúncio de que o governo também participa de um tipo de *epistème* específica que lhe dá o estatuto de arte. Será através das colocações de Trasímaco que, primeiramente, se fará a relação entre justiça, cidade e governo e, também, teremos o estabelecimento de uma arte do governo, arte essa que determinaria o justo dentro da cidade. Essa visão se opõe diretamente ao governo democrático em que a arte política se faz pelo conjunto de cidadãos independente do conhecimento que esses têm da política em geral. O ambiente democrático seria, portanto, aquele em que há uma capacidade geral dos cidadãos para a feitura da política diretamente, de maneira, que todos estão aptos a opinar e exercer o seu papel político na cidade.

¹⁴³⁹ WOLZ, 1963, p. 223.

¹⁴⁴⁰ Para a tradução, utilizaremos o texto de Maria Helena da Rocha Pereira, *A República* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001). Demais referências à 'República' serão abreviadas por *Rep.* indicando-se em seguida a numeração. Para o original grego em todo o trabalho, utilizaremos o texto estabelecido por S. R. Slings, *Platonis Rempublicam* (Oxford: Oxford University Press, 2003).

Em Platão podemos encontrar a diferenciação cultural e política entre gregos e bárbaros no seu mito do anel de Gyges, retratado no Livro II de sua obra *República*. Segundo o relato, Gyges seria um pastor da Lídia, região situada na Anatólia (Ásia Menor), que teria achado um anel de ouro em uma fenda que se abriu na terra onde ele cuidava de seu rebanho. Esse anel tinha um poder mágico de deixar o seu usuário invisível de acordo com a sua vontade. Ciente de seu poder, Gyges teria usado o anel para tramar, junto com a rainha, um golpe contra o soberano, se apoderando, desse modo, do governo da Lídia. O mito filosófico tem o intuito de problematizar a questão da justiça colocando uma situação contrafactual em que a injustiça se sai melhor do que a justiça.

Na tradição histórica, Heródoto retrata Gyges como uma figura real que viveu no séc. VII a.C. e teria tomado o trono de Candaules, que pertenceria a dinastia dos descendentes de Héracles. Dessa forma, Gyges teria sido o fundador da Dinastia dos Mermnadas que durou até o governo de Creso. O primeiro a falar de Gyges teria sido o poeta Arquíloco, que seria seu contemporâneo, conforme podemos ver pelo fragmento abaixo:

οὐ μοι τὰ Γύγεω τοῦ πολυχρύσου μέλει,
οὐδ' εἶλέ πώ με ζῆλος, οὐδ' ἀγαιομαι
θεῶν ἔργα, μεγάλης δ' οὐκ ἔρέω τυραννίδος·
ἀπόπροθεν γάρ ἐστιν ὀφθαλμῶν ἐμῶν.
*Não me preocupam as coisas de Gyges, rico em ouro,
Nem ainda me persegue a cobiça, nem invejo
As obras dos deuses, ou amor pela grande tirania;
Isto longe está dos meus olhos.*¹⁴⁴¹

O fragmento em questão também é o primeiro registro que temos sobre a palavra 'tirania'. Deste modo, Gyges parece ter sido considerado entre os gregos como o primeiro tirano. Isso é um fator determinante para a maneira como os gregos olhavam para o oriente. Entre os gregos a tirania era vista como uma forma de governo ruim e perigosa, principalmente na Atena democrática dos séculos V e IV a.C. Em sua *República*, Platão faz um claro discurso contra a tirania, tomando este tipo de governo como o pior dentre todas as formas de governo possíveis¹⁴⁴². Essa é uma maneira clássica de separar o pensamento político grego do pensamento político bárbaro: os gregos seriam livres, enquanto os bárbaros não saberiam o que é a liberdade, pois, ao serem governados por tiranos, entregam sua liberdade sem que possam vir a desfrutá-la. Com base no desafio da tirania, Platão construiu

¹⁴⁴¹ Fr. 19W(est). [tradução é nossa].

¹⁴⁴² Cf. livros 8 e 9 da *República*.

um argumento que pudesse responder, no campo da filosofia política, o problema relativo à justiça. O mesmo fará posteriormente Aristóteles, quando na sua *Política* irá dizer que os gregos são livres por natureza e os bárbaros escravos por natureza. Dessa forma, acontece a naturalização e a generalização das diversas culturas diferentes da grega como merecedoras da escravidão. Tais visões compõem os tipos de governo possíveis, levando-se em consideração o número de governantes e o grau de liberdade.

III. A democracia moderna

Em um discurso pronunciado no Athénée Royal de Paris em 1819, Benjamin Constant irá apresentar dois sentidos de liberdade que ficaram consagrados pela modernidade. A primeira seria a liberdade política, desempenhada dentro do âmbito da *pólis* e na tomada de decisões da cidade como um cidadão que tem não só uma capacidade para decidir, mas também um poder para agir dentro da cidade. A segunda seria a liberdade individual, que seria composta pelas garantias individuais que cada indivíduo tem para fazer o que bem entende dentro dos limites constitucionais permitidos. Separando a ideia de liberdade entre os antigos e os modernos, Constant irá defender que

A liberdade individual, repito, é a verdadeira liberdade moderna. A liberdade política é a sua garantia e é, portanto, indispensável. Mas pedir aos povos de hoje para sacrificar, como os de antigamente, a totalidade de sua liberdade individual à liberdade política é o meio mais seguro de afastá-los da primeira, com a consequência de que, feito isso, a segunda não tardará a lhe ser arrebatada¹⁴⁴³.

Benjamin Constant pode ser considerado como um dos pensadores basilares do liberalismo. Marcado pelas contradições de seu tempo, Constant soube enfrentar com afinco as problemáticas posteriores à Revolução Francesa. Se observarmos bem isso, podemos entender o tipo de pensamento que se pretende fundamentar com o texto dele aqui apresentado. A liberdade política é sacrificada em sua capacidade de ação pela primazia da liberdade individual, mas isso não significa o seu abandono, pois a liberdade política passa a ser a garantia para a liberdade individual. Dessa forma, o indivíduo moderno se tornou alguém que preza em primeiro lugar a sua própria liberdade para fazer o que bem quer em âmbito privado, abdicando, inclusive, do direito de atuar politicamente. Gradualmente esse

¹⁴⁴³ CONSTANT, 1985, p. 5.

tipo de pensamento levará a alienação das massas da sua capacidade de governar, deixando a cargo de outros esse poder. No Brasil, o pensamento de Constant foi bastante influente na formação de nossa primeira constituição federal, a Constituição Brasileira de 1824, que formalizou o Império de D. Pedro I. É oriundo do arcabouço teórico de Constant a previsão constitucional de um Poder Moderador¹⁴⁴⁴.

Um outro ponto a ser discutido nas democracias modernas é a questão da igualdade. Ponto de dificuldade e, talvez, o mais controverso, já que para alguns a igualdade em sua totalidade implica em menos liberdade, mas para outros, o próprio sentido de democracia já indica um governo de iguais. Rancière, em seu estudo sobre a democracia, irá retomar alguns dos pontos da democracia originária grega, como o sorteio, a anarquia e o acaso.

Democracia quer dizer, em primeiro lugar, o seguinte: um “governo” anárquico, fundamentado em nada mais do que na ausência de qualquer título para governar. Mas há várias maneiras de tratar esse paradoxo. Podemos simplesmente excluir o título democrático, já que se trata da contradição de qualquer título para governar. Também podemos negar que o acaso seja o princípio da democracia, separar democracia e sorteio. Assim fazem os modernos, especialistas, como vimos, em jogar alternadamente com a diferença ou com a semelhança dos tempos. O sorteio, segundo eles, convinha aos tempos antigos e aos vilarejos economicamente pouco desenvolvidos. Como nossas sociedades modernas, feitas de tantas engrenagens delicadamente encaixadas, poderiam ser governadas por homens escolhidos por sorteio, ignorando a ciência desses frágeis equilíbrios? Encontramos para a democracia princípios e meios mais apropriados: a representação do povo soberano por seus eleitos, a simbiose entre a elite dos eleitos do povo e a elite daqueles que nossas escolas formaram no conhecimento do funcionamento das sociedades¹⁴⁴⁵.

Rancière em seu livro “O ódio à democracia” critica duramente todo o tipo de pensamento antidemocrático que tenta desmerecer o governo democrático em seu sentido mais pleno. A democracia nasceu para ser o governo do povo pelo povo, o que implica em todo tipo de contraposição que isso possa significar. Com isso, Rancière dialoga muito com Platão e seu filósofo governante.

[O] procedimento democrático do sorteio está de acordo com o princípio do poder dos sábios em um ponto essencial: o bom governo é o governo daqueles que não desejam governar. Se há uma categoria que deve ser excluída da lista dos que são aptos a governar, é a dos que intrigam para obter o poder.

[...]

O filósofo-rei tem ao menos um ponto em comum com o povo-rei: é necessário que o acaso divino o faça rei, sem que ele o tenha desejado.

¹⁴⁴⁴ ALVES, 2008, p. 70.

¹⁴⁴⁵ RANCIÈRE, 2014, p. 57.

Não existe governo justo sem participação do acaso, isto é, sem participação daquilo que contradiz a identificação do exercício do governo com o exercício de um poder desejado e conquistado. Esse é o princípio paradoxal que se coloca onde o princípio do governo se desliga daquele das diferenças naturais e sociais, isto é, onde há política. E este é o desafio da discussão platônica sobre o “governo do mais forte”¹⁴⁴⁶.

De maneira sucinta, de modo que não ultrapassemos o escopo deste trabalho, há dois problemas básicos para o estabelecimento do governo do filósofo na *República*:

- 1) os filósofos não desejam governar.
- 2) os filósofos não são escolhidos pelo povo.

O primeiro problema é um problema de justiça: os filósofos *devem* governar, pois são os melhores para governar a cidade e isso é o justo a ser feito. O segundo problema é um problema de persuasão, que só pode ser resolvido pelo acaso. Ambos os problemas têm uma parte imagética exposta na obra para explicá-los. Para o primeiro, temos a “imagem da Caverna”¹⁴⁴⁷, já para o segundo, temos a “imagem da Nau do Estado”¹⁴⁴⁸. Atentemo-nos para a segunda imagem, por ser a mais afim com a presente comunicação, deixando para um trabalho posterior a análise da Caverna. Na imagem da nau, podemos ver a dinâmica que se apresenta em uma cidade democrática e como esta exclui o filósofo do governo. Para Keyt, “a autoridade dos governantes da Kallípolis deriva do seu conhecimento mais do que do seu governo [...]; mas o símile [da nau] implica o reverso, que a sua autoridade pode derivar do *dêmos*”¹⁴⁴⁹. Isso leva ao desenvolvimento do problema de como legitimar o poder do filósofo sobre o *dêmos*, fazendo com que o *dêmos* opte pelo governo do filósofo e *obedeça* às suas recomendações¹⁴⁵⁰. Para responder ao problema, precisamos retomar a analogia tendo a *anánke* como o recorte principal, coisa que comumente fica de fora das interpretações padrões. A *anánke* é o que distingue o verdadeiro governante daquele que não é, mas isso não garante ainda o seu governo, pois é preciso que o povo seja persuadido e opte pelo seu governo sem que o filósofo clame por isso. Dessa forma, *anánke* aponta a um requisito para a *epistéme*, como condições a serem cumpridas, porém a própria *epistéme* não é garantia para o governo do filósofo. Caso o filósofo desejasse o governo, ele seria tomado como os marinheiros na disputa pelo poder. Entretanto, o fato, do filósofo recusar o governo e, mesmo

¹⁴⁴⁶ RANCIÈRE, 2014, p. 59.

¹⁴⁴⁷ *Rep.*, 514a et seq.

¹⁴⁴⁸ *Rep.*, 488a7-489a2.

¹⁴⁴⁹ KEYT, 2006, p. 207.

¹⁴⁵⁰ Cf. *Rep.*, 489b-c.

assim, ser obrigado por *anánke* a governar é peça fundamental para o bom governo do filósofo, sem o qual ele não poderia ser o verdadeiro governante.

Na *República*, a *anánke* exerce de alguma maneira o seu poder sobre aquele que detém a natureza filosófica. Mas, devido à dificuldade de realizar a Kallípolis, Platão não exclui a *fortuita coerção* [ἀνάγκη τις ἐκ τύχης]¹⁴⁵¹, fazendo com que por alguma sorte os filósofos sejam coagidos a governar, ou ainda uma *sorte divina* [θεία ... τύχη]¹⁴⁵². Há, ao que parece, um elemento fortuito, fruto do acaso, mas com uma força capaz de levar o filósofo ao governo. O que Rancière parece indicar em seu livro é que há uma força legítima no acaso para se legitimar um governo político. Mais especificamente, a democracia seria o melhor governo para se testar essa força e eliminar as mazelas viciosas da política temporal, já que levaria o próprio povo a assumir o governo.

Miguel aponta que há pensadores sérios que defendem uma “teoria das elites”, alegando uma impossibilidade da existência das democracias. “Os fundadores dessa corrente, Mosca, Pareto e Michels, não escondiam sua oposição aos movimentos democráticos e socialistas presentes na virada do século XIX para o XX”¹⁴⁵³. Visto isso, pode-se falar em uma corrente elitista que se dirige contra o governo do povo por julgar que as massas não tem como governar a si mesmas e devem ser governadas por pessoas melhores.

No seu sentido corrente, o elitismo pode ser descrito como a crença de que a igualdade social é impossível, de que sempre haverá um grupo naturalmente mais capacitado que deterá os cargos de poder. Não se trata de ideia nova: o sonho de Platão na *República*, com a divisão de castas (de acordo com a capacidade de cada um), reflete essa visão, bem como a crença de Aristóteles na existência de “escravos por natureza”. Apalavra “natureza” é crucial: para o elitismo, a desigualdade é um fato *natural*. Isto está na raiz da atração que o pensamento elitista tem sobre aqueles que ocupam posições de elite. Em vez de estarem nessas posições como fruto do acaso, de contingências ligadas à estrutura da sociedade, seriam recompensados por seus méritos intrínsecos¹⁴⁵⁴.

Isso aponta para o contraponto que estamos verificando nesse trabalho sobre a defesa de um governo de todos pelas vias democráticas e por um governo da elite que tem um saber para gerenciar e manter o poder sobre as massas. Podemos fazer um equivalente contemporâneo dessa visão quando um povo opta democraticamente por um governo fascista, isto é, um governo que exalta o nacionalismo acima de todos, demonstrando-se intolerante a

¹⁴⁵¹ *Rep.*, 499b5-6.

¹⁴⁵² *Rep.*, 592a8.

¹⁴⁵³ MIGUEL, 2002, p. 485.

¹⁴⁵⁴ MIGUEL, 2002, p. 486-487.

tudo que possa ser diferente aos seus próprios conceitos. O fascismo é a morte do outro e a predominância do mesmo sobre tudo que há. Apesar de ser historicamente um movimento político-ideológico do início do século XX, o fascismo tem uma capacidade impressionante de se renovar, sendo capaz de se mesclar às demandas da elite de um país em detrimento do povo. Para Foucault, as massas no momento do fascismo desejam que alguns exerçam o poder, alguns que, no entanto, não se confundem com elas, visto que o poder se exercerá sobre elas e em detrimento delas, até a morte, o sacrifício e o massacre delas; e, no entanto, elas desejam este poder, desejam que esse poder seja exercido. São aportes desse tipo que devem ser melhor estudados teoricamente para um desenvolvimento de maiores resultados no futuro, pois, em pleno século XXI, continuamos no âmbito dialético da contradição entre um governo tirânico e um governo democrático.

Conclusão e Aporia

Tentamos com esse trabalho apresentar uma leitura da democracia fazendo um paralelo entre antigos e modernos. Para isso, nos centramos na posição de Platão através das obras *Protágoras* e *República* e trazendo-as para uma discussão contemporânea através de uma análise crítica de seus elementos.

Gostaríamos de encerrar nosso trabalho falando minimamente de Brasil e o futuro da política brasileira. O Brasil nunca vai avançar como nação enquanto não avançar no seu enorme problema de desigualdade social. Para isso é preciso resolver a questão de terras, redistribuir renda com a taxação de grandes fortunas e bancos privados, estimular o crescimento das indústrias nacionais, além de melhorar o acesso ao crédito à classe mais baixa da população e investir assiduamente nos programas sociais. A concentração de renda é um total descaso com os problemas reais do país e agride diretamente os princípios democráticos. Em seu ensaio sobre a cidadania no Brasil, José Murilo de Carvalho apresenta o longo caminho percorrido e o aquele que ainda falta percorrer.

Diante dessas mudanças, países como o Brasil se veem frente a uma ironia. Tendo corrido atrás de uma noção e uma prática de cidadania geradas no Ocidente, e tendo conseguido alguns êxitos em sua busca, veem-se diante de um cenário internacional que desafia essa noção e essa prática. Gera-se um

sentimento de perplexidade e frustração. A pergunta a se fazer, então, é como enfrentar o novo desafio¹⁴⁵⁵.

Estamos diante de um *novo desafio*. Para que haja o progresso da democracia, é preciso buscar soluções que privilegiem a construção de novos espaços para a deliberação e discussão¹⁴⁵⁶. Cidadãos que deliberam podem neutralizar a manipulação da elite¹⁴⁵⁷ e, dessa forma, constituir um espaço comum para o desempenho de uma política deliberativa e cidadã, o que poderíamos chamar de boa política. No entanto, ao que tudo indica, continuamos na mesma posição de Prometeu diante da humanidade: sem conseguir ainda resolver sua *aporía*.

Referências Bibliográficas

- ALVES, C. F. A influência do pensamento liberal de Benjamin Constant na formação do Estado Imperial Brasileiro. *Revista de Informação Legislativa*, v. 45, n. 180, p. 65-75, 2008.
- BEČAK, R. Democracia moderna: sua evolução e o papel da deliberação. *Revista de Informação Legislativa*, v. 50, n. 199, p. 7-23, 2013.
- BOBBIO, N. *Estado, Governo, Sociedade*. Para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- BOBBIO, N. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil*. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- CONSTANT, B. Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos. *Revista Filosofia Política*, n. 2, p. 1-7, 1985.
- DESCARTES, R. *Meditações*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores)
- DESCARTES, R. *Discurso do Método*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores)
- DRYZEK, J. S. et al. The crisis of democracy and the science of deliberation. *Science*, v. 363, p. 1144-1146, 2019.
- HOBBS, T. *Leviatã*. Organizado por Richard Tuck. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GONZALEZ, F. J.; DESTRÉE, P.; COLLOBERT, C. *Plato and Myth*. Leiden; Boston: Brill, 2012.

¹⁴⁵⁵ CARVALHO, 2012, p. 226.

¹⁴⁵⁶ BEČAK, 2013.

¹⁴⁵⁷ DRYZEK et al., 2019.

KEYT, D. Plato and the Ship of the State. In: SANTAS, G. (Ed.). *The Blackwell Guide to Plato's Republic*. Malden: Blackwell Publishing Ltd, 2006, p. 189-213.

LUCHI, J. P. Para uma teoria deliberativa da democracia. *Revista de Informação Legislativa*, v. 43, n. 172, p. 73-83, 2006.

MENEZES, L. M. B. R. O problema da filosofia política. *Investigação Filosófica*, v. 10, n. 1, p. 141-152, 2019.

MIGUEL, L. F. A Democracia Domesticada: Bases Antidemocráticas do Pensamento Democrático Contemporâneo. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, v. 45, n. 3, p. 483 a 511, 2002.

PLATÃO. *A República*. Tradução e organização de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2006.

PLATÃO. *Protágoras*. Tradução, estudo introdutório, comentários e notas de Daniel R. N. Lopes. São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2017.

RANCIÈRE, J. *O ódio à democracia*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

RIBEIRO, R. J. *A Boa Política*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ROUSSEAU, J.-J. *Do Contrato Social*. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores)

ROUSSEAU, J.-J. *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SILVA, E. M. O Estado Democrático de Direito. *Revista de Informação Legislativa*, v. 42, n. 167, p. 213-230, 2005.

SLINGS, S. R. *Platonis Rempublicam, recognovit brevisque adnotatione critica instruxit*: S. R. Slings. Oxford: Oxford University Press, 2003.

STRAUSS, L. What is Political Philosophy? *The Journal of Politics*, v. 19, 1957, p. 343-368.

STRAUSS, L. *The City and Man*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1964.

VAN RIEL, G. Religion and Morality. Elements of Plato's Anthropology in the Myth of Prometheus (Protagoras, 320d–322d). In: GONZALEZ, F. J.; DESTRIÈRE, P.; COLLOBERT, C. *Plato and Myth*. Leiden; Boston: Brill, 2012, p. 145-164.

WOLZ, H. G. The Protagoras Myth and the Philosopher-Kings. *The Review of Metaphysics*, v. 17, n. 2, p. 214-234, 1963.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

WEST, M. L. *Iambi et Elegi Graeci. Ante Alexandrum Cantati.* (Editio Altera). Edidit M. L. West. Oxford: Oxford University Press, 1971.

As conveniências do vestuário ficcional: a representação da indumentária feminina nos romances *Cinco Minutos* (1856) e *A viúva* (1857), de José de Alencar

Marcelle Lopes de Souza¹⁴⁵⁸

Resumo: Ao contrapor os dois primeiros romances citadinos de José de Alencar com a sua coluna “Conversa com os meus leitores”, do jornal *O Diário do Rio de Janeiro*, é possível traçar uma perspectiva de moda que condicionou o afastamento das personagens femininas de Alencar das extravagâncias luxuosas disseminadas nos jornais de Moda. A partir da concepção de um vestuário ficcional próprio do romancista, este trabalho tem como objetivo analisar a representação da indumentária feminina como um aspecto de construção de personagens, em ambos os romances; evidenciar a discrepância entre o padrão vestimentário estabelecido pela perspectiva alencariana com a Moda oitocentista presente nos jornais da época; e demonstrar como a construção do vestuário ficcional apresenta o viés romanesco do autor.

Palavras-chave: literatura; personagem; indumentária

Abstract: By contrasting the first two city novels by José de Alencar with his column “Conversa com os meus leitores”, from the newspaper *O Diário do Rio de Janeiro*, it is possible to trace a fashion perspective that conditioned Alencar's female characters' distancing from luxurious extravagances disseminated in fashion newspapers. From the conception of a fictional dress typical of the novelist, this paper aims to analyze the representation of female clothing as an aspect of character construction in both novels; highlight the discrepancy between the dress pattern established by the Alencarian perspective with the nineteenth century fashion present in the newspapers of the time; and demonstrate how the construction of fictional clothing presents the author's novelistic bias.

Keywords: literature; character; clothing

¹⁴⁵⁸ Graduanda em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: marcellelopes.hist@gmail.com

Introdução

Sendo o próprio romancista um ser humano, há uma afinidade entre ele e seu assunto¹⁴⁵⁹. No caso de José de Alencar, grande parte da sua afinidade com os temas dos seus romances foram provenientes da influência direta de sua mãe. Ele adquiriu uma irresistível atração pela literatura a partir de D. Ana Josefina, com quem aprendeu a ler os livros da pequena biblioteca romântica da Rua do Conde¹⁴⁶⁰. Todas as noites, depois do jantar, não havendo visitas de cerimônia, o pequeno Alencar lia em voz alta para as mulheres de sua casa¹⁴⁶¹. Elas esboçavam suas reações e emoções, e até mesmo contestavam quando não lhes agradavam algumas partes. Em sua autobiografia, o romancista se indaga se não foi essa leitura contínua e repetida de novelas e romances que primeiro imprimiu em seu espírito a tendência para forma literária romântica. De fato, não tem como se saber ao certo, mas o próprio Alencar acredita ser incontestável a influência das suas primeiras impressões¹⁴⁶².

Apesar de ser um leitor voraz e ter o desejo de produzir algo grandioso, apenas em 1848, quando esteve dois meses em sua terra natal, o Ceará, ressurgiu nele “a veia do romance”. A partir deste momento, começou a se criar em sua mente “uma coisa vaga e indecisa, que devia parecer-se com o primeiro broto de *O Guarani* ou de *Iracema*”¹⁴⁶³. Apesar disso, o seu primeiro romance publicado acabou sendo *Cinco Minutos*. Isso ocorreu quando Alencar se tornou redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro* em 1856, o que o fez tomar a decisão de entregar o pequeno romance em folhetins diários como um presente de final de ano para os seus leitores. Assim, após o sucesso de *O Guarani*, Alencar retornou com a mesma estrutura urbanista de *Cinco Minutos* e publicou o seu terceiro romance: *A viúvinha*.

Desta forma, os dois romances dialogam entre si não apenas na estrutura mas também no enredo, já que os casais protagonistas das duas histórias se conhecem. Por meio de uma carta enviada à prima¹⁴⁶⁴, o narrador conta a história de dois jovens casais, sendo que, em

¹⁴⁵⁹ FORSTER, E. M. *Aspectos do romance*, p. 34

¹⁴⁶⁰ MENEZES, Raimundo de. José de Alencar, p. 14

¹⁴⁶¹ *Ibidem.* p. 55

¹⁴⁶² ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*, p. 7

¹⁴⁶³ *Ibid.* p. 12

¹⁴⁶⁴ No capítulo VIII de *A viúvinha*, o autor se utiliza da figura da prima “D***” para se dirigir, indiretamente, ao grande público feminino leitor de romances folhetinescos.

Cinco minutos pode-se identificá-lo como narrador-protagonista e em *A viúvinha* como narrador onisciente. Essa diferenciação é imprescindível para analisar a forma como José de Alencar condiciona os diferentes enredos das duas obras aos aspectos indumentários determinantes tanto na caracterização física, quanto na revelação da subjetividade das suas personagens. Nesse sentido, busco estabelecer uma análise que apresente a indumentária ficcional como algo que aborda a vestimenta para além do utilitarismo das peças de roupas. Desta forma, me baseio nessa perspectiva a fim de demonstrar de que forma José de Alencar aborda a subjetividade das personagens Carlota e Carolina nos seus romances, e como isso vai se relacionar com a sua escolha marcadamente romântica.

A linguagem da Moda na narrativa literária

Quando o vestuário é apresentado na forma de linguagem literária, ele se torna uma imagem na mente do leitor, possuindo, assim, a função de caracterizar as personagens de um romance. Elas serão definidas e apresentadas de acordo com a vontade do autor, por isso, os seus aspectos indumentários estarão “associados à sua suposta personalidade, às suas atitudes enquanto elemento de um universo ficcional, ao seu trajeto na narrativa”¹⁴⁶⁵. Sendo assim, a descrição do vestuário e o seu uso acaba se tornando, para o autor, “uma ferramenta que possibilita a interpretação do caráter, da moral, dos desejos e expectativas das personagens”¹⁴⁶⁶.

Segundo Mikhail Bakhtin, no romance oitocentista, “surge uma divergência fundamental entre o homem aparente e o homem interior e, como resultado, leva o aspecto subjetivo do homem a tornar-se objeto de experiência e de representação”¹⁴⁶⁷. Isso vai acabar proporcionando a construção do contraste entre, o que Antonio Candido determina como, “a continuidade relativa da percepção física (em que fundamentos o nosso conhecimento) e a descontinuidade da percepção, digamos, espiritual, que parece frequentemente romper a unidade antes apreendida”¹⁴⁶⁸. Esse contraste vai ser aplicado no vestuário das personagens quando a roupa for apresentando parte da subjetividade à medida que as rotulações iniciais vão sendo desconstruídas.

¹⁴⁶⁵ *Ibidem.* p.42-43.

¹⁴⁶⁶ RODRIGUES, M. T.. *Mancebos e Mocinhas: moda na literatura brasileira do século XIX*, p. 138.

¹⁴⁶⁷ BAKHTIN, M.. *Questões de literatura e de estética*, p. 426.

¹⁴⁶⁸ CANDIDO, A.. *A personagem de ficção*, p. 55.

De acordo com Candido, esse processo ocorre em vista da nossa incapacidade de “*abranger* a personalidade do outro com a mesma unidade com que somos capazes de *abranger* a sua configuração externa”¹⁴⁶⁹. Por isso, pode-se pensar nos dois tipos de conhecimentos que foram apresentados por Antonio Candido, para se aproximar de uma maior abrangência da personalidade das personagens. Tendo assim, o “conhecimento do domínio finito”, destinado para a caracterização exterior do corpo; e o do “domínio infinito”, oculto à exploração de forma íntegra devido à sua ligação com a interioridade de cada personagem, mas que pode ser explorada por meio dos signos indumentários.

Como a noção do leitor em relação à percepção física do personagem é incompleta, pode-se dizer que o conhecimento que ele possui sobre os personagens será fragmentário. Por isso, é necessário que o romance tenha uma ligação estruturalizada entre o personagem e o enredo. Ela é importante para que haja um contexto adequado que assegure o traçado convincente da personagem. Proporcionando, assim, uma mútua relação de construção, na qual o enredo só poderá existir por meio das personagens, e essas só poderão ser ficcionalizadas a partir do enredo. Desta forma, ambos vão exprimir, “os intuits do romance, a visão da vida que decorre dele, os significados e valores que o animam”¹⁴⁷⁰. Tais significados e valores também seriam chamados por Antonio Candido como “ideias” que representam o enredo e as personagens. Assim, a personagem vive o enredo e as ideias, e só permanece viva por meio deles.

Entretanto, a questão mais importante da indumentária, como aspecto de construção de personagens, é a dependência da natureza de cada personagem em relação à concepção que preside o romance e às intenções do romancista¹⁴⁷¹. Em consequência disso, a verdade da personagem dependerá, fundamentalmente, da função que ela deve exercer na estrutura do romance. É a partir desse princípio que o texto tem como objetivo analisar os romances *Cinco minutos* e *A viuvinha*, visando esmiuçar os detalhes que apresentam como o vestuário irá construir a personagem romanesca a partir da posição que cada uma delas será condicionada.

Uma das intenções do romancista que pode condicionar a apresentação da roupa das personagens, é a escolha de narrador. De acordo com Catherine Gallagher, as narrações em terceira pessoa permitem o narrador entrar na subjetividade, ou consciência de um personagem. Já o narrador em primeira pessoa, “mantém a ilusão de opacidade das

¹⁴⁶⁹ *Ibidem.* p.56.

¹⁴⁷⁰ *Ibidem.* p.53-54.

¹⁴⁷¹ FORSTER, E. M.. *Aspectos do romance*, p.74.

personagens, tornando-as veículos essenciais à articulação da incerteza epistemológica típica do modernismo”¹⁴⁷². A escolha das obras de José de Alencar, em parte, foi pensada para demonstrar como as diferentes formas de narração podem influenciar a perspectiva indumentária caracterizadora das personagens.

Cinco Minutos, é um romance narrado em primeira pessoa. Ele possui, “nos termos de Booth, narradores dramatizados, em consequência, dotados de evidente autonomia”¹⁴⁷³. Desta forma, o narrador não permite que as personagens se expressem ao longo do romance. Toda a trama é apresentada a partir do ponto de vista dele. O único momento que a personagem feminina de *Cinco Minutos* se apresenta é por meio de um monólogo interior presente na carta que ela envia para o narrador-personagem. É por meio desta ferramenta que José de Alencar abre uma brecha em sua narração para apresentar a subjetividade de Carlota, uma vez que, toda a descrição da personagem é abordada a partir da imaginação do narrador ao seu vestuário.

Em *A viuvinha*, a perspectiva caracterizadora da indumentária é outra. Essa obra de Alencar é narrada em terceira pessoa, o que proporciona uma maior clareza em relação à expressão da interioridade da personagem por meio das suas roupas. Ela não tem a sua integridade questionada pelo narrador porque a sua vestimenta não permite a evidência da sua aparência, como acontece em *Cinco minutos*. São obras diferentes, do mesmo autor, com o mesmo narrador, sendo que, na primeira ele desempenha o papel de narrador-onisciente e na segunda ele é apresentado como narrador-personagem. Tais diferenças são cruciais para a desempenho da indumentária na caracterização de Carolina e Carlota. José de Alencar atribui diferentes papéis e enredos para essas duas personagens, e isso altera completamente a maneira como as suas vestimentas as caracterizam.

O vestuário ficcional das personagens

Em *Cinco minutos*, há uma “escolha de gestos, de frases, de objetos significativos, marcando a personagem para a identificação do leitor, sem com isso diminuir a impressão de complexidade e riqueza”¹⁴⁷⁴. A história tem como ponto de partida o atraso de cinco minutos do narrador-personagem, o qual não tem o seu nome apresentado, para pegar o ônibus das seis

¹⁴⁷² GALLAGHER, C.. *Ficção*. In: MORETTI, F. (Org.) *A cultura do romance*, p.653.

¹⁴⁷³ BAPTISTA, A. B.. *A formação do nome: duas interrogações sobre Machado de Assis*, p. 123.

¹⁴⁷⁴ CANDIDO, A.. *A personagem de ficção*, p. 58.

horas. Assim, ele embarca no ônibus das sete, e busca um lugar ao fundo do carro. É neste momento que a narrativa inicia a construção da personagem de Carlota por meio da sua vestimenta:

O canto já estava ocupado por um monte de sedas, que deixou escapar-se um ligeiro farfalhar, conchegando-se para dar-me lugar.
Sentei-me; prefiro o contato da seda à vizinhança da casimira ou do pano.
O meu primeiro cuidado foi ver se conseguia descobrir o rosto e as formas que se escondiam nessas nuvens de seda e de rendas.
Era impossível.
Além da noite estar escura, um maldito véu que caía de um chapeuzinho de palha não me deixava a menor esperança.¹⁴⁷⁵

O véu e o mantelete¹⁴⁷⁶ não permitiam que a aparência da personagem fosse exposta, o que leva o narrador-personagem à suposição de que Carlota é “feia”, pois para ele “uma mulher bonita deixa-se admirar, e não se esconde como uma pérola dentro de sua ostra”¹⁴⁷⁷. Contudo, quando o protagonista sente o perfume de sândalo da personagem, sua opinião muda, uma vez que, “a fragrância do sândalo tem conotações que vão além, relaciona-se com o Oriente — um modismo do século”¹⁴⁷⁸. Mesmo sem saber a aparência de Carlota, o protagonista argumenta ao seu favor:

Tinha toda a certeza; desta vez era uma convicção profunda e inabalável.
Com efeito, uma mulher de distinção, uma mulher de alma elevada, se fosse feia, não dava sua mão a beijar a um homem que podia repeli-la quando a conhecesse; não se expunha ao escárnio e ao desprezo.
Era bela!¹⁴⁷⁹

O narrador-personagem vai basear a sua convicção em uma teoria que ele criou, na qual o vestuário é analisado como parâmetro definidor da beleza e do caráter das mulheres. Tal análise também será fundamentada na escolha do perfume, devido ao gosto apurado que define “as mulheres de boas condições sociais, aquelas com corretas noções de recato, que não se exalam em cheiros fortes, picantes, animais, condicionantes e condicionadores de uma má reputação”¹⁴⁸⁰. Assim, segundo o protagonista:

A mulher é uma flor que se estuda, como a flor do campo, pelas suas cores, pelas suas folhas e sobretudo pelo seu perfume.

¹⁴⁷⁵ ALENCAR, José de.. *Cinco minutos*, p. 14.

¹⁴⁷⁶ Capa curta feminina usada por cima do vestido, como enfeite ou para proteger do frio

¹⁴⁷⁷ ALENCAR, José de.. *Cinco minutos*, p. 15.

¹⁴⁷⁸ RODRIGUES, M. T.. *Mancebos e Mocinhas: moda na literatura brasileira do século XIX*, p. 138.

¹⁴⁷⁹ ALENCAR, José de. *Cinco minutos*, p. 17.

¹⁴⁸⁰ RODRIGUES, M. T.. *Mancebos e Mocinhas: moda na literatura brasileira do século XIX*, p. 173.

Dada a cor predileta de uma mulher desconhecida, o seu modo de trajar e o seu perfume favorito, vou descobrir com a mesma exatidão de um problema algébrico se ela é bonita ou feia.¹⁴⁸¹

Metade do romance é narrado a partir da imaginação do protagonista em torno da beleza de Carlota, o que leva o narrador-personagem a buscar os signos indumentários que foram atribuídos para caracterizar, tanto a exterioridade quanto a interioridade daquela personagem, em todas as mulheres: “Quando saía, não via ao longe um vestido de seda preta e um chapéu de palha que não lhe desse caça, até fazê-lo chegar à abordagem”¹⁴⁸². Assim, o protagonista buscava uma “sombra impalpável” que ele sequer sabia como ela realmente aparentava.

A estrutura narrativa e o enredo do romance não vão permitir que a subjetividade de Carlota apareça integralmente. Apenas em uma das cartas que ela escreve para o protagonista é possível saber a sua intenção em relação ao uso do véu, que tanto proporcionou o mistério sobre a sua beleza:

Cinco meses antes do nosso primeiro encontro completava eu os meus dezesseis anos, a vida começava a sorrir-me.
A educação rigorosa que me dera minha mãe me conservara menina até àquela idade, e foi só quando ela julgou dever correr o véu que ocultava o mundo aos meus olhos que eu perdi as minhas ideias de infância e as minhas inocentes ilusões.¹⁴⁸³

O véu como um dos aspectos que contribuíram para a construção da imagem da personagem durante metade do romance, acabou desconstruindo todas as rotulações em torno da sua exterioridade ao apresentar parte da subjetividade de Carlota. A personagem não tinha a menor intenção de usá-lo, mas a educação rigorosa de sua mãe a obrigou, julgando, assim, ser esse o momento certo para deixar a sua infância de lado e demonstrar a sua mocidade nos bailes.

A personagem de Carlota não evolui mais que isso. Todo o conhecimento acerca dela foi apresentado a partir da sua indumentária, a qual de acordo com Gilberto Freyre, “fixa-o o olhar do romancista, numa como demonstração de saber enxergar encantos de vestuário burguês e não apenas de formas de corpo de mulher quase em estado de graça”¹⁴⁸⁴. Apesar

¹⁴⁸¹ ALENCAR, José de. *Cinco minutos*, p. 15-16

¹⁴⁸² *Ibidem*, p.18.

¹⁴⁸³ *Ibidem*, p.34.

¹⁴⁸⁴ FREYRE, G. *Vida, forma e cor*, p. 140.

disso, ela nunca nos surpreende. Desta forma, seguindo a terminologia apresentada por Forster, Carlota pode ser classificada como uma “personagem plana”, já que, ela não foi alterada pelas circunstâncias mas apenas se moveu através delas¹⁴⁸⁵. Já em *A viuvinha*, José de Alencar desenvolve melhor a personagem de Carolina. Ela chega a nos surpreender, mas apenas em determinados momentos, o que não a torna redonda de fato. A roupagem de Carolina vai expor a sua interioridade, ao mesmo tempo em que ela formula uma identidade indumentária. Entretanto, assim como Carlota, ela apenas se move devido às circunstâncias do seu enredo.

A inverossimilhança de Alencar ainda vai permanecer em *A viuvinha* como um aspecto atrelado à exposição da indumentária caracterizadora de personagem. Publicada em 1857, a obra terá conexão com *Cinco minutos* por possuir o mesmo narrador. Logo no início de sua primeira obra, José de Alencar deixa claro que ela se trata de uma “história” e não de um “romance”, o que atribui ao narrador a responsabilidade de desempenhar a inverossimilhança a partir do seu ponto de vista. O narrador, que agora é onisciente em *A Viuvinha*, escreve uma carta para a sua prima, narrando a história de Jorge e Carolina. Eles se casam, mas logo após a noite de núpcias, Jorge simula um suicídio para preservar a honra de Carolina, já que seria inadequado deixar uma noiva no altar por causa de dívidas econômicas, ela acabaria ficando “mal falada”. Por isso, Carolina fica viúva muito jovem, ela era um ano mais nova que Carlota quando sua mãe lhe obrigou a usar o véu.

Assim como Carlota, Carolina passou a trajar o preto, mas de forma distinta. Carlota o usava por ser uma cor elegante, Carolina porque estava de luto. São os detalhes que vão demonstrar como elas se diferenciavam. Enquanto a primeira usava vestido de seda preta e um chapéu de palha, a segunda:

Trajava um vestido de cetim preto, simples e elegante; não tinha um ornato, nem uma flor, nem outro enfeite, que não fosse dessa cor triste, que ela parecia amar.

Essa extrema simplicidade era o maior realce da sua beleza deslumbrante. Uma joia, uma flor, um laço de fita, em vez de enfeitá-la, ocultariam uma das mil graças e mil perfeições que a natureza se esmerara em criar nela.¹⁴⁸⁶

A permanência do preto em uma moça tão jovem levou a sociedade à rotular Carolina de “a viuvinha”, o que era algo fora do comum naquele período, já que, “o luto se tirava com

¹⁴⁸⁵ FORSTER, E. M.. *Aspectos do romance*, p. 55.

¹⁴⁸⁶ ALENCAR, José de. *A viuvinha*, p. 40.

facilidade¹⁴⁸⁷. Na França, o de marido ou de esposa durava dois anos, sendo pesado durante o primeiro ano, e aliviado durante o segundo. Já no Brasil, havia a Pragmática de Marquez de Pombal, que determinava “seis mezes pelas Pessoas Reaes, pela própria Mulher, por Marido, por Paes e Avós, Bis-Avós, por Filhos, Netos e Bis-Netos”¹⁴⁸⁸. Logo, podemos dizer que Alencar idealiza o luto da sua personagem durante cinco anos, proporcionando, assim, a construção da sua imagem de viúva no imaginário social do romance:

(Ela) entrou nos salões, porém com esse vestido preto, que devia lembrar-lhe todo o momento a fatalidade que pesara sobre a sua existência. Excitou a admiração geral pela sua beleza. Não houve talento, posição e riqueza que se não rojasse a seus pés. Sabiam vagamente a sua história; suspeitavam a virgindade sob aquela viuvez, e se lhe dava um toque de romantismo que inflamava a imaginação dos moços à moda.¹⁴⁸⁹

A simbologia do preto, com o passar do tempo, se apresentava de duas formas para Carolina: como uma decepção cruel, mas simultaneamente, como uma relíquia sagrada que ela respeitaria para sempre por ser “a cinza do seu primeiro amor”. A partir dessas duas orientações, a personagem decide não se entregar ao amor, em respeito à imagem do seu marido, e zomba de todas as proclamações que recebe. Depois de tanto tempo, ela passou a adquirir uma identidade própria usando o preto. Quando sua mãe a leva para comprar novos vestidos, Carolina demonstra parte dessa sua nova identidade ao lhe dizer:

Não é luto minha mãe: é gosto. Tenho paixão por essa cor; parece-me que ela veste melhor que as outras.
— Não digas isso, Carolina; pois o azul desta seda não te assenta perfeitamente?
— Já gostei do azul; hoje o aborreço! É uma cor sem significação, uma cor morta.
— E o preto?
— Oh! O preto é alegre!
— Alegre! — exclamou um caixeiro, admirado dessa opinião original em matéria dessa cor.
— Eu pelo menos o acho — replicou a moça, tomando de repente um ar sério —, é a cor que me sorri¹⁴⁹⁰

É nesse momento que a personagem começa a pretender ser “redonda” por quebrar com a ideia de uma personagem que pode facilmente ser determinada pela sua imagem. Ela nos transmite uma surpresa ao revelar a sua conquista identitária, mas ainda assim, ela apenas

¹⁴⁸⁷ FILHO, A. M. R. *O Rio de Janeiro imperial*, p. 389.

¹⁴⁸⁸ SCHMITT, J. *Simulacro da dor*, p. 71-72

¹⁴⁸⁹ ALENCAR, José de. *A viuvinha*, p. 55.

¹⁴⁹⁰ *Ibidem*, p. 40-41.

desenvolve esse papel porque as circunstâncias do seu enredo a colocaram nesta situação, por isso, ainda permanece plana. Uma nova surpresa é apresentada quando Carolina se apaixona novamente. Ela demonstra por meio do seu vestuário o quanto o seu interior estava instável naquele momento:

Pela primeira vez, depois de cinco anos, Carolina trajava de branco; mas as fitas dos laços, as pulseiras, o colar, eram pretos ainda. Até no seu vestuário se revelava a luta que se passava em sua alma: o branco era a aspiração, o sonho do futuro; o preto era a saudade do passado.¹⁴⁹¹

Sem saber que o seu novo amor é o seu marido, que fingia estar morto, ela decide deixar o vestido preto de lado. Contudo, as fitas dos laços, as pulseiras e o colar, ainda carregam os signos indumentários do luto. Carolina demonstra, com o seu vestido branco, que ela está pronta para assumir uma nova identidade, mas ainda possui o receio de deixar a Carolina que ela construiu no passado. Para a personagem, a roupa não é apenas um objeto, mas sim uma verdadeira forma de expressão. Ela “incorpora ao conjunto geral da sua aparência valores semânticos que são captados por aqueles à sua volta”¹⁴⁹²

É a partir de cada aspecto ressaltado nas obras, que se pode determinar a funcionalidade do vestuário como uma ferramenta de construção de personagens. Ao condicionar o olhar para o viés indumentário das obras, é possível, até mesmo perceber que existe uma falta de caracterização indumentária nos narradores-personagens. Talvez por estarem mais atentos em desempenhar a sua função hermenêutica determinante para o enredo, esses personagens sejam pouco caracterizados exteriormente, permitindo espaço apenas para subjetividades. Enquanto isso, as personagens, principalmente femininas, expressam sua interioridade e exterioridade por meio dos seus signos indumentários, essenciais para o desenvolvimento da trama romanesca.

O romantismo Alencariano

Além das dimensões de classe e sexo estampada nas roupas das personagens de José de Alencar, é possível extrair de suas obras a dimensão sócio-cultural da sociedade fluminense oitocentista. Segundo Gilda de Mello e Souza, o ponto de vista romântico de

¹⁴⁹¹ *Ibidem*, p. 59.

¹⁴⁹² PEREIRA, M. I.; CONRADO, G.; RODRIGUES, V. H.. *Vestindo histórias - O vestuário como ficção*. In.: BONADIO, M. C.; MATTOS, M. F. (Orgs.). *História e cultura de moda*, p.193.

Alencar se assemelha ”em parte à neurose que, a partir de meados do século, derivou, na Europa como no Brasil, do processo de urbanização, do convívio mais intenso com a mulher e das novas formas de sedução divulgadas pela alta costura e as grandes lojas de departamento”¹⁴⁹³. Contudo, deve-se ressaltar a existência de uma distorção idealizante presente nos romances citadinos de Alencar, existência essa proveniente daquele sopro avassalador que transformava o mundo: o espírito romântico¹⁴⁹⁴. Nesse sentido, a “linguagem das roupas” em ambas as obras aqui analisadas, expressa os costumes vestimentários da época mas com uma perspectiva romantizada.

As roupas das personagens de Carolina e Carlota não apresentam elementos como o espartilho e a saia balão, típicos da indumentária feminina do período e que estavam em alta no mercado de moda. Outra característica presente nos romances é a sobriedade da roupas. Não há uma descrição detalhada de muitos elementos de luxo, no entanto, ainda sim, é possível saber que se tratam de roupas da alta classe pelo tipo de tecido. Em *Cinco Minutos*, o narrador-personagem relata que estava sempre em busca de “um vestido de seda preta e um chapéu de palha”. Já em *A viuvinha*, Carolina prefere trajar “um vestido de cetim preto, simples e elegante”. Quando a personagem vai às compras, sua mãe chega a apontar a escolha de um vestido de cor mais alegre e de tecido mais luxuoso ao dizer o azul da seda lhe assenta perfeitamente, entretanto, Carolina prefere continuar seguindo com o preto do luto romantizado.

No manual *Código do Bom-Tom ou regras da civilidade e de bem viver no século XIX*, conhecido por ser o mais famoso e provavelmente mais antigo manual de regras de civilidade e bem viver no século XIX, são encontrados posicionamentos que se aproximam daqueles apresentados por José de Alencar em seus romances. A escolha de uma indumentária mais modesta, carregada de elementos indumentários que estão inseridos nos códigos de etiqueta da época mas que não fazem referência às extravagâncias das saias e espartilhos, demonstra que Alencar possivelmente pode ter se apropriado da concepção de moda e comportamento presente nos manuais de etiqueta e civilidade, a fim de desenvolver as vestimentas das suas personagens femininas. Logo, pode-se dizer que a escolha de Alencar por um padrão vestimentar que busca ser mais condizente com o código de “bom comportamento” do que com os luxos “desvirtuosos” da moda disseminados nos jornais, apresenta representações

¹⁴⁹³ SOUZA, Gilda de Mello e. *Macedo, Alencar, Machado e as roupas*, p. 18

¹⁴⁹⁴ AZEVEDO, H. de. *José de Alencar: Destino de uma vocação*, p. 19-20

comportamentais ancoradas em um pensamento social que prestigia a ideia de um “processo civilizador”, sobretudo quando a prática dos códigos da etiqueta consistiria numa autoapresentação desta sociedade¹⁴⁹⁵.

Nesse sentido, o romancista demonstraria uma possível insatisfação com os exageros presentes nos códigos de etiqueta da época. Assim, a literatura, ao mesmo tempo que denunciaria a insatisfação com o real, passaria a oferecer, contra ele, o abrigo do ideal decepcionado, que se constitui em refúgio, e que transforma o refúgio em sucedâneo de aspirações insatisfeitas¹⁴⁹⁶. Grande parte de tal insatisfação era proveniente da vida política que tentou levar. De acordo com Raimundo de Menezes, “como político, desencantado da vida e dos homens, o poeta não se realizou”¹⁴⁹⁷. Desde o começo da sua carreira política, Alencar se mostrou inadaptado aos artifícios da Corte:

Não suportava ter por obrigação, duas vezes por semana, galopar, empertigado dentro de um fardão, sobraçando grossa pasta, para despachar em S. Cristóvão. Aquilo o irritava deveras. Outra coisa que o molestava era ter de comparecer às recepções, aos bailes, obrigado a um protocolo exaustivo. [...] A respeito há um bilhete em que, certa vez, indagava de um colega de gabinete qual a farda com que devia apresentar-se numa procissão: a calça, branca ou azul? A espada, branca ou preta? Ele tinha aversão por espada preta. Como fazer então? E lamentava que em assuntos tão profundos e transcendentais se euxaria a atividade de um ministro”¹⁴⁹⁸.

Após conseguir o cargo de gerente redator no jornal *O Diário do Rio de Janeiro*, Alencar passou a expressar diversas críticas à questão dos exageros nos modismos e nas modas da época. De acordo com o escritor, haveria uma necessidade de reforma nas larguras das portas, das cadeiras e até mesmo das ruas:

Todas estas inovações determinadas por S. M. a rainha *Moda*, que, <atendendo às justas reclamações que lhe foram feitas por parte das senhoras elegantes, todos os dias sujeitas a verem os seus belos vestidos amarrotados pelas ombreiras das portas e janelas, assim como pelos estreitos limites de um carro: HOUVE por bem ordenar o alargamento das ruas, e a reforma das cadeiras.>¹⁴⁹⁹

No mesmo ano em que escreve a coluna “Conversa com meus leitores” criticando os

¹⁴⁹⁵ ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*, p.117.

¹⁴⁹⁶ GUINSBURG, J. *O Romantismo*, p. 55

¹⁴⁹⁷ MENEZES, Raimundo de. *Cartas e documentos de José de Alencar*, p. 7

¹⁴⁹⁸ *Ibidem*, p. 10

¹⁴⁹⁹ ALENCAR, J.. Coluna Folhetim, *Conversa com os meus leitores*, *Diário do Rio de Janeiro*, 26 de maio de 1856.

excessos da saia balão nos espaços sociais, o romancista publica *Cinco Minutos* com suas vestimentas simples e idealizadas. Segundo Hilário de Azevedo, por muitas vezes, os campos do jornal e da literatura se confundiam, um servindo ao outro de instrumento para José de Alencar. Logo, “as armas do polemista eram as mesmas usadas pelo folhetinista imaginoso e criador. Apenas mudavam a direção e o alvo. E a estratégia tinha de ser outra”¹⁵⁰⁰.

No caso dos romances de folhetins, José de Alencar se armava da inverossimilhança em seu enredo, gerando um “acúmulo irrealista de acasos, coincidências e idealização excessiva, num clima de teatralidade quase caricata”¹⁵⁰¹. Ela se apresenta em *Cinco Minutos* quando o protagonista prefere se sentar na gôndola ao lado de uma mulher do que de um homem, o que era algo incomum neste período devido o exagero dos vestidos. O próprio Alencar, em 1856 (mesmo ano da publicação de *Cinco Minutos*), publicou uma crítica dizendo que os ônibus teriam que “se inventarem de novo, porque os atuais não poderão conter mais do que uma senhora e seus vestidos, como se dizia antigamente, um homem e sua família”¹⁵⁰². O ônibus, em meados do século XIX, “possuía dois pavimentos, sendo puxado por quatro cavalos”¹⁵⁰³, por isso, ainda em 1861, “vai se sentindo a necessidade de uma reforma na lotação de gondolas e ônibus. Uma gondola para 14 pessoas não é uma gondola para 14 senhoras ou para 14 pessoas, inclusive senhoras”¹⁵⁰⁴.

Logo, pode-se dizer que exatamente em 1856, período em que o peso intolerável das anáguas vão sendo substituídos por uma maior leveza presente na crinolina de armação ou anágua de arcos¹⁵⁰⁵, José de Alencar parece criar uma certa resistência às novas adequações que a saia balão exigia. Apesar de saber das limitações que a dimensão das saias¹⁵⁰⁶ impunham, o romancista facilita a aproximação entre as personagens do seu romance. Nesse sentido, ao determinar que o vestido da personagem não fosse verossímil à caracterização típica da moda da época, Alencar possibilita que a sua imaginação mobilize toda a execução do romance. Possibilitando, assim, que a indumentária da personagem apresente o seu sentimento como romancista, se posicionando contrariamente aos ideais lógicos e

¹⁵⁰⁰ AZEVEDO, Hilário de. *José de Alencar: Destino de uma vocação*, p. 23

¹⁵⁰¹ MOISÉS, C. F.. *Cinco minutos: rede de símbolos a ser decifrada*. In: *Cinco minutos*, p.8.

¹⁵⁰² ALENCAR, José de.. Coluna Folhetim, Conversa com os meus leitores, *Diário do Rio de Janeiro*, 26 de maio de 1856.

¹⁵⁰³ FILHO, A. M. R.. *O Rio de Janeiro imperial*, p.140.

¹⁵⁰⁴ BARRETO, M. Coluna Notícias diversas, *Correio Mercantil*, 9 de out. de 1861.

¹⁵⁰⁵ RAINHO, M. *A cidade e a moda: novas pretensões, novas distinções*. p.136

¹⁵⁰⁶ A saia balão, também chamada de *cage* por se assemelhar à verdadeiras gaiolas, possuía uma armação construída à base de arcos de metal ou barbatanas de baleia para oferecer uma melhor sustentação ao vestido.

pragmáticos do cientificismo vigoroso no século XIX.

Considerações finais

Em ambas as personagens aqui analisadas, a indumentária não está apenas integrando as suas aparências. A realidade ficcional construída pelo escritor busca ir além do vestuário como uma simples necessidade básica. Alencar a utiliza como uma forma de expressão da individualidade e da subjetividade das suas personagens, revelando o seu senso estético marcadamente romântico ao idealizar vestimentas e costumes inverossímeis. Desta forma, em um período no qual a moda estava extremamente inserida no meio social feminino — sendo alvo de diversas críticas que apontavam como uma “rainha da moda pode levar o absolutismo até à extravagância”¹⁵⁰⁷ —, José de Alencar sujeita os costumes e a moda da época ao seu imaginário. Determinando, assim, a construção de personagens femininas que possibilitam a aproximação das leitoras à uma realidade ficcional sem as frustrações e os desencantos que a realidade da moda pode proporcioná-las ao impedi-las de passarem pelas portas sem ficarem entaladas, além dos incômodos que os “círculos de ferro de uma criolina monstro”¹⁵⁰⁸ pode proporcionar tanto à mulher quanto à pessoa que se senta ao seu lado.

Desta forma, as conveniências do vestuário ficcional das personagens femininas dos romances *Cinco minutos* e *A viuvinha*, se direcionariam tanto no sentido de normas sociais compartilhadas, que contribuem para o desenvolvimento da narrativa romanesca como parte integrante da indumentária das personagens, quanto como convenções que saciam o gosto das leitoras dos romances citadinos de José de Alencar.

Referências

- ALENCAR, José de. *Cinco minutos*. 5. ed. São Paulo: FTD, 1999. (Coleção Grandes leituras)
- ALENCAR, José de. *A viuvinha*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004. (Coleção Travessias).

¹⁵⁰⁷ [Autor Anônimo]. Livro do domingo, *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1 fev. 1858. Folhetim, p. 01. Neste folhetim, a Imperatriz Eugenia é apontada como a introdutora da saia balão, o que demonstra como a influência da moda francesa estava extremamente inserida na Corte do Rio de Janeiro.

¹⁵⁰⁸ [Autor Anônimo]. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 9 out. de 1861. Notícias diversas, p. 01. Esta notícia apresenta o relato de um passageiro que se sentiu invadido e machucado pela crinolina de uma mulher.

- ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. 1873. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000311.pdf>. Acesso em: 7 dez. de 2016
- ALENCAR, José de. Conversa com os meus leitores, *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 26 maio de 1856. Folhetim, p. 01. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/43320. Acesso em: 7 dez. de 2016
- AZEVEDO, Hilário de. “José de Alencar: Destino de uma vocação”. In: AZEVEDO, Hilário de; PINTO, Edith P.; SOUZA, Roberto A. Q. de. *José de Alencar: sua contribuição para a expressão literária brasileira*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1979
- BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: A teoria do romance*. São Paulo: Hucitec Editora, 2014
- CANDIDO, Antonio. et al. *A personagem de ficção*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007 (Coleção Debates)
- FORSTER, Edward M. *Aspectos do romance*. Editora Globo: Porto Alegre, 1974
- FILHO, Adolfo Morales de los Rios. *O Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000
- FREYRE, Gilberto. *Vida, forma e cor*. São Paulo: É Realizações, 2010
- GALLAGHER, Catherine. *Ficção*. In: MORETTI, Franco. (Org.) *A cultura do romance*. São Paulo: Cosac Naify, 2009
- GUINSBURG, Jacob. *O Romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978
- MENEZES, Raimundo de. *Cartas e documentos de José de Alencar*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1967
- _____. *José de Alencar*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1965
- PEREIRA, M. I.; CONRADO, G.; RODRIGUES, V. H.. *Vestindo histórias - O vestuário como ficção*. In.: BONADIO, Maria Claudia; MATTOS, Maria de Fátima (Orgs.). *História e cultura de moda*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011
- RAINHO, Maria do Carmo T. *A cidade e a moda: novas pretensões, novas distinções*. Rio de Janeiro, século XIX. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002
- RODRIGUES, Mariana Tavares. *Mancebos e Mocinhas: moda na literatura brasileira do século XIX*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010
- SCHMITT, Juliana. *Mortes vitorianas: corpos, lutos e vestuário*. São Paulo: Alameda, 2010
- SOUZA, Gilda de Mello e. Macedo, Alencar, Machado e as roupas. Machado Assis Linha [online]. 2017, vol.10, n.20, p.4-19. Disponível em:

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1983-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1983-68212017000100004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)

[68212017000100004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1983-68212017000100004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 15 julho 2018

WOOD, James. *Como funciona a ficção*. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2012

A Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough como uma possível ferramenta para abordagem de textos historiográficos

Márcia Cristina de Oliveira Santos Matheus¹⁵⁰⁹

Resumo

A partir da crença de que não existem enunciados politicamente neutros e de que uma abordagem linguisticamente orientada pode contribuir para novos caminhos interpretativos, tomo como marco teórico-metodológico básico a Análise do Discurso Crítica (ADC) para a investigação do relato de viagem de Maria Graham, *Diário de uma Viagem ao Brasil*. A ADC entende a linguagem como um construto em contínua relação dialética com a vida social, segundo a qual, o discurso constitui e é constituído pela materialidade dos elementos sociais, ou seja, ele molda e é moldado por relações de poder e ideologias as quais, na maioria das vezes, encontram-se opacas aos participantes do discurso.

Palavras-chave: Historiografia; Linguística Aplicada; Análise linguística de relatos de viagem.

Abstract

From the perspective that there are no neutral political statements and that a linguistic oriented approach can contribute to new interpretative paths, I suggest that Critical Discourse Analysis can be used as a basic theoretical and methodological framework for the investigation of the travelogue *Journal of a Voyage to Brazil*, by Maria Graham. Critical Discourse Analysis understands language as a constructor in a continuous dialectical relationship with social life, according to which, discourses constitute and are constituted by social elements. In other words, discourses shape and are shaped by unequal relationships of power and ideologies which are often indistinguishable to speech participants.

Keywords: Historiography; Applied Linguistics; Linguistic analysis of travel journals.

Numerosas pesquisas realizadas na área da linguística aplicada crítica (LAC) têm se empenhado em dialogar com outros campos do saber, como por exemplo, os estudos culturais, as ciências sociais, a história, a sociologia, a antropologia e os estudos de gênero

¹⁵⁰⁹Professora da Escola Naval, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UFRJ, pesquisadora do grupo de pesquisa LIEDH, Linguagens e Discursos da História, marciacris.santos82@yahoo.com.br

num esforço para “criar inteligibilidade sobre problemas sociais em que a linguagem tem um papel central”¹⁵¹⁰. Esta vertente da linguística aplicada (LA) entende o uso da linguagem como uma prática social dinâmica e atravessada por ideologias e relações de poder¹⁵¹¹. Além disso, os autores que afirmam inserir seus trabalhos nos domínios da LAC têm em comum o entendimento de que, para que os estudos linguísticos possam trazer algum agenciamento à dimensão da vida social, faz-se necessário estudar a linguagem em seu contexto de ação, ou seja, no discurso¹⁵¹².

Assim, a partir da crença de que não existem enunciados politicamente neutros e de que uma abordagem linguisticamente orientada pode contribuir para novos caminhos interpretativos da literatura de viagem, em minha dissertação de mestrado – *Maria Graham e a dupla documentação do feminino no Brasil dos anos de 1821, 1822 e 1823: uma abordagem discursivo-crítica*¹⁵¹³ – tomei como marco teórico-metodológico básico para a investigação do diário de Maria Graham, *Diário de uma Viagem ao Brasil*¹⁵¹⁴, a Análise do Discurso Crítica (ADC).

A Análise do Discurso Crítica

A ADC entende a linguagem como um construto em contínua relação dialética com a vida social, segundo a qual o discurso¹⁵¹⁵ constitui e é constituído pela materialidade dos elementos sociais, ou seja, ele molda e é moldado por relações de poder e ideologias as quais, na maioria das vezes, encontram-se opacas aos participantes do discurso¹⁵¹⁶. Esta perspectiva difere da concepção formalista da linguagem, segundo a qual esta é um ente autônomo cujas

¹⁵¹⁰ MOITA LOPES, Luiz Paulo. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In: ____ (org.) *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 14.

¹⁵¹¹ RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

¹⁵¹² MOITA LOPES, Luiz Paulo. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In: ____ (org.) *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 13–44.

¹⁵¹³ SANTOS, Márcia Cristina de Oliveira. *Maria Graham e a dupla documentação do feminino no Brasil de 1821 a 1823. Uma abordagem discursivo-crítica*. 98 f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.lettras.ufrj.br/linguisticaaplicada/site/dissert/2014-marciacristinasantos.pdf>. Acesso em 07 de outubro de 2019.

¹⁵¹⁴ GRAHAM, Maria. (1824) *Journal of a Voyage to Brazil and Residence There*. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=HxTj7myVQ0kC&printsec=frontcover&dq=maria+graham+brazil&hl=ptBR&sa=X&ei=vblVUdPhD4u89QSn4CACg&redir_esc=y#v=onepage&q=maria%20graham%20brazil&f=false. Acesso em 10 de novembro de 2019.

¹⁵¹⁵ Fairclough utiliza “discurso” de uma maneira mais estreita do que a maioria dos cientistas sociais. Ele define o termo como o “uso da linguagem como forma de prática social”.

¹⁵¹⁶ FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UNB, 2001, p. 31.

funções externas não afetam sua organização interna. Enquanto para os formalistas saussurianos a relação entre significante e significado é arbitrária, para a ADC tal relação é socialmente motivada.

Com uma perspectiva transdisciplinar, a ADC operacionaliza conceitos de outros teóricos em prol de sua abordagem sociodiscursiva, nomeadamente a noção de discurso desenvolvida por Foucault em *Arqueologia do Saber*¹⁵¹⁷ e em *A Ordem do Discurso*¹⁵¹⁸ e o conceito de intertextualidade¹⁵¹⁹ presente nos escritos do Círculo de Bakhtin¹⁵²⁰. O modelo de análise discursiva de Fairclough combina uma "concepção foucaultiana de discurso com a ênfase bakhtiniana na intertextualidade"¹⁵²¹.

Fairclough afirma que, em *Arqueologia do Saber*, Foucault nos traz duas contribuições teóricas acerca da natureza do discurso que podem se mostrar valiosas para a análise do discurso textualmente orientada. A primeira delas é a natureza constitutiva do discurso. Para Foucault, o discurso atua na construção dos sujeitos sociais, das relações sociais e dos sistemas de conhecimento e crença. A segunda contribuição teórica de Foucault que Fairclough toma emprestada é a noção de interdiscursividade. Isto é, a ideia de que toda prática discursiva é moldada de acordo com sua relação com uma combinação de muitas outras práticas discursivas.

Tal conceito de intertextualidade já havia sido defendido pelos intelectuais do Círculo de Bakhtin¹⁵²². Fairclough, então, retoma essa perspectiva bakhtiniana de linguagem, que tem como cerne a ideia que todos os textos são dialógicos, isto é, que qualquer coisa dita está de alguma maneira imbricada com muitas outras, formando assim um complexo encadeamento de vozes. Fairclough nos lembra que, para Bakhtin, todo enunciado, oral ou escrito, remete a enunciados anteriores e antecipa enunciados posteriores, constituindo-se um elo na cadeia enunciativa¹⁵²³.

¹⁵¹⁷ FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012 (1969).

¹⁵¹⁸ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2011 (1971).

¹⁵¹⁹ Ao apresentar suas leituras das obras do Círculo de Bakhtin no final da década de 1960, Kristeva cunhou o termo "intertextualidade" para se referir ao que os autores do círculo denominavam "translinguística". O vocábulo "intertextualidade" não aparece nas obras do Círculo.

¹⁵²⁰ Faraco aponta a dificuldade encontrada por estudiosos de Bakhtin quanto à questão da autoria de alguns dos textos do autor russo. Como Bakhtin, Voloshinov e Medvedev compartilhavam um conjunto significativo de ideias, e como houve textos publicados inicialmente sob a autoria de um deles e posteriormente sob o nome de outro, convencionou-se agrupar a produção intelectual desses estudiosos no chamado "Círculo de Bakhtin".

¹⁵²¹ FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UNB, 2001, p. 131.

¹⁵²² FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009, p. 65.

¹⁵²³ FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UNB, 2001, p. 133-173.

Tendo mencionado que a ADC opera com um paradigma funcionalista segundo o qual a linguagem está em relação dialógica com o social, é relevante observar que os pesquisadores da área geralmente tomam como ponto de partida para suas investigações problemas sociais concretos. Segundo teorizações deste campo, a vida social é atravessada por relações de poder que favorecem alguns grupos hegemônicos em detrimento de minorias. Tais relações assimétricas são organizadas na forma de ideologias e validadas por construções discursivas que promovem a naturalização de sentidos. Deste modo, muitos dos trabalhos desenvolvidos neste domínio se interessam por analisar relações de poder, controle e discriminação construídas no e pelo discurso.

A partir do entendimento de que discursos são formas de representação e significação da vida social, Fairclough declara que seu interesse em estudar tais formas é oriundo “da crença que textos possuem consequências e efeitos sociais, cognitivos, morais e materiais”¹⁵²⁴¹⁵²⁵. De acordo com esta perspectiva, a análise textual pode, portanto, operar desconstruções ideológicas através da rearticulação das ordens do discurso, trazendo inteligibilidade às ideologias ali imbricadas, verificando se estas contribuem para a perpetuação de assimetrias de poder ou se colaboram para a contestação destas.

Para melhor compreensão do papel do discurso na construção da estrutura social, Fairclough, baseado em conceitos desenvolvidos por Halliday na Linguística Sistêmico-Funcional, esquematizou os três principais aspectos dessa dinâmica. Em primeiro lugar, temos o efeito do discurso na construção das identidades sociais. Em segundo lugar, devemos considerar seu papel na construção das relações sociais. Por fim, é importante notar sua relevância na constituição de valores, crenças e esquemas de conhecimento. Tais aspectos correspondem a três funções da linguagem: a identitária, a relacional e a ideacional, respectivamente¹⁵²⁶, as quais se apresentam geralmente opacas aos participantes do discurso¹⁵²⁷.

Distante de serem um jogo de ideias, tais construções emanam de estruturas sociais materiais e concretas. Isto significa dizer que as práticas sociais “são constrangidas pelo fato

¹⁵²⁴ Todas as traduções de citações de Fairclough foram feitas por mim. No original: “the belief that texts have social, political, cognitive, moral and material consequences and effects”.

¹⁵²⁵ Fairclough, Norman. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003, p. 23.

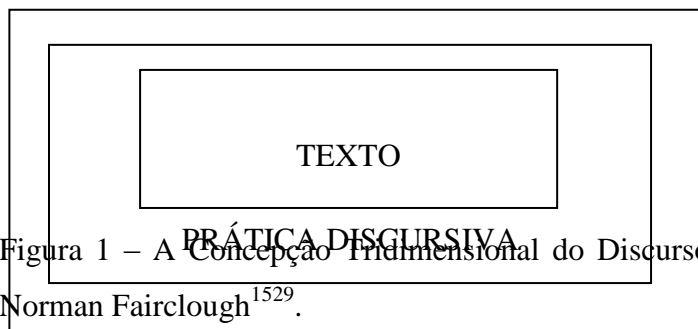
¹⁵²⁶ Fairclough menciona que Halliday utiliza o termo “função interpessoal” para referir-se às funções identitária e relacional. Além disso, ele aponta a “função textual”, descrita também por Halliday, como um conceito útil para a ADC. O autor define a função textual como a forma pela qual “as informações são trazidas ao primeiro plano ou relegadas a um plano secundário, tomadas como dadas ou apresentadas como novas”.

¹⁵²⁷ FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UNB, 2001, p. 91, 92.

de que são inevitavelmente localizadas dentro de uma realidade material, constituída, com objetos e sujeitos sociais pré-constituídos”¹⁵²⁸.

Para o estudo desta relação de mão dupla entre discurso e estrutura social, Fairclough delineou a chamada “abordagem tridimensional do discurso”.

Segundo o teórico, todo evento discursivo é, simultaneamente, um exemplo de texto, de prática discursiva e de prática social, dimensões que a abordagem tridimensional busca analisar. A figura a seguir ilustra a síntese das três tradições analíticas:



Os três elementos da teoria se sobrepõem e sua separação tem apenas objetivos analíticos – sendo sua grande vantagem reunir sob a égide do termo discurso três distintas formas de análise: em termos do texto em si, em termos do texto com outros textos, em termos do texto com a materialidade extradiscursiva. Vejamos então em que consistem estas três dimensões analíticas¹⁵³⁰.

Discurso como prática discursiva

Todo texto é uma prática discursiva e todas as práticas discursivas constituem um tipo de prática social. O que as caracteriza é o fato de se materializarem linguisticamente na forma de textos falados e escritos, produzidos de maneira interdependente. Entender que todo texto é uma prática discursiva significa admitir que um texto é uma combinação de outros e que essa relação o molda. Em outras palavras, um texto sempre recorre a outros, quer sejam contemporâneos quer historicamente anteriores, e os modifica, de maneira que todo enunciado rearticula ou realiza novamente outros enunciados. Fairclough usa o termo “intertextualidade”¹⁵³¹ para denominar estes microprocessos.

¹⁵²⁸ FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UNB, 2001, p. 87.

¹⁵²⁹ FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UNB, 2001, p. 101.

¹⁵³⁰ Apresento as dimensões na ordem em que Fairclough sugere que a análise seja feita. Segundo o autor, esta sequência é útil “para ordenar o resultado do engajamento de alguém em uma amostra discursiva particular antes de apresentá-la na forma escrita ou falada” (p. 282).

¹⁵³¹ Ou “intertextualidade manifesta”.

De maneira semelhante, existem certos esquemas de regras determinados sociohistoricamente, como tempo, lugar e localização institucional, que possibilitam a ocorrência de determinadas ordens do discurso e, por conseguinte, de certos tipos textos. Isto é, textos também são determinados pela articulação de elementos discursivos e extradiscursivos contemporâneos e historicamente anteriores. Fairclough utiliza a palavra “interdiscursividade”¹⁵³² para nomear estes macroprocessos.

Na dimensão da prática discursiva, portanto, são combinadas análises micro e macro através do estudo das condições de produção, circulação e interpretação (consumo) dos textos. Para Fairclough, “é a natureza da prática social que determina os macroprocessos da prática discursiva e são os microprocessos que moldam o texto”¹⁵³³. A isso o linguista acrescenta: “os processos constitutivos do discurso devem ser vistos, portanto, em termos de uma dialética, na qual o impacto da prática discursiva depende de como ela interage com a realidade pré-constituída”¹⁵³⁴.

Dessa forma, a análise de práticas discursivas demanda o estudo dos processos de produção, circulação e interpretação textual, os quais ocorrem circunscritos a seus contextos políticos, econômicos e institucionais. Isto equivale a dizer que, além de ser inseparável do estudo do texto, a análise da prática discursiva também não pode ser dissociada da investigação da prática social. Faz-se necessário, portanto, contemplar a dimensão da intertextualidade e da interdiscursividade, conciliando a micro e a macro análise. Enquanto, o estudo dos microprocessos requer uma observação detida da maneira como os participantes produzem e interpretam os textos baseados nos “recursos dos membros”, a análise dos macroprocessos demanda atenção ao caráter dos “recursos dos membros” e das ordens do discurso, os quais são determinados pela prática social. Neste sentido, a dimensão da prática discursiva concretiza-se na mediação entre o texto e a prática social, e reitera a relevância da abordagem tridimensional. Assim, prossigo com a apresentação da segunda dimensão analítica: o estudo do discurso enquanto texto.

Discurso como texto

A rigor, não se pode dissociar a análise linguística de um texto de suas condições de produção e interpretação. No entanto, ainda que pouco nítida, tal separação pode ser útil para fins metodológicos.

¹⁵³² Ou “intertextualidade constitutiva”.

¹⁵³³ FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UNB, 2001, p. 115.

¹⁵³⁴ FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UNB, 2001, p. 87.

Fairclough assinala o papel fundamental das estruturas textuais na construção das relações sociais e na constituição do “eu”. Em minha pesquisa, examinei especificamente como tais estruturas constroem as relações de Maria Graham com as mulheres que ela descreve em seu diário e como estas estruturas também acabam por constituir um discurso sobre a própria viajante. Assim, utilizei a análise textual para estudar trechos em que ocorre dupla documentação.

Categorias de Análise Textual

Em *Analysing Discourse*¹⁵³⁵, Fairclough amplia seu quadro analítico e prossegue desenvolvendo a abordagem que busca conciliar trabalhos informados por teorias sociais com estudos do campo da linguística, especialmente oriundos da pragmática e da linguística sistêmico-funcional. Nessa obra, há uma ênfase nos aspectos semânticos e gramaticais da análise, considerados pelo autor como complexos para pesquisadores de ciências sociais, que em geral não possuem muita experiência em linguística. O teórico justifica a preocupação em desenvolver um enquadre acessível aos pesquisadores das ciências com a seguinte assertiva: “nenhum entendimento real dos efeitos sociais do discurso é possível se não observarmos detidamente o que ocorre quando pessoas falam ou escrevem”^{1536 1537}.

Conforme já mencionado, ao fazer tal observação detida, podemos estabelecer relações entre construções linguísticas e seus efeitos sociais/ materiais. Ao realizarmos a análise textual, devemos ter em mente que o texto engendra ideologias que podem corroborar determinadas relações de poder e contribuir para seu estabelecimento, manutenção ou desestabilização.

A análise textual, portanto, deve ser realizada no sentido de mapear as ideologias e relações de poder imbricadas no texto. No entanto, o autor nos recomenda cautela para não atribuir a essas formas linguísticas interpretações reducionistas de causalidade, como se os efeitos de tais construções pudessem ser identificados de maneira mecânica, previsível, regular e ordenada, desconsiderando o contexto em que estas são produzidas e a materialidade que as constrange.

Feita a ressalva, escolhi seis categorias de análise textual – dentre as diversas apresentadas em *Analysing Discourse* – que considerei potencialmente mais férteis para a

¹⁵³⁵ Fairclough, Norman. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

¹⁵³⁶ Tradução livre. No original: “No real understanding of the social effects of discourse is possible without looking closely at what happens when people talk or write.”

¹⁵³⁷ Fairclough, Norman. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003, p.11.

análise de meu *corpus*. Foram elas: relações semânticas entre palavras e entre orações, modalização, intertextualidade, pressuposições, representação dos atores sociais e legitimação.

Pudemos observar, portanto, que, na dimensão do discurso como texto, Fairclough coloca os mecanismos de análise formal da linguagem bem como seus elementos de produção de sentido. Em outras palavras, neste âmbito situa-se o estudo dos signos¹⁵³⁸.

Ciente da complexidade técnica interposta por esta dimensão, especialmente para não-linguistas, o autor organiza didaticamente este estudo dos signos em quatro instâncias: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. Contudo, o linguista observa que o estudo puro dos signos não pode dar conta de todos os mecanismos de produção de sentido de um texto, e salienta que uma maneira de contornar estas limitações é relacionar o texto com a complexa e vasta rede intertextual da qual ele faz parte, ou seja, investigá-lo no âmbito da dimensão da prática discursiva, que medeia o texto e a materialidade social. Passo, então, para a apresentação da terceira dimensão analítica: o estudo do discurso como prática social.

Discurso como prática social

Nesta dimensão, Fairclough situa o estudo do discurso no âmbito das ideologias e das lutas de poder. O autor se vale da concepção althusseriana de que a ideologia se materializa nas práticas institucionais dos Aparelhos Ideológicos do Estado¹⁵³⁹ e do conceito de hegemonia em Gramsci, segundo o qual uma determinada classe ocupa posição de dominação nos campos político, econômico, cultural e ideológico em uma sociedade. Quanto a estes aspectos, o linguista afirma que práticas discursivas podem naturalizar ideologias e tornar pouco nítidas fortes relações de poder, configurando-se em práticas sociais que privilegiam classes hegemônicas¹⁵⁴⁰. Em seguida, apresento a forma com que o linguista articula os conceitos de ideologia e hegemonia com a ADC.

Ideologia

Fairclough conceitua ideologias como

¹⁵³⁸ Em desacordo com Saussure e em conformidade com a tradição de abordagens críticas de análise do discurso, Fairclough entende que os signos não são arbitrários, mas socialmente motivados (p. 103).

¹⁵³⁹ Segundo Fairclough, “Aparelhos Ideológicos do Estado” são “várias instituições e organizações, tais como a educação, a família ou o direito, que na concepção de Althusser funcionam como dimensões ideológicas do Estado.” (p. 52).

¹⁵⁴⁰ Fairclough, Norman. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003, p.116 – 126.

significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação¹⁵⁴¹.

O linguista acrescenta à definição três importantes considerações sobre ideologia. A primeira delas é que a ideologia encontra sua materialidade nas práticas institucionais. A segunda consiste no fato de que a ideologia tem efeitos constitutivos no sujeito. A terceira aponta para a noção de que os Aparelhos Ideológicos do Estado são locais onde a luta de classe se instala através do discurso, o que conduz à necessidade de uma análise do discurso orientada ideologicamente. Assim, uma vez que as ideologias contribuem para a manutenção de relações de dominação pelas classes hegemônicas, especialmente quando são naturalizadas ao ponto de serem tomadas por “senso comum”, faz-se necessário que a análise linguística contemple este aspecto para que alguma possibilidade de agência possa ser vislumbrada e operada primeiramente no âmbito discursivo e posteriormente na esfera material.

Passemos agora para uma observação mais detida do conceito de “hegemonia” na ADC.

Hegemonia

De acordo com Fairclough, “hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade”¹⁵⁴². Tal liderança é parcial, temporária e instável por conta da dinâmica das lutas ideológicas instauradas no discurso. O linguista recupera a ideia encontrada em Gramsci, segundo a qual os sujeitos são heterogeneamente construídos por ideologias implícitas em suas práticas cotidianas. Dessa forma, os sujeitos são imbuídos de determinadas noções de “senso comum” que permeiam sua leitura e interpretação das práticas discursivas, o que contribui em maior ou menor grau para a manutenção ou transformação das relações hegemônicas discursiva e extradiscursivamente.

Aqui, uma figura que resume todas as categorias de análise propostas:

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
Vocabulário	Produção	Ideologia
Gramática	Distribuição	Sentidos
Coesão	Consumo	Pressuposições
Estrutura textual	Contexto	Metáforas

¹⁵⁴¹ *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003, p. 117.

¹⁵⁴² Fairclough, Norman. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003, p. 122.

	Força Coerência Intertextualidade	Hegemonia Orientações econômicas, políticas, culturais e ideológicas
--	---	--

Figura 2 – Categorias analíticas propostas no modelo tridimensional¹⁵⁴³.

Dessa forma, tendo como foco a construção discursiva da condição feminina e sua consequente dupla documentação por Maria Graham, realizei uma análise do livro de viagem *Journal of a Voyage to Brazil and Residence There* orientada pela abordagem tridimensional da linguagem.

Na já referida dissertação de mestrado, primeiramente analisei o relato enquanto prática discursiva, pensando seus contextos de produção, circulação e interpretação. Posteriormente, prossegui para a análise textual mais detida. E finalmente, estudei a prática social na qual o diário de Maria Graham se insere, considerando os seus aspectos ideológicos. Devido às restrições de espaço, infelizmente não foi possível incluir neste breve texto exemplos concretos da análise do *corpus*.

À guisa de conclusão, afirmo que os procedimentos de análise por mim utilizados cooperaram para o estreitamento da lacuna apontada por Santos¹⁵⁴⁴, Brito¹⁵⁴⁵ e Montez¹⁵⁴⁶ com relação a pesquisas que estudem relatos de viagem a partir de abordagens textualmente orientadas. Nesse sentido, acredito ter sido minha dissertação o primeiro estudo a analisar o diário de Maria Graham sobre o Brasil com o arcabouço teórico-metodológico da ADC. Tal metodologia mostrou-se relevante ao trazer novas ferramentas para a investigação de aspectos linguísticos do relato outrora negligenciados, o que resultou em um entendimento mais amplo do processo de anticonquista¹⁵⁴⁷ e, portanto, em uma maior compreensão de sua importância enquanto prática social.

¹⁵⁴³ RESENDE, Viviane & RAMALHO, Viviane. *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 29.

¹⁵⁴⁴ SANTOS, Rafael. *Construções Discursivas do Negro em Relatos de Viagens Alemãs no Rio de Janeiro Oitocentista*. 2010. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

¹⁵⁴⁵ BRITO, Danilo Lopes. *Imagens e (pré) conceitos: uma análise transcultural de construções discursivas de viajantes ingleses no Rio de Janeiro Setecentista*. 2011. 169 f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro.

¹⁵⁴⁶ MONTEZ, Luiz Barros. (2010) “[O Lado negro do discurso. Estereótipos racistas em relatos de viajantes alemães sobre a escravidão no Brasil na primeira metade do século XIX](http://www.letas.ufrj.br/liehd/pages/equipe/luiz-montez-coord.php)”. Disponível em: <http://www.letas.ufrj.br/liehd/pages/equipe/luiz-montez-coord.php>. Acesso em 20 de março de 2019.

¹⁵⁴⁷ PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império: relatos de viagens e transculturação*. Tradução de Jézio Hernani Bonfim Gutierrez. Bauru: EDUSC, 1999.

Referências Bibliográficas

Bibliografia primária

GRAHAM, Maria. (1824) *Journal of a Voyage to Brazil and Residence There*. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=HxTj7myVQ0kC&printsec=frontcover&dq=maria+graham+brazil&hl=ptBR&sa=X&ei=vblVUdPhD4u89QSnP4CACg&redir_esc=y#v=onepage&q=maria%20graham%20brazil&f=false. Acesso em 10 de novembro de 2019.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem pelo Brasil*. Trad. Américo Jacobina Lacombe. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Edusp, 1990.

Bibliografia de apoio

AKEL, Regina. *Maria Graham, A Literary Biography*. New York: Cambria Press, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BRITO, Danilo Lopes. *Imagens e (pré) conceitos: uma análise transcultural de construções discursivas de viajantes ingleses no Rio de Janeiro Setecentista*. 2011. 169 f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. História e Análise de Textos. In: _____. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 375–399.

FABRÍCIO, Branca. Linguística aplicada como espaço de desaprendizagem: redescrições em curso. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (org.) *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 45–65.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UNB, 2001.

_____. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

_____. História das Ideias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997b, p. 91–125.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FARACO, Carlos Alberto; CASTRO, Gilberto (org.). *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba: Editora UFPR, 2001, p. 231–256.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2011 (1971).

_____. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012 (1969).

LEITE, Míriam Lifchitz Moreira; MOTT, Maria de Lúcia Barros; APPENZELLER, Bertha Kauffmann. *A Mulher no Rio de Janeiro no Século XIX (Um índice de referências em livros de viajantes estrangeiros)*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1982.

LEITE, Míriam Lifchitz Moreira (org.). *A Condição Feminina no Rio de Janeiro, século XIX. Antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: EDUSP, 1984.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

_____. Mulheres e Famílias. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 143–178, 1988/ 1989.

_____. *Livros de Viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

_____. Mulheres viajantes no século XIX. *Cadernos Pagu*, n. 15, p. 129-143, 2000.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In: _____ (org.) *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 13–44.

MONTEZ, Luiz Barros. (2010) “[O Lado negro do discurso. Estereótipos racistas em relatos de viajantes alemães sobre a escravidão no Brasil na primeira metade do século XIX](#)”. Disponível em: <http://www.lettras.ufrj.br/liehd/pages/equipe/luiz-montez-coord.php>. Acesso em 20 de março de 2019.

_____. Relatos de viagens como objetos de reflexão historiográfica e da prática tradutória. No prelo.

PENNYCOOK, Alastair. Uma linguística Aplicada Transgressiva. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (org.) *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 67–84.

PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império: relatos de viagens e transculturação*. Tradução de Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Bauru: EDUSC, 1999.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RESENDE, Viviane & RAMALHO, Viviane. *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2011.

SANTOS, Márcia Cristina de Oliveira. *Maria Graham e a dupla documentação do feminino no Brasil de 1821 a 1823. Uma abordagem discursivo-crítica*. 98 f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.lettras.ufrj.br/linguisticaaplicada/site/dissert/2014-marciacristinasantos.pdf>.

Acesso em 07 de outubro de 2019.

SANTOS, Rafael. *Construções Discursivas do Negro em Relatos de Viagens Alemães no Rio de Janeiro Oitocentista*. 2010. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

_____. O europeu e o outro. *Estudos da Lingua(gem)*, Vitória da Conquista, v. 11, n. 2, p. 177–193, 2013.

TODOROV, Tzvetan. A Viagem e Seu Relato. *Revista das Letras*, São Paulo, n. 46, p. 231–244, 2006. Tradução de Lea Mara Valezi Staut.

De Carlos Gomes à Sociedade dos Músicos: o apagar da memória do mito gomesiano

Mariana Franco Teixeira¹⁵⁴⁸

Resumo: O presente trabalho busca refletir, no âmbito cultural, mormente a partir da obra de Carlos Gomes, a transição do Império para a república no que diz respeito a seus matizes político-culturais e estéticos. O modernismo vigorou após a Proclamação da República, com posicionamento contrário às diretrizes românticas do Brasil Imperial, cujo maestro e compositor Carlos Gomes foi um dos maiores representantes. Com a deposição do Império, diversos artistas que lhe representavam foram atirados no esquecimento e, dentre eles, o notável compositor. Enquanto isso, a Sociedade dos Músicos assumia os lugares de importância na sociedade musical.

Palavras-chave: Carlos Gomes; Sociedade dos Músicos; Memória

Abstract: This paper quests to reflect about the transition in culture, mainly the music and opera by Carlos Gomes, from Empire to Republic, the changes hadn't been just politics, but also aesthetics. Modernism was in force after the Proclamation of the Republic, it's against the romanticism from Brazilian Empire. After Empire and with the Republic, a lot of artists representing the imperial past has been forgotten, like Carlos Gomes. While the Sociedade dos Músicos took over the places of musical practice in society.'

Keywords: Carlos Gomes; Sociedade dos Músicos; memory

Introdução:

O século XIX foi marcado pela busca da instituição da identidade nacional que embasasse o processo de independência em 1822. D. Pedro II patrocinou a arte, a literatura e a produção cultural que incentivaram o sentimento de nacionalismo, de pertencimento, de exaltação da nação brasileira.

No final do século XVIII, em oposição ao racionalismo do neoclassicismo, o Romantismo surgiu na Europa, se desenvolvendo pelo século XIX. No Brasil, o movimento chegou no século XIX e foi marcado pelo sentimento nacionalista, ele foi um instrumento de

¹⁵⁴⁸ Mestranda em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: franco-mft@hotmail.com

consolidação dessas ideias de cunho nacionalista, buscando consolidar a ideia de sentimento de pertencimento nacional utilizando-se da exaltação da pátria. Um dos seus maiores expoentes é José de Alencar, autor do romance *O Guarani*, que inspirou a ópera *Il Guarany*. Foi nesse cenário que surgiu a figura de Antônio Carlos Gomes, o homem que revolucionou a música e a ópera brasileira, elevando o Brasil ao âmbito internacional.

Em 1870, o campineiro Carlos Gomes tornou-se o primeiro compositor brasileiro reconhecido no cenário musical internacional com a estreia da ópera *Il Guarany*, no teatro Scala de Milão, sob a regência de Eugenio Terziani. Mais que isso, foi a primeira vez que um compositor brasileiro apresenta uma ópera com tema nacional para o mundo. Quando chegou à Itália, Carlos Gomes encontra um cenário de crise na tradição operística vigente no período. Uma nova geração, na qual ele se inseriu, buscava inovação.

Com o fim do Império e o golpe da República em 15 de novembro de 1889, mudanças estéticas também correram, o modernismo entrou em voga, com posicionamento contrário às diretrizes românticas do Brasil Imperial, cujo maestro e compositor Carlos Gomes foi um dos maiores representantes. Diversos artistas que representavam o passado imperial foram postos ao esquecimento, dentre eles, o notável compositor. Esses artistas eram acusados pelos modernistas de “falso nacionalismo” e de promover uma imitação da arte europeia. Enquanto isso, a Sociedade dos Músicos assumia os lugares de prática musical na sociedade.

A política do Segundo Reinado:

Ao analisarmos a construção de uma identidade nacional brasileira, podemos associá-la a um projeto de civilização da nação, cuja elite imperial buscou importar uma ideia de civilização nos moldes europeus do século XIX.

Dom Pedro II possuía um projeto civilizacional, onde tinha como objetivo conciliar uma cultura própria e oficial e criar uma nobreza particular, que presumia um projeto nacional baseado na criação de uma cultura particular, antagônica à escravidão.¹⁵⁴⁹

Em seu projeto, o Imperador buscava salientar uma determinada memória e admitir um projeto a nível cultural e, nos moldes da formação de uma identidade nacional na

1549 SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 124.

concepção de Anderson, criar uma identidade¹⁵⁵⁰. A partir da década de 50, uma maior estabilidade findou as turbulências do período regencial.

Segundo Benedict Anderson, a nação é uma comunidade política imaginada, carregada de uma intensa carga emocional, em busca de uma naturalidade em um passado selecionado, muitas vezes, de modo consciente. Para o autor, a nacionalidade ou condição nacional e o nacionalismo constituem-se numa fabricação cultural. O nacionalismo é a ideologia pela qual a nação visa ter seu Estado, que está ancorado na sociedade civil e na nação, que o concede legitimidade. É nesse sentido que a nação é imaginada, limitada e soberana.¹⁵⁵¹

Para José Murilo de Carvalho, a homogeneidade da elite imperial facilitou a construção do Estado nacional. O fato de a elite ter sido composta por indivíduos com formação de nível superior, numa sociedade onde poucos eram letrados, foi fundamental para formar uma unificação ideológica. Inclusive, parte dessa elite era composta pelos magistrados, alguns dos quais atuaram no Romantismo como autores. Já Luís Filipe de Alencastro explica a unidade territorial a partir do papel do sistema escravista e da conjuntura internacional da primeira metade do século XIX, destacando o conflito entre o Brasil, que possuía interesses na manutenção do tráfico negreiro e do escravismo, e a Inglaterra, que pressionava pelo fim do tráfico, dessa forma, seria interessante a permanência de um império unitário e centralizado capaz de dirigir o problema acerca do fim do tráfico sem maiores trepidações.¹⁵⁵² O fato é que o Império soube, e trabalhou incessantemente para tal, manter a unidade territorial e criar um sentimento de pertencimento.

O Imperador tinha como meta formar uma cultura oficial como parte de um projeto civilizacional, dessa forma, era preciso criar, também, um modelo de elite, de nobreza e refletir acerca da nação, criando um projeto nacional para moldá-la nos parâmetros de uma cultura calcada nos ideais de civilidade.

Ao analisarmos a construção de uma identidade nacional brasileira, podemos associá-la a um projeto de civilização da nação, cuja elite imperial buscou importar uma ideia de civilização nos moldes europeus do século XIX.

¹⁵⁵⁰ Segundo Benedict Anderson, a nação é uma comunidade política imaginada, ela é imaginada como comunidade conforme é concebida como uma estrutura de camaradagem horizontal, estabelecendo um elo coletivo. A condição nacional e o nacionalismo são produtos culturais. Os Estados possuem a capacidade de moldar a imaginação, concedendo legitimidade ao passado. A condição nacional é o valor de maior legitimidade na vida política. Para mais informações ver: ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹⁵⁵¹ ANDERSON, Benedict. *op. cit.* pp. 19 – 34.

¹⁵⁵² FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1995, pp. 183 – 185.

Dom Pedro II possuía um projeto civilizacional, onde tinha como objetivo conciliar uma cultura própria e oficial e criar uma nobreza particular, que presumia um projeto nacional baseado na criação de uma cultura particular, antagônica à escravidão.¹⁵⁵³

Em seu projeto, o Imperador buscava salientar uma determinada memória e admitir um projeto a nível cultural e, nos moldes da formação de uma identidade nacional na concepção de Anderson, criar uma identidade. A partir da década de 50, uma maior estabilidade findou as turbulências do período regencial.

Dentro desse panorama cultural, havia uma produção de símbolos, que eram essenciais para concretizar esse ideal do processo civilizador do Segundo Reinado, assim como para a construção da imagem do imperador. Segundo Pierre Bourdieu, ao analisar a sociologia das formas simbólicas, por meio de uma análise estrutural como instrumento metodológico. Para ele, os sistemas simbólicos como instrumentos de conhecimento e de comunicação. O poder simbólico possibilita a construção de uma realidade, o sistema simbólico é capaz de constituir uma função social do simbolismo, constituindo-se uma função política, além da função de comunicação, ou seja, os símbolos são instrumentos de integração social, criando sentido para o mundo social, contribuindo, assim, para a reprodução da ordem social. Nesse sentido, a cultura dominante colabora à integração da classe dominante, proporcionando um sistema de comunicação entre ela e, ao mesmo tempo, a diferencia das demais classes. Dessa forma, há uma integração aparente da sociedade, cria-se, assim, uma falsa consciência das classes dominadas, a fim de legitimar a ordem por meio de diferenciações hierárquicas.¹⁵⁵⁴ A administração imperial buscava criar um aparato, por meio de símbolos e ritos, capaz de manter uma coesão social.

Em 1838, a fim de cristalizar uma identidade nacional, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o qual congregava a elite intelectual do Rio de Janeiro, inclusive, a partir dos anos 40, os românticos brasileiros. O imperador D. Pedro II foi um incentivador e frequentador assíduo.

A fim de cumprir sua meta, em 1840, o IHGB organiza um concurso para selecionar o melhor plano para narrar a história do Brasil, cuja obra *Como se deve escrever a história do Brasil*, de Carl Friedrich von Martius, vence, sendo publicada em 1845. Segundo Martius é

1553 SCHWARCZ, Lilia Mortiz. *op. cit.* p. 124.

1554 BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989, pp. 8 – 11.

preciso despertar no leitor a consciência de amor à pátria.¹⁵⁵⁵ No império temos a criação de uma identidade nacional e a construção de uma história oficial. A fundação do IHGB e a participação de D. Pedro II à entidade refletem justamente esse intento.

No Brasil imperial, os símbolos têm como função proporcionar uma coesão social, dessa forma, são fabricados inúmeros elementos identitários, que atuaram em prol da formação na nação, era preciso construir uma identidade nacional, para manutenção da unidade do território nacional e do funcionamento das instituições no âmbito dos moldes da civilização tal como Elias nos apresenta. O Segundo Reinado é marcado pela construção de uma representação da nação.

Como podemos observar, D. Pedro II representa o mecenas capaz de retirar o Brasil do atraso, por meio da arte e das ciências, o Imperador ilustrado consolidaria a nação e a colocaria no rumo da razão do progresso e da civilização. Literatura, arte e ciência estavam a serviço desse Reinado ilustrado. Segundo José Murilo de Carvalho:

Seu apoio à ciência, às letras e às artes, à educação e à técnica foi um exemplo importante num país de 80% de analfabetos. O pouco que se fez no Brasil no século XIX nesses campos deve muito a ele [D. Pedro II]. Serviu também para projetar no exterior a imagem de um chefe de Estado culto e mecenas, em contraste com as dos generais e caudilhos toscos que povoavam a política na América Latina.¹⁵⁵⁶

Através do mecenato diversos artistas, cientistas e literatos foram financiados pelo governo imperial, recebendo auxílios para estudar no exterior, era um sistema de pensionato, cujas pensões correspondiam ao chamado hoje de bolsas de estudos. Segundo José Murilo de Carvalho, 151 bolsistas obtiveram pensões, 41 para estudar no exterior¹⁵⁵⁷, Carlos Gomes foi um deles, que, financiado pelo imperador, foi para Itália, onde frequentou cursos regulares e foi aluno do diretor do Conservatório de Música, Lauro Rossi e, em 1870, estreou sua ópera *Il Guarany*.

O projeto cultural do Segundo Reinado cada vez mais deixava de ser restrito a uma elite intelectual e propagava-se às classes médias urbanas, que reconheciam o anseio pela afirmação nacional. A influência sobre os amplos setores da sociedade se deu, principalmente, por meio da literatura, das óperas e das pinturas. O indianismo estava presente tanto na

¹⁵⁵⁵ GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 15.

¹⁵⁵⁶ CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 233.

¹⁵⁵⁷ *Ibid.* p. 100.

literatura, como na pintura política oficial, onde os indígenas apareciam idealizados na nação que se formava.¹⁵⁵⁸

Arte, literatura e política se mesclavam a fim de construir a nação soberana do Império do Brasil, no centro, estava a figura do Imperador e o projeto nacional romântico estava a serviço desse intento.

O Romantismo: um projeto oficial do Segundo Reinado

Segundo Antonio Candido, o romantismo constituiu-se em um acontecimento que era parte do processo de apreensão de consciência nacional. A autonomia na literatura também simbolizava a ruptura com a metrópole. Esse processo iniciou-se no período joanino e terminou no início do Segundo Reinado. O classicismo era associado à colônia, já o romantismo representou uma ruptura, um processo de mudança, conciliando-se à Independência e prosseguindo em seu processo rumo aos ideais de civilização. Havia uma conscientização da necessidade de uma nova atitude da literatura perante as singularidades nacionais.¹⁵⁵⁹

Dessa forma, a Independência foi fundamental para o desenvolvimento do ideal romântico. Havia assim, o ímpeto de se manifestar uma nova ordem de sentimentos, dentre os quais o orgulho da pátria em desdobramento do nativismo; a busca pela criação de uma literatura independente, diferente do classicismo e do passado colonial, o nacionalismo literário ansiava por novos modelos, distintos dos clássicos e de tudo aquilo que estava ligado ao português e à metrópole, aspirando o sentimento de liberdade, da pátria independente; e os românticos tinham consciência de seu lugar, patriótico, numa espécie de missão político-pedagógica, dentro da construção nacional.¹⁵⁶⁰

O romantismo resultou de uma diversidade de fatores internos e externos, sendo, assim, nacional e internacional. No Brasil, a renovação da literatura possuía como características o nacionalismo e o romantismo. No nativismo predominou o sentimento da natureza e no patriotismo, o da polis. Como explica Antonio Candido, apesar de o nacionalismo não depender do romantismo, aliou-se a ele. Dessa forma, há uma pretensão nacionalista desde a Independência que antecede o romantismo. O nacionalismo representava

1558 SCHWARCZ, Lilia Mortiz. *op. cit.* p. 142.

1559 CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. v.1. 4ª ed. São Paulo: Martins Editora, 1971, pp. 303 – 304.

1560 CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. v. 2. 4ª ed. São Paulo: Martins Editora, 1971, p. 11.

uma conscientização, uma afirmação da própria existência ante a imposição da metrópole e o romantismo era tributário desse nacionalismo tendo a Europa como espelho.¹⁵⁶¹

Podemos citar entre os principais autores da primeira geração: Domingos José Gonçalves de Magalhães, Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa, João Manuel Pereira da Silva, Francisco Adolfo de Varnhagen, Joaquim Norberto de Souza Silva, Joaquim Manuel de Macedo, Gonçalves Dias e José de Alencar. Essa geração é composta por poetas, dramaturgos, novelistas, eruditos, críticos e publicistas. É conhecida também como nacionalismo-indianismo, que se caracteriza pela busca de uma identidade nacional.

Como mostra Antonio Candido, o indianismo equiparou o índio qualitativamente ao conquistador, realçando ou criando características de seu comportamento. Assim, o indianismo, além de passado místico e lendário, serviu como passado histórico, ao modo medieval, uma busca pelo mundo poético ao estilo europeu, cujo romance de José de Alencar é exemplo. O indianismo particularizava os grandes temas, as atitudes que sustentavam a literatura ocidental, fixando-as às especificidades locais, como naturais da tradição brasileira, caracterizando o índio, dessa forma, como polido, urbano, cortês, transformando-o no gentil-homem.¹⁵⁶²

O indianismo popularizou a cultura brasileira, criando afinidades com o público, ligou as manifestações literárias motivadas pelo romantismo à anti-romântica. Graças a sua popularidade, uniu a tarefa literária a da imprensa. Com José de Alencar, emancipou o domínio poética dando espaço também à prosa. Representou a realidade da nação que se formava e sua estrutura socioeconômica. Suas manifestações fundiam-se aos elementos folclóricos enriquecendo-os. Baseando-se em modelos externos, deu o caráter nacional ao romantismo.¹⁵⁶³

Uma das obras de maior sucesso de Carlos Gomes, que projetou o compositor no cenário operístico internacional, foi *Il Guarany*, com libreto de Antonio Scalvini e Carlo d'Ormeville, baseada no romance *O Guarani*, de José de Alencar, estreou no Teatro alla Scala de Milão, sob a regência de Eugenio Terziani, em 19 de março de 1870, projetando o

¹⁵⁶¹ *Ibid.* pp. 14 – 16.

¹⁵⁶² *Ibid.* pp. 20 – 21.

¹⁵⁶³ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960, p. 260.

compositor no cenário internacional. A partir daí, criou-se o mito gomesiano em torno do compositor. O artista capaz de elevar o Brasil à civilização e ao progresso.¹⁵⁶⁴

Carlos Gomes: da construção do mito gomesiano à ascensão República

No Brasil *Il Guarany* estreou em 2 de dezembro de 1870, data do aniversário de D. Pedro II, no Theatro Provisorio, no Rio de Janeiro. O teatro ficava na região onde se encontra o Campo de Santana. A ópera teve início após a execução do hino nacional. O maestro Angelo Ferrari, que executou obras de compositores como Meyerbeer e Gounod, regeu a orquestra. O imperador e a imperatriz assistiram à apresentação. O público aplaudiu entusiasmado. Após a ópera, Carlos Gomes foi condecorado por D. Pedro com a Comenda da Ordem da Rosa. Em 1871, o compositor retornou à Europa.¹⁵⁶⁵ Segundo a edição do *Jornal do Commercio* de 2 de dezembro de 1870:

Theatro Lyrico – Sobe hoje á scena a bella opera de Carlos Gomes, o Guarany. Já ante-hontem, no ultimo ensaio geral, ella recebeu a consagração de um auditorio entusiasmado que enchia o theatro. Andando nas mãos de todos o libreto recentemente publicado em italiano e portuguez, dispensamos de expôr o seu entrecho, mesmo porque a respeito desta criação ninguem de certo se contentaria com a ligeira idéa que poderíamos dar n'um resumo.¹⁵⁶⁶

O grande sucesso de Carlos Gomes estava atrelado à construção do mito fundador gomesiano que serviria ao projeto cultural do Segundo Reinado em sua missão de fundação da pátria. Eis a figura do herói nacional, capaz de elevar o Brasil ao patamar da civilização e ao progresso. Ou seja, Carlos Gomes fez parte de um processo de patrimonialização vigente no período como parte da construção de identidade nacional calcada na constituição de uma memória nacional, nesse caso, por meio de um patrimônio imaterial.

Na biografia escrita por sua filha Ítala Gomes Vaz de Carvalho, publicada na década de 30 em homenagem ao centenário de nascimento do compositor, podemos perceber o interesse na manutenção de uma memória selecionada a fim de abrilhantar o caráter do mito fundador gomesiano. Segundo ela, na ocasião da estreia de *Il Guarany* no Brasil o público

¹⁵⁶⁴ É importante destacar que a ideia de progresso durante o Segundo Reinado não é a mesma do progresso material que advém da república. Aqui, o ideal de progresso consiste na construção da civilização e veneração do passado. É o progresso rumo gradativamente à civilização, ancorado à tradição.

¹⁵⁶⁵ CARVALHO, Ítala Gomes Vaz de. *A vida de Carlos Gomes*. 2ª edição. Rio de Janeiro: A Noite Editora, 1935, pp. 111 – 114.

¹⁵⁶⁶ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, ano 49, n. 332, 02 dez. 1870. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_06&PagFis=1692>. Acesso em 18 out. 2019.

exclamava: “o Brasil tem um Mestre digno dos Mestres do Velho Mundo!”¹⁵⁶⁷ Nesse sentido, podemos pensar na biografia de Carlos Gomes escrita por Ítala Gomes Vaz de Carvalho como o resultado de uma história pessoal do ego, estruturada à história do sujeito político e com a história da humanidade. Carlos Gomes é retratado como o homem público, o indivíduo singular que representa um modelo, a coletividade. Esse sujeito incomum encontrava-se a serviço dessa coletividade e, mais precisamente, da nação. Dessa forma, a *narrativa verdade*, de forma linear, buscou retratar a vida do homem público exemplar.¹⁵⁶⁸

A nação é um organismo em constante construção. Uma máquina cujas engrenagens são compostas tanto pela coletividade constituída pelo homem comum quanto pelo indivíduo singular, construído para executar uma determinada função, para alcançar determinado fim. Carlos Gomes foi um desses indivíduos singulares, cabendo-lhe um papel bem definido na construção desse organismo, da nação brasileira. A ele coube o papel de criador da primeira ópera nacional, com tema nacional, indianista, aos moldes da época, a fim de executar um projeto identitário em gestação, dando prosseguimento ao projeto iniciado em 1822.

Em 15 de novembro de 1889, por meio de um golpe, ocorreu a Proclamação da República, encerrando o período monárquico. Entretanto, além de políticas, as mudanças também foram estéticas. Muitos artistas ligados Império foram perseguidos e postos ao esquecimento, tanto por razões políticas, como por mudanças estéticas que ocorreram no campo da arte, em seu maior expoente com a ascensão do modernismo.

Segundo Antonio José Augusto, a ascensão da República acarreta à irrupção aos lugares de práticas musicais por meio da continuidade de um discurso baseado nas ideias de civilização, nacional e moderno, de modo a adaptar-se a construção dos ideais republicano. É nesse cenário de mudanças que surge a Sociedade dos Músicos, que se corporificou nos lugares de produção e práticas musicais, como a Capela Imperial, o Conservatório de Música e o Instituto Nacional de Música. Lugares de reações complexas que envolvem diversas dimensões do poder e de sociabilidade.¹⁵⁶⁹

¹⁵⁶⁷ CARVALHO, Ítala Gomes Vaz de. *op. cit.* p. 114.

¹⁵⁶⁸ De acordo com Regina Abreu, a temporalidade histórica na era moderna é linear, e não cíclica ou mítica como outrora, essa nova temporalidade, resultou em uma história tida como construção humana, como espaço de ação do sujeito. Essa história pode estabelecida como a grande história da humanidade e do sujeito política e a história pessoal do ego, consolidada como biografia individual, cuja constante preocupação dos biógrafos consiste no homem público. Ver: ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996, pp. 71 – 73.

¹⁵⁶⁹ AUGUSTO, Antonio José. *A questão Cavalier: música e sociedade no Império e na República (1846-1914)*. Rio de Janeiro: Folha Seca: Funarte, 2010, pp. 16 – 24.

Ao tomar o poder, a República buscou se apresentar como uma cultura democrática e científica, abrangendo a ideia de progresso e ao mérito, em oposição a uma monarquia relacionada ao atraso e aos privilégios.¹⁵⁷⁰ Simbolicamente, era preciso desqualificar tudo aquilo e aqueles que eram ligados ao regime monárquico, como foi o caso de Carlos Gomes, desqualificando sua obra, por meio de toda uma construção de apagamento na memória coletiva.

Além de políticas, as transformações também foram estéticas. O modernismo ascendeu, prevalecendo sob o romantismo, muitos artistas, de forma anacrônica, foram acusados de falso nacionalismo por estarem vinculados a uma estética que tinha como modelo a arte europeia, como também ocorreu com Carlos Gomes.

Referências bibliográficas:

ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AUGUSTO, Antonio José. *A questão Cavalier: música e sociedade no Império e na República (1846-1914)*. Rio de Janeiro: Folha Seca: Funarte, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. v.1. 4ª ed. São Paulo: Martins Editora, 1971.

_____ *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. v. 2. 4ª ed. São Paulo: Martins Editora, 1971.

CARVALHO, Ítala Gomes Vaz de. *A vida de Carlos Gomes*. 2ª edição. Rio de Janeiro: A Noite Editora, 1935.

CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1995.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁵⁷⁰ *Ibid.* p. 27.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*.
Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, ano 49, n. 332, 02 dez. 1870. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_06&PagFis=1692>. Acesso em 18 out. 2019.

O Grão-Pará pré-cabanagem e as diversas formas de liberalismos

Marco Túlio Freire Baptista¹⁵⁷¹

Resumo: A historiografia sobre o Grão-Pará, em sua totalidade, concorda que o período que precedeu o movimento da Cabanagem foi de muita agitação popular ocasionada pela entrada de ideias liberais, em especial após a Revolução do Porto e a adesão do Pará ao sistema constitucional português. Nessa perspectiva, deixa-se de lado o fato de ter penetrado na capitania formas distintas de liberalismos, causando diferentes choques com o sistema de governo em vigor, além de ter gerado novas formas de liberalismos. Com essa perspectiva, essa pesquisa se propõe a investigar as diferentes formas e procedências de liberalismos que afluíram ou se formaram na capitania, desde o final do século XVIII. Esse trabalho faz parte da pesquisa sobre difusão do liberalismo no Pará no período pré-cabanagem, desenvolvida no PPGH-UERJ.

Palavras-chaves: liberalismos; Grão-Pará; período pré-cabanagem; agitações populares.

Abstract: Grão-Pará's historiography, as a whole, agrees that the various popular rebellions of the early nineteenth century were caused by the introduction of liberalism after the Porto Revolution and Pará's adhesion to the Portuguese constitutional system. From this perspective, it is overlooked the fact that it has penetrated into the captaincy distinct forms of liberalism, causing different clashes with the existing system of government, and has generated new forms of liberalism. With this perspective, this research proposes to investigate the different forms and origins of liberalisms that have flourished or formed in the captaincy since the late eighteenth century. This work is part of the research on the diffusion of liberalism in Pará in the pre-cabanagem period, developed at PPGH-UERJ.

Keywords: liberalisms; Grand Pará; pre-cabling period; Popular unrest.

Introdução

A província do Grão-Pará foi palco da maior conflagração armada da região Norte, conhecida como Cabanagem (1835-1839). Antes de se chegar ao conflito armado, uma longa crise de legitimidade de governos desestabilizou a província do Grão-Pará, fazendo com que população e governos se entrecocassem constantemente. Esta crise desencadeou uma série de convulsões sociais e disputas pelo poder por facções políticas locais, as quais Domingos

¹⁵⁷¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. celbaptista@gmail.com.

Antônio Raiol, o Barão de Guajará, chamou de Motins Políticos.¹⁵⁷² A falta de legitimidade dos governos provinciais, tanto nomeados pela Coroa portuguesa até 1823 quanto, depois, pelo Imperador do Brasil, são impreterivelmente relacionadas com a entrada de ideias liberais no Pará, após a Revolução do Porto. A forte narrativa do retorno de Felipe Patroni trazendo as “boas novas” e exultado as autoridades paraenses a aderirem ao Constitucionalismo do Porto marcam quase todos os trabalhos históricos relacionados ao período. Dessa forma, faz-se um atrelamento intuitivo do liberalismo vintista com as alterações ocorridas no período pré-revolucionário da Cabanagem, aqui delimitado entre os anos de 1817 e 1834.

Essa grande valorização do Vintismo no Pará esconde duas questões que são de suma importância para a compreensão do período. A primeira delas é o fato de o Vintismo ser um movimento liberal de coloração moderada. Nesse sentido a tese de doutoramento de Geraldo Mártires Coelho, defendida na Universidade de Nova Lisboa em 1987, com o título *O Vintismo no Grão-Pará; relações entre a imprensa e poder (1820-1823)* e publicada no Brasil em 1989 sob o título *Anarquistas, demagogos e dissidentes*, demonstra que o Vintismo português procurou manter-se afastado da radicalidade das ideias revolucionárias. Conforme explica Coelho, “o tradicionalismo, entendido como vertente das teorias liberais do Iluminismo sobre o estado de direito, foi um dado formativo da ideologia revolucionária da burguesia ibérica do começo do século XIX”. O projeto liberal de 1820 deveria permanecer afastado dos ideais da Revolução Francesa e garantir condições burguesas para a Corte de 1821, no interesse das frações representativas.¹⁵⁷³ Em outras palavras, tratava-se de um liberalismo bastante afastado da tendência radical que se avolumavam dos dois lados do Atlântico. Portanto, pouco adequado para inflamar os povos contra a opressão dos seus governos.

Uma segunda questão a ser tomada em consideração é o fato de que a grande importância dada ao Vintismo ofusca ou esconde outras formas de pensamentos políticos que entraram na composição do liberalismo da província do Grão-Pará. A isso corrobora uma crença no isolamento da região Norte, notadamente o Grão-Pará e Maranhão do restante do Brasil. Realmente havia uma dificuldade para navegar do litoral norte e nordeste para o Rio de Janeiro, devido a uma conjugação de correntes marítimas e ventos que desfavorecem a

¹⁵⁷² RAIOL, Domingos Antônio. *Motins políticos*, ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o anno de 1821 até 1835. Primeira parte. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1865.

¹⁵⁷³ COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, demagogos e dissidentes*; a imprensa liberal no Pará de 1822. Belém, CEJUP, 1993, pp. 48, 54-55.

navegação, fazendo com que tais viagens se prolonguem por muito mais tempo. Portanto, estabeleceu-se uma regularidade no tráfego naval de Belém para Lisboa muito maior que o trânsito Belém para o Rio de Janeiro. No entanto, em momento algum esse fato impediu a circularidade de ideias e o contato do Pará com outros lugares. A historiografia está pontilhada de narrativas de chegada de informações das outras províncias, das mais variadas formas, desde a transmissão de informações por meio do contato das populações indígenas, como foi o caso, no início do século XVII, quando Castello Branco chegou ao Pará para a reconquista, os indígenas o receberam bem, pois já sabiam que os franceses, seus inimigos, haviam sido derrotados no Maranhão pelos portugueses.¹⁵⁷⁴ Por outro lado, em meados do século XIX, o missionário inglês Daniel P. Kidder se ressentia que antes da navegação a vapor para o Norte, as notícias vindas do Rio de Janeiro chegavam muito mais rapidamente a Belém por via de Lisboa ou Inglaterra, o que, por outro lado, não deixa de se afirmar que as notícias circulavam, mesmo com atraso.¹⁵⁷⁵ No Pará lia-se jornais portugueses com notícias do Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão, antes mesmo de existir uma imprensa local. A partir de 1822, com o primeiro periódico, *O Paraense*, transcreviam-se notícias dos principais jornais com um atraso de poucos meses. Dessa forma, os paraenses leram o manifesto do Príncipe Regente, dom Pedro, de primeiro de agosto de 1822, nos números do periódico *O Paraense* de 27 e 30 de novembro, transcrito do periódico lisboense *Astro da Lusitânia*.¹⁵⁷⁶ Portanto não se pode excluir a circularidade de ideias e atribuir ao Pará um ostracismo irreal.

Com este pensamento defendemos que uma variedade de ideias políticas radicais, provenientes de diversas partes, tanto de outras províncias quanto do exterior, contribuíram para a formação e transformação de um liberalismo paraense próprio do período pré-revolucionário da Cabanagem (1817-1834). Assim, teríamos contribuições exógenas e endógenas para a circulação de ideias políticas radicais, sendo as primeiras representadas por diversos movimentos revolucionários, tanto em províncias brasileiras, quanto nas ex-colônias espanholas e francesa. Do exterior também teria havido a contribuição do comércio, legal ou ilegal. Para a circulação interna de ideias políticas, diversas formas podem ser identificadas, desde agremiações como *clubs* políticos, panfletários, até chegar à imprensa em 1822.

¹⁵⁷⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. *Anais da Biblioteca do Arquivo Público do Pará*, tomo 1. 2 ed. São Paulo: Editora Monumento, 1968, pp. 5-6.

¹⁵⁷⁵ KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*; províncias do Norte. Tradução de Moacir N. Vasconcelos. São Paulo: Livraria Martins, 1943. (Biblioteca Histórica Brasileira, v. 12), p. 1.

¹⁵⁷⁶ Denúncia contra o cônego Baptista Campos oferecida pelo promotor do Júri, Francisco Custódio Correia, em 03 de setembro de 1823.

Contribuições Exógenas

Guiana Francesa

Talvez a mais reconhecida contribuição externa ao pensamento político liberal da província seja o proveniente da vizinha Guiana Francesa. A ex-colônia francesa, com sua fronteira ao norte do Pará, sempre foi uma preocupação para a administração portuguesa. A Revolução Francesa traria, pela Guiana, suas influências radicais infiltrando pelo subterrâneo da sociedade provincial. A Declaração dos Direitos Humanos e do Cidadão repercutiram amplamente entre os escravos, causando grandes agitações e levantes na colônia francesa.¹⁵⁷⁷ Mas nada se compararia ao impacto da primeira abolição da escravidão negra na França e suas colônias, em 1794. A notícia trazida por proprietários franco-guianeses sobre agitações e possível levante geral dos negros com o objetivo de liquidar os brancos traziam o terror à província paraense.¹⁵⁷⁸ Baena já identifica em 1790 que o medo da entrada de ideias radicais da Revolução Francesa pela fronteira paraense já havia chegado à Corte, a qual alertou o governador e capitão-general do Grão-Pará, dom Francisco de Sousa Coutinho que aumentasse a vigilância sobre a infiltração de tais doutrinas.¹⁵⁷⁹ A certeza dos estragos que estas ideias fariam nos ânimos da população pobre da província, levou a administração a providenciar um grande reforço militar na fronteira com a Guiana, acresce que a iminência de guerra com a França, também recomendava tal militarização, durante a década de 1790. Essa militarização garantiu, anos depois, a possibilidade de as tropas paraenses invadirem e conquistarem Caiena, em resposta a invasão de Portugal pela França.¹⁵⁸⁰

A circularidade das ideias de igualdade entre os homens logo fez com que a fronteira entre as duas colônias se transformasse num ponto de catalisação de quilombos de negros, tanto do lado brasileiro quanto do lado guianense.

Com o agravamento das condições de beligerância na Europa e a necessidade de saída de Portugal, d. João, Príncipe Regente, transmigrou sua Corte para o Brasil, chegando ao Rio

¹⁵⁷⁷ SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem*. Belém: CEJUP, 1992, p. 22.

¹⁵⁷⁸ MARIN, Rosa E. Acevedo. A influência da Revolução Francesa no Grão Pará. In: CUNHA, José Carlos C. da (Org.). *Ecologia, Desenvolvimento e Cooperação na Amazônia*. Belém: UNAMAZ/ UFPA, 1992, (Série Cooperação Amazônica, vol. 11), p. 36.

¹⁵⁷⁹ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro de. *Compêndio das eras da Província do Pará*. Belém: UFPA, [1838] 1969, p. 228.

¹⁵⁸⁰ MARIN, op. cit., p. 35.

de Janeiro a 7 de março de 1808¹⁵⁸¹. Nesta época era governador e capitão-general do Grão-Pará e Rio Negro José Narciso de Magalhães de Menezes que logo ao receber as notícias da invasão napoleônica do Reino, iniciou os preparativos para a guerra, levantando duas companhias de milicianos artilheiros de homens negros e pardos, com subordinação ao comandante do Corpo de Artilharia de Linha. Também publicou, a primeiro de outubro de 1808, o manifesto sobre a necessidade de postar tropas no Oiapoque, limite com a Guiana.¹⁵⁸²

A expedição paraense obteve rápida vitória sobre as forças francesas durante os meses de dezembro de 1808 e janeiro de 1809, obtendo a rendição do governador francês da Guiana, Victor Hugues. Inicialmente a ação militar sobre a Guiana fazia parte de um plano inglês de guerra contra a França e tinha um objetivo de esvaziá-la de negros e mestiços, a fim de dificultar uma futura reativação da colônia por parte do Governo Francês. No entanto, após a conquista de Caiena, o plano luso-brasileiro mudou e passou a ser administrar a Guiana Francesa como dependência da província do Grão-Pará.¹⁵⁸³

Conforme instruídos previamente, Manoel Marques e Yeo proclamaram alforriados a todos os escravos que aderissem à invasão. Muitos fugiram das fazendas e aderiram, outros aproveitaram a ocasião para se revoltarem e saquear as plantações. Conforme o tratado de rendição, os escravos alforriados deveriam ser retirados da Guiana, ou seja, iriam para a província do Grão-Pará. Estes foram realmente embarcados para o Pará, contudo, desconfiados do seu real destino, se rebelaram e fugiram, desembarcando no Contestado.¹⁵⁸⁴

A ocupação da Guiana pelas tropas paraenses durou até 1817 e esse período foi marcado por grande respeito às leis civis francesas e não intervenção na propriedade privada, além de estimular-se o comércio com a província do Pará. A Guiana teve acesso ao mercado do Amazonas, podendo contar com a importação de gado de Macapá e Marajó, coisa há muito desejada. João Severino Maciel da Costa, Intendente Geral nomeado para a Guiana por d. João em 1810, enviou ao Suriname, em 1812, sob administração inglesa, um pedido para que os navios guianenses gozassem dos mesmos privilégios que os portugueses, conforme rezava o tratado de comércio de 1810 entre Inglaterra e Portugal¹⁵⁸⁵.

¹⁵⁸¹ MONTEIRO, Tobias. *História do Império; a elaboração da Independência*, tomo 1. Belo Horizonte: Editora Atalaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981. (Reconquista do Brasil; nova série, volume 39), p. 71.

¹⁵⁸² BAENA, op. cit., p. 267, 274.

¹⁵⁸³ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 154.

¹⁵⁸⁴ Ibid., p. 157

¹⁵⁸⁵ Ibid., p. 160.

A forte ligação administrativa, comercial e militar explicitada acima pode-se acrescentar os bons tratamentos dados pelos portugueses aos habitantes da Guiana, com o intuito de angariar simpatia para uma possível anexação definitiva.¹⁵⁸⁶ Desse contexto, pode-se imaginar que, ao invés de blindar-se as fronteiras, abria-se as portas ao trânsito de ideias radicais para o interior da província do Grão-Pará.

É de se esperar que esse liberalismo trazido por homens pobres; índios, mestiços e negros; fosse carregado de suas próprias aspirações de liberdade, sendo uma expressão popular de liberalismo, que se adequaria perfeitamente a grande parte da população pobre proveniente de várias gerações exploradas e oprimidas pelo elemento dominador europeu, o português. Ao retornarem a sua terra natal as “novas ideias” passariam a se difundir com extrema rapidez, e formariam uma opinião pública muito forte, capaz de rivalizar com os conceitos moderados vindos da Europa e levar grandes temores à elite dominante lusófila.

Ainda durante a ocupação, procurou-se identificar agentes de sedição portadores de mensagens revolucionárias no Pará. Em 1815 teria vindo da Guiana o frei Luiz Zagalo, iluminista e maçom, forte pregador político dos ideais de 1789. O frei foi ferozmente perseguido pelo bispo dom Manuel de Almeida de Carvalho.¹⁵⁸⁷ Na pastoral de 1815, mandada publicar em Lisboa, dom Manoel de Almeida Carvalho refere-se ao frei Zagalo da seguinte forma:

Tendo surgido dos Carceres de Lisboa hum apostata, este pela invasão do Inimigo na Côrte se transportou para o Brazil; e passando em qualidade de Capellão para a praça de Cayenna, aqui se fortificou na impiedade com os dictames, e exemplos dos Francezes; como a mostrar com maior individuação do actual conflito. [...], tomando posse, por Ordem Regia, da Igreja Parochial da Villa de Cameté, huma das mais populosas, e civilizadas deste Bispado, principiou as Funcções Sagradas pela extinção do Christianismo, fazendo Baptismos nulos, negando a immortalidade da Alma, e as penas eternas.¹⁵⁸⁸

Prosseguiu o bispo, sendo mais específico quanto aos riscos da difusão das ideias radicais vindas da França, via Caiena:

Sendo-lhe impossível atrair Proselytos da Classe dos Brancos, recoreo á sublevação dos Escravos, persuadindo-lhes a sua liberdade, em virtude de huma Ordem Regia. Teme-se com razão que os escravos se reúnam em massa; e para se obviarem as funestas consequências de huma Conjuração ruinosa, se retirarão todas as Familias para as casas de Campo, ficando o

¹⁵⁸⁶ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Portugueses e Brasileiros na Guiana Francesa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/ Serviço de Documentação, 1953. (Cadernos de Cultura), p. 18-19

¹⁵⁸⁷ MARIN, Rosa E. Acevedo. *A influência da Revolução Francesa no Grão Pará*. In: CUNHA, José Carlos C. da (Org.). *Ecologia, Desenvolvimento e Cooperação na Amazônia*. Belém: UNAMAZ/ UFPA, 1992, (Série Cooperação Amazônica, vol. 11), p. 51

¹⁵⁸⁸ CARVALHO, D. Manoel de Almeida de. Pastoral de 30 de setembro de 1815. Lisboa, 1815, p. 13.

ímpio Pastor na Villa, insultando as Pessoas impossibilitadas para a deserção.¹⁵⁸⁹

Baena se refere a ele como homem de quem “a moral se ressentia pela sua sensualidade e depravação”.¹⁵⁹⁰ Dessa aversão do contemporâneo Baena, percebe-se, também, um rancor pelo aparente apoio que o frei contava por parte da Junta de Governo, já que o Bispo não o conseguia punir e retirá-lo de atividade naqueles primeiros anos. Nas palavras de Baena:

[...]indiscretas senão malignas proteções que dirigiam e acoroçoaram o Padre Frei Zagalo, que passeou ovante pelas ruas da cidade adargado de recursos da Coroa contra o Bispo, [...] e, ainda “deu mais este testemunho para justificar o procedimento do Bispo sempre contrariado pelo Juízo Secular em benefício de um sacerdote, de quem havia escândalo, [...]”.¹⁵⁹¹

É possível que uma certa simpatia ao liberalismo tenha realmente possibilitado que os outros dois membros da Junta de Sucessão Provisional, que governou o Pará de 1810 a 1817, tenham relaxado um pouco no combate à infiltração de ideias políticas radicais. Portanto, para contê-las, talvez fosse necessário um governador europeu, descompromissado com a gente da província e que apresentasse as mais relevantes provas de fidelidade a Portugal para exercer um governo colonial.¹⁵⁹²

Embora a grande influência liberal radical no Pará tenha sido da Revolução Francesa, também as revoluções no Nordeste chegavam às camadas mais baixas da população do Pará.

Revolução Pernambucana e Confederação do Equadro

Mesmo sob um intenso domínio lusitano na província, algumas personalidades políticas logo se ligaram aos revolucionários pernambucanos de 1817. É o que afirma o

¹⁵⁸⁹ Ibid., p. 14.

¹⁵⁹⁰ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro de. *Compêndio das eras da Província do Pará*. Belém: UFPA, [1838] 1969, p. 293

¹⁵⁹¹ Ibid., p. 293

¹⁵⁹² Com relação ao Governo da Junta de Sucessão Provisional (1810-1817), esclarece-se que o governador e capitão-general da capitania, José Narciso de Magalhães e Menezes faleceu no dia 20 de dezembro de 1810, sendo necessária a formação de uma junta provisória de governo até que fosse nomeado outro governador. Assumindo a deputação o bispo dom Manoel de Almeida Carvalho, o brigadeiro governador de Caiena Manoel Marques e o desembargador Ouvidor da Comarca do Pará, Joaquim Clemente da Silva Pombo. Em fevereiro de 1812, o brigadeiro Manoel Marques retornou para o governo de Caiena, sendo seu posto na Junta suprido pelo brigadeiro Francisco Pereira Vidigal (BAENA, 1969; 286 e 288).

historiador paraense Vicente Salles quanto ao cônego Baptista Campos, considerado o maior motor dos movimentos políticos do Grão-Pará no período pré-revolucionário da Cabanagem. Embora não tenhamos uma comprovação clara dessa afirmação, identificamos uma correspondência do referido cônego com José Martiniano de Alencar, datada de 1833, na qual pode-se perceber uma longa amizade entre os dois políticos.¹⁵⁹³

A tradição revolucionária nordestina já se fazia sentir no Pará há bastante tempo, durante a ocupação da Guiana, foram trazidas tropas de Pernambuco com destino a Caiena. Segundo Hurley, a apresentação na cidade de Belém ocorreu em abril de 1809 e era composta de duas companhias separadas dos Regimentos de Artilharia e Infantaria de Linha. Uma companhia de pardos e outra de pretos e recrutas vindos do Ceará.¹⁵⁹⁴ Baena, que no decorrer do ano de 1810 toda a tropa enviada de Pernambuco havia desertado, encabeçada pelos recrutas do Ceará.¹⁵⁹⁵ Na sedição ocorrida e sufocada em Belém a 14 de abril de 1823, dois de seus participantes (José Baptista da Silva, conhecido como Camecran, e o alferes Marco Antônio Rodrigues Martins, conhecido como Munduruku Paiquicé) fugiram para os Estados Unidos, depois se transportaram ao Rio de Janeiro para, então, chegaram à Pernambuco da Confederação do Equador e travaram relações com o republicano Manuel de Carvalho Paes de Andrade. No início de abril de 1824, chegou a Belém a escuna Camarão, enviada pelos revolucionários da confederação do Equador e trazendo alguns políticos paraenses, comprometidos com as ideias radicais do movimento nordestino, dentre eles encontravam-se Camecran e Paiquicé. Estes levaram e espalharam diversos exemplares impressos da constituição colombiana, a qual deveria ser o modelo para a Confederação do Equador. No dia 29 de abril iniciou-se o levante com a prisão dos membros da Junta Provisória de Governo, fez-se uma eleição de uma nova junta no dia seguinte e estipulou-se o dia primeiro de maio para proclamação da confederação do Equador no Pará, contudo a chegada inesperada de José de Araújo Roso, primeiro presidente nomeado pelo Imperador para a província do Pará deixou os revolucionários confusos e sem possibilidade de fazerem com que o povo aderisse ao movimento já que o novo presidente já se apresentava.¹⁵⁹⁶ O acaso

¹⁵⁹³ Carta do cônego João Baptista Gonçalves Campos ao Senador Joé de Alencar, datada de 19 de novembro de 1833.

¹⁵⁹⁴ HURLEY, Jorge. *Belém do Pará sob o domínio português; 1616 a 1823*. Belém: Livraria Clássica, 1940, p. 122

¹⁵⁹⁵ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro de. *Compêndio das eras da Província do Pará*. Belém: UFPA, [1838] 1969, p. 283.

¹⁵⁹⁶ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins políticos, (...)*. Primeira parte. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1865, p. 142-143.

certamente conspirou para o fracasso da confederação no Pará, seus emissários e representantes foram presos e enviados para o Rio de Janeiro, mas o fato de terem podido, ao menos, articular e dar início a um movimento com ideias tão radicais dentro da província já indica a circularidade dessas ideias, senão livremente, mas com pouca vigilância e coação. O fermento político trazido pelos revolucionários pernambucanos permaneceria presente no liberalismo da província e, dez anos mais tarde, um dos representantes do levante de 29 de abril e enviado preso para o Rio de Janeiro, José Clemete Malcher, seria o primeiro presidente cabano em janeiro de 1835.

Processo de Independência da América Espanhola

Toda a América Espanhola recebeu grande carga de influência da Revolução Americana, desencadeando uma miríade de processos revolucionários radicais que culminaram no início do século XIX com diversas repúblicas independentes.

A região Amazônica composta basicamente pela província do Grão-Pará nessa época era circundada desde o norte até sua porção sudoeste por pelo menos três províncias espanholas que estavam em pleno movimento de rebeldia, apoiado num iluminismo radical, com ideias políticas liberais vindas principalmente dos Estados Unidos, recém independentes da Inglaterra. O contato com os rebeldes, por exemplo da Venezuela era inevitável pelas guarnições de fronteira, como foi o caso do forte de Marabitanas no rio Negro, próximo a fortificação espanhola de San Carlos. Em 1819, o comandante realista espanhol D. Francisco Orosco entrou em negociação com o comandante do forte português de Marabitanas, tenente Miguel de Ferreira Barreto, para que este abrigasse um importante preso rebelde (ex-comandante de San Carlos), visto que estava na eminência de perder posições e ter que entregar o preso aos rebeldes. A custódia foi feita temporariamente pelo tenente português, porém, após consultadas as autoridades do governo da comarca província do Rio Negro e do Pará, definiu-se sobre a devolução imediata do preso, visto que o posicionamento da Corte no Rio de Janeiro era de completa neutralidade. Muitos emigrantes venezuelanos também foram acolhidos pelo forte de Marabitanas. O próprio comandante do forte, Ferreira Barreto foi acusado de ser simpatizante dos revolucionários, devido aos contatos amistosos que mantinha. Por esta época, um correio das tropas republicanas da Venezuela trouxe uma carta destinada

ao ministro dos negócios exteriores do “Reino do Brazil”, solicitando o reconhecimento da independência da República Venezuelana.¹⁵⁹⁷

A correspondência, datada de 28 de abril de 1822, do brigadeiro José Maria de Moura, Governador das Armas do Pará, dirigida ao secretário de estado dos Negócios da Guerra, Cândido José Xavier, solicitava orientações de como deveriam os comandantes militares da comarca do Rio Negro agir com os comandantes militares revolucionários do Peru. Junto da correspondência seguiam preocupantes publicações. Um deles era a edição de número 7 da *Gaceta Extraordinaria del Gobierno*, impresso pelo governo revolucionário do Peru e trazendo notícias alarmantes dos processos revolucionários do Panamá e de Buenos Aires. Do Panamá consta que “há passado à cuchillo à toda la guarnicion española que habia em aquela plaza, y enarbolado el santo estandarte de la libertad”. Também acompanhava o Estatuto Provisional dado por el Protetor de La Libertad del Peru (San Martin), uma espécie de Constituição provisória que dava plenos poderes a San Martin.¹⁵⁹⁸ É muito difícil imaginar que essas agitações e ideias revolucionárias não tenham se infiltrado na Amazônia brasileira, pois mesmo que o comércio não fosse permitido diretamente entre as colônias de metrópoles rivais, a tênue linha imaginária existente entre os povos dominados pelos espanhóis e os dominados pelos portugueses de nada servia como barreira. Como no caso da Guiana, essas ideias penetravam pelos estratos mais baixos da sociedade, pelos caboclos, possibilitando a estes uma nova visão de mundo. É certo que as ordens emanadas de Belém visavam coibir esse fluxo, evitando sua chegada até a cabeça da província, mas os traços de um liberalismo já começavam a vir à tona no governo do último governador e capitão general do Grão-Pará, Antônio José de Souza Manoel de Menezes, Conde de Vila Flor.

O Comércio

A humanidade sempre teve no comércio sua principal força de contato entre povos diversos e, desta maneira, o favorecimento para troca de ideias e conhecimentos. Com o comércio a ideias e convicções políticas percorreram grandes distâncias, atravessaram oceanos e desembarcaram nos pontos mais remotos do planeta. A América Latina é um

¹⁵⁹⁷ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Neutralidade e boa vizinhança no início das relações entre brasileiros e venezuelanos*. Documentário. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Volume 235. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1957, p. 10-12.

¹⁵⁹⁸ AHU, doc. 11781.

grande exemplo do impacto do mundo exterior trazido pelo comércio e consequentes relações internacionais. Segundo Paggy Liss, havia, no final do século XVIII e início do XIX, uma rede multinacional que ligava comércio e revoluções, impérios vinculados, movimentos revolucionários e novas repúblicas em algo único.¹⁵⁹⁹ O Pará não poderia ser imune a tal efeito. Pelo contrário, desde sua mais remota exploração, a capitania do Grão-Pará logo se ligou, pela imensa capilaridade fluvial da bacia Amazônica, aos povos dos domínios espanhóis. Ainda no tempo dos Filipes abriam-se as portas de Belém para o comércio andino. Entre 1637 e 1639, Pedro Teixeira, com sua célebre expedição, abriu caminho de Cuzco até Belém, realizando os intentos da Coroa espanhola de, por via fluvial, abrir os mercados castelhanos do Peru.¹⁶⁰⁰ O comércio da capitania desde então foi representado por um grande funil, abrindo-se com larga capilaridade de rios nas duas margens do Amazonas, estreitando-se à medida que se aproximava do médio Amazonas para, finalmente convergir para uma única saída, por mar, na capital, Belém, exportando produtos que vinham desde a fronteira castelhana. Esse fluxo contínuo que iniciava na longínqua borda ocidental também era o meio condutor de novas ideias políticas que se tornaram preocupantes à medida que os processos revolucionários de independência iam se avolumando nas ex-colônias espanholas.

As famosas minas de prata do Alto Peru, que encontravam vasão para o Brasil e Portugal, por meios ilícitos e depois de 1778 autorizados pela Coroa Espanhola afluíam tanto no sul do Brasil quanto pelo norte. Em carta ao Marquês de Pombal, seu irmão e governador do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informou em 1753 que um padre jesuíta nomeado por ele para seguir para o rio Javari, próximo da fronteira espanhola havia se municiado de gêneros e tecidos em duas canoas e de lá regressado carregado de ouro e prata das colônia espanhola. Sem saber ao certo o cabedal, estimava-se em 60.000 patacas.¹⁶⁰¹ As transações comerciais com os domínios espanhóis não foram esporádicas, muito pelo contrário, compuseram um plano da companhia de Comércio do Pará para escoar a prata espanhola. Dessa forma a navegação pelo rio Madeira foi intensificada, sendo construídos dois baluartes para proteção, Borba e Santo Antônio, que desempenhavam também a função de postos fiscais. O “Secretíssimo Planos de Comércio”, aprovado por S. M em 10 de julho de

¹⁵⁹⁹ LISS, Peggy. Atlantic Network. In: LYNCH, John. *Latin American Revolutions (1808-1826): Old and New World origins*. Norman: Oklahoma Press, 1994, p. 263.

¹⁶⁰⁰ DIAS, Manuel Nunes. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. São Paulo: USP, 1971 (Coleção da Revista de História, vol. XXXVII), p. 118.

¹⁶⁰¹ SANTOS, Corcino Medeiros dos. *A produção das minas do Alto Peru e a evasão de prata para o Brasil*. Brasília: Thesaurus, 1998, p. 195-196.

1770 especificava os percentuais de impostos que deveriam ser pagos À Coroa pelas mercadorias que saíssem do Pará para as fronteiras dos domínios da Espanha.¹⁶⁰² Durante todo o período pombalino foi incentivado o comércio do Grão-Pará e Maranhão , através da rota do rio Madeira-Guaporé com as colônias espanhola. O comércio consistia principalmente na troca de manufatura por prata e as possibilidades de contrabando eram imensas. As autoridades espanholas agiam no sentido de tentar impedir a entrada das fazendas portuguesas, mas o contrabando se disseminava generalizado.¹⁶⁰³ Portanto, deve-se crer que o contato dos povos sob domínio português e espanhol fossem generalizados da mesma forma e a conseqüente troca de ideias políticas e concepções fossem frequentes.

Esta situação de comércio e novas ideias intensificaram obviamente com a vinda da Família Real para o Brasil e a abertura dos portos às nações amigas de Portugal. A proximidade da província do Norte com a Europa e os Estados Unidos, bem como a facilidade de navegação dada pelas correntes marítimas e os ventos alísios faziam com que Belém fosse um atrativo local de comércio, dando-lhe ares de cosmopolitismo. Assim, quando o missionário protestante norte-americano chegou a Belém em 1839, encontrou ali muitos conterrâneos dedicados ao comércio e a atividades manuais. De fato, encontrou a segunda maior colônia de norte-americanos no Brasil, perdendo apenas para o Rio de Janeiro.¹⁶⁰⁴ Certamente o contato comercial livre com os Estados Unidos desde 1808 possibilitava aos intelectuais da província uma oportunidade ímpar de travar conhecimentos com uma nação republicana de matiz liberal bastante radical. Não se é de espantar que Filipe Patroni ao anotar seu discurso de 5 de abril de 1821 diante das Cortes em Lisboa acrescentasse a seguinte nota: “Delaware he o Rio, que banha a bela Província, onde o famoso Penn manteve os direitos da humanidade, não consentindo lá escravatura. Ah! Quem me déra poder ser o *Penn* do Pará!”¹⁶⁰⁵

Contribuições Endógenas

Imprensa

¹⁶⁰² SANTOS, Corcino Medeiros dos. *A produção das minas do Alto Peru e a evasão de prata para o Brasil*. Brasília: Thesaurus, 1998, p. 198.

¹⁶⁰³ SANTOS, Ibid., p. 202-203.

¹⁶⁰⁴ KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*; províncias do Norte. Tradução de Moacir N. Vasconcelos. São Paulo: Livraria Martins, 1943. (Biblioteca Histórica Brasileira, v. 12), p. 167.

¹⁶⁰⁵ PATRONI, Filipe Alberto. *Peças Interessantes relativas a revolução efetuada no Pará* (...). Lisboa: Imprensa Nacional, 1821, p. 38.

Por todo o período colonial a imprensa ou qualquer outra produção tipográfica foi proibida, no entanto, clandestinamente alguns panfletos manuscritos eram esporadicamente exibidos, atacando autoridades políticas ou militares. Estes primeiros sinais com linguajar caracteristicamente liberais atacando o “despotismo” e a “tirania” dos governos apareceram com mais frequência no Pará a partir do governo do último governador e capitão general do Grão-Pará, o conde de Vila Flor.

Quanto a este assunto, é interessante observar a devassa feita nesse período que terminou por condenar o comerciante português radicado em Belém, Manuel da Costa, ao degredo perpétuo em Pedra Negra na África. A devassa teve, ainda, outros indiciados, como José Moreira Corrêa, ao qual foi atribuída a cooperação na confecção dos pasquins contra o governo e que foi condenado a dez anos de degredo para Angola. Um terceiro implicado foi Victor Follacher suspeito por residir na casa de José Moreira Corrêa e, sem provas contra ele, foi condenado a sair da província do Grão-Pará, sob pena de seis anos de degredo, caso voltasse. A Manuel da Costa, pelos ataques ao governo e confecções de pasquins incendiários, foi imputado ser cabeça de uma possível revolução.¹⁶⁰⁶ Este caso é emblemático e aparece nas mais antigas historiografias como sendo um dos mais fortes indícios de difusão do liberalismo radical ainda no período colonial. Sua importância está no aparecimento de “escritos”, sejam os citados pasquins que Manuel Costa é acusado ou mesmo sua defesa que foi publicada em Lisboa em 1821. Na devassa realizada contra a difusão de ideias subversivas no Pará, uma das testemunhas afirma:

Que Folacher publicamente blasonava que lhe não havia de acontecer coiza alguma pois tinha mão, e papel para escrever, e que se ajuntavão todos na rua da Madragôa fallavão sobre diversos pontos, e sobre os que vião nos taies folhetos do Portuguez.¹⁶⁰⁷

Portanto, um forte indicador de como as ideias políticas radical se difundia no meio não letrado e “contaminava” os baixos estratos de uma sociedade cabocla.

Após a Revolução do Porto, no entanto, a publicação da Lei da Liberdade de Imprensa modificou bastante a situação interna da província. A associação de Felipe Patroni, Simões da Cunha e José Baptista da Silva trouxe para o Pará a primeira tipografia, juntamente com o

¹⁶⁰⁶ COSTA, Manoel da. Carta Crime, para inquirição de testemunhas, passada a requerimentos do supplicante Manoel da Costa às Justiças da cidade do Pará. Lisboa: Oficina da viúva de Lino da Silva Godinho, 1821, p. 16.

¹⁶⁰⁷ VILA FLOR, Conde de. Manifesto que ao respeitável publico faz o conde d'Villa Flor sobre o processo e condenação d'Manoel da Costado Pará sobre, os aleives e Calumnias que o dito costa tem espalhado. Lisboa: Imprensa de João Nunes Esteves, 1822, p. 15

tipógrafo Daniel Garção. Após dissensões e rachas a tipografia foi posta a funcionar com o lançamento do primeiro jornal da província, *O Paraense*, no dia 22 de maio de 1822. O hebdomadário foi dirigido pelo cônego Baptista Campos, após o quinto número e exerceu forte pressão sobre o governo militar da província. Sendo perseguido em desigual proporção, existiu até o início de 1823, quando foi fechado e seus tipos encampados pelo governo para a publicação do jornal Luso-Paraense, de matiz liberal moderada. O desenvolvimento da imprensa do Pará não cabe nas linhas desse artigo, mas representou um grande fator de disseminação de ideias políticas, sendo de vital importância para as modificações das formas de liberalismos encontradas no período pré-revolucionário da Cabanagem.¹⁶⁰⁸

Considerações Finais

A maneira como a historiografia se ocupou em demonstrar a importância do liberalismo vintista para a constituição de um ideário liberal na província do Grão-Pará, como fator preponderante gerador da instabilidade social, acabou eclipsando diversas formas de circulação de ideias políticas radicais que certamente entraram na formação do pensamento político liberal e no ideário popular do Pará. Os processos revolucionários, de Pernambuco ou das ex-colônias espanholas, a proximidade e ocupação da Guiana Francesa, a circularidade de informações vindas da Corte, seja de Lisboa, seja do Rio de Janeiro, somados ao comércio exterior, seja legal ou de contrabando, todos contribuíram para que o pensamento político paraense fosse enriquecido e acrescido de ideias radicais. Todo esse cadinho de proposições políticas encontrou meio e condições de se disseminar na província, principalmente após o advento da imprensa, mesmo nos estratos mais baixos da sociedade. O contato do liberalismo político com as camadas subalternas garantiu sua crescente radicalização, propiciando um ambiente instável que culminaria com a deflagração armada.

Referências

ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. *Anais da Biblioteca do Arquivo Público do Pará*, tomo 1. 2 ed. São Paulo: Editora Monumento, 1968.

¹⁶⁰⁸ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins políticos*, ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o anno de 1821 até 1835. Primeira parte. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artísitico, 1865.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CARVALHO, D. Manoel de Almeida de. Pastoral de 30 de setembro de 1815. Lisboa, 1815.

COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, demagogos e dissidentes; a imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém, CEJUP, 1993.

COSTA, Manoel da. Carta Crime, para inquirição de testemunhas, passada a requerimentos do supplicante Manoel da Costa às Justiças da cidade do Pará. Lisboa: Officina da viúva de Lino da Silva Godinho, 1821.

HURLEY, Jorge. *Belém do Pará sob o domínio português; 1616 a 1823*. Belém: Livraria Clássica, 1940.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil; províncias do Norte*. Tradução de Moacir N. Vasconcelos. São Paulo: Livraria Martins, 1943. (Biblioteca Histórica Brasileira, v. 12).

LISS, Peggy. Atlantic Network. In: LYNCH, John. *Latin American Revolutions (1808-1826): Old and New World origins*. Norman: Oklahoma Press, 1994.

MARIN, Rosa E. Acevedo. *A influência da Revolução Francesa no Grão Pará*. In: CUNHA, José Carlos C. da (Org.). *Ecologia, Desenvolvimento e Cooperação na Amazônia*. Belém: UNAMAZ/ UFPA, 1992, (Série Cooperação Amazônica, vol. 11).

MONTEIRO, Tobias. *História do Império; a elaboração da Independência*, tomo 1. Belo Horizonte: Editora Atalaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981. (Reconquista do Brasil; nova série, volume 39).

PATRONI, Filipe Alberto. *Peças interessantes relativas à Revolução efetuada no Pará, a fim de se reunir à sagrada causa da Regeneração Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821.

RAIOL, Domingos Antônio. *Motins políticos, ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o anno de 1821 até 1835*. Primeira parte. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artísitico, 1865.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Neutralidade e boa vizinhança no início das relações entre brasileiros e venezuelanos*. Documentário. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Volume 235. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1957.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Portugueses e Brasileiros na Guiana Francesa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/ Serviço de Documentação, 1953. (Cadernos de Cultura).

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

SANTOS, Corcino Medeiros dos. *A produção das minas do Alto Peru e a evasão de prata para o Brasil*. Brasília: Thesaurus, 1998.

SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem*. Belém: CEJUP, 1992.

VILA FLOR, Conde de. Manifesto que ao respeitável publico faz o conde d'Villa Flor sobre o processo e condenação d'Manoel da Costado Pará sobre, os aleives, e Calumnias que o dito costa tem espalhado. Lisboa: Imprensa de João Nunes Esteves, 1822.

Manuscritos

Transcrição da Denúncia contra Baptista Campos oferecida pelo Promotor do Juri, Francisco Custódio Corrêa (documento anexo Requerimento encaminhado ao Imperador, solicitando mercê da Ordem do Cruzeiro – doc. 6), 03 de setembro de 1823. Acervo Biblioteca Nacional. Localização: C – 0516, 018.

Carta do cônego João Baptista Gonçalves Campos ao Senador Joé de Alencar, datada de 19 de novembro de 1833. Acervo: Biblioteca Nacional, Setor de Manuscritos.

Localização: I – 1, 16, 084.

Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate), AHU, ACL, CU 013; cx. 107, doc. 8431; cx. 119, doc. 9133; cx. 148, doc. 11366, doc. 11383; cx.152, doc. 11781.

Uma família, muitos (as) protagonistas: o caso dos Azeredo na Iguaçu do século XX

Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre*

Resumo: Este trabalho discorre sobre o protagonismo dos Azeredo, uma família negra situada em Nova Iguaçu, município da Baixada Fluminense, na primeira metade do século XX. Constituída a partir do casal Silvino Hipólito de Azeredo Coutinho e Avelina Martins de Azeredo o clã ganhou proeminência no distrito-sede iguaçuano, sobretudo nos anos 1920 e 1930, no semanário *Correio da Lavoura*, periódico fundado pelo patriarca em março de 1917. Integrante da elite citricultora da cidade, os Azeredos usaram de sua influência na imprensa para visibilizar conquistas profissionais e educacionais de seus membros, especialmente dos filhos (as), junto a “Society Iguaçua” formada na Primeira República. Neste sentido, a comunicação lançará luz sobre as estratégias e agenciamentos presentes na trajetória destes homens e mulheres, que formaram a primeira geração do referido grupo familiar.

Palavras-chave: Família, Imprensa, Nova Iguaçu

Abstract: This paper discusses the protagonism of the Azeredo, a black family located in Nova Iguaçu, municipality of Baixada Fluminense, in the first half of the twentieth century. Made up of the couple Silvino Hipólito de Azeredo Coutinho and Avelina Martins de Azeredo, the clan gained prominence in the headquarters district of Iguazu, especially in the 1920s and 1930s, in the weekly *Correio da Lavoura*, a journal founded by the patriarch in March 1917. A member of the city's citricultural elite, the Azeredos used their influence in the press to bring professional and educational achievements to their members, especially their children, with the “Iguaçua Society” formed in the First Republic. In this sense, the communication will shed light on the strategies and agencies present in the trajectory of these men and women, who formed the first generation of this family group.

* Doutoranda em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) e coordenadora técnica do Centro de Documentação e Imagem (CEDIM) do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRRJ) campus Nova Iguaçu. Contato: marialuciabsa@gmail.com e CV: <http://lattes.cnpq.br/4081964093461021>.

Key-word: Family, Press, Nova Iguaçu

Os Azeredos



Provavelmente esta é a imagem mais antiga que se tenha da família Azeredo¹⁶⁰⁹. Ao identificar os membros contidos nesta fotografia Robinson Belém de Azeredo, terceira geração do clã, ressaltou: “você vê que naquele tempo todo mundo era arrumado, todo mundo de colete e ninguém aí era rico não, era todo mundo pobre e o camarada para tirar foto então...”¹⁶¹⁰ A organização desta fotografia traduz a herança do cotidiano oitocentista produzida no Rio de Janeiro, especialmente no vale do café paraibano, pois se valoriza a “cultura visual dos jornais,

¹⁶⁰⁹ Da direita para esquerda Avelino Martins de Azeredo, Silvino Hypólito de Azeredo, filho não identificado, Avelina Martins de Azeredo, Ruy Martins de Azeredo, Mário Martins de Azeredo, Ester Martins de Azeredo e Silvino Filho. Luiz Martins de Azeredo é a primeira criança da esquerda para direita, contudo não foi possível identificar as demais dada a ausência de informações no verso da imagem e condições da fotografia.

¹⁶¹⁰ AZEREDO, Robinson Belém de. Sede do jornal Correio da Lavoura, Nova Iguaçu, 13 de setembro de 2018. Entrevista concedida a Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre e Vladir de Paula Silva.

revistas e das ruas”¹⁶¹¹, assim como os significados atribuídos ao sucesso de uma estrutura familiar burguesa que ainda carrega consigo os sentidos do século XIX. Estes detalhes revelam o quanto a origem desta família tem a nos dizer sobre a atuação profissional, redes de sociabilidade e silenciamentos destes “homens e mulheres de cor”.

Quando recobrou a origem de seu patriarca, Luiz Martins de Azeredo¹⁶¹² afirmou que “Ele, Silvino Hipólito de Azeredo Coutinho, filho de Cândido Almeida de Azeredo Coutinho e Teresa Joaquina da Conceição Coutinho, nascido no lugar chamado Cachimbau, na vila de Iguaçú, a 17 de junho de 1859.” Os dados sobre a origem de seu pai corroboram o levantamento feito por Amália Dias em seu trabalho de doutoramento, *Entre Laranjas e Letras*. De acordo com a autora, a trajetória do capitão e proprietário do Correio da Lavoura foi ampla e diversificada, pois ao reconstituir a formação profissional e escolar de Silvino de Azeredo, Dias afirma que o proprietário do semanário já contava com 58 anos de idade.

Notas biográficas esparsas, comentários e homenagens feitos por colaboradores do jornal revelam parte do percurso desse intelectual, que passou por diversas instituições de ensino e de formação profissional, exerceu diversos tipos de trabalho, incluindo o ensino, e circulou pelo ambiente literário da cidade do Rio de Janeiro.¹⁶¹³

A historiadora se refere à homenagem feita para Silvino de Azeredo na edição de 17 de junho de 1920 de seu semanário. Com uma grande fotografia do fundador ao centro da primeira página da edição de número 170, a matéria intitulada “O herói do dia” faz uma longa narrativa acerca de sua vida. Nela afirmou-se a existência de possíveis erros sobre seus dados biográficos, mas que o diretor “dispõe de vinte columnas para ectifical-os, não incluindo paginas d’suplemento!”¹⁶¹⁴ De acordo com a autora, ele provinha de “pobreza honrada” e se distanciou de Iguaçú para o município de Vassouras “onde perdeu seus queridos progenitores aos 8 anos.”¹⁶¹⁵ O menino ficou sob os cuidados de um tutor denominado Antonio Manoel

¹⁶¹¹ MAUAD, Ana Maria. “Imagem e autoimagem no Segundo Reinado.” In. (orgs) NOVAIS, Fernando A; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.202.

¹⁶¹² Nascido em 17 de outubro de 1911 atuou como jornalista no jornal Correio da Lavoura e dirigiu este após a morte o patriarca. Autor das colunas “Luiz Martins escreveu” e “Cheguei, ouvi e anotei”, o periodista transitou de maneira influente na sociedade iguaçuana, sobretudo, no meio político local. Foi membro da Arcádia Iguaçua de Letras (1955) e integrou inúmeras associações de cunho esportivo e histórico-cultural.

¹⁶¹³ DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçú (1916-1950)*. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ: 2014, p.45.

¹⁶¹⁴ Correio da Lavoura, 17 de junho de 1920, ed.170, p.1.

¹⁶¹⁵ Idem, idem.

de Castro Portugal¹⁶¹⁶ e mais tarde empregou-se no comércio local. Posteriormente seguiu para Belém atual município de Japeri, e posteriormente partiu para o distrito de Paty dos Alferes onde se empregou na Agencia de Correios.

Durante a década de 1880 retornou para o Rio de Janeiro, momento marcado por uma ampla formação e permanência em diversos endereços. Foi estudante do Externato Jasper (1882), Collegio Aquino (1884) e posteriormente ingressou na Escola Polytechica (1887). Concomitantemente a este fato, lecionou matemática no Lyceu Litterario Portuguez e foi revisor do jornal Diario do Brazil. Silvino de Azeredo também foi aluno do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro onde um prêmio composto, segundo Dias, por livros e matrícula para Faculdade de Medicina, frequentado por ele durante um ano. Nas notas biográficas do Correio da Lavoura, lê-se que “[c]om a saude comabalida, pelo excesso de trabalho, regressou a Paty do Alferes [e a] 22 de junho de 1889 contraiu nupcias com a exma. sra. Avelina Martins de Azeredo [...]”¹⁶¹⁷ De acordo com Luiz Martins de Azeredo, nesta mesma cidade, seu pai ministrou aulas na escola pública no ano de 1891 e atuou como lavrador. Mais tarde ele também trabalhou no ramo de secos & molhados e hotelaria.

Em 1904 (27/9) Silvino emprega-se nas Capatazias da Alfandega do Rio de Janeiro¹⁶¹⁸ [...] Em 1908 (30/8) transfere-se com a família para Maxambomba¹⁶¹⁹ [...] Aluga então um sítio na Estrada da Prata, de propriedade do capitão Antônio da Silva Chaves¹⁶²⁰. E no ano seguinte (1909) muda-se para uma casa bem maior, no centro de uma chácara enorme, situada próximo à linha de transmissão da Light, local que mais tarde seria denominado Bairro Califórnia, chácara também propriedade do Capitão Chaves.¹⁶²¹

Luiz de Azeredo também afirmou em seus escritos que o “pai se preocupou com o futuro de seus filhos maiores” – João, Silvino Filho e Estácio – e por esta razão trouxe um de cada vez, para o Rio de Janeiro, para que trabalhassem e estudassem. Entretanto, ao analisar a

¹⁶¹⁶ Não foram localizadas informações sobre seu tutor.

¹⁶¹⁷ Op cit, 1920, ed. 170, p.1.

¹⁶¹⁸ De acordo com os escritos de seu filho, Luiz de Azeredo, também foi membro relator da Comissão de Revisão dos Estatutos da Caixa Auxiliadora dos empregados na Capatazia. Em 22 de março de 1914, eleito a 16, tomou posse como presidente da Caixa, instalada no armazém 6. Em virtude da extinção das Capatazias Silvino de Azeredo foi transferido para a polícia do Distrito Federal, na função de Arquivista, sem data ou não citado.

¹⁶¹⁹ Sede administrativa do município de Nova Iguaçu a partir de 1916.

¹⁶²⁰ Capitão Antônio da Silva Chaves representa uma figura política influente em Nova Iguaçu, no início do século XX. Foi presidente da Câmara Legislativa Municipal de Iguassú no ano de 1900 – 1917 a 1918 e atuou como terceiro suplente do cargo de juiz de direito no mesmo município. Ver: MORAES, Adriano dos Santos. *Federalismo, autonomia e intervenção: o caso da criação da prefeitura de Nova Iguaçu, embates políticos entre poderes municipal e estadual na Primeira República*. 2016. 99f. Dissertação (Mestrado em História) - Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁶²¹ AZEREDO, Luiz Martins de. *Casal - Silvino Azeredo/Avelina – Matrimônio = 22 de junho*, s/n.

genealogia¹⁶²² redigida pelo próprio jornalista nos anos 1990, é possível averiguar quais dos dezesseis filhos, nasceram enquanto Silvino e Avelina de Azeredo ainda residiam em Paty dos Alferes. É plausível afirmar que alguns dos irmãos (as) de Luiz de Azeredo tenham nascido na cidade do Rio de Janeiro, possivelmente, durante a atuação de seu pai na Alfandega, ou ainda, no município de Nova Iguaçu quando a família se transferiu em definitivo para o distrito-sede da cidade. Com base apenas na genealogia elaborada pelo jornalista, a maior parte dos locais de nascimento de cada um deles (as) não pode ser precisada. Dos dezesseis filhos, cinco eram mulheres e onze homens, contudo deste total, apenas trezes chegaram a vida adulta, uma vez que Silvina, Abel e José Maria de Azeredo morreram ainda crianças.

Tendo o ano de nascimento como referência, é possível indicarmos quantos dos filhos (as) de Avelina e Silvino de Azeredo nasceram no interior do estado do Rio de Janeiro, são eles (as): Silvina Martins de Azeredo (1890-1893), João Martins de Azeredo (1891-1967), Silvino de Azeredo Filho (1892-1971), Sílvio Martins de Azeredo (1894-1965), Estácio Martins de Azeredo (1896-1981), Avelino Martins de Azeredo (1897-1987), Abel Martins de Azeredo (1898-1900), Ester Martins de Azeredo (1900) e Mário Martins de Azeredo (1902-1979). Sua décima filha, Eugênia Martins de Azeredo, nasceu em 27 de setembro de 1904, ano em que o patriarca passou a atuar no serviço alfandegário do porto carioca, contudo esta suposição não pode ser confirmada com outras fontes existentes.

A partir deste período, é provável que os outros seis filhos (as) já tenham nascido no distrito-sede de Nova Iguaçu.¹⁶²³ Os dados sobre a primeira geração dos Azeredos são escassos e encontram-se dispersos em matérias produzidas pelo jornal *Correio da Lavoura* ou nas *Efemérides Iguaçuanas*¹⁶²⁴ redigidas pelo jornalista e membro do clã, Luiz de Azeredo. Dentre as informações localizadas acerca da família identificou-se que muitos dos filhos (as),

¹⁶²² Luiz de Azeredo afirmou que “Esta genealogia da Família Azeredo, organizada no primeiro semestre de 1977, e reorganizada, - transcorridos quase 19 anos, nos indicadores numéricos, e atualizada mesmo assim parcialmente, tanto quanto me foi possível reunir os dados necessários.” Datada de junho de 1996, a documentação encontra-se datilografada e foi gentilmente cedida por um seu neto, Luís Eduardo de Azeredo.

¹⁶²³ José Maria Martins de Azeredo (05/07/1906-31/01/1920), Maria José Martins de Azeredo (05/07/1920), Manoel Martins de Azeredo (14/11/1908), Luiz Martins de Azeredo (17/10/1911), Ruy Barbosa Martins de Azeredo (17/03/1914), Avelina Martins de Azeredo (08/03/1917).

¹⁶²⁴ Para cada dia do mês o jornalista selecionou acontecimentos marcantes ocorridos entre 1917 e 1999. Assim, o dia 1 de janeiro pode ter dezenas de entradas, com casos importantes que se passaram em 1918, outro em 1920, 1935 e assim sucessivamente até o ano da morte de Luiz de Azeredo. Ao contrário de capítulos de livros, temos um livro dividido em 12 partes, de janeiro a dezembro, com “subtítulos” formados por cada um dos 28, 29 (no caso dos anos bissextos), 30 ou 31 dias de cada mês. As informações contidas nos verbetes são múltiplas. Podemos ler sobre a criação de um município, a construção de uma igreja, a fundação de um bairro, o registro de nascimentos e notícias sobre espaços associativos. Embora pareçam informações qualquer, cotidianas, interessados poderão conhecer a trajetória de grupos e indivíduos locais.

sobretudo os homens, exerceram cargos no funcionalismo público e cada qual, em certa medida, seguiu a vida jornalística potencializada pelo pai.

Os (as) protagonistas

Os (as) filhos (as) de Silvino de Azeredo e Avelina de Azeredo revelam o papel desempenhado por esta família na história de Nova Iguaçu nas décadas de 1920 e 1930. A partir do jornal *Correio da Lavoura*, semanário fundado por seu pai em 22 de março de 1917, no distrito-sede de Nova Iguaçu, a família estabeleceu relações com o grupo dominante local formado por citricultores, figuras responsáveis pela principal atividade econômica do município e por ocuparem os principais cargos públicos e políticos. A presença de imagens e notícias sobre os membros da família Azeredo foi algo recorrente nas páginas do jornal, especialmente, associadas a informações de caráter profissional, educacional ou familiar como nascimentos, casamentos e notas de falecimento.

Perpetuar o sucesso da família parece ter sido a estratégia para este clã formado por mulheres e homens negros (as) em um sociedade recém republicana e escravocrata. Reproduzir o modelo de vestimenta, educação, inserção no funcionalismo público e direção do principal veículo de comunicação da região foram os caminhos optados por estas personagens que se tornaram protagonistas de uma núcleo predominantemente formado por homens, brancos, proprietários de terra e líderes da máquina política. Isto fica evidente em suas trajetórias a começar por Silvino Filho, filho mais velho, figura presente na imprensa e em espaços associativos¹⁶²⁵ iguaçuanos nas primeiras décadas do século XX.

De acordo com o depoimento de Robinson de Azeredo, somente alguns dos filhos se envolveram na operação do jornal dirigido por seu avô. Seu tio teria abandonado o jornal por não prover os recursos necessários para sustentar pai e filho e que, posteriormente, ele atuou como funcionário público no Distrito Federal. Ao analisar o semanário até o seu segundo aniversário de existência não foi possível identificar o nome de Silvino de Azeredo Filho relacionado à qualquer função dentro da redação do jornal. Em publicação de 22 de março de

¹⁶²⁵Integrante da Diretoria do Bloco Carnavalesco Pega-e-Deixa (1924), Membro da diretoria da Associação Iguaçuana de Esportes (1940), Professor na Escola Noturna Municipal nos anos 1920, Membro do Partido Liberal Progressista (1937), Membro do Clube 3 de outubro (1932). Fonte: *Efemérides Iguaçuanas*.

1919 do Correio da Lavoura consta em seu cabeçalho “Director-proprietario Silvino de Azeredo” e “Redactor-chefe Dr. Álvaro Moitinho”.

Na edição comemorativa do terceiro aniversário da folha Silvino de Azeredo de Filho aparece recebendo os cumprimentos por mais um ano natalício. A matéria felicita o jovem membro do clã e afirma que “[m]otivou este acontecimento o passar de mais uma data aniversaria do nosso afadigado e mui distinto redactor-secretario Silvino de Azeredo Filho.” No quarto aniversário do semanário o primogênito foi novamente mencionado dentre os aniversariantes natalícios da coluna vida social¹⁶²⁶. Reapareceu na edição comemorativa de 1924 como filho diretor e funcionário da *Prophylaxia Rural* subsequente a nota sobre seu irmão Estácio de Azeredo, filho do diretor da folha e funcionário da Central do Brasil, que completou anos em 18 de março do referido ano.

Em edição de 22 de março de 1926, Silvino de Azeredo Filho surgiu na coluna social do Correio da Lavoura como filho do diretor do jornal, mas agora como funcionário da “Directoria de Saneamento Rural, com exercício no posto de Anchieta”.¹⁶²⁷ Não se sabe ao exato quando ele alcançou esta colocação, mas que em meados dos anos 1940 Silvino Filho ocupou novo cargo público, desta vez como sub-delegado¹⁶²⁸ do primeiro distrito do município de Nova Iguaçu.

Thadeu Marcelo Quintanilha Martins afirmou em *A civilização do delegado* que o cargo se tornou sinônimo de honra, geralmente destinados a sujeitos dignos de confiança e importante atuação política na conjuntura local. De acordo com autor, o sujeito que se tornava delegado “não dependia do cargo para sobreviver e via na atividade policial apenas um grau para deslanchar na vida pública ou nos negócios, embora em todos tivessem condições de alçar voos mais altos.”¹⁶²⁹ Assim como Silvino, outros descendentes da família Azeredo atuaram na imprensa iguaçuana e nas diferentes esferas do serviço público.

Silvio Martins de Azeredo foi jornalista e fundador do jornal 14 de dezembro nos anos 1930, desta vez com o apoio do escritor Jarbas Cordeiro¹⁶³⁰. Também atuou em cargo

¹⁶²⁶ Correio da Lavoura, 22 de março de 1921, ed. 210, p. 5.

¹⁶²⁷ Correio da Lavoura, 22 de março de 1926, ed. 471, p.2.

¹⁶²⁸ Cargo que seria reassumido em 07 de abril de 1946.

¹⁶²⁹ DORIA, apud, MARTINS, 2012, Marcelo Thadeu Quintanilha. *A civilização do delegado: modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889-1930*. 2012. 315f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo: 2012, p.39.

¹⁶³⁰ Efeméride Iguaçuana, 06 de março de 1932, p.17.

público, mais precisamente como Caixa Geral da Cia Geral Aeropostal¹⁶³¹. Estácio Martins de Azeredo, por sua vez, foi primeiro fiscal de rendas da Estrada de Ferro Central do Brasil nos anos 1940¹⁶³² cargo vinculado ao antigo Ministério da Aviação e Obras Públicas que nos anos 1960 tornou-se Ministério dos Transportes. João Martins de Azeredo, segundo nesta descendência, foi funcionário do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), lotado no município de Seropédica.

Manoel Martins de Azeredo também exerceu cargo federal, mas sem colocação identificada até o momento. Ruy Barbosa Martins de Azeredo, um dos irmãos caçulas, atuou no Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) durante sua existência (1940 e 1967). Na efeméride de 14 de setembro de 1949, Luiz Martins de Azeredo escreveu que “[a]través da portaria nº.719 o major Umberto Peregrino – diretor geral do SAPS, admite Ruy Barbosa Martins de Azeredo, atual chefe do posto de subsistência de Nova Iguaçu, para exercer a função de fiscal dos órgãos regionais.” Antes de adentrar ao serviço público Ruy de Azeredo atuou na Pantaleão Rinaldi e Cia, exportadora de laranjas iguaçuana de propriedade do fruticultor Pantaleão Rinaldi, influente comerciante e político local.¹⁶³³

A presença dos filhos de Silvino de Azeredo no serviço público é decorrente de uma conjuntura caracterizada por intensas mudanças, sobretudo nas questões que tangem o trabalho no Brasil. De acordo com Angela de Castro Gomes, os anos 1930 estabeleceram novas relações entre trabalho, riqueza e cidadania. A partir deste momento a autora identifica uma “ordenação do mercado de trabalho, materializada na legislação trabalhista, previdenciária, sindical e também na instituição da Justiça do Trabalho”¹⁶³⁴ O Estado pós-1937 estava pautado na “política de amparo ao homem brasileiro, o que significava basicamente o reconhecimento de que a civilização e o progresso eram um produto do trabalho.”¹⁶³⁵ A imersão dos Azeredo no funcionalismo público torna-se exemplo do discurso estadonovista de valorização social do trabalho à medida que:

¹⁶³¹ Cia.Aéreo Postal ou *Compagnie Générale Aéropostale* foi uma companhia de aviação fundada em 1919, na França. A proposta da Aeropostal era, a partir da popularização da aviação mundialmente, estabelecer linhas de conexão para o serviço aéreo postal. Aproveitando o serviço de pilotos veteranos da Primeira Guerra Mundial, a *Aéropostale* ofereceu rotas aéreas entre a França, África e, posteriormente, América do Sul, onde serviu às cidades de Recife e Rio de Janeiro. Cf: https://www.aviacaobrasil.com.br/Compagnie_Generale_Aerospotale_Brasil/. Acessado em: 20 de outubro de 2018.

¹⁶³² Efeméride Iguaçuana, 10 de maio de 1931, p.34.

¹⁶³³ Exerceu um mandato como vereador (1936-1939).

¹⁶³⁴ GOMES, Angela de Castro. “Ideologia e trabalho no Estado Novo”. In: PANDOLFI, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p.55.

¹⁶³⁵ *Ibidem*, 1999, p.57.

O ato de trabalhar precisava ser associado a significantes positivos que constituíam substantivamente a superação das condições objetivas vividas no presente pelo trabalhador. A ascensão social, principalmente em sua dimensão geracional, apontava o futuro do homem como intrinsecamente ligado ao “trabalho honesto”, que devia ser definitivamente despedido de seu conteúdo negativo.¹⁶³⁶

A nacionalização do trabalho passou por políticas públicas que materializaram o acesso, ainda que restrito e seletivo, a educação, saúde, previdência social e bens materiais. De modo geral, a diminuição da pobreza e ampliação das condições mínimas de sobrevivência demandou o aumento da responsabilidade governamental no campo do ensino, saneamento e infraestrutura. Na década de 1930, pós-revolução, o Estado elegeu estas esferas como prioridade, por isso setores-chaves foram extremamente valorizados. O movimento sanitário e a implementação da Diretoria dos Serviços de Profilaxia Rural (DSPR) exemplificam algumas das ações introduzidas pelo Estado.

Esse reordenamento da estrutura administrativa viabilizou que personagens da família Azeredo adentrassem o serviço público, tanto como proponentes de políticas para diversos setores – vide a defesa do ensino, saneamento e saúde pelo semanário fundado pelo capitão Silvino de Azeredo em 1917 – quanto como implementadores de políticas para Baixada Fluminense, especialmente, para o distrito-sede iguaçuano. Além do funcionalismo público a ascensão social desta família também se deu pela escolarização característica do Estado brasileiro nos primeiros anos da República. É provável que os Azeredos usufruíram dessas políticas públicas já na infância, ou seja, acessaram a ampliação da escolarização datada do início do século XX. Isto fica evidente em menção de 09 de dezembro de 1928 das Efemérides Iguazuanas:

Exames na 2ª Escola Mista, dirigida pela Prof.^a Maria Paula de Azevedo Lopes. Mesa Examinadora: Maria Paula, Carmen de Castro Torres e Dr. Dorval R. de Lacerda. Prestam exame na 3ª série, com distinção: Hermenegildo dos Santos Jr, José Davio Parreiras, Luiz e Rui Barbosa Martins de Azeredo.¹⁶³⁷

Se recuperarmos o trabalho *Entre laranjas e letras*, de Amália Dias, a historiadora aponta que a presença de meninos e meninas negros em escolas mistas iguaçuanas era uma constante. Com base nos mapas de frequência dos grupos escolares e das fotografias das

¹⁶³⁶ Ibidem, 1999, p.58.

¹⁶³⁷ Efeméride Iguazuana, 10 de setembro de 1928, p.126.

turmas reunidas pela autora, a mesma cita o grupo escolar referenciado por Luiz de Azeredo. O Correio da Lavoura também faz menção à segunda escola mista do distrito-sede iguaçuano, mas sem apontar nas páginas do semanário informações que relacionem os filhos e a este espaço escolar. O que se sabe é que esses grupos eram parte da proposta de expansão da escolarização primária fluminense nos anos 1930 e 1940.

Essa educação pautada pelo “nacionalismo, saúde, higiene, forma física e treinamento vocacional”¹⁶³⁸ aparece tanto na formação de nosso personagem quanto no principal meio de comunicação dirigido por ele e seus irmãos. Frutos dessas reformas que expandiram o sistema educacional nas três primeiras décadas do século XX, os Azeredo cresceram em meio social e, sobretudo escolar, em que as referências positivas estavam atreladas aos ideais europeus. O progresso, sucesso, beleza e à virtude estavam relacionadas a postos e instituições formadas por pessoas brancas da sociedade iguaçuana.

Portanto, a ascensão social dos seis filhos se deu em um contexto que a ideia de democracia racial “foi abraçada com grande facilidade por indivíduos que tinham plena confiança de que suas instituições públicas eram meritocráticas, técnicas e racionais.”¹⁶³⁹ Não por acaso, a trajetória profissional dos irmãos de Luiz de Azeredo passou pelos cargos públicos. Avelina Martins de Azeredo, irmã caçula de Luiz de Azeredo, também acessou o ensino público, mais precisamente na Escola Profissional Paulo de Frontin¹⁶⁴⁰, no Distrito Federal. De acordo com Nailda Bonato, “a instituição era uma das quatro escolas profissionais para o sexo feminino”¹⁶⁴¹. Destinado à formação da população pobre, esse grupo escolar:

oferecendo o curso profissional (de Ofícios) e Comercial, exclusivamente para o sexo feminino, a Escola Profissional Paulo de Frontin, não apenas cumpria o seu papel de formar “a futura rainha do lar” mas também, formava uma reserva de mão de obra feminina para, em “caso de necessidade, auxiliar suas famílias fora do lar” indo trabalhar na indústria e no comércio.¹⁶⁴²

¹⁶³⁸ DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1947*. São Paulo: UNESP, 2006, p.33.

¹⁶³⁹ Ibidem, 2006, p.39.

¹⁶⁴⁰ Na edição de número 376 do jornal *A Crítica* publicou “Senhorinha AVELINA MARTINS DE AZEREDO (Filhinha), que, com distinção, vem cursando o 2º ano secundário da Escola Profissional Paulo de Frontin, do Rio. A inteligente e gentil senhorinha é irmã do nosso director”.

¹⁶⁴¹ BONATO, Nailda Marinho da Costa. Fontes do arquivo permanente do Colégio Estadual Paulo de Frontin: a formação da mão-de-obra feminina no Rio de Janeiro Republicano. *24ª Reunião Anual da ANPED*, Caxambu, 7 a 11 de outubro de 2001, p.1. Acessado em 20 de novembro de 2018: <http://24reuniao.anped.org.br/tp.htm#gt2> .

¹⁶⁴² Ibidem, Idem.

Orientado exclusivamente para o ensino de meninas, a escola originou-se do “Externato do Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca. Em 1911 a instituição passou a funcionar também como Externato.” Após o término da gestão do prefeito da Capital Federal André Gustavo Paulo de Frontin, o Externato foi denominado Escola Profissional Paulo de Frontin. O caso dos irmãos Azeredo sinaliza o valor dado à educação, mas também, uma suposta relação entre o acesso ao ensino e a influência do patriarca na sociedade iguaçuana. Tornar o sucesso dos filhos um fato público significou, em certa medida, que a família “rompeu” como o recente passado escravocrata, sem necessariamente abordar a negritude.

Em *História da educação e pós-abolição*, Amália Dias e Nielson Bezerra também evidenciam a presença da população negra nos bancos escolares dos municípios que hoje compõem a Baixada Fluminense. Ao analisar imagens de escolas da região no início do século XX, a autora identifica o que a escolarização desta parcela da população representou para aquela “família que até a geração anterior tinha conhecido a escravidão [pois] ter crianças nas escolas era um fio de esperança de uma transformação geracional daquelas condições sociais”.¹⁶⁴³

Portanto, educar e fazer carreira no serviço público foi um movimento recorrente quando analisamos a trajetória de vida de homens e mulheres negros (as) no Brasil. Em *Vidas de Entremeio*, Ivo de Santana averiguou sob o ponto de vista sociológico a mobilidade destes indivíduos na cidade de Salvador nos anos 2000. Considerando a dinâmica que envolve o processo de ascensão, bem como, a subjetividade e identidade desta parte da população, Santana identificou aspectos em comum que explicam as motivações que levaram parte deste grupo a acessarem os cargos da esfera pública.

Ao entrevistar aproximadamente 20 homens e mulheres negras que ocuparam postos em instituições públicas nos anos 2000, o autor reitera recentes estudos¹⁶⁴⁴ que balizaram um conjunto de estratégias específicas do grupo, ou seja, “a ascensão social destes tem sido historicamente orientada a partir do uso de estratégias individuais associado à assimilação dos

¹⁶⁴³ DIAS, Amália; BEZERRA, Nielson. “História da educação e pós-abolição em Iguaçú e Meriti.” *Recôncavo Revista de História da UNIABEU*, v. 6, 2016, p. 21.

¹⁶⁴⁴ FIGUEIREDO, Ângela. *Novas elites de cor: estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador*. São Paulo: Annablume, 2002 e FIGUEIREDO, Ângela. *A classe média não vai ao paraíso: trajetórias, perfis e negritude entre empresários negros*. 2003. 247f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2003.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

códigos e valores da sociedade dominante.”¹⁶⁴⁵ Portanto, as táticas passam pela família, educação e carreira pública. Parafraseando a análise de Ângela Figueiredo, o autor versa que:

As estratégias coletivas de solidariedade, quando se apresentam, nunca extrapolam o nível familiar e, nessa condição, as dificuldades se ampliam, pois, além de não contarem com os recursos de que desfrutavam algumas minorias étnicas no país, os negros têm contra a sua ascensão o racismo, que os põe constantemente em situações de ter que provar a sua capacidade profissional.¹⁶⁴⁶

Neste sentido, o percurso biográfico dos Azeredo está em consonância com as de outras famílias negras, uma vez que para Santana a rede familiar é de fundamental importância para o processo de ascensão e sucesso dos filhos. Disciplinados e sob o comando do pai, esta e outras famílias tiveram os papéis de seus membros bem definidos. Pai provedor, mãe responsável pelas tarefas domésticas e filhos na escola compuseram o modelo ideal para um convívio social sem “maiores problemas”. De acordo com autor:

Socialmente localizadas nos estratos inferiores, essas famílias apresentavam em comum o fato de que era a classe média (ou a imagem que se tinha dela) o grupo de referência normativo utilizado na atribuição de condutas para os filhos. Isso se expressava na busca de ajustamento da prole aos padrões da sociedade ampla como: os sistemas de valores, os estilos de comportamento, de moralidade e até mesmo nas aspirações. Por outro lado, buscavam distingui-los de outros negros (especialmente os da vizinhança), estimulando-os à aproximação com pessoas de “melhores condições”.¹⁶⁴⁷

Os descendentes do capitão Silvino foram educados para a prudência e o não confronto, por esta razão pressupõe-se que a questão racial era evitada. Robinson de Azeredo afirmou em sua entrevista que a categoria raça não passava pelas páginas do jornal, mas ao apresentar uma matéria acompanhada da fotografia de seu pai ele não hesitou em dizer “a mãe o considerava o mulato mais bonito do Brasil”. “Assim, nas famílias repercutia a ideia de que os negros tinham um lugar determinado na estrutura social e que, na medida do possível, todos deveriam se adequar a essa situação.”¹⁶⁴⁸

Por isso o lar era fundamental para estruturar os laços familiares e com isto estabelecer um lugar social capaz de atrelar símbolos estratégicos para os seus membros. Direcionar os filhos e filhas no caminho da educação significava, portanto, firmar a

¹⁶⁴⁵ SANTANA, Ivo de. “Vidas de Entremeio: negros e ascensão social no serviço público – o caso de Salvador (BA)”, *ILHA*, v. 16, n. 2, ago./dez. 2014, p. 155.

¹⁶⁴⁶ FIGUEIREDO apud SANTANA, 2002; 2003.

¹⁶⁴⁷ Ibidem, 2014, p.159.

¹⁶⁴⁸ Ibidem, 2014, p.160.

sociabilidade necessária para que os jovens Azeredos alcançassem outras esferas sociais. Ser o dono do principal jornal da cidade permitiu que Silvino de Azeredo adquirisse o capital cultural para barganhar oportunidades que “ampliaram a frequência a espaços em que predominavam pessoas brancas e com melhores condições econômicas.”¹⁶⁴⁹

Ser aceito na esfera burguesa era uma estratégia racional, e para isto as melhores referências educacionais, lhe “garantiam” benefícios das relações firmadas com figuras abastadas da sociedade iguaçuana. Uma representação positiva e confiável para os membros da classe dominante, branca e citricultora local se mostrou fundamentalmente importante para que os traços negroides fossem “compensados” por outras qualidades, como a boa instrução e o sucesso profissional. Nesta perspectiva, a opção pelo serviço público configurou-se enquanto um caminho viável e profícuo.

Portanto, o acesso às profissões liberais e ao serviço público foi parte de um caminho em comum quando analisamos a trajetória dos membros da primeira geração dos Azeredo. Exerceram o que Ivo Santana assinalou por “distanciamento da massa de negros” e, com isto, elaboraram um modo de viver pautado na classe média iguaçuana, sem, ao que parece, se integrarem perfeitamente ao “mundo” e às relações desta elite agrária. Há um movimento de celebração de momentos importantes da carreira de cada um, sem referência a um coletivo social e político relacionado a presença de negros na classe média local. Quando nos voltamos para o *Correio da Lavoura* esta rede simbólica fica evidente, uma vez que a presença dos filhos na elaboração do jornal foi parte desta proposta de visibilizar momentos marcantes destes indivíduos, mas também do todo familiar.

Mário Martins de Azeredo, nono dos dezesseis filhos, não seguiu a carreira pública, mas dedicou-se ao serviço comercial do jornal fundado por seu pai. Ao escrever sobre o falecimento de seu irmão, Luiz de Azeredo afirmou em algumas linhas que “[n]a casa de Saúde N.S. de Fátima, onde se encontrava internado desde o dia 2 do mês corrente, o sr. Mário Martins de Azeredo, [...] dedicado, na parte comercial do CL, fundado pelo seu saudoso pai.” Avelino Martins de Azeredo permaneceu à frente do *Correio da Lavoura* juntamente com Luiz Martins de Azeredo, especialmente após o falecimento do patriarca em setembro de 1939.¹⁶⁵⁰

¹⁶⁴⁹ Ibidem, 2014, p.165.

¹⁶⁵⁰ *Correio da Lavoura*, 28 de setembro de 1939, ed. 1.175, p.2

De acordo com Robinson de Azeredo, seu pai deu continuidade ao jornal e posteriormente, ele mesmo o fez. Avelino de Azeredo teve seu nome lançado à direção do *Correio da Lavoura* após a saída do diretor Álvaro Mortinho. Em publicação de 01 de janeiro de 1920, edição 146, o jornal publicou carta em que ele justifica seu afastamento dizendo “premidos pelos muitos affazeres, sou obrigado, com grande constrangimento, a deixar a chefia-redactorial do nosso “Correio da Lavoura” esse paladino da defesa da lavoura e dos interesses do importante Município de Iguassú.”¹⁶⁵¹ Nas edições que seguiram, o nome de Avelino de Azeredo não surge vinculado à direção do jornal, apenas o de seu irmão mais velho Silvino Filho, como citado anteriormente.

Avelino de Azeredo se manteve à frente do jornal deixado por seu pai e do “jornal literário e noticioso” *A Crítica*, periódico fundado por seu irmão Silvino Filho, mas descontinuado por ele. O nome de Avelino apareceria como gerente-diretor do jornal alguns anos depois, desta vez no cabeçalho do jornal como “Gerente: Avelino de Azeredo – Redacção e Oficinas.” De acordo com Robinson de Azeredo, o pai gerenciou a produção do jornal e sua gráfica - uma vez que o CL também fez diversos trabalhos gráficos - enquanto seu irmão Luiz de Azeredo foi diretor secretário após o falecimento do patriarca. Nutrir a articulação estabelecida pelo fundador era fundamental para manter seu lugar no imaginário local.

Em 01 de abril de 1937, Luiz de Azeredo apareceria pela primeira vez na capa do semanário, na condição de “redactor secretario”. Aos vinte e seis anos, seu cargo era colocado no alto da primeira página, mais precisamente no canto superior direito logo abaixo de seu nome. Sua liderança à frente do *Correio da Lavoura* se deu nos anos seguintes, especialmente nas décadas de 1940 e 1950, momento em que mais escreveu sobre a cidade, seus personagens e espaços. A performance desta família na imprensa, seu investimento na educação, inserção no funcionalismo público e imersão em associações de caráter recreativo e cultural oferecem evidências para refletirmos as ações destes homens e mulheres no pós-emancipação. Com o fim da escravidão em 13 de maio de 1888 os “modos de viver e de

¹⁶⁵¹ *Correio da Lavoura*, 01 de janeiro de 1920, ed.146, p.2.

pensar, relações de poder, etiquetas de mando e obediência”¹⁶⁵² mudaram para sempre a vida diária do Brasil.

A abolição em si provocou diversos dilemas e interpretações sobre o *modus operandi* de sujeitos antes escravizados, uma vez que esta liberdade foi significada e ressignificada de muitas maneiras por eles e seus descendentes. Os Azeredos demonstram como o ser negro se deu mais pelo fazer diário e menos pela autoafirmação explícita, ou seja, a partir de padrões eminentemente brancos eles disseram como serem negros e parte da classe dirigente iguaçuana dos anos 1920. Constituir uma família formada por pai, mãe, filhos e uma casa descontrói, de forma estratégica, a concepção de que estes “filhos da liberdade” não seriam capazes de manter o modelo familiar patriarcal. Tudo isto traduz como o clã estava na contramão de tudo aquilo que se entendia como parte do imaginário do ser negro ou negra elaborado com base na escravidão recém abolida.

Por meio do Correio da Lavoura Silvino de Azeredo se afirmou enquanto homem negro, letrado e influente politicamente mesmo sem estar atrelado à imprensa ou o associativismo negro como se conhece nos estudos emancipatórios. Com sua trajetória e capacidade de articular politicamente, o capitão e jornalista tornou-se porta voz de uma narrativa que contou “a história” da cidade comitadamente a de sua família. Taticamente o diretor-proprietário atrelou imagens e fatos sobre si e seus descendentes de maneira que todos fossem parte de uma memória constituída sobre Nova Iguaçu. Destacar a formação escolar, ascensão em cargos públicos e participação de seus filhos (as) em instituições privilegiadas da cidade nos diz que este foi o caminho possível para enaltecer as subjetividades do ser negro em Nova Iguaçu sem o fazer de maneira combativa.

¹⁶⁵² FRAGA, Walter. “Pós-Abolição; O dia seguinte” In: SCHWARCZ, Lilia M. e GOMES, Flávio. (Orgs) *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p.351.

Referências Bibliográficas

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Fontes do arquivo permanente do Colégio Estadual Paulo de Frontin: a formação da mão-de-obra feminina no Rio de Janeiro Republicano. 24ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 7 a 11 de outubro de 2001.

DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1947*. São Paulo: UNESP, 2006.

DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ: 2014.

_____, Amália; BEZERRA, Nielson. “História da educação e pós-abolição em Iguaçu e Meriti.” *Recôncavo Revista de História da UNIABEU*, v. 6, 2016.

FIGUEIREDO, Ângela. Novas elites de cor: estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador. São Paulo: Annablume, 2002 e FIGUEIREDO, Ângela. A classe média não vai ao paraíso: trajetórias, perfis e negritude entre empresários negros. 2003. 247f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2003.

FRAGA, Walter. “Pós-Abolição; O dia seguinte” In: SCHWARCZ, Lilia M. e GOMES, Flávio. (Orgs) *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GOMES, Angela de Castro. “Ideologia e trabalho no Estado Novo”. In: PANDOLFI, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. *A civilização do delegado: modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889-1930*. 2012. 315f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo: 2012.

MAUAD, Ana Maria. “Imagem e autoimagem no Segundo Reinado.” In. (orgs) NOVAIS, Fernando A; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SANTANA, Ivo de. “Vidas de Entremeio: negros e ascensão social no serviço público – o caso de Salvador (BA)”, *ILHA*, v. 16, n. 2, ago./dez. 2014.

A peculiaridade da década de 1920 para a imigração alemã

Marília Luíza Ramos da Cruz¹⁶⁵³

Resumo: Emílio Willems (1946) apresentou dados significativos sobre a entrada de imigrantes alemães durante a década de 1920, em que ocorreu um verdadeiro e peculiar pico para o Brasil, não antes ou posteriormente constatável. Através de pesquisas bibliográficas e consultas com especialistas entre Alemanha/Brasil, é constatável uma verdadeira precariedade bibliográfica sobre a imigração alemã para a década. O presente trabalho é resultado de pesquisas realizadas para (CMIIF) Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores, propondo contribuir para esse período pouco trabalhado, através de análise dos livros de registro da hospedaria e relatórios ministeriais para a construção da relação e proporção dessa intensificação de alemães na localidade.

Palavras-chave: Década de 1920; peculiaridade; Ilha das Flores.

Abstract: Emílio Willems (1946) presented significant data on the entry of German immigrants during the 1920s, when a true and peculiar peak occurred for Brazil, not before or afterwards. Through bibliographic searches and consultations with specialists between Germany / Brazil, a real biblical precariousness about German immigration for the decade can be seen. The present work is the result of research conducted for (CMIIF) Immigration Memory Center at Ilha das Flores, proposing to contribute to this underworked period, through the analysis of the guesthouse registry books and ministerial reports to build the relationship and proportion of this intensification of Germans in the locality.

Keywords: 1920s; peculiarity; Ilha das Flores.

A imigração alemã em 1920

O presente trabalho resulta da curiosidade referente aos significativos números apresentados por Emilio Willems¹⁶⁵⁴ e posteriormente aprofundados por outros autores. Ainda em 1946, Willems apresentou que durante o período de 1884 a 1939, o Brasil recebeu um

¹⁶⁵³Título acadêmico: CRUZ, R., Marília. *A peculiaridade da década de 1920 para a imigração alemã*. Graduanda no curso de Licenciatura em História pela UERJ/FFP. E-mail: ramosmarlia@gmail.com; durante a realização do artigo era bolsista de extensão Depext, com apoio financeiro da FAPERJ e CNPQ.

¹⁶⁵⁴ WILLEMS, Emilio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos emigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. Brasileira, 1946.

total de **170.645** imigrantes alemães. Em seu gráfico, entre os anos de 1924 a 1933 a quantidade de imigrantes alemães sofreu um pico, chegando ao número de **61.728**. Em sua tabela o período referente a 1924 a 1933 é o de destaque, como veremos abaixo:

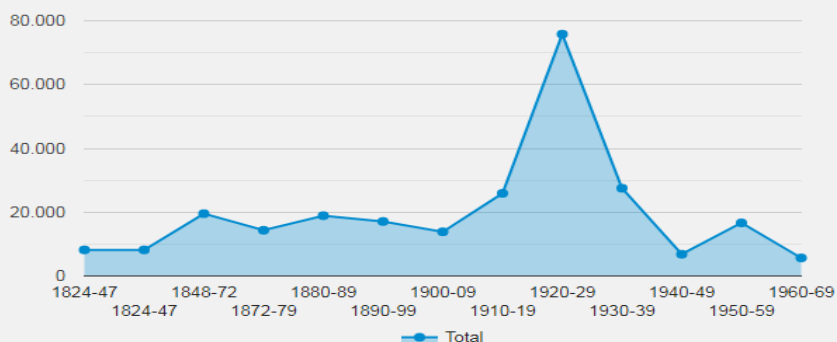
1884-1893	22.778
1894-1903	6.698
1904-1913	33.859
1914-1923	29.339
1924-1933	61.728
1934	3.629
1935	2.423
1936	1.226
1937	4.642
1938	2.348
1939	1.975

Fonte: WILLEMS, Emilio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos emigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. Brasileira, 1946.

Posteriormente Mauch¹⁶⁵⁵ nos traz um aperfeiçoamento, dividindo essas quantidades por década. Em 1920 foi constatado pelo autor um total de **75.801** alemães e uma média anual de **8422** imigrantes por ano. Esses dados foram apresentados pelo IBGE¹⁶⁵⁶ em página comemorativa aos 500 anos do povoamento no Brasil, apresentando características do território brasileiro, povos originários (indígenas) e a chegada de diferentes nacionalidades. São elas: italianos, portugueses, espanhóis, judeus, japoneses, árabes, negros (através da escravidão e heranças culturais) e alemães.

Para Giralda Seyferth¹⁶⁵⁷ a década possuiu um número similar, com **75.000** imigrantes alemães, o que consistiu em aproximadamente 30% do fluxo total desde 1824¹⁶⁵⁸. Ou seja, desde a colônia de São Leopoldo, a primeira experiência bem-sucedida de imigração alemã para o Brasil.

Imigração alemã no Brasil



Ver tabela

l: cultura, etnicidade e história.

ovoamento.

[-indigena.html](#)> acesso em

a imigração alemã e o Estado

.

TABELA POR DÉCADAS (entrada de alemães no Brasil)

PERÍODO	TOTAL	MÉDIAS ANUAIS
1910-1919	25.902	2878
1920-1929	75.801	8422
1930-1939	27.497	3.055

Fonte: Mauch et al., 1994, p. 165.

Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores

A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, em funcionamento desde 1883, foi um dos principais locais de recepção no Brasil e nas Américas. Por todo o continente americano foram estabelecidos dispositivos para a recepção dos estrangeiros que por aqui aportavam em busca de trabalho.¹⁶⁵⁹

De acordo com Luís Reznik¹⁶⁶⁰, a experiência imigratória no Brasil data o período joanino e fixa raízes que perduram por todo o período imperial. Através de uma concepção colonizadora, com concessão de terras, ferramentas e sementes, o império motivou a entrada de europeus até meados de 1870. O decorrer do século XIX foi caracterizado por novas perspectivas imigratórias. O andamento do processo de abolição, como o fim do tráfico transatlântico de escravos (1850) e a lei do Ventre Livre (1871) colocaram em pauta o iminente fim da escravidão e a necessidade de braços para a lavoura. Nesse contexto ocorreu o sistema de parceria, que se mostrou ineficaz e acalorados debates sobre soluções para a necessidade de mão de obra.

Nesse cenário, em 1876, o Ministério da Agricultura promoveu a reestruturação dos departamentos dedicados à imigração, colonização e gestão das terras públicas. A Agência Oficial de Colonização e a Comissão do Registro Geral e Estatística das Terras Públicas e Possuídas foram extintas e suas atribuições transferidas para a Inspeção Geral de Terras e Colonização.¹⁶⁶¹

Uma das principais preocupações da Inspeção consistiu na proteção dos imigrantes em relação às doenças que atingiam a Corte Imperial. Em virtude de epidemias como a febre

¹⁶⁵⁹ REZNIK, Luís. Entre o universal e o particular: a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364730873_ARQUIVO_Textoanpuh2013.pdf> acesso em: 05.05.19

¹⁶⁶⁰ Ibidem, p. 5.

¹⁶⁶¹ Ibidem, p. 7.

amarela, foi formada uma Junta de Higiene e serviço de estatística, definida por Reznik¹⁶⁶² como aparentemente a primeira da América do Sul. O isolamento dos imigrantes em sanatórios funcionou como uma alternativa na época, espaços inicialmente alugados como a hospedaria do Morro da Saúde, que depois se transformou em oficial. Inaugurada em 14/04/1867, a hospedaria do Morro da Saúde comportava cerca de 400 pessoas. Em 1876 sofreu uma infestação de febre amarela, reabrindo apenas no ano seguinte.

Em 1881, a Hospedaria do Morro da Saúde foi novamente fechada e os imigrantes foram alojados em um navio do Ministério da Guerra, fundeado na Baía de Guanabara, ou transportados diretamente para São Paulo. Essa precarização levou aos gestores da Inspetoria e do Ministério à proposição da criação de uma hospedaria em local adequado: a Ilha das Flores.¹⁶⁶³

Em meados do XIX foram criados por particulares “locais de recepção” com o intuito de “agasalhar” os imigrantes. Essas pequenas hospedarias privadas ou públicas necessitavam de estrutura para receber os imigrantes, através de um corpo de funcionários relacionados a serviços especializados e um local, pertinente para estas funções. A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores (Rio de Janeiro) e a Hospedaria do Brás (São Paulo) representaram o amadurecimento desse processo receptivo na década de 1880. Algo que convergiu com uma intensificação do volume imigratório no Brasil.

Durante o período da Grande Imigração foram criadas outras hospedarias no país, em diferentes regiões. Alguns exemplos citados por Reznik¹⁶⁶⁴ foram Belém (PA), Florianópolis (SC) e Vitória (ES), todas essas no litoral. Entretanto, nem todas as hospedarias se localizaram no litoral, como o exemplo da Hospedaria Horta Barbosa, criada em 1888 e desativada na primeira década do XX. Outros países que receberam grandes levas de europeus a partir do XIX também construíram suas hospedarias e dispositivos de recepção. A mais conhecida internacionalmente foi *Ellis Island*, construída em Nova York (EUA) e ativa entre 1892 e 1954. Anterior a mesma, funcionou *Castle Garden* (1855-1890), que recebeu em torno de 8 milhões de imigrantes. Outros exemplos foram o *Pier 21* (Canadá) a partir de 1924, e o *Hotel de los Inmigrantes de La Rotonda* (Argentina) entre 1882 e 1911, depois a hospedaria definitiva em Buenos Aires de 1911 a 1920.

A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores (1883-1966), atual sede do Museu da Imigração da Ilha das Flores e principal fonte de pesquisa do projeto Centro de Memória da

¹⁶⁶²Ibidem, p. 7.

¹⁶⁶³Ibidem, p. 8.

¹⁶⁶⁴Ibidem, p. 4.

Imigração da Ilha das Flores (CMIIF), e relacionada com aspectos do projeto História de São Gonçalo: Memória e Identidade, funcionou como um significativo local de recepção e atração de imigrantes, incluindo os alemães. Dessa forma, construímos a tabela¹⁶⁶⁵ abaixo com o objetivo de analisar esse significativo pico de alemães da década de 1920 na localidade. Para tal, analisamos os relatórios ministeriais da década de 1920 e os Livros de Registro da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. É importante salientarmos que os números não são conclusivos, pois ocorre a inexistência dos Livros de Registro de 1926 e 1927. Mesmo assim, a Hospedaria recebeu mais de 27% do total da década de 1920, apresentado por Mauch¹⁶⁶⁶.

Análise da entrada de alemães, relação dos Relatórios Ministeriais e Livros de registro da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores (DÉCADA DE 1920)

ANO	BRASIL	PORTO RJ	PRJ/BR	HIIF	HIIF/BR	HIIF/PRJ
1920	4120	2991	72, 5%	1907	46, 2%	63, 7%
1921	7915	5515	69, 6%	4308	54, 4%	78%
1922	5038	3512	69, 7%	1864	37%	53%
1923	8254	4413	53, 4%	1930	23, 3%	43%
1924	22168	12977	58, 5%	8474	38, 2%	65, 3%
1925	7185	2350	32%	817	11, 3%	34, 7%
1926	7674	4020	52, 3%	Não Consta		
1927	4878	1552	31, 8%	Não Consta		
1928	4228	1386	32, 7%	778	32, 3%	56%
1929	4351	1401	32%	501	11, 5%	35, 7%

Algumas características foram constatadas através dessa análise, como o direcionamento dos alemães da Ilha para outras localidades. Até o ano de 1925 é observável nos livros de registro que os imigrantes alemães seguiam principalmente para os estados típicos da imigração alemã (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo). Enquanto que nos anos finais da década, de 1928 a 1929, observamos que os imigrantes seguiram massivamente da Hospedaria para a capital. Esse fato é interessante se compararmos

¹⁶⁶⁵Relatórios Ministeriais da década de 1920 <<http://ddsnxt.crl.edu/titles/108#c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-278%2C-96%2C2699%2C1904>> acesso em: 05.11.2019. Livros de Registro da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores <<http://www.arquivonacional.gov.br/br/component/content/article/45-servicos-ao-cidadao/17-acervos-sobre-estrangeiros.html>> acesso em 05.11.2019

¹⁶⁶⁶ MAUCH, C., VASCONCELOS, N.(Org). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história. Canoas*: Ed. Ulbra, 1994. p. 165.

o trabalho de Sylvia Lenz¹⁶⁶⁷, em que a autora apresenta uma abordagem que se afasta do convencional *locus* das colônias.

As obras que tratam sobre imigração alemã para o Brasil geralmente se restringem aos grupos coloniais e características culturais de tais colônias, visto que a imigração alemã tem um início precoce em relação a outras. Além da variedade de serviços em que os alemães estavam inseridos no Brasil, a autora demonstra que desde a primeira metade do século XIX os alemães já estavam presentes na vida urbana do Rio de Janeiro. A presença alemã no Rio de Janeiro e na vida urbana é bem anterior a década de 1920, como Lenz apresenta em seu trabalho.

Em virtude da precariedade bibliográfica sobre a imigração alemã na década de 1920, constatada através de balanço bibliográfico e contato com as professoras Joana D'Arc do Vale Bahia¹⁶⁶⁸ e Sylvia Ewel Lenz¹⁶⁶⁹, ambas com diversas produções com temáticas voltadas a cultura alemã e relações entre Brasil/Alemanha, decidimos buscar auxílio para compreender esse pico migratório de 1920 com a bibliografia existente, logo com temática anterior ao período trabalhado.

Um pouco sobre o início da imigração alemã

O início da imigração alemã¹⁶⁷⁰ é associado a colônia de São Leopoldo em 1824, no Rio Grande do Sul, por ser a primeira tentativa colonizadora bem-sucedida de alemães no Brasil. Um ponto importante a ser destacado é que esse início é décadas anterior ao processo de unificação do território germânico, ocorrido apenas em 1871. De acordo com José Jobson A. Arruda¹⁶⁷¹, anteriormente a unificação existiam ducados e reinos que se mantiveram fragmentados em mais de quatrocentos principados. A partir de 1861, Otto von Bismarck assumiu o cargo de ministro de Guilherme I e encabeçou a unificação.

¹⁶⁶⁷LENZ, Sylvia Ewel. *Alemães no Rio de Janeiro: diplomacia e negócios, profissões e ócios (1815-1866)*. Edusc, 2008.

¹⁶⁶⁸Doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil (2000) PROFESSOR TITULAR da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

¹⁶⁶⁹Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense, Brasil (1999) Professor associado da Universidade Estadual de Londrina, Brasil.

¹⁶⁷⁰ Como já comentado, os autores utilizam o termo mesmo antes do processo de unificação.

¹⁶⁷¹ ARRUDA, A. José Jobson. *O movimento liberal e as nacionalidades*. In: *História Moderna e Contemporânea*. Editora atica, 1976. p. 211.

O principal fator para a ocorrência desse processo foi o desenvolvimento econômico e social dos Estados germânicos, principalmente a Prússia. *Zollverein* (Liga Aduaneira dos Estados Germânicos) foi adotada em 1834 e beneficiou esse desenvolvimento. Para Sylvia Lenz¹⁶⁷² essa política foi capaz de eliminar os impostos inter-regionais e unificou o padrão monetário, de forma que facilitou as transações comerciais.

A partir de 1830 a 1840 a máquina a vapor trouxe transformações iniciais sobre a produção, que de manufatureira passava a se tornar industrial, nas regiões centrais e ao norte. Sylvia Lenz¹⁶⁷³ salienta que nesse primeiro momento, o desenvolvimento tecnológico não conseguiu absorver essa mão-de-obra, nem supri-la com alimentos e roupas. Dessa forma, os artesãos preferiam manter sua atividade profissional no estrangeiro, a entrar para as fábricas e se tornarem proletários, a autora afirma que de 1818 a 1830 foi o período de maior imigração alemã para o Rio de Janeiro, em que aportaram 6.856 alemães, dentre eles quase 3.000 fizeram parte do quadro de mercenários a serviço do Imperador.

Desse aspecto Emillio Willems também trata, afirmando que parte dos imigrantes alemães emigraram com o objetivo também de se afastar da proletarização, como a leva de imigrantes da Saxônia em 1859 direcionada para o Brasil. ‘‘A situação econômica desses emigrantes, que residiam na cidade de Chemnitz, não era precária, mas eles não queriam trabalhar em fábricas’’¹⁶⁷⁴.

Resumindo essas breves observações, podemos dizer que a cultura originária dos imigrantes germânicos pode ser concebida em termos que caracterizam o campônio em confronto com o cidadão, o proletário em contraste com representantes das classes médias e a todos eles como representantes de certas fases de uma mudança cultural que se estende aos cento e vinte anos de êxodo, dando-lhes um cunho acentuadamente cinético.¹⁶⁷⁵

Sylvia Lenz¹⁶⁷⁶ afirma que os governos do sudoeste promoviam a emigração já nesse período inicial da industrialização, sendo os emigrantes atraídos pelas vantagens narradas por familiares no exterior. Após as revoluções de 1848, alguns germânicos partiram para o Novo

¹⁶⁷²LENZ, Sylvia Ewel. Alemães no Rio de Janeiro: diplomacia e negócios, profissões e ócios (1815-1866). Edusc, 2008. p. 34.

¹⁶⁷³Ibidem, p. 47.

¹⁶⁷⁴ WILLEMS, Emilio. A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos emigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. Brasileira, 1946. p.55.

¹⁶⁷⁵ Ibidem, p. 54.

¹⁶⁷⁶ LENZ, Sylvia Ewel. Alemães no Rio de Janeiro: diplomacia e negócios, profissões e ócios (1815-1866). Edusc, 2008. p. 48.

Mundo. Entretanto em 1859 ocorreu uma interrupção a partir da Prússia, por *Preussischer Reskript*, além da Guerra Civil Americana, o que restringiu a onda migratória nos anos sessenta. A emigração iria se intensificar apenas após a unificação, que passou a visar a ocupação de terras além-mar, fomentando a saída de alemães para colonizá-las.

José Jobson A. Arruda¹⁶⁷⁷ aponta que em 1850 a Áustria foi capaz de impedir a tentativa de unificação partida pela Prússia, mas não impediu o seu desenvolvimento. De 1860 a 1870, os reflexos dessa política econômica resultaram em numerosos centros urbanos, multiplicação das estradas de ferro de 2000 km para 11000 km, as minas (carvão e ferro) criaram condições favoráveis para o crescimento das siderúrgicas, metalúrgicas e mecânicas.

Sylvia Lenz¹⁶⁷⁸ apresenta que após o fim das guerras napoleônicas, a reordenação do sistema interestatal e o liberalismo econômico, ocorreu o fim do monopólio mercantil das metrópoles sobre as colônias. Dessa forma, alguns governos da Liga procuraram inserir seus Estados nos mercados americanos partindo de duas medidas inter-relacionadas. A primeira foi a emigração de camponeses desapropriados, artífices desempregados ou mesmo ‘‘criminosos e ralé desocupada’’. A segunda foi o estabelecimento de casas comerciais nos principais portos da América Latina e do Caribe.

O Brasil não fugiu a essa regra, pois logo vieram, após os naturalistas austríacos, os negociantes a estabelecerem suas casas comerciais, os mercenários a serviço do Imperador, além dos colonos para povoar as terras do sul¹⁶⁷⁹.

Sylvia Lenz¹⁶⁸⁰ afirma que os governos do sudoeste promoviam a emigração já nesse período inicial da industrialização, sendo os emigrantes atraídos pelas vantagens narradas por familiares no exterior. Após as revoluções de 1848, alguns germânicos partiram para o Novo Mundo. Entretanto em 1859 ocorreu uma interrupção a partir da Prússia, por *Preussischer Reskript*, além da Guerra Civil Americana, o que restringiu a onda migratória nos anos sessenta. A emigração iria se intensificar apenas após a unificação, que passou a visar a ocupação de terras além-mar, fomentando a saída de alemães para colonizá-las.

¹⁶⁷⁷ ARRUDA, A. José Jobson. *O movimento liberal e as nacionalidades*. In: História Moderna e Contemporânea. Editora atica, 1976. p. 211.

¹⁶⁷⁸ LENZ, Sylvia Ewel. *Alemães no Rio de Janeiro: diplomacia e negócios, profissões e ócios (1815-1866)*. Edusc, 2008. p. 38.

¹⁶⁷⁹ *Ibidem*, p. 40.

¹⁶⁸⁰ *Ibidem*, p. 47.

Primeira Guerra Mundial. Brasil x Alemanha e os efeitos imigratórios

O Brasil foi o único país sul americano a ter participado militarmente da Primeira Guerra Mundial, mesmo que de forma lateral. Apesar disso, como apresenta Márcio Oliveira¹⁶⁸¹, a historiografia brasileira ainda não desenvolveu análises aprofundadas sobre a importância dessa participação. Nos anos iniciais o conflito não encontra um caráter propriamente mundial, apesar da constatável redução do fluxo imigratório.

Enquanto no ano de 1913, os registros apontam para 192 mil entradas, no ano de 1914, apenas 82 mil imigrantes chegaram no país. Como um todo, enquanto na década 1904-1914, 1.085.869 imigrantes haviam chegado ao país, no período 1915-1918, eles foram apenas 111.648¹⁶⁸².

Os Relatórios Ministeriais da década de 1920¹⁶⁸³ trazem informações de que a imigração e o crescimento ferroviário após o início da República foram fatores que andaram juntos, associados à prosperidade e ao próprio crescimento do comércio internacional. A Primeira Guerra Mundial trouxe como uma de suas consequências a diminuição da entrada de imigrantes, e tal desfalque é uma das motivações para o incentivo imigratório após o final do conflito, logo a década de 1920.

Os Relatórios Ministeriais apresentam que no período de 1910 a 1914 o Brasil recebeu o número total de 679.968 imigrantes de diferentes nacionalidades. No período seguinte que embarcou no andamento e final da guerra, de 1915 a 1919 entraram em território brasileiro apenas 155.800 imigrantes. Essa diminuição é definida como um verdadeiro “desfalque de braços”, no período definido no relatório como “maior esforço econômico do país”.

Sobre os alemães que aqui já residiam e aos seus descendentes, Livia Claro Pires¹⁶⁸⁴ afirma que existia uma forte pressão sobre a posição em que o Brasil assumiria. A neutralidade perdia cada vez mais espaço para a oposição entre os grupos germanófilos e

¹⁶⁸¹DE OLIVEIRA, Márcio. *A cidade de Curitiba e os imigrantes alemães durante a Primeira Guerra Mundial, uma análise da imprensa local*. Cadernos Ceru, v. 23, n. 2, p. 175-202, 2012

¹⁶⁸² Ibidem, p. 179.

¹⁶⁸³Relatórios Ministeriais <<http://ddsnext.crl.edu/titles/108#?c=0&m=69&s=0&cv=16&r=0&xywh=-1332%2C0%2C4550%2C3209>> acesso em: 13. 02. 2019

¹⁶⁸⁴PIRES, Livia Claro. *A Liga Brasileira pelos Aliados e o Brasil na Primeira Guerra Mundial*. Simpósio Nacional de História–ANPUH, XXVI, p. 1-15, 2011.

aliadófilos. No ano de 1915 foi criada a Liga Brasileira pelos Aliados, que almejava alertar a população brasileira sobre o perigo alemão. Tal perigo se baseava na suspeita de que a Alemanha tinha o objetivo de se apossar de uma parcela do território brasileiro, principalmente através das colônias localizadas no sul e da própria teuto-brasilidade. O estreitamento entre Brasil e Portugal através de pronunciamentos de letrados contra a Alemanha foi um dos fatores que influenciaram a escolha de posição brasileira no conflito.

Um ponto importante a ser comentado, é que se foi possível a construção do “perigo alemão” e as duas nações se tornaram inimigas durante a guerra, por que no período imediatamente posterior ao conflito aconteceu a maior entrada de imigrantes alemães para o Brasil? Márcio Oliveira¹⁶⁸⁵, através de análise da cidade de Curitiba, traz algumas sugestões que apontam para uma característica multicultural da localidade. O perfil étnico de pouca quantidade de negros desde o século XIX foi um dos fatores que permitiu a forte incorporação de imigrantes europeus em Curitiba, principalmente poloneses, alemães e italianos. Até o ano de 1934, o autor afirma que 100.252 imigrantes deram entrada no estado do Paraná.

Para o que interessa aqui, cabe notar ainda que 22% dos imigrantes eram alemães ou italianos. Somados aos muitos poloneses que, emigrados de regiões ocupadas pela Prússia, falavam alemão, constata-se uma base étnica que poderia trazer consequências quando da deflagração do primeiro conflito mundial¹⁶⁸⁶.

As opiniões locais em sua maioria acabaram por seguir as análises fixadas nos periódicos de circulação nacional, editados a partir do Rio de Janeiro e pela política externa brasileira, como aponta o autor. Ponto interessante e essencial para nosso questionamento foi que analisando os principais jornais locais de 1914 a 1919, Márcio Oliveira conclui que os imigrantes e descendentes de alemães foram alvos de manifestações de rejeição, mas também de apoio, o que demonstra que as colônias haviam conquistado *doit de cité* na comunidade local.

A imprensa parece involuntariamente revelar que, naqueles anos de 1910, a sociedade local vivia uma situação multicultural de fato. Mas a década de 1920, com o nativismo cultural e modernista, e os anos 1930, com o conjunto de medidas legais organizadas dentro do governo Vargas, sepultariam muito, embora não totalmente, aquela diversidade¹⁶⁸⁷.

¹⁶⁸⁵ DE OLIVEIRA, Márcio. *A cidade de Curitiba e os imigrantes alemães durante a Primeira Guerra Mundial, uma análise da imprensa local*. Cadernos Ceru, v. 23, n. 2, p. 175-202, 2012.

¹⁶⁸⁶ Ibidem, p. 179.

¹⁶⁸⁷ Ibidem, p. 197.

Em relação ao impacto da Primeira Guerra na Ilha das Flores, de acordo com notícias em periódicos como Gazeta de Notícias, O imparcial, Correio da Manhã e Revista da Semana, constatamos que com a entrada do Brasil no conflito da Primeira Guerra Mundial, a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores serviria de local de internação de tripulações dos navios alemães apreendidos. Algo que podemos associar a Ellis Island, com a entrada dos EUA nas guerras mundiais.

Com a entrada dos EUA na Primeira Guerra Mundial, em 1917, Ellis Island se transformou em centro de detenção para os inimigos estrangeiros. O mesmo ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial. O confinamento na Ilha também atingiu, logo após o fim da Primeira Guerra, com o chamado “perigo vermelho” vários suspeitos “radicais”¹⁶⁸⁸

Na data de 27 de outubro de 1917 a tutela da Hospedaria passou do Ministério da Agricultura para o Ministério da Marinha, através do decreto de número 12.689. O que implicou na alteração de responsabilidade dos militares alemães na Ilha das Flores. Fato relevante é que apesar de estarem detidos na Ilha, de acordo com as regras do comando militar da Ilha das Flores, os militares podiam realizar atividades como criar aves, plantar e estabelecer cinema e teatro através de concessões. Logo, eles não eram considerados prisioneiros, tratava-se apenas de restringir a liberdade desses militares, já que estavam em território inimigo.

Os únicos militares que realmente ficaram presos foram quatro tripulantes da canhoneira Eder, pois na data de 10 de outubro de 1917 os mesmos se apossaram do navio que estava apostado na cidade de Salvador e queimaram a embarcação. Reportagens como da Gazeta de Notícias (27/10/1917) inclusive apresentavam como os alemães detidos buscavam formas de burlar as leis da Ilha das Flores, através de comércio de alimentos.

Sobre a Alemanha, a Primeira Guerra Mundial trouxe diversos fatores de expulsão. Desde o Bloqueio Naval Britânico, aplicado pelo ministro Churchill para debilitar a economia alemã, até o pós-guerra. Sylvia Lenz¹⁶⁸⁹ apresenta em seu artigo um apanhado geral e lembranças no centenário do bloqueio em 2014. De 1914 ao período de 1919, encerrando com o fim da Guerra e a oficial perda da Alemanha através do Tratado de Versalhes.

¹⁶⁸⁸ REZNIK, Luís. Entre o universal e o particular: a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364730873_ARQUIVO_Textoanpuh2013.pdf>.

¹⁶⁸⁹ LENZ, Sylvia Ewel. *Partilha de impérios pós-1920: o austro-húngaro e o alemão*. Presente em: <<https://www.academiaedu.com>> acesso em: 03.01.2019

Temos poucas pesquisas afins, apesar da repercussão negativa em sua economia durante o período da guerra, afinal, o comércio exterior com a Alemanha foi paralisado assim que o governo de Londres declarou guerra ao de Berlim. Isto afetou a importação de produtos essenciais, como fármacos e hospitalares além de quebrar o fluxo de exportações de “produtos coloniais”. Estas matérias-primas eram importadas por negociantes hanseáticos via Lisboa desde a época do Brasil colônia¹⁶⁹⁰.

Para a autora o bloqueio é definido como um verdadeiro massacre de civis, provocado pela falta de aparatos essenciais para sobrevivência. “Era a guerra travada não contra forças militares, mas sim contra civis desarmados, principalmente mulheres, crianças e idosos”¹⁶⁹¹. Observamos que esses duros efeitos a população civil foram pouco anteriores a década de 1920, sendo um dos principais fatores de expulsão dos alemães.

Também se faz necessário tratar dos efeitos do Tratado de Versalhes. Nele ocorreu uma verdadeira reconfiguração dos impérios austro-húngaro e alemão. “A Alemanha perdeu um terço do território, principalmente a leste, com grande parte da Prússia entregue à Polônia, deixando a província oriental isolada entre este país e a Lituânia, a quem também cedeu a Memelgebiet”¹⁶⁹².

Conclusão

Pelo que foi brevemente exposto no decorrer do trabalho, podemos chegar a algumas justificativas sobre o significativo fluxo de alemães para o Brasil na década de 1920. Os fatores de expulsão na Alemanha provocados pela perda do conflito podem ser somados ao “desfalque de braços” resultado da participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial. Também deve ser levado em consideração que o Brasil recebia imigrantes alemães já há muitas décadas, com colônias bem estabelecidas e incorporadas ao meio social de seu entorno, além da presença de alemães no meio urbano, como no Rio de Janeiro. Mesmo que Alemanha e Brasil tenham sido inimigos durante a Primeira Guerra Mundial, é observável através do exposto que essa rivalidade apesar de ter sido real e causado episódios de violência, foi relativa em alguns locais, como o exemplo de Curitiba com Márcio Oliveira e os militares na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores.

¹⁶⁹⁰ Ibidem, p. 173.

¹⁶⁹¹ Ibidem, p. 181.

¹⁶⁹² Ibidem, p. 4.

Referências

1. DE OLIVEIRA, Márcio. *A cidade de Curitiba e os imigrantes alemães durante a Primeira Guerra Mundial, uma análise da imprensa local*. Cadernos Ceru, v. 23, n. 2, p. 175-202, 2012.
2. GREGORY, Valdir. *Imigração alemã no Brasil*. Presente em: <https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=6784b18c-388e-36b9-7404-2f6de3f23a15&groupId=252038> acesso: 03.01.19.
3. LENZ, Sylvia Ewel. *Partilha de impérios pós-1920: o austro-húngaro e o alemão*. Presente em: <<<https://www.academiaedu.com>> acesso em: 03.01.2019.
4. LENZ, Sylvia Ewel. *Alemães no Rio de Janeiro: diplomacia e negócios, profissões e ócios (1815-1866)*. Edusc, 2008.
5. LENZ, Sylvia. *Bloqueio Naval Britânico: a guerra contra civis (1915 a 1919)*. v.6 n.2 p. 173-189.
6. MAUCH, C., VASCONCELOS, N.(Org). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. Ulbra, 1994. p. 165.
7. PIRES, Livia Claro. *A Liga Brasileira pelos Aliados e o Brasil na Primeira Guerra Mundial*. Simpósio Nacional de História–ANPUH, XXVI, p. 1-15, 2011.
8. RAMOS, Jair de Souza. *O poder de domar do fraco: construção de autoridade pública e técnicas de poder tutelar nas políticas de imigração e colonização do Serviço de Povoamento do Solo Nacional, do Brasil*. Horizontes Antropológicos, v. 9, n. 19, p. 15-47, 2006.
9. REZNIK, LUÍS. *Entre o universal e o particular: a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores*. 2013.
10. SEYFERTH, Giralda. *Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 9, n. 26, p. 103-122, 1994.
11. VOIGT, André Fabiano. *Emílio Willems e a invenção do teutobrasileiro, entre a aculturação e a assimilação (1940-1946)*. História: Questões & Debates, v. 46, n. 1, 2007.
12. WILLEMS, Emilio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos emigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. Brasiliana, 1946.

*A Escrava Isaura (1875) e a representação feminina*¹⁶⁹³

Marllon Alves*

Resumo: o presente texto faz uma análise do discurso do romance *A Escrava Isaura* (1875), destacando o contexto político brasileiro no ano em que a obra foi publicada pela primeira vez. O foco desta mesma análise do discurso é o modo como Isaura, a protagonista que dá nome ao romance, é representada. Bernardo Guimarães (1825 – 1884) destaca exaustivamente a feminilidade e a pele branca de Isaura e são tais os objetos de análise deste texto, bem como as possíveis motivações que o levaram a representar sua protagonista de tal forma.

Palavras-chave: Isaura, romance, Brasil Império.

Abstract: The present text analyzes the discourse of the novel *A Escrava Isaura* (1875), highlighting the Brazilian political context in the year in which the work was first published. The focus of this same discourse analysis is the way Isaura, the protagonist who names the novel, is represented. Bernardo Guimarães (1825 - 1884) exhaustively highlights Isaura's femininity and white skin, and these are the objects of analysis of this text, as well as the possible motivations that led him to represent his protagonist in such a way.

Keys-words: Isaura, novel, Brazil Empire.

¹⁶⁹³ Este trabalho é uma versão reduzida de minha monografia, apresentada no ano de 2016 com o título *Gênero e Literatura: uma análise do discurso do romance A Escrava Isaura* e tendo a orientação da professora Marilene Rosa Nogueira da Silva.

* Mestrando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: marllonalves22@gmail.com.

Bernardo Guimarães (1825 – 1884): vida e obra

Bernardo Joaquim da Silva Guimarães ou simplesmente Bernardo Guimarães nasceu na Ouro Preto (localizada em Minas Gerais) do século XIX no dia 15 de agosto de 1825 e faleceu no dia 10 de março de 1884. Formado em Direito pela *Faculdade de Direito de São Paulo* (ou *Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*), Bernardo Guimarães exerceu o ofício de juiz, jornalista, crítico literário, professor, romancista e poeta, além de ter sido o patrono da Cadeira nº 5 da Academia Brasileira de Letras. Vale frisar que esta mesma cadeira foi assento de figuras exponenciais como Rachel de Queiroz e Osvaldo Cruz. Muitas são as obras cuja autoria remetem a Bernardo Guimarães. O autor escreveu muitas poesias durante o período em que fez parte da Sociedade Epicureia¹⁶⁹⁴, mas pelo fato de as mesmas serem consideradas pornográficas, tais não foram publicadas e acabaram se perdendo.

Algumas obras (não é possível comentar todas neste espaço) de destaque de Bernardo Guimarães são os romances *O Garimpeiro*, *O Seminarista* e *O Índio Afonso*, todos publicados no ano de 1872. A obra *O Garimpeiro* narra as aventuras de Elias, um moço pobre e que deseja se casar com Lúcia, filha de um rico fazendeiro. A fim de poder se casar com Lúcia, Elias precisa enriquecer e, para isso, trabalha duramente como garimpeiro. Elias, após se mudar e enriquecer, volta para a fazenda do major, que fica surpreso ao ver que o professor de violão da filha havia ficado rico. Porém, Lúcia já estava comprometida com outro rapaz rico a fim de salvar o pai, que estava prestes a falir. Depois da morte do pai, Lúcia decide ter um filho, mas a gravidez é de risco e ela acaba morrendo na hora do parto. Neste livro, Bernardo Guimarães aborda a questão da abolição da escravatura, questão essa que por sua vez já era largamente discutida no Brasil de 1872. A obra *O Seminarista* permanece atual porque é neste romance que o autor questiona o celibato por parte dos padres. *O Seminarista* conta a história de Eugênio, o filho de um fazendeiro e de Margarida, filha de um agregado da fazenda. Ambos convivem juntos e desta convivência nasce um amor mútuo. Com o intuito de separar os dois, os pais de Eugênio mandam o jovem para o seminário. Entretanto, Eugênio não se esquece da amada e os pais criam a falsa notícia de que Margarida havia se casado. Este fato

¹⁶⁹⁴ Foi uma sociedade estudantil criada no ano de 1845 por estudantes da *Faculdade de Direito do Largo de São Francisco* (também conhecida como *Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – FDUSP*). Os estudantes se inspiravam no poeta britânico Lord Byron. O movimento foi fundado pelos então estudantes Aureliano Lessa, Álvares de Azevedo e Bernardo Guimarães.

leva Eugênio a seguir a vida eclesiástica. Em uma das visitas a cidade natal, o seminarista encontra a amada doente e fica sabendo de toda a verdade. Em um ato de paixão, o amor que um nutre pelo outro é consumado. O romance não tem final feliz, já que Margarida morre e Eugênio enlouquece quando recebe a notícia, no momento em que se preparava para rezar a sua primeira missa. Já *O Índio Afonso* é um romance escrito a partir de relatos ouvidos pelo autor em suas viagens pelos sertões de Minas Gerais e Goiás. Muitas são as obras de destaque que são assinadas por Bernardo Guimarães, mas o romance mais conhecido deste escritor é o clássico *A escrava Isaura* (1875).

Resumo do livro *A Escrava Isaura* (1875)

O romance *A Escrava Isaura* foi publicado pela primeira vez no ano de 1875, mas a história de Isaura, a protagonista que dá nome ao livro, acontece durante os primeiros anos do reinado do imperador D. Pedro II. O comendador Almeida tinha uma fazenda em Campos dos Goytacazes, cidade do estado do Rio de Janeiro. Nesta mesma fazenda havia muitos escravos e Juliana era uma das escravas que trabalhava na fazenda em questão. Juliana era uma bela mulher e a escrava favorita da esposa do comendador, que por sua vez olhava as escravas de forma libidinosa. Por muito tempo Juliana resistiu as investidas do comendador Almeida, mas por conta das ameaças e violências, acabou cedendo aos desejos do comendador, causando desgosto a sua esposa. Tal fato fez com que o comendador não tratasse mais a escrava com violência, mas não conseguiu com que a mesma superasse a repugnância que sentia por ele. Enfurecido diante de tanta resistência, o comendador Almeida tirou a escrava da sala, onde realizava serviços leves e a mandou para a senzala a fim de realizar os duros trabalhos do campo. Além disso, o comendador Almeida recomendou ao feitor (que atendia pelo nome de Miguel) que não poupasse Juliana de trabalhos e nem castigos. Porém, Miguel era um jovem português e bondoso. Miguel ficou encantado com Juliana e, ao contrário das ordens do patrão, trata bem a escrava. Ambos se apaixonam e do fruto desta relação nasce Isaura. Enfurecido, o comendador Almeida expulsa Miguel de sua fazenda e sujeita a escrava Juliana a trabalhos excessivamente pesados e cansativos. Tal fato causou o óbito de Juliana.

A esposa do comendador Almeida vê em Isaura (que até então era um bebê) uma pessoa que viera para consolá-la dos desgostos e angústias que teve ao longo da vida por causa dos atos de seu devasso marido. Desta forma, jurou pela memória de Juliana que cuidaria e educaria Isaura como se a mesma fosse sua filha. E assim fez. Conforme a menina crescia, lhe era ensinado a ler, a escrever, a rezar, a cantar, a dançar, a desenhar, a aprender idiomas como o francês e o italiano, além de ler diversos livros. Isaura foi se tornando uma jovem bela e graciosa, além de muito inteligente. Isaura se tornou uma moça bela e sofisticada, chamando a atenção de homens e mulheres. Este fato fez com que as expectativas da senhora que a criara como filha fossem superadas.

Mesmo sendo educada como qualquer moça da elite oitocentista, Isaura era uma escrava perante a lei. O desejo da senhora que a criara como filha era que Isaura fosse liberta quando falecesse. A senhora temia em libertar a escrava quando viva, pois tinha medo que

Isaura a abandonasse. A esposa do comendador Almeida morre e Isaura não é liberta. É importante frisar que Miguel trabalhava e acumulava dinheiro para comprar a alforria da filha. Porém, sempre que Miguel vinha com a quantia exigida para comprar a alforria da filha, o comendador Almeida exigia uma quantia maior. Se passa um tempo e o comendador Almeida morre também. Com isso, todos os negócios que eram administrados pelo comendador passam a ser administrados por Leôncio, seu único filho. Leôncio era um homem que fora educado sem limite algum, passando por várias instituições de ensino sem ser repreendido por conta da alta posição do pai. Além disso, Leôncio passou uma temporada em Paris e não fez outra coisa a não ser gastar desenfreadamente a fortuna do pai. Tal fato levou o comendador Almeida a pedir que o filho retornasse ao Brasil, mostrando ao mesmo a possibilidade de um rico e vantajoso casamento.

Com a morte do pai, cabe a Leôncio conceder a alforria a escrava Isaura. Entretanto, Leôncio se recusa a fazer tal coisa. Diante disso, Miguel tem a ideia de fugir com a filha da fazenda. Isaura é convencida pelo pai e ambos fogem para fora do Rio de Janeiro. Em Recife, onde pai e filha se escondem, Isaura conhece Álvaro e ambos se apaixonam. Uma vez que estava na condição de escrava fugida, Leôncio se empenha incansavelmente em capturar Isaura e cartazes que definiam as características da moça são espalhados por todos os lugares. Vale ressaltar que Leôncio desejava Isaura, mas a mesma nunca cedeu as suas investidas. Curiosamente, Leôncio nunca agrediu e nem mandou agredir Isaura fisicamente.

Isaura é capturada e volta para o Rio de Janeiro com o pai. Leôncio decide conceder a tão desejada liberdade a Isaura, mas para isso ela deveria se casar com Belchior, um homem de aparência repugnante e que não era amado por Isaura. A escrava aceita se casar com Belchior, mas no dia do casamento Álvaro aparece na fazenda e diz a Leôncio que nada do que possui lhe pertence mais por conta das dívidas exorbitantes que havia contraído. Estas dívidas eram muito superiores ao somatório de todos os bens de Leôncio. Este fato fez com que Álvaro fosse o seu principal credor. No fim, Isaura e Álvaro terminam juntos. Além disso, Isaura se torna uma escrava liberta e rica. Diante da mais completa ruína, Leôncio dispara um tiro de pistola contra sua própria cabeça, se suicidando.

Assuntos abordados no romance *A Escrava Isaura* (1875)

Bernardo Guimarães escreveu o romance *A Escrava Isaura* em 1875, período em que a campanha abolicionista estava no auge, momento em que a abolição da escravidão era discutida por vários setores da sociedade. Neste mesmo período no Brasil haviam debates acerca da possibilidade de a monarquia ser substituída pela república. Este debate também é destacado por Bernardo Guimarães e representado no personagem Álvaro, que era um rapaz jovem, belo, rico e oriundo de uma opulenta família. Bernardo Guimarães destaca que Álvaro odiava a todos os privilégios e distinções sociais, classificando o mesmo como “liberal, republicano e quase socialista”¹⁶⁹⁵.

Na fazenda do comendador Almeida, as escravas se ocupavam em fiar e tecer lã e algodão. Com a morte do dono da fazenda, uma das escravas que trabalhava para o comendador teme que ela e as demais tenham de deixar de trabalhar na tecelagem de lã e algodão e passem a trabalhar nas lavouras de café, algo até então bastante lucrativo. No período em que o livro foi publicado pela primeira vez, o café era o principal produto de exportação do Brasil, fazendo com que muitos fazendeiros investissem nos cafezais e fazendo também com que muitos cafeicultores enriquecessem.

Bernardo Guimarães ressalta constantemente a beleza branca de Isaura, que não denunciava a sua condição de escrava porque não tinha nenhum traço africano. Além disso, Isaura era uma moça educada e em nada lembrava uma jovem escrava do Brasil oitocentista. De início, pode parecer contraditória e até mesmo preconceituosa a escolha de uma protagonista branca para contar um romance cujo regime escravista é o assunto principal e cuja protagonista é uma escrava. Entretanto, se deve levar em conta o fato de que a maior parte do público que lia romances neste período era composto por mulheres da boa sociedade que apreciavam histórias de amor. Com isso, se Isaura fosse uma moça negra, a possibilidade de o romance ser rejeitado era grande.

Assim, se pode concluir que *A Escrava Isaura*¹⁶⁹⁶¹⁶⁹⁷ é um romance que aborda questões que eram amplamente discutidas no Brasil da segunda metade do século XIX. Este

¹⁶⁹⁵ GUIMARÃES, Bernardo. (1875). *A Escrava Isaura*. Porto Alegre: L&PM, 2011. p. 82.

¹⁶⁹⁶ A Rede Globo de Televisão fez uma adaptação do romance para a televisão, que foi exibido entre outubro de 1976 e fevereiro de 1977 sob o título *Escrava Isaura* e contou com a atriz Lucélia Santos no papel principal. A novela fez um sucesso tão grande que foi reprisada cinco vezes pela emissora e o sucesso do folhetim não se limitou a nível nacional. *Escrava Isaura* foi exibida em quase 80 países, como por exemplo: África do Sul, Bulgária, China, Dinamarca, Gana, Hungria, Israel, Luxemburgo, Madagascar, Nigéria, Polônia, Quênia, República Tcheca, Suíça, Turquia e Ucrânia. A Rede Record de Televisão também fez uma adaptação do romance para a televisão, que foi exibido entre fins de 2004 e início de 2005 com o título *A Escrava Isaura*. A

fato é um dos motivos que fizeram do romance um grande sucesso e um clássico da literatura brasileira.

A Escrava Isaura (1875) e a representação feminina

Como já foi percebido através da leitura dos tópicos anteriores deste capítulo, o romance *A Escrava Isaura* (1875) é uma obra que trata de assuntos que estavam em evidência no Brasil da segunda metade do século XIX. Através da descrição da escrava Isaura, é possível identificar o padrão de beleza que se fazia presente no Brasil deste período. Leia o trecho a seguir:

Acha-se ali sozinha e sentada ao piano uma bela e nobre figura de moça. As linhas do perfil desenham-se distintamente entre o ébano da caixa do piano, e as bastas madeixas ainda mais negras do que ele. São tão puras e suaves essas linhas, que fascinam os olhos, enlevam a mente, e paralisam toda análise. A tez é como o marfim do teclado, alva que não deslumbra, embaçada por uma nuance delicada, que não sabereis dizer se é leve palidez ou cor-de-rosa desmaiada. O colo donoso e do mais puro labor sustenta com graça inefável o busto maravilhoso. Os cabelos soltos e fortemente ondulados se despenham caracolando pelos ombros em espessos e luzidos rolos, e como franjas negras escondiam quase completamente o dorso da cadeira, a que se achava recostada.¹⁶⁹⁸

O trecho acima citado foi extraído das primeiras páginas do primeiro capítulo de *A Escrava Isaura* (1875). No romance em questão, Bernardo Guimarães apresenta ao leitor o período em que a história acontece, bem como o local da mesma. Por fim, o autor apresenta Isaura, a protagonista cujo romance analisado leva seu nome. O trecho aqui citado é uma das primeiras páginas do primeiro capítulo, onde Isaura é apresentada ao leitor. Isaura é uma

telenovela contou com a atriz Bianca Rinaldi no papel principal e o folhetim obteve uma média geral de 15 pontos de audiência, índices considerados satisfatórios para a emissora.

¹⁶⁹⁷ Como historiador, uma diferença que chama a minha atenção entre a versão produzida pela Rede Globo de Televisão e a versão produzida pela Rede Record de Televisão do romance em questão é o fato de que quando a TV Globo exibiu sua versão do romance *A Escrava Isaura* (1875), em 1976, a mesma foi impedida de exibir cenas de tortura contra os escravos; o que não aconteceu quando, em 2004, a TV Record adaptou o romance em questão para a televisão. Isso aconteceu porque quando a TV Globo exibiu a novela *A Escrava Isaura*, o Brasil vivia um regime ditatorial que começou em 1964 e só findou em 1985. O regime civil-militar brasileiro reforçou o mito da democracia racial já existente, negando o racismo. Desta forma, uma cena de tortura contra escravos poderia colocar em xeque o discurso da mistura de raças tão propagado pelo regime político vigente. Além disso, grande parte da sociedade brasileira deste período tinha ciência da prática da tortura por parte do regime civil-militar em vigor contra opositores políticos. Com isso, para evitar uma possível associação entre os castigos físicos sofridos pelos escravos e a violência da ditadura, os censores do regime optaram por proibir cenas onde os negros eram castigados.

¹⁶⁹⁸ GUIMARÃES, Bernardo. (1875). *A Escrava Isaura*. Porto Alegre: L&PM, 2011. p. 12.

moça extremamente bonita, dona de uma beleza capaz de fascinar quem a vê, bem como de interromper o pensamento de quem a observa. Além disso, a beleza de Isaura dialoga perfeitamente com a sala de recepção onde a moça aparece sentada ao piano. A fisionomia de Isaura se distinguia do ébano da caixa do piano e, além disso, o cabelo da moça era ainda mais escuro que a madeira do piano; e a pele da moça é tão branca quanto o marfim do teclado.

Bernardo Guimarães descreve também os cabelos de sua protagonista, sendo os mesmos negros e extremamente ondulados; e no momento em que Isaura tocava piano, os cabelos da jovem quase escondiam completamente as costas da cadeira onde estava sentada. Os longos cabelos das mulheres são um sinal máximo de feminilidade, um instrumento de sedução que sempre causa problema, como sugerem a longa história do véu e suas repercussões na atualidade. Vale mais escondê-los do que mostrá-los. As mulheres que vivem no campo usam uma touca simples e as que vivem na cidade usam um boné, se livrando dele muitas vezes. As mulheres burguesas usam um chapéu, se sentindo nuas na ausência deles. As mulheres das classes populares não tinham acesso aos chapéus usados pelas mulheres da burguesia. É por isso que a filiação de classe redobrará a conotação sexual. Os cabelos das mulheres são muitas vezes escondidos em público ou então presos em tranças, apertados em coques e soltos somente na intimidade. Objeto identitário feminino, os cabelos das mulheres são a obsessão de certos pintores. O artista Henri de Toulouse-Lautrec (1864-1904) pintou o quadro intitulado *Femme se coiffant*. A obra se encontra no *Museu de Orsay*, em Paris. Os longos cabelos das mulheres são armas de sua sedução e beleza, como também a sua grande preocupação. Se modernizar e se emancipar significará frequentemente cortá-los de modo bem curto, prática comum no início do século XX.

No trecho transcrito abaixo, o autor continua descrevendo a sua protagonista, mas desta vez o escritor descreve os trajés de Isaura.

Os encantos da gentil cantora eram ainda realçados pela singeleza, e diremos quase pobreza do modesto trajar. Um vestido de chita ordinária azul-clara desenhava-lhe perfeitamente com encantadora simplicidade o porte esbelto e a cintura delicada, e desdobrando-se-lhe em roda em amplas ondulações parecia uma nuvem, do seio da qual se erguia a cantora como Vênus nascendo da espuma do mar, ou como um anjo surgindo dentre brumas vaporosas. Uma pequena cruz de azeviche presa ao pescoço por uma fita constituía o seu único ornamento.¹⁶⁹⁹

¹⁶⁹⁹ *ibid.*, p. 12.

No trecho citado ao fim da página anterior, o escritor continua descrevendo a sua protagonista. Neste parágrafo, vemos a incrível beleza de Isaura em contraste com suas simples vestes. O objetivo é destacar a beleza da escrava. Isaura é apresentada ao leitor usando um vestido de chita na cor azul-claro e que desenhava todo o seu corpo. Além disso, o vestido que a escrava usava se desdobrava em grandes ondulações, como uma nuvem, da qual Isaura surgia como Vênus nascendo da espuma do mar ou como um anjo surgindo de brumas cheias de vapor. Por fim, Bernardo Guimarães afirma que o único ornamento da escrava era uma cruz presa ao pescoço por uma fita. Ainda neste trecho, Isaura é comparada a uma divindade por conta de sua impressionante beleza. Isaura é comparada a Vênus, que é uma deusa do panteão romano (equivalente a Afrodite no panteão grego); Vênus é a deusa do amor e da beleza. Além de ser comparada a uma deusa do panteão romano já citada, Isaura também é comparada a um anjo. Na tradição cristã, os anjos são seres celestiais extremamente bonitos. Por isso que Isaura é comparada a um ser angelical, uma vez que possui tamanha beleza. Quem também colocará Isaura na posição de uma divindade é Álvaro, outro personagem que aparece ao longo da história. Álvaro fica tão impressionado com a beleza de Isaura que não sabe dizer se ela “é uma fada, é um anjo, é uma deusa! ...”¹⁷⁰⁰. O Dr. Geraldo, amigo de Álvaro, pergunta ao amigo qual a origem de Elvira (nome que Isaura adotou depois que fugiu da fazenda de Leôncio e foi para Recife, cidade onde mora Álvaro) e em resposta Álvaro poderia dizer que Isaura “veio do céu, que é da família dos anjos e que tem uma fortuna superior a todas as riquezas do mundo: uma alma pura, nobre e inteligente e uma beleza incomparável.”¹⁷⁰¹. Em tempos em que o catolicismo era a religião oficial do Estado, era comum pessoas extremamente bonitas serem comparadas a seres angelicais.

Independentemente do modo como eram vistas, o fato é que as mulheres estavam presentes de forma quase que delirante na esfera pública e privada durante o século XIX. Bernardo Guimarães descreve Isaura como uma mulher de beleza divina, sendo comparada a um anjo e a deusa Vênus (uma divindade do panteão romano). Michelet tem uma visão profundamente sexuada da história e segundo o mesmo, a oposição entre homem/cultura e mulher/natureza domina a história e comanda os acontecimentos. Extremamente ambivalentes, o princípio feminino tem que ser respeitado. Tanto é que a natureza das mulheres tem dois polos: um maternal e benéfico; e outro mágico, vermelho como o sangue, negro como o demônio e maléfico. Quando mães, as mulheres são benevolentes.

¹⁷⁰⁰ *ibid.*, p. 74.

¹⁷⁰¹ *Ibid.*, p. 74.

No século XIX irá retornar com um novo vigor o discurso naturalista apoiado nas descobertas da medicina e da biologia; e que defende a existência de duas “espécies” com qualidades e vocações peculiares. Os homens usam o cérebro, a razão com lucidez e a capacidade de decisão. Já as mulheres têm suas ações baseadas no coração, na sensibilidade e nos sentimentos. É neste contexto que Hegel fala da “vocação natural” do sexo masculino e do sexo feminino. O homem tem a sua vida no Estado, na ciência ou em qualquer outra atividade semelhante. Já a mulher é feita para a piedade e o interior. Assim sendo, se uma mulher fica à frente de um governo, o Estado se encontra em risco. Isso porque as mulheres não agem conforme as exigências do coletivo, mas sim segundo os caprichos de seus pensamentos e inclinação. Augusto Comte vai além: defende a “inaptidão radical do sexo feminino para o governo, mesmo da simples família”¹⁷⁰², por conta da “espécie de estado infantil contínuo”, uma característica do sexo feminino. O século XIX acentua a lógica harmoniosa desta divisão sexual. Cada sexo tem a sua função, os seus papéis, as suas tarefas, os seus espaços e os seus lugares quase predeterminados, até mesmo em seus detalhes.

As mulheres estavam presentes no imaginário público e privado, seja em nível político, poético ou religioso. A Igreja celebra o culto da Virgem Maria, cujas aparições motivam enormes peregrinações. Os saint-simonianos sonham com a salvação por obra da Mãe, que veio do Oriente. A República encarna em uma mulher, Marianne. Poetas e pintores cantam a mulher na mesma proporção de sua misoginia cotidiana. Baudelaire, que teme sua mãe, a terrível e detestável Madame Aupick, despreza a tolice das mulheres de seu tempo e exalta “a Musa e a Madona”. A mãe é o ponto central destes cultos diversos que acabam criando uma saturação insustentável e alimentam o antigo medo que os homens sentem pelas mulheres, particularmente pela potência materna. “As Mães! Reencontra-se o pavor de Fausto, é-se tomado como ele por uma comoção elétrica ao mero som dessa sílaba onde se ocultam as poderosas deusas que escapam ao tempo e ao espaço”¹⁷⁰³.

O romance *A Escrava Isaura* (1875) é publicado pela primeira vez em um momento em que a mulher estava presente no imaginário masculino de modo quase que delirante, sendo vista no nível poético, político e religioso. A exaltação ao sexo feminino e a misoginia estavam na mesma proporção, em uma mistura de idolatria e repulsa.

¹⁷⁰² PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução de Denise Bottmann. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 178.

¹⁷⁰³ *ibid.*, p. 183.

A educação recebida por Isaura e a concepção de honra feminina e honra masculina

Após a morte de Juliana, a esposa do Comendador Almeida decide cuidar de Isaura como se ela fosse a filha que nunca tivera. Desta forma, Isaura recebe uma educação que as moças abastadas do século XIX recebiam. Com isso, o que se vê é o seguinte:

Assim o cumpriu com o mais religioso escrúpulo. À medida que a menina foi crescendo e entrando em idade de aprender, foi-lhe ela mesma ensinando a ler e escrever, a coser e a rezar. Mais tarde procurou-lhe também mestres de música, de dança, de italiano, de francês, de desenho, comprou-lhe livros e empenhou-se enfim em dar à menina a mais esmerada e fina educação, como o faria para uma filha querida. Isaura, por sua parte, não só pelo desenvolvimento de suas graças e atrativos corporais, como pelos rápidos progressos de sua viva e robusta inteligência, foi muito além das mais exageradas esperanças da excelente velha, a qual, em vista de tão felizes e brilhantes resultados, cada vez mais se comprazia em lapidar e polir aquela joia, que ela dizia ser a pérola enrançada em seus cabelos brancos.¹⁷⁰⁴

No romance *A Escrava Isaura* (1875), a esposa do Comendador Almeida é uma mulher que teve muitos desgostos na vida. Entretanto, o desgosto maior foi saber que seu esposo havia se relacionado com uma escrava e que, no auge do ciúme, a colocou para trabalhar exaustivamente e lhe destinou os mais bárbaros castigos, causando a morte da mesma, que por sua vez deixou um bebê. A criança é do sexo feminino e recebe o nome de Isaura. A esposa do Comendador Almeida viu em Isaura um ser que poderia lhe consolar dos dissabores da vida. Assim, ela jurou pela alma de Juliana (mãe de Isaura) que cuidaria da menina, se encarregando do futuro da mesma e a educando como se fosse uma filha. Com isso, a mãe de Leôncio ensinou Isaura a ler, a escrever, a cozinhar e a rezar. Um tempo depois, procurou para a moça professores de música, de dança, de italiano, de francês, de desenho, além de comprar livros e se empenhar em dar a Isaura uma excelente educação. Por sua vez, Isaura se tornou uma moça bonita, inteligente e foi muito além das expectativas de sua senhora, sendo sua alegria em meio a tantos desgostos e sendo também “a pérola enrançada em seus cabelos brancos”¹⁷⁰⁵. É de extrema importância frisar que, mesmo tendo contato com tantos livros e disciplinas, Isaura nunca frequentou uma instituição formal de ensino. Isaura sempre estudou em casa. Segundo as convenções sociais do Brasil oitocentista, as moças eram educadas em casa e os homens eram educados em instituições formais de

¹⁷⁰⁴ - GUIMARÃES, Bernardo. (1875). *A Escrava Isaura*. Porto Alegre: L&PM, 2011. p. 19 – 20.

¹⁷⁰⁵ *ibid.*, p. 20.

ensino. Isso acontecia porque a honra feminina, de acordo com Algranti (1999), estava ligada a pureza, a castidade e a fidelidade ao marido, ao passo que a honra masculina estava associada às ações públicas. Além das convenções sociais, discursos naturalistas apoiados na biologia e na medicina defendiam a existência de “duas espécies”, com aptidões e qualidades diferentes. “Aos homens, o cérebro (muito mais importante do que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos”¹⁷⁰⁶. Segundo Perrot (1992), Hegel fala da “vocação natural” dos dois sexos. “O homem tem sua vida real e substancial no Estado, na ciência ou em qualquer outra atividade do mesmo tipo (...)”¹⁷⁰⁷. J a a mulher   feita para a piedade e o interior. “Se colocam mulheres   frente do governo, o Estado se encontra em perigo. Pois elas não agem conforme as exigências da coletividade, mas segundo os caprichos de sua inclina o e seus pensamentos.”¹⁷⁰⁸. Augusto Comte vai mais longe ainda, uma vez que fala da “inaptidão radical do sexo feminino para o governo, mesmo da simples família”¹⁷⁰⁹ por conta da “espécie de estado infantil contínuo” que caracteriza o sexo feminino.

A educa o que Isaura recebeu estava ligada a uma concep o de honra feminina vigente no período e com rela o ao assunto, Algranti (1999) diz que a mulher virtuosa foi durante muitos séculos a pura, a casta ou a fiel ao marido e, portanto, honrada. Desta forma, ainda segundo Algranti (1999), a honra feminina estava longe de ser um privilégio de classe, mas um bem que todas as mulheres tinham, desde que o preservassem através da castidade ou da fidelidade. A desonra da mulher estava vinculada a uma a o desencadeada no âmbito da vida privada. Com isso, a honra feminina era construída com rela o   vida pública. Embora a honra com conota o sexual fosse exclusiva da mulher, ela também atingia os homens. Um homem poderia ser desonrado se viessem a público as atividades sexuais de sua filha ou esposa que não eram legitimadas pelos códigos morais da sociedade. Mais especificamente, isso significava a perda da virgindade antes do casamento ou, para as casadas, o adultério. Portanto, a preserva o da honra feminina não era um assunto que dissesse respeito somente às mulheres, mas por extensão também aos homens. A honra da mulher era algo sobre o qual se empenhavam todos os homens e as institui es por ele representadas: a Igreja e o Estado.

¹⁷⁰⁶ - PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradu o de Denise Bottmann. 2^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 177.

¹⁷⁰⁷ *ibid.*, p. 177.

¹⁷⁰⁸ *ibid.*, p. 178.

¹⁷⁰⁹ *ibid.*, p. 178.

A honra feminina se configurava como um bem pessoal de cada mulher, uma propriedade da família porque poderia atingi-la e também um bem público, uma vez que estava em jogo a preservação dos bons costumes que faziam parte do código moral. Chasteen (2001) tem um ponto de vista diferente do de Algranti (1999) com relação à honra feminina. Segundo Chasteen (2001), somente as mulheres com propriedades podiam ter sucesso, pois mulheres sem propriedades careciam de honra quase por definição. Isso porque as “mulheres pobres muitas vezes tinham de trabalhar fora, como cozinheiras, lavadeiras, ou feirantes que circulavam sozinhas pelas ruas como nenhuma dama honrada faria”¹⁷¹⁰. Já os escravos, propriedades de outras pessoas, não tinham esperança de honra. As mulheres das comunidades indígenas, cuja vida social preservava padrões diferentes de papéis sexuais, eram mais livres desse infeliz sistema de honra.

Conclusão

Bernardo Guimarães (1825 – 1884), assim como qualquer pessoa, foi um homem de seu tempo e que procurava trazer para a literatura os assuntos que estavam sendo discutidos em sua época. Ele fez isso em diversos momentos, principalmente em *A Escrava Isaura* (1875), romance analisado neste texto. Ao descrever Isaura da forma que descreveu e que foi analisada neste trabalho, Bernardo Guimarães de certa forma faz coro às muitas vezes que cultuavam a mulher das mais diversas formas (não se deve esquecer que a exaltação e a repulsa a mulher ocorriam na mesma proporção). E a escolha de Bernardo Guimarães por uma protagonista branca, embora o romance seja de cunho abolicionista, foi estratégica: no período em que o romance em questão foi publicado pela primeira vez, o índice de analfabetismo da sociedade brasileira era acima de 70%. Com isso, somente uma pequena parcela da população sabia ler e esta mesma parcela estava concentrada na boa sociedade (homens e mulheres brancos, ricos, com acesso à educação e que cultivavam o hábito da leitura). Bernardo Guimarães pensou na boa sociedade ao publicar *A Escrava Isaura* (1875) e não é à toa que o escritor destaca exaustivamente que Isaura não tinha a aparência de uma escrava, embora o fosse na prática. Do contrário, se Isaura fosse uma escrava negra e que não

¹⁷¹⁰ - CHASTEEN, John Charles. *América Latina: uma história de sangue e fogo*. Tradução de Ivo Korylowiski. Rio de Janeiro: Campus, 2001. p. 62.

tivesse sido educada como uma integrante da boa sociedade, a possibilidade de a obra em questão ser rejeitada era grande.

Bibliografia

Fonte

- GUIMARÃES, Bernardo. (1875). *A Escrava Isaura*. Porto Alegre: L&PM, 2011. 176p.

Livros

- ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da colônia – condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1999. 349p.;

- CHASTEEN, John Charles. *América Latina: uma história de sangue e fogo*. Tradução de Ivo Korylowiski. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 285p.;

- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução de Denise Bottmann. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 332p.;

Por um olhar arqueológico sobre a história de Araruama

Marlon Barcelos Ferreira¹⁷¹¹.

Resumo: Este trabalho tem como foco de análise a cidade de Araruama, onde entendemos o papel dos arqueólogos como construtores de uma nova narrativa sobre a história local através da formação de um patrimônio arqueológico. Em uma perspectiva local, esses arqueólogos (configuradores) através de inúmeras ações foram selecionando, preservando e destacando o que é patrimônio arqueológico e assim promovendo uma escrita da história local na qual destacaremos um novo lugar destinado aos povos indígenas. Para tanto, verificaremos a produção desses arqueólogos e entendendo que essa escrita da história será analisada dentro da perspectiva de uma história pública.

Palavras – Chave: História Pública, História Indígena, História Local

Abstract: This paper focuses on the city of Araruama, where we understand the role of archaeologists as builders of a new narrative about local history through the formation of an archaeological heritage. From a local perspective, these archaeologists (configurators) through numerous actions have been selecting, preserving and highlighting what is archaeological heritage and thus promoting a writing of local history in which we will highlight a new place for indigenous peoples. Therefore, we will verify the production of these archaeologists and understanding that this writing of history will be analyzed from the perspective of a public history.

Keywords : public history, indigenous history, local history.

¹⁷¹¹ Mestrando em História Social do PPGHS-FFP-UERJ e email: marlonbf@hotmail.com

Introdução

Os mais antigos sítios arqueológicos encontrados na cidade de Araruama pertencem ao grupo indígena Tupinambá. Esses vestígios materiais são resultados de uma ocupação humana antigüíssima na região. No caso de Araruama, desde a década de 1070 a cidade tem sido palco de algumas escavações eventuais e que a partir da década de 1990, de alguns projetos mais amplos de arqueologia ligados ao *Museu Nacional (MN-UFRJ)*. Todas essas pesquisas arqueológicas localizaram até o momento, apenas elementos da cultura material do grupo étnico Tupinambá. Essa população que foi o último contingente populacional nativo a chegar à região e estava presente no momento da chegada dos portugueses ao litoral fluminense e sofreram diretamente o impacto do contato e da dominação portuguesa nessa região.

A ocupação portuguesa na região teve início no século XVI e que no século seguinte se intensificou com um grande processo de ocupação e conquista da região e que resultou no extermínio das populações nativas e na formação, em 1615 do município de Cabo Frio. Assim tivemos início de forma sistemática a um longo processo de reconhecimento e ocupação das terras em torno da Lagoa de Araruama pelos portugueses e na qual as populações Tupis nativas foram subjugadas. Como desdobramento desse processo, em 1629 fora doado através de uma Carta de Sesmaria, ao português Manuel da Silva Riscado as terras em torno da Lagoa de Araruama e compreendidas dentro do atual perímetro da cidade de Araruama para exploração de madeira com a criação de uma serraria e com a criação de uma Fazenda denominada de Parati para a exploração agrícola¹⁷¹².

Desta maneira ressaltamos que ao longo do tempo diversos autores escreveram diferentes narrativas sobre a história da região. Sobre esses autores, entendemos que suas produções podem ser enquadradas dentro de determinadas formas de se escrever a história, sendo eles vinculados a determinadas escolas e ou modelos historiográficas. Os livros publicados sobre a história de Araruama ao longo do século XX foram realizados em sua maior parte por memorialistas e, portanto dentro de uma modelo de história antiquaria, que em um primeiro momento, parece interessada em fundar uma história e memória oficial da cidade e que, ao lidar com o surgimento do município, marca como acontecimentos

¹⁷¹² VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. *Apontamentos sobre Araruama*. Araruama: Albes Pereira Editores, 1998.

fundadores os empreendimentos portugueses dos séculos XVI e XVII e com a ocupação promovida por Miguel Riscado no século XVII.

Esses livros dão uma forte ênfase na parte histórica, pós conquista portuguesa, quanto à ocupação indígena pioneira na região e suas populações, nesses livros sugere-se serem fatos de um passado muito longínquo, numa pré-história, não contendo uma ligação direta com a cidade ou elementos identitário que a população que habita o município atualmente possa reconhecer nos indígenas tupinambás.

A partir das décadas de 1970 e 1990 tivemos o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas na região e assim, entendemos que como consequência teve-se o desenvolvimento de outros tipos de narrativas sobre o passado da cidade. Desta forma, este breve trabalho tem como objetivo entender como a expansão das pesquisas arqueológicas nos últimos anos na Região dos Lagos, em especial Araruama, tem contribuído para que surjam novos olhares sobre a história da região e suas relações com o passado indígena. Para tanto, teremos como foco de análise e pesquisa a cidade de Araruama, onde veremos o papel da arqueologia e sua relação com o passado Tupinambá.

A região de Araruama é rica em sítios arqueológicos referentes a um grupo bem específico, o Tupinambá. As pesquisas arqueológicas sistemáticas e dentro dos parâmetros da ciência arqueológica moderna, só começaram a ganhar força a partir da década de 1960 quando começaram alguns projetos e escavações em toda a Região dos Lagos. No caso da cidade de Araruama, as primeiras escavações datam da década de 1960, realizada em 1961, pelo americano David A. Baerreis em parceria pelo arqueólogo do Museu Nacional, Luís de Castro Faria em dois sítios arqueológicos de “[...] provável filiação Tupinambá”¹⁷¹³, entretanto os resultados desta escavação nunca foram conclusivos e publicados.

As décadas de 1970 e 1980 foram de crescimento urbano com a construção de casas e a abertura de estradas por todo o município. Neste momento foram surgindo notícias e relatos de descoberta por parte de moradores de materiais indígenas. Assim, em 1976 uma equipe do Museu Nacional fora enviada a cidade para realizar uma visita técnica e na qual a Professora Lina Kneip comprovou que: “[...] a visita mostrou a necessidade urgente de desenvolver um projeto de pesquisa sistemática em Araruama.”¹⁷¹⁴. Em 1977, foi organizada uma equipe do

¹⁷¹³ BELTRÃO, Maria da Conceição. *Pré-história do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1978, p.9

¹⁷¹⁴ KNEIP, Lina Maria. “A Aldeia pré-histórica de Três Vendas, uma tentativa de reconstituição.” *Revista de Arqueologia*. Rio de Janeiro: SAB, v. 1, n. 1, p. 46-52, dez. 1983, p.46

Museu Nacional em colaboração com o Museu Paulista (ligado a Universidade de São Paulo), e entre julho e novembro de 1977, aconteceram as escavações no sítio arqueológico denominado de Três Vendas, localizado em um bairro com o mesmo nome.

Depois desta escavação as pesquisas e os projetos não tiveram continuidade nos anos seguintes em Araruama. Por outro lado, a importância desta escavação reside não apenas no seu pioneirismo, mais principalmente o fato de que a análise do material encontrado revelou que essa ocupação foi de um grupo cultura específica, os Tupinambás. Desta escavação inicial até a década de 90, as escavações que aconteceram no município eram apenas salvamentos pontuais, como os que ocorreram no Distrito de Morro Grande, na Escola Honorino Coutinho.

Por sua vez, o panorama da arqueologia nacional se ampliou na década de 80 e 90. Neste cenário as pesquisas sistemáticas na Região dos Lagos ganharam espaço e em 1993 tivemos a criação do Programa Soberanos das Costa, do *Museu Nacional (MN-UFRJ)* com a coordenação da Professora e Arqueóloga Madu Gaspar.

Um projeto voltado para a pesquisa e estudo dos sítios arqueológicos sambaquis em toda a Região dos Lagos, mas que diante do aparecimento de inúmeros sítios cerâmicos e da ameaça de destruição diante da expansão urbana, o projeto acabou abraçando os sítios arqueológicos cerâmicos na cidade de Araruama, com o projeto Estudo da Colonização e Desenvolvimento das Sociedades Ceramistas do Litoral Centro-norte do Estado do Rio de Janeiro e com a coordenação da arqueóloga Ângela Buarque e também ligada ao *Museu Nacional (UFRJ)*.

As pesquisas em Araruama foram ganhando corpo ao longo da década de 1990, com escavações e salvamentos ao longo de todo o território municipal de Araruama. Os trabalhos realizados em Araruama ao longo dos anos resultaram na elaboração da tese de doutorado na França da arqueóloga Ângela Buarque, e defendida em 2009 na Université Paris 1 Panthéon – Sorbonne. Sua tese foi intitulada, *Étude de L'occupation Tupiguarani dans la région sud-est de l'État de Rio de Janeiro, Brésil*, e teve como objetivo central estudar a ocupação indígena tupinambá em todo o Complexo Lagunar de Araruama, Região dos Lagos.

Ao longo de suas pesquisas Ângela Buarque afirmou a teoria de que os vestígios de cultura material encontrados em Araruama são pertencentes ao grupo Tupinambá, tendo assim uma continuidade cultural entre os vestígios do período pré-contato e do período pós-contato (histórico). Nesse sentido, a professora Angela Buarque defendeu em sua tese de doutoramento a ideia de que “[...] as sociedades que habitaram no passado o Complexo Lagunas de

Araruama pertenceram a uma unidade sociocultural, composta pelos ancestrais dos Tupinambás, em especial o período pré-contato, e Tupinambá propriamente dito, no período histórico.”¹⁷¹⁵.

Dentre os inúmeros sítios arqueológicos pesquisados, um em especial mereceu atenção do grupo de pesquisa e trabalho da Professora Ângela Buarque, que foi o de Morro Grande. Este localizado dentro de uma escola, a Honorino Coutinho, que resultou na datação mais antiga para a ocupação tupinambá encontrada em Araruama e na Região Sudeste, com datação aproximada de 2600 AP¹⁷¹⁶. Até o presente momento foram identificados 135 sítios, classificados da seguinte maneira: 86 são associados a grupos sambaquieiros; 09 a tradição Una e 40 a tradição Tupiguarani na Região dos Lagos, sendo 20 sítios arqueológicos Tupinambás em Araruama¹⁷¹⁷. Estes trabalhos têm ajudado a mostrar como se deu o processo de ocupação humana da Região dos Lagos e assim ajudando a revelar um passado que se iniciou muito antes da conquista e ocupação portuguesa.

O avanço das pesquisas arqueológicas trouxeram todo um passado até então de certa forma ignorado por amplos setores da sociedade local. Por sua vez, compreendemos que todos estes avanços com relação aos vestígios materiais provenientes de grupos nativos e assim relacionados a temática indígena, se inserem também dentro de um contexto muito maior de demandas históricas e questões civis, sociais e políticas de amplitude nacional. Pois as “[...] as políticas públicas, foram moldadas e definidas por condições locais e internacionais.”¹⁷¹⁸, ou seja, temos que salientar algumas questões nacionais que de alguma maneira influenciaram ou guiaram as ações locais.

Sendo assim, entendemos que é necessário desnaturaliza-se a falsa percepção de que as memórias e as histórias de uma sociedade emergem de um trabalho objetivo, afinal, essas histórias e memórias da sociedade são resultados de negociações e conflitos e emergem ou submergem de acordo com os interesses de grupos e pessoas. Dentro deste contexto,

¹⁷¹⁵ MAGESTE, Leandro Elias Canaam. *Cronologia e variabilidade: Os Ceramistas Tupiguarani da Zona da Mata mineira e Complexo Lagunar de Araruama*. 2017. P. 489. Tese (Doutoramento em Arqueologia) - MAE – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.p.122.

¹⁷¹⁶ BUARQUE, A.; RODRIGUES-CARVALHO, C.; SILVA, E.C. “Programa funerário dos Tupinambá em Araruama, RJ - Sítio Bananeiras”. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: SAB, n.2, p. 39-55, 2003

¹⁷¹⁷ MAGESTE, Leandro Elias Canaan. “Ceramistas tupiguarani no sudeste do brasil:os contextos da zona da mata mineira e araruama no rio de janeiro”. *Revista Campina Grande*. .Campina Grande: UFPB, Ano VI, Vol.1, Número 11, 2016. p.90

¹⁷¹⁸ MORAES, Nilson Alves. “Políticas Públicas, Políticas Culturais e Museus no Brasil.” *Revista Museologia e Patrimônio*. Rio de Janeiro: UNIRIO-MAST, v. 2, n. 1, p. 54-69, jan-junho de 2009. P.55

Fernando Sanchez Costa¹⁷¹⁹ identifica o Estado como o principal configurador ou agente que participa da construção de uma determinada interpretação do passado, mas não apenas o único, pois podemos perceber que acabam atuando também a arqueólogos, escolas, museus, professores, jornais, novelas e outros.

Segundo Fernando Sánchez Costa, esses arqueólogos foram se portando enquanto configuradores da cultura histórica, emitindo uma narrativa e um discurso sobre o passado de Araruama. Uma dessas formas de construção narrativa se constitui no próprio processo de escavação, resgate, limpeza e classificação dos inúmeros vestígios e artefatos encontrados. Em um processo no qual se “[...] exige uma prévia operação de escolhas e de leituras da história para a definição do que, por que e como conservar.”¹⁷²⁰. E onde “[...] aqueles objetos reintegrados pelos arqueólogos passam a possuir novas funções e a exercer mediações no interior das relações sociais em que foram inseridas.”¹⁷²¹.

Esse processo de construção de uma narrativa arqueológica, na ótica da história pública, se constitui também em um meio pelo qual as pessoas adquirem o senso do passado. Apesar das particularidades inerentes às disciplinas, com relação ao estudo do passado humano, “Exatamente como qualquer outro historiador, um arqueólogo estuda e procura reconstruir o processo pelo qual se criou o mundo em que vivemos.”¹⁷²²

Em relação ao município de Araruama, identificamos esses configuradores da cultura histórica, que seriam os arqueólogos ligados principalmente ao *Museu Nacional (MN-UFRJ)*, que efetivaram as escavações em Araruama. Em um primeiro momento, capitaneada pela Professora Lina Maria Kneip e depois continuado por outros pesquisadores e na década de 90, pela arqueóloga Ângela Buarque e a equipe interdisciplinar do Museu Nacional. Em uma perspectiva local, esses arqueólogos (configuradores) através de inúmeras foram selecionando, preservando e destacando o que é patrimônio arqueológico local. Desta maneira, esses arqueólogos foram realizando uma escrita da história de Araruama, pois como

¹⁷¹⁹ COSTA, Fernando Sánchez. “La cultura histórica. Una aproximación diferente a la memoria coletiva. Pasado y Memoria”. *Revista de Historia Contemporánea*. Biscaia: SE, n.8, 2009.

¹⁷²⁰ MENESES, José Newton Coelho. “As leituras públicas da história, a memória social e o patrimônio histórico-cultural.” In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, p.327-331, 2016. p.330

¹⁷²¹ FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003, p.34

¹⁷²² FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003. p.22

salienta o Professor Manuel Salgado Guimarães, o “Patrimônio é também uma escrita do passado, submetida evidentemente a uma gramática e a uma sintaxe específicas.”¹⁷²³

Uma história de Araruama marcada pela presença dos indígenas Tupinambás, como um elemento valorativo e que entrava em conflito com as narrativas tradicionais que praticamente tornaram invisíveis esses personagens. Entendendo assim, que em uma sociedade não existe uma única narrativa sobre o passado, pelo contrário, “ Los discursos dominantes hallan sempre contrapuntos em narrativas disonantes y subterráneas [...]”¹⁷²⁴. Assim, esses arqueólogos no processo de escavação, resgate, limpeza e classificação dos inúmeros vestígios e artefatos encontrados, fora elaborando novas narrativas sobre a história local. Desta maneira, entendemos que esse passado indígena Tupinambá, até então esquecido pela historiografia local e fora do discurso oficial, emergiu pela ação dos arqueólogos que se portaram como configuradores da cultura histórica local, segundo a perspectiva elaborada pelo autor Fernando Sanchez Costa¹⁷²⁵.

Uma das ações desses arqueólogos foi justamente agir no sentido de fazer com que a Prefeitura Municipal reconheça a importância desses artefatos e vestígios. Em um relatório endereçado ao Senhor Secretário de Cultura do Município, na época o Senhor Ricardo Adriano da Silva, a arqueóloga Ângela Buarque denunciava as ameaças aos sítios arqueológicos de Araruama e o papel que a Prefeitura deveria executar no sentido de preservar esses materiais. Assim, a arqueóloga responsável pelas pesquisas em Araruama, recomendava “[...] enfaticamente que as autoridades municipais, além de no momento, sustere[m] qualquer retomada na extração mineral na área, consigam meios materiais e humanos para a recuperação do patrimônio arqueológico.”¹⁷²⁶

Os arqueólogos não apenas elaboram uma narrativa sobre o passado, mas entendemos neste relatório, a ação dos mesmos no sentido de com que esses materiais indígenas recuperados pelas escavações arqueológicas (urnas, cerâmicas, restos de fogueiras, etc.), tivessem sua importância reconhecida pelas autoridades locais e conseqüentemente e fossem protegidos e preservados. Desta maneira, em uma escala local, identificamos um processo de

¹⁷²³ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “História, Memória e Patrimônio”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: História e Patrimônio*. Brasília: IPHAN, n. 34, p. 91-112, 2012. P.98

¹⁷²⁴ COSTA, Fernando Sánchez. La cultura histórica. “Una aproximación diferente a la memoria coletiva. Pasado y Memoria”. *Revista de Historia Contemporánea*. Biscaia: El, n.8, 2009. p.278

¹⁷²⁵ COSTA, Fernando Sánchez. La cultura histórica. “Una aproximación diferente a la memoria coletiva. Pasado y Memoria”. *Revista de Historia Contemporánea*. Biscaia: El, n.8, 2009.p.278

¹⁷²⁶ BUARQUE, Ângela. *Relatório sobre a Destruição do Patrimônio Arqueológico de Araruama*, 2001. Acervo do Centro de Memória Municipal de Araruama.

formação de um patrimônio material local através da ação desses agentes e suas ações junto à comunidade e o poder público local.

Nesse cenário, a Prefeitura de Araruama através do decreto 036 de 30 de março de 1998¹⁷²⁷, durante o mandato do prefeito Vilmar José Dias de Oliveira, criou o Museu Arqueológico de Araruama. Esta lei municipal deve ser entendida como um comunicado oficial do poder público e na qual conseguimos verificar que o governo local e seus agentes, não apenas reforçaram o reconhecimento de que esses artefatos e vestígios são parte do patrimônio local, como também reconhecem o seu papel fundamental na preservação e divulgação desse passado indígena.

A luta e a ação dos arqueólogos, capitaneada pela Professora Ângela Buarque, não se encerrou nas escavações. Em vários momentos esses agentes ressaltavam a necessidade de se criar um local de guarda, para que o material ficasse em Araruama e assim acessível para os seus cidadãos. A criação do Museu Arqueológico só se veio a se realizar durante o governo de Francisco Carlos Fernandes Ribeiro. Em 17 de outubro de 2003, foi editado o decreto de número 067¹⁷²⁸, em que promoveu a desapropriação de um casarão centenário a beira de uma importante via regional, a Rodovia Via Lagos, para abrigar o Museu Arqueológico Municipal e uma escola de ensino fundamental da Prefeitura. Em 2006, depois de alguns anos de reforma e restauração do casarão, o Museu Arqueológico de Araruama foi inaugurado e aberto ao público no dia 27 de Março de 2006.

Esse passado indígena local materializado no patrimônio arqueológico, torna-se um elemento simbólico e identitário para a população que habita o município atualmente. Reconhecendo que uma das fontes de formação da identidade é justamente uma determinada leitura do passado, cuja uma das bases é a memória, evocado muita das vezes, através do patrimônio arqueológico. Esse passado necessita se materializar em um lugar ou algo (palavra, imagem, objeto, etc.), pois assim permite que grupos ou indivíduos consigam rememorar e ao mesmo tempo em que essa leitura do passado também consegue ser conservado, comunicado e compartilhado entre os membros da sociedade e para as gerações futuras.

¹⁷²⁷ Lei Municipal Número 036 de 30 de março de 1998. Disponível no Acervo do Centro de Memória de Araruama.

¹⁷²⁸ Decreto Municipal de Número 067 de 17 de Outubro de 2003. Disponível no Acervo do Centro de Memória de Araruama.

Nesse ponto, esse passado indígena de Araruama se materializou não apenas nos artefatos e vestígios recuperados, mas também na criação de um local com o objetivo de narrar através de uma exposição esse passado. Desta forma, entendemos que o Museu Arqueológico, trouxe a tona outra versão da narrativa sobre o passado da cidade e que em muitos casos fugiu da linha narrativa dos livros de história da cidade, na qual se enaltece apenas o período posterior a fundação da cidade e esquecendo esse passado indígena e o violento processo de conquista e extermínio dos nativos da região.

Assim entendemos os museus e os centros de memórias como essenciais para entender e explicitar como aquela localidade pensa sua história, sua identidade e sua memória coletiva em concordância com o pesquisador Eduardo Francisco Pimentel, “Os museus, especialmente de pequenas cidades, se inserem na paisagem da cidade como uma instituição relevante para representar a história, a cultura, o patrimônio, a memória e a identidade da região.”¹⁷²⁹.

Como consequência, os museus portam em suas exposições e galerias o que aquela comunidade considera como simbólico e importante para eles enquanto grupo social. Claro que entendendo que essa nova narrativa sobre o passado local, se dá pela perspectiva de história pública. Assim sendo, pensando através de outros elementos narrativos, além de no caso de Araruama, dos artigos acadêmicos e relatórios produzidos pelos arqueólogos que escavaram e revelaram esse passado indígena. Desde modo, lembramos que desde a década de 1990, podemos verificar uma constante presença não apenas da coordenadora do projeto do Museu Nacional em Araruama, Ângela Buarque, mas também de outros arqueólogos ligados ao projeto.

As ações desses arqueólogos, através da recuperação destes artefatos, ajudaram a criar outra narrativa da história da cidade, não apenas trazendo novos personagens ao cenário da história local, mas também agindo no sentido de valorização destes artefatos e vestígios matérias perante a comunidade local. Mostrando a existência de uma ocupação pioneira da cidade e que permaneceu até o momento da violenta conquista portuguesa. Desta maneira, esses arqueólogos foram realizando uma escrita da história de Araruama, pois como salienta o Professor Manuel Salgado “Patrimônio é também uma escrita do passado, submetida evidentemente a uma gramática e a uma sintaxe específicas”¹⁷³⁰.

¹⁷²⁹ PIMENTEL, Eduardo Francisco. *Museu Municipal: Memória, História e Identidade. O Museu Municipal de Carangola-MG*. 273 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. p.77

¹⁷³⁰ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “História, Memória e Patrimônio”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: História e Patrimônio*. Brasília:IPHAN, n. 34, p. 91-112, 2012.p.98

Nesse sentido, a seleção dos vestígios e artefatos e a montagem de um acervo devem ser entendidas como um tipo de operação historiográfica, afinal a partir da ótica da história pública, “O que é o trabalho de preservação do patrimônio? É o tempo todo você selecionar um bem para ser tombado. É organizar uma operação historiográfica. É praticar um tipo de pensamento histórico que valorize um tipo de objeto ou de bem simbólico e não outro.”¹⁷³¹

A história indígena araruamense, até então marcada pela invisibilidade diante da historiografia local produzida entre as décadas de 1930 e 1990, ganhou espaço pela ação dos arqueólogos que se portaram como configuradores da cultura histórica. Onde a arqueologia, de diversas maneiras têm redigido narrativas que “[...] que incluam as comunidades e as minorias, ausentes da narrativa historiográfica.”¹⁷³², no caso de Araruama, os povos indígenas.

Nesse quesito, entendemos que os arqueólogos edificaram através das suas ações, uma narrativa que se utiliza de outros meios para contar outro passado da cidade de Araruama e que insere esta questão dentro da perspectiva de uma história e no caso uma história pública. Afinal, como salienta José Newton Coelho Meneses, “[...] o usos da história e a construção de narrativas memorialísticas, divulgação da compreensão da história em suportes múltiplos, são questões pertinentes á reflexão sobre as leituras públicas da história, sobre a história pública”¹⁷³³

No caso pesquisado, apesar de questões de amplitude nacional serem pertinentes, nosso foco será pensar as questões locais e explicitar as políticas públicas locais e entende-las como narrativas voltadas para a incorporação do passado indígena a história e a memória da cidade de Araruama. Desta maneira, entendemos que esse passado indígena Tupinambá, até então esquecido pela historiografia local e fora do discurso oficial, emergiu pela ação dos arqueólogos que se portaram como configuradores da cultura histórica local, através da formação de um patrimônio arqueológico local no qual se evidenciou aspectos ignorados pela população local sobre a vida dos Tupinambás.

¹⁷³¹ KNAUSS, Paulo.” Combate pelo fato”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, BN, n. 73, 9 de Outubro de 2011. Disponível em <<https://web.archive.org/web/20160806112733/http://revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/combate-pelo-fato>>. Acesso em 23 de Julho de 2018.

¹⁷³² LINO, Jaisson Teixeira; BRUHNS, Katianne. “Os arqueólogos e os índios...vivos! Reflexões sobre arqueologia pública, políticas públicas e sociedades indígenas”. *Revista CEOM*. Chapecó: UNOCHAPECÓ, ano 25, n.34, p. 96-115, 2011.p.96

¹⁷³³ MENESES, José Newton Coelho. “As leituras públicas da história, a memória social e o patrimônio histórico-cultural”. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *História Publica no Brasil: Sentidos e Itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, p.327-331, 2016. p.330

Ressalta-se, que por um lado, dentro deste contexto mais amplo de conquistas realizadas nos últimos anos, como exemplo em 2008 tivemos a edição da Lei 11.645¹⁷³⁴, na qual se tornou obrigatório o ensino de história indígena nas escolas de ensino básico. Diante desses importantes avanços em torno dos povos nativos, podemos até utilizar o conceito de um dever da memória da sociedade civil e do Estado Brasileiro, mesmo não sendo originário da luta indígena, pois entendemos que “[...] ideia de que memórias de sofrimento e opressão geram obrigações, por parte do Estado e da sociedade civil, em relação às comunidades portadoras dessas memórias”¹⁷³⁵.

Nesse sentido, entende-se que no caso de Araruama, a formação e o uso desse patrimônio arqueológico deve ser entendido como outra forma de narrativa sobre o passado da cidade. Narrativa esta que destoam em grande parte dos livros de história da cidade e que levam aos historiadores a refletir sobre o papel da história na vida das pessoas e seus usos no sentido de conectar o cidadão enquanto indivíduo ao passado de sua cidade e região. Lembrando aos historiadores o seu papel social e o valor da cidadania para as pessoas.

Bibliografia

BELTRÃO, Maria da Conceição. *Pré-história do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1978.

BUARQUE, A.; RODRIGUES-CARVALHO. C.; SILVA, E.C. “Programa funerário dos Tupinambá em Araruama, RJ - Sítio Bananeiras”. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: USP, 13: 39-55, 2003.

COSTA, Fernando Sánchez. “La cultura histórica. Una aproximación diferente a la memoria coletiva. Pasado y Memoria”. *Revista de Historia Contemporánea*. Biscaia: el, n.8, 2009.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha & OLIVEIRA, José Pacheco de. *A presença indígena na história no Brasil*. Brasília: SECAD, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.

¹⁷³⁴Lei Federal Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-publicacaooriginal-96087-pl.html> Acesso em: 15 de Maio de 2017.

¹⁷³⁵ HEYMANN, Luciana. *O "devoir de mémoire" na França contemporânea : entre a memória, história, legislação e direitos*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.p.4

GASPAR, Maria Dulce. *Sambaqui: Arqueologia do litoral Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “História, Memória e Patrimônio”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: História e Patrimônio*. Brasília: IPHAN, n. 34, 2012.

HEYMANN, Luciana. *O"devoir de mémoire" na França contemporânea : entre a memória, história, legislação e direitos*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

KNAUSS, Paulo. “Combate pelo fato”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, BN, n. 73, 9 de Outubro de 2011. Disponível em <<https://web.archive.org/web/20160806112733/http://revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/combate-pelo-fato>>. Acesso em 23 de Julho de 2018.

KNEIP, Lina Maria. “A Aldeia pré-histórica de Três Vendas, uma tentativa de reconstituição.” *Revista de Arqueologia*. Rio de Janeiro, SAB, v. 1, n. 1, p. 46-52, dez. 1983.

LINO, Jaisson Teixeira; BRUHNS, Katianne. “Os arqueólogos e os índios...vivos! Reflexões sobre arqueologia pública, políticas públicas e sociedades indígenas.” *Revista CEOM*. Chapecó: UNICHAPECÓ, ano 25, n.34, p. 96-115, 2011. P.96

MAGESTE, Leandro Elias Canaam. “Ceramistas Tupi guarani no Sudeste do Brasil: Os Contextos da Zona Mineira e de Araruama no Rio de Janeiro”. *Revista Tarairu*, Campina Grande; UEPB, V. 1, n.11, p. 84-101, 2016.

MAGESTE, Leandro Elias Canaam. *Cronologia e variabilidade: Os Ceramistas Tupiguarani da Zona da Mata mineira e Complexo Lagunar de Araruama*. 2017. P. 489. Tese (Doutoramento em Arqueologia) - MAE – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MENESES, José Newton Coelho. “As leituras públicas da história, a memória social e o patrimônio histórico-cultural”. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *História Publica no Brasil: Sentidos e Itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, p.327-331, 2016.

MORAES, Nilson Alves. “Políticas Públicas, Políticas Culturais e Museus no Brasil”. *Revista Museologia e Patrimônio*. Rio de Janeiro: UNIRIO-MAST, v. 2, n. 1, p. 54-69, jan-junho de 2009.

PIMENTEL, Eduardo Francisco. *Museu Municipal: Memória, História e Identidade*. O Museu Municipal de Carangola-MG. 273 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: UNB, 1992.

SOUZA, Alfredo Mendonça, *Dicionário Arqueológico*. Rio de Janeiro: ADESA, 1997.

TRIGGER, Bruce. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: ODYSSEUS, 2004.

VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. *Apontamentos sobre Araruama*. Araruama: Albes Pereira Editores, 1998.

As possibilidades do ensino da História da África medieval através dos livros didáticos

Marta de Carvalho Silveira¹⁷³⁶

Resumo: A assinatura da lei 10.639/03, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da História da África nas escolas brasileiras, trouxe consigo o questionamento acerca de qual História da África seria ensinada e que conhecimento acerca dela seria construído na academia a fim de suprir as demandas pedagógicas definidas. A comunicação que agora se apresenta pretende justamente considerar o espaço que a História da África medieval ocupa no projeto pedagógico brasileiro e discutir a forma como essa temática é representada nos livros didáticos, tomados aqui como fontes de pesquisa.

PALAVRAS-CHAVES: África medieval – livros didáticos – Ensino de História

Abstract: The signing of law 10.639 / 03, which established the obligation to teach the history of Africa in Brazilian schools, brought with it the question of which history of Africa would be taught and what knowledge about it would be built in academia in order to meet the pedagogical demands defined. The present paper is intended to consider the space that the history of medieval Africa occupies in the Brazilian pedagogical project and to discuss how this theme is represented in textbooks, taken here as sources of research.

KEYWORDS: Medieval Africa - Textbooks - History Teaching

¹⁷³⁶ Doutora em História Social pela UFF. Professora Adjunta de História Medieval da UERJ. Professora da Universidade Estácio de Sá e da Secretaria Municipal do Rio de Janeiro. Bolsista do Programa Pesquisa Produtividade da UNESA no âmbito do qual esta pesquisa foi realizada. Orientadora de projeto de Iniciação Científica da FAPERJ, vinculado à pesquisa aqui apresentada. Orientadora do PIBIC/UERJ. Email: martadecarvalhosilveira@gmail.com.

Introdução

A necessidade de se discutir, sob novas bases, a História brasileira, resgatando a participação dos negros africanos na formação do Brasil, culminou com a elaboração da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, reformulada em 9 de janeiro de 2003, que determinou a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira, nas escolas dos ensino fundamental e médio, públicas e particulares. A lei ainda estabeleceu que:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.¹⁷³⁷

O objetivo da lei é claro. Ao definir como parte do conteúdo programático a História da África e dos Africanos como um todo, não se estabelece a restrição de que os conteúdos apresentados devam versar sobre o período colonial iniciado no século XVI ou ao neocolonialismo do século XIX. É em busca de uma reflexão acerca da presença e das representações dos conteúdos da história africana nos livros didáticos brasileiros que esse trabalho foi desenvolvido.

Como fontes de pesquisa foram selecionados dois livros integrantes do *Programa Nacional do Livro Didático* (2015), que são atualmente utilizados nas escolas públicas nas turmas de sétimo ano do Ensino Fundamental. Os livros didáticos selecionados para análise foram: *Historiar* (2015), de Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues e *Estudar História. Das origens do homem à era digital* (2015) de Patrícia Braick. A partir da análise desse material pretende-se refletir sobre o espaço que os conteúdos referentes à História da África medieval ocuparam nessa literatura didática e sobre as estratégias de ensino desenvolvidas por seus autores para facilitar a construção do conhecimento acerca dessa temática pelos discentes.

¹⁷³⁷ BRASIL. LEI N. 10639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília, DF, Jan 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em 1 de outubro de 2019.

Na primeira parte desse trabalho traçaremos um panorama da discussão acerca da construção da perspectiva historiográfica em torno da História da África e da História Medieval da África. Em seguida, se refletirá sobre o ensino de História da África e da História Medieval africana, discutindo o papel que ele ocupa na política pública educacional brasileira e analisando as representações constituídas em torno deles nos livros didáticos.

História da África, Histórias das Áfricas, História Medieval da África?: possibilidades historiográficas

Quando a Lei nº 9.394/2003 estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos ela consolidou uma tendência historiográfica contemporânea de estar atenta às diversidades culturais e de memória que permeiam o processo histórico das sociedades. Cada vez mais se torna claro que o estudo de qualquer processo histórico é significativamente enriquecido quando se rompe com uma perspectiva analítica pautada em modelos generalizantes e mergulha-se nas especificidades do objeto a ser estudado. Desta forma, pensar uma História da África modelar que deixa nas sombras a riqueza da diversidade cultural que caracterizou os povos que tiveram o solo africano como berço só pode produzir uma História empobrecida e distante daquela que se acessa quando se mergulha na análise do longo processo de ocupação do ser humano no continente africano.

Daí questionar-se o fato da possibilidade de se refletir sobre as bases constitutivas de uma História da África única e homogênea ou de elaboração de uma História das Áfricas que, consciente da diversidade e da riqueza histórica constituída em cada uma das regiões desse vasto continente, as utiliza como parâmetro para o estudo do arcabouço cultural dos povos que nele atuaram como protagonistas.

Lendo-se a Lei em questão, está clara a noção de que o governo brasileiro, ao determinar o estudo dos conteúdos referentes à História da África estava consciente da heterogeneidade desse termo, visto a lei que foca na necessidade de se compreender a “história dos africanos”, entendendo-a inclusive como algo que transcende o espaço do próprio continente.

A Lei proposta pelo governo lançou à academia brasileira o desafio de se inteirar e de produzir conhecimento em torno dessa História da África e dos africanos pouquíssimo estudada no âmbito acadêmico até o período de publicação desse instrumento legal. Tal tarefa

não se mostrou e ainda não se mostra como algo simples. Até porque muito recentemente, em meados do século XX, é que houve o movimento de escrita de uma síntese histórica em torno das sociedades africanas produzida por historiadores africanos.

Durante o século XIX e boa parte do século XX, a postura historiográfica majoritária era a que considerava a História da humanidade como aquela que se remetia ao Velho Mundo e às sociedades que com ele tiveram contato. Afeita à documentação escrita, essa perspectiva historiográfica considerava inviável a elaboração de uma história africana, dado o pouco grau de autonomia intelectual dos africanos, cuja a tradição e a memória se mantinha sobretudo pela oralidade, para construir a sua história.

Partindo de uma tendência evolucionista e racial que caracterizou boa parte da produção das ciências humanas no século XIX, Hegel identificou os povos africanos negros como selvagens, intelectualmente distantes da racionalidade capaz de permitir-lhes participar da História. Está claro, portanto, que diante do modelo histórico europeu, as sociedades africanas eram consideradas atrasadas, primitivas.

Tal visão foi elaborada em função do que Leila Hernández considerou “o olhar imperial” constituído pela historiografia do século XIX e do início do século XX, fortemente marcada pelos “instrumentos de política nacional” em torno do continente africano. Nas palavras da autora:

[...] Assim, o conjunto de escrituras sobre a África, em particular entre as últimas décadas do século XIX e os meados do XX, contém equívocos, pré-noções e preconceitos decorrentes, em grande parte, das lacunas do conhecimento quando não do próprio desconhecimento sobre o continente africano. Os estudos sobre esse mundo não ocidental foram, antes de tudo, instrumentos de política nacional, contribuindo, de modo mais ou menos direto, para uma rede de interesses político-econômicos que ligavam as grandes empresas comerciais, as missões, as áreas de relações exteriores e o mundo acadêmico.¹⁷³⁸

Partindo da lógica histórica hegeliana, a História da humanidade seria aquela que se desenvolveu na Europa e se constituiu em torno das relações políticas e culturais forjadas na bacia mediterrânica. Dessa forma, somente as sociedades que se desenvolveram no litoral mediterrânico africano poderiam ser incluídas na História humana. É interessante observar que, apesar de um olhar marcadamente eurocêntrico, Hegel foi capaz de considerar a existência de referências culturais e políticas heterogêneas no continente africano, onde

¹⁷³⁸ HERNÁNDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula. Visita à História Contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008, p.18.

identificou três grandes zonas: a África setentrional, a África meridional e a África “propriamente dita”. A África setentrional possuía referências culturais muito diversas da do restante do território africano, estando muito mais conectada à Península Ibérica (e conseqüentemente à Europa) com quem partilharia sua identidade cultural. Encontrava-se separada da África meridional pelo deserto do Saara onde se localizava o Egito. No entanto, tanto a África setentrional quanto a meridional não representavam de fato a sociedade africana. A “África em si” estava situada ao sul do Saara e se caracterizava, segundo Hegel, pela barbárie, selvageria, atraso e isolamento do restante do mundo.

As proposições defendidas por Hegel geraram a noção distorcida da existência de uma “África branca” e de uma “África negra”. Tal proposição orientou boa parte dos estudos relativos à história africana ao longo do século XX, gerando distorções significativas, como a que considera que o isolamento entre os povos africanos foi uma das principais marcas históricas do continente. No prefácio do terceiro volume da *História Geral da África*, M. Amadou – Mahtar M’ Bow alerta:

Da mesma forma, o continente africano quase nunca era considerado como uma entidade histórica. Em contrário, enfatizava-se tudo o que pudesse reforçar a ideia de uma cisão que teria existido, desde sempre, entre uma “África branca” e uma “África negra” que se ignoravam reciprocamente. Apresentava-se frequentemente o Saara como um espaço impenetrável que tornaria impossíveis misturas entre etnias e povos, bem como trocas de bens, crenças, hábitos e ideias entre as sociedades constituídas de um lado e de outro do deserto. Traçaram-se fronteiras intransponíveis entre as civilizações do Egito e da Nubia e aquelas dos povos subsaarianos.¹⁷³⁹

Os movimentos de independência das nações africanas impulsionaram o desejo e a necessidade entre os autóctones de refletir sobre a sua historicidade continental e nacional. Foi nesse contexto que a UNESCO estimulou a construção da *História Geral da África* (1984), uma coleção composta por oito volumes, com o intuito de reunir majoritariamente pesquisadores autóctones da história africana para difundir os resultados das suas pesquisas, acompanhados de uma minoria de estudiosos estrangeiros. Inicia-se, então, uma busca pela elaboração de uma História da África disposta a questionar os pré-conceitos difundidos pela historiografia do século XIX, mas sem aderir à propagação de uma visão idílica e acrítica acerca do processo histórico africano.

¹⁷³⁹ NIANE, Djibril Tamsir (ed.). *África do século XII ao XVI* 3 ed. São Paulo: Cortez, Brasília: UNESCO, 2011. p. XX.

A década de 1960, fortemente influenciada pelos movimentos nacionalistas independentistas e pela consequente demanda de elaboração de uma identidade nacional, foi palco da produção de uma série de estudos que tanto se debruçaram sobre a análise das especificidades históricas dos povos africanos, quanto pelo resgate do papel que a África exerceu sobre a História também durante o período antigo e medieval. Houve um movimento pelo resgate das fontes escritas, especialmente dos relatos de viagens produzidos pelos comerciantes que se deslocavam desde a antiguidade principalmente pelo litoral mediterrâneo africano.

Partindo-se dessas considerações, nota-se, então, que o termo História da África só pode ser entendido como uma terminologia falha, sendo passível de ser utilizada pelos estudiosos somente quando se a utiliza para nomear uma superfície na qual se mergulha em busca da complexidade que, de fato, a caracteriza.

A tendência de adotar a montagem do sistema colonial e seus desdobramentos como chave interpretativa para o passado africano, cujo foco analítico por muito tempo restringiu-se ao período moderno, limitou enormemente o entendimento da história africana, pois gerou a sensação errônea nos discentes de que a História da África teve início no século XVI, com a chegada dos europeus ao continente.

Valorando-se e debruçando-se sobre as fontes antigas e diante dos achados arqueológicos alcançados a partir do século XX, tornou-se possível romper com as distorções interpretativas anteriores e identificar a atuação política, econômica, social e cultural que os povos africanos tiveram tanto na condução da sua dinâmica política interna quanto no cenário externo. A África não se resumiu, na Antiguidade, ao Egito e nem surgiu na Modernidade.

No longo período de dez séculos que se estende do século V ao século XV, nomeado Idade Média pela historiografia do século XIX, embora o termo se remeta ao período moderno, muitas configurações políticas, sociais, econômicas e culturais diversas foram forjadas no território africano. Estudar essas configurações é o papel daqueles que se debruçam sobre a História Medieval africana, entendida aqui somente como um marco cronológico, não estando atrelado ao modelo estrutural elaborado historiograficamente forjado para facilitar o entendimento da Idade Média europeia.

Apesar das inovações historiográficas trazidas pelos séculos XX e XXI, o período medieval da história africana tem sido relegado a segundo plano por aqueles que estudam a História do continente. Raymond Mauny, por exemplo, utilizou a expressão “séculos

obscuros” ou mesmo “Idade das Trevas africana” para referir-se ao período medieval africano, assim entendido pela ausência de fontes históricas que permitissem a sua compreensão. Logo, ao elaborar a sua História da África, Mauny concentrou-se somente na Antiguidade.

Contraopondo-se a Mauny, François-Xavier Fauvelle elegeu o período medieval africano como o “século de ouro”. Sem negar a complexidade de implementar análises dispondo de um quantidade limitada de fontes, Fauvelle considera que foi justamente nesse espaço temporal que a África viu surgir prósperas e poderosas formações políticas onde príncipes africanos cercaram-se de ricos comerciantes e exploraram o potencial comercial interno e externo que dispunham, consolidando-se como os principais fornecedores de sal, os escravos, o ouro e outros minérios para as regiões vizinhas. Além disso, a África medieval era considerada como um dos centros intelectuais mais dinâmicos do Ocidente, graças a influência do cristianismo e do islamismo em seu território. Contudo, para Fauvelle, apesar de todos esses indícios, a África medieval, não deve ser encarada por seus estudiosos como uma “lenda dourada” e sim como um período da História que ainda precisa ser desvelado, apesar da raridade das fontes externas (basicamente referentes aos relatos comerciais), dos poucos vestígios escritos legados pelas sociedades africanas do período e da má conservação dos vestígios arquitetônicos.

Para vencer as dificuldades que se apresentam em relação ao estudo da história africana como um todo e da história africana medieval em específico, Fauvelle propôs a elaboração de uma “história vitral da África” que se contrapõe a uma história generalizante constituída sobre fontes que silenciam quanto “aos setores internos da realidade: a economia, a organização social, as relações de poder, a família, o campo e a vida cotidiana”. Para Fauvelle, a história vitral ou a história em mosaicos tem suas vantagens: “[...] por meio da seleção deliberada dos fragmentos, compõem-se uma história cujos traços dominantes são os aspectos mais bem esclarecidos pelas fontes – os poderes reais, as cidades, os produtos do comércio.”¹⁷⁴⁰ Logo, sem abrir mão de uma perspectiva total da historicidade do continente, o objetivo de Fauvelle, em sua obra *O Rinoceronte de Ouro. Histórias da Idade Média Africana*, publicada inicialmente em 2013, é trazer à tona a diversidade e a riqueza política, econômica, cultural e social que caracterizou o continente africano ao longo da Idade Média,

¹⁷⁴⁰ FAUVELLE, François-Xavier. *O Rinoceronte de Ouro. Histórias da Idade Média africana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. p. 19.

entendendo as várias histórias africanas não como isoladas em si, mas como partes integrantes de uma historicidade maior, mas ainda distante de ser apreendida.

Entendendo, portanto, a necessidade de se elucidar a história medieval africana nos moldes de como foi pensada por Fauvelle, é que esse trabalho se propõe a discutir a forma como esse mosaico africano, constituído ao longo dos dez séculos medievais, têm sido representado nos livros didáticos.

A África Medieval e os livros didáticos

É inegável que os livros didáticos são instrumentos fundamentais no processo de ensino e de aprendizagem realizado cotidianamente nas escolas brasileiras. Para os docentes eles funcionam como uma fonte de pesquisa confiável na preparação das suas aulas, inclusive fornecendo, através geralmente de um anexo direcionado aos professores, uma série de orientações históricas e pedagógicas referentes ao ensino do conteúdo, além de fontes de pesquisa que podem ser utilizadas pelos docentes para incrementar as suas aulas. Já para os alunos, os livros didáticos funcionam como obras gerais completas, com informações atestadas por especialistas, que lhe iniciarão no conhecimento histórico.

Dada a sua importância crucial no âmbito escolar é que se espera que as editoras invistam na contratação de profissionais qualificados no campo historiográfico e pedagógico para redigirem esses manuais escolares. No caso dos livros analisados aqui, ambos foram escritos por autores que possuem formação acadêmica, alcançando os graus de mestrado e de doutorado em História, além de uma atestada experiência nas escolas de nível fundamental e médio, dado extremamente significativo para aqueles que se aventuram em “traduzir” a História para os iniciantes.

É evidente que a História presente nos livros didáticos é aquela que emana das diretrizes governamentais, já que esse tipo de literatura foi tradicionalmente produzido com o intuito de auxiliar na formação de bons e produtivos cidadãos que, conscientes da sua identidade, buscariam contribuir positivamente para o bem comum. Tal projeto didático foi evidenciado no século XIX sob a égide da escola metódica francesa que influenciou significativamente a intelectualidade brasileira do mesmo período e do século seguinte. Ao analisar os manuais escolares produzidos na França em fins do século XIX, Guy Bordé conclui:

Em livros destinados a crianças de 7 a 12 anos, o discurso ideológico fica ainda mais evidente, já que, por necessidade, as cores são carregadas e a língua simplificada. A escola metódica expõe aí seus princípios abertamente, sem nenhuma máscara. Além do mais, o grupo republicano, que cria a escola laica, gratuita e obrigatória, afirma claramente que a história não é neutra; que ela deve servir a um projeto político.¹⁷⁴¹

Os livros didáticos, portanto, são replicadores de uma ideologia que se mostra compatível com os princípios governamentais vigentes. Daí o Estado brasileiro ter desenvolvido, desde a década de 1930, um programa de distribuição de livros didáticos por todo o território nacional. Com o passar do tempo e alterações significativas, o *Programa Nacional do Livro Didático* continua distribuindo títulos, previamente aprovados por um conselho, que são selecionados pelos professores das redes públicas de ensino. Os títulos utilizados em 2018 foram os escolhidos pelos docentes no PNLD 2015.

Portanto, em cumprimento às diretrizes estabelecidas pela Lei nº 9.394/2003, os dois títulos didáticos aqui analisados introduziram em seu *corpus* conteúdos referentes à História da África, justificando a sua introdução pela importância que ela possui na formação da identidade social do alunado. Cotrim e Rodrigues afirmam ser o estudo da história africana, especialmente a dos povos subsaarianos, de suma importância por serem desta região a maioria dos povos africanos que migraram forçosamente para o Brasil, e tornaram-no o maior país negro fora da África. Sem especificar a historicidade de um dos povos africanos, Braick também afirma aos seus leitores ser necessário o estudo da História africana para a compreensão da origem multicultural brasileira.

Apesar de as duas obras apresentarem conteúdos referentes ao período medieval africano, elas o fazem a partir de perspectivas diferenciadas. Cotrim e Rodrigues limitaram-se a reunir as histórias dos povos subsaarianos considerados por eles como os mais significativos, o reino de Gana e do Mali, por estarem conectados às rotas comerciais saarianas e terem passado pelo processo de islamização. Nas palavras dos autores:

Após o fim da civilização egípcia antiga, outras caravanas de comerciantes continuaram atravessando o Saara. Foi assim que os árabes muçulmanos estabeleceram relações comerciais e culturais com os povos da África equatorial.

A partir do século XI, parte dessa região foi dominada pelos árabes, processo que se deu por meio de conquistas militares e pelo domínio religioso. A África equatorial foi islamizada, ou seja, adotou a religião

¹⁷⁴¹ BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Belo Horizonte. Editora Autêntica, 2018, p. 184.

islâmica. Os árabes chamavam a África equatorial de “terra dos negros”. Nessa região desenvolveram-se várias civilizações.¹⁷⁴²

Para apresentar os conteúdos referentes a esses dois reinos, os autores situam a sua origem no século III e consideram o Islamismo como o ponto de virada na História desses povos, no caso de Gana, no século X, e no caso de Mali, com a conversão do rei Sundiata Keita no século XIII.

Em seguida, adicionam dados sobre as comunidades iorubás, o reino de Daomé e os bantos. Não fica inicialmente claro para o leitor o porquê da introdução desses conteúdos, já que essas formações políticas não estão diretamente relacionadas ao processo de islamização noroeste-africano, além de estarem situadas no litoral atlântico do continente. Somente depois da apresentação dos conteúdos referentes a elas é que os autores explicam que das comunidades iorubás, do Daomé e do povo banto é que foi retirada grande parte da população escrava africana trazida para o Brasil.

Sendo assim, o leitor desta obra pode erroneamente entender que na África existiam somente as referidas estruturas políticas citadas acima. Além disso, os autores não promovem nenhuma discussão com o seu público leitor acerca da forma como foi construída a história desses povos, que parece já definitivamente elaborada e concluída.

Seguindo um caminho semelhante, Braick optou por organizar os conteúdos referentes à história africana medieval em dois grandes blocos: a África islâmica (composta pelos reinos do Sahel) e os povos africanos que influenciaram diretamente a cultura brasileira: as comunidades iorubás (ou nagôs) e bantos (ou congo-angolas). O interessante da seleção contadística da autora é que ela não a esconde do seu público leitor. Pelo contrário, ela faz o seguinte alerta: “Entretanto, não devemos falar da África no singular, pois o continente é constituído de centenas de povos, que apresentam diferentes formas de governo, economia, costumes, expressões artísticas, religiões e línguas.”¹⁷⁴³ Logo, o leitor é informado de que ali, naquele capítulo, ele terá conhecimentos sobre alguns dos povos africanos que abrigaram importantes e numerosas comunidades muçulmanas presentes e atuantes ainda no mundo contemporâneo e sobre os povos africanos que, com a sua migração forçada para o continente americano, ajudaram a forjar as bases da cultura brasileira.

¹⁷⁴² COTRIM, Gilberto e RODRIGUES, Jaime. *Historiar*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.p. 64.

¹⁷⁴³ BRAICK, Patricia. *Estudar História. Das origens do homem à era digital*. São Paulo: Moderna, 2015.p. 47.

Além de esclarecer ao leitor a forma como os conteúdos foram selecionados, a autora preocupou-se em refletir com ele sobre a complexidade que existe em torno do estudo da história africana. No subitem *O preconceito e a ignorância sobre a África*, Braick afirma que desde a Antiguidade, os povos africanos foram mencionados em fontes históricas de forma preconceituosa, o que aumentou consideravelmente no século X sob a influência do cristianismo. Nas palavras da autora:

O estranhamento dos europeus em relação aos africanos prevaleceu por todo o período medieval. No ano mil, as referências sobre os africanos já estavam completamente marcadas pelo cristianismo. Imagens diabólicas eram representadas sempre como figuras negras, e a cor da pele era associada às condições climáticas do continente.¹⁷⁴⁴

Nota-se o empenho de Braick em discutir com o seu leitor questões relativas à forma como se faz a história africana, contudo as informações reunidas não são devidamente esclarecidas e o texto parece querer conduzir o leitor à conclusão de que os povos africanos foram alvos de preconceitos raciais desde a Antiguidade. A autora não informa, contudo, que aquilo que ela considera como preconceito não estava necessariamente imbuído de uma perspectiva racial durante a Antiguidade e boa parte do Medievo, sendo muito mais um tipo de estranhamento comum aos povos antigos e medievais em relação aos que eram diferentes, aos que não pertenciam a sua cultura. Portanto, os critérios raciais não eram necessariamente os parâmetros sobre as quais se baseavam as diferenças. Como alerta F. Bethencourt ao referir-se às origens do racismo, entendido pelo autor como o “[...] preconceito em relação à ascendência étnica combinado com ação discriminatória.”¹⁷⁴⁵ em seu livro *Racismos. Das Cruzadas ao século XX* (2018):

Esta obra rompe com a visão, relativamente consensual, de que a teoria das raças antecedeu o racismo; contesta o atual revisionismo acadêmico, que remonta a invenção do racismo à Antiguidade Clássica; e rejeita a ideia do racismo como um fenômeno intato partilhado por toda a humanidade. Meu argumento é de que determinadas configurações de racismo só podem ser explicadas com a pesquisa de conjunturas históricas, que precisam ser comparadas e estudadas a longo prazo. O racismo é relacional e sofre alterações com o tempo, não podendo ser compreendido na sua totalidade através de estudo segmentado de breves períodos temporais, de regiões específicas ou de vítimas recorrentes – negros ou judeus, por exemplo.¹⁷⁴⁶

¹⁷⁴⁴ BRAICK. Op. cit. p. 48.

¹⁷⁴⁵ BETHENCOURT, Francisco. *Racismos. Das Cruzadas ao século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 21.

¹⁷⁴⁶ Idem

Apesar de o próprio Bethencourt ter considerado as Cruzadas como o momento da história medieval onde o racismo foi constituído, já que a intensificação do contato entre diversos povos tornou a identificação religiosa e étnica “essencial para a sobrevivência diária”¹⁷⁴⁷, a autora notadamente induz os seus leitores a considerar a existência do racismo em relação aos povos africanos já entre os gregos e romanos, gerando distorções na aprendizagem desse conceito histórico por parte dos discentes.

Em um outro subitem intitulado *As fontes para o estudo da África*, Braick cuidadosamente informa aos seus leitores sobre as fontes históricas passíveis de serem utilizadas para a construção da história africana, como os registros escritos, os vestígios, os objetos arqueológicos e os relatos da tradição oral. Oferece destaque especial aos relatos dos viajantes árabes, especificamente os de Ibn Battuta e Ibn Khaldun, e às narrativas griôs, a principal fonte oral para o estudo dos povos da África, a quem dedica um subitem para apresentá-las aos alunos. A autora trabalha a importância dos griôs na preservação da cultura dos povos africanos e propõe uma atividade complementar onde os alunos são convidados a fazer uma interpretação de uma narrativa da literatura oral nigeriana, estimulando o aluno a pensar e o professor a trabalhar interdisciplinarmente.

De uma forma ou de outra, a opção conteudística apresentada pelos autores pode ser considerada falha em termos de aprendizagem. Mesmo que a ênfase em determinados conteúdos possa e deva ser feita, os conteúdos não podem ser simplesmente omitidos aos alunos. Em seu livro *História da África* (2017), J. R. Macedo identificou três zonas políticas e sociais a partir das quais se pode elaborar uma síntese bastante didática da História africana: os povos da Núbia e do Índico, os povos do eixo transaariano e os povos do mundo atlântico. Macedo justifica esse critério organizacional dos conteúdos baseando-se “[...] na evolução das organizações políticas e sociais do continente e não em critérios cronológicos e em uma organização linear do conteúdo.”¹⁷⁴⁸ O autor recua à Antiguidade e se estende até o período moderno, não enfatizando especificamente a Idade Média, embora ofereça informações importantes sobre esse tempo histórico, auxiliando o aluno na construção de um conhecimento sintético sobre história africana.

A escolha dos focos analíticos feita por Cotrim, Rodrigues e Braick, a saber, a ênfase no processo de islamização e nas rotas comerciais africanas é bastante comum em várias obras quando se trata da história africana medieval. Tais focos encontram-se evidenciados na

¹⁷⁴⁷ BETHECOURT. Op. cit. p. 35.

¹⁷⁴⁸ MACEDO, José Rivair. *História da África*. São Paulo: Contexto, 2017.p. 8.

Coleção História Geral da África que, na introdução ao terceiro volume, informa que o período que se estende dos séculos XII ao XVI é particularmente significativo para a história dos povos do continente por ter sido nesse contexto que “[...] a África desenvolve culturas originais e, sem perder sua personalidade, assimila influências do exterior.”¹⁷⁴⁹ e onde é possível identificar o aumento das fontes autóctones escritas, principalmente na África subsaariana. Nesse período é possível mapear também algumas características fundamentais do processo histórico africano: a difusão do Islamismo e a intensificação das rotas comerciais.

A difusão do Islamismo se deu a partir da expansão árabe na região mediterrânea principalmente pela ação dos guerreiros e dos comerciantes, sem, contudo deixar de enfrentar a oposição do cristianismo copta que se interpunha ao domínio muçulmano da bacia do rio Nilo.

Os muçulmanos revelaram-se excelentes mercadores e dominaram o comércio mundial, contribuindo para o desenvolvimento da ciência, da filosofia e da técnica em todas as regiões em que se instalaram. Fato essencial para o continente é que, tanto no norte quanto no vasto Sudão ao sul do Saara, a África imprimiu ao Islã a marca de sua originalidade.¹⁷⁵⁰

As forças almorávidas se desenvolveram no continente africano no século XI a partir da reunião de um grande contingente de guerreiros negros do Takrur, o que lhes permitiu o domínio de boa parte do Magreb e da Península Ibérica e a conquista dos impérios de Gana e do Sudão. Juntamente com a ação militar, os almorávidas restauraram o islamismo ortodoxo, reforçando a necessidade da adoção desta religião pelos povos conquistados, e consolidaram as ligações comerciais dos seus domínios africanos tanto com o mundo islâmico oriental quanto o ocidental constituído nas terras ibéricas.

A intensificação das rotas comerciais e da conexão cultural com povos ocidentais e orientais tornou a África uma espécie de “encruzilhada do comércio internacional” que foi além do Mediterrâneo e se desenvolveu também no Oceano Índico, “[...] uma espécie de *Mare islamicum* antes da instauração da hegemonia chinesa fundada na navegação em butres.”¹⁷⁵¹ Além das conexões externas, desenvolveu-se no continente uma série de rotas comerciais internas que cortavam o Saara de norte a sul, onde a presença árabe era constante; As savanas sudanesas e as regiões de floresta ao sul, do rio Casamance ao golfo de Bernin foram palco também de

¹⁷⁴⁹ NIANE. Op. cit. p. 1.

¹⁷⁵⁰ NIANE. Op. cit. p. 2.

¹⁷⁵¹ NIANE. Op. cit. p. 4.

[...] um intenso comércio, de cuja existência os árabes pouco suspeitam, visto que consideram deserto todo o território situado além de Gao e do Mali. [...]. Ao sul do Equador, onde a influência muçulmana é nula, os intercâmbios entre regiões não serão menos significativos, graças aos deslocamentos de populações e aos inúmeros contatos ocorridos por ocasião dos mercados ou feiras. Os frequentes intercâmbios inter-regionais de que a África foi palco nesse período explicam a unidade cultural fundamental do continente.¹⁷⁵²

Partindo dessas informações seria possível, portanto, aos autores dos livros didáticos organizarem de forma mais de adequada os conteúdos referentes à História medieval africana explorando as suas conexões internas e externas. Contudo, isso não acontece de forma clara na obra de Vicentino e de Rodrigues, onde os conteúdos são dispostos parcialmente e sem as conexões adequadas, e na de Braick, as conexões conteudísticas, apesar de mais esclarecidas, ficaram restritas a determinadas regiões do continente africano. Apesar disto, os autores das obras aqui analisadas tiveram o mérito de elegerem no quadro conteudístico, informações sobre a organização política, econômica, social e cultural, mesmo que limitadas, sobre os povos bantos e as comunidades iorubás, portadoras de um papel importante na construção da identidade negra brasileira. Embora, da forma como essas informações foram dispostas, tais povos pareçam aos seus leitores desconectados do restante daqueles que ocupavam o território africano.

Conclusão

Analisando-se as obras didáticas selecionadas para este trabalho é possível identificar o esforço louvável dos seus autores de inserirem conteúdos referentes à África medieval em suas obras. Contudo, tais obras ainda precisam ser devidamente aprimoradas na forma como selecionam, dispõem e conectam os conteúdos relativos a esse período histórico, pois da forma como eles foram ali apresentados, ao término da sua leitura, docentes e discentes terão construído uma noção fragmentária da história dos povos africanos, apresentados de forma desconectada tanto no âmbito do cenário político, econômico, social e cultural interno quanto no contexto externo. Desta forma, as obras citadas ainda contribuem para a perpetuação da errônea ideia de uma África isolada, desconectada e pouco avançada em relação ao restante do mundo conhecido.

¹⁷⁵² Idem

Alterar tal perspectiva é fundamental para a formação de um cidadão brasileiro que se mostre tanto consciente da sua herança cultural nacional quanto preparado para viver em um mundo cada vez mais globalizado e pautado por uma agenda multicultural.

Referências Bibliográficas

BRASIL. LEI N. 10639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. *Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.* Brasília,DF, Jan 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em 1 de outubro de 2019.

BETHENCOURT,Francisco. *Racismos. Das Cruzadas ao século XX.* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.p. 21.

BOURDÉ,Guy e MARTIN,Hervé. *As Escolas Históricas.* Belo Horizonte. Editora Autêntica, 2018.p. 184.

BRAICK, Patricia. *Estudar História. Das origens do homem à era digital.* São Paulo: Moderna, 2015.p. 47.

COTRIM,Gilberto e RODRIGUES,Jaime. *Historiar.* 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.p. 64.

FAUVELLE,François-Xavier. *O Rinoceronte de Ouro. Histórias da Idade Média africana.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. p. 19.

HERNÁNDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula. Visita à História Contemporânea.* São Paulo: Selo Negro, 2008.

MACEDO, José Rivair. *História da África.* São Paulo: Contexto, 2017.p. 8.

NIANE, Djibril Tamsir (ed.). *África do século XII ao XVI* 3 ed. São Paulo: Cortez, Brasília: UNESCO, 2011. p. XX.

Rua das Ninfas e não da Imaculada Conceição: os protestos contra as homenagens póstumas feitas ao propagandista republicano Silva Jardim. (Recife, 1889)

Marta Lúcia Lopes Fittipaldi.*

Resumo: As homenagens póstumas feitas a Antônio da Silva Jardim, falecido em 1º de julho de 1891, serviram à construção da memória republicana, porém não sem conflitos. Enquanto no Rio de Janeiro, órgãos da imprensa e discursos parlamentares denunciavam como injusto o alijamento do tribuna pelo Governo Provisório, em Recife ocorriam protestos contra a iniciativa da intendência em dar a tradicional logradouro público o nome do advogado que há dois anos por ali estivera a enfrentar manifestações populares. Em sua campanha por várias províncias, Jardim defendera, entre outros pontos, o Estado laico, ideia compartilhada por grande parte dos políticos e homens de letra do período e que, explorada pelos monarquistas, talvez tenha contribuído para os seguidos amotinamentos enfrentados pelo conferencista em suas seguidas viagens.

Palavras-chaves: Silva Jardim; memórias; República.

Abstract: The posthumous tributes done to Antônio da Silva Jardim, dead in July 1st 1891, fitted to the construction of the republican memory, although not without conflicts. Meanwhile in Rio de Janeiro, parts of the press and parliamentary speeches reported how unfair the alienation of the tribuna by the Provisional Government, in Recife happened protests against the enterprise of the stewardship in naming the traditional public place after the lawyer that two years later were there facing the popular manifestations. In his campaign across several provinces, Jardim defended, among other matters, the secular state, idea shared by great part of the politicians and literate men and that, exploited by monarchists, perhaps contributed to the frequent mutinies faced by the lecturer in his further trips.

Keywords: Silva Jardim; memories; Republic.

O jornal *Gazeta de Notícias*¹⁷⁵³ foi o primeiro a anunciar a trágica morte Antônio da Silva Jardim, desaparecido nas lavas do Vulcão Vesúvio, em Nápoles, na Itália, a 1º de julho de 1891. Depois de sua campanha entre 1888 e 1889, durante a qual se tornara conhecido como um dos mais atuantes propagandistas da República, Jardim vinha amargando, desde o quinze de novembro, um alijamento político muito em função das discordâncias que mantivera com os líderes do partido Republicano Nacional, Saldanha Marinho e Quinto Bocaiuva.¹⁷⁵⁴

A morte do advogado fluminense ocupou por vários dias as páginas dos jornais brasileiros, que não deram crédito à aventada possibilidade de suicídio, versão corrente na cidade do Rio de Janeiro naquele inverno.¹⁷⁵⁵ As correspondências endereçadas por ele ao Brasil poucos dias antes de sua morte corroboram essa afirmação, pois nela podem ser conhecidos os muitos planos que o jovem bacharel nutria para o futuro, sua intenção de pronto retorno principalmente movido pelas saudades de dois filhos menores que deixara sobre os cuidados do cunhado, Martim Francisco Ribeiro de Andrada.¹⁷⁵⁶

Muitas foram as homenagens, notas de pesar, anúncio de celebrações de missas pela sua alma, assim como mobilizações para arrecadação de recursos que viessem a auxiliar sua família. Naqueles dias em que Jardim voltava às manchetes, o governador do estado do Rio de Janeiro, Francisco Portela, teve de tornar públicos os esclarecimentos sobre as acusações de que teria exonerado o pai do falecido, Gabriel Jardim, como forma de perseguição política. Portela havia enfrentado ferrenha oposição do advogado fluminense que não reconhecia a chapa por ele organizada para a eleição dos Constituintes, em 1891. O professor Gabriel, esclarecia o governo fluminense, assim como tantos outros, teria perdido o cargo de inspetor escolar, no qual se encontrava investido por nomeação do seu próprio governo, simplesmente porque aquele cargo fora extinto. Ainda que irresponsável pela situação, o governador Portela julgou necessário aposentar o aludido funcionário, com todos os vencimentos, mesmo tendo

*Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora - Linha de Pesquisa: Imagens, Narrativa e Sociabilidades. Bolsista CAPES. mlsepol@gmail.com.

¹⁷⁵³ GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 2 ago. 1891, p. 2

¹⁷⁵⁴ BOEHRER, G.C.A. *Da Monarquia a República: história do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1954, p. 209.

¹⁷⁵⁵ LEÃO, J. *Silva Jardim: apontamentos para a biografia do ilustre propagandista, hauridos nas informações paternas e dados particulares e oficiais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895, p. 286.

¹⁷⁵⁶ FITTIPALDI, M.L.L. Título provisório: *Libertos contra Silva jardim na Zona da Mata mineira*. (Tese de Doutorado em fase de conclusão).

ele acumulados apenas 19 anos de serviço.¹⁷⁵⁷ Não se tratou, portanto, reiterava a publicação, de injustiça ou perseguição, o que ficava comprovado com a informação de que a irmã de Jardim, a professora Maria Amélia, havia sido nomeada também pelo governo do estado e continuava a exercer seu cargo em Arraial das Pedras. O assunto, naturalmente, rendeu réplicas dos adversários do governador ancoradas na comoção pública causada pela grande infortúnio enfrentado pelo professor exonerado.

Em um discurso emocionado na Câmara dos Deputados, Sampaio Ferraz,¹⁷⁵⁸ lembrava sua íntima amizade com o advogado, que fora o seu “mestre”, o seu “diretor”,¹⁷⁵⁹ o que confessava sem constrangimentos. Muitas vezes o havia defendido com o próprio coro das agressões sofridas durante sua campanha. Eram irmãos, mais do que amigos. Lembrou ainda os serviços prestados pelo falecido à causa republicana, sempre movido pela audácia, que fora o timbre do seu temperamento. A tragédia o colhera em momento delicado. Deixara a esposa “reduzida à extrema pobreza”. Propunha que fosse aprovado uma exceção nas exigências administrativas em favor da viúva, Anna Margaria Andrada Silva Jardim, que deveria receber uma pensão permanente. A fala de Sampaio Ferraz, muito aplaudida e seguida de abraços consternados, foi secundada pelo pronunciamento de Aníbal Falcão, que igualmente lamentava a morte do correligionário, justamente no momento em que se esperava a sua volta, conforme ressaltou.

Personalidades que nos meses finais do Império tinham se digladiado com o tribuno nas disputas intrapartidárias, como Quintino Bocaiuva, ou nas páginas dos jornais, meetings e conferências, como José do Patrocínio, também não se furtaram em render ao morto muitas homenagens, reconhecendo sua grande importância na propaganda republicana.

Jardim completaria 31 anos no mês seguinte à sua morte. Cedo se retirou da disputa política, mas seu desaparecimento, inversamente, teve poder de preservá-lo em cena. Sua ida à Europa, com o objetivo de afastar-se das desilusões políticas e de escrever suas memórias, resgatando assim sua importância na propaganda republicana, foi uma viagem sem volta. Talvez por esse motivo tenha figurado com tanta frequência e por um longo período nos

¹⁷⁵⁷ GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 7 jul. 1891, p. 2

¹⁷⁵⁸ O paulista João Batista Sampaio Ferraz foi um dos criadores do jornal republicano *Correio do Povo*, em meados de 1889. Vinha de uma militância política muito próxima a Silva Jardim. Tornou-se no Governo Provisório o primeiro chefe de polícia da cidade do Rio de Janeiro, cargo que teria desempenhado com especial rigor na repressão aos grupos de capoeiristas. Quando Jardim faleceu, em 1891, ele já havia se afastado do posto e cumpria mandato como parlamentar.

¹⁷⁵⁹ As citações deste parágrafo foram extraídas da seguinte fonte: ANNAES DA CÂMARA DE DEPUTADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 4 jul. 1889, p. 210.

argumentos de republicanos “adesistas” e “históricos”. Tornou-se um símbolo polivalente por ter buscado em sua campanha aproximação com monarquistas convertidos ou ainda resistentes à ideia republicana, enquanto militava ao lado da mocidade republicana. Em seus quarenta e um anos, a chamada Primeira República passou por uma série de transformações caracterizadas por conflitos ocorridos principalmente em sua primeira década, classificada de “anos entrópicos” por Renato Lessa, sendo entropia por ele “entendida como associação entre estado de anarquia e elevado grau de incerteza que se manifesta a partir da ruptura dos canais de integração entre polis, demos e governo, definidos pela ordem imperial”.¹⁷⁶⁰ Naqueles anos de incerteza, os atores políticos buscavam espaço e legitimação. Sem pretender avançar na análise do período, atendo-me à relação das disputas discursivas entre “adesistas” e “históricos” com a memória da propaganda republicana. Muitos fragmentos textuais podem reforçar essa relação. Já em 1892, o jornal “A Ordem” evocava a memória da propaganda republicana desta vez para criticar o governo Floriano Peixoto: “Foi esta a suma da propaganda de Silva Jardim, de João Pinheiro e de outros? [...] É com esses elementos de anarquia que se há de firmar a República?”¹⁷⁶¹ Por sua vez, *O Pharol* rememorava a propaganda republicana, lamentando a falta de tribunos com “a pertinácia e a coragem de Silva Jardim”¹⁷⁶² e os rumos tomados pelo novo regime: “Não faltam espíritos ponderados que avisem, que mostrem em evidência diariamente, os perigos assediando o futuro do país. A resposta e a chacota, e tantos republicanos veteranos como adesistas fazem timbre em esmolambar a instituição, torná-la degradada, hedionda, intolerável!”¹⁷⁶³

Em várias partes, no momento imediatamente posterior à sua morte, nomes de ruas, foram substituídos ou novos logradouros foram batizados em sua homenagem. No Rio de Janeiro, a antiga Travessa da Barreira, palco de um grave confronto, em 1888, entre os correligionários de Jardim e a Guarda Negra, passou a se chamar Rua Silva Jardim.¹⁷⁶⁴ Tratava-se do acesso entre a região da Lapa e a antiga Praça da Constituição, cuja estátua equestre erigida na década de 1860 em homenagem a D. Pedro I continuara a exercer sua centralidade a despeito do novo tratamento dado pela República ao logradouro público. Em 1890, a praça fora rebatizada com o nome de Tiradentes, um herói resgatado do século

¹⁷⁶⁰ LESSA, R. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998, p. 49.

¹⁷⁶¹ A ORDEM. Ouro Preto. 19 mar. 1892.,p. 1

¹⁷⁶² O PHAROL, Juiz de Fora, 17 ago. 1901, p. 1

¹⁷⁶³ Idem.

¹⁷⁶⁴ O Conselho da Intendência do Rio de Janeiro aprovou a mudança em 3 de setembro de 1891. DIÁRIO DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, 4 set. 1891, p. 2.

dezoito que então simbolizava as lutas contra a Monarquia deposta.¹⁷⁶⁵ Seria grande o contentamento de Silva Jardim ao saber que seu nome passaria à posteridade em local tão próximo ao logradouro que passara a reverenciar a memória do alferes mineiro, pois esse esteve sempre em destaque no panteão dos heróis históricos valorizados pelo tribuno. O desagravo feito pelo governo republicano, batizando com a alcunha do inconfidente um espaço tão próximo a locais como a Igreja de Nossa Senhora da Lampadosa, onde o mártir teria parado para fazer sua última oração antes de subir ao cadafalso, certamente foi incorporado à fala do advogado nas comemorações do dia 21 de abril de 1890. A data, transformada em feriado pelo Governo Provisório, foi lembrada com cortejos e discursos.¹⁷⁶⁶

Outras homenagens ocorreram em várias outras localidades, como em Juiz de Fora, com o batismo de uma nova rua¹⁷⁶⁷ e no Recife, embora os protestos ocorridos na capital pernambucana contra a iniciativa da Câmara Municipal de Vereadores tenham demonstrado que a memória sobre a atuação do tribuno durante seus dois anos de intensa campanha republicana ainda não estava pacificada.

Apesar das evocações à figura histórica de Silva Jardim provocadas pela comoção do seu desaparecimento, o consenso não vigorou em torno da sua memória. Em Recife, a placa com o seu nome, que indicaria a nova denominação da antiga Rua da Conceição foi arrancada e vilipendiada. O Partido Republicano de Pernambuco anunciou a mudança, convocando aos moradores da rua para enfeitarem as suas casas, “associando-se por esta forma à verdade e à justiça.”¹⁷⁶⁸ Os termos do convite já faziam menção ao que mais adiante veremos: a estada de Jardim na cidade, há pouco mais de dois anos, havia sido narrada de formas diferentes por republicanos e monarquistas. A nota também convidava toda a população a concorrer ao local indicado. Os relatos do *Jornal do Recife* descreveram como festiva e tranquila a cerimônia, realizada a 13 de setembro de 1891, ou seja, pouco mais de dois meses da morte do homenageado. No entanto, na calada da madrugada, opositores políticos do intendente municipal teriam se encarregado do vandalismo. Isso não foi o que afirmou, no entanto, outras narrativas, como o jornal *A Província*, que apontou a ocorrência de protestos já durante a cerimônia de colocação da placa e publicou um texto em que o autor, identificado pelo pseudônimo Marcelo, dizia aprovar a intenção da homenagem, que era justa,

¹⁷⁶⁵ Ver: CARVALHO, J.M. *A formação das almas: o imaginário da república do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

¹⁷⁶⁶ GAZETA DE NOTÍCIAS, 22 abr. 1890, p. 1

¹⁷⁶⁷ O PHAROL. Juiz de Fora, 17 set. 1892, p. 2

¹⁷⁶⁸ JORNAL DO RECIFE. Recife, 13 set. 1891, p. 2

mas também entendia e respeitava o protesto popular que teria sido menos uma simples oposição à homenagem e mais uma manifestação da religiosidade do povo recifense. Por que justamente a Rua da Imaculada Conceição? Não haveria um logradouro de nome menos inexpressivo para os moradores da cidade? A escolha, equivocada, soou como “[...]um acinte herético; uma arrogância profanadora”.¹⁷⁶⁹ O autor dizia-se inclinado a acreditar que a Intendência de Pernambuco não quis ofender a fé dos munícipes, nem pensou talvez nos embaraços que lhe trariam a troca. Mas se ela teve intuítos reformadores, se retirou a placa antiga por julgá-la pouco condigna com as luzes daquele final de século, estaria cometendo grava violência contra a cultura popular.

Quatro dias depois do ato de protesto, anunciava-se que a intendência do Recife acataria a representação que lhe fora dirigida. Seria conservado Rua da Conceição e transferido o nome “do ousado propagandista”¹⁷⁷⁰ para a Rua das Ninfas, também na Paróquia de Boa Vista. Chama a atenção que a escolha tenha recaído sobre uma rua cuja denominação aludia à mitologia grega e nem de perto lembrava a fé católica. Este episódio naturalmente foi uma exceção entre as muitas homenagens que em todo o país foram dirigidas ao propagandista. Cumpre, no entanto, atentar para o fato de que o ocorrido no Recife esteve relacionado com a forma como Jardim reiteradamente fora recebido, não só na capital pernambucana, por grupos populares que rechaçavam as propostas apresentadas pelo tribuno, desconfiados, sobretudo, com a ideia de laicização do Estado. Nesse sentido, é necessário que sejam rapidamente recuperados as oposições enfrentadas por Jardim.

Em junho de 1889, ele havia partido para o Norte, embarcando no mesmo vapor que levava Gastão de Orleans, o Conde D’eu. Naquele momento em que fortalecia-se o Partido Republicano, a despeito das rupturas internas, contando para tanto com a expansão da propaganda e o adesismo da lavoura, a viagem do consorte francês, envolvendo praticamente todas as províncias litorâneas do antigo norte do Brasil, tomou logo significado político específico. A viagem certamente visava a angariar apoio contra a crise que afetava a monarquia. Jardim então resolver contrapor-se à iniciativa do príncipe, decisão que passou à memória republicana como episódio importante e que teria muito auxiliado no já adiantado processo de desgaste do governo imperial. No entanto, a empreitada de Jardim em seguir o consorte francês não foi assim tão exitosa. Ele encontrou muitas oposições e teve dificuldade em cumprir a agenda que havia planejado.

¹⁷⁶⁹ A PROVÍNCIA. RECIFE, 26 set. 1889, p. 2

¹⁷⁷⁰ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 17 set. 1891, p. 2

No primeiro desembarque, em Salvador, ele enfrentou a ira de grupos monarquistas na Ladeira do Taboão, tendo que se refugiar em um prostíbulo. Incógnita, pois todos procuravam pelo forasteiro republicano, presenciou as mulheres que o acolheram se benzerem diante da simples menção do seu nome.¹⁷⁷¹ Os apuros em solo baiano não foram poucos. Do Recife chegavam notícias de que os libertos preparavam grande mobilização. Diante disso, Jardim acabou sendo recebido discretamente pelos correligionários, não retornando ao navio. O Conde D’eu seguiu viagem para a região amazônica e ele permaneceu na capital pernambucana. Somente voltou à Corte no dia 1º de agosto, no vapor alemão Olinda. Sua agenda, levando-se em conta o tempo da viagem – quase um mês e meio - parece ter ficado bastante limitada. Na capital pernambucana os lugares públicos não estiveram disponíveis para suas apresentações. Conseguiu realizar, embora com intercorrências, apenas a conferência do dia 20 de junho, no Teatro Santo Antônio. No interior, pelo menos um sério conflito ocorreu. O *Jornal do Recife* assegurou em ampla reportagem que se não fosse a energia da força policial e o embate entre libertos e republicanos teria deixado um desastroso saldo de violência. Referia-se o diário pernambucano ao embate do dia 7 de julho, que marcou a conferência na localidade Escada, quando cerca de mil libertos reunidos nas imediações da Rua do Rio demonstravam clara intenção de hostilizar o visitante, impedindo-lhe a retirada. Pessoas conhecidas da cidade, como o “Vigário Pedrosa”¹⁷⁷², foram citadas pelo jornal como potenciais testemunhas da veracidade das cenas narradas.

Os conflitos que dificultaram as apresentações de Jardim na terra de seu maior apoiador, Aníbal Falcão,¹⁷⁷³ foram repercutidos pela imprensa carioca que em grande parte acatou a forma dada pelos próprios republicanos locais: os liberais, liderados por José Mariano,¹⁷⁷⁴ trataram de sabotar as apresentações de Jardim, cooptando para tanto hordas de libertos, classificados de ingênuos e ignorantes. Alguns pormenores dão margens, no entanto, a interpretações que podem sim apontar para um movimento maior, não apenas provocado

¹⁷⁷¹ JARDIM, A. S. *Memórias e viagens: campanha de um propagandista*. Lisboa: Typ. da Cia Nacional Editora, 1891, p. 346

¹⁷⁷² JORNAL DO RECIFE. Recife, 12 jul. 1889, p. 2.

¹⁷⁷³ Advogado pernambucano, líder do Partido Republicano de Pernambuco que em maio de 1889 lançou um manifesto apoiando publicamente o rompimento de Silva Jardim com a direção nacional do PR, reconhecendo-lhe como única liderança a ser seguida.

¹⁷⁷⁴ Tratava-se de José Mariano Carneiro da Cunha, bacharel formado pela Faculdade do Recife, deputado geral por Pernambuco, entre 1878 e 1885, pelo Partido Liberal, cujo órgão de imprensa oficial, o jornal A Província, foi por ele criado na década de 1870. Teve importante papel no movimento abolicionista local, sendo um dos fundadores do Clube do Cupim.

pela “capangagem”¹⁷⁷⁵ que estaria a cargo de opositores da ideia republicana como José Mariano. Analisadas em conjunto, as publicações nos jornais locais, reverberadas na Corte, revelam que a palavra do visitante esteve cerceada pela eminência de um grande conflito. No dia de sua chegada à cidade, 19 de junho, Jardim restringiu-se a falar na própria residência que o acolhera para um grupo de correligionários, dentre eles, os redatores de *O Norte*, jornal de declarada inclinação republicana que naquele dia fechou a redação para prestigiá-lo.

Parece não ter tido o destaque esperado por ocasião da comemoração do primeiro centenário da república. Enquanto no Rio de Janeiro, Anacleto de Freitas¹⁷⁷⁶ discursava em nome do Club republicano dos Homens de Cor,¹⁷⁷⁷ ele comparecia à exposição realizada no *Comptoir Industriel Français*, em comemoração ao 14 de julho. Houve *champagne* e música, mas a imprensa não o destacou como orador.¹⁷⁷⁸ Seguramente não havia sido essa a expectativa de Jardim quando programou passar o aniversário de cem anos da Queda da Bastilha em solo pernambucano. Na verdade, é digna de desconfiança de sua ausência da Corte justamente naquela data que vinha sendo por ele projetada como um marco. A decisão tomada como “grande ousadia”¹⁷⁷⁹ talvez tenha encoberto o seu comprometido acesso às lideranças republicanas que certamente já se precaviam contra possíveis confusões do grupo de Silva Jardim com a Guarda Negra.

Jardim retornou ao Rio de Janeiro em 5 de agosto. Nenhuma recepção registrada em suas memórias, tampouco na imprensa. O jornal *Gazeta de Notícias*, uma das folhas que mais lhe franqueou espaço, somente registrou o desembarque. O jornal conservador e confessional *O Apóstolo* publicou, em tom triunfante, a informação que em seu regresso ele teria sido impedido pelos próprios republicanos de desembarcar em Salvador: “Fique sabendo o Dr. Jardimzinho que se na Bahia os republicanos não lhe consentem o desembarque, muito menos o elegerão presidente da república. É uma lição cara, sim; porém proveitosa.”¹⁷⁸⁰

¹⁷⁷⁵ Livia Laura Antunes aborda cuidadosamente o possível envolvimento do político liberal abolicionista com a Guarda Negra e analisa as interpretações, baseadas em narrativas contemporâneas aos conflitos e na própria historiografia, de que aquela associação reuniria majoritariamente a “capangagem” subordinada à oposição liberal ou conservadora. ANTUNES, L.L. *Sob a guarda negra: abolição, raça e cidadania no imediato pós-abolição*. Tese (Doutorado em História) UFF, Niterói, 2019, p. 232-233

¹⁷⁷⁶ Ver: DOMINGUES, P. “Cidadania levado a sério: os republicanos de cor no Brasi.” In: GOMES, F. e DOMINGUES, P. (Org.). *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014, pp. 121-154.

¹⁷⁷⁷ O Clube Republicano dos Homens de Cor foi criado no segundo semestre de 1889 em oposição à Guarda Negra. Ver:

¹⁷⁷⁸ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 16 jul. 1889, p. 3

¹⁷⁷⁹ GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 14 jun. jun. 1889, p. 2.

¹⁷⁸⁰ O Apóstolo. Rio de Janeiro, 2 ag. 1889, p. 2

O jornal *Cidade do Rio* também replicou a mesma informação, porém brevemente e em tom meramente noticioso: “Os republicanos da cidade da Bahia resolveram, para evitar cenas desagradáveis, aconselhar ao Dr. Silva Jardim que não baixasse à terra quando em viagem tocar naquele solo”.¹⁷⁸¹ Fosse meses antes e José do Patrocínio prolongaria o assunto com suas palavras a reverberar os brados¹⁷⁸² dos amotinamentos contra a propaganda, já que a cautela do republicanos baianos poderiam ser facilmente interpretados por ele como resultante da força popular apoiando a monarquia. No entanto, enquanto Jardim empreendia sua viagem ao Norte, dera-se a inflexão política do jornalista que abandonara de vez a defesa da monarquia, a exemplo de outros homens de letras, como Olavo Bilac e Raul Pompeia, próximos ao *Cidade do Rio*, que, no entanto, afirmava-se como folha republicana independente, que defendia ideias e não “personalidades”.¹⁷⁸³ Ou seja, o jornal de José do Patrocínio passou de ferrenho opositor da campanha republicana à crítico de posições isolados, como as de Silva Jardim, que continuou a ser muito atacado nas páginas daquele periódico.¹⁷⁸⁴

Os embates entre Patrocínio e Jardim, iniciados no imediato pós-abolição, acirraram-se em 30 de dezembro de 1888, quando houve um grande conflito nas imediações Salão de Ginástica Francesa, na Travessa da Barreira, entre republicanos que acompanhavam a conferência realizada pelo advogado e numeroso grupo de extração popular, composto majoritariamente por integrantes da Guarda Negra, segundo as narrativas contemporâneas, em grande parte corroborada por obras memorialísticas posteriores.¹⁷⁸⁵

Conforme informado pelo *Cidade do Rio*, a Guarda Negra teria sido criada a 9 de julho por um grupo de “pretos libertos”¹⁷⁸⁶ que reuniu-se para tanto em casa de Emílio Rouède, artista francês residente no Rio de Janeiro e que era um dos colaboradores daquele jornal. A liderança do grupo foi assumida por Clarindo Almeida, chefe de polícia da Corte, “que também parecia possuir grande visibilidade entre os associados”¹⁷⁸⁷, uma vez que passara assinar alguns artigos como “chefe-geral” e porta-voz da Guarda Negra na imprensa. José do Patrocínio não figurou como participante ativo, apesar de citado, por muitas vezes,

¹⁷⁸¹ CIDADE DO RIO. Rio de Janeiro, 1 ago. 1889, p. 3

¹⁷⁸² Aproprio-me da expressão utilizada por Humberto Fernandes Machado ao comentar a ressonância do discurso de José do Patrocínio no combate a escravidão. MACHADO, H.F. *Palavras e Brados*; José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro. Niterói: Editora da UFF, 2014, p. 275.

¹⁷⁸³ CIDADE DO RIO. Rio de Janeiro, 28 set. 1889, p. 1.

¹⁷⁸⁴ CIDADE DO RIO. RIO DE JANEIRO, 9 nov. 1889, p. 2

¹⁷⁸⁵ MEDEIROS, A. *Quando eu era vivo*. Memórias, 1867-1934. Porto Alegre: Globo, 1942, p. 70-72

¹⁷⁸⁶ CIDADE DO RIO. Rio de Janeiro, 10 jul. 1888, p. 2.

¹⁷⁸⁷ ANTUNES, L.L. *Op. cit.*, p. p. 31.

inclusive pelo próprio Jardim, como o criador da Guarda Negra. Mas a inequívoca vinculação do seu nome à organização foi sem dúvida determinante. O jornalista que em novembro de 1888 fora diplomado como presidente de honra da Guarda Negra tinha lá o seu prestígio entre parte da população carioca, sendo visto “como uma referência para muitos negros da Corte”.¹⁷⁸⁸

O republicano José do Patrocínio vivia dias de rompimento com os quadros do partido então presidido pelo também jornalista Quintino Bocaiuva. Uma das razões teria sido justamente a aliança dos republicanos com a lavoura ressentida com a Lei Áurea. Aliança que vinha sendo muito bem representada por Silva Jardim que expandiu a partir do segundo semestre de 1888 sua campanha pelo interior da província fluminense, por Minas Gerais, chegando finalmente ao Norte, em sua empreitada no enalço do Conde D’Eu.

Os conflitos da Travessa da Barreira foram repercutidos em todo o país e certamente prestaram-se às narrativas que aumentavam naquela conjuntura o “medo branco.”¹⁷⁸⁹ No entanto, a retórica republicana da iminência de uma guerra de raças a partir da atuação da Guarda Negra não foi imediatamente utilizada da mesma forma pelos diferentes atores. Em Minas Gerais, foram muitas as tentativas dos clubes republicanos do interior de escamotear conflitos latentes entre os defensores da mudança de regime e as hostes monarquistas, engrossadas pelas parcelas egressas da escravidão.¹⁷⁹⁰ Na Zona da Mata Sul, na atual microrregião de Cataguases, Silva Jardim enfrentou muitas dificuldades, que tentou contornar com moderação em seu discurso. O tribuno passou a abordar com prudência sobretudo as questões ligadas à proposta de laicização do Estado, uma das principais bandeiras da sua campanha republicana, em consonância com um dos pontos em comum dos vários grupos contestadores do período.¹⁷⁹¹

Ao narrar os principais acontecimentos de sua campanha, Jardim lembrou o enfrentamento com populares que o chamavam de “falso profeta”.¹⁷⁹² Para ele, prova do fanatismo e da ignorância popular. No entanto, passagens como essa podem suscitar interpretações mais cuidadosas, que considerem os aspectos culturais daquelas populações. As

¹⁷⁸⁸ PINTO, A.F.M. *Laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do XIX*. 214. 326p. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2014, p. 290.

¹⁷⁸⁹ Alusão à expressão de Maria Célia Marinho. Ver: AZEVEDO, C.M.M. *Onda negra medo branco*. O Negro no Imaginário das Elites Século XIX. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1987.

¹⁷⁹⁰ FITTIPALDI, M.L.L. Op. cit.

¹⁷⁹¹ ALONSO, A. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 249

¹⁷⁹² JARDIM, A. S. “Memórias...op. cit., p. 290.

propostas de separação entre Estado e Igreja foram sendo apropriadas e deturpadas pelo fervor católico popular. Naturalmente, a ação de agentes políticos monarquistas auxiliou nesse processo, espalhando boatos e disseminando temores. Na freguesia de Angustura, em São José de Além Paraíba, na Mata mineira, os libertos teriam se revoltado contra o visitante porque acreditavam que a República expulsaria o vigário local, proibindo a celebração de missas.¹⁷⁹³

Dois meses depois, em abril de 1889, novos conflitos ocorreram em São João D'El Rei. Jardim registrou a explicação que ouvira de um correligionário local para a má recepção: “[...]terra de muitos padres e muitos sinos. Uma exceção em Minas, gente que se pôs contra a revolta de 1842.”¹⁷⁹⁴ Interessante notar que tais considerações sobre a extrema religiosidade do povo de São João como base para seu sentimento pró-monarquia foi repercutido na imprensa. O órgão do Partido Liberal de São João, o jornal *A Verdade Política* reservou espaço em suas páginas para rebater as seguintes acusações feitas pelo jornal *O Mineiro*, da cidade vizinha de Barbacena: “Torturadamente religioso, dominado pelo clero, refratário ao progresso, inimigo de qualquer ideia adianta e sã, o povo de São João D’El Rei acolheu Silva jardim com a vaia vil e rasteira, o assobio da gentalha de hálito acremente aguardentado.”¹⁷⁹⁵ A revolta contra o propagandista, conforme salientou *o Verdade*, não traduzia o fanatismo religioso dos manifestantes e sim o apreço da população da cidade pelo respeito às leis e à crença religiosa. O visitante atentara contra a constituição do Império ao pretender falar em lugar público contra a monarquia e a religião católica. O jornal *Arauto de Minas*¹⁷⁹⁶ também entrou na celeuma e de uma forma mais contundente e irônica. O povo daquela cidade não quis ouvir Silva Jardim porque era sim cioso de convicções e francamente devotado à monarquia. Deveria ter o tribuno se retirado em respeito aos moradores da cidade e não ter insistido em falar às moscas.

Quando Jardim partiu para o Norte já tinha, portanto, acumuladas as experiências de suas viagens tumultuadas por protestos e agressões. O tema religião esteve sempre presente nas narrativas dos jornais e em suas recordações. Defendo que os sérios amotinamentos enfrentados por ele durante suas incursões por várias províncias, obstando-lhes muitas vezes a palavra, como em São João Del Rei, foram em grande parte motivados pela religiosidade das

¹⁷⁹³ GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 23 mar. 1889, p. 2.

¹⁷⁹⁴ JARDIM, A.S. “Memórias... op. cit., p. 312.

¹⁷⁹⁵ A VERDADE POLÍTICA. São João d’El Rei, 9 out. 1889, p. 1.

¹⁷⁹⁶ ARAUTO DE MINAS. São João d’El Rei, 5 maio 1889, p. 2.

plateias que então o recebiam “tal qual o anticristo a discursar ao povo doutrina barulhenta”.¹⁷⁹⁷ Os protestos no Recife, por ocasião da homenagem póstuma prestada pela intendência local podem ser tomados como mais um indício que contribui para a formulação desta hipótese. Por outro lado, o episódio pode também ser relacionado à apontada persistência de grupos identificados, no Recife, como remanescentes da Guarda Negra, fenômeno não restrito a Pernambuco, mas observado em vários outros estados já na vigência do governo republicano.¹⁷⁹⁸

Bibliografia:

ALONSO, A. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANTUNES, L.L. *Sob a guarda negra: abolição, raça e cidadania no imediato pós-abolição*. Tese (Doutorado em História) UFF, Niterói, 2019, 330f.

BOEHRER, G.C.A. *Da Monarquia a Republica: história do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1954.

CARVALHO, J.M. *A formação das almas: o imaginário da república do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

FITTIPALDI, M.L.L. Título provisório: *Libertos contra Silva jardim na Zona da Mata mineira*. (Tese de Doutorado em fase de conclusão).

LESSA, R. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998.

MACHADO, H.F. *Palavras e Brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

PINTO, A.F.M. *Laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do XIX*. 214. 326p. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2014.

SANTOS, C.R.A. “Na rua, nos jornais e na tribuna: a confederação abolicionista do Rio de Janeiro, antes e depois da abolição.” In: MACHADO, M.H.; CASTILHO, C.T. (Org.).

¹⁷⁹⁷ ARAUTO DE MINAS. São João d’El Rei, 19 mar. 1889, p. 2.

¹⁷⁹⁸ ANTUNES, L.L. Op. cit., p. 284-299.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

Tornando-se Livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Edusp, 2015.

Fontes:

JARDIM, A. S. *Memórias e viagens: campanha de um propagandista.* Lisboa: Typ. da Cia Nacional Editora, 1891.

LEÃO, J. *Silva Jardim: apontamentos para a biografia do ilustre propagandista, hauridos nas informações paternas e dados particulares e oficiais.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

MEDEIROS e ALBUQUERQUE, J.J. A. *Quando eu era vivo: memórias, 1867-1934.* Porto Alegre: Globo, 1942.

Periódicos:

A ORDEM. Ouro Preto. 19 mar. 1892.

A PROVÍNCIA. RECIFE, 26 set. 1889.

A VERDADE POLÍTICA. São João d'El Rei, 9 out.. 1889.

ANNAES DA CÂMARA DE DEPUTADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 4 jul. 1889.

ARAUTO DE MINAS. São João d'El Rei, 19 mar. 1889.

ARAUTO DE MINAS. São João d'El Rei, 5 maio 1889.

CIDADE DO RIO. Rio de Janeiro, 10 jul. 1888.

CIDADE DO RIO. Rio de Janeiro, 1 ago. 1889.

CIDADE DO RIO. RIO DE JANEIRO, 9 nov. 1889.

CIDADE DO RIO. Rio de Janeiro, 28 set. 1889.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 16 jul. 1889.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 17 set. 1891.

DIÁRIO DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, 4 set. 1891.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 23 mar. 1889.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 22 abr. 1890.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 14 jun. jun. 1889.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 7 jul. 1891.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 2 ago. 1891.

JORNAL DO RECIFE. Recife, 12 jul. 1889.

JORNAL DO RECIFE. Recife, 13 set. 1891.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

O Apóstolo. Rio de Janeiro, 2 ago. 1889.

O PHAROL, Juiz de Fora, 17 ago. 1901.

O PHAROL. Juiz de Fora, 17 set. 1892.

A simbologia do comportamento feminino: um estudo sobre processos de defloramento em Juiz de Fora/MG

Mônica Euzébio da Costa¹⁷⁹⁹

Resumo: Nosso corpo social sempre foi permeado por muitas simbologias em torno do comportamento feminino. Desse modo, temos por escopo fazer uma breve discussão a respeito das construções sociais e culturais colocadas as mulheres em nossa sociedade, por meio da análise de processos de defloramento e estupro da cidade de Juiz de Fora/MG, no período que corresponde de 1889 a 1930, no qual temos o surgimento de vários discursos bem como o higienista, que teve por base construir uma universalização do comportamento feminino. Portanto, o presente estudo visa analisar as simbologias e representações construídas em nossa comunidade em torno das mulheres.

Palavras-chave: Mulheres, Defloramento, Simbologia.

Abstract :Our social bory hás always been permeated by many symbologies around female behavior. Thus, we aim to make a brief discussion about the social and cultural constructions placed women in our society, through the analysis of deforestation and rape processes of the city of Juiz de Fora – MG, in the period corresponding to 1889 to 1930, in which we have the emergence of various discourses as well as the hygienist,which was based on building a universalization of female behavior. Therefore, this study aims to analyze the symbols and representations built in our community aroud women.

Keywords: Women,Deflration, Symbology.

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo fazer um breve estudo a respeito do início do regime republicano no Brasil, e suas mudanças e permanências, principalmente no que diz

¹⁷⁹⁹ Graduada em História pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. Especialista em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Doutoranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. monicacostajf@hotmail.com

respeito às relações entre os gêneros. Desse modo, o artigo será estruturado em dois tópicos para melhor entendimento da temática supracitada. No primeiro tópico intitulado de: O republicanismo brasileiro e seu ideal de modernidade e progresso, teremos por escopo analisar os efeitos da Proclamação da República no Brasil, ou seja, identificar como a mesma foi recebida pela população e se realmente seu ideal de modernidade e progresso se fez presente. Já no segundo tópico intitulado de: As mulheres no regime republicano: mudanças ou permanências? Teremos por finalidade analisar como as mesmas foram incluídas nesse novo modelo político do Brasil, haja vista que elas no período anterior sempre foram subjugadas em nossa sociedade. É importante ressaltar que ao longo da chamada Primeira República, mais especificamente na década de 1930, as mulheres conseguiram o direito ao voto, e esse fato foi uma grande conquista feminina, contudo nosso objetivo é analisar especificamente às relações entre os gêneros, em uma perspectiva baseada em discursos normatizadores, que construíam em nossa sociedade diferenciações de conduta de acordo com o gênero. Ainda dentro desse tópico faremos um breve paralelo com processos de defloramento e estupro¹⁸⁰⁰ da cidade de Juiz de Fora, para podermos analisar os discursos vigentes nesse período sobre o comportamento feminino, e como eles interferiam nos referidos processos.

Dessa maneira, o presente artigo tem por finalidade fazer um breve estudo acerca das representações que foram colocadas as mulheres com o advento do regime republicano, partindo do pressuposto que o mesmo veio com um discurso de progresso e modernidade. Assim, será escopo do trabalho identificar as mudanças e permanências no que diz respeito a esses discursos, principalmente no que diz respeito às relações entre os gêneros.

O republicanismo brasileiro e seu ideal de modernidade e progresso

Proclamada em 15 de novembro de 1889, à República brasileira trouxe muitas controvérsias para nossa sociedade, haja vista que trazia em sua essência um discurso de modernidade e progresso, contudo no âmago desse discurso temos algumas falácias.

A Proclamação da República, não teve presença popular, ou seja, o povo brasileiro não teve nenhuma participação nesse episódio. À instauração desse novo regime se deu

¹⁸⁰⁰ O defloramento era baseado na violência carnal cometida contra uma mulher menor de idade, já o estupro se referia a mulheres que já tinham alcançado a maioridade.

pela elite brasileira, principalmente militares, e boa parte da população nem sabia o que de fato estava acontecendo, pois assim como nos informa José Murilo de Carvalho,

Em frase que se tornou famosa, Aristides Lobo, o propagandista da República, manifestou seu desapontamento com a maneira pela qual foi proclamado o novo regime. Segundo ele, o povo, que pelo ideário republicano deveria ter sido protagonista dos acontecimentos, assistira a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar.¹⁸⁰¹

Dessa maneira, podemos identificar logo de início que à Proclamação da República no Brasil, não contou com a participação popular, assim o discurso que trazia a modernidade em sua essência, continuava muito tradicional na prática, pois a própria sociedade ficou de fora da implantação desse novo regime político no país, haja vista que a elite brasileira não tinha interesse para com a participação do povo brasileiro, “Pois assim como a acepção astronômica da palavra, a República, revolucionariamente instaurada terminaria por ser mais uma das transformações sem mudanças substantivas na história brasileira [...]”¹⁸⁰². Assim, podemos observar que esse episódio da história brasileira contou *a priori* com mais permanências do que mudanças, visto que o setor dominante do período imperial continuou a ser o do sistema republicano, logo as classes populares mais uma vez ficaram excluídas.

O historiador Boris Fausto, identificou em sua pesquisa que, “Como episódio, a passagem do Império para a República foi quase um passeio [...]”¹⁸⁰³, ou seja mais uma vez temos a afirmação que poucos sabiam da implantação desse novo regime político, pois a mudança de sistema pouco foi sentida pelo povo brasileiro, que mediante à situação do dia 15 de novembro de 1889 ficaram sem saber que pela manhã se tinha uma monarquia no Brasil e já na parte da tarde um regime republicano.

As mudanças possíveis nesse cenário talvez estivessem relacionadas à cidade do Rio de Janeiro, haja vista que como capital federal, a cidade estava envolta neste contexto de

¹⁸⁰¹ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987, p.9.

¹⁸⁰² NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente, da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2011, p.26.

¹⁸⁰³ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p.245.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

uma forma mais explícita, agora com relação a lugares mais distantes nenhuma mudança significativa foi sentida, assim como observou a historiadora Margarida Neves,

Na República Velha, uma lógica paradoxal diferencia e ao mesmo tempo relaciona organicamente esses dois cenários – o da capital federal e o do interior -, à primeira vista oposto pelo vértice, o cenário do progresso montado na cidade que após o dia 15 de novembro, assume foros de capital federal e o cenário do interior do país, onde a República recém- implantada, aparentemente, muda apenas, no cotidiano, os selos que estampilham as cartas que o correio de quando em vez faz chegar, a bandeira nacional hasteada nas festas, as notas e moedas que pouco circulam e algumas das datas pátrias festejadas com a fanfarra e bandeirolas[...]¹⁸⁰⁴

Pensar no início do regime republicano no Brasil é avaliar que o mesmo foi um sistema implantado com à finalidade de trazer modernização e progresso para o país, contudo sua essência foi permeada por muitos tradicionalismos, bem como a não participação da população nessa ocasião, e também pelo fato da situação das mulheres em nosso país não ter sofrido grandes alterações, algo que trataremos com mais afinco no próximo tópico, mas podemos adiantar que nesse cenário as mulheres continuaram com muitas restrições em nosso corpo social, haja vista que muitas eram julgadas por seu comportamento. Caso trabalhassem fora de casa tinham sua honra questionada, algo que já ocorria em períodos anteriores. Desse modo, o cenário que envolve à relação de gêneros em nossa sociedade no início do regime republicano, ficou condicionado às permanências das representações e simbologias colocadas as mulheres, que tinham rígidas regras comportamentais dentro de nosso corpo social, pois esse foi um período no qual, vários discursos quiseram enfatizar a inferioridade da mulher perante ao homem, colocá-las como seres “incapazes” e os homens como “capazes”, e também condicioná-las ao ambiente privado de seus respectivos lares. Mas sobre este tema em específico falaremos com mais atenção no próximo tópico.

A implantação do regime republicano no Brasil pode e deve ser observada pelas mentalidades do período, já que temos um cenário com muitos discursos controversos, temos uma relação muito tênue entre modernidade e tradição, pois à República brasileira queria ser moderna e civilizada aos moldes europeus e norte-americanos, e dessa forma a custo dessa modernização colocou a população pobre sob julgo, pois como salienta Nicolau Sevcenko,

¹⁸⁰⁴ NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente, da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2011, p.16.

“[...] Confiantes em representar a vitória inelutável do progresso e por isso dispostos a fazer valer a modernização a qualquer custo [...]”¹⁸⁰⁵ A população principalmente do Rio de Janeiro sofreu com esse discurso, pois a retirada dos mais pobres do centro da cidade no chamado “bota-abaxo” demonstrou essa questão. O autor supracitado ainda afirma que,

O Rio passa a ditar não só as novas modas e comportamentos, mas acima de tudo os sistemas de valores, o modo de vida, a sensibilidade, o estado de espírito e as disposições pulsionais que articulam a modernidade como uma experiência existencial e íntima. É nesse momento e graças a essa atuação que o Rio se torna, como formulou Gilberto Freyre, numa cidade “panbrasileira”.¹⁸⁰⁶

Assim, podemos identificar que esse termo proposto por Gilberto Freyre, *panbrasileira*, quer identificar que o sistema de valores adotados no Brasil, eram perpassados por outras civilizações bem como a européia e a norte-americana e que nesse cenário o que se tinha por objetivo é copiar algo já existente e não modernizar a sociedade brasileira a partir de suas questões, pois como salienta José Murilo de Carvalho, “A República ou os vitoriosos da República fizeram muito pouco em termos de expansão de direitos civis e políticos”¹⁸⁰⁷, haja vista que o referido estudioso enfatiza que “A manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social [...]”¹⁸⁰⁸, ou seja a população brasileira foi permeada por muitas simbologias, que fizeram com que esse período continuasse permeado por muitas permanências.

Desse modo, foi objetivo deste primeiro tópico identificar que o início do regime republicano no Brasil, foi permeado mais por permanências do que por mudanças, visto que o discurso de modernidade que foi empregado na época, não foi válido para toda a sociedade, pois o próprio povo brasileiro, não participou da implantação do novo regime político, e também as mulheres não tiveram sua condição alterada nesse contexto, ficando desse modo a mercê de discursos normatizantes sobre seu comportamento. Assim, para as mulheres o início

¹⁸⁰⁵ SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, F. (ORG.). *História da vida privada no Brasil*. V.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.27.

¹⁸⁰⁶ SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos no Rio. In: NOVAIS, F. (ORG.). *História da vida privada no Brasil*. v.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.p, 522.

¹⁸⁰⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987,p.45.

¹⁸⁰⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990,p.11.

do regime republicano foi uma continuidade do regime imperial sem grandes alterações para seu *status quo*.

As mulheres no regime republicano: mudanças ou permanências?

É Pierre Nora, historiador francês, quem nos lembra que se, por um lado, as novas correntes da história aprenderam a relativizar os acontecimentos do universo da política e a dar importância a novos temas, tais como as mentalidades coletivas, a novos objetos de estudo como, por exemplo, a festa, o riso os hábitos de leitura ou a vida familiar e as novas, perspectivas de análise propostas pela história cultural, por outro é preciso não esquecer que contexto histórico em que se inserem. Tal como a ponta de um iceberg, esses acontecimentos revelam o que se esconde, sob o mar do cotidiano, deixam perceber aspectos fundamentais da lógica que imprime direção à história de uma coletividade e que pode ser responsável por inflexões significativas nessa mesma história. Nas palavras de Nora “é necessário auscultar o acontecimento porque é ele que une, como num feixe, todos os significados sociais de que se rodeia.”¹⁸⁰⁹

No tópico anterior, foi enfatizado à questão do advento do regime republicano no Brasil e seu discurso de modernidade, contudo como já mencionado o referido episódio trazia em sua essência aspectos enraizados do período anterior, como à diferenciação de conduta de acordo com o gênero, algo que em nosso corpo social, não sofreu alteração alguma com o início do republicanismo, pois como veremos no decorrer deste tópico, vários discursos da época, bem como o jurista, o médico e o religioso, fizeram questão de disseminar em nossa sociedade falas que defendiam a inferioridade da mulher perante o homem, e também colocavam rígidas fronteiras para ambos no que diz respeito a seus espaços de atuação. Desse modo, a citação acima nos ajuda a refletir a esse respeito, haja vista que assim como enfatiza o historiador francês Pierre Nora, por mais que as novas correntes historiográficas dêem ênfase a novas questões, bem como à relação entre os gêneros, é imprescindível não esquecer o contexto em que estão inseridas essas relações, pois o advento do republicanismo no Brasil trouxe um variado discurso de modernidade e progresso no qual se queria a separação do regime anterior, que era tido como atrasado, todavia à Proclamação da República continha em seu âmago várias simbologias que fizeram com que as mulheres continuassem a ser

¹⁸⁰⁹ NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente, da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2011, p.27.

subjugadas em nossa sociedade. Assim, o republicanismo brasileiro teve em sua essência vários sistemas simbólicos que perpassaram à relação entre os gêneros. Logo, esse período se torna alvo de nossa investigação, para compreendermos à relação desse contexto de mudanças e permanências em nosso cenário histórico em conjunto com à questão de gênero.

Nossa sociedade sempre foi permeada por vários discursos que tentavam colocar as mulheres em uma situação de subordinação perante aos homens. O regime republicano foi marcado pela ascensão da industrialização no Brasil, fazendo dessa maneira, com que as mulheres obtivessem mais espaço de atuação, contudo essa saída do ambiente privado para o público era alvo de muitas críticas, pois vários discursos enfatizavam o caráter frágil da mulher em detrimento do homem, e também identificavam que as mesmas tinham uma função muito importante em seus respectivos lares, haja vista que elas deveriam ter suas casas como seu trabalho principal. A historiadora Margareth Rago enfatiza que,

Frágil e soberana, abnegada e vigilante um novo modelo normativo de mulher, elaborado desde meados do século XIX, prega novas formas de comportamento e de etiqueta, inicialmente às moças das famílias mais abastadas e paulatinamente às das classes trabalhadoras, exaltando as virtudes burguesas da laboriosidade, da castidade e do esforço individual. Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva mas assexuada, no momento mesmo em que as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial que ocorrem nos principais centros do país solicitam sua presença no espaço público das ruas, das praças, dos acontecimentos da vida social, nos teatros, cafés, e exigem sua participação ativa no mundo do trabalho.¹⁸¹⁰

Assim como à historiadora supracitada enfatiza, desde meados do século XIX temos discursos pregando o comportamento “adequado” para as mulheres, e trabalhar fora de casa não era visto com bons olhos, pois colocava em questão à honra feminina. Desse modo, temos uma representação partindo do conceito de Roger Chartier, no qual o comportamento feminino deve ser universalizado, ou seja, ter-se um padrão de comportamento “ideal” para as mulheres, onde o trabalho fora de casa é destinado aos homens, que devem ser os provedores de suas famílias, de acordo com os discursos higienistas da época. Contudo, é importante ressaltar que várias mulheres sempre trabalharam em nossa sociedade, por diversos motivos, seja porquê seus respectivos maridos não tinham bons salários, muitas eram abandonadas pelos mesmos, e também nas classes populares o trabalho feminino era algo comum, pois

¹⁸¹⁰ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.62.

como salienta Rachel Soihet, “A organização familiar dos populares assumia uma multiplicidade de formas, sendo inúmeras às famílias chefiadas por mulheres sós [...]”¹⁸¹¹ Todavia, por mais que o trabalho de mulheres pobres fosse algo normal, as mesmas continuavam a ser julgadas e ter sua honestidade questionada em nosso corpo social pois, “A rua simbolizava o espaço do desvio [...]”¹⁸¹². Logo, como nossa sociedade era permeada por discursos normativos principalmente para as mulheres, trabalhar fora do ambiente privado de seus respectivos lares, era motivo suficiente para as mesmas terem sua dignidade questionada, haja vista, que este não era o modelo “ideal” de mulher higienizada proposto pelos discursos vigentes, que a todo modo queriam trancar as mesmas em seus lares, já que, “A mulher, ligada primordialmente à família e a maternidade, torna-se à afirmação do feminino modelar [...]”¹⁸¹³. Desse modo, ser mãe é a principal função da mulher em nossa sociedade, de acordo com os discursos da época, onde teremos a maternidade como ponto chave para a não saída de casa da mesma para trabalhar fora. Então, temos toda uma construção social da mulher, onde ela deve ficar reclusa em seu lar e ser submissa ao seu marido.

Nesse modelo de família higienizada, no qual a mulher deveria ficar no ambiente privado de seu lar, e os homens no espaço público com a função de serem os provedores de suas respectivas famílias, tinha-se uma preocupação muito grande principalmente com a honestidade feminina, ou seja, com sua virgindade. A sexualidade da mulher sempre foi muito vigiada, e quando a mesma sofria algum tipo de abuso sexual, primeiramente ela tinha sua vida investigada, para depois se dar atenção aos crimes de defloração e estupro. Assim, como salienta Martha de Abreu, “[...] No passado e no presente, o comportamento sexual da mulher pode ser usado como referencial discursivo para todas as posições acerca dos conflitos e dos comportamentos [...]”¹⁸¹⁴ Logo, como podemos observar a sexualidade feminina estava inserida em um arcabouço de representações no qual, sexualidade e comportamento “adequado” estavam lado a lado, e se constituam em parâmetros para a classificação de mulheres honestas e desonestas.

¹⁸¹¹ SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009.p. 362.

¹⁸¹² SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009.p. 365.

¹⁸¹³ SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana 1820-1920*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1989,p.116.

¹⁸¹⁴ ABREU, Martha. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989,p.25.

As atenções sobre o lado sexual dos indivíduos inseriram-se numa política sexual (produção da sexualidade) mais ampla, iniciada na Europa, a partir do século XIX. Segundo Foucault, os médicos primeiramente, os pedagogos e, mais tarde, os psiquiatras vão higienizar as relações familiares, tentar normatizar as condutas e os prazeres sexuais, tendo como alvos principais a mulher e a criança¹⁸¹⁵

Desse modo, à família higienizada concebida pela burguesia, ditava às regras comportamentais para os homens e mulheres, e claro que estas estavam sujeitas a uma vigilância muita mais severa. Assim, a honestidade da mulher estava muito condicionada ao seu comportamento, que era avaliado por suas companhias, por seu modo de se vestir, falar e o mais importante se trabalhava fora de casa. Pois, assim como Pierre Bourdieu enfatiza, a divisão entre os sexos em nossa sociedade parece algo natural, desse modo não passível de questionamento. Logo, mulheres que por ventura fossem trabalhar fora de casa, estavam sujeitas aos questionamentos de uma sociedade que era marcada por rígidas fronteiras de atuação entre os gêneros.

No caso dos processos de defloração e estupro, podemos observar que a mulher que sofria esse tipo de violência e procurava seus direitos, em um primeiro momento tinha sua honra questionada, desse modo logo de início o crime em si não era avaliado, mas sim o comportamento da mulher. Portanto, podemos identificar como as construções sociais de nossa sociedade permeavam esses processos, haja vista que a mulher tinha de ser considerada honesta para que a mesma conseguisse comprovar a culpa do homem que a violentou.

Fica bastante evidente então que a questão da honestidade, medida através da conduta, passada ou presente, foi um elemento subjetivo fundamental para que se completasse o conceito legal do delito de defloração, ou mesmo de estupro [...] Desse modo, ao ser julgado um crime de defloração, estupro ou atentado ao pudor, resultante da quebra de uma norma jurídica sexual, emergiam os valores sociais mais amplos da sociedade, pois era também na quebra de outras normas morais e sociais que se determinava a absolvição ou condenação do réu, ou seja, a conduta total do indivíduo é que iria, ou não, redimi-lo de um crime, não estava em pauta apenas que o havia sido feito, mas aquilo que o acusado e a ofendida eram, poderiam ser ou seriam [...] Dúvidas, as testemunhas, os advogados e promotores passavam a formar prioritariamente um quadro valorativo das informações recolhidas sobre o comportamento da suposta vítima. Dando ênfase ao quadro geral de sua vida (lazer, namoro, moradia, trabalho, estrutura familiar, amizades etc...), refletiam em seus discursos os papéis

¹⁸¹⁵ ABREU, Martha. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989,p.27.

sociais ideais em uma sociedade disciplinada, onde a mulher era o centro difusor da moralização dos costumes, Através dos comportamentos e declarações dessas ofendidas, mulheres simples na totalidade, nossos juristas, no processo de acusação, defesa ou julgamento, cumpriam o papel pedagógico da justiça: protegiam ou condenavam os comportamentos populares.¹⁸¹⁶

Assim, como podemos observar o comportamento da vítima quanto o do réu, era o ponto determinante dos processos de defloração e estupro, haja vista que à absolvição do réu em muito dependia da sua conduta e da conduta da vítima, que era colocada em uma situação muito constrangedora, já que tinha sofrido uma violência sexual, a qual teve de expor para ter seus direitos. Contudo, tinha seu comportamento veementemente questionado antes de ser julgado o crime propriamente dito. Logo, o que temos nesses processos, são vítimas que são culpadas e réus que são vítimas, e dentro desse contexto a violência carnal é o último quesito que vai ser investigado.

Nos crimes de defloração (art.267) e estupro (arts.268 e 269) descritos pelo Código Penal de 1890, a figura masculina não foi citada. Seu comportamento honesto ou desonesto não entrava em consideração e assim, a mulher era ao mesmo tempo vítima e suspeita de responsável pelo crime que inversamente cometeu.¹⁸¹⁷

No ano de 1890, mais especificamente no dia 30 de julho, temos à abertura de um processo de defloração na cidade de Juiz de Fora – MG, tendo por réu Ricardo Augusto de Carvalho, e vítima a menor Vitalina Cassiana. O réu residia na Rua São Matheus, do referido município, e foi acusado de deflorar em sua residência, a menor Vitalina Cassiana, essa por sua vez estava sob a guarda do mesmo, haja vista que ela era sua afilhada. Desse modo, o mesmo era padrinho e tutor da menor. De acordo com a descrição inicial do processo, o crime ocorreu em setembro de 1889, ou seja, quase um ano antes do processo se iniciar. Assim, logo de início temos algumas questões para serem avaliadas nesse resumo do processo em questão. Em um primeiro momento é importante ressaltar que tanto réu quanto vítima tinham uma relação muito próxima, pois a vítima era afilhada do réu, e estava sob sua tutela, outro fato de

¹⁸¹⁶ ABREU, Martha. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989, p.41.

¹⁸¹⁷ ABREU, Martha. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989,p.76.

suma importância que sem dúvida alguma tem relação com o primeiro, é o fato de o crime ter ocorrido em setembro de 1889, e o processo só começar em julho de 1890. De fato muitas mulheres tinham vergonha de se expor dessa maneira, haja vista que como já mencionado anteriormente, as mesmas tinham sua conduta questionada antes do crime em si, então em um primeiro momento eram investigadas para que depois o crime fosse avaliado, também a proximidade entre o réu e a vítima deve ter contribuído para a demora na denúncia, já que a vítima Vitalina Cassiana, estava sob à tutela do réu.

Outro fato interessante desse processo, seria que as primeiras testemunhas que foram arroladas, eram homens, a princípio não se tinha nenhuma mulher como testemunha. Esse fato é relevante, pois somente homens iriam dar seu depoimento a respeito da vítima, e assim demonstrariam em suas falas todo um estereótipo construído para as mulheres em nossa sociedade. Contudo, por mais que essas construções sociais estivessem presentes no decorrer do respectivo processo o fato de Ricardo Augusto de Carvalho (réu) ser padrinho e tutor da vítima Vitalina Cassiana, pesou ao longo do processo que foi longo, e teve seu término no ano de 1892, mas o réu foi considerado culpado.

Dessa maneira, o regime republicano no Brasil se mostrou com mais permanências do que mudanças, haja vista que como podemos observar no decorrer do presente artigo, à relação entre os gêneros foi permeada por muitas simbologias, que fizeram com que as mulheres estivessem envoltas em um arcabouço de representações, nos quais, se tinha por finalidade universalizar o comportamento feminino. Logo, os processos de defloração e estupro não escapavam a essas simbologias, pois assim como foi mencionado as mulheres que sofriam violência carnal, nesse tipo de processo tinham seu comportamento julgado antes mesmo do delito de violência sexual. Assim, muitas mulheres que sofriam esse tipo de violência, por vezes não denunciavam, ou então demoravam a fazer essa denúncia, como foi o caso de Vitalina Cassiana, pois essas mulheres tinham toda sua vida investigada, sua honestidade questionada, para depois o delito ser investigado.

Considerações Finais

O presente artigo teve por escopo demonstrar como o advento do regime republicano no Brasil, não mudou em nada às relações entre os gêneros, em uma perspectiva de análise na qual o intuito foi observar as mudanças e permanências nesse contexto, foi possível observar

que o mesmo foi permeado por muitas continuidades, bem como os discursos normatizantes em torno das mulheres.

Assim, em um primeiro momento foi analisado de forma breve, como se deu à Proclamação da República no Brasil, para podermos entender qual era à essência desse novo regime. Logo, como foi observado esse novo cenário político não contou com a participação popular, mas sim foi promovido pela elite brasileira, principalmente militares, que não tinham interesse algum pela participação do povo brasileiro. Esse cenário evidencia à permanência de certas práticas já existentes no Brasil, bem como a exclusão da população marginalizada em nossa sociedade. Portanto, o início do regime republicano no Brasil, é de suma relevância para entendermos nosso objeto de estudo, pois demonstra como às relações entre os gêneros foram permeadas por essas continuidades que à Proclamação da República trouxe consigo.

Desse modo, já no segundo tópico enfatizamos como os processos de defloramento e estupro foram influenciados por essas construções sociais, que foram constituídas em nosso corpo social, e enfatizavam rígidas regras comportamentais para as mulheres. Assim, tínhamos uma diferenciação de conduta de acordo com o gênero, que fizeram com que as mulheres ficassem sob o julgo de representações que tentavam universalizar seu comportamento. Portanto, os processos julgavam comportamentos antes de tudo, esse era o primeiro passo, identificar se as mulheres que acusavam homens de terem as violentado, estavam dentro das normas de comportamento exigidas pela sociedade, somente depois dessa análise comportamental, que o delito era avaliado.

Dessa maneira, foi possível identificar que o advento do sistema republicano no Brasil, não alterou as relações entre os gêneros, haja vista que esse contexto deu continuidade ao arcabouço de simbologia para as mulheres, que continuaram a ser julgadas como honestas ou desonestas a partir de seu comportamento.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Martha. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

_____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.*

Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente, da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2011, p.13-44.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009.p. 362- 400.

_____. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana 1820-1920*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1989.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, F. (ORG.). *História da vida privada no Brasil.V.3*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p,7-48.

_____. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos no Rio.In: NOVAIS, F. (ORG.). *História da vida privada no Brasil.V.3*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998,p, 513-620.

O lugar das mulheres no Estado Novo

Natália Cabral dos Santos¹⁸¹⁸

Resumo: Já sabemos que as mulheres sempre foram parte ativa na construção da História, mesmo quando o espaço público ainda lhe era negado. Como foram apenas nas últimas décadas que a ausência da história de gênero começou a se dissipar, ainda nos falta muito o que refletir, analisar e contar sobre elas. Neste trabalho a questão que se procura responder é sobre qual era o lugar relegado a elas durante o governo autoritário liderado por Getúlio Vargas, o qual denominamos Estado Novo. Apesar de existir na época uma Constituição (1937) e Código Eleitoral (1935) que garantiam aparentemente participação feminina na sociedade tal como os homens, o Código Civil em voga era o de 1916, que colocava as mulheres sob a tutela de seus maridos. Outro ponto de reflexão levantado neste texto é sobre a visão de que de existiam profissões que seriam mais adequadas e aceitas socialmente para serem ocupadas por mulheres.

Palavras-chave: Estado Novo, mulheres, História de gênero.

Abstract: We already know that women have always been an active part in the construction of history, even when their access to public space was still denied. As it has only been in recent decades that the absence of gender history has begun to dissipate, there is still a long way to reflect, analyze and tell about them. This paper tries to answer the questions surrounding the place relegated to women during the authoritarian government led by Getúlio Vargas, also known as Estado Novo. Although there was at the time a Constitution (1937) and Electoral Code (1935) that guaranteed apparent female participation in society as men, the Civil Code of 1916, which placed women under the protection of their husbands. Another point of reflection raised by this text is about the vision of existing professions that are more used and socially accepted to be occupied by women.

Keywords: Estado Novo, women, Gender history.

¹⁸¹⁸ Doutoranda pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: natics89@gmail.com

Apesar dos estudos sobre a participação pública feminina ser ainda recente, impulsionado pelos movimentos feministas das últimas décadas, sempre existiram “Marias Quitérias”, “Marias Firminas”, “Nísias Florestas”, que atuavam infiltrando-se no meio masculino, através da ousadia do disfarce masculino, da escrita de romances e do posicionamento político declarado. É verdade que algumas vezes agiam de forma que aos nossos olhos são consideradas contidas e até mesmo conservadoras da ordem patriarcal, mas ser ouvida entre homens quando o discurso da sociedade a coloca como frágil e lhe reserva o espaço privado da casa, é um ato de rebeldia.¹⁸¹⁹ Diante do imenso controle do patriarcado desempenhado nessas terras desde que fomos colônia, qualquer saída da norma já deve ser considerado uma grande contribuição ao espaço que hoje são ocupados pelas mulheres.

Estudos acerca da participação feminina no mercado de trabalho e na atuação pública durante o Estado Novo são demonstrações de que mesmo em momentos de anomia e sob regras, pressões e ameaças, em especial que atingiam às mulheres, elas permaneciam escrevendo a História de nosso país e conquistando seu lugar ao sol, seja na luta explícita contra os governos, dentro do próprio sistema ou através da coragem em sair da zona de conforto que a sociedade determinou para ela, sair de seus lares e assumir postos de trabalho.

Em uma ditadura sabemos que vários direitos são suprimidos. Os grupos mais afetados certamente são as minorias, aqueles que não possuem espaço ou força política para não serem parcial ou completamente esmagados pela nova ordem imposta. Dentre esses grupos estão as mulheres. No caso em questão, é curioso notar como a figura da mulher no Estado Novo estava imersa em contradições legais e sociais.

A Constituição de 1937 não fazia referências distintas quanto a homens e mulheres, tratava a todos como “cidadãos”, que por sinal tinham, conforme art. 122, igualdade perante a lei e direito de manifestar seu pensamento. No entanto este último ficaria prescrito em casos de ameaças à normalidade da ordem.

15) todo cidadão tem o direito de manifestar o seu pensamento, oralmente, ou por escrito, impresso ou por imagens, mediante as condições e nos limites prescritos em lei.

A lei pode prescrever:

a) com o fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, a censura prévia da imprensa, do teatro, do cinematógrafo, da radiodifusão, facultando à autoridade competente proibir a circulação, a difusão ou a representação;

¹⁸¹⁹ Sobre a atuação pública feminina no Brasil, ver: FRANCO, Stella Scatena; PRADO, Maria Ligia. Participação feminina no debate público brasileiro. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). Nova História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2016, p. 194- 217.

b) medidas para impedir as manifestações contrárias à moralidade pública e aos bons costumes, assim como as especialmente destinadas à proteção da infância e da juventude;

c) providências destinadas à proteção do interesse público, bem-estar do povo e segurança do Estado.¹⁸²⁰

O código eleitoral vigente a maior parte do Estado Novo foi o decretado em 04 de maio de 1935¹⁸²¹, que assim como o de 1932, garantia que homens e mulheres maiores de 18 anos poderiam ser eleitores, desde que não fossem analfabetos, tivessem privados dos direitos políticos, fossem mendigos ou praças.

Aparentemente, mulheres e homens eram vistos como iguais perante a lei, inclusive tendo direitos iguais quanto ao voto. Porém, é interessante notar que o Código Civil em vigência durante esse período era o promulgado em 1916¹⁸²² e que colocava a mulher claramente como tutelada pela figura de seu marido. São inúmeros os artigos que colocam o marido tendo direitos sobre sua esposa. Dentre eles podemos destacar o art. 6 desse código que coloca a mulher casada como relativamente incapaz quanto ao ato jurídico e o art. 178, que dava, respectivamente dentro do prazo de 10 dias e de 2 meses, direito ao marido de anular o casamento se descobrisse que a esposa fora anteriormente deflorada e contestar a legitimidade do filho.

Existiam também nesse código as seções específicas para tratar dos direitos e deveres do marido e da mulher. No caso masculino, eram juridicamente reconhecidos como chefes da sociedade conjugal (art. 233) e que lhes competia, por exemplo, a autorização para que a esposa pudesse exercer uma profissão. Reforçando a necessidade da permissão do marido para poder trabalhar, tinha-se em outro artigo:

Art. 242. A mulher não pode, sem autorização do marido (art. 251):

I - Praticar os atos que este não poderia sem o consentimento da mulher (art. 235);

II - Alienar ou gravar de ônus real, os imóveis de seu domínio particular, qualquer que seja o regime dos bens (arts. 263, II, III e VIII, 269, 275 e 310);

III - Alienar os seus direitos reais sobre imóveis de outrem;

IV - Aceitar ou repudiar herança ou legado.

¹⁸²⁰ Ibidem. Art. 122.

¹⁸²¹ Lei Nº 48, de 4 de maio de 1935. Modifica o Código Eleitoral. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-48-4-maio-1935-398002-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acessado em 01/08/2019.

¹⁸²² Lei Nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acessado em 01/08/2019.

- V - Aceitar tutela, curatela ou outro munus público.
- VI - Litigar em juízo civil ou comercial, a não ser nos casos indicados no arts. 248 e 251.
- VII - *Exercer a profissão* (art. 233, IV) [grifo meu]
- VIII - contrair obrigações, que possam importar em alheação de bens do casal.

As disparidades entre homens e mulheres determinadas pelo Código Civil de 1916 são inúmeras e por conta própria renderia uma extensa reflexão. Mas iremos nos ater aqui principalmente à questão do exercício da profissão, da concepção de família e o papel da mulher no período do Estado Novo, já que estamos tratando de um momento em que o governo encabeçava toda uma campanha de valorização do trabalho, da figura do trabalhador e quer forjar um modelo familiar através da elaboração do Estatuto da Família de 1941.

A ideia de família patriarcal vem desde o período colonial brasileiro, colocando a mulher em uma condição de submissão ao homem. Primeiro ao pai e depois ao marido. No bojo das mudanças trazidas pela modernização e adequações ao universo capitalista em finais do século XIX e início do século XX, inspiradas nas concepções europeias de civilização, houve uma mudança também na ideia de família. A vontade do indivíduo ganhou um pouco mais de espaço em contraposição à coletividade da família e houve o surgimento de uma “nova mulher”, que seria ainda a esposa afetuosa e submissa ao marido, mas que passou a ter a responsabilidade pela educação e formação moral dos filhos.¹⁸²³

Durante o governo Vargas, percebemos que apesar de uma aparente igualdade em algumas questões jurídicas, havia legislação e orientações do governo em que fica claro o papel conservador e resignado relegado à mulher. Se ao homem cabia intuitivamente a esfera pública, o trabalho fora de casa e o sustento da família, à mulher recaía prioritariamente, se não exclusivamente, a responsabilidade pelo bom funcionamento do lar e educação dos filhos e filhas da nação. Por isso a educação que as mulheres recebiam era voltada para a vida doméstica, para aprender a gerenciar seu lar, atender aos caprichos do marido e educar seus herdeiros.

Claro que estamos falando de mulheres pertencentes ao menos a uma classe média. Para as mulheres pobres a situação era bem diferente. Eram também educadas, informalmente, para aprender as tarefas do lar, mas precisavam trabalhar para contribuir com

¹⁸²³ SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). Nova História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2016, p. 15 - 42.

o sustento da família, em atividades domésticas ou no setor fabril. Era um trabalho aceitável por ser questão de sobrevivência, não por ser visto com bons olhos pela sociedade.

Segundo Andrea Borelli e Maria Izilda Matos¹⁸²⁴, a partir do final do século XIX, com o fim da escravidão e crescimento das indústrias, mulheres e crianças começaram a trabalhar nas fábricas, em funções consideradas mais adequadas para seus perfis. “Pesava na opção por empregar mulheres em determinados setores a ideia bastante difundida de que delicadeza para lidar com certos produtos, submissão paciência, cuidado e docilidade eram atributos femininos”. E as atividades as quais elas ocupavam iam sofrendo cada vez maior desvalorização, seja social ou monetariamente, sendo deixadas de lado pelos homens.

Fora das fábricas, elas atuavam em armazéns, bares, quitandas, vendendo produtos alimentícios nas ruas e atividades realizadas em suas próprias casas no regime de pagamento por peça. No geral, atividades que lhes permitiam maior flexibilidade de horário e conciliar com a educação dos seus filhos. As mulheres negras, graças ao racismo estrutural da sociedade brasileira, tinham mais dificuldade para conseguir um trabalho e por isso ficavam com as tarefas ainda mais desvalorizadas.

Mas após a Primeira Guerra Mundial, a oposição ao trabalho feminino cresceu com a disseminação da ideia de que a mulher deveria se dedicar ao lar e à maternidade.

Entre 1920 e 1940, ocorreu uma diminuição da presença feminina no universo fabril, devido a uma conjunção de fatores: as transformações no processo de industrialização (desenvolvimento de setores tradicionalmente masculinos, como o metalúrgico, o siderúrgico e o mecânico e a adoção de novos métodos de organização do trabalho) somada às ações (públicas, médicas e do movimento operário) contra o trabalho feminino e à legislação dito protetora deste.¹⁸²⁵

Mesmo diante das resistências de grande parte da sociedade e, mais tarde, somadas às diretrizes ventiladas pelo governo ditatorial de Getúlio Vargas, houve aquelas mulheres que se mantiveram em postos de trabalho. Mas é verdade que em profissões, em geral, adequadas a sua suposta natureza: magistério, enfermagem, odontologia, setor agrícola.

Em termos oficiais, de acordo com Ana Silvia Scott, a necessidade de ter autorização do marido para trabalhar fora do domicílio foi relativizada em 1943, tornando possível que ela assumisse um emprego quando o homem não estivesse suprindo todos os gastos da casa. A

¹⁸²⁴ BORELLI, Andrea; MATOS, Maria Izilda. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). Nova História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2016, p. 126-147.

¹⁸²⁵ Ibidem, p. 134.

relativa incapacidade da mulher casada e seu impedimento total de trabalhar sem autorização do marido, confirmada pelo Código Civil de 1916, só teve fim em 1962 com o Estatuto da Mulher Casada (Lei n. 4.121). Borelli e Matos, apontam o item “Da proteção do trabalho da mulher” na CLT de 1943, que equiparou os salários de homens e mulheres¹⁸²⁶, coibiu a participação delas em atividades não condizentes com sua natureza física e saúde, regulamentou a licença-maternidade e estabeleceu a existência de creches em empresas com mais de 30 funcionárias. Alterações legais essas que não significaram mudanças da sociedade na prática e ainda mantinham as mulheres na posição de frágeis, tendo em vista que alguns empregos não lhes eram permitidos, dependentes da renda de seus maridos e nas atividades que já não eram mais atraentes aos homens ou que por serem consideradas femininas, possuíam um valor menor que as demais.

O governo possuía uma visão bastante conservadora quanto a concepção de família e do papel que a mulher deveria desempenhar nela e orientava a população nesse sentido. Em especial para o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, a família era a “base da nossa organização social e por isto colocada sob a proteção especial do Estado” e as jovens mulheres deveriam ser educadas de modo que tomassem consciência de sua importante missão de conservar o lar.¹⁸²⁷ Ou seja, deveriam ser ensinadas a realizar as tarefas domésticas, submeter-se aos seus maridos e seus desejos, cuidar e educar os filhos do casal e preocupar-se com a harmonia familiar.

O Estatuto da Família criado pelo Decreto-lei N°3.200¹⁸²⁸, de 19 de abril de 1941, deu origem a mecanismos de incentivo à formação e manutenção de famílias numerosas, como por exemplo a proteção fornecida às famílias em situação de miséria, garantindo que o Estado subvencionasse a educação da prole e também que, segundo o artigo 27, “a mulher do funcionário público, que também seja funcionária, sendo o marido de outra localidade, será sempre que possível, sem prejuízo, aí aproveitada em serviço”, concedendo à mulher a oportunidade de estar junto ao marido quando possível. Mas não havia menção ao contrário.

¹⁸²⁶ Apesar de Rachel Soihet afirmar que a Constituição de 1934 já havia determinado a proibição da diferença salarial para um mesmo trabalho independentemente da idade, gênero, nacionalidade ou estado civil. Ver: SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). Nova História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2016, p. 218- 237.

¹⁸²⁷ Gustavo Capanema, Conferência proferida por ocasião do centenário do Colégio Pedro II, 2 de dezembro de 1937. GC/Capanema, Gustavo, 02.12.37. série pi apud Schwartzman, Simon; Bomeny, Helena Maria Bousque; Costa, Vanda Maria Ribeiro. Tempos de Capanema. São Paulo: paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 123.

¹⁸²⁸ **DECRETO-LEI N° 3.200, DE 19 DE ABRIL DE 1941.** Dispõe sobre a organização e proteção da família. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3200.htm> Acessado em 01/08/2019.

A Constituição de 1937 também dava grande importância a instituição da família e oficializava a proteção do Estado. Isso se percebe através de seu artigo 24, que afirmava: “A família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do Estado”. E diante de uma sociedade patriarcal, sabemos, como já dissemos, que cabia à mulher as funções domésticas e de educadora das crianças.

Uma preocupação relacionada à educação já existia em finais do século XIX, mas a partir da década de 1930, a educação passou a servir mais claramente de meio disciplinador para a população. Durante o Estado Novo chegaram a existir cartilhas oficiais para as escolas que ensinavam os caminhos para ser um bom cidadão, claro, destacando a grandiosidade do país e de seu presidente. A mulher deveria ter uma postura educadora dentro de seu lar e foi assumindo cada vez mais o papel de educadora das crianças também nas escolas.

Na História da educação brasileira, inicialmente, a Igreja Católica era a responsável por toda a questão educacional. Depois os homens assumiram a função profissional do ensino, sendo o magistério uma carreira considerada de prestígio, principalmente em uma população muito pouco alfabetizada. Porém, mais para final do século XIX, já era notável o crescimento do número de mulheres formando-se como professoras. De acordo com Guacira Lopes Louro, provavelmente a resposta está no aumento da urbanização e industrialização que gerou empregos mais promissores ao público masculino. Eles foram se deslocando para atividades mais “importantes” e o espaço deixado foi aos poucos sendo assumido por elas.

No entanto, a autora salienta que essa “feminização do magistério” se deu em meio a disputas ideológicas. De um lado estavam aqueles que acreditavam que a mulher não era qualificada para tal atividade, subestimando inclusive sua inteligência, e de outro, aqueles que viam na mulher uma natural vocação para educar, a qual exerciam desde o nascimento de suas crianças.¹⁸²⁹

Além disso, existiria uma incompatibilidade entre o casamento e a maternidade com o ofício de professora. A justificativa estaria no fato de as crianças terem curiosidades acerca de sua vida particular, fazendo-lhes questionamentos que poderiam ser embaraçosos, e o tempo dedicado ao trabalho diminuiria a atenção dada ao lar e aos seus próprios filhos, que era o que deveria ser o mais importante na vida delas.¹⁸³⁰ O que, a propósito, percebe-se até os dias

¹⁸²⁹ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary (org.). História das mulheres no Brasil. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 443-481.

¹⁸³⁰ Idem.

atuais em que a mulher ainda enfrenta diversos questionamentos sobre a conciliação entre sua vida profissional e particular, colocando como se sua dedicação ao trabalho fosse impeditiva de uma boa administração das questões da sua casa e educação dos filhos. Questionamento esse que não é naturalmente feito aos homens como é para elas. Mesmo porque não são vistos como também responsáveis por essas tarefas.

Como afirmou Louro sabiamente, “a incompatibilidade do casamento e da maternidade com a vida profissional feminina foi (e continua sendo!) uma das construções sociais mais persistentes”.¹⁸³¹

Essa hipótese da incompatibilidade levava a renúncia feminina da vida profissional no momento do casamento. Mas enquanto mulheres solteiras, o magistério dava a oportunidade para que externalizassem seus instintos maternos. Na falta de um marido e filhos para se dedicar, podiam se dedicar a cuidar e educar outras crianças. A formação das normalistas na capital ficava a cargo do Instituto de Educação no Rio de Janeiro, que através do Decreto nº 7.941/1943 o tornou restrito ao sexo feminino¹⁸³², garantindo assim a moralidade e que o foco do ensino fosse voltado para a preparação das jovens com disciplinas direcionadas especificamente para elas e que abordavam questões domésticas e noções de cuidados específicas para crianças para atuarem junto aos alunos.

Percebemos assim que as diferenças eram claramente perceptíveis entre homens e mulheres. Existiam profissões que seriam compatíveis com a natural personalidade dócil e educadora feminina, negando-lhes ou dificultando o acesso às profissões ditas masculinas. Assim como, também o currículo escolar era adaptado nesse sentido.

No caso específico do magistério, como afirmou Guacira Lopes Louro, “não parece ser difícil compreender a história de como as mulheres ocuparam as salas de aula sem notar que essa foi uma história que se deu também no terreno das relações de gênero”.¹⁸³³ Mas é importante nos atentarmos ao fato de que de qualquer forma a sua profissão não poderia interferir na sua função maior de esposa e mãe. O magistério então seria uma das profissões consideradas mais adequadas a uma pouco provável conciliação entre casamento e trabalho ao possuir horários menores e mais flexíveis.

¹⁸³¹ Ibidem, p. 379.

¹⁸³² LOPES, Sonia de Castro. Formação de professores no Rio de Janeiro durante o Estado Novo. Cadernos de Pesquisa. v. 39, n. 137, p. 597- 619, maio/ago. 2009.

¹⁸³³ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary (org.). História das mulheres no Brasil. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 443- 481.

Outro fator de exclusão feminina interessante de notarmos é que somente em 1971, curiosamente durante mais um período ditatorial brasileiro, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o curso normal secundário passou a dar acesso ao ensino superior¹⁸³⁴. Possibilitando que diversas jovens professoras pudessem adentrar no meio universitário. Não que mulheres não tivessem direito legal a ter acesso ao ensino superior. June E. Hahner escreveu, por exemplo, que as faculdades de Direito e Medicina foram abertas às mulheres em 1879.¹⁸³⁵ No entanto, pouquíssimas mulheres conseguiram de fato exercer esse direito. A verdade é que mulheres no ensino superior foi durante muito tempo algo que deve ser encarado dentro da ideia de excepcionalidade. Seu compromisso maior era com a casa, marido e filhos. O destaque que damos a equiparação do ensino normal como meio de acesso à universidade se deve ao fato de que muitas eram as mulheres que o cursavam e ficavam impedidas de iniciar seus estudos posteriormente na faculdade.

Aliás, se pensarmos que a maior parte da população brasileira nesse período era analfabeta e o número de mulheres nessa condição era superior ao masculino, o simples fato de cursarem o ensino secundário e, ainda mais para serem professoras, é algo excepcional. De acordo com os dados do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a taxa de analfabetismo era de 56,8 % em pessoas com 10 ou mais anos de idade e o número de homens alfabetizados era superior ao de mulheres em todas as regiões do país em 1940.¹⁸³⁶

Não podemos nos esquecer de que a trajetória da conquista feminina por espaço e direitos na sociedade foi feita através da mobilização delas próprias e não por uma questão de consciência e bondade governamental ou de apoio social. Sem contar que mesmo que não houvesse uma consciência das desigualdades sofridas por grande parte das mulheres brasileiras isso não significa que não tenham contribuído de alguma forma para que ocorressem mudanças. Rachel Soihet ressalta que apesar da aceitação da condição de inferioridade feminina pela maioria das mulheres, não se quer dizer que não existe uma intenção de “deslocar ou subverter a relação de dominação”. O que acreditamos que tenha ocorrido durante o Estado Novo com a ida das mulheres para à escola, lugar que se apresentou como um espaço público/privado, ou outros que permitissem cumprir seu papel

¹⁸³⁴ ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). Nova História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2016, p. 334.

¹⁸³⁵ HAHNER, June E. In: *Ibidem*, p. 59.

¹⁸³⁶ Tendências Demográficas: Uma análise da população com base nos resultados dos Censos Demográficos 1940 e 2000. Rio de Janeiro: IHGB, 2007. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv34956.pdf>> Acesso em 17/08/2019.

social, mas que ajudaram com o processo de profissionalização feminina. Sabendo que a aceitação do trabalho feminino se relacionava não apenas às profissões que serviam de extensão a sua maternidade e hipotético comportamento submisso, mas também aquelas que eram menos remuneradas.¹⁸³⁷

No que tange à luta pelos direitos e igualdade da mulher na sociedade brasileira de maneira mais explícita e através da política, uma das organizações que existiu e teve grande destaque foi a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que tinha como líder Bertha Lutz, atuante publicamente desde a década de 1910. Por pouco mais de um ano Lutz chegou a ser deputada federal (Lutz era suplente) e se aproximou de Getúlio Vargas como meio de alcançar vitórias para as mulheres.

Nesse período [1927- 1937], Lutz percorreu um caminho político e pessoal, partindo da posição de observadora da cena, convicta de uma visão pública liberal e democrática, até se tornar uma figura próxima a Vargas e de seu projeto de centralização do poder, não porque a feminista tivesse abraçado o autoritarismo como solução para o conflito político, mas porque percebeu que, ao ocupar espaços políticos no Estado, poderia influir na definição de políticas públicas de interesse das mulheres, inclusive das feministas.¹⁸³⁸

Sua participação na Câmara do Deputados encerrou-se na data do golpe em 1937, quando temos o início do período autoritário e retrocesso tanto nos direitos sociais, trabalhistas e, principalmente, nas questões relativas às conquistas femininas. Os movimentos sociais de forma geral ficaram impossibilitados de atuar plenamente devido às proibições da livre manifestação e riscos de perseguições e prisões.

Percebemos que os retrocessos dos direitos femininos casava-se perfeitamente, em especial, com a ocupação do magistério pelas mulheres e ideia de mulher-mãe-professora, pois mantinha-as no âmbito do que acreditavam ser sua natureza e na mesma posição de subalterna ao poder masculino, mas ao mesmo tempo lhe dava algum espaço fora do lar e dentro do mundo do trabalho. Era o encontro de uma sociedade patriarcal, governo ditatorial e luta pela emancipação feminina.

Para Pierre Bourdieu, “a definição social dos órgãos sexuais, longe de ser um simples registro de propriedades naturais, diretamente expostas à percepção, é produto de uma construção efetuada à custa de uma série de escolhas orientadas”¹⁸³⁹. E a construção da noção do que era ser mulher, partindo da afirmação de Simone de Beauvoir de que o indivíduo não

¹⁸³⁷ SOIHET, Rachel. Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas. *Estudos Feministas*, v.5, n.1, p.7-29, 1997.

¹⁸³⁸ MARQUES, Tereza Cristina Novaes. Bertha Lutz (Série perfis parlamentares). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016, p. 11.

¹⁸³⁹ BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 23.

nasce mulher, mas sim se torna¹⁸⁴⁰, ligava-se à ideia de fragilidade, afetividade, submissão e vocação maternal, com o respaldo da medicina social do final do século XIX e início do século XX¹⁸⁴¹, que deixou marcas na sociedade nas décadas seguintes. Teorias estas criadas por homens, que restringiam a atuação feminina e garantiam a supremacia masculina e as relações sociais desiguais, configurando-se em uma forma de violência, como afirmou Rachel Soihet¹⁸⁴².

A figura feminina, durante o Estado Novo, deve ser vista, portanto, inserida no contexto das políticas públicas do governo ditatorial e conservador e que conseqüentemente interferiram diretamente nas escolhas das mulheres daquela época. Um governo de exceção que suprimiu direitos, ditou normas e condenou aqueles que eram contrários. Por outro lado, com auxílio de todo um aparato burocrático e propagandístico, criou uma noção de que tudo era feito em prol da harmonia e crescimento nacional e que cada indivíduo tinha um papel a cumprir. Aos homens, claramente, que assumissem as rédeas da família e trabalhassem para seu sustento e de seu país. Às mulheres, primava-se pela manutenção da sua vocação ao casamento e materna, apesar da abertura aceita socialmente à algumas profissões, que, por sinal, deveriam dar continuidade às suas características naturais, como era o magistério, a odontologia, a enfermagem. Diante de tamanhas barreiras sociais, orientações governamentais e alto índice de analfabetismo, consideramos atuar profissionalmente em carreiras que exigiam mais estudo algo singular. Devemos perceber também pelo prisma da excepcionalidade aquelas mulheres que se fizeram presentes no espaço político, majoritariamente masculino, e buscaram por meio das vias legais conquistar direitos.

Por fim, não podemos perder de vista que o processo de emancipação das mulheres na sociedade brasileira foi sendo construído aos poucos, com avanços e retrocessos, ao longo de muitas décadas, inserida na dualidade do sexo masculino e feminino expresso, por exemplo, na divisão social do trabalho e que parece não ter sido concluído até os dias de hoje. Por isso se torna tão necessário abordarmos temáticas desse tipo, para que não nos esqueçamos dos caminhos percorridos, das dificuldades encontradas e ultrapassadas, para não esmorecermos em tempos de instabilidades políticas.

¹⁸⁴⁰ BEAUVOIR, Simone. O segundo Sexo: Fatos e Mitos. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

¹⁸⁴¹ SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORI, Mary (org.). História das mulheres no Brasil. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p.363.

¹⁸⁴² Idem. Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas. *Estudos Feministas*, v.5, n.1, p.7-29, 1997.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. Estado de Exceção. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2004

BEAUVOIR, Simone. *O segundo Sexo: Fatos e Mitos*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

GOMES, A. M. C. *A invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

Idem. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996.

LOPES, Sonia de Castro. “Formação de professores no Rio de Janeiro durante o Estado Novo”. In: *Cadernos de Pesquisa*. v. 39, n. 137, p. 597- 619, maio/ago. 2009.

LOURO, Guacira Lopes. “Mulheres na sala de aula”. In: DEL PRIORI, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

MARQUES, Tereza Cristina Novaes. *Bertha Lutz* (Série perfis parlamentares). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

MENDONÇA, Sonia Regina de. “O golpe de 1930 e o caráter do Estado Novo”; “A industrialização restringida”. In: Idem. *Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 15- 38.

PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016.

SOIHET, Rachel. “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano”. In: DEL PRIORI, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

Idem. “Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas”. In: *Estudos Feministas*, v.5, n.1, p.7-29, 1997.

Tendências Demográficas: Uma análise da população com base nos resultados dos Censos Demográficos 1940 e 2000. Rio de Janeiro: IHGB, 2007. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv34956.pdf>> Acesso em 17/08/2019.

VARGAS, G. *Discurso do presidente da República Getúlio Vargas na instalação do Estado Novo no Palácio Guanabara*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 10/11/1937. CD-ROM.

Polêmica religiosa e regalismo na reforma de ensino de Frei Manuel do Cenáculo para a Ordem Terceira da Penitência na segunda metade do século XVIII (1769-1780)

Natália de Fátima de Carvalho Lacerda¹⁸⁴³

Resumo: Em 1780, Frei José Mayne, Ministro Geral da Ordem Terceira da Penitência em Portugal, peticionou à Rainha D. Maria I pela revogação do Alvará confirmatório do *Plano dos Estudos*, documento que em 1769 reformou os estudos entre os terciários da Província de Portugal e que fora arquitetado por D. Frei Manuel do Cenáculo, uma das mais expoentes figuras ligadas à administração pombalina e à ilustração católica. Propõe-se, nesse artigo, investigar a rejeição à reforma cenaculana, considerando-a enquanto manifestação do regalismo Setecentista e também interpela-se como esse movimento aparece subentendido no diálogo entre o *Plano dos Estudos* e outros textos ligados à política pombalina.

Palavras-chave: Ilustração portuguesa; Regalismo; Reforma religiosa

Abstract: In the year of 1780, Fr. José Mayne, the general Minister of the Third Order Regular of St. Francis of Penance in Portugal, petitioned to Queen D. Maria I for the revocation of the confirmatory license of the *Plano dos Estudos*, a document that in 1769 reformed the studies among the friars of the Province of Portugal and wich was designed by D. Frei Manuel do Cenáculo, one of the most exponent figures linked to Pombaline administration and Catholic enlightenment. In this article, we propose to investigate the rejection of the Cenáculo's reform, considering it as a manifestation of regalism of the Eighteenth century and also searching how this movement appears implied in the dialogue between the *Plano dos Estudos* and other texts linked to Pombaline politics.

Keywords: portuguese Enlightenment; Regalism; Religious reform

¹⁸⁴³ Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense e mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Contato: lacerdanfc@hotmail.com.

Dom Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas (1724-1814) se tornou, na segunda metade do século XVIII, uma das figuras centrais na vida política e intelectual de Portugal, exercendo cargos estratégicos na administração pombalina e na promoção das reformas ilustradas portuguesas. Foi confessor e preceptor do príncipe D. José (1761-1788), herdeiro de D. Maria (1734-1816) e sucessor do trono português, foi conselheiro da *Junta da Providência Literária*, que reformou os *Estatutos da Universidade de Coimbra* em 1772¹⁸⁴⁴, deputado¹⁸⁴⁵ e depois presidente da *Real Mesa Censória* e presidente da *Junta do Subsídio Literário*¹⁸⁴⁶ – órgãos que acumularam funções e responsabilidades na reforma dos Estudos Menores, na aplicação dos novos *Estatutos da Universidade coimbrese*, na organização do *Real Colégio dos Nobres* de Lisboa e na censura dos livros. Além disso, Cenáculo, como reformador desenvolveu o que Francisco Vaz chamou de colecionismo ilustrado, típico do século XVIII e foi responsável, por meio dessa prática, por contribuir para a construção de inúmeras bibliotecas-museus públicos portugueses¹⁸⁴⁷.

Previamente às funções que exerceu junto à Corte, no entanto, Cenáculo já havia atuado como reformador do ensino em 1769 junto a Ordem Terceira da Penitência. O frade franciscano organizou sua reforma no *Plano dos estudos para a Congregação dos religiosos da Ordem Terceira de São Francisco do Reino de Portugal*¹⁸⁴⁸. Neste documento, traçou uma série de orientações de cariz moderno para reformar, em sua província, os estudos de Teologia, Teologia Moral, Retórica, História Eclesiástica, Escrituras, Cânones, Religião Revelada, Filosofia, e fundar as cadeiras de Línguas Orientais, que abarcavam o grego, o hebraico e o árabe¹⁸⁴⁹. O *Plano* rejeitava moderadamente a Teologia especulativa praticada pelo método escolástico e preconizava a exegese dos textos sagrados e das fontes da Teologia Positiva, por meio do método crítico histórico-filológico e do recurso a disciplinas auxiliares,

¹⁸⁴⁴ MORATO, Francisco. “Elogio Histórico do Excelentíssimo e Reverendíssimo D. Fr. Manoel do Cenáculo Arcebispo d’Évora (...) Recitado na Assembléia Publica da mesma Academia, de 24 de Junho de 1814”. In: *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Tomo IV, Parte I, Lisboa, 1815, p. LXXXII-LXXXIV.

¹⁸⁴⁵ *Id.*, *ibid.*, p. LXXIV.

¹⁸⁴⁶ *Id.*, *ibid.*, p. LXXXIV-LXXXV.

¹⁸⁴⁷ VAZ, Francisco Lourenço (coord.). *Os livros e as bibliotecas no espólio de D. Frei Manuel do Cenáculo*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009.

¹⁸⁴⁸ CENÁCULO, Manuel do. “Plano dos estudos para a Congregação dos religiosos da Ordem Terceira de São Francisco do Reino de Portugal”. In: MARTINS, Maria Teresa Payan. *O debate ideológico na censura pós-pombalina*. Lisboa: Vozes, 2011.

¹⁸⁴⁹ ARAÚJO, Ana Cristina. “As ciências sagradas na cidadela da razão”. In: ARAÚJO, Ana Cristina (org.). *O Marquês de Pombal e a Universidade*. 2ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

como o estudo das línguas orientais¹⁸⁵⁰. Recomendava ainda a adoção de uma moderna bibliografia. Essas características alinhavam esse documento a uma abordagem moderna das ciências sagradas que racionalizou seus métodos de produção de saber.

O *Plano dos Estudos* foi confirmado pela autoridade real por meio de Alvará de 3 de Junho de 1769¹⁸⁵¹. Embora a reforma atendesse à formação específica do noviciado dos frades menores e dissesse respeito a uma única Província, ela produziu um impacto que extrapolou os muros dos conventos franciscanos. As diretrizes do *Plano dos Estudos* inspiraram diretamente o texto do *Regulamento das Escolas do Collegio d'Alcobaça* e dos *Estatutos Litterários dos Religiosos Carmelitas Calçados*, ambos impressos em 1776 e cujos conteúdos fazem referência explícita ao *Plano*¹⁸⁵². Há estudiosos que consideram ainda que a condição precursora da reforma cenaculana, sendo a primeira reforma dos estudos aplicada a uma esfera monástica, torna lícito encará-la como ponto de partida para todas as outras reformas que modificaram o ensino das congregações religiosas portuguesas, ensejadas na década de 1770 e principalmente depois do que ficou disposto em promulgação régia que obrigava a harmonização entre as determinações pedagógicas das ordens regulares e aquelas presentes nos *Estatutos da Universidade de Coimbra*¹⁸⁵³. Para além disso, alguns historiadores acreditam que o *Estatuto* da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra reformada fora ele mesmo inspirado diretamente pelo *Plano*¹⁸⁵⁴, o que amplia ainda mais o âmbito de ascendência desse documento.

Além da influência que exerceu o texto do *Plano* em si, há de se considerar a influência que a reforma cenaculana produziu de maneiras diversas em seguida. Parece ter havido reflexo da iniciativa de Cenáculo em Portugal e mesmo na Espanha. Frei Vicente Salgado, franciscano contemporâneo de Cenáculo, dá notícia de que após a aplicação das reformas, quatro monges cistercienses foram acompanhar os estudos do grego, do hebraico e do árabe no *Convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa*, onde vivera Cenáculo até então, para depois ensiná-las em sua congregação¹⁸⁵⁵. Da mesma maneira concorreram ao Convento alguns irmãos franciscanos da Província da Andaluzia¹⁸⁵⁶, todos igualmente interessados no

¹⁸⁵⁰ *Id.*, *ibid.*, p.88-89.

¹⁸⁵¹ MARTINS, Maria Teresa Payan. *O debate ideológico na censura pós-pombalina*. Lisboa: Vozes, 2011, p.10.

¹⁸⁵² MORATO, F. *op. cit.*, p.LXXIX.

¹⁸⁵³ MARTINS, *op. cit.*, p.10.

¹⁸⁵⁴ Cf. ARAÚJO, *op. cit.*, p.87.

¹⁸⁵⁵ SALGADO, Vicente. *Origem e Progresso das línguas orientais na Congregação da Terceira Ordem de Portugal*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1790, p.78-79.

¹⁸⁵⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 80-81.

estudo das Línguas Orientais. No tocante à solidificação do estudo das Línguas Orientais, a reforma legou também a primeira obra em língua portuguesa que continha em sua impressão caracteres orientais¹⁸⁵⁷.

Pelos muitos frutos que a reforma cenaculana legou à Ordem Terceira, segue a impressão de que ela se impôs sem maiores reveses, inexistindo conflitos acerca do conteúdo do *Plano dos Estudos* que pudessem impugná-lo. Porém, em 1780, o *Plano* que tantos sucessos lograra foi revogado pelo Alvará de 29 de abril de 1780¹⁸⁵⁸, após Fr. José Mayne (1723-1792), à época Geral da Ordem Terceira, remeter à rainha uma petição apelando por este fim. No Alvará preparado pelos ministros de D. Maria I, as razões para o impedimento do *Plano dos Estudos* são expostas: alega-se que o *Plano dos Estudos* fora instituído em desacordo com os Estatutos Provinciais e Gerais de sua Ordem e independentemente da aprovação do Definitório da Província, dos Capítulos Provincias e do Capítulo Geral da Ordem Terceira celebrado em Valência em 1768.

Frei José Mayne não agira contra a reforma pedagógica de Cenáculo por carecer de interesse sobre o assunto ou considerá-lo irrelevante. Mayne, sobre quem pouco se sabe, atuou também como deputado da *Real Mesa Censória* desde 1768 e junto a Cenáculo¹⁸⁵⁹. Além disso, foi importante doador para a Biblioteca do Convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa, onde viveram ele e também Manuel do Cenáculo. A Biblioteca era uma das maiores de Portugal no século XVIII e Mayne a investiu de uma coleção de objetos, pinturas e medalhas de História Natural¹⁸⁶⁰. Mayne ainda planejou uma aula de História Natural – a aula Maynense – que funcionou no Convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa, em 1792, sob direção da *Real Academia de Ciências de Lisboa*. O museu Maynense, com os objetos de História Natural colecionados por Fr. José Mayne para aquela aula foram, por sua vez, doados à Academia¹⁸⁶¹. Também não parece ter sido por apego à tradição pedagógica que Mayne quis derrubar as novidades contidas na reforma cenaculana. Cabe ressaltar, que, segundo os indícios encontrados na transcrição feita por Fernando Félix Lopes do resumo da *Actas* das

¹⁸⁵⁷ CAEIRO, Francisco da Gama. *Frei Manuel do Cenáculo: aspectos de sua actuação filosófica*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia, 1959, p.68.

¹⁸⁵⁸ MARTINS, *op.cit.*, p.14.

¹⁸⁵⁹ *Id.*, *ibid.*, p.7-23.

¹⁸⁶⁰ FERREIRA, Breno Ferraz Leal. *Economia da natureza: a História Natural, entre a Teologia Natural e a Economia Política (Portugal e Brasil, 1750-1822)*. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: [S.e], 2016.p. 87.

¹⁸⁶¹ *Id.*, *ibid.*, p.101-104.

sessões do Definitório da Província de 29 e 31 de Maio de 1769¹⁸⁶², Frei José Mayne participou do governo da Província juntamente a Cenáculo. Provavelmente, por seu cargo de Custódio¹⁸⁶³, acompanhou e auxiliou a implementação do *Plano* que depois virá a criticar, o que levanta a questão sobre se Mayne sempre fora contrário ao *Plano dos Estudos*, ou se se tornou com o tempo. Segundo Breno Ferreira, Mayne preconizava também em suas ações e textos, paradigmas científicos modernos, ainda que demonstrasse preocupação para com os libertinos que em nome da modernidade abandonavam qualquer apego à religião e à tradição¹⁸⁶⁴.

Logo após a confirmação da revogação, um manuscrito anônimo e inflamado parece percorrer a congregação franciscana: a *Dissertação Teológica*¹⁸⁶⁵. Esse texto, possivelmente datado do ano de 1780, contesta veementemente o *Plano* de Cenáculo, principalmente em função dos livros que são recomendados nele, por irem contra os princípios da religião revelada e dos bons costumes.

O primeiro e segundo capítulos da *Dissertação* fazem uma longa e erudita defesa da jurisdição da Igreja sobre a censura dos livros nas monarquias católicas e também do *Índice* romano de livros proibidos. O terceiro capítulo rejeita o *Plano dos Estudos* por considerá-lo desviante dos Estatutos Gerais e Municipais da Ordem Terceira. Já no quarto capítulo, seu autor celebra a iniciativa de Frei José Mayne de pedir a revogação do *Plano dos Estudos* e transcreve o Alvará de D. Maria I que confirmava aquela anulação¹⁸⁶⁶. Por sua vez, no Capítulo V, argumenta-se que o *Plano* nutre desprezo pela autoridade pontifícia ao selecionar obras de várias doutrinas que questionavam aquele poder. Por fim, no sexto capítulo da *Dissertação*, são analisadas as obras escolhidas por Cenáculo para instruir o noviciado da

¹⁸⁶² LOPES, Fernando Félix. "Manuscritos do Convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa no Arquivo da Cúria Patriarcal". *Lusitania Sacra*. Lisboa, 9 (1970-1971).

¹⁸⁶³ Segundo Lázaro Iriarte, cada Província franciscana dividia-se em custódias, pelas quais eram responsáveis os custódios. As atribuições e a forma de eleição dos custódios variou, segundo o historiador, ao longo do tempo e conforme as províncias, não havendo grande uniformidade, mas parece ser o segundo mais importante cargo após o de Ministro Provincial na hierarquia das províncias, equiparando-se, inclusive os dois cargos, na Regra dos conventuais franciscanos, o que vai modificar-se a partir do século XIII, quando o cargo de custódio vai perdendo poderes gradualmente. Cf. IRIARTE, Lázaro, O.F.M. Cap. *História Franciscana*. Petrópolis: Vozes, 1985, p., 127.

¹⁸⁶⁴ FERREIRA, Breno Ferraz Leal, *op.cit.*, p.92-95.

¹⁸⁶⁵ DISSERTAÇÃO Teológica sobre a censura e a proibição dos livros. Faz-se Juízo Crítico do novo Plano de Estudos, impresso em 1769, para a Congregação dos Religiosos da Ordem Terceira de São Francisco do Reino de Portugal. Mostra-se toda a sua insubstância e nulidade e que ele se opõe diametralmente às leis canônicas da Igreja e à pureza de sua doutrina. In: MARTINS, Maria Teresa Payan. *O debate ideológico na censura pós-pombalina*. Lisboa: Vozes, 2011, p.28-199.

¹⁸⁶⁶ Id., *ibid.*, p.144-148.

Ordem Terceira, e criticados os autores jansenistas, denunciando o idealizador do *Plano dos Estudos* por pretender fazer os alunos questionarem a autoridade papal.

Malgrado o texto da *Dissertação Teológica* provavelmente só tenha vindo à tona após 1780, ou seja, mais de dez anos depois do *Plano de Estudos*, ela está longe de parecer um rompante aleatório e tardio – antes parece um indício da existência de conflitos que tangenciam a reforma cenaculana, embora uma afronta direta àquele texto só tenha emergido a partir do momento em que Cenáculo fora despojado de sua influência junto à corte¹⁸⁶⁷, já que desde 1777, com o governo de Dona Maria I, o pessoal ligado à administração pombalina fora afastado, o próprio Marquês de Pombal caíra em desgraça e Manuel do Cenáculo também fora afastado da corte e passou a residir em sua diocese, em Beja. A nova organização política poderia ter trazido poder e destaque então, a um grupo de franciscanos que passou a disputar na Ordem Terceira da Penitência e junto à Coroa espaço simbólico e político com D. Frei Manuel do Cenáculo.

A *Dissertação Teológica*, conforme já indicou Maria Teresa Payan Martins¹⁸⁶⁸, não se reveste de interesse apenas pela polêmica religiosa e política, mas também pelo que desvela sobre a tensão entre modelos de censura distintos – um do qual participava ativamente a Igreja, outro essencialmente régio. E assim o é porque o próprio texto da *Dissertação Teológica* é um ataque frontal não apenas ao *Plano dos Estudos*, mas também a um dos textos primordiais do pombalismo: a *Dedução Cronológica e Analítica*¹⁸⁶⁹, que fundamentou, segundo Payan Martins, o espírito regalista que vai inspirar em 1768, a criação da *Real Mesa Censória*¹⁸⁷⁰ para restringir a censura dos livros ao governo civil, modificando o sistema tríplice de censura – repartido entre a autoridade episcopal, o Santo Ofício e o Tribunal do Desembargo do Paço – em voga pelo menos desde 1576¹⁸⁷¹.

O *Plano dos Estudos* concebido por Cenáculo empresta destaque ao texto da *Dedução Cronológica e Analítica* como texto base para as aulas de algumas disciplinas centrais como a

¹⁸⁶⁷ MARTINS, *op., cit.*, p.12-15.

¹⁸⁶⁸ SILVA, José Seabra da. *Dedução Chronologica e Analytica* (...). Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, 1767-1738, 3 v. Disponível em: < <http://purl.pt/12183>>. Acesso: 21 dez. 2017.

¹⁸⁶⁹ SILVA, José Seabra da. *Dedução Chronologica e Analytica* (...). Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, 1767-1738, 3 v. Disponível em: < <http://purl.pt/12183>>. Acesso: 21 dez. 2017.

¹⁸⁷⁰ MARTINS, Maria Teresa Payan. *A censura literária em Portugal nos Séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2005, p.58.

¹⁸⁷¹ Id., *ibid.*, p.13-14

de Direito Canônico¹⁸⁷². Indica-o ainda ao professor de Retórica para o ensino da Língua Portuguesa¹⁸⁷³. Além disso, distingue como uma das obrigações do Conselho Literário, responsável por aplicação e manutenção de sua reforma em toda Província, garantir que em cada biblioteca de cada convento, haja pelo menos um jogo de exemplares da *Dedução*¹⁸⁷⁴. Apesar do importância estratégica que a *Dedução Cronológica* parece avultar para a reforma cenaculana, suas recomendações de bibliografia são bastante vastas e diversificadas para cada disciplina. Ainda assim, o texto ao qual a *Dissertação Teológica* se contrapõe mais cuidadosamente e demoramente, é o texto da *Dedução Cronológica*.

A *Dedução Cronológica e Analítica* foi publicada entre 1767 e 1768 e depois reeditada em 1768-1769¹⁸⁷⁵. A obra consiste em três volumes. No primeiro volume, remonta-se a história de Portugal desde 1540, quando chegaram ao Reino os jesuítas, até 1759, quando foram enfim expulsos. Segundo o historiador João Lúcio de Azevedo, esse primeiro volume implica os jesuítas como responsáveis por tentar extinguir o progresso das Letras em Portugal, perseguindo, condenando, ou expulsando quem para ele contribuiu. Dessa maneira, garantiam que não teriam adversários no Reino português a questionar seus desígnios e a sua pretensão de subordinar o poder do Estado às suas próprias ambições¹⁸⁷⁶. No segundo volume, por sua vez, há um discurso histórico sobre a primazia do direito soberano da monarquia contra a intenção da Santa Sé de se sobrepor ao poder dos reis, além de rejeitar veementemente os *Índices Expurgatórios* romanos de obras proibidas, que teriam sido publicados em Portugal sem o beneplácito régio. Também nesse volume, segundo o autor, os jesuítas são implicados negativa e exageradamente¹⁸⁷⁷. Os dois volumes são completados pelo terceiro, que consiste em uma compilação de documentos e provas que sustentam o discurso histórico construído naqueles dois primeiros livros.

O contexto da produção, publicação e distribuição da *Dedução Cronológica e Analítica* é também analisado por Gilmar Araújo Alvim em sua dissertação. Segundo o autor, a obra vem à tona em um momento em que os principais debates intelectuais da época eram

¹⁸⁷² CENÁCULO, Manuel do. Plano dos estudos para a Congregação dos religiosos da Ordem Terceira de São Francisco do Reino de Portugal. In: MARTINS, Maria Teresa Payan (org.). *O debate ideológico na censura pós-pombalina*. Lisboa: Vozes, 2011, p. 9.

¹⁸⁷³ *Id.*, *ibid.*, p. 26.

¹⁸⁷⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 20.

¹⁸⁷⁵ ALVIM, Gilmar Araújo. *Linguagens do poder no Portugal Setecentista: um estudo a partir da Dedução Cronológica e Analítica (1767)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010, p. 133.

¹⁸⁷⁶ AZEVEDO, João Lucio de. *O Marquês de Pombal e a sua época*. São Paulo: Alameda, 2004, p. 299-300.

¹⁸⁷⁷ *Id.*, *ibid.*, p. 299.

precisamente, a polêmica anti-jesuítica e as querelas de jurisdição entre a monarquia e o poder eclesiástico despontados principalmente ao longo do período de rompimento diplomático entre a Santa Sé e Portugal¹⁸⁷⁸. Cabe lembrar, nesse sentido, como faz o autor, que apesar da *Dedução* ter sido publicada em período bastante posterior à expulsão dos jesuítas e também em um momento em que as políticas pombalinas já haviam sido consagradas, a sua publicação se insere em uma campanha mais ampla contra a Companhia de Jesus, que vai culminar com a extinção da ordem em 1773 pelo Papa Clemente XIV¹⁸⁷⁹. Nesse sentido, a *Dedução* não responde apenas a uma necessidade interna de reafirmação do poder régio sobre o poder religioso, mas também a um contexto mais genérico, que envolveu diversos países. Gilmar Alvim lembra que os jesuítas foram também expulsos da França em 1764 e da Espanha em 1767, e a polêmica anti-jesuítica estava latente na Europa, na década de 1760¹⁸⁸⁰.

O ápice da reorganização política e doutrinária da vida política portuguesa, seria, para o autor, o período pombalino, e a *Dedução Cronológica e Analítica*, uma das primeiras manifestações literárias deste momento¹⁸⁸¹. Essa reorganização fez-se especialmente necessária por ocasião do rompimento diplomático com o papado em 1760. O rompimento com o papado teria facilitado, a ação política centralizadora da Coroa, criando o gabinete político para a promulgação de uma série de medidas que restringiram os privilégios e a autonomia do poder eclesiástico nas mais diversas esferas de ação, colocando-o sob tutela do poder secular, e que englobaram desde a criação de impostos que incidiram sobre os bens eclesiásticos, contrariando uma imemorial política de isenção fiscal, até o enfraquecimento institucional do Santo Ofício, ao alijá-lo, por exemplo, de sua função censória¹⁸⁸².

Por outro lado, o rompimento com o papado criou problemas de ordem prática, como a impossibilidade de consagração papal aos bispos nomeados pelo padroado régio, ou de obter junto ao papado as dispensas matrimoniais por consanguinidade, uma necessidade típica para a nobreza portuguesa¹⁸⁸³. Diante desses desafios e das polêmicas suscitadas pelo avanço que o poder secular fazia sobre o religioso, na época pombalina, tornou-se imperativa a justificação teórica e doutrinária da nova configuração das relações entre monarquia e Igreja. Segundo

¹⁸⁷⁸ ALVIM, Gilmar Araújo. *Op.cit.*, p.136.

¹⁸⁷⁹ *Id.*, *ibid.*, p. 133-134.

¹⁸⁸⁰ *Id.*, *ibid.*, p. 134.

¹⁸⁸¹ *Id.*, *ibid.*, p. 147-148.

¹⁸⁸² *Id.*, *ibid.*, p. 161-162.

¹⁸⁸³ ALVIM, Gilmar Araújo. *Op.cit.*, p. 163-164.

Alvim, era preciso fazê-lo principalmente no tocante ao pensamento religioso. E a *Dedução Cronológica e Analítica* veio cumprir parte desse papel.

Nos dois primeiros capítulos da *Dissertação*, o argumento do autor em favor da prerrogativa censória da Igreja se constrói em contraposição aos principais argumentos da *Dedução Cronológica e Analítica*.

No primeiro capítulo, para defender o direito da Igreja sobre a censura dos livros, o autor considera que desde os primeiros séculos da Igreja, no tempo ainda dos Apóstolos, foi comum a prática da apreensão e condenção à fogueira de livros que falassem contra a doutrina da Igreja católica. Para basear suas afirmações, elenca uma diversidade de provas, notícias de Concílios e de decretos papais e evoca o capítulo 19 do *Ato dos Apóstolos*, onde consta que os cristãos neófitos tinham costume de trazer em presença de todos e queimar os livros em que se tivessem instruído em “artes curiosas”¹⁸⁸⁴, o que seria confirmado também pelas obras de Orígenes e Santo Agostinho¹⁸⁸⁵. Condena, nesse sentido, o entendimento de autores como o Abade Fleury e Van-Espen – referências para o autor da *Dedução Cronológica* - para os quais, os decretos papais contra os escritos heréticos possuiriam apenas sentido diretivo, como uma mera orientação espiritual, mas não possuiriam força de obrigação¹⁸⁸⁶.

Todo discurso histórico que o autor constrói até aqui, direciona-se para chegar ao ponto de, do meio para o final do capítulo primeiro, questionar o autor da *Dedução Cronológica e Analítica*. É assim, que no capítulo I, parágrafos 23 e 24¹⁸⁸⁷, o autor rechaça o argumento presente da *Dedução Cronológica* de que as leis de Alexandre VI, confirmadas pela bula papal de 1515 de Leão X, seriam uma tentativa de introduzir uma novidade nos reinos católicos, ao determinar que nenhum impressor pudesse imprimir livros sem licença da autoridade episcopal competente. Para ele, só havia novidade no sentido de que anteriormente à invenção da imprensa, não haveria leis nem eclesiásticas, nem civis que a regulassem, mas quanto à possibilidade da Igreja proibir aos seus fiéis certos escritos não havia novidade alguma, posto que aquela sempre fora a prática¹⁸⁸⁸. Critica também a idéia exposta na *Dedução* de que seria exclusivo ao poder civil a competência para emitir a licença para que se imprimissem livros, o que se basearia no fato de que o uso e exercício de uma arte ou de um ofício, deveriam ser regulados pela polícia civil do reino, abarcando a imprensa, como uma

¹⁸⁸⁴Dissertação Teológica (...). In: MARTINS, Maria Teresa Payan. *Op.cit.*, p.36.

¹⁸⁸⁵ *Id. ibid.*, loc.cit.

¹⁸⁸⁶ *Id.*, *ibid.*, p.40.

¹⁸⁸⁷ *Id.*, *ibid.*, p. 47-48.

¹⁸⁸⁸ *Id.*, *ibid.*, p.47.

arte. De acordo com a *Dissertação*, essa seria uma concepção errônea, pois, se cabia ao poder dos Príncipes censurar quem escrevesse contra seus direitos e privilégios, cabia a Igreja igualmente punir aos escritores hereges¹⁸⁸⁹, porque os poderes “Espiritual e Temporal são de sua natureza distintos, supremos e mutuamente independentes”¹⁸⁹⁰.

Já no segundo capítulo, o autor da *Dissertação* dedica-se a defender o Índice Expurgatório de 1624, adotado pelo Conselho Geral do Santo Ofício português, garantindo que seu conteúdo observa ao Índice Romano e agrega apenas os autores que o papa adicionou à lista de proibições até a década de 1620¹⁸⁹¹. O autor também nega a influência jesuítica sobre aquele índice.

Mais uma vez, o conteúdo da *Dedução Cronológica* é questionado diretamente nesse trecho. Cabe ressaltar, que, desde 1768, quando se instituiu a Real Mesa Censória, o Índice de 1624 e um possível Índice que deveria lhe suceder, foram sendo substituídos, segundo Maria Teresa Payan Martins, pelo uso contínuo de Editais que proibiam livros em bloco – contrariamente ao que ocorria antes, quando os editais adicionavam poucos livros, às vezes apenas um, às listas de proibições¹⁸⁹². Nesse contexto, faz sentido a preocupação do autor de defender o Índice das acusações que se lhe imputavam e que diminuíram sua influência no sistema censório do Reino.

Reforça-se, assim, a tese de que os dois primeiros capítulos da *Dissertação Teológica* não refutam a *Dedução Cronológica* enviesadamente e na medida em que este texto aparece como uma referência para o *Plano dos Estudos*. Sendo assim, o argumento de sua crítica não passa apenas pelo uso que o *Plano dos Estudos* sugere como texto para estudo dos Sagrados Cânones, ou da Língua vernácula – não, é, nesse sentido, meramente metodológico, mas introduz uma contestação direta e detalhada dos mais importantes argumentos históricos que a *Dedução* apresenta para basear sua proposta de extinguir a validade do Índice Romano de 1624 e secularizar a censura no Reino português.

A mudança do sistema censório em Portugal está inscrita em um movimento ainda mais amplo: da perspectiva das relações entre Igreja e Estado, o regalismo pombalino modificou profundamente as suas formas e conteúdos.

¹⁸⁸⁹ *Id., ibid.*, p. 48-49.

¹⁸⁹⁰ *Id., ibid.*, p. 49.

¹⁸⁹¹ *Id., ibid.*, p. 90.

¹⁸⁹² MARTINS, Maria Teresa Payan *Op.cit.*, p.823.

José Pedro Paiva, ao analisar as tendências gerais para as relações entre Estado e Igreja em Portugal, ao longo de três séculos – do XV ao XVIII – considera que, um pressuposto básico do qual se deve partir para conseguir uma análise mais precisa é o de que, na época moderna, prática, a Igreja seria formada por indivíduos e grupos com interesses distintos entre si e que poderia, em determinada conjuntura, aliar-se ao poder secular para opor-se a outros grupos da Igreja e esta é a regra pelo menos até a segunda metade do século XVIII, quando tanto a Igreja, quanto o Estado, vão se orientando por uma lógica cada vez mais institucional e menos marcada por interesses particulares e por disputas entre indivíduos, famílias, linhagens e clientelas, que disputariam recursos, postos, títulos e prestígio¹⁸⁹³.

Nesse processo, de centralização do Estado monárquico português, segundo José Pedro Paiva, o poder religioso participou, seja a partir do envolvimento direto nas reformas pombalinas que modificaram a relação entre Estado e Igreja no século XVIII, seja na formulação das bases políticas, teológicas e eclesiológicas que iram subjugar a Igreja ao Estado. É o caso de D. Frei Manuel do Cenáculo, que assumiu à frente das reformas para formação dos religiosos segundo os novos paradigmas modernos de ciência e princípios políticos regalistas. O próprio Pombal, segundo Paiva, jamais pretendia que o Estado português não fosse católico e contava com a adesão e auxílio de homens da Igreja que ajudassem a construir seu discurso e prática regalistas¹⁸⁹⁴.

A principal polêmica que opôs o texto do *Plano dos Estudos à Dissertação Teológica*, ou seja, o conflito jurisdicional entre Igreja e Estado a respeito da censura dos livros, movimentada pelos princípios teológicos e eclesiológicos do regalismo, questionava o poder institucional da Igreja, por um lado, o que era reforçado pelo aparecimento em Portugal de obras e autores modernos, materialistas, que questionavam os dogmas da fé que sustentavam a autoridade eclesiástica, por outro lado.

As reflexões levantadas por Rossana Nunes acerca da especificidade da cultura religiosa do século XVIII nos permite ver que esta não se resumia ao Iluminismo católico ou ao embate entre ortodoxia e regalismo régio, mas era um produto único, resultado da mistura de tendências diversas – como por exemplo cultura religiosa moderna e filosofia natural – que

¹⁸⁹³ PAIVA, José Pedro. A Igreja e o Poder. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.). *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 135.

¹⁸⁹⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 174.

não se excluíam, mas se articulavam e se sobrepunham e produziam representações políticas totalmente singulares¹⁸⁹⁵.

Essa parece-nos uma idéia interessante para analisar o texto da *Dissertação Teológica*, que ao mesmo tempo em que criticava o desafio à autoridade papel sustentado pelos autores recomendados no *Plano dos Estudos*, defendendo a jurisdição da Igreja sobre a censura dos livros, condenava o mesmo texto por não obedecer o determinado no Alvará Régio de 1770, apelando ao sentido de desafio à autoridade do príncipe sobre as matérias de religião. Por outro lado, a idéia de tendências que estavam em movimento, que circulavam, pode ajudar a entender as contradições por trás da revogação do *Plano* por intermédio de Fr. José Mayne, ele mesmo custódio de Cenáculo enquanto este promovia sua reforma e alinhado, como Cenáculo, ao regalismo régio e ao combate ao materialismo. A circulação de livros e papéis tem papel fundamental nessa movimentação de idéias e tendências, assim como as diferentes apropriações e associações desses textos e a ação de homens que selecionavam os livros que circulariam livremente e quais circulariam de maneira restrita – caso tanto de Cenáculo, quanto de Mayne, ao atuarem como censores régios e como construtores de bibliotecas.

As críticas que o autor anônimo da *Dissertação Teológica* faz à *Dedução Cronológica e Analítica* remetem também às preocupações típicas da Ilustração católica e seu impulso reformista, que buscou modernizar os estudos, o aparelho do Estado e as relações entre Estado e Igreja, mas de maneira a conservar os dogmas da Igreja católica e, mais especificamente, nesse caso, rementendo à questão dos sistemas censórios e de sua secularização.

Nesse sentido, a *Dissertação*, mesmo partindo de uma polêmica aparentemente contingencial surgida no bojo de uma reforma bastante específica para os franciscanos da Ordem Terceira de Penitência de Portugal, permite vislumbrar contextos mais amplos do século XVIII português e europeu e como cada um desses contextos desenvolveu as questões Ilustradas de acordo com o que demandava a sua realidade histórica concreta.

¹⁸⁹⁵ NUNES, Rossana Agostinho. *O cotidiano da libertinagem: discursos e práticas sobre a religião no mundo luso-brasileiro no final do século XVIII*. Tese de Doutorado - Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro: [S.e], 2017, p. 106-107.

Referências bibliográficas

ALVIM, Gilmar Araújo. *Linguagens do poder no Portugal Setecentista: um estudo a partir da Dedução Cronológica e Analítica (1767)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

ARAÚJO, Ana Cristina. “As ciências sagradas na cidadela da razão”. In: ARAÚJO, Ana Cristina (org.). *O Marquês de Pombal e a Universidade*. 2ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

AZEVEDO, João Lucio de. *O Marquês de Pombal e a sua época*. São Paulo: Alameda, 2004.

CAEIRO, Francisco da Gama. *Frei Manuel do Cenáculo: aspectos de sua actuação filosófica*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia, 1959.

CENÁCULO, Manuel do. “Plano dos estudos para a Congregação dos religiosos da Ordem Terceira de São Francisco do Reino de Portugal”. In: MARTINS, Maria Teresa Payan. *O debate ideológico na censura pós-pombalina*. Lisboa: Vozes, 2011.

DISSERTAÇÃO Teológica sobre a censura e a proibição dos livros. Faz-se Juízo Crítico do novo Plano de Estudos, impresso em 1769, para a Congregação dos Religiosos da Ordem Terceira de São Francisco do Reino de Portugal. Mostra-se toda a sua insubstância e nulidade e que ele se opõe diametralmente às leis canônicas da Igreja e à pureza de sua doutrina. In: MARTINS, Maria Teresa Payan (org.). *O debate ideológico na censura pós-pombalina*. Lisboa: Vozes, 2011.

IRIARTE, Lázaro, O.F.M. Cap. *História Franciscana*. Petrópolis: Vozes, 1985.

LOPES, Fernando Félix. “Manuscritos do Convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa no Arquivo da Cúria Patriarcal”. *Lusitania Sacra*. Lisboa, 9 (1970-1971).

MARTINS, Maria Teresa Payan. *A censura literária em Portugal nos Séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2005.

MARTINS, Maria Teresa Payan. *O debate ideológico na censura pós-pombalina*. Lisboa: Vozes, 2011.

MORATO, Francisco. “Elogio Histórico do Excelentíssimo e Reverendíssimo D. Fr. Manoel do Cenáculo Arcebispo d’Évora (...) Recitado na Assembléa Publica da mesma Academia, de

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

24 de Junho de 1814”. In: *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Tomo IV, Parte I, Lisboa, 1815, p. LXXXII-LXXXIV.

NUNES, Rossana Agostinho. O cotidiano da libertinagem: discursos e práticas sobre a religião no mundo luso-brasileiro no final do século XVIII. Tese de Doutorado - Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro: [S.e], 2017.

PAIVA, José Pedro. A Igreja e o Poder. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.). *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

SALGADO, Vicente. *Origem e Progresso das línguas orientais na Congregação da Terceira Ordem de Portugal*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1790.

SILVA, José Seabra da. *Dedução Chronologica e Analytica (...)*. Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, 1767-1738, 3 v. Disponível em: < <http://purl.pt/12183>>. Acesso: 21 dez. 2017.

VAZ, Francisco Lourenço (coord.). *Os livros e as bibliotecas no espólio de D. Frei Manuel do Cenáculo*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009.

Israel Imaginário: Narrativas da esquerda brasileira sobre o conflito palestino-israelense.

Olga Christina de Oliveira Zunino¹⁸⁹⁶

Resumo: A pesquisa na qual esse trabalho apresentará trata-se de uma pesquisa voltada a área de sociologia e história política. O que pretendo abordar nesse artigo é os dados produzidos até então se utilizando das técnicas de entrevista semiestruturada e análise documental. Esse artigo propõe apresentar como o campo da esquerda, especialmente a universitária, desenvolve uma perspectiva monolítica sobre o conflito palestino-israelense com o propósito de engajar um contingente maior de potenciais militantes.

Palavras-chave: Sionismo, Conflito palestino-israelense, movimentos sociais, partidos.

Abstract: The research in which this paper will present is a research focused on the area of sociology and political history. What I intend to address in this article is the data produced so far using the techniques of semi-structured interview and document analysis. This article proposes to present how the left field, especially the universitarian left, develops a monolithic perspective on the Palestinian-Israeli conflict with the purpose of engaging a larger contingent of potential militants.

Key-words: Zionism, Palestinian-Israeli conflict, social movements, parties.

¹⁸⁹⁶ Graduada no Bacharel em Ciências sociais na UFRJ, o artigo é produto de uma pesquisa elaborada com o Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos (NIEJ) da mesma universidade. E-mail: olgaczunino@gmail.com

Introdução

O Conflito árabe-israelense possui inúmeras representações, as narrativas que preenchem o conflito promove um fenômeno de construção da identidade de Judeus e Palestinos. Por dentro desta pluralidade de narrativas tornaram-se elementos comuns no debate sobre o conflito a questão do nacionalismo e da diáspora. Como o nacionalismo influencia na formação das identidades? Quais estratégias políticas desenvolvidas pelos atores para legitimar seu próprio direito a terra?

Essa pesquisa pretende analisar como a memória e o nacionalismo são dispositivos utilizados para mobilizar estratégias políticas destinadas a sensibilizar indivíduos não afetados pela situação e como essas próprias estratégias políticas através do discurso produzem identidade grupal, isto é, a partir das narrativas há a construção da memória e cultura de uma nação, isso será compreendido na questão da Shoá (Holocausto) e da Nakba¹⁸⁹⁷, duas tragédias importantes nacionalmente para ambos os povos.

Nesse sentido, devido à exploração do campo, foi identificada maior quantidade de grupos pró-palestina no meio acadêmico e que possuíam como característica não somente participar no ativismo pró-palestino, mas produzirem cientificamente sobre o conflito. Decidi por entrevistar pesquisadores do meio a respeito de suas opiniões concentrando-se em alguns pontos, como por exemplo, A democracia em Israel e o movimento sionista. Esses pontos foram selecionados a partir de sua proeminência nos debates virtuais e nos próprios discursos propagados por ativistas favoráveis a causa palestina. Para diversificar ainda mais o campo, a análise documental tornou-se a técnica de preferência, em seguida, percebeu-se maior número de artigos e colunas sobre esse tema nos sites de partidos políticos como o Partido da Causa Operária (PCO), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU).

De acordo com Anderson (2006) os documentos são responsáveis por apresentar a um indivíduo a associação de diferentes símbolos derivados de perspectivas de uma circunstância que colocados em uma determinada ordem processual são responsáveis por desenvolver uma narrativa sobre um grupo, uma nação e sobre a terra. Por isso, torna-se importante o estudo mais acentuado de como esses artigos de origem partidária podem auxiliar na propagação

¹⁸⁹⁷ Palavra em árabe que significa “catástrofe” ou “desastre”, designa o êxodo palestino de 1948 devido à guerra civil e da Guerra Árabe-Israelense de 1948.

Questão	Pergunta	Variável	Método
As estratégias políticas utilizadas pelos atores envolvidos no conflito para legitimar suas posições políticas.	Essas estratégias de sensibilização são capazes de desenvolver narrativas com poder de aliança e cisão entre grupos?	- Elementos da construção: com grupos de palestina, especialmente esquerda e universidades. - A análise da produção de elementos de engajamento desses grupos: Artigos e Imagens.	- Entrevistas compreensivas semiestruturadas com a esquerda acadêmica engajada politicamente no conflito. - Análise documental de sua produção: como artigos jornalísticos e imagens para compartilhamento em massa.

desse ordem de signos e processos e apresentar uma história alternativa as circunstâncias passadas e atuais.

As entrevistas semiestruturadas não seriam possíveis se as produções dos próprios atores no campo não tivessem sido analisadas. Isso significa em última instância que nesta pesquisa, a técnica de entrevista semiestruturada e a análise documental serão interdependentes e contribuirão para o melhor mapeamento dos discursos operacionalizados por grupos pró-palestina. Como próprio Cellard (2014) constatou, a importância das fontes implica também em sua importância como testemunha de situação passadas e contemporâneas. Há um elemento de autoridade pelo qual a voz reproduzida nas fontes, torna-se o referencial para atividades presentes ou futuras. Um documento é capaz de fornecer ao pesquisador uma dimensão de tempo e espaço na compreensão do social. Ademais, um documento é capaz de imputar em outros agentes, ações e práticas ou expertises responsáveis por influir nas dinâmicas atuais.

É nesse sentido que a análise documental de artigos jornalísticos, charges e imagens auxiliarão na tarefa de identificar os principais temas de interesse do imaginário político desse grupo e, por consequência conseguir captar no senso comum as percepções subjetivas que

motivam a agência dos atores em questão a partir das entrevistas compreensivas de Kaufmann (2013). As entrevistas auxiliarão na tarefa de compreender de forma mais profunda os sentidos por trás da produção de determinados discursos.

Movimento sionista e a Democracia em Israel

De antemão, é possível notar que a principal questão que notoriamente parte como estratégia política para engajar potenciais adeptos de uma causa é a reformulação de conceitos chave para tornar uma narrativa melhor palatável para um público maior, essa reformulação entretanto, deve buscar produzir uma forte carga emocional no sujeito acessado por ela. Portanto, “Democracia” e “Sionismo” são reformulados, de fato no último caso a reformulação do conceito é indireta, o Sionismo (e não sionismos, vale lembrar) é citado como um ente abstrato que provoca inúmeras tragédias para o povo palestino, ele é configurado como uma ordem constituída por uma elite que conspira contra os povos mais fracos (palestinos), há um cuidado um tanto interessante em não determinar essa elite como uma “elite judaica”, talvez para evitar que a crítica seja considerada antissemita.

Esse processo é reconhecido pelo próprio trabalho de Gusfield (1984) na necessidade de problematizar ações ou comportamentos para que eles sejam motivo de disputa e engajamento na esfera pública. A contribuição de sua obra nos auxilia a compreender que as circunstâncias ou os atos não são intrinsecamente problemáticos, mas sofrem um processo de problematização derivado dos próprios valores e crenças políticas que os agentes querem perpetrar a partir de outros agentes intermediários, como charges, artigos partidários, tweets e outros recursos disponíveis nas plataformas digitais.

Apesar dos artigos tomarem um lado político claro, o objeto da crítica ganha tons abstratos, “O Sionismo” e “Israel” são os principais atores envolvidos, mas eles são, como expliquei, quase abstrações preenchidas pela narrativa aqui empregada, não são organizações, coletivos ou simplesmente indivíduos que sejam capazes de revidar diretamente. Isto porque tanto o movimento sionista quanto o Estado de Israel são no mínimo atores coletivos que tem em seu interior inúmeras divergências e contradições, mas muitas vezes esses dois atores são monoliticamente interpretados ou inclusive utilizados como sinônimos imediatos.

Esse tipo de estratégia é um tanto capciosa, pois mesmo que indivíduos ou organizações tentem revidar essa narrativa, eles correm o perigo de assumirem o papel de representantes ou objetos dessa crítica, isto é, no processo de criticar a resignificação desses

conceitos eles produzem uma materialidade a disputa produzida por esses grupos. Doravante a isto, a questão palestino-israelense acaba sendo preenchida por essas perspectivas sobre as circunstâncias criando diversas realidades pautadas no apagamento e esquecimento sobre o papel de grupos dentro e fora das fronteiras de Israel.

A princípio a pesquisa utilizou-se da plataforma digital para mapear os temas mais abordados no debate a respeito do conflito árabe-israelense, preferiu-se para esse artigo mostrar dois elementos concomitantes que reverberam nas discussões desse grupo em questão: o movimento sionista e a democracia em Israel. Em seguida será feito a análise de duas entrevistas em referência a esse tema.

Análise documental

Para isso foram analisados artigos de colunas de sites de três partidos brasileiros: Partido da Causa Operária (PCO), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). Apesar dos atores em questão serem indivíduos pertencentes na academia e, portanto, produtores de material científico, a preferência por analisar artigo ou colunas jornalísticas destes em páginas de partidos perpassa pela própria forma que esses documentos tomam para melhor engajar potencial aliados.

Pretendo mapear as estratégias de mobilização empregadas por esse grupo, seja na própria composição do documento, seja pela própria narrativa. Isto me auxiliará na compreensão se essas estratégias proporcionam uma reformulação da história de um grupo o que conseqüentemente poderá afetar o seu próprio conceito de imagem. Essas questões são possíveis partindo do que Prior (2013) concebeu como a relação dual de todos os documentos: como receptáculos de instruções, comandos, desejos etc. e em seguida entra como um agente capaz de também incitar a ação e a percepção de outros agentes a respeito de seu meio social.

A forma como um documento é construído, a via pela qual ele é vinculado, são estratégias de grande impacto no momento de articulação entre indivíduos e na própria construção da imagem de um grupo, como dito anteriormente, um documento pode fornecer acesso e legitimidade a uma representação de um grupo em um determinado contexto. Com isso dito, pretendo posteriormente, expor os artigos e ressaltar os pontos de semelhança entre os artigos de uma fonte e em seguida entre as diferentes fontes, depois irei providenciar uma pequena tabela com as principais categorias reproduzidas pelos artigos que até então tive a chance de examinar.

Partido Comunista Brasileiro (PCB)

A figura 1 e 2 representam artigos do site do PCB de, respectivamente, 2019 e 2015. Ambos os artigos tratam-se de assuntos diferentes, porém possuem um tratamento semelhante a respeito de temas como sionismo e Israel. O artigo da figura 1 descreve sobre o cancelamento da comemoração do “Dia Mundial de Jerusalém”, de acordo com a notícia, devido a pressão da “bancada do quipá”. O artigo da figura 2 apesar de ter pretensões de noticiar um conflito entre docentes da UFSM a respeito de um pedido de informações concernente a participação da UFSM em convênios de cooperação científica com empresas do ramo da tecnologia e do armamento da “maquina de guerra israelense”¹⁸⁹⁸, há um tom de defesa endossado pela reação a denúncia feita pelos docentes contrários a esse pedido e pela reprodução da nota de esclarecimento da SEDUFSM.



O sionismo ataca Universidade Federal de Santa Maria com o método covarde de sempre: acusando e distorcendo os fatos em causa própria

8 de junho de 2015



O método não é novidade, já foi denunciado amplamente por alguns corajosos escritores como Norman Finkelstein, em seu famoso livro "A Indústria do Holocausto". Onde desmistifica a "Indústria da vitimização do grupo étnico mais bem sucedido dos Estados Unidos, o que permite a apropriação de mais verbas e, ao mesmo tempo, articula uma campanha de autopromoção por meio da imagem de vítima". Artimanha que serve o propósito de afastar as discussões dos Direitos Humanos e da responsabilidade de Israel

Figura 2



em Gaza.



O sinistro lobby sionista

7 de junho de 2019



Outras Palavras

por Berenice Bento e Sayid Marcos Tenório

Cancelamento da comemoração do "Dia Mundial de Jerusalém" na Câmara dos Deputados, revela: forma-se uma perigosa "bancada do quipá" em defesa de intolerantes grupos pró-Israel. Uma ameaça aos interesses nacionais?

sábado, 08 de junho. Uma nota no jornal O Globo avisa que o Presidente da Câmara dos Deputados, o deputado Rodrigo Maia, decidiu, unilateralmente, cancelar a Sessão Solene para homenagear a cidade de Jerusalém (Al Quds, em árabe), que se realizaria na quarta-feira, dia 12 de junho. É a primeira vez que isso acontece na história da Câmara. O que é o Dia Mundial de Jerusalém?

O Dia Mundial de Al-Quds foi instituído, em 1979, pelo líder político e espiritual da

Figura 1

analisar, in - e uma questão internacional, de soberania e de direitos humanos. O dia de Jerusalém não é um dia exclusivamente voltado para a causa palestina. mas, sim, um

sionista como um movimento ou entidade monolítica: “ Essa campanha de difamação da Universidade mostra o desespero do sionismo com o crescimento da campanha de boicote a Israel no Brasil e no Mundo”¹⁸⁹⁹. Esse tipo de tratamento tem sido encontrado não somente nesses artigos do PCB, mas também em artigos do PCO e do PSTU, sendo que há um artigo neste último que inclusive reprova uma análise mais plural do movimento sionista. Isso será

¹⁸⁹⁸ PCB,08 /06 /2015

¹⁸⁹⁹ PCB,08 /06 /2015

compreendido na secção de ambos. Uma questão interessante desses dois artigos do PCB é a utilização de elementos visuais para chamar a atenção do leitor, com o uso de uma charge com elementos gráficos chocantes, como também pela própria construção do título principal ‘‘O sinistro lobby sionista’’¹⁹⁰⁰, acompanhado de uma foto que, aliás, não possui uma legenda própria descrevendo sua fonte.

Partido da Causa Operária (PCO)

DIÁRIO CAUSA OPERÁRIA

Edição de Hoje Causa Operária TV Colunistas Editoriais Outros Busca

Assinar

domingo, 26 de julho de 2019 - Edição Nº 5717

- contribua com a campanha FORA clique aqui e acesse -

BOLSONARO

7 DE ABRIL DE 2019

Israel: ditadura disfarçada de democracia vai a eleições fraudulentas

Inscriva-se na Causa Operária TV Receba as notícias pelo celular Faça um comentário



Na próxima segunda-feira (09), ocorrerão em Israel as eleições parlamentares. Das 120 cadeiras em disputa, o Likud, partido da extrema-direita israelense e liderado pelo atual primeiro-ministro Benjamin Netanyahu é o favorito do imperialismo, porque a política adotada pelo governo comporta-se de modo coeso com os interesses do grande capital, haja vista a política de extermínio de grupos palestinos nacionalistas, de cidadãos palestinos, de ataque à população síria e continuidade da aliança militar e econômica com outra nação capacho dos norte-americanos: a Arábia Saudita.

Figura 4

Israel: um Estado nazista



Em 2014, durante sete semanas, entre julho e agosto, o Estado de Israel lançou um ataque contra a Faixa de Gaza, território palestino atualmente não ocupado por israelenses. A pequena faixa fica entre Israel e o Egito, e foi alvo de bombardeios e tiros que deixaram 2.340 mortos e 10.626 feridos, sendo uma esmagadora maioria (70%) de civis.

Além do alto número de civis assassinados em massa, a Faixa de Gaza sofre com o bloqueio da entrada de uma série de produtos, e teve sua infraestrutura arrasada durante a operação, chamada clinicamente de ‘‘Margem Protetora’’. Como se os ataques de Israel fossem uma proteção, uma defesa contra uma ameaça externa, e não um massacre genocida planejado e perpetrado por um poderoso Estado armado com ajuda dos EUA.

Figura 3

A figura 3 e 4 do Diário da Causa Operária, jornal ligado ao PCO, são respectivamente do ano de 2019 e 2016, sendo que o artigo de 2016 foi encontrado no acervo do jornal. Ambos os artigos utilizam-se de estratégias de engajamentos similar ao do PCB. O que esses artigos auxiliam no mapeamento do discurso da esquerda universitária é no tratamento dado ao Estado de Israel, tanto os artigos de 2019 quanto de 2016 indicam Israel como uma ditadura genocida. Eles começam analisando notícias publicadas em outros anais, como as eleições em Israel e os ataques contra a faixa de Gaza em 2014, entretanto o artigo da figura 3 pretende-se descrever uma notícia contemporânea enquanto o segundo artigo faz um arcabouço para defender uma tese sobre o tratamento israelense aos palestinos é o mesmo

¹⁹⁰⁰ PCB,17 /06 /2019

tratamento dos nazistas. A relação de Israel com o Nazismo é encontrada tanto nessa matéria do PCO quando na matéria do PCB em 2015.

Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU).

A figura 5 e 6, ambas de 2018, fala de dois momentos que ocorreram no ano, um voltado aos 70 anos da Nakba e outro relacionado à ida do deputado Jean Wyllys para uma conferência na Universidade Hebraica de Jerusalém. A peculiaridade de ambos os artigos é seu tom de crítica ao objeto da notícia. Enquanto o artigo da figura 5 constrói semanticamente e simbolicamente o sentimento ambíguo de força mediante a união da militância a causa palestina, há também o sentimento de vulnerabilidade a respeito das condições impostas pela Força de Defesa de Israel (FDI). A Figura 5 e a Figura 4, a partir de uma breve análise demonstra que essa estratégia vulnerabilidade/força é empregada por dois veículos de divulgação distintos, o que auxilia na identificação de um padrão de militância que expressa à imagem do povo palestino tanto articulado coletivamente, quanto solitário pela miséria.



Início » Internacional » Nos 70 anos da Nakba palestina, chamamos ao fortalecimento da solidariedade internacional

Nos 70 anos da Nakba palestina, chamamos ao fortalecimento da solidariedade internacional

Por Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT-QT) - 10/05/2018



Figura 5
criança de uma mulher em uma situação de vulnerabilidade não aceito sob a singularidade da singularidade

Figura 5



Início » Internacional » Jean Wyllys, a voz do sionismo "de esquerda" no PSOL.

Jean Wyllys, a voz do sionismo "de esquerda" no PSOL.

Por de São Paulo (SP) - 19/02/2018



Não é mais novidade a militância pró-Israel do deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ). A partir de sua providencial viagem em janeiro de 2016 para participar de conferência na Universidade Hebraica de Jerusalém – uma das instituições

Figura 6

mas há também a necessidade de desingularização para criar pontos de sensibilidade em

comum com potenciais apoiadores: a necessidade de mostrar um coletivo organizado capaz de gerar um potencial sentimento de pertencimento ao expectador sensibilizado pela causa.

A questão especial por trás da figura 6 é o artifício semântico para noticiar enquanto perpassa uma crença política por trás, o uso das aspas na manchete a respeito do que foi nomeado ‘‘sionismo de esquerda’’, representa uma forma indireta de demonstrar rejeição com a nomenclatura de grupos opositoristas. Uma forma de deslegitimação da existência, em quanto factível, de determinado arranjo político que tire a autoridade da própria gramática política do enunciador.

Conclusões da Análise documental.

A representação do povo judeu ou do povo israelense quase nunca aparece graficamente, somente aparecendo a partir de suas lideranças como a foto de Netanyahu e a foto dos apoiadores da bandeira israelense no congresso. O sionismo aparece como uma entidade personificada ou na figura de Netanyahu, Trump e Bolsonaro ou nas ações da FDI, e esta é representada como um braço tirânico dessas três lideranças mencionadas. O Sionismo é tratado como se fosse um movimento totalitário internacional, tirando as figuras do Estado, nenhuma liderança sionista da sociedade civil é mencionada. Inclusive há uma enfática crítica a qualquer forma de diferenciação dentro do sionismo, como visto na figura 6. Também qualquer discrepância dentro da comunidade palestina é pouco mencionada, no documento representado na figura 5, há algumas menções a ‘‘burguesia palestina’’ e ao Partido *Fatah* como sendo colaboracionista a Israel por prezar uma solução pacífica em contraposição ao Hamas, mas até então isso parece ser uma questão pontual.

Destaco abaixo as característica mais empregadas nesses 6 artigos analisados, como forma de identificar o discurso predominante e a representação de Israel e do movimento sionista. Os números ao lado das categorias são a quantidade de ocorrências. Comparado com ‘‘Palestina’’, que teve 51 ocorrências, Israel possui 72, o que confirma o caráter denunciativo desses textos. Uma questão interessante é a quantidade de vezes que a palavra Imperialismo e a palavra secundária, imperialista, aparecem no texto. Israel parece ser utilizado como fins de afirmar o Imperialismo e, conseqüentemente, vira um símbolo dessa ideologia na região. A questão do movimento sionista foi pouco citada, sendo mais citados termos similares como Sionismo e Sionista, quando a categoria ‘‘apartheid’’ e ‘‘Judeu’’ aparecem em relação as essas três categorias.

Israel (72);

Movimento Sionista(2); Sionismo(5);

Sionista (24)

Genocídio (6)

Apartheid (9)

Imperialismo (12); imperialista(3)

Racismo (2)

Colonial (5); colonização (8)

Intolerante(2)

Limpeza étnica (6)

Judeu (17);

A narrativa mais presente nos artigos mencionados e, a partir das categorias empregadas, aparenta ser a pós-colonialista: um conjunto de teorias que pretende- analisar o efeito do colonialismo nos colonizados e colonizadores. Fundamentalmente, Israel seria considerada uma etnocracia imperialista, na qual utiliza sua força para expandir as fronteiras, anexando territórios e explorando os antigos moradores dessas terras, os tratando como sub-humanos. Nessa narrativa, há um apelo por aproximar Israel dos EUA, e de outros elementos do cenário internacional concentrados em políticas de segregação e submissão de povos oprimidos.

Entrevistas semiestruturadas

Antes das entrevistas foi apresentado um roteiro para os entrevistados perpassando questões sobre: sua biografia na área acadêmica e militante, sua percepção da comunidade palestina e judaica, sua percepção de como a mídia encara o conflito árabe-israelense e finalmente, sobre a democracia em Israel e o movimento sionista. A princípio me aprofundarei mais na questão de democracia em Israel e na forma como a mídia perpassa o conflito. Ambos os entrevistados são acadêmicos que produzem cientificamente sobre o conflito e que se engajam politicamente. O roteiro foi utilizado para orientação, a entrevista ia se adaptando no decorrer das respostas do entrevistado.

Abaixo irei colocar trechos de ambos os entrevistados a respeito das perguntas sobre o Sionismo e Israel, em seguida irei analisar as suas respostas. A razão dessa relação é fundamentalmente, pois eles tiveram opiniões bastante distintas e que auxiliam na confirmação das crenças demonstradas na parte da análise documental.

Qual a sua percepção sobre o movimento sionista?

E1: o sionismo é um projeto político que surge em um determinado contexto, não sei, no final do século XIX na Europa representando o pensamento sobre tudo dos judeus europeus que

tinha vivido, estavam vivendo e já depois disso claro com todo o nazismo isso vai se agravar, estavam vivendo uma situação de , digamos assim, desconforto, por dizer ao menos, por certas atitudes que encontravam na sociedade europeia e por outro lado com um projeto político de envergadura, que eu acho que não era só isso, mas era mais profundo, levando a essa proposta de criação do lar para os judeus. O livro que dá origem a toda essa corrente, eu tenho muitas reservas em relação a qualquer projeto político que se baseia em uma exclusão do outro, como é, por exemplo, o sionismo. Acredito que na sociedade que nós estamos, com tudo que a gente já lutou para superar o racismo, superar em termos digamos, eu acho que há racismo e como há no Brasil inclusive muito claramente, mas digamos como ideologia como almejar uma sociedade que não sejamos separados por questões raciais, por questões religiosas, por questões étnicas (...).

E2: De um modo geral né, é o que te falei, eu vou falar de dois sionismos né, vou te falar do sionismo histórico, que é esse que tem uma visão mais socialista das relações da comunidade, que eu acho show, a ideia dos kibutz, que funcionaram bem durante um período, aí esse sionismo tem meu respeito, agora a partir da década de 60, 50, quando ele começa a ganhar uma, aí os judeus vão na base de “a gente precisava se defender”, é, mas não havia necessidade da carnificina por exemplo, eu tenho certeza que esse sionismo histórico não pregava, pois esse sionismo histórico prega esse respeito ao humano também, embora o Hertz diga em uma das suas frases “primeiro ser judeu pra depois ser humano”, que é uma coisa que me assusta um pouco, então a judaicidade está acima da humanidade? (...) Aí é complicado e esse sionismo contemporâneo, que eu chamo de neosionismo, eu repudio totalmente, esse sionismo belicista, esse sionismo que apoia um Trump. (...).

Israel pode ser considerado um país democrático?

E1: Não, não porque a proposta de Israel, pelo menos nesses últimos governos, eu acho que desde origem, mas fundamentalmente nos últimos governos, é criar um Estado Judeu e eu acho que o Estado Judeu em si mesmo já não é democrático e democracia é aquilo que é de todos, então a própria essência já exclui uma parte daqueles que não são judeus, então não considero que isso seja democrático e poderia te dar exemplos de também como há outros tipos de problemas, mas acho que há muitos israelenses que tem denunciando isso, por exemplo, essa falta de acesso democrático aos meios de comunicação pra quem não está alinhado a política dos últimos governos.

E2: Dentro daquela região é, eu sei que dentro do Knesset eles tem uma pequena representação, mas tem você tem uma pluralidade ali, então dentro do Oriente Médio eu posso dizer que é uma democracia, eleições acontecem, a gente pode discutir até assim, como essas eleições acontecem, os tramites, aí seriam em outra história, mas do que você pode pensar ali dos países ao redor, é óbvio sem nenhuma dúvida. Só acho assim, o que eu acho que está acontecendo em Israel é um fenômeno mundial, que a direita está assumindo, falar em direita israelense chega a ser cômico, mas eles estão no poder, mas de qualquer maneira há uma democracia, não tem nem o que questionar, é possível a manifestação, é possível em Israel a criação de grupos, como aquele do evento de ‘Mulheres pela Paz’, então tudo isso aí a partir de que o país permite que isso funcione, ok com dificuldade, mas tudo bem está funcionando, você não vai ver o movimento desse no Líbano, vai ver, mas é interno né, como aquele movimento do ‘*Women Wage Peace*’, você não vai ver. Então a partir do momento em que um país permite a existência desse grupo, que esteja lá, é um país democrático.

Conclusões das entrevistas semiestruturadas

Em relação ao movimento sionista as respostas foram distintas, o entrevistado 1 seguiu a linha do que observei nas análises documentais: um apelo a compreender o movimento sionista como totalizante e segregacionista. O entrevistado 2 por outro lado trouxe uma percepção do sionismo mais plural, tentando compreender as vertentes constituinte do sionismo como um todo e preferindo por selecionar a vertente que mais o agrada e a que menos agrada. Nas entrevistas foram percebidas duas abordagens a respeito do sionismo, a primeira está relacionada a aproximar o Sionismo do Racismo, denunciando seu caráter excludente e o comparando a experiências de racismo na história e a segunda está pautada em entender o movimento sionista em sua pluralidade, diferenciando as vertentes do sionismo como o Sionismo Trabalhista de Ben-Gurion e o que o entrevistado considerou como neosionismo.

É comum que ambas as percepções sobre o Sionismo desenvolvam uma disputa na qual a primeira acusa a segunda de colaborar com o a precarização dos palestino, já que é impensável um Sionismo progressista (Como vimos na análise documental), enquanto a segunda acusa a primeira perspectiva de atribuir uma análise dicotômica para a heterogeneidade das visões dentro da própria política israelense. A mesma situação se aplica a própria definição de Israel como um Estado democrático: A visão mais colonialista rejeita

essa afirmação, afirmando que uma democracia não pode estar centrada na figura de um povo. A outra compreende Israel como um país democrático institucionalmente, possuindo características autoritárias pelo alto militarismo, mas que não o difere das outras experiências mundiais, como a própria experiência brasileira e a experiência do Líbano, lugar de origem do entrevistado.

A perspectiva de ambos os entrevistados sobre a mídia é interessante, o primeiro entrevistado indica uma tendência da mídia internacional em expor somente a visão israelense especialmente devido ao local na qual os correspondentes se localizam. O segundo entrevistado por outro lado vê parcialidade de ambos os lados, a mídia mais a esquerda “sataniza o judeu” e a mídia mais a direita “sataniza o palestino” e considera a mídia nacional incapaz de noticiar sobre o conflito. Finalmente, as visões dos dois entrevistados mostram um aparente conflito dentro da esquerda universitária sobre o conflito, aqueles mais voltados a narrativa pós-colonial criticam o dito colaboracionismo da outra esquerda que acredita na negociação pacífica, entretanto diferente do que foi visto nos artigos, o E1 indicou em sua entrevista maior propensão em aceitar a solução dos dois Estados, apesar de se opor a concepção de um “Estado Judeu”. As entrevistas foram bastante úteis para compreender como os atores nesse tema dispõem do seu discurso para defender suas crenças políticas, o E1 para defender sua crença de que Israel não é um Estado democrático mobilizou o seu conhecimento sobre o que é democracia, o E2 por outro lado apontou exemplos que validassem a democracia no país, como a existência de grupos em oposição as políticas do governo, e comparativamente esclareceu que as mesmas dificuldades encontradas em Israel são encontradas em outras regiões do globo.

Considerações finais

Há um jogo de representações valioso que perpassa justamente por esses atores e que influencia debates ainda maiores como o próprio direito de soberania dos povos e o uso político do antissemitismo para retirar o discurso do campo do *voice* para o *exit*¹⁹⁰¹, mas como questão mais intrínseca ao objeto dessa pesquisa, essas narrativas possuem um poder político notável no processo de formação de um eu grupal maior¹⁹⁰² a partir do rechaço a perspectivas paralelas que sejam capaz de expor os defeitos e problemáticas de uma narrativa mais

¹⁹⁰¹ HIRSCHMAN, 1970

¹⁹⁰² SAID, 2007

consolidada na afirmação de definições inflexíveis sobre conceitos profundamente complexos. Esse artigo visou mostrar alguns exemplos de como as narrativas com propósito propagandístico possuem uma matriz linear e intransigente às inconstâncias das situações políticas.

É possível inclusive refletir sobre como essas narrativas auxiliam na consolidação de um paradigma conservador em relação à comunidade judaico-israelense e um paradigma progressista ou revolucionário à comunidade árabe-palestina. As contradições dentro desses grupos não são notáveis nessas narrativas, pois há uma urgência política de apostar no binarismo de narrativas para melhor unificar uma frente por trás de uma ideia fundacional de opressão sistemática perpetuada por outro grupo. A consequência dessa narrativa pode proporcionar um clima político violento, onde o diálogo é substituído por um radicalismo incapacitado de compreender a sensibilidade do conflito no qual propõe possuir todas as soluções. A realidade é que há um apelo grande em descobrir se há um caminho possível para a coexistência sem apostar no desprezo à alteridade, seja de qual lado ela surge.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Imagined communities. Different Dispatches: Journalism in American Modernist Prose*, v. 49, 2006.

BOLTANSKI, Luc. *Distant suffering: Morality, media and politics*. Cambridge University Press, 1999.

CAUSA OPERÁRIA, *Diário da*. (07/04/2019). “Israel: ditadura disfarçada de democracia vai a eleições fraudulentas”. Política. Disponível (on-line) em: <https://www.causaoperaria.org.br/israel-ditadura-disfarçada-de-democracia-vai-a-eleicoes-fraudulentas-na-proxima-terca-feira/>

CAUSA OPERÁRIA, *Diário da*. (13/07/2016). “Israel: um Estado nazista”. Política. Disponível (on-line) em: <https://www.causaoperaria.org.br/acervo/blog/2016/07/13/israel-um-estado-nazista/>

CELLARD, André. “A análise documental”. Em: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIERE, Anne; MAYER, Robert. PIRES, Alvaro P. *A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, 2014, pp. 295-316.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

GUSFIELD, Joseph R. *The culture of public problems: Drinking-driving and the symbolic order*. University of Chicago Press, 1984.

HIRSCHMAN, Albert O. *Exit, voice, and loyalty: Responses to decline in firms, organizations, and states*. Harvard university press, 1970.

KAUFMANN, Jean-Claude. *A entrevista compreensiva*. Petrópolis/Maceió, Vozes/Edufal, 2013.

LIGA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES. (10/05/2018). “Nos 70 anos da Nakba palestina, chamamos ao fortalecimento da solidariedade internacional”. Internacional. PSTU. Disponível (on-line) em: <https://www.pstu.org.br/nos-70-anos-da-nakba-palestina-chamamos-ao-fortalecimento-da-solidariedade-internacional/>

MISLEH, Soraya. (19/02/2018). “Jean Wyllys, a voz do sionismo “de esquerda” no PSOL.”. Internacional. PSTU. Disponível (on-line) em: <https://www.pstu.org.br/jean-wyllys-voz-do-sionismo-de-esquerda-no-psol/>

PCB. (08/06/2015). “O sionismo ataca Universidade Federal de Santa Maria com o método covarde de sempre: acusando e distorcendo os fatos em causa própria”. Internacional. PCB. Disponível (on-line) em: <https://pcb.org.br/portal2/8545/sindicato-repudia-denuncia-infundada-de-racismo-na-ufsm/>

PCB. (19/02/2018). “O sinistro lobby sionista”. Internacional. PCB. Disponível (on-line) em: <https://pcb.org.br/portal2/23389/o-sinistro-lobby-sionista/>

PRIOR, Lindsay. *Using documents in social research*. Sage, 2003.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Editora Companhia das Letras, 2007.

O Fazendeiro do *Brazil*: política ilustrada e produção de alimentos na divulgação científica do Império Luso em finais do século XVIII

Patrícia M. S. Merlo¹⁹⁰³

Resumo: Nas últimas décadas do Dezoito, no bojo do reformismo ilustrado, a agricultura despontou como uma área privilegiada para a reflexão de estadistas e intelectuais luso-brasileiros. Tanto as viagens filosóficas pelos domínios coloniais quanto a publicação de livros técnico-científicos servem como base empírica para atestar o interesse da coroa na formulação de projetos coloniais mais definidos e abrangentes. Nesse diapasão, Portugal empreendeu novas estratégias na exploração de suas colônias, sobretudo o Brasil. Interessamos discutir os pressupostos cientificistas e pragmáticos cristalizados nas páginas da coleção *O Fazendeiro do Brazil* (1798 e 1806), organizada pelo frei Mariano Veloso, enquanto parte da diretiva lusa de difundir conhecimentos práticos para uma ampla audiência, favorecendo um novo expediente institucional de intervenção na realidade produtiva colonial.

Palavras-chave: Publicações Científicas; Produção de Alimentos; Antigo Regime.

Abstract: In the last decades of the Eighteenth Century, in the midst of the illustrated reformism, agriculture emerged as a privileged area for the reflection of Luso-Brazilian statesmen and intellectuals. Both philosophical travels through colonial domains and the publication of technical-scientific books serve as an empirical basis to attest to the crown's interest in formulating more defined and comprehensive colonial projects. In this tuning fork, Portugal undertook new strategies in the exploration of its colonies, especially Brazil. We are interested in discussing the scientific and pragmatic presuppositions crystallized in the pages of the collection *O Fazendeiro do Brazil* (1798 – 1806), organized by Friar Mariano Veloso, as part of the Portuguese directive of spreading practical knowledge to a wide audience, favoring a new institutional expedient of intervention in the colonial productive reality.

¹⁹⁰³ Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professora do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: patricia.merlo@gmail.com.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

Keywords: Scientific publications; Food production; Ancien Régime.

O ensino ilustrado da História Natural desenvolveu-se *pari passu* com a criação de academias científicas em vários países europeus, ainda no século XVII: *Collegium Naturae Curiosum*, em Schweinfurt, na Alemanha (1651); *Accademia del Cimento*, em Florença (1657); *Royal Society*, em Londres (1660); *Académie des Sciences*, em Paris (1666).¹⁹⁰⁴ As academias científicas, enquanto instituições/organizações de produção de conhecimento, funcionavam como um lugar de circulação do saber materializado no seu corpo acadêmico, nas suas reuniões e assembleias, e em diversos objetos simbolicamente investidos de valor científico/cultural como atas, publicações, bibliotecas, instrumentos, laboratórios e museus.¹⁹⁰⁵

Contudo, a introdução da História Natural foi tardia em Portugal. A ida para Lisboa em 1764 do naturalista paduano Domingos Agostino Vandelli (1735-1816), a convite de Sebastião José de Carvalho e Melo para lecionar no Colégio dos Nobres, sinaliza nessa direção. Grande defensor das “ciências úteis”, Vandelli deu importante contribuição a Universidade de Coimbra, esteve à frente do Real Gabinete de História Natural e do Jardim Botânico da Ajuda. O naturalista foi também um dos sócios fundadores da Academia Real das Ciências de Lisboa da qual participou ativamente até sua morte em 1816.¹⁹⁰⁶

Por meio da divulgação e publicação de algumas memórias pela imprensa da Academia, os conhecimentos foram difundidos junto de um público mais vasto, ou eram lidas entre o círculo restrito de sócios e por um grupo social culto e interessado. Em seus salões dissertaram políticos e cientistas sobre assuntos relacionados com práticas agrícolas, exploração de minas ou utilização de matérias vegetais. Acreditavam esses acadêmicos que era sobretudo na agricultura que residia o fundamento da prosperidade dos povos e da riqueza dos estados.¹⁹⁰⁷ Buscavam assim privilegiar as produções agrícolas das colônias como forma

¹⁹⁰⁴ MARQUES, Vera Regina Beltrão. “Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro, 1772-1779”. *Educar*, Curitiba, n. 25, p. 39-57, 2005. p.40.

¹⁹⁰⁵ SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. *Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia*. Tese (Doutorado em História e Filosofia das Ciências) – Universidade de Lisboa, Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências, Lisboa. 2015. p. 6.

¹⁹⁰⁶ RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008. P. 81-82.

¹⁹⁰⁷ DOMINGUES, Ângela. “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos”. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, v. VIII, 823-838, 2001. p. 830.

de dinamizar a economia do reino e, ao mesmo tempo, procuravam criar nestas colônias uma dependência dos produtos manufatureiros e agrícolas produzidos no reino.

Os objetivos que se propunham eram especulativos e práticos ao mesmo tempo e podiam, inclusive, envolver a discussão e proposta de aperfeiçoamento técnicos e de planos econômicos. Incentivavam as pesquisas nos vários ramos do saber e a cada ano podiam apresentar e concorrer sócios e não sócios em concursos. Tais concursos estão na origem dos trabalhos publicados. No sentido de progredir e ser uma fonte de conhecimento: “A ciência e a técnica permitiriam transformar o Novo Mundo à imagem do Velho e, sobretudo, potencializá-lo e explorá-lo em benefício próprio”¹⁹⁰⁸

Por outro lado, é importante considerar que se a *sentimentalização* da natureza e os gabinetes de história natural estavam na moda desde o início do século XVIII, também figuravam como pauta dos estados a necessidade de encontrar respostas concretas ao problema social e político provocado pelas dificuldades de sobrevivência. Nesse contexto, o domínio da natureza se configura como uma alternativa para os sonhos de abundância.¹⁹⁰⁹ Portanto, a ciência não estava ligada a interesses estranhos aos estatais e pátrios. Atuava no aprimoramento da agricultura e do comércio e ampliava suas fontes de renda. De fato, na época moderna, a ciência estava profundamente atrelada aos interesses da nobreza e do Estado.¹⁹¹⁰

Nesse período promoveu-se uma cultura intelectual comum entre os homens de ciências nascidos na colônia e seus congêneres reinóis que deveriam percorrer o ultramar ativando os vínculos entre as colônias e a metrópole e empregando seus conhecimentos adquiridos para fortalecer a economia e incentivar a unidade das províncias imperiais reunindo conhecimento indispensável para tornar menos abstrata a ideia de império. Mapas, coleções e memórias conduziram a Lisboa os fragmentos do mundo colonial e viabilizaram uma política responsável por fomentar a interdependência entre as províncias.

No que diz respeito aos esforços de execução de tal projeto, percebemos que a questão alimentar ocupava lugar de destaque nos planos administrativos. Colônia sustentada por uma economia agroexportadora de base escravista, sua capital se constituía no centro nevrálgico das estratégias de integração do Centro-Sul. Incentiva-se, nesse contexto o cultivo de espécies

¹⁹⁰⁸ DOMINGUES, 2001. p. 832.

¹⁹⁰⁹ KURY, Lorelai. "Entre utopia e pragmatismo: a História Natural no Iluminismo tardio". In: SOARES, Luis Carlos. *Da revolução científica à big (business) science*. São Paulo: Hucitec; Niterói: EdUFF, 2001. pp. 105-153. p. 115.

¹⁹¹⁰ RAMINELLI, 2008. p. 83.

exógenas. O objetivo era concentrar no Brasil culturas de especiarias, como a pimenta, o cravo, a canela, e outros produtos vindos da Índia e da China, removendo “as dificuldades, que encontram ao princípio, os que empreendem plantações até agora desconhecidas neste país”, segundo o comentário ao Decreto de 13 de maio de 1810.¹⁹¹¹

D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro do Ultramar do Estado português na última década do século XVIII, graças a essa posição estratégica, conseguiu articular os interesses metropolitanos com os das elites coloniais, incorporando membros da elite letrada brasileira em um projeto político conjunto de Império transatlântico, no qual a colônia teria papel crucial e ativo na superação do atraso português. Nesse projeto iluminista de Estado, a ciência ocupava um papel central, como se exagerando um pouco todos os dilemas do Império pudessem ser resolvidos por meio da pesquisa de gêneros da natureza economicamente exploráveis; ou pela atualização das técnicas agrícolas, seguindo modelos aplicados por outras metrópoles em suas colônias.

Vale destacar nesse bojo o Frei José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811). Nascido em 1742 na comarca de Rio das Mortes, hoje Tiradentes, Minas Gerais. José Veloso Xavier foi ordenado no convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro, onde estudou Filosofia, Teologia e, posteriormente, lecionou Geometria e História Natural. Em 1783 foi encarregado pelo vice-rei Luis de Vasconcelos e Souza de fazer viagens filosóficas pela província do Rio de Janeiro até que em 1790 foi pra Lisboa junto com o vice-rei e logo nos primeiros anos se tornou membro da Academia Real de Lisboa. Assumiu como diretor da Oficina Tipográfica, Tipoplástica e Calcográfica do Arco do Cego onde desenvolveu uma intensa atividade editorial publicando 83 títulos nos três primeiros anos.

Nesse contexto, o frei José Veloso copilou e publicou a coleção *O Fazendeiro do Brasil Melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir, e nas fábricas, que lhe serão próprias, segundo o melhor que se tem escrito a este assunto*¹⁹¹² entre 1798 e 1806, com o objetivo instruir agricultores brasileiros com informações que tratavam desde a fabricação do açúcar até ao cultivo de especiarias, a preparação de leite e derivados, ou as novas bebidas alimentares como café e cacau. Além

¹⁹¹¹ SCHEINER, Livia. Saudáveis providências: notas sobre o abastecimento, a alimentação e a saúde pública na corte joanina. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n.14, 2018, P.41-55. p. 46.

¹⁹¹² VELOSO, José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brasil, melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor que se tem escrito a este assunto*. 11 v. Lisboa: Tipografia do Arco do Cego, 1798-1806.

disso, nas suas introduções e prefácios é possível identificar as concepções econômicas de Veloso.

Os livros eram enviados ao Brasil, para venda. Consistiam de traduções segundo o melhor que se tem escrito a este assunto. E os cinco tomos em que estão organizados os dez volumes reforçam e exemplificam o título, pois alguns (especialmente açúcar e café, além de cacau, índigo, arroz e linho cânhamo) dizem respeito à economia rural dos gêneros já cultivados, enquanto que outros tomos (especiarias, as culturas da canela, do cravo-da-índia, da noz-moscada, da árvore do pão) estavam mais próximos de representar a economia rural ... de outros [gêneros] que se podem introduzir. Chama a atenção, portanto, a confirmação do título da coleção: a combinação de culturas já exploradas na economia colonial e que as publicações pretendiam melhorar, com culturas até então pouco exploradas, em consonância com o projeto político do Império luso-brasileiro.

Tratava-se de um processo de relativa complexidade técnica, talvez seja possível conjecturar e para isso chamo em auxílio o livro “Tradição e artifício”, de Rubem Barboza Filho¹⁹¹³ que aqui está um bom exemplo da tentativa do Estado, por meio basicamente de mecanismos econômicos e de reserva de mercado, de implantar um novo *ethos* entre os agentes econômicos. Este seria caracterizado pelo culto ao trabalho, e não pelo ganho imediatista, e pelo experimentalismo que buscasse o aperfeiçoamento de técnicas para o melhor aproveitamento da natureza.

Pode-se dizer que a iniciativa de frei Veloso se inseria no âmbito do projeto pombalino de produzir uma ética do trabalho e uma cultura experimentalista na colônia. Mas ele apontava para os limites das ações do Estado via incentivos econômicos. Considerava que isso não quebrava o círculo vicioso entre as duas forças em jogo: de um lado os interesses privados e, de outro, o Estado, que Veloso, com posição próxima à da fisiocracia, via como agente esclarecido. Contudo, não bastava um Estado esclarecido; os interesses também precisavam de luzes. Por isso, o Estado precisaria mudar seu papel de agente econômico e político para o de agente cultural ou mesmo pedagógico.

A divulgação científica poderia levar à implantação de novas técnicas e até incentivar seu aperfeiçoamento e sua adaptação às condições locais: tudo isso envolvia experiência com princípios, para usar os termos de Veloso. E, de quebra, os interesses poderiam se tornar bem compreendidos. Para usar uma tipologia empregada por Sérgio Buarque de Holanda em

¹⁹¹³ BARBOSA FILHO, Rubem. *Tradição e artifício*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2000. p. 372-3, 383.

Raízes do Brasil,¹⁹¹⁴ a esperança de Veloso era de que aventureiros, aqueles que só enxergam o objetivo final a alcançar, se transformassem em trabalhadores, aqueles que veem as dificuldades a separá-los de seu intento.

No que tange ao empreendimento do Arco do Cego é importante chamar a atenção para um ponto mais geral sobre o Iluminismo. O fato é que uma história que procura o que era efetivamente lido, como Robert Darnton¹⁹¹⁵ realizou em *Edição e sedição*, redefine um pouco o cânone dos textos iluministas, fazendo com que deixemos de considerar os filósofos no sentido mais contemporâneo do termo, e não no sentido do século XVIII e as ideias como o grande motor do Iluminismo.

De modo mais global, estudos recentes que se debruçaram sobre a literatura dos viajantes, os escritos de administradores coloniais enfim, textos de autores que, do ponto de vista da história intelectual, tenderíamos a qualificar de menores, mas que de resto são filósofos no sentido do século XVIII têm mostrado um Iluminismo mais encarnado, inclusive, vale dizer, nas instituições do Antigo Regime e na estrutura colonial. Mas, não significa que o movimento perca com isso seu caráter transformador. Ao contrário, mostra os meandros de sua ação e sua tentativa de reformar a sociedade. De fato, é importante situar a história natural na convergência entre uma cultura aristocrática do saber desinteressado, em declínio, e uma cultura que legitimava a ciência como um modo de proporcionar maior bem-estar material para a "humanidade", típica das Luzes.

Nesse sentido, o tipo de texto que frei Veloso publicou em Portugal corresponde ao universo de interesses científicos da Europa e das Américas na mesma época. Tratava-se de fazer circular em Portugal a literatura científica corrente internacionalmente. A *Encyclopédie* francesa, milhares de livros e centenas de publicações periódicas em toda a Europa da Ilustração estampavam verbetes, instruções, memórias e tratados relativos às ciências e às artes, principalmente a agricultura. Muitos periódicos adotaram o modelo enciclopedista, buscando instruir o leitor nas diversas áreas do conhecimento, das letras à agricultura, da política à química. Nessa época, as ciências consideradas úteis ganham maior espaço em uma imprensa que não era especializada.¹⁹¹⁶

¹⁹¹⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 24. ed, 1992. p. 13.

¹⁹¹⁵ DARTON, Robert. *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras. 1992.

¹⁹¹⁶ KURY, Lorelai. O naturalista Veloso. *Rev. Hist.*, São Paulo, n. 172, p. 243-277, jan.-jun., 2015.

A publicação de obras botânicas especializadas em Portugal era relativamente pequena. Vandelli, Brotero, João de Loureiro, Correia da Serra, entre outros, tiveram escritos impressos. Porém, a história natural era um campo amplo, com pouca especialização interna e que incluía as ciências e suas aplicações. Ou seja, um mesmo autor poderia descrever morfológicamente alguma planta e discorrer também sobre seu cultivo. A literatura científica do Iluminismo tendia, justamente, a valorizar a aplicação dos conhecimentos. Os manuais e as instruções práticas, com ou sem imagens, eram gêneros científicos comuns na época. Algumas dessas obras eram empregadas no ensino técnico e superior, civil ou militar. Outras publicações, porém, circulavam de maneira independente do ensino formal e institucional. Este tipo de texto tinha a intenção de mostrar como controlar técnicas e como utilizar máquinas e instrumentos.

Parte importante do catálogo do Arco do Cego era dedicada aos métodos de aprendizagem e às instruções técnicas. Essa editora publicou, entre outros, memórias sobre os adubos, um método para aprender pintura em três horas, uma instrução sobre a cultura da batata e outra para retirar água de navios sem trabalho humano. Veloso teve particular empenho em povoar os impressos de imagens, tendo formado, inclusive, oficinas dedicadas ao aprendizado de técnicas de desenho e gravura.

Nesse contexto, apesar da grande maioria dos plantadores ignorar as memórias do Arco do Cego e os volumes de *Fazendeiro do Brasil*, a circulação de textos, quando conjugada com algum outro tipo de incentivo, poderia surtir algum efeito prático. Mas, apenas o incentivo não garantiria por si só um produto de qualidade. Seria necessária instrução, pela forma da escrita e de experiência fundada em princípios claros, que pudesse levar a algum progresso. As memórias que publicava, sem as desvantagens dos manuscritos mal copiados, pretendiam suprir uma prática bem fundamentada. As memórias relacionadas à atuação de Veloso circularam de algum modo entre os plantadores e "inventores", embora de forma limitada, tendo em vista o analfabetismo e a falta de hábito em utilizar algum texto como aliado para a produção.

Difusão de técnicas agrícolas e mercado consumidor nascente no Brasil: notas iniciais de pesquisa

Na nota de abertura da terceira parte do Tomo 3 de *Fazendeiro do Brasil*, Veloso apresenta dados que justificam o interesse pela produção cacaueteira, em suas palavras:

[...] nesta terceira parte do terceiro tomo do mesmo Fazendeiro, que tem, em geral, por objeto bebidas alimentosas, a cultura, a preparação, e o commercio da interessante amêndoa do Cacao, de que se faz a alimentosa, e mais que todas saudável, bebida do chocolate, conhecida pelos botânicos com o nome de bebida divina: Theobroma.

O chocolate, este presente, que o Mexico e o Amazonas fizeram a Europa, he hoje nella tão comum, principalmente, em Hespanha e Italia, que os velhos sobre tudo não poderião viver sem esse precioso liquor (p.2 e 3).¹⁹¹⁷

Além das informações sobre o cultivo, o *Fazendeiro* também ensina como preparar o chocolate, inclusive o uso de especiarias no preparo como canela e baunilha.¹⁹¹⁸ Há também a defesa das virtudes do chocolate para a saúde.¹⁹¹⁹ Vejamos:

Não são só ás pessoas idosas que o Cacao he capaz de prolongar a vida, mas também ás pessoas d'huma constituição magra, e secca, de temperamentos fracos, e cacochimios, ás pessoas, que fazem exercícios violentos do corpo; e aos que pela sua profissão são obrigados a sustentar longas applicações de espirito, que muitas vezes os enfraquecem extraordinariamente, o Chocolate convem sobre tudo, e a respeito destes se volta em hum alimento alterante.¹⁹²⁰

Ainda sobre as formas de preparo da bebida encontramos:

Os Hespanhoes, ensinados pelos Mexicanos, e convencidos pela sua própria experiência, que esta bebida, apesar de ser rústica, como se lhe representava, era com tudo huma bebida mui saudável, procurarão corregir o seu dissabor pela adicção do assucar, e d'algumas especiarias orientaes, e de outras drogas do paiz, as quaes seria por ora inutil recenseallas, pois que apenas lhes conhecemos os nomes; e que de tantos ingredientes unicamente a Baunilha nos tem chegado, da mesma maneira que a Canella, que he a única que tem merecido a approvação geral, e com que se continua a composição do Chocolate.¹⁹²¹

Na sequência o autor ensina formas diversas de preparar a bebida com a inclusão de ingredientes como baunilha, água de flor de laranjeira e âmbar, observando que:

¹⁹¹⁷ VELOSO, José Mariano da Conceição (Org.). Prefácio. In: _____ (Org.). *O Fazendeiro do Brazil*, T.3. Lisboa: Regia Oficina Typographica. 1798. p. 2-3.

¹⁹¹⁸ Ibidem, p. 106-107.

¹⁹¹⁹ Ibidem, p. 119.

¹⁹²⁰ Ibidem, p. 124.

¹⁹²¹ Ibidem, p. 129.

Tem-se a satisfação de o poder preparar por si mesmo, e conforme o seu gosto; de aumentar, e diminuir a sua vontade as doses do assucar, e da Canella , de lhe tirar a agua de flor de laranja , e essencia de âmbar: em huma palavra, de lhe fizer a mudança, que quiser.¹⁹²²

Vou a dar as diferentes maneiras, com que se prepara o Chocolate na America, e na Europa. Exporei, como as vi praticar, e de passagem farei algumas advertências.¹⁹²³

Há também informações sobre os equipamentos utilizados no preparo da bebida:

Chama-se o vaso, de que se servem, para fazer o Chocolate, chocolateira; do mesmo modo que, apelidão ao em que se faz o Café y cafeteira. Não me demoro em dizer qual seja o Seu feitio por ser assaz conhecido. Fazem-no de todos os metaes, prata, cobre estanhado, e ferro, ou folha de Flandres, e também de barro.¹⁹²⁴

É necessário esclarecer que ao entrar na Europa, o cacau era tomado pelo seu valor medicinal e não como um produto de doçaria, como hoje, e foi isso que o levou a ser um produto de farmácia, uma vez que era considerado nutritivo para os doentes, já que ajudava na digestão. Teorias mais exacerbadas associavam--no à longevidade, à revitalização do corpo, à cura de ressacas, e ao suprimir da tosse. Curiosamente, no Almanaque do Pobre Ricardo publicado no ano de 1761, Benjamin Franklin (1706-1790) recomenda-o como tratamento para a varíola.¹⁹²⁵

Ainda no final do século XVIII, uma ínfima percentagem dos europeus muito ricos começou a introduzir o chocolate nas grandes mesas de aparato, através da última cobertura, já que ele era o ingrediente para a realização de pudins, bolos, tartes e tortas. Admirável é o facto de a partir da centúria de oitocentos a situação se alterar, e às receitas de chocolate para beber, juntarem-se algumas pretensamente dietéticas, como os chamados chocolates de saúde, também eles bebidas, bem como outras receitas diversificadas que para além dos cremes de chocolate, porventura os mais populares, encontramos receitas de molhos, gelados, pudins, biscoitos, bolinhos, bolos, bombons, rebuçados, pastilhas, licores e até *profiteroles*, *mousses* e *soufflés* como apresenta João da Matta, no reinado de D. Luís I.¹⁹²⁶

¹⁹²² Ibidem, p. 133.

¹⁹²³ Ibidem, p. 186.

¹⁹²⁴ Ibidem, p. 195.

¹⁹²⁵ THEOBALD, Mary Miley. A Cup of Hot Chocolate, S'good for What Ails Ya. *Trend e Tradition*, 2012.

¹⁹²⁶ PEREIRA, Ana Marques. *A Mesa Real. Dinastia de Bragança*, Lisboa: Inapa. 2000.

É importante salientar, também, que o consumo do chocolate entre as classes menos abastadas só foi plenamente aceite nos meados do século XIX, mais propriamente após 1828, quando o holandês, Casparus Van Houten (1770–1858), compôs uma máquina para a fabricação de cacau em pó com um baixo teor de gordura. Tal acontecimento levou à democratização do ingrediente traduzido num preço mais acessível e numa maior facilidade de confecção, e a partir daí temos uma evolução rápida do seu consumo com a realização, em 1847, da primeira barra de chocolate, realizada pelo inglês J. S. Fry and Sons, e vinte anos depois, em 1867, o surgimento de Henri Nestlé e do seu chocolate em pó, em 1879.

De fato, depois de ter sido introduzido na Europa pelos espanhóis, o chocolate tornou-se popular. Em Portugal foi consumido de forma moderada, sendo este um costume quase sempre conveniente num ambiente festivo do século XVIII.¹⁹²⁷ O seu consumo, na centúria de setecentos, levou à proliferação de novos objetos como as chocolateiras que, copiando o modelo das cafeteiras, se diferenciam através das dimensões, pela ausência de pés para ir ao lume, apresentam asas, e uma tampa, na qual era inserido um pau, um batedor ou molinete para agitar a bebida. No panorama artístico português é de destacar as chocolateiras realizadas em França para a baixela encomendada ao ourives François-Thomas Germain (1726–1791) pelo rei D. José I (1714–1777).

É verdade que nosso campo de observação é, essencialmente, o que Vainfas denomina como “império colonial português”, adotando o ponto de vista da metrópole na delimitação do objeto de investigação, visto que é sob o auspício da Coroa que se organizará a administração pública no Brasil¹⁹²⁸. No entanto, acreditamos que mesmo essa visão centrada na ordem metropolitana exige uma análise conjuntural que está sujeita às variações provindas de uma ordem econômica que se estabelece não só em Portugal, mas também na própria colônia e no mercado internacional, fazendo parte de um sistema integrado, com características próprias as mais diversas.

De acordo com Marquese,¹⁹²⁹ o pressuposto subjacente à ação editorial encomendada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho era o de que os produtores da América portuguesa, ignorantes e atrasados em matéria agrônômica, necessitavam de mão forte, segura e ilustrada para guiá-los na modernização de seus empreendimentos, mão que só poderia ser fornecida

¹⁹²⁷ Cf. BUESCU e FELISMINO, 2011.

¹⁹²⁸ VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 48.

¹⁹²⁹ MARQUESE, Rafael de Bivar. A Ilustração luso-brasileira e a circulação dos saberes escravistas caribenhos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro. v.16, n.4, out.-dez. 2009, p.855-880. p. 866.

pelos letrados a serviço do Estado. Veloso explicitou essa concepção já no prefácio do primeiro volume *d'O Fazendeiro do Brazil*, dedicado ao príncipe regente dom João. Em seus termos,

venho dar conta do trabalho, do qual em seu Augusto Nome fui incumbido, a saber: de ajuntar, e trasladar em português todas as memórias estrangeiras que fossem convenientes aos estabelecimentos do Brasil, para o melhoramento da sua economia rural, e das Fábricas que dela dependem, pelos quais ajudados, houvessem de sair do atraso e atonia em que atualmente estão, e se pusessem ao nível com os das Nações nossas vizinhas, e ricas do mesmo Continente, assim na quantidade, como na qualidade de seus gêneros e produções.¹⁹³⁰

Não surpreende, portanto, o quase completo desinteresse das classes senhoriais da América portuguesa pela coleção. Sua difusão foi um completo fiasco, a começar pelo fato de que, como bem lembrou Manuela Domingos,¹⁹³¹ “o equilíbrio financeiro [da atividade editorial] não constituía preocupação para frei Mariano”. Em vista dos poucos exemplares vendidos, as autoridades coloniais resolveram distribuir gratuitamente os volumes da coleção para os colonos brasileiros. Mesmo assim, a estratégia não funcionou: há várias indicações a respeito do descaso dos senhores rurais pelos exemplares que lhes foram dados.¹⁹³²

A tradução do manual de Laborie encomendada por Veloso pouco instruiu esses cafeicultores na montagem de suas unidades, ao contrário, portanto, do que ocorreu em Cuba, onde a Sociedade Econômica dos Amigos do País e o Real Consulado de Havana, contando com a participação ativa dos senhores de escravos residentes na ilha, serviram de fórum de discussão técnica e difusão de saberes relativos à atividade.¹⁹³³

REFERÊNCIAS

FONTES

¹⁹³⁰ VELOSO, José Mariano da Conceição (Org.). Prefácio. In: _____ (Org.). *O Fazendeiro do Brazil*, T.3. Lisboa: Regia Oficina Typographica. 1798. p. 8.

¹⁹³¹ DOMINGOS, Manuela D. Mecenato político e economia da edição nas oficinas do Arco do Cego. In: Curto, Diogo Ramada et al. (Ed.). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801): bicentenário*. Lisboa: Biblioteca Nacional; Imprensa Nacional; Casa da Moeda. p.55-80. 1999. p. 102.

¹⁹³² DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: Dias, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda. p.39-126. 2005. p. 112.

¹⁹³³ LABORIE, Pierre-Joseph. Cultura do café: plantador de café de São Domingos. In: Velloso, José Mariano da Conceição, frei (Org.). *O Fazendeiro do Brazil*, t.3, pt.2. Lisboa: Oficina de Simão Thadeu Ferreira. 1800. p. 871.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

BRASIL. Decreto do Príncipe Regente, de 25 de maio de 1810. *Coleção das leis do Brazil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1891.

VELOSO, José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brazil*: melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor que se tem escrito a este assunto. 11 v. Lisboa: Tipografia do Arco do Cego, 1798-1806.

REFERÊNCIAS

BARBOSA FILHO, Rubem. *Tradição e artifício*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2000.

DARTON, Robert. *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras. 1992.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: Dias, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda. p.39-126. 2005.

DOMINGUES, Ângela. "Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos". *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, v. VIII, 823-838, 2001.

DOMINGOS, Manuela D. Mecenas político e economia da edição nas oficinas do Arco do Cego. In: Curto, Diogo Ramada et al. (Ed.). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801): bicentenário*. Lisboa: Biblioteca Nacional; Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 24. ed, 1992.

KURY, Lorelai. "Entre utopia e pragmatismo: a História Natural no Iluminismo tardio". In: SOARES, Luis Carlos. *Da revolução científica à big (business) science*. São Paulo: Hucitec; Niterói: EdUFF, 2001.

_____. O naturalista Veloso. *Rev. Hist.*, São Paulo, n. 172, p. 243-277, jan.-jun., 2015.

LABORIE, Pierre-Joseph. Cultura do café: plantador de café de São Domingos. In: Velloso, José Mariano da Conceição, frei (Org.). *O Fazendeiro do Brazil*, t.3, pt.2. Lisboa: Oficina de Simão Thadeu Ferreira. 1800.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A Ilustração luso-brasileira e a circulação dos saberes escravistas caribenhos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro. v.16, n.4, out.-dez. 2009, p.855-880..

MARQUES, Vera Regina Beltrão. “Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro, 1772-1779”. *Educar*, Curitiba, n. 25, p. 39-57, 2005.

PEREIRA, Ana Marques. *A Mesa Real. Dinastia de Bragança*. Lisboa: Inapa. 2000.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

SCHEINER, Livia. Saudáveis providências: notas sobre o abastecimento, a alimentação e a saúde pública na corte joanina. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n.14, 2018, P.41-55.

SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. *Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia*. Tese (Doutorado em História e Filosofia das Ciências) – Universidade de Lisboa, Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências, Lisboa. 2015.

THEOBALD, Mary Miley. *A Cup of Hot Chocolate, S'good for What Ails Ya*. *Trend e Tradition*, 2012.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

A representação dos Estados Unidos nas páginas do *Jornal do Comércio* entre 1827 e 1834

Paulo Vitor Soares da Silva¹⁹³⁴

Resumo: O presente trabalho discute a formação do Estado nacional brasileiro na perspectiva da imprensa periódica, perante a apresentação da sociedade estadunidense como modelo de Estado pelo *Jornal do Comércio* entre 1827 e 1834. O objetivo é demonstrar que após a abertura da Assembleia Legislativa Geral (1826) o capitalismo tipográfico potencializou os debates sobre a nação frente à esfera pública, e que nesses debates os Estados Unidos aparecia como modelo a ser seguido na perspectiva do *Jornal do Comércio*. A análise da escolha pelo modelo de sociedade estadunidense tem em vista os conceitos atribuídos a ela, alguns deles em disputa pela esfera pública.

Palavras-chave: imprensa; nação; esfera pública.

Abstract: This paper discusses the formation of the Brazilian national state from the perspective of the periodical press, before the presentation of US society as a state model by the *Jornal do Comércio* between 1827 and 1834. The objective is to demonstrate that after the opening of the General Legislative Assembly (1826) typographic capitalism enhanced the debates about the nation in the public sphere, and that in these debates the United States appeared as a model to be followed from the perspective of the *Jornal do Comércio*. The analysis of the choice by the American model of society has in view the concepts attributed to it, some of them in dispute for the public sphere.

Keywords: press; nation; public sphere.

Impressos

Com a independência do Brasil (1822) surgiu-se a necessidade da construção de novos canais de representação política, e a construção desses canais passava pela elaboração

¹⁹³⁴ Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista FAPEMIG. E-mail: paulo.vsoares@hotmail.com.

de uma Constituição. Ao longo das discussões para a elaboração da Constituição ocorreram diversos conflitos dentro da Casa Legislativa, D. Pedro I em 12 de novembro de 1823 resolveu suspender os trabalhos por conta das tensões dentro da Casa Legislativa. Em março de 1824, o monarca outorgou a Carta Constitucional e estabeleceu os critérios para a eleição do Parlamento, sendo um legislativo bicameral – Senado vitalício e Câmara de Deputados eletiva. A abertura do Parlamento ocorreu em 1826 frente a diversas propostas de reformas para tornar o Estado eficiente diante da construção da ordem nacional.¹⁹³⁵

Entre a abertura da Assembleia Geral (1826) e os movimentos liberais de (1842) a imprensa no Brasil constitui um importante instrumento político¹⁹³⁶, possibilitando a criação de uma nova via de ação política. Naquele momento não havia mais um lei de censura à imprensa, pois a liberdade de imprensa no Brasil foi decretada por D. João VI em 2 de março de 1821, devido a pressões políticas em decorrência da Revolução do Porto. Com a assinatura do decreto surgiram diversos periódicos no espaço público fazendo com que as discussões e reflexões políticas se tornassem públicas, impactando a “vida social luso-americana”.¹⁹³⁷

É nesse momento crucial que começa a se fazer de maneira mais consistente, no Brasil, a passagem de um espaço público marcado pelas formas de comunicação típicas dos antigos regimes (como as gazetas, pregões, bandos, exibição de cartazes impressos ou manuscritos nas ruas, leituras coletivas e proclamações em alta voz, entre outros) para um espaço público onde se consolidavam debates através da imprensa (que nem sempre era vinculada ao poder oficial do Estado) e onde ganhavam importância as leituras privadas e individuais, permitindo a formação de uma opinião de caráter abstrato, fundada sobre o julgamento crítico de cada cidadão-leitor e representando uma espécie de somatória das opiniões. Apesar disso, é importante destacar que as formas “antigas” de comunicação continuariam presentes mesmo após a consolidação da imprensa periódica – caracterizando assim um hibridismo entre o arcaico e os primeiros passos de modernidade política, nos espaços públicos na capital brasileira.¹⁹³⁸

Frente à autorização para a circulação dos impressos passou haver uma instrumentalização política desses meios, juntamente com o alargamento da esfera pública. As folhas impressas possibilitaram uma ampliação do alcance dos debates travados. Neste

¹⁹³⁵ SLEMIAN, Andréa. Um império entre repúblicas? Independência e construção de uma legitimidade para a monarquia constitucional no Brasil (1822-1834). In: OLIVEIRA, Cecília Helena de S. e outros (orgs.). *Soberania e conflito: configurações do estado nacional no Brasil do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 2010, pp. 133-138.

¹⁹³⁶ MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e opinião pública no Brasil Império: Minas Gerais e São Paulo (1826-1842)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011, p. 14.

¹⁹³⁷ PIMENTA, João Paulo. *A independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)*. São Paulo. Hucitec: FAPESP, 2015, pp. 362-363.

¹⁹³⁸ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. Jundiaí: Paco Editora, 2016, pp. 239-240.

processo, os impressos funcionaram como mecanismo para as pessoas privadas agirem politicamente no espaço público. Nos periódicos os redatores defendiam suas posições políticas pautadas pelo uso público da razão. Mediante os artigos publicados buscavam a adesão das suas ideias no espaço público.¹⁹³⁹

Neste sentido, cabe pensar a imprensa como um dos fatores que contribuíram para as pessoas pensarem a nação¹⁹⁴⁰, pois a circulação de periódicos nos espaços públicos ampliaram os debates localmente e provincialmente. As barreiras do analfabetismo eram rompidas pela oralidade, através da leitura dos impressos em espaços públicos.

Presentes na arena política, esses periódicos efêmeros ou duradouros encenam suas batalhas verbais numa espécie de palco, no qual personagens situados em campos opostos se movimentam. O jornalismo se transforma num teatro performático, no qual os temas da atualidade são discutidos e debatidos entre os periódicos. Dessa forma, os responsáveis pelas publicações alcançam a notoriedade que o domínio das artimanhas letradas produz. Há que se acrescentar que os insultos verbais presentes em profusão nesses periódicos fazem parte de uma longa linhagem narrativa, na qual a quebra da normalidade presumida, a inclusão de temas sensacionais e o apelo às fórmulas retóricas são fundamentais para a conquista do público. Por outro lado, ao fazerem dos insultos e das chacotas, dos xingamentos e das bravatas o tema fundamental da imprensa, os jornais se incluem na ordem do dia, sendo objeto das conversas e dos casos que se contam pela cidade. Com isso, incluem-se quase que compulsoriamente entre as necessidades de um público que se alastra. Evidentemente que os insultos e xingamentos veiculados sob a forma de impressos têm a especificidade da marca da palavra escrita, ainda que esta fosse permanentemente perpassada pelo mundo oral. Palavras que eram para ser proferidas em alto e bom som, eram divulgadas sob a forma de textos impressos, mas continuavam governadas pela lógica da produção verbal.¹⁹⁴¹

O *Jornal do Comércio* nasce nessa conjuntura de disputas, sendo fundado por em 1827, pelos franceses; Pierre Plancher, Emile Plancher, Joseph Sigaud. E pelos brasileiros Julio Cesar Muzzi e Francisco de Paula Brito.¹⁹⁴² O periódico inicialmente tinha suas publicações voltadas para notícias de cunho mercantil, mas em 1828 mudou seu editorial destacando também as notícias de cunho político. É interessante notar que segundo o redator,

¹⁹³⁹ A partir das reflexões propostas por Habermas, penso a esfera pública brasileira. Obviamente não analiso uma esfera pública burguesa, mas observo o movimento da esfera privada para a pública. Ver em: HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre categoria da sociedade burguesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

¹⁹⁴⁰ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 71-127.

¹⁹⁴¹ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 49.

¹⁹⁴² MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. Jundiaí: Paco Editora, 2016, p. 31.

essa mudança de editorial sofreu críticas de parte dos leitores, sendo respondida pelo jornal. Segundo o redator, a política estava vinculada as atividades do comércio, sendo assim, era de extrema importância o *Jornal do Comércio* abordar sobre as questões políticas. O redator afirmou que o *Jornal do Commercio da França* era um exemplo de periódico. E que os povos mais adiantados e aplicados no comércio, como: a Inglaterra e os Estados Unidos, os jornais dedicavam destaque para essas questões.¹⁹⁴³

O *Jornal do Comércio* teve grande circulação no período abordado nessa pesquisa, 1827 a 1834, todavia sua redação difere um pouco dos demais periódicos da época. O *Jornal do Comércio* não tinham um caráter de enfrentamento recorrente, apesar de que em algumas publicações remetia a outros impressos. O periódico tinha mais um caráter informativo. Mas mesmo sem um perfil combativo o *Comércio* foi um dos principais periódicos do período juntamente com a *Aurora Fluminense (1827-1839)*.¹⁹⁴⁴

América

O *Jornal do Comércio* publicou sobre diversos temas importantes, dentre os quais me atentarei a um: a representação dos Estados Unidos. Vilafañe em seu estudo sobre a atuação da diplomacia brasileira nos congressos americanos demonstrou haver pouco interesse do Império na participação desses encontros, havendo por parte da corte a busca pelo afastamento da América.¹⁹⁴⁵ Todavia, pesquisas sobre a imprensa periódica do final do Primeiro Reinado e da Regência apontam para uma preocupação e interesse da esfera pública com a conjuntura da América.

Analisar a representação dos Estados Unidos torna-se interessante, uma vez que, mesmo sendo uma república sua representação é feita de uma forma positiva nas páginas do *Jornal do Comércio*. Enquanto que as repúblicas de origem espanholas são representadas como anárquicas, constituindo um péssimo exemplo para o Brasil. A representação positiva dos Estados Unidos não estava vinculada a uma percepção positiva da república, o que havia era uma exaltação da prosperidade dos Estados Unidos, fruto de questões internas não ligadas à república.

¹⁹⁴³ *Jornal do Commercio, folha commercial e política*, n° 387, Sábado 24 de janeiro de 1829.

¹⁹⁴⁴ BARBOSA, Marialva. *Op. Cit.* 2010, p. 53.

¹⁹⁴⁵ SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O Brasil entre a América e a Europa: O Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo, Editora UNESP, 2004.

Dolhnikoff ao analisar o projeto federalista brasileiro na primeira metade do século XIX, destaca que o federalismo dos Estados Unidos era o modelo para parte dos liberais. Mas havia frequentemente uma dissociação entre república e federalismo nos discursos políticos.¹⁹⁴⁶ Entre 1827 e 1834, percebemos uma representação positiva dos Estados Unidos para além do regime federalista nas páginas do *Jornal do Comércio*. O periódico publicou artigos positivos sobre o sistema carcerário, a circulação de pessoas, recolhimento dos impostos, imigração e sobre a importância de George Washington.

Questão do tráfico de escravos

A questão do tráfico de escravos ganhou grande importância na esfera pública brasileira após D. Pedro I assinar um acordo com a Inglaterra em 1827, no qual estabelecia o compromisso da abolição do tráfico no prazo de três anos. Após o término do prazo ficava estabelecido que o tráfico de escravo fosse julgado como pirataria, e que seriam criadas comissões mistas para jogar as embarcações apreendidas pela marinha inglesa e pela brasileira, que estivessem transportando escravos.¹⁹⁴⁷

O grande problema, para D. Pedro I, é que o novo acordo foi assinado sem a consulta prévia da Câmara dos Deputados, provocando, no ano seguinte, um dos maiores debates sobre o comércio de africanos em toda a história do parlamento imperial. Como não poderia ser diferente, a imprensa participou ativamente dessa contenda. Todos os pontos importantes relacionados ao tráfico de africanos que passaram pelo parlamento imperial apareceram com maior ou menor expressão na imprensa do período.¹⁹⁴⁸

O *Jornal do Comércio* aborda sobre o problema gerado de forma indireta, o periódico menciona como os Estados Unidos resolvem determinadas questões dando a entender que o Brasil pudesse tomar medidas semelhantes. O primeiro artigo remete a notícias de uma colônia dos Estados Unidos na África que tem recebido escravos livres da América do Norte.

A colônia que os Estados Unidos estabeleceram na Costa da África debaixo do nome de Liberia para os pretos livres da América do Norte tem prosperado extraordinariamente, o seu comércio consiste especialmente no

¹⁹⁴⁶ DOLHNIKOFF, Mirian. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005, pp. 23-79.

¹⁹⁴⁷ YOURSSEF, Alain El. *Imprensa e Escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2010, p. 90.

¹⁹⁴⁸ Idem.

café, de que abunda o país, e dizem igual ao Moka já tem saído navios carregados para a América do Norte e levam em retorno novos colonos.¹⁹⁴⁹

O *Jornal do Comércio* também destaca que os Estados Unidos também não vetam empregos aos estrangeiros. O artigo foi publicado na seção Correspondência, na qual um leitor estaria escrevendo para o redator. No artigo, o autor afirma que estaria respondendo ao *Aurora Fluminense* sobre sua publicação referente ao tema. O artigo foi assinado pelo: O verdadeiro amigo da liberdade e do Brasil.

Eu li na Aurora de 3 desse mês caluniosas imputações a cerca do povo mais liberal do mundo dizendo que a exclusão para certos empregos a respeito de estrangeiros naturalizados não é peculiar a Constituição brasileira: o mesmo com pouca diferença existe na dos Estados Unidos e em quase todas as outras! Sr. Redator, nos Estados Unidos não é emprego vedado a ambição dos estrangeiros, senão de Presidente, e esta mesma exceção não diz com o liberalismo desta grande nação, e do congresso de sábios que lhe terão pois que, se qualquer época os cidadãos dos Estados Unidos, com todas as preocupações, e infinitas cerimônias da eleição, haviam de reunir seus votos a favor de um estrangeiro, para que lhe proibir o único caminho que talvez achassem para sua salvação, logo que muitas vezes de um só homem depende a perda em prosperidade de um Império, e se jamais havia o caso de acontecer, o que é probabilíssimo, de que serve uma precaução inútil, a par de acanhada, e injuriosa dignidade de um homem?(...)¹⁹⁵⁰

Apesar do artigo não fazer nenhuma menção a questão da abolição do tráfico, cabe destaque dois pontos; o primeiro é defesa dos Estados Unidos como o povo mais liberal do mundo; o segundo é a defesa feita do emprego aos estrangeiros naturalizados, enfatizando o sucesso dessa prática realizada nos Estados Unidos. Essa questão do emprego a estrangeiros volta à pauta em 1831 perante a afirmação que os Estados Unidos têm aumentado suas forças e riquezas não somente pelas leis e costumes, mas também por receber de braços abertos os estrangeiros. No artigo em questão menciona o fim do tráfico de escravos, todavia salienta que a imigração não daria certo no Brasil.

(...) Nem nos pode convencer o sofisticado argumento de que viram capitalistas estrangeiros suprir a falta daqueles, que nem pelos laços de fraternidade, nem pelas razões de interesses deixamos de perseguir desapiedadamente: e como se resolverá mais a vir para o Brasil o estrangeiro, que pelos recentes fatos de tirania, olhará para nós como para um povo bárbaro, sem moral, sem civilização, e por consequência sem caráter nacional, e nem ao menos hospitalidade?! Os Estados Unidos da América, pelo contrario, conhecendo melhor seus interesses tem feito, e

¹⁹⁴⁹ *Jornal do Comércio*, n° 283, Sábado 20 de setembro de 1828.

¹⁹⁵⁰ *Jornal do Commercio, folha commercial e política*, n°538, Sexta-feira 7 de agosto de 1829.

aumentado sua força, e riqueza, não só pelas suas leis, e costumes, como também recebendo em seus braços todos os estrangeiros do universo, e por isso é hoje uma nação respeitável, e rival da soberana dos mares. Não são também os colonos alemães, e irlandeses tirados das prisões da Europa, que ao de vir povoar o extenso, e inculto litoral do Brasil, eles só servem de sobrecarrega a Nação com despesas, ou aos particulares caridosas com a contribuição de esmolas. E é quando infelizmente espirou o funesto tráfico de espécie humana, e que deveríamos aproveitar a todo o pano a coragem do Norte, que impelio para as nossas praias (outrora hospitaleiras) esses vasos carregados de gente, que fala a mesma linguagem, e segue a mesma religião, que robusta, e ambiciosa trabalha, e acumula fundos sobre fundos para os brasileiros herdarem(...).¹⁹⁵¹

O fragmento é parte da representação dos cidadãos do recôncavo baiano ao presidente da província, na qual os proprietários, fazendeiros e agricultores demonstram preocupação com alguns eventos ocorridos na cidade. O que busco salientar neste artigo é a manutenção de uma perspectiva positiva dos Estados Unidos, e de uma eficiência do estado estadunidense. Além disso, é importante atentar para uma crítica não ao fim do tráfico, mas a não solução para o problema da ausência da mão-de-obra. Em 1832, o *Jornal do Comércio* republica um artigo do periódico; *Verdade*, no qual se posiciona favorável a imigração. “Abramos os braços a estrangeiros, e povoemos nossos belos desertos, imitemos a política dos Estados Unidos, e unamos-vos que nossos solos nos prometem mais prontos resultados”.¹⁹⁵²

Sistema Carcerário

O sistema carcerário dos Estados Unidos é apresentado em alguns artigos como modelo para o Brasil, pois a prisões estadunidenses conseguia em muitos dos casos, tornar os presos indivíduos melhores. Perante a prática do trabalho que daria ao preso os elementos para a mudança.

Logo que um condenado chega à prisão faz se lhe aprender um ofício, insensivelmente o toma gosto pelo trabalho, uma vida regular, e o hábito da temperança dão-lhe força e saúde, acostuma-se a submissão, e quando, depois de muitos anos de obediência aos regulamentos rigorosos da prisão, entra de novo no mundo, acha se mais dispostos a se sujeitar as leis da sociedade do que estavam antes. Eu disse precedentemente, que há uma bíblia em cada sela, e essa é a única leitura, que se permite aos presos, ela

¹⁹⁵¹ *Jornal do Commercio*, n° 17, Quinta-feira 22 de setembro de 1831.

¹⁹⁵² *Jornal do Commercio*, n° 185, Segunda-feira 24 de abril de 1832.

lhes oferece consolação, e lhes ensina praticar os seus deveres. Verdade é, que eles podem não fazer uso delas, mas se nos lembrarmos, que essa é a única ocupação permitida na sua solidão, convencemos que cedo ou tarde terão que lavar mão desse meio de distração (...).¹⁹⁵³

As prisões estadunidenses seriam apontadas pelo *Jornal do Comércio* como sendo melhores que as Europeias, tanto que a França enviou dois cidadãos franceses para observar as penitenciárias.¹⁹⁵⁴ O artigo em questão destaca a ida de Alexis Tocqueville para os Estados Unidos, a sua observação resultou na publicação do livro *A Democracia na América*, publicado em 1835.¹⁹⁵⁵

O bom funcionamento das prisões também é apontado num artigo comunicado que discute sobre a construção de prisões. A questão sobre os gastos com as prisões estavam a cargo do presidente da província e do Ministro da Justiça, no artigo ambos discutem sobre a compra de um prédio que iria funcionar como presidio, perante a argumentação, os Estados Unidos é mencionado como exemplo de um Estado com um bom regime penitenciário.

(...) Não conhecendo o terreno, não tendo examinado o edifício, ignorando se propostas foram feitas por outros concorrentes para a venda de qualquer outro prédio, ou se entre os da Nação algum haveria que servisse para esse fim, não podemos acompanhar aqueles, que censuram tal aquisição, e sem a defender, sinceramente folgamos por ver darem-se princípios a um estabelecimento, por meio do qual quando se não consiga a reforma radical dos sentenciados, de certo estes adquirem hábito da obediência, e trabalho, sem o risco de perverterem-se pela pernicioso comunicação: tais são as três grandes vantagens hoje reconhecidas nos Estados Unidos do sistema penitenciário ali adotado: 1º impossibilidade de corromperem-se os presos; 2º grande probabilidade de adquirirem, o hábito de obediência e do trabalho; 3º possibilidade de uma reforma radical. Se nos não enganaram aqueles que viajando pelos Estados Unidos não só visitaram, como cuidadosamente examinaram as casa de correção. Podemos dizer, fundados em sua autoridade, que ainda hoje, apesar da superioridade reconhecida do regime de Auburn ao da Pensylvania, se faz reviver em Baltimore o regime reprovado por aquele Estado: e que por isso com bastante circunspeção devemos proceder na escolha do regime que houvermos de optar (...).¹⁹⁵⁶

Neste fragmento, cabe atentar para as qualidades destacadas das penitenciárias da Pensylvania e de Auburn, pois ambas seriam incapaz de corromper os presos. Além disso,

¹⁹⁵³ *Diario Mercantil ou Jornal do Commercio*, nº298, Sábado 27 de agosto de 1831.

¹⁹⁵⁴ *Jornal do Commercio*, nº49, Sexta-feira 28 de setembro de 1832.

¹⁹⁵⁵ TOCQUEVILLE, Alexis. *A democracia na América: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático*. 2ªed. São Paulo: Martin Fontes, 2005.

¹⁹⁵⁶ *Jornal do Commercio*, nº11, Quarta-feira 15 de janeiro de 1834.

essas penitenciárias possuíam alta possibilidade de tornar os seus detentos pessoas melhores, pois durante a prisão os prisioneiros seriam ensinados a ter obediência e aprenderiam a cultivar um ofício. A questão do trabalho nas prisões estadunidense é apontada como o elemento de transformação dos detentos.

O bom funcionamento das penitenciárias estadunidenses voltaria às páginas do *Jornal do Comércio* num transcrição da fala dos parlamentares na Câmara dos Deputados no ano de 1834.

É presente a comissão a contestação sobre a supremacia dos sistemas penitenciários denominados – de Philadelphia – e de Auburn, sistemas que concordando uma base essencial, isto é, a prisão com trabalho e isolamento difere em quanto este adapta o trabalho em comum e na ocasião a prisão isolada, e aquele o trabalho e prisão sempre isolados; e pelas razões seguintes a comissão dá ao sistema de Auburn a preferência; por quanto ninguém desconhecerá que sendo as células da casa correccional preparadas para a morada e trabalho isolado de cada um (como se verifica na prisão penitencial de Philadelphia) a construção de tal edifício se tornará mais dispendiosa ao Estado, como também que os trabalhos fabris e manufacturais, sendo pela maior parte dependente de forças maiores que as de um homem, no sistema da prisão com trabalho isolado ou de Philadelphia serão tardios, ou abandonados, quando demandarem maior número de braços, além de que o sistema de isolamento aquebranta as forças morais dos indivíduos, e torna sua indústria se não estacionaria e pelo menos longe daquela perfeição a que pode tocar; pode em verdade opor-se ao sistema de Auburn, que a moralidade dos presos, fim primário de tais Instituições, será pouco favorecida no concurso dos trabalhos comuns; porém segundo a disciplina do sistema penitenciário de Auburn, sendo o trabalho feito em silêncio, este inabilitara os presos de se comunicarem uns com os outros suas ideias atentatórias contra a ordem e a moral, e acostumados a esta obediência prescrita pelas regras disciplinadoras do Instituto, e não da necessidade, melhor a fazer ao reino da Sociedade quando deixarem a prisão: e, portanto conseguindo-se em sistema de Auburn por uma regular disciplina sobre o silêncio durante o trabalho comum, a moralidade contestada, persuade-se a Comissão que o Ministro preferido este a aquele sistema atentara tanto as vantagens resultantes ao Estado como ao melhoramento da condição física e moral dos presos; neste procedimento está de acordo com os Estados da União Americana, que tem ultimamente reformado seu sistema penitencial, e escritores da França os advogados Bomoat e Toqueville que no seu tratado de 1833 pretendem fazer aplicado a França o sistema penitencial dos Estados Unidos.¹⁹⁵⁷

Na discussão na Câmara dois modelos de penitenciárias americanas são apresentadas: a de Auburn e da Philadelphia. O modelo de Auburn é escolhido pela comissão pelo argumento que esse modelo poderia melhorar a condição física e moral dos presos. A eficácia do sistema penitenciária é reforçada pela sua replicação também na França após a

¹⁹⁵⁷ *Jornal do Commercio*, n° 133, Quarta-feira 18 de junho de 1834.

constatação empírica da sua funcionalidade por dois franceses: Alexis Tocqueville e Gustave Beaumont¹⁹⁵⁸, que haviam visitado os Estados Unidos anos antes.

George Washington

George Washington foi o primeiro presidente dos Estados Unidos ficando no cargo entre 1789 a 1797, tendo lutado na guerra de independência anos antes. O interessante é que mesmo sendo um republicano, sua imagem é exaltada em cinco artigos no *Jornal do Comércio*. O primeiro artigo remete ao anúncio da venda de sua biografia, que havia sido traduzida para o português; a obra é intitulada: *Evangélico político dos Estados Unidos da América*. No anúncio, é informado que tal obra política trata sobre o maior e mais virtuoso homem.¹⁹⁵⁹

O caso mais interessante remete a comemoração do aniversário de D. Pedro II, no qual o *Jornal do Comércio* saúda o futuro imperador, e deseja que o espírito do imortal Washington prevaleça no Brasil.

Depois de tantos dias melancólicos, e monótonos, surge em nosso horizonte brilhante aurora, e estrondos de mil canhões, que saúdam tão fausto dia, ao erguerem-se os brasileiros mutuamente se congratulam por contar mais um ano de idade aquele anjo, que um dia fará ventura, e glória dos seus concidadãos. Cabe embora a frenética ambição de uns, a inópia, ou malvadeza de outros, a causa da razão, e da humanidade triunfará nesta rica e importante porção do território Americano, a despeito mesmo das facções, e dos mais bem combinados tramas dos anarquistas e ambiciosos. Eles já se vão desenganando, de que seus negros planos encontraram forte barreira na maioria da Nação, que não é tão falta de luzes, que não reconheça que não deve optar outro sistema de governo, que não seja aquele, que lhe assegura paz e tranquilidade, e por consequência a prosperidade da pátria, que jamais se promove por meios iníquos, e por falsas teorias. Amamentado desde a mais tenra infância nos preceitos da virtude, livre de uma cortesia corrompida, servil, e imoral, o jovem monarca, nascido entre nós, como nós Americanos, saberá sem duvidas reger-nos um dia nos preceitos da justiça, que caracteriza uma alma bem formada, e em conformidade com as luzes do século, e sistema americano. Queremos que entre nós prevaleçam os sábios princípios do Imortal Washington, o gênio tutelar da América? Pois bem, procuraremos, quando nos for possível, imitar a conduta dos nossos conterrâneos do Norte: e então veremos a Monarquia hereditária do sul ficará a acima da temporária do Norte. Brasileiros, meus caros patrícios, não nós iludamos, sem centro, para onde correram todas as nossas vontades, quantas calamidades não pisaram sobre o Brasil!!! Lancemos os olhos para a América do Sul Cenas mais aterrados se observam entre nós!! Viva a

¹⁹⁵⁸ O Bomont mencionado no artigo chama-se na verdade Gustave Beaumont.

¹⁹⁵⁹ *Jornal do Commercio*, n° 158, Segunda-feira 19 de julho de 1830.

Independência, a Constituição, e o Senhor D. Pedro II., Imperador Brasileiro! Vivam, vivam, vivam.¹⁹⁶⁰

No artigo, destaca-se uma visão positiva dos Estados Unidos e uma perspectiva negativa da América no Sul, de tal forma que no texto América um duplo significado. Quando associada aos Estados Unidos representava a luzes, a razão e o progresso, enquanto que a América de colonização espanhola seria o retrato da anarquia. Em 1832, o *Jornal do Comércio* exalta os mineiros e os rio-grandenses pelo seu patriotismo, destacando que esses honrados e industriais homens seguiram os caminhos traçados pelo Imortal Washington. Colocando-o novamente como o grande homem americano, sendo o modelo de homem a ser seguido. O artigo aborda sobre uma proposta de imigração de colonos estrangeiros para a província de Minas Gerais.

As notícias que nos chegam das províncias do Rio Grande, Minas, e outras onde se tem ainda manifestado a chocera-morus-anarquia, são as mais satisfatórias possíveis para os verdadeiros patriotas, os amigos da prosperidade do Brasil. Parece que todos os Brasileiros, são os rio-grandenses, e os mineiros, os que melhores entendem em que consiste o verdadeiro patriotismo. Sim, em vez de fazerem consistir esta virtude tão sublimada em vãs palavras, em violentas diatribes contra os depositários do poder supremo, a quem a nação, pelo órgão dos seus mandatários, confiou à direção dos grandes interesses do Estado, em vez querer abismar a Nação em um pedaço de desgraças com planos quiméricos de novos governos, aqueles honrados, e industriais Brasileiros procuraram trilhar a vereda, que o Imortal Washington traçou aos seus concidadãos, conseguindo elevar os Estados da União ao grão de prosperidade e grandeza, que hoje fazem o objeto de admiração do resto do globo (...).¹⁹⁶¹

Conclusão

A análise da representação dos Estados Unidos no *Jornal do Comércio* demonstra que havia uma percepção positiva do Estado estadunidense por parte do periódico. Mesmo sendo uma folha monarquista, o *Comércio* tem os Estados Unidos como modelo para a solução de determinadas questões. De forma que, perante as discussões de projetos políticos para o Brasil na esfera pública, o periódico exalta os Estados Unidos, associando o progresso estadunidense com as luzes, e não com o regime republicano.

¹⁹⁶⁰ *Jornal do Commercio*, n° 76, Sábado 3 de dezembro de 1831.

¹⁹⁶¹ *Jornal do Commercio*, n° 132, Quarta-feira 15 de fevereiro de 1832.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- DOLHNIKOFF, Mirian. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre categoria da sociedade burguesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e opinião pública no Brasil Império: Minas Gerais e São Paulo (1826-1842)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. Jundiaí: Paco Editora; 2016.
- PIMENTA, João Paulo. *A independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)*. São Paulo. Hucitec: FAPESP, 2015.
- SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O Brasil entre a América e a Europa: O Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo, Editora UNESP, 2004.
- SLEMIAN, Andréa. “Um império entre repúblicas? Independência e construção de uma legitimidade para a monarquia constitucional no Brasil (1822-1834).” In: OLIVEIRA, Cecília Helena de S. e outros (orgs.). *Soberania e conflito: configurações do estado nacional no Brasil do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- TOCQUEVILLE, Alexis. *A democracia na América: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático*. 2ªed. São Paulo: Martin Fontes, 2005
- YOURSSEF, Alain El. *Imprensa e Escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2010.

Os Monteiro de Barros: família, política e poder na província de Minas Gerais.

Pedro de Almeida Freitas Soares¹⁹⁶²

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar a atuação política de alguns membros da família Monteiro de Barros na província de Minas Gerais. Para isso, serão analisadas as trajetórias de vida de alguns de seus integrantes buscando compreender suas proeminências políticas, bem como identificar o surgimento dessa família, sua formação e sua articulação com outros grupos importantes. A partir de então, buscará compreender a atuação desses membros na política pensando a sua inserção na administração pública, uma vez que, os membros da família ocuparam importantes cargos acessíveis apenas a uma pequena parcela da sociedade imperial. Além disso, discutiremos alguns apontamentos da historiografia acerca do surgimento e consolidação das famílias que compuseram a elite política brasileira.

Palavras-chave: Monteiro de Barros, Minas Gerais, elite.

Abstract: This paper aims to analyze the political performance of some members of the Monteiro de Barros family in the province of Minas Gerais. For this, the research will analyze the trajectories of some of its members, seeking to understand their political prominences, as well as to identify the emergence of this family, the formation and the articulation with other important groups. From then on, it will seek to understand the role of these members in politics thinking of their insertion in the public administration, since family members held important accessible positions only to a small part of imperial society. In addition, we discuss some notes of historiography about the emergence and consolidation of the families that were part the Brazilian political elite.

Keywords: Monteiro de Barros, Minas Gerais, elite.

Introdução

¹⁹⁶² Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: psoares832@gmail.com.

O presente trabalho tem como objetivo debater a respeito da política do século XIX, sobretudo em Minas Gerais tomando como objeto central a família Monteiro de Barros. Esse núcleo teve início ainda no século XVIII quando o patriarca migrou para a comarca do Rio das Mortes vindo de Portugal. Após se casar, com a filha de um rico comerciante da região, Manuel José Monteiro de Barros ingressou na elite setecentista e, dessa maneira, conseguiu fazer sua primeira rede de contatos. Sendo assim, antes de entrarmos de fato na família em questão, faremos um breve debate a respeito do contexto econômico, e surgimento e consolidação de outros grupos familiares.

Como salientou Alcir Lenharo, com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil em 1808, o Rio de Janeiro sofreu com uma grave crise de abastecimento de gêneros de primeira necessidade devido ao alto número de pessoas recém-chegadas a cidade. Para resolver essa questão foi necessário recorrer às regiões vizinhas da nova Corte. Sendo assim, Dom João colocou em prática alguns planos de integração entre a Corte e a região centro sul. Um deles foi à construção de estradas para facilitar o comércio para Minas Gerais e São Paulo, o que contribuiu para que o Rio de Janeiro ganhasse destaque como principal entreposto comercial e escoador de gêneros de primeira necessidade e de exportação. Junto a essa mudança, como aponta o historiador, percebe-se uma transformação do eixo econômico de Minas Gerais. Com o declínio da exploração aurífera, o lucro advindo da mesma serviu para investir nas atividades agropastoris.¹⁹⁶³

Para mais, Lenharo destaca a região do sul de Minas como favorável para o desenvolvimento dessas atividades e percebe o deslocamento da mão de obra escrava das regiões mineradoras para o sul, enfatizando assim, a comarca do Rio das Mortes como a principal região de Minas Gerais. Para o avanço das práticas econômicas percebe-se a importante ligação entre as famílias produtoras através de laços de amizade e de parentesco. Diante desse contexto, constata-se a consolidação de algumas das principais famílias que iriam compor a elite mineira e que participariam da administração imperial ao longo do século XIX, mas, além disso, o autor já percebe que alguns grupos e personagens já ascenderam ainda durante o governo de D. João VI devido à prestação de serviços ao Estado, o que garantiu a eles uma situação política e econômica favorável.

¹⁹⁶³ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: O abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

João Fragoso pontua as relações sociais e econômicas desenvolvidas a partir da agricultura de abastecimento do Rio de Janeiro, a partir disso procura entender as regiões de origem da atividade econômica e a distribuição dos produtos. O uso da mão de obra escrava é perceptível na maioria das fazendas fluminenses analisadas pelo historiador, o que aponta a formação de empresas voltadas para a produção de gêneros de primeira necessidade para o mercado interno, em contraposição a ideia de que as propriedades escravistas e suas produções eram revertidas para agroexportação.

Analisando o caso da economia mineira, Fragoso resalta a coexistência da exploração mineradora e da agricultura, porém a segunda ainda timidamente. O economista Celso Furtado defende a tese que a economia de Minas Gerais decaiu rapidamente em decorrência do declínio da produção aurífera, em oposição a isso, Fragoso, observa novos rumos para a estrutura econômica da capitania nos últimos cinquenta anos do século XVIII. Em primeira análise verifica o aumento demográfico de Minas entre os anos de 1776 e 1821, quando a região cresce cerca de 60%, colocando-se em dúvida a decadência do território. Logo em seguida, identifica o crescimento da Comarca do Rio das Mortes, localidade onde a atividade econômica está baseada em uma agricultura voltada para o abastecimento interno. Complementando, Fragoso aponta que:

No período considerado, essa comarca passa de uma população de 82.781 para 213.617 pessoas. Esses números representam um crescimento demográfico da ordem de 158,0% e, mais do que isso, significam que a comarca deixara de concentrar 25,9% da população de Minas, como o fazia em 1776, para deter 41,6% do total dos habitantes da Capitania.¹⁹⁶⁴

Diante disso, o que se observa é a realocação do eixo econômico de Minas Gerais, nos anos finais dos setecentos, das atividades de mineração para a agricultura voltada para o abastecimento interno, essa já presente na capitania. Portanto é o definhamento da exploração mineral e o crescimento da agricultura e pecuária que será a principal fonte econômica da região ao longo do século XIX.

Com a descoberta do ouro algumas famílias de portugueses e brasileiros começaram a migrar para a região de Minas Gerais, todas em situações econômicas das mais diversas, ou seja, haviam homens ricos, mas também pessoas sem condição financeira favorável. Carla Almeida encontra entre os primeiros descobridores e povoadores das Minas a família de

¹⁹⁶⁴ FRAGOSO, J. L. R. *Homens de grossa aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil no Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio do Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. P. 125.

Maximiliano de Oliveira Leite e sua esposa D. Inácia de Arruda Pires, citado em 1756 pelo provedor da fazenda Domingos Pinheiro como um dos homens mais ricos de Minas Gerais. Além disso, Maximiliano já ocupava espaço dentro da nobreza da terra de São Paulo, região de nascimento, por ser neto de Fernão Dias Paes, sobrinho e afilhado do Guarda-mor Garcia Rodrigues Paes. Dessa maneira, segundo Almeida, seria “uma nobreza da terra cujo principal estatuto de legitimação estava ligado à condição de conquistadores e de primeiros povoadores”.¹⁹⁶⁵

Perante essa tradição familiar talvez a projeção social e política de Maximiliano e de seus filhos possa ser entendida, uma vez que outras famílias ficaram restritas as suas vilas e a capitania, enquanto essa se estendeu para o centro do poder. Para isso, existe um movimento em torno de busca de títulos, cargos e honrarias de todos os tipos, para que houvesse reconhecimento local e principalmente no centro do Império. Títulos como cavalheiros da Ordem de Cristo, familiares do Santo Ofício, fidalgos da Casa Real, entre outros, podem ser identificados no tronco dessa família, segundo a historiadora, e essa estratégia obteve sucesso, pois nota-se que muitos descendentes chegaram ao Brasil Imperial como parte importante da elite política.

Outro ponto de ascensão social de destaque fica a cargo dos casamentos, muitos de caráter endogâmicos, ou seja, casamentos dentro da própria família. Em sua maioria os matrimônios eram formas de manter a fortuna entre o mesmo tronco, mas também de ampliar suas redes sociais, sendo assim, os primeiros homens povoadores de Minas casariam com filhas de famílias já instaladas na capitania e, além disso, há grande diferença de idade entre os casais. Carla Almeida nos atenta para o fato de que na família do Guarda-mor Maximiliano aconteceram três casamentos de suas filhas com ricos comerciantes portugueses diretamente ligados a Corte com consideráveis influências, e que essas uniões representam mais uma estratégia de ligação e ampliação das redes de contatos da família.

Essas famílias investiriam em uma educação acadêmica para seus descendentes, de modo que, quando formados, pudessem ocupar cargos de destaque na burocracia do Estado. Sendo assim, membros da família de Maximiliano frequentaram a Universidade de Coimbra em Portugal, tornando-se parte da “Elite do conhecimento”, como salientou Ângela

¹⁹⁶⁵ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Uma nobreza da terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados. In: FRAGOSO, J.; ALMEIDA, C.M.C.; SAMPAIO, A.C. J. (orgs.) *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos*. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. P. 124.

Domingues. Os dois filhos homens do Guarda-mor foram enviados para Coimbra e lá formaram-se em Cânones, outra possível estratégia, visto que um voltou para gerir os negócios do pai e outro ficou exercendo influência na Corte. Essa elite frequentadora de Coimbra reformada, e conseqüentemente da metrópole do Império Português, voltava para integrar à sociedade colonial brasileira com ideais novas e ligadas em certo sentido com a Europa, reforçando então o lugar de prestígio e a ligação com a Coroa desses personagens para além da condição financeira e de suas titulações.

Todas as estratégias utilizadas pelo tronco familiar em questão, desde a escolha dos filhos homens pelo celibato, os casamentos das filhas e a busca de títulos obteve um saldo positivo. Boa parte dos descendentes de Maximiliano e de D. Inácia tiveram sucesso econômico e político. Exemplo disso foi o seu Bisneto José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, o Barão de Cocais, que durante o século XIX iria exercer importante papel na política provincial de Minas Gerais, como, por exemplo, ocupando uma cadeira no Conselho Geral da Província.

O Conselho Geral de Província

Os Conselhos Gerais de Província foram instituições político-administrativas criadas pela Carta Constitucional de 1824, dentro do contexto da expansão dos ideais liberais, responsáveis por reconfigurar a dinâmica política, no pós-independência, com a instalação de uma Monarquia Constitucional. Anos mais tarde, pelo Ato Adicional de 1834 daria origem as Assembleias Provinciais membros dos Conselhos, como previa a Constituição, deveriam ter a idade mínima de vinte e cinco anos e suficiente subsistência. Com relação ao número de membros, a distribuição era feita de acordo com o tamanho da população. Sendo assim, ficou estabelecido que nas províncias mais populosas o Conselho Geral contaria com vinte e um membros, enquanto as demais províncias com treze membros.

Os Conselhos Gerais tinham como objetivo central permitir uma maior participação e representação dos cidadãos nas deliberações e questões colocadas no âmbito das províncias. Entretanto,

Não podiam propor nem deliberar sobre projetos de interesses gerais da nação, ajustes com outras províncias, iniciativas de competência das Câmaras dos Deputados ou sobre a execução de leis, podendo a este

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

respeito, porém, dirigir representações ao Poder Executivo e à Assembleia Geral conjuntamente.¹⁹⁶⁶

Em Minas Gerais, o Conselho Geral possuiu dois mandatos (1828-1830 e 1830-1834), cada qual contando com vinte e um conselheiros. Sua principal função era “propor, discutir, e deliberar sobre os negócios mais interessantes das suas Províncias; formando projetos peculiares, e acomodados às suas localidades, e urgências”.¹⁹⁶⁷ As resoluções do Conselho deveriam ser, por intermédio do Presidente da Província, remetidas diretamente ao Poder Executivo e por este à Assembleia Geral.

As reuniões ocorreriam uma vez por ano, na capital provincial, com sessões de duração de dois meses com possibilidade de prorrogação de um mês. Quanto à instalação dos Conselhos, estes deveriam ocorrer sempre no primeiro dia de dezembro, quando, então, os presidentes de província ficariam encarregados de informar os conselheiros sobre o estado dos negócios públicos e instruí-los sobre as medidas necessárias a serem tomadas sobre a administração provincial.

Diante do exposto, essa nova instituição constitui-se como espaço ocupado pelas elites políticas da província que foram, de certa maneira, responsáveis pela consolidação do Estado brasileiro e pela unidade territorial. Analisando o Conselho Geral de Província da Bahia e as elites que ocuparam espaço no mesmo, Nora de Cássia Gomes de Oliveira,¹⁹⁶⁸ aponta que os primeiros personagens que aparecem, estão envolvidos também nas primeiras tentativas de construção desse novo Estado, como no Conselho Interino e nas Juntas de Governo. No entanto, esses personagens não serão, ao longo da existência do Conselho, os principais atores da política baiana.

Assim como em Minas Gerias, o Conselho Geral de Província da Bahia contou com a participação de vinte e um conselheiros, atuando de 1828 a 1834, e tomaram acento quarenta e sete conselheiros entre efetivos e suplentes.¹⁹⁶⁹ O espaço constituído pelo Conselho foi importante como um ambiente político de discussão, e de projeção de políticos e famílias para

¹⁹⁶⁶ FERNANDES, Renata Silva. *O governo das províncias do Império do Brasil: os Conselhos de Governo e os Conselhos Gerais de Província nos debates parlamentares (1823-1834)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF. Juiz de Fora, 2014, p.113.

¹⁹⁶⁷ Brasil. Constituição Política do Império do Brasil. Disponível: www.camara.gov.br.

¹⁹⁶⁸ OLIVEIRA, Nora de Cássia Gomes de. *A elite política da Bahia no século XIX: Perfil dos membros do Conselho Geral de Província (1828-1834)*. Artigo apresentado em XIV Encontro Estadual de História – ANPUH/RS. 2018.

¹⁹⁶⁹ *Ibidem*, P. 4.

a atuação nacional, além de fortalecer os poderes da província. No tocante as elites presentes, destacamos a participação de Joaquim Carneiro de Campos, que fazia parte de uma das famílias mais importantes economicamente da Bahia do século XIX. Segundo Maria Fernanda Vieira Martins, a família Carneiro de Campos se destacou politicamente na província de origem, mas adquiriu importantes relações com a Corte e outros grupos políticos de outras regiões do Império.¹⁹⁷⁰

Os Monteiro de Barros

A família Monteiro de Barros destaca-se também no âmbito nacional, mas sua influência maior é em Minas Gerais. Não se sabe ao certo como chegaram e porque vieram para o Brasil. Dessa maneira, a historiografia acerca dessa família atribuiu como membro fundador Manuel José Monteiro de Barros que foi guarda-mor das minas de Vila Rica a partir de 1761. Seu enriquecimento foi proveniente da exploração do ouro e sua ascensão social deve-se ao seu casamento com Margarida Eufrásia da Cunha Mattos, filha de um rico comerciante português que já havia se instalado em Vila Rica em 1730. Dessa união, nasceram oito filhos, Lucas Antônio Monteiro de Barros, Romualdo José Monteiro de Barros, Manoel José Monteiro de Barros, João Gualberto Monteiro de Barros, José Joaquim Monteiro de Barros, Marcos Antônio Monteiro de Barros, Mateus Herculano Monteiro da Cunha Matos e por fim Maria do Carmo Monteiro de Barros.¹⁹⁷¹

Durante o período Joanino, os Monteiro de Barros foram agraciados com cargos na burocracia estatal e com terras como forma de agradecimento pelos serviços prestados à Coroa. Ao analisar o surgimento e consolidação da nobreza em Minas Gerais a partir da chegada da Família Real, onde aparecem os primeiros nobres mineiros e os benefícios dados a essas pessoas por Dom João, Luiz Fernando Saraiva constatou uma concentração de títulos na Comarca do Rio das Mortes, principal região econômica do período como já mencionado anteriormente e região de surgimento e atuação dos Monteiro de Barros. Para mais, o autor aponta os dois principais nobres do Segundo Reinado da atual Zona da Mata, que chegaram a ser nomeados para o Senado, mas não tomaram assento, mas detinham alto poder econômico

¹⁹⁷⁰ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho do Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. P. 229.

¹⁹⁷¹ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho do Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. P. 195.

advindo do cultivo do café. Sendo eles o Barão de Leopoldina, Manuel José Monteiro de Castro, e o Barão de Santa Helena, José Joaquim Monteiro da Silva, ambos pertencentes à família Monteiro de Barros.¹⁹⁷²

Os filhos de Manuel José, Lucas Antônio Monteiro de Barros, o visconde de Congonhas do Campo, ocupou diversos cargos públicos durante sua trajetória de vida, dentre eles os cargos de: Ouvidor de Ouro Preto em 1801 e 1809; Desembargador de Relação e do Paço na Bahia em 1821; Presidente de Província de São Paulo durante os anos de 1824 e 1827; Deputado da Assembleia Constituinte por Minas Gerais e anos mais tarde ocuparia o cargo de Senador por São Paulo. Seu irmão, Romualdo José Monteiro de Barros, o barão de Paraopeba, foi Capitão de Ordenanças em Congonhas do Campo em 1799; governador provisório de Minas Gerais em 1824 e foi eleito para o Conselho Geral da Província na Primeira (1828-1830) e na Segunda (1830-1834) legislatura e depois Vice-presidente da Província mineira em 1850.¹⁹⁷³

Percebemos através desses dois irmãos a importância que essa família adquiriu na administração provincial, não só mineira, mas também na província de São Paulo. Para além deles, os outros seis irmãos tiveram sucesso no âmbito econômico, acumulando um significativo patrimônio advindo do comércio e das relações familiares adquiridas sobre laços de casamento. Martins ainda afirma que a análise dessa família e sua rede de poder não pode ser atribuída apenas a sua capacidade de relacionar com outros grupos influentes, mas na sua habilidade de se modificar e adequar às novas relações de força e poder que surgiram ao longo dos Oitocentos.¹⁹⁷⁴

Ademais, Martins discorre a respeito das ligações presentes entre as elites que, segundo ela, não se restringiam apenas as suas províncias de origem, ou seja, ultrapassavam as fronteiras se relacionando com diferentes redes familiares, permitindo a manutenção de certa unidade familiar. Richard Graham, que também aborda a questão, considera que as redes familiares se ligavam por laços consanguíneos e também pela união matrimonial, fazendo com que houvesse certo tipo de proteção e troca de favores. Assim, “todos esses laços familiares implicavam obrigações mútuas de ajuda nas eleições ou na garantia de cargos no

¹⁹⁷² SARAIVA, Luiz Fernando. *O espaço da nobreza: hierarquia e poder em Minas Gerais no século XIX*. Revista Maracanan. N.19, jul./dez. 2018. P. 120-146.

¹⁹⁷³ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. Certezas possíveis em um horizonte de incertezas: famílias, estratégias e redes de poder em Minas Gerais (sécs. XVIII/XIX). Artigo apresentado em VI Jornadas Nacionales de Historia social, La Falda – Córdoba.

¹⁹⁷⁴ *Ibidem*.

governo”.¹⁹⁷⁵ Explica também que as relações comerciais estabelecidas entre esses núcleos facilitaram o acúmulo de riquezas que, por sua vez, garantiu prestígio político.

Dessa maneira, durante os trabalhos das duas legislaturas membros da família Monteiro de Barros aparecem nas listas eleitorais com significativo número de votos. Dentre eles, como mencionado anteriormente, destacamos os de Lucas Antônio Monteiro de Barros e Romualdo José Monteiro de Barros. Além dos já citados, percebemos também a presença no Conselho de Marcos Antônio Monteiro de Barros e Manoel José Monteiro de Barros, irmãos de Lucas e Romualdo.¹⁹⁷⁶ Para mais, observamos que alguns desses homens ocuparam os cargos de ouvidores em diferentes localidades do Império, sendo esse um cargo de importância na burocracia do Estado.

Marcos Antônio Monteiro de Barros, graduado em Cânones em Coimbra, foi vigário geral da diocese de Mariana, cavaleiro professo da ordem de Cristo, membro do Conselho Geral da Província na primeira legislatura e do Conselho de Governo de Minas Gerais (1825-1829) e senador pela província desde 1826 até em 1852, ano de sua morte. Já Manoel José Monteiro de Barros ocupou os cargos de comendador, tesoureiro e deputado da Junta da Fazenda Real em Minas, e também tomou assento no Conselho Geral da Província nas duas legislaturas. Manuel José transferiu-se para Leopoldina onde manteve controle político da região que propiciou sua representação na Assembleia provincial.¹⁹⁷⁷

A participação dos Monteiro de Barros no Conselho Geral da Província ou mesmo na organização do Estado leva a perceber um lado político defendido por eles. Renata Silva Fernandes aponta que Romualdo José Monteiro de Barros, fez parte do governo provisório e foi integrante da Segunda Junta, dessa maneira, ele e seu irmão Lucas Antônio Monteiro de Barros, primeiro Presidente de província de São Paulo, estavam ligados aos apoiadores de Dom Pedro I. Além disso, percebe-se o apoio dado a João José Lopes Mendes Ribeiro nomeado primeiro Presidente de província de Minas Gerais, esse seria um grupo político contra o grupo liderado por Bernardo Pereira de Vasconcellos e Manoel Ignácio de Mello e

¹⁹⁷⁵ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. P. 35-36.

¹⁹⁷⁶ FERNANDES, Renata Silva. *As províncias do Império e o governo por Conselhos: o Conselho de Governo e o Conselho Geral (Minas Gerais 1825-1834)*. Tese – Doutorado. UFJF, 2018.

¹⁹⁷⁷ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *Certezas possíveis em um horizonte de incertezas: famílias, estratégias e redes de poder em Minas Gerais (sécs. XVIII/XIX)*. Artigo apresentado em VI Jornadas Nacionales de Historia social, La Falda – Córdoba.

Souza.¹⁹⁷⁸ Nessa situação, fica evidente que os Monteiro de Barros estavam do lado da bancada governista ou como conhecido no período, faziam parte do “partido lopino”, nome dado aos apoiadores de João José Lopes Mendes Ribeiro. Além de Romualdo, estava na base de apoio seu irmão Manoel José Monteiro de Barros. Nesse primeiro momento, vários políticos acumularam cargos na administração, como por exemplo, os irmãos Monteiro de Barros estavam no Conselho Geral e também no Conselho de Governo.¹⁹⁷⁹

Em relação à frequência desempenhada pelos irmãos no Conselho Geral na primeira legislatura pode se observar que o mais assíduo foi Manoel José Monteiro de Barros, que ficara como suplente, enquanto Romualdo José e o cônego Marcos Antônio, ambos efetivos, compareceram apenas na reunião de 1828-1829. O não comparecimento de conselheiros é de certa maneira comum, eram poucos que participavam efetivamente, porém os que não participavam alegavam que moravam distantes da capital mineira, Ouro Preto, e como o Conselho não garantia remuneração os políticos não poderiam afastar de seus negócios durante muito tempo.¹⁹⁸⁰ No entanto, os Monteiro de Barros residiam em Mariana e Ouro Preto, ou seja, estavam próximos ao Conselho Geral, mas ao que tudo indica seus negócios, suas fazendas não ficam nas redondezas da capital. Por exemplo, Romualdo José Monteiro de Barros, em correspondência datada de Boa Esperança 19 de janeiro de 1829, dirigida ao presidente da província de Minas Gerais, informou que:

Na impossibilidade de cumprir a minha palavra vista a rigorosa epidemia que sofre minha família achando-se sucessivamente atacados nunca menos de vinte enfermos com perigo e até já com a perda de três escravos, cumpre me levar isto ao conhecimento de V. Exa. para que fique na inteligência de que não comparecerei como havia afirmado a V. Exa. para o Conselho de Governo por que as minhas atuais circunstância domésticas exigem minha efetiva assistência nesta Casa para providenciar quanto cabe nas minhas forças afim de evitar um prejuízo incalculável que vejo iminente em consequência da peste que oprime minha escravatura em um lugar como este destituído de todos os Socorros: todavia se para então eu estiver mais

¹⁹⁷⁸ FERNANDES, Renata Silva. *As províncias do Império e o governo por Conselhos: o Conselho de Governo e o Conselho Geral (Minas Gerais 1825-1834)*. Tese – Doutorado. UFJF, 2018. P. 217.

¹⁹⁷⁹ Participaram do Conselho de Governo no primeiro mandato (1825-1829) Romualdo José Monteiro de Barros como efetivo e Manoel José Monteiro de Barros como suplente. No segundo mandato (1830-1833) participaram Romualdo José Monteiro de Barros, Manoel José Monteiro de Barros, Antônio José Monteiro de Barros e José Monteiro de Barros, todos como suplentes. Além disso, vale ressaltar que o Conselho de Governo e o Conselho Geral de Província funcionaram simultaneamente, mas eram duas instituições distintas, inclusive com pleitos eleitorais específicos. : FERNANDES, Renata Silva. *As províncias do Império e o governo por Conselhos: o Conselho de Governo e o Conselho Geral (Minas Gerais 1825-1834)*. Tese – Doutorado. UFJF, 2018. P. 213, 222.

¹⁹⁸⁰ Para mais informações sobre os conselheiros e a participação do mesmo ver: FERNANDES, Renata Silva. *As províncias do Império e o governo por Conselhos: o Conselho de Governo e o Conselho Geral (Minas Gerais 1825-1834)*. Tese – Doutorado. UFJF, 2018. P. 218.

tranquilo por esta parte aparecerei, e se o não fizer no tempo devido V. Exa. assim inteligenciado desculpar-me-á.¹⁹⁸¹

Esse fato acontecido com Romualdo pode ter se repetido com outros membros do Conselho o que indica um dos motivos de ausências.

Ainda sobre a participação no Conselho Geral, na primeira reunião da primeira legislatura, Marcos Antônio participou como vice-presidente tendo como presidente Francisco Pereira de Santa Apolônia, o que mostra certa força do grupo dos Monteiro de Barros e conseqüentemente do lado governista dentro do Conselho. Principalmente porque o presidente e o vice-presidente do Conselho Geral eram escolhidos a partir dos votos dos conselheiros. O grupo liderado por Bernardo também estava com significativa força, porém não conseguiram superar a oposição. Já na segunda legislatura do Conselho Geral, foram eleitos Romualdo José e Manoel José, como efetivos, e Antônio José como suplente. Antônio José fora eleito presidente da segunda reunião da segunda legislatura.¹⁹⁸²

O cenário para os Monteiro de Barros muda de configuração após a Revolta do Ano da Fumaça ocorrida em 1833. Não há a participação dos mesmos na quarta reunião do Conselho em decorrência de estarem do lado dos sediciosos, o grupo liderado por Manoel Soares do Couto, vinculado anteriormente a João José Lopes Mendes Ribeiro. Nesse contexto, Antônio José Monteiro de Barros ocupava o cargo de ouvidor de Ouro Preto, e entrou em conflito dias antes de o movimento eclodir por conta de nomeações de juizes para algumas comarcas recém-criadas. Segundo Fernandes, Antônio José fora acusado por alguns periódicos do período como um dos responsáveis da sedição.¹⁹⁸³

Além dos já mencionados acima, outros três membros da família fizeram parte da administração provincial. Destacamos Antônio Augusto Monteiro de Barros, filho do Visconde de Congonhas do Campo, Lucas Antônio Monteiro de Barros, que ocupou os cargos de Juiz de Fora em Ouro Preto e Presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto em 1822; Ouvidor e provedor da Fazenda em Sabará entre 1824 e 1825; Deputado Geral por Minas Gerais entre 1826 e 1829; Desembargador de Relação em Pernambuco em 1827; Ouvidor no

¹⁹⁸¹ Arquivo Público Mineiro. Fundo Presidência da Província. Série 01 - Correspondência Recebida. Subsérie 51 - Conselho de Governo. Caixa 01, Doc. 01 a 62.

¹⁹⁸² Para mais informações sobre os conselheiros e a participação do mesmo ver: FERNANDES, Renata Silva. *As províncias do Império e o governo por Conselhos: o Conselho de Governo e o Conselho Geral (Minas Gerais 1825-1834)*. Relatório de Qualificação – Doutorado. UFJF, 2018. P. 229

¹⁹⁸³ *Ibidem*. P. 227.

Rio de Janeiro em 1829; Intendente de Polícia também no Rio de Janeiro em 1830; Desembargador de Relação na Bahia em 1830; e Senador por Minas entre os anos de 1838 e 1841.¹⁹⁸⁴

Francisco de Paula Monteiro de Barros, filho de Romualdo José Monteiro de Barros, ocupou os cargos de Juiz de Fora na Vila do Príncipe em 1826; Juiz de Fora no Serro Frio entre 1828 e 1829; Juiz de Fora em São João Del Rei entre 1829 e 1831; ouvidor e corregedor de Sabará em 1833; e Juiz de direito em Niterói em 1848. Antônio José Monteiro de Barros ocupou os cargos de juiz de fora de Mariana entre 1826 e 1828; ouvidor de Diamantina entre 1830 e 1833; Conselheiro Geral em 1832; Deputado provincial em 1840; Deputado geral por Minas entre 1843 e 1860; e juiz de direito entre 1856 e 1858.¹⁹⁸⁵

Diante desse quadro, percebemos um alto grau de inserção na dinâmica política e na ocupação de cargos públicos por parte dos Monteiro de Barros em Minas Gerais, mas também em outras províncias. Carlos Eduardo França de Oliveira enfatiza o grau de complexidade que essa família representa pela maneira como ela se insere na burocracia do Estado e pelo seu poder econômico elevado. Segundo ele, a família foi uma das mais poderosas e influentes de Minas Gerais.¹⁹⁸⁶

Além disso, Oliveira percebe que há distinção entre os homens dessas redes em relação à posição, atuação e na ocupação de cargos públicos e políticos, portanto, não podemos resumir esses grupos como coesos. O autor ressalta também que a família Monteiro de Barros é um caso exemplar de que as posturas políticas dos personagens variavam de acordo com o contexto político, ou seja, podiam dispor de opiniões contrárias em circunstâncias díspares. Dessa forma, a família Monteiro de Barros atuava de maneira diferente na província e na Corte, o que propiciou a geração de conflitos com outros grupos políticos de Minas Gerais.

Em São Paulo, o filho do Visconde de Congonhas do Campo, Rodrigo Antônio Monteiro de Barros foi eleito para a terceira legislatura da Câmara dos Deputados por ser filho do primeiro presidente de província de São Paulo e por contar com apoio dos Andrada,

¹⁹⁸⁴ OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Construtores do Império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado Nacional e dos poderes locais, 1823-1834*. Tese (Doutorado em História) USP, São Paulo, 2014.

¹⁹⁸⁵ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. Certezas possíveis em um horizonte de incertezas: famílias, estratégias e redes de poder em Minas Gerais (sécs. XVIII/XIX). Artigo apresentado em VI Jornadas Nacionales de Historia social, La Falda – Córdoba.

¹⁹⁸⁶ OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Construtores do Império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado Nacional e dos poderes locais, 1823-1834*. Tese (Doutorado em História) USP, São Paulo, 2014. P. 15.

dessa maneira, o que reforça a hipótese do apoio dado pelo núcleo Monteiro de Barros ao governo de Dom Pedro. Já na bancada mineira, representando a família, foi eleito Antonio Augusto Monteiro de Barros, que contou com o apoio do presidente de província, e também da mesma maneira que o irmão estava ao lado do Imperador. Outro caso significativo para demarcar o apoio dos Monteiro de Barros ao governo pedrino, é a nomeação de Lucas Antônio para Senador por São Paulo. A maioria dos senadores nomeados ocuparam os cargos de presidentes de província entre os anos de 1824 e 1826, visto que ambos os cargos seriam de confiança do monarca, dessa forma, dificilmente esses homens fariam oposição ao governo. Marcos Antônio Monteiro de Barros aparece nas listas de Minas Gerais para compor o Senado, mas não é nomeado pelo Imperador.

Na eleição de 1833, em meio a Revolta do Ano da Fumaça, os Monteiro de Barros mineiros e partidários do grupo não conseguiram se reeleger, a bancada mineira ficou forte com o grupo de Bernardo Pereira de Vasconcellos, que se colocou em oposição ao governo de D. Pedro e depois às Regências. Já os representantes do núcleo familiar de São Paulo foram reeleitos e não fizeram oposição, muito pelo contrário, fizeram parte da base de apoio do Imperador e das Regências. Portanto, percebemos que os Monteiro de Barros estavam ao lado do governo de Dom Pedro e da Regência, de certa maneira, estavam contrários a maior parte dos políticos mineiros do momento o que pode ser considerado um dos problemas enfrentados por eles em Minas.

Conclusão

A partir das considerações feitas, percebemos ao longo das discussões como a formação econômica de Minas Gerais se coloca como fundamental para a consolidação das famílias ainda no século XVIII que irão fazer parte da burocracia do Estado brasileiro ao longo do XIX. Além disso, como os membros pertencentes a esses núcleos são fundamentais para a construção e consolidação do Império. O processo de burocratização do estado proposto pela monarquia constitucional também parece permear as relações da sociedade e coloca em xeque as práticas do Antigo Regime já consolidadas no corpo social dos setecentos.

Diante desse cenário, a família Monteiro de Barros representa mais uma dessas famílias tradicionais dos anos finais do século XVIII e início do XIX. Os filhos do patriarca Manuel José são enviados para Portugal para estudar em Coimbra como boa parte da elite,

quando retornam ao local de origem começam a integrar o cenário político desenvolvendo uma extensa rede de contatos. Essa rede pode ser entendida também através dos casamentos que foram realizados com filhos ou filhas de nobres e famílias consagradas no contexto. A família, como vimos, se estende para fora da província mineira e ocupa significativos cargos em São Paulo e na Corte. Além disso, observamos que alguns membros adquiriram títulos de nobreza como é o caso de Lucas Antônio Monteiro de Barros, Visconde de Congonhas do Campo e Romualdo José Monteiro de Barros, Barão de Paraopeba, reforçando o prestígio do clã familiar ainda no Primeiro Reinado.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Uma nobreza da terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados. In: FRAGOSO, J.; ALMEIDA, C.M.C.; SAMPAIO, A.C. J. (orgs.) *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos*. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BROTERO, Frederico de Barros. *A família Monteiro de Barros*. s/e, 1951.

FERNANDES, Renata Silva. *O governo das províncias do Império do Brasil: os Conselhos de Governo e os Conselhos Gerais de Província nos debates parlamentares (1823-1834)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF. Juiz de Fora, 2014.

FERNANDES, Renata Silva. *As províncias do Império e o governo por Conselhos: o Conselho de Governo e o Conselho Geral (Minas Gerais 1825-1834)*. Relatório de Qualificação – Doutorado. UFJF, 2018.

FRAGOSO, J. L. R. *Homens de grossa aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil no Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio do Janeiro: Editora Arquivo Nacional, 1992.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842*. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1993.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho do Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *Certezas possíveis em um horizonte de incertezas: famílias, estratégias e redes de poder em Minas Gerais (sécs. XVIII/XIX)*. Artigo apresentado em VI Jornadas Nacionales de Historia social, La Falda – Córdoba.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, J.; ALMEIDA, C.M.C.; SAMPAIO, A.C. J. (orgs.) *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos*. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

OLIVEIRA, Nora de Cássia Gomes de. *A elite política da Bahia no século XIX: Perfil dos membros do Conselho Geral de Província (1828-1834)*. Artigo apresentado em XIV Encontro Estadual de História – ANPUH/RS. 2018.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Construtores do Império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional e dos poderes locais, 1823-1834*. Tese (Doutorado em História) – USP. São Paulo, 2014.

SARAIVA, Luiz Fernando. *O espaço da nobreza: hierarquia e poder em Minas Gerais no século XIX*. Revista Maracanan. N.19, jul./dez. 2018. P. 120-146.

O trabalhismo e o nacionalismo nas telas de João Carriço. Uma biografia do amigo do povo

Renata Venise Vargas Pereira¹⁹⁸⁷

RESUMO: O trabalho revela os primeiros levantamentos da biografia do cinejornalista juiz-forano, João Carriço, que aplicava preços reduzidos (ou entrada grátis) no Cine Popular, onde exibia material de sua produtora, a Carriço Film, responsável também pelos cinejornais que circulavam no país. Carriço foi um dos pioneiros do cinema em Minas Gerais, descentralizando a produção do Rio de Janeiro e São Paulo. Em 23 anos de atividades ininterruptas (1933/1956), registrou temas populares, políticos, religiosos, militares. O material se insere no projeto trabalhista e nacionalista de Getúlio Vargas. Suas imagens revelam o projeto de construção da nação, com as premissas do trabalhismo e informações materiais e simbólicas destes aspectos. Uma característica do audiovisual de 1930/40 era influenciar a adesão aos ideais do Estado Novo.

PALAVRAS-CHAVE: Cinejornais; nacionalismo; trabalhismo.

ABSTRACT: The project exposes the first surveys of the biography of the cine journalist from Juiz de Fora, João Carriço, who applied reduced prices (or free admission) at Cine Popular ("Communal theater"), where he exhibited works from his production company, Carriço Film, which was also responsible for the newsreels circulating in the country. Carriço was one of the pioneers of cinema in Minas Gerais, decentralizing the production from Rio de Janeiro and São Paulo. In 23 years of uninterrupted activities (1933-1956), he recorded popular, political, religious, and military themes. The material is part of Getúlio Vargas's labor project and nationalist project. His images reveal the project of building the nation, with the premises of laborism and with both material and symbolic information of these aspects. A feature of the 1930/40 audiovisual was to influence allegiance to the Estado Novo ideals.

KEYWORDS: Cinema journalism; Nationalism; Laborism.

João Gonçalves Carriço nasceu em 27 de julho de 1886, em Juiz de Fora, Minas Gerais. Filho da descendente de austríacos, Maria Schelghorn Carriço, e do português Manoel Gonçalves Carriço, o biografado teve uma vida múltipla - ficou conhecido como cinejornalista, mas era cartazista, cenógrafo, fotógrafo, exibidor, produtor cinematográfico e proprietário do Cine Theatro Popular e da produtora Carriço Film, responsável nos anos 1930, 40 e 50, pela produção de cinejornais e documentários que se inserem dentro do projeto trabalhista da Era Vargas. Ele chegou a montar de um a dois cinejornais por mês, contabilizando cerca de mil edições no período, transformando-se em um dos pioneiros do

¹⁹⁸⁷ Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), bolsista Capes desde março de 2019. E-mail: renatavargas9@gmail.com

cinema em Minas Gerais e no Brasil, descentralizando os jornais veiculados nos pólos do Rio de Janeiro e de São Paulo - sua produção local circulava pelo País.

Tentar compreender a história de vida de Carriço é conformar-se e atentar-se com o que Bourdier¹⁹⁸⁸ chama de “ilusão biográfica”. O material disponível para pesquisa é composto por cinejornais, fotos, relatos de familiares e jornais, entre outros documentos, sendo indispensável abordar o contexto social em que agiu o indivíduo. O cuidado é considerar o sentido e o valor deste conjunto em um espaço simbólico. Dada a importância do campo em que o personagem atuou, é necessário perceber as relações que o unem ao conjunto de outros agentes envolvidos no mesmo ambiente histórico, político, social e cultural.

Diante da possibilidade de retratar uma individualidade fixa e até mesmo coerente, corre-se o risco de se perder a riqueza da pluralidade de identidades¹⁹⁸⁹. O perigo é formatar os personagens em uma vida marcada por regularidades e permanências, a “ilusão biográfica”, nos termos usados por Bourdieu. Cada indivíduo é uma reapropriação singular do universo social e histórico em que viveu¹⁹⁹⁰. Por isso, a biografia destaca-se como a possibilidade de se conhecer o social partindo das especificidades de uma prática individual.

Bourdier refere-se ao mundo social como aquele que tende a identificar a normalidade como a compreensão assimilada de um ser. O exemplo é a utilização do nome próprio, designador de um mesmo objeto, como um ponto fixo que se move, determinante de uma identidade. Esta forma constante e durável garante a compreensão do sujeito em todos os campos pelos quais ele circula e intervém como agente. Em se tratando do biografado Carriço, sua constância através do tempo e dos espaços sociais seria “o dono da produtora”, “o dono do cinema”, levando a crer que a tendência é que o relato de sua vida tenderia a aproximar-se deste modelo oficial de si. A compreensão acerca de uma vida sem outro vínculo que não a associação a outros sujeitos, outros campos, outras referências é ignorar os deslocamentos no espaço sociais e as negociações que estiveram em jogo no campo considerado circundante da vida do agente pesquisado.

¹⁹⁸⁸ BOURDIER, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-191.

¹⁹⁸⁹ AVELAR, Alexandre de Sá. *A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões*. *Revista de História da Ufes*. Número 24, 2010, p. 157-172.

¹⁹⁹⁰ PEREIRA, Lígia Maria Leite. *Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias*. Este texto foi apresentado na Mesa- redonda “História Oral e as tramas da subjetividade” realizada no III Encontro Regional Sudeste de História Oral, Mariana, 12 a 14 de maio de 1999, p. 117-27.

Para trabalhar a vida e a obra do cinejornalista João Carriço faz-se necessária a reconstrução do contexto histórico e social em que se desenrolam os acontecimentos. Assim, nos aproximamos da compreensão de seu caráter individual. “A biografia é hoje certamente considerada uma fonte para se conhecer a História. A razão mais evidente para se ler uma biografia é saber como uma pessoa, mas também sobre a época sobre a sociedade em que ela viveu”¹⁹⁹¹.

O roteiro de uma vida pode não espelhar a linearidade de uma trajetória individual. Carriço não é uma figura fechada, mas sim, um produtor de identidades diversas que se deve ter cuidado para não ser enquadrado em sistemas sociais homogêneos, definidos pelo pesquisador. Sirinelli¹⁹⁹² discorre acerca dos intelectuais, atores de suas épocas, que até a segunda metade da década de 1970 não recebiam grandes abordagens por parte dos historiadores. Em pouco tempo, tornou-se um campo histórico aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural. A falta de encorajamento para um olhar quantitativo acerca dos intelectuais dizia respeito aos contornos vagos do grupo social a que pertenciam e a pergunta insistente acerca do problema: “teriam esses intelectuais, em uma determinada data, influído no acontecimento?”¹⁹⁹³. Os efeitos do renascimento da história política, somados à nova respeitabilidade da história recente nas últimas décadas, recaíram sobre o estudo dos intelectuais. Na perspectiva do autor, quem seriam estes intelectuais? Sua defesa é por uma geometria variável, baseada em invariantes.

Estas podem desembocar em duas acepções do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os “mediadores” culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou “mediadores” em potencial, e ainda outras categorias de “receptores” da cultura¹⁹⁹⁴.

Uma segunda definição proposta seria mais estreita e com base na noção de engajamento como ator na vida da cidade. O ator pesquisado, teria “sua notoriedade eventual

¹⁹⁹¹ BORGES, Vavy Pacheco. *Grandezas e misérias da biografia*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 215.

¹⁹⁹² SIRINELLI, Jean-François. *Os Intelectuais*. In RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.

¹⁹⁹³ Idem, p.235

¹⁹⁹⁴ Ibidem, p. 242

ou sua ‘especialização’, reconhecida pela sociedade em que ele vive”¹⁹⁹⁵, legitimando ou privilegiando sua intervenção no debate da cidade. Acreditamos que o personagem João Gonçalves Carriço apresenta-se como um intelectual de seu tempo, com influências em seu entorno e ainda pouco estudado na historiografia brasileira.

Ao contar uma história de vida, como o que pretendemos fazer na tese de doutoramento, devemos levar em consideração o ambiente em que Carriço viveu, suas relações sociais, partindo do distanciamento típico das biografias. Importante é não se limitar apenas aos “grandes intelectuais”. Para Sirinelli, há uma camada que esconde os “despertadores” – que não precisam ser conhecidos, mas que representam uma “inspiração” para as gerações intelectuais seguintes, com influência cultural e política sobre o campo material e simbólico que atuam. Por isso, as estruturas de sociabilidade são de difícil apreensão por parte do historiador. Algumas pistas apresentam-se por meio das redes que dão estrutura ao campo intelectual que podem ser as forças antagônicas, as amizades, as fidelidades, as influências, a exclusão, as posições tomadas, os debates suscitados, as rivalidades, as rupturas, as brigas, o rancor, a saúde, os amores, as evoluções políticas, as rupturas e as cisões advindas de seu entrelaçamento social¹⁹⁹⁶.

No entanto, deve-se ter atenção ao observar a circulação do ator intelectual Carriço entre os três níveis: posicionamento ideológico, cultura política e “mentalidades coletivas”. Compreender esta circulação e fluidez pode nos colocar um pouco mais próximos da história de vida do personagem que marcou o cotidiano de uma cidade de porte médio como Juiz de Fora, ao registrar e exibir os acontecimentos do dia-a-dia do município. Também será possível perceber sua influência por todo o país, em função de sua produção cinematográfica, carregada de informações materiais e simbólicas acerca de um tempo histórico, veiculada nos cinemas brasileiros.

As imagens que auxiliaram na construção da Era Vargas

A ousadia de João Carriço começou na adolescência. Aos 14 anos, fugiu de casa para chegar ao Rio de Janeiro, mas parou em Petrópolis. O pai mandou buscá-lo. Dois anos depois, retornou à cidade serrana onde trabalhou na decoração de um hotel e na confecção de

¹⁹⁹⁵ Ibidem, p. 243

¹⁹⁹⁶ SIRINELLI, Jean-François. *Os Intelectuais*. In RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 249-250.

cartazes. Lá aprendeu as primeiras lições em cenografia. Depois, foi para o Rio de Janeiro como pintor de tabuletas e cartazes de propagandas para filmes nos cinemas cariocas. Após a morte do pai, retornou a Juiz de Fora para gerenciar o negócio da família, uma empresa de carruagens e funerária. O cinejornalista deu início às projeções, com as primeiras exhibições em carros de boi. Em 1910, inaugurou o Cine Theatro Moderno, com a exibição de filmes mudos e apresentações teatrais nos intervalos. Com o fechamento do espaço em 1912, voltou a fazer as exhibições ao ar livre¹⁹⁹⁷. Naquela época, a maior parte dos espaços de exibição agregava o público formado pela burguesia brasileira. A população pobre ou suburbana só conseguia assistir às atrações nas sessões gratuitas, ao ar livre.

Já na década de 1920, adequou o negócio da família para mais uma atividade: o cinema. A inauguração do Cine Theatro Popular aconteceu em 14 de agosto de 1927. *O Jornal do Comércio* retratou o acontecimento: “O Cinema está dotado de todos os requisitos, bem disposto, oferecendo comodidade ao público. O sr. Carriço promete manter preços populares para as sessões”¹⁹⁹⁸. O público era formado por trabalhadores, operários e crianças. O Popular conferiu ao operariado de Juiz de Fora o direito à diversão barata e foi visto por todos como um lugar democrático, um cinema do povo que atraía negros, brancos, pobres, intelectuais, descalços, bem vestidos¹⁹⁹⁹. As primeiras sessões foram improvisadas, com o público sentado até em caixões. Seu outro empreendimento, a Carriço Film, fundada nos anos 1930, produzia materiais que se inserem dentro do projeto trabalhista da Era Vargas. Carriço acreditava que o acesso democrático à diversão a preços populares representava direito à cidadania.

Dois lemas são adotados por ele para representar o trabalho de difusão cultural desenvolvido no Cine Theatro Popular: ‘filme que passa para um, passa para cem’ e ‘Cinema do povo para o povo’ (um dos marcos do pensamento empregado na revolução francesa). Este último acaba derivando para ‘Popular – o amigo do povo’. Mesmo quem estava sem dinheiro não deixava de ver os filmes na sala de Carriço²⁰⁰⁰.

O espaço também foi escolhido para diversas convenções do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O cinejornalista esteve presente nas campanhas getulistas, apoiou os

¹⁹⁹⁷ SIRIMARCO, Martha. *João Carriço, o amigo do povo*. Juiz de Fora, FUNALFA, 2005.

¹⁹⁹⁸ MEDEIROS, Adriano. *Cinejornalismo brasileiro: uma visão através das leites da Carriço Film*. Juiz de Fora: Funalfa, 2008, p.52.

¹⁹⁹⁹ SIRIMARCO, Martha. *João Carriço, o amigo do povo*. Juiz de Fora, FUNALFA, 2005, p.140.

²⁰⁰⁰ MEDEIROS, Adriano. *Cinejornalismo brasileiro: uma visão através das leites da Carriço Film*. Juiz de Fora: Funalfa, 2008, p.54.

vereadores e deputados do PTB, seu filho, Manoel Carriço, fez cartazes da propaganda política de Vargas e foi candidato a vereador em Juiz de Fora pela legenda, em 1950 - não venceu, mas tornou-se suplente. Um fato que marcou as vésperas do golpe de 64 foi a vinda a Juiz de Fora do governador de Pernambuco, Miguel Arraes, a convite do líder sindical Clodsmidt Riani²⁰⁰¹. O Popular sediou o comício, em 15 de março, com portas fechadas para evitar tumulto. Os registros da época apontam que a população saiu às ruas em protesto. Na ocasião, assumiram o microfone o estudante Paulo de Tarso (UNE), José de Alencar Medeiros (Movimento Nacionalista), alguns deputados e sindicalistas, entre eles, Clodsmidt Riani, líder do PTB em Juiz de Fora. Coincidência ou não, dois anos depois, o Popular encerrou as atividades na cidade de onde partiram as tropas lideradas pelo General Olímpio Mourão Filho, da Quarta Região Militar, que deram início a movimentação que desencadeou no golpe.

Cada tempo tem sua marca específica²⁰⁰². Se focarmos na história brasileira a partir dos anos 1930, percebemos a presença de uma marca: a crença na transformação do tempo presente visando a construção de um futuro alternativo ao que se via até então. Havia uma convergência de ações projetadas para esta construção, “um forte sentido de esperança, caracterizado por uma marcante consciência da capacidade de intervenção humana sobre a dinâmica da História, buscando-se implementar um projeto de nação comprometido principalmente com o desenvolvimento social”²⁰⁰³.

Do ponto de vista dos trabalhadores, o Estado nos anos 1930 e 40 “tornou-se produtor de bens materiais e simbólicos, a fim de obter deles a aceitação e o consentimento do regime político”²⁰⁰⁴. Patrocinou políticas públicas voltadas para os operários, baseadas em uma legislação social e trabalhista, na valorização do trabalhador elevando-o à condição de cidadão. A postura inaugurou novas relações entre a classe trabalhadora e o Estado, que desenvolveu a autoimagem de Getúlio Vargas²⁰⁰⁵ produzindo sentido nos trabalhadores que passaram a identificá-lo como “guardião de seus interesses materiais e simbólicos”²⁰⁰⁶.

²⁰⁰¹ SIRIMARCO, Martha. *João Carriço, o amigo do povo*. Juiz de Fora, FUNALFA, 2005.

²⁰⁰² NEVES, Lucília de Almeida. *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)*. In FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 167 - 203.

²⁰⁰³ Idem, p.171.

²⁰⁰⁴ FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário do povo*. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p.22.

²⁰⁰⁵ Getúlio Vargas assumiu o Governo Provisório (1930-34) construído a partir de um golpe político-militar. Ferreira (1997) argumenta que o governo era carente de legitimidade, por isso, o regime teria disseminado por toda a sociedade uma produção de cunho político e cultural que afirmava a necessidade histórica do novo governo. Para isso, Vargas deu início à estruturação do novo Estado brasileiro, com a nomeação de interventores

Para Ferreira, a tessitura desses fundamentos político-ideológicos fica evidente quando lança-se um olhar sobre os discursos, a propaganda do Estado, a produção dos intelectuais, literária, radiofônica e cinematográfica da época. O governo Vargas seria a síntese da justiça para pobres e trabalhadores. Nos anos 30 e 40, o Estado e os trabalhadores teriam estabelecido um pacto simbólico. De um lado, Vargas e sua legislação trabalhista e, do outro, os cidadãos. A combinação estaria presente no discurso, nas mensagens fundamentadas no trabalhismo²⁰⁰⁷, nas crenças, valores e a autoimagem construída pelos trabalhadores na República²⁰⁰⁸. Como resultado, a percepção que trabalhadores e populares tinham do governo Vargas de serem tratados como seres humanos, reconhecidos politicamente e valorizados no âmbito social.

A propaganda elaborada sobre o personagem carismático Vargas foi, para Ferreira exitosa.

Jornais, panfletos, biografias (para alunos e crianças), livros, cinejornais, entre outros veículos, criaram conceitos como “construtor do Brasil novo”, “líder que prevê o futuro”, e outros. Sistemáticamente comparado aos grandes vultos da história, dos títulos que recebeu os mais usuais foram os de “Guia da Juventude Brasileira”, “Grande Pai”, “Reformador”, “Pacifista”, “Pai dos Pobres” e “Apóstolo Nacional”²⁰⁰⁹.

Nos anos 1950, o país registrou o surgimento de uma geração que partilhava de ideias, crenças e representações²⁰¹⁰. Esses homens e mulheres acreditavam no nacionalismo e na defesa da soberania nacional. Para eles, as reformas das estruturas socioeconômicas, a

para os governos estaduais, a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a promulgação das primeiras leis trabalhistas.

²⁰⁰⁶ FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário do povo*. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p.22.

²⁰⁰⁷ Sobre Trabalhismo e Populismo. Para Jorge Ferreira (2017), o populismo pode ser considerado uma categoria explicativa acerca da política brasileira entre 1930 e 1964. A expressão surgiu como uma tentativa de compreender as relações entre Estado e sociedade, no momento de transição dessa sociedade para a moderna, marcada pelo deslocamento da população do campo para a cidade e a constituição de um novo cenário urbano-industrial em substituição ao mundo agrário. A categoria populismo, ainda inserida em livros didáticos, discorre acerca do populismo como postura manipuladora, repressiva e detentor de ações demagógicas. Para o autor, “as relações entre Estado e sociedade não eram de mão única, de cima para baixo, mas, sim, de interlocução, de cumplicidade” (FERREIRA, 2017, p.95). Por isso, Ferreira compreende o fenômeno histórico como trabalhismo. “No trabalhismo, estavam presentes idéias, crenças, valores e códigos comportamentais que circulavam entre os próprios trabalhadores muito antes de 1930. Compreendido como um conjunto de experiências políticas, econômicas, sociais, ideológicas e culturais, o trabalhismo expressou uma consciência de classe, legítima porque histórica” (p.103).

²⁰⁰⁸ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

²⁰⁰⁹ FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário do povo*. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p.47.

²⁰¹⁰ FERREIRA, Jorge. *O Ministro que conversava: João Goulart no Ministério do Trabalho*. Niterói, UFF, 1999.

ampliação dos direitos dos trabalhadores do campo e da cidade, ao lado das demandas materiais e simbólicas, seriam os meios para atingir e contemplar o desenvolvimento do país e do bem-estar da sociedade.

Expressivos segmentos da sociedade acreditavam que a modernidade só seria alcançada se estivesse apoiada em um programa de governo sustentado pela industrialização, pelas políticas sociais distributivas e pela defesa do patrimônio econômico e cultural do país²⁰¹¹. Estes segmentos teriam sido contagiados pela proposta de modernização desenvolvimentista. As manifestações coletivas da cidadania tornaram-se frequentes e conformaram este tempo em que o imaginário social recebeu incentivo de um projeto trabalhista que se insinuara antes dos anos 30 e se consolidou com a criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em 1945. O trabalhismo tinha a figura paternalista getulista como sua semente e virou sua marca registrada desde os primeiros tempos, marca que se relacionava diretamente às reformas sociais, nacionalistas e desenvolvimentistas, e também “constituiu-se em uma doutrina caracterizada por apresentar um projeto de cidadania bastante específico, no qual se mesclaram elementos da social-democracia e do assistencialismo estatal”²⁰¹².

Para que este projeto fosse exitoso, seria necessário cultivar o carisma de Getúlio Vargas como instrumento de mobilização política e social. A tessitura desta autoimagem foi uma construção que levou os trabalhadores a identificarem o Estado como o guardião de seus interesses materiais e simbólicos²⁰¹³. João Carriço está inserido neste contexto, sendo um importante ator do jogo político e cultural neste segmento, produzindo as referências simbólicas a partir da cidade de Juiz de Fora, interior de Minas²⁰¹⁴. Sua produtora, a Carriço

²⁰¹¹ NEVES, Lucília de Almeida. *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)*. In FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 167 - 203.

²⁰¹² Idem, p. 172.

²⁰¹³ FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário do povo*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

²⁰¹⁴ A crescente industrialização, modernização e urbanização de Juiz de Fora neste recorte temporal vai ao encontro do processo histórico pelo qual o Brasil passava. Os empreendimentos de João Carriço se entrelaçam com a história da cidade e seus registros são uma influência política na época. O município se destacava no setor industrial. Em 1889, Juiz de Fora viveu a experiência da iluminação pública, por meio da Primeira Usina Hidrelétrica da América Latina (OLIVEIRA, 1987, p.83-85), que proporcionou a expansão industrial na cidade alcançando posição de destaque no cenário nacional. Juiz de Fora no início do século XX atraía a população rural do entorno e, em 1915, contava com 70 fábricas e 2.860 operários, configurando-se em uma cidade operária. Nos anos de 1920, era o maior centro industrial de Minas com concentração no setor têxtil, ficando conhecida como Manchester Mineira (MEDEIROS, 2008). A cidade tinha perfil operário e sindical. Os movimentos sociais iam ao encontro do projeto trabalhista de Vargas e as ações políticas do PTB (FERREIRA, 2017). Talvez estes tenham sido os elementos que promoveram a aproximação da produção de Carriço com o projeto nacionalista getulista.

Film, registrou a gênese e a ascensão do trabalhismo nos limites de uma cidade de porte médio, mas os cinejornais adquiriram contornos nacionais com apreensão de sentido ao circularem por todo o país, contribuindo para o fortalecimento do trabalhismo de Vargas.

De acordo com os arquivos digitalizados do CPDOC²⁰¹⁵, no Governo Provisório de Vargas, foram dados os primeiros passos em direção à organização da propaganda política no plano nacional. A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi precedida por outros três órgãos, que trabalharam na divulgação das iniciativas governamentais: o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), e o Departamento Nacional de Propaganda (DNP), que se sucederam a partir de 1931.

Em 1932, Vargas regulamentou a produção cinematográfica, considerando que o filme documentário, de caráter científico, histórico, artístico, literário e industrial, representava um instrumento para instrução do público e propaganda do país, baseando-se no fato de que os filmes têm especial atuação sobre grandes massas populares, composta, inclusive, por analfabetos. Vargas instituiu a censura, cujo controle seria por meio do Ministério da Educação e Saúde Pública. Em 1934, foi criado o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC). Aos poucos, as atualidades passaram a ser utilizadas como propaganda política. O período foi marcado pela produção de filmes que difundiam sua imagem carismática, “onipresente e onisciente, mas também simples e acessível”²⁰¹⁶. Os cinejornais de João Carriço, conforme o assunto abordado, eram reproduzidos em até 15 cópias, com distribuição nacional, através da Distribuidora de Filmes Brasileiros (DFB) e, mais tarde, pela UCB. Carriço também possuía o registro profissional da Divisão de Cinema e Teatro do Departamento de Imprensa e Propaganda, como produtor cinematográfico²⁰¹⁷.

No Catálogo da Cinemateca Brasileira consta o registro de 236 cinejornais do juiz-forano. Parte da produção de Carriço foi perdida ao longo dos anos. Nesta fase inicial da pesquisa, a primeira ação foi categorizar os filmes. Foram analisados os materiais disponibilizados no Catálogo e os assuntos listados, um a um. O levantamento apontou que cada cinejornal contém de um a 13 assuntos, somando 675 conteúdos. Entre os temas, a categoria Juiz de Fora protagoniza os materiais, presente em 207, do total de 675 conteúdos.

²⁰¹⁵ Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/DIP> Acesso em 06/08/2019.

²⁰¹⁶ SIMIS, Anitta. *Estado e cinema no Brasil*. São Paulo: Annablume, 1996, p.46.

²⁰¹⁷ SIRIMARCO, Martha. *João Carriço, o amigo do povo*. Juiz de Fora, FUNALFA, 2005.

Carriço retratou a cidade por meio das obras urbanas, inauguração de serviços públicos, pedras fundamentais, abertura de lojas, construção de edifícios, imagens de progresso e expansão - abordagem convergente com o contexto econômico e social do país, um Brasil em constante progresso, que deixava o ambiente rural para trás para investir no cenário urbano, corroborando com a tônica do discurso nacionalista vigente. As festas populares, desfiles nas ruas, bailes, aniversário da cidade, homenagens a figuras públicas, o cotidiano da cidade também foram registros do cinejornalista. A população ganhou destaque nas telas, principalmente, porque atraía a atenção dos cidadãos a presença de uma câmera em uma época em que não existia outra opção audiovisual, como a televisão. O povo era filmado e depois comparecia ao Cine Popular para assistir à própria imagem, contribuindo para o sentimento de conquista do público formado pelo cinejornalista.

Temas como política, Forças Armadas, esporte, religião, trabalhadores, outras cidades, carnaval, Cine Popular/Carriço Film/Família Carriço, desfiles militares, Getúlio Vargas, ensino, arte e cultura, municípios vizinhos na Zona da Mata Mineira e região das Vertentes e Prefeitura de Juiz de Fora figuram entre outras categorias listadas neste levantamento preliminar, num total de 15 categorias²⁰¹⁸.

Getúlio Vargas aparece em 22 materiais, de 1934 a 1951. É possível que ele figure em outras produções que não existem mais. Seu personalismo é um dos destaques dos cinejornais, que entre as místicas getulistas, reforçaram e reproduziram os elementos que seriam fundamentais para a consolidação da base trabalhista que culminou com a criação do PTB, em 1945. Era importante estabelecer uma rede de sustentação para implementação do projeto nacionalista. Em Juiz de Fora, Vargas mantinha contato com as oligarquias mineiras, em especial, com a família Tostes, proprietária da Fazenda São Matheus, uma das maiores produtoras de café de Minas Gerais. A propriedade hospedou Vargas por várias vezes e virou sede do governo em suas visitas. Vargas já tinha “um pé no PSD”, o Partido Social Democrático²⁰¹⁹. Por isso, era importante para o líder trabalhista outra fonte de sustentação política e social, além das oligarquias. Esse novo sustentáculo seria a classe operária que vinha adquirindo crescente importância social e econômica, em função do processo de industrialização das cidades. Juiz de Fora era um desses municípios.

²⁰¹⁸ A análise dos cinejornais gerou uma listagem de categorias – temas mais presentes na produção audiovisual de João Gonçalves Carriço. O processo foi criado e elaborado pela autora do presente trabalho e revela apenas os passos iniciais da biografia do cinejornalista juiz-forano.

²⁰¹⁹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. SP: Marco Zero, 1989, p.34.

O projeto que culminaria na criação do PTB necessitava de mudanças estruturais²⁰²⁰. O partido se tornou a primeira legenda de massas do país e o principal fórum de debate do ideário nacionalista e das reformas de base. Foi em torno do partido e da figura de Vargas, que o imaginário popular foi construído, assim como a nacionalidade brasileira. Para promover a penetração territorial do PTB, foi necessária a criação de estruturas partidárias locais. Outros fatores que podem ter influenciado a gênese do partido foi a aproximação com as instituições de apoio, como igreja, órgãos econômicos e grupos políticos regionais. Ao analisar as categorias presentes nos cinejornais de Carriço, identificamos instituições como a Igreja e as Forças Armadas contribuições simbólicas capazes de promover lealdade dos ativistas e eleitores.

Os fundamentos deste projeto político-ideológico podem ser analisados por meio da produção dos intelectuais, os discursos e a propaganda política, literária, radiofônica e cinematográfica da época²⁰²¹. Os cinejornais de Carriço tornam-se um registro das ideias e representações sociais da época e a abordagem das categorias levantadas pode nos levar a indagar a maneira pela qual os espectadores e os indivíduos comuns organizaram a realidade social em suas mentes, a partir destas produções.

O carnaval é um dos temas recorrentes nas telas de Carriço. Esta categoria foi escolhida para ser analisada neste trabalho por revelar a importância das manifestações populares como parte do projeto nacionalista de Vargas. A intenção política da época era valorizar a cultura nacional e as raízes brasileiras. O carnaval ocupou as telas dos cinejornais de Carriço de 1934 a 1954. Por 20 anos, entre os materiais intactos preservados do cinejornalista, a categoria ganha 26 produções. Só em 1935, o tema foi abordado por cinco vezes.

Em 1951, o material intitulado “O Carnaval em Juiz de Fóra” (sic) tem duração de seis minutos e 38 segundos, com produção e direção de João Gonçalves Carriço, a narração de Waldemar Galvão²⁰²² e as imagens dos cinegrafistas Carriço Filho e Carlos Alberto. A

²⁰²⁰ ARAUJO, Maria Celina Soares d'. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

²⁰²¹ FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário do povo*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

²⁰²² Waldemar Galvão dividia sua atividade profissional entre o rádio e o cinema. Era radioator e locutor de vários programas da Rádio Nacional, como “Obrigado, Doutor!”, “Tancredo e Trancado”, “Gente que brilha”, “Noite de Estrêlas”, “Nossa família”, “Canta, Brasil” e outros. No cinema era narrador de cinejornais como os de Carriço, “Notícias da Semana”, de “Atualidades Atlântica” e “Jornal da Tela”. O jornal “A Noite”, edição 15803, de 23 de dezembro de 1957, 2º Caderno, página 5, traz a informação de que ele foi eleito o melhor locutor do rádio carioca em 1957. A comissão, composta por cronistas radiofônicos e publicitários, foi formada para apontar os maiores artistas do rádio carioca daquele ano. Disponível em:

exibição começa com os selos da U.C.B. e da Carriço Film. No material, a produtora mostra a homenagem das escolas de samba aos políticos brasileiros, entre eles, o presidente Getúlio Vargas, e o governador de Minas, Juscelino Kubitschek, além do prefeito da cidade, Olavo Costa. Também mostra um dos salões de Juiz de Fora ornamentado com pinturas de Manoel Carriço, conhecido artisticamente como Carriço Filho, o mesmo que se candidatara no ano anterior a vereador pelo PTB, ficando com a vaga de suplente.

O cinejornal começa com a narração informando que Juiz de Fora tinha vivido mais um animado carnaval e que o carnaval da Manchester Mineira era o mais alegre e espirituoso de todo o estado montanhês. “De fato, em todo o estado de Minas não se faz um carnaval tão animado quanto o de Juiz de Fora. Quer nos clubes, onde se diverte a sociedade, como nas ruas onde o fogo se confunde ao som das músicas carnavalescas, o tríduo de Momo foi bem vivido pelos juiz-foranos”. O texto narrado pela voz marcante do radialista Waldemar Galvão traz informações simbólicas da importância de Juiz de Fora, o apelido que a cidade ganhou em função de sua posição industrial e a sensação de que a harmonia se encontra nas ruas da cidade - um município “feliz” que prospera com seus empreendimentos e agrega um povo alegre e satisfeito. A utilização da conhecida voz de Waldemar Galvão também reforça o “status” que o material adquire. A Rádio Nacional²⁰²³ era a “queridinha” do país na época de ouro do rádio e conquistou a população com a programação formada por programas de auditório, apresentação de artistas ao vivo, radionovelas, esporte e informação. Utilizar uma narração conhecida seria uma estratégia para tornar o conteúdo intimista ao espectador.

As imagens do cinejornal mostram pessoas nas ruas fantasiadas: homens, mulheres de todas as idades e crianças. A câmera testemunha a festa e faz sucesso entre os carnavalescos de rua. Muitos deles passam na frente do equipamento, pulam e fazem “graça” para a câmera. O riso é constante no rosto dos populares. Não há registros de bebidas alcóolicas nas cenas de rua. Apenas em alguns momentos verifica-se a presença dos famosos lança perfumes da época. O material é embalado por marchinhas de carnaval, canções famosas no rádio brasileiro.

http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=348970_05&pagfis=3242&url=http://memoria.bn.br/docreader/ Acesso em 8/09/2019.

²⁰²³A Rádio Nacional foi inaugurada em setembro de 1936, pertencente à empresa A Noite, que editava os jornais A manhã e A noite, além de revistas Carioca e Vamos ler. Em março de 1940, foi encampada ao patrimônio da União, assim como todo o grupo A Noite, pelo presidente Getúlio Vargas (FERRARETO, 2000). O Decreto-Lei nº 2.073 informava que a incorporação teve como principais alegações as dívidas da companhia junto ao Patrimônio Nacional. As empresas foram consideradas, segundo o decreto, relevantes para a utilidade pública e para o interesse do país. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/radio-nacional> Acesso em 08/09/2019.

As crianças também receberam atenção nas lentes da Carriço Film, que fez a cobertura da matinê, no Cine Theatro Central e no Círculo Militar. No roteiro de Carriço, o texto reforça: “Pelo jeito, o carnaval do futuro em Juiz de Fora será mais sensacional ainda”. No ambiente interno, uma banda animava a festa infantil e as crianças dançavam em frente às câmeras com seus figurinos de carnaval. Os adultos também estavam presentes no baile, sempre animados

À noite, no Círculo Militar, pessoas dançavam no salão, outras permaneceram sentadas, mas todos rindo e cobertos por confetes jogados entre os foliões. A narrativa reforça o que era visto na tela: “Os marmanjos divertiam-se à sua moda. Dando expansão à alegria que sua majestade o Rei Momo permite”. Pela primeira vez, apareceu bebida em cena e também um microfone – nesta época, era comum a cobertura radiofônica das festas de carnaval da cidade. A câmera era um ícone que chamava atenção das pessoas nas imagens e todos queriam circular diante dela.

As bandas eram as responsáveis pela música nos bailes. Os músicos estavam no palco ou no meio do povo com a mesma alegria contagiante dos foliões. “Na boate do Palace Hotel, ornamentada por Carriço Filho, divertiram-se figuras de destaque da sociedade juiz-forana. O carnaval interno teve mais brilho este ano na Manchester Mineira”, reforçou a narrativa enquanto as pinturas apareciam na tela, em meio à diversão. Apesar da festa ser em Juiz de Fora, a ornamentação trouxe pinturas com referência à capital federal, Rio de Janeiro. Entre rostos e poses de homens e mulheres, Carriço Filho pintou nas paredes a Baía de Guanabara, imagens icônicas da beleza nacional formada pelas praias e vegetação brasileiras. Outra pintura de destaque é de uma mulher em pose sensual, de biquíni, em uma praia do Rio. O relevo, ao fundo, revelou que o cenário era o litoral carioca em função da referência imagética do Pão de Açúcar. As mulheres eram as principais inspirações para a pintura. Em outra cena, uma mulher passeava de barco pela Baía de Guanabara. Os traços revelam sensualidade e assim como a anterior, a modelo está com uma máscara de carnaval.

O destaque de Juiz de Fora no setor industrial ganhou reforço informacional no texto do cinejornal: “Cada vez ganha mais destaque no estado montanhês o carnaval da sua importante cidade industrial. Na boate do Palace, brincaram vários foliões de outras cidades”. As imagens das pinturas de Carriço Filho vão e voltam na sequência e o detalhe é que há muitos registros do Rio de Janeiro assim como as mulheres, sempre chamativas e sensuais. Suas imagens com roupas de banho, na praia, se repetem. O registro também chamou atenção

sobre a leveza que se deve buscar nos dias de carnaval. “Nada de contas correntes, descontos, cheques e redescontos. Somente sambas, marchas e muita alegria”. A imagem que ilustrou esta narração foi a de um homem vestido de Carmem Miranda, com a ornamentação do salão ao fundo. Ele dançou e cantou para a câmera enquanto o público acompanhou o movimento. Outras pessoas passaram diante do cinegrafista e jogaram beijos para a lente. Enquanto as mulheres ganharam protagonismo nas paredes, no salão, houve um equilíbrio entre homens e mulheres que dividiram o espaço com alegria e muita dança. Outro grupo musical apareceu com os rostos pintados de palhaço. Uma criança vestida de odalisca protagonizou a cena diante da câmera. Ela não sorriu, mas dançou. Um grupo permaneceu à sua volta assistindo.

O próximo ponto da cobertura do noticiário foi o desfile das escolas de samba pelas ruas de Juiz de Fora. A Feliz Lembrança, uma das mais tradicionais da cidade, abriu a festa com uma homenagem ao presidente Getúlio Vargas, que teve seu rosto estampado em um dos estandartes empunhados por um carnavalesco. O texto assinalou que a escola promoveu um grande espetáculo de carnaval. Um dos carros alegóricos trouxe nova homenagem a Vargas: uma esfinge do líder trabalhista, ao lado de fotos do prefeito de Juiz de Fora, Olavo Costa, e do governador de Minas, Juscelino Kubitschek.

Outras escolas também ganharam destaque nas imagens da Carriço Film, a Castelo de Ouro, com “suas evoluções extraordinárias” e os homens fantasiados de malandro, “evoluções impecáveis e ritmo contagiante”. A marchinha de carnaval era Lili, de Haroldo Lobo: “No mundo hei de amar alguém. Podes crer. Viver sem teu amor, Lili, não pode ser. O que será de mim se o nosso amor morrer? Lili, se o nosso amor morrer”.

Os Granfinos do samba foram referenciados no cinejornal pelo “belo guarda-roupa apresentado pelos jovens foliões grã-finos”. A locução ressaltou que eram “ricas fantasias, ricos coloridos, ricas melodias. Coisas de grã-finos, amigos”. A Turunas do Riachuelo mereceu destaque no texto pelo duelo com a Feliz Lembrança, ambas, segundo o cinejornal, as mais antigas de Juiz de Fora e com referenciada torcida. “Aí vão os Turunas arrancando aplausos dos seus adeptos competindo no desfile em que seus rivais também fizeram sucesso. A minha opinião aqui não vale nada com respeito qual é o melhor, pois eu não sou daqui e nem de Niterói”. O cinejornal terminou com as imagens do mestre sala e da porta-bandeira do Turunas, os carnavalescos dançando e homens e mulheres de Carmem Miranda. A última imagem na tela é o selo da Carriço Film.

Considerações finais

Foram grandes os esforços da Era Vargas para consolidar o progresso e promover o que o líder carismático considerava como nação livre. Manter a população em conexão com o projeto trabalhista ganhou reforço da propaganda cinematográfica, das revistas, das emissoras de rádio e outros meios. O Estado transformou-se em um produtor de bens materiais, mas também em um formulador de discursos elaborados com elementos simbólicos da identidade trabalhadora em formação.

O presente trabalho indica como os cinejornais podem ser visualizados como elementos materiais e simbólicos, permitindo uma compreensão do passado por meio das construções imagéticas de Carriço. O tema Getúlio Vargas é presente, assim como outros conteúdos que circundam o discurso nacionalista, acoplado ao desenvolvimento, com grande apelo popular e eficácia junto aos trabalhadores. Estas mensagens podem ser vistas por meio dos flagrantes do cotidiano de uma cidade do interior de Minas Gerais. Acredita-se que Juiz de Fora pode ser considerada a síntese do modelo de urbanização ao qual o projeto varguista almejava: um município em desenvolvimento, industrializado e com forte inspiração operária. As manifestações sociais, culturais e esportivas contemplavam o anseio da população por reconhecimento e valorização. Enquanto o país seguia rumo ao desenvolvimento, Vargas investia na imagem que reforçava a percepção da população para este crescimento.

Este esforço produziu a mensagem social trabalhista, responsável pelo apelo emocional junto aos trabalhadores e, no caso de Juiz de Fora, ainda contou com o “adicional” relativo à propaganda feita por meio dos cinejornais. Este recurso ajudava a mobilizar e buscava a legitimação do governante junto ao povo brasileiro que ansiava por um país que caminhasse rumo à modernização, ao desenvolvimento com distribuição igualitária de oportunidades e empregos. Neste aspecto, João Carriço e sua produtora, a Carriço Film, surgem como parceiros em um projeto que alcançou todo o território nacional.

Referências

ARAÚJO, Maria Celina Soares d'. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

AVELAR, Alexandre de Sá. *A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões*. *Revista de História da Ufes*. Número 24, 2010, p. 157-172.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

- BORGES, Vavy Pacheco. *Grandezas e misérias da biografia*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 203-233.
- BOURDIER, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-191.
- BRASILEIRA, Cinemateca. *Cinejornal Carriço*. São Paulo, BC Gráfica/Editora, 2001, catálogo.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. SP: Marco Zero, 1989.
- FERRARETO, Luiz Artur. *Rádio: o veículo, a história e a técnica*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2000.
- FERREIRA, Jorge. *O Ministro que conversava: João Goulart no Ministério do Trabalho*. Niterói, UFF, 1999
- _____. *O nome e a coisa: populismo na política brasileira*. In FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 59-124.
- FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário do povo*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- MEDEIROS, Adriano. *Cinejornalismo brasileiro: uma visão através das leites da Carriço Film*. Juiz de Fora: Funalfa, 2008.
- NEVES, Lucília de Almeida. *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)*. In FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 167 - 203.
- OLIVEIRA, Almir de. *O advento da energia elétrica em Juiz de Fora*. In: BASTOS, Wilson de Lima et al. *História econômica de Juiz de Fora: subsídios*. Juiz de Fora: Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, 1987, p.82-92.
- SIMIS, Anitta. *Estado e cinema no Brasil*. São Paulo: Annablume, 1996.
- SIRIMARCO, Martha. *João Carriço, o amigo do povo*. Juiz de Fora, FUNALFA, 2005.
- SIRINELLI, Jean-François. *Os Intelectuais*. In RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.

Considerações acerca do determinismo religioso na análise histórica

Rhuan Reis do Nascimento²⁰²⁴

Resumo: O presente artigo tem como objetivo delimitar o que é determinismo religioso e expor como ele se apresenta em análises históricas. Para isso, lançaremos mão do esquema explicativo do determinismo econômico, comumente atribuído ao materialismo histórico – de modo específico, do determinismo sincrônico – e de uma comparação com a multicausalidade weberiana. Além disso, visando exemplificar como o determinismo religioso aparece nas obras de caráter histórico, analisa-se brevemente dois livros do historiador franco-inglês Hilaire Belloc (1870-1953): *O estado servil* (1912) e *As crises de nossa civilização* (1937).

Palavras-chave: Determinismo religioso; História; Hilaire Belloc.

Abstract: This article aims to delimit what is religious determinism and expose how it presents itself in historical analysis. For this, we will use the explanatory scheme of economic determinism, commonly attributed to historical materialism - specifically, synchronic determinism - and a comparison with weberian multicausality. Moreover, in order to exemplify how religious determinism appears in works of historical character, we briefly analyze two books by french-english historian Hilaire Belloc (1870-1953): *The Servile State* (1912) and *The Crises of our Civilization* (1937).

Keywords: Religious determinism; History; Hilaire Belloc.

Introdução

Na historiografia, a noção de determinismo aparece frequentemente relacionada ao campo econômico. De fato, muitos são os textos que abordam a presença de certo determinismo econômico no método de análise da sociedade elaborado por Karl Marx e

²⁰²⁴ Doutorando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em História pela mesma instituição. Graduado em História pela Universidade Católica de Petrópolis. E-mail: nascimentorhuanreis@gmail.com

Friedrich Engels: o materialismo histórico. Outras formas de determinismos, no entanto, carecem de maiores desenvolvimentos. Este é o caso do determinismo religioso, que tomamos como objeto central do nosso artigo.

Em um levantamento realizado ao longo do mês dos meses de maio, junho e julho de 2019, no *Bancos de teses e dissertações da CAPES*, não foi possível encontrar nenhuma pesquisa na qual o determinismo religioso fosse abordado como objeto central. O mesmo resultado se verificou ao recorrermos ao *Google Acadêmico*. Além disso, neste levantamento foi possível constatar que, mesmo quando mencionado pontualmente em estudos acadêmicos, o termo “determinismo religioso” quase sempre está associado a uma situação na qual, ao nosso ver, o que se verifica é um “determinismo teológico”. Isto é, à ideia segundo a qual a causa de todos os fenômenos pode ser explicada a partir da vontade de um ser transcendental.²⁰²⁵

Frente à escassez de estudos sobre o tema, bem como às confusões que ocorrem em torno do mesmo, tomamos como objetivo para o presente artigo delimitar o que é “determinismo religioso”. Para isso, lançaremos mão do esquema explicativo do determinismo econômico comum aos materialistas – de modo específico, do determinismo sincrônico – e de uma comparação com a multicausalidade weberiana. Em um segundo momento, tentaremos exemplificar como o determinismo religioso aparece em obras de caráter histórico. Para isso, utilizaremos como exemplo os escritos do historiador franco-inglês Hilaire Belloc (1870-1953).

Determinismo religioso

Discordamos do entendimento segundo o qual o determinismo religioso corresponde à explicação da causa dos fenômenos a partir da ingerência divina. Acreditamos que esse entendimento se aplica de forma correta a um determinismo teológico. Dito isso, cabe-nos então explicar o que vem a ser o determinismo religioso. Por determinismo religioso entendemos a ideia segundo a qual a causa dos fenômenos sociais e históricos pode ser explicada a partir das relações religiosas. Isto é, para os autores que pautam suas análises

²⁰²⁵ Cf. BUARQUE, Sérgio C. “Metodologia e técnicas de construção de cenários globais e regionais. In: *Textos para discussão*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Nº 939, fev. 2003, p. 15; PEREIRA JUNIOR, Alfredo. “Indeterminismo e Liberdade em Hume”. In: *Trans/Form/Ação*. São Paulo, 16, 1993, p. 37; TAUB, Emmanuel. “Violencia, Religión y Messianismo: reflexiones desde la filosofía judía”. In: Sergio Tonkonoff. *La pregunta por la Violencia*. Buenos Aires: Pluriverso Ediciones, 2017, p. 60.

nesse tipo de determinismo, o pano de fundo das ações humanas é estabelecido pela religiosidade, seja no plano moral, seja no institucional.

Para a melhor compreensão da acepção de determinismo religioso que propomos, parece-nos útil lançar mão do esquema explicativo do determinismo econômico comumente relacionado ao materialismo histórico.

Duas são as formas de determinismo atribuídas ao materialismo histórico. A primeira delas é o chamado determinismo diacrônico, que corresponde à afirmação de que uma estrutura econômico-social específica resultaria fatalmente em outra – por exemplo, o modo de produção feudal conduziria invariavelmente ao modo de produção capitalista. A segunda forma, por sua vez, diz respeito ao determinismo sincrônico, descrito a partir da ideia de que existe uma base que determina e condiciona uma superestrutura. No caso do materialismo histórico, tal base é formada pelas relações econômicas. Estas, sustentam e, por consequência, determinam a superestrutura – composta pelas demais formas de vida – política, social, intelectual, etc.²⁰²⁶ É o esquema explicativo do determinismo sincrônico que nos interessa.

Acreditamos ser possível afirmar que os autores que fundamentam suas análises históricas a partir do determinismo religioso compreendem que são as relações religiosas que constituem a base, que sustenta e condiciona a superestrutura. Para esses autores, as relações econômicas fazem parte da superestrutura. Em outras palavras, os pensadores que baseiam suas análises históricas nesse tipo de determinismo tendem a apontar a religiosidade como o principal motor das ações dos homens. Nesse sentido, é comum que estes pensadores empreendam leituras históricas que partem do religioso para explicar os fenômenos políticos, culturais, econômicos, etc.

Como exemplos de historiadores cujas obras transparecem certo determinismo religioso é possível citar Thomas E. Woods Jr. (1872), Christopher Dawson (1889-1970). Ambos assinaram livros que afirmam a centralidade do Cristianismo Católico como elemento formador da Civilização Ocidental.²⁰²⁷

Por fim, é imprescindível fazer dois esclarecimentos: 1- afirmar a importância da religião como elemento de transformação social não faz de um pensador um determinista. Max Weber, por exemplo, escreveu um conhecido estudo no qual demonstrou como a ética

²⁰²⁶ BARROS, José D'Assunção. "Materialismo histórico e determinismo: revisitando uma polêmica". In: *Cultura e Sociedade: revista de cultura política*. V.1, n.1, jan/jun de 2011, pp. 97-99.

²⁰²⁷ Cf: WOODS, Thomas E. *Como a Igreja Católica construiu a Civilização Ocidental*. São Paulo: Quadrante, 2008; DAWSON, Christopher. *Criação do Ocidente: a religião e a Civilização Medieval*. São Paulo: É Realizações, 2016.

protestante favoreceu o surgimento do chamado “espírito capitalista”. Entretanto, seria incorreto tomar Weber como determinista. Afinal, o pensador não afirmou que o protestantismo foi uma causa única e nem mesmo a causa principal para a emergência do dito espírito. A lógica analítica de Weber é multicausal, de modo que a religião é apresentada como um dentre vários fatores que dão razão às transformações sociais.²⁰²⁸

2- Da mesma forma, tomar a religião como objeto de um estudo de caráter histórico não faz do historiador um determinista. O determinismo religioso pressupõe uma postura analítica que sujeita a totalidade dos fenômenos sociais a uma causalidade religiosa. Por esse prisma, a produção histórica de Hilaire Belloc surge como exemplo ideal de obra na qual o determinismo religioso pode ser verificado.

O papel da religião na obra de Hilaire Belloc

Joseph Hilaire Pierre René Belloc nasceu em julho de 1870, em França. Mudou-se para a Inglaterra ainda nos seus primeiros anos de vida. Lá, estudou no *Cardinal Newman's Oratory School* e, posteriormente, em *Oxford*, onde se graduou com distinção máxima em História.²⁰²⁹

Embora tenha se destacado como acadêmico, Belloc enfrentou dificuldades para se colocar no meio profissional. Em 1895, por exemplo, foi reprovado nos exames que prestou visando uma bolsa de estudos no *All Souls College*. Suspeitava que sua reprovação tinha a ver com a fé que professava. Afinal, Belloc era um católico tentando se estabelecer em uma sociedade protestante.²⁰³⁰ Pouco depois, Belloc se candidatou, sem sucesso, à cadeira de História na *Universidade de Glasgow*. Nessa ocasião, recebeu do reitor da Universidade uma carta explicitando que sua religião era um impeditivo absoluto a sua eleição ao cargo.²⁰³¹ Frustrado, Hilaire Belloc tomou a escrita como profissão.²⁰³²

Ao longo de sua vida, Belloc escreveu cerca de 150 livros. Em seus textos, abordou assuntos variados. Escreveu obras voltadas ao público infantil, relatos de viagens, poemas e ensaios. Uma parte considerável de sua obra, no entanto, é constituída por livros sobre a

²⁰²⁸ WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2012.

²⁰²⁹ NASCIMENTO, Rhuan Reis. “Introdução à edição brasileira de O Estado Servil”. In: BELLOC, Hilaire. *O Estado Servil*. Curitiba-PR: Livraria Danúbio Editora, 2017, p. 10.

²⁰³⁰ PEARCE, Joseph. *El viejo trueno: biografía de Hilaire Belloc*. Madrid: Ediciones Palabra S. A., 2016, p. 54.

²⁰³¹ *Ibidem.*, p. 64.

²⁰³² NASCIMENTO, Rhuan Reis. “Introdução à edição...”. *Op. Cit.*, p. 10.

História. Dentre estes figuraram: uma série de biografias sobre personalidades históricas, como *Robespierre* (1901), *Oliver Cromwell* (1927) e *Napoleão* (1932); alguns volumes sobre eventos históricos específicos, dentre os quais *A Revolução Francesa* (1911) e *As Cruzadas* (1937); e outros com temática mais ampla, voltados a uma perspectiva de longa duração. Como exemplos deste último segmento, pode-se citar *O estado servil* (1912) e *As crises de nossa civilização* (1937).

Apesar da variedade temática presente na obra de Belloc, uma característica que salta aos olhos do leitor é que o autor frequentemente considerou aspectos religiosos como aspectos de acontecimentos históricos.

O estado Servil

Em *O estado servil*, por exemplo, Belloc se propôs a demonstrar que a emergência de leis voltadas à garantia da seguridade social favorecia a perpetuação do capitalismo, à medida que reduzia as tensões existentes entre os proletários e os capitalistas. Na visão do autor, tal legislação corroborava com o advento de uma sociedade baseada na servidão de muitos proletários a poucos possuidores dos meios de produção. Para fundamentar sua tese, Belloc percorreu a história do Velho Continente enfatizando as mudanças na estrutura produtiva. Apesar da especificidade do seu objetivo, chama a atenção o uso frequente de termos ligados à religião.

Com efeito, Belloc iniciou seu estudo salientando que a escravidão foi uma instituição amplamente difundida entre as civilizações da antiguidade. Ao apresentar os principais aspectos desta instituição – como sua desconexão dos fatores raciais e sua relevância como pilar da produção de riqueza – Belloc insistiu em descrever a antiguidade como um período de hegemonia pagã.²⁰³³

A insistência de Belloc na classificação da antiguidade como pagã é melhor entendida durante a leitura do terceiro capítulo deste livro. Nessa parte, o autor se propõe a discorrer sobre como se deu a dissolução do arranjo socioeconômico característico da antiguidade, que teria ocorrido em paralelo ao fortalecimento da Igreja Cristã e à emergência de um sistema produtivo baseado no maior acesso à propriedade. Para o historiador franco-inglês, apesar de a Igreja não ter proclamado dogmas contra a escravidão, o fortalecimento do Cristianismo

²⁰³³ Belloc, Hilaire. *O Estado Servil*. Curitiba-PR: Livraria Danúbio Editora, 2017, pp. 51-57.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

colaborou para a descentralização do acesso à terra, principal meio de produção de riquezas, e, portanto, para a extinção da escravidão.²⁰³⁴

Nesse sentido, Belloc escreveu que a principal mudança social que ocorreu na passagem da Antiguidade para a Idade Média cristã foi a substituição gradual do domínio absoluto dos proprietários sobre a terra por uma nova estrutura que garantia ao antigo escravo usufruir dos frutos do seu trabalho. Já predominante no século IX, essa estrutura social medieval, dava ao servo liberdade para produzir riqueza para si na parcela da terra do senhor que lhe era destinada, devendo, em contrapartida, cumprir com as obrigações previamente acordadas com o seu senhor.²⁰³⁵

Tal foi a transformação que ocorreu na sociedade europeia no curso de dez séculos cristãos. A escravidão fora extinta, e em seu lugar veio o estabelecimento da livre propriedade, que parecia tão normal aos homens e tão consoante com uma vida feliz. Na época, nenhum nome específico se deu para isso. E hoje, que esse arranjo social desapareceu, temos de cunhar um, ainda que insólito, e dizer que a Idade Média, instintivamente, concebeu e deu origem ao *Estado Distributista*.²⁰³⁶

Segundo Belloc, o Estado Distributivo que caracterizava a sociedade medieval foi substituído por um modelo baseado na concentração da propriedade do capital e da terra nas mãos de poucos homens.

Em lugar de uma sociedade onde a massa determinante das famílias era detentora do capital e da terra; onde a produção era regulamentada por corporações autogeridas de pequenos proprietários; e onde a miséria e a insegurança de um proletariado eram desconhecidas, surgiu como substituta a pavorosa anarquia moral contra a qual todo esforço moral agora se volta, e que atende pelo nome de *capitalismo*.²⁰³⁷

Ao tratar da ruína do arranjo social medieval e de sua substituição pelo capitalismo, Belloc se voltou especificamente à situação da Inglaterra. Tal escolha se deu, segundo Belloc, porque a Revolução Industrial, apontada por muitos como um marco do capitalismo, ocorreu primeiro neste país. Entretanto, o historiador ressaltou que a dita Revolução não foi a causa do capitalismo, mas sim um reflexo dele.²⁰³⁸

Na perspectiva de Belloc, o primeiro passo para a instauração do capitalismo foi a Reforma Protestante, que resultou no confisco das terras da Igreja Católica (cerca de 28% das

²⁰³⁴ *Ibidem.*, pp. 59-61.

²⁰³⁵ *Ibidem.*, pp. 61-68.

²⁰³⁶ *Ibidem.*, p. 68.

²⁰³⁷ *Ibidem.*, p. 68.

²⁰³⁸ *Ibidem.*, pp. 69-72.

terras da Inglaterra) por Henrique VIII. Sem conseguir administrá-las, o rei acabou cedendo à pressão dos homens que já possuíam grandes propriedades, tornando-as ainda maiores. Tal ação teria alterando drasticamente o equilíbrio econômico experimentado na Idade Média. Com isso, já no primeiro terço do século XVII, a monarquia inglesa estava empobrecida frente à nova oligarquia composta pelos grandes proprietários que ela mesma ajudou a formar. Tudo isso sobre os escombros da religião cristã católica. Nesse cenário, o surgimento das indústrias só agravou a concentração da propriedade nas mãos de poucos e a proletarização de muitos. Isto, pois, foram os herdeiros dos grandes proprietários do passado que se converteram em donos de indústrias ao longo do século XVIII.²⁰³⁹

Contudo, o sistema capitalista que embasava a sociedade industrial era, na visão de Belloc, moralmente insustentável. Os homens eram naturalmente livres. Tinham uma disposição natural à propriedade. A legislação, amplamente influenciada pela moral cristã, tinha como fundamento a liberdade e a propriedade. Entretanto, na prática, a maior parte da massa que constituía o Estado não possuía os meios de produção necessários para sua subsistência. Assim, vendia sua força de trabalho a um proprietário e, com isso, perdiam sua liberdade. Tal contradição fazia com que Belloc acreditasse que o capitalismo fatalmente daria lugar a outro sistema produtivo.²⁰⁴⁰

Nesse sentido, três são as possibilidades elencadas por Belloc. A primeira, é uma sociedade coletivista. Esta opção é desacreditada pelo autor por também ser baseada na concentração da propriedade, com a especificidade de que o controle estaria nas mãos dos representantes do Estado. A segunda era a sociedade servil, que seria fundamentada na redução das tensões capitalistas por meio de uma legislação voltada à seguridade social. Esta era, segundo Belloc, indesejada, porém mais provável de se consolidar. E a última, desejada pelo autor, era a fragmentação da pequena propriedade e a recuperação dos valores cristãos experimentados na Idade Média.²⁰⁴¹

O Distributismo

Tal como ocorreu nas obras de Marx e Engels, a análise histórico-social apresentada por Belloc em *O estado servil* está atrelada a uma proposta político-econômica que recebe o

²⁰³⁹ *Ibidem.*, pp. 75-78.

²⁰⁴⁰ *Ibidem.*, pp. 79-100.

²⁰⁴¹ *Ibidem.*, pp. 101-175.

nome de Distributismo. Belloc foi formulador e defensor do Distributismo, que tinha como fonte de inspiração a Encíclica *Rerum novarum* (1891) de Leão XIII, que versava sobre a condição social dos proletários ao final do século XIX.

Os distributistas consideravam que a raiz dos problemas sociais modernos estava no fato da propriedade dos meios de produção estar concentrada nas mãos de poucos capitalistas. Para eles, a dita concentração era a causa da redução da grande massa de homens a uma vida de servidão assalariada. A partir deste diagnóstico, os distributistas propuseram como solução aos problemas causados pelo capitalismo um modelo econômico fundamentado na descentralização e na maior distribuição da propriedade dos meios de produção. O socialismo também foi rejeitado pelos distributistas, à medida que foi igualmente apontado como um ideal concentrador de propriedade, com a especificidade de centralizá-la nas mãos da elite estatal.²⁰⁴²

A defesa de Belloc ao Distributismo pode auxiliar na compreensão de sua opção por uma postura analítica determinista. Afinal, Belloc era um católico ativo e militante que viveu em uma sociedade protestante. As questões de matriz religiosa afetaram diretamente sua vida. Portas lhe foram fechadas por conta de sua fé. Frente às rejeições, Belloc assumiu uma posição reativa e combativa, de forma que suas obras históricas e sua maneira de pensar a economia transpareceram sua religiosidade. No entanto, em *O estado servil* o determinismo religioso de Belloc é sentido de forma razoavelmente branda. Em contrapartida, após o ano de 1920, o determinismo religioso passou a aparecer de forma mais explícita nos livros do autor.

Hilaire Belloc versus H. G. Wells: entre a religiosidade e o materialismo

Em 1920, Wells publicou, em fascículos, um volumoso estudo histórico, intitulado *The outline of History* (1920),²⁰⁴³ no qual se propôs a tratar da História do Mundo, desde a origem da Terra até a Primeira Guerra Mundial. O livro de Wells repercutiu rapidamente. Nesta época, Belloc, que já havia travado outras polêmicas com H. G. Wells, protestou que o autor de *The outline of History* não havia dado o devido valor à figura de Cristo e nem à atuação da Igreja Católica. O livro de Wells trazia, segundo o autor de *O estado servil*, uma

²⁰⁴² SILVA, Alessandro Garcia da. *O pensamento econômico de Alceu Amoroso Lima na década de 1930*. (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Rio de Janeiro, RJ: IUPERJ, 2008, pp. 85-90.

²⁰⁴³ Nas traduções para o português, o livro *The Outline of History*, de W. G. Wells, recebeu como título *A História Universal*.

história materialista e cientificista, que apontava o progresso como uma superação da religião pela ciência. Desse modo, Belloc escreveu para a revista *Universe* uma série de críticas ao livro de Wells, que iam desde a exposição de erros de digitação até uma análise minuciosa da metodologia utilizada por Wells. As críticas de Belloc foram reunidas no livro *A Companion to Outline of History do Sr. Wells* (1926). H. G. Wells respondeu aos apontamentos de Belloc, em livro intitulado *Mr. Belloc Objects to "The outline of History"* (1926), no qual reafirmou suas posições. Belloc, por fim, voltou a contestar Wells, em *Mr. Belloc still objects* (1927).²⁰⁴⁴

Além de polemizar com W. G. Wells, Belloc tomou para si a tarefa de expor de forma clara e didática a importância da Igreja na História do Mundo. Com esse objetivo, Belloc escreveu e publicou livros como *Europe and the Faith* (1920), *Economics for Helen*, (1924) e *As crises de nossa civilização* (1937), ao qual passaremos a comentar.

As crises de nossa civilização

Em *O estado servil*, Belloc atribuiu um importante papel à religião em relação às transformações socioeconômicas ocorridas na Europa desde a antiguidade. Entretanto, em *As crises da nossa civilização* (1937) a postura determinista de Belloc aparece de forma ainda mais clara. O objetivo do livro é versar sobre a história da civilização ocidental, que, na perspectiva de Belloc, corresponde à chamada “Cristandade”, composta pela Europa e pelo Novo Mundo.²⁰⁴⁵

Nas primeiras páginas do livro, Belloc expõe seus postulados. É nessa parte que o autor explicita pela primeira vez sua opção pelo determinismo religioso. Com efeito, escreveu Belloc: “a religião é o principal elemento determinante que atua na formação de toda a civilização” (sic).²⁰⁴⁶ Ciente de que sua afirmação causava estranheza, Belloc se propõe a explicá-la:

Um grupo de seres humanos que creem em geral que proceder bem ou mal nessa vida tem as consequências correspondentes depois da morte, que a alma do indivíduo é imortal, que Deus é o pai onipresente de todos, se comportará de maneira uniforme. Um grupo que nega a essas ideias se comportará de modo distinto. Um grupo que concentra sua visão espiritual sobre a imagem de poderes aterrorizantes e malignos se comportará de uma maneira ou outra. [...] O espírito que anima ao conjunto de um grupo

²⁰⁴⁴ PEARCE, Joseph. *El viejo... Op. Cit.*, pp. 265-267.

²⁰⁴⁵ BELLOC, Hilaire. *La crisis de nuestra civilización*. Buenos Aires-ARG: Editorial Sudamericana, 1945, p. 7.

²⁰⁴⁶ *Ibidem.*, p. 24.

humano transmite a este seu sabor e suas características. Este espírito pode com justiça chamar, em quase todos os casos, de religião.²⁰⁴⁷

Neste ponto, pode-se marcar uma diferença entre o posicionamento determinista de Belloc e a multicausalidade weberiana. Isto, pois, enquanto o historiador franco-inglês defende a religião como “principal elemento determinante”, Weber escreve: “as forças mágicas e religiosas e as ideias éticas de dever nelas baseadas têm estado sempre, no passado, entre as mais importantes influências formativas de conduta”.²⁰⁴⁸ Nota-se que enquanto para Belloc a religião tem influência determinante, para Weber ela apenas está “entre as mais importantes influências”.

Ademais, Belloc minimizou os principais determinismos de sua época, atribuindo a eles um caráter religioso. Desse modo, afirmou que o alemão que defende a superioridade racial nada mais faz do que divinizar sua raça. O marxista, em seu turno, professa, na perspectiva de Belloc, a religião do materialismo. Por este prisma, o que ambos fazem – o racista e o materialista – é reafirmar a centralidade da religião como fator determinante da cultura.²⁰⁴⁹ Utilizando o esquema explicativo do determinismo sincrônico, pode-se dizer que Belloc colocou a religião como base, como fator condicionante da superestrutura que, em sua visão, comportava também as relações econômicas.

No mais, o historiador tratou da Antiguidade como o período de fundação da Cristandade, havia logrado êxito ao reunir, sob os princípios da religião cristã, aspectos da cultura grega e da cultura romana.²⁰⁵⁰ Abordou a Idade Média como período no qual o Cristianismo plenamente estabelecido funcionou de base para a formação de uma sociedade economicamente estável, voltada ao desenvolvimento integral dos homens.

Devido a essa estabilidade e ao conjunto de costumes tradicionais consagrados no espírito de todos os homens, porém, sobretudo, devido à religião universalmente aceita, com sua liturgia onipresente e sua filosofia que explicava a queda universal do homem, sua bem-aventurança e sua relação com o Divino; devido todas essas coisas, ao final da Idade Média e apesar de tudo, a alma da Europa possuía uma estrutura firme.²⁰⁵¹

²⁰⁴⁷ *Ibidem.*, p. 25.

²⁰⁴⁸ WEBER, Max. *A ética protestante... Op. Cit.*, p. 32.

²⁰⁴⁹ BELLOC, Hilaire. *La crisis... Op. Cit.*, pp. 26-27.

²⁰⁵⁰ *Ibidem.*, pp. 45-77.

²⁰⁵¹ *Ibidem.*, p. 114.

Por fim, Belloc tratou das “crises” que dão título ao livro – a Reforma Protestante, e a emergência do Capitalismo e do Comunismo – como fenômenos de matriz religiosa. Isto, pois, Belloc afirmava existir uma relação linear entre a fé protestante e a moral capitalista, à medida que aquela permitia e legitimava a usura e a livre competição, aspectos fundamentais para a emergência do capitalismo.²⁰⁵² Já o comunismo, seria um possível remédio aos males trazidos pelo capitalismo. Contudo, como era um remédio baseado na moral materialista e ateísta era, na visão de Belloc, um remédio destrutivo.²⁰⁵³

Conclusão

Concluimos que, diferente do determinismo teológico, o determinismo religioso se caracteriza pela afirmação da religião como principal elemento transformador das sociedades. Na tentativa de demonstrar como o determinismo religioso aparece em textos de caráter histórico, percorremos os livros *O estado servil* e *As crises de nossa civilização*, de Hilaire Belloc. Acreditamos ter podido demonstrar que o historiador franco-inglês utilizou de forma frequente termos religiosos para apresentar e dar causa aos eventos históricos, chegando inclusive a denominar os períodos cronológicos com base nas religiões hegemônicas. Apresentamos também as possíveis motivações para a guinada mais expressiva de Belloc ao determinismo religioso, que se deu após 1920.

Por fim, cabe ressaltar que não temos como objetivo propor o determinismo religioso como método de análise histórica. Pelo contrário, acreditamos que as múltiplas abordagens dos objetos históricos oferecem perspectivas diferenciadas que nos auxiliam na construção de uma narrativa mais completa sobre os fatos históricos. Contudo, é fato que o determinismo religioso foi praticado por historiadores como Hilaire Belloc. Desse modo, nosso objetivo foi fornecer ferramentas para que outros pesquisadores possam identificá-lo e descrevê-lo.

Referências

BARROS, José D’Assunção. “Materialismo histórico e determinismo: revisitando uma polêmica”. In: *Cultura e Sociedade: revista de cultura política*. V.1, n.1, jan/jun de 2011

²⁰⁵² *Ibidem.*, pp. 197-236.

²⁰⁵³ *Ibidem.*, pp. 237, 261.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

- BELLOC, Hilaire. *La crisis de nuestra civilización*. Buenos Aires-ARG: Editorial Sudamericana, 1945.
- _____. *O Estado Servil*. Curitiba-PR: Livraria Danúbio Editora, 2017.
- BUARQUE, Sérgio C. “Metodologia e técnicas de construção de cenários globais e regionais. In: *Textos para discussão*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Nº 939, fev. 2003.
- DAWSON, Christopher. *Criação do Ocidente: a religião e a Civilização Medieval*. São Paulo: É Realizações, 2016.
- SILVA, Alessandro Garcia da. *O pensamento econômico de Alceu Amoroso Lima na década de 1930*. (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Rio de Janeiro, RJ: IUPERJ, 2008.
- NASCIMENTO, Rhuan Reis. “Introdução à edição brasileira de O Estado Servil”. In: BELLOC, Hilaire. *O Estado Servil*. Curitiba-PR: Livraria Danúbio Editora, 2017.
- PEARCE, Joseph. *El viejo trueno: biografía de Hilaire Belloc*. Madrid: Ediciones Palabra S. A., 2016.
- PEREIRA JUNIOR, Alfredo. “Indeterminismo e Liberdade em Hume”. In: *Trans/Form/Ação*. São Paulo, 16, 1993, pp. 29-41.
- TAUB, Emmanuel. “Violencia, Religión y Messianismo: reflexiones desde la filosofía judía”. In: Sergio Tonkonoff. *La pregunta por la Violencia*. Buenos Aires: Pluriverso Ediciones, 2017.
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2012.
- WODDS, Thomas E. *Como a Igreja Católica construiu a Civilização Ocidental*. São Paulo: Quadrante, 2008.

O casamento civil e a condição jurídica da mulher nos debates sobre o Código Civil Brasileiro de 1916: Clóvis Beviláqua e o direito de família

Roberta Alcântara Gomes da Silva²⁰⁵⁴

Resumo: Este trabalho tem por objetivo refletir sobre o casamento civil e a condição jurídica da mulher, no Brasil, no contexto dos debates sobre o projeto de Código Civil que viria a ser aprovado em 1916, a partir da análise de livros e artigos publicados, no início da Primeira República, pelo seu redator, Clóvis Beviláqua. Buscamos, então, compreender as razões para que temas relacionados ao direito de família tornassem as discussões acaloradas ao ponto de prolongarem a aprovação do projeto em mais de dez anos, e também pensar o sujeito histórico Clóvis Beviláqua e seu pensamento progressista. Consideramos ainda, as influências do período em questão em todo o processo.

Palavras-chave: Casamento civil; condição jurídica da mulher; Clóvis Beviláqua.

Abstract: In this paper, we aim to reflect on the debates about the project of Brazilian Civil Code, approved in 1916, concerning the civil marriage and women's legal status, based on the analysis of books and articles published by its editor, Clóvis Beviláqua. We intend to understand why family law issues ignited the discussions, ensuring the late approval of the project and analyze Bevilacqua and his progressive thinking, as well.

Keywords: Civil marriage, women's legal status, Clóvis Beviláqua

No contexto dos debates sobre o projeto de Código Civil, que viria a ser aprovado em 1916, temas relacionados ao direito de família eram considerados polêmicos e suscitavam acaloradas discussões. Dessa maneira, nosso objetivo no presente trabalho é compreender porque tais temas inflamaram os debates, especialmente o casamento civil e a condição jurídica da mulher, a partir da análise de livros e artigos do redator do projeto, Clóvis Beviláqua, publicados entre o fim do século XIX e início do século XX.

²⁰⁵⁴ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/FFP). robertaags16@gmail.com.

O material selecionado aborda os assuntos que nos são pertinentes, tais como o casamento e o divórcio, a condição da mulher, a preocupação com a codificação brasileira e com a política brasileira. Inspirados pelo método indiciário, cunhado por Carlo Ginzburg, buscamos, em nossas fontes, examinar vestígios que nos possibilitem explicar essa e outras questões. O método que tem raízes muito antigas e que foi baseado no modelo da semiótica médica, consiste na análise de indícios para investigar e buscar explicar determinado assunto ou aspecto, inclusive o que está nas entrelinhas²⁰⁵⁵.

Através desse método, é de nosso interesse também, compor a trajetória pessoal e profissional de Beviláqua e, principalmente, a sua formação intelectual, destacando não só sua importância como redator do Código Civil, mas também como intelectual. Entender esse sujeito é fundamental, uma vez que, seu pensamento era considerado avançado (em uma época marcada pelos avanços da modernidade) e, no contexto dos debates sobre a codificação civil, suas ideias foram duramente atacadas e seu projeto sofreu modificações, ao longo dos mais de 10 anos em que circulou por comissões revisoras nas duas casas do Congresso.

Antes de mais nada, devemos estabelecer que o período em que esse processo se desenrola foi marcado pela passagem à modernidade no Brasil, que introduziu um conjunto de transformações políticas, econômicas, sociais, ideológicas e arquitetônicas ao longo de todo o século XIX, tendo seu ápice com a proclamação da República em 1889. Segundo Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho, a instauração da República envolveu modernizações como o fim do trabalho escravo, a intensificação da urbanização, a secularização do Estado, a formação de uma ordem burguesa e a introdução de novas práticas de sociabilidade inspiradas na *belle époque* francesa²⁰⁵⁶.

Nessa época, um conjunto de novas ideias filosóficas e políticas agitavam o Brasil e estiveram intimamente relacionadas as transformações empreendidas no país. Essas ideias chegavam ao país devido a um intenso processo de circulação de ideias, que acompanhou a circulação de pessoas e mercadorias, facilitadas, por sua vez, pelos avanços tecnológicos da própria modernidade²⁰⁵⁷. Compreendemos esse processo à luz de Ginzburg, que pensa a difusão de determinadas ideias entre diferentes épocas e gerações. Para ele, em toda produção

²⁰⁵⁵ GINZBURG, Carlo. “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”. In: *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 143-179.

²⁰⁵⁶ NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Ideias jurídicas e autoridade na família*. Rio de Janeiro: Revan, 2007. p.14.

²⁰⁵⁷ _____. “Os filhos da lei”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*. São Paulo, v. 16, n. 45, p. 113-125, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n45/4333.pdf>>.

de conhecimento há um diálogo e uma circulação de ideias. Afinal, “nenhum homem é uma ilha”²⁰⁵⁸, nenhum homem produz conhecimento por si só. Estabeleceu-se, assim, um diálogo entre os intelectuais brasileiros e as principais correntes de pensamento europeias ao longo de todo século XIX.

Esses intelectuais, principalmente os que compõem a conhecida geração de 70, encontravam na independência, na abolição e na República as grandes questões diante das quais deviam se posicionar e construíam seus discursos, em geral, em apoio a elas. Essa geração, surgiu em um momento em que se possibilitava a mobilização política, uma vez que as estruturas do Império mostravam sinais de desgaste. Os fundamentos coloniais da formação social brasileira, a forma patrimonial do estado e o regime de trabalho não funcionavam como antes e abriam caminho para o movimento dessa geração que contestava a ordem imperial e clamava por reformas estruturais²⁰⁵⁹. De acordo com Angela Alonso, isso acontece porque, em momentos de crise, “a permeabilidade política aumenta enquanto a estabilidade declina, expondo, assim, a vulnerabilidade do arranjo político principal e criando possibilidades de alianças”²⁰⁶⁰.

Segundo Nicolau Sevcenko, essa intelectualidade “europeizada”, de fato, não só estava envolvida, como era diretamente responsável pelos fatos que mudaram o cenário político, econômico e social brasileiro. Todos eram abolicionistas, liberais democratas e republicanos e todos eles inspiravam os seus argumentos nas novas ideias europeias, das quais pretendiam ser os seus difusores no Brasil²⁰⁶¹. As principais exigências da realidade brasileira para esses intelectuais, de acordo com Sevcenko, eram:

(...) a atualização da sociedade com o modo de vida promanado da Europa, a modernização das estruturas da nação, com a sua devida integração na grande unidade internacional e a elevação do nível cultural e material da população. Os caminhos para se alcançar esses horizontes seriam a aceleração da atividade nacional, a liberação das iniciativas - soltas ao sabor da ação corretiva da concorrência - e a democratização, entendida como a ampliação da participação política²⁰⁶².

²⁰⁵⁸ GINZBURG, Carlo. “Tusitala e seu leitor polonês”. In: *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 113.

²⁰⁵⁹ ALONSO, Angela. *Ideias em movimento – A Geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p.35.

²⁰⁶⁰ *Ibidem*, p.103.

²⁰⁶¹ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.79.

²⁰⁶² *Ibidem*.

Fabiana Rodrigues salienta que “é nesse período que localizamos algumas bases ideológicas nas quais estão assentadas algumas ideias que estariam presentes durante as primeiras décadas da república no Brasil, e também nas posteriores”²⁰⁶³. As ideias com mais adeptos estavam relacionadas ao cientificismo e ao liberalismo.

As faculdades de Direito eram centros fundamentais de difusão dessas ideias. Na época, existiam duas faculdades de Direito no Brasil, a de São Paulo e a do Recife. A escolha das localizações gerou desavenças em 1827. De acordo com Gizlene Neder, os juristas que tomaram a decisão, pensavam na localização como estratégia de “construção da nação”. Assim, projetaram uma articulação entre diferentes regiões que compunham o país²⁰⁶⁴.

É neste contexto que se dá a formação intelectual de Clóvis Beviláqua, objeto de análise dessa pesquisa. Ele nasceu em Viçosa do Ceará, em quatro de outubro de 1859, filho de Martiniana Maria de Jesus e do padre José Beviláqua. Muitos dos seus biógrafos atribuem sua personalidade tímida e retraída ao fato de seu pai ser um padre, contudo, como destaca Gizlene Neder, a grande maioria do clero brasileiro no século XIX, como é o caso do pai de Clóvis, posicionava-se contra o celibato, por motivos políticos e teológicos. Com forte presença do jansenismo, especialmente no norte do país, e com a grande inserção do clero na política, o casamento era comum entre os padres, e socialmente aceito. Com o processo de neocristandade desenvolvido a partir do Concílio Vaticano I, em 1869, o clero brasileiro romanizou-se. Mas, a historiografia do século XX, marcada pela hegemonia da reforma religiosa, tendeu a tratar como devassidão o comportamento socialmente aceito no tempo do Império brasileiro²⁰⁶⁵.

De acordo com seu biógrafo Sílvio Meira, seu pai, José Beviláqua possuía uma pequena fortuna, o que lhe permitiu acesso ao estudo e às ideias e livros que circulavam no país. Além disso, com seu pai, Clóvis aprendeu o francês e o latim, o que facilitou ainda mais o contato com esses textos, posto que, grande parte dos livros que aqui chegavam eram franceses ou traduzidos ao francês²⁰⁶⁶.

Quando jovem era um idealista, revolucionário, defensor agressivo da abolição e da República. Desde cedo, Clóvis escrevia em tribunas e jornais em defesa desses ideais.

²⁰⁶³ RODRIGUES, Fabiana Cardoso Malha. *Idéias Jurídicas, Famílias e Filiação na Passagem à Modernidade no Brasil (1890-1940)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, 2008. p.228.

²⁰⁶⁴ NEDER, Gizlene. *Discurso jurídico e a ordem burguesa no Brasil*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1995. p.197.

²⁰⁶⁵ Ibidem, p.129.

²⁰⁶⁶ MEIRA, Sílvio. *Clóvis Beviláqua: sua vida, sua obra*. Fortaleza: UFC, 1990. p.52.

Estudou no Liceu Cearense e no Colégio São Bento, no Rio de Janeiro, onde fez amizade com pessoas que, posteriormente, teriam significativo prestígio, como Silva Jardim²⁰⁶⁷. Durante esse período, de acordo com Sílvio Meira, Clóvis engajou-se no movimento positivista, tendo sido influenciado pelas ideias da fase científica do comtismo. Quando Comte sugere a existência de uma religião positiva, Clóvis se afasta e passa a integrar a dissidência francesa do positivismo, chefiada por Émile Littré.

Durante esse estágio de sua juventude, Clóvis pretendia se tornar um “homem de letras”, um crítico literário, tendo, inclusive, se aventurado no campo da ficção. Segundo Meira, os escritos de Clóvis:

(...) já revelavam essa vocação, embora em estilo, com certa dose de preciosismo, repleto de neologismos, nem sempre oportunos. Era já o escritor que se revelava, o pensador em embrião. Atraído a a ficção francesa, tornou-se leitor assíduo dos grandes ficcionistas russos, especialmente Dostoievski; deliciava-se com os poetas franceses e italianos. Aprofundava-se na leitura dos historiadores, poetas e ficcionistas portugueses, tão em voga no Brasil daquele tempo. Dedicava seu tempo à leitura, à redação de trabalhos literários. Integrava sociedades e clubes estudantis, entre eles o Clube Republicano, a Sociedade Positivista, o Grêmio Literário, realizava palestras, e por algum tempo passou a dedicar-se ao magistério, ensinou História no Gabinete Português de Leitura²⁰⁶⁸.

Percebemos que sua inclinação era, de fato, a vida literária e filosófica. A carreira no Direito não estava em seus planos. Contudo, seus interesses irão mudar ao ingressar na Faculdade de Direito de Recife, em 1878 e, principalmente, a partir de 1881, já no quarto ano jurídico, quando passou a ser aluno de Tobias Barreto, que despertou nele a curiosidade pelo estudo do Direito²⁰⁶⁹. Barreto exerceu não só influência em Beviláqua, como também em todo processo de ideologização da Faculdade de Direito de Recife, conforme atesta Neder, ao introduzir ideias inspiradas em obras até então desconhecidas, como a literatura filosófica e jurídica alemã²⁰⁷⁰. Em *Juristas Philosophos*, Beviláqua diz que:

(...) nós, os brasileiros, fomos levados a olhar, a estimar e estudar os livros alemães, reconhecendo que além de Portugal e da França, havia muito que aprender. Principalmente no domínio do direito, o que nos ia apresentando o

²⁰⁶⁷ NEDER, Gizlene. “Amélia e Clóvis Beviláqua: o casamento, o casal e a ideia de indivíduo”. In: ANPUH Regional, 2002. Anais. Disponível em: <<http://princípio.org/amelia-e-clovis-bevilacqua-o-casamento-o-casal-e-aidia-de-indi.html>>. p.10.

²⁰⁶⁸ MEIRA, Sílvio. Op. cit., p.58.

²⁰⁶⁹ Ibidem, p.237.

²⁰⁷⁰ NEDER, Gizlene. *Dois margens: idéias jurídicas e sentimentos políticos no Brasil e em Portugal na passagem à modernidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2011. p.197.

professor brasileiro, e o que nos patenteavam os autores que ele nos indicava eram, em grande parte, surpreendentes revelações²⁰⁷¹.

Tobias Barreto é uns dos intelectuais mais importantes daquele período. Era mulato, de família pobre e ascendeu socialmente através de sua produção intelectual. Filiado ao Partido Liberal, sua atuação intelectual se deu em Recife. Lutava por uma ciência política objetiva, de princípios e de ideias, capaz de enxergar o sentido evolutivo da sociedade brasileira. Após se afastar da política partidária, depois de 1881, passou a focar nos estudos, ocupando o cargo de professor acadêmico. Sobre seu posicionamento progressista, um bom exemplo é a sua defesa da emancipação da mulher, levando em consideração temas de fisiologia e buscando desfazer preconceitos quanto à inteligência e ao tamanho do cérebro da mulher. De acordo com Fabiana Rodrigues, Barreto combateu o lugar comum de que a mulher foi feita para o lar e para dar filhos ao mundo. Queria a criação de estabelecimentos femininos de ensino superior, apresentando, inclusive, um projeto de lei sobre o assunto²⁰⁷².

Seguindo os passos de seu professor, então, Clóvis Beviláqua abandonou as doutrinas anteriormente citadas e conheceu o monismo de Haeckel, o materialismo de Büchener, o evolucionismo de Spencer, o transformismo de Darwin, com raízes em Lamarck e Goethe²⁰⁷³. Os princípios evolucionistas de Spencer foram amplamente adotados por Beviláqua, estando presentes em grande parte das obras aqui analisadas. Spencer acreditava na evolução e, assim, no princípio de que não se pode ter uma ideia completa das relações sociais, sem estudar a origem delas. Por isso, deve-se voltar no passado tanto quanto for possível²⁰⁷⁴. Os juristas filiados a esta escola, introduziram tais princípios ao Direito, inclusive Clóvis. Para ele, como nas espécies e nas línguas, no direito se observa o elemento da luta que seleciona e revigora. E continua:

Como nas espécies e nas línguas, o direito envolve, transformando-se e variando, sob a ação do meio, da lei do polimorfismo, e de outras causas diversas, que, no direito são principalmente sociais, e entre as quais sobressai a imitação. Como nas espécies e nas línguas, encontram-se no direito, órgãos atrofiados e fenômenos de persistência e atavismo. Como nas espécies e nas línguas, é possível remontar o curso da evolução jurídica até os seus inícios, embora se deparem numerosas lacunas nos direitos extintos,

²⁰⁷¹ BEVILÁQUA, Clóvis. *Juristas Filósofos*. Bahia: Livraria Magalhães, 1897. p.114.

²⁰⁷² RODRIGUES, Fabiana Cardoso Malha. Op. cit., p.235.

²⁰⁷³ MEIRA, Silvio. Op. cit., p.239.

²⁰⁷⁴ BEVILÁQUA, Clóvis. *Direito de Família*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 3ª ed., 1943.

elos quebrados e perdidos de uma corrente soterrada pelo volver dos acontecimentos e dos séculos²⁰⁷⁵.

Conheceu também a literatura filosófica pura e a filosófica jurídica alemãs, com Rudolf von Jhering, Albert Hermann Post, Josef Kohler e Friedrich von Savigny²⁰⁷⁶, mestres prediletos de Tobias Barreto²⁰⁷⁷. O evolucionismo o levou a ter especial admiração a obra de Rudolf von Jhering. Conforme Beviláqua menciona em *Juristas Philosophos*, conheceu a produção de Jhering enquanto cursava o quarto ano jurídico, 1881, através de Tobias. Para Clóvis, Jhering, foi o jurista que primeiro empregou os princípios evolucionistas ao direito:

(...) cumpre reconhecer que aplicações da teoria darwinista ao direito já tem sido feitas muitas vezes, a começar pelo grande Jhering em sua tão celebre e tão bela conferência sobre *A Luta pelo Direito*, e sem esquecer o intrépido Tobias Barreto que lhe divulgou as doutrinas entre nós²⁰⁷⁸.

Durante toda a sua vida como jurista, Clóvis seguiria a filosofia jurídica de Jhering. Segundo seu biógrafo Sílvio Meira, ele se encantou com a leitura de *Finalidade do Direito e A luta pelo Direito*²⁰⁷⁹, o que pode ser confirmado pelo trecho acima²⁰⁸⁰. Segundo Clóvis, estas obras são “os edifícios de bases mais sólidas, de construção mais vasta e de estilo mais original”, que revelam uma verdade científica e desafia o mundo a buscar o ideal de paz e de justiça^{2081 2082}.

²⁰⁷⁵ _____. “Aplicações do Darwinismo ao Direito”. In: *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito de Recife*, v.7, n.1, 1897. P.117-132. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ACADEMICA>. p.119.

²⁰⁷⁶ MEIRA, Sílvio. Op. cit., p.234.

²⁰⁷⁷ BEVILÁQUA, Clóvis. *Juristas Philosophos*. Op. cit., p.114.

²⁰⁷⁸ _____. “Aplicações do Darwinismo ao Direito”. Op. cit., p.119.

²⁰⁷⁹ Beviláqua, inclusive, mais de uma década após conhecer a obra do jurista alemão, em 1909, viria a prefaciá-la a segunda tradução de *A luta pelo Direito* ao português. Tradução que ficou a cargo do jurista José Tavares Bastos.

²⁰⁸⁰ MEIRA, Sílvio. Op. cit., p.242.

²⁰⁸¹ Este ideal de paz e justiça, de fato, está muito presente na obra de Rudolf von Jhering. Para ele, a paz é o fim que o Direito tem em vista e a luta é o meio para a conseguir. Jhering afirma que “a vida do Direito é uma luta: luta dos povos, do Estado, das classes, dos indivíduos. Todos os direitos da humanidade foram conquistados na luta; todas as regras importantes do direito devem ter sido, em sua origem, arrancadas àqueles que a elas se opunham, e todo o direito, direito de um povo ou direito de um particular, faz presumir que alguém esteja decidido a mantê-lo com firmeza. O direito não é uma pura teoria, mas uma força viva”. Ver em: JHERING, Rudolf von. *A Luta pelo Direito*. São Paulo: Martin Claret, 2009.

²⁰⁸² BEVILÁQUA, Clóvis. *Juristas Philosophos*. Op. cit., p.67.

Clóvis, portanto, recebe influências de várias procedências ao longo de sua trajetória e apesar de seguir o caminho do Direito ao concluir a faculdade, ele nunca abandonou as imagens literárias e poéticas. Traço facilmente identificável em sua escrita, pelo uso de muitas analogias, por exemplo. Podemos citar um trecho da introdução do livro *Em Defesa do Projeto de Código Civil Brasileiro* que foi publicado em 1906, em que ele comenta a respeito das críticas recebidas pelo projeto de Código: “era impossível ficar quieto, imperturbável, quando a picareta impiedosa, derrubando a calça e levantando nuvens de poeira, fingia estar solapando a construção”²⁰⁸³.

Contudo, no Direito, Clóvis encontrou respostas que podiam cessar algumas de suas preocupações com a sociedade. Ele o via como um instrumento para se alcançar a justiça para todos. Segundo ele, “é preciso compreender o direito, não como um fato do homem, porém sim como um fato social, o fato que torna possível a coexistência humana”²⁰⁸⁴. Logo identificamos que ele seguia encaminhamentos mais progressistas, o que não era consenso no interior da intelectualidade brasileira.

Para melhor entendermos essa afirmação, devemos analisar a condição de rupturas e continuidades que caracterizava o período em questão. Ao mesmo tempo em que aconteciam grandes transformações e assim, rupturas com as tradições, havia uma forte resistência política, ideológica e afetiva às mudanças, o que estabelecia continuidades. Essas resistências ficam ainda mais perceptíveis no seio da intelectualidade, uma vez que, como dito, ela é a responsável por empreender as reformas no país.

Conforme salienta Neder e Cerqueira Filho, tais resistências têm suas origens na visão de mundo tomista, difundida em Portugal e em seus desdobramentos ultramarinos pela Igreja, que perpetuava preceitos morais dentro da sociedade, produzindo assim, permanências culturais de longa duração²⁰⁸⁵. Percebemo-las ainda no Império, quando os debates começaram a ocorrer, mas é com a implantação da República que elas ficaram mais perceptíveis.

Isso acontece, porque, segundo Fabiana Rodrigues, o processo de secularização das estruturas políticas brasileiras, com a proclamação da República, foi um movimento que pode conviver com a sacralização, visto que foi implantada sem uma política anticlerical. Com isso,

²⁰⁸³ _____. *Em Defesa do Projeto de Código Civil Brasileiro*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906. p.10.

²⁰⁸⁴ _____. *Criminologia e Direito*. Bahia: Livraria Magalhães, 1896. p. 141.

²⁰⁸⁵ NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Ideias Jurídicas e autoridade na família*. Op. cit., p.116.

após os primeiros anos da República a relação com a Igreja foi, de certa forma, retomada²⁰⁸⁶, uma vez que emergiu nesse cenário um laicado católico militante (através do catolicismo ilustrado e o ultramontanismo) que, segundo Rodrigues, buscava reafirmar o discurso moralizante da Igreja, com ênfase na valorização do divino. Esse laicado teve muita importância, pois foi através da sua ação que alguns pontos caros à Igreja puderam ser assegurados, diante desse quadro de separação de poderes²⁰⁸⁷.

Assim, essa condição de rupturas e continuidades fez com que houvesse uma leitura conservadora das ideias liberais modernas que aqui chegavam. Ganhava forma, então, uma modernidade com traços conservadores, no Brasil. O projeto republicano e as primeiras legislações aprovadas deixavam isso claro. Segundo Neder e Cerqueira Filho, o projeto republicano era inspirado no positivismo de Comte e mantinha um padrão de controle político e social excludente²⁰⁸⁸. O lema gravado na bandeira, “ordem e progresso”, explica bem as intenções do projeto. Já as primeiras leis do Brasil republicano, como o Código Criminal (1890) e a primeira Constituição Republicana (1891), estabeleceram condições para um ordenamento disciplinar altamente repressivo. Além da Lei do Casamento Civil (Decreto nº181/1890), que manteve a indissolubilidade do casamento.

Essa era a pretensão dos conservadores para o Código Civil, o que pode explicar a demora em mais de dez anos para aprovar o projeto de Beviláqua e as inúmeras modificações. No contexto das discussões sobre uma codificação civil brasileira, percebemos que havia seguidores de duas posições ideológicas e políticas. De acordo com Neder e Cerqueira Filho, uma era de corte mais progressista, inspirada no processo revolucionário francês, da qual Clóvis Beviláqua, coerentemente, fazia parte; e outra era de corte mais conservador, que buscava conciliar tradição e modernidade, no contexto da criação de códigos e leis; buscavam preservar o conteúdo, mas modernizar a forma:

(...) a primeira delas, e a mais impactante, é a posição revolucionária adotada pelos juristas franceses que debateram e aprovaram na Assembleia Nacional o primeiro Código Civil moderno, o conhecido Código Napoleônico, em 1804. Nele apresenta-se a introdução do divórcio e a ideia do casamento como um contrato, e a passada de responsabilidade do Estado as atribuições do registro civil. Ainda teve a retirada do adultério do Direito de família, colocando-o no Código Criminal com o intuito de preservar a vida da mulher. A segunda posição que se apresentou junto a esse amplo processo de transformação, e a mais importante para o caso dos reformadores luso-

²⁰⁸⁶ RODRIGUES, Fabiana Cardoso Malha. Op. cit., p.60.

²⁰⁸⁷ Ibidem, p.57.

²⁰⁸⁸ NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Ideias Jurídicas e autoridade na família*. Op. cit., p.14.

brasileiros, foi a que acompanhou a vaga modernizante dos códigos e leis, privilegiando a forma. Nesse sentido, o conservadorismo manifestou-se por meio da preservação do conteúdo substantivo no direito de família das concepções jurídicas, políticas e ideológicas que foram vigentes, por séculos, na cristandade ocidental. Essas concepções eram muito inculcadas por intermédio dos escritos de teólogos moralistas e do Código Canônico²⁰⁸⁹.

Conforme pontuado, os temas relacionados ao direito de família suscitaram intensas discussões. Entendemos, então, que isso acontecia porque esses eram temas caros à Igreja e o grupo conservador, envolvido no processo de elaboração do Código Civil, formava o laicado católico militante de que falamos e, assim, buscava reafirmar os preceitos religiosos.

No contexto dos debates sobre uma codificação civil brasileira, então, os princípios estabelecidos no processo revolucionário francês, por seu progressismo, inflamavam as discussões. Segundo Fabiana Rodrigues, no que se refere ao direito de família, por exemplo, as influências da França sugeriam uma ideia mais secularizada do casamento, o encarando como um contrato, que, como tal, previa o destrato. Em contrapartida, as concepções mais conservadoras e ligadas às resistências, ansiavam manter o casamento como um sacramento do catolicismo²⁰⁹⁰.

Clóvis se viu no meio desse embaraço, ao entregar, em seis meses, um projeto de Código Civil bastante moderno, considerando-se tudo. O jurista era um progressista e seu trabalho refletia isso. Segundo Gizlene Neder, seu projeto era fortemente influenciado pelo individualismo e pelo progressismo das leis civis francesas. Continha disposições sobre trabalho doméstico, filiação natural, capacidade jurídica da mulher, casamento, desquite, entre outros²⁰⁹¹. Seu projeto, para Fabiana Rodrigues, comporta o que de moderno se fazia presente em seu campo de atuação e o seu Projeto de Código Civil foi uma tentativa de modernização parcialmente atingida frente às críticas sofridas²⁰⁹².

De fato, as críticas a seu projeto vieram de todos os lados. Rui Barbosa entra em cena como seu maior opositor. Seus questionamentos provocaram um grande debate nas duas casas do Congresso. Aparentemente, suas críticas eram de ordem gramatical e linguística, mas é possível que tenha sido uma forma de barrar a rápida aprovação do projeto. Há algumas interpretações sobre as reais motivações do senador. Por exemplo, acredita-se que, por ser do

²⁰⁸⁹ Ibidem, p.42.

²⁰⁹⁰ RODRIGUES, Fabiana Cardoso Malha. Op. cit., p.71.

²⁰⁹¹ NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. “Os filhos da lei”. Op. cit., p.115.

²⁰⁹² RODRIGUES, Fabiana Cardoso Malha. Op. cit., p.122-123.

grupo mais conservador, tentou atrasar a aprovação do Código e na revisão, usando a codificação alemã, mais conservadora, buscou dissimular as influências da codificação francesa. Clóvis também foi pessoalmente atacado. Pelo seu pensamento avançado, acusaram-lhe de impiedade e anticlericalismo, além de questionarem sua capacidade de ser responsável por tamanho empreendimento, posto que ainda não era um jurista conhecido na capital, tendo somente reconhecimento no norte do país. Contudo, sabe-se que àquela época, Beviláqua já possuía uma bibliografia extensa, com estudos aprofundados sobre direito civil, o que o tornava apropriado para o trabalho.

No fim, Clóvis Beviláqua parece ter perdido a luta política e ideológica, pois a tática de Rui Barbosa funcionou e seu ataque à qualidade da redação do código teve o suporte da maioria dos juristas, que sustenta que o texto final do código ficou mais bem redigido e correto do ponto de vista jurídico. Contudo, muito mais conservador²⁰⁹³, como concluiu Gizlene Neder. O Código aprovado, no que diz respeito ao direito de família, segundo Keila Grinberg, contribuiu para perpetuar antigas relações patriarcais²⁰⁹⁴.

Clóvis Beviláqua, por exemplo, propôs em seu projeto o princípio da capacidade de representação jurídica da mulher perante a lei e o da igualdade entre homens e mulheres, por acreditar que o casamento era uma parceria, sendo assim, maridos e esposas deveriam ter seus direitos igualmente assegurados²⁰⁹⁵. Contudo, a comissão revisora do projeto barrou as sugestões²⁰⁹⁶. Os maridos continuaram sendo o líder do casal, na prática e na justiça, tendo o poder de representar a todos da família. As mulheres casadas permaneceram, assim, incapazes, como eram os deficientes mentais, mendigos e indígenas, assim como eram perante as Ordenações Filipinas que regeram o direito de família até a promulgação do Código Civil, em 1916²⁰⁹⁷.

Outra questão é a do divórcio. Apesar de confessar nas páginas de seu *Direito da Família* que não era a favor desse tipo de destrato conjugal, Beviláqua o propôs em seu

²⁰⁹³ NEDER, Gizlene. *Duas margens: idéias jurídicas e sentimentos políticos no Brasil e em Portugal na passagem à modernidade*. Op. cit., p.177.

²⁰⁹⁴ GRINBERG, Keila. *Código Civil e Cidadania*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. p.47.

²⁰⁹⁵ BEVILÁQUA, Clóvis. *Direito da Família*. Op. cit., p.36.

²⁰⁹⁶ A decisão teve respaldo científico, uma vez que, naquela época, o discurso médico estava em voga e princípios como o determinismo biológico e a medicina higienista ganharam força. As ideias de Cesare Lombroso sobre a pretensão do negro ao crime e sobre a inferioridade da mulher foram aqui bastante difundidas. Ver em: NEDER, Gizlene. *Duas margens: idéias jurídicas e sentimentos políticos no Brasil e em Portugal na passagem à modernidade*. Op. cit., p.141.

²⁰⁹⁷ GRINBERG, Keila. Op. cit., p.45.

projeto, em casos extremos. Ele afirma que não foi fácil decidir qual das duas instituições, o desquite e o divórcio, devia ser preferida, porque “os problemas sociais se devem resolver em abstrato, mas, sempre em vista das condições e das necessidades morais, intelectuais, físicas e econômicas do povo ou dos povos a que vai ser aplicada a solução dada”²⁰⁹⁸. O desquite, ou seja, a separação dos corpos, cria uma situação legal que além de impor um constrangimento ao cônjuge inocente, pode, muitas vezes, encorajar os cônjuges a contraírem relações ilícitas e a procurarem filhos extramatrimoniais. Mas, a mesma separação corrobora a perpetuidade da vida familiar por retirar a obrigatoriedade de convivência. Já o divórcio pode provocar desuniões, que podem dissolver profundamente a coesão da família e da sociedade em geral²⁰⁹⁹.

Independentemente de suas dúvidas, a codificação aprovada somente garantiu o direito ao desquite, ou seja, a simples separação de corpos, a dissolução só aconteceria pela morte de um dos cônjuges²¹⁰⁰. A indissolubilidade do casamento foi mantida até 1977, com a Lei do Divórcio.

Em conclusão, entendemos que o Código aprovado simboliza bem as características daquela época, caracterizada por rupturas e continuidades. Ao mesmo tempo em que, na sua forma, possuía tudo que havia de moderno no campo do direito, no seu conteúdo acabou por aprovar medidas não tão modernas assim. E isso ocorreu porque a maioria conservadora dificultou que leis inspiradas em ideias mais progressistas fossem aprovadas, protelando a aprovação do projeto de Beviláqua até o adequarem de acordo com suas próprias convicções. Entendemos, também, que no conturbado período em que ocorrem essas discussões, a relação entre Estado e Igreja e sua influência no discurso jurídico são responsáveis por tornar os debates tão inflamados, principalmente no que se refere ao direito de família. O processo desenrolado neste período foi definidor e provocou permanências culturais com ecos no Brasil atual

Fontes

²⁰⁹⁸ BEVILÁQUA, Clóvis. *Direito da Família*. Op. cit., p.284.

²⁰⁹⁹ *Ibidem*, p.285.

²¹⁰⁰ *Ibidem*, p.306.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

BEVILÁQUA, Clóvis. “Aplicações do Darwinismo ao Direito”. In: *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito de Recife*, v.7, n.1, 1897. p.117-132. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ACADEMICA>

_____. *Criminologia e Direito*. Bahia: Livraria Magalhães, 1896.

_____. *Direito da Família*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 3ª ed, 1943.

_____. *Em Defesa do Projeto de Código Civil Brasileiro*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906.

_____. *Juristas Philosophos*. Bahia: Livraria Magalhães, 1897.

Bibliografia

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento – A Geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GINZBURG, Carlo. “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”. In: *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. pp. 143-179.

_____. “Tusitala e seu leitor polonês”. In: *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p.91-113.

GRINBERG, Keila. *Código civil e cidadania*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

JHERING, Rudolf von. *A luta pelo Direito*. São Paulo: Martin Claret, 2009.

MEIRA, Silvio. *Clóvis Beviláqua: sua vida, sua obra*. Fortaleza: UFC, 1990.

NEDER, Gizlene. “Amélia e Clóvis Beviláqua: o casamento, o casal e a ideia de indivíduo”. In: *ANPUH Regional*, 2002. Anais... Disponível em: <http://principo.org/amelia-e-clovis-bevilacqua-o-casamento-o-casal-e-a-idea-de-indi.html>

_____. *Discurso jurídico e a ordem burguesa no Brasil*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1995.

_____. *Duas margens: idéias jurídicas e sentimentos políticos no Brasil e em Portugal na passagem à modernidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Ideias jurídicas e autoridade na família*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

_____. “Os filhos da lei”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*. São Paulo, v. 16, n. 45, p. 113-125, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v16n45/4333.pdf>

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

RODRIGUES, Fabiana Cardoso Malha. *Idéias Jurídicas, Famílias e Filiação na Passagem à Modernidade no Brasil (1890-1940)*. 2008. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Fazendo eleitores e fazendo campanha: uma análise da competição partidária em São Paulo durante terceira república brasileira (1946 - 1964)

Rodney da Silva Amador²¹⁰¹

Resumo: A experiência democrática iniciada em 1946 teve seu primeiro teste em 1947, nas eleições estaduais: havia a possibilidade do governo voltar a controlar as eleições, afinal o acordo entre os dois maiores partidos do período, PSD e UDN, firmado em 1948, já se delineava. No entanto, em São Paulo, diferentemente do que era esperado, venceu um partido sem muita expressão nacional: o PSP de Adhemar de Barros. Nosso objetivo é apontar algumas razões para o sucesso eleitoral de Adhemar, enfatizando que seu partido teria obtido sucesso em mobilizar um tipo de eleitor não privilegiado por PSD e UDN, isto é, o eleitor de áreas mais populosas como a capital, em detrimento do interior.

Palavras-chave: Competição eleitoral; Partidos; Terceira República brasileira (1946 - 1964).

Abstract: The democratic experiment that began in 1946 had its first test in 1947, in state elections: there was the possibility of the government re-controlling the elections, after all, the agreement between the two largest parties of the period, PSD and UDN, signed in 1948, was already outlined. . However, in São Paulo, unlike expected, it won a party without much national expression: the Adhemar de Barros PSP. Our objective is to point out some reasons for Adhemar's electoral success, emphasizing that his party would have succeeded in mobilizing a type of voter not privileged by PSD and UDN, that is, the voter of more populous areas like the capital, to the detriment of the interior.

Keywords: Electoral competition; Parties; Third Brazilian Republic (1946 - 1964).

²¹⁰¹ Aluno de graduação em Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Limongi. Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio financeiro concedido para a realização desse trabalho (processo: 2019/03950-6). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP. Uma versão anterior desta pesquisa foi apresentada no VI Seminário de Pós-Graduação em Ciência Política, ocorrido em 2019 na cidade de Belém-PA.

Introdução

Esta pesquisa tem por objetivo estudar e analisar a competição político partidária no Estado de São Paulo durante a Terceira República. A hipótese é que, no período estudado, há uma mudança na forma de se fazer a eleição por parte dos políticos paulistas: uma lenta mudança de paradigma, variando do “fazer eleitores” para o “fazer campanha”, isto é, abandonando práticas eleitorais mais antigas, características da Primeira República (1889 – 1930), tais como o alistamento dos eleitores pelos próprios partidos, a necessidade de trazer o eleitor para votar – e eventualmente “aquartelá-lo” nas cidades – e, mais importante, entregá-lhes as cédulas produzidas pelo partido; e passando a investir em propaganda política, campanha e propriamente no convencimento dos eleitores. Argumentamos que isso não aconteceu de forma igual por todo o estado, muito menos ao mesmo tempo, de uma eleição para outra. Práticas clientelistas, compra de votos, e mesmo o famoso “voto de cabresto” são coisas que podem acontecer até os dias de hoje. A ênfase que damos com esta hipótese é que, aos poucos, os políticos mudaram a sua estratégia, por diversas razões que discutimos ao longo deste texto.

Durante muito tempo, a literatura especializada em ciência política e sociologia política deu um destaque maior para aspectos autoritários da Terceira República do que para as suas características democráticas. Uma das referências mais importantes para o estudo do período é o livro clássico de Maria do Carmo Campello de Souza, *Estado e partido políticos no Brasil*²¹⁰²

Como Fernando Limongi²¹⁰³ afirma, o livro de Souza não destaca a ruptura que o autor verifica em 1945, sendo o foco do livro as permanências de estruturas do Estado Novo durante a República de 1946. A autora, por exemplo, destaca que o maior partido do período, o PSD, tem sua origem na e a partir das interventorias de Vargas. Os documentos e relatos da época dão provas disso: a ata de fundação do partido, em 1945, mostra que todos os seus fundadores – sendo os articuladores mais importantes Fernando Costa, Benedito Valadares e Agamenon Magalhães – eram interventores designados por Getúlio para administrar algum

²¹⁰² SOUZA, *Estado e partido políticos no Brasil*, 1976.

²¹⁰³ LIMONGI, *Eleições e Democracia no Brasil: Victor Nunes Leal e a Transição de 1945*, 2012.

estado da federação. Outro ponto levantado por Souza e bastante discutido em seu livro diz respeito às regras eleitorais para as eleições de 1945, escritas pelo mesmo Agamenon Magalhães citado anteriormente. A lei que leva o seu nome favoreceu grandemente o partido dos interventores, principalmente a partir de três fatores: em primeiro lugar, o alistamento *ex-officio*, isto é, a possibilidade de alguém alistar outrem ou um conjunto de eleitores a partir de uma procuração – o que, para a autora, dava a eleição um caráter de fraude ou, nas palavras da autora: “É evidente que o conjunto de medidas acima enumeradas e comentadas daria à eleição, senão um caráter de fraude oficializada, pelo menos um viés considerável”²¹⁰⁴. Em segundo lugar, a autora chama a atenção para o sistema de sobras das cadeiras do Congresso que, conforme o resultado dos estados, as deixava para o partido mais votado – o que, novamente, favorecia o PSD. Por fim, o terceiro mecanismo legal que Souza aborda é a regra da lei eleitoral que modifica, nos estados mais populosos, o quociente eleitoral: conforme o estado atingia uma determinada quantidade de eleitores, há uma mudança na relação eleitores/cadeira, exigindo uma quantidade maior de eleitores para eleger um deputado; a consequência disso era que os estados mais populosos, progressistas e urbanizados, nos quais a oposição era mais forte e maior, ficavam subrepresentados com relação aos estados menores, mais conservadores e mais rurais.

Algo muito parecido, mas do âmbito da sociologia, é destacado pela autora Elisa P. Reis ao abordar a construção do Estado no Brasil. Quando a autora aborda o fim do Estado Novo – momento auge de uma visão do Estado como ideologia – e passagem para a Terceira República, a autora evoca uma tradição, certa predisposição da cultura brasileira ao autoritarismo:

E o que se teria passado entre a queda de Vargas em 45 e o golpe militar de 64, em termos do processo de construção do Estado nacional, quando o país experimenta novamente formatos liberais de política? [...] Por um lado, apesar das ameaças recorrentes de desestabilização, a Constituição de 1946 foi mantida, garantindo mesmo a volta de Vargas ao poder em 50, pela via eleitoral. Contudo, é mister lembrar que persistia a ideologia autoritária de que falávamos acima, pois nenhuma imagem alternativa da nação ganhava espaço. [...] Mais ainda, o que é usualmente descrito como a componente populista da política no período 45-64 atesta bem o predomínio ideológico continuado dos recursos de autoridade sobre as iniciativas de solidariedade. Assim, por exemplo, uma das características-chaves do populismo, a ênfase na relação direta entre a figura do líder e seus seguidores, ilustra de forma eloquente a desvalorização dos laços horizontais de solidariedade.²¹⁰⁵

²¹⁰⁴ SOUZA, 1976, p. 121.

²¹⁰⁵ REIS, O Estado nacional como ideologia: o caso brasileiro, 1988, pp. 196-197.

Ambos os textos são bastante característicos de um período, no qual a experiência democrática no Brasil fora curta e dera pouco resultado. Outras questões pareciam mais importantes, como explicar um conflito eterno entre os dois “Brasis”, o conservador e o progressista ou esta vocação do Brasil ao autoritarismo. Seria apenas nos anos 80, mais especificamente após a redemocratização e a Constituição de 1988 que estes argumentos seriam revistos. Um texto bastante sintomático dessa revisão foi o artigo de Bolívar Lamounier²¹⁰⁶ criticando o livro *Authoritarian Brazil*, e argumentando, contrariamente à visão corrente, que haveria aqui também uma tradição democrática, mesmo durante a ditadura militar, o que pode ser visto nas eleições do fim dos anos 1970 no qual o voto adquiriu um caráter censitário. A continuidade do calendário das eleições para alguns cargos, ele próprio, estava contribuindo para a descompressão do regime.

Revisto esse paradigma, o caráter democrático da Terceira República começa a vir à tona. Já no final dos anos 1990, o livro de Antônio Lavareda²¹⁰⁷, sugestivamente intitulado *A democracia nas urnas*, apresenta outra visão sobre o período. Nas palavras do autor: “Foram vinte anos de exercício democrático, em linhas gerais, em que pese à exclusão dos analfabetos e dos partidos comunistas, interrompidos por um golpe de Estado que introduzira um longo regime autoritário. Durante esse período, mais de uma dezena de partidos políticos disputou regularmente nas urnas os espaços de poder nos níveis federal, estadual e municipal” (idem, p. 20). Um mérito do trabalho de Lavareda, inclusive, foi chamar a atenção para a existência de uma identificação entre os eleitores e os partidos do período, a partir de um censo realizado entre 1948 e 1960, criticando uma visão clássica da literatura de que os partidos no Brasil teriam uma fraca base social. Outro artigo importante para a revisão do período foi o de autoria de Jairo Nicolau²¹⁰⁸, “Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados”, no qual, a partir de uma nova metodologia para investigar os dados do período – principalmente resolvendo um problema histórico dos dados que é a apresentação dos resultados eleitorais por coligação e não por partido – o autor pode questionar interpretações sobre a política na Terceira República e criticar argumentos conhecidos como o do declínio de partidos conservadores e a ascensão de partidos progressistas ou ainda a fragmentação partidária como uma das causas do golpe de 1964.

²¹⁰⁶ LAMOUNIER, O Brasil Autoritário Revisitado: O Impacto das Eleições sobre a Abertura, 1988.

²¹⁰⁷ LAVAREDA, *A democracia nas urnas*: o processo partidário-eleitoral brasileiro 1945-1964, 1999.

²¹⁰⁸ NICOLAU, Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados, 2004.

Queremos incluir nossa pesquisa neste contexto de revisão, principalmente seguindo o norte estabelecido pelos trabalhos de Fernando Limongi²¹⁰⁹, tal como deixamos claro no projeto e queremos reafirmar aqui. O principal pressuposto que assumimos para nossa análise é o de que o período de que vai da eleição do presidente Eurico Gaspar Dutra, em dezembro de 1945 até o golpe de abril de 1964 foi a primeira experiência democrática brasileira. Nesse sentido, é importante evidenciar o que entendemos por democracia, a partir de uma definição minimalista. Essa definição, estabelecida por Joseph Schumpeter e aqui debatidos por meio das obras de outros dois importantes cientistas políticos, Robert Dahl e Adam Przeworski, tem a vantagem de permitir um estudo comparado entre diversas experiências democráticas, o que é importante para os estudos do Brasil já que, como abordamos, havia pouco destaque para aspectos democráticos.

Democracia e competição

Em obra *Poliarquia*²¹¹⁰, Dahl considera as democracias atuais como aproximações pobres do ideal democrático. Para o autor, “nenhum grande sistema no mundo real é plenamente democratizado”²¹¹¹. Isto é, o ideal democrático é algo que envolve vários fatores, muitos deles quase impossíveis de serem medidos devido ao seu caráter abstrato. Por isso, sugere que os sistemas políticos devem ser definidos não estaticamente, mas num *continuum* de democratização, variando, nos seus extremos, entre hegemonias fechadas e o que ele denominou de poliarquias. Esse *continuum* teria como dimensões a contestação pública e o direito de participação.

Portanto, Dahl enfatiza que um sistema democrático deve constituir um ambiente aberto à disputa. Ainda que um país tenha eleições regulares, não é possível falar em democracia sem que haja espaço para contestação pública - isto é, para a oposição *desafiar* quem ocupa o governo - em eleições competitivas. Neste sentido Przeworski propõe uma definição minimalista de democracia, na qual “democracia é apenas um sistema no qual os mandantes são selecionados por eleições *competitivas*” [tradução livre e grifo nosso]²¹¹². O caráter democrático da Terceira República está no fato de ter eleições competitivas e, mais do

²¹⁰⁹ LIMONGI, 2012 e 2015.

²¹¹⁰ DAHL, *Poliarquia: participação e oposição* 1997

²¹¹¹ DAHL, 1997, p. 31

²¹¹² PRZEWORSKI, *Minimalist conception of democracy: a defense*, 1999, p. 10

que isso, eleições competitivas *regulares*. Como afirma Limongi “Nestes termos, as eleições de 1945 e 1947 não são propriamente únicas e excepcionais. A diferença com os episódios anteriores está no fato da exceção ter se tornado a regra, isto é, que as eleições subsequentes se mantiveram competitivas”²¹¹³.

Houve momentos com certo grau de incerteza na Primeira República como as disputas entre Hermes da Fonseca e Rui Barbosa em 1910, e Artur Bernardes e Nilo Peçanha em 1922. Mas o fato é que eram exceções à regra: as eleições, além da baixa participação de eleitores - no período da Primeira República, a maior participação eleitoral foi em 1930: 5,7% da população brasileira, e a menor, em 1906, foi de 1,4% - eram marcadas pelo governismo, isto é, a existência de mecanismos que garantiam a invencibilidade do governo ou a incapacidade de a oposição ganhar eleições. Para Victor Nunes Leal, no conhecido livro *Coronelismo, enxada e voto*²¹¹⁴, o governismo é um dos maiores responsáveis pelo falseamento da representação no Brasil. Os dados sobre as eleições de 1945 indicam a mudança. O eleitorado alistado praticamente dobrou, indo de 7,5% para 16,2%, ainda que as características da população não tenham mudado tanto:

As mudanças no perfil educacional da população brasileira ao longo dos 15 anos de governo de Vargas não foram significativas. Pelos dados compilados por este autor, a porcentagem da população acima de 5 anos de idade e alfabetizada era de 24,5%, em 1920. Em 1940 esta proporção subira para 38,2% e chega a 42,7%, em 1950. As transformações estruturais da sociedade brasileira não são suficientes para dar conta do contraste entre o baixo e o alto grau de mobilização eleitoral verificados na Primeira e na Terceira República²¹¹⁵.

A mobilização, conforme defende o autor, estaria ligada ao surgimento da competição. Entretanto, muito da forma como eram feitas as eleições anteriores a 1945 não havia se alterado. Como mostra Machado: “[...] o eleitor continuava controlado. Ou seja, aos agentes políticos eram delegadas as ações de alistar o eleitor, encaminhá-lo à urna no dia do pleito com a cédula do partido e escoltá-lo de modo a evitar a cooptação por agentes de outras forças políticas”²¹¹⁶. Limongi, num artigo de 2015, afirma ainda que alistamento *ex-officio*, abordado anteriormente, permitia burlar as leis eleitorais que impediam, por exemplo, o voto dos analfabetos. No limite, o eleitor ainda precisava ser *feito*:

²¹¹³ LIMONGI, 2012, p. 60

²¹¹⁴ LEAL, *Coronelismo, enxada e voto*: O município e o regime representativo no Brasil 1997.

²¹¹⁵ LIMONGI, 2015, p. 382

²¹¹⁶ MACHADO, *Livre competição, eleitores livres?*: Um estudo sobre democratização e o caso brasileiro 2018, p. 50

Fazer eleitores era alistá-los, isto é, torná-los aptos a tomar parte do processo eleitoral. [...] Competição pode ocorrer mesmo quando políticos fazem eleitores e sabem de antemão que serão eleitos por aqueles que fizeram. O eleitor vota de acordo com a vontade daquele que lhe providenciou o título, transportou e lhe forneceu as cédulas previamente preenchidas. Pode haver certeza quanto aos votos individuais e incerteza quanto aos resultados²¹¹⁷.

E, justamente por causa disso, as eleições dependiam de recursos dos partidos e candidatos. Quanto mais distante estivesse o eleitor, quanto mais difícil fosse o seu deslocamento para votar, mais custoso ficava sua “feitura”, e essa dificuldade era percebida e discutida pelos políticos da época. Limongi et al.²¹¹⁸ mostra, como exemplo das discussões, a dificuldade adicional sempre aventada pelos políticos para a mobilização do voto feminino, já que as mulheres trazidas do meio rural para a votação não poderiam ficar aquarteladas juntamente aos homens.

O que argumentamos nesta pesquisa é que há, na experiência brasileira, uma separação entre o eleitor livre, voto secreto e competição. Esses processos não aconteceram de forma simultânea: o voto secreto, com cabine indevassável foi introduzido no Brasil com a reforma e a criação da Justiça Eleitoral em 1932; a cédula oficial só aparecerá em 1955, fruto de muita disputa entre os partidos da época como atestam tanto Gingerich e Medeiros²¹¹⁹ quanto Juliana Oliveira²¹²⁰ em sua dissertação de mestrado. Se está certo que a experiência de 1946 foi democrática e o marco de seu início foi a eleição de 1945, a competição precede o eleitor livre e a cédula oficial. Fernando Limongi apoia este argumento, sendo que este último é enfático: “Em artigo anterior [...], mostrei que o controle sobre o eleitor não é suficiente para eliminar a competição eleitoral. Neste artigo, sugiro que a independência dos eleitores não é condição necessária para a emergência de eleições competitivas”²¹²¹.

Os partidos da Terceira República competiam de forma desigual. A Lei Agamenon, código eleitoral que regeu as eleições de 1945 e 1947, como mostra Campello de Souza só permitiu o registro a partidos nacionalizados, cláusula que poucos cumpriam. Os dois maiores partidos - em número de filiados, de cadeiras no congresso e, a partir de 1947, em governos estaduais - surgidos com as eleições de 1945 foram PSD e UDN, um organizado a partir das

²¹¹⁷ LIMONGI, 2015, pp. 371-372

²¹¹⁸ LIMONGI et al., *Democratization via mobilization: the birth of the 3rd Republic*, 2018

²¹¹⁹ GINGERICH e MEDEIROS, *Vote Secrecy With Diverse Voters*, 2019.

²¹²⁰ OLIVEIRA, *Reformas eleitorais na Terceira República (1945-1964): moralização do voto ou interesses dos partidos?* 2019.

²¹²¹ LIMONGI, 2015, p. 372.

interventorias - nominalmente, a partir de três grandes interventores: Fernando Costa, Benedito Valadares e o próprio Agamenon Magalhães, que também fora o ministro responsável pelo código eleitoral - e o outro, a partir de opositores do regime de Getúlio Vargas.

Após as eleições que elegeram Eurico Gaspar Dutra, PSD e UDN, devido justamente a sua posição em relação aos outros partidos, elaboraram um plano de acordo e conciliação. O acordo é discutido e transcrito por Hélio Silva (2010), no livro *1954: um tiro no coração*, bem como na obra de Maria Victoria Benevides, nos seus livros sobre a UDN - *UDN e Udenismo* - e sobre o PTB paulista - *O PTB e o trabalhismo*²¹²². No entanto, nenhum dos dois abordam este acordo como uma aliança entre as duas maiores forças políticas pós-1945. Benevides destaca o fato de que, nas eleições de 1950, Getúlio Vargas seria candidato pelo PTB à presidência e que, portanto, trataria de um acordo antigetulista e até de afinidades ideológicas conservadoras entre os partidos²¹²³. Entretanto, Silva²¹²⁴, baseado em depoimentos e relatos da época, mostra que Getúlio demorou para ser lançado como candidato. Nisso, é importante insistir que o acordo entre os partidos estava ligado ao controle da política nacional. Havia o perigo iminente de, novamente, as eleições passarem a não ser competitivas. Se antes o governismo fora fruto de um acordo entre oligarquias estaduais, agora poderia ser fruto de um acordo entre os dois maiores partidos do país. Limongi aborda isso, a respeito do livro de Victor Nunes Leal:

Não há, por certo, uma teoria da democratização em Nunes Leal. Tampouco há uma afirmação peremptória de que o novo regime viria a ser democrático. As duas eleições que observa são rotuladas de verdadeiramente excepcionais. Nada garantia que estas condições seriam mantidas no futuro, sobretudo, se levarmos em conta o caráter circunstancial das causas invocadas. Mas este é o ponto alto da contribuição do autor. A possibilidade de um retorno puro e simples à política dos governadores, ou uma variante daquela fórmula, não é desconsiderada. O autor não descarta a possibilidade de uma restauração do “governismo”. As condições políticas para tanto eram amplamente favoráveis. O PSD conta com ampla maioria na constituinte e Dutra inicia seu mandato sob a égide da Constituição de 1937, o que lhe conferia o direito de nomear os governadores estaduais e, por meio destes, os prefeitos, podendo assim influir diretamente nas eleições estaduais e municipais. As condições políticas estavam dadas para que a força aglutinadora do governo e a compressão eleitoral voltassem a operar [...].²¹²⁵

²¹²² BENEVIDES, 1981 e 1989.

²¹²³ BENEVIDES, 1981, p. 76.

²¹²⁴ SILVA, *1954: Um tiro no coração*, 2010, pp. 35-45.

²¹²⁵ LIMONGI, 2012, p. 63.

As eleições estaduais de 1947 dão mostras disso. Limongi et al.²¹²⁶ trazem um importante exemplo, tirado da eleição da Bahia. PSD e UDN lançaram como candidato Otávio Mangabeira contra Antônio Garcia de Medeiros Neto, do PTB. Em municípios onde o PTB não tinha diretório, aqueles localizados no interior do estado, os eleitores simplesmente não votaram: os partidos racharam os votos utilizando como base suas votações partidárias de dois anos antes. Ou seja, as eleições de 1947 na Bahia teriam seguido o modelo do “bico de pena”, muito semelhantes às da Primeira República.

A partir disso, queremos sugerir que o estudo das dinâmicas eleitorais se faz importante. Não foi devido a primeira eleição da Terceira República ter sido competitiva que a competição se estabeleceu, como um fato dado. Voltando ao argumento de Dahl: tanto a competição quanto a supressão da oposição envolvem custos, e estes custos são inversamente proporcionais²¹²⁷. Se o custo da supressão da oposição é muito alto, há competição e vice e versa. Nesse sentido, podemos argumentar que era menos custoso aos partidos que não houvesse eleição, que não precisassem “fazer eleitores”, levando-os para votar, concedendo-lhes cédulas feitas às expensas do partido (a cédula oficial só viria em 1955).

Apenas em três estados, este acordo não teria dado certo: em Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo. Nestes três, PSD e UDN não chegaram a um candidato de consenso: em Pernambuco Benedito Lima Sobrinho do PSD derrotou o udenista Neto Campelo; em Minas Gerais Milton Campos da UDN ganhou do pessedista Bias Forte; em São Paulo, tanto o udenista Antônio de Almeida Prado quanto o pessedista Mário Tavares foram derrotados por Adhemar.

O caso de São Paulo é o mais peculiar: elegeu-se o governador de um partido menor, o PSP, que ao longo de toda a Terceira República, nunca conseguiu se organizar de forma significativa para além do estado. Como destaca Regina Sampaio²¹²⁸, em seu livro sobre o PSP, a política nacional do partido era definida no estado de São Paulo, pelo diretório paulista. As razões para a vitória de Adhemar de Barros em 1947 é ainda um problema a ser explicado, bem como as razões para o acordo entre PSD e UDN não ter dado certo em São Paulo. É importante destacar questões como o falecimento de Fernando Costa e a sua controversa pré-candidatura ao governo. Por outro lado, queremos enfatizar questões

²¹²⁶ LIMONGI et al., 2018

²¹²⁷ DAHL, 1997, pp. 36-37.

²¹²⁸ SAMPAIO, *Adhemar de Barros e o PSP*, 1982.

levantadas por French em seu artigo “A ascensão do populismo adhemarista em São Paulo - 1946-1947”²¹²⁹. Neste artigo, o autor se propõe:

[examinar] o ano e meio entre 1946-47, que marcou o advento de Adhemar como um populista do pós-guerra. [...]. Veremos como os cálculos subjacentes à autocriação de Adhemar como um populista em 1946-47 brotaram da consciência e militância sem precedentes da classe trabalhadora, que acompanharam a efetiva ampliação do direito de voto desta classe nos centros urbanos do Brasil.²¹³⁰

Desta forma, o autor propõe que o sucesso de Adhemar de Barros nas eleições de 1947 está associado à emergência dos trabalhadores na política eleitoral paulista. Até então, os partidos do que o autor chama de “*establishment político*” estavam pouco preocupados com os votos dos trabalhadores, algo que se tornou impossível no final da década de 1940, já que “metade do eleitorado paulista estava localizado em seis cidades industriais” (idem, p. 14). Adhemar de Barros teria sido “realista o bastante” para reconhecer essa mudança, não baseando seus esforços apenas na mobilização do eleitor rural.

Os padrões de apoio urbano/rural e industrial/não industrial aos vários partidos políticos podem ser vistos ainda mais claramente se agruparmos as áreas urbano-industriais do interior com a metrópole paulista. O interior não-urbano e não-industrial constituía 74% da votação estadual do PSD e 64% da votação da UDN. O eleitorado de Borghi era mais dividido, com 52% nas áreas urbano-industriais e 48% no interior. No outro extremo, 76% dos votos do PSP/PCB vieram de áreas urbano-industriais.²¹³¹

Por fim, French afirma que isso se devia ao surgimento de “um novo tipo de político, disposto a cortejar, mesmo que por oportunismo, a população da classe trabalhadora urbana”²¹³². Há, no entanto, dois problemas que ainda precisam ser melhor analisados. Em primeiro lugar, o critério do que é considerado rural e do que é considerado urbano não fica claro, bem como o que considerado industrializado e do que não é. Além disso, as práticas que diferenciam Adhemar de Barros dos seus adversários são pouco exploradas: se se tratava de um novo tipo de político, qual é a sua diferença com relação ao velho tipo? French argumenta a respeito de uma “política simbólica” e do populismo adhemarista: este novo tipo de político, cujos governadores paulistas da Terceira República seriam exemplos ideais, são aqueles que sabem cultivar um “comportamento calculadamente inconsistente com relação a

²¹²⁹ FRENCH, Ascensão do populismo adhemarista em São Paulo: 1946 – 1947, 1987.

²¹³⁰ Idem, p. 5.

²¹³¹ Idem, pp. 41-42.

²¹³² Idem, p. 44.

assuntos ligados ao trabalho e ao capital”, o que o aproxima da análise sobre o populismo de Francisco Weffort²¹³³.

Além de French, outro autor a analisar o período com relação a São Paulo foi Aziz Simão, num artigo bastante original intitulado “O Voto operário em São Paulo” e publicado pela Revista Brasileira de Estudos Políticos²¹³⁴. O artigo é bastante importante para esta pesquisa já que utiliza fonte de dados das quais elaboramos nosso banco, os Boletins Eleitorais do TER paulista. Neste artigo, Simão utiliza informações sobre as profissões dos eleitores alistados para a eleição de 1947 para verificar se há algum padrão com relação ao que ele define como operariado. A partir destes dois trabalhos principalmente, derivamos a hipótese do começo do texto e, nesse sentido, apresentamos resultados parciais da pesquisa, que continua em desenvolvimento

Discussão dos resultados

Há pelo menos dois fatores que possibilitam olhar para esses dados de uma outra forma. Os dados indicam que o partido de Adhemar de Barros, bem como Hugo Borghi, o PTN, ambos apoiados informalmente por alas do PTB e, no caso do PSP, apoiado formalmente pelo partido comunista, eram mais competitivos em cidades maiores, com um número maior de eleitores; em distritos menores, com menos eleitores e mais distantes da capital, predominavam o PSD e UDN. Nesse sentido, é importante preocupar-se com as características do voto, já que suas distribuições nas localidades informam onde estão as candidaturas competitivas de cada partido, bem como o padrão de competição.

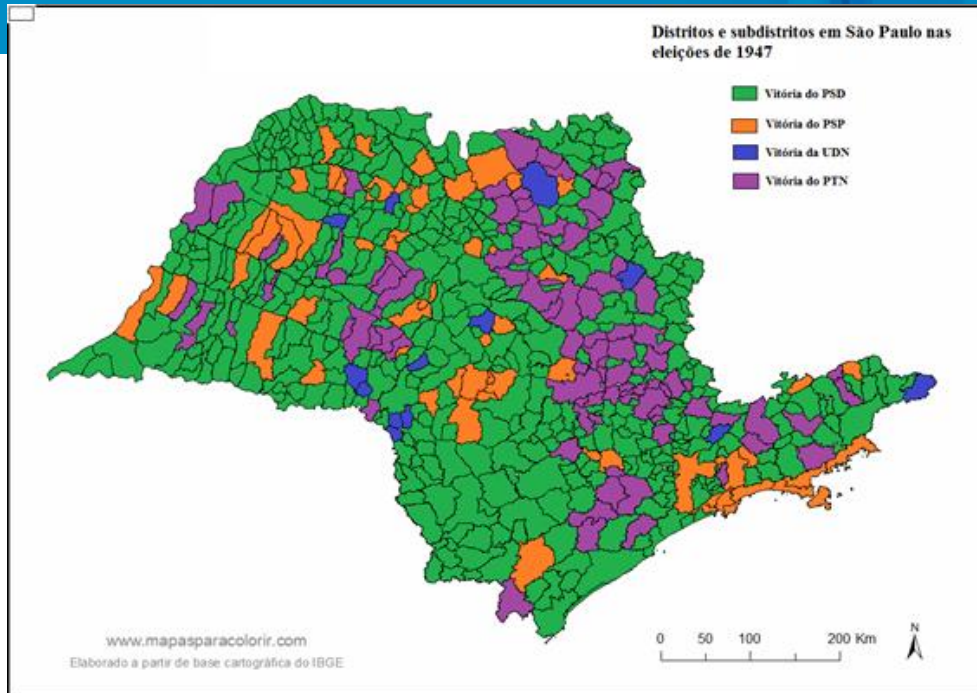
Passamos, a partir disso, a considerar principalmente o tamanho do eleitorado de cada cidade no Estado, que se mostrou uma variável mais interessante para discutir a competição em São Paulo. O grosso da votação de Adhemar de Barros concentra-se, como já havia proposto French, na cidade de São Paulo e baixada santista - principalmente na própria cidade de Santos. Na região de Campinas, há uma disputa grande entre Adhemar e Borghi, polarizando a eleição muito mais que UDN e PSD. O mesmo não acontece com municípios menores: ainda que Adhemar tenha tido votos por todo o estado, bem como Hugo Borghi, conforme menor for o município, mais difícil fica para estes terem votos, perdendo principalmente para Mário Tavares.

²¹³³ WEFFORT, *O populismo na política brasileira*, 2003.

²¹³⁴ SIMÃO, *O voto operário em São Paulo*, 1956

Por outro lado, uma característica interessante é que nas sedes dos distritos do interior, a candidatura de Adhemar é mais competitiva do que nos seus subdistritos. Isso mostra que o voto no PSD era muito mais geograficamente espaçado que o voto no PSP, concentrado em lugares mais populosos. Não queremos dizer que o eleitor do PSP fosse caracteristicamente mais urbano que o do PSD, já que o que pode ser considerado urbano e rural, neste período, ainda é alvo de discussão. O que queremos propor é que o voto está associado com o tamanho da população do local, a quantidade de eleitores, e que, portanto, está associado a forma de se fazer campanha priorizada pelos candidatos. Conforme maior a quantidade de eleitores, mais difícil ficava para o partido “fazê-los”. Locais como São Paulo, por exemplo, exigia uma coordenação maior que a de outros lugares, mais distantes, porém menos populosos, o que, em tese, também exigia uma mudança de estratégia por parte dos partidos.

O mapa abaixo mostra as zonas e distritos do Estado de São Paulo segundo o partido do candidato vencedor em cada uma delas. Isto é, se o PSP venceu, mesmo que por uma quantidade pequena de votos, ele está pintado com a cor laranja. Optamos pela utilização de um mapa mais recente adaptado e não pelos mapas produzidos pelo TRE da época porque estes últimos não representavam as cidades conforme uma divisão política – respeitando os limites de cada cidade – e sim uma divisão segundo a zona. Acontece que, por exemplo, as seis zonas que compunham a Capital, nos mapas do TRE paulista iam além de São Paulo, incorporando cidades como Guarulhos e Santo André. O mapa adaptado permitiu a identificação dos distritos da zona que, em sua grande maioria, correspondem a cidades atuais que foram emancipadas. Na maior parte dos casos, se em 1947, um determinado povoado ou freguesia não era cidade, este acabou emancipando-se nos anos seguintes.



Mapa com os partidos vencedores em cada distrito de São Paulo. Produção própria do autor

Jornais da época das eleições dão pistas dessa prioridade dada pelos partidos às diferentes formas de campanha. Na edição do Jornal de Notícias de 8 de janeiro de 1947, um analista político escreve um editorial se perguntando sobre as possibilidades de Adhemar ganhar as eleições. Ele afirma que talvez Adhemar até tenha bastante votos, por ser uma figura conhecida - lembrando que fora interventor durante o Estado Novo. No entanto, faltaria a ele “força partidária”: isto é, os próprios analistas da época reconheciam que faltava ao PSP as possibilidades de se chegar a lugares distantes como PSD e UDN poderiam fazer, o que tratamos anteriormente. Nesta mesma edição, um outro artigo aborda caminhões de propaganda que o PCB - coligado com Adhemar - e PTB colocaram nas ruas de São Paulo, divulgando suas candidaturas e que, por outro lado “nada surge de novo que possa chamar a atenção para os candidatos da UDN e do PSD”. Para este analista, estes partidos “não tomam nota da existência do eleitorado”, conforme mostra a imagem abaixo.

Estas opiniões vão de encontro ao que estamos propondo neste trabalho. Devido à falta de possibilidades que as suas candidaturas permitiam no que dizia respeito ao “fazer o eleitor”, Adhemar e Borghi tiveram de buscar outras possibilidades, lançando mão de uma campanha para persuadir eleitores, para usar a terminologia de Gary Cox²¹³⁵. Isso não quer dizer o “fazer eleitores” não pudesse acontecer mesmo numa cidade grande como São Paulo.

²¹³⁵ COX, *Electoral Institutions and Political Competition. Coordination, Persuasion, and Coordination*, 2005.

Para isto, serão necessárias outras pesquisas como a de Adriano Duarte e Paulo Fontes (2004), que abordam as estruturas criadas tanto por Adhemar de Barros quanto por Jânio Quadros, posteriormente, em bairros populares como a Mooca e São Miguel Paulista. No entanto, já podemos indicar que há uma variação na forma de se fazer campanha, de qual eleitorado seria privilegiado, de acordo com as condições - no limite, as condições financeiras - que cada partido tem a seu dispor.

A questão que permanece em aberto é se estas características vistas durante as eleições de 1947 permaneceram ao longo de todo o período da Terceira República, como French sugere, algo que ainda precisa ser melhor estudado. O que se sabe é que, como falamos anteriormente, PSD e UDN nunca conseguiram em São Paulo a hegemonia que obtiveram em outros estados - como Minas Gerais, Pernambuco, Bahia. Nem mesmo o PTB, que, embora uma força menor no começo do período estudado, foi se consolidando e se fortalecendo em estados como o Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, projetando políticos de destaque nacional como João Goulart e Leonel Brizola, além do próprio Getúlio, eleito presidente pelo PTB em 1950. Maria Benevides²¹³⁶ em seu estudo sobre o PTB paulista, mostra que o partido também teve dificuldade para se consolidar, devido principalmente a cisões internas - as disputas entre, por exemplo, um grupo mais próximo de Ivete Vargas e outro mais próximo de Hugo Borghi -, bem como a influência de outros grupos nacionais, como o poderoso diretório gaúcho.

Ao longo de seu governo, entretanto, Adhemar fez uso de um expediente mais próximo ao que os grandes partidos - principalmente o PSD - faziam em outros estados: ele começou a utilizar a máquina pública a seu favor para chegar nos municípios do interior, onde, como foi dito, predominaram os votos pessedistas e, em menor grau, udenistas. Adhemar sabia da importância de ter ao seu lado os chefes locais. Já na eleição municipal do final de 1947, o PSP cresce de forma impressionante: mais de 60% dos municípios passam a ser administrados por prefeitos pessepistas, sejam em chapas puras, sejam coligados por outros partidos. Os dados ainda mostram que nos municípios onde o PSP não foi eleito, a chapa adversária concorreu com alguém do PSP o que mostra que ele estava presente em quase todas as cidades do estado.

Isso pode parecer contraditório com o *modus operandi* que descrevemos acima, sobre as eleições de 1947, no entanto o que queremos sugerir com este trabalho é que não se trata de

²¹³⁶ BENEVIDES, 1989.

uma mudança de paradigma, como se um político optasse por uma forma de fazer campanha única. Na verdade, mais importante que isso, é pensar que aqueles que participam da competição partidária busquem formas de ganhar a partir de suas possibilidades e condições. Isto é, Adhemar teria lançado mão de outras possibilidades porque, em 1947, não poderia concorrer de igual para igual com PSD e UDN, no seu próprio jogo. A condição se altera a partir do momento que Adhemar é o incumbente, já está dentro do Estado, tentando se consolidar. E é bem aí que outro desafiante aparece e irá marcar a disputa pelo governo paulista: Jânio Quadros.

Sua primeira vitória contra o *adhemarismo* - entendido aqui num sentido amplo, isto é, alguém com o apoio de Adhemar - foi na eleição municipal de 1952 quando se elegeu prefeito da capital. Já aí, Jânio Quadros fez uso do mote “o tostão contra o milhão”, para indicar que sua campanha tinha bem menos recursos que a de seus rivais. Em 1955, no entanto, há uma disputa direta entre Adhemar e Jânio pelo governo, a qual Jânio ganha com uma apertada margem, indicando a polarização que o estado veria ao longo da Terceira República. O trevo e a vassoura marcariam a competição política em São Paulo.

Referências bibliográficas

BENEVIDES, M. V. *UDN e udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945 - 1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo, 1945-1964*. São Paulo: Brasiliense/Cedec, 1989.

COX, G. W., “Electoral Institutions and Political Competition. Coordination, Persuasion, and Coordination”, in C. Menard e M. M. Shirley (orgs.), *Handbook of New Institutional Economics*. Dordrecht, Springer, pp. 69-89. 2005.

DAHL, R. A. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 1997.

DUARTE, A. L.; FONTES, P.. *O Populismo Visto da Periferia: Adhemarismo e Janismo nos Barrios da Mooca e São Miguel Paulista, 1947-1953*. Cadernos AEL, v.11, n.20/21, 2004.

FRENCH, J. D. *Ascensão do populismo adhemarista em São Paulo: 1946 - 1947*. IDESP, 1987.

GINGERICH, D. W.; MEDEIROS, D. *Vote Secrecy With Diverse Voters*. *Comparative Political Studies*, p. 0010414019859040. 2019.

- LAMOUNIER, B. "O Brasil Autoritário Revisitado: O Impacto das Eleições sobre a Abertura", in A. Stepan (org.), *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988
- LAVAREDA, A. *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro 1945-1964*. Rio de Janeiro: IUPERJ; Revan, 1999.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LIMONGI, F. Fazendo Eleitores e Eleições: Mobilização Política e Democracia no Brasil Pós-Estado Novo. In: *Dados* [online]. 2015, vol.58, n.2, pp.371-400. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201547>.
- _____. Eleições e Democracia no Brasil: Victor Nunes Leal e a Transição de 1945. In: *Dados* [online]. 2012, vol.55, n.1, pp.37-69. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/n/S0011-52582012000100002>. Acesso em: 18 mar 2018.
- LIMONGI et. al.. Democratization via mobilization: the birth of the 3rd Republic. No prelo. 2018.
- MACHADO, F. R. *Livre competição, eleitores livres?: Um estudo sobre democratização e o caso brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- NICOLAU, J. Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados. *Dados*, 47(1), 85-129. 2004. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582004000100003>
- OLIVEIRA, J. de S. Reformas eleitorais na Terceira República (1945-1964): moralização do voto ou interesses dos partidos?. In: *VII Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP*. 2016. Disponível em: www.conferencias.fflch.usp.br/sdpscp/VIIsemDCP/paper/download/1932/377.
- PRZEWORSKI, A. Minimalist conception of democracy: a defense. In: *Democracy's value* v. 23, 1999. Disponível em: https://is.muni.cz/el/1423/podzim2016/POL401/um/Przeworski_Minimalist_Conception_of_Democracy.pdf.
- REIS, E. "O Estado nacional como ideologia: o caso brasileiro". In: *Processos e escolhas. Estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro: Contracapa. 1988.
- SAMPAIO, R. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global, 1982 (Coleção Teses, nº 5, dirigida por Jaime Pinsky)
- SOUZA, M. do C. C. *Estado e Partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

SILVA, H. 1954: Um tiro no coração. Porto alegre-RS: L&PM, 2010.

SIMÃO, A. O voto operário em São Paulo. Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 1. 1956. Disponível em: <https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/rbep1&div=12&id=&page=>

WEFFORT, F. C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

Estado novo, raça nova: eugenia, médicos e psiquiatras no Governo de Vargas (1930-1945).

Rodrigo Maia Monteiro²¹³⁷

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de analisar a atuação de médicos e psiquiatras no governo de Vargas, entre 1930 e 1945, a partir de campanhas eugênicas como as campanhas de higiene mental e esterilização. Para isso analisaremos os Arquivos Brasileiros de Higiene Mental (ABHM) e os Arquivos de Medicina Legal e Identificação (AMLI), onde médicos e psiquiatras promoviam a eugenia. Dessa forma, objetivamos pensar a ampliação das fronteiras da ação política dos médicos e psiquiatras a partir de campanhas eugênicas durante a década de 1930.

Palavras-chave: Eugenia; Medicina; Psiquiatria.

Abstract: This paper aims to analyze the performance of doctors and psychiatrists in the government of Vargas, between 1930 and 1945, from eugenic campaigns such as mental hygiene (ABHM) and the Archives of Legal Medicine and Identification (AMLI), where doctors and psychiatrists promoted eugenics. Thus, we aim to think of widening the frontiers of political action of doctors and psychiatrists from eugenic campaigns during the 1930s.

Key words: Eugenics; Medicine; Psychiatry.

Analisaremos neste artigo a atuação de médicos e psiquiatras no primeiro governo de Vargas, entre 1930 e 1945, a partir de campanhas eugênicas como as campanhas de higiene mental e esterilização. Para isso focaremos nossa atenção em reportagens de campanhas presentes em duas fontes: os *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental* (ABHM) e os *Arquivos de Medicina Legal e Identificação* (AMLI). Dessa forma, objetivamos pensar o alargamento da competência do Estado Vargasista e a ampliação das fronteiras da ação política dos médicos

²¹³⁷ Doutorando do Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Email: rodrigomaia4@hotmail.com

e psiquiatras a partir de campanhas eugênicas durante a década de 1930.

Os Arquivos Brasileiros de Higiene Mental fazem parte de uma Produção teórica que existiu entre 1925 e 1947, produzida pelos integrantes da Liga Brasileira de Higiene Mental, grupo influente de psiquiatras e médicos que atuaram na política carioca entre 1923 e 1947, promoveram a eugenia e mantinham relação com o governo de Vargas. Getúlio Vargas compareceu à primeira reunião da Campanha de Higiene Mental, em 1933, e foi o "Patrocinador oficial" da mesma. Já os *Arquivos de Medicina Legal e Identificação (AMLI)* foram produzidos pelo Instituto de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal, de 1931 a 1940, e tinha como diretor o médico eugenista Leonídio Ribeiro. A temática da revista é medicina, criminologia, direito, polícia e psiquiatria. O gênero periódico que compõe a materialidade das duas fontes é a Revista, e não jornal, contudo, a fonte *ABHM* faz parte da categoria de impressos temáticos, tendo um eixo teórico específico e fechado de debates que é a psiquiatria, com investimento público-privado. A segunda fonte, *AMLI*, é classificado como impresso oficial ou institucional, produzido pela tipografia estatal, financiada pela Secretaria da Fazenda, tendo seus princípios mais claros apoiados no Estado. A periodicidade das fontes é trimestral na maior parte do ano, contendo também algumas edições mensais.

Ao tratarmos da eugenia no Brasil durante a década de 1930, precisamos delimitar a forma como conduziremos nosso olhar e quais aspectos desse movimento científico voltaremos nossa atenção. Esse é um trabalho inserido no campo da História Política, e tem como chave de análise os acordos políticos, como campanhas eugenistas, que afetam, ou se pretende afetar, na organização da moral, do comportamento e da ordem social. Nesse sentido, faremos uma análise de acontecimentos políticos do início do século XX que consideramos pertinentes, que aconteceram tanto no mundo quanto no Brasil, de modo que fenômenos como o fascismo e o nazismo, bem como a promoção da eugenia e das ideologias de Estado baseadas no racismo científico possam ser melhor entendidas, para que possamos responder a seguinte pergunta: qual o lugar dos eugenistas na Era Vargas ?

A Primeira Guerra Mundial assinalou o colapso da civilização ocidental do século XIX. Os valores e costumes estabelecidos até esse momento, bem como os Impérios coloniais erguidos durante séculos, foram abalados e ruíram em pó na primeira metade do século XX. O período que vai da Primeira Guerra Mundial(1914-1918) até o fim da Segunda Guerra(1939-1945), marcado pela revolução Russa de 1917 e pela crise de 1929, é um

momento de rompimentos históricos, uma Era de catástrofes que deixou de joelhos as economias mais fortes do capitalismo liberal do século XIX. A Primeira Grande Guerra inaugurou uma nova modalidade de conflito, alimentada pela indústria bélica e dinamizada pelo mundo do trabalho.

Sigmund Freud(1856-1939), o fundador da psicanálise, escreveu em 1915 o texto "Considerações atuais sobre a guerra e a morte", quando a guerra estava no auge, desenvolvendo uma série de críticas às pulsões violentas do ser humano, e principalmente às maiores "bandeiras" da modernidade, como o racionalismo, o nacionalismo, a ciência e o progresso. Para o autor, se por um lado a razão e o conhecimento científico haviam proporcionado o desenvolvimento de saberes e práticas que ajudaram a prolongar a vida, por outro, derrubou, "com cega cólera, tudo o que lhe apareceu pela frente(...)"²¹³⁸ na construção de uma tecnologia mortífera, destinando grande parte da modernização tecnológica à indústria bélica. O autor enchergava sintomas graves na sociedade ocidental no início daquele século, onde o uso da ciência de maneira dissimulada tanto pela indústria bélica quanto pelos antropólogos, psiquiatras, com teorias degeneracionistas, podiam levar a efeitos devastadores:

Até a própria ciência perdeu a sua desapaixonada imparcialidade; os seus servidores, profundamente amargados, procuram dela extrair armas para prestar um contributo à luta contra o inimigo. O antropólogo declara inferior e degenerado o adversário, e o psiquiatra profere o diagnóstico da sua perturbação mental ou anímica²¹³⁹.

No calor e no contexto da Primeira Guerra, Freud desenvolveu de maneira categórica suas reflexões a cerca do trauma e da neurose de guerra, reformulando o paradigma cientificista presente em sua concepção de evolução social formulado alguns anos antes no livro *Totem e Tabu*. O fundador da psicanálise percebeu que haviam duas situações novas na Primeira Guerra: a falta de zêlo pela morte, antes considerada tabu e interdito das civilizações adiantadas, e a violência dessa guerra, que não se limitou a atingir apenas os soldados, mas também às populações civis, fatos que contribuíram para que Freud invertesse um antigo paradigma evolucionista das civilizações, que até então ele encampava²¹⁴⁰. Contudo, o efeito

²¹³⁸ FREUD, Sigmund. Escritos sobre a guerra e a morte. Trad. Artur Mourão. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009. (Textos Clássicos de Filosofia). p. 4. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/freud_sigmund_da_guerra_e_da_morte.pdf.

²¹³⁹ FREUD, Sigmund. Escritos sobre a guerra e a morte. Trad. Artur Mourão. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009. p. 8.

²¹⁴⁰ Para ele havia uma gradação civilizatória entre as sociedades consideradas primitivas e as ditas civilizadas, pensamento comum do final do século XIX, onde a Europa, pelo fato de cultivar a ciência e a tecnologia, tinha o domínio da lógica e da razão, e portanto era mais civilizada e propensa aos valores mais éticos, enquanto que as

da violência da guerra sobre Freud vai fazer com que ele passe a inverter essa lógica, acreditando que as sociedades consideradas primitivas se mostram muito mais civilizadas que as modernas. Além disso, o autor vai retomar a idéia de Ordem Social que havia estabelecido em *Totem e Tabu*, sustentada pelo interdito de não matar, e ressignificá-la, apontando para as possibilidades destrutivas dos impulsos humanos²¹⁴¹.

Durante a década de 1920, com a crise do liberalismo e buscando uma alternativa ao socialismo, avançam os movimentos e regimes autoritários no mundo, em uma tentativa de superação das ilusões e insatisfações com a democracia. Uma narrativa muito peculiar do início desse século era a necessidade de um Estado forte e autoritário para garantir a coesão nacional e o progresso. Havia um consenso e um consentimento por parte da sociedade de maneira geral da necessidade do surgimento de um líder forte e autoritário. Se na primeira metade do século XIX o nacionalismo e o liberalismo europeus andaram de mãos dadas, harmonizando-se com os princípios democráticos e direitos naturais, à medida porém que o nacionalismo se torna mais extremado, entre o final do século XIX e início do XX, no auge do Imperialismo moderno, suas diferenças com o liberalismo se tornam mais evidentes, influenciando decisivamente na ascensão do fascismo e do nazismo após a Guerra. Na década de 1930 o ideal democrático se apresenta desgastado para a maioria dos países ocidentais, e só se salvou porque fez uma aliança bizarra, como reforça Hobsbawn, entre o capitalismo liberal e o comunismo. Eric Hobsbaw aponta que "esse período de aliança capitalista-comunista contra o fascismo - sobretudo as décadas de 1930 e 1940 - constitui o ponto crítico da história do século XX e seu momento decisivo."²¹⁴²

O tema Imperialismo é crucial para entendermos o avanço de regimes autoritários ao redor do mundo e a ascensão do Estado Novo no Brasil em 1937. O primeiro livro sobre o Imperialismo que foi escrito por um liberal economista chamado John A. Hobson. Para esse autor, a má distribuição de renda bloqueia o poder aquisitivo das pessoas, e as firmas operando em trustes e conglomerados²¹⁴³, atuando a partir de um comportamento

sociedades primitivas carregavam ainda o fardo embrionário de uma sociedade pré-lógica, sem a oportunidade de refletir eticamente para o bem da comunidade.

²¹⁴¹ Sobre o interdito de matar, o autor afirma que o interdito básico de qualquer ordem social é o interdito de matar, ou seja, a partir do luto fundado na morte do Pai, o pai primevo, pelos filhos, teria gerado a culpa dos filhos e dado início a uma interdição de matar máxima presente no aforismo bíblico "Não matarás"), que simbolizava a passagem da natureza para a cultura, de um estado de violência para um estado de convivência.

²¹⁴² HOBBSAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). p. 17.

²¹⁴³ A tendência monopolista do capitalismo na segunda metade do século XIX, concentrando capitais em acordos entre indústrias e bancos, gerou um excedente no mercado interno dos Estados Nacionais Modernos, que em 1870, a partir de um momento de crise na Europa, torna-se necessário a exportação de capitais para investir o

monopolista, acabam superproduzindo e acumulando capital, até que se torna insustentável apenas o mercado interno para escoar a produção²¹⁴⁴. Lênin, um dos maiores teóricos do marxismo, foi influenciado pelo livro de Hobson, mas ao contrário desse, Lênin acreditava que o imperialismo era uma fase avançada do capitalismo, e não um problema que possa ser identificado separadamente do capitalismo²¹⁴⁵.

Enquanto isso no Brasil as alianças com os ideais e regimes autoritários não tomaram um rumo diferente, porém com características próprias. A década de 1930 se inicia no Brasil sob um projeto político-ideológico²¹⁴⁶ fortemente influenciado pelo nacionalismo autoritário de estado, liderado por Getúlio Vargas, refletindo o policiamento político nas ruas e a valorização de saberes médicos científicos na administração do controle social. Nancy Stepan²¹⁴⁷ nos esclarece que o governo de Vargas flertou continuamente com o movimento eugênico²¹⁴⁸ no Brasil, unindo o pensamento médico e psiquiátrico com políticas sociais. A ocupação dos espaços das instituições policiais pelos médicos demonstra as complexidades das políticas sociais do Governo de Vargas. Conforme apontou Lúcia Lippi Oliveira, este contexto facilitou "uma identificação entre o Estado Novo e o fascismo europeu"²¹⁴⁹. A integração entre diferentes segmentos sociais "em um projeto comum, autoritário e

excedente. A necessidade de controlar as regiões que possuíam matérias-primas para as indústrias se torna imprescindível pra esses países. Assim um novo imperialismo se destacava no final do século XIX, tendo como uma de suas consequências no início do século XX a Primeira Guerra Mundial.

²¹⁴⁴ Ver em: HOBSON, John A. *Imperialism, a study*. London: Allen and Unwin, 1948; e: HOBSON, John [1894]. *A evolução do capitalismo moderno. Um estudo sobre a produção mecanizada*. Trad. de Benedicto de Carvalho. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

²¹⁴⁵ De acordo com Lênin o Imperialismo pode ser definido da seguinte maneira: "Se tivéssemos de definir o imperialismo da forma mais breve possível, diríamos que ele é a fase monopolista do capitalismo,(...) fusão do capital bancário e do capital industrial(...) e partilha territorial do globo(...)." Ainda assim, em 1914, quando explodiu a guerra, Lênin afirma que esse fora o melhor presente que o Czar poderia ter dado ao movimento revolucionário. Ver em: LENIN, I. V. *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Traduzido por José Eudes Baima Bezerra, Brasília: Nova Palavra, 2007. p. 143.

²¹⁴⁶ GOMES, Ângela Maria Castro. "A construção do Homem Novo". In: GOMES, A. M. C.; OLIVEIRA, L. L. & VELLOSO, M. P. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p.153.

²¹⁴⁷ STEPAN, Nancy Leys. "Eugenia no Brasil, 1917-1940". In: HOCHMAN, Gilberto Hochman & ARMUS, Diego (Orgs.) *Curar, Controlar, Cuidar. Ensaios Históricos sobre Saúde e Doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2003 (no prelo). p. 56.

²¹⁴⁸ O movimento científico e social que conhecemos como eugenia, inicialmente articulado pelo britânico Francis Galton em 1883, pretende-se como uma administração racional da espécie humana, para obter uma reprodução mais adequada. De acordo com Stepan, "a eugenia encorajou a administração científica e racional da composição hereditária da espécie humana." A autora afirma que, a eugenia "introduziu também novas idéias sociais e políticas inovadoras (...) como a seleção social contra indivíduos inadequados, incluindo-se aí cirurgias esterilizadoras involuntárias e racismo genético." Ver: STEPAN, Nancy. "A hora da eugenia": raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2005. p. 9.

²¹⁴⁹ OLIVEIRA, Lúcia L; Tradição e política: o pensamento de Almir de Andrade. In: GOMES, Ângela de C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar editora, 1982. p. 8.

nacionalista"²¹⁵⁰ compõe a doutrina do governo de Getúlio Vargas, principalmente a partir de 1937 com o Estado Novo.

Assim, à guisa de introdução, em parte dando voz à psicanálise, em parte à cultura política, objetivamos sinalizar as relações de identidade e consentimento desse período, percebendo os regimes autoritários como produto social, fruto de consensos, resistências e consentimentos. Tem sido frequente, nas análises sobre os regimes autoritários, a ênfase em abordagens segundo o qual o autoritarismo só foi possível a partir de práticas coercitivas e manipulatórias, limitando a observação do historiador ao Estado e no dualismo opressor e oprimido. Contudo, essas análises parecem não levar em conta a compreensão dos regimes autoritários enquanto produto social, pela facilidade em buscar respostas na repressão, se afastando das possibilidades de pensar como esses regimes chegaram ao poder. Podemos perceber um deslocamento da historiografia brasileira, no sentido de tentar romper com essa análise, por exemplo, no trabalho feito por Angela de Castro Gomes nos anos 1980. Ao se debruçar sobre o populismo da Era Vargas e a construção social do *trabalhismo*, a autora desconstrói a idéia de que tanto o populismo quanto o regime nacionalista e autoritário dessa Era havia sido construído a partir da repressão e da manipulação das massas, mas ao contrário, a mesma privilegiou a análise das alianças, dos compromissos, das agendas políticas, das relações de identidade e interesses envolvidos entre o governo de Vargas e os trabalhadores. Com esse estudo embrionário, diferentes pesquisas se lançaram ao levantamento da cultura política da história contemporânea, abrindo caminho para a análise dos sentimentos políticos e sociais que legitimam, formam consensos e consentimentos para determinados eventos e situações.

O nacionalismo radical foi um fenômeno generalizado na Europa e em alguns lugares da América, mas apresentou-se particularmente perigoso em países como Alemanha, onde a eugenia foi levada às últimas consequências em prol da limpeza étnica. O processo de unificação territorial da Alemanha como Estado-nação, concluído em 1871, conduzido pelo reino da Prússia, liderado pelo rei Guilherme I e pelo primeiro ministro Otto Von Bismarck, atraíram os alemães para um mundo mítico, projetando a vitória do idealismo sobre o materialismo, da sujeição dos interesses pessoais e de classe aos interesses da nação. O conceito *Volkish* (*Volk* significa gente ou povo) reflete substancialmente o nacionalismo alemão desse período, como um pensamento mítico da história germânica, onde os alemães

²¹⁵⁰ Idem.

seriam um povo superior, com uma língua superior e tradições elevadas. O espírito puro germânico, nesses termos, não deveria ser corrompido pelos valores iluministas, pela democracia, mas sim valorizar o passado medieval alemão, a paisagem alemã, o camponês, denunciando a tradição liberal humanista do Ocidente como fraca e degenerada. As doutrinas raciais se tornaram parte importante do discurso desses pensadores Volkish na busca pelo convencimento. Os alemães nacionalistas acreditavam que devido a qualidade superior da raça alemã eles tinham o direito de dominar outros povos em seu território, e elegeram tanto os eslavos do leste quanto os judeus como raças particularmente perniciosas e inferiores. O anti-semitismo, que se desenvolvia em fins do século XIX na Europa, encontra no pensamento mítico alemão uma forte atração:

A ideologia biológica racial nos diz que existem raças que lideram e raças que seguem. A história política nada mais é que a luta entre as raças que lideram. As conquistas, sobretudo, sempre são obras das raças líderes. Seus homens são capazes de conquistar, podem conquistar e devem conquistar.²¹⁵¹

A partir da análise do conceito de Volkish queremos demonstrar o modo como a ideologia racial nazista triunfou, ainda que com resistência e críticas, no contexto social da década de 1930 na Alemanha. Seria insuficiente a análise econômica e política limitada ao Estado e às relações de mercado para entendermos o colaboracionismo da sociedade alemã com certas atrocidades infringidas aos judeus. Nesse sentido, pensar a cultura política, a eugenia, o ideal de ordem e moral de uma determinada sociedade, como uma chave, como entendeu Serge Berstein, imprimindo a "diversidade, dimensão social, ritos, símbolos, ali onde reina, supõe-se, o partido, a instituição, a imobilidade"²¹⁵² nos ajuda a compreender de maneira ampla as relações políticas entre Estado e sociedade na Era Vargas. Objetivamos contribuir com os estudos a cerca dessa Era, em se tratando da análise do controle social, ao tentar explicá-la a partir não da repressão policial, jurídica ou política, mas a partir da intervenção de médicos e psiquiatras nas questões de ordem e administração dos problemas sociais, por vias aparentemente insólitas, como a eugenia no Brasil, mas que por outro lado guardam sentimentos e costumes que merecem destaque.

Após o Golpe de 1930, o médico Batista Luzardo é convidado para o cargo de Chefe de Polícia do Distrito Federal, que anteriormente era um privilégio dos magistrados, e em seguida o mesmo manda um convite ao seu antigo colega da Faculdade de Medicina do Rio

²¹⁵¹ MALTITZ, Von Horst. *The Evolution of Hitler's Germany*. Nova York, McGraw-Hill, 1973, p. 33.

²¹⁵² BERSTEIN, Serge. "L'historien et la culture politique". *Vingtième siècle. Revue d'histoire*, nº 35, 1992, p. 67.

de Janeiro, Leonídio Ribeiro, para dirigir o Gabinete de Identificação, o qual esse assume em 1931 e fica até 1946²¹⁵³, se tornando o primeiro médico a estar à frente do Gabinete, aprofundando uma fase de pesquisas científicas no tratamento de problemas criminais no Rio de Janeiro.

Em 1933 é criado o Laboratório de Antropologia Criminal onde Leonídio Ribeiro fará experiências medindo, descrevendo e classificando "indivíduos retirados das ruas da cidade com o intuito de demonstrar que a falta de proporcionalidade de suas compleições físicas evidenciava sinais de degeneração."²¹⁵⁴ No fim desse mesmo ano, fruto das experiências biotológicas feitas por Leonídio no Laboratório, é concedido o prêmio Lombroso²¹⁵⁵, pela Academia de Medicina de Turim, ao Instituto de Identificação. Segundo Cunha, o prêmio condecorava Leonídio "por suas pesquisas em torno da identificação de negros criminosos brasileiros, homossexuais e índios guaranis"²¹⁵⁶. A essa altura, segundo Cunha, "o nome de Leonídio já parecia estar definitivamente ligado à história da institucionalização dos estudos criminológicos no país"²¹⁵⁷, se tornando em um dos arautos²¹⁵⁸ da ciência no Brasil. É nesse momento que Leonídio Ribeiro se torna um forte defensor da esterilização dos degenerados no Rio de Janeiro, principalmente a partir de 1934, quando Hitler começa a implementar a lei de esterilização dos imbecis na Alemanha.

Quando a Alemanha nazista começou a aplicar a lei de esterilização dos anormais²¹⁵⁹, a partir do dia 1º de janeiro de 1934, médicos e psiquiatras se posicionaram nos jornais e revistas especializadas no Brasil, reacendendo os debates a cerca desse assunto, mas agora sob a luz do movimento eugênico que se desenvolvia ao redor do mundo. A lei alemã já havia

²¹⁵³ CUNHA, O. M. G. "Livros de memória do decifrador: medicina e crime nos estudos de Leonídio Ribeiro". In: DUARTE, L.F.D.; RUSSO, J.; VENÂNCIO, A.T. (Orgs.). *Psicologização no Brasil: atores e autores*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p. 85-106. p. 90

²¹⁵⁴ CUNHA, O. M. G. *Livros de memória do decifrador: medicina e crime nos estudos de Leonídio Ribeiro...*Op. cit., p. 104.

²¹⁵⁵ CARRARA, Mario . "Entrega do Premio Lombroso de 1933: Discurso do Prof. Mario Carrara". In: *Arquivos de Medicina Legal e Identificação*, n. 11, Rio de Janeiro, 1935, pp. V- VIII; Ver também: GUTMAN, Guilherme. "Criminologia, Antropologia e Medicina Legal. Um personagem central: Leonídio Ribeiro". *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 482-497, setembro 2010. p. 492.

²¹⁵⁶ CUNHA, O. M. G. *Livros de memória do decifrador: medicina e crime nos estudos de Leonídio Ribeiro...*Op. cit., p. 90.

²¹⁵⁷ CUNHA, O. M. G. *Livros de memória do decifrador: medicina e crime nos estudos de Leonídio Ribeiro...*Op. cit., p. 90.

²¹⁵⁸ CUNHA, O. M. G. *Livros de memória do decifrador: medicina e crime nos estudos de Leonídio Ribeiro...*op. cit., p.90.

²¹⁵⁹ O Jornal do Brasil, no dia 8 de dezembro de 1933, publicou trechos da carta oficial enviada pelo Reich à imprensa alemã a cerca das modalidades da aplicação da lei de esterilização, onde diz que "toda a pessoa que sofre de moléstia hereditária(física ou mental) poderá ser esterilizada, bastando para isso que um médico nomeado pelo Estado ateste a moléstia." Ver: "As modalidades da aplicação da lei da esterilização na Alemanha". *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 8/12/1933. p. 9.

sido aprovada desde 14 de julho de 1933 no parlamento nazista. Nos *Arquivos de Medicina Legal e Identificação*, médicos como o diretor da revista Leonídio Ribeiro, Maurício de Medeiros e Oscar Fonteneles receberam com grande entusiasmo a notícia de que a lei havia sido implementada na prática. Oscar Fonteneles diz que Hitler é um dos espíritos mais adiantados de sua época, e que aplaude de pé com verdadeiro entusiasmo seus princípios "favoráveis à limitação racional da natalidade e à esterilização dos anormais capazes de gerar proles estigmatizadas física ou psiquicamente"²¹⁶⁰. Leonídio Ribeiro defende a lei criada por Hitler e afirma que na Alemanha nazista haviam 750 mil "débeis mentais"²¹⁶¹, indesejáveis e sem utilidade para o país, motivo pelo qual se tornou urgente a lei de esterilização compulsória. Ribeiro justifica a experiência nazista e diz que está entre "os que aplaudem a legislação que manda esterilizar os indivíduos doentes e tarados para evitar uma prole inválida e inútil"²¹⁶², mas contraria a tese de que essa foi uma experiência pioneira. De acordo com Ribeiro, desde o ano de 1907 a esterilização dos anormais, e não só de criminosos, foi promulgada no Estado da Virgínia(EUA) e vem sendo aplicada chegando ao número de 5.820 indivíduos castrados no ano de 1928 e um total de 23 estados que aprovaram a lei nos EUA²¹⁶³.

A Igreja católica foi o primeiro setor organizado que se opôs às práticas de eugenia. Na véspera do natal de 1933, Ambrogio Damiano Achille Ratti, o Papa Pio XI, soberano do Estado da Cidade do Vaticano desde 1929, se manifestou contrariamente à lei de esterilização, aprovada na Alemanha em 1933²¹⁶⁴. Para o Papa, a esterilização era uma medida que extrapolava o poder dos dirigentes de Estado, e que as grandes nações não poderiam permitir esse tipo de experiência. Mas a verdade era que cada vez mais se popularizavam as experiências realizadas em diferentes países considerados modelos, como EUA, Inglaterra e quase toda o leste Europeu. O governo Húngaro, segundo o jornal *Nação*, preparava em agosto de 1933 uma lei de esterilização, se baseando no fato de existirem "11.000 retardados mentaes na Hungria, que custam ao governo cerca de 7.000.000 de corôas por anno."²¹⁶⁵ Na Inglaterra, de acordo com o jornal *Nação*, em janeiro de 1934, foi designada uma comissão para estudar a aplicação da lei de esterilização, concluindo que deveria ser adotado um

²¹⁶⁰ "Alguns médicos brasileiros manifestaram sua opinião sobre a lei de esterilização". *Arquivos de Medicina Legal e Identificação*. Julho de 1934, Rio de Janeiro. pp. 356-363. p. 359.

²¹⁶¹ "Alguns médicos brasileiros manifestaram sua opinião sobre a lei de esterilização"...Op. cit., p. 360.

²¹⁶² Idem.

²¹⁶³ "Alguns médicos brasileiros manifestaram sua opinião sobre a lei de esterilização"...Op. cit., p. 360.

²¹⁶⁴ Carta Encíclica de Pio XI. Cidade do Vaticano, 20 de abril de 1930.

²¹⁶⁵ "A lei de esterilização na Hungria". *Jornal Nação*. Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1933. p. 4.

sistema voluntário de esterilização, e não compulsório²¹⁶⁶.

A lei de esterilização dividiu as opiniões de tal maneira que Até mesmo o Jornal do Regime Fascista da Itália discordou da lei de esterilização de Hitler, chegando a ridicularizá-la. De acordo com o Diário de Notícias,

Os fascistas italianos ridicularizam as theories Hitleristas. O Regime Facista publica um artigo muito irônico sobre a lei de esterilização do governo hitlerista e sobre a teoria da pureza racial. Diz o jornal que: pode-se afirmar que, quando a esterilização fôr realizada systematicamente, no decurso de meio século, ficarão reduzidos a 40 ou 35 milhões, que serão certamente de uma distinta raça, como por exemplo, bem criados cavallos de puro sangue; mas os animaes de puro sangue não tem nenhum espírito, nenhum juízo...²¹⁶⁷

Além de não haver um consenso a cerca da validade das experiências eugênicas de esterilização, na década de 1930, tanto no Brasil quanto no mundo, também não havia clareza quanto ao uso e finalidade dessa prática, que ia do seu valor eugênico ao punitivo. Havia muitos médicos no Brasil que apesar de exaltarem a eugenia, se opunham à onda de esterilização dos degenerados, quase sempre por motivos conservadores ou por serem católicos, como o dr. Rodolpho Vilhena. Em artigo escrito pro jornal *Nação*, ele afirma que apesar de admirar a alemanha e a eugenia, a recente lei de esterilização aprovada lhe causou "surpresa e decepção"²¹⁶⁸.

Em 1923, a Liga Brasileira de Higiene Mental é fundada no Rio de Janeiro pelo psiquiatra Gustavo Riedel, e logo em seguida, em 1925, os *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*²¹⁶⁹. O objetivo principal da Liga estava inscrito na melhora da assistência aos doentes mentais na cidade²¹⁷⁰. A partir de 1926, a revista começa a assumir uma postura de promoção da eugenia. No início da década de 1930, tanto a Liga quanto a revista estão recebendo investimentos do Estado, o que facilitou por sua vez que as campanhas ocorressem e tivessem efeito nas decisões políticas. Em 1932, Enani Lopes era o presidente da Liga, e o professor Julio Porto-Carrero o vice-presidente e diretor do Departamento de Psicologia Aplicada e psicanálise²¹⁷¹ da Liga. A comissão executiva da Campanha Pró Higiene Mental se reuniu

²¹⁶⁶ "A esterilização na Inglaterra". *Nação*. Rio de Janeiro, 19/01/1934. p. 1.

²¹⁶⁷ "Os fascistas italianos ridicularizam as theories Hitlelirstas". *Diario de noticias*. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1934. p. 8.

²¹⁶⁸ "A esterilização dos anormaes". *A nação*. Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1933. p. 3.

²¹⁶⁹ COSTA, Jurandir. *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Gramond, 2006. p. 39.

²¹⁷⁰ LOPES, Ernani. *Reunião Inaugural da Campanha Pro-Higiene Mental*. In: *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, VI 4, Out-dezembro de 1933, p. 343.

²¹⁷¹ A psicanálise surge no Rio de Janeiro sobretudo no stablishment médico-psiquiátrico, nas primeiras décadas

pela primeira vez no dia 9 de Outubro de 1933, na Avenida Rio Branco, 125, 8º andar²¹⁷². O Presidente da Comissão Executiva da Campanha era o Sr. Alberto Teixeira Boavista, Getúlio Vargas era o Presidente de Honra, bem como sua esposa Darcy Vargas, que compareceram à primeira reunião.

A campanha foi pensada de modo que existisse a "Comissão Executiva", composta por psiquiatras, a "Comissão Patrocinadora", ligada à política e ao estado, e os "Grupos Cooperadores", que foram os principais articuladores da propaganda da campanha, tendo sido criado 11 grupos em 1933 com cerca de 20 pessoas cada. No dia 23 de outubro de 1933, a reunião inaugural com todas as comissões e grupos foi realizada em um jantar no Palace Hotel no Rio de Janeiro, tendo como orador oficial Ernani Lopes. O psiquiatra Lopes reclama em seu discurso que,

Organizam-se campanhas humanitárias contra a tuberculose, a lepra, o câncer, a febre amarela, e outras doenças físicas que flagellam o gênero humano.(...) É muito mais raro, entretanto, que se levem a efeito cruzadas com o objetivo de amparar as vítimas da doença mental²¹⁷³.

Houveram, ao todo, 9 reuniões da campanha e uma última reunião de encerramento no dia 8 de novembro de 1933, às 17h no Palace Hotel, tendo como orador oficial e presidente o deputado Dr. A. Xavier de Oliveira. No relatório final do diretor da Comissão Executiva da Campanha pró-higiene mental, Alberto Teixeira Boavista apresentou um balancete da receita e despesas da campanha pró higiene mental, onde aparece um alto valor de importâncias recebidas como doações. Entre as despesas estavam transporte, jornais, quadros, bandeiras, selos, aluguel de máquinas, gorjetas, funcionários, entre outros. Os objetivos da Campanha se resumiam basicamente a três: "Empregar todos os recursos da ciência para combater as causas das doenças nervosas e mentais"²¹⁷⁴, promover o estudo das "psychopathias"²¹⁷⁵, e, aquele que

do século XX. Na década de 1930, a psicanálise estava relacionada e limitada a uma visão freudista, foi Porto-Carrero o primeiro a desenvolver uma base clínica e colocar em prática na Liga Brasileira de Higiene mental.

²¹⁷² "A Campanha Pró-Higiene Mental". In: *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*. Out-Dez, 1933. pp.336-367. p. 364.

²¹⁷³ "A Campanha Pró-Higiene Mental". In: *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*. Out-Dez, 1933. pp.336-367. p. 345.

²¹⁷⁴ "A campanha Pró-Higiene Mental". In: *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*. Jan-Marc de 1934. pp. 62-88. p. 65.

²¹⁷⁵ Idem.

mais chama atenção e um dos focos do nosso trabalho: "realizar um programma de higiene mental e de eugenia, para engrandecimento do paiz e melhoria da raça."²¹⁷⁶

De acordo com o folheto de propaganda da Campanha Pró Higiene Mental, publicada na edição de janeiro de 1934, as qualidades de um homem dotado de higiene mental ideal deveriam ser tanto morais e intelectuais quanto pelo fator da hereditariedade, sendo "em parte porque herdou de seus progenitores, em parte porque recebeu uma educação adequada ao seu temperamento"²¹⁷⁷. De acordo com o folheto, as classes sociais constituídas pelos "fracassados, mendigos, vagabundos"²¹⁷⁸ representam o grupo de inadaptados e anormais, com problema de "alienação moral"²¹⁷⁹. É interessante perceber a relação que ele faz entre as classes sociais mais pobres e desprivilegiadas com a "massa de insanos"²¹⁸⁰ que habitam o Rio de Janeiro. A figura do anormal habitou tanto o imaginário dos psiquiatras nesse período que a eugenia se transformou em uma porta de acesso à legitimação científica das relações de poder, marcando no imaginário popular qualidades depreciativas, de raça e de classe, na construção dos léxicos possíveis para o anormal que habitava o Rio de Janeiro.

Michel Foucault procurou abordar na história das ciências a intervenção do saber médico-psiquiátrico nas questões sociais, abrindo caminho para estudos que valorizassem os saberes que incidem sobre o corpo e que se unem na pretensão de um controle social mais racional e efetivo²¹⁸¹. Para Foucault, o exercício moderno do poder se traduz no investimento da normalização²¹⁸² da sociedade, a partir de discursos e práticas condensados no pensamento médico-psiquiátrico. Concluímos com a pesquisa que tanto a medicina quanto a psiquiatria desempenharam um papel fundamental nesse processo ao longo do primeiro governo de Vargas, de formadoras de opinião, poderosamente apoiada no crivo científico, e se os "juristas dos séculos XVII e XVIII inventaram um sistema social que devia estar dirigido por um sistema de leis codificadas, pode-se afirmar que os médicos do século XX estão a inventar

²¹⁷⁶ "A campanha Pró-Higiene Mental". In: *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*. Jan-Marc de 1934. pp. 62-88. p. 66.

²¹⁷⁷ "A campanha Pró-Higiene Mental". In: *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*. Jan-Marc de 1934. pp. 62-88. p. 62.

²¹⁷⁸ Idem.

²¹⁷⁹ Idem.

²¹⁸⁰ Idem.

²¹⁸¹ FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. 2ª edição. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010. p. 212.

²¹⁸² FOUCAULT, Michel. *Os anormais - Cursos do Collège de France 1974-75*. Trad. E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 62.

uma sociedade da norma e não da Lei.”²¹⁸³ Assim, os discursos presentes em revistas especializadas produzem “regimes de verdades”²¹⁸⁴, e funcionam como continuação do processo criminal. Por isso, não devem ser vistos como simples propaganda da elite, mas “um lugar em que se encontravam dois investimentos da prática penal – uma espécie de frente de luta em torno do crime, de sua punição e lembrança”²¹⁸⁵. Nesse sentido, “se esses relatos podem ser impressos e postos em circulação, é porque se esperam deles efeitos de controle ideológico”²¹⁸⁶.

BIBLIOGRAFIA

BERSTEIN, Serge. "L'historien et la culture politique". *Vingtième siècle - Revue d'histoire*, nº 35, 1992.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998. p. 42.

COSTA, Jurandir. *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Grammond, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. 2ª edição. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010. p. 212.

_____. *Os anormais - Cursos do Collège de France 1974-75*. Trad. E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FREUD, Sigmund. *Escritos sobre a guerra e a morte*. Trad. Artur Mourão. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009.

GOMES, Ângela de Castro. "A construção do Homem Novo". In: GOMES, A. M. C.;

OLIVEIRA, L. L. & VELLOSO, M. P. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSON, John A. *Imperialism, a study*. London: Allen and Unwin, 1948.

²¹⁸³ Edgard Castro, no livro *Vocabulário de Foucault* enfatiza esse pensamento do próprio Foucault, transmitido a partir das palavras de Castro. Ver: CASTRO, Edgard. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016. p. 299.

²¹⁸⁴ Foucault afirma que: “A verdade está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. Regime da Verdade”. Ver: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 2ª ed, trad. Roberto Machado, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. p. 54.

²¹⁸⁵ Ibid., p. 60.

²¹⁸⁶ Ibid., p. 60.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

LENIN, I. V. *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Traduzido por José Eudes Baima Bezerra, Brasília: Nova Palavra, 2007.

MALTITZ, Von Horst. *The Evolution of Hitler's Germany*. Nova York, McGraw-Hill, 1973.

OLIVEIRA, Lúcia L; "Tradição e política: o pensamento de Almir de Andrade". In: GOMES, Ângela de C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar editora, 1982.

STEPAN, Nancy Leys. "Eugenia no Brasil, 1917-1940". In: HOCHMAN, Gilberto Hochman & ARMUS, Diego (Orgs.) *Curar, Controlar, Cuidar. Ensaios Históricos sobre Saúde e Doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2003 (no prelo).

Jornais e revistas:

- "Alguns médicos brasileiros manifestaram sua opinião sobre a lei de esterilização". *Arquivos de Medicina Legal e Identificação*. Julho de 1934, Rio de Janeiro. pp. 356-363. p. 359.

- "A esterilização dos anormais". *A nação*. Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1933. p. 3.

- "A santa sé protesta perante o Reich contra violações da concordata". *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 17 de julho de 1935. p. 4.

- "A Campanha Pró-Higiene Mental". In: *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*. Out-Dez, 1933. pp.336-367.

- "Conferência Internacional de Direito Penal". *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1935. p. 7.

- "Os fascistas italianos ridicularizam as theories Hitlelirstas". *Diario de noticias*. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1934. p. 8.

- "Um projeto de esterilização de criminosos no Estado de Oklahoma ". *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1/09/1933. p. 1.

“Reflexões sobre Edmund Burke por Silva Lisboa: nem tudo é o que parece ser”

Rosemary Saraiva da Silva²¹⁸⁷

Resumo: Apresenta pesquisa em andamento sobre o livro "*Extractos das Obras Políticas e Econômicas de Edmund Burke*" publicado pela Imprensa Régia no Rio de Janeiro, em 1812, por José da Silva Lisboa a partir de textos do político e escritor irlandês do século XVIII. A análise se baseia em comparação das três edições dessa obra: a de 1812, as de 1821 e 1822, sendo que a primeira publicada em Portugal era desconhecida da historiografia brasileira até a conclusão da pesquisa realizada no Mestrado em 2018. As publicações das versões alteradas e desconhecidas por Silva Lisboa sugerem objetivos diversos do que o autor pretendia, logo, o objetivo da pesquisa atual é avaliar e interpretar os textos inclusos, considerando a forma como a obra foi lida, compreendida e utilizada nos três períodos históricos (1812,1821/22,1850).

Palavras-chave: Conservadorismo, Liberalismo, Regeneração.

Abstract: Presents ongoing research on the book "Extracts from Political and Economic Works by Edmund Burke" published by the Royal Press in Rio de Janeiro, in 1812, by José da Silva Lisboa from texts of the 18th century Irish politician and writer. The analysis is based on a comparison of the three editions of this work: that of 1812, those of 1821 and 1822, the first published in Portugal was unknown to Brazilian historiography until the conclusion of the research carried out in the Master's Degree in 2018. The publications of the altered and unknown versions by Silva Lisboa suggest different objectives than the author intended, so the objective of the current research is to evaluate and interpret the included texts, considering the way the work was read, understood and used in the three historical periods. (1812.1821 / 22.1850).

Key words: Conservatism, Liberalism, Regeneration.

²¹⁸⁷ Doutoranda em História- UERJ- rosemarysaraiva21@gmail.com

O ano de 1812 estava começando, quando José da Silva Lisboa (1756-1835), futuro Visconde de Cairu (1825), foi surpreendido com a triste notícia do falecimento de seu benfeitor D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1745-1812) no dia 26 de janeiro. Silva Lisboa estava afastado das atividades políticas e literárias, ainda guardando o luto pela viuvez repentina, a esposa D. Anna Francisca, companheira por vinte e sete anos, havia morrido em agosto de 1811.²¹⁸⁸ Acometido pelo sofrimento com uma gota em uma das pernas, Silva Lisboa lamenta em carta ao Lord Strangford, Percy Clinton Sydney Smythe (1780-1855), não poder lhe prestar as devidas homenagens, mas afirma que receber a mensagem do nobre inglês o reconfortou no momento da perda de seu benfeitor.²¹⁸⁹ Aos dois nobres foram direcionados a dedicatória e o prefácio da edição de 1812 da obra na qual Silva Lisboa se propõe a traduzir alguns extratos dos escritos da lavra de Edmund Burke.

Considerando as ligações de amizade e as tradições do Antigo Regime que uniam a vida desses homens, a historiografia deixou em aberto à possibilidade de um estudo que identificasse as razões pelas quais houve uma segunda edição dessa obra de Silva Lisboa publicada por uma tipografia portuguesa em 1822, onde tais partes de reverência simplesmente desapareceram. Esse fato não é mencionado, sequer questionado, por aqueles que se dedicaram a estudar a vida e obra de José da Silva Lisboa. Não há qualquer citação nos livros escritos sobre ele que, numa leitura mais apurada, indique ter sido observado partes ausentes, ou mesmo as acentuadas alterações em seu conteúdo de uma edição para a outra.

Nem mesmo a redução de seu tamanho (de impressão em duas partes com 142 e 136 páginas, respectivamente, além de um apêndice, para uma única de 88 páginas, sem apêndice) foi capaz de chamar a atenção dos estudiosos para essa nova edição.²¹⁹⁰

Apesar das duas segundas edições portuguesas serem idênticas, não fica evidente o motivo pelo qual a de 1822 é descrita como sendo a mais correta: se é em relação à de 1821, ou à primeira de 1812. Com as pesquisas já realizadas ficaram comprovadas as alterações entre as duas edições da obra de Silva Lisboa, “*Extractos das Obras Políticas e Econômicas de Edmund Burke*”, a brasileira (1812) e a portuguesa (1822), muito além do acréscimo ao título do adjetivo ao político irlandês, alterado para “*Extractos das Obras Políticas e Econômicas*

²¹⁸⁸ BELCHIOR, Elysis de Oliveira. *Visconde de Cairu: vida e obra*. 2 ed. – Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio, 2000, p. 57.

²¹⁸⁹ Fundo Visconde de Cairu, cód. Ref. BR AN, RJAN RIO R7.0.010.

²¹⁹⁰ SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*, continuados e ampliados por Brito Aranha, Tomo XIII, 6º Suplemento – Lisboa: Imprensa Nacional, 1885, p. 203.

do Grande Edmund Burke, a segunda mais correcta”. O exemplar de 1821, encontrado na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, apresentava como título: “*Extractos das Obras Políticas e Econômicas do Grande Edmund Burke, mui úteis para a Regeneração de Portugal*”, permitindo que novas conjecturas fossem feitas, como a hipótese de que tais edições portuguesas eram desconhecidas por Silva Lisboa. Até mesmo seu filho, Bento da Silva Lisboa, no discurso proferido no IHGB, que é considerado como a primeira biografia do falecido Visconde, só faz referência ao livro de 1812, indicando que também a família desconhecia as segundas edições da referida obra.²¹⁹¹

Considerando a necessidade de uma avaliação comparativa entre os volumes, foi constatado inicialmente que não há diferenças entre as impressões de 1821 e 1822, além do título; que, entre essas e a de 1812, há alterações de palavras, frases, supressão de parágrafos, de partes inteiras e também de notas de rodapé, o que torna praticamente as segundas edições novos textos, e que podem alterar o que fora pretendido por Silva Lisboa com orientação e incentivo de Sousa Coutinho.²¹⁹²

Esse incentivo advém da admiração do nobre ministro pelo pensamento político de Burke, assim como era do pensamento liberal econômico de Adam Smith²¹⁹³, cuja principal obra fora traduzida, em 1811, pelo jovem Bento da Silva Lisboa (1793-1864), à época com dezoito anos, quando esse exercia o cargo de oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra em 1809.²¹⁹⁴

A proposta para o Doutorado foi de analisar o conteúdo das duas edições, 1812 e 1821/1822, para verificar o quanto se trata de uma tradução, de uma adaptação ou mesmo de uma reinterpretação dos textos extraídos das várias obras de Edmund Burke (1729-1797) e não somente daquela mais famosa, “*Reflexões sobre a Revolução na França*”, publicada em novembro de 1790.²¹⁹⁵ (8).

A questão da tradução feita por Silva Lisboa foi levantada pelo historiador alemão Ulrich Mücke, da Universidade de Hamburgo, em um artigo no qual cita que a obra de Silva

²¹⁹¹ LISBOA, Bento da Silva. “José da Silva Lisboa, Visconde de Cayru: Memória escripta por seu filho e conselheiro Bento da Silva Lisboa, e lida na sessão do Instituto Histórico em 24 de agosto de 1839”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1839, p. 190.

²¹⁹² LISBOA, José da Silva. *Extractos das Obras Políticas e Economicas de Edmund Burke*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1812, parte I, p. IX.

²¹⁹³ BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Visconde de Cairu: vida e obra*. 2 ed. – Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio, 2000, p.15.

²¹⁹⁴ MELLO MORAES, Alexandre José de. *Apontamentos Biographicos do Barão de Cayru*. Rio de Janeiro: Typographia Brasileira – Edictor J. J. do Patrocínio, 1863, p. 4.

²¹⁹⁵ BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução na França*. Tradução José Miguel Nani Soares. – 1ª ed., São Paulo: EDIPRO, 2014.

Lisboa contendo o que seria o pensamento de Burke foi o documento mais importante para trazer o pensamento burkeano para a América Latina²¹⁹⁶,

“No entanto, uma leitura mais atenta da tradução mostra que ela é muito diferente do texto em inglês. Silva Lisboa não traduziu a crítica de Burke ao antigo regime, à igreja e ao absolutismo, e assim o brasileiro Burke é muito mais simpático ao regime político de Luís XVI do britânico Burke. Por exemplo, Silva Lisboa não traduziu as reflexões de Burke sobre o papel dos reis. Embora Burke tenha condenado a Revolução Francesa, ele não falou mais gentilmente sobre o poder dos reis franceses.” (tradução livre desta autora)

Com essa indicação, optou-se pela metodologia de se fazer uma leitura comparada e basear-se nos princípios da hermenêutica para o estudo da interpretação do texto nas edições do livro com vistas a compreender quais foram os objetivos que levaram a publicar cada versão e a que tipo de leitor se dirigia.

Como não havia referências historiográficas à edição de 1821, não era possível, inicialmente, fazer qualquer ligação com o movimento de regeneração da monarquia. Isso só pode ser possível a partir da localização de exemplares da obra, cujo título referencia àquele momento histórico, que surge após a Revolta do Porto em 1820.

Pensando nas condições em que foram feitas as segundas edições, podemos supor que a exclusão da dedicatória ao Lord Strangford esteja ligada à conturbada relação entre os ingleses que estavam “governando” Portugal no período de resistência aos franceses e ausência da Corte, ainda no Rio de Janeiro, ponto de reivindicação dos revoltosos do Porto. Quanto aos parágrafos mencionando o Conde de Linhares, a ausência pode prender-se ao fato de que o poderoso ministro ter sido grande admirador da Inglaterra, levando ao estreitamento dos vínculos de amizade entre aquelas duas Coroas.

No prefácio da edição de 1812 há menção ao fato de que tal publicação se dera *post-mortem*²¹⁹⁷, confirmando que D. Rodrigo não chegou a ver o resultado da obra sugerida. Os primeiros anúncios de venda foram encontrados na Gazeta do Rio de Janeiro nos nº 30, de 11 de abril de 1812, página 4, e nº 61, de 19 de julho de 1812, página 4, distribuídos pelo livreiro Paulo Martin.

²¹⁹⁶ MÜCKE, Ulrich. “José da Silva Lisboa: Conservatism and Liberalism between Europe and America”. In: *Latin America and the Atlantic World: El mundo Atlántico y América Latina (1500-1850). Essays in honor of Horst Pietschmann*. PIEPER, Renate; SCHMIDT, Peer (org). Köln: Böhlau Verlag GmbH & Cie, 2005, p. 187.

²¹⁹⁷ LISBOA, José da Silva. *Extractos das Obras Políticas e Economicas de Edmund Burke*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1812, parte I, p. IX.

Ainda não se sabe como Silva Lisboa teve acesso aos textos de Edmund Burke, dos quais se vale em citações usadas em seus escritos (discursos, livros ou panfletos), mesmo anteriores a essa obra. No Catálogo da biblioteca de Sousa Coutinho há dois exemplares da obra, “*Reflexões sobre a Revolução na França*”, em língua francesa e inglesa, ambas de 1790.²¹⁹⁸ Com o leilão ocorrido em 1895 do acervo da chamada livraria de D. Rodrigo não há como saber onde estão esses exemplares adquiridos pelo governo brasileiro, se no Ministério das Relações Exteriores, Biblioteca Nacional ou Arquivos Públicos de São Paulo ou de Minas Gerais.²¹⁹⁹

O exemplar dessa obra de Burke que se encontra na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro apresenta *ex-libris* “De la Bibliotheque du Commandeur d’Araujo”²²⁰⁰, ou seja, pertencia à biblioteca de Antonio de Araújo e Azevedo, o Conde da Barca (1754-1817), por vezes oponente político de D. Rodrigo e reconhecido francófilo que ocupara também o cargo de Ministro Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Sua biblioteca, herdada pelo irmão João Antonio de Araújo e Azevedo (1764-1823), foi vendida para quitar as dívidas deixadas pelo Conde.²²⁰¹

No catálogo manuscrito dessa coleção, de 1818, estão relacionados: o livro de Bento da Silva Lisboa referente à tradução do livro “Riqueza das Nações”, de Adam Smith, e vários títulos escritos por Edmund Burke.²²⁰² O acervo adquirido por D. João VI para compor a Biblioteca Real do Príncipe, formou a Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. O valor acordado só foi efetivamente pago aos herdeiros seguintes em 1860, após vários processos judiciais.²²⁰³

Quanto à possibilidade de Silva Lisboa ter livros de Burke em sua própria biblioteca fica a investigação prejudicada, uma vez que nos periódicos da época foi encontrada notícia

²¹⁹⁸ Coleção Conde de Linhares, Torre do Tombo: PT.TT.CLNH-0004-001_m0045 (em francês) e PT.TT.CLNH-0004-001_m0097 (em inglês).

²¹⁹⁹ Anais da Biblioteca Nacional, nº 128, 2008, p. 27.

²²⁰⁰ Para maiores esclarecimentos sobre o acervo do Conde da Barca, sugere-se a leitura do artigo escrito por MENEZES BRUM, José Zephyrino de, “Do Conde da Barca: de seus escriptos e livraria”, In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, publicado sob a direção do bibliotecário Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, fascículo nº 1, Volume III (1876-1877) - Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger & Filhos, p. 5 a 359, 1877.

²²⁰¹ FERRAZ, Márcia H.M. “A classificação das ciências na biblioteca do Conde da Barca”. In: *Revista Circumscribere: International Journal for the History of Science*, nº 19, CESIMA: PUC-SP, 2017, p. 37.

²²⁰² Catálogo dos Livros da Bibliotheca do Conde da Barca, em 1818, p.19, 165,172. – Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos.

²²⁰³ FERRAZ, Márcia H.M. “A classificação das ciências na biblioteca do Conde da Barca”. In: *Revista Circumscribere: International Journal for the History of Science*, nº 19, CESIMA: PUC-SP, 2017, p. 38-40.

sobre um incêndio na residência dele, conforme a nota publicada no Diário do Rio de Janeiro nº 21, de 27 de abril de 1824, p. 3 e 4, de agradecimento e chamamento ao público leitor:

“José da Silva Lisboa não conhecendo pessoalmente todas as pessoas, que tiverao a bondade de concorrer com toda a diligencia no dia 18 do corrente mez a apagar o fogo, que appareceu na chaminé da casa em que habita na rua de Santa Theresa; muito ajudando as Patrulhas Militares; vai por este modo dar os seus agradecimentos por huma acção tão civil e humana. Aproveita esta ocasião para rogar as pessoas, a cujas mãos possao por alguma casualidade chegar os volumes dos Livros, que se lhe desencaminharao na noite do incêndio, lhe entregar na dita sua casa, com especialidade da Obra Ingleza de Gibbon, e da Franceza de Condillac; se digne mandar.”

Em pesquisa realizada no Fundo Cairu do Arquivo Nacional encontrou-se apenas traslado de seu testamento, registrado em cartório em 10 de abril de 1827, onde não há qualquer descrição de bens deixados aos filhos.²²⁰⁴

Outro ponto considerado na análise é o contexto histórico em que as edições foram publicadas para compreender os objetivos a serem alcançados junto aos eventuais leitores, a quem se esperava influenciar com o discurso utilizado no conteúdo de cada uma das três edições. A primeira, de 1812, vem à luz quando ocorria a chamada Guerra Peninsular, onde os ingleses, portugueses e espanhóis enfrentavam os exércitos de Napoleão Bonaparte. Também no território americano havia turbulência, com os movimentos revolucionários nas colônias espanholas, entre 1809 e 1811, muito influenciados pela abdicação dos monarcas espanhóis, Carlos IV e Fernando VII, substituídos por José Bonaparte, novo rei nomeado pelo irmão Napoleão.

Outro fato que preocuparia D. Rodrigo em manter íntegro o Império Português, sem o risco de revoltas e separações, teria sido a instalação das Cortes Gerais Extraordinárias da Espanha, em Cádiz, em setembro de 1810, que restaurado o governo espanhol, não seria como antes. Não se pode esquecer que D. Rodrigo já vinha acompanhando as revoltas que estavam ocorrendo na Europa e no continente americano desde fins do século XVIII.²²⁰⁵

Nos dois momentos em que as segundas edições são distribuídas, o contexto histórico já era outro, mas não menos conturbado ainda tendo D. João VI no trono, mas afastado de Portugal, que sofria com a ausência da Corte e via o Brasil ocupar espaço de destaque dentro do Império luso. Foi um período de disseminação de ideias, não só revolucionárias, mas de

²²⁰⁴ Fundo Visconde de Cairu, Cód. Ref. BR AN, RJAN RIO R7.0.033, p.88 a 92

²²⁰⁵ POMBO, Nívia. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho: pensamento e ação político-administrativa no império português (1778-1812)*. 1ª ed. – São Paulo: HUCITEC, 2015, p. 62-77.

redução do poder da Igreja católica, e de novas políticas liberais, exigindo mudanças nos governos das monarquias restabelecidas, trazendo uma versão mais constitucional e democrática.

Com esse novo ideário, em 1820, o movimento revolucionário na cidade do Porto força a instalação das Cortes em Lisboa, em 1821, quando passou a ser exigido o retorno imediato do monarca ao seu lugar de direito, fazendo com que o modelo de Monarquia Pluricontinental fosse revisto em relação ao Brasil. Com isso, o Brasil assumiria ser província e não mais a metrópole. Essa nova situação não agradou aos brasileiros, e na regência do príncipe D. Pedro, iniciou-se o processo de independência.

Não foi possível ainda identificar quando a edição de 1821, cujo título há a referência à regeneração de Portugal, foi distribuída, não foi encontrado aviso de venda nos periódicos portugueses por todo aquele ano. Foram encontrados apenas dois exemplares: um encadernado em forma de miscelânea (com outras obras do mesmo período), no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, e outro, em volume único, pertence à Biblioteca da Universidade de Chicago, não havendo naquela instituição registro da origem e data de recepção.

Quanto ao impresso em 1822, há um aviso no Suplemento nº 8 da edição de 09 de fevereiro de 1822 do Diário do Governo, informando que estaria à venda nas lojas de livros da Rua Augusta, do Ouro, Potes das Almas, e Chiado por 360 réis. Nesse mesmo anúncio observa-se que há outras publicações que enfaticamente apoiavam o movimento de regeneração ocorrido em Portugal no ano de 1820.

Considerando que a edição de 1821 nunca foi citada pela historiografia brasileira ou portuguesa até o século XX²²⁰⁶, não se pode afirmar que algum exemplar tenha chegado ao Brasil no período da vida de Silva Lisboa e seus familiares mais próximos. Ao se consultar o mais antigo volume de referências bibliográficas em língua portuguesa, o “*Diccionario Bibliographico Portuguez*” de Innocencio Francisco da Silva, de 1860, no verbete dedicado a Silva Lisboa, p.126, nota-se que o item nº 4740 do livro “*Extractos das Obras Políticas e Economicas de Edmund Burke*”, há referência somente ao de 1812 publicado em dois tomos.

²²⁰⁶ Somente foi encontrada uma citação direta à edição do livro de 1821 em: LISBOA, João Luís. “From publishing to the publisher – Portugal and the changes in the world of print in the 19th century”. In: ABREU, Márcia; SILVA, Ana Cláudia Suriani da. (org.). *The Cultural Revolution of the 19th century: Theatre, the Book-trade and Reading in the Transatlantic World*. London: I. B. Tauris Publishers, 2016, p. 75.

Somente no último quartel do século XIX é que, pela primeira vez, a segunda edição (1822) é mencionada, em obra publicada em 1881.²²⁰⁷ Ao que tudo indica foi em suas pesquisas junto a diversas instituições que visitou pelo Brasil afora e na Europa²²⁰⁸ que Valle Cabral pode ter identificado a existência da edição de 1822, que ele cita quase como uma nota no item 10 referente ao livro sobre os escritos de Burke que “há segunda edição mais correcta feita em Lisboa, em a Nova Impressão Viúva Neves e filhos, 1822, in-4º, de VII-88 pp.num.-Não traz o *Appendice*”.²²⁰⁹ Como se vê ele não indica a localização física dessa edição, ou, ao menos, faz menção de como e onde obteve tal informação.

Depois dessa publicação a citação sobre a edição de 1822 consta no “*Diccionario Bibliographico Brasileiro*”, de Sacramento Blake, volume V, de 1899, como também no “*Diccionario Bibliographico Portuguez*”, de Innocencio Francisco da Silva em sua edição ampliada por Brito Aranha em 1885. Cabendo destacar que nesse último, no início do verbete dedicado a José da Silva Lisboa, reporta-se ao volume anterior (Tomo V, 1860, p. 124-127), e se menciona diretamente a obra de Valle Cabral, quando diz que

“Há que rectificar e ampliar, pelo assim dizer, refundir este artigo, não só em vista das informações colhidas depois da impressão e publicação do trabalho de Innocencio, mas em presença da excelente biographia escripta pelo sr. Valle Cabral, publicada no Rio de Janeiro em 1881, e consagrada à exposição de história do Brazil realizada no mesmo anno. É o estudo mais apurado e mais completo que conheço a respeito de Silva Lisboa. D’elle me servirei, pois, tanto na parte biográfica, como na parte bibliográfica, com tanta maior confiança, quanto é certo, e o confesso reconhecido, que no exemplar com que me honrou o esclarecido autor, por intermédio do sr. Joaquim da Silva Mello Guimarães, encontro uma nota autografa para me guiar na enumeração das obras de Silva Lisboa.”²²¹⁰

Tendo por base o escrito de Valle Cabral, Brito Aranha inclui no verbete a citação à obra “*Extractos das obras de Burke*” (nº 4740), fazendo menção à “Segunda edição mais correcta” publicada pela Impressão da Viúva Neves e filhos, em 1822.²²¹¹

²²⁰⁷ VALLE CABRAL, Alfredo do. “*Vida e Escriptos de José da Silva Lisboa*”. In: *Revista Brasileira*, Terceiro Anno, Tomo X, nº 1 – Rio de Janeiro: N. Midosi Editor, 1881, p. 403.

²²⁰⁸ Anais da Biblioteca Nacional nº 73, 1954, p. 14-19.

²²⁰⁹ VALLE CABRAL, Alfredo do. “*Vida e Escriptos de José da Silva Lisboa*”. In: *Revista Brasileira*, Terceiro Anno, Tomo X, nº 1 – Rio de Janeiro: N. Midosi Editor, 1881, p. 403.

²²¹⁰ SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*, continuados e ampliados por Brito Aranha, Tomo XIII, 6º Supplemento, 1885, p. 200-201.

²²¹¹ SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*, continuados e ampliados por Brito Aranha, Tomo XIII, 6º Supplemento, 1885, p. 203.

Acredita-se, pois, que os que se dedicaram a estudar as obras de Silva Lisboa, seguiram essas obras de referência (Valle Cabral, Blake e Innocencio Silva por Brito Aranha) sem que fosse efetivamente vista e lida a versão de 1822. Com isso, reforçava-se, a hipótese defendida de que Silva Lisboa e seus descendentes nunca tomaram conhecimento de que a obra fora revista em Portugal, provavelmente, com interesses bem diferentes daqueles que motivaram sua primeira edição.

Com relação à edição de 1822, essa teve exemplares físicos localizados nas seguintes bibliotecas brasileiras: na Biblioteca Brasileira Guita-Midlin da USP; Biblioteca Histórica do Itamaraty Rio; e na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, todos sob a forma de miscelânea (encadernados com outras obras). O exemplar da Biblioteca Brasileira, que está digitalizado e disponível para consulta na internet, apresenta *ex-libris* da Coleção Rubens Borba Alves de Moraes (1899-1986). O volume que está no Itamaraty está registrado como inclusa na Coleção Francisco Adolpho de Varnhagen (1816-1878), como também a ela pertence os dois volumes da edição de 1812.

O volume que está no acervo da Biblioteca Nacional chegou naquela instituição em 1890, mediante doação em testamento do bibliófilo fluminense residente em Portugal, João Antônio Marques, que deu nome à seção de Obras Raras, onde há um retrato de sua figura. Ocorre que esse exemplar, chegado ao Brasil mais de sessenta anos após o falecimento de Silva Lisboa, apresenta em seu frontispício uma rubrica que pode ser lida como J. M. P. Roiz (abreviatura de Rodrigues).

Buscas ao possível dono da rubrica poderiam levar àquele que fora o dono anterior do volume. Encontrou-se a figura de José Maria Pereira Rodrigues (1837-1885), escritor, tradutor e jornalista, tendo sido redator do *Jornal Chronica dos Theatros*, de Lisboa, por seis anos, de 1863 a 1869.²²¹² Foi deputado nas Cortes representando a província de São Thomé, quando ali era governador o Sr. Gregório José Ribeiro (1828-1884), seu cunhado, no período de outubro de 1873 a novembro de 1876.

Outro fato a se destacar é que José Maria Pereira Rodrigues tinha um irmão mais velho, João Félix Rodrigues (1831-1870), conhecido pela alcunha de o “Tanas” do jornal “O Português” (1856-1866), tendo sido um polemista dos mais ardentes, vigorosos e ilustrados. Por causa do irmão João Félix, Pereira Rodrigues passou a ser conhecido como o “Tanas Lyrico”, devido a sua atuação na área teatral e musical. O cognome “Tanas” era um anagrama

²²¹² SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo IX, 2º Suplemento – Lisboa: Imprensa Nacional, 1870, p. 69.

de uma das assinaturas que João Félix usava em seus artigos (Satan), além de se apresentar também por suas iniciais invertidas: R.F. J.²²¹³

Relata Innocencio Francisco da Silva em seu dicionário no verbete dedicado a João Felix que

“escreveu-me o sr. J. M. Pereira Rodrigues, que se lembrava de ter ouvido que seu irmão João Felix redigira, ou estava redigindo, umas Memórias da sua vida ou do seu tempo, mas que elle não as vira nunca, e lhe parecia que com outros papeis d’elle ficariam, depois de seu fallecimento, em poder da família com quem estava ligado, cujo chefe, Manuel Patricio Alvares, também é hoje falecido.”²²¹⁴

Na página 3 da edição nº 44 do periódico “*A Illustração Portugueza*”, de 17 de maio de 1886, na coluna “Recordações de um Jornalista”, consta menção ao nome do irmão João Félix Rodrigues, como fazendo parte de um grupo de jacobinos, que formava boa parte do Partido Patuleia. O articulista explica que usou o termo jacobino por serem esses partidários intransigentes. Ao que se vê havia envolvimento dos irmãos na área dos jornais que atuavam ativamente na política portuguesa no movimento regenerador de 1850, que teve inspiração na ideia de regeneração advinda do movimento vintista, no pensamento e discurso liberal desde os anos de 1817 a 1820.

Ao falecer, J. M. P. Rodrigues deixou viúva e única herdeira, D. Elisa Virgínia Ribeiro Pereira Rodrigues, não sendo possível confirmar se fora ela quem teria vendido ao bibliófilo brasileiro o exemplar doado e remetido à Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro em 1890. Diante dessas informações pode-se supor que as ideias expressas na versão da obra de Silva Lisboa publicada em 1822, em pleno movimento regenerador vintista, podem ter de alguma forma inspirado os irmãos jornalistas. Talvez se possa cogitar a possibilidade do exemplar que está na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro tenha pertencido inicialmente a João Felix, e que ao falecer, foi herdado por J. M. P. Rodrigues.²²¹⁵

A pesquisa a ser aprofundada visará interpretar os textos de forma a identificar como o discurso ali contido, em cada uma das edições, poderia ter sido usado politicamente pelo seu autor original e pelos seus coautores (aqui considerados os responsáveis pelas publicações

²²¹³ SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*, continuados e ampliados por Brito Aranha, Tomo X, 3º Supplemento, 1883, p. 245-247.

²²¹⁴ SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*, continuados e ampliados por Brito Aranha, Tomo X, 3º Supplemento, 1883, p. 247.

²²¹⁵ FERREIRA, Alberto. *Bom senso e Bom gosto: Questão Coimbrã*. Volume IV (1866), Collecção Portugália. – Lisboa: Portugália Editora, 1970, p. 343.

portuguesas que sofreram alterações a partir do texto original de Silva Lisboa) em cada uma das épocas em que foram disponibilizadas ao público leitor que se buscava alcançar.

Em primeiro lugar, deve-se recordar que Edmund Burke pôs-se em embate com os defensores do ideário da Revolta francesa, e que antes mesmo desse evento chegar ao regicídio, ele já indicava que os procedimentos que vinham sendo adotados levariam a um final trágico para aquele país, deixando-o à beira do caos, desgovernado. Tais procedimentos não seriam, a seu ver, a melhor opção para corrigir os problemas que aconteciam no reino francês, sugeria que fosse seguido o mesmo caminho encontrado pelos ingleses por ocasião da Revolução Gloriosa de 1688.

Desta forma, vê-se que Burke não era um defensor de monarcas representantes do Antigo Regime, logo, deverá ser analisada a suposta tradução dos textos de Burke que foram escolhidos por Silva Lisboa para compor a sua obra e interpretar o quanto foi alterado do seu sentido original.

A seguir, considerando as alterações feitas no texto original de Silva Lisboa, pelos coautores desconhecidos, seja o responsável pela distribuição da obra original aqui no Brasil (Paulo Martin) como o impressor português (Nova Impressão Viúva Neves & Filhos) ou mesmo terceiros que tenha encomendado a impressão, verificar-se-á o que o novo texto pretendia alcançar junto ao público leitor.

Ao se considerar que, mais de trinta anos depois, a versão de 1822 ainda encontrou novos interessados, o texto volta em outro momento político em Portugal, com um novo movimento regenerador, encontrando nova interpretação ao pensamento de Burke e modificado por Silva Lisboa. Novo discurso, novo uso.

Ficam-se, portanto, três textos-base (Burke, Silva Lisboa-1812 e Silva Lisboa/Viúva Neves-1821/22) que se apresentam com quatro objetivos diferentes. Se Burke pudesse ter acompanhado o caminho que seu pensamento político e econômico percorreu, com certeza teria se surpreendido com tamanha mudança nas interpretações a partir das releituras feitas. Espera-se que a pesquisa, ao final, possa comprovar e reescrever uma nova interpretação da obra feita por Silva Lisboa com base no pensamento de Burke, que interessou a leitores que viveram em épocas diferentes dentro do mesmo Império, em territórios distantes e unidos, lutando por uma mesma causa: construir uma nova sociedade condizente com os novos tempos que surgiam no horizonte político.

1. Referências bibliográficas:

- A Ilustração Portuguesa, Lisboa, Typographia do Diário Ilustrado, 1886.
- Anais da Biblioteca Nacional nº 73, 1954.
- Anais da Biblioteca Nacional nº 128, 2008.
- BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Visconde de Cairu: vida e obra*. 2 ed. – Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio, 2000.
- BLAKE, Antonio Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, volume V. – Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.
- BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução na França*. Tradução José Miguel Nani Soares. – 1ª e. São Paulo: EDIPRO, 2014.
- Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Typographia do Diário, 1824.
- FERRAZ, Márcia H. M. “A classificação das ciências na biblioteca do Conde da Barca”. In: *Revista Circumscribere: International Journal for the History of Science*, nº 19, São Paulo: CESIMA: PUC-SP, p. 34-49, 2017.
- FERREIRA, Alberto. *Bom senso e Bom Gosto: Questão Coimbrã*. Volume IV (1866), Collecção Portugália. - Lisboa: Portugália Editora, 1970.
- Gazeta do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1812.
- LISBOA, Bento da Silva. “José da Silva Lisboa, Visconde de Cayru: Memória escripta por seu filho e conselheiro Bento da Silva Lisboa, e lida na sessão do Instituto Histórico em 24 de Agosto de 1839”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo I. - Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p.185-191, 1839.
- LISBOA, João Luís. “From publishing to the publisher – Portugal and the changes in the world of print in the 19th century”. In: ABREU, Márcia; SILVA, Ana Claudia Suriani da. (org.). *The Cultural Revolution of the 19th century: Theatre, the Book-trade and Reading in the Transatlantic World*. London: I. B. Tauris Publishers, 2016, p. 69-86.
- LISBOA, José da Silva. *Extractos das Obras Políticas e Economicas de Edmund Burke*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1812.
- _____. *Extractos das Obras Políticas e Economicas do Grande Edmund Burke, Mui úteis para a Regeneração de Portugal*. Lisboa: Nova Imprensa Viúva Neves & Filhos, 1821.

_____. *Extractos das Obras Políticas e Economicas do Grande Edmund Burke, Segunda edição mais correcta*. Lisboa: Nova Impressão Viúva Neves & Filhos, 1822.

MELLO MORAES, Alexandre José de. *Apontamentos Biographicos do Barão de Cayru*. - Rio de Janeiro: Typographia Brasileira – Edictor J. J. do Patrocínio, 1863.

MENEZES BRUM, José Zepherino de. “Do Conde da Barca: de seus escriptos e livraria”. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, publicado sob a direção do bibliotecário Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, fascículo nº 1, Volume III (1876-1877), - Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger & Filhos, p. 5 a 359, 1877.

MÜCKE, Ulrich. “José da Silva Lisboa: Conservatism and Liberalism between Europe and America”. In: PIEPER, Renate; SCHMIDT, Peer (org.) *Latin américa and the Atlantic World: El mundo Atlántico y América Latina (1500-1850). Essays in honor of Horst Pietschmann*. – Köln: Böhlau Verlag GmbH & Cie., 2005, p. 177-194.

POMBO, Nívia. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho: pensamento e ação político-administrativa no império português (1778-1812)*. 1ª ed. – São Paulo: Hucitec, 2015.

SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo V, - Lisboa: Imprensa Nacional, 1860.

_____. *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo IX, 2º Supplemento, - Lisboa: Imprensa Nacional, 1870.

_____. *Diccionario Bibliographico Portuguez*, continuados e ampliados por Brito Aranha, Tomo X, 3º Supplemento, - Lisboa: Imprensa Nacional, 1883.

_____. *Diccionario Bibliographico Portuguez*, continuados e ampliados por Brito Aranha, Tomo XIII, 6º Supplemento, - Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.

VALLE CABRAL, Alfredo do. Vida e Escriptos de José da Silva Lisboa, *Revista Brasileira*, Terceiro Anno, Tomo X, nº 1- Rio de Janeiro: N. Midosi Editor, 1881, p. 235-250; nº 2, p. 151-164, 274-287, 398-418.

A paisagem como artefato: estudo da morfologia urbana da Vila de Ilhéus através da cultura material (séculos XVII-XIX)²²¹⁶

Ruana Oliveira²²¹⁷

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo geral identificar, descrever e analisar a configuração das paisagens urbanas da vila de Ilhéus entre os séculos XVII e XIX, pois foi parte do entendimento deste projeto, que as formas e as tessituras dos assentamentos urbanos podem ser conhecidas e compreendidas pelo estudo da cultura material. Com isso, se pretendeu reconstruir conjecturalmente as formas da urbe de Ilhéus, assim como analisar seus significados no contexto das sociedades que as produziram e as vivenciaram. Além disso, foram analisados através do georreferenciamento, o que possibilitou a vetorização de informações textuais e cartográficas das fontes do passado em bases atuais. Diferente da visão consolidada na historiografia de uma urbe primitiva estagnada, as fontes revelaram uma vila ordenada geometricamente e com um mercado imobiliário ativo.

Palavras-Chave: Vila de Ilhéus; cultura material; georreferenciamento

Abstract: This research has the general aim of identifying, describing and analyzing the configuration of the urban landscape of the village of Ilhéus between the XVII and XIX centuries, as it was part of the understanding of this project that the forms and mesh of the urban settlements could be known and understood by the study of the material culture. With this, it was meant to reconstruct more or less the shape of the urban mesh of Ilhéus, as well as to analyze its meanings in the context of the societies who produced it and lived in it. Beyond that, it was analyzed through georeferencing, which enabled the vectorization of textual and cartographic information of past fonts in today's basis. Different from the consolidated vision of a primitive and static village, the fonts reveal a geometrically ordered village with an active housing market.

Keywords: Village of Ilhéus; material culture, georeferencing.

²²¹⁶ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

²²¹⁷ Mestranda em História na Universidade Federal de Ouro Preto - huanaalen@hotmail.com

No decorrer desta pesquisa foram analisados os significados históricos subjacentes às paisagens rurais e urbanas, articulando a pesquisa histórica documental em curso a outras estratégias de apreensão do fenômeno em questão. Isso se fez necessário por se levar em conta não somente os limites impostos pela exiguidade das fontes históricas disponíveis (documentos escritos e iconográficos), mas, sobretudo, pelos ganhos que estratégias de investigação interdisciplinares têm trazido para a pesquisa histórica, particularmente, quando se coloca em causa as possibilidades da cultura material como objeto para o estudo de dinâmicas sociais e simbólicas²²¹⁸. Neste caso, a antiga vila de Ilhéus, com sua morfologia e arquitetura urbanas, com suas estruturas portuárias e seus caminhos, foi investigada através da leitura de sua paisagem no tempo, entendida como artefato social e cultural.

Portanto, a pesquisa começou pela história da paisagem, procurando, através de fontes documentais variadas, identificar as atividades do passado, assim como as formas que as caracterizaram; posteriormente, passou-se à análise dos remanescentes físicos do passado. Sintetiza-se, portanto, a inter-relação entre os monumentos da memória e a feição física do objeto investigado.

Desse modo, o objetivo geral da pesquisa é identificar, mapear e analisar a morfologia urbana da vila de Ilhéus, considerando que as soluções relacionadas aos usos e funções do território, assim como o estabelecimento de tipos de edificações, permitem inferir sobre o emaranhado de significados e relações sociais que orientaram a modelagem da paisagem, assim como suas transformações na longa duração, entre os séculos XVIII e XIX. Tendo como objetivos específicos: o desenvolvimento de um plano de pesquisa que visa identificar, descrever e analisar a configuração das paisagens urbanas da vila de Ilhéus entre os séculos XVII e XIX, além de investigar o processo de urbanização e de configuração das formas das paisagens da urbe expressas no seu arruamento, na disposição de seu aparelhamento administrativo, comercial e religioso e na arquitetura de suas construções. Em vista disso, pensar a cidade como artefato, requer que se analise suas paisagens em correlação de causa e efeito com as práticas sociais e as expressões culturais dos sujeitos que a modelaram.

De acordo com Marcelo Rede, o trabalho do historiador intervém na sucessão de estados da cultura material, que deve ser lida como documento, ou seja, como condutor de informações das sucessivas mutações da materialidade e das sociedades correlatas no

²²¹⁸ AGOSTINI, 2013.

tempo²²¹⁹. Meneses, por sua vez, enfatiza o procedimento metodológico necessário à operação histórica, que chamou de “desdocumentalização”, ou seja, por intermédio de um ato intelectual, o historiador concebe a cultura material reinserida em seu contexto original, como coisa viva, de maneira a revelar suas funções históricas e suas relações com a sociedade²²²⁰. Com isso, procedimentos Metodológicos foram aplicados na pesquisa três etapas:

1. **Análise das fontes indiretas:** historiografia; testemunhos de cronistas dos séculos XVII a XIX; cartografia e iconografia (disponíveis em suporte digital); banco de dados eletrônico do notariado da vila de Ilhéus (séculos XVIII e XIX); registros das Reais Décimas de Ilhéus - espécie de IPTU da época – dos anos de 1808, 1814 e 1818 (disponíveis em suporte digital). A ênfase na cultura material, por sua vez, exigiu uma releitura das fontes, com o objetivo de captar as informações que dizem respeito às formas, aos usos, e aos sujeitos em suas relações com a materialidade dos objetos e das paisagens. Para facilitar as análises, os dados foram colhidos e organizados na metodologia que já iam sendo praticada: a) construção de tabelas temáticas e diacrônicas, referentes a objetos individualizados - como ruas, edifícios, praças, pessoas etc.; b) construção de bancos de dados eletrônicos das séries documentais.
2. **Análise através do georreferenciamento e produção cartográfica:** os SIGs possibilitam a vetorização de informações textuais e cartográficas das fontes do passado em bases cartográficas atuais e georreferenciadas. Isso permitiu a espacialização mais precisa dos objetos e a construção de mapas e plantas conjecturais da vila, em seus diferentes momentos históricos. Esses dados, articulados às informações dos registros das escrituras do notariado, viabilizaram a construção de plantas da tessitura urbana, agregando informações sobre tipologia dos imóveis, valores, funções etc. As ferramentas de georreferenciamento foram utilizadas para análise e exposição cartográfica dos resultados da pesquisa. O Programas *Quantum Gis* foi utilizado no projeto.
3. **Trabalho de campo:** Foram realizadas observação *in loco* e produção fotográfica.

Resultados e discussões

²²¹⁹ REDE, 2012.

²²²⁰ MENESES, 1983; REDE, 2012.

A história das cidades coloniais brasileiras foi iniciada a partir da imagem de abandono, miséria e desleixo herdada da visão de Sérgio Buarque de Holanda, com o livro *Raízes do Brasil* (1936), o qual inspirou uma geração de historiadores que não levaram em conta os “códigos genéticos” da arquitetura urbana de Portugal.

Essa herança dos conhecimentos de urbanismo português tem muitos pontos em comum com toda Europa, mas apresenta especificidades resultantes de seu posicionamento geográfico e de sua história, pois o território português foi um local de encontros de civilizações e sofreu colonizações por diversos povos, dentre eles romanos, mulçumanos, francos, alanos, vândalos, suevos e visigodos. Essa diversidade teve sua expressão no urbanismo português, construindo sua especificidade e sua identidade.²²²¹

Uma dessas especificidades das cidades portuguesas era o urbanismo vernáculo: ele visa atender às necessidades do território, de maneira que as cidades não contrariam os sítios em que são construídas. A consequência disso é que os traçados das ruas raramente se faziam geometricamente rigorosos, mas se adaptavam ao território do sítio. No entanto, existiu também o urbanismo erudito, definido pelos traçados que adotam padrões geométricos, ou seja, de cidade planejada, e isto ocorre em fases posteriores do desenvolvimento das cidades. As cidades de origem portuguesa são uma síntese desses dois componentes – a organicidade e a geometrização – e harmonizam essas duas formas de conceber uma cidade. Apesar dessa dualidade entre o urbanismo vernáculo e o urbanismo erudito, não podemos estabelecer uma dicotomia entre esses traçados, pois o primeiro é o resultado de acúmulos de várias ações realizadas no território e essas ações respeitavam a topografia do território e suas características climáticas; e o segundo é o resultado de um plano geometrizado e imposto ao território.²²²²

Assim, os historiadores da geração de Sérgio Buarque de Holanda não levaram em conta esses fatores citados anteriormente e também comparavam o urbanismo português com o espanhol, que não tinha o urbanismo vernáculo como base inicial de urbanização. Com isso, não conseguiram entender porque as cidades coloniais brasileiras eram “desorganizadas” em comparação com as cidades coloniais espanholas. Porém, nos últimos anos começou a nascer uma nova forma de pesquisar as estruturas das cidades coloniais brasileiras, vendo a cidade como artefato, produtor e vetor da ação humana. Essa nova visão se utiliza de fontes textuais como as décimas urbanas, fontes icnográficas e ferramentas de georreferenciamento.

²²²¹ TEXEIRA, 2012, p.21-22

²²²² TEIXEIRA, 2012, p.12-19.

Vila de Ilhéus

Quanto à organização espacial da vila de Ilhéus, esta teve nos jesuítas seus principais agentes. Em 1614, quando da visita a Ilhéus do padre provincial da Bahia, Henrique Gomes, este achou a casa e a igreja edificadas na vila velha (Outeiro de São Sebastião) arruinadas, em vista do que, a câmara e “muitos outros moradores ofereceram-lhe sítio novo, diferente”.²²²³ Já em 1626, o locotenente Antônio Simões apontava que os terrenos deixados pelos beneditinos ficavam vizinhos aos dos padres da Companhia, o que atesta que a essa época os jesuítas já estavam acomodados na cidade baixa.²²²⁴

Desta forma, a nova residência jesuítica, pela sua importância institucional e pela presumível agência de seus religiosos, passou a ser o principal elemento irradiador do arruamento que se expandia na planície. A cidade baixa nunca terá uma casa de cadeia e câmara ao longo de sua história, permanecendo o edifício jesuítico como o principal conjunto arquitetônico da urbe, até a supressão da Ordem, em 1759, quando começa a ser paulatinamente exposto a um processo contínuo de deterioração. Suas ruínas seriam destruídas definitivamente na última década do século XIX, para a construção do Palácio Paranaguá, sede municipal da então cidade de Ilhéus. Não por coincidência foi escolhido o mesmo local que havia centralizado a configuração morfológica da cidade baixa, desde a primeira metade do século XVII.

Ao longo dos seiscentos ocorreu um abandono gradual da vila velha, pois, com a pacificação dos Aimoré, não se justificaria mais residir no morro, sujeito ao trabalho extra de subir água, mantimentos e demais mercadorias, considerando também o custo que representava os pagamentos de carretos. A ocupação mais intensa da planície, sobretudo após a construção do mosteiro jesuítico, resultou no aterro de lagamares para viabilizar novas áreas de ocupação para a urbe.

No final daquele século, foi construída (mas não concluída) a nova matriz de São Jorge, justamente sobre uma antiga área de restinga, a mesma que, há mais de um século atrás, teria forçado a curvatura do antigo caminho que ligava o desembarcadouro Tambepe às portas da vila velha. Junto com a igreja, surgiram novas ruas, como a Rua da Matriz e a Travessa da Matriz, além do largo (ou praça) da praia, local da atual Praça Rui Barbosa.

²²²³ *apud* LEITE, tomo 5, cap. X, p.217.

²²²⁴ MAGALHÃES; BRITO, *op. cit.*, p.68.

O alinhamento dessa nova malha urbana representa a adoção, na virada do século XVII para o XVIII, de formas geométricas, “endireitando” o traçado curvilíneo herdado da fase anterior. A nova matriz e o arruamento que a emoldura estabelecem um limite entre a urbe e sua periferia, constituída pela zona marginal da atividade portuária, dos carregamentos, do trabalho e do trato de escravos. O Colégio Jesuítico, por sua vez, afigura no plano superior da urbe, centralizado em relação às demais ruas, formando um pentágono que se divide em um triângulo e um (quase) trapézio, divididos pela Rua Direita do Colégio. O triângulo envolvia a zona da praia, local de residências e da matriz, onde se estabeleciam as irmandades dos moradores melhor estabelecidos; já o trapézio abarcava a zona do porto da alfândega e do comércio (Rua do Porto). No ponto convergente dessa forma pentagonal, o Colégio Jesuítico ostentava seu lugar de poder.

O que as Décimas urbanas revelam sobre a Vila de Ilhéus

As décimas urbanas constituem o primeiro imposto predial pago a Fazenda Real, era uma espécie de IPTU da época, estabelecido em 1808 para a Corte e principais vilas e cidades na faixa litorânea. Com o Alvará de 1809, o tributo foi imposto para toda colônia. Pagava-se 10% do rendimento líquido de todos os bens de raiz, o que coloca os livros de arrecadação entre as fontes mais elucidativas para a pesquisa em história urbana. A importância deste documento para as novas pesquisas das cidades coloniais assenta-se nas informações sobre a localização dos imóveis, dos proprietários, inquilinos, tipologias, finalidades, usos e valor do imóvel, que permitem reconstruir o tecido urbano colonial.

De acordo com essas informações, esta pesquisa utilizou como fonte as décimas urbanas de Ilhéus dos anos de 1808 e 1814 com ênfase na cultura material. Foi necessário transcrever a série de dois livros de registros de Décimas Urbanas 1808 e 1814 e elaborar tabelas para facilitar as análises dos dados recolhidos das fontes primárias para alcançar os resultados obtidos.

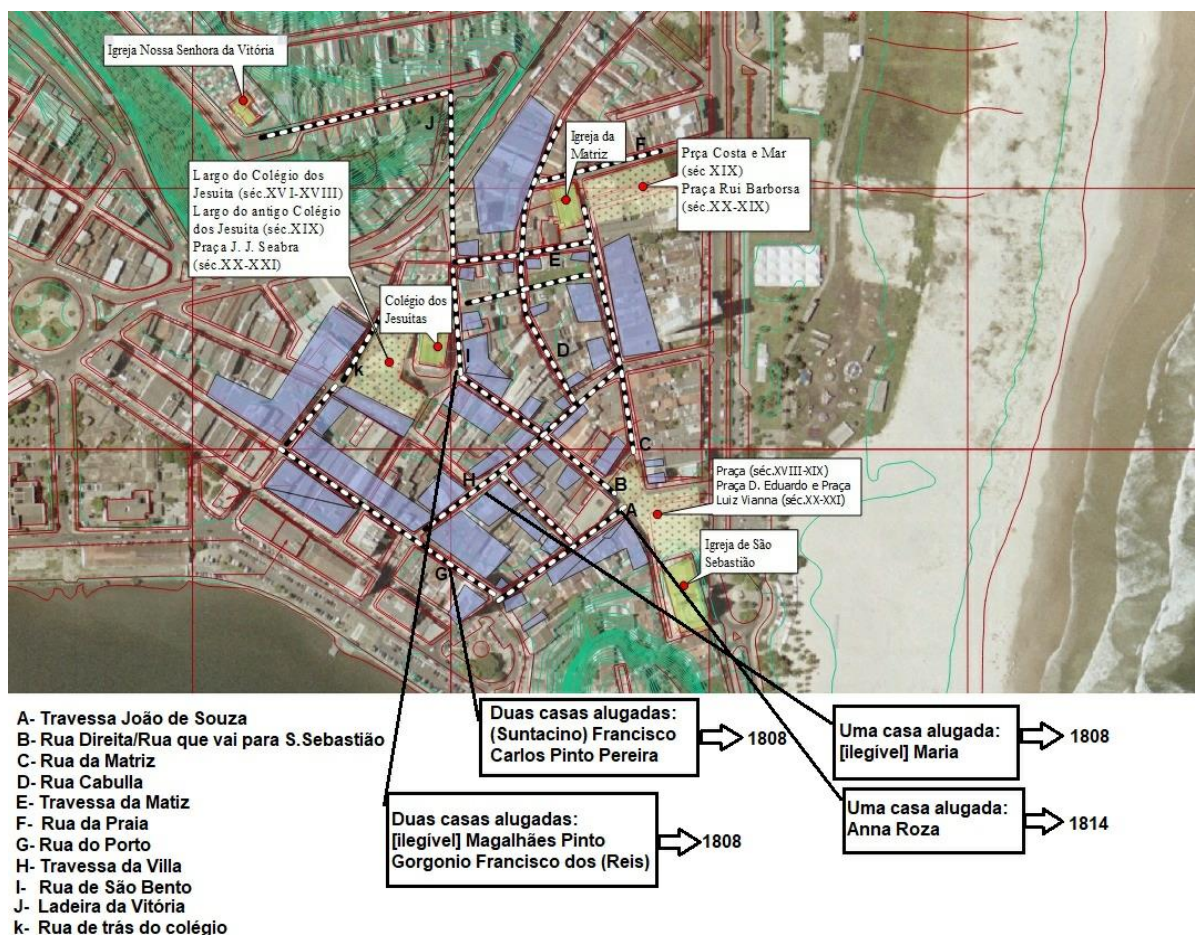
As décimas urbanas utilizadas nessa pesquisa – 1818 e 1814 – permitiram: i) identificar a quantidade de casas de aluguel e casas que pagavam foro à Câmara; ii) mapear moradores das ruas da vila neste período estudado; iii) a localização de áreas mais valorizada. Juntando os dados analisados das décimas com os dados das escrituras dos livros de notas de

Ilhéus, 1710-1854, se chegou a uma reconstrução da materialidade da vila, através da malha urbana.

O estudo das Décimas Urbanas impõe certas limitações ao pesquisador. Trata-se de uma documentação manuscrita, espécie de listagem dos imóveis, rua a rua, lote a lote, portanto contendo uma dimensão visual e material escondida, velada, pouco perceptível ao leitor menos avisado. (Bueno, Beatriz Piccolotto Siqueira; Arraes, Esdras Arraujo; Moura, Nádia Mendes; Borsoi, Diogo Fonseca. *Urbana: Rev. Eletrônica Cent. Interdiscip. Estud. Cid. Campinas, SP v.10, n.1 [18] p.04-53 jan./mai. 2018*)

A Figura 1, é uma imagem construída com as técnicas de georreferenciamento. Ela tem como objetivo mostrar a malha urbana da vila de Ilhéus e identificar as ruas coloniais na atual cidade. É importante saber que o atual centro histórico da cidade correspondeu, no período colonial, a área urbanizada da vila.

Figura 1- Ruas da Vila de Ilhéus no séc. XIX



Fonte: Infográfico elaborado pela autora através do programa QGIS sobre mapa obtido por satélite.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

Podemos observar na figura 1 que as décimas urbanas permitiram identificar casas alugadas e quem eram os proprietários e inquilinos, em 1808 e 1814.

Tabela 1- Proprietários e inquilinos de 1808

Proprietário	Inquilino/a
Manuel (Gonçalves) [ilegível]	Capitão Jeronimo dos Santos (Quaresma)
(Silvestre) José Rocha	(Suntacino) Francisco
Silvestre José Martins	Carlos Pinto Pereira
Victoria [ilegível] Santo	[ilegível] Maria
José Filho de (Tereza) Luiza Lucia	Maria de (Britto)
[ilegível]	[ilegível] Magalhães Pinto
José Luís dos Santos (Guimarães)	Gorgonio Francisco dos (Reis)

Tabela 2- Proprietários e inquilinos de 1814

Proprietário	Inquilino/a
(Rum...) [ilegível]	José da Silva
D. Anna Maria [ilegível]	Anna Roza

Mais um resultado alcançado foi a identificação de moradores em algumas ruas da vila entre 1808-1814. Só não foi possível a identificação de mais habitantes por rua em razão do estado deteriorado das décimas e também por não termos meios de entender o itinerário do responsável pela listagem, sendo necessário criar hipóteses para poder reconstruir o percurso.

Correlacionando os dados das décimas urbanas com os livros de cartório, concluímos que o mercado imobiliário é ativo, mesmo tendo poucas casas alugadas, pois em 1808 tinha 9,09% das casas alugadas e 1814 ocorreu uma diminuição das casas alugadas para 2,59%, no

entanto existia as operações de compra e venda de casas, além de moradores possuírem mais de um imóvel ou terras na zona rural; podemos reparar isso como os inquilinos de 1808.

Tabela 3- Movimentações imobiliária

no	Movimentações imobiliária
812	Antônio Vescelau de Magalhães Pinto = [ilegível] Magalhães Pinto vende para Manuel de Amaral 1 sorte de terra na Lagoa- Jardins
813	Pedro Vicente Portela e Justina da Victoria vendem para Silvestre Francisco Martis dois quinhões de terra no Tanguape- Rio cachoeira
814	Silvestre José Rocha mora em sua propriedade antes alugada para Suntancio Francisco
814	Gorgonio Francisco dos Reis e Ignacia M. da Silva Meira vendem para Rosa Francisca do Sacramento uma casa na Travessa João Bezerra * Rosa Francisca do Sacramento proprietária de uma casa na Rua São Bento (provavelmente) em 1808

Outro dado recolhido com as análises das fontes foram o valor mínimo, máximo e médio das propriedades, só que muitas das décimas estavam extremamente danificas e não se foi possível montar o percurso realizado para construção deste documento, assim, não é possível localizar os locais mais valorizados, mas dá para nota a existência de locais com uma valorização das propriedades, porém ainda não posso nomear este local. Com isso, chegamos aos seguintes números em 1808: valor mínimo de 1\$190, valor máximo de 6\$012 e valor médio de aproximadamente 3\$706; já em 1814: valor mínimo de 1\$320, valor máximo de 10\$800 e valor médio de aproximadamente 4\$101. O valor médio que as propriedades podem render por ano não é uma suposição, pois eles foram feitos através de documentos legíveis.

Considerações finais

A imagem que se perpetuou da vila colonial de Ilhéus foi construída a partir dos testemunhos de estrangeiros, como Von Martius, que considerou a vila de Ilhéus uma velha

aldeia, sem nenhum asseio urbano, em cujas ruas os animais circulavam mais do que os humanos.²²²⁵ A observação das fontes desta pesquisa revela outra realidade, que aponta não se distanciar a urbe de Ilhéus da materialidade de outras vilas coloniais brasileiras. Expressão de uma população de vida modesta, como já foi observado por outros historiadores, a vila de Ilhéus era, no entanto, composta por casas de alvenaria, dispostas em ruas organizadas num plano geométrico, logo, condicionadas por padrões de organização urbana propagados pelos agentes mais capazes para essa função, no caso, os jesuítas, até meados do século XVIII, e fiscalizados por funcionários da Câmara, os mesmo que escrituravam o rol das décimas urbanas nas primeiras décadas do século XIX. Havia um mercado imobiliário restrito, mas constante, como revelam as escrituras de compra e venda de imóveis. Também havia um mercado rentista que fazia dos aluguéis uma fonte de renda para proprietários laicos e religiosos.

Em Ilhéus, a cidade colonial não foi apagada em sua malha urbana, porém, na consolidação da memória coletiva, esta foi diminuída, até ser praticamente esquecida pelos moradores da cidade. Em geral, apenas se reconhece a Ilhéus “dos tempos do cacau e dos coronéis”. Essa memória expressa a ideia estabelecida pela elite cacauzeira de que antes de ser a cidade do cacau, Ilhéus era um lugar pobre, sem organização, uma urbe feia, ideia reforçada pelos historiadores. No entanto, na cidade atual, podemos ver vários elementos da vila colonial de Ilhéus, a maioria ignorados pela população local, o que ocorre por falta de conhecimento. Sendo assim, esta pesquisa também teve por objetivo trazer à tona uma noção “concreta” de como era a paisagem social e material.

Referências Bibliográficas

BARROS, José D'Assunção. *História da Cultura Material: notas sobre um campo histórico em suas relações intradisciplinares e interdisciplinares*. In: Patrimoniuss. março/2009. <http://ning.it/gIFy65>

BORGES de BARROS, F. *Memória sobre o município de Ilhéus*. Ilhéus: Editus, 2005 (2ª ed.).

²²²⁵ SPIX; MARTIUS, s/d.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

BUENO, Beatriz. P. S. *Dossiê: Caminhos da história da urbanização no Brasil-colônia. Introdução*. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.20. n.1. p. 11-40. jan.- jun. 2012.

_____. *Sistema de produção da arquitetura na cidade colonial brasileira – Mestres de ofício, “riscos” e “traças”*. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.20. n.1. p. 321-361. jan.- jun. 2012.

_____. *Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809*. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.13. n.1. p. 59-97. jan. - jun. 2005.

_____. *Decifrando mapas: sobre o conceito de “território” e suas vinculações com a cartografia*. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.12. p. 193-234. jan./dez. 2004.

CAMPOS, João da Silva. *Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1981.

CARRARA, Angelo; MORALES, Walter F.; DIAS, Marcelo H. (Orgs.). *Paisagens e Georreferenciamento: História Agrária e Arqueologia*. São Paulo/Ilhéus: Annablume/NEPAB/UESC, 2015.

DIAS, Marcelo H. *Economia, sociedade e paisagens da capitania e comarca de Ilhéus no período colonial*. Tese de doutoramento, Niterói: PPGH/UFF, 2007.

_____; CARRARA, Ângelo A. (orgs.). *Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, 2007

_____. *Sesmarias, posses e terras indígenas na vila de Ilhéus (Bahia, 1758-1822)*. In: Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas. Ilhéus, v. 14, n. 25, jul./dez. 2013, p. 53-65.

GIANESSELLA, R. *Gêneses urbanas do colonialismo: síntese de encontros culturais*. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.20. n.1. p. 165-200. jan.- jun. 2012.

KATO, A. T. T. *Retrato urbano: estudo da distribuição socioespacial dos moradores de Paranaguá, Antonina e Curitiba no início do século XIX*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

LEITE, José R. T. *Viajantes do imaginário: a América vista da Europa (séculos XV-XVII)*. In: Revista USP, São Paulo (30) : 3 2 - 4 5 , J U N / A G O S , 1 9 9 6.

MARINS, P. C. G. *Através da Rótula. Sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo: Humanitas, 2001.

_____. *A cidade colonial na América portuguesa: morfologia urbana, atores sociais, presença do Estado (Salvador, século XVI a XVIII)*. In: CARVALHO, M M. de; LOPES, M. A. de S.; FRANÇA, S. S. L. (Org.). *As cidades no tempo*. Franca: Unesp; São Paulo: Olho d'Água, 2005, p. 229-246.

MENESES, Ulpiano B. de. *A cultura material no estudo das sociedades antigas*. In: *Revista de História*, n. 115, 1983, p. 103-117.

PESSÔA, José. (2000) *Em tudo semelhante, em nada parecido. Modelos e modos de urbanização na América portuguesa*. In: *Oceanos*, n. 41, jan-mar, p.70-81.

PESSOTTI, L. *A Geopolítica do sagrado. A participação da Igreja Católica na conformação urbana da Vila de Nossa Senhora da Vitória, ES (século XVI ao XIX)*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005 (Orientador: Pedro de Almeida Vasconcelos).

_____; PORTO, N. P. (Org.). *Urbanismo colonial. Vilas e cidades de matriz portuguesa*. Rio de Janeiro: CTRL, 2009.

_____; RIBEIRO, N. P.(Org.). *A construção da cidade portuguesa na América*. Rio de Janeiro: POD, 2011.

REDE, Marcelo. *História e Cultura Material*. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro; Campus, 2011, p. 130-145.

REIS FILHO, Nestor. G. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo: Pioneira, 1968.

TEIXEIRA, Manuel C. *A forma da cidade de origem portuguesa*. São Paulo, Editora Unesp, 2012.

TORRÃO FILHO. Amilcar. *Imagens de pitoresca confusão: a cidade colonial na América Portuguesa*. *Revista USP*, São Paulo, n.57, p. 50-67, março/maio 2003.

Biografia como problema, humor levado a sério: Belmiro Braga, um trovador popular na *Belle Époque* tropical

Sérgio Augusto Vicente²²²⁶

Resumo: O presente artigo aborda parte da trajetória do literato mineiro Belmiro Braga, procurando refletir sobre alguns aspectos de suas “escritas de si” presentes nas correspondências trocadas com o poeta Antônio Sales e no livro de memórias autobiográficas *Dias Idos e Vividos*, publicado em 1936.

Palavras-chave: Biografia; Belmiro Braga; República.

Abstract: This article addresses part of the trajectory of the Minas Gerais literary Belmiro Braga, trying to reflect on some aspects of his "writings of himself" present in the correspondences exchanged with the poet Antônio Sales and in the autobiographical memoir *Dias Idos e Vividos*, published in 1936.

Keywords: Biography; Belmiro Braga; Republic.

Introdução

Conferir unidade, estabilidade e permanência a um “eu” fragmentado: eis o sentido da produção de si na modernidade. Em meio aos múltiplos esquiteamentos e ameaças de esquecimento sofridas pelos indivíduos e por suas memórias na sociedade moderna ocidental, a “produção de si” passou a mediar a relação estabelecida entre o indivíduo moderno e seus documentos. O hábito de uma escrita autorreferencial faz parte desse processo, começando a ganhar contornos mais específicos e sistemáticos entre os chamados “indivíduos comuns” a partir do século XVIII. No século XIX, com a expansão do individualismo moderno e a emergência no cenário literário dos chamados “romances modernos”, a prática atingiu seu ápice. É também a partir desse mundo moderno que as biografias e autobiografias vão se tornando cada vez mais conhecidas e usuais.²²²⁷

²²²⁶ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Pesquisa financiada pela Capes. E-mail: savhist@yahoo.com.br.

²²²⁷ GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: _____. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 10-11.

Perceber as formas como o indivíduo se representou ao longo de sua trajetória é um dos objetivos que não deveriam escapar do repertório de preocupações da pesquisa biográfica. Para isso, faz-se necessário entender como o indivíduo estabelece relações/associações com os documentos e os diversos objetos da cultura material que o circundaram ao longo da vida, por meio dos quais organizou suas memórias e estruturou suas narrativas. As práticas de produção de si, segundo Ângela de Castro Gomes, podem ser entendidas

como englobando um diversificado conjunto de ações, desde aquelas mais diretamente ligadas à escrita de si propriamente dita – como é o caso das autobiografias e dos diários –, até a constituição de uma memória de si, realizada pelo recolhimento de objetos materiais, com ou sem a intenção de resultar em coleções. É o caso das fotografias, dos cartões-postais e de uma série de objetos do cotidiano, que passam a povoar e a transformar o espaço privado da casa, do escritório, etc. em um ‘teatro da memória’. Um espaço que dá crescente destaque à guarda de registros que materializem a história do indivíduo e dos grupos a que pertence.²²²⁸

Mas, afinal, o que fazer com esses registros? Qual a importância deles para a pesquisa biográfica? As escritas de si, quando não analisadas com certo cuidado, levam o pesquisador a se enveredar por um caminho arriscado, que conduz à naturalização de narrativas míticas e à consequente perda da noção de processo histórico. Não é novidade dizer que, nas últimas décadas, ganharam corpo no campo historiográfico diversas discussões acerca do papel do indivíduo na história, as quais fomentaram reflexões sobre os desafios da biografia frente à ruptura com a tradicional concepção de história como “mestra da vida”, como consagração de narrativas exemplares de grandes vultos e heróis nacionais.

Por esses e outros motivos, torna-se mais do que necessário articular as discussões sobre escrita autorreferencial com as discussões travadas no campo da memória. Nesse sentido, o presente artigo debruça-se sobre o livro de memórias autobiográficas, *Dias Idos e Vividos*, publicado pelo literato Belmiro Braga, em 1936.

Em busca de múltiplas faces...

Nascido num distrito de Juiz de Fora em janeiro de 1872 e falecido em março de 1937, Belmiro Braga acompanhou todo o percurso da Primeira República brasileira e os sete primeiros anos do pós-1930. O literato não se engajou na Semana de Arte Moderna de 1922,

²²²⁸ Ibidem, p. 11.

nem parece ter dado alguma centralidade ao movimento em sua produção. Porém, se é necessário destacar o seu não envolvimento em nenhuma das alas modernistas, é imprescindível demonstrar que não estava menos atento às demandas de uma renovação estética na literatura brasileira. A partir das reflexões desenvolvidas por Monica Velloso, no texto *O modernismo e a questão nacional*, podemos considerá-lo um autor dotado de “sensibilidade modernista”²²²⁹, que, a exemplo de vários outros de sua geração, não se tornou objeto de grande interesse da teoria literária e nem mesmo dos historiadores.²²³⁰

Mapeando sua produção intelectual nos jornais da cidade de Juiz de Fora, fui me deparando não apenas com os livros que publicou, mas também com um considerável volume de crônicas, trovas satíricas e versos dispersos nas páginas dos periódicos. O vate também escreveu peças teatrais curtas, conhecidas como “gênero ligeiro”, que, a partir da década de 1910, circularam por diferentes regiões do país, alcançando um público amplo e heterogêneo. Por meio desses trabalhos, Belmiro criticava o academicismo, o bacharelismo, o francesismo e observava os impasses, as contradições e tensões de um país que se pretendia moderno.

O literato não teve uma origem abastada, mas alcançou certo nível de ascensão social. Cresceu ajudando o pai no balcão de uma venda localizada na zona rural de Vargem Grande, distrito de Juiz de Fora. Teve pouca oportunidade de acesso à educação formal, passando menos de um ano pela escola. Na década de 1880, trabalhou para vários comerciantes em Carangola e Muriaé, exercendo as funções de guarda-livros, entregador de mercadorias e atendente de balcão. Na década de 1890, retornou à terra natal, assumindo a gerência de um estabelecimento comercial localizado numa estação da Estrada de Ferro Central do Brasil. Ponto de entrecruzamento de comerciantes, médicos, fazendeiros, professores e trabalhadores braçais, a estação o colocou em contato com um universo social múltiplo.

²²²⁹ VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 1. p. 356.

²²³⁰ Até onde se tem notícia, foram produzidas apenas duas dissertações de mestrado sobre Belmiro Braga. Ambas circunscritas ao âmbito da teoria literária (BARBOSA, Leila Maria Fonseca. *Belmiro Braga: Sacrírio* (versos íntimos). Texto e avaliação. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1979. PAIVA, Rita de Cássia Matos Leite de. *Belmiro Braga: entre o caminho novo e a modernidade*. Dissertação (Mestrado em Letras), Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008). Marcus Vinícius de Freitas, pesquisador da UFMG, destaca que ainda há muito que se pesquisar sobre o referido literato. Em artigo publicado em 2013, Freitas afirma que Belmiro “reclama uma investigação de fundo, não apenas de compreensão da sua poética, mas um trabalho de pesquisa de fontes, que levante nos jornais e periódicos do começo do século XX o conjunto da sua produção”, incluindo-se aí as peças teatrais de sua autoria, que ainda não foram analisadas. (Fonte: FREITAS, Marcus Vinícius de. *Humor na poesia de Belmiro Braga*. O eixo e a roda, v. 22, n. 2, 2013. p. 61-73.)

Belmiro teria conhecido, na virada do século XIX para o XX, alguns personagens-chaves para a sua incursão na carreira literária, como os poetas Padre Correia de Almeida, Antônio Sales e Fernandes Figueira. Antônio Sales é enaltecido em suas memórias como o mais importante deles. Já bastante conhecido pela sua atuação na *Revista Brasileira* e por integrar uma rede de sociabilidade composta por notáveis escritores como Machado de Assis e José Veríssimo, Sales interessou-se pela forma espontânea, prosaica, simples e cotidiana de Belmiro escrever, incumbindo-se de publicar alguns de seus textos em jornais do Rio de Janeiro. Em 1902, Sales viabiliza a publicação de *Montenzinas*, o primeiro livro de Belmiro. Um evento que pode ser considerado a mola propulsora da carreira literária belmiriana.

A partir desse momento, torna-se visível um processo de ascensão social e elevação do poder simbólico do literato frente aos populares e às elites locais, tornando-o bastante requisitado pela imprensa e instituições de Juiz de Fora e adjacências. Passando a atuar mais sistematicamente em apresentações de palestras e na redação de colunas semanais na imprensa, escrevia crônicas sobre “cousas miúdas”²²³¹ do cotidiano, acontecimentos corriqueiros de uma cidade que sentia os efeitos positivos e negativos de sua expansão industrial. Nesse cenário, Belmiro não apenas difundia a um público mais amplo as novidades artístico-literárias que chegavam ao país através da capital federal, como também defendia a criação de uma agremiação literária em Juiz de Fora, projeto que veio a se concretizar com a inauguração da Academia Mineira de Letras, em 1909.

De 1916 até o início da década de 1920, morou no Rio de Janeiro, momento em que aprofundou e consolidou sua inserção nos mais diversos periódicos cariocas, como *Fon-Fon*, *O Malho*, *D. Quixote*, *Revista da Semana*, *Gazeta de Notícias* e *A Noite*. Tais periódicos destacavam a sua ativa participação em múltiplos espaços de sociabilidade cariocas, como a *Garnier*, a *Colombo*, o *Salão dos Humoristas*, a *Sociedade Brasileira de Autores Teatrais*, o *Instituto Benjamin Constant*, a *Associação dos Empregados do Comércio*, o *Club Fraternidade Lusitânia*, o *Centro Mineiro*, etc.

O Rio de Janeiro, sendo o grande ponto de encontro de intelectuais oriundos das mais diversas regiões do país, em busca de oportunidades de projeção no campo literário, não apenas “absorvia as diversidades regionais vindas de todos os estados”, como também era um “poderoso polo irradiador de culturas”.²²³² A partir da primeira década do século XX, Belmiro

²²³¹ CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2005. p. 14.

²²³² VELLOSO, op. cit., p. 363.

desempenhou profícuo papel nesse intercâmbio entre Juiz de Fora, as demais cidades mineiras e os grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo. Dessa forma, acabou participando indiretamente de um processo de construção e difusão de determinado sentido de mineiridade, frente a um movimento de definição de uma “identidade nacional”. Essa popularidade o levou, em 1915, a candidatar-se ao cargo de deputado estadual em Minas Gerais, sendo um dos mais votados do Estado. No entanto, desistiu de assumir o cargo por motivos que ainda precisam ser investigados.

Em diversas ocasiões, mediou as visitas de consagrados artistas e intelectuais à Manchester Mineira (apelido que Juiz de Fora recebeu por conta do avanço da industrialização e de seu típico clima frio), apresentando-os às autoridades e proprietários dos jornais locais. Também contribuía para a promoção de jovens escritores mineiros na capital federal e vice-versa. Lima Barreto, por exemplo, após lhe solicitar um espaço na imprensa literária juiz-forana para o amigo Humberto Moraes, chamava-o de “Bilac da Princesa do Paraibuna”.²²³³

Ao mesmo tempo em que se intitulava um “humilde escritor de província”, atento às culturas do cotidiano e desprovido do título de bacharel, investiu na imagem de homem “elegante”, sensível, frequentador dos espaços de sociabilidade das elites e antenado com o estilo moderno estampado nas páginas das revistas ilustradas da *Belle Époque*. Ávido crítico dos vícios políticos da República e das etiquetas sociais, valeu-se do humor ambíguo e do lirismo como estratégias para despertar a simpatia de diversos segmentos sociais.

Embora distintos, os espaços de sociabilidade que frequentava não se excluem. A historiadora Angela de Castro Gomes, em estudo sobre a intelectualidade desse período, demonstra que “o processo responsável por instaurar a missão civilizadora [...] é o mesmo que alimenta o florescimento de lugares sociais que questionam de forma cética e satírica, embora ambígua, esta mesma vocação”.²²³⁴ Belmiro Braga, sendo um homem de seu tempo, não deixou de vivenciar e experimentar as múltiplas sensações desencadeadas pelos diversos dilemas, frustrações, instabilidades e impasses inerentes aos primeiros passos da “jovem” república brasileira, traduzindo isso não apenas para a sua produção literária nos livros e jornais, mas também para as escritas de si construídas através das cartas que compartilhou.

²²³³ Carta de Lima Barreto para Belmiro Braga, Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1911. Acervo pessoal de Leila Maria Fonseca Barbosa.

²²³⁴ GOMES, Ângela de Castro. *Essa gente do Rio...* Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 27.

Humor, memórias e “escritas de si”: o poeta é um “fingidor”?

A expansão do jornalismo absorvia boa parte da atividade intelectual nesse período. Os jornais abriam várias oportunidades de recrutamento de jovens literatos de origem menos abastada. Mas a ampliação dessa oportunidade vinha acompanhada de grandes desafios que se impunham à categoria, como a necessidade da profissionalização, por exemplo. A profissão, se por um lado, oferecia certo nível de prestígio social, não lhes garantia a sobrevivência, uma vez que as remunerações eram baixas e os vínculos empregatícios precários. Tudo isso, conseqüente, obrigava-os a ocupar múltiplas funções ao mesmo tempo.

A exemplo de vários intelectuais contemporâneos – como o próprio Lima Barreto, que dividiu seu tempo entre as redações dos jornais e o ofício de amanuense no Ministério da Guerra, cargo público que ocupou para conseguir sobreviver –, Belmiro precisou acumular diversas funções ao longo da vida, como a de comerciante, vereador, juiz de paz, tabelião, inspetor escolar, jornalista, candidato a deputado, fiscal de jogos e agente de companhia de seguros de vida. A função de tabelião foi, porém, a que mais se associou às representações de sua imagem literária na imprensa. Não por acaso, “brincava” de inverter as expressões “poeta-tabelião” e “tabelião-poeta”, como na entrevista concedida à *Fon-Fon*, em 1917, em que, ao ser perguntado sobre sua “verdadeira vocação”, respondeu: “Dizem os tabeliães que eu nasci poeta e dizem os poetas que nasci... tabelião”.²²³⁵

Não fugindo do estilo que o consagrou, Belmiro constantemente lançava mão da autoironia na hora de pegar na pena para escrever. Foi assim que traduziu para o papel suas memórias autobiográficas em *Dias Idos e Vividos*, obra publicada em 1936, a quase um ano de sua morte. Mas Belmiro não era o único a colocar em prática tal façanha. Em meio à precariedade da vida intelectual no Brasil e à falta de condições para sobreviver exclusivamente através da literatura, muitos escritores desse período transformavam em humor os dramas da realidade social em que viviam.

Analisando a autorrepresentação de humoristas cariocas e paulistas desse contexto da *Belle Époque*, o historiador Elias Thomé Saliba menciona a dificuldade de muitos desses escritores se desvencilharem de suas “personalidades postiças”, forjadas pela chave do humor. Tal dificuldade, segundo ele, não raramente lhes provocava a frustração e a agonia típicas do

²²³⁵ Reportagens Íntimas. In: *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, 23 de junho de 1917, p. 2.

“engraçado arrependido”, que não conseguia ser levado a sério nas circunstâncias em que desejava sê-lo.²²³⁶

Belmiro não era propriamente um “engraçado arrependido”. Sua produção, num primeiro momento, parece coadunar o humor e a seriedade demandadas pelas funções burocráticas que ocupava. A despeito do caráter humorístico e autoirônico da narrativa de *Dias Idos e Vividos*, não há como deixar de reconhecer a presença de algumas estratégias que dão à obra um “efeito de verdade” e credibilidade, em meio aos vários episódios prosaicos e anedóticos que a constituem. Reunindo em um único livro variadas narrativas curtas que têm como recorte temporal específico o momento de sua “modesta juventude”, o autor observa pelo retrovisor seu passado, com o cuidado de se manter coerente com uma personalidade “simples”, “popular”, “lírica”, “doce”, “suave”, “espontânea”, de escrita próxima à oralidade, avessa ao academicismo e aos estrangeirismos. Além disso, sua narrativa não escapa do teleologismo típico das autobiografias. Afinal, como destacam Pierre Bourdieu²²³⁷ e Michael Pollak²²³⁸, sendo uma reconstrução *a posteriori*, a história de vida normalmente se ancora na ilusão de linearidade e coerência expressa pela lógica retrospectiva de fabricação da vida do indivíduo.

Quando cotejado com outros registros deixados pelo literato, o repertório de memórias de *Dias Idos e Vividos* nos deixa perceber a permanência de um núcleo resistente de episódios que já vinham sendo invariavelmente evocados e publicados na imprensa em momentos anteriores de sua vida. Episódios já narrados não somente por ele, mas reiterados também por escritores que faziam parte de sua rede de sociabilidade. Pollak considera esse “núcleo resistente” uma espécie de “fio condutor” que estabelece “laços lógicos entre acontecimentos-chaves que aparecem de uma forma cada vez mais solidificada e estereotipada”.²²³⁹

Halbwachs postula que essas permanências e continuidades da memória possibilitam aos grupos e indivíduos tomarem consciência de sua identidade através do tempo, demonstrando as características que os diferenciam em relação aos outros.²²⁴⁰ Norbert Elias também destaca o papel da memória na capacidade de o indivíduo “preservar os

²²³⁶ SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. p. 136-138.

²²³⁷ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 183.

²²³⁸ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. p. 13.

²²³⁹ Idem, p. 13.

²²⁴⁰ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003. p. 108.

conhecimentos adquiridos e, portanto, as experiências pessoais de fases anteriores como meio de controle ativo dos sentimentos e do comportamento em fases posteriores”.²²⁴¹

Reconhecendo a inextricável relação entre memória individual e memória coletiva, Halbwachs chama atenção para o fato de que a “rememoração pessoal está situada na encruzilhada das redes de solidariedades múltiplas em que estamos envolvidos”²²⁴². Contudo, isso não é suficiente para complexificar o biografado e desconstruir os limites impostos pela sua mitificação. É preciso romper o aparente caráter estático e estável das memórias, identificando seu processo de envelhecimento junto com o indivíduo e as variações, oscilações e contradições presentes nas escritas de si.

Pollak dá um passo à frente nesse sentido, ao conceber as memórias como resultado da “gestão de um equilíbrio precário de um sem-número de contradições e de tensões” indissociáveis da organização social da vida.²²⁴³ O autor entende a formalização de memórias como um processo de “enquadramento”, um trabalho de construção que envolve estratégias, negociações, conflitos e silenciamentos. Integrando um jogo social múltiplo, o indivíduo é impelido a “controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais”.²²⁴⁴ Um autocontrole nem sempre efetivo, considerando os limites da racionalidade humana. Em razão disso, é preciso ficar atento às contradições, ambiguidades e vicissitudes que os indivíduos deixam escapar em suas narrativas.

Em *Dias Idos e Vividos*, Belmiro Braga confessava: “Tolero mais um ingrato do que um bajulador”. Logo em seguida, homenageia as relações de amizade feitas nas primeiras décadas de sua vida: “É uma grande honra as relações de amizade que fiz e mantive naquela época [...]”. Logo em seguida, porém, faz a seguinte ressalva: “Aqui me refiro aos mortos”²²⁴⁵, enfatizando que estes mereciam a verdadeira consagração de suas memórias.

O leitor que, porventura, tenha lido apenas *Dias Idos e Vividos*, desconhecendo outras facetas do personagem, talvez não dê a essa declaração nenhuma importância. Importa lembrar, no entanto, que, em algumas cartas, manuscritos e publicações de Belmiro, as verves lírica e humorística, incansavelmente caracterizadas como “doces”, “suaves” e “saudáveis”, davam lugar a críticas bastante ácidas. Em *Soda Cáustica*, manuscrito redigido na década de

²²⁴¹ ELIAS, Norbert. Mudanças na balança Nós-Eu (1987). In: _____. *Sociedade dos Indivíduos*. Organização de Michael Schröter. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. p. 154.

²²⁴² HALBWACHS, op. cit., p. 72-75.

²²⁴³ POLLAK, op. cit., p. 13.

²²⁴⁴ Idem, p. 12.

²²⁴⁵ BRAGA, Belmiro. *Dias Idos e Vividos*. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1936. p. 236.

1930, por exemplo, o poeta não poupou críticas bastante agressivas e diretas a diversos políticos brasileiros e catedráticos da Academia Brasileira de Letras.

Composta por uma série de pequenas quadras de humor “cáustico”, essa produção não chegou a ser publicada. Poucos meses antes de morrer, ao confidenciar a Antônio Sales informações sobre a escrita desse livro, Belmiro parecia ser aconselhado pelo amigo a não publicar o material, por conta dos possíveis desafetos que o teor das mensagens poderia gerar. Esses registros “cáusticos” parecem se conectar a acontecimentos importantes que, a partir da década de 1920, impactaram sua vida social e política.

Nesse contexto, as cartas trocadas com o amigo poeta Antônio Sales, com quem se correspondia desde a primeira década do século XX, revelam profundo desencantamento com a política. A então capital do país, outrora tão ovacionada pelo poeta, torna-se um dos principais alvos de sua “desilusão republicana”. Após apoiar o então presidente da República, o mineiro Arthur Bernardes, ressentido o não cumprimento da promessa que este lhe fizera de um cargo de fiscal de selos. Cansado da espera, desabafou com o amigo Sales: “os homens são como os balões na República: sobem apenas os cheios de... vento”.²²⁴⁶

Em 1926, outra experiência parece ter reforçado seus desafetos com a política dos pares ou a chamada “confraria do elogio mútuo”. Em janeiro daquele ano, decidiu candidatar-se à cadeira de Mário de Alencar na Academia Brasileira de Letras. Embora investisse numa autorrepresentação avessa ao academicismo, não deixou de ambicionar um ingresso naquela que era considerada o “reduo de estabilidade” dos escritores brasileiros.²²⁴⁷ No entanto, anunciou a frustrante decisão de desistir do pleito. Nas cartas íntimas enviadas ao amigo Sales, alegava incapacidade de disputar em condições de igualdade com figuras de destaque, como Monteiro Lobato.²²⁴⁸ Belmiro não podia adivinhar que Lobato também desistiria do pleito logo depois. Segundo Gisele Martins Venancio, a Academia Brasileira de Letras também era objeto constante de reclamações nas cartas enviadas por Monteiro Lobato a Oliveira Vianna, demonstrando “a difícil relação entre Lobato e a academia”:

[...] em 1921, Lobato candidatou-se à ABL, mas retirou a candidatura em seguida. Anos mais tarde, em janeiro de 1926, voltou a candidatar-se, mas abandonou a disputa, mesmo sem retirar a candidatura. Finalmente, em

²²⁴⁶ Carta de Belmiro Braga para Antônio Sales, Juiz de Fora, 04 de março de 1925. Arquivo Antônio Sales, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro – RJ.

²²⁴⁷ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 128.

²²⁴⁸ Carta de Belmiro Braga para Antônio Sales, Juiz de Fora, 01 de janeiro de 1926. Arquivo Antônio Sales, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro – RJ.

1944, ocorreu a última tentativa de candidatura de Lobato à academia: um grupo de intelectuais indicou seu nome, mas ele não aceitou concorrer.²²⁴⁹

A frustração intelectual de Belmiro também parecia estar relacionada, nesse momento, com o trabalho que desenvolvia como agente da *Companhia de Seguros São Paulo*. Se, por um lado, comemorava nas cartas enviadas ao confidente Sales as lucrativas vendas de seguros e o conforto material que elas lhe proporcionavam, por outro lado, angustiava-se com a vida itinerante que levava e com a escassez de tempo para dedicar-se à literatura.

Contudo, em diversas publicações que fazia, Belmiro parecia transformar essas e outras inquietações pessoais em narrativas engraçadas e prosaicas sobre si mesmo, ganhando com isso o interesse do público. Parecia se transformar, assim, em personagem de si mesmo. Personagem que, vale dizer, não pode ser percebido como uma unidade naturalmente constituída. Por isso, essa pesquisa – ainda em fase inicial – vem se preocupando em demonstrar as múltiplas facetas do personagem ao longo de sua trajetória, dando visibilidade às permanências, mudanças, variações e ambiguidades na forma de se autorrepresentar.

Acredita-se que a ênfase sobre o processo de construção e transformação de Belmiro Braga ao longo da vida seja fundamental para evitar a formulação de análises e narrativas teleológicas. Afinal, como destaca Benito Schmidt, cabe ao historiador “acompanhar o fazer-se (parodiando Thompson) do indivíduo ao longo de sua vida, levando em conta os diferentes espaços sociais por onde ele se movimentou, mas também suas percepções subjetivas, oscilações e hesitações.”²²⁵⁰ Interessam-nos também, acrescento aqui, os supostos “fingimentos” do poeta, que “finge” não doer nele aquilo que diz ao outro sobre si mesmo, com a “leveza” e a “irreverência” do humor. Ao contrário do poema *Autopsicografia*, de Fernando Pessoa, o poeta não apenas “chega a fingir que é dor a dor que deveras sente”²²⁵¹, mas também ficcionaliza a realidade para “fingir” não sentir os dramas que “deveras” afetam e fazem doer a sua existência.

²²⁴⁹ VENANCIO, Gisele Martins. Cartas de Lobato a Vianna: uma memória epistolar silenciada pela história. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 129.

²²⁵⁰ SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. *Métis: história & cultura* – v. 2, n. 3, jan.-jun. 2003, p. 57-72.

²²⁵¹ Refiro-me aqui ao seguinte poema: “O poeta é um fingidor/ Finge tão completamente/ Que chega a fingir que é dor/ A dor que deveras sente./ E os que lêem o que escreve, /Na dor lida sentem bem, /Não as duas que ele teve,/ Mas só a que eles não têm./ E assim nas calhas de roda/ Gira, a entreter a razão,/ Esse comboio de corda/ Que se chama coração.” (Fonte: *Fernando Pessoa – Obra Poética*. José Aguilar Editora: Rio de Janeiro, 1972. p. 164.)

Considerações finais

As hesitações e frustrações se manifestam de diferentes maneiras na produção autorreferencial de Belmiro Braga. Em *Dias Idos e Vividos*, diferentemente das cartas trocadas com aquele que considerava como o seu maior confidente (Antônio Sales), elas aparecem visivelmente mitigadas pela ambiguidade do humor e por um aparente distanciamento temporal em relação ao presente.

Isso não significa, porém, que as correspondências – sendo veículos de segredos íntimos normalmente não destinados ao compartilhamento público – sejam mais “verdadeiras” e “sinceras” do que os textos publicados na imprensa. Dotadas de caráter relacional, ou seja, configurando uma escrita de si para o outro²²⁵², as cartas não escapam da trama de conflitos e interesses do jogo social, que limitam a vontade do indivíduo em dizer tudo o que lembra e sente, de igual maneira, a todos os seus interlocutores.

Ao invés de uma simplista dicotomia entre determinada “personalidade postiça” e uma suposta “personalidade autêntica e verdadeira”, preferimos compreender o caráter múltiplo das autorrepresentações de Belmiro Braga. Autorrepresentações que foram constituídas, sincrônica e diacronicamente, a partir do gerenciamento de uma densa teia de relações interpessoais, por meio da qual articulou sua experiência em diferentes esferas da vida social. Tudo isso, obviamente, sem desconsiderar as interferências dos conflitos, contradições, ambivalências, vicissitudes e silenciamentos que pautaram o processo de enquadramento social de suas memórias individuais perante a coletividade.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 10. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil 1900*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

²²⁵² GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida; PEREIRA, Leonardo Affonso de Mirnada (orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Unicamp.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo (orgs.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ENGEL, Magali Gouveia (org.). *Os intelectuais e a imprensa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Faperj, 2015.

FREITAS, Marcus Vinicius de. *Humor na poesia de Belmiro Braga*. O eixo e a roda, v. 22, n. 2, 2013. p. 61-73.

GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio...* Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. In: *Tempo*, v. 13, n. 26, 2009, p.15-31. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a02v1326.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2019.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRIGUES, Antonio E. M.. *João do Rio: a cidade e o poeta – olhar de flâneur na Belle Époque Tropical*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SAID, Edward. *Representações do intelectual*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso: a representação humorística na história brasileira – da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. *Métis: história & cultura* – v. 2, n. 3, jan.-jun. 2003. p. 57-72.

SCHMIDT, Benito Bisso; AVELAR, Alexandre de Sá (orgs.). *O que pode a biografia*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Cia. das Letras, 2017.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (v. 1)

O anticomunismo na atual conjuntura brasileira (2013-2018)

Talles de Almeida Oliveira²²⁵³

Resumo: O anticomunismo constitui-se em um fenômeno social, cultural e político importante na história do Brasil. Atualmente, observamos um reaparecimento mais agudo deste discurso, evocado até mesmo por agentes do Estado brasileiro. Diante deste contexto, por meio da análise dos painéis de leitores de um jornal de grande circulação (*Folha de S. Paulo*), de petições públicas que circulam na internet e de propostas legislativas que são sugeridas no site do Senado Federal, e em diálogo com temáticas como a ascensão da chamada nova direita, a história do tempo presente e o conceito de anticomunismo, este trabalho tem como objetivo investigar os discursos e as representações anticomunistas na atual conjuntura brasileira, mais especificamente entre 2013 e 2018.

Palavras-chave: anticomunismo; nova direita; Brasil

Abstract: Anticommunism is an important social, cultural and political phenomenon in the history of Brazil. Currently, we see a more acute reappearance of this discourse, evoked even by agents of the Brazilian state. Given this context, by analyzing the panels of readers of large circulation newspaper (*Folha de S. Paulo*), public petitions circulating on the Internet and proposals which are suggested on the Federal Senate website, and in dialogue with themes such as the rise of the so-called new right, the history of the present time and the concept of anti-communism, this paper aims to investigate anti-communist discourses and representations in current Brazilian conjuncture, specifically between 2013 and 2018.

Keywords: anti-communism; new right; Brazil

Introdução

A chamada “onda conservadora”²²⁵⁴ ocorre tanto em âmbito local como em âmbito mundial. Assistimos, em escala mundial, ao avanço do neoliberalismo, ao crescimento de

²²⁵³ Mestrando em História no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista CAPES. E-mail: tallesalmeida@yahoo.com.br

grupos assumidamente neonazistas e neofascistas e a eleições de candidatos conservadores. Na América Latina, após anos de uma onda progressista, iniciada com a eleição de Hugo Chávez em 1998, a direita e principalmente a extrema direita apostam numa ofensiva ideológica ferrenha, mobilizando, muitas vezes, discursos de base irracionalista e anti-iluminista. Neste contexto, os grupos à esquerda “[...] encontram-se na defensiva, com escassa capacidade de disputa hegemônica, enquanto visões de mundo conservadoras, fundamentalistas e antissociais são crescentemente compartilhadas”²²⁵⁵.

No Brasil, Junho de 2013 é o marco que geralmente aparece nas análises conjunturais como demarcador de uma nova conjuntura que se abriu. Embora as manifestações de 2013 tenham sido diferentes na composição social e no sentido político das de 2015²²⁵⁶, elas foram mais bem utilizadas pelos grupos direitistas que buscavam espalhar seus ideais e visões de mundo, principalmente a partir da exploração da temática da corrupção²²⁵⁷.

Nesse contexto, no Brasil há, nos últimos anos, uma intensificação da reprodução da ideologia do inimigo interno, que foi mais detidamente elaborada na época da ditadura militar. Esta ideologia está na base do processo de militarização das relações sociais e políticas, que tem ganhado cada vez mais força desde 2013 com a ascensão desta nova direita:

“A democracia manteve a concepção de segurança pública como a guerra contra o inimigo, este variando entre “bandidos”, militantes de movimentos sociais, jovens negros e pobres, loucos, traficantes, pessoas LGBTIs, indígenas. Em junho de 2013 e em outros momentos de conflitos fora da mídia aceita pelas políticas de contenção (ocupações secundaristas, “Não vai ter Copa”, “Fora Temer”, luta por moradia), combinou-se a repressão policial com a produção do inimigo e o elogio de um poder higienizante e pacificador”²²⁵⁸.

²²⁵⁴ Termo utilizado pela primeira vez por Guilherme Boulos para se referir à atual conjuntura. Ver: BOULOS, Guilherme. “A onda conservadora”. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane et al (Org.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016, p.29-31.

²²⁵⁵ CALIL, Gilberto. “Introdução”. In: PATSCHIKI, Lucas; SMANIOTTO, Marcos Alexandre; BARBOSA, Jefferson Rodrigues (Org.). *Tempos conservadores: estudos críticos sobre as direitas*. Goiânia: Gárgula, 2016, p.9

²²⁵⁶ MATTOS, Marcelo Badaró. “De junho de 2013 a junho de 2015: elementos para uma análise da (crítica) conjuntura brasileira”. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane et al (Org.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016, p.93-106.

²²⁵⁷ DEMIER, Felipe. “Introdução. O barulho dos inocentes: a revolta dos “homens de bem””. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane et al (Org.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016, p.9-24.

²²⁵⁸ TELES, Edson. “A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção”. In: GALLEGOS, Esther Solano et al (Org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018, p.70

Mas essa militarização, como afirma Edson Teles, não diz respeito apenas à presença do aparato de segurança no âmbito da esfera pública. É algo mais amplo que se liga a “discursos, estratégias, instituições, arquiteturas, performances, representações, entre tantos outros artefatos que eventualmente possam relacionar e efetivar técnicas e tecnologias de condução das subjetividades”.²²⁵⁹ Assim, o que ocorre é a cristalização da dominação, principalmente em torno do racismo, do patriarcalismo e da distinção de classe.

Além da questão da corrupção (acima mencionada) que mobiliza a direita, no que diz respeito a uma direita mais extremista, temos, em geral, três elementos que se destacam, conforme analisa o cientista político Luís Felipe Miguel: o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e o anticomunismo²²⁶⁰. Este último elemento é o que pretendemos abordar aqui. O anticomunismo aparece como um elemento importante atualmente. Na atual conjuntura brasileira, há um reaparecimento mais agudo do discurso anticomunista²²⁶¹. Uma rápida observação das manifestações de rua mobilizadas pela direita nos últimos anos já nos mostra que o discurso anticomunista faz parte das ideias disseminadas por esse grupo. Basta olharmos, também, para o discurso anticomunista propagado até mesmo por agentes do Estado brasileiro, como o presidente eleito em 2018, Jair Bolsonaro, o Ministro das Relações Exteriores do atual governo, Ernesto Araújo, e o Ministro da Educação, Abraham Weintraub.

No que se refere especificamente ao anticomunismo no Brasil, pelo menos até o período anterior à ditadura civil-militar de 1964, ele pode ser dividido em três “ondas” – para utilizar o termo de Rodrigo Patto Sá Motta²²⁶². A primeira ocorreu após a tentativa de um levante comunista, em 1935, que teve como principal articulador o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e que foi chamado, pejorativamente, de Intentona Comunista²²⁶³. A segunda onda se deu entre 1946-1948, no contexto do governo de Eurico Gaspar Dutra, em que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi colocado na ilegalidade, vários militantes comunistas foram perseguidos e a imprensa apareceu para disseminar o anticomunismo. Uma terceira “onda” anticomunista se deu no contexto de polarização política que caracterizou o período pré-golpe civil militar de 1964. Nesta terceira onda, os atores políticos e sociais

²²⁵⁹ Ibidem, p.71

²²⁶⁰ MIGUEL, Luís Felipe. “A reemergência da direita brasileira”. In: GALLEGOS, Esther Solano et al (Org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018, p.17-26.

²²⁶¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Giro a la derecha e impeachment: la crisis política de Brasil”. *Revista Política Latinoamericana*, Buenos Aires, v. 5, p.1-9, ago. 2017.

²²⁶² Idem. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Editora Perspectiva/Fapesp, 2002. 297p.

²²⁶³ Ibidem, p.77

anticomunistas mobilizaram uma forte campanha contra a “comunização do país”, o que contribuiu fortemente para o processo de fragilização do governo Goulart – apesar de que, como aponta Motta, os setores conservadores sempre tentaram “resgatar” Goulart da influência comunista, o que indica que não existiu, em certo sentido, uma antipatia imediata a Jango quando da sua posse e que o golpe não era inevitável.

É importante destacar, ainda, alguns pontos. Em primeiro lugar, o anticomunismo não surgiu especificamente como reação ao levante comunista de 1935. Foi com a eclosão da Revolução Russa de 1917 que setores mais conservadores da sociedade brasileira começaram a atacar o comunismo, principalmente através da imprensa. Tratavam de hostilizar a experiência soviética, apelando para imagens que, por exemplo, associavam o comunismo a algo diabólico, à desordem, à anarquia²²⁶⁴. Além disso, percebe-se que o anticomunismo no Brasil veio à tona com mais força em determinados momentos, não sendo, porém, suprimido nos períodos de menor efervescência política.

Outro ponto diz respeito às matizes do anticomunismo. No âmbito internacional, podemos dizer, seguindo o argumento do historiador Ricardo Antônio Souza Mendes, que o anticomunismo do século XX esteve relacionado a cinco principais vertentes, que se mesclavam e se relacionavam: a democrática, que aludia a seu caráter autoritário; a fascista, que condena a ideia de desagregação da sociedade promovida pelo comunismo; a conservadora, que rejeitava o rompimento do status quo; a anticlerical, que denunciava o aspecto antirreligioso presente na doutrina comunista²²⁶⁵; e a liberal, que reprovava a condenação da propriedade privada e do livre mercado por parte da teoria marxista.²²⁶⁶ No caso do Brasil, como afirma Mendes:

“Apesar da presença de um anticomunismo de caráter democrático e fascista, predominaram no Brasil os aspectos de coloração conservadora (manutenção da estrutura social) e liberal (defesa da propriedade). Não se pode esquecer também da frequente associação entre comunismo e sua versão anticlerical, diante da capacidade que tal associação tinha de mobilizar parcelas significativas da sociedade”²²⁶⁷.

²²⁶⁴ Ibidem, p.5

²²⁶⁵ Para um trabalho que aborda o anticomunismo na Igreja Católica no Brasil, ver: RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e a Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. 2 ed. Passo Fundo: UPF, 2003, 158p.

²²⁶⁶ MENDES, Ricardo Antônio Souza. “As direitas e o anticomunismo no Brasil”. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 10, p. 79-97, 2005.

²²⁶⁷ Ibidem, p.81.

Tendo em vista as considerações acima colocadas, podemos tratar a tradição anticomunista como algo que se fixou na estrutura social do Brasil. E, sendo algo que se fixou e que se enraizou na estrutura social, ela tende a vir à tona, como constatado, em contextos de crise e polarização política intensa, em que esse discurso consegue mobilizar, principalmente, os setores mais à direita no espectro político.

O conceito de anticomunismo

Do ponto de vista historiográfico, se comparado às pesquisas sobre as esquerdas, os estudos das direitas, no geral, e o do anticomunismo, no particular, são menos difundidos. Em sua tese de doutoramento, acima mencionada, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta já atentava para a existência de poucos trabalhos que tinham a temática do anticomunismo como objeto central. De maneira geral, até recentemente essa temática era colocada como algo apenas complementar, um aspecto a mais da vida social brasileira do século XX, sem se constituir num objeto específico de estudo. Apesar disso, tal cenário vem mudando ao longo dos últimos anos. É notório o avanço no que diz respeito ao estudo das direitas e de seu papel na sociedade brasileira – o que se liga à sua atuação na disseminação do anticomunismo.

O conceito de anticomunismo já foi amplamente discutido. Luciano Bonet²²⁶⁸ define anticomunismo como “[...] um fenômeno complexo, ideológico e político ao mesmo tempo, explicável, além disso, à luz do momento histórico, das condições de cada um dos países, e das diversas origens ideais e políticas em que se inspira”.²²⁶⁹ Segundo este autor, o anticomunismo deve ser entendido como algo que penetrou profundamente na sociedade, não podendo ser considerado como uma mera oposição simples aos ideais comunistas²²⁷⁰, além de poder ser tanto de direita como de esquerda (no caso dos social-democratas).

Além disso, alguns outros pontos importantes são levantados por Bonet. Do ponto de vista político, o anticomunismo significa a ideia de que não é possível haver alianças com partidos ou regimes comunistas, tendo em vista a incompatibilidade com o campo adversário. Assim, no que diz respeito ao plano interno dos países, o anticomunismo extremo, geralmente de tipo fascista e reacionário, “[...]. se traduz na sistemática repressão da oposição comunista,

²²⁶⁸ BONET, Luciano. “Anticomunismo”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Giafranco. *Dicionário de Política*. 12 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 34-35.

²²⁶⁹ Ibidem, p.34.

²²⁷⁰ Ibidem, p.34.

e tem por norma tachar de comunismo qualquer oposição de base popular”.²²⁷¹ Em países democráticos, segundo o autor, é preciso levar em conta a força da oposição comunista, pois onde a proposta comunista é fraca (como no caso atual do Brasil):

“o Anticomunismo constitui, o mais das vezes, componente fundamental da cultura política difundida, tendo, por isso, uma função importante na integração sócio-política e na legitimação do sistema (mediante, por exemplo, a incondicional aceitação do próprio way of life). Revela-se por isso, extraordinariamente eficaz na prevenção ou isolamento de possíveis movimentos de oposição que se refiram, mesmo que genericamente, ao marxismo e às tradições comunistas”²²⁷².

Por outro lado, quando o movimento comunista se apresenta como uma alternativa potencial e forte, as políticas de choque de determinado regime democrático encontram menos respaldo na sociedade, podendo causar rompimentos sociais. Assim, a estratégia, por meios democráticos, é formar alianças para fazer frente à oposição comunista. Aqui, o anticomunismo se torna, como afirma Bonet, um “critério discriminante na formação das coalizões”.²²⁷³

No plano internacional, segundo o autor, os objetivos anticomunistas são: “1) contenção do influxo dos Estados socialistas; 2) interferência nos negócios internos de cada um dos países, a fim de prevenir e/ou reprimir os movimentos de inspiração comunista (ou tida como tal)”.²²⁷⁴ Além disso, para o autor, a força do anticomunismo é inversamente proporcional à estabilidade das relações mundiais, isto é, se há instabilidade do ponto de vista mundial, a tendência é que a vitalidade do anticomunismo cresça.

A historiadora Carla Simone Rodeghero constrói uma definição do conceito que dialoga com Bonet. Segundo ela:

“O fenômeno do anticomunismo diz respeito a uma postura de oposição sistemática ao comunismo ou àquilo que é a ele identificado, uma oposição que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas. O anticomunismo é o conjunto das atividades realizadas por grupos diversos, que constroem e se guiam por um conjunto de representações que tem sido chamado de imaginário anticomunista. Trata-se de atividades como produção de propaganda, controle e ação policial, estratégias educacionais, pregações religiosas, organização de grupos de ativistas e de manifestações públicas, atuação no Legislativo, etc.”²²⁷⁵

²²⁷¹ Ibidem, p.34-35

²²⁷² Ibidem, p.35

²²⁷³ Ibidem, p.35

²²⁷⁴ Ibidem, p.35

²²⁷⁵ RODEGHERO, Carla Simone. “Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, 2002, p.464.

Um elemento que se destaca nessas definições é o fato de que devemos levar em conta o que os atores anticomunistas entendem por comunismo – que, muitas vezes, tem sua definição distorcida. Nesse sentido, a historiadora Carla Luciana Souza Silva afirma que, no estudo do anticomunismo, é essencial definir o que os atores e textos anticomunistas entendem por comunismo²²⁷⁶.

O conceito de anticomunismo estabelecido pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta, em artigo publicado no livro *Pensar as direitas na América Latina*, de 2019²²⁷⁷, dialoga com as definições acima. Segundo Motta, partindo de uma discussão sobre o prefixo “anti”, os anticomunistas são aqueles que têm um teor mais visceral em seu discurso, recusando total e integralmente qualquer elemento que esteja próximo à ideologia comunista (ou o que eles acreditam estar próximo) – ideia semelhante a um dos elementos apresentados por Bonet. Esta posição vai além da oposição de ideias: não há, para os anticomunistas, qualquer possibilidade de diálogo com o que eles associam ao comunismo ou ao marxismo:

“Ser “anti” significa combater o inimigo sem trégua, até sua eliminação, que não precisa necessariamente ser física (embora em alguns casos se chegue a tal ponto), mas, sobretudo, política. Ser anti alguma coisa, portanto, implica adotar atitudes que vão além da simples oposição, com base em recusa integral, uma repulsa que gera estímulos para destruir as ideias oponentes, às vezes também as pessoas que as professam”²²⁷⁸.

Assim, para ficar mais claro, podemos estabelecer uma diferenciação entre o anticomunista e o não comunista. O anticomunista, como colocado acima, recusa totalmente qualquer elemento ligado ao comunismo, rejeitando o debate com o objetivo de suprimir o inimigo. O não comunista, por outro lado, apesar de não concordar com a ideologia e as premissas comunistas, aceita o diálogo e a oposição de ideias, admitindo a legitimidade dos atores e da ideologia comunista.

O anticomunismo nas fontes

Como já mencionado no resumo do presente artigo, primeiramente, utilizaremos como fonte os painéis de leitor do jornal *Folha de S. Paulo*. A escolha deste jornal se justifica, em

²²⁷⁶ SILVA, Carla Luciana Souza. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

²²⁷⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil”. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane et al (Org.). *Pensar as direitas na América Latina*. São Paulo: Alameda, 2019, p.75-98

²²⁷⁸ Ibidem, p.78

grande medida, pelo fato de ser um dos periódicos de maior circulação no Brasil, segundo o Instituto Verificador de Comunicação²²⁷⁹. Além do periódico, iremos utilizar como fonte petições públicas que circulam na plataforma “Change.org”²²⁸⁰, um grande espaço de abaixo-assinados, e o portal e-Cidadania²²⁸¹, que tem o objetivo de estimular a participação das pessoas nos assuntos tratados pelo Senado Federal por meio de três ferramentas de participação: o “Ideia Legislativa”, o “Evento Interativo” e a “Consulta Pública”.

O objetivo nesta parte é apresentar algumas fontes já levantadas e analisadas, demonstrando de que maneira o comunismo ou as ideias ligadas ao comunismo são representadas. Para isso, nos limites do presente trabalho, optamos por selecionar alguns exemplos que julgamos mais significativos para demonstrar descontinuidades e continuidades no discurso anticomunista.

Começamos pela análise das propostas legislativas sugeridas no site do Senado Federal. Ao digitar na barra de pesquisa o termo “comunismo” e analisar as propostas que aparecem, dois elementos – que, de certa forma, estão ligados – se destacam: a comparação feita entre apologia ao nazismo e apologia ao comunismo e a utilização da ideia de totalitarismo. Estas duas ideias aparecem de forma recorrente nas propostas. A proposta que mais teve apoiadores²²⁸², e que chegou a passar à consulta pública²²⁸³, argumentava sobre a semelhança entre apologia ao nazismo e apologia ao comunismo. Segundo o autor desta proposta, se há leis contra a apologia ao nazismo e seus símbolos, é necessário aplicá-las ao comunismo, uma vez que este regime teria sido pior que o regime nazista. Em uma outra proposta, um indivíduo, além de destacar a “natureza totalitária” do comunismo e do nazismo, defende:

“[...] faz-se necessária e urgente a edição de uma Lei que criminalize qualquer tipo de propaganda comunista, por qualquer meio, a criação e existência de partidos que advoguem abertamente a ideologia comunista bem como a fabricação, comercialização, veiculação de símbolos, emblemas, ornamentos e distintivos que se relacionem com o comunismo e se tornem instrumentos de sua divulgação, tais como a foice e o martelo e imagens de líderes e ditadores, além de considerar o comunismo um crime contra a

²²⁷⁹Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/com-crescimento-digital-folha-lidera-circulacao-total-entre-jornais-brasileiros.shtml>

²²⁸⁰ Disponível em: www.change.org

²²⁸¹ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania>

²²⁸² PORTAL E-CIDADANIA. “Criminalização da apologia ao comunismo”. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=76334>

²²⁸³ Quando uma proposta legislativa alcança 20.000 apoios, ela passa à consulta pública. No caso da proposta de criminalização do comunismo a que nos referimos, na consulta pública ela recebeu o “sim” de 176.711 pessoas e o “não” de 175.373, mas não foi aprovada e teve sua tramitação encerrada.

humanidade em respeito aos milhões de mortos que seus correligionários praticaram e têm praticado ainda hoje”.²²⁸⁴

É perceptível, ainda, a associação entre comunismo e fome e o argumento de que os regimes comunistas teriam vitimado cem milhões de pessoas ao longo da história. Em uma delas, um indivíduo afirma que o comunismo, “regime totalitário e que nunca deu certo”, foi a “arma” que mais matou na História, levando crise e fome aos países. A apologia ao comunismo seria uma “afronta a vida humana”. Afirma, ainda, que os povos de Cuba, Venezuela e Coreia do Norte, “oprimidos e famintos”, são vítimas do comunismo.²²⁸⁵ Em outra proposta de criminalização do comunismo, o autor afirma:

“Tendo em vista que o nazismo é criminalizado por causa dos muitos crimes cometidos pelos seus partidários, proponho a criminalização do socialismo/comunismo por causa dos muitos crimes cometidos e pelos mais de cem milhões de mortos decorrentes das ações em nome desses sistemas”.²²⁸⁶

Ao procurarmos pelo termo “comunismo” no site “Change.org”, percebemos, em algumas petições públicas, a mesma comparação entre ideologia nazista e ideologia comunista e a referência aos 100 milhões de mortos nos regimes comunistas. Uma petição criada em 28/03/2018 pede a criminalização do comunismo no Brasil. Antes do texto da petição, há uma imagem em que aparecem, lado a lado, Hitler e Stalin, com os dizeres “Dois regimes desumanos” e “O nazismo é proibido, o comunismo não!”, além da quantidade de mortes causadas por ambos. No texto, o autor da petição, após argumentar sobre o número de mortos e relacionar o comunismo com partidos no Brasil (PT, PPS, PSOL e PCdoB), afirma:

“Não podemos ter condescendência com aqueles que militam no comunismo, não podemos ser simpáticos com suas causas e tampouco permitir que assumam cargos públicos. Os nazistas exterminaram pessoas e sua ideologia é proibida no Brasil e devemos fazer o mesmo com o comunismo”.²²⁸⁷

Outro indivíduo, na mesma lógica de comparação entre nazismo e comunismo, afirma no texto da petição:

²²⁸⁴PORTAL E-CIDADANIA. “Tornar crime fabricar, comercializar ou veicular símbolos ou propaganda que utilizem a foice e o martelo para fins de divulgação do comunismo”. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=44586>

²²⁸⁵PORTAL E-CIDADANIA. “Criminalização do comunismo”. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=71798>

²²⁸⁶PORTAL E-CIDADANIA. “Criminalização do socialismo/comunismo”. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=83234>

²²⁸⁷PORTAL E-CIDADANIA. “Criminalização do comunismo no Brasil”. Disponível em: <https://www.change.org/p/jair-messias-bolsonaro-criminaliza%C3%A7%C3%A3o-do-comunismo-no-brasil>

“Faço este abaixo assinado para pedir consciência, PRINCIPALMENTE aos nossos políticos, de entender que se não podemos fazer apologia ao NAZISMO (algo super correto) também não podemos admitir que hajam Partidos, instituições, apologias e muito menos homenagens a figuras ligadas ao comunismo, que tem em suas COSTAS mais de 100 MILHÕES DE INOCENTES MORTOS !!! Portanto, é preciso criminalizar não só os comunistas históricos, como também seus símbolos, tais como a FOICE E MARTELO, FOTOS DE CHE GUEVARA, e junto a isso colocar TODOS os partidos chegados à essa ideologia (PT, PSOL, PCdoB) como FACÇÕES CRIMINOSAS...”²²⁸⁸

Nos painéis de leitores do jornal Folha de S. Paulo não há, até onde conseguimos levantar e analisar, uma presença tão relevante da comparação entre o comunismo e o regime nazista. O anticomunismo, aqui, aparece mais diluído em diversos assuntos, mas alguns se destacam. O discurso de ameaça comunista com referência a Cuba – que era muito forte principalmente na década de 1960 – reaparece, mais especificamente quando se aproxima a data de aniversário do golpe civil-militar de 31 de março de 1964. Estes discursos, muitas vezes, são acompanhados de ataques à Comissão Nacional da Verdade. Um leitor, no dia 24/03/2014, por exemplo, afirma que os crimes da ditadura militar devem ser condenados, mas que, por outro lado, é preciso investigar também os crimes dos que queriam implantar uma “ditadura comunista” no Brasil e que, portanto, não queriam uma redemocratização. Por fim, ele critica a Comissão da Verdade, chamando-a de “comissão da meia verdade”.²²⁸⁹ Outra leitora, no dia 01/04/2014, argumenta que se fala muito das vítimas da ditadura militar, mas que os “100 milhões de mortos” sob regimes socialistas e comunistas são esquecidos. Coloca o comunismo e socialismo como “a experiência mais sangrenta da humanidade”, evocando China e Cuba. Afirma, ainda, que, atualmente, há uma perseguição e “proibição” de ideologias, na América Latina, que não sejam de esquerda. Diz também que iríamos viver uma ditadura de esquerda, referindo-se a ela como “Rios de Sangue”.²²⁹⁰

Estritamente ligada a essa narrativa acima mencionada, há o reaparecimento, principalmente no ano de 2014 (em função, provavelmente, dos 50 anos da implantação da ditadura militar no Brasil), da ideia de que, no contexto político e social que culminou no golpe de 1964, havia uma conspiração comunista em curso, com o objetivo de tornar o Brasil uma grande Cuba. Assim, um leitor afirma que o “grande êxito da revolução de 1964 foi

²²⁸⁸ PORTAL E-CIDADANIA. “Criminalização do comunismo”. Disponível em: <https://www.change.org/p/c%C3%A2mara-dos-deputados-criminaliza%C3%A7%C3%A3o-do-comunismo>

²²⁸⁹ “Golpe e ditadura”, Folha de S. Paulo, Painel do Leitor, 24/03/2014, p.A3

²²⁹⁰ “Golpe e ditadura”, Folha de S. Paulo, Painel do Leitor, 01/04/2014, p.A3

evitar que o Brasil se tornasse uma grande Cuba”.²²⁹¹ Outro leitor elogia um artigo do então deputado federal Jair Bolsonaro, afirmando que os militares reagiram a um movimento financiado por Fidel Castro, a quem chama de “ditador sanguinário, responsável por tanta desgraça”.²²⁹² Por ocasião das manifestações de 2014, em que algumas pessoas pediam intervenção militar, um indivíduo defende os pedidos de volta da “benfeitoria militar no Brasil”, que impediu que o país “se transformasse numa enorme Cuba”.²²⁹³ Por fim, defende, partindo deste argumento, a liberdade de expressão.

Outro elemento que aparece de forma recorrente, e que gostaríamos de destacar aqui, é a referência ao bolivarianismo que supostamente estaria invadindo o Brasil. Vários leitores denunciam essa tentativa de implantação do bolivarianismo, que estaria atrelado a tentativas de impor o socialismo ao país (e, é claro, este discurso vem acompanhado da frase “Vai pra Venezuela!”). Um leitor, em 20/12/2015, quando da notícia de que o Superior Tribunal Federal (STF) deu a palavra final ao Senado sobre o afastamento de Dilma Rousseff, favorecendo a então presidenta, afirma: “Acabamos de inaugurar a República Federativa Brasileira Socialista Bolivariana!”. Para ele, isso seria uma intervenção do STF nos poderes da república, favorecendo um governo “incompetente, vil e irresponsável”.²²⁹⁴ Outro leitor, na ocasião do debate em torno do decreto nº8243²²⁹⁵, no dia 16/06/2014, afirma que o decreto é “bolivariano” e uma afronta à democracia. Conclui dizendo que “o pensamento marxista começa a mostrar sua verdadeira face”²²⁹⁶.

Considerações finais

A partir das discussões feitas no início deste trabalho e das fontes elencadas acima, percebemos algumas questões recorrentes e que julgamos importantes para o entendimento do atual discurso anticomunista disseminado no Brasil. Procuramos apresentar e destacar um elemento de continuidade e outros elementos de descontinuidade no que diz respeito ao

²²⁹¹ “Golpe e ditadura”, Folha de S. Paulo, Painel do Leitor, 03/04/2014, p.A3

²²⁹² “Golpe e ditadura”, Folha de S. Paulo, Painel do Leitor, 04/04/2014, p.A3

²²⁹³ “Manifestações”, Folha de S. Paulo, Painel do Leitor, 07/11/2014, p.A3

²²⁹⁴ “Brasil em crise”, Folha de S. Paulo, Painel do Leitor, 20/12/2015, p.A3

²²⁹⁵ O decreto número 8243, de 23 de maio de 2014, de acordo com o artigo 1º, versava sobre: “Fica instituída a Política Nacional de Participação Social - PNPS, com o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil”. O decreto recebeu inúmeras críticas e, posteriormente, acabou sendo revogado. Ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm

²²⁹⁶ “Decreto nº8243”, Folha de S. Paulo, Painel do Leitor, 16/06/2014, p.A3

anticomunismo de outros momentos históricos. O de continuidade, fazendo referência ao passado, diz respeito à mobilização da ideia de conspiração comunista que supostamente existia no contexto que culminou no golpe civil-militar de 1964. Há, aqui, como demonstrado, ataques a Cuba e aos que queriam implantar uma “ditadura comunista” no Brasil, além do elogio das Forças Armadas, que teriam evitado o estabelecimento do comunismo no país. A novidade é que, apesar de Cuba ainda aparecer como elemento constituinte e mobilizador do discurso, o bolivarianismo e a Venezuela surgem como uma nova questão que estimula e fortalece o anticomunismo, com uma ancoragem no passado.

O outro elemento de descontinuidade que procuramos discutir acima é a ideia que compara a ideologia nazista à ideologia comunista e seus respectivos regimes – e que baseia os pedidos de criminalização do comunismo que apresentamos. A ideia de que o anticomunista é aquele que almeja a supressão total e integral do seu inimigo (os comunistas), rejeitando qualquer debate ou discussão de ideias, dialoga com as fontes expomos. É, em uma palavra, aquele que se opõe sistematicamente ao comunismo, que não encontra qualquer possibilidade de aliança ou discussão com o movimento ou os atores comunistas. Na atual conjuntura, parece-nos que este argumento é mais recorrente e mobilizador do que em conjunturas passadas em que o anticomunismo foi disseminado.

FONTES:

Jornal Folha de S. Paulo

Portal e-Cidadania

Change.org

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BONET, Luciano. “Anticomunismo”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Giafranco. *Dicionário de Política*. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini, 11 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 34-35.

BOULOS, Guilherme. “A onda conservadora”. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane et al (Org.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016, p.29-31.

CALIL, Gilberto. “Introdução”. In: PATSCHIKI, Lucas; SMANIOTTO, Marcos Alexandre; BARBOSA, Jefferson Rodrigues (Org.). *Tempos conservadores: estudos críticos sobre as direitas*. Goiânia: Gárgula, 2016, p.9

DEMIER, Felipe. “Introdução. O barulho dos inocentes: a revolta dos “homens de bem””. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane et al (Org.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016, p.9-24.

MATTOS, Marcelo Badaró. “De junho de 2013 a junho de 2015: elementos para uma análise da (crítica) conjuntura brasileira”. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane et al (Org.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016, p.93-106.

MENDES, Ricardo Antônio Souza. “As direitas e o anticomunismo no Brasil”. *Locus: revista de História*, Juiz de Fora, v. 10, p. 79-97, 2005.

MIGUEL, Luis Felipe. “A reermegência da direita brasileira”. In: GALLEGO, Esther Solano et al (Org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018, p.17-26.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá . *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Editora Perspectiva/Fapesp, 2002. 297p .

_____. “Giro a la derecha e impeachment: la crisis política de Brasil”. *Revista Política Latinoamericana*, Buenos Aires, v. 5, p.1-9, ago. 2017.

_____. “O Perigo é Vermelho e vem de Fora: O Brasil e a URSS”. *Locus: revista de História*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p.227-246, nov. 2007.

_____. “Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil”. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane et al (Org.). *Pensar as direitas na América Latina*. São Paulo: Alameda, 2019, p.75-98

RODEGHERO, Carla Simone. “Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, 2002, p.463-488.

_____. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e a Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. 2 ed. Passo Fundo: UPF, 2003, 158p.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

SILVA, Carla Luciana Souza. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

TELES, Edson. “A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção”. In: GALLEGGO, Esther Solano et al (Org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018, p.70

História e Literatura: um diálogo em prol da representatividade negra no ambiente escolar

Thaís Silva Félix Dias²²⁹⁷

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo discutir as possibilidades de trabalho envolvendo a História do Brasil e as histórias apresentadas na obra —Heroínas Negras Brasileiras em 15 cordéis, de Jarid Arraes, baseadas em fatos reais. A proposta é repensar o ensino de História do Brasil, valorizando o papel de mulheres negras na formação da sociedade brasileira. Assim, o diálogo entre História e Literatura nos proporciona a criação de um espaço para se discutir raça, gênero e a ampliação do olhar crítico do aluno.

Palavras-chaves: Ensino de História; Literatura; Representatividade Negra.

Abstract: This paper aims to discuss the possibilities of work involving the History of Brazil and the stories presented in Jarid Arraes —Brazilian Black Hierines in 15 Cordels, based on real facts. The proposal is to rethink the teaching of Brazilian History, valuing the role of black women in the formation of Brazilian society. Thus, the dialogue between history and literature provides us with the creation of a space to discuss race, gender and the broadening of the student's critical eye.

Keywords: History Teaching; Literature; Black Representativity.

Escolhemos para exemplificação no artigo a história da escrava letrada Esperança Garcia, que possui um cordel dedicada a ela na obra de Jarid Arraes e também na obra de Sonia Rosa que lhe dedicou um livro para levar sua história para a literatura infanto-juvenil.

Antes de adentrarmos para a importância do trabalho interdisciplinar, carece traçarmos um caminho acerca do ensino de história e da importância em se trabalhar as relações étnico raciais na educação.

As transformações que ocorreram na historiografia com o passar do tempo foram sentidas no ato de seu ensino: a história até o século XIX era ensinada a fim de lembrar os

²²⁹⁷ Thaís Silva Félix Dias. Pós-Graduanda em Relações Étnico-Raciais e Educação (CEFET – RJ). Orientadora: Maria Cristina Giorgi Email: thaisfelixdias@gmail.com

feitos dos grandes heróis/personagens da humanidade²²⁹⁸ e no século XIX era utilizada para desenvolver um espírito patriótico e nacional. Podemos dizer também que até meados do século XX o ensino, de um modo geral, não era para todos, mas, sobretudo para a elite²²⁹⁹, sendo hoje um avanço em sua trajetória poder afirmar que ele é para todos.

A partir do livro de Maria Isabel Cunha²³⁰⁰ percebe-se que o ensino de história existe desde o século XIX, tendo, a partir de 1870, sua importância ampliada como conteúdo encarregado de veicular uma “história nacional” e como instrumento pedagógico significativo na constituição de uma “identidade nacional”²³⁰¹.

Já nas décadas de 1960 e 1970, o ensino baseou-se na história dos vencedores, tentando reproduzir os principais valores da classe dominante. A partir da década de 1980, o processo de redemocratização política resultou em uma análise dos conflitos de classes e diferentes culturas e, perante isso, saiu a homogeneização do ensino e a acriticidade e entrou em cena a criticidade, novas práticas e a existência da democracia, tolerância, solidariedade e percepção das diferenças²³⁰² no processo de ensino.

Para Ubiratan Rocha,

o principal objetivo do ensino de história é orientar o aluno a desenvolver uma leitura crescentemente objetiva da realidade social. Esta leitura deverá ser, necessariamente, mediada pelos conceitos das Ciências Humanas [...] Uma vez transformado em meio, o conteúdo sobre o qual vai incidir o trabalho do aluno funcionará como alavanca para o desenvolvimento da inteligência²³⁰³.

O que vemos atualmente é o resultado dessa democratização dos anos de 1980, já que hoje temos a preocupação em associar as disciplinas escolares com a multiculturalidade existente. Deve-se ter no ato da produção de conhecimento um respeito pela realidade e cultura humana²³⁰⁴, pela diversidade/bagagem do indivíduo.

²²⁹⁸ FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 63

²²⁹⁹ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História – fundamentos e métodos*. 4ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2011, p. 128

²³⁰⁰ CUNHA, Maria Isabel. *O bom professor e sua prática*. São Paulo: Papyrus, 1989

²³⁰¹ Idem p.60

²³⁰² FONSECA, Silva Guimarães. A nova LDB, os PCN's e o ensino de história. In: _____ *Didática e prática de ensino de história: experiência, reflexões e aprendizados*. São Paulo: Papyrus, 2003, pp. 33-35

²³⁰³ ROCHA, Ubiratan. Reconstruindo a história a partir do imaginário do aluno. In: NIKITIUK, Sonia L. *Repensando o ensino de história*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2009, p.55

²³⁰⁴ CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e Educação: desafios para a prática pedagógica. In: CANDAU, Vera Maria, MOREIRA, Antônio Flávio (orgs.). *Multiculturalismo: Diferenças culturais e práticas culturais*. São Paulo: Editora Vozes, 2008, p.15

Por bagagem, entenda-se todas as experiências que o aluno traz de fora do mundo escolar, como suas referências culturais²³⁰⁵ e demais perspectivas adquiridas por ele em seu cotidiano (através dos livros, revistas e jornais que se lê, do que assiste e do diálogo e relacionamento que mantém com outras pessoas).

Partimos agora da teoria elaborada pelo pedagogo John Dewey (1859-1952), que defende a prática da educação perante um diálogo com as experiências do aluno, entendendo que este diálogo pode ser usado como alimento educativo de uma sociedade²³⁰⁶.

Dewey salienta que nem todas as experiências são educativas, pois há muitas que são, pelo contrário, deseducativas ao não proporcionar nenhum conhecimento ao aluno, como as sugeridas pela educação Tradicional²³⁰⁷. Com isso, na busca por uma experiência educativa cabe ao educador, no exercício da função, selecionar as coisas que, dentro da órbita das experiências anteriores, tenham possibilidade de suscitar novos problemas, os quais, estimulando novos modos de observação e julgamento, ampliarão a área para experiências posteriores.²³⁰⁸

Segundo Dewey, a experiência educativa é, pois, essa experiência ‘inteligente’, em que participa o pensamento, através do qual se vêm a perceber relações e continuidades antes não percebidas. Indo além, percebe-se que

todas as vezes que a experiência for assim reflexiva, isto é, que atentarmos no antes e no depois do seu processo, a aquisição de novos conhecimentos, ou conhecimentos mais extensos do que antes, será um dos resultados naturais.²³⁰⁹

Para Dewey a experiência não se processa apenas dentro da pessoa (formação de atitudes, desejos e propósitos), mas também com o mundo de pessoas e coisas que cercam o indivíduo e ao educador cabe julgar quais atitudes são condizentes ao crescimento contínuo e quais lhes são prejudiciais. A questão principal, e que se intercala com minha proposta pedagógica, é o indivíduo perceber o seu meio e aplicar neste meio o que aprendeu durante o processo de produção de conhecimento²³¹⁰.

²³⁰⁵ ROCHA, Helenice. Aula de História - que bagagem levar? In. ROCHA, Helenice Aparecida Bastos, MAGALHÃES, Marcelo de Souza & GONTIJO, Rebeca. *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p.84

²³⁰⁶ DEWEY, John. *Experiência e Educação*. Op.cit p.6

²³⁰⁷ Idem pp 14-15

²³⁰⁸ Idem p.76

²³⁰⁹ DEWEY, John. *Experiência e Educação*. Op.cit p.17

²³¹⁰ DEWEY, John. *Experiência e Educação*. Op.cit , p.43

Dewey entende a educação como processo social na medida em que há uma troca de experiências entre o que é ensinado na escola com o que o aluno apreende de seu meio social. Por isso, ele enfatiza que o problema deve surgir das condições da experiência presente do aluno, e que deve estar de acordo com sua capacidade, e que desperte nele uma busca ativa por informação e por novas ideias²³¹¹; tendo com um dos recursos para se despertar os alunos o uso de jogos, que são conhecidos e utilizados por eles.

As análises de Dewey sobre o uso da experiência no processo de ensino-aprendizagem são relevantes, pois envolvem o conteúdo, os recursos utilizados para trabalhá-lo e estimula o aluno a pensar, conscientemente, sobre o porquê de tal ato lhe reter tanta atenção²³¹².

No ato de lecionar, a bagagem do aluno não pode passar despercebida. Sua vida social, sua família, o lugar onde mora, os lugares que frequenta, sua personalidade, seus gostos, amigos e influências, tudo isso é repassado ao processo de apreensão, e produção, do conhecimento por parte do aluno. E por que não ensinar história a partir do mundo do aluno, do que lhe é similar?

Tem-se que reinventar a educação, oferecendo espaços e tempos de ensino-aprendizagem significativos e desafiantes para os contextos sociopolíticos e culturais atuais e as inquietudes das crianças e dos jovens²³¹³.

Além de se repensar os componentes diversos da educação, são necessários também o respeito pela condição da realidade humana, sua multiculturalidade e buscar entender como “encaixar” esta realidade com os métodos de ensino. Quando o ensino é posto em prática, relevando a bagagem do aluno, facilita a compreensão do mesmo²³¹⁴. Quando se busca recursos que estimulem os alunos a estudarem, estimulam o seu interesse na matéria e o fazem associar o que aprendem com sua realidade, se está a um passo de auxiliar no processo de formação de cidadãos.

Segundo a visão de Paulo Knauss,

é o aluno que lê o mundo e não o professor, que fica com a função de orientador e animador; é o aluno que vivencia a percepção, a intuição, a

²³¹¹ Idem pp 81-82

²³¹² Idem p.75

²³¹³ CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e Educação: desafios para a prática pedagógica. In: CANDAU, Vera Maria, MOREIRA, Antônio Flávio (orgs.). *Multiculturalismo: Diferenças culturais e práticas culturais* Op.cit. p 13

²³¹⁴ ROCHA, Helenice. Aula de História - que bagagem levar? In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos, MAGALHÃES, Marcelo de Souza & GONTIJO, Rebeca. *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Op.cit p, 82.

crítica e a criação. O processo deve levar a que o aluno construa seu objeto de conhecimento, desenvolvendo-se como sujeito da investigação [...] ²³¹⁵.

Outros pontos que podem ser trabalhados é a percepção de diferentes noções de tempo por parte do aluno, visto que a história é uma disciplina encarregada de situar o aluno diante das permanências e das rupturas das sociedades e de sua atuação enquanto agente histórico, cabendo ao professor mostrar que não existe uma única noção de tempo ²³¹⁶; e o uso de fontes históricas, no caso documentos históricos, como auxílio no ato de compreensão do passado.

O uso dos documentos é plural, pois estes podem servir como ilustração, como instrumentos de reforço de uma ideia expressa na aula pelo professor ou pelo texto do livro didático e como fonte de informação, explicitando uma situação histórica, reforçando a ação de determinados sujeitos. Além disso, podem servir como introdução de um tema de estudo, assumindo a condição de “situação-problema” a fim de que o aluno identifique o objeto de estudo ou tema histórico a ser pesquisado ²³¹⁷.

Ao utilizarmos Esperança Garcia, faremos uso das obras literárias de Jarid Arraes e Sonia Rosa ²³¹⁸. Ambas as autoras, em suas especificidades de escrita literária, retrataram a vida da escrava Esperança Garcia, que no século XVIII, ao ser levada para outra fazenda, escreveu uma carta (encontrada no Arquivo Histórico do Piauí e divulgada para a sociedade) ao Presidente da Província de São José do Piauí, denunciando seus maus tratos e solicitando que fosse devolvida para sua antiga fazenda ²³¹⁹.

A relevância em tal escolha se solidifica, pois Esperança Garcia é um retrato das relações sociais, para com os escravos, que havia no Brasil Colonial. O objetivo da proposta de aula é construir com os alunos abordagens acerca da representatividade de gênero - heroínas do Brasil - e, acima de tudo, da representatividade do negro ao longo da História do Brasil pensando a nossa história e também como nossa sociedade lida diante desses dois pilares atualmente.

²³¹⁵ KNAUSS, Paulo. Sobre a norma e o óbvio: a sala de aula como lugar de pesquisa. In NIKITIUK, Sonia L. *Repensando o ensino de história*. 7º Ed. – São Paulo: Cortez, 2009, pp.42-43.

²³¹⁶ NADAI, Elza e BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Repensando a noção de tempo histórico no ensino. In. PISNKY, Jaime (org.). *O ensino de História e a criação do fato*. – 8º Ed. – São Paulo: Contexto, 2000. pp 86

²³¹⁷ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História – fundamentos e métodos*. Op.cit. p. 330

²³¹⁸ ARRAES, Jarid. *Heroínas Negras Brasileiras em 15 cordéis*. São Paulo: Pólen, 2017, 176 pgs. ROSA, Sonia. *Quando a escrava Esperança Garcia escreveu uma carta*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. 40 pgs.

²³¹⁹ Para maiores informações, ver a obra MOTT (2010)

Durante muito tempo, a mulher negra foi estereotipada na literatura, sempre estando à margem da mulher branca²³²⁰ e subordinada a estas e aos demais personagens. Apesar de reconhecermos as mudanças que ocorreram ao longo dos anos em tais abordagens, não podemos deixar de atentar para que o fato de que a marginalização da mulher negra ainda ocorra nos dias de hoje.

Torna-se cada vez mais necessário o ensino de História e cultura Afro-Brasileira nas escolas, enfatizando a contribuição das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, nas identidades coletivas e individuais, pontapé inicial dado pela Lei 10.639/03, que, cada dia mais, nos vem sendo tirada a eficácia pelo governo.

Ao se orientar para que a história e a cultura afro-brasileiras sejam ministradas em todo o currículo escolar, como nas aulas de educação artística e de literatura e história brasileiras, viabiliza-se o diálogo interdisciplinar a fim de que se trabalhe em sala de aula sobre o legado do povo negro na formação do Brasil.

Para além de um senso crítico, temos por proposta fomentar um sentimento de pertencimento, principalmente dos alunos negros ou descendentes, através do respeito à diversidade em conjunto com um discurso antirracista, pois

ao olhar para os alunos que descendem de africanos, o professor comprometido com o combate ao racismo deverá buscar conhecimentos sobre a história e cultura deste aluno e de seus antecedentes. E ao fazê-lo, buscar compreender os preconceitos embutidos nem sua postura, linguagem e prática escolar; reestruturar seu envolvimento e se comprometer com a perspectiva multicultural de educação²³²¹

Dessa forma, se apresenta o estudo da História da África e dos africanos e suas contribuições para a História do Brasil como o legado cultural africano.

Entendendo o discurso como construção social, percebemos que, na educação, discurso é uma forma de ação no mundo, qual o discurso que estamos construindo nos bancos escolares? Da mesma forma, as relações sociais constroem não só discursos, mas também identidades sociais. Portanto, mais uma vez, que contribuição a escola vem dando para a construção de identidade nossos alunos?

As etapas iniciais da educação são o momento ideal para que os docentes trabalhem em um desenvolvimento significativo de identidade e pertencimento. Propostas de trabalho

²³²⁰ SOUZA, Florentina. Literatura Afro-Brasileira: algumas reflexões. Revista Palmares, v.1, n.2, 2005. p 72

²³²¹ AZEVEDO, Crislane Barbosa. *Educação para as relações étnico-raciais e ensino de história na educação básica*. Saberes, Natal – RN, v.2, n.esp, jun. 2011. pp.177

não nos faltam. A fim de auxiliar na construção identitária do aluno convém mostrar, de forma clara, os elementos históricos de pertencimento ao indivíduo em questão.

Ora, segundo Azevedo,

contar história pode ser um meio utilizado, por exemplo, para que as crianças aprendam sobre família, seus diversos tipos de mudanças através do tempo e assim, na historicização das relações familiares, compreender mudanças e permanências a fim de evitar-se discriminações. Da mesma forma é importante historicizar, ou seja, conhecer explicações acerca da existência das diferenças características físicas das pessoas e valorizar essa diversidade.²³²²

Os debates acerca da diversidade cultural e do respeito devem alcançar cada vez mais espaço em nosso sistema educacional bem como de nossa sociedade. Torna-se necessário uma luta constante contra o ideal de uma democracia racial que ainda assola nosso corpo social.

Apesar de sua importância histórica, pouco se sabe sobre a vida de Esperança. Esse descaso da sociedade é consequência principalmente de sua condição de negra escravizada. Porém ela se destaca por ter sido corajosa a ponto de escrever uma carta ao governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, denunciando os maus tratos sofridos por ela, seus filhos e demais companheiros de senzala. A carta é datada de 6 de setembro de 1770.

Afirma-se que a carta original está em Portugal, e uma cópia foi descoberta no arquivo público do Piauí pelo historiador Luis Mott, em 1979. Para este historiador, a petição da escrava trata-se

do documento mais antigo de reivindicação de uma escrava a uma autoridade. Documento insólito” primeiro por vir assinado por uma mulher, já que mulher escrever antigamente era raridade. As mulheres eram vítimas da estratégias de seus pais, mantê-las distante das letras, a fim de evitar que elas escrevessem bilhetinhos para os seus namorados. Segundo, por se tratar de uma petição escrita por uma mulher negra²³²³.

A carta serviu de inspiração para diversas manifestações contemporâneas como o grupo de mulheres que trabalhavam pela cidadania da mulher negra piauiense, e recebe o nome de Esperança Garcia assim como a maternidade de Nazaré do Piauí e a data desta carta é o dia da consciência negra no Piauí desde 1999.

Os percalços que ocorrem em sua vida estão diretamente ligados a um contexto maior – A Companhia de Jesus foi criada ainda na primeira metade do século XVI, em uma época de intensas exaltações religiosas. Já para Portugal, a criação da Companhia tinha valores não

²³²² AZEVEDO, Crislane Barbosa. Op. Cit p.177

²³²³ MOTT, Luiz. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: APL, 2010, p.143.

somente cristãos, mas antes entendida como uma forma de levar também o poder do Estado Portugal para as partes do mundo. Entretanto, ao assumir o poder, Marquês de Pombal expulsou gradativamente os jesuítas de todos os negócios das possessões portuguesas e, assim, ocorreu com a fazenda dos Algodões. A perda dos jesuítas, acarretou em uma futura venda dos escravos, entre eles, Esperança Garcia.

Através das literaturas de Arraes e Rosa, conseguimos trabalhar também com os alunos o contexto social da época através dos conceitos de escravidão, colonização, educação, a geografia da região do Piauí bem como do traslado África-Brasil.

Conseguí implementar a proposta na Escola Estadual de Ensino Fundamental República, da rede FAETEC (RJ).

No primeiro semestre de 2018, realizei dois estágios obrigatórios pelo meu curso de graduação em Pedagogia (UERJ) na unidade da FAETEC que se localiza no bairro de Quintino/RJ. Como meu relacionamento com professora e com a turma foi muito bom, procurei junto à direção saber se poderia executar meu plano de aula junto à turma, até por perceber que na mesma havia diversidade racial.

Após a execução do plano de aula, foi interessante concluir que uma turma com crianças tão novas conseguiu ter a compreensão em sua própria linguagem, sobre o conceito de escravidão e a condição do negro no Brasil colonial e contexto em que a história se passa. Em conversa com a professora, percebi que isso foi fruto justamente de lançar temáticas históricas na sala de aula, muitas vezes apenas atreladas a datas comemorativas em nosso país.

Quando fui analisar os desenhos junto à turma, percebi que os alunos conseguiram identificar a personagem como negra (questionei os mesmo se ela era da raça branca ou negra ou indefinida), desenhando-a nas cores preta, marrom ou roxa (a leitura de alguns perante as imagens do livro de Rosa foi que Esperança era da cor roxa).

Os alunos também compreenderam o atributo de ser um herói para além da ficção. Isso se mostrou útil em nossa conversa, pois houve a percepção de alegria em saberem que há uma heroína no Brasil que não é de “mentirinha como a Mulher-Maravilha” (aluna, 6 anos).

Houve também um sentimento de pertencimento dos alunos negros, inclusive nas vestimentas ou cabelo que são apresentados no livro. Alguns alunos já discutiam sobre cultura negra em casa, logo, pude notar que os mesmos sabiam acerca de alguns elementos culturais e

históricos (como o papel do negro na história do Brasil), inclusive sobre outras estórias que enfatizam personagens negros.

A professora regente, Solange, ficou satisfeita com a resposta da turma à atividade, bem como com os recursos e estímulos que foram lançados. Acrescentou a importância de abordar o tema à margem das datas comemorativas que envolvam a cultura negra.

Tal ponto de vista também me chamou a atenção, pois, ao se utilizar o recurso de uma contação de história, o professor não fica preso a um conteúdo programático. A contação é uma ferramenta que deveria ser melhor aproveitada pelos docentes, pois através dela o professor pode trabalhar temáticas diversas que contribuem não só para que o aluno adquira conhecimento, mas que também desenvolva seu senso crítico.

Considerações Finais

A educação tem por objetivo auxiliar na formação de sujeitos de direitos, de cidadãos que iram se relacionar uns com os outros em suas múltiplas diversidades.

A palavra *diversidade* é bastante enaltecida nas teorias pedagógicas, entretanto, pouco vista em sua prática. Quando leio a palavra *diversidade* sempre me lembro da palavra *cultura* que cada um de nós carrega consigo. A sociedade é um aglomerado de múltiplas culturas e, da mesma forma, é o ambiente escolar. Nele encontramos diversidade religiosa e regional; além da diversidade de povos - no Sul do Brasil temos muitos descendentes, por exemplo, de europeus que fazem uso de culturas tradicionais até os dias de hoje; outro exemplo é a cultura negra, seja ela de matriz africana ou afro-brasileira, que também é reproduzida e enaltecida por seu povo, indo muito além da religiosidade.

E, como trabalhar isso nas escolas em um mundo onde, do portão para fora, há discriminação e violência perante a não aceitação da existência do 'outro'? Uma das propostas para se auxiliar no processo de formação de indivíduos cidadãos é discutir temas do cotidiano que envolvam essa diversidade – programação cultural que vemos na mídia e também as violências que são noticiadas e que acontecem por intolerância- buscando, em coletivo, uma reflexão do mundo que nos cerca e de como podemos auxiliar o mesmo a perceber que o 'outro' é um complemento do 'eu', que o 'eu' só existe a partir do 'outro' e que no corpo social todos os membros são importantes, principalmente para manutenção deste mesmo corpo.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda . Conceito de Cultura. Disponível em :<[http/https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br](http://https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br)>. Acesso do em 22 de março de 2017
- ANDRADE, Débora El-Jaick. O lúdico e o sério: experiência com jogos no ensino de História. In: *História e Ensino*. Londrina, V.13, setembro de 2007, pp.91-106
- ARRAES, Jarid. *Heroínas Negras Brasileiras em 15 cordéis*. São Paulo: Pólen, 2017, 176 pgs
- AZEVEDO, Crislane Barbosa. *Educação para as relações étnico-raciais e ensino de história na educação básica*. Saberes, Natal – RN, v.2, n.esp, jun. 2011. pp.174-194
- BACCEGA, Maria Aparecida. *Palavra e Discurso, História e Licenciatura*. São Paulo: Editora Ática S.A., 1995
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História – fundamentos e métodos*. 4º edição. São Paulo: Editora Cortez, 2011.
- BRASIL. *Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação*. Câmara de Educação Básica. Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, 2009. p. 13-17.
- BRASIL. Lei10639/03, disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12990>. Acesso em 2/2/18
- BRASIL. LDB. Lei 9394/96. Disponível em
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394>. Acesso em 2/2/18
- CASTELS, Manuel. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra,1999
- CUNHA, Maria Isabel. *O bom professor e sua prática*. São Paulo: Papirus, 1989, pp. 53-84
- CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e Educação: desafios para a prática pedagógica. In: CANDAU, Vera Maria, MOREIRA, Antônio Flávio (orgs.). *Multiculturalismo: Diferenças culturais e práticas culturais*. São Paulo: Editora Vozes, 2008, pp. 39-71
- DEWEY, John. *Experiência e Educação*. – 3º edição – São Paulo: Editora Nacional, 1979
_____. *Vida e Educação*. – 10º edição – São Paulo: Editora Melhoramentos, 1978

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

DUARTE, Eduardo de Assis. Por um conceito de literatura afro-brasileira. Rio de Janeiro:Terceira Margem, 2010.

_____. Literatura afro-brasileira: 100 autores do século XVIII ao XXI. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp.61-89

FERMIATO, Maria A. Belintane. *O jogo como um instrumento de trabalho no Ensino de História?* Revista História Hoje. São Paulo, v.3,n.7, 2005, s/pág.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 1977.

FONSECA, Silva Guimarães. A nova LDB, os PCN's e o ensino de história. In. _____ *Didática e prática de ensino de história:experiência, reflexões e aprendizados*. São Paulo: Papirus, 2003, pp.29-38

_____. Caminhos da história ensinada. Campinas: Papirus, 1993.

_____. *Didática e Prática de Ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados* . 7 ed. São Paulo: Papirus, 2003.

GOMES, Nilma Lino. *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão*. In Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei 10.639/03. Brasília. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. MEC, 2005. p. 39-62

_____. *Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?* Revista Brasileira de Educação. Set/Out/Nov/Dez. 2002. No. 21.p.40-51. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a03.pdf>>. Acesso em 05/5/2018.

GUIMARÃES. Antônio S. A. *Classes, Raças e Democracia*. 2ª. ed. São Paulo: Editora 34. 2012.

KNAUSS, Paulo. Sobre a norma e o óbvio: a sala de aula como lugar de pesquisa. In NIKITIUK, Sonia L. *Repensando o ensino de história*. 7º Ed. – São Paulo: Cortez, 2009, pp.29-50

KOCHHANN, Andréa. *Por uma pedagogia psicanalítica: as vicissitudes na formação de professores*. Dissertação de mestrado em Educação com área de concentração em Psicanálise. Goiânia: 2007. 228 p.

LUCKESI, C. *Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo. Tecnologia Educacional*. Rio de Janeiro: ABT, 13(61): 6-15, nov./dez., 1984.

MOTT, Luiz. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: APL, 2010, p. 142-143.

NADAI, Elza e BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Repensando a noção de tempo histórico no ensino. In: PISNKY, Jaime (org.). *O ensino de História e a criação do fato*. – 8º Ed. – São Paulo: Contexto, 2000, pp. 73-92

OLIVEIRA, S. R. F. de. O ensino de história nas séries iniciais: cruzando as fronteiras entre a História e a Pedagogia. *História & Ensino: Revista do Laboratório de Ensino de História / UEL*. vol. 9. Londrina: UEL, out. 2003. p. 259 – 272.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). *O Saber Histórico na sala de aula*. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 128 – 148. SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. *Proposta Pedagógica da Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro, 2000.

ORLANDI, Eni P.. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2001 *PCN Fundamental*. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf>. Acesso em 01 de junho de 2018

ROCHA, Helenice. Aula de História - que bagagem levar? In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos, MAGALHÃES, Marcelo de Souza & GONTIJO, Rebeca. *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, pp.81-103

ROCHA, Ubiratan. Reconstruindo a história a partir do imaginário do aluno. In: NIKITIUK, Sonia L. *Repensando o ensino de história*. 7º ed. São Paulo: Cortez, 2009 pp. 51-72

ROSA, Sonia. *Quando a escrava Esperança Garcia escreveu uma carta*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. 40

SILVA, Joyce Gonçalves da. *O corpo na cultura e a cultura do corpo*. In: Nós também somos belas: a construção social do corpo e da beleza em mulheres negras. Dissertação (Mestrado em relações Étnico-Raciais) – CEFET, Rio de Janeiro, 2015.

SOUZA, Florentina. Literatura Afro-Brasileira: algumas reflexões. *Revista Palmares*, v.1, n,2, 2005, p.64-72.

Sociedade Musical de Beneficência e Cultura 22 de Maio: uma análise sobre as práticas e representações.

Thamyres Alves Rodrigues²³²⁴

Resumo: Este trabalho aborda a história das bandas civis de Minas Gerais, mais especificamente a Sociedade Musical de Beneficência e Cultura 22 de Maio (1898), Ubá – MG. Como marco teórico, parte-se das reflexões de Roger Chartier a respeito das práticas e representações, bem como da categoria “cultura popular”. O objetivo central é perscrutar a contribuição da banda para a identidade local e para a memória cultural, já que trata-se de um Patrimônio Cultural imaterial do município de Ubá.

Palavras-chave: Banda; patrimônio imaterial; memória.

Abstract: This work addresses the history of civil bands in Minas Gerais, specifically the Musical Society of Charity and Culture 22 de Maio (1898), Ubá-MG. As a theoretical framework, it starts from Roger Chartier's reflections on practices and representations, as well as the category “popular culture”. The central objective is to examine the band's contribution to local identity and cultural memory, as it is an patrimony intangible cultural of the municipality of Ubá.

Keywords: Band; patrimony intangible ; memory.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo explorar os modos através dos quais a Sociedade Musical de Beneficência e Cultura 22 de Maio, Ubá-MG, encontra-se presente na memória coletiva da sociedade ubaense e da região. Através do estudo da banda, das práticas e representações estabelecidas por seus integrantes e pela população, busca-se compreender como esta instituição manteve-se presente e ativa por inúmeras gerações.

²³²⁴ Mestranda no Programa de Pós- graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF. Email: thamyresalvesr@hotmail.com

A noção de “práticas e representações”, notabilizada por Roger Chartier²³²⁵, será aqui utilizada por nos possibilitar examinar tanto os objetos culturais produzidos, os sujeitos produtores e receptores de cultura, quanto os processos que envolvem a produção e a difusão cultural, os sistemas que os apoiam, bem como, as normas que conformam as sociedades através da consolidação de seus costumes. Neste sentido, por práticas culturais compreendermos tudo aquilo que envolvem o modos de fazer, uma técnica artística ou uma modalidade de ensino, mas também os modos como, em uma dada sociedade, os homens falam e se calam, conversam ou discutem, solidarizam-se ou hostilizam-se, parafraseando José D’ Assunção Barros.²³²⁶

A despeito do grande número de bandas existentes no Brasil, e, sobretudo, em Minas Gerais²³²⁷, muitos desses grupos enfrentam dificuldades para se manterem ativos, seja por questões estruturais seja por questões conjunturais que provocam o esquecimento e, por fim, o desaparecimento dessas instituições responsáveis pelo entretenimento e pelo lazer nas cidades interioranas do Brasil num período ainda recente de nossa história. Com efeito, as corporações musicais “sobreviventes” trazem consigo grande carga de tradição e de memória, sendo verdadeiros patrimônios vivos, a exemplo da “22 de Maio”, presente na cidade de Ubá há mais de um século, e reconhecida como patrimônio cultural imaterial do município.

Neste sentido, partiremos da análise dos documentos pertencentes a instituição e disponíveis para consulta no Arquivo Histórico da cidade, mais especificamente das atas, cartas, e fotografias, bem como dos livretos de memorialistas locais, do Dossiê de Registro da Sociedade Musical de Beneficência e Cultura 22 de Maio, das Atas de Reunião do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá, e por fim do Decreto N 4739 de 25 de Maio de 2008. A análise documental visa recuperar o perfil dos integrantes (maestros, sócios, e grupos dirigentes), os tipos de cerimônias das quais a instituição musical participava, bem como o ensino que ministrava, enfim, fatores que nos possibilite comprovar a relevância da mesma para a cidade. Pois, mesmo participando de encontros de banda, carnavais, eventos religiosos como as coroações do mês de maio, temos consciência do reduzido número de atividades

²³²⁵ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

²³²⁶ BARROS, José D’ Assunção. **A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos**. Cadernos de História, Belo Horizonte, v.12, n. 16, 1º sem. 2011. 46-47

²³²⁷ Entre os estados da Federação, Minas é o que possui o maior número de bandas registradas. Atualmente, existem 705 corporações civis cadastradas pela Secult. Muitas delas com o mesmo tempo de existência que a própria cidade (c.f:< <http://agenciaminas.mg.gov.br/noticia/programa-bandas-de-minas-tem-renovacao-garantida>> . Acesso em: 22 de julho, 2019)

exercidas pela “22 de Maio” nos dias atuais se comparadas com as práticas desenvolvidas no passado.

Tendo em vista essa perda de espaço na sociedade contemporânea, que encontra-se marcada por aceleradas transformações, compreendemos a necessidade de análise da memória como forma de resgate do que um dia representou a identidade de um determinado grupo social. A memória, ou mais especificamente a recuperação e a conservação das “memórias” tem figurado entre as principais preocupações culturais e políticas da sociedade atual, configurando no que Andreas Huyssen denominou de “inflação da memória”.²³²⁸

Como forma de recuperar e colocar em cena práticas culturais do cotidiano, a memória é um conceito indispensável para a compreensão das identidades individuais e coletivas, pois, como nos afirma David Lowenthal²³²⁹ e Michael Pollak²³³⁰, a memória é indissociável da identidade, uma vez que sem recordar o passado não é possível saber quem somos, já que somos o resultado de nossas experiências, tanto individuais quanto coletivas, experiências essas construídas ao longo dos anos. Neste sentido, a identidade de um grupo nasce quando se evoca uma série de lembranças, que são selecionadas mesmo que inconscientemente.

De acordo com o sociólogo Stuart Hall²³³¹, a identidade cultural seria algo processual e socialmente construída, sua formação ocorre da interação entre o individual e o coletivo, entre as estruturas sociais, políticas e econômicas. Segundo Castells, a identidade cultural se forma quando o indivíduo se reconhece como pertencente a uma cultura, diferenciando-a mediante a outras.²³³²

Neste sentido, a memória está para a identidade assim como a identidade está para a memória. Isso porque, o sentimento de pertencimento a um determinado grupo, acontece através da assimilação e conexão entre os acontecimentos do presente com os acontecimentos do passado, como nos afirma Lowenthal. É através da cultura e da memória, portanto, que os indivíduos se reconhecem e se identificam como membros de um mesmo grupo que compartilha uma identidade. A preservação dessa identidade tem por mérito promover a cidadania num mundo marcado pela diversidade cultural. Segundo Maria Cecilia Londres

²³²⁸ HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio: Aeroplano, 2000.p. 21

²³²⁹ LOWENTHAL, David. **Como Conhecemos o Passado**. Projeto História, São Paulo, no. 17, nov. 1998.

²³³⁰ POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, no. 3, p. 3-15,1989

²³³¹ HALL,Stuart.**A identidade cultural na pós modernidade**. Trad.(Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro)3.ed.Rio de Janeiro.DP&A,1999

²³³² CASTELLS, Manuel, [1942] - **O poder da identidade**. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt- Sao Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999- (a era da informação: economia, sociedade e cultura; V.2)

Fonseca²³³³, o direito à memória, à cultura e à liberdade, assim como o direito de consumir e produzir é inerente a cidadania, justamente, por promoverem o sentimento de pertencimento.²³³⁴

Por serem recuperadas de acordo com nossas demandas do presente, a construção da memória individual ou coletiva tem seus limites. Nesse sentido, para a construção da identidade de um grupo é necessário o “enquadramento da memória”, ou seja, daquilo que ele tem em comum. Segundo Pollak, a coesão interna dos grupos é mantida através de discursos, filmes, museus, bibliotecas, objetos materiais como os monumentos, entre outros.

A obra *Memória Coletiva* de Maurice Halbwachs²³³⁵, publicada no final da década de 50, será de extrema importância para compreendermos os estudos em torno da memória coletiva. Para o autor, a memória individual é formada pela soma de memórias coletivas que o indivíduo traz dos diversos grupos sociais que pertence. Dessa forma, podemos assim compreender que para Halbwachs a memória é sempre coletiva.

A função da memória coletiva é a de manter a coesão interna, defendendo as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, por isso Michael Pollak, a chama de memória enquadrada, pois, todo trabalho de enquadramento da memória de um grupo social possui seus limites, visto que não pode ser construída arbitrariamente. Além disso, o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo. O trabalho de enquadramento da memória é importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade, constituindo-se numa possibilidade de abordagem para compreendermos como as memórias coletivas são construídas.

A necessidade de conhecer o passado é da condição humana. Esse conhecimento é obtido a partir de três fontes: a memória, a história e a relíquia. Segundo David Lowenthal, o caminho para o passado é melhor percorrido quando combinamos estas três fontes. Toda consciência do passado está fundamentada na memória, e lembrar o passado é crucial para o nosso senso de identidade, pois, quando recordamos ampliamos determinados acontecimentos, e então reinterpretemos a luz da experiência subsequente da necessidade

²³³³ FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural**. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio**. Ensaios Contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

²³³⁴ Cf. BRAYNER, Natália. **Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais**. 3a .ed., Brasília (DF): IPHAN, 2012, p. 33

²³³⁵ HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. Tradução de Laurente León Schaffter. 2ª edição. Paris: Press Universitaires de France, 1990.

presente. Lowenthal afirma que a função fundamental da memória não é de preservar o passado, mais sim adaptá-lo a fim de enriquece-lo e de manipular o presente.

É a partir deste escopo teórico que interpretamos o papel político, cultural e social das bandas enquanto espaços que nos possibilitam a interação entre os diferentes públicos, nos fornecendo sistemas de símbolos para a compreensão dos agentes sociais que as compunham, de suas práticas e conhecimentos que sobrevivem através dos relatos e lembranças compartilhadas com a sociedade, criando assim, identidades locais. A “Banda 22 de Maio”, por exemplo, enquanto patrimônio cultural imaterial, possibilita a interação entre diferentes grupos da cidade, a transmissão de conhecimentos musicais entre as distintas gerações, e, conseqüentemente, a afirmação de uma memória que gera identidade entre os envolvidos, ou entre aqueles que, de alguma forma, já se sentiram e ainda se sentem ligados à instituição por algum motivo.

Neste sentido, apresentaremos um breve histórico das bandas civis, observando os contextos nos quais atuam, a relevância das mesmas para a construção da identidade e de lugares de memória. Em seguida, discorreremos sobre a atuação da “22 de Maio”, a relevância de sua música, e ainda de suas vivências junto à cidade. Por fim, veremos as ações de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, sendo um importante instrumentos de afirmação da identidade, e, conseqüentemente, da memória.

Sons que vêm da rua²³³⁶: “Banda 22 de Maio”

As bandas civis foram até meados do século passado um dos poucos meios de entretenimento das cidades interioranas. Elas se apresentavam em diferentes ocasiões e possuíam um caráter variado de artistas e telespectadores, o que gerava espaços de sociabilidade e de afirmação de identidade. Em Minas Gerais, Estado com maior número de bandas e músicos do Brasil, elas contribuíram para parte significativa de sua memória popular, principalmente, por terem assimilado elementos historicamente desprezados, como ex escravos e mestiços. Por meio da música os negros conseguiam a inserção e a ascensão aos meios sociais como afirma Raymundo Faoro²³³⁷.

²³³⁶ Título do livro de José Ramos Tinhorão que retrata a diversidade da música brasileira. C.f : TINHORÃO, José Ramos. **Os Sons que vêm da rua**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2005

²³³⁷ FAORO, Raymundo. “Traços gerais da organização administrativa, social, econômica e financeira da Colônia”. In: _____. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 5ª ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1979. pp. 171-239, v.2, p.217h

Apesar de já estarem presentes no Brasil, as bandas civis aumentaram de maneira significativa durante a Primeira República, estando presente em praticamente todas as cidades do país, principalmente as interioranas de Minas Gerais, estando em alguns casos ligadas a políticos locais. Dentro desse cenário de difusão das bandas, podemos observar a fundação da Sociedade Musical de Beneficência e Cultura 22 de Maio, no dia 22 de maio de 1898, na cidade de Ubá, com caráter estritamente civil, pelo maestro João Ernesto e um grupo de músicos, muitos de origem italiana, entre eles: João Hippolito, Teophilo Carneiro, Dimas Soares de Souza Lamarca, entre outros²³³⁸, como podemos observar nas assinaturas presentes em seu primeiro estatuto. Através das atas de reuniões e fotografias da instituição, observamos a presença de diversos grupos sociais dentro da instituição, como João Ernesto, filho de ex escrava, e José Sollero (professor do primeiro Ginásio do município, e além de político local), assim como comerciantes locais, produtores rurais, entre outros.

Passando pelos repertórios típicos das bandas civis, como os dobrados, polkas, marchinhas de carnaval, a '22 de Maio' demonstra suas representações²³³⁹ culturais através das partituras compostas e tocadas ao longo de seus anos de atuação, enfatizando momentos de disputas políticas, igualdade de raça e gênero, como observado com os títulos das composições musicais como '13 de maio', 'Vivas Artur Bernardes', 'A marcha fúnebre In Pace' entre outras.

Devido a grande atuação da 'Banda 22 de Maio' na sociedade Ubaense, em 1947 o então Prefeito Municipal Dr José Augusto de Rezende, homenageou a banda, atribuindo o nome da banda à rua onde a mesma tem sua sede, sendo um exemplo de afetividade da sociedade local pela instituição. No período de carnaval e aniversário da instituição, observamos que as pessoas se unem na Rua 22 de Maio, em busca de lazer e descontração, revendo os amigos, ou até mesmo prestigiando os músicos, se tornando um espaço de convivência cultural, trazendo memórias coletivas que são passadas para as gerações mais novas, agradando a todas as faixas etárias, sendo dessa forma a memória construída no tempo presente remetendo a episódios anteriores como nos afirma Halbwachs. Nesses períodos de

²³³⁸ Livro de acta da sua fundação em 22 de Maio de 1898". Sociedade Musical "22 de Maio".

²³³⁹ Compreendermos as representações sociais as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição, enfim, são todas as formas institucionalizadas e objetivadas graças as quais representantes marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da comunidade ou da classe. Dessa forma o conceito de representação torna-se um meio de traduzir a experiência e práticas culturais e sociais dos personagens em estudo, e ao mesmo tempo permite ao historiador que analisa essa experiência o entendimento sobre o modo como estas sociedades compreendiam e hierarquizavam o mundo social, e por assim dizer a própria realidade social. (c.f. CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

comemorações, a rua que se encontra a sede da banda se torna um espaço de memória, agregando o patrimônio material e o imaterial através das práticas sociais da “Banda 22 de Maio”.

Quando a “Banda 22 de Maio” completou seus 100 anos de existência, foi realizado uma reforma geral dos estatutos da instituição, cujo título, Cem anos de amor dedicado a música a cultura 1898-1998, onde podemos observar a permanência da mesma em forma de associação, sem fins lucrativos, filantropia de natureza cultural, artística e educacional e de Promoção e Assistência à Criança e ao Adolescente, com a finalidade de desenvolver atividades de natureza cultural e artística, funcionando como um espaço de aprendizagem para as faixas etárias menores, com o intuito desses alunos se tornarem futuros músicos da banda, como forma de permanecerem vivas as tradições e costumes que continuam presentes na sociedade por tantos anos. Atuais na memória de um amplo número de pessoas que muitas das vezes nem se encontram mais na região, atuando atualmente em corporações musicais da polícia Militar, Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, Exército, Aeronáutica e Marinha.²³⁴⁰

A respeito das bandas, as consideramos, através das nossas pesquisas, um dos poucos meios de entretenimento das cidades interioranas no início do século passado, e devido ao seu grande número de apresentações em diferentes ocasiões, e ao seu caráter múltiplo de artistas e espectadores, foram responsáveis pela criação de espaços de sociabilidade, contribuindo com aspectos musicais da cultura popular,²³⁴¹ estando presente na memória da sociedade.

O patrimônio em evidência

Por patrimônio cultural imaterial, entende-se o conjunto de saberes, fazeres, expressões e práticas que remetem à memória e à identidade de um determinado grupo.

²³⁴⁰ PARECER- Banda 22 de Maio-Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Ubá. Secretaria Municipal de Cultura. Arquivo Histórico da Cidade de Ubá.

²³⁴¹ Nos sentimos na obrigação de esclarecer que as práticas ensejadas nos espaços das bandas não cabem serem classificadas pelo conceito maniqueísta “erudito” versus “popular”, pois segundo Roger Chartier “cultura popular” é um conceito cunhado pela cultura que se diz “erudita”, justamente para se afirmar enquanto tal. Cf. CHARTIER, Roger. **Cultura Popular’: revisando um conceito historiográfico**. In: Revista Estudos históricos. Rio de Janeiro, v.8, nº16, 1995.pp.177-328. “Atualmente, uma tendência dos que lidam com indústrias culturais e comunicação de massa é pensar o popular em termos do grande público. Nesta perspectiva, seria possível encontrar uma hierarquia de popularidade – em função do maior ou menor consumo - entre os diversos produtos culturais ofertados no mercado, tornando menos evidente o sentido político que anteriormente marcava os usos da expressão “popular””. Cf. ABREU, Martha. **“Cultura popular um conceito e várias histórias”**. In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs). **Ensino de História, conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/Faperj, 2003 p. 85

Dentro dessa categoria estão presentes as festas, religiões, culinária, medicina popular, música, dança, dentre outras manifestações culturais. O registro de um bem cultural imaterial é uma ferramenta que foi instituída para resguardar, promover e divulgar o mesmo. Para além, do tombamento, destinado principalmente à manutenção e preservação do patrimônio material, o registro acompanha as transformações do bem imaterial de acordo com as necessidades de cada época, sendo dessa forma de natureza processual e dinâmica. Contudo, devemos lembrar que esse conceito de patrimônio cultural só começou a ser cunhado no final da década de 1970 e início de 1980, quando assistimos aos primeiros debates sobre patrimônio cultural promovido pela UNESCO. Esses primeiros debates ocorreram paralelamente à ascensão da história cultural, que segundo Peter Burke²³⁴² combina abordagens da antropologia e da história para observar as tradições da cultura popular, e interpretar a experiência humana na posterioridade.

O destaque dado pela nova história cultural à cultura popular em conjunto com os desenvolvimento dos primeiros debates em torno do patrimônio cultural, acaba engendrando as primeiras ações de salvaguarda. Preservar a memória de fatos, pessoas ou ideias por meio de espaços que os comemoram, narram ou representam, é uma prática que diz respeito a todas as sociedades humanas. Marcia Sant'anna²³⁴³ afirma que o patrimônio trabalha e mobiliza a memória coletiva por meio da emoção e da afetividade, fazendo vibrar um passado selecionado, com vistas a preservar a identidade de uma comunidade.

Neste sentido, o patrimônio contribui para a construção da identidade, ao lançar luz nas experiências vividas e compartilhadas nos grupos sociais, sendo, para tanto, indispensável a análise da memória coletiva para avaliarmos a importância dos bens materiais e imateriais.

A ideia de patrimônio imaterial está presente no Brasil desde os anos de 1930, quando Mario de Andrade escreveu o anteprojeto de criação do Serviço de Patrimônio Artístico Nacional, o qual deixava claro a ideia das manifestações culturais como representações da identidade e da memória presente na sociedade. Todavia, as práticas de preservação dos bens culturais imateriais só foram reconhecidas pelo Iphan em 4 de agosto de 2000, com o decreto 3.551/200 que instituiu o “Registro de bens Culturais de natureza imaterial”, e criou o “Programa Nacional de Patrimônio Imaterial”, como pode ser visto no material criado pela

²³⁴² BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005

²³⁴³ SANT'ANNA, Marcia. **A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização** In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio. Ensaios Contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. P. 49-59

própria instituição, intitulado “Patrimônio Cultural Imaterial – para saber mais”, e no texto “Patrimônio Intangível : considerações iniciais” de Ruben George Oliven²³⁴⁴, que aborda os livros de registros e os cuidados que o registro dos bens imateriais exigem, principalmente dos que dizem respeito ao saber fazer, que é dinâmico e por isso não pode ser “congelado”.

Igualmente, a Convenção da UNESCO de 17 de outubro de 2003 para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial determinou que:

Entende-se por ‘patrimônio cultural imaterial’ as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.²³⁴⁵

Depois de ser decretado o registro do patrimônio imaterial em esfera federal, os Estados e Municípios tiveram que adaptar suas leis patrimoniais. Minas Gerais estabeleceu as maneiras de registro do patrimônio cultural imaterial em 15 de abril de 2002 com o Decreto Estadual nº 42.505. Em contrapartida, no município de Ubá não foi encontrado nenhum decreto descrevendo tais transformações. Ao entramos em contato com o Conselho Deliberativo de Patrimônio Cultural da cidade, nos foi informado que realmente não ocorreu nenhuma mudança municipal, tendo, o órgão, acompanhado os princípios propostos pelo decreto federal 3.551/2000.

Neste sentido, analisamos o Decreto e o Dossiê que instituiu a “Banda 22 de Maio” como patrimônio cultural imaterial de Ubá, bem como as atas de reunião do Conselho de Patrimônio Cultural de Ubá - onde se discutem até os dias atuais a possibilidade de tombamento do prédio da banda- com base no conceito de patrimônio cultural imaterial, que envolve as categorias de identidade e memória. Isso porque, as práticas da instituição possibilitam a interação entre diversas faixas etárias, o que promove a conservação de suas tradições, e conseqüentemente a continuidade de suas festividades e atuação. Neste espaço de

²³⁴⁴ OLIVEN, Ruben Georg. **Patrimônio intangível: considerações iniciais** In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio. Ensaios Contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.p. 81

²³⁴⁵ UNESCO. Recomendação para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/areas/cultura/areastematicas/patrimonio/patrimonioimaterial/index_html/mostra_documento> Acesso em: 24/07/2019.

educação musical, os alunos mais jovens, frequentemente, chegam por intermédio de seus pais, tios e irmãos que frequentam a instituição a mais tempo.

A transmissão do conhecimento musical proporcionado pela “22 de Maio” à gerações de uma mesma família, e sua capacidade de integrar diferentes grupos, acaba que despertando o afeto da população local pela instituição, aspecto valorizado em seu Dossiê de Registro. Segundo Marcos Olender, o reconhecimento da afetividade é algo determinante para que edificações e práticas culturais se tornem patrimônio, isso porque “os afetos podem ser individuais ou coletivos, mas, mesmo aqueles considerados individuais são afetos por ou para alguém ou alguma coisa. Envolvem certa experiência que se realiza, de alguma forma, em uma dimensão coletiva²³⁴⁶. Tendo em vista a afetividade da sociedade ubaense pela banda que está presente na memória, contribuindo para a identidade local, permanecendo em atuação por mais de um século.

Segundo Pierre Nora, a memória é um “elo vivido no eterno presente”²³⁴⁷, a “Banda 22 de Maio” é um exemplo desse elo, tendo a sociedade um grande afeto por suas práticas e representações, tendo seu repertório passado por algumas transformações²³⁴⁸ ao longo dos anos como forma de adaptar aos gostos musicais de cada época, sem perder de vista, os estilos musicais típicos das bandas civis como os dobrados, marcha, marzuke. Além da afetividade que a população criou em torno do prédio da banda.

Em 1998, encontramos na ata de reunião do Conselho Deliberativo de Patrimônio Cultural de Ubá, uma discussão por parte dos conselheiros, a respeito de um possível tombamento da Sociedade Musical de Beneficência e Cultura 22 de Maio que estava completando 100 anos de atuação. Nela se usa se o termo tombamento da entidade, e não o de registro, nos levando a pensar em duas hipóteses. A primeira seria o tombamento da sede da banda, e a segunda hipótese seria o pouco conhecimento do Conselho sobre as denominações utilizadas na preservação de um patrimônio cultural imaterial.

²³⁴⁶ OLENDER, Marcos. **O afetivo. Sobre afetos, movimentos sociais e preservação do patrimônio.** In.: SCHLEE, Andrey Rosenthal (Org.) **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Nº35, Brasília, 2017. p.339

²³⁴⁷ NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares.** In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, 1993.p. 9

²³⁴⁸ Existem vezes que os usos mudam, os espaços são reapropriados para que, ao menos, mantendo-se a presença das coisas, suas imagens sobrevivam e possam continuar a auxiliar a sustentar a própria vivência do grupo, participando, de algum modo, ainda, da sua memória coletiva, conformando movimentos e pensamentos dos habitantes daquele lugar(...) (c. f OLENDER, Marcos. **O afetivo. Sobre afetos, movimentos sociais e preservação do patrimônio.** In.: SCHLEE, Andrey Rosenthal (Org.) **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Nº35, Brasília, 2017. P. 336)

No ano de 2007, voltamos a encontrar discussões em torno de um possível registro da instituição musical que estava para completar 110 anos de existência. Nesta ocasião iniciaram-se as ações práticas para o registro da Sociedade Musical de Beneficência e Cultura 22 de Maio, como patrimônio cultural imaterial que culminou em um dossiê (documento integrante do processo de registro). O Dossiê que acompanha o processo de registro reúne os frutos de uma investigação realizada pelo Conselho que culminou no registro de patrimônio cultural imaterial. Dentro desse dossiê, encontramos o histórico do município e da banda, parte de acervos pessoais que trazem informações sobre a instituição musical, pesquisas com a sociedade ubaense e com os músicos, fotografias, as perspectivas futuras em relação a “22 de Maio”, assim como as expectativas futuras do registro, além de um referencial bibliográfico que norteou toda a pesquisa.

O cenário da “22 de Maio” vai muito além do repertório, uniformes e partituras, sendo considerado um espaço de paixão pela música, parafraseando o maestro Jose Sollero²³⁴⁹. Inseridas no contexto social, cultural e político do município, atraindo o olhar e a admiração de diversas pessoas, formando a ideia de pertencimento entre o grupo musical e a sociedade ubaense, contribuindo assim para a identidade local. De acordo com o parecer do registro da Sociedade Musical de Beneficência e Cultura 22 de Maio, teve-se a intenção de tornar essa instituição musical um bem imaterial devido:

Conscientes dos relevantes valores artístico- histórico- cultural e social que a centenária Sociedade Musical de Beneficência e Cultura 22 de Maio, representa para o município de Ubá, nestes seus 110 anos de existência, desempenhando um fundamental papel de promoção da democratização ao acesso da arte musical nos principais eventos cívicos, religiosos e políticos da história Sesquicentenária do município de Ubá. A centenária “Banda 22 de Maio” constitui, de fato um verdadeiro “patrimônio do povo” de Ubá. Preservando a história da Banda 22 de Maio, estamos resgatando e preservando um importante capítulo da história do município de Ubá.²³⁵⁰

A Banda 22 de Maio é a instituição musical mais antiga da cidade e das regiões adjacentes, compondo o calendário das datas festivas do município. Uma das apresentações mais tradicionais atualmente ocorre no período de carnaval, abrindo as festividades carnavalescas da cidade com o então Bloco da Alvorada, que sai pelas ruas da região central com um repertório tradicional de marchinhas de carnaval. Além de apresentações em

²³⁴⁹ "HISTÓRIA DA 22 DE MAIO". Livreto de apresentação de Antonio Sollero, de março de 2010. Contem depoimento de Joao Sollero de 1954

²³⁵⁰ PARECER- Banda 22 de Maio- Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Ubá. Secretaria Municipal de Cultura. Arquivo Histórico da Cidade de Ubá.

corações do mês de maio, desfile cívico 7 de setembro, encontro de bandas, dentre outros. Os músicos e os demais participantes fazem parte de diferentes classes sociais e faixa etárias, sendo uma tradição passada de pais para filhos, onde podemos notar a presença de 3 gerações de uma mesma família dentro da banda. Desse modo os participantes e a sociedade que assiste as suas apresentações preservam a memória, seja através da participação atuante ou observante.

Considerações finais

Neste trabalho, a proposta foi analisar a atuação da Sociedade Musical de Beneficência e Cultura 22 de Maio, presente na sociedade ubaense há 120 anos, demonstrando como suas práticas sociais estabeleceram vínculos afetivos em muitas gerações, possuindo na banda um ponto de referência afetiva, cultural e concreta, culminando em seu reconhecimento como patrimônio cultural e imaterial do município. Sendo abordado, a efetivação e as discursões em torno das ações de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, como meio de afirmação da identidade e conseqüentemente da memória coletiva.

As bandas no geral, sempre estiveram presentes nas festividades religiosas, em atos públicos como a inauguração de prédios públicos, desenvolvendo assim uma grande popularidade, com seus vastos repertórios, chegando a todas faixas etárias e classes sociais, e que apesar do ritmo acelerado do mundo contemporâneo, ainda continua presente nas festividades locais, principalmente nas cidades interioranas, fazendo parte da tradição e memória e identidade do povo brasileiro, sendo um grande numero destas, reconhecidas como patrimônio cultural.

A atuação da centenária Banda 22 de Maio como é popularmente chamada pela população local, não se resume a sua própria instituição, sendo um espaço vivo dentro de Ubá. Ao analisar as práticas da banda, que se encontram inseridas nas práticas sociais do município, a memória coletiva nos remete as suas apresentações e organização, que está sendo transmitida por diversas gerações, adaptando a vários momentos e transformações da sociedade brasileira, que de forma indireta acaba influenciando os núcleos urbanos interioranos. Desse modo, o presente trabalho buscou dar visibilidade para a Sociedade Musical de Beneficência e Cultura 22 de Maio, demonstrando sua importância cultural e

social para a cidade, sendo um grande representante do patrimônio cultural imaterial da cidade.

Referências Bibliográficas

Fontes

ATA, Reunião do CDMPCU (Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Ubá). 08.05.1998. P.04-05 . Secretaria Municipal de Cultura. Arquivo Histórico da Cidade de Ubá.

DECRETO Nº 4739 de 25de Maio de 2008. Arquivo Histórico de Ubá.

DOSSIÊ, Registro da Sociedade Musical de Beneficência e Cultura 22 de Maio. Secretaria Municipal de Cultura. Arquivo Histórico da Cidade de Ubá. PARECER- Banda 22 de Maio- Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Ubá. Secretaria Municipal de Cultura. Arquivo Histórico da Cidade de Ubá

Livro de acta da. Sociedade Musical “22 de Maio”

SOLLERO, José Gonçalves. “História da 22 de Maio”. Livreto que se encontra na Biblioteca Municipal de Ubá – MG. Apresentação de Antônio Sollero (Brasília, 2010). Contém depoimento de José Gonçalves Sollero de 1954.

Ubá Cidade Carinho – Edição Histórica. Ubá: Edições Disbrava, 1980. Disponível na Biblioteca Pública Municipal de Ubá – MG.

Bibliografia

ABREU, M. SOIHET, R. e GONTIJO, R. Cultura política e leituras do passado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Faperj, 2007

ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e Patrimônio. Ensaios Contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BINDER, Fernando Pereira. Bandas militares no Brasil: difusão e organização entre 1808-1889. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006.

BORTOLOTTI, Chiara. “A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial na implementação da Convenção da UNESCO de 2003”. In: Revista Memória em Rede. Pelotas, v. 2, n.4, p.5-

17, dez. 2010/mar.2011. Versão on-line disponível em www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede.

BRAYNER, Natália. Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais. 3a.ed., Brasília (DF):IPHAN, 2012.

BURKE, Peter. O que é História Cultural? Tradução Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro:Editora Bertrand Brasil, 1990.

_____. 'Cultura Popular': revisando um conceito historiográfico. In: Revista Estudos históricos. Rio de Janeiro, v.8, nº16, 1995.pp.177-328.

FAORO, Raymundo. Traços gerais da organização administrativa, social, econômica e financeira da Colônia. In: _____. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro . 5ª ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1979. pp. 171-239, v.2.

HALBWACHS, Maurice. A memória Coletiva. Tradução de Laurente León Schaffter. 2ª edição. Paris: Press Universitaires de France, 1990.

HALL, Stuart.A identidade cultural na pós modernidade.Trab.(Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro)3.ed.Rio de Janeiro.DP&A,1999.

HUYSSSEN, Andreas. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio: Aeroplano, 2000.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: UNICAMP, 1990.

LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o Passado. Projeto História, São Paulo, no. 17, nov. 1998.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, SãoPaulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

OLENDER, Marcos. O afetivo. Sobre afetos, movimentos sociais e preservação do patrimônio. In.: SCHLEE, Andrey Rosenthal (Org.) Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nº35, Brasília, 2017. p.321-341. RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora da UNICAMP,2007.

TINHORÃO, José Ramos. História social da música popular brasileira. São Paulo: Editora 34, 1998.

UNESCO. Recomendação para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Disponível . Acesso em 24 de jul de 2019.

Lá no Estado do Rio..., a fusão em questão 44 anos depois.

Tiago Lopes da Silva ²³⁵¹

Resumo: Passados 44 anos desde o ato legal que oficializou a fusão de diferentes unidades federativas, o Rio de Janeiro, resultante desse processo, se encontra em um momento crítico quanto a sua estrutura política e econômica, em decorrência de acontecimentos e escolhas políticas. Crise essa, fruto da atualidade e de sua composição histórica. Neste trabalho vamos revisitar o complexo evento da fusão entre a Guanabara e o Estado do Rio, que resultou no atual Estado do Rio de Janeiro, buscando reanalisar as diferentes forças que atuaram nesse processo e bem como de que forma ocorreu a integração dos dois Estados não necessariamente complementares.

Palavras-chave: Fusão; Cultura Política; História Fluminense.

Abstract: 44 years after the legal act that formalized the merger of different federative units, Rio de Janeiro, resulting from this process, is at a critical moment regarding its political and economic structure, as a result of political events and choices. This crisis, fruit of the present and its historical composition. In this paper we will revisit the complex event of the merger between Guanabara and the State of Rio, which resulted in the present state of Rio de Janeiro, seeking to re-examine the different forces that acted in this process and how the integration of the two states did not occur. necessarily complementary.

Keywords: Fusion; Political culture; Fluminense history.

O presente artigo procura mostrar o modo como o se estabeleceu, entre os primeiros anos da década de 70, o debate no que diz respeito à fusão entre os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara por meio da imprensa da época, se utilizando do Jornal do Brasil.

²³⁵¹ Mestre em História Política pela UERJ, Bacharel e Licenciado em História pela UERJ, Bacharel em Comunicação Social-Jornalismo pela Unicarioca. tl_silva@outlook.com.br

A partir de um breve histórico dos dois estados nos primeiros anos da década de 70 sobre o processo que levou a fusão entre a Guanabara e o Rio de Janeiro, que deu início ao desenvolvimento desse trabalho. Em primeiro passo, a própria ideia da fusão representava um contraste com a história da cidade do Rio que deixou de ser capital do país nos anos 60, para se tornar Estado da Guanabara e conseqüentemente, quinze anos depois, em 1975 a sede do novo estado.

O objetivo desse artigo é analisar o modo como o poder político e a imprensa apresentam e confrontam com as políticas estaduais sobre o projeto da fusão. Se nos primeiros anos do regime militar, os estados mantinham uma certa centralidade, estando em conformidade com governo federal, isso vem a mudar já nos primeiros anos de 1970, quando se inicia uma nova disputa (sistema bipartidário) entre os parlamentares do MDB e Arena, na Câmara e na Assembleia Legislativa, a respeito da união entre os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Deste atrito nasceria o novo estado da Federação.

A nossa proposta é analisar à fusão, identificando agentes políticos que participaram do debate ao longo dos primeiros anos de 1970, levando-se em consideração os pronunciamentos por meio da imprensa, identificando assim, aqueles em defesa e contra ao projeto da fusão, tendo em vista os possíveis impactos socioeconômicos que a integração entre os estados do Rio e da Guanabara poderiam acarretar de maneira positivo ou negativa.

Em um contraste com a sua própria história, a cidade do Rio deixou de ser capital do país, ainda em 1960, para se tornar Estado da Guanabara, e quinze anos depois com a unificação dos estados em 1974, quando tornou-se definitivamente Estado do Rio de Janeiro, ocorrendo assim, um descenso na significação política da cidade e o estado²³⁵².

Mas, para que a aprovação e implementação da lei da fusão – Lei Complementar nº 20, – ocorresse ainda naquele ano, seria necessário uma série de argumentos já apresentados em épocas passadas para convencer a todos sobre as vantagens que se tinha com a fusão entre a Guanabara e Rio de Janeiro.

A integração entre os estados da Guanabara e Rio de Janeiro, era vista pelo governo federal como uma forma de reunir as potencialidades de ambas as regiões,

²³⁵² PEIXOTO, Didima de Castro. História Fluminense, Companhia das Letras, 1966. p. 45.

favorecendo a constituição de um novo polo político e econômico, tem em vista a diminuição do desequilíbrio entre as regiões.

De acordo com Hélio Araújo Evangelista, entendida a fusão como uma operação estratégica dentro do projeto mais amplo do presidente Geisel, ao seu primeiro governador caberia a “missão” de promover a integração dos dois estados. E, sobretudo, existia a preocupação de que a indicação de um “político” elevasse ainda mais o já elevado nível de turbulência da política fluminense em função da disputa entre Chagas Freitas e Amaral Peixoto pela hegemonia do MDB-RJ²³⁵³.

Entre o vai e vem dos debates em meio aos partidos, o Sr. Célio Borja deputado da ARENA carioca, idealizador e defensor da fusão, reuniu-se com algumas lideranças do partido e com o General Geisel para colocar em pauta o projeto de lei. Durante a reunião entre deputados dos dois estados, surgiu a diversas ideias sobre como deveria ser implementada a fusão. No primeiro momento, tivemos a opinião do senador Ernani do Amaral Peixoto, sugerindo que a fusão fosse feita em etapas, para manter sob o controle de cada estado certas áreas estratégicas, entre elas a própria política. No entanto, a ideia não surtiu qualquer efeito, pois segundo o governo militar a demanda fundamental da junção dos dois estados, era de neutralizar o MDB, onde tinha o maior foco oposicionista do país ao regime militar.

Segundo Hélio Araújo Evangelista, a Guanabara era o único Estado governado pelo MDB, partido da oposição, a intenção era de que com a fusão seria possível alterar a correlação de forças na Assembleia Legislativa e aumentar a influência da Arena no Estado. A fusão fazia parte do projeto Brasil Grande idealizado pelos militares desde o golpe de 1964²³⁵⁴

O que foi a fusão?

A palavra “fusão”, nem sempre consegue abarcar com precisão a riqueza dos eventos relacionados a “re-união” dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro antigo em uma nova entidade federativa. Parece não ter alcance para dar conta da enorme quantidade de leis e atos

²³⁵³ EVANGELISTA, Hélio de Araújo. A fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. p. 85.

²³⁵⁴ Idem, p. 37.

administrativos, de esforço humano e institucional mobilizados para fundir, pela primeira vez na história brasileira, dois estados autônomos politicamente; embora, geográfica e historicamente, ligados.

A fusão foi decidida e implementada durante a ditadura civil-militar que vigorou no Brasil, de 1964 a 1985. Muitos estudiosos consideram esse “pano de fundo” indispensável à compreensão dos objetivos e até mesmo dos desdobramentos de sua execução. Afinal, durante esse período, as manifestações populares eram sufocadas; a atuação das organizações da sociedade civil, limitadas; o debate na imprensa contido e as organizações políticas controladas. Então, segundo os argumentos dos que partem dessa premissa, não foi difícil impor os desígnios dos dirigentes militares e burocratas sobre os interesses das populações envolvidas²³⁵⁵.

Em termos normativos, geralmente tem sido indicado como “ponto de partida” para o processo da fusão, a sanção presidencial da Lei Complementar n.º 20, datada de 1.º de julho de 1974, a chamada “Lei da Fusão”.

Ao se aceitar essa lei, como referência inicial para entender o que foi aquele evento histórico, observa-se que ela era composta de dois capítulos e sete seções e visava especificamente “regular a criação, pela União, de estados e territórios”. O primeiro capítulo tinha apenas duas partes e, nestas, definiam-se como novas unidades da federação poderiam ser geradas a partir do desmembramento “de parte da área de um ou mais estados”; da fusão de “dois ou mais estados”; e da elevação da condição de território a estado. Por fim, fixava detalhes da “organização provisória dos poderes públicos do novo estado aos seus serviços, bens e rendas”.

Já o segundo capítulo tratava exatamente da união dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro. Era o mais importante e estava separado em cinco seções. Dispunha sobre a organização dos poderes públicos, do patrimônio, dos bens, rendas e serviços de pessoal; e, de uma região metropolitana – então criada.

Em síntese, de acordo com o artigo oitavo, Guanabara e Rio de Janeiro passariam a constituir uma única unidade, “sob a denominação de Estado do Rio de Janeiro, a partir de 15 de março de 1975”. A cidade do Rio de Janeiro se tornaria sua nova capital

2355 Cita-se como exemplo: FERREIRA & GRYNSZPAN (1994, p. 2) e MOTTA (2001, p. 23). Também podemos encontrar essa opinião entre os que viveram a fusão. O jornalista Barbosa Lima Sobrinho, por exemplo, concluiu que todo o debate à época em torno da legalidade da fusão era irrelevante, pois esta era consequência da “vontade da autoridade” (1974). No entanto, acreditamos que tal argumento pode levar a uma percepção “simplista” do complexo jogo político armado.

A primeira parte desse capítulo decretava que o Poder Legislativo do novo estado seria composto pelos deputados eleitos em novembro de 1974 e reunidos em março de 1975 como Assembleia Constituinte (art. 9 e seus parágrafos). Já o Poder Executivo teria seu primeiro chefe nomeado pelo próprio presidente da República, após a aprovação do senado (art. 10). O novo governador, por sua vez, tinha o poder de nomear o prefeito da nova capital (art. 33). Quanto ao Poder Judiciário, se limitava a afirmar que sua cúpula, o Tribunal de Justiça, seria composta pelos desembargadores efetivos dos dois estados extintos. O decreto deixava para fixar o número de membros e os critérios de seu aproveitamento em legislação oportuna (art. 11 e parágrafo único).

A lei foi sancionada em seis de julho de 1974 e - segundo o *Jornal do Brasil*, na edição do dia seguinte - sem grande pompa. De acordo com o texto da matéria jornalística, encerrava-se, assim, um processo político que se iniciara dias depois da indicação do general à sucessão presidencial. “Antes mesmo de abrir o escritório do Largo da Misericórdia [Rio de Janeiro, Centro] quando ainda ocupava a presidência da Petrobrás [...]”. Além disso, o jornal ressaltava que o texto final da norma pouco se diferenciava daquele do projeto enviado ao Congresso.

Sua concretização, no entanto, exigiu um intrincado processo jurídico: da promulgação da *Lei da Fusão* até quinze de março de 1975, data marcada para efetivá-la, foram elaborados 35 decretos-leis e 29 decretos. No dia mesmo - e até 23 de julho, data em que se sancionou a nova Constituição -, 241 decretos-leis e 242 decretos foram promulgados. Sendo que, ainda no mesmo dia, 104 decretos de exoneração e 204 de nomeação de pessoal, todos com referência a formação do primeiro e segundo escalões da administração pública, foram publicados.

Daí até o término do governo Faria Lima, o primeiro mandatário, em 15 de março de 1979, foram sancionadas sete emendas constitucionais; onze leis complementares; 233 leis; 178 decretos-leis; 177 decretos e 119 decretos legislativos. Tudo isso “sem que se verificasse qualquer paralisação de serviço público” e não se apresentassem soluções à continuidade das “atividades públicas e privadas”²³⁵⁶.

A afirmação acima é do ex-procurador geral do Estado, Roberto Paraíso Rocha, membro da equipe de técnicos e políticos que preparou a fusão e se tornou parte da primeira

²³⁵⁶ ROCHA: 1980, pp. 130, 142 e passim

gestão. Na sua opinião²³⁵⁷, a fusão foi um dos projetos de impacto da administração federal e alcançou “grande repercussão nacional” na época. Curiosamente ao final do governo Geisel, o acontecimento pareceu ter perdido seu “brilho”, a ponto de não ser mais mencionado por periódicos de prestígio, como foi o caso da revista *Veja*; que após uma extensa “análise” sobre a administração Geisel, simplesmente ignorou o acontecimento²³⁵⁸.

A fusão GB-RJ segundo o JB.

[...] não importa quais os interesses servidos pela imprensa ou rádio – monopolistas, um partido ou outro, ou qualquer coisa, não importa que opinião pública os meios de comunicação em massa tentem fabricar – seus efeitos sobre as opiniões das várias pessoas não dependem dos interesses que servem, nem do conteúdo das opiniões que fabricam. Em última análise, a foça rela de qualquer imprensa ou rádio está na sua aceitabilidade aos círculos de opinião formais, e aos seus líderes de opinião (MILLS, 1962, p. 372).

A importância que se tem na imprensa vai além do ato de informar. A formação e os tipos de seguimentos que existe nela, são componentes de suas funções. Os meios de comunicação não só se infiltram em nossas experiências das realidades externas, como também penetraram na experiência interior mesma. René Remond em *por uma história Política*, esclarece bem a função dos meios de comunicação, apesar de não serem políticos em alguns casos, acabam criando vínculos com a política. “Como mais forte razão, os meios de comunicação não são por natureza realidades propriamente políticas: podem torna-se políticos em virtude de sua destinação, como se diz os instrumentos que são transformados em armas.”²³⁵⁹

No entanto, para Gramsci (2004) a função do jornal vai além de informar, pois este acaba assumindo o lugar de um partido político, ao exercer a função de direcionar e ao mesmo tempo organizar a opinião pública a partir de uma dada concepção ideológica estabelecida.

Entre os aspectos de maior importância que há na imprensa, é a sua função de arranjar e acomodar a sua argumentação diária contra setores ou grupos sociais. Segundo Marcondes Filho, o que há de extraordinário na imprensa é o fato desta ter o controle do que é publicado,

²³⁵⁷ ROCHA, p 94

²³⁵⁸ Edição n.º 549, de 14 de março de 1979. A revista dedicou vinte páginas para descrever vários aspectos e acontecimentos daquele governo.

²³⁵⁹ REMOND, 2003, p.49

pois um assunto “só vira notícia quando pode ser utilizado com arma no combate ideológico”²³⁶⁰.

Os meios de comunicação de massa, reconhecidamente, são atores fundamentais no processo histórico de desenvolvimento das sociedades contemporâneas. As funções por eles desempenhadas revestem-se de complexidade crescente e sua influência ao nível social e individual não é facilmente percebida e apreendida. A este respeito, Wright Mills afirma que ninguém conhece realmente todas as funções dos veículos de comunicação em massa, “pois em sua totalidade elas são tão penetrantes e sutis que não podem ser localizadas pelos meios de pesquisa social hoje existentes”²³⁶¹.

Contudo, percebemos que esses veículos de informação são fundamentais para o processo de formação daquilo que se convencionou chamar de “sociedade de massa”. Além disso, a relação entre indivíduo e realidade pode ser permeada por esses órgãos. Ainda segundo o autor, os meios de comunicação não nos proporcionam apenas a informação, orientam nossas próprias experiências. Nossos padrões de credulidade são determinados por eles, e não por nossa experiência pessoal, fragmentária ²³⁶².

Mas não se limita a ela o papel dos meios de comunicação de massa. Para Wright Mills, a formação de tipos e padrões de comportamento são também elementos componentes de suas funções.

Outro aspecto importante que podemos relacionar com os meios de comunicação de massa da época, era a sua atuação de forma organizada, dentro da sociedade, com base e interesses definidos. Assim, podem os meios de comunicação serem considerados como um grupo de interesse com influência também definida e fundamentada em objetivos próprios.

Não resta dúvida de que os meios de comunicação participam ativamente da sociedade tanto em termos econômicos quanto políticos e sociais. Já foi dito que entre os elementos importantes do sistema político de uma sociedade figuram esses meios de comunicação. Agem no sistema político como grupo de pressão, defendendo interesses próprios, ou como canal de reivindicações de outros grupos que tenham interesses idênticos, semelhantes ou pelo menos não antagônicos aos seus.

No caso da fusão entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, a atuação da imprensa se tornou importante não somente para os partidos, como também para a própria

²³⁶⁰ FILHO, 2006, p. 13

²³⁶¹ MILLS, 1962, p. 369

²³⁶² MILLS, 1962, p. 370

compreensão do público em geral sobre as decisões do governo no que diz respeito ao projeto de lei nº 20 e suas respectivas emendas.

E para compreender tal fato, utilizaremos os jornais presentes na pesquisa, O Jornal do Brasil, tendo em vista que ambos os periódicos foram os que mais se destacaram na época sobre assunto. No início, em várias ocasiões, ambos os jornais se manifestaram de forma francamente favorável à medida. Com o passar do tempo, entretanto, percebe-se nitidamente uma mudança nessa atitude favorável, **como no Jornal do Brasil**²³⁶³. Estamos cientes da existência de outros jornais que foram importantes para descrever esse momento da história dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, no entanto, no ateremos a esses dois.

Uma das primeiras notícias que se tem a respeito da definição sobre a fusão entre a GB e RJ, foi publicada pelo JB em maio de 1974. Ainda não se tinha fixado à fusão naquele momento, mesmo assim, o jornal publicou em seu editorial o seguinte:

O esclarecimento começa a vencer rapidamente as resistências que desconhecem as vantagens oferecidas pela reunião da Guanabara e do Estado do Rio de Janeiro. A disposição federal de realizar o projeto teve o mérito de revolver o conformismo e ensejar a reavaliação de potencialidade sempre vistas isoladamente, por ângulo fluminense ou carioca. Evaporaram-se os receios inflados, porque sem apoio nos dados, e desfazem-se mitos sem consistência racional²³⁶⁴.

Em outro momento, o jornal publicou a vantagem da fusão entre a Guanabara e o Rio de Janeiro:

De fato, o progresso carioca iria breve confrontar-se com a verificação de que o espaço menor deixaria de ser fator positivo para converter-se em elemento de contenção. Esse risco previsível será contornado pelo alargamento do polo dinâmico em maior área. Graças à eliminação dos obstáculos político, jurídicos e administrativos, que hoje impediram a criação de área metropolitana estruturada para receber os investimentos federais, haverá benefícios geral para os municípios e regiões que não dispõem de saneamento básico, transporte de massa e segurança pública²³⁶⁵.

Criticando oposições levantadas ao projeto da fusão, outro editorial assim se expressa:

O plano superior, identificado com o próprio interesse nacional, em que o Governo propõe o processo que funde em nova unidade a Guanabara e o

2363 Cabe aqui ressaltar, que o critério de escolha dos editoriais apresentados se baseou na clareza e relevância no que diz respeito ao tema da fusão entre os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Outros editoriais fluminenses, entretanto, se expressaram no mesmo sentido durante o período estudado.

2364 BRANCO, Carlos Castelo. Amaral pede que se faça fusão sem desordem administrativa. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 28 mai. 1974, p. 6.

2365 BRANCO, Carlos Castelo. Amaral pede que se faça fusão sem desordem administrativa. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 28 mai. 1974, p. 6.

Estado do Rio, um tipo de responsabilidade a ser ainda demonstrada pelas áreas diretamente envolvidas nessa transformação. O mundo representativo e político, nos dois Estados, parece ainda longe de alcançar todo o conteúdo de importância da iniciativa federal. (. . .) É hora de colocarem-se todos acima das fronteiras municipais e estaduais, que limitam o horizonte dos interesses políticos num ano eleitoral. A opinião nacional entende de outra forma a decisão do Governo e todo o País, não tenhamos ilusão, estará atento ao nível das respostas a serem dadas, em termos modernizadores, pela população da Guanabara e do Estado do Rio, através das múltiplas formas de representação de que dispõe²³⁶⁶.

No entanto, não só de apoio ao projeto que o jornal se tornou uma referência para o público em geral. Em alguns momentos o jornal chegou a fazer duras críticas aos opositores da fusão. Numa dessas críticas o editorial se expressou da seguinte maneira:

O plano superior, identificado como o próprio interesse nacional, em que o Governo propõe o processo que funde em nova unidade a Guanabara e o Estado do Rio, um tipo de responsabilidade a ser ainda demonstrada pelas áreas diretamente envolvidas nessa transformação.

O mundo representativo e político, nos dois Estados, parece ainda longe de alcançar todo o conteúdo de importância da iniciativa federal. [...] É hora de colocarem-se todos acima das fronteiras municipais e estaduais, que limitam o horizonte dos interesses políticos num ano eleitoral.

A opinião nacional entende de outra forma a decisão do Governo e todo o País, não tenhamos ilusão, estará atento ao nível das respostas a serem dadas, em termos modernizadores, pela população da Guanabara e do Estado do Rio, através das múltiplas formas de representação de que dispõe.

Essa aprovação incontestada muda de rumo à medida que a fusão vai sendo implantada. E a mudança será, pelo menos em grande parte, provocada por uma preocupação com o Município do Rio de Janeiro. Alguns editoriais passam a evidenciar desaprovação pela forma pela qual estaria se processando a fusão no plano municipal. Passados alguns meses da implantação, pode-se ler, no mesmo jornal:

Já denunciemos a sobrecarga recebida pelo Município do Rio de Janeiro depois da fusão. Houve, inclusive uma reversão de propósitos do legislador segundo o que preceitua a Lei Complementar nº 20. O Rio ficou sem seu patrimônio, absorvido pelo Estado, e onerou-se para se equipar, enquanto o Estado, senhor de novos domínios, devolveu o que era caro para ser mantido²³⁶⁷.

A tomada de posição em favor do município do Rio de Janeiro vai-se tornando cada vez mais clara à medida que o tempo passa. Cerca de um ano após a implantação, um editorial

2366 Idem, p. 7.

2367 BARBOSA LIMA SOBRINHO. “Nova contribuição ao Estudo de um Problema”. *Jornal do Brasil*, 2 nov. 1975, p. 10.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

com o título “Cidade Abandonada” revelava os possíveis problemas com a fusão entre os estados:

O Rio está diante de duas calamidades: a primeira é por certo sua situação de abandono, com o Estado e a prefeitura transferindo-se mutuamente a responsabilidade pelo descompasso municipal [...], e os governadores do estado devem primeiro eliminar suas diferenças metodológicas e descobrir um campo de atuação comum [...]. Nas obras e nos homens estamos em plena contagem regressiva. É bem possível que as forças vivas da cidade despertem somente depois do mal praticado. Será tarde²³⁶⁸.

Vale ressaltar que após o decreto da fusão entre os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara em 1974, as matérias publicadas pelo JB estavam focadas mais em relatar as promessas da integração entre os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Um dos pontos levantados pelo folhetim estava no desaponto das lideranças políticas e os meios de comunicação cariocas que se tornaram vítimas do processo. Tendo o governo federal se limitado apenas a verificar as pequenas práticas de noções de geopolítica.

As lideranças cariocas, no que se incluem os seus veículos de comunicação, foram vítimas de um logro. Apoiaram a fusão nos bons propósitos e nas promessas formais e claras de defesa do patrimônio da cidade. Verifica-se agora que o projeto militou-se à verificação prática de noções pequenas de geopolítica²³⁶⁹.

No que diz respeito às pequenas práticas geopolíticas citada pelo jornal, entendemos que os investimentos feitos pelo governo federal tanto na Guanabara quanto no Rio de Janeiro, tais como a ponte Rio-Niterói e a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, tinha como foco a construção de uma nova identidade para o estado que viria a ser constituído na fusão do estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro. A exemplo deste fato, colocamos abaixo um documento citado por Ferreira (2000), onde podemos ver alguns argumentos que refletem bem as razões que levaram o governo Geisel a aprovação da fusão.

Em uma época conturbada, em que antagonismos internos e externos devem ser superados, no caminho da afirmação brasileira como nação significativa na ordem mundial, não será demais procurar uma situação de equilíbrio federativo e de melhor estruturação territorial [...]. Deve reconhecer-se, entretanto, que uma coletividade - nacional ou regional, estadual ou simplesmente local - é dotada de memória e de valores históricos, que precisam ser cultivados, numa fase de transição de civilização, ativamente preservados com carinho. As tradições fluminenses, de que a cidade do Rio de Janeiro sempre foi parte e parcela, são componentes necessárias dessa

2368 MELLO FRANCO, F. M. O Rio de Janeiro de Nossos Dias. *Jornal do Brasil*, 18 julho. 1976, p. 6.

2369 BRANCO, Carlos Castelo. A segunda hipótese. *Jornal do Brasil*, Brasília, 02 nov. 1974, p. 2.

personalidade. Preservá-las é, para as atuais gerações, dever tão grande quanto o de manter a integridade territorial da nação. A reunião dos dois estados - o que não passa de uma recomposição longamente devida - será, até e sobretudo, pelo potencial de transformação e de progresso que gera, mais um fator para que o intenso processo de mudança e modernização de nosso país se faça sem atingir as suas características básicas e a sua inconfundível fisionomia nacional²³⁷⁰.

É interessante notar, que ao longo do trecho em destaque podemos ver os alicerces que levaram o governo federal colocar em prática à fusão entre os estados do Rio de Janeiro e a Guanabara, como a própria personalidade que cidade do Rio de Janeiro em si possuía e que jamais deveria ter se separado do todo (estado do Rio de Janeiro), a preservação dos valores históricos e culturais de cada região. No entanto, esse trecho levanta uma outra questão que é a perda da identidade da cidade do Rio de Janeiro viria passar com a fusão. “(...) pode ser destacada a intenção de diluir a identidade carioca em favor da recuperação de uma outra memória, a das tradições fluminenses, de que a cidade do Rio sempre fora "parte e parcela". A história colonial da capitania do Rio de Janeiro e, em seguida, a história da velha província fluminense deveriam ser os elementos históricos legitimadores do ato da fusão. A cidade do Rio de Janeiro deveria esquecer seu passado de capital do país para retomar uma identidade, relacionada a uma herança colonial, de motor de ocupação e desenvolvimento de toda a área adjacente”²³⁷¹

No entanto, percebemos que, baseados na defesa do antigo estado da GB, e atual capital do estado do Rio de Janeiro, onde estão localizados, ambos os jornais passam de uma atitude inicial de franca aprovação e apoio incontestes para uma posição bastante contundente.

Em contrapartida, os jornais que aqui estavam, contavam com grande poder de barganha e influência, considerados entre os mais importantes do país, com uma massa grande de leitores, presumivelmente “mais informados”, o que lhe facultava a possibilidade de atuar como um grupo de pressão relativamente mais efetivo. Ter a chamada “grande imprensa”, como aliada ao novo estado do Rio de Janeiro ajudava, de certa forma, a trazer para a capital toda a sorte de investimentos públicos, sejam eles estaduais ou federais, sem contar que o já lhe é devido em termos municipais.

Fato é, que a mudança no discurso empregado pelos jornais em 1974, quando já se tinha a intenção de defesa da fusão entre os estados do Rio e da Guanabara, demonstrava

2370 Apud Ferreira, 2002. p. 167.

²³⁷¹ FERREIRA, 1994, p. 68.

aceitação por parte da imprensa a respeito do assunto.

Logo, é correto dizer que o *JB* reafirmou e deu apoio a tudo que o governo federal dizia a respeito à fusão. Fazendo uma ação verdadeiramente condutora a respeito da integração entre os estados do RJ e da GB.

Conclusão

Nas considerações finais, podemos concluir que o estudo aqui exposto pode contribuir para avaliar o comportamento dos grupos partidários na situação da formulação político-econômica no que diz respeito à fusão entre a Guanabara e Rio de Janeiro.

Devemos aqui destacar a importância que há na participação e contribuição da imprensa e da opinião pública que se debruçaram sobre o debate no que se refere o projeto da fusão. Muitos foram aqueles que tentaram aludir a população sobre as barreiras político-econômica do projeto. No entanto, no caso da imprensa, que ao longo dos debates entre os parlamentares e o governo chegou a apoiar à fusão, sendo que, um ano após a implementação do projeto, sua opinião veio a mudar pouco a pouco.

A fusão é vista naquele momento, como a manifestação de uma política pública orientada para objetivos específicos. É considerada uma política pública na área do desenvolvimento urbano e regional, à medida que se pretendia interferir na maneira pela qual a população e as atividades econômicas se localizavam no espaço e na maneira como o poder público se fez presente nesse mesmo espaço. Houve quem discordasse das razões apresentadas pelo governo federal para fusão dos dois estados. Para os parlamentares do MDB, as motivações políticas teriam determinado a necessidade de um controle maior da região unificada, em decorrência do esvaziamento do poder do partido da oposição, majoritário na Guanabara e em partes do Rio..

Assim, entendemos que o processo de fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara foi marcado pelo intervencionismo federal, sendo que, na prática, o envolvimento dos políticos locais, em especial da oposição foi quase nula no decorrer do processo.

No que diz respeito a imprensa, o exercício que compele a ela no processo que levou à integração entre os estados do Rio e da Guanabara em 1974, se fazendo presente neste debate, deixando explicitamente qual era a sua posição diante do assunto.

Essa narrativa bastante enraizada na imprensa é tomada em alguns momentos como verdade pela própria historiografia, que por vezes trata a imprensa a respeito do debate da fusão entre o Rio e a Guanabara que seguiu até 1974, ano da implantação da Lei Complementar nº 20. Tentamos da melhor maneira, mostrar as matizes da relação do JB da época com a ditadura militar, ressaltar dentro das matérias como se deu a participação destes jornais, para que não se veja “a imprensa” como um bloco monolítico, único, que compartilha de um mesmo projeto – por mais que em alguns momentos estejam (quase) todos afinados, como no golpe de abril de 1964.

O que se entende da análise do processo decisório sobre a fusão é que a medida, em si, revela características básicas de um sistema que regia a política da época. Um poder político concentrado, formulador, aplicador e juiz de normas, que prescinde de participação mais ampla de grupos distintos da sociedade. Desta forma, cabe ao grupo de interesse apenas a função de apresentar o tema e fornecer apoio à medida.

Assim concluímos que, findada em março de 1974, a construção da ponte Rio-Niterói, seguida pela criação da RM do Grande Rio, sobre aprovação da Lei Complementar nº 20, que assegurava à fusão entre os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, foi que o governo federal conseguiu concluir o plano de integração político-econômico entre os estados, ao ponto que, os debates sobre os projetos e propriamente à fusão entre o RJ e a GB começaram perder forças, já que era nítido naquele momento que não havia mais nada a ser fazer.

Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira & BELOCH, Israel (Coord.) **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária/FGV/CPDOC/FINEP, 2001.

BORGES, Nilson. A doutrina de segurança nacional e os governos militares. Em: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília A. N. (Org.) **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais**. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 13-42 (Coleção O Brasil Republicano, v. 4).

BRANCO, Carlos Castelo. Amaral pede que se faça fusão sem desordem administrativa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 mai. 1974, p. 6.

BARBOSA LIMA SOBRINHO. “Nova contribuição ao Estudo de um Problema”. *Jornal do Brasil*, 2 nov. 1975, p. 10.

CARTA do Rio é promulgada com mensagem de Geisel. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 24

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

jul. 1975.

C. Wright Mills. *A Elite no Poder*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1962.

EVANGELISTA, Hélio A. **A fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. (Série Monografias Premiadas, 1998).

FALCON, Francisco. História e poder. Em: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. Capítulo 3, p. 61-90.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política. A democratização no Brasil: Atores e contextos*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

FERREIRA, Marieta M. Estado da Discórdia. Em: **Nossa História**. Rio de Janeiro: s/ed., 2005, pp. 60-63.

_____. & GRYNSZPAN, Mário. A volta do filho pródigo ao lar paterno? A fusão do Rio de Janeiro. Em: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 14, n.º 28, p. 74- 100, 1994.

Disponível em:

<http://www.cpdoc.fgv.br/producao_intelectual.htm/tp_download.htm>. Acesso em 12 ago. 2018¹.

GEISEL sanciona a lei que fará a fusão. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 2 jul. 1974.

GEISEL DIZ que fusão já vem tarde. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 4 jun. 1974.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, vol. 2.

MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro, Zahar,

MOTTA, Marly S. Fusão: desafios. Em: FREIRE, Américo; SARMENTO, C. E. &

_____. (Coord.). **Um estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

REMOND, René. *Por uma História Política*. Editora: FGV, 3ª edição, 2003.

ROCHA, Roberto P. Depoimento. Em: MOTTA, M. & SARMENTO, C. E. **A construção de um estado: a fusão em debate**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001, p. 155-172.

SILVA, Francisco C. T. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil*.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

1974-1985. Em: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília A. N. (Org.) **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (Coleção O Brasil Republicano, v. 4).

SOBRINHO, Barbosa L. Assuntos federativos. Em: **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 2 de jun. 1974.

Manoel da Cunha: a trajetória do inquisidor, comissário do Tribunal da Bula da Cruzada e vassalo do rei em Portugal, no Seiscentos

Veronica de Jesus Gomes²³⁷²

RESUMO: O Tribunal da Cruzada, criado em 1591, administrava a venda das bulas, que indulgenciavam os cristãos ibéricos, e cujas vendas eram vantajosas. Nas Índias de Castela, no século XVII, graças ao gradual crescimento daquela instituição, tornou-se cada vez mais necessária a precisão de sua contabilidade. À semelhança do que ali ocorria, em Portugal, no mesmo período, parecem ter sido comuns os desvios das arrecadações. O historiador português Pedro Cardim ressaltou que o sistema de relações estabelecido pela monarquia com os diversos corpos do reino foi altamente tributário do afeto e do modelo doméstico de organização da vida em grupo. Nesse sentido, o artigo analisa alguns papéis escritos pelo inquisidor D. Manoel da Cunha, que, em 1633, se tornou comissário geral da Cruzada e ordenou uma devassa referente ao comissariado de seu antecessor, D. António Mascarenhas.

Palavras-chave: Tribunal da Bula da Cruzada; corrupção; Inquisição de Lisboa

ABSTRACT: The Crusade Bull Court, created in 1591, administered the sale of the bull, which indulged Iberian Christians, and whose sales were advantageous. In the 17th century Castile Indies, thanks to the gradual growth of that institution, the accuracy of its accounting became increasingly necessary. Similar to what happened there, in Portugal, during the same period, deviations of the proceeds seem to have been common. The Portuguese historian Pedro Cardim stressed that the system of relations established by the monarchy with the various bodies of the kingdom was highly tributary to the affection and domestic model of group life organization. In this sense, the article analyzes some papers written by Inquisitor D. Manoel da Cunha, who, in 1633, became Commissary-General of the Crusade and ordered an investigation about the commissariat of his predecessor, D. António Mascarenhas.

²³⁷² Doutora em História Moderna pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), da Universidade Federal Fluminense (UFF), orientanda da Dra. Georgina Silva dos Santos. Agradeço ao CNPq a bolsa de doutorado, que foi fundamental para a preparação de minha tese de doutorado e, conseqüentemente, a elaboração desta pesquisa. E-mail para contato: veronicadejgomes@gmail.com.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

KEYWORDS: Crusade Bull Court; corruption; Lisbon Inquisition

Segundo o bibliófilo Diogo Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, D. Manoel da Cunha, que nasceu em Lisboa, era filho de Simão da Cunha, trinchante mor²³⁷³ de D. Filipe III e de D. Filipe IV, sargento mor de batalha, e de D. Luiza de Almeida. Após o estudo das letras humanas, Cunha frequentou a Universidade de Coimbra, aplicado à jurisprudência pontifícia. Assim que recebeu o grau de licenciado, tornou-se colegial no Colégio de São Pedro, em 20 de outubro de 1616. Barbosa Machado sublinhou as qualidades do nascimento do futuro inquisidor e comissário geral do Tribunal da Cruzada, que, a seu ver, foram fatores decisivos para a sua carreira ascendente: “a nobreza do nascimento, a integridade da vida, e a capacidade do talento felizmente conspiraram para subir aos lugares que dignamente ocupou”²³⁷⁴: foi deputado das Inquisições de Coimbra e de Lisboa (nesta última foi também inquisidor), deputado do Conselho Geral do Santo Ofício, cargo de que tomou posse em 12 de novembro de 1632, comissário geral apostólico do Tribunal da Bula da Cruzada e assumpto²³⁷⁵ de Bispo de Elvas à Mitra Primacial de Braga (D. Sebastião de Matos de Noronha lhe sucedeu no Bispado em cuja diocese entrou a 8 de maio de 1634). Como é possível perceber, todos os postos que D. Manoel da Cunha ocupou foram de grande relevância religiosa e política, aspecto que demonstra não somente a imponência e a importância de sua ascendência familiar, mas também seus vínculos com pessoas influentes e poderosas, o que reflete ainda sua inserção em prestigiosas redes clientelares²³⁷⁶, fator fundamental para que viesse a conquistar aqueles espaços de grande notabilidade.

Ainda de acordo com Barbosa Machado, após a ascensão do rei D. João IV, “como conhecesse a prudência, e fidelidade de tão insigne varão o nomeou seu Capelão Mor orando

²³⁷³ Bluteau nos informa que era um ofício presente na família dos Cunhas. O trinchante era o responsável por descobrir as iguarias e oferecê-las à pessoa real. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez & Latino - volume 8*. Disponível em <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/trinchante>>. Acesso em: 7 de out. de 2019. Verbetes: *trinchante*.

²³⁷⁴ MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana*. Historica, Critica e Cronologica. Na qual se comprehende a noticia dos Authores Portuguezes, e das Obras, que compuzerão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente. Tomo III. Lisboa: Na Officina de Ignacio Rodrigues. Anno de MDCCLII, p. 239.

²³⁷⁵ Benemérito de uma dignidade. O dicionarista escreveu: “Cunha, Bispos de Lisboa”. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez & Latino: aulico, anatomico, architectonico...*, Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 – 1728, vol. 1. Disponível em <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/assumpto>> Acesso em: 7 de out. de 2019. Verbetes: *assumpto*.

²³⁷⁶ Baseamo-nos no conceito de “redes clientelares” tal como proposto na seguinte obra: CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança (1560-1640)*. Práticas senhoriais e redes clientelares. Lisboa: Estampa, 2000.

elegantemente nas Cortes celebradas em Lisboa a 28 e 29 de janeiro de 1641²³⁷⁷, quando foi jurado o monarca. Numa conjuntura complexa como a do fim da União Ibérica, marcada pelas *Guerras de Restauração* (1640-1668), é interessante notar, como veremos mais adiante, que Manoel da Cunha mudou de lado na política naquele contexto. Se antes era um fiel vassalo do monarca Felipe III (IV de Espanha), como demonstrou em seus papéis, a partir da aclamação de D. João IV, tornou-se muito devotado ao rei português. Cunha voltou ainda a pregar nas Cortes de 12 de outubro de 1653, na cerimônia política dedicada ao Sereníssimo Príncipe D. Afonso. Sua eloquência foi incansavelmente elogiada por Barbosa Machado, visto a “veemente energia, e copiosa facúndia com que ornava os seus discursos”²³⁷⁸.

Tornou-se Arcebispo de Lisboa em 2 de outubro de 1646 e faleceu naquela cidade, em 30 de novembro de 1658, aos 64 anos. Foi sepultado no Convento de Nossa Senhora da Encarnação, dos Carmelitas Descalços, em Olhalvo, próximo à Vila de Alenquer, Patriarcado de Lisboa. Seu epitáfio informa que D. Manoel foi capelão-mor tanto de D. João IV quanto de D. Afonso VI e por eles nomeado Arcebispo de Évora e Lisboa e Inquisidor Geral. Todos os ofícios ocupados por D. Manoel, que dotou o mosteiro dos Carmelitas Descalços e sua igreja, com a obrigação de receber quatro missas cotidianas perpétuas e exéquias anuais, foram, na perspectiva de Barbosa Machado, adquiridos graças à “mercê da Virgem Maria, Mãe de Deus de quem foi devotíssimo tomando-a sempre por advogada em tudo”²³⁷⁹, o que, como se verá, não foi exatamente como exaltou o bibliófilo, visto que a ocupação de seus cargos esteve estreitamente vinculada às suas relações clientelares.

D. Manoel da Cunha compôs algumas obras, que, devido ao seu caráter político e religioso, merecem ser aqui destacadas:

* *Lusitania Vindicata*, que não tem ano, lugar de impressão, nem tampouco o impressor. No entanto, trata-se de um “Manifesto da Justiça com que Portugal aclamou por seu Soberano a El-Rey D. João IV”. A obra, que foi reimpressa pelo padre Macedo, teve uma edição castelhana, preparada por Jacinto Freire de Andrade, com o título de *Portugal Restaurado*, dedicado à Rainha D. Luiza Francisca de Gusmão, também sem ano e lugar de impressão;

* *Practica no Juramento, que os tres Estados destes Reynos fizerão a El-Rey Nosso Senhor D. João o IV. deste nome, e do juramento, preito, e omenagem, que os mesmos tres*

²³⁷⁷ MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana...*, op. cit. Tomo III, p. 239.

²³⁷⁸ Idem.

²³⁷⁹ Apud MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana...*, op. cit., p. 240.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

Estados fizerão ao Serenissimo Principe D. Theodozio nosso senhor em a Cidade de Lisboa a 28 de janeiro de 1641. Lisboa, por Antonio Alvares, 1641;

* *Practica no Auto das Cortes, que fez aos tres Estados do Reyno El-Rey D. João o IV deste nome Nosso Senhor na Cidade de Lisboa a 29 de janeiro de 1641.* Lisboa pelo dito Impressor, 1641;

* *Proposta que fez em Cortes que se celebrarão na cidade de Lisboa em 18 de janeiro de 1642;*

* *Proposição das Cortes que se celebrarão em Lisboa em 28 de dezembro de 1645 diante da Magestade delRey D. João o IV nosso Senhor estando presente os tres Estados do Reyno.* Lisboa por Pedro Craesbeek, 1645;

* *Practica que fez no Juramento do Serenissimo Principe D. Affonso, que Deos guarde nas Cortes, que se celebrarão em Lisboa em 12 de outubro de 1653 diante da Magestade delRey D. João o IV estando presentes os tres Estados do Reyno.* Lisboa pelo dito Impressor 1653;

* *Proposição nas mesmas Cortes celebradas em 23 de outubro de 1653 diante da Magestade delRey D. João o IV estando presentes os tres Estados do Reyno.* ibi pelo dito Impressor 1653;

* *Epistola ad Summum Pontificem nomine Cleri Lusitani. Começa com Cum primum Serenissimus Rex Joannes [...].* Nicolao Monteiro a transcreveo no seu livro intitulado *Vox Turturis...*;

* *Oratio Paranetica ad Parochos Lusitaniae pro commendatione Bullae Cruciatæ, atque illius ufu.* (Obra composta quando ocupava o lugar de Comissário Geral da Bula da Cruzada)²³⁸⁰.

Embora ainda não tenhamos examinado suas obras, através dos títulos percebe-se o grande interesse de D. Manoel em homenagear os monarcas portugueses e estreitar cada vez mais seus laços com o universo político lusitano. Esse aspecto é bem diferente do que expressou nos papéis aqui analisados, escritos certamente na década de 1630, quando, além de demonstrar todo o seu amor e fidelidade pelo rei D. Felipe III, ordenou que se fizesse uma devassa no Tribunal da Bula da Cruzada para que fosse averiguado o comissariado de seu antecessor, o comissário geral D. António Mascarenhas, mostrando, por fim, sua grande preocupação com os negócios régios.

²³⁸⁰ MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana...*, op. cit., pp. 240-241.

Para compreendermos a trajetória de D. Manoel da Cunha, é fundamental atentarmos para a imponente carreira de seu predecessor, o supracitado D. António Mascarenhas, que está diretamente ligada à sua trajetória. Em tom encomiástico, Barbosa Machado²³⁸¹ nos informou que Mascarenhas ocupou o cargo no Tribunal da Cruzada por quarenta anos, o que não parece ser verdadeiro, visto que assumiu o comissariado da Cruzada na década de 1620. Ele era filho de D. Pedro Mascarenhas, neto de D. Nuno e bisneto de Fernão Martins Mascarenhas, capitão dos ginetes, comendador de Mertola, que foi embaixador no *Concílio de Trento*, enviado pelo rei D. Sebastião. Barbosa Machado fez silêncio quanto a certos dados biográficos de Mascarenhas, de quem não mencionou, por exemplo, onde nasceu e o nome de sua mãe, Ana Fernandes.

De todo modo, por via paterna, ele era oriundo da melhor nobreza da Corte. Doutor em Teologia Escolástica, ao que parece, tornou-se também doutor em Direito, foi provido deputado da Inquisição de Coimbra em 1584²³⁸², mas uma Consulta de 1587, resultante de uma visitação àquele tribunal, dizia que ele era filho natural e que não tinha as qualidades requeridas para servir ao Santo Ofício. Entretanto, diligências posteriores afirmaram que ele não tinha nenhum impedimento. Foi colegial no tradicional Colégio Real de São Paulo, onde ingressou em 10 de julho de 1580, tendo se dedicado ao estudo das letras humanas e Gramática Latina. Mais tarde, pediu para continuar na cidade e o Conselho Geral permitiu que ali continuasse servindo, decisão que teve apoio do inquisidor geral, cardeal-arquiduque Alberto de Áustria, a quem “já devia a sua continuidade como colegial e, provavelmente, ainda outras benesses e favores”, já que não só ascendeu a deão da Capela Real, como se tornou comissário geral do Tribunal da Bula da Cruzada e deputado da Mesa de Consciência e

²³⁸¹ MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana*. Historica, Critica e Cronologica. Na qual se comprehende a noticia dos Authores Portuguezes, e das Obras, que computarão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente. Tomo I. Lisboa Occidental: Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, Anno de MDCCXXXI, p. 324.

²³⁸² Bigotte Chorão afirmou que Mascarenhas foi, em 1585, deputado da Inquisição de Évora. CHORÃO, Maria José Bigotte. Fundação do Convento-hospital de S. João de Deus em Lisboa. In BAPTISTA, Sandra Gameiro; BORGES, Augusto Moutinho (Orgs.). *Guarda Nacional Republicana – Centro Clínico – Convento de S. João de Deus*. Lisboa: GNR, 2016, p. 31. A informação de Bigotte Chorão é confirmada pela *Colecção dos Documentos e Memórias da Academia Real da Historia Portuguesa*, Que neste anno de 1727. se computarão, e se imprimirão por ordem dos seus Censores, Dedicada a ElRey Nosso Senhor, seu Augustissimo Protector, E ordenada pelo Marquez de Alegrete Manoel Telles da Sylva, Secretario da mesma Academia. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real. M.DCC.XXVII. Agradeço ao Dr. João de Figueiroa-Rego, da Universidade de Évora, o envio de preciosas dicas bibliográficas acerca de D. António Mascarenhas.

Ordens (1594 ou 1598)²³⁸³. Ademais, foi Governador do Priorado do Crato. Através dos altos cargos que ocupou e da importante família a que pertenceu, além de sua preparação intelectual, foi “uma personalidade cimeira da elite portuguesa, tanto na esfera eclesiástica como na componente social”²³⁸⁴.

Sua trajetória foi marcada pela ascensão e por privilégios, visto que ocupou ainda outros cargos de grande relevância: foi prior de Óbidos, deputado da Inquisição de Évora, em 1585, visitador das sepulturas reais do Mosteiro de Odivelas. Dentre suas obras pias, destaque para a edificação, em Lisboa, de um hospital para clérigos pobres, entregue aos cuidados dos religiosos de São João de Deus, ordem cuja entrada em Portugal contou com seu apoio fundamental junto ao rei. Num tempo em que até na morte havia importantes distinções sociais, D. António, falecido em setembro de 1637, foi sepultado no Convento de São João de Deus, “fundação sua debaixo da capela-mor no meio de um sumptuoso cruzeiro com janelas sobre o mar, cercada a sepultura de grades de bronze, e na frente está um altar dedicado a Cristo crucificado, no qual todos os dias se dizem duas missas pela alma do fundador”²³⁸⁵. Seguindo o tom encomiástico, Diogo Barbosa Machado afirmou que o corpo de Mascarenhas, segundo Antonio Carvalho da Costa, se conservava “incorrupto”²³⁸⁶.

Assim como D. Manoel da Cunha, D. António Mascarenhas também publicou algumas obras, com destaque para as seguintes:

* *Memorial de los cargos que resultaron contra D. Antonio Mascareñas como Deputado de la Mesa de Conciencia, y Dean de la Capilla Real de Portugal, y Comissario, y Comissario particular de muchas cosas del Servicio de S. Magestade en aquel Reyno de las Visitas, que contra el hizo D. Pedro de Castillo Obispo de Leiria con la repuesta, y satisfacion a todos, y a cada uno dellos; y resolucion que su Magestad tomó con parecer de los Juezes nombrados para su vista, examen, y determinacion*, que parece ter sido impresso em 1607, se tivermos em conta a carta régia que acompanha a obra, segundo sublinhou Diogo Barbosa Machado. O título parece sugerir uma dissensão com D. Pedro de Castilho, que se tornou o inquisidor geral no início do século XVII, autor do *Regimento inquisitorial*, de 1613;

²³⁸³ REGO, João M. V. M. de F. “A honra alheia por um fio”. Os estatutos de limpeza de sangue no espaço de expressão Ibérica (sécs. XVI-XVIII). Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2009, pp. 369-370. De acordo com João Rego, foi em 1594. Segundo Diogo Barbosa Machado, ocupou o cargo em 1598.

²³⁸⁴ CHORÃO, Maria José Bigotte. *Fundação do Convento-hospital de S. João de Deus em Lisboa...*, op. cit., p. 31.

²³⁸⁵ MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana...*, op. cit., Tomo I, p. 325.

²³⁸⁶ Idem.

* *Relação dos procedimentos que teve sendo Comissario Geral da Santa Cruzada na decisão, e declaração de algumas duvidas que o Colleitor João Bautista Pallota com boa tenção, e zelo da jurdição Apostolica moveo acerca da dita Bulla, e em particular de huma, que por virtude della se não podia dizer Missa em oratorios privados, ainda que aprovados pelo Ordinario, e de outras duvidas da mesma jurisdicção, que houve entre o dito Colleitor, e Comissario Geral na Causa de Antonio Moniz da Camara Sede Vacante Provisor no Arcebispado de Lisboa pelo dito Comissario Geral, monido, e declarado, e apellante para o dito Colleitor.* Na obra não constam informações quanto ao lugar, ano e nome do impressor, mas depreende-se ter sido impressa em Lisboa, em 1625²³⁸⁷. Dedicada ao papa Urbano VIII, o autor se referiu às dissensões com um coletor apostólico, contexto que indica claramente os conflitos e as relações de poder nas quais D. António Mascarenhas esteve inserido, conjuntura complexa da qual fez parte a devassa no Tribunal da Bula da Cruzada, levada a cabo a mando de seu sucessor, D. Manoel da Cunha, em 1633, e não concluída por falta de maiores indícios que comprovassem a existência de corrupção naquela instituição.

As obras escritas por ambos apresentam características um tanto diferentes, visto que as de D. Manoel da Cunha parecem ter um cunho mais apologético, lisonjeando o monarca D. João IV. Por sua vez, as de D. António Mascarenhas buscam legitimar suas realizações em certos cargos por ele ocupados, tentando se defender e se proteger das várias acusações que recaíram sobre ele ao longo dos anos de serviços prestados. Vale destacar que o cenário belicoso e de disputas por ofícios e privilégios entre pessoas eclesiásticas foi bastante comum no Portugal da Época Moderna, quando incriminações foram muito frequentes e poderiam ser levadas à Mesa Inquisitorial²³⁸⁸ ou ao monarca, a exemplo das denúncias de corrupção que pesaram sobre D. António.

Na década de 1630, D. Manoel da Cunha escreveu alguns papéis, dos quais emerge não apenas a existência de expressivos conflitos no Tribunal da Bula da Cruzada, instituição eclesiástica, criada em 1591, no contexto da União Ibérica, com o propósito de administrar os rendimentos advindos da venda das bulas, bem como sugerem práticas de corrupção por parte de D. António Mascarenhas, que, como vimos, vivenciava uma série de querelas com pessoas influentes desde o início do século XVII. Se Mascarenhas ocupou o comissariado da Cruzada

²³⁸⁷ Idem, *ibidem*, pp. 325-326.

²³⁸⁸ GOUVEIA, Jaime Ricardo Teixeira de. *A quarta porta do inferno. A vigilância e disciplinamento da luxúria clerical no espaço luso-americano (1640-1750)*. Tese de doutorado. Florença: 2012, p. 316.

por vários anos, o mesmo não parece ter se passado com Cunha que, ao que tudo indica, permaneceu no cargo entre 1633 e 1634.

Os manuscritos compreendem cópias de cartas e de certidões, presumivelmente, produzidos entre 1633 e 1635, e não foram escritos apenas por Cunha, uma vez que contêm, por exemplo, a cópia de uma certidão escrita por um secretário do tribunal, que informa sobre o estado em que a instituição foi deixada por D. António Mascarenhas. Além da comparação entre os dois comissariados, os documentos aludem à ausência de juntas nas quais seriam discutidos, dentre outras questões, os rendimentos da bula, as cobranças de dívidas atrasadas, deixadas por D. António, os empréstimos feitos por Cunha para atender às necessidades das naus da Índia e, por fim, a conclusão de que Mascarenhas não foi um bom administrador da Cruzada, da fazenda régia, tendo, até mesmo, levado consigo certa quantia contra a ordem do monarca. Ou seja, teria desviado somas relevantes dos rendimentos da bula, prática que parece ter sido muito usual não apenas no Portugal Seiscentista, mas também nas Índias de Castela. O historiador José Antonio Benito assinalou que, graças ao gradual crescimento da instituição da bula, tornou-se cada vez mais necessária a precisão de sua contabilidade. Desse modo, no início do Seiscentos, algumas medidas foram tomadas com o intuito de coibir aquelas práticas. Mas, ao que parece, elas não tiveram muito sucesso, já que os desvios se mantiveram na segunda metade do século XVII.

Uma vez que a instituição se expandiu até os territórios colonizados mais tardiamente, as trapaças ocorriam, sobretudo, nos locais onde não havia tribunais. Casos de corrupção foram identificados em 1653 e em 1654, circunstâncias que levaram à convocação de uma Junta, em 1662, composta por membros dos Conselhos das Índias e da Cruzada. A situação devia continuar complicada porque em 1687, José de Salazar, comissário subdelegado da Cruzada de Los Reyes, sugeria como melhorar a Real Hacienda no Consejo de Cruzada. Mas uma coisa é certa: as arrecadações da Bula da Cruzada, tanto nas Índias de Castela quanto em Portugal, eram muito expressivas e “ya para 1697 el producto de la Cruzada excedía al de las alcabalas y azogues, y sus rentas servían para hacer numerosas libranzas que costeaban un sinfín de actuaciones”²³⁸⁹. Em 1697, “se concedían al ejército de Cataluña 13.788 pesos por los 10.000 ducados concedidos; al marqués de Valdeolmos, 232.000 pesos para granos en la

²³⁸⁹ BENITO, José Antonio. Historia de la Bula de la Cruzada en Indias. In *Revista de Estudios Históricos-Jurídicos* (Sección Historia del Derecho), Valparaíso, Chile, n° XVIII, 1996, p. 92.

misma región, mientras que los agustinos recibían 4.767 pesos para sus misiones de China²³⁹⁰, quadro que deixa claro o caráter imperial da Bula da Cruzada²³⁹¹.

Da retórica discursiva dos manuscritos de Manoel da Cunha emerge seu grande zelo pela fazenda régia, e o comissário asseverou que, como bom e leal vassalo, servia com fidelidade e amor ao monarca Felipe III, de Portugal. Sua intensa preocupação com os negócios régios fez com que fosse levada a cabo uma devassa no tribunal, que, entretanto, devido à desordem nos livros de registros, não foi concluída pelos contadores régios. Ainda não são claras as razões pelas quais Mascarenhas deixou o comissariado e foi substituído exatamente por Manoel da Cunha, um dos inquisidores que interrogou Miguel de Abreu, que fora pajem de Mascarenhas durante muitos anos e depois se tornou secretário da Cruzada. Queimado pelo crime de sodomia em 1632, um ano antes de Cunha assumir o comissariado, Abreu foi certamente o responsável pelos livros de registros da Cruzada, nos tempos de D. António. Mas através dos seus papéis, Cunha parece ter ocupado o cargo a partir de uma mercê régia, já que tal jurisdição estava radicada em sua pessoa “pela delegação do Bispo de Viseu, e sem nova ordem de Sua S.^{de} se não podia exercitar por outra²³⁹². De todo modo, vale lembrar que segundo o *Regimento do Tribunal da Bula da Santa Cruzada*, elaborado em 1634, portanto no comissariado de Manoel da Cunha, os comissários gerais eram escolhidos pelo papa, que lhes concedia o *Breve de Comissão*, e depois eram nomeados pelo monarca²³⁹³.

Seus manuscritos fazem inúmeras referências ao seu cuidado com os negócios régios, ressaltando que tinha realizado um bom trabalho e que a quantia por ele arrecadada referente às vendas das bulas da Cruzada não era resultado de um milagre, mas sim de seu amor e fidelidade ao monarca. Depois do breve papal que nomeou António de Mendonça como o novo comissário geral, Cunha sublinhou que só continuou a servir no dito cargo porque era

²³⁹⁰ Idem.

²³⁹¹ FIGUEIREDO, Cecília Maria Fontes. *Os Esmoleiros do Rei. A Bula da Santa Cruzada e seus oficiais na Capitania de Minas Gerais (1748-1828)*. Tese de doutorado. Niterói: PPGH/UFF, 2014.

²³⁹² *Certidões e cartas de D. Manuel da Cunha sobre a Bula da Cruzada*. In Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Marqueses de Olhão, Núcleo Eclesiástico, cx. 42, n.º 5. Disponível em <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=6680346>> Acesso em 10 de jan. de 2017.

²³⁹³ E “do mesmo modo usarão della os Deputados, Commissarios subdelegados, e mais Officiaes da Cruzada”. Os demais cargos – um secretário, um tesoureiro geral, um provedor, um contador, um escrivão da receita e despesa e contadoria, um promotor fiscal, um porteiro e um solicitador – eram providos pelo próprio comissário geral “sem preceder Consulta, e com Carta passada em seu nome poderão servir, e exercitar seus officios”. *Regimento do Tribunal da Bulla da Santa Cruzada, e dos Mais Ministros, e Officiaes subordinados a ella. 1634*. In *Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes*. Tomo VI. Disponível em <http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&id_partes=116&accao=ver&pagina=209> Acesso em: 28 de abr. de 2016.

muito comprometido com o serviço régio. Dirigiu-se ao monarca e pediu sua dispensa e “com a devida submissão”, rogou “humildemente” que fosse desobrigado de continuar no ofício, “pois tem proprietário, q’ o pode vir servir com maior satisfação”²³⁹⁴. Mas não obteve resposta, e não lhe parecia justo que um cavalheiro como ele ocupasse o cargo por conveniência de seu dono. Cunha, que ocupou o posto devido à ausência do Bispo de Viseu, demonstrou-se um tanto desapontado com a maneira pela qual seu zeloso e fiel trabalho foi considerado, já que não parece ter sido bem remunerado pelo rei, muito embora tenha ressaltado a importância fundamental de suas decisões com relação à arrecadação dos rendimentos régios²³⁹⁵. O eclesiástico sublinhou sua preocupação quanto ao entendimento do monarca quanto à fidelidade e ao amor com que foi servido pelo leal vassalo.

O historiador português Pedro Cardim reproduziu as colocações do estudioso italiano Aurelio Musi sobre a cultura política do Antigo Regime. De acordo com Musi, existia uma pluralidade das formas de solidariedade: além das relações familiares, havia as fidelidades de vassalagem, de estatuto, de clã ou de facção. Entretanto, “todas estas ligações assentavam num sentimento comum, o qual revelava uma força e uma omnipresença invulgar: o amor pelo próximo”²³⁹⁶. Obviamente o sentido de amor e de amizade era diverso daquele que vivenciamos atualmente e é imprescindível que essa diferença seja ressaltada e que sejam considerados o significado político e os usos desses afetos no mundo ibérico dos séculos XVI e XVII, visto que a semântica amorosa daqueles tempos tem muito pouco a ver com o conceito amoroso hodierno. De todo modo, tanto naquela época quanto na nossa concepção atual de amor, tais laços geravam “deveres e obrigações de índole essencialmente moral”²³⁹⁷.

A retórica dos fragmentos manuscritos de Manoel da Cunha evidencia que, naquela época, “as ligações afetivas eram parte integrante do processo político e das distinções estatutárias então vigentes”²³⁹⁸. Com o estremecimento dos laços vassálicos com o monarca Felipe III, o que parece ter-lhe causado enorme desapontamento, e após a *Restauração portuguesa*, Manoel da Cunha aproximou-se de D. João IV, construindo novos vínculos afetivos, estabelecendo outras redes clientelares, como se depreende de seus escritos relacionados ao monarca ou dedicados a membros da família real, a exemplo de *Lusitania*

²³⁹⁴ *Certidões e cartas de D. Manuel da Cunha sobre a Bula da Cruzada...*, op. cit.

²³⁹⁵ Idem.

²³⁹⁶ CARDIM, Pedro. Amor e Amizade na Cultura Política dos Séculos XVI e XVII. In *Lusitania Sacra*, 2ª série, nº 11, 1999, p. 21.

²³⁹⁷ CARDIM, Pedro. *O Poder dos Afectos*. Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2000, p. X.

²³⁹⁸ Idem, p. VI.

Vindicata, ofertado à rainha D. Luiza Francisca de Gusmão. Desse modo, “no seio da aristocracia abundavam as redes de solidariedade clientelar inspiradas nos deveres inerentes ao amor, à amizade virtuosa, à entreatada e às considerações de honra”²³⁹⁹. E a escrita encomiástica era uma importante forma de estreitar esses laços.

Assim, se durante muito tempo vigorou a ideia de um Estado absolutista fortemente centralizado, “responsável pela emergência de uma sofisticada máquina administrativa”, atualmente a concepção é outra e está calcada na ideia de “uma organização política mais fluida, concebida como uma rede de teias em que afetos como amizade, amor e fidelidade articulavam o conjunto das relações políticas”²⁴⁰⁰.

Os excertos de D. Manoel da Cunha dão a entender que foram frequentes os conflitos e as rivalidades no Tribunal da Bula da Cruzada: se ele ordenou que se fizesse uma diligência quanto ao comissariado de D. António Mascarenhas, a quem acusou de corrupção, também enfrentou queixas de seu sucessor. O nomeado Antonio de Mendonça acabou por fazer queixas da Junta da Cruzada, questão que o levaria a escrever que “eu tenho em meu favor a verdade e a boa fé”²⁴⁰¹. Tais escritos contribuem também para o entendimento das relações entre os vassallos e o monarca. Apesar de ter zelado intensamente pela fazenda régia, D. Manoel não parece ter sido suficientemente remunerado. Ao que tudo indica, não foi premiado da maneira como esperava. Em abril de 1634, além de buscar resguardar sua honra, “censurada no reino”, D. Manoel se desculpou junto ao monarca por seu atraso na prestação de contas dos negócios da Cruzada. Atribuiu a demora à “variedade dos negócios e confusão das cousas”, demonstrando o excesso de trabalho no pouco tempo que ocupou o cargo “por mandado de V. Mg.^{de}”²⁴⁰². O ex-comissário enfatizou que não desmereceu

aquela honra e mercê que V. Mg.^{de} me mandou escrever que me fazia per carta sua de 14 de dezembro de 1633 em consideração do cuidado e desvelo com q’ atendia as cousas da Cruzada, ordenando-me V. Mg.^{de} q’ com o mesmo zelo as continuasse, e pusesse na boa ordem que convinha”²⁴⁰³.

Por fim, concluiu que “V. Mg.^{de} mandara considerar se convém a seu Real Serviço que o vassallo que nele procedeu com amor e fidelidade notória se recolha a sua casa sem a

²³⁹⁹ CARDIM, Pedro. *Amor e Amizade na Cultura Política dos Séculos XVI e XVII...*, op. cit., p. 40.

²⁴⁰⁰ ROMEIRO, Adriana. *Corrupção e Poder no Brasil. Uma história, séculos XVI a XVIII*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. pp. 14-15.

²⁴⁰¹ *Certidões e cartas de D. Manuel da Cunha sobre a Bula da Cruzada...*, op. cit.

²⁴⁰² *Certidões e cartas de D. Manuel da Cunha sobre a Bula da Cruzada*.

²⁴⁰³ Idem.

reputação q' dantes tinha e com sua honra exposta a censura do mundo"²⁴⁰⁴. Em diversas passagens de seus escritos, que ainda não sabemos se foram de fato enviados ao monarca, emerge a importância do afeto que ele nutria pelo rei e esperava que fosse recíproco. Tal afeto estava por trás da “celebrada entreatada e liberalidade nobiliárquica, esse ‘dar de bom coração...’, esse ‘mouimento de animo, que approua, & faz liures dadiuas sem esperança de satisfaçam, ou paga...’ que era típico do nobre”²⁴⁰⁵, caracterizando-se como “sinal de distinção social e, também, um dos atributos centrais da sua identidade corporativa”²⁴⁰⁶. Ou seja, “era o afecto que unia, a um nível profundo, o grupo dirigente, conferindo-lhe a indispensável coesão. E o amor impregnava, também, a relação entre o príncipe e os seus servidores”²⁴⁰⁷.

Referências

Fontes

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 – 1728. Disponível em <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>> Acesso em: 7 de out. de 2019.

Certidões e cartas de D. Manuel da Cunha sobre a Bula da Cruzada. In Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Marquês de Olhão, Núcleo Eclesiástico, cx. 42, n.º 5. Disponível em <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=6680346>> Acesso em 10 de jan. de 2017.

Colecção dos Documentos e Memórias da Academia Real da Historia Portugueza, Que neste anno de 1727. se compuzeraõ, e se imprimiraõ por ordem dos seus Censores, Dedicada a ElRey Nosso Senhor, seu Augustissimo Protector, E ordenada pelo Marquez de Alegrete Manoel Telles da Sylva, Secretario da mesma Academia. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real. M.DCC.XXVII.

Regimento do Tribunal da Bulla da Santa Cruzada, e dos Mais Ministros, e Officiaes subordinados a ella. 1634. In *Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes*. Tomo VI. Disponível em <http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&id_partes=116&acciao=ver&pagina=209> Acesso em: 28 de abr. de 2016.

²⁴⁰⁴ Idem, ibidem.

²⁴⁰⁵ CARDIM, Pedro. *Amor e Amizade na Cultura Política dos Séculos XVI e XVII...*, op. cit., p. 40.

²⁴⁰⁶ Idem, p. 41.

²⁴⁰⁷ Idem, ibidem.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana. Historica, Critica e Cronologica*. Na qual se comprehende a noticia dos Authores Portuguezes, e das Obras, que compuzerão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente. Tomo I. Lisboa Occidental: Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, Anno de MDCCXXXI.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana. Historica, Critica e Cronologica*. Na qual se comprehende a noticia dos Authores Portuguezes, e das Obras, que compuzerão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente. Tomo III. Lisboa: Na Officina de Ignacio Rodrigues. Anno de MDCCLII.

Bibliografia

BENITO, José Antonio. Historia de la Bula de la Cruzada en Indias. In *Revista de Estudios Históricos-Jurídicos* (Sección Historia del Derecho), Valparaíso, Chile, nº XVIII, 1996.

BOUZA, Fernando. La correspondencia del hombre práctico. Los usos epistolares de la nobleza española del Siglo de Oro a través de seis años de cartas del tercer conde de Fernán Núñez (1679-1684). In *Cuadernos de Historia Moderna. Anejos*, 2005, IV.

CARDIM, Pedro. Amor e Amizade na Cultura Política dos Séculos XVI e XVII. In *Lusitania Sacra*, 2ª série, nº 11, 1999, pp. 21-57.

CARDIM, Pedro. *O Poder dos Afectos*. Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2000.

CHORÃO, Maria José Bigotte. Fundação do Convento-hospital de S. João de Deus em Lisboa. In BAPTISTA, Sandra Gameiro; BORGES, Augusto Moutinho (Orgs.). *Guarda Nacional Republicana – Centro Clínico – Convento de S. João de Deus*. Lisboa: GNR, 2016.

COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares. *D. João IV*. Casais de Mem Martins/Rio de Mouro: Círculo de Leitores/Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Setembro de 2008.

CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança (1560-1640)*. Práticas senhoriais e redes clientelares. Lisboa: Estampa, 2000.

FIGUEIREDO, Cecília Maria Fontes. *Os Esmoleiros do Rei*. A Bula da Santa Cruzada e seus oficiais na Capitania de Minas Gerais (1748-1828). Tese de doutorado. Niterói: PPGH/UFF, 2014.

GOUVEIA, Jaime Ricardo Teixeira de. *A quarta porta do inferno. A vigilância e disciplinamento da luxúria clerical no espaço luso-americano (1640-1750)*. Tese de doutorado. Florença: 2012.

RÊGO, João M. V. M. de F. "*A honra alheia por um fio*". Os estatutos de limpeza de sangue no espaço de expressão Ibérica (sécs. XVI-XVIII). 655 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Minho, 2009.

ROMEIRO, Adriana. *Corrupção e Poder no Brasil*. Uma história, séculos XVI a XVIII. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

Entre a literatura e cultura popular: a contribuição de Mario de Andrade na formação dos estudos do folclore brasileiro (1920-1930)

Veronica Rocha da Silva *

Resumo: Este trabalho pretende aprofundar-se nas questões referentes ao processo de formação dos estudos do folclore brasileiro, a partir da análise da contribuição de Mário de Andrade a pesquisa folclórica, correlacionando a interação das motivações que geraram suas pesquisas e o arcabouço oriundo do considerado primeiro folclorista brasileiro, o escritor sergipano Silvio Romero. Tal perspectiva é válida na medida em que, auxilia a compreender as origens dos estudos folclóricos no Brasil e a proliferação dos trabalhos sobre o tema a partir da década de 1920. A obra literária *Macunaíma*, publicada em 1928, também merece destaque como um dos grandes estudos produzidos sobre o tema pelo escritor paulista.

Palavras-chave: história Intelectual; folclore; cultura popular; literatura.

Abstract: This paper intends to deepen the questions related to the process of formation of Brazilian folklore studies, based on the analysis of the contribution of Mário de Andrade the folk research, correlating the interaction of the motivations that generated their researches and the framework established by the writer Silvio Romero, born in Sergipe and considered first Brazilian folklorist. Such a perspective is valid in that it helps to understand the origins of folkloric studies in Brazil and the proliferation of works on the theme from the 1920s. The literary work *Macunaíma*, published in 1928, also deserves highlighted as one of the great studies produced on the subject by the writer from São Paulo.

Keywords: intellectual history; folklore; folk culture; literature.

Introdução

Um dos primeiros trabalhos a elucidar a contribuição de Mário de Andrade nos estudos sobre o folclore brasileiro foi produzido em 1946 por Florestan Fernandes, no qual o

* Doutoranda do PPGH/UERJ, orientada pela Prof^ª. Dr^ª. Márcia de Almeida Gonçalves, bolsista CAPES, email: veversilva86@gmail.com.

sociólogo destacava a falta de atenção, até então dada pelos estudiosos do folclore, à relevância das pesquisas produzidas por Mario de Andrade.

[...] Aqui, entretanto, Mário de Andrade tem sido pouco feliz: os folcloristas brasileiros não se pronunciaram sobre o significado e as consequências de suas inovações literárias. Na obra mais importante e mais meticulosa que possuímos de bibliografia do folclore brasileiro – que é a de Basílio de Magalhães – entre os poetas e prosadores que de uma forma ou de outra apresentariam interesse no ponto de vista do folclore brasileiro ou do folclore regional, não consta Mario de Andrade.²⁴⁰⁸

Neste artigo, Florestan Fernandes destaca a importância do escritor paulista pelos domínios do folclore, tanto como literato quanto folclorista. Na perspectiva do sociólogo, Mário de Andrade realizou uma obra de aproveitamento erudito do material folclórico sem precedentes na história da literatura brasileira, além de apresentar um conjunto de ensaios que o credenciava como um dos maiores folcloristas da época.

O sociólogo também advertia a necessidade de outros trabalhos especializados sobre as técnicas de transposição de elementos folclóricos ao plano da arte erudita brasileira, desde o romantismo até a atualidade: “As correntes pós realistas suscitam interessantes problemas de crítica, a esse respeito e devem ser esclarecidos. Deles depende em grande parte a compreensão, a exata localização histórica e a determinação da obra literária de Mário de Andrade, do ponto de vista do folclore brasileiro.”²⁴⁰⁹

No decorrer das décadas, a necessidade da valorização do papel de Mário de Andrade na pesquisa folclórica passa a ganhar força. Em artigo publicado em 1962, um dos líderes do Movimento Folclórico Brasileiro, Edison Carneiro²⁴¹⁰, salienta a relevância de Mário de Andrade como um dos pontos de destaque das três fases vividas pelos estudos do folclore no Brasil.

Neste trabalho, o folclorista detalha a trajetória dos estudos sobre a cultura popular desde meados do século XIX até as contribuições de seus contemporâneos participantes do movimento folclórico brasileiro. Edison Carneiro elege três intelectuais em fases distintas

²⁴⁰⁸ FERNANDES, Florestan. Mário de Andrade e o folclore brasileiro. Transcrito da *Revista do Arquivo Municipal*, ano 12, vol.106. São Paulo: DPH, 1946. p.142.

²⁴⁰⁹ *Ibid.*, p.142.

²⁴¹⁰ Edison Carneiro (1912 – 1972) nasceu em Salvador (BA) e exerceu as funções de etnólogo, folclorista, historiador. Foi um dos mais destacados pesquisadores da cultura popular, tendo participado de movimentos que visavam ao conhecimento e valorização do folclore nacional. Dentre as instituições em que atuou, destacam-se, além de várias universidades brasileiras, o Conselho Nacional de Folclore, a Comissão Nacional de Folclore, vinculada à Unesco, e entidades internacionais como as Sociedades de Folclore do México, Argentina e Peru. Disponível em: http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Materia=162

como os mais importantes no desenvolvimento da pesquisa sobre o folclore: Silvio Romero, Amadeu Amaral e Mário de Andrade. A última etapa destes estudos, ainda em andamento, estaria com a Comissão Nacional do Folclore (CNFL), presidida por ele e fundada no final da década de 1940.²⁴¹¹

De acordo com Roberto Schwarz, um dos grandes problemas da história intelectual brasileira estaria na falta de continuidade da reflexão de trabalhos produzidos pelas gerações anteriores: “Tem sido observado que a cada geração a vida intelectual no Brasil parece recomeçar do zero.”²⁴¹² Tal atitude estaria ligada ao apetite pelas produções recentes vindas da Europa, resultando no desinteresse pelo o que foi produzido anteriormente no país. A consequência desse movimento de desvalorização das produções anteriores, estaria na decapitação periódica de teses a respeito da cultura brasileira, e as discussões a muito custo levantadas ficam sem os desdobramentos que lhe cabem. Ainda de acordo com o autor, o prejuízo acarretado pode ser comprovado, pelos poucos exemplos contrários a essa corrente, como os escritores Machado de Assis, Mário de Andrade, e Antônio Candido.²⁴¹³

Em seu argumento, não se trata apenas de uma simples continuidade, mas “da constituição de um campo de problemas reais, particulares, com inserção e duração histórica próprias, que recolha as forças em presença e solicite o passo adiante”²⁴¹⁴. Neste sentido, o autor enfatiza, que o intelectual da atualidade, talvez estivesse melhor situado se obtivesse um juízo refletido sobre as perspectivas propostas por Silvio Romero e Mário de Andrade e outros intelectuais.

Este trabalho pretende aprofundar-se nestas questões, a partir da análise da contribuição de Mário de Andrade aos estudos do folclore brasileiro, correlacionando a interação das motivações que geraram suas pesquisas e o arcabouço oriundo do considerado primeiro folclorista brasileiro, o escritor sergipano Silvio Romero. Tal perspectiva é válida na medida em que, auxilia a compreender as origens dos estudos folclóricos no Brasil e a proliferação dos trabalhos sobre o tema a partir da década de 1920. A obra literária *Macunaíma*, publicada em 1928, também merece destaque como um dos grandes estudos produzidos sobre o tema pelo escritor paulista.

²⁴¹¹ CARNEIRO, EDISON. A evolução dos estudos de folclore no Brasil. *Revista Brasileira de Folclore*. Rio de Janeiro: CDFB/ MEC, v. 2, n. 3, mai./ago. 1962, p.56.

²⁴¹² SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração In: *Cultura e política: 1964 –1969*. São Paulo: Paz e Terra, 2001. p.2.

²⁴¹³ Ibid.p.2.

²⁴¹⁴ Ibid.p.3

Silvio Romero: e a busca da identidade nacional

Em 1846, o termo *folklore* – folk (povo), lore (saber) – criado pelo antropólogo inglês William John Thoms é adotado com poucas adaptações por grande parte das línguas europeias. O termo identificava o saber tradicional preservado pela transmissão oral entre os camponeses e substituía outros que eram utilizados com o mesmo objetivo.²⁴¹⁵ Para Thoms, era necessário dar independência a um ramo considerado por ele como um fonte nacional prestigiosa. A expressão *folk-lore* seria mais significativa e sonora do que as expressões anteriormente utilizadas para definir as manifestações por ela abrangidas como a literatura popular.²⁴¹⁶

Segundo Renato Ortiz, é somente na segunda metade do século XIX que os estudiosos da cultura popular vão considerar-se folcloristas. A aceitação do termo reflete a hegemonia e a consagração de um determinado tipo de análise da cultura popular; marcado agora pelo parâmetro da ciência positivista:

A criação do folclore se realiza sob a égide do pensamento gestado pelas Ciências Sociais do século XIX. O positivismo de Augusto Comte e de Spencer tem uma influência determinante na compreensão dos fenômenos sociais. A crença na possibilidade de se fundar uma ciência em todos os domínios do conhecimento, anima o clima intelectual da época. Os folcloristas acreditam ser apenas um desses grupos, que aplicadamente levam o esclarecimento científico ao domínio popular.

[...]

Os folcloristas encontram-se a meio caminho entre o universo das ciências e a popularização do saber. A ambiguidade que irá acompanhá-los, marcando de maneira indelével a disciplina que pretendiam construir.²⁴¹⁷

No Brasil, os primeiros trabalhos acerca do folclorismo surgem nas discussões de Silvio Romero, a partir da segunda metade do século XIX. Considerado um dos primeiros folcloristas brasileiros, o escritor sergipano também é um dos grandes precursores das discussões sobre a construção de uma identidade nacional própria. Os anos de 1870 no Brasil foram marcados pelo início da crise do Império e pelo surgimento de um grupo de jovens

²⁴¹⁵ CATENACCI, Vivian. Cultura Popular entre a tradição e a transformação. São Paulo: *Perspectiva*, vol.15, n.2, p.28, 2001.

²⁴¹⁶ NÉIA, Vitor Hugo Silva. O Folclore e a Escrita da História: a cultura popular como fonte. *Resgate - Rev. Interdiscip. Cult.*, Campinas, v. 25, n. 1 [33], p. 203-226, jan./jun. 2017.p.212.

²⁴¹⁷ ORTIZ, op.cit., p. 29-30.

letrados que promoveram o rompimento com o romantismo, que passava a ser visto como uma representação da base mental das instituições monárquicas.²⁴¹⁸

Autores como Silvio Romero e Machado de Assis fizeram parte ativamente da geração de 1870, considerada o momento de efervescência do discurso da modernidade. Para Silvio Romero, nos anos de 1870, um *bando de ideias novas* circulava no ambiente letrado brasileiro, movidas por uma nova compilação intelectual europeia e assumindo uma ruptura temporal com os pressupostos do romantismo.²⁴¹⁹

De acordo com Daniel Pinha, esta geração visava decidir sobre o modo de apropriação do repertório científico europeu no debate brasileiro, inserindo as experiências humanas na nova ordem do mundo pautada nas classificações das ciências da natureza. Os cientificismos brasileiros buscavam promover um novo corte temporal, utilizando-se do determinismo, do materialismo, do darwinismo, do positivismo e do spenciarismo.²⁴²⁰

Para o professor e crítico literário Alfredo Bosi, a partir do movimento de Independência da metrópole em 1822, a cultura erudita passa a exaltar os aspectos nativistas, como mitos e imagens tupis com o intuito de inflar uma ideologia nacional e conservadora. O interesse pelo índio, e a partir da segunda metade do século XIX, pelo negro e pelo sertanejo, ganham impulso, e passam a buscar uma metodologia, que tomam emprestado da sociologia e etnologia, disciplinas recém surgidas. Deste modo, a cultura erudita, assimila algumas noções do evolucionismo de Darwin e Haeckel, repartindo drasticamente a população em estratos primitivos arcaicos e modernos. Obras fundamentais da literatura brasileira, seguem esse ponto de vista, entre elas as de Silvio Romero e João Ribeiro²⁴²¹.

Neste cenário, os estudos folclóricos começam a despertar o interesse no meio intelectual brasileiro, consolidando-se como um campo de estudos nas últimas décadas do século XIX. A primeira obra extensa dedicada ao assunto foi a de Silvio Romero, considerada não apenas um marco, mas uma grande referência teórica e metodológica para as gerações

²⁴¹⁸ SILVA, Daniel Pinha. *Apropriação e recusa: Machado de Assis e o debate sobre a modernidade brasileira na década de 1870*. 2012. 215 f. Tese (Doutorado em história) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2012. p.21.

²⁴¹⁹ SILVA, op.cit.,p.21.

²⁴²⁰ Ibid.p. 21.

²⁴²¹ BOSI, op.cit., p.332.

posteriores de pesquisadores e folcloristas, como Mário de Andrade, Gilberto Freyre e Câmara Cascudo.²⁴²²

O núcleo essencial de sua obra é composto pelas compilações, *Cantos populares do Brasil* (1883) e *Contos populares do Brasil* (1885), e pelos volumes de crítica e história literária, *História da literatura brasileira* (1888) e *Estudos sobre a poesia popular no Brasil* (1888). Nas duas primeiras obras, o escritor sergipano organizou os cantos e contos populares, com o objetivo de rastrear as suas origens dentro das tradições luso-europeia, indígena e africana. A partir deste método, Silvio Romero buscava evidenciar não somente as contribuições culturais de cada etnia formadora no Brasil, mas ao mesmo tempo afirmar a existência de uma tradição de literatura oral que poderia ser apontada como as origens da literatura brasileira.²⁴²³

Para Rosalia Pirolli, a sua intenção de analisar a vida cultural brasileira em sua totalidade, fez com que sua noção de literatura ganhasse um escopo extremamente abrangente, dando-o condições de analisar literatura e sociedade como fenômenos intimamente relacionados.²⁴²⁴ No pensamento de Romero, a nacionalidade passava fundamentalmente pela etnicidade, deste modo, a interação entre as “três raças” favorecia a formação de um múltiplo de tradições populares que apresenta particularidades e problemas característicos, distinguindo-se da tradição luso-europeia. O Brasil teria portanto, problemas etnográficos e linguísticos próprios, inexistentes em Portugal, tornando-se essa a chave para a compreensão da nacionalidade.²⁴²⁵

Em sua tese, a museóloga Vânia Dolores Estevam de Oliveira afirma que, as ideias de Silvio Romero basearam-se na teoria evolucionista de Charles Darwin e Spencer e nos conceitos de meio, raça e cultura. O escritor sergipano considerava o meio geofísico como determinante dos aspectos psicológicos e biofisiológicos de um povo e de forte influência sobre as “criações do espírito”. A raça era emitida como um indicador de cultura, e a cultura era um conceito utilizado com a definição de grau de civilização. Os princípios de meio, raça e cultura combinados entre si, explicariam a formação da nacionalidade de um povo.²⁴²⁶

²⁴²² PIROLLI, Rosalia Rita Evaldt. *Cultura popular e folclore em Macunaíma*, de Mário de Andrade, e Histórias de Alexandre, de Graciliano Ramos. 162 f. Dissertação (mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. p.34.

²⁴²³ PIROLLI, op.cit.,p.35.

²⁴²⁴ Ibid. p.36.

²⁴²⁵ Ibid.p.37.

²⁴²⁶ OLIVEIRA, Vânia Dolores Estevam de. *Museu de Folclore Edison Carneiro [manuscrito]: poder, resistência e tensões na construção da memória da cultura popular*

Mário de Andrade e seu olhar sobre o folclore brasileiro

No início do século XX, enquanto ainda não existiam escolas específicas para formação de folcloristas no Brasil, Mário de Andrade e outros intelectuais desse período dedicaram-se a aprofundar as investigações folclóricas e delimitar o seu campo de pesquisa. Seus trabalhos voltados para a temática do folclore são realizados num momento da história em que se iniciam no Brasil os trabalhos de especialização na pesquisa folclórica. Entretanto, seus ensaios sobre a música folclórica nacional são publicados quando esta tendência já estava bem delimitada e sobressaia gradativamente.²⁴²⁷

Imbuído das análises culturalistas que substituíram o paradigma racial de Silvio Romero, o poeta propôs uma mudança radical de ponto de vista, deslocando a ênfase da literatura para a música. Para Vânia Dolores Estevam, a mudança de foco para o viés da música acarretava uma busca das raízes nacionalistas num domínio que, diferentemente da língua oficial - oriunda do colonizador - poderia refletir a influência das demais etnias formadoras da nacionalidade brasileira. “Mário pensava o nacional ainda sob o mote da fábula das três raças, mito que predominou no Brasil nos meios intelectuais, quase até a atualidade e ainda hoje encontra eco no senso comum e no imaginário popular”²⁴²⁸

Na perspectiva de Florestan Fernandes, no que tange às investigações sobre o cancionário musical e literário brasileiro, Mário de Andrade ainda se aproximava das orientações de Silvio Romero, procurando determinar a proveniência imediata dos elementos do folclore brasileiro. No entanto, em grande parte de suas contribuições ultrapassa os critérios empregados por Romero ao aprofundar-se da análise temática ou formal das composições estudadas, principalmente as composições do folclore musical brasileiro.²⁴²⁹

Mário de Andrade não possuiu uma formação científica voltada à especialização folclórica, entretanto o seu contato direto com grandes folcloristas e especialistas em estudos etnográficos, antropológicos e sociológicos, lhe rendeu a habilidade de produzir uma série de

brasileira. 2011. 247 f. Tese (doutorado em Memória e Patrimônio) – Programa de Pós-graduação em Memória Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 1995. p.35.

²⁴²⁷ BATISTA, Monique Mendes da Silva. Folclore e identidade nacional na modernidade pelo olhar de Mario de Andrade. *XXVIII Simpósio nacional de história*. Florianópolis – SC. 2015. p.38.

²⁴²⁸ BATISTA, op.cit.,p.38.

²⁴²⁹ FERNANDES, op.cit., p.154.

contribuições a pesquisa do tema²⁴³⁰. A liderança do Departamento de Cultura de São Paulo entre os anos de 1935 e 1938 também propiciou ao escritor paulista uma aproximação maior aos estudos folclóricos.

Segundo a antropóloga Marta Amoroso, mais do que qualquer outro escritor do século XX, Mário de Andrade definiu os rumos das políticas culturais para o Brasil, no momento em que o país ingressava em uma era de aceleradas transformações. O projeto de compreensão do “caráter nacional” que o Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo empreendeu no período do entre-guerras (1935-1939) contou com a inestimável parceria da antropologia, disciplina que também se institucionalizava no Brasil neste cenário.²⁴³¹

Para o poeta paulista, a etnografia foi o caminho encontrado para apoiar seus trabalhos de pesquisa folclórica. Esse ramo da antropologia era considerado como uma alternativa próspera para o tratamento científico do folclore e da cultura popular, um modo de evitar a multiplicação dos estudos folclóricos sem embasamento adequado e que pouco auxiliariam na visibilidade nessa área de pesquisa.²⁴³²

Nas trocas de correspondências realizadas com seus pares, era nítida a preocupação de Mário de Andrade com a sistematização da área dos estudos folclóricos, no qual procurava mostrar que o trabalho de pesquisa baseado em muitas das coletâneas produzidas até aquele momento, não contribuiriam significativamente para o avanço dos estudos do folclore. Havia uma insistência do escritor paulista em um estudo folclórico fundamentado no fazer científico, com coleta de dados, descrição dos informantes, e uma observação cuidadosa e atenta do fenômeno estudado.²⁴³³

Segundo a antropóloga Marta Amoroso, entre as 65 mensagens de Mário de Andrade e 94 de Luís da Câmara Cascudo, conservadas em dois institutos²⁴³⁴, ressoa a urgência da pesquisa sobre a cultura popular e os costumes do Brasil, especialmente do Norte e Nordeste. A etnografia e o folclore seriam a melhor forma de garantir que a força de expressão poética e

²⁴³⁰ Segundo Marta Amoroso, nos primeiros anos, Câmara Cascudo compartilhou com Mario de Andrade seu contato com escritores modernistas da América Latina, franqueou ao escritor paulista os principais nomes da pesquisa do folclore do Norte e Nordeste, assim como contato com músicos, contadores de histórias e curadores. (AMOROSO, Marta. Os sentidos da etnografia em Câmara Cascudo e Mário de Andrade. Revista IEB, n.34, 2012 set/mar. p.177.)

²⁴³¹ AMOROSO, Marta. Sociedade de Etnografia e Folclore (1936-1939). Modernismo e Antropologia Modernismo e Antropologia. In: *Catálogo do arquivo da Sociedade de Etnografia e Folclore*. São Paulo: CCSP, 2004. p.65.

²⁴³² PIROLI, op.cit.,p.45.

²⁴³³ Ibid.p.46.

²⁴³⁴ As correspondências estão conservadas no Instituto Câmara Cascudo em Natal e o Instituto de Estudos Brasileiros da USP.

popular se fizesse objeto essencial de produção literária e modernista elaborada no eixo São Paulo- Natal.

Para aproximar-se das redes de informantes formadas por ele e das regiões menos conhecidas do Brasil, Mário de Andrade empreendeu duas grandes viagens. A primeira em 1927, na companhia de Olivia Guedes Penteadó, possibilitou que ele visitasse diversas localidades da região amazônica. Entre 1928 e 1929, o escritor realiza a segunda viagem sozinho rumo ao nordeste.²⁴³⁵ Para Marta Amoroso, esta segunda viagem teve a função complementar, “realizando um minucioso levantamento das formas de expressão musical brasileira – os cantos de trabalho, as festas, os rituais -, e entra em contato tanto com seus produtores como com a rede de especialistas regionais interessados em folclore.”²⁴³⁶

Essas viagens dariam origem ao *Turista Aprendiz*, escrito em forma de diário, com informalidade e humor. Neste momento, o autor passa a tomar conceito de folclore associado á dinâmica da sociedade como fruto do contato de culturas, afastando-se do antigo sentido de busca do pitoresco e do exótico.²⁴³⁷ Anos mais tarde as atividades da *Missão de Pesquisas Folclóricas* seguirão à risca o roteiro delineado pelo *Turista aprendiz*, que dispôs aos pesquisadores sua rede de contatos, calendário das manifestações populares, além de um precioso guia do que valia a pena ser registrado e de que forma.²⁴³⁸

De acordo com Vânia Dolores, as atividades do autor nessa área renderam o convite para implantar e dirigir o Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, feito pelo prefeito Fábio Prado, em 1936. A preocupação em resgatar as marcas da tradição nacional, deram a Mário de Andrade o impulso de empreender numa série de “expedições de coleta folclórica” pelo país afora, em busca das tradições que trariam a marca característica do povo brasileiro.²⁴³⁹

Além disso, em sua passagem como diretor do departamento, o projeto de compreensão do “caráter nacional” contou com a parceria das ciências sociais, da antropologia, sociologia e a etnografia, que se institucionalizavam naquele momento.

De acordo com Marta Amoroso, a busca de uma maior aproximação entre folclore e antropologia que o Departamento de Cultura empreendeu neste momento foi notável e se concretizou na figura central da Sociedade de Etnografia e Folclore, Dina Lévi-Strauss,

²⁴³⁵ PIROLI, op.cit.,p.49.

²⁴³⁶ AMOROSO, op.cit.,p.68.

²⁴³⁷ BATISTA, op.cit.,p.5

²⁴³⁸ AMOROSO, op.cit.p.68.

²⁴³⁹ OLIVEIRA, op.cit.,p.53.

professora agregée da Universidade de Paris e pesquisadora assistente do Museu do Homem que acompanhava seu marido Claude Lévi-Strauss, recém contratado como professor de Sociologia da FFCH da USP.²⁴⁴⁰

Em seu artigo publicado em 1946, Florestan Fernandes salienta a recusa do escritor em denominar-se folclorista: “Até agora tenho usado e abusado da palavra folclorista. Entretanto, seria bom repetir o que o próprio Mário de Andrade pensava: ‘eu não sou folclorista não’”.²⁴⁴¹ Contudo, na visão do sociólogo paulista, Mário de Andrade pode ser considerado um dos grandes folcloristas daquele período, contudo, era necessário destacar as particularidades que o distinguia dos pesquisadores da época:

Mário de Andrade foi folclorista e, medido pela bitola dos demais folcloristas brasileiros, um grande folclorista.

[...]

De fato, se tomássemos o termo num sentido restrito, do folclorista de formação científica e exclusivamente interessado nos problemas teóricos do folclore, Mário de Andrade não era folclorista. Aquele seu estado de espírito que ele chamava de “quase amor”, com que encarava as composições populares brasileiras, não se coadunava muito com as limitações da abordagem científica. E embora sua curiosidade o levasse a ler obras de natureza teórica, mantendo-o bem informado do que acontecia do lado de lá da ciência, embora tivesse grande admiração pelos pesquisadores de formação científica, a verdade é que considerava com alguma ironia os cientistas e os frutos dos seus trabalhos.²⁴⁴²

De acordo com Rosalia Pirolli, apesar de insistir veementemente na via etnográfica, o poeta paulista se negava enquanto etnógrafo ou até mesmo folclorista. Contudo é evidente a sua contribuição no avanço científico e para divulgação desses dois campos. Na sua perspectiva, Mario de Andrade entendia que o folclore, assim como outras expressões populares, representava uma abertura para o passado e deveria ser protegida contra o avanço do progresso. Devido à impossibilidade de solidificar essas manifestações populares no tempo e no espaço, tornando-as imutáveis, passava a ser função do pesquisador, folclorista e também do artista testemunhar esses eventos, a partir do registro fidedigno e da organização, de modo a oferecer uma cartografia de feições nacionais. Também era papel destes pesquisadores a incorporação destes eventos na arte culta para conceber uma literatura

²⁴⁴⁰ Ibid.p.53.

²⁴⁴¹ FERNANDES, op.cit., p.152.

²⁴⁴² FERNANDES, op.cit.,p.153.

nacional, popular e erudita, tradicional e moderna, caracterizada pela ingenuidade dessas manifestações primitivas e pela musicalidade.²⁴⁴³

A atuação de Mário de Andrade nos estudos sobre o folclore ainda ocasionou uma grande influência sobre as primeiras gerações de cientistas sociais paulistas e sobre pesquisadores do tema, como Luiz Heitor Corrêa de Azevedo, Oneyda Alvarenga, Rossini Tavares de Lima e Câmara Cascudo. Esse grupo foi atuante nos anos que sucederam ao afastamento de Mário de Andrade do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo em 1938 até a criação da Comissão Nacional do Folclore em 1947.²⁴⁴⁴

Macunaíma e o retrato da cultura popular brasileira

Para Alfredo Bosi, a proposta temática do cruzamento entre culturas foi feita especificamente por alguns escritores modernistas, entre eles, Raul Bopp, Cassiano Ricardo, Oswald de Andrade e Mário de Andrade. No entanto, destacam-se as tendências dos dois últimos intelectuais.

Para os autores de *Manifesto Antropofágico e Macunaíma*, respectivamente, a cultura popular era entendida como expressão da sensibilidade tupi, articulada em lendas, mitos e ritos recontados pelos cronistas, pelos jesuítas e antropólogos contemporâneos. De acordo com Bosi, em uma segunda fase Mário de Andrade se pôs a pesquisar também o mundo do negro e do mestiço, já então como folclorista quase profissional. No entanto, a “exploração do Brasil pobre moderno” estaria a cargo dos romancistas regionalistas, especificamente os nordestinos e os gaúchos que constituíram a melhor tradição neo-realista.²⁴⁴⁵

A gênese das reflexões e críticas do nacionalismo feitas por Mário de Andrade estariam expressas na rapsódia *Macunaíma*, produzindo uma representação das mais lúdicas sobre a identidade nacional. A obra revela duas vertentes do conjunto da obra do autor: a intuitiva e a racionalista. A primeira de poeta, romancista, contista e teatrólogo; a segunda, de teórico, folclorista, ensaísta, crítico literário e crítico social.²⁴⁴⁶

Escrita entre anos de 1926/1927 e publicada em 1928, a rapsódia está inserida em um momento crítico da história de São Paulo e vinculou-se ao debate sobre a identidade que

²⁴⁴³ PIROLI, op.cit. p.53.

²⁴⁴⁴ OLIVEIRA, op.cit., p.40.

²⁴⁴⁵ BOSI, op.cit., p.333.

²⁴⁴⁶ PIRES JÚNIOR, Sidney de Oliveira. Nacionalismo e Projeto nacional em Mário de Andrade. *Revista de Teoria da História*. Ano 5, n.10, dez/2013. p.119.

vigora até os dias atuais, com repercussão nos círculos acadêmicos e vinculados nos meios de comunicação de massa. Segundo Sidney Pires Júnior, nesta obra, o escritor paulista trabalhou com alguns pressupostos da tradição romântica e naturalista, esvaziando conteúdos e deslocando significados. Além disso, o escritor rompeu com a linearidades temporais e trabalhou com as três vertentes culturais brasileiras: a indígena, a africana e a europeia.²⁴⁴⁷

De acordo com Manuel Cavalcanti Proença, é necessário entender o método de trabalho de Mário de Andrade para compreender a rapidez em que redigiu um livro que acumula “um despropósito de lendas, superstições, frases feitas, provérbios e modismos de linguagem, tudo sistematizado e intencionalmente entretecido, feito um quadro de triângulos coloridos, delineiam em conjunto a paisagem do Brasil e a figura do brasileiro comum.”²⁴⁴⁸ Ainda segundo o autor, os amigos que o viram trabalhar relatavam que as técnicas utilizadas foram o manuseio de uma documentação trabalhosa e vagarosa antes da elaboração da escrita.

A escolha do nome *Macunaíma* e dos irmãos que protagonizam a história é retirado do livro de Koch Grunberg²⁴⁴⁹ e trata-se do herói indígena que aparece pela primeira vez em 1868 na obra de W. H. Brett sobre os silvícolas da Guiana. Desconhecendo a verdadeira personalidade, os missionários usaram o nome Macunaíma para traduzir o de Deus nos catecismos.²⁴⁵⁰ No primeiro prefácio que não chegou a ser publicado com a obra, Mário de Andrade relata a sua descoberta:

O que me interessou por Macunaíma foi incontestavelmente a preocupação em que vivo de trabalhar e descobrir o mais que possa a entidade nacional dos brasileiros. Ora, depois de pelejar muito verifiquei uma coisa que me parece certa: o brasileiro não tem caráter. Poder ser que alguém já tenha falado isso antes de mim, porém a minha conclusão é uma novidade para mim por que tirada da minha experiência pessoal. E com a palavra caráter não determino apenas uma realidade moral, não, em vez entendo a entidade psíquica permanente, se manifestando por tudo, nos costumes na ação exterior no sentimento na língua da História no andadura tanto no bem como no mal. O brasileiro não tem caráter por que não possui nem civilização própria nem consciência tradicional.

Os franceses têm caráter e assim os jorubas e os mexicanos. Seja porque civilização própria, perigo iminente, ou consciência de séculos tenham

²⁴⁴⁷ Ibid.p.120.

²⁴⁴⁸ PROENÇA, Manuel Cavalcanti. *Roteiro de Macunaíma*. Rio de Janeiro: Civilizacao Brasileira, Brasilia: INL, 1974. p.5.

²⁴⁴⁹ Theodor Koch-Grünberg (1872-1924) foi um antropólogo alemão que fez quatro visitas ao Brasil entre 1896 e 1924 e que se notabilizou pelos trabalhos escritos sobre os índios dos rios Negro e Branco, pelas coleções etnográficas e pelos registros sonoros, fotográficos e cinematográficos realizados em suas expedições. O autor relaciona esses registros documentais com o projeto etnográfico do antropólogo, vinculado à *Völkerkunde* alemã. (FRANK, Erwin. *Objetos, imagens e sons: a etnografia de Theodor Koch-Grünberg (1872-1924)*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 1, p. 153-171, jan.- abr. 2010)

²⁴⁵⁰ PROENÇA, op.cit., p.8.

auxiliado, o certo é que esses uns têm caráter. Brasileiro não. Está que nem o rapaz de vinte anos: a gente mais ou menos pode perceber tendências gerais, mas ainda não é tempo de afirmar coisa nenhuma. [...] Pois quando matutava nessas coisas topei com Macunaíma no Alemão de Koch Grunberg. E Macunaíma é um herói surpreendentemente sem caráter.²⁴⁵¹

O personagem de Mário de Andrade, segundo Cavalcanti Proença, faz parte dos heróis da literatura popular sem preconceitos, que não se liga a moral de uma época e concentra-se em si próprio todas as virtudes e defeitos que nunca se encontram em um único indivíduo. O autor salienta que cada um de nós tem um pouco de Macunaíma e Mário de Andrade teve muito dele. “Direi melhor que Macunaíma tem muito de Mário porque nasceu dele.”²⁴⁵²

De acordo com o crítico literário, Macunaíma é um livro muitas vezes mal julgado por não ser uma obra de fácil interpretação, na medida em que vivemos num país onde a cultura é autodidata e o ensino segue as diretrizes europeias. Cavalcanti Proença critica o modo da classe média brasileira ler a ficção chocando-se com o livro ininteligível e adotando a solução cômoda de condenar a obra. Para o autor, o que existe em Macunaíma é uma sátira à imoralidade. A própria jornada do herói em que termina vítima de seus desejos e morre sem glória revelam a intencionalidade do autor. Mário de Andrade carrega nas cenas e no exagero, a fim de demonstrar a sua ironia.

A partir destas conjunturas, Cavalcanti Proença considera que *Macunaíma* enquadra-se perfeitamente no programa do modernismo brasileiro ao formular um nacionalismo descritivista, sistematizando um estudo científico do povo na sociologia e no folclore em particular. A literatura de Mário de Andrade é vista pelo autor como intencional, no qual algumas páginas se tornarão marcos de um itinerário, porém frias e esvaziadas do interesse que lhes dava a ocasião em que foram escritas.

Assim, cada capítulo é um conto de convergência, conforme o processo popular de juntar numa única narrativa os motivos de vários contos, desde que exista entre eles uma analogia. E o modo de agir, segundo os processos coletivos do folclore, é obedecido por Mário de Andrade, até nos pormenores. Quero dizer que Macunaíma, sendo obra de um único autor, poderia ser obra coletiva pois a técnica de sua construção é a usada pelo povo.²⁴⁵³

²⁴⁵¹ Trecho retirado do posfácio: ANDRADE, MÁRIO. *Macunaíma: O Herói sem nenhum caráter*. Belo horizonte / Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 2004.

²⁴⁵² Ibid. p. 9-10.

²⁴⁵³ PROENÇA, op.cit., p.19.

A escolha dos mitos presentes na rapsódia não foi feita de forma aleatória. A grande maioria são oriundos de lendas e mitos de mais de uma tribo, dos quais Mário de Andrade escolheu um deles ou fundiu variantes do mesmo tema. O material mesclado das origens europeias, ameríndia e negra representa tal sincronia, no episódio em que Macunaíma, nascido índio-negro, fica de olhos azuis quando chega ao planalto, ao mesmo tempo em que os irmãos, tornam-se índio e outro negro. Macunaíma, entretanto, não adquire alma europeia, tornando-se branco apenas na cor da pele e nos hábitos. A alma é uma mistura de todas as raças.²⁴⁵⁴

De acordo, com Rosalia Pirolli, o herói que representaria exemplarmente o espírito nacional, reforça uma ideia em voga na época do autor e que era recorrente do pensamento de Silvio Romero: “ uma essência nacional ainda vagamente delineada porque muito jovem, porque constituída de modo muito heterogêneo nos aspectos sociais, históricos e até mesmo étnicos.”²⁴⁵⁵

Considerações finais

Como apontado por Florestan Fernandes em 1946, para uma análise da trajetória dos estudos folclóricos brasileiros é inevitável destacar a relevância dos trabalhos e da atuação de Mário de Andrade na evolução desse movimento. Ao decorrer das décadas muitos trabalhos entre artigos, teses e dissertações voltaram-se para o estudo desta temática, satisfazendo o objetivo do sociólogo de atribuir o reconhecimento devido a Mário de Andrade como folclorista e etnólogo, apesar de suas particularidades na pesquisa de ambas.

O poeta modernista que resgatou nuances do pensamento de Silvio Romero, entretanto, permitiu-se articular novas possibilidades para a pesquisa folclórica como a mudança do centro das investigações da literatura para a música popular. Considerou importante a organização de uma sistematização desses estudos, na medida em que defendeu o estabelecimento de técnicas científicas para a continuidade e o embasamento dos estudos folclóricos.

A obra *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*, considerada uma das grandes heranças culturais de sua carreira literária, demonstra a preocupação do autor em pensar a nacionalidade do país. A coleta e o resgate minucioso de diversas lendas e mitos espalhados

²⁴⁵⁴ Ibid.p.19-20.

²⁴⁵⁵ PIROLI, op.cit., p.63.

pelos diferentes regiões do Brasil, mostram o sentimento de responsabilidade do autor como intelectual, em preservar e apresentar de forma organizada as linhas que constituem as peculiaridades e formam a identidade do país.

Nesse sentido, Mário de Andrade não fugiu do pensamento intelectual que vigorou entre Silvio Romero e outros letrados desse período, no qual cabia ao homem letrado brasileiro a missão de preservar e distinguir o que era relevante ou não dentro das manifestações populares. Tal atitude tinha a função de definir quais aspectos pertencentes a cultura popular poderiam ser utilizados no discurso de uma classe dominante como característica de uma identidade nacional própria.

A trajetória de Mário de Andrade na evolução dos estudos folclóricos servirá de referência para o movimento que se inicia em meados da década de 1940, no qual a pesquisa folclórica ganha outras diretrizes. A ênfase dos estudos sobre a música se desloca para os folguedos, como elemento unificador, que reuniria as duas expressões da alma e da cultura brasileira.

Referências

ANDRADE, MÁRIO. *Macunaíma: O Herói sem nenhum caráter*. Belo horizonte / Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 2004.

AMOROSO, Marta. *Os sentidos da etnografia* em Câmara Cascudo e Mário de Andrade. Revista IEB, n.34. 2012 set/mar.

_____. Sociedade de Etnografia e Folclore (1936-1939). Modernismo e Antropologia. In: *Catálogo do arquivo da Sociedade de Etnografia e Folclore*. São Paulo: CCSP, 2004. Disponível em: <<http://www.centrocultural.sp.gov.br/livros/pdfs/sef.pdf/>>. Acesso em: 01. ago.2019.

BATISTA, Monique Mendes da Silva. *Folclore e identidade nacional na modernidade* pelo olhar de Mario de Andrade. XXVIII Simpósio nacional de história. Florianópolis – SC. 2015

BOSI, Alfredo. Cultura Brasileira e Culturas Brasileiras. In: *Dialética da Colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

CARNEIRO, EDISON. A evolução dos estudos de folclore no Brasil. *Revista Brasileira de Folclore*. Rio de Janeiro: CDFB/ MEC, v. 2, n. 3, mai. /ago. 1962.

CATENACCI, Vivian. Cultura Popular entre a tradição e a transformação. São Paulo: *Perspectiva*, vol.15, n.2, p.28-35,2001.

FERNANDES, Florestan. Mário de Andrade e o Folclore Brasileiro. Transcrito da *revista do Arquivo Municipal*, ano 12, vol.106. São Paulo: DPH, 1946.

NÉIA, Vitor Hugo Silva. O Folclore e a Escrita da História: a cultura popular como fonte. *Resgate - Rev. Interdiscip. Cult.*, Campinas, v. 25, n. 1 [33], p. 203-226, jan./jun. 2017.

OLIVEIRA, Vânia Dolores Estevam de. *Museu de Folclore Edison Carneiro [manuscrito]: poder, resistência e tensões na construção da memória da cultura popular brasileira*. 2011. 247 f. Tese (doutorado em Memória e Patrimônio) – Programa de Pós-graduação em Memória Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 1995. p.35.

ORTIZ, Renato. *Cultura popular – Românticos e folcloristas*. São Paulo: Olhos D água,1992.

PIRES JÚNIOR, Sidney de Oliveira. Nacionalismo e Projeto nacional em Mário de Andrade. *Revista de Teoria da História*. Ano 5, n.10, dez/2013.

PIROLI, Rosalia Rita Evaldt. *Cultura popular e folclore em Macunaíma*, de Mário de Andrade, e Histórias de Alexandre, de Graciliano Ramos. 162 f. Dissertação (mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

PROENCA, Manuel Cavalcanti. *Roteiro de Macunaíma*. Rio de Janeiro: Civilizacao Brasileira, Brasília: INL, 1974.

ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 2. ed, 1902.

SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração In: *Cultura e política: 1964 –1969*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SILVA, Daniel Pinha. *Apropriação e recusa: Machado de Assis e o debate sobre a modernidade brasileira na década de 1870*. 2012. 215 f. Tese (Doutorado em história) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2012.

Educação, direitos humanos e cidadania: eixos de um projeto de extensão entre 2018 e 2019

Wallace Ferreira²⁴⁵⁶

Resumo: Este trabalho pretende refletir sobre o projeto de extensão da UERJ “Sociologia, Juventude e Cidadania”, o qual tem realizado palestras, oficinas, debates e rodas de conversa em colégios da rede estadual pública do Rio de Janeiro. Para tanto, abordam-se temáticas que atravessam o currículo de Humanidades e que são fundamentais ao público jovem na atual conjuntura. Dentre eles estão: direitos humanos, violência doméstica, gênero, bullying e preconceito, intolerância, meio ambiente, fake news, mercado de trabalho, o sistema de cotas da UERJ, dentre outros. Conta-se ainda, com intensa participação de estudantes da licenciatura em Ciências Sociais da UERJ, num considerável subsídio para sua formação docente.

Palavras-chave: Projeto de extensão; Juventude e Cidadania; Temáticas sociais.

Abstract: This paper intends to reflect on the extension project of UERJ “Sociology, Youth and Citizenship”, which has held lectures, workshops, debates and conversation circles in public schools of Rio de Janeiro. To this end, themes that cross the curriculum of Humanities are addressed and are fundamental to young people in the current conjuncture. The themes are human rights, domestic violence, gender, bullying and prejudice, intolerance, environment, fake news, labor market, the racial quota program of UERJ, among others. Besides that, there is an intense participation of undergraduate students in Social Sciences at UERJ, representing a considerable subsidy for formation of future teachers.

Keywords: Extension project; Youth and Citizenship; Social themes.

²⁴⁵⁶ Doutor em Sociologia pelo IESP/UERJ e Professor Adjunto de Sociologia do CAp-UERJ. E-mail: walaceuerj@yahoo.com.br.

Introdução

O trabalho em tela é resultado do projeto de extensão “Sociologia, Juventude e Cidadania”, inscrito na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) desde fins de 2017. A aprovação do projeto ocorreu em setembro de 2017, mas como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro passava por grave crise à época, em greve e com salários atrasados, a realização das atividades foi inviabilizada naquele momento. Contudo, nos meses finais de 2017 estabeleceram-se os primeiros contatos com diferentes colégios da rede estadual fluminense, visando o começo das atividades no retorno das aulas em 2018, quando a situação crítica da universidade também se viu amenizada.

A partir de temas que apontam para o desenvolvimento do pensamento crítico e a formação cidadã de estudantes do ensino médio, o projeto tem realizado palestras, debates, oficinas e rodas de conversa em colégios estaduais do Rio de Janeiro. As atividades do projeto são, inclusive, uma oportunidade de ampliação para debates temáticos com os quais os estudantes já podem ter tido contato em sala de aula, seja em Sociologia ou em outras disciplinas da área de Humanidades.

O tema a ser desenvolvido em cada uma dessas atividades é negociado entre o colégio e os membros do projeto, o qual deve preferencialmente constar entre racismo, discriminação e preconceito, gênero, sexualidade, trabalho, tecnologia, política, democracia, desigualdade, cultura, educação, meio ambiente e violência - temas caros à Sociologia. Mas nada impede que temáticas novas sejam desenvolvidas, até porque não nos apegamos estritamente às temáticas do currículo de Sociologia, mas nos voltamos a assuntos sociais interligados e que sirvam de debate crítico e formação cidadã.

Centrando-se, particularmente, no ensino médio - etapa de ensino no qual a Sociologia é obrigatória nos três anos -, buscamos a partir das atividades realizadas uma percepção mais abrangente e crítica do mundo, além do desenvolvimento técnico-científico de argumentação e construção de narrativas temáticas, requisitadas, por exemplo, para a qualificação da redação de vestibulares e do ENEM – tanto na redação como na prova de Ciências Humanas²⁴⁵⁷.

²⁴⁵⁷ FERREIRA; Wallace. SANTOS, Bruna Navarone. A Sociologia e o ENEM: Uma análise a partir do currículo do CAP-UERJ. In: *X Simpósio Educação e Sociedade contemporânea*. CAP-UERJ, 3 a 5 de nov. 2016.

Como um dos públicos alvos deste projeto é o estudante de licenciatura de Ciências Sociais da UERJ, levando-os a alguns desses eventos e mais recentemente incluindo-os na realização de algumas das atividades desenvolvidas, possibilita-se ao futuro docente de Sociologia a observação da atuação da disciplina em múltiplos espaços de realização educacional e de modo diferente da tradicional sala de aula. Com isso, gera-se o estímulo para que ações semelhantes sejam realizadas pelo futuro docente quando estiver exercendo sua profissão.

Os objetivos do projeto

Dado o caráter extensionista e a perspectiva de contribuição social do projeto, eis seus principais objetivos:

1) Promover a articulação entre universidade e sociedade, objetivo que embasa os projetos de extensão, recorrendo ao apoio de profissionais de dentro da UERJ e de outras instituições que visem debater temas relacionados direta ou indiretamente ao currículo de Sociologia e que ajudem na formação cidadã do público de escolas públicas do Estado;

2) Auxiliar escolas públicas a realizar atividades de discussão social dentro do seu próprio espaço, reunindo alunos da educação básica, professores e corpo administrativo em torno de uma proposta de cidadania;

3) Estabelecer redes de contato e de trabalho entre professores de Sociologia do CAP-UERJ; e escolas estaduais do Estado do Rio de Janeiro, assim como com seus professores de Sociologia e de outras disciplinas;

4) Estimular a participação de estudantes de licenciatura em Ciências Sociais da UERJ junto a um projeto de extensão, conhecendo, já na formação universitária, a realização de um trabalho que articula universidade e sociedade, teoria e prática, além de levá-los para a realidade das escolas visitadas.

Nesse sentido, este projeto de extensão procura pensar o saber como uma prática que pode ser construída a partir de formas alternativas e complementares de ensino.

A perspectiva sociológica inspiradora do projeto

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

As Orientações Curriculares para o Ensino Médio, na parte de Sociologia (BRASIL, 2006), alertam para função da disciplina como um instrumento de desenvolvimento da cidadania. A esse respeito, diz o documento:

“Muito se tem falado do poder de formação dessa disciplina, em especial na formação política, conforme consagra o dispositivo legal (LDB nº 9.394/96, Art. 36, § 1o, III) quando relaciona “conhecimentos de Sociologia” e “exercício da cidadania”. Entende-se que essa relação não é imediata, nem é exclusiva da Sociologia a prerrogativa de preparar o cidadão. No entanto, sempre estão presentes nos conteúdos de ensino da Sociologia temas ligados à cidadania, à política em sentido amplo (quando, muitas vezes no lugar da Sociologia stricto sensu, os professores trazem conteúdos, temas e autores da Ciência Política) e mesmo contrastes com a organização política de sociedades tribais ou simples (quando, então, é a Antropologia que vem ocupar o lugar da Sociologia), ou ainda preocupações com a participação comunitária, com questões sobre partidos políticos e eleições, etc. Talvez o que se tenha em Sociologia é que essa expectativa - preparar para a cidadania - ganhe contornos mais objetivos a partir dos conteúdos clássicos ou contemporâneos – temas e autores.”²⁴⁵⁸

Na educação básica, a Sociologia tem por objetivo a análise crítica das relações sociais, despertando no aluno a “imaginação sociológica” descrita pelo sociólogo norte-americano Wright Mills²⁴⁵⁹, propondo o uso da disciplina como forma de entender o indivíduo e suas ações perante as estruturas sociais. Seguindo a perspectiva da imaginação sociológica, trilha-se o entendimento segundo o qual os seres humanos só podem compreender sua existência e analisar seu futuro percebendo-se parte de um determinado contexto, de maneira que nossas ações influenciam e são influenciadas pela dinâmica social.

O exercício de “transformar o exótico em familiar e o familiar em exótico” proposto pelo antropólogo Roberto DaMatta²⁴⁶⁰ é um caminho eficiente para despertar a imaginação sociológica, o que significa problematizar o que é cotidiano, reafirmando sua historicidade, e, portanto, sua materialidade.

Ademais, só é possível tomar certos fenômenos como objeto da disciplina na medida em que sejam submetidos a um processo de estranhamento e desnaturalização, demonstrando que os fenômenos de ordem social não passam de construções ligadas à história e às relações de força presentes nas dinâmicas sociais.

²⁴⁵⁸ BRASIL. MEC. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília, DF, 2006, p. 104.

²⁴⁵⁹ MILLS, Wright. *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

²⁴⁶⁰ DAMATTA, Roberto da. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1987.

Diante disso, o ensino de Sociologia deve auxiliar a emancipação do indivíduo para além da sala de aula, valendo-se, por exemplo, de outros espaços no âmbito das escolas, conforme defendido por Paulo Freire²⁴⁶¹.

Inspirando-se no autor de *Pedagogia do Oprimido*, Frago e Escolano (2001), salientam que no modelo de escola contemporânea, a sala de aula vai além de um ambiente delimitado por paredes, porta e janelas, onde estão dispostas inúmeras carteiras e cadeiras. O ambiente escolar deve ser um espaço no qual se devem acolher as diferenças, os questionamentos, as dúvidas e os saberes. Com isso:

“(…) a escola transforma-se num lugar no qual é permitido ir além dos limites de uma apostila/livro conseguindo alcançar o diferente, pois as vivências normais e comuns são esquecidas num piscar de olhos, enquanto aquelas significativas serão lembradas e relembradas por décadas e décadas.”²⁴⁶²

Esses princípios estão na origem deste projeto e de todas as atividades que realizamos, visto a base incondicional na defesa dos direitos humanos.

As atividades realizadas

Em 2019, até o fim de outubro, realizamos 16 atividades (palestras, oficinas, rodas de conversa e debates) em 9 colégios distintos, considerando que em 2018 já havíamos feito 13 atividades em 12 colégios estaduais do Rio de Janeiro, além de um pré-vestibular comunitário. Até o presente momento são, portanto, 30 atividades.

Considerando o trabalho realizado desde 2018, alcançamos atividades suficientes para dividirmos nossa atuação em 6 campos temáticos: 1) *Contra discriminação (valorização da dignidade humana, da pluralidade e da diversidade, combate ao bullying e aos preconceitos)*; 2) *Combate às Fake News*; 3) *Gênero, Indústria cultural e Violência doméstica*; 4) *Cidadania, Política e Direitos Humanos*; 5) *A importância do meio ambiente e da reciclagem*; 6) *O sistema de cotas da UERJ e a perspectiva de mobilidade de jovens de origem popular*.

²⁴⁶¹ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

²⁴⁶² SCHLICKMANN, Luciane.; SCHMITZ, Lenir Luft. “Da escola tradicional à escola contemporânea: algumas considerações sobre a constituição do espaço escolar”. In: *Anais do 6º SEMIC do Curso de Pedagogia da FAI Faculdades*. 2015, p. 5.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

Em 2018 os temas trabalhados, diretamente e de forma interconectada foram: cultura e cidadania; diversidade e tolerância; *fake news* e meios de comunicação; direitos humanos; política; preconceito e discriminação; intolerância e diversidade, educação no Brasil, gênero e violência doméstica. As cidades envolvidas, e a quantidade de atividades foram: Rio de Janeiro (6), Petrópolis (3), Duque de Caxias (2), São Gonçalo (1), Niterói (1), Paty do Alferes (1). Já em 2019, até outubro, os temas foram: enfrentamento da intolerância e das violências cotidianas; bullying e demais preconceitos; direitos humanos; extrativismo e impactos sociais; a importância da reciclagem; cotas e a realidade da Uerj. A cidade predominante foi a capital Rio de Janeiro (15), sendo uma atividade em Duque de Caxias.

Alguns colégios visitados, com suas datas e detalhamento, serão mostrados abaixo, de modo a representar os campos temáticos mencionados acima. Em todas as atividades tiram-se fotos com autorização dos envolvidos.

Campo temático 1: Atividades contra discriminação

- Exemplo do Colégio Estadual Edmundo Peralta Bernardes (Lot. Ville D'monte Alegre/Paty do Alferes - 21 de maio de 2018):

Intitulada “*Preconceito e Discriminação: um debate necessário*”, a palestra realizada no turno da manhã pelo Professor de Sociologia Alberto Alvadia Filho do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), unidade São João de Meriti, contou com 62 alunos do primeiro ano.

O tema foi previamente definido em conjunto com a direção e o corpo técnico do colégio, tendo em vista a ocorrência recente de episódios de discriminação entre estudantes da educação básica.

O Professor Alberto Alvadia Filho, hoje do IFRJ (São João de Meriti), e membro do projeto, já lecionou nesse colégio e foi convidado não apenas para essa palestra, mas também para uma reedição que contemple o restante de alunos do ensino médio da escola. A atividade foi realizada num refeitório, cuja adaptação costuma ocorrer para eventos dessa natureza, até mesmo para viabilizar o uso do data show.

Interessante observar como o tema dos preconceitos entre os jovens é crescente e exige de nós, docentes, uma atenção cada vez mais efetiva. Daí as atividades sobre essa temática terem sido a maioria do projeto até agora.

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

Imagens 1 e 2: Palestra sobre Preconceito e Discriminação – Paty do Alferes



Fonte: Elaboração da equipe de extensão.

- Exemplo do Colégio Estadual Professora Maria Nazareth Cavalcanti Silva (Cascadura/Rio de Janeiro - 03 de abril de 2019):

A atividade, desenvolvida na manhã do dia 03 de abril de 2019, no Colégio Estadual Professora Maria Nazareth Cavalcanti Silva, em Cascadura, foi uma dentre várias oferecidas por esta unidade escolar e que compuseram a “Semana de Prevenção à Violência nas Escolas” recomendada pela Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ).

A roda de conversa, intitulada “*Pensando o combate à intolerância e às violências cotidianas a partir de uma conversa entre iguais*”, foi organizada pelo professor Wallace Ferreira, um mestrando em Ciências Sociais da UERJ, um estudante de graduação em Ciências Sociais da mesma universidade, e bolsista do projeto, e uma estudante de Psicologia da Universidade Veiga de Almeida. A variedade da equipe foi propositalmente formada para dar conta de temáticas sensíveis que poderiam ser suscitadas, de modo a provocar um debate com múltiplas fontes de apoio. A atividade voltou-se para um público de 18 alunos do C.E. Professora Maria Nazareth Cavalcanti Silva, além de 8 alunos de Licenciatura em Ciências Sociais da UERJ que nos acompanharam na atividade.

A fim de ouvir os relatos dos estudantes, com idade média de 17 anos de idade, sem que isso lhes causasse desconforto, levamos papéis em branco onde eles relataram voluntariamente algum exemplo de violência e intolerância marcante em suas vidas. Esses papéis funcionaram como importante ferramenta da dinâmica, já que a partir da leitura dos relatos foi possível comentar os diferentes traumas mencionados pelos discentes. Nesse

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

sentido, a atividade foi dividida em três etapas: 1) Introdução ao tema; 2) Distribuição e preenchimento dos papéis; 3) Sorteio das temáticas e discussão com os alunos.

Imagens 3 e 4: Roda de conversa sobre violências cotidianas - Cascadura



Fonte: Elaboração da equipe do Projeto de extensão.

Campo temático 2: Combate às Fake News

- Exemplo do Colégio Estadual Professora Maria Terezinha de Carvalho Machado (Campinho/Rio de Janeiro - 20 de abril de 2018):

Devido à integração cada vez maior dos jovens ao universo da internet e à propagação das *fake news* pelas redes sociais, em ano de eleições, foi realizado pelo Professor de Sociologia Wallace Ferreira, coordenador deste projeto de extensão, a oficina “*Os desafios da informação na era da Internet: o caso das Fake News*” em duas turmas do segundo ano do ensino médio, na parte da manhã, envolvendo 52 estudantes na primeira turma e 33 alunos na

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

segunda. O professor já lecionou nessa instituição entre 2015 e 2016, o que favoreceu o diálogo para a realização da atividade nesta unidade escolar.

Após explanação inicial sobre indústria cultural e a necessidade de termos uma visão crítica acerca dos meios de comunicação de massa, diferentes casos conhecidos de *fake news* foram distribuídos aos grupos, que tentaram descobrir se as notícias eram verdadeiras ou não. Ao final do debate intragrupos, cada qual expôs seu caso e o professor explicou por que consistiam em notícias falsas e como elas prejudicam a democracia. Os casos envolviam assuntos de cultura brasileira, política, economia e costumes.

O modelo de aplicação de oficinas soa extremamente útil no sentido de estimular os estudantes à produção de uma atividade como resultado da exposição inicial sobre a temática. É uma maneira frutífera de trabalhar o tema explorando a percepção dos alunos e seu rearranjo analítico por parte do professor.

Imagens 5 e 6: Oficinas sobre *fake news* – Campinho



Fonte: Elaboração da equipe do Projeto de extensão.

Campo temático 3: Gênero, Indústria cultural e Violência doméstica

- Exemplo do CIEP 239 – Professora Elza Vianna Fialho (Vista Alegre/São Gonçalo – 29 de agosto de 2018):

Especialista na temática “gênero”, a Professora Natália Oliveira, do Colégio Pedro II, realizou a oficina “*Desmanipulando a mídia: indústria cultural e violência doméstica*” para duas turmas do 2º ano, numa atividade única que contou com 55 presentes ao todo. Além de debater o tema e apresentar variados exemplos de manipulação da mídia com relação à

Anais 2019 - XIV Semana de História Política

Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira

violência doméstica, à predominância do patriarcalismo e do machismo na sociedade brasileira, foi realizado um trabalho que visavam propostas de reelaboração de reportagens que reforçavam preconceitos. A mesma oficina foi aplicada pela Professora Natália em outros três colégios no ano de 2018.

Imagens 7 e 8: Oficina sobre Indústria cultural e Violência doméstica – São Gonçalo



Fonte: Elaboração da equipe do Projeto de extensão.

Campo temático 4: Cidadania, Política e Direitos Humanos

- Exemplo do Colégio Estadual Hélio Rangel (Jardim Primavera/Duque de Caxias – 20 de março de 2018):

Numa região carente socioeconomicamente, o Professor do CAp-UERJ vinculado ao projeto, Rodrigo Pain, realizou palestra com o título “*Cultura e Cidadania*”, na qual foram abordados assuntos sobre as condições da juventude nas periferias das grandes cidades, em especial da região da baixada fluminense, assim como da importância de os jovens atentarem para as características do mercado de trabalho, para os direitos sociais e para a política em ano de eleições. O evento foi realizado na parte da manhã e contou com 31 estudantes do segundo e do terceiro ano, representando a primeira atividade do projeto.

Imagens 9 e 10: Palestra sobre Cidadania – Duque de Caxias



Fonte: Elaboração da equipe do Projeto de extensão.

Campo temático 5: A importância do meio ambiente e da reciclagem

- Exemplo do Colégio Estadual Professor José de Souza Marques (Brás de Pina/RJ - 27 de maio de 2019):

Temática relevante e pouco abordada na educação básica, o meio ambiente tem sido muitas vezes deixado de lado diante dos interesses do sistema capitalista. Não é diferente na América Latina num modelo de exploração extrativista que remonta ao período da colonização. As tragédias de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, exemplificam uma prática econômica com enormes impactos sociais e que hoje é capitaneada por grandes multinacionais. Essa reflexão foi posta em prática na oficina “*Extrativismo, conflitos e alternativas na América Latina e no Caribe*” voltada para 25 alunos do 2º e do 3º ano do ensino médio em mais uma ida ao referido colégio.

A atividade foi realizada por uma equipe de estudantes da UNIRIO coordenada por dois professores de Ciência Política da instituição, os Professores André Coelho e Enara Muñoz, que atuam em parceria com o projeto Sociologia, Juventude e Cidadania. Outras parcerias entre as equipes já estão previstas.

Imagens 11 e 12: Oficina sobre impactos sociais do extrativismo - Brás de Pina



Fonte: Elaboração da equipe do Projeto de extensão.

Campo temático 6: O sistema de cotas da UERJ e a perspectiva de mobilidade de jovens de origem popular

- Exemplo do Colégio Estadual José Martí (Olaria/RJ – 09 de setembro de 2019):

Destaque de meados de 2019 em diante foram os debates sobre o sistema de cotas da UERJ e a apresentação da universidade como dispor de razoáveis condições para jovens de camadas populares que almejam a mobilidade social via educação superior. A universidade é apresentada pelo seu semblante popular e plural num contexto de extrema desigualdade sócio-racial em que jovens carentes e negros do estado fluminense ainda são minoria no ensino superior.

No caso aqui mencionado, realizamos o debate num colégio distante do centro do Rio, mas próximo à linha do trem. Ali o coordenador do projeto, junto de cinco estudantes de Licenciatura em Ciências Sociais da UERJ realizaram o debate “*Desigualdades brasileiras e as oportunidades do sistema de cotas da UERJ*” em duas 2 turmas, totalizando 50 alunos do 2º ano do ensino médio.

Esta atividade foi repetida, até outubro de 2019, em outros três colégios.

Imagens 13 e 14: Debate sobre o sistema de cotas da UERJ - Olaria



Fonte: Elaboração da equipe do Projeto de extensão.

Considerações finais

Esse projeto sai dos muros da universidade, articula-se com outras instituições e se encaminha para o espaço escolar com o propósito de formação crítica do aluno da escola pública e da sua consequente formação cidadã.

Ao promovermos atividades diversas acerca das temáticas acima mencionadas não apenas contribuiremos para o aprendizado desses temas por parte do estudante da educação básica, mas também estaremos estimulando percepções críticas e de direitos humanos sobre uma realidade em que esses assuntos estão postos frequentemente no cotidiano.

Com o desenvolvimento do projeto, pretendemos seguir apoiando a formação do estudante da licenciatura no que tange à observação da Sociologia em múltiplos espaços de realização educacional e de modo diferente da aula tradicional, de modo, inclusive, a obter importantes subsídios para sua formação.

Ao longo das atividades presenciamos diferentes realidades socioeconômicas, perfis variados de estudantes e compartilhamos com os colegas professores destas escolas a percepção de que a juventude fluminense carece urgentemente do debate de uma série de temas que estão no currículo de Sociologia e que falem diretamente às suas realidades, levando-os a rever comportamentos e combater preconceitos.

Referências bibliográficas

- BRASIL. MEC. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- DAMATTA, Roberto da. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1987.
- FERREIRA; Wallace. SANTOS, Bruna Navarone. “A Sociologia e o ENEM: Uma análise a partir do currículo do CAP-UERJ”. In: *X Simpósio Educação e Sociedade contemporânea*. CAP-UERJ, 3 a 5 de nov. 2016.
- FRAGO, Antônio Viñao; ESCOLANO, Augustín. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MILLS, Wright. *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- SCHLICKMANN, Luciane.; SCHMITZ, Lenir Luft. “Da escola tradicional à escola contemporânea: algumas considerações sobre a constituição do espaço escolar”. In: *Anais do 6º SEMIC do Curso de Pedagogia da FAI Faculdades*. 2015. Disponível em: <<http://faifaculdades.edu.br/eventos/SEMIC/6SEMIC/arquivos/resumos/RES27.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

A Revolução Farroupilha e a construção da identidade do gaúcho, através do discurso histórico na narrativa fílmica

Wanderson Oliveira dos Santos²⁴⁶³
w.os@uol.com.br

Resumo: A proposta que apresento parte da análise de três obras audiovisuais, sendo elas: *Anahy de las Misiones* (1997), *Netto perde sua alma* (2001) e *Netto e domador de Cavalos* (2008) em que as mesmas têm como tema ou contexto histórico a Revolução Farroupilha e a construção da identidade do habitante do Rio Grande do Sul no século XIX. Todas se inserem em um fenômeno ocorrido no final da década de 1990, chamado de retomada do cinema brasileiro, iniciada com a Lei do Audiovisual 8.685, promulgada em 1995. Cabe ressaltar que a visão sobre a construção identitária do gaúcho que vamos analisar através das três obras recebe um corte temporal que vai do fim do século XX e início do século XXI.

Palavras-chave: identidade, filmes, Farroupilha.

Abstract: The proposal I present starts from the analysis of three audiovisual works, namely: *Anahy de las Misiones* (1997), *Netto perde sua alma* (2001) and *Netto e o domador de cavalos* (2008) in which they have as theme or historical context the Farroupilha Revolution and the construction of the identity of the inhabitant of Rio Grande do Sul in the 19th century. All are part of a phenomenon that occurred in the late 1990s, called the resumption of Brazilian cinema, started with the Audiovisual Law 8.685, promulgated in 1995. It is worth mentioning that the view on the construction of the gaucho identity that we will analyze through the three works receives a temporal cut that goes from the late twentieth century and early twenty-first century.

Key words: identity, movies, Farroupilha.

A proposta de trabalho que apresento parte da análise de três obras audiovisuais, produzidas no período conhecido como a “Retomada” do cinema brasileiro, sendo elas: *Anahy de las Misiones* (1997), *Netto perde sua alma* (2001) e *Netto e domador de Cavalos*

²⁴⁶³ Doutorando em história política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. e-mail:w.os@uol.com.br

(2008) em que as mesmas têm como tema ou contexto histórico a Revolução Farroupilha e a construção da identidade do habitante do Rio Grande do Sul no século XIX. Ainda estou na fase de coleta de dados iniciais das três obras supracitadas, sendo ser a decupagem dos filmes esse primeiro estágio.

Cabe ressaltar que a visão sobre a construção identitária do gaúcho que vamos analisar, através das três obras, recebe um corte temporal do no fim do século XX e início do século XXI, sendo documentos que nos ajudam entender como tal assunto era tratado por pelo menos uma parte da sociedade vigente.

Sobre o filme histórico funcionando como construtor de uma identidade de determinada região ou povo, Rossini diz o seguinte:

E o filme histórico apresenta-se como um veículo importante para que um grupo fale de si mesmo, pois através deste tipo de cinema a sociedade pode expor — pelo resgate dos seus mitos, da sua história — a identidade que deseja para si mesma, ou o modo como se vê. Assim, a partir destas representações de caráter histórico, é possível reforçar, reatualizar a autoimagem de uma sociedade. O filme histórico age, portando, como um espaço de resgate da memória nacional que por sua vez auxilia na construção/reforço da identidade social.²⁴⁶⁴

Entendemos ser o filme o resultado de um trabalho em conjunto de seus autores, diretores, que utilizando os recursos de cenário, áudio e vídeo, como trilha sonora e técnicas de edição, constroem um discurso acerca de um assunto, no nosso caso de análise, a construção da identidade do gaúcho. Cabe ressaltar, também, que os trabalhos historiográficos sobre a Revolução Farroupilha sobre a construção da identidade do gaúcho serão utilizados como nossas bases de análise do discurso exposto nos filmes.

Consideramos, assim, que a tese deve abarcar a descrição e a crítica técnica a cada um dos filmes, realizando discussões profundas e levantando questões de como um material audiovisual pode contribuir para a compreensão de dado período histórico (tanto da Revolução Farroupilha em si como do período em que o filme é produzido). No caso específico da criação de um discurso identitário do gaúcho, a partir da Revolução Farroupilha, nos interessa saber como o uso de artifícios próprios do cinema, no caso gravação e edição de imagens, fotografia, diálogos, trilha sonora, por exemplo, contribuem na produção de um material que extrapola os círculos acadêmicos, tornando um tema da história pública.

²⁴⁶⁴ ROSSINI, Miriam de Souza. As marcas do passado: o filme histórico como efeito do real. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999, p.70).

Assim, cabe relembrar os apontamentos de Angel Luis Hueso Monton, no texto *O homem e o texto midiático no princípio de um novo século*, contido no livro *Cinematógrafo. Um olhar sobre a história*²⁴⁶⁵, no qual afirma não termos conseguido fornecer aos jovens e às crianças meios adequados para interpretar imagens, assim como fizemos com os textos escritos o que, segundo ele, isso seria consequência de nosso desprezo pela imagem, considerada como mera diversão. A imagem tem um fator social e, muitas vezes, representa um pensamento vigente ou uma forma de enxergar o mundo, sendo construtora de uma ideologia do grupo produtor daquele conteúdo audiovisual.

Nesse ponto, faz-se necessário apontar algumas obras que já tentaram construir um discurso sobre a questão cinema-história. Começamos analisando a dissertação de Rafael Hansen Quinsani, denominada *A Revolução em película: Uma reflexão sobre a relação cinema-história e a Guerra Civil Espanhola*²⁴⁶⁶, na qual o autor debate como o historiador deve conviver e desenvolver seu ofício, a partir da existência de filmes históricos, porém, sem perder seu papel social de construir uma memória, através de métodos científicos, dos quais fazem parte também documentos fílmicos, utilizando uma análise crítica de tais vestígios históricos para desenvolvermos uma narrativa.

Quinsani procura em seu trabalho realizar uma reflexão acerca do cinema como importante ferramenta para a construção de um discurso histórico, sendo esse também nosso objetivo. É nossa pretensão também observar momentos de exaltação e outros de crítica à Revolução Farroupilha, além do os pontos de uma interseção entre textos, trabalhos e pesquisas historiográficas e os filmes. Não se trata de entender os erros ou acertos das produções, na relação com o documento escrito, mas, sim, procurar compreender o porquê da escolha de determinada cena ou diálogo para um dado momento retratado na obra.

Já a dissertação de mestrado de Priscila Ferreira²⁴⁶⁷ trata de produções audiovisuais, assim como em nosso projeto de doutorado. Ferreira utiliza os apontamentos de Mônica Kornis para entender que essas produções são produto da época em que são realizadas, são retratos de seu tempo. No caso do objeto de nosso estudo, as produções audiovisuais a partir

²⁴⁶⁵ NÓVOA, Jorge, FRESSATO, Soleni e FEIGELSON, Kristian (organizadores). *Cinematógrafo. Um Olhar sobre a História*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Ed. da UNESP, 2009.

²⁴⁶⁶ QUINSANI, Rafael Hansen. *A Revolução em película: Uma reflexão sobre a relação cinema-história e a Guerra Civil Espanhola*. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

²⁴⁶⁷ FERREIRA, Priscila. *A conquista do Oeste/RBS TV: memória e identidade gaúcha na fronteira oeste brasileira*. Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

da “Retomada”, nos cabe perguntar como o gaúcho foi retratado naquelas obras e o que o levou a ser assim descrito nas narrativas fílmicas.

José D’Assunção Barros²⁴⁶⁸ nos auxilia na questão ao entender os filmes como “fontes históricas” que nos ajudam a compreender como uma determinada sociedade enxerga determinado fato histórico, ou no caso de nosso estudo, a formação da identidade de um povo a partir de suas ideologias, imaginários, relações de poder e padrões de cultura. Em *Imaginação Social*, Baczko entende o imaginário coletivo como algo que intervém na configuração das relações de poder de uma dada sociedade. No âmbito do imaginário (que pode ser verificado nos modos como a sociedade seleciona, endossa e conserva aspectos de sua história consolidando certa memória, como ritualiza seus valores e convicções, como se faz representar através de símbolos) duplica-se e reforça-se a dominação efetiva através da apropriação dos símbolos que aglutinam os indivíduos e garantem a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio.

As três obras audiovisuais previamente selecionadas e que tematizam direta ou indiretamente a Revolução Farroupilha, foram produzidas a partir do final do século XX: *Anahy de las Misiones* (1997), *Netto perde sua alma* (2001) e *Netto e o domador de cavalos* (2008). Todas se inserem em um fenômeno ocorrido no final da década de 1990, chamado de “Retomada” do cinema brasileiro, iniciada com a Lei do Audiovisual 8.685, promulgada em 1995²⁴⁶⁹.

Salvo (2008) observa um rápido crescimento da importância dos recursos da LIC (Lei de Incentivo à Cultura) para o incremento da atividade cultural no Rio Grande do Sul. No seu estudo ele indica que no início do período 1997-2004 o orçamento da SEDAC (Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul) representava 65% dos recursos destinados a cultura no estado, já final constata-se a ser 66% provenientes da LIC contra 34% do orçamento.

Com relação às características técnicas dos filmes da “Retomada”, Hauer nos indica:

No cinema da Retomada, as características de autoria empregadas na Nouvelle Vague sofrem uma curvatura quando empregadas no cinema nacional. Alguns diretores não somente produzem filmes autorais e de arte

²⁴⁶⁸ NÓVOA, Jorge. Jorge; BARROS, José D’Assunção (orgs). Cinema-história. Teoria e representações sociais no cinema. Rio de Janeiro. Apicuri, 2008.

²⁴⁶⁹ SALVO, Mauro. Aspectos econômicos do impacto da Lei Estadual de Incentivo à Cultura na Indústria Cinematográfica Gaúcha. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 28, número especial, p. 895-916, 2008.

num contexto mais hermético, quer dizer, com público mais direcionado, mas também buscavam um público convencional e salas comerciais.²⁴⁷⁰

Um dos filmes que escolhemos para analisar é *Anahy de las Misiones* (1997). De acordo com Salvo²⁴⁷¹, o filme teve ótima relação cópia/público (8.733), porém atingiu um público insuficiente para gerar a renda necessária para cobrir todos os custos²⁴⁷² de sua produção. Collares informa que 130 mil espectadores assistiram ao filme, sendo 90 mil no estado do Rio Grande do Sul, ou seja quase 70% do público. Podemos observar que a narrativa, de alguma forma, chamou mais atenção dos gaúchos em comparação ao restante do Brasil, hipoteticamente, estaríamos falando da própria Revolução Farroupilha e a forma como as personagens se comunicavam com um dialeto local, princípio, o que nos coloca algumas questões que cabem a ser investigadas: um indício de que a obra poderia mobilizar alguns elementos identitários dos gaúchos? Ou ainda, a produção e sua divulgação têm como prioridade o público estadual? Ou insere-se em um contexto histórico que procuraremos entender de valorização das regionalidades? Hauer nos indica algumas características do filme:

O enredo de *Anahy* é fiel à linguagem, ao figurino e ao espaço, e o que se vê no filme é um retrato dos pampas missioneiros e dos campos de cima da serra, no século XIX. O filme é totalmente dublado, pois não era possível captar o som direto das locações. As roupas eram enterradas, desenterradas e batidas em paredões para ficarem com aspecto de envelhecidas. O ator Marcos Palmeira mergulhava seus dedos na lama para que parecessem verdadeiramente sujos e há um dente podre no sorriso de Anahy, interpretada por Aracy Esteves. Não há fios elétricos por onde sua carroça passa, eles foram escondidos em aterramentos para que não aparecessem. São detalhes que, se percebidos pelo espectador, farão diferença no momento da leitura. (HAUER, 2016, p.19).

Já os dois filmes que tratam da figura de Antonio Souza Netto, um líder Farroupilha e proclamador da República Rio-grandense, *Netto perde sua alma* (2001) e *Netto e o domador de cavalos* (2008) estão inseridos em um projeto que ainda envolveria um terceiro filme ainda não rodado, tratando de Netto e a Lenda da Princesa Moura Teiniaguá. De certa forma, a

²⁴⁷⁰ HAUER, Roseneia do Rocio Prestes. *A visibilidade da mulhês subalterna Anahy de las misiones. monarca das coxilhas*. Ponta Grossa. Universidade Estadual de Ponta Grosso, 2016, p. 27.

²⁴⁷¹ SALVO, Mauro. Aspectos econômicos do impacto da Lei Estadual de Incentivo à Cultura na Indústria Cinematográfica Gaúcha. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 28, número especial, p. 895-916, 2008.

²⁴⁷² *Ibid*, p.913.

figura do militar gaúcho com memória acerca dos seus feitos é convocada nas obras e faz um contraposto com *Anahy*, pois enquanto Netto seria uma figura histórica que participa ativamente da Revolução Farroupilha, *Anahy*, um personagem imaginário, é uma mulher comum que apenas observa passivamente o desenrolar da Revolta, tendo sua vida influenciada pelas decisões dos exércitos Farroupilha e Imperial.

Em nossa pesquisa, objetivaremos compreender como dois membros de uma sociedade gaúcha guerreira e de fronteira (uma mulher pobre e um guerreiro proprietário de terras e militar) colaboram a formar (ou consolidar ou refletir) uma identidade plural, mas tendo a Revolução Farroupilha como mediadora. Interessante ressaltar que em algumas cenas dos filmes percebemos *Anahy* como espectadora dos fatos históricos e o General Netto como protagonista, algo bem comum nas narrativas históricas tradicionais, embora *Anahy* e Netto sejam ambos líderes de seu círculo social, família e exército, respectivamente.

Dentre os fatos do nosso passado, no entanto, a Revolução Farroupilha é o evento que mais tem merecido a atenção dos realizadores, tanto para o cinema quanto para a tevê. No cinema, especificamente, a guerra que se desenvolveu no Estado, entre 1835 e 1845, já foi tema de dois longas-metragens nos últimos anos, *Anahy de las Misiones* (1997), de Sérgio Silva, e *Netto perde sua Alma* (2001), de Tabajara Ruas e Beto Souza. A forma como ambos olham para a guerra, porém, é diversa. De forma simplificada, podemos dizer que Souza e Ruas se voltam para a narrativa do herói separatista que foi esquecido, excluído da própria história gaúcha a fim de que se concretizasse a união do Estado com a Nação; enquanto Silva dirige seu olhar para aqueles que constantemente são excluídos de qualquer história; pobres miseráveis que não fazem a guerra, mas que vivem (ou sobrevivem) à custa dos restos do embate.²⁴⁷³

Assim, reafirmamos que Revolução Farroupilha é um episódio de suma importância e contida nas três narrativas. Por isso, pretendemos analisar como a Farroupilha é abordada nessas obras e como e qual a percepção da identidade gaúcha é exposta/trabalhada nos filmes e, bem como, entender se há uma homogeneidade na construção de uma identidade gaúcha nas obras da chamada “Retomada”.

Também pensamos em contrapor a teoria proposta por Stuart Hall²⁴⁷⁴ que trabalha com a ideia de haver alguns teóricos que argumentam que os efeitos gerais dos processos globais culturais não respeitam mais os limites do território nacional como critério para

²⁴⁷³ ROSSINI, Miriam de Souza. Cinema gaúcho: construção de história e de identidades. Texto apresentado no I Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, no Grupo de Trabalho intitulado História da Mídia Audiovisual. (2000). Disponível em nuevomundo.revues.org/document3164.html, p.6-7

²⁴⁷⁴ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

definir características locais, enfraquecendo ou solapando formas nacionais de identidade culturais²⁴⁷⁵ Assim, perguntamos se tais obras trabalham para reafirmar essa identidade regional gaúcha? Acreditamos que sim, pois além de elementos do discurso falado, temos atores, músicas e vestimentas características do habitante do Rio Grande do Sul do século XIX.

Contudo, indico que nosso trabalho se encontra em estágio inicial de decupagem das obras. Assim, ao final do texto, apresento um quadro resumido das três obras, mas ainda sem uma análise aprofundada do que será finalizado. Entretanto, algumas comparações já são possíveis, mesmo ainda sem uma visão aprofundada a respeito dos principais aspectos do filme, já podemos considerar alguns pontos:

Filmes	Personagem Principal	Período	Participação na Guerra	Episódios da Guerra	Folclore Gaúcho	Language
Anahy de las misiones	Anahy	1839	Observadora e dependente dos despojos. Filho vai à guerra	Observa barco de Garibaldi	Boitatá	Gauchesco
Netto perde sua alma	Netto	1866 Netto relembra a Farrroupilha	Oficial do exército farroupilha e do exército brasileiro na guerra do Paraguai	Batalha do Seival e proclamação da República Rio-Grandense	_	Português
Netto e o domador de cavalos	Netto	1835 Início da Revolução Farrroupilha	Capitão de milícia da guerra da cisplatina (1825-1828)	Conclamação aos negros a participar do grupo de lanceiros	Negrinho do pastoreio	Português

²⁴⁷⁵ Ibid, p.42.

Como disse anteriormente, ainda estou em estágio inicial de pesquisa, mas as conclusões acima já nos fornecem um direcionamento para os pontos a serem abordados no restante do trabalho. Questões como a formação militar do gaúcho, uma pretensa ou não luta pelo fim da escravidão e a participação de pessoas não ligadas aos Farrapos nem imperiais participaram do embate. De todas essas questões, já iniciamos debate sobre a presença do negro na Revolta.

A discussão acerca do protagonismo negro na Revolução Farroupilha

Em *Nossos heróis não morreram: um estudo antropológico sobre formas de “ser negro” e de “ser gaúcho” no estado do Rio Grande do Sul*, Cristian Jobi Salaini²⁴⁷⁶ procura resgatar a memória da participação que os lanceiros negros tiveram no embate. De acordo com pesquisas realizadas por Salaini, esse importante elemento da formação da sociedade rio-grandense constituía de 1/3 à metade do exército formado para lutar contra o Império. Denominados de “Corpos de Lanceiros Negros”, receberam a promessa de serem libertos, caso os Farrapos saíssem vencedores. Além de serem bravos guerreiros, também desempenhavam outras funções importantes para o funcionamento das comunicações e logísticas das tropas gaúchas. Essa promessa de liberdade seria a motivadora do episódio passado em Porongos, que fazia parte do Município de Piratini, hoje denominado Pinheiro Machado. Fontes indicam que a paz entre o Império Brasileiro e os revoltosos esbarrava exatamente na cláusula onde se discutia a situação dos escravos negros ao final do embate que já passava de nove anos.

Nesse momento uma guerra de versões procura explicar o ocorrido na madrugada de 14 de novembro de 1844. Para alguns, o General David Canabarro teria desarmado e separado os lanceiros negros antes do ataque imperial, em concordância com um pedido. Haveria uma carta enviada ao Coronel Francisco Pedro de Abreu por Luís Alves de Lima e Silva, então Barão e futuro Duque de Caxias Outra corrente historiográfica não acredita nessa versão da história, entendendo que a carta teria sido forjada para desmoralizar Canabarro. Os

²⁴⁷⁶ SALAINI, Cristian Jobi. “*Nossos heróis não morreram*”: um estudo antropológico sobre formas de “ser negro” e de “ser gaúcho” no estado do Rio Grande do Sul. 2006, f.143. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

historiadores Alfredo Varela e Alfredo Ferreira Rodrigues divergem sobre o assunto. Varela entende ter havido uma traição de Canabarro, já Rodrigues é contrário a essa versão. Já nas décadas de 1970 e 1980, a contenda de visões foi realizada entre dois grupos: um acreditando em tal traição, formado por Moacyr Flores, Spencer Leitman e Margareth Bakos. Já Claudio Moreira Bento e Ivo Caggiani acreditam na versão de surpresa aos Farrapos, de acordo com Salaini.

Outro trabalho relevante a respeito do assunto é o de Luciano Rodrigues Barbosa²⁴⁷⁷ que começa sua explanação buscando encontrar elementos para a dicotomia raça e cor, presente na sociedade brasileira nos séculos XVIII, XIX e XX e que, de acordo com seu ponto de vista, foi preponderante para uma interpretação problemática do ocorrido em Porongos. Sua principal argumentação está no fato de que cor ou raça fazem parte de uma ordem hierárquica que favorece os brancos, na maioria dos casos, correlacionada com a dicotomia elite/povo, na qual a primeira sustentou uma sociedade escravocrata. O Rio Grande do Sul, igualmente como o restante do território que durante séculos pertenceu à Coroa Portuguesa, se desenvolveu baseado no trabalho escravo, principalmente de negros vindos da África. Da mesma forma, que o elemento branco da sociedade gaúcha seria valorizado e o negro, por sua, desqualificado como ser humano.

Tratando propriamente da Traição de Porongos, Barbosa vai utilizar a já mencionada discussão historiográfica entre Alfredo Ferreira Rodrigues e Alfredo Varela a respeito do tema. Rodrigues contrapõe a afirmação de Varela que o General Canabarro estaria acertado com o Barão de Caxias, comandante das tropas responsáveis por aniquilar os Farrapos, para desarmar os lanceiros negros facilitando uma possível carnificina. Importante salientar, como o próprio Barbosa o fez em seu trabalho, que a questão da traição dizia respeito apenas à traição ao exército republicano dos Farroupilhas e não aos negros libertos presentes no local.

Ao analisar uma correspondência de Manuel Alves da Silva Caldeira, ex-lanceiro de Teixeira Nunes, oficial Farrapo, defensor incondicional dos negros Farrapos, Varela, então, formaria seu juízo sobre o ocorrido a partir desses elementos. Porém, Rodrigues, desqualificaria os depoimentos escritos por Caldeira ao afirmar que ele não estaria em Porongos no momento da invasão pelos imperiais. A resposta de Rodrigues a Varela veio no texto *A pacificação do Rio Grande do Sul*, baseado nas informações de Joao Pedro da Costa (Farroupilha); e Pedro José Bandeira e Leonel Ribeiro de Almeida (legalistas).

²⁴⁷⁷ BARBOSA, Luciano Rodrigues. *A cor de Porongos. Percepções raciais flutuantes no século XIX*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2011

Varela, a partir do testemunho de Caldeira, é contundente ao afirmar que o acampamento tinha conhecimento da aproximação dos legalistas. Ainda conta que o próprio Canabarro havia retirado as pedras dos fuzis e os morrões das peças de artilharia, por estarem danificados, ficando acertado o rearmamento da tropa no dia seguinte. Caldeira ainda acrescentou que o grupo havia sido atacado na manhã seguinte, por cerca de seiscentos homens, gritando “mata negro e o que é branco deixa”.

Na outra ponta da controvérsia, Rodrigues nega que os homens de Canabarro, segundo ele, setecentos, não tinham armas de artilharia, pois a única que tinham havia sido escondida para não atrapalhar a marcha dos homens. Ainda acrescenta que o tal dito “mata negro e o que é branco deixa” é contestado pelo fato de que homens brancos também foram mortos e feridos em Porongos, como informa o Capitão José Luiz dos Campos em seu depoimento.

Dando sequência à querela historiográfica, em 1899, Alfredo Varela publicou *A pacificação do Rio Grande do Sul (1845)*, no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro e nesse texto explicitou uma carta de Caxias à Chico Pedro ou Moringue, comandante das tropas que atacaram Porongos, na qual pede para poupar a vida dos brancos e ainda que infantaria estaria desarmada. Mesmo contestada por muitos tal carta seguiu de base para Varela procurar outras testemunhas que validassem sua tese de traição em Porongos. Mais uma vez, Rodrigues responderia a Varela um ano seguinte com a publicação de *David Canabarro e a surpresa de Porongos (réplica ao Dr. Varela)*. Nesse texto, ocorre uma destruição dos argumentos utilizados anteriormente por Varela e o uso de duas testemunhas de que a dita carta escrita por Caxias seria uma falsificação feita por Chico Pedro para criar uma desunião nos Farrapos. Felix de Azambuja Rangel era parente e grande amigo de Chico assistiu ao embate em Porongos e afirmou que carta fora forjada para criar intriga entre os Farrapos. Manoel Patricio de Azambuja, outro parente de Chico, confirmou a produção fraudulenta de tal carta. Após analisar depoimentos, Rodrigues mudou sua versão e afirmou que a mortandade majoritária foi de negros e confirmou a não veracidade da carta analisada anteriormente.

Em 1933, viria mais um capítulo dessa disputa sobre Porongos com a publicação da *História da Grande Revolução – o cyclo Farroupilha no Brasil*, na qual Varela concorda com Rodrigues ao afirmar que a carta de pretensamente escrita por Caxias era falsa. Porém, Juremir Machado da Silva (Silva, 2010) entende ser esse recuo como uma ação característica de um nacionalismo ascendente e muito interessante quando se organizam comemorações ao centenário da Revolução Farroupilha.

Após essa discussão centrada nos dois historiadores, o século XX marca uma mudança de foco nas discussões acerca de Porongos quando começam analisar o episódio como uma traição à República. A primeira geração de estudiosos pós-Varela e Rodrigues conta com nomes de peso da historiografia gaúcha como Walter Spalding (1939), Fernando Luis Osório Filho (1935) e Augusto Tasso Fragoso (1938). Barbosa começa essa parte de seu trabalho explanando as ideias de Spalding (1939) que indicam a surpresa de Canabarro ao ser atacado, mas entende que a carta de Caxias seria verdadeira e ainda que as vítimas estariam desarmadas, mas se diferencia de Rodrigues ao afirmar que os lanceiros negros haviam se dispersado e que o General Netto resistira heroicamente, ao contrário das versões anteriores.

Já o americano Spencer Leitman (1979) de seu enfoque à polemica para assinatura de paz entre Farrapos e Imperiais. O debate estaria no fato de que alguns Farroupilhas entendiam a abolição da escravidão como função preponderante para o término dos embates. Ou seja, o aniquilamento dos negros seria um grande passo rumo a um acordo com Caxias. Leitman (1979) baseado nos textos de Domingo de Almeida foi pioneiro a dizer que os negros foram divididos para facilitar seu assassinato e ainda aponta que houve uma letalidade de 80% dos negros lanceiros. Porém, alguns contestam essa versão, já que a força numérica dos negros ainda era alta, mesmo após Porongos.

Assim, nos cabe questionar, mais uma vez, o porquê desse episódio não ser mencionado nos jornais durante a comemoração. Obviamente, nas comemorações, os episódios que tendem a manchar algo considerado sagrado por uma comunidade, como no caso da Revolução Farroupilha, são deixados de lado. Contudo, nota-se na leitura dos jornais de 1935 pouca ou quase nenhuma menção aos combatentes negros. Os grandes nomes destacados são de homens brancos e de uma classe de homens detentores de terras e de escravos no Rio Grande do Sul.

Na contramão desse discurso de desvalorização do negro na participação da Revolução Farroupilha, cabe destacar o trabalho de Letícia Rosa Marques²⁴⁷⁸ que trata da participação do mulato José Marianno de Mattos, nascido em 1801 no Rio de Janeiro, nas fileiras dos Farrapos. Marques traçou um perfil desse personagem esquecido por muitos quando se fala da luta dos Farroupilhas contra o Império do Brasil, através dos escritos de

²⁴⁷⁸ MARQUES, Letícia Rosa. José Marianno de Mattos: conquistas e desafios de um mulato carioca na Revolução Farroupilha (1935-1945). Dissertação (Mestrado em história), 2013. 117f - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2013.

Alfredo Varela e de jornais da época. Marques também resgata outros estudos dedicados à participação de José Marianno de Mattos na Revolução Farroupilha. Ao falar do trabalho de Claudio Bento intitulado *O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul (1635-1975)*, aponta para o fato de autor chamar Mattos de “um mulato quase branco”, indicando ser essa uma visão característica daqueles que procuravam “clarear” a pele do personagem, pois esse atingira altas patentes no exército Farrapos, contrastando com a situação da maioria dos negros envolvidos na guerra. Marques continua explicando que outros autores também trataram Mattos como uma das lideranças dos Farrapos, como Spencer Leittman (1979) que não cita a cor do personagem, assim como Spalding o chama de “moreno claro”.

De acordo com sua pesquisa, José Marianno de Mattos foi um elemento dedicado à causa dos revoltosos, sendo uma ponte com líderes uruguaios, pois frequentemente visitava o país vizinho como negociador e tinha contato com sua população e com líderes locais como Frutuoso Rivera, fazendo com que a ideia de abolição se fizesse presente em sua pauta política, algo que acabou não ocorrendo após a Paz de 1845, e os negros que lutaram ao lado do Farroupilhas teriam que esperar até 1888 para celebrar a liberdade.

Referências:

ALBECHE, Daysi Lange. *Imagens do Gaúcho. História e mitificação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

ARCE, Ana Ines. *Os verendos restos da sublime geração Farroupilha, que andei a recolher de entre o pó das idades: uma história arquivística da coleção Varela*. Porto Alegre. Faculdade de Biblioteconomia e comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. *A análise do filme*. Lisboa: Texto & Grafia, 2009.

BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social in: Leach, Edmund et Alii. Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa nacional /Casa da Moeda, 1985.

BARBOSA, Luciano Rodrigues. *A cor de Porongos. Percepções raciais flutuantes no século XIX*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2011

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi*. Zygmunt Bauman. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar, 2005.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução: Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COLLARES, Maria Teresa. Revisions of brazilian gaucho identity in contemporary productions: *Anahy de las misiones*, *Netto perde sua alma*, and *A casa das sete mulheres*. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

DA SILVA, Matheus Luis. *Trajetória e atuação da política de Antônio de Souza Netto (1835-1866)*. Universidade Federal de Santa Maria: Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-graduação em história, 2015.

FERREIRA, Priscila. *A conquista do Oeste/RBS TV: memória e identidade gaúcha na fronteira oeste brasileira*. Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

FERRO, Marc. *Cinema e história*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1992.

FREITAS, Letícia Fonseca Richtofen de Fretas e SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. *A figura do gaúcho e a identidade cultural Latino-Americana*, PUC-RS, Porto Alegre, 2004, acessado em <http://revistaseletronicas.pucrs.br>.

GONDAR, Jo. *Quatro proposições sobre memória social* IN: *O que é memória social*.

GONDAR, Jo e DODEBEL, Vera (org). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HAUER, Roseneia do Rocio Prestes. *A visibilidade da mulher subalterna Anahy de las misiones. monarca das coxilhas*. Ponta Grossa. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2016.

JELIĆ, Jordan. *Sobre la identidad (Reflexiones e tesis)*. In: LEMOS, Maria Teresa Toríbio.

MORAES, Nilson Alves de; LEIRA, Paulo André. *Memória e identidade: I Congresso Internacional de memória social e documento*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MARQUES, Leticia Rosa. José Marianno de Mattos: conquistas e desafios de um mulato carioca na Revolução Farroupilha (1935-1945). Dissertação (Mestrado em história), 2013. 117f - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2013.

MENEGAT, Carla. A invenção dos gaúchos. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 86, nov. 2012. Disponível em <<http://www.revistadehistoria.com.br/revista/edicao/86>>. Acesso em: 29 jul. 2009.

NÓVOA, Jorge. Jorge; BARROS, José D'Assunção (orgs). *Cinema-história. Teoria e representações sociais no cinema*. Rio de Janeiro. Apicuri, 2008.

NÓVOA, Jorge, FRESSATO, Soleni e FEIGELSON, Kristian (organizadores). *Cinematógrafo. Um Olhar sobre a História*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Ed. da UNESP, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso, Imaginário social e conhecimento*. Em aberto, Brasília, ano 14 n.61, jan/mar. 1994.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2003

PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo Gaúcho. Fronteira Platina, direito e Revolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PADOIN, Maria Medianeira. *Tito Livio Zambecari na história do Rio Grande do Sul e do Prata: uma síntese*, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy, *A Invenção da Sociedade Gaúcha*. Ensaios FEE. Pano Alegre, (14)2 3H3-396, 1993.

QUINSANI, Rafael Hansen. *A Revolução em película: Uma reflexão sobre a relação cinema-história e a Guerra Civil Espanhola*. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1995.

ROSENSTONE, Robert.A. *A história nos filmes. Os filmes na história*. Tradução Marcello Lino. São Paulo. Paz e Terra, 2010.

ROSSINI, Miriam de Souza. *As marcas do passado: o filme histórico como efeito do real*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

ROSSINI, Miriam de Souza. *Cinema gaúcho: construção de história e de identidades*. Texto apresentado no I Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, no Grupo de Trabalho intitulado História da Mídia Audiovisual. (2000). Disponível em nuevomundo.revues.org/document3164.html.

SALAINI, Cristian Jobi. “*Nossos heróis não morreram*”: um estudo antropológico sobre formas de “ser negro” e de “ser gaúcho” no estado do Rio Grande do Sul. 2006, f.143 Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SALVO, Mauro. Aspectos econômicos do impacto da Lei Estadual de Incentivo à Cultura na Indústria Cinematográfica Gaúcha. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 28, número especial, p. 895-916, 2008.

SCHEIDT, Eduardo. *O processo de construção da memória da Revolução Farroupilha*. In: Revista de História. (Revista do Departamento de História da Universidade de São Paulo). N.º 147. São Paulo: USP, 2002.

SILVA, Juremir Machado da. *História regional da infâmia: o destino dos negros e outras iniquidades brasileiras (ou como se produzem imaginários)*. Porto Alegre, RS:Evangraf: Ed.Praça da Matriz, 2011

SPALDING, Walter. *A epopeia Farroupilha*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do exército, 1963

SPALDING, Walter. *Revolução Farroupilha*. Triunfo: Editora Petroquímica Triunfo S.A., 1987.

STROHSCHOEN, Ana Maria; HOELTZ, Mirela; ETGES, Hélio A; GUERIN, Yheveli e NOBRE, Lucas. “*A casa das sete mulheres: referências de memória através da minissérie*”. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 27., 2004, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: Intercom.

VELLINHO, Moysés. *Capitania d’El-Rei: Aspectos da formação Rio-Grandense*. Porto Alegre. Editora Globo, 1968.

Filmes:

Anahy de las Misiones. Direção: Sérgio Silva, Produção: Gisele Hiltl. M.Schmiedt Brasil: 1997. 110 min Produções, son., cor.

Netto perde sua alma. Direção: Tabajara Ruas e Beto Souza, Produção: Beto Souza, Tabajara Rua e Esdras Rubin. Rio Filmes. Brasil: 2001. 102 min, son., cor.

Netto e o domador de cavalos. Direção: Tabajara Ruas, Produção: Tabajara Ruas. Walper Ruas Produções Brasil: 2008. 95 min, son., cor.